



Relatório Anual 2025

With deep dedication.

Deutsche Bank

Deutsche Bank

Resumo financeiro

	2025	2024
Objetivos do Grupo		
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	10.3%	4.7%
Taxa de crescimento anual composta das receitas a partir de 2021 ²	6.0%	5.8%
Rácio custo/rendimento ³	64.4%	76.3%
Rácio de capital Common Equity Tier 1 ⁶	14.2%	13.8%
Demonstração de resultados		
Receitas líquidas totais, em mil milhões de euros.	32.1	30.1
Provisão para perdas de crédito, em mil milhões de euros.	1.7	1.8
Despesas (excluindo juros), em mil milhões de euros.	20.7	23.0
Custos não operacionais, em mil milhões de euros	0.4	2.6
Custos ajustados, em mil milhões de euros ⁴	20.3	20.4
Lucro antes das provisões, em mil milhões de euros ⁵	11.4	7.1
Lucros (prejuízos) antes dos impostos, em mil milhões de euros	9.7	5.3
Lucros (prejuízos), em mil milhões de euros.	7.1	3.5
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank, em mil milhões de euros	6.1	2.7
Balanço⁶		
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1.435	1.387
Ativos líquidos (ajustados), em mil milhões de euros ⁴	1.139	1.083
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros	479	485
Média de empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros	477	479
Depósitos, em mil milhões de euros	692	666
Provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros	6.1	5.7
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	67	66
Volume de financiamento sustentável (por ano), em mil milhões de euros ⁷	98	93
Recursos⁶		
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	347	357
dos quais: RWA relativos ao risco operacional, em mil milhões de euros	63	58
Exposição de alavancagem, em mil milhões de euros	1.327	1.316
Capital próprio tangível dos acionistas (valor contabilístico tangível), em mil milhões de euros ⁴	60	59
Ativos líquidos de alta qualidade (HOLA), em mil milhões de euros	260	226
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	89.879	89.753
Agências	1.179	1.307
Rácios		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ¹	9.3%	4.2%
Provisão para perdas de crédito (pontos base da média de empréstimos)	35.8	38.2
Alavancagem operacional ⁸	16.7%	(1.7 %)
Margem da taxa de juro líquida	1.5%	1.3%
Rácio empréstimos/depósito	69.2%	72.7%
Rácio de alavancagem	4.6%	4.6%
Rácio de cobertura de liquidez	144%	131%
Rácio de financiamento estável líquido	119%	121%
Informações relacionadas com ações		
Resultados por ação básicos	3.16 €	1.40 €
Resultados por ação diluídos	3.09 €	1.37 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação ⁴	34.51 €	33.41 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível ⁴	30.98 €	29.90 €
Dividendo por ação (em relação ao exercício anterior)	0.68 €	0.45 €

¹ Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

² Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021

³ Gastos operacionais (excluindo juros) como uma percentagem do rendimento de juros líquido antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁴ Para mais informações, consultar "Informações adicionais (não-auditadas): medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁵ Definido como receitas líquidas menos gastos operacionais (excl. juros)

⁶ No final do período

⁷ As atividades de financiamento e investimento ESG sustentáveis são definidas no "Quadro de Financiamento Sustentável" e no "Quadro de Investimento ESG do Deutsche Bank", disponíveis em investor-relations.db.com; nos casos em que não for possível concluir a validação dos quadros antes do final do trimestre de referência, os volumes são divulgados após a conclusão da validação nos trimestres seguintes

⁸ A alavancagem operacional é calculada como a diferença entre a variação anual em percentagem das receitas líquidas reportadas e a variação anual em percentagem dos gastos operacionais (excluindo juros) reportados

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Índice

Grupo Deutsche Bank

I	Carta do Diretor-Geral
VI	Conselho de Administração
V	Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização
VIII	Relatório do Conselho de Fiscalização
XXIII	Conselho de Fiscalização
XXIV	Comitês do Conselho de Fiscalização
XXVI	Estratégia

1 Relatório da Gestão Combinado

2	Análise operacional e financeira
42	Perspetivas
49	Riscos e oportunidades
71	Relatório de Risco
233	Declaração de Sustentabilidade
503	Colaboradores
505	Controlo interno sobre o relato financeiro
508	Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
513	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
514	Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

2 Demonstrações financeiras consolidadas

526	Demonstração consolidada dos resultados
527	Demonstração consolidada do rendimento integral
528	Balanço consolidado
529	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
530	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
532	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
576	Notas às demonstrações financeiras consolidadas
584	Notas ao balanço consolidado
643	Notas adicionais
725	Confirmações

3 Relatório de Remunerações

743	Remuneração do Conselho de Administração
774	Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
777	Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos
782	Relatório do auditor independente
784	Remuneração dos colaboradores (não auditada)

4 Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

802	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão
805	Conselho de Administração
814	Conselho de Fiscalização
833	Operações com partes relacionadas
834	Honorários e serviços do auditor externo

5 Tabelas do Artigo 8.º

836	Divulgações tabulares em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

6 Informações adicionais (não-auditadas)

858	Medidas financeiras não-GAAP
867	Declaração de aval
868	Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
869	Impressão/Publicações

Grupo Deutsche Bank

I	Carta do Diretor-Geral
VI	Conselho de Administração
V	Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização
VIII	Relatório do Conselho de Fiscalização
XXIII	Conselho de Fiscalização
XXXI	Comités do Conselho de Fiscalização
V	
XXVI	Estratégia

Carta do Diretor-Geral

Caros Acionistas,

Dissemos que 2025 seria um marco decisivo para o Deutsche Bank, e assim foi. Num cenário marcado por tensões geopolíticas, incertezas económicas e condições de mercado difíceis, atingimos todos os objetivos financeiros ambiciosos que nos tínhamos proposto. Também tivemos o ano mais lucrativo da história do Deutsche Bank.

Este facto sublinha a força e a resiliência do nosso Global Hausbank. Apoiamos os nossos clientes em todas as fases das suas vidas, com parcerias profundas a longo prazo, solidez financeira e aconselhamento sólido. Os clientes confiam em nós para os ajudar a navegar em tempos de mudança e incerteza com segurança, e isto é mais importante do que nunca no mundo que enfrentamos atualmente.

Os nossos resultados em 2025 demonstram o quanto os nossos clientes valorizam este facto. Encerrámos o ano com um lucro antes de impostos de 9,7 mil milhões de euros, o melhor resultado da história do nosso banco e um aumento de 84% em relação a 2024, que foi afetado por rubricas específicas de contencioso. Mesmo excluindo estes efeitos, o lucro antes de impostos continuaria a ser 40% superior ao de 2024. O lucro líquido foi de 7,1 mil milhões de euros.

Conseguimos este resultado recorde cumprindo as promessas que fizemos. Em todas as dimensões, cumprimos as nossas metas e objetivos:

- As receitas cresceram 7% em termos homólogos para 32,1 mil milhões de euros, o sexto aumento anual consecutivo e em linha com o nosso objetivo declarado de cerca de 32 mil milhões de euros. As receitas cresceram 6% por ano desde 2021, o ponto médio da nossa meta de 5,5% a 6,5%.
- A gestão disciplinada dos custos foi, mais uma vez, um fator fundamental para o sucesso. Os gastos operacionais (excluindo juros) desceram 10% face ao ano anterior. Este facto, juntamente com o crescimento das nossas receitas, permitiu-nos melhorar o nosso rácio custo/rendimento para 64%, face aos 76% de 2024, e em conformidade com o nosso objetivo de menos de 65%. Provámos que podemos combinar crescimento e disciplina de custos, e a nossa maior eficiência operacional permitiu-nos autofinanciar investimentos essenciais na nossa arquitetura tecnológica, sistemas de controlo e plataforma de clientes.
- Como resultado, a rentabilidade após impostos sobre o capital próprio dos acionistas, ou RoTE, aumentou para 10,3%. Com isto, cumprimos o nosso grande objetivo para 2025: um RoTE superior a 10%.
- Conseguimos tudo isto mantendo um balanço forte e uma base de capital muito sólida. Com 14,2%, o nosso rácio de Common Equity Tier 1 (CET1) no final de 2025 estava mesmo ligeiramente acima do nosso intervalo-alvo de 13,5% a 14,0%.

O bom desempenho financeiro permitiu-nos aumentar continuamente os nossos dividendos nos últimos anos. Em 2025, pagámos 0,68 euros por ação ou 1,3 mil milhões de euros no total relativamente ao exercício de 2024. Estamos determinados a prosseguir nesta via, propondo à Assembleia-Geral Anual de maio de 2026 um dividendo de 1,00 euro por ação, o que representa uma distribuição de 1,9 mil milhões de euros, para o ano de 2025. Além disso, assegurámos as autorizações habituais para mil milhões de euros em novas recompras de ações. No total, as distribuições de capital realizadas e propostas para os exercícios de 2021 a 2025 ascenderão a 8,5 mil milhões de euros, acima do nosso compromisso inicial de 8 mil milhões de euros. Se a atividade se desenvolver de acordo com as nossas expectativas em 2026, procuraremos obter autorização para novas recompras de ações ainda este ano.

Estes resultados, bem como o aumento da distribuição de capital aos acionistas, demonstram o quanto o Deutsche Bank se transformou nos últimos anos. O nosso objetivo é criar valor sustentável: para os nossos clientes, para os nossos colaboradores e para os nossos acionistas. Fizemos progressos consistentes nesta matéria. O preço das nossas ações, que praticamente duplicou no último ano, reflete este sucesso.

Quatro atividades sólidas e complementares

O nosso sucesso em 2025 assenta em quatro pilares sólidos. As quatro atividades melhoraram significativamente a sua rentabilidade e, pela primeira vez, atingiram um RoTE de dois dígitos. Isto mostra a força do nosso Global Hausbank diversificado em quatro atividades complementares e os anos de trabalho notável que tem sido feito em cada divisão.

O Corporate Bank apresentou um forte desempenho em 2025. O lucro antes de impostos aumentou 24% para 2,6 mil milhões de euros, graças à redução dos custos e à diminuição das provisões para perdas de crédito ao longo do ano. As receitas mantiveram-se essencialmente estáveis em relação ao ano anterior, se ajustadas às variações cambiais. O volume de depósitos aumentou 17 mil milhões de euros, para 329 mil milhões de euros, durante o ano, o que reflete as nossas fortes relações com os clientes empresariais e a qualidade da nossa oferta de produtos.

Na divisão de Investment Bank, o resultado antes de impostos aumentou 20% para 4,0 mil milhões de euros. As receitas aumentaram 9%, para 11,5 mil milhões de euros, graças ao excelente desempenho da divisão de Fixed Income & Currencies (FIC). Aqui, ganhámos mais quota de mercado e estabelecemos firmemente a nossa posição entre as principais instituições do mundo. As receitas de Investment Banking & Capital Markets (IBCM) diminuíram 6%, principalmente devido a certas perdas de avaliação a preços de mercado em posições de Leveraged Debt Capital Market no início do ano.

O Private Bank registou um lucro recorde antes de impostos de 2,3 mil milhões de euros, quase o dobro do nível de 2024. O aumento das receitas, especialmente na divisão de Wealth Management, e a redução significativa dos gastos operacionais (excluindo juros) demonstram que a transformação da atividade está a produzir resultados tangíveis. A divisão de Private Bank aumentou os ativos sob gestão em 51 mil milhões de euros, para 685 mil milhões de euros, no final do ano, e mais de metade destes 27 mil milhões de euros corresponderam a capital novo líquido de clientes.

Na divisão de **Asset Management**, o resultado antes de impostos aumentou em mais de metade e, com 983 milhões de euros, aproximou-se pela primeira vez dos mil milhões de euros, uma vez que as receitas aumentaram 16% para 3,1 mil milhões de euros. A atividade também aumentou os seus ativos sob gestão em 73 mil milhões de euros, para pouco menos de 1,1 mil milhões de euros. Também aqui, a maior parte do crescimento de 51 mil milhões de euros consistiu em entradas líquidas de dinheiro de clientes. Este sucesso reflete-se no desempenho das ações da DWS na bolsa. A sua capitalização bolsista subiu para mais de 10 mil milhões de euros, pelo que a sua posterior inclusão no MDAX foi uma recompensa bem merecida.

Gerir os riscos, permitir a transformação

O sucesso das nossas atividades só tem sido possível porque trabalhamos em estreita colaboração com os nossos clientes para desenvolver soluções para os desafios que eles enfrentam atualmente. Cada vez mais, estes desafios incluem a transição para uma economia com baixas emissões e eficiente em termos de recursos. A tarefa está a tornar-se cada vez mais urgente à medida que as alterações climáticas aceleram, e é por isso que a sustentabilidade e a gestão dos riscos relacionados com o clima e a natureza continuam a ser grandes prioridades para nós.

O cumprimento constante da nossa estratégia de sustentabilidade continua a compensar para a nossa atividade. Os volumes de financiamento sustentável e de investimento ESG ascenderam a 98 mil milhões de euros em 2025, o nosso melhor resultado desde 2021. As atividades empresariais neste espaço registaram um forte crescimento pelo terceiro ano consecutivo. Esperamos que a necessidade de financiamento sustentável dos nossos clientes aumente nos próximos anos, à medida que avançam com as suas próprias transições. Por conseguinte, estabelecemos um novo objetivo mais ambicioso: quase duplicar o nosso volume acumulado de financiamento sustentável e de transição para 900 mil milhões de euros até 2030. A publicação do nosso "Quadro de Financiamento da Transição" deu-nos uma plataforma sólida para este objetivo.

E o nosso compromisso vai muito mais longe. Durante o ano passado, continuámos a reduzir as nossas emissões de CO₂ e a descarbonizar a nossa carteira de empréstimo. Estamos a desenvolver novos produtos em todo o banco, por exemplo, certificados que promovem a proteção das florestas tropicais e da biodiversidade. Estamos no bom caminho, como atestam as inúmeras melhorias de notação por parte das principais agências de notação ESG. Pela primeira vez, o Deutsche Bank foi colocado na "A-List" da plataforma de divulgação ambiental CDP, o que nos coloca entre os quatro por cento de empresas mais bem classificadas pela CDP a nível mundial.

Para além do risco climático, estamos também a trabalhar para proteger o nosso banco, os nossos clientes e as nossas comunidades contra outros riscos não financeiros, incluindo a ameaça crescente da criminalidade financeira. A melhoria contínua dos nossos sistemas e controlos defensivos é vital, dada a crescente sofisticação dos cibercriminosos e de outras ameaças. Em 2025, fizemos progressos significativos neste domínio. Investimos mais de mil milhões de euros, elevando os investimentos acumulados nos nossos controlos para mais de 7 mil milhões de euros de 2019 a 2025. Também concluímos uma série de ações de remediação de longa data, respondendo assim às expectativas regulamentares.

A conclusão rápida e total das restantes tarefas é uma prioridade máxima para o Conselho de Administração e para os dirigentes do Deutsche Bank. Em particular, pretendemos aproveitar o potencial da tecnologia e da automatização para racionalizar os nossos processos de controlo e apoiar os nossos colaboradores. As oportunidades de aprendizagem regulares e a obrigatoriedade de formação crítica permitem que os nossos colaboradores atualizem continuamente os seus conhecimentos sobre o seu papel na prevenção da criminalidade financeira.

Colocar os nossos colaboradores no centro da mudança

A aprendizagem contínua e a utilização orientada e responsável da tecnologia nunca foram tão importantes como agora. A tecnologia será um fator decisivo que permitirá aos nossos colaboradores concentrarem-se nas áreas em que podem criar mais valor. Isto diz respeito aos processos bancários internos, mas sobretudo à garantia de que satisfazemos as necessidades dos nossos

clientes. Continuamos a investir na formação em IA para garantir que os nossos colaboradores podem utilizar da melhor forma as ferramentas disponíveis e gerir os riscos.

As rápidas mudanças no local de trabalho devem refletir-se na nossa estratégia para os recursos humanos. Trata-se de melhorar continuamente as nossas competências, incluindo as capacidades de liderança, que estão a ser cada vez mais testadas. Trata-se também de atrair, desenvolver e reter os melhores talentos e, particularmente numa era de alterações demográficas, de um planeamento prudente da sucessão.

Os nossos colaboradores têm sido a força motriz do sucesso da nossa transformação. São o nosso ativo mais valioso. Com 160 nacionalidades representadas em 55 países, o nosso Global Hausbank beneficia de um leque de diferentes origens, perspetivas e competências. Continuamos empenhados num local de trabalho inclusivo, onde os nossos colaboradores, de todas as origens e experiências, são tratados de forma justa, encorajados a falar e recebem oportunidades iguais para crescer profissionalmente e ter sucesso. E estamos convencidos de que um intercâmbio aberto e criativo produz os melhores resultados. É também por isso que vamos intensificar a nossa colaboração entre regiões e divisões.

O caminho a seguir: tornarmo-nos o campeão europeu

O nosso objetivo agora é concretizar o enorme potencial do nosso banco, trabalhando em conjunto mais estreitamente do que nunca. Temos tudo o que é necessário para isso. Depois de termos transformado o Deutsche Bank nos últimos anos, temos bases sólidas. A nossa estratégia é clara; o nosso modelo de negócio provou a sua força e valor único para os clientes. A nossa equipa está absolutamente empenhada. Nunca estivemos tão bem equipados para enfrentar o futuro. Em suma: chegou a altura de o Deutsche Bank passar da defesa ao ataque.

Na próxima fase, a nossa prioridade é capitalizar estes pontos fortes através da expansão do nosso Global Hausbank. Queremos atingir este objetivo através de três poderosas alavancas: crescimento orientado, disciplina rigorosa de capital e um modelo operacional escalável e eficiente. Estamos convencidos de que uma atuação decisiva em relação a estes três aspetos elevará o nosso desempenho financeiro a outro nível. O nosso objetivo é aumentar o RoTE após impostos para mais de 13%, reduzindo simultaneamente o nosso rácio custo/rendimento para menos de 60%, até 2028. O crescimento com eficiência de custos será mais uma vez fundamental: o nosso objetivo é que as receitas cresçam mais de 5%, atingindo 37 mil milhões de euros em 2028, limitando simultaneamente o crescimento anual dos custos a 2% compostos ao longo deste período, à medida que novas eficiências operacionais nos permitem autofinanciar os investimentos contínuos e o crescimento do negócio. Em 2026, planeamos dar o primeiro passo rumo a estes objetivos. Prevemos gerar receitas de cerca de 33 mil milhões de euros e gastos operacionais (excluindo juros) ligeiramente superiores a 21 mil milhões de euros.

Estamos também empenhados em aumentar o nosso retorno para os acionistas. A partir de 2026, planeamos aumentar o nosso rácio de distribuição de 50% para 60%, com mais margem para distribuições de capital excedentário quando o nosso rácio de capital CET1 exceder de forma sustentável 14%.

Somos claros não só quanto ao que pretendemos alcançar, mas também quanto à forma como o pretendemos fazer. Com o bom desempenho das nossas quatro atividades, vamos concentrar-nos mais do que nunca na colaboração entre atividades, a fim de proporcionar aos clientes toda a gama de ofertas do Deutsche Bank. Continuaremos a simplificar a nossa organização, eliminando a complexidade para oferecer resultados mais rápidos e mais económicos; e aproveitaremos a inovação, em especial para explorar o potencial transformador da IA.

É provável que persistam desafios e incertezas no nosso horizonte e é precisamente em alturas como esta que o nosso Global Hausbank tem um valor único para os clientes. Os nossos clientes podem contar com a nossa dedicação ao seu sucesso duradouro e à sua segurança financeira no seu país e no estrangeiro. Este objetivo orienta-nos em tudo o que fazemos para alcançarmos a nossa visão: tornarmo-nos o campeão europeu.

Para 2026, a nossa prioridade é clara. Manter-nos-emos focados em fazer avançar o banco com o nosso empenho inabalável e a nossa profunda dedicação aos nossos clientes, aos nossos colaboradores e aos nossos acionistas.

Obrigado pela vossa confiança contínua.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Sewing', is positioned above the printed name.

Com profunda dedicação.
Christian Sewing

Conselho de

Christian Sewing, *1970
desde 1 de janeiro de 2015
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke * 1969
desde 1 de julho de 2017
Presidente
Diretor Financeiro e
responsável pela divisão de Asset Management

Raja Akram *1972
desde 1 de janeiro de 2026
Diretor Financeiro Designado

Fabrizio Campelli, *1973
desde 1 de novembro de 2019
Diretor do Corporate e Investment Bank

Marcus Chromik *1972
desde 20 de maio de 2025
Diretor de Risco

Bernd Leukert, *1967
desde 1 de janeiro de 2019
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação

Alexander von zur Mühlen. * 1975
desde 1 de agosto de 2020
Diretor Geral da Ásia-Pacífico, Europa,
Médio Oriente e África (EMEA) e Alemanha

Laura Padovani, *1966
desde 1 de julho de 2024
Diretora de Compliance e Combate à Criminalidade

Claudio de Sanctis, *1972
desde 1 de julho de 2023
Diretor do Private Bank

Rebecca Short, *1974
desde 1 de maio de 2021
Diretor de operações

Conselho de Administração no ano em análise:

Christian Sewing
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke
Presidente

Fabrizio Campelli
Marcus Chromik
(desde 20 de maio de 2025)

Bernd Leukert
Alexander von zur Mühlen
Laura Padovani
Claudio de Sanctis
Rebecca Short
Stefan Simon
(até 30 de abril de 2025)

Olivier Vigneron
(até 19 de maio de 2025)

Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização

Caros Acionistas,

2025 foi um marco significativo para o Deutsche Bank. Aumentámos ainda mais a nossa rentabilidade e reforçámos a posição de capital do banco num cenário económico e geopolítico volátil. O volume de negócios ultrapassou os 32 mil milhões de euros e o lucro antes de impostos, de 9,7 mil milhões de euros, representa um recorde para o nosso banco. Também atingimos o nosso objetivo de uma rentabilidade do capital próprio superior a 10%. Este sucesso permite-nos novamente aumentar as nossas distribuições aos acionistas para 2025 em comparação com 2024.

Este resultado forte e o cumprimento consistente das nossas prioridades dão-nos uma base sólida para entrar na próxima fase da nossa estratégia, uma fase em que continuaremos a expandir o nosso papel enquanto Global Hausbank para os nossos clientes e a intensificar o nosso enfoque no crescimento e na criação de valor.

Como Presidente do Conselho de Fiscalização, é essencial para mim que o Deutsche Bank coloque sistematicamente as necessidades e expectativas dos seus clientes no centro do seu trabalho. Nos últimos anos, o banco fez progressos consideráveis, impulsionando a mudança cultural, definindo o nosso objetivo e integrando-o firmemente em toda a organização. O Conselho de Fiscalização apoiou e orientou de perto este percurso. A prestação de um apoio abrangente aos nossos clientes é também essencial para o cumprimento do nosso papel económico mais vasto e para ancorar firmemente o nosso banco no coração da sociedade. Os nossos clientes estão a enviar uma mensagem clara: a Europa precisa, mais do que nunca, de um banco global enraizado na região, um banco capaz de apoiar empresas em todo o mundo com uma vasta gama de produtos e serviços. Estamos determinados a abraçar este papel com o nosso modelo de negócio integrado como o Global Hausbank e continuaremos a desenvolvê-lo de forma consistente.

Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Fiscalização acompanhou de perto o trabalho do Conselho de Administração. O leque de temas sobre os quais nos debruçámos refletiu, uma vez mais, o vasto leque de exigências colocadas a um banco ativo a nível mundial. A crescente complexidade do cenário macroeconómico e geopolítico, e a gestão dos riscos associados, também definiu o nosso trabalho. Apoiar o Conselho de Administração na superação destes desafios, cumprindo simultaneamente a nossa função de controlo, continuou a ser uma prioridade central. Ao mesmo tempo, tivemos de ter em conta os crescentes requisitos regulamentares das inúmeras autoridades de supervisão com as quais um banco global interage. Esta complexidade crescente é evidente no facto de o número de reuniões do Conselho de Fiscalização e das suas comissões ter aumentado para 61 em 2025, cerca de dez por cento mais do que no ano anterior. Intensificámos também a preparação e o acompanhamento destas reuniões.

Durante as nossas discussões sobre os desenvolvimentos geopolíticos, a crescente volatilidade e a evolução dos requisitos regulamentares, a nossa prioridade foi garantir a resiliência e a estabilidade do banco. Simultaneamente, concentrámo-nos na identificação de oportunidades e no apoio às principais decisões estratégicas, em particular, no que respeita ao desenvolvimento contínuo da estratégia do banco, antes da apresentação da próxima fase estratégica pelo Conselho de Administração no Investor Deep Dive, em novembro. Dedicámos também uma atenção significativa à melhor forma de tirar partido das novas tecnologias, especialmente da inteligência artificial, em benefício do nosso banco, tomando simultaneamente medidas adequadas para gerir os riscos associados. Um outro ponto de foco foi a estratégia de sustentabilidade do banco, uma área em que o Deutsche Bank se estabeleceu como um fornecedor líder. Ao fazê-lo, estamos a satisfazer as necessidades dos nossos clientes e, ao mesmo tempo, a cumprir as nossas responsabilidades mais amplas para com a sociedade. Enquanto Conselho de Fiscalização, apoiamos plenamente esta orientação estratégica.

Outro tema importante foi a continuação do desenvolvimento das nossas estruturas de controlo e gestão de riscos. O banco registou progressos significativos nos últimos anos. No entanto, o Conselho de Fiscalização continua a concentrar-se no reforço dos controlos internos e na revisão da nossa abordagem à gestão do risco à luz dos novos requisitos regulamentares e tecnológicos, a fim de assegurar uma base sólida para o crescimento a longo prazo. As questões relacionadas com a cultura empresarial e a responsabilidade para com as partes interessadas também continuaram a ser um ponto fulcral no ano passado.

Para além destes temas, o Conselho de Fiscalização também decidiu sobre várias alterações ao Conselho de Administração em 2025. Marcus Chromik, nomeado em dezembro de 2024, assumiu o cargo de Diretor de Risco em maio de 2025. O Diretor Financeiro, James von Moltke, anunciou que, após nove anos no Conselho de Administração, não se candidataria a um novo mandato quando o seu contrato expirasse em junho de 2026. Nomeámos Raja Akram como seu sucessor. É membro do Conselho

de Administração desde janeiro de 2026 e assumirá a responsabilidade pela função financeira após a publicação do presente relatório anual. Além disso, o Conselho de Fiscalização prorrogou os contratos de Christian Sewing até 2029 e de Fabrizio Campelli até 2028. Em maio de 2025, Fabrizio Campelli assumiu também a responsabilidade pela região das Américas, substituindo Stefan Simon, que deixou o banco no final de abril por razões pessoais. No final do ano, prorrogamos o contrato de Claudio de Sanctis, Diretor da divisão de Private Bank, por três anos, até 2029. Em todas as decisões relativas à contratação de pessoal, damos especial ênfase à necessidade de assegurar uma composição equilibrada do Conselho de Administração, que combine experiências, perspectivas, antecedentes e diversidade de gênero.

Gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos os meus colegas do Conselho de Fiscalização pela sua dedicada e profissional colaboração, em especial aos meus suplentes, Frank Schulze e Norbert Winkeljohann. No ano passado, registaram-se também várias mudanças no Conselho de Fiscalização. No final dos seus mandatos, Dagmar Valcárcel e Theodor Weimer abandonaram o Conselho de Fiscalização. A Assembleia-Geral Anual elegeu Kirsty Roth e Klaus Moosmayer como novos membros; Frank Witter e Sigmar Gabriel foram também reeleitos.

Na Assembleia-Geral Anual deste ano, irei candidatar-me à reeleição, depois de ter sido nomeado pelo Conselho de Fiscalização para um segundo mandato. Continuo empenhado em posicionar o Deutsche Bank totalmente em torno dos seus clientes, criando ainda mais valor para os nossos acionistas, reforçando a nossa posição como empregador de eleição e cumprindo as nossas responsabilidades para com a sociedade. Informá-los-emos sobre as próximas eleições para representantes dos acionistas este ano, quando publicarmos a ordem de trabalhos da Assembleia-Geral Anual. Este ano, a AGA será realizada presencialmente para dar resposta ao pedido dos acionistas de uma interação mais pessoal. Serão fornecidos mais pormenores quando a AGA for oficialmente convocada. Nos próximos anos, planeamos alternar entre Assembleias-Gerais Anuais virtuais e físicas, aproveitando assim as vantagens de ambos os formatos. Convidaremos os nossos acionistas a deslocarem-se pessoalmente a Frankfurt pelo menos de quatro em quatro anos, a menos que circunstâncias excecionais o impeçam.

Olhando para o futuro, a nossa prioridade é orientar o Deutsche Bank de forma fiável num ambiente marcado por tensões geopolíticas, mudanças nos padrões comerciais e alterações estruturais. A próxima fase da nossa estratégia proporciona-nos um quadro claro para aproveitar as oportunidades num cenário de mercado em mudança, gerindo simultaneamente os riscos de forma prudente. O Conselho de Fiscalização continuará a acompanhar o Conselho de Administração e os colaboradores do banco neste caminho, a fim de garantir o sucesso do banco a longo prazo, a criação de valor para os nossos acionistas e o forte enraizamento do Deutsche Bank na sociedade.

Em nome de todo o Conselho de Fiscalização, gostaria de vos agradecer sinceramente, caros acionistas, pela vossa confiança e apoio contínuo. Gostaria também de expressar os meus sinceros agradecimentos a todos os colaboradores do Deutsche Bank pelo seu trabalho árduo e pelos seus contributos. Juntos, encaramos os próximos anos com confiança e aguardamos com expectativa a continuação do nosso estreito diálogo, apoiando o desenvolvimento futuro do Deutsche Bank.

Atenciosamente,



Alex Wynaendts
Presidente do Conselho de Fiscalização

Relatório do Conselho de Fiscalização

No exercício financeiro de 2025, o Conselho de Fiscalização desempenhou todas as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação e requisitos regulamentares, bem como as que decorrem dos estatutos e termos de referência.

O Conselho de Administração informou-nos regularmente, sem demora e de forma exaustiva, sobre todos os assuntos relevantes para o nosso banco, em particular no que diz respeito às políticas e estratégias de negócio, para além de questões fundamentais relacionadas com a gestão e cultura da empresa, planeamento e controlo corporativo, sistemas de conformidade e remuneração, estratégia de tecnologia e cibersegurança, bem como temas relacionados com a sustentabilidade e o capital humano e o modelo operacional pretendido. Prestou-nos contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos e de risco, a liquidez, capital e gestão do risco do banco, os recursos organizacionais e técnicos, bem como as atividades, transações e eventos que foram de importância significativa para o banco. Participámos em decisões de importância fundamental para o banco, fornecendo orientações ao Conselho de Administração. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu-nos, de acordo com os nossos pedidos, informação detalhada sobre várias áreas temáticas, por exemplo: O desenvolvimento estratégico e o posicionamento do banco, a otimização do modelo operacional pretendido, os ciberriscos e a cibersegurança, o combate à criminalidade financeira e o desenvolvimento contínuo dos controlos relacionados, a capitalização do banco, os progressos na correção das medidas de execução regulamentares e as conclusões críticas relacionadas, as interações importantes com vários reguladores e os processos judiciais com os riscos mais elevados. O Conselho de Administração também nos informou sobre a estratégia de sustentabilidade e os relatórios externos, bem como sobre os progressos realizados nos planos de transição dos clientes em sectores com elevadas emissões de CO₂. Foram igualmente abordados os riscos e oportunidades operacionais.

O Presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités mantiveram debates regulares com o Conselho de Administração entre as reuniões. Foram também consultados sobre as ordens de trabalho das reuniões dos respetivos comités a que presidem, e discutiram temas de grande importância para o Conselho de Fiscalização. Por vezes, consultaram funções internas e partes interessadas externas para fundamentar melhor os materiais preparatórios e os debates dos nossos membros e, por sua vez, para promover uma supervisão e uma tomada de decisões eficazes. Além disso, as decisões futuras foram regularmente debatidas e preparadas em discussões entre o Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Fiscalização e, quando apropriado, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração trabalharam em conjunto, de forma responsável e num espírito de confiança mútua, para garantir o êxito do desenvolvimento da empresa.

No total, realizaram-se 61 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Foram realizadas várias reuniões conjuntas do Comité de Controlo de Remunerações e do Comité de Risco, bem como do Comité do Presidente e do Comité de Nomeações. As reuniões foram realizadas com participação física, como videoconferências ou como reuniões híbridas (com participação presencial e virtual). Quando as reuniões foram convocadas por videoconferência, foi também disponibilizada uma sala para todos os membros participarem nas instalações do banco. Entre as reuniões, as resoluções foram adotadas, quando necessário, através do processo de votação por circulação.

Reuniões do Conselho de Fiscalização

Realizámos um total de nove reuniões, incluindo seis reuniões regularmente agendadas. Uma reunião foi presencial, duas reuniões foram realizadas por videoconferência e seis reuniões foram realizadas sob a forma de reuniões híbridas. O Presidente do Conselho de Fiscalização foi responsável por convocar estas reuniões, estabelecer a ordem de trabalhos para discussão e assegurar que os materiais eram preparados e partilhados com os membros do Conselho de Fiscalização o mais cedo possível.

No ano passado, centrámo-nos em particular nos desenvolvimentos geopolíticos e económicos e nos seus efeitos no Banco. Discutimos a evolução do setor bancário, tanto na Europa como nos EUA e na Ásia. Em várias reuniões, concentrámo-nos na implementação eficaz e no desenvolvimento da estratégia do banco, bem como na otimização do modelo operacional pretendido. Juntamente com o Conselho de Administração, deliberámos sobre estes relatórios e sobre os relatórios regulares de progresso relativos a cada uma das divisões empresariais, áreas de infraestruturas e regiões. Além disso, debatemos regularmente temas e procedimentos regulamentares que afetam o nosso banco em todo o mundo, casos de litígio significativos e os progressos realizados ao nível da remediação das conclusões.

Na nossa primeira reunião, em 29 de janeiro (Parte 1) e em 6 de fevereiro (Parte 2), abordámos os resultados financeiros reais apresentados, bem como os principais indicadores previstos e as estimativas dos analistas. Os desvios foram discutidos em pormenor. Além disso, deliberámos sobre a proposta preliminar do Conselho de Administração relativa aos dividendos, tendo também em conta os requisitos regulamentares para o financiamento de capital, e analisámos o planeamento financeiro para o período 2025-2027. Participaram na reunião representantes da Equipa Conjunta de Supervisão do Banco Central Europeu e foram discutidos os resultados do Processo de Análise e Avaliação para fins de Supervisão (SREP) de 2024. O Conselho de Administração forneceu informações atualizadas sobre o desenvolvimento das atividades do banco, a evolução atual da DWS e a situação da correção das ordens regulamentares. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações, bem como as consultas subsequentes com o responsável de remunerações do banco e consultores em remunerações externos e independentes, determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2024. Neste contexto, discutimos também os níveis de desempenho dos respetivos membros do Conselho de Administração para 2024 e as regras do plano para o ano de 2025, e definimos os objetivos para o Conselho de Administração, juntamente com os critérios de medição relevantes para o período de desempenho de 2025. Deliberámos sobre a divulgação do nome dos nossos peritos financeiros no Conselho de Fiscalização.

Na nossa reunião de 12 e 13 de março em Berlim, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Anuais para 2024 e concordámos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Analisámos o sistema de contabilidade financeira, o sistema de controlos internos e o sistema de gestão do risco e discutimos as avaliações do Conselho de Administração e do auditor relativamente à respetiva adequação e eficácia. Com base na recomendação do Comité de Auditoria, determinámos que não há objeções a levantar relativamente ao relatório não financeiro separado do Grupo, em conformidade com a Secção 315c do Código Comercial Alemão (HGB), em conjugação com as Secções 289c a 289e do HGB, bem como com o Regulamento Taxonomia da União Europeia (UE) e os atos delegados adotados neste contexto, também com base nos resultados finais das nossas próprias inspeções. Também discutimos e aprovámos o Relatório do Conselho de Fiscalização. O Conselho de Administração apresentou-nos a secção "Força de trabalho própria" da Declaração de Sustentabilidade, em conformidade com as Normas Europeias de Relato sobre Sustentabilidade (ESRS), bem como o relatório sobre riscos tecnológicos e riscos de segurança da informação (Relatório sobre a Postura de Segurança da Informação). Além disso, o Conselho de Administração informou-nos sobre a atual conjuntura do mercado e o cenário geopolítico, o financiamento de capital do banco e o estado de correção das medidas de execução regulamentares e as conclusões críticas relacionadas. Sob proposta do Comité de Controlo de Remunerações, aprovámos, entre outros, os objetivos enquanto Diretor de Risco (CRO) designado para o Dr. Marcus Chromik, que assumiu este cargo a 20 de maio de 2025. Abordámos as aspirações do banco em matéria de diversidade, os temas relacionados com o planeamento da sucessão e a avaliação nos termos do artigo 25.º-D, n.º 11 da Lei bancária alemã (KWG), que foi realizada com a assistência de consultores externos. Além disso, abordámos os temas da Assembleia-Geral Anual e aprovámos as propostas para a ordem de trabalhos. Com base na recomendação do Comité de Auditoria, decidimos aprovar a proposta à Assembleia-Geral Anual para a eleição do auditor das Demonstrações Financeiras Anuais e das Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício de 2025. Além disso, os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização adotaram a deliberação sobre o Presidente da próxima Assembleia-Geral Anual. Tomámos nota do relatório do Conselho de Administração sobre as mudanças nos conselhos consultivos regionais na Alemanha, de acordo com a Secção 8 dos Estatutos da Associação.

Na nossa reunião extraordinária de 27 de março, abordámos questões relativas ao Conselho de Administração. Decidimos nomear o Sr. Raja Akram como Diretor Financeiro após uma fase de transição, renovar o contrato de prestação de serviços ao Conselho de Administração do Sr. Christian Sewing e prorrogar a nomeação do Sr. Fabrizio Campelli. Para mais informações, consultar a secção "Questões de pessoal". Para além das atuais tarefas do Sr. Fabrizio Campelli, alargámos a sua responsabilidade no Conselho de Administração, com efeitos a partir de 1 de maio, de modo a incluir a região das Américas do banco, anteriormente dirigida pelo Professor Dr. Stefan Simon, que deixou o banco.

Na nossa reunião de 21 de maio, abordámos a Assembleia-Geral Anual que se seguiria. O Conselho de Administração também nos informou sobre as alterações geopolíticas e macroeconómicas, bem como sobre os desenvolvimentos políticos ocorridos nos meses anteriores com impacto no contexto da atividade do banco, juntamente com os riscos e oportunidades nos cenários operacionais e a resiliência do banco. O Conselho de Administração também nos informou, entre outras coisas, sobre a situação atual dos processos judiciais com os riscos mais elevados e dos processos regulamentares, bem como sobre a situação atual dos desenvolvimentos e desafios na correção das medidas de execução regulamentares e das conclusões críticas relacionadas. Além disso, analisámos o relatório sobre o risco técnico e o relatório sobre a postura em matéria de segurança da informação do Conselho de Administração.

Na nossa reunião de 22 de maio, decidimos dissolver o Comité de Supervisão Regulamentar e reatribuir as suas funções e aprovámos as alterações correspondentes a alguns dos Termos de Referência dos comités do Conselho de Fiscalização. Além disso, revimos a composição dos nossos comités e discutimos ajustes, que posteriormente aprovámos, à composição do Comité de Auditoria, do Comité de Risco, do Comité de Tecnologia, Dados e Inovação, do Comité de Estratégia e Sustentabilidade e do Comité de Controlo de Remunerações, tendo também em consideração o nosso Perfil de Requisitos. Para mais informações, consultar as secções "Procedimentos do Conselho de Fiscalização e dos seus comités" e "Membros do Conselho de Fiscalização e dos seus comités" na Declaração de Governo da Sociedade. Decidimos igualmente emitir o mandato de auditoria à EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft.

Na nossa reunião de 30 e 31 de julho, abordámos os resultados da análise externa ao nosso sistema de remuneração do Conselho de Administração. Esta análise concluiu que o sistema é adequado e que os parâmetros de remuneração estão alinhados e apoiam a estratégia de negócio e a estratégia de risco. Com base na recomendação do Comité de Controlo de Remunerações, contratámos adicionalmente o nosso auditor para auditar o conteúdo do Relatório de Remuneração. Além disso, foram discutidos temas de governação interna relacionados com o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização. Abordámos a revisão anual e os ajustamentos exigidos nas nossas políticas e procedimentos internos, que aprovámos posteriormente. O Conselho de Administração informou-nos sobre os resultados do inquérito aos colaboradores de 2025, bem como sobre as alterações em relação ao ano anterior e as causas subjacentes. Também recebemos um relatório sobre a estratégia do banco em matéria de pessoal. O Conselho de Administração informou-nos sobre as reações do mercado e das partes interessadas à publicação do Relatório Intercalar. O Conselho de Administração apresentou uma panorâmica da execução da estratégia e dos objetivos financeiros, bem como da atual conjuntura do mercado. Juntamente com o Conselho de Administração, abordámos a carta de avaliação anual de uma das principais entidades reguladoras do banco. O Conselho de Administração também nos informou sobre o risco tecnológico e a postura em matéria de segurança da informação. Além disso, os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização adotaram as resoluções necessárias para exercer os direitos dos acionistas nas subsidiárias do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, em conformidade com a Secção 32 da lei alemã de codeterminação (MitbestG). Apoiámos o Conselho de Administração no trabalho de estratégia de preparação para o evento do dia do investidor em novembro de 2025.

Para abordar os temas futuros em tempo útil, numa reunião extraordinária realizada a 11 de setembro, debatemos considerações sobre o planeamento da sucessão do Conselho de Administração.

Na nossa reunião de 5 e 6 de novembro, concentrámo-nos na estratégia. O Conselho de Administração apresentou não só a estratégia do Grupo, mas também as estratégias de negócio e as estratégias de risco relacionadas das divisões individuais e das áreas de infraestruturas, incluindo nas diferentes regiões, e da DWS, sobre as quais deliberámos posteriormente com o Conselho de Administração. Outro ponto fulcral da nossa reunião foi o evento do dia do investidor, sobre o qual prestámos aconselhamento e que discutimos com o Conselho de Administração. Também abordámos temas de planeamento de sucessão e, com base na recomendação do Comité de Nomeações, decidimos nomear o Sr. Alexander Wynaendts para reeleição para o Conselho de Fiscalização para outro mandato de quatro anos na Assembleia-Geral Anual de 28 de maio de 2026. O Sr. Alexander Wynaendts não pôde participar nesta reunião por razões de ordem pessoal. Além disso, os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização adotaram as resoluções necessárias para exercer os direitos dos acionistas nas subsidiárias do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, em conformidade com a Secção 32 da lei alemã de codeterminação (MitbestG). Demos a nossa aprovação de princípio à emissão de instrumentos de capital.

Na nossa reunião extraordinária de 10 de dezembro, estiveram presentes representantes da Equipa Conjunta de Supervisão do Banco Central Europeu, tendo sido discutidos os resultados do Processo de Análise e Avaliação para fins de Supervisão (SREP) de 2025. Abordámos também temas relacionados com o planeamento da sucessão. O Conselho de Administração informou sobre as reações ao evento do dia do investidor e sobre o risco tecnológico e a postura em matéria de segurança da informação. O Conselho de Administração forneceu mais informações sobre a estratégia e o plano de capital para o período de 2026 a 2028. Deliberámos sobre a divulgação do nome dos nossos peritos em remuneração no Conselho de Fiscalização.

Comités do Conselho de Fiscalização

Os membros de cada um dos comités e as alterações ocorridas durante o exercício são especificados na Declaração de Governo da Sociedade no Relatório Anual. Os Presidentes dos respetivos Comités foram responsáveis pela convocação destas reuniões, pela definição e alinhamento da ordem de trabalhos para discussão e por assegurar que os materiais eram preparados e partilhados com os membros do Conselho de Fiscalização o mais cedo possível.

O Comité do Presidente reuniu 14 vezes durante o período de relato, incluindo cinco com o Comité de Nomeações. Quatro reuniões foram realizadas no local, nove por videoconferência e uma como reunião híbrida. Realizaram-se cinco reuniões ordinárias e nove extraordinárias. O Comité do Presidente abordou em profundidade assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, para além de temas e questões jurídicas relacionadas com o governo da sociedade, bem como temas em curso entre as reuniões do Conselho de Fiscalização. Também preparou as reuniões do Conselho de Fiscalização em plenário. Entre outros aspetos, isto envolveu os preparativos para a dissolução do Comité de Supervisão Regulamentar em 22 de maio de 2025, bem como da reafetação das suas atribuições a outros comités do Conselho de Fiscalização.

O Comité do Presidente tratou dos preparativos para as alterações relacionadas com o pessoal no Conselho de Administração, em consulta com o Comité de Nomeações, incluindo o ajustamento das áreas de responsabilidade funcional, a revisão e as alterações, na medida do necessário, dos contratos de prestação de serviços do Conselho de Administração, os termos de referência pelos quais o Conselho de Fiscalização é responsável, bem como os documentos internos do Conselho de Fiscalização, para além dos preparativos para a Assembleia-Geral Anual.

O Comité analisou os cargos de direção externos dos membros do Conselho de Administração, a assunção de custos e serviços/benefícios de apoio para os atuais e antigos membros do Conselho de Administração, os custos dos consultores do Conselho de Fiscalização e o compromisso voluntário de todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização de investir uma parte da sua remuneração respeitante ao Conselho de Fiscalização em ações do banco. O Comité do Presidente também abordou, por delegação do Conselho de Fiscalização, a emissão pelo banco de instrumentos de Capital Adicional Tier 1 (AT1).

Em 2025, o Comité de Risco realizou oito reuniões, quatro presenciais, três híbridas e uma por videoconferência. Foram realizadas duas reuniões conjuntas com o Comité de Controlo de Remunerações. Tal como em anos anteriores, o Comité de Risco abordou temas recorrentes, como a declaração anual de apetência pelo risco do Grupo, os planos de resolução e recuperação do banco, bem como o processo interno para assegurar a adequação de capital interno e uma posição de liquidez apropriada. O Comité centrou-se igualmente no risco operacional, que foi novamente abordado ao longo de 2025, em geral, e mais especificamente através de várias análises aprofundadas. Os temas abordados incluíram a taxonomia de risco relevante, o desenvolvimento de um método para lidar com cenários de stress e métricas para a avaliação abrangente de riscos não financeiros, incluindo as de avaliação de riscos de criminalidade financeira e de conformidade. O Comité prosseguiu a avaliação dos riscos específicos das atividades do Private Bank, do Corporate Bank e do Investment Bank. Além disso, abordou as repercussões dos desenvolvimentos políticos e económicos em curso, incluindo a situação política e económica da Alemanha, os conflitos no comércio internacional e no Médio Oriente, bem como os impactos contínuos na banca decorrentes dos desenvolvimentos no setor imobiliário comercial. Além disso, o Comité acompanhou as principais iniciativas de transformação do Banco relacionadas com a função de Risco. O Comité centrou-se noutras prioridades regulamentares, incluindo o Processo de Análise e Avaliação para fins de Supervisão (SREP) e temas relacionados com os riscos de fornecedores terceiros. Mais recentemente, o Comité de Risco reviu as políticas e os procedimentos de gestão do risco e os riscos de concentração do banco. Além disso, o Comité abordou os impactos do quadro de remuneração face à situação do banco em termos de capital, risco, liquidez e rentabilidade. Desde a dissolução do Comité de Supervisão Regulamentar, em maio de 2025, o Comité de Risco tem abordado os casos de contencioso com os riscos mais elevados do ponto de vista do banco. O Conselho de Administração também informou sobre a sua atenção à gestão dos ciberriscos.

O Comité de Auditoria reuniu-se cinco vezes em 2025. Foram realizadas três reuniões presenciais, uma reunião híbrida e uma por videoconferência. O Comité apoiou o Conselho de Fiscalização no acompanhamento do processo de elaboração dos relatórios financeiros e analisou intensivamente as Demonstrações Financeiras Anuais e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os relatórios intercalares e de resultados, bem como o Relatório Não Financeiro separado. As áreas de enfoque incluíram a evolução do setor bancário em todo o mundo, o reconhecimento de provisões para perdas de crédito e questões jurídicas, bem como os novos requisitos da Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas (CSRD) para os aspetos ambientais, sociais e de governação (SAG). O Comité especificou as aplicações informáticas em "fim de vida" como um domínio de incidência da auditoria, para além da aplicação dos requisitos previstos no Regulamento da UE relativo à resiliência operacional no setor financeiro (Digital Operational Resilience Act (DORA)). Além disso, o Comité debruçou-se regularmente sobre o acompanhamento da eficácia das funções de controlo (em especial, a conformidade, a função de combate ao branqueamento de capitais e a auditoria do Grupo). O acompanhamento das medidas do Conselho de Administração para a correção de irregularidades nos processos Know-Your-Customer (KYC) foi outro ponto central do trabalho do Comité, para além do programa de Gestão de Resultados para a redução acelerada de conclusões críticas. Além disso, o Comité de Auditoria assegurou que era mantido informado sobre os desenvolvimentos relacionados com a insolvência da Wirecard, com eventuais implicações para a independência do auditor das nossas demonstrações financeiras anuais e consolidadas.

O Comité de Nomeações reuniu nove vezes no total durante o período de relato, incluindo duas reuniões extraordinárias com o Comité do Presidente. Realizaram-se cinco reuniões ordinárias e quatro extraordinárias. Quatro reuniões foram realizadas no local, quatro por videoconferência e uma sob a forma de reunião híbrida. O Comité de Nomeações abordou amplamente os aspetos do planeamento da sucessão do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, tendo em conta os requisitos estatutários e regulamentares, as descrições dos cargos, os princípios de diversidade e o perfil de requisitos do Conselho de Fiscalização. Em consulta com o Comité do Presidente, o Comité de Nomeações preparou propostas para as decisões do Conselho de Fiscalização sobre o alinhamento do Conselho de Administração com a fase seguinte da sua estratégia, incluindo alterações ao Plano de Afetação de Negócios. Tal envolveu a nomeação do Sr. Raja Akram para o Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026 e a atribuição de responsabilidades como Diretor Financeiro a partir de 15 de março de 2026, a renovação do contrato de prestação de serviços do Sr. Christian Sewing no Conselho de Administração até 30 de abril de 2029, as prorrogações da nomeação do Sr. Fabrizio Campelli para o Conselho de Administração até 31 de outubro de 2028 e do Senhor Claudio de Sanctis até 30 de junho de 2029, bem como a cessação do mandato do Professor Doutor Stefan Simon no Conselho de Administração, que deixou o banco no final do dia 30 de abril de 2025. Além disso, foi preparada uma deliberação sobre a prorrogação do mandato do Sr. Bernd

Leukert no Conselho de Administração até 30 de junho de 2026. O Comitê de Nomeações debucou-se em profundidade sobre o perfil dos requisitos para os candidatos adequados às próximas eleições para o Conselho de Fiscalização, em 2025 e 2026. Neste contexto, apresentou propostas para a eleição do Dr. Klaus Moosmayer e da Sra. Kirsty Roth, bem como para a reeleição do Sr. Sigmar Gabriel e do Sr. Frank Witter para o Conselho de Fiscalização na Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2025. O Comitê também se debucou sobre as propostas de eleição para a Assembleia-Geral Anual de 2026 e preparou a nomeação do Sr. Alexander Wynaendts para um novo mandato de quatro anos como Presidente do Conselho de Fiscalização. Na sua qualidade de Presidente da Comitê de Nomeações, Alexander Wynaendts absteve-se de participar na discussão da sua nomeação e absteve-se na votação da deliberação. Na sequência das novas eleições para o Conselho de Fiscalização e da dissolução do Comitê de Supervisão Regulamentar em 22 de maio de 2025, foram preparados ajustamentos à composição dos comitês, em consulta com o Comitê do Presidente. Além disso, o Comitê abordou os programas de indução para os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, a formação para o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, os tópicos de adequação contínua ("fit and proper"), bem como a revisão regular das nossas políticas e procedimentos internos. Outros temas incluíram a promoção da diversidade no banco e ao nível do Conselho de Administração, bem como a avaliação anual do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, em conformidade com o n.º 11 do artigo 25.º-D da Lei bancária alemã (KWG). A avaliação para o exercício de 2024 foi efetuada com a assistência de um consultor externo independente e os resultados foram discutidos pelo Comitê de Nomeações e pelo plenário do Conselho de Fiscalização em março de 2025.

O Comitê de Controlo de Remunerações reuniu cinco vezes em 2025, incluindo duas reuniões conjuntas com o Comitê do Presidente. Foram realizadas duas reuniões presenciais, duas reuniões híbridas e uma por videoconferência. Nas suas reuniões, o Comitê abordou, em particular, o acompanhamento da conceção dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e dos colaboradores e, juntamente com o Comitê de Risco, avaliou os efeitos dos sistemas de remuneração e da remuneração variável para o exercício de 2024 sobre a situação em termos de risco, capital e liquidez. O Diretor de Remunerações apresentou o seu Relatório sobre o Controlo das Remunerações, que foi posteriormente discutido pelo Comitê. O Comitê de Controlo de Remunerações apresentou propostas ao Conselho de Fiscalização sobre os montantes da remuneração-alvo dos membros do Conselho de Administração e a sua adequação, sobre os objetivos para 2025 e para a determinação da remuneração variável do Conselho de Administração para o ano de 2024. Tendo em conta as alterações relacionadas com o pessoal do Conselho de Administração, o Comitê abordou igualmente as decisões de remuneração e o ajustamento correspondente dos objetivos individuais. Além disso, tratou dos desenvolvimentos regulamentares e da correção das conclusões regulamentares sobre temas de remuneração e abordou, também com o apoio de consultores externos, o exame da existência de condições prévias para a suspensão, a perda ou a recuperação de elementos da remuneração variável dos (ex-)membros do Conselho de Administração. Na medida do necessário, adotou resoluções e elaborou recomendações sobre propostas de resolução para o plenário do Conselho de Fiscalização. Outro ponto central foi a abordagem do relatório sobre a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, que deveria ser submetido à aprovação da Assembleia-Geral Anual e posteriormente publicado juntamente com o parecer do auditor. Na sequência da Assembleia-Geral Anual de 2025, o Comitê de Controlo de Remunerações, com o apoio de funções internas, elaborou recomendações para a melhoria da transparência do Relatório de Remuneração, que foram implementadas para o exercício de 2025. O Comitê de Controlo de Remunerações discutiu e adotou uma proposta de deliberação que recomenda que o Conselho de Fiscalização mandate o auditor das demonstrações financeiras para auditar adicionalmente o conteúdo do Relatório de Remuneração para 2025. Além disso, o Comitê acompanhou a identificação dos Responsáveis pelos Riscos Materiais e a determinação do montante total da remuneração variável para o exercício de 2024, bem como as decisões sobre a remuneração dos responsáveis pelas funções de controlo. O Comitê de Controlo de Remunerações analisou também a utilização e a eficácia das medidas disponíveis no sistema de remuneração para lidar com violações de normas legais, bem como regras, políticas e procedimentos internos e externos (gestão de consequências). Com o apoio de funções internas e de consultores externos, o Comitê de Controlo de Remunerações analisou a remuneração do Conselho de Fiscalização.

O Comitê de Supervisão Regulamentar reuniu uma vez em 2025. A reunião foi realizada sob a forma de reunião híbrida. Nesta reunião, o Comitê adotou o Relatório Final sobre as suas atividades e os pontos fulcrais do seu acompanhamento e aconselhamento no período de julho de 2022 a março de 2025, que posteriormente entregou ao Conselho de Fiscalização para utilização posterior. O Conselho de Administração informou sobre os contactos com os reguladores com uma relevância significativa para a atividade do banco, sobre a situação da correção das medidas de execução regulamentares e as respetivas conclusões críticas, sobre as investigações internas significativas e a sua evolução, bem como sobre os processos judiciais com os riscos mais elevados na perspetiva do banco. Na sequência da dissolução do Comitê de Supervisão Regulamentar, com efeitos a partir de 22 de maio de 2025, as suas responsabilidades foram redistribuídas por outros comitês do Conselho de Fiscalização, nomeadamente o Comitê de Auditoria, o Comitê de Risco e o Comitê de Controlo de Remunerações, ou mantidas ao nível do Conselho de Fiscalização. Para mais

informações, consultar a secção "Procedimentos do Conselho de Fiscalização e dos seus comités" da Declaração de Governo da Sociedade.

O Comitê de Estratégia e Sustentabilidade realizou seis reuniões, incluindo duas reuniões extraordinárias. Três reuniões foram realizadas presencialmente, uma na forma de reunião híbrida e duas sob a forma de videoconferência. Nas suas reuniões, o Comitê debruçou-se intensamente sobre a transformação estratégica do banco e obteve regularmente relatórios do Conselho de Administração. Neste contexto, os pontos focais específicos foram os progressos estratégicos realizados em 2025, o caminho para alcançar os objetivos financeiros para 2026 e o planeamento para os anos seguintes. Neste contexto, o Comitê abordou a estratégia de sustentabilidade, os progressos nas principais iniciativas de transformação, bem como o desenvolvimento contínuo do Modelo Operacional Alvo do banco. Outro ponto central do trabalho do Comitê de Estratégia e Sustentabilidade foi a estratégia de sustentabilidade. Esta ação envolveu, entre outros aspetos, a análise dos progressos na implementação da estratégia de sustentabilidade, o planeamento dos volumes de financiamento e investimento sustentáveis, bem como o desenvolvimento contínuo da estratégia de sustentabilidade com base nas estratégias do Grupo e das divisões de negócio. O Comitê deliberou ainda sobre as estratégias para o mercado interno do banco, a Alemanha, e para o contexto do mercado global. Outros tópicos de relatório e discussão foram a estratégia da DWS, a estratégia de digitalização, o programa de centralização no cliente e os investimentos nas divisões do banco.

O Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação reuniu-se quatro vezes. Três reuniões foram realizadas no local e uma reunião foi realizada por videoconferência. Os temas sobre os quais o Comitê se debruçou em 2025 incluíram, em particular, as TI e a cibersegurança, bem como a estratégia tecnológica a nível do Grupo e a sua implementação nas divisões empresariais e áreas da infraestrutura. Neste contexto, o Comitê recebeu relatórios sobre os progressos realizados na modernização e simplificação da infraestrutura de TI e do panorama de aplicações do Banco e debateu a importância da tecnologia para as divisões de negócio e as áreas de infraestrutura. No que se refere aos tópicos de TI e cibersegurança, o Comitê recebeu relatórios sobre a atual situação de segurança do banco, bem como uma visão externa do mercado sobre a segurança da informação. Neste contexto, o Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação debateu as atuais macrotendências, bem como os princípios e objetivos da segurança da informação e da gestão do risco da computação em nuvem. Além disso, o Comitê abordou em pormenor os fatores de risco informáticos significativos para o banco e discutiu as medidas e os progressos realizados na redução desses riscos. Além disso, o Comitê discutiu questões regulamentares relacionadas com a tecnologia e as infraestruturas e recebeu relatórios sobre a migração para a nuvem, a gestão de dados do banco e a implementação de programas tecnológicos fundamentais para todo o banco. Além disso, o Comitê de Tecnologia, Dados e Inovação discutiu os custos da área de tecnologia do banco, incluindo os principais fatores de custo e as ações para otimizar a base de custos. Adicionalmente, o Comitê abordou ainda as inovações relacionadas com a inteligência artificial e a aprendizagem automática, bem como a sua governação, implementação responsável e utilização no banco.

As reuniões do Comitê de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

Participação em reuniões

Durante o período abrangido pelo relatório, os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comitês dos quais eram membros, conforme se segue: A participação foi presencial ou por videoconferência. Não se registou nenhum caso de participação por telefone.

N.º de reuniões/Participação em %	Conselho de Fiscalização	Comité do Presidente	Comité de Risco	Comité de Auditoria	Comité de Nomeações
Wynaendts, Alex (Presidente)	8 / 9 89%	13 / 14 93%	8 / 8 100%		9 / 9 100%
Bleidt, Susanne	9 / 9 100%			5 / 5 100%	
Clark, Mayree	9 / 9 100%		8 / 8 100%		9 / 9 100%
Duscheck, Jan	9 / 9 100%		7 / 8 88%		
Elfert, Manja	9 / 9 100%			5 / 5 100%	
Fieber, Claudia	9 / 9 100%		3 / 3 100%	5 / 5 100%	
Gabriel, Sigmar	9 / 9 100%			2 / 2 100%	
Haggenmiller, Florian	9 / 9 100%				
Heider, Timo	9 / 9 100%	13 / 13 100%			9 / 9 100%
Moosmayer, Klaus	5 / 5 100%		4 / 4 100%	2 / 2 100%	
Roth, Kirsty	5 / 5 100%				
Schulze, Frank	9 / 9 100%	14 / 14 100%			9 / 9 100%
Siebert, Gerlinde M.	9 / 9 100%		5 / 5 100%	4 / 4 100%	
Slyngstad, Yngve	9 / 9 100%				
Szukalski, Stephan	9 / 9 100%		8 / 8 100%	1 / 1 100%	
Thain, John	7 / 9 78%				
Tögel, Jürgen	9 / 9 100%				
Trogni, Michele	7 / 9 78%		8 / 8 100%		
Valcárcel, Dagmar	4 / 5 80%			3 / 3 100%	
Weimer, Theodor	4 / 5 80%			3 / 3 100%	
Winkeljohann, Norbert	9 / 9 100%	14 / 14 100%	8 / 8 100%	5 / 5 100%	9 / 9 100%
Witter, Frank	8 / 9 89%			5 / 5 100%	
Total	95%	98%	99%	100%	100%

N.º de reuniões/Participação em %	Comité de Controlo de Remunerações	Comité de Supervisão Regulamentar	Comité de Estratégia e Sustentabilidade	Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	Total
Wynaendts, Alex (Presidente)	5 / 5 100%	1 / 1 100%	6 / 6 100%	3 / 4 75%	53 / 56 95%
Bleidt, Susanne				4 / 4 100%	18 / 18 100%
Clark, Mayree			5 / 6 83%		31 / 32 97%
Duscheck, Jan	4 / 5 80%	1 / 1 100%			21 / 23 91%
Eifert, Manja				4 / 4 100%	18 / 18 100%
Fieber, Claudia			5 / 5 100%		22 / 22 100%
Gabriel, Sigmar					11 / 11 100%
Haggenmiller, Florian			6 / 6 100%	3 / 4 75%	18 / 19 95%
Heider, Timo	3 / 3 100%	1 / 1 100%			35 / 35 100%
Moosmayer, Klaus	2 / 2 100%				13 / 13 100%
Roth, Kirsty				2 / 2 100%	7 / 7 100%
Schulze, Frank			6 / 6 100%		38 / 38 100%
Siebert, Gerlinde M.			1 / 1 100%		19 / 19 100%
Slyngstad, Yngve				2 / 2 100%	11 / 11 100%
Szukalski, Stephan		1 / 1 100%			19 / 19 100%
Thain, John			6 / 6 100%		13 / 15 87%
Tögel, Jürgen	5 / 5 100%		6 / 6 100%		20 / 20 100%
Trogni, Michele				4 / 4 100%	19 / 21 90%
Valcárcel, Dagmar	3 / 3 100%	1 / 1 100%			11 / 12 92%
Weimer, Theodor					7 / 8 88%
Winkeljohann, Norbert	5 / 5 100%				50 / 50 100%
Witter, Frank					13 / 14 93%
Total	97%	100%	98%	93%	97%

Governo da Sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités está em conformidade com os requisitos da legislação, assim como com as normas de governação regulamentares. O Banco Central Europeu analisou e confirmou as habilitações profissionais e a fiabilidade pessoal dos nossos membros no âmbito da sua avaliação da adequação. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual. Adicionalmente, houve uma avaliação do conhecimento, competências e experiência de todo o Conselho de Fiscalização que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva). A Equipa Comum de Supervisão do Banco Central Europeu e o Comité de Nomeações controlam continuamente a idoneidade dos membros do Conselho de Fiscalização.

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e – como exigido – numa base ad hoc, entre as reuniões, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todas as questões e riscos relevantes para o desempenho das suas funções. Esta preparação incluiu, por vezes, o envolvimento de funções internas e de partes interessadas externas. O diálogo contínuo entre todos os nossos membros e a cooperação nos comités foram marcados por um ambiente aberto e de confiança, tanto durante como fora das reuniões. Além disso, a fim de aumentar a eficiência do trabalho do Conselho de Fiscalização, alguns comités realizaram reuniões conjuntas.

Os presidentes dos comités apresentaram relatórios detalhados sobre o trabalho de cada comité nas reuniões do Conselho de Fiscalização. Regularmente, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos trabalhadores e os representantes dos acionistas realizavam discussões preliminares separadas. No início ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités houve debates regulares nas “Sessões Executivas” sem a participação do Conselho de Administração.

Em conformidade com as nossas políticas de governação, que definem claramente os processos de envolvimento e de troca de informações, o Presidente do Conselho de Fiscalização e alguns dos presidentes dos comités dialogaram regularmente com as principais partes interessadas. Em especial para o Presidente do Conselho de Fiscalização, o envolvimento das partes interessadas é uma responsabilidade importante, uma vez que aumenta a transparência com as partes internas e externas relativamente às perspetivas do Conselho de Fiscalização sobre temas importantes. Por exemplo, o Presidente do Conselho de Fiscalização e alguns dos presidentes dos comités participaram em debates com representantes de vários reguladores e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivos comités e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização, em conjunto com o departamento de Relações com os Investidores, mantiveram também conversações com investidores, consultores e associações de acionistas. Estes diálogos centraram-se em questões relacionadas com a governação, a remuneração e a estratégia do ponto de vista do Conselho de Fiscalização, em especial as competências, a composição e o planeamento da sucessão tanto do Conselho de Fiscalização como do Conselho de Administração. Foram também debatidas considerações sobre o desenvolvimento da remuneração do Conselho de Fiscalização e o alinhamento do sistema de remuneração subjacente com os interesses dos acionistas, bem como opções para aumentar a transparência do Relatório de Remuneração do Conselho de Administração. Outros temas incluíram a transformação tecnológica do banco, a continuação do desenvolvimento da cultura empresarial e a avaliação pelo Conselho de Fiscalização dos progressos realizados nos processos de correção e controlo, bem como na implementação da estratégia ambiental, social e de governação (ESG). O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização partilharam a informação detalhada com os membros do Conselho de Fiscalização.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho Fiscal em plenário, abordámos a avaliação prevista na lei do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização para o exercício financeiro de 2024, que também inclui a autoavaliação de acordo com o Código de governo das sociedades alemão. A avaliação foi efetuada com a assistência de um consultor externo e independente. O debate final dos resultados teve lugar numa reunião plenária do Conselho de Fiscalização a 13 de março de 2025, e os resultados foram apresentados num relatório final. No decurso do ano, o Comité de Nomeações abordou não só os tópicos de acompanhamento da avaliação para o exercício de 2024, mas também o formato da avaliação para o exercício de 2025. Em dezembro de 2025, o Comité de Nomeações iniciou a avaliação para o exercício de 2025, que está a ser realizada internamente.

Para mais informações, nomeadamente sobre os peritos financeiros do Conselho de Fiscalização e os peritos em matéria de remuneração, consultar a secção "Conselho de Fiscalização" da Declaração de Governo da Sociedade.

Todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização são independentes. Para mais informações sobre a independência dos membros do Conselho de Fiscalização, em conformidade com as Normas Europeias de Relato sobre Sustentabilidade (ESRS), consultar a secção "Composição e competências" da Declaração de Governo da Sociedade.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), emitida pela última vez pelo Conselho de Administração em outubro de 2024, foi reemitida em outubro de 2025. O texto da Declaração de Conformidade, juntamente com uma apresentação completa do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado no Relatório Anual e no website do banco em <https://investor-relations.db.com/corporate-governance/documents/>. As nossas declarações de conformidade e declarações sobre o governo da sociedade dos últimos cinco anos, pelo menos, estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comités do Conselho de Administração.

Formação e medidas de formação contínua

Realizámos várias sessões de formação em 2025, tal como em anos anteriores, conduzidas por especialistas externos e internos. A formação incidiu sobre temas como a evolução macroeconómica e o seu impacto no banco, a gestão do risco operacional, o potencial inovador da inteligência artificial, bem como outros temas regulamentares relevantes para o Conselho de Fiscalização. Além disso, recebemos informações atualizadas sobre os aspetos regulamentares nos EUA e sobre a apetência pelo risco do banco, bem como informações aprofundadas sobre os mercados regionais.

Para os novos membros que integraram o Conselho de Fiscalização, a Sra. Kirsty Roth e o Dr. Klaus Moosmayer, foram desenvolvidos e realizados extensos cursos de integração, personalizados para cada um deles, de forma a facilitar a sua adaptação aos cargos. Estes cursos de formação incluem regularmente reuniões presenciais com os membros do Conselho de Administração, bem como com os responsáveis pelas divisões internas e as funções de infraestruturas abaixo do nível do Conselho de Administração. Nestas sessões, apresentam as respetivas áreas e funções e dão uma panorâmica dos desenvolvimentos e desafios atuais. Além disso, existem sessões de formação individuais que permitem aprofundar o conhecimento, entre outros aspetos, da atividade do banco, incluindo os temas ambientais, sociais e de governação (ESG), bem como os controlos correspondentes relacionados com a gestão dos riscos, a prevenção da criminalidade financeira e as questões regulamentares e de auditoria.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Esforçamo-nos continuamente por identificar e prevenir, o mais cedo possível, potenciais conflitos de interesses por parte dos nossos membros e providenciar a sua atenuação. Além disso, o desempenho de mandatos externos pelos membros do nosso Conselho de Fiscalização noutras empresas e órgãos de gestão é regularmente analisado para detetar potenciais conflitos de interesses.

No ano em análise, foi comunicado um conflito de interesses:

A Sra. Gerlinde Siebert absteve-se nas deliberações e na votação do Plano de Afetação de Negócios para o Conselho de Administração na reunião de julho, uma vez que a alteração também afetava diretamente a sua área de responsabilidade, ou seja, o "Governo da Sociedade".

Demonstrações Financeiras Anuais, Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o Relatório de Gestão e o Relatório de Compensação combinado

A EY auditou as demonstrações financeiras anuais, incluindo o relatório de contabilidade e o relatório de gestão combinado das demonstrações financeiras anuais, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do exercício financeiro de 2025 e emitiu, em cada caso, um parecer de auditoria sem reservas em 9 de março de 2026. Os Relatórios dos Auditores foram assinados em conjunto pelos auditores, o Sr. Schreiber e o Sr. Rothermel.

Além disso, a EY efetuou uma análise de garantia limitada da declaração de sustentabilidade do presente relatório anual e emitiu um parecer separado sem reservas. A EY emitiu um parecer separado sem reservas para o Relatório de Remuneração.

O Comitê de Auditoria examinou os documentos para as Demonstrações Financeiras Anuais e Demonstrações Financeiras Consolidadas para 2025, bem como a Declaração de Sustentabilidade para 2025 na respectiva reunião em 10 de março de 2026. Representantes da EY apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comitê de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comitê de Auditoria e após apreciação dos documentos das Demonstrações Financeiras Anuais e Demonstrações Financeiras Consolidadas, assim como dos documentos da Declaração de Sustentabilidade, e na sequência de uma extensa discussão sobre o Conselho de Fiscalização, bem como com os representantes do auditor, tomámos nota dos resultados das auditorias com aprovação. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de afetação de lucros distribuíveis.

Questões pessoais

Com a conclusão da Assembleia-Geral Anual em 22 de maio de 2025, os mandatos do Sr. Sigmar Gabriel, da Dra. Dagmar Valcárcel, do Dr. Theodor Weimer e do Sr. Frank Witter terminaram como previsto. De acordo com a nossa proposta, a Assembleia-Geral Anual reelegeu o Sr. Sigmar Gabriel e o Sr. Frank Witter e elegeu pela primeira vez a Sra. Kirsty Roth e o Dr. Klaus Moosmayer como representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização, em cada caso para um mandato de cerca de quatro anos.

Decidimos prorrogar as nomeações para o Conselho de Administração do Sr. Christian Sewing por quatro anos, ou seja, com efeitos a partir de 1 de maio de 2025, até 30 de abril de 2029; do Sr. Fabrizio Campelli por três anos, ou seja, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2025, até 31 de outubro de 2028; do Sr. Claudio de Sanctis por três anos, ou seja, com efeitos a partir de 1 de julho de 2026, até 30 de junho de 2029; e do Sr. Bernd Leukert por seis meses, ou seja, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, até 30 de junho de 2026.

No que respeita ao cargo de Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação, face à iminente demissão do Sr. Bernd Leukert do Conselho de Administração em 30 de junho de 2026, está em curso o processo de procura de um membro permanente para o Conselho de Administração. Estamos empenhados num processo sólido de planeamento da sucessão para garantir a continuidade da liderança e uma supervisão eficaz da agenda tecnológica e de dados do Deutsche Bank durante esta fase de transição.

Já no último período de relato, em 12 de dezembro de 2024, nomeámos o Dr. Marcus Chromik como membro do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 1 de maio de 2025, para um mandato de três anos, até 30 de abril de 2028. Sucedeu ao anterior Diretor de Risco, o Sr. Olivier Vigneron, que não prorrogou o seu contrato de prestação de serviços que terminava a 19 de maio de 2025.

Além disso, em 27 de março de 2025, nomeámos o Sr. Raja Akram como membro do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, para um mandato de três anos, até 31 de dezembro de 2028. Com efeitos a partir de 15 de março de 2026, assumirá as funções do atual Diretor Financeiro, o Sr. James von Moltke, que não prorrogará o seu contrato de prestação de serviços que termina em 30 de junho de 2026.

O Professor Dr. Stefan Simon demitiu-se do seu mandato no Conselho de Administração com efeitos a partir de 30 de abril de 2025 e deixou o banco.

Todas as deliberações basearam-se nas recomendações do Comitê de Nomeações e do Comitê do Presidente.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como aos membros que abandonaram os seus cargos no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio construtivo que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Adicionalmente, também gostaríamos de expressar o nosso enorme agradecimento aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, 11 de março de 2026

O Conselho de Fiscalização



Alexander Wynaendts
Presidente

Conselho de Fiscalização

Alexander Wynaendts

– Presidente

Haia

Países Baixos

Frank Schulze*

– Vice-presidente

Hanau

Alemanha

Professor Dr. Norbert
Winkeljohann

– Vice-presidente

Osnabrück

Alemanha

Susanne Bleidt*

Bell

Alemanha

Mayree Clark

Nova Canaan

EUA

Ian Duschek*

Berlim

Alemanha

Manja Eifert*

Berlim

Alemanha

Claudia Fieber*

Berlim

Alemanha

Sigmar Gabriel

Goslar

Alemanha

Florian Hagenmiller*

Kempten (Allgäu)

Alemanha

Timo Heider*

Emmerthal

Alemanha

Dr. Klaus Moosmayer

desde 22 de maio de 2025

Müllheim

Alemanha

Kirsty Roth

desde 22 de maio de 2025

Wollerau

Suíça

Gerlinde M. Siebert*

Frankfurt am Main

Alemanha

Yngve Slyngstad

Oslo

Noruega

Stephan Szukalski*

Ober-Mörlen

Alemanha

John Alexander Thain

Rye

EUA

Jürgen Tögel*

Horgau

Alemanha

Michele Trogni

Riverside

EUA

Dr. Dagmar Valcárcel

até 22 de maio de 2025

Madrid

Espanha

Dr. Theodor Weimer

até 22 de maio de 2025

Wiesbaden

Alemanha

Frank Witter

Braunschweig

Alemanha

* Representantes dos colaboradores

Comités do Conselho de Fiscalização

Comité do Presidente

Alexander Wynaendts
– Presidente
Timo Heider*
Frank Schulze*
Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações

Alexander Wynaendts
– Presidente
Mayree Clark
Timo Heider*
Frank Schulze*
Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Auditoria

Frank Witter
– Presidente
Susanne Bleidt*
Manja Eifert*
Claudia Fieber*
Sigmar Gabriel
(desde 22 de maio de 2025)
Dr. Klaus Moosmayer
(desde 22 de maio de 2025)
Gerlinde M. Siebert
(até 24 de outubro de 2025)
Stephan Szukalski*
desde 24 de outubro de 2025)
Dr. Dagmar Valcárcel
(até 22 de maio de 2025)
Dr. Theodor Weimer
(até 22 de maio de 2025)
Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Supervisão

Regulamentar (até 22 de maio de 2025)
Dr. Dagmar Valcárcel
- Presidente
Jan Duscheck*
Sigmar Gabriel
Timo Heider*
Stephan Szukalski*
Alexander Wynaendts

Comité de Risco

Mayree Clark
- Presidente
Jan Duscheck*
Claudia Fieber*
desde 24 de outubro de 2025)
Timo Heider*
(desde 22 de maio de 2025)
Dr. Klaus Moosmayer
(desde 22 de maio de 2025)
Gerlinde M. Siebert*
(até 24 de outubro de 2025)
Stephan Szukalski*
Michele Trogni
Professor Dr. Norbert Winkeljohann
Alexander Wynaendts

Comité de Controlo de Remunerações

Professor Dr. Norbert Winkeljohann
– Presidente
Jan Duscheck*
Timo Heider*
(até 22 de maio de 2025)
Dr. Klaus Moosmayer
(desde 22 de maio de 2025)
Frank Schulze*
(desde 22 de maio de 2025)
Jürgen Tögel*
Dr. Dagmar Valcárcel
(até 22 de maio de 2025)
Alexander Wynaendts

Estratégia e Sustentabilidade

Controlo de Remunerações

John Alexander Thain
– Presidente
Mayree Clark
Claudia Fieber*
(até 24 de outubro de 2025)
Florian Haggenmiller*
Frank Schulze*
Gerlinde M. Siebert*
desde 24 de outubro de 2025)
Yngve Slyngstad
(desde 22 de maio de 2025)
Jürgen Tögel*
Michele Trogni
(até 22 de maio de 2025)
Alexander Wynaendts

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni
- Presidente
Susanne Bleidt*
Manja Eifert*
Florian Haggenmiller*
Kirsty Roth
(desde 22 de maio de 2025)
Yngve Slyngstad
(até 22 de maio de 2025)
Alexander Wynaendts

Comité de Mediação

Alexander Wynaendts
– Presidente
Timo Heider*
Frank Schulze*
Professor Dr. Norbert Winkeljohann

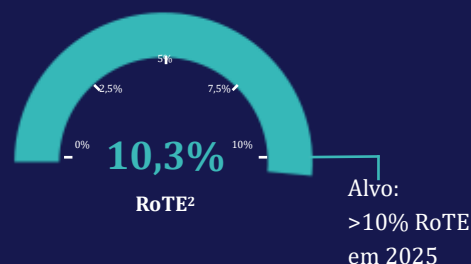
* Representantes dos colaboradores



A concretização das metas de 2025 estabelece uma base sólida para a expansão do Global Hausbank

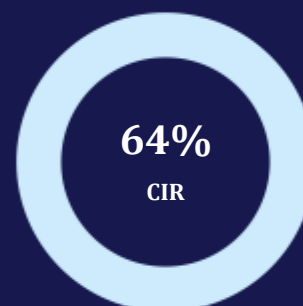
Dinâmica de crescimento

- A ambição de receitas de 32 mil milhões de euros foi concretizada, apoiada pela dinâmica contínua da atividade
- CAGR¹ de 6,0% no ponto médio do intervalo alvo de 5,5% a 6,5%, refletindo a execução da estratégia e um crescimento disciplinado
- O aumento das receitas em todas as divisões e a sólida rentabilidade reforçam os ganhos sustentados e as ambições de retorno a médio prazo



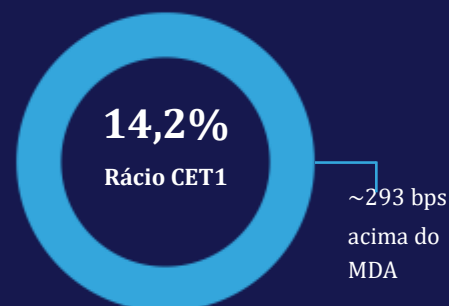
Execução disciplinada

- Eficiências operacionais de 2,5 mil milhões de euros executadas, permitindo uma transformação autofinanciada e uma base de custos ajustada e estável
- A disciplina contínua em matéria de custos permitiu obter um CIR de 64%, refletindo a simplificação em curso e as melhorias da plataforma
- Alavancagem operacional positiva graças a uma afetação de recursos orientada e à execução de medidas de eficiência



Resiliência

- Rácio CET1 de 14,2%, ligeiramente acima do intervalo alvo de 13,5% a 14,0%, refletindo uma sólida posição de capital apoiada pela geração orgânica de capital e pela otimização em curso
- Otimização dos ativos ponderados pelo risco de 31 mil milhões de euros, excedendo o objetivo de 25 a 30 mil milhões de euros, e reforçando assim a eficiência de capital
- As medidas relativas aos ativos ponderados pelo risco e a gestão rigorosa dos riscos sustentam a resiliência do banco e a sua capacidade de apoiar os clientes



Sustentabilidade

- Aumento dos volumes de financiamento sustentável em 98 mil milhões de euros no exercício de 2025 para 471 mil milhões de euros (acumulado desde 2020)
- Concretização do maior refinanciamento de Empréstimo Verde Certificado em 2025, no valor de 3 mil milhões de dólares australianos, à Intellihub, apoiando a implementação em larga escala de contadores inteligentes e dispositivos de energia na Austrália e Nova Zelândia.



¹ Taxa de crescimento anual composta desde 2021

² Para obter uma descrição desta e de outras medidas financeiras não-GAAP, consultar "Informações adicionais (não auditadas)": medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Estratégia

Global Hausbank

O roteiro estratégico e financeiro do Deutsche Bank para 2025 tinha como objetivo posicionar o banco como o Global Hausbank, apoiado em fortes alicerces europeus e numa ampla rede internacional. A estratégia centrou-se na consecução das metas financeiras e dos objetivos de capital para 2025 e assentou em três pilares fundamentais: gestão do risco, sustentabilidade e tecnologia, prioridades que se tornaram ainda mais importantes num contexto de persistente incerteza geopolítica e macroeconómica. No final de 2025, o banco tinha atingido ou ultrapassado as suas principais metas financeiras e objetivos de capital, estabelecendo assim uma base sólida para a expansão do Global Hausbank.

No Investor Deep Dive de novembro de 2025, o Deutsche Bank anunciou a próxima fase da sua estratégia e os objetivos financeiros e de capital para 2028. Tendo restaurado a rentabilidade do banco e reforçado os seus alicerces, o banco centrar-se-á na aceleração da criação de valor através da expansão do Global Hausbank. O objetivo do Deutsche Bank é explorar um maior potencial de crescimento significativo, com base na sua posição como parceiro de confiança dos clientes num ambiente em mudança. A visão a longo prazo do banco é tornar-se o campeão europeu da banca, caracterizado pela liderança nos principais segmentos de negócio a nível europeu, por retornos líderes de mercado, por uma presença global profunda e em grande escala e por uma organização centrada na inovação e impulsionada pela IA.

Indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank para 2025

Objetivos financeiros:

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 10% para o Grupo
- Taxa de crescimento anual composta de receitas entre 2021 e 2025 de 5,5% a 6,5%
- Rácio custo/rendimento inferior a 65%

Objetivos de capital:

- Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1) dentro de um intervalo operacional de 13,5% a 14,0%, com uma distância de 200 pontos base em relação ao Montante Máximo Distribuível (MDA) como limite mínimo
- Rácio de reembolso total de 50% a partir de 2025

Os progressos registados em todos os domínios criam bases sólidas para a próxima fase de crescimento

O Deutsche Bank atingiu os seus objetivos em todos os pilares da execução acelerada da estratégia Global Hausbank em 2025.

Em termos de crescimento das receitas, as receitas líquidas aumentaram para 32,1 mil milhões de euros em 2025, mais 7% do que os 30,1 mil milhões de euros de 2024, em linha com a ambição do banco de alcançar receitas de cerca de 32 mil milhões de euros no ano. De 2021 até ao final de 2025, as receitas cresceram a uma taxa anual composta de 6,0%, o ponto intermédio do intervalo alvo do banco de 5,5% a 6,5%.

No que respeita à eficiência operacional, o Deutsche Bank concluiu o seu programa de eficiência operacional de 2,5 mil milhões de euros tal como planeado até ao final de 2025. As medidas incluíram a otimização da plataforma do banco na Alemanha e a redução de efetivos, nomeadamente em funções não relacionadas com clientes.

O programa de eficiência de capital do Deutsche Bank proporcionou benefícios equivalentes aos ativos ponderados pelo risco (RWA) no valor acumulado de 31 mil milhões de euros até ao final de 2025, acima do limite superior do seu objetivo para o final de 2025, que era de 25 mil milhões de euros a 30 mil milhões de euros. Estas eficiências contribuíram para que o rácio de capital CET1 do banco no final de 2025 fosse de 14,2%, ligeiramente acima do intervalo operacional visado pelo banco de 13,5% a 14,0%, e acima dos 13,8% do final de 2024.

Em 2025, o banco realizou distribuições de capital relativas a 2024 no valor de 2,3 mil milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 50% em relação a 2024. Estas incluíram dividendos de 0,68 euros por ação, ou 1,3 mil milhões de euros no total, e recompras de ações no valor de 1,0 mil milhões de euros. Para 2026, o Deutsche Bank prevê propor um dividendo referente

ao exercício de 2025 de 1,00 euro por ação, ou aproximadamente 1,9 mil milhões de euros no total, um aumento de 50% face aos 0,68 euros por ação de 2024, na Assembleia-Geral Anual do banco, em maio de 2026. O banco obteve também as autorizações habituais para novas recompras de ações até ao montante de mil milhões de euros em 2025. No seu conjunto, estas medidas aumentariam as distribuições cumulativas de capital aos acionistas em mais 2,9 mil milhões de euros e representariam distribuições relativas a 2025 coerentes com o compromisso do banco de um rácio de reembolso de 50% para 2025. As distribuições de capital acumuladas relativas aos exercícios de 2021–2025, a pagar em 2022–2026, ascendem assim a 8,5 mil milhões de euros, excedendo o objetivo inicial de distribuição de capital do banco de 8 mil milhões de euros.

Sustentabilidade

A sustentabilidade é um aspeto fundamental da estratégia do Deutsche Bank. Em 2025, o banco continuou a centrar-se nos quatro pilares da sua estratégia de sustentabilidade: Financiamento Sustentável, Políticas e Compromissos, Pessoas e Operações Próprias, e Liderança de Opinião e Envolvimento das Partes Interessadas.

O Deutsche Bank estabeleceu objetivos ambiciosos para maximizar a sua contribuição para a consecução dos objetivos do Acordo Climático de Paris e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU). Os principais objetivos e metas estão relacionados com as seguintes questões de sustentabilidade:

- O Deutsche Bank estabeleceu um novo objetivo cumulativo de financiamento sustentável e de transição de 900 mil milhões de euros para o período de 2020 até ao final de 2030, reforçando o seu papel de parceiro de confiança para os clientes do banco na transformação global. O banco pretendia atingir um total de 500 mil milhões de euros de volumes cumulativos de financiamento sustentável e de investimentos ESG entre janeiro de 2020 e o final de 2025 (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)). No final de 2025, o Deutsche Bank atingiu 471 mil milhões de euros (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)) e aumentou o volume incremental de 93 mil milhões de euros em 2024 para 98 mil milhões de euros em 2025. Embora o objetivo inicial não tenha sido alcançado até ao final de 2025, o Deutsche Bank continua empenhado em fornecer soluções de financiamento sustentável e de investimento ESG aos seus clientes e espera ultrapassar os 500 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2026. Os progressos no sentido do objetivo inicial foram afetados por vários fatores ao longo do período, incluindo taxas de juro mais elevadas, desenvolvimentos regulamentares e alterações no contexto político
- O Deutsche Bank introduziu uma ambição natural de facilitar 300 transações até ao final de 2027, apoiando a biodiversidade, bem como a conservação e recuperação de ecossistemas, em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
- O Deutsche Bank está empenhado em atingir zero emissões líquidas até 2050. Nos anos anteriores, o Deutsche Bank estabeleceu metas de neutralidade carbónica para oito setores com elevadas emissões de carbono na sua carteira de empréstimos a empresas, com metas intermédias até ao final de 2030 e metas finais até ao final de 2050
- O Deutsche Bank planeava obter 100% da sua eletricidade a partir de fontes renováveis até 2025, tendo atingido este objetivo
- Em 2021, o banco comprometeu-se com um objetivo ambicioso de fazer com que as mulheres representem pelo menos 35% da sua população de Diretores Executivos, Diretores e Vice-Presidentes a nível mundial (excluindo a divisão de Asset Management) até ao final de 2025, conhecido como o programa "35 até 25". No final de 2025, as mulheres representavam 34,1% da população de Diretores Executivos, Diretores e Vice-Presidentes do banco a nível mundial, com a representação feminina em cargos de topo a aumentar 4,2 pontos percentuais entre 2021 e 2025
- O banco pretende aumentar a diversidade de género nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração (MB-1 e MB-2), com o objetivo de que 30% dos cargos sejam ocupados por mulheres até ao final de 2025, promovendo assim a igualdade de oportunidades na linha de sucessão do Conselho de Administração. O banco cumpriu efetivamente o objetivo para o MB-1 e atingiu 28,2% no MB-2. Em conformidade com os requisitos legais alemães, o banco manterá os objetivos para além de 2025 para os dois níveis abaixo do Conselho de Administração, com uma meta de 32,5% de mulheres no MB-1 e MB-2 até ao final de 2026, tendo em conta a legislação local

Em 2025, o Deutsche Bank registou novos progressos na implementação da sua agenda de sustentabilidade, que foi reconhecida pelas principais agências de notação de SAG. O Deutsche Bank recebeu melhorias na classificações ESG da CDP, da Standard & Poor's Corporate Sustainability Assessment e da Sustainalytics, e confirmou os bons resultados do banco no MSCI.

Em 2025, o Deutsche Bank publicou o seu Quadro de Financiamento da Transição inicial, definindo regras claras para o financiamento de transições para a neutralidade carbónica em setores de difícil descarbonização. Além disso, o banco atualizou o seu Plano de Transição com os dados mais recentes e as principais concretizações e atualizou o Quadro de Instrumentos Sustentáveis para o alinhar com os ajustamentos relevantes do Quadro de Financiamento Sustentável, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026.

Para mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank, bem como da DWS, que define a sua própria estratégia de sustentabilidade, consultar os capítulos "Governança" e "Estratégia de Sustentabilidade" na Declaração de Sustentabilidade deste relatório.

Expansão do Global Hausbank

O banco acredita que os progressos alcançados na transformação do Deutsche Bank criaram uma base sólida para um crescimento sustentável até 2028. No Investor Deep Dive, em novembro de 2025, o Deutsche Bank apresentou o seu roteiro estratégico e financeiro para o período até 2028, delineando planos para aumentar a posição do banco como Global Hausbank e definindo as suas metas financeiras e objetivos de capital para 2028.

Indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank para 2028

Objetivos financeiros:

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 13% para o Grupo
- Rácio custo/rendimento inferior a 60%

Objetivos de capital:

- Capital CET1 dentro de um intervalo operacional de 13,5% a 14,0%, com uma distância de 200 pontos base em relação ao Montante Máximo Distribuível (MDA) como limite mínimo
- Rácio de reembolso total de 60% a partir de 2026 e distribuição do capital excedentário quando o rácio de capital CET1 for superior a 14% de forma sustentável

Acelerar a criação de valor através de três alavancas estratégicas

A próxima fase da estratégia do Deutsche Bank centra-se em três alavancas: crescimento direcionado, gestão disciplinada do capital e um modelo operacional escalável. Estas alavancas estão ancoradas num compromisso firme com o valor acrescentado para o acionista (SVA) como princípio orientador central, com o objetivo de aperfeiçoar a tomada de decisões, alinhar a afetação de recursos com a criação de valor e reforçar uma cultura de responsabilidade. Ancorado na sua ambição de expandir o Global Hausbank, o Deutsche Bank pretende aprofundar o envolvimento dos clientes e reforçar a colaboração entre segmentos para oferecer todas as suas capacidades.

Crescimento direcionado: o crescimento direcionado é um dos principais motores da ambição estratégica do Deutsche Bank até 2028. O banco espera que as áreas de crescimento específicas contribuam significativamente para o aumento das receitas a longo prazo, com o objetivo de gerar cerca de 5 mil milhões de euros de receitas adicionais, aumentando as receitas do Grupo de 32 mil milhões de euros para cerca de 37 mil milhões de euros até 2028. Esta trajetória reflete um aumento equilibrado das atividades geradoras de comissões e sensíveis aos juros, incluindo cerca de 2,6 mil milhões de euros de comissões líquidas adicionais e 2,3 mil milhões de euros de receitas líquidas de juros, apoiadas pela renovação estrutural das coberturas, pela solidez da carteira de depósitos na Alemanha e pelo crescimento dos empréstimos em todo o banco. Espera-se que o crescimento seja reforçado por uma cobertura mais coordenada dos clientes, com as divisões de Corporate Bank e Investment Bank a apoiarem conjuntamente os clientes empresariais e institucionais, as divisões de Private Bank e Asset Management a reforçarem as soluções de investimento e de reforma, e os segmentos a contribuírem para uma maior quota de negócio dos clientes.

Gestão disciplinada do capital: o Deutsche Bank gere o capital como uma alavanca estratégica, assegurando que é aplicado onde os retornos são mais fortes e alinhados com os princípios orientadores do SVA do banco. A estratégia de capital do banco assenta numa gestão disciplinada do balanço, centrada na reafetação de recursos para atividades que aumentem o capital. Até ao final de 2028, o Deutsche Bank pretende obter um aumento de mais de 100 pontos base nas receitas em relação aos RWA (excluindo o RWA de risco operacional), apoiado por uma disciplina de preços reforçada, uma maior rapidez do balanço e canais alargados de transferência de riscos e de titularização. O banco pretende manter um rácio de capital CET1 de 13,5% a 14,0%, com uma distância de 200 pontos base em relação ao MDA como limite mínimo. O banco tem como objetivo um rácio de reembolso total de 60% a partir de 2026 e distribuição do capital excedentário quando o seu rácio de capital CET1 for sustentadamente superior a 14%.

Modelo operacional escalável: o Deutsche Bank pretende reforçar a capacidade de expansão e a resiliência do seu modelo operacional para apoiar o crescimento a longo prazo e melhorar a produtividade em todo o Grupo. O objetivo do banco é obter uma alavancagem operacional de cerca de 6% em 2028, graças a uma combinação equilibrada de investimentos orientados para o futuro e a uma gestão disciplinada dos custos. O objetivo de 1,5 mil milhões de euros de investimentos incrementais, incluindo tecnologia, inteligência artificial e iniciativas orientadas para as empresas, foi concebido para obter ganhos de eficiência iniciais, ao mesmo tempo que moderniza as principais plataformas do banco. Prevê-se que estes investimentos sejam mais do que compensados por,

pelo menos, 2 mil milhões de euros de ganhos de eficiência operacional, impulsionados pela otimização dos processos "front to back", pela melhoria da arquitetura informática e pela transformação das funções de infraestrutura. Esta abordagem apoia uma melhoria sustentada do rácio custo/rendimento, com um objetivo inferior a 60% até 2028, ao mesmo tempo que se mantém a disciplina em matéria de custos, prevendo-se que as despesas, excluindo os investimentos orientados para as empresas, aumentem apenas modestamente.

A rentabilidade do capital próprio médio tangível após impostos é uma medida financeira não-GAAP. Consulte "Informação financeira suplementar (não auditada): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com os valores IFRS em que as mesmas se baseiam. Com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2026, o Deutsche Bank deixará de reportar separadamente os custos ajustados e os custos não operacionais.

Uma clara dinâmica em todas as divisões, com vista a um crescimento sustentável e a uma maior rentabilidade



Corporate Bank

- Com um crescimento das receitas superior a 40% desde o exercício de 2021, a divisão de Corporate Bank está bem posicionada para mais crescimento rentável
- Crescimento dos depósitos em todas as regiões, compensando maioritariamente o impacto da redução das margens dos depósitos

Investment Bank

- Aumento substancial das receitas e da rentabilidade da divisão desde o exercício de 2021
- Reposicionamento da área de IBCM para expandir as capacidades de Consultoria e ECM, mantendo simultaneamente a solidez da nossa franquia de Dívida
- Apoio aos clientes através da força contínua

**Receitas
líquidas**
FY 2025



**Gastos
operacionais**



**Resultados
antes de
impostos**



Corporate Bank

Investment Bank

Private Bank

Asset Management

Private Bank

- Aumento da rentabilidade, refletindo o crescimento e os benefícios da transformação
- As despesas não relacionadas com juros diminuíram ainda mais com o encerramento de 126 agências e a redução de 1600 efetivos
- Aumento dos AuM e expansão contínua da divisão de Wealth Management

Asset Management

- Como *Porta de entrada para a Europa*, oferecendo aos clientes oportunidades atrativas de investimento na Europa
- Forte presença no mercado europeu de ETF, atraindo um crescimento consistente de novos ativos líquidos
- Expansão da gama de produtos em Xtrackers, incluindo ETF ativos

Segmentos da atividade do Deutsche Bank

Corporate Bank

As capacidades da divisão Corporate Bank em matéria de Gestão de Tesouraria, Financiamento do Comércio e Concessão de Empréstimos, e Serviços Fiduciários e de Valores Mobiliários permitirão ao banco satisfazer as principais necessidades dos seus clientes. A divisão Corporate Bank ajuda os clientes a otimizar o seu capital operacional e a sua liquidez, a proteger as cadeias de abastecimento e os canais de distribuição globais e a gerir os seus riscos, em estreita colaboração com a área de Câmbio da divisão Investment Bank. Além disso, a divisão Corporate Bank atua como prestador de serviços especializados a instituições financeiras, oferecendo serviços de Correspondent Banking e Serviços Fiduciários e de Valores Mobiliários. A divisão Corporate Bank uniu as suas áreas de Serviços Fiduciários e de Agência e de Serviços de Valores Mobiliários numa nova organização unificada de Serviços Fiduciários e Valores Mobiliários em meados de 2025. Por último, o Deutsche Bank presta serviços bancários a pequenas empresas e empresários na Alemanha, através de um conjunto de produtos normalizado.

Em 2025, a divisão Corporate Bank continuou a evoluir na prossecução dos seus objetivos estratégicos, nomeadamente através do crescimento dos rendimentos de serviços e comissões líquidos em todas as regiões, enquanto a cobertura de juros e o forte crescimento dos depósitos compensaram parcialmente a normalização da margem dos depósitos. A divisão Corporate Bank foi considerado o "Melhor Banco de Financiamento Comercial" no inquérito FINANCE Banken-Survey e o "Melhor Banco Fiduciário Corporativo do Mundo" nos IJ Global Awards. O Deutsche Bank acredita que estes prémios reconhecem as relações sólidas da divisão Corporate Bank com os seus clientes e a oferta de soluções focadas no cliente.

A estratégia da divisão Corporate Bank até 2028 assenta num crescimento focalizado, numa rigorosa disciplina de capital e num modelo operacional escalável, apoiando a estratégia de Expansão do Global Hausbank do Deutsche Bank. Em conformidade com a orientação definida no Investor Deep Dive de 2025, o Deutsche Bank prevê uma expansão significativa nos seus principais grupos de clientes: grandes empresas, instituições, e pequenas e médias empresas. O banco também pretende alargar as suas plataformas e fornecer soluções personalizadas que respondam às necessidades estratégicas dos clientes. Com base na sua forte liderança na Alemanha, a divisão Corporate Bank pretende aprofundar a sua posição como parceira de confiança das economias alemã e europeia, apoiada pela expansão fiscal e pelo reforço da colaboração entre os segmentos de negócio do Deutsche Bank.

Os Serviços de Tesouraria a Empresas têm como objetivo expandir ainda mais a sua plataforma de produtos principais, permitindo uma maior densidade e uma maior gama de ofertas aos clientes, ao mesmo tempo que reafeta o capital das atividades com um retorno abaixo do esperado. Os Serviços a Clientes Institucionais visam aumentar a sua base de clientes em colaboração com a divisão Investment Bank, aumentar a penetração com uma oferta alargada de produtos e recuperar a quota de mercado em dólar americano nos correspondentes bancários. A área de Serviços Bancários a Empresas tem como objetivo aumentar a sua base de clientes, especialmente através das vendas digitais e do recurso à inteligência artificial e a iniciativas de campanhas automatizadas baseadas em dados que permitem um alcance mais direcionado e taxas de conversão mais elevadas.

Enquanto parceiro de transição, o Deutsche Bank apoia os clientes de todas as cadeias de valor do setor na consecução de objetivos estratégicos, no reforço da competitividade e da resiliência e na gestão de operações financeiras, integrando simultaneamente capacidades de financiamento sustentável nas atividades de tesouraria e de financiamento. O banco continua a adaptar as suas capacidades de financiamento sustentável alinhadas com o setor para responder à evolução das necessidades dos clientes e para permitir a transição entre modelos de negócio, facilitando o progresso rumo aos objetivos de neutralidade carbónica através da combinação de um profundo conhecimento do setor com soluções financeiras personalizadas.

Para apoiar esta ambição, a divisão Corporate Bank está a construir um modelo operacional escalável que aumenta a eficiência, melhora a prestação de serviços aos clientes e posiciona o negócio para um crescimento sustentável. O segmento está a investir em soluções tecnológicas, no reforço das capacidades de pagamento e numa execução mais rápida graças à inteligência artificial e à automatização. Estas iniciativas são complementadas pela reformulação de processos e pela integração de plataformas para melhorar a fiabilidade, a normalização e a rapidez em toda a franquia global.

A divisão Corporate Bank tem como objetivo tirar maior partido da sua extensa rede internacional em mais de 140 países, combinando o alcance global com uma profunda experiência local. Esta abordagem permite uma prestação de serviços sem descontinuidades na Gestão de Tesouraria Empresarial e Institucional, Financiamento e Empréstimos Comerciais, Serviços Fiduciários e de Valores Mobiliários e Serviços Bancários a Empresas. Através da implementação de tecnologia escalável e de uma

maior integração operacional, a divisão Corporate Bank pretende aumentar a produtividade, melhorar a resiliência e reforçar a sua diferenciação competitiva num ambiente de mercado em evolução.

Em consonância com as suas prioridades estratégicas, a divisão Corporate Bank continua empenhada numa disciplina rigorosa em matéria de capital e numa gestão prudente dos riscos, mantendo simultaneamente elevados padrões de concessão de crédito e preservando a qualidade da sua carteira de empréstimos. Tenciona continuar a reafetar os ativos ponderados pelo risco a carteiras com maior valor acrescentado para os acionistas e aumentar a rapidez do balanço através de uma maior estruturação orientada para a distribuição e de uma maior sindicância de empréstimos. Através de um crescimento orientado e de uma plataforma escalável nos Serviços de Tesouraria a Empresas, nos Serviços a Clientes Institucionais e nos Serviços Bancários a Empresas, a divisão Corporate Bank reforça a sua contribuição para a expansão do Global Hausbank e visa proporcionar um crescimento sustentável e retornos disciplinados aos clientes e acionistas.

Investment Bank

A divisão Investment Bank é composta por duas áreas de negócio principais: Fixed Income & Currencies (FIC) e Investment Banking & Capital Markets (IBCM). Em todas estas áreas de negócio, é oferecida aos clientes empresariais e institucionais uma gama abrangente de serviços que incluem financiamento, criação de mercado, soluções de gestão do risco, consultoria, e emissão de dívida e ações. A nível regional, o segmento engloba a Europa, as Américas e a APAC/MEA.

Em 2025, a divisão Investment Bank apresentou um desempenho sólido, com um aumento de receitas de 9% em comparação com 2024, um aumento substancial da rentabilidade do capital próprio e uma melhoria do rácio custo/rendimento. Este desempenho reflete a execução das prioridades estratégicas, a melhoria da oferta de serviços aos clientes e o desenvolvimento da franquia nos últimos anos. Durante o ano, o Deutsche Bank foi também nomeado "Melhor Banco de Câmbio do Mundo" nos Euromoney FX Awards de 2025, reafirmando a posição do banco como um dos líderes neste mercado e demonstrando uma oferta melhorada aos clientes.

A divisão Investment Bank pretende concentrar-se em áreas de solidez competitiva para impulsionar o crescimento das receitas em todo o segmento. O segmento está a prosseguir este objetivo através de três prioridades complementares.

Uma das áreas de enfoque é posicionar o IBCM para se tornar uma franquia europeia líder e tirar partido da liderança alemã e de uma oferta global orientada, com o objetivo de reforçar a posição do IBCM em setores fundamentais e expandir as capacidades de Consultoria e de Mercado de Capitais de Ações, mantendo simultaneamente a solidez da franquia de Dívida. Isto inclui o aprofundamento das relações com os clientes empresariais estreitamente alinhadas com a divisão Corporate Bank e a concessão de empréstimos, a aquisição de novos clientes para alargar a cobertura do setor e o investimento em competências setoriais e em produtos. Uma das principais prioridades é o desenvolvimento da capacidade de distribuição de ações para apoiar o crescimento da área de Mercados de Capitais de Ações.

Paralelamente, o segmento espera continuar a investir na plataforma FIC para reforçar a sua forte posição a nível mundial. Nas Américas, o crescimento deverá resultar de investimentos específicos em linhas de negócio selecionadas, enquanto a afetação de capital ao Financiamento deverá ajudar a compensar a compressão dos spreads, apoiada por iniciativas destinadas a aprofundar as relações com os clientes.

Em complemento destes esforços, a estratégia pretende potenciar ainda mais o Global Hausbank, promovendo a colaboração interempresarial com a divisão Corporate Bank para complementar a cobertura em matéria de consultoria e gestão do risco, e as divisões Private Bank e Asset Management, desbloqueando assim oportunidades na geração de ativos, distribuição e desenvolvimento conjunto de produtos.

O segmento tem como objetivo aproveitar a tecnologia e a inteligência artificial para transformar o serviço ao cliente e as ofertas num ambiente controlado. Prevê-se que este objetivo seja apoiado por investimentos tecnológicos ao longo dos próximos três anos, fornecendo soluções que melhorem a experiência do cliente através de uma análise e execução avançadas de dados. A implementação da automatização possibilitada pela inteligência artificial e a reformulação completa dos processos deverão criar eficiências, permitindo mais tempo para a relação com os clientes e mantendo um rácio custo/rendimento competitivo, reforçando simultaneamente os quadros de controlo para garantir uma escalabilidade segura e sustentável.

Prevê-se que o capital seja utilizado de forma seletiva para apoiar áreas de crescimento prioritárias e para desenvolver franquias de capital reduzido, como a Consultoria e os Mercados de Capitais de Ações. O segmento planeia alinhar esta utilização disciplinada do capital com oportunidades de elevado retorno, aproveitando simultaneamente as capacidades do segmento e a rede de investidores para distribuir o risco de forma eficaz. Por último, a divisão Investment Bank pretende otimizar a carteira de empréstimos com base em relações e melhorar a criação de valor ao nível do cliente através de análises avançadas.

Ao combinar o crescimento concentrado nas principais franquias, um modelo operacional escalável e orientado para a tecnologia e uma aplicação disciplinada de capital, a divisão Investment Bank reforça o seu papel na expansão do Global Hausbank e está posicionada para proporcionar uma rentabilidade sustentável. Esta estratégia apoia a ambição do Deutsche Bank de criar valor a longo prazo para os clientes e acionistas até 2028 e mais além.

Private Bank

A divisão Private Bank serve mais de 20 milhões de clientes em 60 mercados em todo o mundo. A divisão Private Bank está organizada em dois setores de clientes: Personal Banking e Wealth Management (anteriormente Wealth Management & Private Banking). Na Alemanha, o Personal Banking lidera o mercado com cerca de 18 milhões de clientes e opera através de duas marcas de retalho principais e complementares: Deutsche Bank como o Hausbank para aconselhamento financeiro, e Postbank como o primeiro fornecedor digital para serviços bancários do dia a dia. Além disso, o norisbank oferece uma proposta bancária totalmente digital, enquanto o BHW é especializado em soluções de financiamento à habitação. Em Itália, em Espanha e na Índia, a Personal Banking apoia os clientes de retalho e os clientes emergentes afluentes, agindo como intermediário na divisão Wealth Management. Na Alemanha e nos mercados internacionais, a divisão Wealth Management apresenta a proposta do Global Hausbank a pessoas de património líquido elevado e ultra elevado e aos seus administradores de património, servindo também clientes abastados na Europa.

Em 2025, o Personal Banking fez progressos significativos no seu percurso de transformação para um modelo de negócio omnicanal e digital, dimensionando corretamente a rede física de vendas, investindo em formatos modernos de sucursais, atualizando o aconselhamento remoto e acelerando a implementação de serviços digitais e móveis. Um marco importante foi a migração dos serviços bancários online, móveis e telefónicos do Deutsche Bank e do norisbank para a cloud, permitindo uma implementação mais rápida de novas funcionalidades digitais. Estas atualizações reforçaram o envolvimento dos clientes nos canais digitais, apoiando simultaneamente campanhas de depósito bem sucedidas.

Na divisão Wealth Management, as receitas cresceram tanto no mercado nacional como no internacional, com uma forte captação de ativos em soluções de investimento, em especial nos mandatos de carteira discricionária. A franquia também expandiu a sua oferta de investimentos alternativos, apoiada pelo lançamento de um novo fundo de mercados privados em colaboração com a DWS e o Partners Group, um gestor de ativos alternativos sediado na Suíça. A dinâmica comercial com empresários e clientes administradores de património familiar manteve-se forte, reforçada por uma colaboração mais profunda do One-Bank com as divisões Corporate Bank, Investment Bank e DWS. A evolução da proposta da divisão Wealth Management foi também reconhecida no setor, conquistando 15 prémios Euromoney de "Melhor Banco Privado" em 2025, incluindo o de "Melhor Banco para Empreendedores" pelo terceiro ano consecutivo, para além de prémios regionais e específicos do mercado.

O Private Bank delineou as suas ambições para 2028, a fim de aumentar o valor para os acionistas através de um crescimento orientado, de uma disciplina rigorosa em matéria de capital e de um modelo operacional mais expansível.

O crescimento orientado continua a ser fundamental para ambos os setores de clientes. No Personal Banking, a oferta de depósitos e os novos modelos posicionam-se como um ponto de entrada para potenciais clientes, enquanto os investimentos discricionários e as soluções de pensões visam transformar as relações com os clientes em compromissos de longo prazo. Espera-se que a interação e o aconselhamento omnicanal, enriquecidos por dados baseados em inteligência artificial, melhorem ainda mais a experiência do cliente. Na divisão Wealth Management, a prioridade é aumentar os ativos dos clientes através da expansão nos principais mercados e do aprofundamento das relações com pessoas com um património líquido muito elevado, administradores de património familiar e empresários familiares. Esta ambição é apoiada por contratações estratégicas, pelo reforço das capacidades de concessão de empréstimos e por um conjunto alargado de soluções de investimento.

Para reforçar a rigorosa disciplina de capital, o Personal Banking planeia libertar capital através de titularizações de empréstimos de retalho e da otimização de carteiras que não cumpram os objetivos de acréscimo de valor para os acionistas. Prevê-se que o capital libertado seja reafetado para autofinanciar o crescimento da divisão Wealth Management e para acelerar os investimentos em iniciativas estratégicas.

O Private Bank tem como objetivo racionalizar e dimensionar o seu modelo operacional através da simplificação de produtos, processos e TI. O plano inclui a consolidação de infraestruturas antigas em plataformas bancárias centrais modernas e baseadas na cloud e a implementação de inteligência artificial com agentes para automatizar os fluxos de trabalho de ponta a ponta. No Personal Banking, a empresa está a otimizar ainda mais a sua rede de vendas, reformulando a presença das agências de acordo com as preferências dos clientes e avançando com iniciativas de eficiência para apoiar um modelo de serviço mais escalável e digital. A divisão Wealth Management espera obter eficiências de processos e plataformas baseadas em inteligência artificial em todos os centros de reservas, mantendo a disciplina de custos e proporcionando uma experiência de cliente globalmente consistente.

Através de um crescimento orientado, de uma rigorosa disciplina de capital e de um modelo operacional escalável, o Private Bank está a lançar as bases para a sua evolução a longo prazo, a fim de reforçar a sua contribuição global para o Global Hausbank.

Asset Management

O segmento de Asset Management do Deutsche Bank inclui os resultados consolidados da sua afiliada cotada em bolsa, detida a 79,5%, a DWS Group GmbH & Co. KGaA (DWS). O segmento avançou com a estratégia do Deutsche Bank, executando os seus quatro pilares estratégicos Crescimento, Valor, Construção e Redução em 2025. Simultaneamente, o segmento preparou-se para aplicar, até 2028, as três alavancas de crescimento focalizado, disciplina rigorosa de capital e um modelo operacional escalável.

Na área do Crescimento, a franquia de Passivos, representada pela marca Xtrackers, expandiu-se na Europa e nos EUA com ETF sustentáveis, temáticos e geridos ativamente, enquanto a área dos Alternativos ganhou impulso nos mercados de infraestruturas e privados. O Fundo Europeu de Investimento a Longo Prazo (ELTIF) lançado pela DWS, o Deutsche Bank e o Partners Group alargou o acesso dos investidores a capital privado, crédito privado, imobiliário e infraestruturas, reforçando a solidez da franquia nesta área.

Na área do Valor, a divisão Asset Management desenvolveu estratégias consolidadas em capital e rendimento fixo e continuou a expandir soluções multiativos, com foco em ofertas resilientes para clientes institucionais e na crescente importância das pensões, consultoria de investimento e serviços de subcontratação de Diretores de Investimento (CIO).

Na área da Construção, a empresa avançou com a digitalização, desenvolvendo soluções de investimento integradas e ativos digitais, estabelecendo um ecossistema orientado para a Interface de Programação de Aplicações (API) com parceiros de distribuição e avançando com o lançamento pela AllUnity de uma stablecoin regulamentada denominada em euros.

Na área da Redução, o capital e os recursos foram reafetados de produtos de menor rentabilidade ou de menor escala para áreas prioritárias, apoiados por transferências de fundos, fusões e encerramentos, permitindo um crescimento autofinanciado.

Até 2028, a divisão Asset Management visa apoiar a expansão do Global Hausbank, concentrando-se num crescimento orientado para cinco prioridades, numa disciplina de capital rigorosa e num modelo operacional mais expansível.

Enquanto porta de entrada na Europa, a divisão Asset Management pretende acelerar os investimentos em infraestruturas e expandir o crédito privado com as divisões Corporate Bank e Investment Bank, e visa alargar a distribuição através de uma expansão regional seletiva e do desenvolvimento conjunto de produtos inovadores e soluções de investimento digital com a divisão Private Bank.

O Top 5 in Top 5 tem como objetivo desenvolver a liderança de mercado na Alemanha, reforçar a parceria estratégica na China com a Harvest Fund Management e iniciar colaborações com intervenientes locais para estabelecer posições escaláveis nas cinco maiores economias mundiais. A Xtrackers beneficia da sua forte presença na Europa e da procura de produtos temáticos na Ásia/Pacífico e nos EUA, enquanto a franquia de soluções se expande no canal institucional, incluindo mandatos de seguros de terceiros.

Espera-se que a visão do Futuro das Finanças faça avançar o investimento integrado através de um ecossistema de API, desenvolva serviços de ativos digitais, incluindo stablecoins e produtos on-chain, e aplique a inteligência artificial à construção de carteiras, à perceção dos riscos e às operações.

No âmbito do Bullish Germany e do Global Hausbank, a divisão Asset Management espera captar oportunidades no mercado doméstico alemão e tirar partido da cadeia de valor do Deutsche Bank em termos de geração, estruturação e distribuição.

A divisão Asset Management mantém uma disciplina de capital rigorosa, reafetando recursos a oportunidades de elevado retorno, racionalizando a sua gama de produtos e modelo operacional e aumentando a eficiência através da otimização de talentos, automação, IA e near-shoring, impulsionando assim um crescimento escalável para o Global Hausbank e apoiando a melhoria dos lucros e da eficiência de custos.

O modelo operacional escalável foi concebido para converter o crescimento em lucros com disciplina. A divisão Asset Management prossegue a sua estratégia de otimização da plataforma, near-shore e internalização de funções-chave, criação de equipas capacitadoras e contratações específicas na área dos Alternativos, ao mesmo tempo que alarga a plataforma Xtrackers e investe em dados e capacidades digitais. A abordagem consiste em limitar os custos adicionais apesar do crescimento, de modo a que a alavancagem operacional melhore o perfil de custos e receitas até 2028.

1

Relatório de Gestão Combinado

2	Análise operacional e financeira
3	Sumário Executivo
7	Grupo Deutsche Bank
13	Resultados operacionais
37	Posição Financeira
40	Liquidez e recursos de capital
42	Perspetivas
49	Riscos e oportunidades
71	Relatório de Risco
73	Introdução
74	Visão geral do risco e do capital
79	Quadro de risco e de capital
91	Gestão do tipo de risco
155	Desempenho de capital e risco
233	Declaração de Sustentabilidade
235	Informações gerais
280	Informação ambiental
382	Informação social
441	Informação sobre a governação
473	Informações adicionais
503	Colaboradores
505	Controlo interno sobre o relato financeiro
508	Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
513	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
514	Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Análise operacional e financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas. Esta análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International IFRS) 8, "Segmentos operacionais". Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 04, "Segmentos de negócio e informações relacionadas" das demonstrações financeiras consolidadas. As declarações prospetivas são divulgadas na secção de "Perspetivas" do presente relatório. As convenções de redação e os intervalos numéricos subjacentes que são utilizados para descrever as tendências na secção "Análise operacional e financeira" diferem dos aplicados na secção "Perspetivas", para a qual o banco aplica novos intervalos prospetivamente.

Sumário Executivo

As declarações da secção seguinte baseiam-se nas últimas previsões e hipóteses disponíveis no momento da elaboração. A evolução efetiva pode diferir destas expetativas.

Economia global

Crescimento económico (em %) ¹	2025 ²	2024 ³	Principal fator responsável
Economia global	3,4	3,4	Em 2025, a economia mundial manteve uma trajetória de crescimento estável; os progressos nas negociações comerciais entre os EUA e os seus principais parceiros comerciais, juntamente com reduções seletivas dos direitos aduaneiros, contribuíram para uma diminuição acentuada da incerteza em matéria de política comercial; ao mesmo tempo, a diminuição das pressões inflacionistas apoiou o consumo das famílias e deu aos bancos
Dos quais:	1,8	1,7	Os países desenvolvidos beneficiaram dos compromissos comerciais negociados, que ajudaram a reduzir a incerteza política global; embora as taxas de crescimento do PIB tenham variado de país para país, a inflação registou uma moderação na maioria dos mercados. Neste contexto, vários bancos centrais continuaram a baixar as suas taxas
Países desenvolvidos			
Mercados emergentes	4,5	4,5	Os mercados emergentes demonstraram uma resistência mais forte do que o previsto aos choques adversos no crescimento e no comércio decorrentes das medidas tarifárias dos EUA; a combinação de uma inflação controlada e de uma moderação da força do dólar dos EUA proporcionou a vários bancos centrais uma margem adicional para flexibilizar a política monetária; além disso, a melhoria dos impulsos orçamentais externos e a descida dos preços
Economia da área do euro	1,5	0,8	Apesar dos persistentes ventos contrários do comércio externo, a economia da Zona Euro continuou a registar um crescimento robusto, apoiado por uma procura interna resistente; no entanto, as taxas de crescimento do PIB variaram entre regiões; a inflação apresentou uma tendência descendente rumo ao objetivo de 2% do BCE, pelo que o BCE conseguiu manter a sua taxa de depósito inalterada num nível neutro no segundo semestre do ano
Dos quais:	0,2	(0,5)	A economia alemã continuou a enfrentar desvantagens competitivas no comércio externo; embora a orientação orçamental expansionista tenha dado um impulso inicial positivo, a procura interna manteve-se reduzida; a moderação da inflação apoiou o consumo privado; no entanto, o sentimento geral continuou a ser fraco; o arrefecimento do mercado de
Economia dos Estados Unidos	2,2	2,8	Nos EUA, a paralisação do governo federal atenuou a atividade económica no segundo semestre do ano; no entanto, o investimento, em especial em tecnologias relacionadas com a IA, deu um apoio significativo ao crescimento; as reduções dos direitos aduaneiros sobre as importações de produtos alimentares contribuíram para atenuar as pressões inflacionistas; à luz dos riscos emergentes para o mercado de trabalho, a Reserva Federal prosseguiu com
Economia do Japão	1,2	(0,2)	O impacto das medidas tarifárias dos EUA na economia japonesa permaneceu limitado e o sentimento empresarial continuou a ser robusto; um aumento da remuneração real dos trabalhadores apoiou a recuperação do consumo privado; no entanto, a inflação permaneceu elevada, principalmente impulsionada pelo aumento dos preços dos produtos alimentares;
Economia asiática ⁴	5,5	5,2	O crescimento do PIB nas economias asiáticas foi principalmente apoiado pelo forte dinamismo económico da Índia, complementado por contributos adicionais da China; a inflação diminuiu sensivelmente em várias economias, o que reforçou o consumo privado e permitiu que alguns bancos centrais implementassem novas reduções das taxas de juro
Dos quais:	5,0	5,0	A China cumpriu o seu objetivo oficial de crescimento, embora a dinâmica tenha abrandado ao longo do ano, em grande parte devido a medidas políticas destinadas a reduzir o excesso de capacidade e a concorrência excessiva; os esforços do governo para estimular a compra de bens de consumo duradouros também perderam eficácia ao longo do tempo
Economia chinesa			

¹ Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário

² Fontes: Deutsche Bank Research

³ Alguns dados económicos para 2024 foram revistos pelas autoridades estatísticas públicas. Como resultado, estes dados podem diferir dos anteriormente publicados.

⁴ Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Vietname; exclui o Japão

Setor bancário

31 dez 2025					
Crescimento homólogo (em %)	Crédito a empresas	Crédito a Particulares	Depósitos empresas	Depósitos particulares	Principal fator responsável
Zona Euro	2,0	2,6	3,2	3,0	Impulsionados por taxas de juro mais baixas e por um crescimento económico mais forte, tanto o crédito a particulares como o crédito às empresas aumentaram significativamente ao longo do ano, o primeiro ainda mais do que o segundo; no entanto, as taxas de crescimento ainda não excederam a inflação de forma significativa; em contrapartida, os depósitos das famílias e das empresas mantiveram, em grande medida, a sua dinâmica ao longo de 2025 e continuaram a expandir-se a um ritmo sólido
Dos quais: Alemanha	0,7	1,9	2,4	2,8	A dinâmica do crédito ao setor privado melhorou em 2025, mais com as famílias do que com as empresas, devido aos ventos favoráveis das taxas de juro no setor hipotecário; a lentidão do crédito às empresas pode ser o resultado de vários fatores que afetam o sentimento de investimento, desde a incerteza da política comercial às preocupações com a falta de competitividade internacional da Alemanha e os desafios da transição; a procura de crédito aumentou nos últimos trimestres, de acordo com o inquérito aos bancos sobre o crédito; o crescimento continua a ser mais elevado nos depósitos de clientes empresariais e de retalho do que nos empréstimos, apesar de um abrandamento após o aumento em 2024
EUA ¹	3,3	2,8	4,2 ¹	4,2 ¹	A concessão de empréstimos aos setores empresarial e das famílias ganhou novo ímpeto à medida que o ano avançava; no entanto, a expansão está agora apenas em linha com a inflação, ou seja, o setor privado já não está em desalavancagem; a dinâmica dos depósitos totais acelerou substancialmente, apoiada pela manutenção das taxas de juro num nível elevado
China	9,0	0,5	3,7	9,7	O crédito às empresas manteve o seu ritmo robusto em 2025, que, no entanto, é o mais baixo desde antes da pandemia; em contrapartida, o crédito a particulares estagnou e é o mais fraco de que há registro (abrangendo quase duas décadas); do lado dos depósitos, a atividade com as famílias continua a prosperar, enquanto as empresas recuperaram moderadamente, após uma ligeira contração no ano anterior

¹ O total de depósitos nos EUA discriminado por segmentos não está disponível.

O conjunto de comissões globais de Investment Banking & Capital Markets aumentou 12% para 92 mil milhões de euros em 2025, tornando-se o segundo conjunto de comissões de banca de investimento mais elevado no registo interno do banco, depois de 2021. Este foi o segundo ano consecutivo de crescimento de dois dígitos após a recessão do mercado em 2022 e 2023, com o conjunto de comissões de 2025 a situar-se 43% acima dos níveis de 2023. O conjunto de comissões de Fusões e Aquisições (M&A) foi o principal motor do crescimento, atingindo 37 mil milhões de euros, ligeiramente abaixo do pico de 2021, e contribuindo com 5,3 mil milhões de euros do aumento total de 9,7 mil milhões de euros. No domínio das M&A, a atividade dos "mega" negócios superiores a 10 mil milhões de euros aumentou acentuadamente, tendo os volumes anunciados mais do que duplicado. Os mercados de capitais de ações, os mercados de capitais de dívida alavancada e os mercados de capitais de dívida também registaram um aumento das comissões, que subiram 16%, 7% e 8%, respetivamente, e contribuíram em conjunto para o restante aumento de 4.4 mil milhões de euros. A nível regional, o pool global de comissões deslocou-se da Europa, Médio Oriente e África (EMEA), que cresceu 3%, para os EUA e a Ásia-Pacífico (APAC), que registaram um crescimento de 14% e 16%, respetivamente. A região do Reino Unido e Irlanda continuou a registar um atraso em relação às tendências globais, tendo o seu pool de comissões diminuído 2%. A atividade global de patrocínio aumentou 6%, embora a atividade das empresas tenha aumentado mais, com 14%. No entanto, um aumento de 46% nos volumes anunciados de M&A de Patrocinadores sugere um contexto mais construtivo para o capital privado no horizonte de 2026. No segmento de Rendimento Fixo, os pool de receitas mantiveram-se em níveis elevados em 2025, e a avaliação do Deutsche Bank é de que aumentaram ainda mais em comparação com o ano anterior. Espera-se que a atividade cambial tenha aumentado nas dez moedas mais transacionadas a nível mundial, apoiada por uma maior volatilidade no primeiro semestre do ano e por um crescimento mais generalizado da atividade de derivados. As receitas de taxas aumentaram substancialmente, refletindo a forte procura por parte dos clientes e um ambiente de mercado mais favorável, e as receitas dos mercados emergentes também melhoraram em relação ao ano anterior. Na área de Credit Trading, o desempenho tem estado globalmente em linha com o ano anterior, com os mercados a recuperarem fortemente no segundo semestre de 2025, na sequência da reação à política tarifária dos EUA no segundo trimestre de 2025. No Financiamento, a procura por parte dos clientes manteve-se robusta, apoiando a expectativa de um pool de receitas acima do nível do ano anterior.

Desempenho do Deutsche Bank

O resultado líquido do Deutsche Bank foi de 7,1 mil milhões de euros em 2025, um aumento face aos 3,5 mil milhões de euros de 2024. Esta evolução anual refletiu o forte desempenho operacional em 2025 e a não recorrência de rubricas específicas de contencioso que afetaram negativamente o ano de 2024. A provisão para perdas de crédito foi de 1,7 mil milhões de euros em 2025, uma redução de 7% em relação aos 1,8 mil milhões de euros em 2024, ou seja, 36 pontos base da média de empréstimos.

Em 2025, o banco realizou distribuições de capital relativas a 2024 no valor de 2,3 mil milhões de euros, o que representa um aumento de cerca de 50% em relação a 2024. Estas incluíram dividendos de 0,68 euros por ação, ou 1,3 mil milhões de euros no total, e recompras de ações no valor de 1,0 mil milhões de euros. Para 2026, o Deutsche Bank prevê propor um dividendo referente ao exercício de 2025 de 1,00 euro por ação, ou aproximadamente 1,9 mil milhões de euros no total, um aumento de 50% face aos 0,68 euros por ação de 2024, na Assembleia-Geral Anual do banco, em maio de 2026. O banco obteve também as autorizações habituais para novas recompras de ações até ao montante de mil milhões de euros em 2025. No seu conjunto, estas medidas aumentariam as distribuições cumulativas de capital aos acionistas em mais 2,9 mil milhões de euros e representariam distribuições relativas a 2025 coerentes com o compromisso do banco de um rácio de reembolso de 50% para 2025. As distribuições de capital acumuladas relativas aos exercícios de 2021–2025, a pagar em 2022–2026, ascendem assim a 8,5 mil milhões de euros, excedendo o objetivo inicial de distribuição de capital do banco de 8 mil milhões de euros.

O lucro antes de impostos foi de 9,7 mil milhões de euros para o ano completo de 2025, um aumento de 84% face aos 5,3 mil milhões de euros de 2024. As receitas cresceram 7% face ao ano anterior, atingindo os 32,1 mil milhões de euros. Os gastos operacionais (excluindo juros) foram de 20,7 mil milhões de euros, menos 10%, e incluíram 0,4 mil milhões de euros de custos não operacionais, face a 2,6 mil milhões de euros em 2024. Os custos ajustados, que excluem os custos não operacionais, diminuíram 1%, para 20,3 mil milhões de euros. O rácio custo/rendimento foi de 64%, em comparação com 76% em 2024. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas após impostos foi de 9,3%, em comparação com 4,2% no ano anterior. A rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas após impostos foi de 10,3% em 2025, em comparação com 4,7% em 2024. A evolução anual de ambos os rácios refletiu o forte desempenho operacional alcançado em 2025, bem como menores despesas com reestruturação e indemnizações por rescisão de contrato e a não recorrência de rubricas específicas de contencioso em comparação com 2024.

Indicadores-chave de desempenho do Grupo

Objetivos financeiros	Objetivos financeiros e objetivos de capital 2025	Situação no final de 2025	Situação no final de 2024
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	acima de 10,0%	10,3%	4,7%
Taxa de crescimento anual composta das receitas a partir de 2021 ²	5,5% a 6,5%	6,0%	5,8%
Rácio custo/rendimento ³	Inferior a 65% ⁴	64,4%	76,3%
Objetivos de capital			
Rácio de capital Common Equity Tier 1 ⁵	13,5 a 14,0% ⁶	14,2%	13,8%
Rácio de reembolso de capital ⁷	50% ⁸	47% ⁹	86%

¹ Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

² Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021

³ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁴ Rácio-alvo até 31 de dezembro de 2025

⁵ Para mais informações sobre o cálculo deste rácio, consultar o Relatório de Risco do presente relatório

⁶ Rácio-alvo, mantendo uma reserva de 200 pontos base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) previsto do banco

⁷ Distribuições sob a forma de dividendos de ações ordinárias e recompra de ações em relação ao resultado atribuível aos acionistas do Deutsche Bank. A partir do quarto trimestre de 2025, o rácio de desembolso de capital será apresentado no respetivo exercício a que as distribuições se referem. Trata-se apenas de uma alteração na apresentação que não afeta o cálculo subjacente

⁸ Relativamente ao exercício financeiro de 2025

⁹ Distribuições previstas em 2026 relativamente ao exercício de 2025, incluindo o dividendo proposto por ação de 1,00 euro e uma recompra de ações de 1,0 mil milhões de euros, para a qual o banco obteve as autorizações habituais, em relação ao resultado atribuível aos acionistas do Deutsche Bank do exercício de 2025

As receitas líquidas foram de 32,1 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 7% face ao ano anterior. As comissões líquidas e as receitas de comissões cresceram 5% para 10,9 mil milhões de euros, enquanto a margem financeira nos principais segmentos da carteira bancária permaneceu resiliente em 13,7 mil milhões de euros, com um aumento de 2%, refletindo o aumento dos

volumes de depósitos. O crescimento anual composto das receitas desde 2021 foi de 6,0% até ao final de 2025, no ponto intermédio do intervalo de objetivos do banco de 5,5% a 6,5% para o período de 2021 a 2025.

A provisão para perdas de crédito foi de 1,7 mil milhões de euros em 2025, ou seja, 36 pontos base da média de empréstimos, uma diminuição de 7% em relação aos 1,8 mil milhões de euros, ou 38 pontos base da média de empréstimos, em 2024, apesar da elevada incerteza macroeconómica e geopolítica e dos ventos contrários no setor imobiliário comercial.

Os gastos operacionais (excluindo juros) foram de 20,7 mil milhões de euros em 2025, uma queda de 10% em relação ao ano anterior. Esta evolução foi principalmente impulsionada por uma diminuição dos custos não operacionais para 0,4 mil milhões de euros, ou seja, uma descida de 86%, em comparação com 2,6 mil milhões de euros em 2024, o que refletiu, em grande medida, a não recorrência de rubricas específicas de contencioso, bem como menores encargos de reestruturação e indemnização em comparação com 2024. Os custos ajustados foram de 20,3 mil milhões de euros, menos 1% do que no ano anterior. O aumento das despesas com remuneração variável, refletindo o desempenho do banco, foi compensado por reduções de custos em TI, serviços profissionais e outras despesas.

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 2,6 mil milhões de euros em 2025, em comparação com 1,8 mil milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva de 27% em 2025 foi positivamente afetada pela reforma fiscal alemã e pela combinação geográfica dos rendimentos, em comparação com 34% em 2024, que foi principalmente afetada por encargos com contencioso que não eram dedutíveis nos impostos.

O rácio Common Equity Tier 1 foi de 14,2% no final de 2025, ligeiramente acima do intervalo do objetivo operacional do banco de 13,5% a 14,0%, e acima dos 13,8% no final de 2024. A geração de capital orgânico resultante do aumento da rentabilidade compensou os impactos combinados de distribuições de capital e pagamentos de cupões mais elevados, impactos regulamentares e crescimento do negócio durante o ano.

Os custos ajustados, os custos não operacionais, a margem financeira nos principais segmentos da carteira bancária e a rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam. Com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2026, o Deutsche Bank deixará de reportar separadamente os custos ajustados e os custos não operacionais.

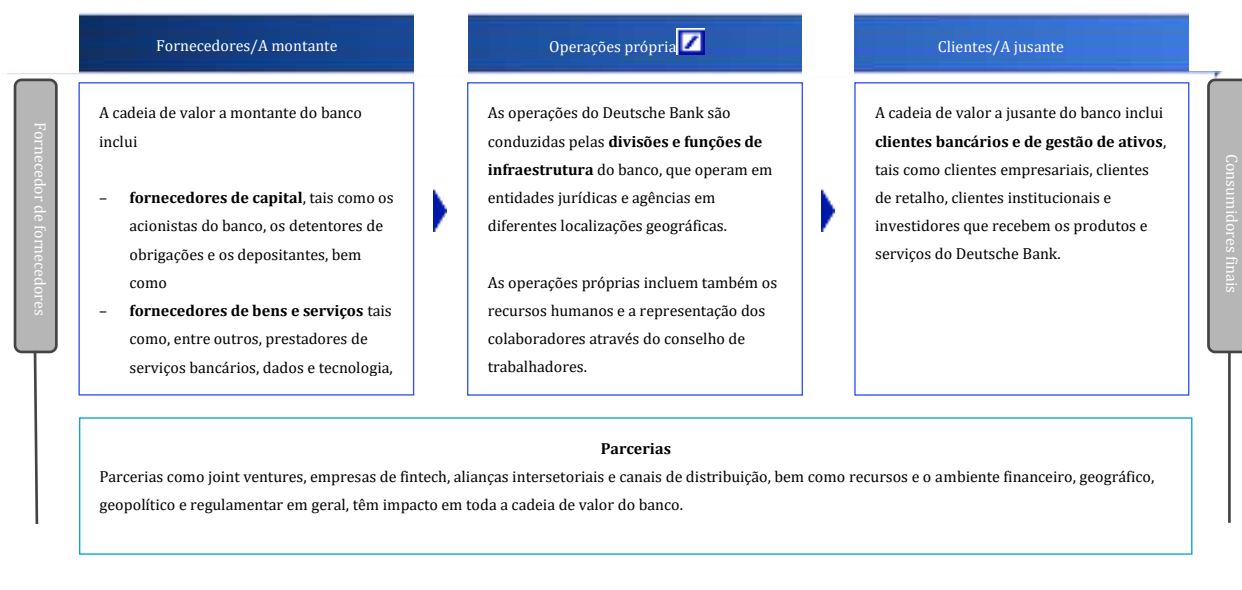
Grupo Deutsche Bank

Organização do Deutsche Bank

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, o Deutsche Bank é o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras do mundo em total de ativos: 1,435 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. Nessa data, o banco empregava 89.879 empregados internos equivalentes a tempo inteiro e operava em 55 países com 1.179 agências, das quais 64 % estavam localizadas na Alemanha.

Cadeia de valor do Deutsche Bank

O modelo de negócio do Deutsche Bank considera os impactos, riscos e oportunidades em relação a questões ambientais, sociais e de governação ao longo da cadeia de valor do banco, que inclui a sua cadeia de valor a montante, as suas próprias operações e a sua cadeia de valor a jusante. O gráfico seguinte ilustra a cadeia de valor do Deutsche Bank e descreve as suas componentes.



Recursos intangíveis

Os recursos intangíveis mais importantes para o modelo de negócio do Deutsche Bank, de um ponto de vista económico, são as relações com os clientes e a força de trabalho. Outros recursos intangíveis importantes são a marca do banco e os seus dados e software. Quando exigido pelas IFRS, os recursos intangíveis são reconhecidos no balanço e descritos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impactos, riscos e oportunidades dos temas materiais do banco em relação à sustentabilidade são descritos na "Declaração de Sustentabilidade".

Modelo organizacional do Deutsche Bank

Em 31 de dezembro de 2025, o banco estava organizado nos seguintes segmentos de negócio:

- Corporate Bank
- Investment Bank
- Private Bank
- Asset Management
- Corporate & Other

O Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e nacional para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

O banco tem operações ou transações com clientes reais e potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- Subsidiárias e agências
- Escritórios de representação
- Um ou mais representantes designados para servir os clientes

As alienações ou despesas de capital relacionadas com os segmentos de negócio estão incluídas na visão geral da divisão corporativa correspondente abaixo.

Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui segmentos de negócio e funções de infraestrutura que operam em entidades jurídicas e agências e em localizações geográficas.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração gere o Deutsche Bank Group de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as entidades e sucursais.

O Conselho de Administração decide sobre todas as questões previstas na lei e nos Estatutos e assegura o cumprimento dos requisitos legais e das diretrizes internas (conformidade), tomando igualmente as medidas necessárias para garantir a elaboração e a aplicação de diretrizes internas adequadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controlo e gestão do risco, bem como controlo empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco.

A atribuição de responsabilidades funcionais a cada um dos membros do Conselho de Administração é descrita no seu Plano de Atribuição de Funções, que estabelece o quadro para a delegação de responsabilidades à direção abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Administração aprova a responsabilidade individual dos titulares de cargos seniores em oposição à tomada de decisões conjuntas nos comités. Ao mesmo tempo, o Conselho de Administração reconhece a importância de dispor de informações completas e sólidas sobre todas as atividades, a fim de tomar decisões bem informadas. Os fóruns de governação são estabelecidos em todo o banco com o objetivo de fornecer as informações necessárias para apoiar os responsáveis no seu processo de tomada de decisões.

Corporate Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Corporate Bank está focado principalmente em atender clientes corporativos, incluindo o "Mittelstand" alemão, clientes comerciais e de banca empresarial de maior e menor porte na Alemanha, e empresas multinacionais. A divisão também presta às instituições financeiras determinados serviços bancários de transação. O Corporate Bank regista as receitas com base em três categorias de clientes: Serviços de Tesouraria de Empresas, Serviços a Clientes Institucionais e Business Banking.

Não houve gastos de capital significativos nem alienações desde 1 de janeiro de 2023.

Produtos e serviços

A divisão Corporate Bank é um fornecedor global de serviços de gestão de tesouraria, empréstimos, financiamento do comércio, serviços fiduciários e de títulos, e soluções de gestão do risco. Os serviços de gestão de tesouraria incluem pagamentos integrados e soluções de câmbio. A oferta de financiamento e de concessão de empréstimos comerciais abrange desde a atividade documental e de garantia até ao financiamento e concessão de empréstimos comerciais estruturados. Os serviços fiduciários e de títulos abrangem os recibos de depósito, os serviços fiduciários de empresas, a custódia de documentos e os serviços de títulos. Com foco nos departamentos financeiros de clientes corporativos e comerciais e instituições financeiras na Alemanha e em todo o mundo, os seus conhecimentos especializados holísticos e a nossa rede global permitem oferecer soluções integradas.

Além da gama de produtos Corporate Bank, as nossas equipas de cobertura proporcionam aos clientes o acesso aos conhecimentos especializados do Investment Bank.

Canais de distribuição e marketing

A função de cobertura de empresas do Corporate Bank centra-se em clientes empresariais internacionais de média e grande dimensão e está organizada em três unidades: Cobertura Global, Cobertura MidCorps e Soluções de Gestão do Risco. A Cobertura inclui os generalistas multiprodutos que cobrem o nível de sede e subsidiárias através de equipas de cobertura global, regional e local para empresas multinacionais. A Cobertura MidCorps inclui generalistas multiproduto com um foco especial em empresas de média dimensão. As Soluções de Gestão do Risco incluem especialistas em produtos de divisas, mercados emergentes e taxas. Esta unidade é gerida regionalmente na Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África, nas Américas e na Europa para assegurar uma ligação estreita com os clientes.

As empresas são servidas a partir das três categorias de clientes do Corporate Bank. Os Serviços de Tesouraria Empresarial abrangem clientes corporativos médios e grandes em duas marcas, o Deutsche Bank e o Postbank, e oferecem toda a gama de soluções em numerário, financiamento comercial, empréstimos e gestão do risco para tesoureiros empresariais. Os Serviços para Clientes Institucionais incluem a Gestão de Tesouraria para clientes institucionais e os Serviços Fiduciários e de Títulos. A Banca Empresarial abrange pequenas empresas e clientes empresariais e oferece um conjunto de produtos em grande parte normalizado, além de ofertas de parceiros bancários contextuais selecionados (por exemplo, soluções de contabilidade).

Investment Bank

Visão geral da divisão corporativa

A divisão Investment Bank combina as atividades de Fixed Income & Currencies e de Investment Banking & Capital Markets do Deutsche Bank (rebatizadas no quarto trimestre de 2025 de "Geração e Consultoria"), bem como as atividades de Investigação e Outras do Deutsche Bank. O Investment Bank concentra-se nos seus pontos fortes tradicionais nestes mercados, reunindo a experiência da banca grossista em matéria de gestão de riscos, vendas e negociação, banca de investimento e infraestruturas. Isto permite ao Investment Bank alinhar os recursos e capital ao longo do seu perímetro de clientes e produtos para apoiar eficazmente as metas estratégicas do banco.

Em abril de 2023, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo sobre uma oferta em numerário para a aquisição da Numis Corporation Plc ("Numis"). Em 13 de outubro de 2023, o Deutsche Bank concluiu a transação e adquiriu uma participação de 100% na Numis por um preço de compra em numerário de 397 milhões de libras esterlinas. Após a atribuição inicial do preço de compra, foi identificado um goodwill de 233 milhões de euros relacionado com a transação. O Deutsche Bank atribuiu o goodwill identificado à unidade geradora de caixa (UGC) do Investment Bank. Dado o valor da UGC Banco de Investimento, o goodwill foi considerado em imparidade e anulado no quarto trimestre de 2023.

Não se registaram alienações significativas desde 1 de janeiro de 2023.

Produtos e serviços

Fixed Income & Currencies está dividido em duas subcategorias: "Fixed Income & Currencies: Financing", que fornece soluções de financiamento abrangentes e personalizadas em todos os setores e classes de ativos, e "Fixed Income & Currencies: Markets" (rebatizado no quarto trimestre de 2025 de "Fixed Income & Currencies: Ex-Financing"), que combina vendas institucionais, negociação e estruturação de conhecimentos especializados em divisas, taxas, mercados emergentes e negociação de crédito. O negócio de Fixed Income & Currencies opera a nível mundial e fornece liquidez a clientes empresariais e institucionais, serviços de criação de mercado e uma gama de soluções especializadas de gestão de riscos numa vasta gama de produtos de Fixed Income & Currencies. A aplicação da tecnologia e a inovação contínua dos processos do ciclo de vida das transações está a permitir ao Deutsche Bank aumentar a automatização/suporte eletrónico para responder aos requisitos dos clientes e aos requisitos regulamentares.

O Investment Banking & Capital Markets é responsável pelas atividades de Fusões e Aquisições do banco e pelas atividades de Mercados de Capitais em matéria de Dívida e de Ações. A franquia IBCM engloba equipas regionais e setoriais de produtos e cobertura, que tiram partido das relações com os quadros superiores para fornecer uma gama de produtos e serviços de consultoria e financeiros aos clientes do banco, em parceria com a franquia Fixed Income & Currencies e outras divisões do banco.

Canais de distribuição e marketing

A cobertura dos clientes do Investment Bank é fornecida principalmente por três grupos que trabalham em conjunto entre si: o Grupo de Clientes Institucionais (Institutional Client Group), que acolhe a equipa de vendas de dívida, a Cobertura da Banca de Investimento no âmbito do Investment Banking & Capital Markets e as Soluções de Gestão do Risco no Corporate Bank, que abrangem os mercados de capitais e as soluções de tesouraria. A estreita cooperação entre estes grupos ajuda a criar sinergias reforçadas, levando a um aumento das vendas cruzadas de produtos/soluções aos clientes.

Private Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Private Bank serve clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. As atividades internacionais também se centram em clientes comerciais em mercados selecionados. A divisão Private Bank está organizada de acordo com os setores de clientes Wealth Management (rebatizado no quarto trimestre de 2025 de Wealth Management & Private Banking) e Personal Banking.

Esta abordagem focada no cliente reflete o objetivo de servir os clientes de uma forma mais direcionada e eficaz em toda a divisão Private Bank. A divisão Wealth Management combina a cobertura de clientes de banca privada, de clientes com elevado património líquido e de clientes com património líquido muito elevado, bem como de clientes empresariais em mercados internacionais selecionados. O setor de clientes de Personal Banking serve clientes de retalho e clientes abastados, bem como clientes da banca comercial em Itália e Espanha (ou seja, todos os clientes de pequenas empresas e clientes corporativos de pequena dimensão que não estão abrangidos como parte do setor de clientes Wealth Management).

Não houve gastos de capital significativos nem alienações desde 1 de janeiro de 2023.

Produtos e serviços

A secção Private Bank oferece uma vasta gama de serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento. Estas ofertas incluem produtos que proporcionam aos seus clientes o acesso a empréstimos de financiamento sustentável e soluções de investimento ESG com base em metodologias específicas de classificação e diligência devida, incluindo estratégias ESG, notações e critérios de exclusão.

O segmento Personal Banking Alemanha segue uma abordagem diferenciada e focada no cliente, com duas marcas principais fortes e complementares: Deutsche Bank e Postbank. A marca Deutsche Bank oferece a clientes particulares produtos e serviços bancários e financeiros, incluindo soluções de consultoria personalizadas. A marca Postbank tem como foco oferecer aos clientes de retalho produtos standard e serviços bancários de retalho diários, com o apoio de recursos de banca direta. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, a banca de retalho na Alemanha também oferece serviços postais e de encomendas em agências selecionadas do Postbank. Nos mercados internacionais de Itália, Espanha e Índia, o banco oferece aos clientes de retalho serviços bancários diários, bem como soluções de consultoria de investimento.

A divisão Wealth Management oferece aos seus clientes de banca privada, de elevado património líquido e de ultra elevado património líquido, a nível global, serviços personalizados e sofisticados de planeamento, gestão e investimento do património, financiamento de interesses pessoais e empresariais e resposta às necessidades institucionais e empresariais.

Canais de distribuição e marketing

A divisão Private Bank adota uma abordagem omnicanal, permitindo aos clientes escolher com flexibilidade entre diferentes formas de acesso a serviços e produtos.

Os canais de distribuição incluem redes de agências, apoiadas por centros de atendimento e consultoria ao cliente, terminais self-service e ofertas digitais, como serviços bancários online e móveis. A divisão Private Bank também colabora com consultores financeiros independentes e outros parceiros de vendas e cooperação, incluindo parceiros Business-to-Business-to-Consumer na Alemanha. Para os clientes de Wealth Management, a divisão Private Bank implementa um modelo de equipa de atendimento ao cliente com gestores de relações e investimento, apoiados por executivos de serviço ao cliente, que ajudam com serviços de gestão de património e produtos de arquitetura aberta. Na Alemanha, a Deutsche Oppenheim Family Office AG presta serviços a administradores de património familiar, fundos discricionários e soluções de consultoria.

A expansão das capacidades digitais continua a ser uma forte aposta em todas as atividades, uma vez que o comportamento dos clientes continua a orientar-se para os canais digitais. A divisão Private Bank continuará a otimizar a sua estratégia omnicanal para oferecer aos clientes o acesso mais conveniente a produtos e serviços.

Asset Management

Visão geral da divisão corporativa

Com 1,085 mil milhões de euros em ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2025, a divisão de Asset Management, que opera sob a marca DWS, aspira a ser uma gestora de ativos líder. A DWS atende uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no mercado doméstico do banco, na Alemanha. Estes clientes incluem grandes instituições governamentais, empresas e fundações, bem como investidores individuais. Como gestora de ativos regulamentada, a DWS atua como fiduciária dos seus clientes. O investimento responsável é uma parte importante da história da DWS há décadas, e a DWS está empenhada em agir e investir no melhor interesse dos seus clientes.

O Grupo Deutsche Bank mantém 79,5% de participação de capital na DWS e a gestão de ativos continua a ser um negócio essencial para o Grupo. As ações da DWS estão cotadas na bolsa de valores de Frankfurt.

Não houve gastos de capital significativos nem alienações desde 1 de janeiro de 2023.

Produtos e serviços

A DWS oferece aos particulares e às instituições acesso a capacidades de investimento em todas as principais classes de ativos em Ativos, Passivos, incluindo a gama Xtrackers, e Alternativos. Além disso, as estratégias de solução da DWS são direcionadas às necessidades dos clientes que não podem ser atendidas apenas pelas classes de ativos tradicionais.

Canais de distribuição e marketing

As ofertas de produtos da DWS são geridas por uma plataforma de investimento global e distribuídas na região EMEA, nas Américas e na Ásia-Pacífico através de uma única rede de distribuição global. A DWS também alavanca canais de distribuição de terceiros, incluindo outras divisões do Grupo Deutsche Bank.

Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam atividades de controlo e serviço para empresas, incluindo as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planeamento de recursos inter-divisionais, direção e controlo, bem como as tarefas relacionadas com a gestão do risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade associadas a um membro dedicado do Conselho de Administração:

- Diretor Geral (CEO)
- Diretor Financeiro
- Departamento de Risco
- Diretor de Operações
- Conformidade e combate à criminalidade financeira
- Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação

A infraestrutura também inclui Comunicação e Responsabilidade Social Corporativa, Gabinete de Sustentabilidade, Auditoria do Grupo, Governança do Grupo, Departamento Jurídico, Aprovisionamento Global, Imobiliário Global, Recursos Humanos e Relações com Investidores.

Despesas de capital e alienações significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de capital e alienações significativas de cada segmento de negócio dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2023, não houve ofertas públicas de aquisição por parte de terceiros relativamente às ações do Deutsche Bank.

Resultados operacionais

Resultados operacionais consolidados

A discussão e análise que se segue deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada e condensada dos resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	Aumento (diminuição) em 2025 relativamente a 2024		Aumento (diminuição) em 2024 relativamente a 2023	
				em milhões	em %	em milhões	em %
Rendimento de juros líquido	15.691	13.065	13.602	2.626	20	(536)	(4)
Provisão para perdas de crédito	1.707	1.830	1.505	(123)	(7)	325	22
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	13.985	11.235	12.097	2.749	24	(861)	(7)
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	10.891	10.372	9.206	519	5	1.166	13
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.160	5.987	4.947	(826)	(14)	1.040	21
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	49	48	—	1	2	49	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	9	(11)	(96)	20	N/S	85	(89)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(6)	12	(38)	(18)	N/S	49	N/S
Outro resultado	300	619	1.259	(319)	(52)	(640)	(51)
Rendimento total excluindo juros	16.404	17.027	15.277	(623)	(4)	1.750	11
Memo: Total de receitas líquidas	32.096	30.092	28.879	2.003	7	1.214	4
Remunerações e benefícios	11.813	11.731	11.131	82	1	601	5
Despesas gerais e administrativas	8.860	11.243	10.112	(2.383)	(21)	1.131	11
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	233	—	N/S	(233)	N/S
Atividades de reestruturação	(15)	(3)	220	(12)	N/S	(223)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	20.658	22.971	21.695	(2.313)	(10)	1.276	6
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	9.731	5.291	5.678	4.439	84	(387)	(7)
Despesas/receitas com imposto sobre o	2.592	1.786	787	805	45	1.000	127
Lucros (prejuízos)	7.139	3.505	4.892	3.634	104	(1.387)	(28)
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	208	139	119	69	50	19	16
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	6.931	3.366	4.772	3.565	106	(1.406)	(29)
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	809	668	560	141	21	108	19
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	6.122	2.698	4.212	3.424	127	(1.514)	(36)

N/S – Não significativo

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em			2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
	2025	2024	2023	em milhões de em %	em milhões de em %	
Total de juros e rendimentos similares	44.458	49.358	44.074	(4.900)	(10)	12
Total de gasto de juros	28.767	36.292	30.472	(7.526)	(21)	19
Rendimento de juros	15.691	13.065	13.602	2.626	20	(4)
Ativos remunerados médios ¹	1.035.966	996.118	970.924	39.848	4	3
Passivos remunerados médios ¹	848.836	797.143	735.576	51.693	6	8
Rendimento de juros	4,29%	4,95%	4,52%	(0,66) p.p.	(13)	10
Taxa de juros bruta paga ³	3,38%	4,54%	4,12%	(1,16) p.p.	(26)	10
Diferencial da taxa de	0,90%	0,40%	0,40%	0,50 p.p.	125	—
Margem da taxa de juro	1,51%	1,31%	1,40%	0,20 p.p.	15	(6)

pp – pontos percentuais
¹ Saldos médios do ano calculados com base nos saldos de final de mês
² O rendimento de juros bruto como a taxa média de juro dos ativos remunerados médios
³ A taxa de juros bruta paga como a taxa média de juro paga pelos passivos remunerados médios
⁴ O diferencial da taxa de juro líquida como a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios
⁵ Margem financeira líquida como margem financeira em percentagem dos ativos remunerados médios

2025

A margem financeira foi de 15,7 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 2,6 mil milhões de euros, ou 20%, em comparação com 2024. A descida do rendimento de juros sobre os ativos, principalmente devido à conjuntura de taxas de juro mais baixas, foi mais do que compensada pela descida do custo de juros sobre os depósitos, apoiada ainda por efeitos de cobertura positivos. A margem financeira não incluiu o custo de juros no âmbito do programa Targeted Long-Term Refinancing Operation III (TLTRO III) em 2025, enquanto em 2024 incluiu um custo de juros de 144 milhões de euros no âmbito deste programa. Globalmente, a margem de juro líquida do banco situou-se em 1,5% em 2025, mais 20 pontos de base do que no ano anterior.

2024

A margem financeira foi de 13,1 mil milhões de euros em 2024, uma diminuição de 536 milhões de euros em comparação com 2023, principalmente devido a uma nova normalização do ambiente das taxas de juro e à descontinuação da remuneração de reserva mínima. A margem financeira incluiu despesas com juros de 144 milhões de euros ao abrigo do programa Targeted Long-Term Refinancing Operation III (ORPA direcionada III) em 2024, enquanto 2023 incluiu custos de juros de 741 milhões de euros ao abrigo deste programa. Globalmente, a margem de juro líquida do banco situou-se em 1,3% em 2024, uma descida de 9 pontos base face ao ano anterior.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões	em %	em milhões	em %
Rendimentos de negociação	5.335	5.894	4.878	(559)	(9)	1.016	21
Resultados líquidos em ativos não financeiros não comerciais obrigatoriamente avaliados pelo justo valor	160	(65)	217	225	N/S	(282)	N/S
Resultados líquidos em ativos/passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	(334)	158	(148)	(492)	N/S	306	N/S
Resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.160	5.987	4.947	(826)	(14)	1.040	21

N/S - Não significativo

2025

Os resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor, através de resultados ascenderam a 5,2 mil milhões de euros em 2025, face aos 6,0 mil milhões de euros em 2024, refletindo uma diminuição de 826 milhões de euros, ou 14%. O decréscimo deveu-se principalmente a impactos negativos das coberturas de taxas de juro em Corporate & Other, bem como a alterações na avaliação de mercado dos derivados na divisão Investment Bank. Além disso, as alterações nos ajustamentos de avaliação, principalmente em fundos garantidos na divisão Asset Management, que tiveram uma compensação correspondente em outros resultados, contribuíram para a diminuição. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento do impacto da avaliação a preços de mercado das atividades de cobertura nas divisões Corporate Bank e Private Bank.

2024

Os resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados ascenderam a 6,0 mil milhões de euros em 2024, em comparação com 4,9 mil milhões de euros em 2023, refletindo um aumento de 1,0 mil milhões de euros, ou seja, 21%. O aumento deveu-se essencialmente ao impacto positivo das coberturas de taxas de juro no segmento Corporate & Other. Asset Management beneficiou de ajustamentos de avaliação positivos, principalmente em fundos garantidos, que tiveram uma compensação correspondente em outros rendimentos. Estes ganhos foram parcialmente compensados por variações na avaliação de mercado dos produtos derivados na divisão Investment Bank.

Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As atividades de negociação e gestão do risco do banco incluem instrumentos de taxas de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte da margem financeira. As atividades de negociação do banco podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta a margem financeira e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por segmentos de negócio.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões	em %	em milhões	em %
Rendimento de juros líquido	15.691	13.065	13.602	2.626	20	(536)	(4)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.160	5.987	4.947	(826)	(14)	1.040	21
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	20.852	19.052	18.549	1.800	9	504	3
Discriminação por segmentos de negócio: ¹							
Corporate Bank	4.669	4.946	5.193	(277)	(6)	(247)	(5)
Investment Bank	9.308	8.368	7.976	939	11	393	5
Private Bank	6.470	5.998	6.377	472	8	(379)	(6)
Asset Management	180	269	(11)	(89)	(33)	280	N/S
Corporate & Other	225	(529)	(986)	755	N/S	457	(46)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	20.852	19.052	18.549	1.800	9	504	3

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Esta discriminação reflete a margem financeira e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados; para uma análise das receitas totais dos segmentos de negócio por produto, consultar a Nota 04 "Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

2025

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados ascendeu a 20,9 mil milhões de euros em 2025, em comparação com 19,1 mil milhões de euros em 2024. O aumento de 1,8 mil milhões de euros, ou 9%, em comparação com o ano anterior deveu-se sobretudo a uma maior margem financeira. A divisão Investment Bank registou um aumento de 939 milhões de euros, sobretudo impulsionada pelo crescimento do volume combinado com rendimentos de empréstimos mais sólidos em FIC, especificamente nas áreas de Foreign Exchange e Capital Markets. Na divisão Private Bank, a margem financeira e os resultados aumentaram 472 milhões de euros, principalmente devido ao maior volume de depósitos e ao aumento dos impactos da avaliação a preços de mercado das atividades de cobertura, que tiveram um efeito de compensação parcial noutros resultados. A margem financeira e os resultados líquidos em Asset Management diminuíram 89 milhões de euros, refletindo ajustamentos de avaliação, principalmente em fundos garantidos, que foram compensados noutras receitas. Na divisão Corporate Bank, a margem financeira e os resultados líquidos diminuíram 277 milhões de euros, uma vez que a cobertura das taxas de juro, o crescimento do volume de negócios e as variações favoráveis na avaliação de mercado dos derivados foram mais do que compensados pela normalização das margens e pelas variações cambiais. O aumento global foi apoiado pelo segmento Corporate & Other, que registou uma margem financeira e resultados líquidos de 225 milhões de euros, o que representa uma melhoria de cerca de 755 milhões de euros, beneficiando sobretudo dos impactos positivos das coberturas de taxas de juro.

2024

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados ascendeu a 19,1 mil milhões de euros em 2024, em comparação com 18,5 mil milhões de euros em 2023. O aumento de 0,5 mil milhões, ou 3%, em relação ao ano anterior deveu-se sobretudo a ganhos líquidos mais elevados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de lucros ou perdas. A divisão Investment Bank registou um aumento de 393 milhões de euros, impulsionado principalmente por uma maior margem financeira, parcialmente compensado por menores resultados líquidos em ativos/passivos financeiros, principalmente devido a uma menor avaliação a preços de mercado de derivados nos Mercados FIC. A margem

financeira e os resultados líquidos na divisão Asset Management aumentaram 280 milhões de euros, refletindo um ajustamento de avaliação mais favorável, principalmente nos fundos garantidos, com compensação noutros rendimentos. Na divisão Private Bank, a margem financeira e os resultados líquidos diminuíram 379 milhões de euros, principalmente devido ao aumento dos custos de financiamento e das atividades de cobertura, parcialmente compensados pelo crescimento dos depósitos e dos empréstimos. Na divisão Corporate Bank, a margem financeira e os resultados líquidos diminuíram 247 milhões de euros, principalmente devido a menores receitas de juros e a custos de financiamento mais elevados. O aumento global foi suportado pelo segmento Corporate & Other, que registou uma melhoria de cerca de 457 milhões de euros, beneficiando sobretudo dos impactos positivos das coberturas de taxas de juro.

Provisão para perdas de crédito

2025

A provisão para perdas com crédito foi de 1,7 mil milhões de euros em 2025, face aos 1,8 mil milhões de euros em 2024, e de 36 pontos base da média dos empréstimos, em linha com a orientação fornecida pelo banco após o terceiro trimestre. A diminuição deveu-se principalmente à redução das reservas da Fase 3, não obstante a persistência de provisões elevadas para o setor imobiliário comercial. Este facto foi parcialmente compensado por provisões mais elevadas da Fase 1 e da Fase 2 resultantes de efeitos relacionados com o modelo. De um modo geral, a qualidade da carteira manteve-se estável.

2024

A provisão para perdas de crédito foi de 1,8 mil milhões de euros em 2024, acima dos 1,5 mil milhões de euros em 2023 e 38 pontos base da média de empréstimos, em conformidade com as orientações fornecidas pelo banco após o terceiro trimestre. O aumento deveu-se a acontecimentos cíclicos no setor imobiliário comercial, a certos acontecimentos de crédito a empresas de maior dimensão e a efeitos temporários na sequência da integração do Postbank. As carteiras mais amplas tiveram um desempenho globalmente em linha com as expectativas, apesar da conjuntura macroeconómica e de taxas de juro difícil.

As secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" disponibilizam mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões	em %	em milhões	em %
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	10.891	10.372	9.206	519	5	1.166	13
Resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	49	48	—	1	2	49	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	9	(11)	(96)	20	N/S	85	(89)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método	(6)	12	(38)	(18)	N/S	49	N/S
Outro resultado	300	619	1.259	(319)	(52)	(640)	(51)
Rendimento total não decorrente de juros remanescente	11.244	11.040	10.330	204	2	710	7
¹ inclui:							
Rendimento líquido de serviços e comissões de							
Comissões de administração	318	317	280	1	—	37	13
Comissões de ativos geridos	4.451	4.022	3.700	430	11	322	9
Comissões de outros títulos	494	433	441	61	14	(8)	(2)
Total	5.264	4.772	4.421	492	10	351	8
Comissões líquidas, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras							
Comissões de subscrição e consultoria	1.771	1.669	1.105	102	6	564	51
Comissões de corretagem	455	455	366	(1)	—	89	24
Total	2.226	2.124	1.471	102	5	653	44
Comissões líquidas por outros serviços aos clientes	3.402	3.476	3.314	(74)	(2)	162	5
Total de rendimentos líquidos de serviços e comissões	10.891	10.372	9.206	519	5	1.166	13

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Rendimentos líquidos de serviços e comissões

2025

Os rendimentos líquidos de serviços e comissões foram de 10,9 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 519 milhões de euros, ou 5%, em comparação com 2024. O aumento deveu-se sobretudo a comissões de desempenho e de gestão mais elevadas, decorrentes do aumento dos ativos médios sob gestão, apoiadas por uma evolução positiva do mercado e por entradas líquidas na divisão Asset Management, bem como por um forte contributo das atividades de Trade Finance & Lending, Institutional Cash Management e Trust and Agency Services da divisão Corporate Bank. Além disso, contribuíram para este aumento as receitas de comissões mais elevadas no crédito ao setor privado e no financiamento do investimento do balanço na divisão Investment Bank, bem como as receitas de investimento mais elevadas, principalmente provenientes de mandatos de carteira discricionária e parcialmente compensadas por custos mais elevados com cartões e pagamentos na divisão Private Bank.

2024

Os rendimentos líquidos de serviços e comissões foram de 10,4 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 1,2 mil milhões de euros, ou 13%, em comparação com 2023. Este aumento deveu-se ao aumento das comissões de subscrição e de consultoria no área de Investment Banking & Capital Markets da divisão Investment Bank e a uma contribuição particularmente forte da atividade de Trade Finance na divisão Corporate Bank. Além disso, o aumento das comissões de gestão em Asset Management, devido ao aumento dos ativos sob gestão, contribuiu para este aumento.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral 2025

Os resultados em ativos financeiros pelo justo valor de outro rendimento integral foram de 49 milhões de euros em 2025 e de 48 milhões de euros em 2024, impulsionados pela venda de obrigações e títulos da reserva de liquidez estratégica.

2024

Os resultados líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de 48 milhões de euros em 2024 (0) milhões de euros em 2023, principalmente impulsionados por uma venda de obrigações e títulos da reserva estratégica de liquidez.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado

2025

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado foram de 9 milhões de euros em 2025, em comparação com (11) milhões de euros em 2024, devido ao desconhecimento de empréstimos detidos ao custo amortizado.

2024

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado foram de (11) milhões de euros em 2024, em comparação com (96) milhões de euros em 2023, impulsionados por vendas principalmente relacionadas com a carteira "hold-to-collect".

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2025

O resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial foi de (6) milhões de euros em 2025, em comparação com 12 milhões de euros em 2024, uma diminuição de 18 milhões de euros, principalmente devido a perdas relacionadas com a desconsolidação de um investimento, parcialmente compensadas pelo lucro líquido dos investimentos devido a avaliações em alta.

2024

Os resultados líquidos de investimentos pelo método de equivalência patrimonial foram de 12 milhões de euros em 2024, em comparação com (38) milhões de euros em 2023, um aumento de 49 milhões de euros, principalmente relacionado com uma avaliação em alta dos ativos de empréstimo subjacentes na Harvest Fund Management Company Limited.

Outro resultado

2025

O outro resultado foi de 300 milhões de euros em 2025, em comparação com 619 milhões de euros em 2024. A diminuição deveu-se principalmente aos movimentos do mercado na carteira de cobertura em comparação com os ganhos em 2024, com uma compensação devida a ajustamentos de avaliação, principalmente em fundos garantidos na divisão Asset Management.

2024

O outro resultado foi de 619 milhões de euros em 2024, em comparação com 1,3 mil milhões de euros em 2023. Esta diminuição esteve essencialmente relacionada com os movimentos do mercado na carteira de cobertura em comparação com os ganhos em 2023.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de	em %	em milhões de	em %
Remunerações e benefícios	11.813	11.731	11.131	82	1	601	5
Despesas gerais e administrativas ¹	8.860	11.243	10.112	(2.383)	(21)	1.131	11
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	—	233	—	N/S	(233)	N/S
Atividades de reestruturação	(15)	(3)	220	(12)	N/S	(223)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	20.658	22.971	21.695	(2.313)	(10)	1.276	6

N/S – Não significativo

¹ inclui:

Tecnologias de informação	3.504	3.610	3.755	(106)	(3)	(145)	(4)
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.463	1.624	1.478	(161)	(10)	147	10
Regulamentares, impostos e	862	1.028	1.399	(165)	(16)	(371)	(27)
Serviços profissionais	671	763	899	(92)	(12)	(136)	(15)
Serviços bancários e operações subcontratados	891	964	964	(73)	(8)	1	—
Serviços de Dados de Mercado e	410	400	374	11	3	26	7
Despesas de deslocação	152	153	143	—	—	10	7
Despesas de marketing	195	149	203	46	31	(54)	(26)
Outras despesas ³	710	2.552	899	(1.842)	(72)	1.654	184
Despesas totais gerais e administrativas	8.860	11.243	10.112	(2.383)	(21)	1.131	11

² Inclui taxas bancárias de 148 milhões de euros em 2025, 172 milhões de euros em 2024 e 528 milhões de euros em 2023

³ Inclui despesas relacionadas com litígios no valor de 179 milhões de euros em 2025, 2.035 milhões de euros em 2024 e 311 milhões de euros em 2023; consulte a Nota 27 "Provisões", para mais detalhes sobre litígios

Remunerações e benefícios

2025

A remuneração e os benefícios aumentaram 82 milhões de euros, ou 1%, para 11,8 mil milhões de euros em 2025, face aos 11,7 mil milhões de euros em 2024. O aumento deveu-se principalmente a uma remuneração mais elevada relacionada com o desempenho, parcialmente compensada por custos de indemnização mais baixos.

2024

A remuneração e os benefícios aumentaram 601 milhões de euros, ou 5%, para 11,7 mil milhões de euros em 2024, em comparação com 11,1 mil milhões de euros em 2023. O aumento foi impulsionado principalmente por uma maior compensação relacionada com o desempenho, crescimento salarial e aumentos na força de trabalho interna referentes aos investimentos direcionados do banco como parte da estratégia de Global Hausbank, bem como por custos de indemnização mais elevados.

Despesas gerais e administrativas

2025

As despesas gerais e administrativas diminuíram 2,4 mil milhões de euros, ou 21%, para 8,9 mil milhões de euros em 2025, face aos 11,2 mil milhões de euros em 2024. A diminuição deveu-se principalmente à não recorrência de encargos com contencioso relacionados com a questão do litígio da aquisição do Postbank e com a hipoteca cambial polaca, bem como à reversão do ativo de indemnização da RusChemAlliance, que teve impacto no ano anterior. A diminuição foi ainda apoiada por taxas bancárias mais baixas, pela redução das amortizações dos ativos de direito de uso no âmbito das despesas de locação e por custos de tecnologia da informação mais baixos, refletindo principalmente a redução das despesas com fornecedores e plataformas de TI.

2024

As despesas gerais e administrativas aumentaram 1,1 mil milhões de euros, ou 11%, para 11,2 mil milhões de euros em 2024, face a 10,1 mil milhões de euros em 2023. O aumento foi impulsionado por um aumento de outras despesas, principalmente devido ao aumento dos custos com litígios relacionados com a questão do litígio da aquisição do Postbank e com as questões da hipoteca cambial polaca, bem como com a reversão do ativo de indemnização da RusChemAlliance. Esta situação foi parcialmente compensada por uma diminuição das taxas bancárias de 355 milhões de euros em 2024, por menores honorários de serviços profissionais e por menores despesas com tecnologias de informação, principalmente relacionadas com menores custos com fornecedores e menores custos com plataformas informáticas.

Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

2025

Não foi reconhecida nenhuma imparidade de goodwill ou de outros ativos intangíveis em 2025 ou 2024.

2024

A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 0 milhões de euros em 2024, em comparação com 233 milhões de euros em 2023, relacionada com a imparidade de goodwill da Numis na divisão Investment Bank.

Reestruturação

2025

As atividades de reestruturação resultaram na libertação de 15 milhões de euros em 2025, em comparação com a libertação de 3 milhões de euros em 2024. A evolução em ambos os períodos foi essencialmente impulsionada pela execução das iniciativas estratégicas da divisão Private Bank.

2024

As atividades de reestruturação representaram uma libertação de 3 milhões de euros em 2024, em comparação com encargos de 220 milhões de euros em 2023. A evolução em ambos os períodos foi essencialmente impulsionada pelo Private Bank, no contexto da execução das iniciativas estratégicas.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2025

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 2,6 mil milhões de euros em 2025, em comparação com 1,8 mil milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva de 27% em 2025 beneficiou principalmente do impacto positivo da reforma fiscal alemã e da combinação geográfica dos rendimentos.

2024

A despesa com impostos sobre o rendimento foi de 1,8 mil milhões de euros em 2024, em comparação com 787 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva em 2024 de 34% foi principalmente afetada por custos de contencioso que não são dedutíveis de impostos.

Resultados líquidos

2025

O resultado líquido em 2025 foi de 7,1 mil milhões de euros, em comparação com 3,5 mil milhões de euros no ano anterior. O aumento do resultado líquido refletiu um forte desempenho operacional em 2025 e a não recorrência de rubricas específicas de contencioso que tiveram um impacto negativo em 2024.

2024

O resultado líquido em 2024 foi de 3,5 mil milhões de euros, em comparação com 4,9 mil milhões de euros no ano anterior. A diminuição do lucro líquido deveu-se principalmente ao já referido aumento das despesas de litígios e ao aumento das despesas com o imposto sobre o rendimento em comparação com 2023.

Resultados de operações dos segmentos

A secção seguinte apresenta uma análise dos resultados dos segmentos de negócio. Consultar a Nota 04 "Segmentos de negócio e informações associadas" das demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

- alterações no formato de divulgação por segmento do banco
- a estrutura dos sistemas de relatórios de gestão do banco

A informação por segmentos do Deutsche Bank segue a estrutura organizacional refletida nos sistemas internos de informação de gestão do Grupo, que constituem a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a afetação de recursos aos mesmos. A segmentação baseia-se na estrutura do Grupo em 31 de dezembro de 2025. Os comparativos dos anos anteriores foram alinhados com a apresentação do ano em curso.

	2025					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	7.400	11.541	9.665	3.077	413	32.096
Provisão para perdas de crédito	194	827	578	(2)	108	1.707
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.632	2.894	2.795	952	3.541	11.813
Despesas gerais e administrativas	2.971	3.782	3.958	871	(2.721)	8.860
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	—	—
Atividades de reestruturação	—	—	(15)	—	—	(15)
Despesas totais (excluindo juros)	4.603	6.675	6.738	1.823	819	20.658
Participações minoritárias	—	16	—	272	(289)	—
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.603	4.022	2.348	983	(226)	9.731
Ativos (em mil milhões de euros)²	323	736	316	11	49	1.435
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões)	120	115	247	—	(3)	479
Adições a ativos não correntes	14	6	65	20	1.938	2.042
Depósitos (em mil milhões de euros)	329	28	329	—	5	692
Capital próprio médio atribuído (em mil milhões de euros)	12	24	15	5 ³	10	66
Ativos ponderados pelo risco (em mil dos quais: ativos ponderados pelo risco)	72	136	92	16	31	347
Exposição de alavancagem (em mil)	11	18	15	5	14	63
Colaboradores (equivalente a tempo)	358	602	326	10	32	1.327
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{5,6}	27.320	20.592	35.443	5.425	1.099	89.879
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{5,6}	14,1%	10,8%	10,1%	12,9%	N/S	9,3%
Rácio custo/rendimento ⁷	15,3%	11,2%	10,5%	29,1%	N/S	10,3%
	62,2%	57,8%	69,7%	59,3%	N/S	64,4%
¹ inclui						
Rendimento de juros líquido	4.567	4.681	6.169	24	249	15.691
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência	4	(69)	4	52	3	(6)
² inclui						
Investimentos avaliados pelo método de	101	264	102	453	5	924

N/S – Não significativo

³ A partir do quarto trimestre de 2025, o quadro de afetação do capital próprio para Asset Management foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁴ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁵ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁶ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 27% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁷ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

	2024					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	7.506	10.557	9.386	2.649	(6)	30.092
Provisão para perdas de crédito	347	549	851	(1)	83	1.830
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.611	2.690	2.938	919	3.574	11.731
Despesas gerais e administrativas	3.448	3.970	4.395	904	(1.474)	11.243
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	—	—
Atividades de reestruturação	(1)	—	(3)	—	—	(3)
Despesas totais (excluindo juros)	5.058	6.660	7.331	1.823	2.100	22.971
Participações minoritárias	—	5	—	194	(199)	—
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.101	3.344	1.204	632	(1.989)	5.291
Ativos (em mil milhões de euros)²	280	756	324	11	17	1.387
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões)	117	110	257	—	—	485
Adições a ativos não correntes	12	3	160	30	1.886	2.091
Depósitos (em mil milhões de euros)	313	22	320	—	11	666
Capital próprio médio atribuído (em mil milhões de euros)	12	24	14	5	10	65
Ativos ponderados pelo risco (em mil dos quais: ativos ponderados pelo risco)	78	130	97	18	34	357
Exposição de alavancagem (em mil)	11	15	14	5	13	58
Colaboradores (equivalente a tempo)	339	593	336	10	38	1.316
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{4,5}	26.280	20.065	37.059	5.166	1.183	89.753
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{4,5}	11,9%	9,1%	5,1%	8,0%	N/S	4,2%
Rácio custo/rendimento ⁶	12,7%	9,4%	5,1%	18,0%	N/S	4,7%
	67,4%	63,1%	78,1%	68,8%	N/S	76,3%
¹ inclui						
Rendimento de juros líquido	4.987	3.372	5.786	25	(1.104)	13.065
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência	(1)	(46)	21	36	2	12
² inclui						
Investimentos avaliados pelo método de	90	379	102	451	6	1.028

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

³ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Os exercícios anteriores foram atualizados em conformidade. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁴ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Os exercícios anteriores foram atualizados em conformidade. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁵ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 34% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁶ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

	2023					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	7.718	9.160	9.571	2.383	47	28.879
Provisão para perdas de crédito	266	431	783	(1)	26	1.505
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.539	2.534	2.808	891	3.358	11.131
Despesas gerais e administrativas	3.088	4.082	4.718	934	(2.710)	10.112
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	233	—	—	—	233
Atividades de reestruturação	(4)	(3)	228	—	(1)	220
Despesas totais (excluindo juros)	4.623	6.846	7.755	1.825	647	21.695
Participações minoritárias	—	3	—	163	(166)	—
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.828	1.880	1.032	396	(459)	5.678
Ativos (em mil milhões de euros)²	264	658	331	10	49	1.312
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões)	117	101	261	—	—	479
Adições a ativos não correntes	13	89	90	73	1.853	2.118
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	18	308	—	7	622
Capital próprio médio atribuído (em mil milhões de euros)	11	23	14	5	10	63
Ativos ponderados pelo risco (em mil dos quais: ativos ponderados pelo risco)	69	140	86	15	40	350
Exposição de alavancagem (em mil)	6	22	8	3	19	57
Colaboradores (equivalente a tempo)	307	546	339	10	39	1.240
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{4,5}	25.356	19.899	38.465	4.961	1.449	90.130
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{4,5}	17,1%	4,9%	4,5%	5,2%	N/S	6,7%
Rácio custo/rendimento ⁶	18,5%	5,1%	4,8%	12,2%	N/S	7,4%
	59,9%	74,7%	81,0%	76,6%	N/S	75,1%
¹ inclui						
Rendimento de juros líquido	5.241	2.887	6.156	(124)	(557)	13.602
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência	(6)	(70)	(5)	42	2	(38)
² inclui						
Investimentos avaliados pelo método de	91	413	84	420	5	1.013

N/S - Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

³ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Os exercícios anteriores foram atualizados em conformidade. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁴ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Os exercícios anteriores foram atualizados em conformidade. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁵ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁶ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Serviços de Tesouraria Empresarial ¹	4.220	4.197	4.381	23	1	(184)	(4)
Serviços de Clientes Institucionais	1.917	1.956	1.895	(39)	(2)	62	3
Banca de Empresas ¹	1.263	1.352	1.442	(90)	(7)	(90)	(6)
Total de receitas líquidas	7.400	7.506	7.718	(106)	(1)	(212)	(3)
Dos quais:							
Margem financeira ²	4.567	4.987	5.241	(419)	(8)	(254)	(5)
Resultado líquido de serviços e	2.704	2.577	2.460	127	5	118	5
Rendimentos restantes ²	129	(58)	18	186	N/S	(75)	N/S
Provisão para perdas de crédito	194	347	266	(153)	(44)	81	30
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.632	1.611	1.539	21	1	72	5
Despesas gerais e administrativas	2.971	3.448	3.088	(477)	(14)	359	12
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Atividades de reestruturação	—	(1)	(4)	1	N/S	4	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	4.603	5.058	4.623	(455)	(9)	435	9
Participações minoritárias	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.603	2.101	2.828	502	24	(728)	(26)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ³	8.420	7.959	7.670	461	6	289	4
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo	8.181	8.171	8.017	10	—	154	2
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ³	10.719	10.150	9.669	569	6	481	5
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)³	27.320	26.280	25.356	1.040	4	924	4
Total de ativos (em mil milhões de	323	280	264	44	16	16	6
Ativos ponderados pelo risco (em mil	72	78	69	(6)	(8)	9	13
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de	11	11	6	—	1	5	94
Exposição ao efeito de alavancagem	358	339	307	18	5	33	11
Depósitos (em mil milhões de euros) ³	329	313	289	17	5	23	8
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil	120	117	117	3	2	—	—
Rácio custo/rendimento ⁶	62,2 %	67,4 %	59,9 %	(5,2) p.p.	N/S	7,5ppt	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{7,8}	14,1 %	11,9 %	17,1 %	2,2 p.p.	N/S	(5,2) p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após	15,3 %	12,7 %	18,5 %	2,6 p.p.	N/S	(5,8) p.p.	N/S

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ A partir do primeiro trimestre de 2025, determinados clientes mais pequenos e não complexos, anteriormente registados em Serviços de Tesouraria para Empresas, são reportados em Banca de Empresas. A reclassificação surge na sequência de uma análise e de um realinhamento da cobertura dos clientes, com o objetivo de lhes proporcionar a cobertura mais eficaz no âmbito da Banca de Empresas. Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios

² A partir do primeiro trimestre de 2025, a representação da partilha de receitas entre os segmentos Corporate Bank e Investment Bank foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

³ No final do ano

⁴ Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

⁵ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁶ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁷ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁸ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2025, 2024 e 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

2025

O lucro antes de impostos foi de 2,6 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 24% em relação a 2024, principalmente impulsionado por gastos operacionais (excluindo juros) menores e uma provisão para perdas de crédito menor, parcialmente compensadas por receitas menores. A rentabilidade após impostos sobre o capital próprio médio dos acionistas foi de 14,1%, acima dos 11,9% do ano anterior, e a rentabilidade após impostos sobre o capital próprio tangível médio dos acionistas foi de 15,3%, acima dos 12,7% do ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 62%, uma descida face aos 67% registados em 2024.

As receitas líquidas foram de 7,4 mil milhões de euros, 1% inferiores em termos homólogos, uma vez que os efeitos da cobertura de juros, do crescimento do volume de negócios e dos rendimentos líquidos de serviços e comissões foram mais do que compensados pela normalização das margens e pelas variações cambiais. As receitas dos Serviços de Tesouraria a Empresas ascenderam a 4,2 mil milhões de euros, um aumento de 1% em termos homólogos, uma vez que os efeitos positivos da cobertura de juros, dos volumes de depósitos mais elevados e do crescimento dos rendimentos líquidos de serviços e comissões foram compensados por margens de depósito mais baixas. As receitas dos Serviços a Clientes Institucionais diminuíram 2% em termos homólogos para 1,9 mil milhões de euros, sobretudo devido a um menor volume de depósitos na Gestão de Tesouraria Institucional. As receitas dos Serviços Bancários a Empresas ascenderam a 1,3 mil milhões de euros, uma descida de 7% em termos homólogos, devido à normalização das margens dos depósitos, parcialmente compensada pelo crescimento dos rendimentos líquidos de serviços e comissões.

A provisão para perdas de crédito foi de 194 milhões de euros em 2025, ou seja, 17 pontos base da média de empréstimos, o que representa uma descida em relação aos 347 milhões de euros registados no ano anterior, devido à redução das provisões para a Fase 3 e a uma menor descida nas Fases 1 e 2, que reflete sobretudo a libertação de modelos.

Os gastos operacionais (excluindo juros) foram de 4,6 mil milhões de euros, uma descida de 9%, devido à redução das despesas não operacionais, enquanto os custos ajustados permaneceram estáveis em termos homólogos, em 4,6 mil milhões de euros.

2024

Os resultados antes de impostos foram de 2,1 mil milhões de euros em 2024, o que representa uma descida de 26% em relação a 2023, principalmente devido ao aumento das despesas não relacionadas com juros. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios médios foi de 11,9%, uma descida face aos 17,1% no ano anterior, com uma rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios de 12,7%, uma descida face aos 18,5% do ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 67%, contra 60% em 2023.

As receitas líquidas foram de 7,5 mil milhões de euros, 3% inferiores em termos homólogos, uma vez que a normalização das margens dos depósitos foi compensada, em grande medida, por volumes de depósitos mais elevados e pelo crescimento dos rendimentos líquidos de serviços e comissões. As receitas dos Serviços de Tesouraria a Empresas foram de 4,2 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 4% em termos homólogos, devido a margens de depósito mais baixas, sobretudo compensadas por volumes de depósitos mais elevados e pelo crescimento dos rendimentos líquidos de serviços e comissões. As receitas dos Serviços a Clientes Institucionais aumentaram 3% em termos homólogos para 2,0 mil milhões de euros, impulsionadas pelo crescimento dos Serviços de Valores Mobiliários e dos Serviços Fiduciários e de Agência. As receitas de Serviços Bancários a Empresas ascenderam a 1,4 mil milhões de euros, uma descida de 6% em termos homólogos, devido à normalização das margens dos depósitos.

As provisões para perdas de crédito ascenderam a 347 milhões de euros em 2024, ou seja, 30 pontos base da média de empréstimos, uma subida face aos 266 milhões de euros no ano transato, principalmente devido a certos eventos de crédito empresarial de maior dimensão.

As despesas não relacionadas com juros ascenderam a 5,1 mil milhões de euros, um aumento de 9% em termos homólogos, devido a uma rubrica de contencioso, enquanto os custos ajustados aumentaram 2% em termos homólogos para 4,6 mil milhões de euros, devido a uma maior afetação dos custos dos serviços internos e a investimentos em front office.

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Fixed Income & Currencies (FIC)	9.610	8.518	7.897	1.092	13	621	8
Fixed Income & Currencies:	3.561	3.183	2.909	377	12	275	9
Fixed Income & Currencies: Markets ¹	6.050	5.335	4.989	715	13	346	7
Investment Banking e Mercados de Capitais ²	1.861	1.990	1.238	(129)	(6)	752	61
Geração de dívida	1.100	1.274	837	(174)	(14)	437	52
Geração de ações	225	186	102	39	21	83	82
Consultoria	536	531	299	5	1	232	77
Investigação e outras ³	70	49	24	20	41	25	102
Total de receitas líquidas⁴	11.541	10.557	9.160	984	9	1.398	15
Provisão para perdas de crédito	827	549	431	278	51	119	28
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.894	2.690	2.534	204	8	156	6
Despesas gerais e administrativas	3.782	3.970	4.082	(188)	(5)	(112)	(3)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	233	—	N/S	(233)	N/S
Atividades de reestruturação	—	—	(3)	—	38	3	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	6.675	6.660	6.846	15	—	(186)	(3)
Participações minoritárias	16	5	3	12	N/S	2	52
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	4.022	3.344	1.880	679	20	1.463	78
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ⁵	5.037	4.888	4.856	149	3	32	1
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ⁵	3.151	3.168	3.146	(17)	(1)	22	1
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ⁵	12.404	12.009	11.898	395	3	111	1
Total de colaboradores (equivalente a	20.592	20.065	19.899	527	3	166	1
Total de ativos (em mil milhões de euros)^{5,6}	736	756	658	(20)	(3)	98	15
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões	136	130	140	7	5	(10)	(7)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ^{5,7}	18	15	22	3	21	(7)	(32)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil	602	593	546	10	2	46	8
Depósitos (em mil milhões de euros) ⁵	28	22	18	6	26	4	23
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de	115	110	101	5	5	9	9
Rácio custo/rendimento ⁸	57,8%	63,1%	74,7%	(5,2)	N/S	(11,7)	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{9,10}	10,8%	9,1%	4,9%	1,7 p.p.	N/S	4,2 p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{9,10}	11,2%	9,4%	5,1%	1,8 p.p.	N/S	4,3 p.p.	N/S

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ A partir do quarto trimestre de 2025, a subcategoria adicional "Fixed Income & Currencies": Ex-Financing" em Fixed Income & Currencies (FIC) foi renomeada para "Fixed Income & Currencies: Markets"

² A partir do quarto trimestre de 2025, o Deutsche Bank renomeou "Geração e Consultoria" no Investment Bank para "Investment Banking e Mercados de Capitais"

³ Historicamente, determinados encargos de captação de fundos bancários afetos ao Investment Bank, mas não diretamente atribuíveis a posições específicas do balanço, eram reportados em "Investigação e Outras". A partir do terceiro trimestre de 2025, estes encargos foram atribuídos às atividades subjacentes com base numa chave de atribuição acordada, a fim de apoiar o aperfeiçoamento contínuo dos relatórios a nível das atividades. Os comparativos de anos anteriores estão alinhados com a apresentação no ano em curso.

⁴ A partir do primeiro trimestre de 2025, a representação da partilha de receitas entre o Corporate Bank e o Investment Bank foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁵ No final do ano

⁶ Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

⁷ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁸ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

¹⁰ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2025, 2024 e 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

2025

O lucro antes de impostos foi de 4,0 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 20% em relação ao ano anterior, com um crescimento das receitas de 1,1 mil milhões de euros impulsionado pela rubrica de Fixed Income & Currencies (FIC), com a rubrica de Investment Banking & Capital Markets (IBCM) ligeiramente abaixo. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios médios foi de 10,8%, face a 9,1% em 2024, e a rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 11,2%, face a 9,4%. O rácio custo/rendimento foi de 58%, uma descida face aos 63% registados em 2024.

As receitas líquidas ascenderam a 11,5 mil milhões de euros, mais 9% do que no ano anterior, refletindo a solidez da FIC. As receitas dos Mercados FIC ascenderam a 6,0 mil milhões de euros, um aumento de 13% em termos homólogos, beneficiando da solidez de todos os produtos, mas sobretudo de Taxas e Divisas, devido ao aumento da atividade dos clientes e a uma forte gestão do risco em mercados voláteis. As receitas do Financiamento FIC cresceram 12% para 3,6 mil milhões de euros, refletindo o investimento orientado para o balanço. As receitas da IBCM desceram 6% em termos homólogos para 1,9 mil milhões de euros, impulsionadas pela Geração de Dívida, que incluiu o impacto de uma perda num empréstimo específico na área de Leveraged Debt Capital Markets no primeiro trimestre de 2025, tendo a Geração de Ações e a Consultoria melhorado em termos homólogos.

As provisões para perdas de crédito ascenderam a 827 milhões de euros no ano, ou seja, 74 pontos base da média de empréstimos, e aumentaram significativamente em relação aos 549 milhões de euros registados no ano anterior, refletindo o aumento das provisões para as Fases 1 e 2 e um aumento menor da Fase 3, todos com impacto na carteira de imóveis comerciais (CRE).

Os gastos operacionais (excluindo juros) e os custos ajustados mantiveram-se essencialmente estáveis em 6,7 mil milhões de euros e 6,6 mil milhões de euros em comparação com 2024, tendo o custo das iniciativas de crescimento estratégico e a inflação sido compensados por custos não operacionais e dotações de infraestruturas mais baixos.

2024

O resultado antes de impostos foi de 3,3 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 78% face ao ano anterior, com um crescimento das receitas de Fixed Income & Currencies (FIC) e de Investment Banking & Capital Markets, combinado com a não repetição de uma imparidade de goodwill em 2023, parcialmente compensada por uma maior provisão para perdas de crédito em 2024. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios médios foi de 9,1%, face a 4,9% em 2023, e a rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 9,4%, face a 5,1%. O rácio custo/rendimento foi de 63%, uma descida face aos 75% registados em 2023.

As receitas líquidas foram de 10,6 mil milhões de euros, 15% superiores às do ano anterior, refletindo o ganho de quota de mercado num crescente pool de taxas de Investment Banking & Capital Markets, bem como o bom desempenho na rubrica de FIC. As receitas de Mercados FIC ascenderam a 5,3 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 7% em termos homólogos, beneficiando da robustez da atividade de Credit Trading e de um maior envolvimento dos clientes em termos mais gerais. As receitas do Financiamento FIC cresceram 9% para 3,2 mil milhões de euros, devido ao aumento da margem financeira e das comissões e taxas. As receitas de Investment Banking & Capital Markets aumentaram 61% em termos homólogos para 2,0 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento da quota de mercado em cerca de 50 pontos base, combinado com o crescimento do conjunto de comissões do setor durante o ano (fonte: Dealogic).

A provisão para perdas de crédito foi de 549 milhões de euros no exercício, ou 52 pontos base da média de empréstimos, e significativamente mais elevada em termos homólogos, refletindo o aumento das provisões de Fase 3, principalmente em CRE.

Os gastos operacionais (excluindo juros) foram de 6,7 mil milhões de euros em 2024, uma descida de 3% em termos homólogos, refletindo principalmente a não repetição de uma imparidade de goodwill em 2023. Os custos ajustados mantiveram-se essencialmente estáveis em 6,4 mil milhões de euros, com o impacto anual dos investimentos estratégicos no segundo semestre de 2023 e o impacto cambial adverso amplamente compensados por uma redução das taxas bancárias.

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Personal Banking ¹	5.284	5.253	5.442	31	1	(190)	(3)
Wealth Management ^{1,2}	4.381	4.133	4.128	248	6	5	—
Total de receitas líquidas	9.665	9.386	9.571	279	3	(185)	(2)
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	6.169	5.786	6.156	383	7	(370)	(6)
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	2.999	2.956	2.852	43	1	104	4
Rendimentos restantes	497	643	563	(146)	(23)	80	14
Provisão para perdas de crédito	578	851	783	(273)	(32)	68	9
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2.795	2.938	2.808	(143)	(5)	130	5
Despesas gerais e administrativas	3.958	4.395	4.718	(438)	(10)	(323)	(7)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Atividades de reestruturação	(15)	(3)	228	(12)	N/S	(231)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	6.738	7.331	7.755	(593)	(8)	(424)	(5)
Participações minoritárias	—	—	—	—	45	—	(45)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.348	1.204	1.032	1.144	95	172	17
Colaboradores (front office, equivalente a tempo	15.840	17.053	18.483	(1.213)	(7)	(1.430)	(8)
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ³	7.497	7.842	7.780	(345)	(4)	62	1
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ³	12.106	12.164	12.202	(58)	N/S	(38)	—
Total de colaboradores (equivalente a tempo	35.443	37.059	38.465	(1.616)	(4)	(1.406)	(4)
Total de ativos (em mil milhões de euros)^{3,4}	316	324	331	(8)	(2)	(7)	(2)
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de	92	97	86	(5)	(5)	11	13
dos quais: ativos ponderados pelo risco	15	14	8	—	2	7	89
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil	326	336	339	(10)	(3)	(2)	(1)
Depósitos (em mil milhões de euros) ²	329	320	308	9	3	13	4
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ³	247	257	261	(11)	(4)	(4)	(1)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) ^{3,6}	685	634	579	51	8	55	9
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	27	29	23	(2)	(7)	6	26
Rácio custo/rendimento ⁷	69,7%	78,1%	81,0%	(8,4)	N/S	(2,9)	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos	10,1%	5,1%	4,5%	5,1 p.p.	N/S	0,5 p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{8,9}	10,5%	5,1%	4,8%	5,4 p.p.	N/S	0,3 p.p.	N/S

N/S - Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ A partir do primeiro trimestre de 2025, uma parte de determinados clientes europeus do Personal Banking foi transferida para o segmento Wealth Management. Esta alteração reflete os ajustamentos na classificação do cliente do Private Bank para melhor alinhar o relato financeiro com a estrutura de negócios subjacente. Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios

² A partir do quarto trimestre de 2025, o Private Bank passou a designar "Wealth Management & Private Banking" como "Wealth Management"

³ No final do ano

⁴ Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

⁵ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁶ Os Ativos sob Gestão incluem ativos detidos em nome de clientes para fins de investimento e/ou ativos de clientes que são aconselhados ou geridos pelo Deutsche Bank. São geridos numa base discricionária ou consultiva ou são depositados no banco. Os depósitos são considerados Ativos sob Gestão caso sirvam fins de investimento. Em Personal Banking, isto inclui depósitos a prazo e depósitos de poupança. Em Wealth Management (excluindo Business Banking), parte-se do princípio de que todos os depósitos de clientes são detidos no banco essencialmente para fins de investimento, pelo que são classificados como Ativos sob Gestão. Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob gestão que são geridos pela DWS, estes ativos são reportados como Ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

⁷ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁸ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁹ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2025, 2024 e 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

2025

O segmento Private Bank reportou um lucro antes de impostos de 2,3 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 1,1 mil milhões de euros, ou 95%, em relação ao ano anterior, refletindo principalmente menores gastos operacionais (excluindo juros), bem como provisões significativamente mais baixas para perdas de crédito. A rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) foi de 10,1% em comparação com 5,1% em 2024, enquanto a rentabilidade após impostos sobre o capital próprio tangível médio dos acionistas aumentou para 10,5%. O rácio custo/rendimento de 70% melhorou em relação aos 78% do ano anterior.

As receitas líquidas ascenderam a 9,7 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 3% em termos homólogos, impulsionado por receitas mais elevadas de depósitos e produtos de investimento, que foram parcialmente compensadas por receitas mais baixas de outros serviços bancários. As receitas dos empréstimos mantiveram-se essencialmente estáveis.

No segmento de Personal Banking, as receitas líquidas mantiveram-se essencialmente estáveis em termos homólogos, situando-se em 5,3 mil milhões de euros em 2025, refletindo receitas mais elevadas de depósitos e de produtos de investimento. Esta evolução foi compensada por receitas ligeiramente inferiores provenientes de empréstimos, em conformidade com a decisão estratégica de enfoque em produtos de valor acrescentado, bem como por receitas inferiores provenientes de outros serviços bancários em 2025.

No segmento de Wealth Management, as receitas líquidas cresceram 6% em termos homólogos para 4,4 mil milhões de euros em 2025, refletindo o aumento dos produtos de investimento, bem como das receitas de depósitos. As receitas de depósitos do ano anterior incluíam determinados custos de cobertura.

A provisão para perdas de crédito foi de 578 milhões de euros, ou 23 pontos base da média de empréstimos, em comparação com 33 pontos base da média de empréstimos no ano anterior. Esta evolução reflete principalmente os benefícios das atualizações do modelo efetuadas este ano, enquanto o ano anterior foi afetado pela continuação dos efeitos transitórios elevados da integração do Postbank.

Os gastos operacionais (excluindo juros) foram de 6,7 mil milhões de euros em 2025, 8% inferiores em relação ao ano anterior. Os custos ajustados diminuíram 5%, para 6,6 mil milhões de euros, e os custos não operacionais foram significativamente inferiores. Os efeitos positivos das iniciativas de transformação, incluindo a redução do número de efetivos e o encerramento de 126 agências em 2025, bem como a redução significativa dos custos de proteção dos depósitos, foram parcialmente compensados pelos efeitos da inflação.

Os Ativos sob Gestão ascendiam a 685 mil milhões de euros no final de 2025, mais 51 mil milhões de euros em termos homólogos, incluindo 27 mil milhões de euros de entradas líquidas e 30 mil milhões de euros de variações de mercado positivas, parcialmente compensados por 16 mil milhões de euros de variações cambiais negativas.

2024

O segmento de Private Bank registou um lucro antes de impostos de 1,2 mil milhões de euros em 2024, um aumento de 172 milhões de euros, ou 17%, em termos homólogos, refletindo gastos operacionais (excluindo juros) ligeiramente mais baixos. A rentabilidade após impostos sobre o capital próprio médio dos acionistas aumentou para 5,1%, em comparação com 4,5% em 2023, enquanto a rentabilidade após impostos sobre o capital próprio médio tangível dos acionistas melhorou para 5,1%, face a 4,8%. O rácio custo/rendimento de 78% melhorou em relação aos 81% do ano anterior.

As receitas líquidas foram de 9,4 mil milhões de euros em 2024, uma diminuição de 2% em termos homólogos. A margem financeira diminuiu 6% num contexto de normalização das taxas de juro, o que foi parcialmente compensado pelo crescimento dos produtos de investimento, refletindo a estratégia do Private Bank de crescimento das receitas não provenientes de juros.

No segmento de Personal Banking, as receitas líquidas desceram 3% em termos homólogos para 5,3 mil milhões de euros em 2024, refletindo a continuação de custos de financiamento mais elevados, incluindo o impacto das reservas mínimas e uma maior afetação de tesouraria central neutra do Grupo para o segmento. Estes impactos foram parcialmente compensados pelo crescimento das receitas de depósitos durante 2024.

No segmento de Wealth Management, as receitas líquidas mantiveram-se essencialmente estáveis em 4,1 mil milhões de euros em 2024. As receitas mais elevadas dos produtos de investimento, bem como as receitas ligeiramente mais elevadas dos empréstimos, foram compensadas por receitas mais baixas dos depósitos, incluindo determinados custos de cobertura da atividade.

A provisão para perdas de crédito foi de 851 milhões de euros, em comparação com 783 milhões de euros, ou 33 pontos base da média dos empréstimos, em comparação com 30 pontos base da média dos empréstimos no ano anterior. O aumento refletiu principalmente a continuação dos efeitos transitórios elevados da integração do Postbank. Globalmente, a qualidade das carteiras do segmento mantém-se muito sólida.

Os gastos operacionais (excluindo juros) ascenderam a 7,3 mil milhões de euros em 2024, uma descida de 5% em termos homólogos, incluindo custos de reestruturação significativamente mais baixos e a não recorrência de provisões para processos judiciais individuais. A melhoria nos custos ajustados em 4%, para 7,0 mil milhões de euros em 2024, refletiu a normalização das despesas de investimento e os impactos positivos das iniciativas de transformação, incluindo a redução da força de trabalho e o

encerramento de 125 agências em 2024, bem como a diminuição dos custos regulamentares, parcialmente compensada pelos impactos da inflação.

Os Ativos sob Gestão ascendiam a 634 mil milhões de euros no final de 2024, um aumento de 55 mil milhões de euros durante o ano. O aumento foi apoiado principalmente por entradas líquidas de 29 mil milhões de euros, bem como por 20 mil milhões de euros de variações de mercado positivas e 9 mil milhões de euros de variações cambiais positivas.

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de	em %	em milhões de	em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.597	2.479	2.314	119	5	164	7
Comissões de desempenho e transação	318	148	128	170	115	20	16
Outros	162	23	(59)	139	N/S	82	N/S
Total de receitas líquidas	3.077	2.649	2.383	427	16	267	11
Provisão para perdas de crédito	(2)	(1)	(1)	(1)	172	—	(23)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	952	919	891	33	4	28	3
Despesas gerais e administrativas	871	904	934	(34)	(4)	(29)	(3)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Atividades de reestruturação	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	1.823	1.823	1.825	—	—	(1)	—
Participações minoritárias	272	194	163	78	40	32	20
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	983	632	396	350	55	236	60
Colaboradores (front office, equivalente a tempo	2.103	2.065	2.044	38	2	21	1
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	2.732	2.510	2.343	222	9	167	7
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	590	591	574	(1)	—	17	3
Total de colaboradores (equivalente a tempo	5.425	5.166	4.961	259	5	205	4
Total de ativos (em mil milhões de euros)^{1,2}	11	11	10	—	2	—	2
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de	16	18	15	(3)	(16)	3	22
dos quais: ativos ponderados pelo risco	5	5	3	1	13	1	35
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil	10	10	10	—	1	—	4
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros)^{1,4}	1.085	1.012	896	73	7	115	13
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	51	26	28	25	98	(3)	(9)
Rácio custo/rendimento⁵	59,3%	68,8%	76,6%	(9,6)	N/S	(7,8)	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos	12,9%	8,0%	5,2%	4,9 p.p.	N/S	2,9 p.p.	N/S
dos acionistas (após impostos)^{6,7}	29,1%⁸	18,0%	12,2%	11,0 p.p.	N/S	5,8 p.p.	N/S

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁴ Ativos sob Gestão (AuM): os ativos i) que o segmento gere numa base de consultoria discricionária ou não discricionária, incluindo os casos em que é a sociedade gestora e a gestão da carteira é externalizada a um terceiro; e ii) que um terceiro detém ou gere e em relação aos quais o segmento presta, com base num contrato, aconselhamento de natureza contínua, incluindo uma avaliação, monitorização e/ou revisão regular ou periódica. Os AuM representam tanto investimentos coletivos (incluindo fundos de investimento e fundos negociados em bolsa) como mandatos de clientes individuais. Os AuM são mensurados ao valor corrente de mercado com base nas regras regulamentares locais aplicáveis aos gestores de ativos em cada data de relato, que podem diferir das regras de justo valor aplicáveis ao abrigo das IFRS. Os níveis mensuráveis estão disponíveis diariamente para a maioria dos produtos de retalho, mas podem ser atualizados apenas mensalmente, trimestralmente ou mesmo anualmente para alguns produtos. Embora os AuM não incluam os investimentos do segmento contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, incluem o capital de arranque e qualquer capital comprometido sobre o qual o segmento recebe comissões de gestão. Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob gestão que são geridos pela DWS, estes ativos são reportados como Ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

⁵ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁶ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁷ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios 2025, 2024 e 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁸ A partir do quarto trimestre de 2025, o quadro de afetação do capital próprio para Asset Management foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

2025

Os resultados antes de impostos foram de 983 milhões de euros, um aumento de 55% em relação a 2024, principalmente impulsionados por receitas mais elevadas e gastos operacionais (excluindo juros) estáveis. A rentabilidade das participações de capital dos acionistas médias (após impostos) foi de 12,9%, um aumento face ao valor de 8,0% registado no ano anterior. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 29,1%, face a 18,0% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 59%, uma descida face aos 69% registados em 2024.

As receitas líquidas em 2025 foram de 3,1 mil milhões de euros, um aumento de 16% em relação a 2024. As comissões de gestão ascenderam a 2,6 mil milhões de euros, um aumento de 5% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo aumento dos ativos médios sob gestão, predominantemente em produtos de Passivo. As comissões de desempenho e de transações aumentaram significativamente (115%) para 318 milhões de euros, sobretudo devido ao aumento das comissões de desempenho dos investimentos Alternativos, em particular das estratégias de infraestruturas. As outras receitas aumentaram 139 milhões de euros para 162 milhões de euros, devido a avaliações favoráveis de produtos garantidos e a rendimentos de investimento mais elevados.

Os gastos operacionais (excluindo juros) ascenderam a 1,8 mil milhões de euros em 2025, mantendo-se essencialmente estáveis em termos homólogos, uma vez que os custos mais elevados com remunerações e benefícios foram mais do que compensados por despesas gerais e administrativas mais reduzidas, impulsionadas por encargos de transformação mais baixos. Os custos ajustados aumentaram 1% para 1,8 mil milhões de euros, principalmente devido a custos mais elevados com indemnizações e contencioso atribuíveis ao ano anterior.

Os Ativos sob Gestão aumentaram 73 mil milhões de euros, ou seja, 7%, para 1085 mil milhões de euros em 2025, devido ao impacto positivo do mercado e às entradas líquidas, parcialmente compensadas por efeitos cambiais negativos.

Os fluxos líquidos foram positivos em 51 mil milhões de euros, principalmente devido a entradas líquidas nos produtos Passivos, de Numerário, de Investimentos Sistemáticos e Quantitativos (SQI) e Alternativos, parcialmente compensadas por saídas líquidas nos produtos de Ações, Serviços de Consultoria e Ativos Múltiplos.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2025, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Passivo	Alternativos	Ativo Numerário	Serviços de Consultoria	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2024	111	213	54	77	335	110	93	18	1.012
Fluxos de entrada	13	36	6	15	137	14	770	4	995
Fluxos de saída	(16)	(36)	(8)	(11)	(104)	(12)	(750)	(7)	(944)
Fluxos líquidos	(3)	—	(2)	4	33	2	20	(3)	51
Impacto cambial	(2)	(13)	(1)	(1)	(24)	(7)	(8)	—	(55)
Desempenho	11	6	2	2	52	3	1	—	77
Outros	—	3	—	(2)	—	—	—	1	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	117	209	54	80	395	108	106	16	1.085
Margens das comissões de gestão	69	11	40	33	16	46	6	4	25

A partir de 2025, os "Serviços de Consultoria" são apresentados como uma classe de ativos separada. Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

2024

Os resultados antes de impostos foram de 632 milhões de euros, um aumento de 60% em relação a 2023, principalmente impulsionados por receitas mais elevadas e gastos operacionais (excluindo juros) estáveis. A rentabilidade das participações de capital dos acionistas médias (após impostos) foi de 8,0%, um aumento face ao valor de 5,2% registado no ano anterior. A rendibilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 18,0%, face a 12,2% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 69%, uma descida face aos 77% registados em 2023.

As receitas líquidas em 2024 foram de 2,6 mil milhões de euros, um aumento de 11% em relação a 2023. As comissões de gestão ascenderam a 2,5 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 7% em relação ao ano anterior, impulsionado por produtos de Ativo e Passivo, que resultam do aumento dos ativos médios sob gestão. As comissões de desempenho e de transações aumentaram 16%, para 148 milhões de euros, sobretudo devido a uma comissão de desempenho significativa de Ativos Múltiplos. As outras receitas aumentaram 82 milhões de euros, passando para 23 milhões de euros, devido à redução dos encargos de financiamento de tesouraria, parcialmente compensada pelo resultado desfavorável do justo valor das garantias.

Os gastos operacionais (excluindo juros) ascenderam a 1,8 mil milhões de euros em 2024, essencialmente sem alteração face ao exercício anterior. Os custos ajustados aumentaram 1%, principalmente devido a remunerações e benefícios mais elevados, à remuneração variável e ao aumento do número de colaboradores, bem como a custos de serviços bancários mais elevados, impulsionados por um aumento dos ativos sob gestão, parcialmente compensados por custos de TI e honorários de serviços profissionais mais baixos, resultantes da adoção de uma abordagem alterada à transformação da plataforma. Os custos não operacionais foram significativamente mais baixos devido a menores custos de litígio e indemnizações por despedimento em comparação com 2023.

Os fluxos líquidos foram positivos em 26 mil milhões de euros, principalmente nos produtos de Passivo, de Investimentos Sistemáticos e Quantitativos (SQI) e de Numerário. Esta situação foi parcialmente compensada por saídas líquidas de fundos em Ativos Múltiplos, Ações, Alternativos e Rendimento Fixo. Os produtos ESG atraíram entradas líquidas de 6 mil milhões de euros em 2024, principalmente para a Xtrackers.

Os ativos sob gestão aumentaram 115 mil milhões de euros, ou seja, 13%, para 1,012 mil milhões de euros em 2024, devido à evolução positiva do mercado, às entradas líquidas e às variações cambiais.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2024, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Passivo	Alternativos	Numerário ativo	Serviços de Consultoria	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2023	103	202	56	66	246	109	85	28	896
Fluxos de entrada	13	42	5	14	124	10	717	4	928
Fluxos de saída	(18)	(43)	(7)	(12)	(82)	(13)	(715)	(13)	(903)
Fluxos líquidos	(5)	(1)	(2)	2	42	(3)	2	(9)	26
Impacto cambial	1	6	—	—	11	3	4	—	26
Desempenho	13	6	3	5	35	1	1	—	64
Outros	—	—	(4)	3	1	(—)	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	111	213	54	77	335	110	93	18	1.012
Margens das comissões de gestão	71	11	39	33	16	46	6	3	26

A partir de 2025, os "Serviços de Consultoria" são apresentados como uma classe de ativos separada. Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Corporate & Other

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de	em %	em milhões de	em %
Receitas líquidas	413	(6)	47	419	N/S	(54)	
Provisão para perdas de crédito	108	83	26	26	31	57	
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3.541	3.574	3.358	(33)	(1)	216	6
Despesas gerais e administrativas	(2.721)	(1.474)	(2.710)	(1.247)	85	1.236	(46)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Atividades de reestruturação	—	—	(1)	—	N/S	1	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	819	2.100	647	(1.280)	(61)	1.453	N/S
Participações minoritárias	(289)	(199)	(166)	(89)	45	(33)	20
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(226)	(1.989)	(459)	1.763	(89)	(1.530)	N/S
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	36.918	36.097	35.792	821	2	305	1
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)¹	31	34	40	(3)	(7)	(6)	(15)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de	32	38	39	(6)	(16)	(1)	(3)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

2025

No conjunto do ano, o segmento Corporate & Other registou uma perda antes de impostos de 226 milhões de euros, sobretudo devido às despesas dos acionistas e a outras rubricas retidas a nível central, incluindo impactos em termos de financiamento e liquidez, parcialmente compensados por receitas provenientes de diferenças de avaliação e de calendário. Este valor representa um aumento face às perdas antes de impostos de 2,0 mil milhões de euros no ano anterior.

As receitas líquidas para o ano completo foram positivas em 413 milhões de euros, em comparação com 6 milhões de euros negativos no ano anterior. As receitas relacionadas com diferenças de avaliação e de prazos foram positivas em 874 milhões de euros em 2025, em comparação com 600 milhões de euros positivos em 2024, sendo a variação homóloga impulsionada principalmente pelas taxas de juro e pelas variações nos mercados cambiais. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram negativas em 139 milhões de euros em 2025, face a um valor negativo de 102 milhões de euros em 2024.

Os gastos operacionais (excluindo juros) foram de 819 milhões de euros para o ano inteiro. Este valor compara com 2,1 mil milhões de euros no ano anterior, que foi principalmente afetado por provisões para litígios antigos, incluindo o litígio relativo à aquisição do Postbank e as hipotecas cambiais polacas. Os custos associados às atividades dos acionistas foram de 638 milhões de euros para o ano completo de 2025, em comparação com 648 milhões de euros no ano anterior.

As participações minoritárias são revertidas em Corporate & Other após dedução do resultado do segmento antes de impostos. Estes resultados foram positivos em 289 milhões de euros para o conjunto do ano, em comparação com 199 milhões de euros no ano anterior, devido ao aumento das receitas da DWS.

2024

No conjunto do ano, o segmento Corporate & Other registou uma perda antes de impostos de 2,0 mil milhões de euros em 2024, sobretudo devido a questões de contencioso pendentes, incluindo o litígio relativo à aquisição do Postbank e às hipotecas cambiais polacas. Este valor representa um aumento face ao prejuízo antes de impostos de 459 milhões de euros no exercício anterior.

As receitas líquidas para o ano inteiro foram negativas em 6 milhões de euros, em comparação com 47 milhões de euros positivos no ano anterior. As receitas relacionadas com diferenças de avaliação e de prazos foram positivas em 600 milhões de euros em 2024, em comparação com 792 milhões de euros positivos em 2023, principalmente impulsionadas por variações do mercado. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram negativas em 102 milhões de euros em 2024, face a 242 milhões de euros negativos em 2023.

Os gastos operacionais (excluindo juros) foram negativos em 2,1 mil milhões de euros em 2024, impulsionados pelos processos judiciais antigos anteriormente mencionados, em comparação com 647 milhões de euros negativos no ano anterior. Os custos associados às atividades dos acionistas foram de 648 milhões de euros no conjunto do ano, em comparação com 582 milhões de euros em 2023.

As participações minoritárias são revertidas em Corporate & Other após dedução do resultado do segmento antes de impostos. Em 2024, estes valores foram positivos, atingindo os 199 milhões de euros, face aos 166 milhões de euros em 2023, principalmente relacionados com a DWS.

Posição Financeira

Ativos

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2025	31 dez 2024	Alteração em valor	Alteração em %
Caixa, banco central e saldos interbancários	171.621	153.654	17.967	12
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	37.515	40.846	(3.332)	(8)
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	519.635	545.849	(26.215)	(5)
Dos quais: Ativos detidos para negociação	153.811	139.772	14.039	10
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	241.328	291.754	(50.425)	(17)
Dos quais: Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	124.495	114.324	10.171	9
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	43.644	42.090	1.553	4
Empréstimos pelo custo amortizado	472.620	478.921	(6.300)	(1)
Restantes ativos	190.033	125.817	64.216	51
Dos quais: Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	105.424	60.690	44.734	74
Total do ativo	1.435.067	1.387.177	47.889	3

Passivo e capital próprio

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 dez 2025	31 dez 2024	Alteração em valor	Alteração em %
Depósitos	691.828	666.261	25.567	4
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	4.179	3.742	437	12
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	384.179	412.395	(28.216)	(7)
Dos quais: Passivos detidos para negociação	42.879	43.498	(619)	(1)
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	225.775	276.395	(50.619)	(18)
Dos quais: Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	115.055	92.047	23.007	25
Outros empréstimos a curto prazo	18.204	9.895	8.309	84
Dívida a longo prazo	114.754	114.899	(145)	—
Restantes passivos	141.720	100.553	41.167	41
Dos quais: Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	107.256	63.755	43.501	68
Total do passivo	1.354.863	1.307.745	47.118	4
Total do capital próprio	80.203	79.432	771	1
Total do passivo e do capital próprio	1.435.067	1.387.177	47.889	3

Movimentos nos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2025, o balanço total de 1,4 bilhões de euros foi ligeiramente superior em comparação com o final do ano de 2024.

Os saldos em numerário, de bancos centrais e interbancários aumentaram 18,0 mil milhões de euros, refletindo sobretudo um aumento de 25,6 mil milhões de euros nos depósitos, impulsionado pelo crescimento da atividade de Corporate Cash Management no segmento Corporate Bank e por maiores entradas no segmento Private Bank, em resultado das campanhas de angariação de clientes.

Os ativos detidos para negociação aumentaram 14,0 mil milhões de euros, principalmente impulsionados por um aumento das posições em obrigações na carteira de títulos de dívida do banco devido aos fluxos de clientes e ao posicionamento da mesa de operações, bem como por um aumento do inventário de metais preciosos durante o ano.

Os valores de mercado positivos e negativos dos instrumentos financeiros derivados diminuíram 50,4 mil milhões de euros e 50,6 mil milhões de euros, respetivamente, sobretudo devido aos produtos cambiais, em virtude da volatilidade do mercado, do enfraquecimento do dólar dos Estados Unidos face ao euro e de novas transações registadas a valores de avaliação a preços de mercado significativamente mais baixos.

Os ativos financeiros não negociáveis, obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados, aumentaram 10,2 mil milhões de euros, impulsionados por um aumento dos títulos comprados com acordos de revenda, mensurados como ativos financeiros não negociáveis, principalmente devido ao aumento das atividades de negociação.

Os empréstimos ao custo amortizado diminuíram 6,3 mil milhões de euros, sobretudo devido ao impacto significativo das variações cambiais e às reduções estratégicas da carteira de crédito hipotecário do segmento Private Bank, parcialmente compensadas pelo crescimento da atividade de Fixed Income & Currencies: do segmento Investment Bank.

Os restantes ativos aumentaram 64,2 mil milhões de euros, principalmente devido a aumentos de 44,7 mil milhões de euros nos valores a receber relacionados com corretagem e títulos. Esta evolução deveu-se principalmente ao aumento dos valores a receber de liquidações pendentes de transações regulares, devido ao aumento da procura por parte dos clientes, em função das condições de mercado. Esta tendência reflete-se também no aumento dos valores a pagar relacionados com corretagem e títulos em 43,5 mil milhões de euros, impulsionando o aumento de 41,2 mil milhões de euros dos restantes passivos. O aumento dos restantes ativos incluiu também o crescimento dos títulos de dívida classificados como detidos para cobrança no valor de 18,6 mil milhões de euros, em linha com a iniciativa do programa de compra de ativos do banco de expandir a carteira de obrigações de dívida pública europeia.

Os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados aumentaram 23,0 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento dos títulos vendidos com acordos de recompra, em resultado de um maior financiamento garantido das existências de negociação e das atividades dos clientes, bem como a um aumento da dívida de longo prazo, devido a novas emissões de títulos FIC no segmento Investment Bank.

Os outros empréstimos a curto prazo aumentaram 8,3 mil milhões de euros, principalmente devido à nova emissão de papel comercial durante o ano.

O movimento global do balanço incluiu uma diminuição de 69,3 mil milhões de euros, devido a variações cambiais sobretudo motivadas pela desvalorização do dólar dos Estados Unidos face ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

Liquidez

O total de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA), tal como definido pelo Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão e alterado pelo Regulamento (UE) 2018/1620, aumentou para 260 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 226 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. O aumento dos HQLA deve-se essencialmente ao aumento dos depósitos. O rácio de cobertura de liquidez era de 144% no final do quarto trimestre de 2025, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 80 mil milhões de euros em comparação com 131% no final do quarto trimestre de 2024, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 53 mil milhões de euros.

Ações

O total do capital próprio em 31 de dezembro de 2025 era de 80,2 mil milhões de euros, em comparação com 79,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, um aumento de 771 milhões de euros. Esta variação deveu-se a vários fatores, incluindo o lucro atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e componentes adicionais de capital próprio reportados no período de 6,9 mil milhões de euros, a emissão de instrumentos de capital Tier 1 adicional (AT1) tratados como capital próprio de acordo com as IFRS no montante de 2,5 mil milhões de euros, ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações no montante de 472 milhões de euros, bem como benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações no montante de 161 milhões de euros.

Os efeitos negativos resultaram de perdas líquidas não realizadas em outro rendimento integral acumulado, após impostos, no valor de 2,9 mil milhões de euros, devido sobretudo à conversão cambial, após impostos, no valor negativo de 3,2 mil milhões de euros, refletindo principalmente o enfraquecimento do dólar dos Estados Unidos face ao euro, parcialmente compensado por um impacto positivo de ganhos líquidos não realizados em ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, após impostos, no montante de 418 milhões de euros. Outros fatores que contribuíram para este resultado foram a amortização de instrumentos AT1 no valor de 2,4 mil milhões de euros, aquisições de ações próprias (tesouraria) no valor de 1,6 mil milhões de euros, dividendos pagos aos acionistas do Deutsche Bank no valor de 1,3 mil milhões de euros, cupões pagos sobre componentes adicionais de capital próprio no valor de 761 milhões de euros, bem como perdas de remensuração relacionadas com planos de benefícios definidos, líquidos de impostos, no valor de 119 milhões de euros.

Em 3 de janeiro de 2025, o Deutsche Bank AG cancelou 46,4 milhões das suas ações ordinárias, concluindo o seu programa de recompra de ações de 2024. O cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 119 milhões de euros. As ações canceladas pertenciam a uma carteira de ações ordinárias em tesouraria, ao seu custo de aquisição de 675 milhões de euros. A diferença entre o custo das ações ordinárias e o seu valor nominal reduziu o capital realizado adicional em 556 milhões de euros. As ações já tinham sido deduzidas do capital próprio total reportado em 31 de dezembro de 2024. Por conseguinte, a anulação não reduziu o capital próprio total em 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, o Deutsche Bank AG cancelou 37,7 milhões das suas ações ordinárias, concluindo os seus dois programas de recompra de ações de 2025. O cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 96 milhões de euros. As ações canceladas pertenciam a uma carteira de ações ordinárias em tesouraria, cujo custo de aquisição foi de 1,0 mil milhões de euros. A diferença entre o custo das ações ordinárias e o seu valor nominal reduziu o capital realizado adicional em 903 milhões de euros.

O primeiro programa de recompra de ações em 2025, decidido pelo Conselho de Administração do Deutsche Bank, no montante máximo de 750 milhões de euros, teve início em 1 de abril de 2025 e foi concluído em 12 de setembro de 2025. Neste período, o Deutsche Bank recomprou 29,3 milhões de ações ordinárias. A recompra destas ações reduziu o total do capital próprio em 750 milhões de euros.

O segundo programa de recompra de ações em 2025, decidido pelo Conselho de Administração do Deutsche Bank, no montante máximo de 250 milhões de euros, teve início em 17 de setembro de 2025 e foi concluído em 20 de outubro de 2025. Neste período, o Deutsche Bank recomprou 8,4 milhões de ações ordinárias. A recompra destas ações reduziu o total do capital próprio em 250 milhões de euros.

Fundos Próprios

O capital Common Equity Tier 1 conforme o CRR/CRD do Deutsche Bank, em 31 de dezembro de 2025, diminuiu 0,2 mil milhões de euros, para 49,3 mil milhões de euros, em comparação com 49,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) diminuíram 10,3 mil milhões de euros, para 347,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 357,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. O rácio de capital CET 1 em 31 de dezembro de 2025 aumentou para 14,2%, em comparação com 13,8% em 31 de dezembro de 2024 (para mais informações, consultar a secção "Desempenho do risco e capital").

O capital Tier 1 do Banco, em 31 de dezembro de 2025, totalizava 60,8 mil milhões de euros, sendo composto por um capital CET 1 de 49,3 mil milhões de euros e um capital Tier 1 adicional de 11,5 mil milhões de euros. O capital Tier 1 manteve-se globalmente estável em relação ao final de 2024. O rácio de capital Tier 1 em 31 de dezembro de 2025 aumentou para 17,5%, em comparação com 17,0% em 31 de dezembro de 2024.

O capital total em 31 de dezembro de 2025 era de 67,8 mil milhões de euros, em comparação com 68,5 mil milhões de euros no final de 2024. O capital total diminuiu 0,7 mil milhões de euros desde 2024, principalmente devido a uma diminuição do capital Tier 2. O rácio de capital total em 31 de dezembro de 2025 aumentou para 19,5%, em comparação com 19,2% em 31 de dezembro de 2024.

Liquidez e recursos de capital

Para uma análise pormenorizada da gestão do risco de liquidez do Banco, consulte o Relatório de Risco do presente relatório anual.

Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's Deutschland GmbH ("Moody's"), S&P Global Ratings UK Limited ("S&P"), Fitch Ratings - uma filial da Fitch Ratings Ireland Limited ("Fitch"), e DBRS Ratings GmbH ("Morningstar DBRS", juntamente com a Moody's, S&P e Fitch, as "agências de notação").

A Moody's, a Fitch e a Morningstar DBRS estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à S&P, as notações de crédito são aprovadas pela sede da na Irlanda (S&P Global Ratings Europe Limited), em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

Desenvolvimento nas notações de crédito

As agências de notação reconheceram os progressos contínuos realizados pelo banco ao longo de 2025, nomeadamente no que se refere ao crescimento das franquias, à gestão dos custos e à rentabilidade, tendo atingido o objetivo de 10% de rendibilidade do capital próprio tangível. Este facto refletiu-se na revisão positiva das perspetivas pela S&P e na melhoria da notação por parte da Morningstar DBRS. A Fitch também melhorou a notação de curto prazo do Deutsche Bank.

Em 2 de junho de 2025, a Fitch subiu a notação de incumprimento de emitente a curto prazo do Deutsche Bank de F2 para F1 e confirmou as restantes notações, bem como a perspetiva estável. A Fitch destacou as operações globais e o modelo de negócio diversificado, esperando que a execução continuada da estratégia do Deutsche Bank melhore ainda mais a rentabilidade. Consideram também que o Deutsche Bank está adequadamente capitalizado, tendo em conta os elevados requisitos regulamentares em matéria de capital e alavancagem.

Em 25 de junho de 2025, a Morningstar DBRS melhorou a notação de risco do Deutsche Bank em um nível. As notações dos depósitos a longo prazo e da dívida sénior a longo prazo do banco, bem como a notação de emitente, foram melhorados de A para A+ (elevado). Além disso, as notações da dívida sénior não preferencial do banco foram aumentadas de A (baixo) para A+, à semelhança da sua notação de obrigações críticas, que foram aumentadas de AA (baixo) para AA+. A notação das obrigações críticas de curto prazo foi melhorada de R-1 (médio) para R-1 (alto), enquanto todas as outras notações de curto prazo foram melhoradas de R-1 (baixo) para R-1 (médio). A perspetiva para todas as notações foi alterada de positiva para estável. A Morningstar DBRS sublinhou os progressos realizados pelo banco na implementação da sua transformação estratégica e no cumprimento dos seus objetivos de rentabilidade a médio prazo, beneficiando agora de um mix de negócios que permite fluxos de receitas mais previsíveis.

Em 4 de dezembro de 2025, a S&P reviu a sua perspetiva para a notação de crédito de longo prazo do Deutsche Bank de estável para positiva. A revisão da perspetivas da S&P reflete a boa posição do Deutsche Bank para reforçar a sua franquia, os seus ganhos e a sua resistência às pressões. Os novos objetivos para 2028 são considerados pela S&P como ambiciosos, mas exequíveis se as condições económicas e de mercado se mantiverem favoráveis. A agência espera um crescimento equilibrado da franquia e das receitas, e que o banco mantenha a disciplina em matéria de custos e concessão de crédito e demonstre uma alavancagem operacional positiva.

Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial contratual e hipotético de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody's, S&P e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez. Os resultados do LCR e dos testes de esforço de liquidez por cenário são divulgados em separado.

Em termos de obrigações contratuais, o impacto hipotético em saídas de esforço de liquidez de derivados de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody's, S&P e Fitch totaliza aproximadamente 0,2 mil milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O

impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis totaliza aproximadamente 0,2 mil milhões de euros, principalmente motivada pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody's, S&P e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de notação do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sénior preferencial/ Depósitos ¹	Sénior não preferencial ²	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque	A1 (cr)	A1	Baa1	P-1
Standard & Poor's, Nova Iorque	—	A	BBB	A-1
Fitch Ratings, Nova Iorque	A (notação de	A	A-	F1
Morningstar DBRS, Toronto	AA	A (elevada)	A	R-1 (médio)

¹ Definida como notação bancária sénior não garantida na Moody's, como dívida sénior não garantida na Standard & Poor's, como dívida sénior preferencial na Fitch e como dívida sénior na Morningstar DBRS. Todas as agências fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sénior preferencial", mas no mesmo nível de notação.

² Definida como notação de dívida sénior júnior na Moody's, como dívida subordinada sénior na Standard & Poor's e como dívida sénior não preferencial na Fitch e na Morningstar DBRS

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os títulos do Deutsche Bank.

Divulgação tabular de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2025.

Obrigações contratuais	Pagamento devido por período				
em milhões de euros	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo ¹	129.864	26.576	40.011	29.800	33.477
Títulos fiduciários preferenciais ^{1,2}	299	299	—	—	—
Passivos financeiros de longo prazo designados ao justo	27.356	3.310	5.149	7.656	11.240
Futuras saídas de caixa não refletidas na mensuração de passivos de locações ⁴	4.750	8	148	239	4.355
Passivos por locação ¹	5.145	699	907	907	2.632
Obrigações de aquisição	3.737	617	1.420	992	708
Depósitos de longo prazo ¹	26.629	—	11.817	3.036	11.777
Outros passivos de longo prazo	223	96	27	42	57
Total	198.003	31.605	59.478	42.672	64.247

¹ Inclui pagamentos de juros.

² Data de pagamento contratual ou primeira data de compra.

³ Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

⁴ Para mais detalhes, consultar a Nota 22 "Locações".

As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 05, "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 22, "Locações", Nota 26, "Depósitos" e Nota 30, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Perspetivas

A secção seguinte fornece uma visão geral das perspetivas do Deutsche Bank para o Grupo e os segmentos de negócio para o exercício financeiro de 2026. As perspetivas para a economia global e para o setor bancário apresentadas na secção seguinte refletem as expectativas gerais do Deutsche Bank Research relativamente aos desenvolvimentos económicos e setoriais futuros. Os pressupostos económicos do Grupo utilizados nos modelos do banco são definidos separadamente nas respetivas secções.

Para uma descrição das convenções de redação e dos intervalos numéricos revistos subjacentes às convenções de redação que são utilizadas para descrever as tendências destas perspetivas, consultar "Informação financeira suplementar (não auditada): convenções de redação para descrições de tendências" na página 713 do presente relatório.

Economia global

Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em	2026 ²	2025	Principal fator responsável
Economia global			
PIB	3,3	3,4	Espera-se que o crescimento global seja moderado, uma vez que a dinâmica dos mercados emergentes deverá abrandar; no entanto, a diminuição da incerteza comercial, os investimentos relacionados com a IA e a expansão do estímulo orçamental na Europa deverão apoiar o crescimento do PIB nos mercados desenvolvidos
Inflação	3,3	3,4	
Dos quais:			
Países desenvolvidos			
PIB	1,9	1,8	As economias desenvolvidas deverão beneficiar do abrandamento antecipado das tensões comerciais a nível mundial; além disso, a descida da inflação poderá abrir caminho a novas reduções das taxas de juro por parte de vários bancos centrais; enquanto alguns países estão a consolidar as suas finanças, a política orçamental alemã será expansionista
Inflação	2,2	2,6	
Mercados emergentes			
PIB	4,2	4,5	É provável que a dinâmica de crescimento se desvaneca, dado o abrandamento previsto para a Ásia, enquanto a Europa prevê uma ligeira retoma do crescimento do PIB; a inflação deverá abrandar na Europa e na América Latina, mas aumentar na Ásia; uma inflação mais baixa e um dólar mais fraco deverão dar aos bancos centrais margem para reduzir as taxas de juro
Inflação	4,0	3,9	
Economia da área do euro			
PIB	1,1	1,5	As despesas do governo alemão com a defesa e as infraestruturas deverão impulsionar a economia da Zona Euro; no entanto, um início de ano moderado deverá refrear a dinâmica de crescimento médio anual; a inflação global deverá ficar aquém do objetivo do BCE de 2%. O BCE deverá manter as suas taxas de juro diretoras inalteradas em 2026
Inflação	1,7	2,1	
Dos quais: Economia alemã			
PIB	1,5	0,2	Impulsionada por uma política orçamental expansionista, a economia alemã deverá recuperar significativamente; as despesas públicas deverão também gerar um efeito de "crowding-in" no investimento privado; no entanto, é provável que os exportadores continuem a enfrentar obstáculos decorrentes do aumento das barreiras comerciais e da concorrência; o arrefecimento dos mercados de trabalho deverá terminar à medida que a dinâmica económica for recuperando; o consumo privado deverá ganhar dinamismo
Inflação	2,0	2,2	
Economia dos Estados			
PIB	2,9	2,2	A dinâmica de crescimento deverá acelerar, impulsionada por condições financeiras favoráveis, desagravamento fiscal e redução da incerteza relativamente à política comercial; além disso, espera-se que os investimentos relacionados com a IA gerem um novo impulso; é provável que o mercado de trabalho estabilize; apesar da inflação elevada, espera-se que a Fed reduza gradualmente as taxas de juro, para um nível neutro, tendo em conta
Inflação	2,7	2,7	
Economia do Japão			
PIB	0,9	1,2	Prevê-se que a economia japonesa mantenha um crescimento moderado em 2026; embora se preveja que o impacto da política tarifária dos EUA no Japão seja limitado, o aumento dos salários e a desaceleração da inflação deverão apoiar o consumo das famílias; a política orçamental poderá tornar-se mais expansionista; é provável que o Banco do Japão volte a aumentar as taxas de juro
Inflação	1,9	3,2	
Economia asiática³			
PIB	4,9	5,5	Mesmo com uma desaceleração prevista na China e na Índia, a dinâmica de crescimento deverá manter-se robusta na região; o abrandamento das tensões comerciais deverá continuar a apoiar a atividade económica; uma inflação mais baixa e um dólar mais fraco deverão dar aos bancos centrais alguma margem para flexibilizar a sua política monetária
Inflação	2,2	0,9	
Dos quais: Economia chinesa			
PIB	4,5	5,0	O crescimento do PIB deverá abrandar ligeiramente, à medida que as "políticas anti-involução" reduzem o excesso de capacidade e o investimento em máquinas e equipamentos; no entanto, as políticas orçamentais e monetárias deverão continuar a ser favoráveis; a lenta recuperação do mercado imobiliário continua a constituir um obstáculo para o consumo privado; a inflação deverá aumentar
Inflação	1,5	0,1	

¹ Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário

² Fontes: Deutsche Bank Research

³ Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Tailândia e Vietname; exclui o Japão.

Há uma série de riscos para as perspetivas económicas globais do banco. Do ponto de vista da política comercial, as tensões poderão reacender-se, especialmente em cadeias de abastecimento estrategicamente importantes, em particular entre a China e os EUA. Os riscos geopolíticos continuam elevados em várias regiões, por exemplo, na Ucrânia, na Ásia e no Médio Oriente, incluindo a recente intervenção militar liderada pelos EUA no Irão, ou na América Latina. As avaliações do mercado financeiro em torno do progresso da IA e das infraestruturas associadas podem ser fontes potenciais de volatilidade do mercado. Além disso, os elevados rácios de dívida pública podem, juntamente com medidas políticas questionáveis de consolidação, levar a flutuações nos rendimentos das obrigações.

Setor bancário

O setor bancário global deverá continuar a operar num ambiente relativamente favorável em 2026. Embora o crescimento económico possa permanecer semelhante ao de 2025, é provável que se desloque ligeiramente entre regiões. Prevê-se que as taxas de juro desçam nos EUA, mas que permaneçam inalteradas na área do euro, mantendo-se, assim, condições gerais favoráveis à margem financeira dos bancos. Os rendimentos de serviços e comissões da banca de investimento e da gestão de ativos poderão beneficiar de um ambiente benigno nos mercados de capitais, com uma volatilidade contida, uma vez que se prevê que a incerteza quanto à política económica diminua em relação aos níveis elevados registados em 2025. A qualidade dos ativos pode continuar a ser bastante resistente, o que resulta na manutenção de uma forte rentabilidade dos resultados. Tal deverá permitir que os bancos mantenham uma rentabilidade significativa para os acionistas. Devido à robustez dos lucros e ao aumento das avaliações no mercado bolsista, é provável que a atividade de fusões e aquisições de bancos em mercados selecionados prossiga, especialmente entre instituições de pequena e média dimensão. Entretanto, a fragmentação geopolítica em curso, incluindo entre as economias avançadas, coloca riscos negativos para o comércio internacional, o crescimento e os mercados financeiros, aumentando simultaneamente a procura de serviços de cobertura e de consultoria dos bancos. A adoção e os investimentos crescentes em inteligência artificial exigem o acompanhamento das implicações que podem evoluir, nomeadamente para a estabilidade financeira.

É provável que os bancos europeus assistam a uma aceleração moderada da procura de crédito, tanto por parte das empresas, à medida que o crescimento económico melhora, como por parte das famílias, uma vez que as taxas de juro mais baixas apoiam a atividade do crédito hipotecário. O aumento das despesas dos governos com a defesa pode traduzir-se em vantagens para os bancos europeus. O efeito pode ser particularmente pronunciado na Alemanha devido a uma expansão orçamental interna mais alargada. Assegurar condições de concorrência equitativas em termos de regulamentação, em comparação com os seus pares norte-americanos, tornar-se-á cada vez mais importante para os bancos da UE, uma vez que se espera que os requisitos prudenciais na Europa aumentem nos próximos anos. Os progressos na União de Poupança e Investimento da UE poderão apoiar a integração e o desempenho do mercado de capitais. Um fim sustentável para a guerra da Rússia contra a Ucrânia ofereceria um potencial positivo para a economia e os mercados financeiros e, por conseguinte, também para o setor bancário.

Os bancos norte-americanos deverão beneficiar de uma maior procura de crédito, de um menor custo do risco e de menores perdas não realizadas nas obrigações detidas, se o crescimento económico for mais elevado e as taxas de juro descerem como previsto. Os grandes bancos americanos poderão também beneficiar de uma ligeira redução dos requisitos de capital, o que poderá reforçar a sua posição competitiva no setor da banca de empresas e de investimento a nível mundial. Ao mesmo tempo, a concorrência interna das instituições financeiras não bancárias poderá intensificar-se.

Os bancos na China continuam sob pressão devido ao abrandamento do crescimento económico e às pressões deflacionistas que, no entanto, deverão diminuir ligeiramente em 2026. É provável que as taxas de juro permaneçam baixas, mantendo a margem da taxa de juro líquida dos bancos sob controlo. Os bancos no Japão enfrentarão provavelmente um ambiente misto: o abrandamento da expansão económica pode travar o crescimento das receitas, enquanto o aumento das taxas de juro pode reforçá-lo. Uma exposição significativa aos Estados Unidos poderá dar um contributo positivo adicional em caso de retoma do crescimento nesse país e de flexibilização da regulamentação.

Na Europa, muitos debates regulamentares que tiveram início em 2025 continuarão até 2026. Estes abrangem o euro digital, requisitos mais pormenorizados sobre as propostas do Pacote de Simplificação Omnibus, o aprofundamento dos mercados de capitais europeus, o financiamento aberto (FIDA) e a revisão do quadro dos serviços de pagamento. Em 2026, a Comissão Europeia apresentará um relatório sobre a competitividade dos bancos europeus. Este facto constituirá a base para novas alterações legislativas ao quadro europeu de normas prudenciais.

Nos Estados Unidos, espera-se que a maior parte da atenção se centre na finalização de várias alterações regulamentares por parte dos reguladores norte-americanos, incluindo o quadro final do pacote Basileia III.

Grupo Deutsche Bank

O roteiro estratégico e financeiro do Deutsche Bank tinha como objetivo posicionar o banco como o Global Hausbank, apoiado em fortes alicerces europeus e numa ampla rede internacional. A estratégia centrou-se na consecução das metas financeiras e dos objetivos de capital para 2025 e assentou em três pilares fundamentais: gestão do risco, sustentabilidade e tecnologia, prioridades que se tornaram ainda mais importantes num contexto de persistente incerteza geopolítica e macroeconómica. No final de 2025, o banco tinha atingido ou ultrapassado as suas principais metas financeiras e objetivos de capital, estabelecendo assim uma base sólida para a expansão do Global Hausbank.

No Investor Deep Dive de novembro de 2025, o Deutsche Bank anunciou a próxima fase da sua estratégia e os objetivos financeiros e de capital para 2028. Tendo restaurado a sua rentabilidade e reforçado os seus alicerces, o banco pretende acelerar a criação de valor através de um crescimento orientado, de uma disciplina rigorosa em matéria de capital e de um modelo operacional escalável, e tem como objetivo um RoTE após impostos superior a 13% e um rácio custo/rendimento inferior a 60% em 2028. O Deutsche Bank tem como objetivo um rácio de capital Common Equity Tier 1 entre 13,5% e 14,0%, mantendo ao mesmo tempo uma margem mínima de 200 pontos base acima do limite máximo de distribuição do banco. O banco também planeia aumentar o seu rácio de reembolso de 50% para 60% a partir de 2026, podendo utilizar e distribuir o capital excedentário quando o rácio de capital CET1 for sustentadamente superior a 14%.

Os indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank são apresentados na tabela que se segue.

Indicadores-chave de desempenho

Objetivos financeiros	31 dez 2025	Metas financeiras e objetivos de capital 2025	Metas financeiras e objetivos de capital 2028
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) ¹	10,3 %	acima de 10,0%	Superior a 13,0 %
Taxa de crescimento anual composta das receitas entre 2021 e 2025 ²	6,0 %	5,5% a 6,5%	N/A
Rácio custo/rendimento ³	64 %	Inferior a 65%	Inferior a 60%
Objetivos de capital			
Rácio de capital Common Equity Tier 1 ⁴	14,2 %	13,5% a 14,0% ⁵	13,5% a 14,0% ⁵
Rácio de reembolso de capital ⁶	47% ⁷	50% ⁸	60% ⁹

¹ Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

² Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021

³ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁴ Para mais informações sobre o cálculo deste rácio, consultar o Relatório de Risco do presente relatório

⁵ Rácio-alvo, mantendo uma reserva de 200 pontos base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) previsto do banco

⁶ Distribuições ordinárias sob a forma de dividendos de ações ordinárias e recompra de ações em relação ao lucro atribuível aos acionistas do Deutsche Bank; apresentadas no exercício a que as distribuições se referem

⁷ Distribuições previstas em 2026 relativamente ao exercício de 2025, incluindo o dividendo proposto por ação de 1,00 euro e uma recompra de ações de 1,0 mil milhões de euros, para a qual o banco obteve as autorizações habituais, em relação ao resultado atribuível aos acionistas do Deutsche Bank do exercício de 2025

⁸ Distribuições ordinárias relativas ao exercício de 2025

⁹ Distribuições ordinárias relativas ao exercício de 2026 e seguintes

Em 2026, o Deutsche Bank espera que as suas receitas sejam ligeiramente superiores às do ano anterior. Em 2026, prevê-se que as receitas a nível do Grupo sejam de cerca de 33 mil milhões de euros, impulsionadas pela resiliência e pelo potencial de crescimento das atividades do banco e pela continuação da dinâmica empresarial. Prevê-se que o crescimento resulte tanto da margem financeira como das receitas não relacionadas com juros, refletindo a diversificação das atividades do banco. Prevê-se que as receitas do segmento de Corporate Bank sejam ligeiramente superiores, com um crescimento sequencial acelerado à medida que o ano avança. Prevê-se que as receitas do segmento Investment Bank sejam ligeiramente superiores em 2026, com receitas de IBCM significativamente mais elevadas, em conformidade com a estratégia global de crescimento da atividade, e receitas de FIC essencialmente estáveis. O banco também prevê um crescimento contínuo do segmento Private Bank, com um aumento das receitas para o ano inteiro. Do mesmo modo, o segmento Asset Management também deverá registar receitas ligeiramente superiores.

O Deutsche Bank está a gerir a base de custos do Grupo no sentido de atingir o seu objetivo de um rácio custo/rendimento inferior a 60% até 2028 e mantém uma grande disciplina em matéria de custos, ao mesmo tempo que avança com as iniciativas em curso.

Prevê-se que os gastos operacionais (excluindo juros) em 2026 sejam ligeiramente superiores a 21 mil milhões de euros, um pouco mais elevadas do que em 2025. Esta evolução deve-se a cerca de 900 milhões de euros dos 1,5 mil milhões de euros de investimentos incrementais planeados pelo banco até 2028. Estes investimentos destinam-se a acelerar a automatização e a digitalização para preparar o banco para o futuro, a aumentar a franquia de Wealth Management através de contratações específicas, a alargar a presença de clientes do segmento Corporate Bank e a expandir as capacidades de IBCM em sectores e geografias fundamentais. Prevê-se que os investimentos sejam parcialmente compensados pelos benefícios das medidas de eficiência estrutural que apoiam pelo menos 2 mil milhões de euros em eficiências operacionais até 2028, impulsionadas pela otimização dos processos "front to back", pela melhoria da arquitetura informática e pela transformação das funções de infraestrutura. Para 2026, o banco prevê que o custo/rendimento se mantenha abaixo dos 65%.

Prevê-se que a provisão para perdas de crédito seja ligeiramente inferior em 2026, em comparação com o ano anterior, apoiada pela continuação da resiliência na qualidade geral dos ativos. O banco prevê uma normalização parcial das provisões para perdas de crédito em 2026, uma vez que se espera que os obstáculos registados ao longo de 2025 diminuam. Apesar de persistirem as incertezas económicas e geopolíticas, prevê-se que a qualidade dos ativos permaneça sólida, com as provisões a tenderem moderadamente para baixo, à medida que as provisões para o setor imobiliário comercial melhoram e outras carteiras normalizam. O Deutsche Bank continua empenhado em aplicar normas de subscrição rigorosas e um quadro rigoroso de gestão do risco. Estão disponíveis detalhes mais pormenorizados sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas na secção "Relatório de Gestão Combinado: Relatório de Risco".

Prevê-se que o rácio de Common Equity Tier 1 no final de 2026 seja ligeiramente inferior ao de 2025. Em termos líquidos, espera-se que os ativos ponderados pelo risco sejam mais elevados devido ao crescimento eficiente do capital investido da atividade. O Deutsche Bank tem como objetivo um rácio de capital Common Equity Tier 1 entre 13,5% e 14,0%, mantendo ao mesmo tempo uma margem mínima de 200 pontos base acima do limite máximo de distribuição do banco.

Para o exercício de 2026 e anos subsequentes, o banco tem como objetivo um rácio de reembolso de 60% do resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank, através de uma combinação de dividendos em numerário e recompra de ações. A partir do exercício de 2026, o Deutsche Bank tem como objetivo um crescimento modesto mas contínuo dos dividendos por ação, relativamente ao crescimento de 50% por ano nos últimos quatro anos. Além disso, o banco prevê a possibilidade de mobilizar e distribuir o capital excedentário quando o rácio de capital CET1 for sustentadamente superior a 14%. Estas distribuições aos acionistas estão sujeitas a decisões corporativas, autorização dos acionistas e exigências da legislação societária alemã e, no caso de recompra de ações, à aprovação das entidades reguladoras.

Relativamente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração tenciona propor à Assembleia-Geral Anual um dividendo de 1,00 euro por ação, o que representa um aumento do dividendo por ação de cerca de 50% pelo quarto ano consecutivo. Além disso, o banco obteve as autorizações habituais para uma recompra de ações no valor de mil milhões de euros para o exercício de 2025. Esta recompra de ações, juntamente com o dividendo previsto, resultará em distribuições relativas ao exercício de 2025 no valor de 2,9 mil milhões de euros, em conformidade com o objetivo do banco de atingir um rácio de reembolso de 50% para 2025, completando as distribuições relativas ao exercício de 2025.

Devido à natureza da atividade do banco, o Deutsche Bank está envolvido em processos litigiosos, de arbitragem e regulamentares e em investigações na Alemanha e em algumas outras jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido. Estas questões estão sujeitas a muitas incertezas. Embora o Deutsche Bank tenha resolvido uma série de litígios importantes e tenha feito progressos noutros, o banco poderá estar exposto a custos significativos caso surjam novas questões de fiscalização regulatória ou litígios, ou se os que estiverem pendentes contra o banco evoluírem de forma adversa. Para 2026, e com uma advertência de que a previsão das despesas de contencioso está sujeita a muitas incertezas, o Deutsche Bank espera atualmente despesas com contencioso líquidas significativamente superiores aos níveis observados em 2025. Para mais pormenores, consulte o capítulo "Provisões" do presente relatório.

Para uma análise dos riscos e oportunidades para as perspetivas do Deutsche Bank, consultar a secção "Riscos e oportunidades" do presente relatório.

A rentabilidade do capital próprio médio tangível após impostos é uma medida financeira não-GAAP. Consulte "Informação financeira suplementar (não auditada): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com os valores IFRS em que as mesmas se baseiam. Todas as projeções prospetivas abaixo são baseadas nas taxas de câmbio estrangeiras de 31 de janeiro de 2026. Com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2026, o Deutsche Bank deixará de reportar separadamente os custos ajustados e os custos não operacionais.

Segmentos da atividade do Deutsche Bank

Corporate Bank

O Corporate Bank espera que a continuação dos progressos nas suas iniciativas e o crescimento do volume de negócios apoiem o desempenho em 2026. Prevê-se que as receitas líquidas sejam ligeiramente superiores às do ano anterior, devido ao aumento das comissões líquidas e dos rendimentos líquidos de serviços e comissões resultantes de iniciativas de crescimento específicas e de um crescimento modesto da margem financeira.

Prevê-se que as receitas dos Serviços de Tesouraria a Empresas sejam ligeiramente superiores em 2026, em comparação com 2025, apoiadas pelo crescimento dos rendimentos líquidos de serviços e comissões nos produtos de Gestão de Tesouraria e Trade Finance. Prevê-se que as receitas dos Serviços a Clientes Institucionais se mantenham essencialmente estáveis, uma vez que o crescimento no Corporate Trust será parcialmente compensado pelos impactos remanescentes da normalização da receita de juros líquidos no Gestão de Tesouraria Institucional. Nos Serviços Bancários a Empresas, as receitas deverão ser ligeiramente superiores, impulsionadas por um maior volume de depósitos e por rendimentos líquidos de serviços e comissões mais elevados.

Prevê-se que a provisão para perdas de crédito seja significativamente mais elevada em 2026, em comparação com o ano anterior, devido a um nível normalizado de provisões da Fase 3, após níveis baixos no ano anterior.

Os gastos operacionais (excluindo juros) deverão ser ligeiramente superiores, devido aos investimentos nas iniciativas de crescimento.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco no segmento Corporate Bank sejam ligeiramente superiores em 2026, uma vez que o crescimento dos empréstimos será parcialmente compensado por medidas de otimização nas atividades com um retorno abaixo do esperado.

Investment Bank

Prevê-se que as receitas do segmento Investment Bank sejam ligeiramente mais elevadas em 2026 do que no ano anterior. O segmento de negócio espera que os benefícios do período anterior e os investimentos planeados feitos como parte da estratégia comunicada na área de Investment Banking & Capital Markets impulsionem a melhoria das receitas, enquanto o FIC deverá manter a dinâmica de um desempenho muito forte em 2025, tanto nos Mercados como no Financiamento.

Prevê-se que as receitas de FIC se mantenham essencialmente estáveis em comparação com um 2025 muito forte. A área de Taxas espera aproveitar a dinâmica do ano anterior, ao mesmo tempo que cresce seletivamente através de investimentos orientados de acordo com a procura dos clientes e as oportunidades de mercado. A atividade Cambial procurará dar continuidade ao desenvolvimento tecnológico no mercado à vista e expandir ainda mais a sua oferta de metais preciosos após um promissor ano de 2025. A atividade Global Emerging Markets tenciona continuar a reforçar as suas capacidades onshore em todas as regiões, baseando-se nas soluções de fluxo de trabalho dos clientes a nível global, ao mesmo tempo que expande seletivamente a sua oferta de produtos. A área de Credit Trading pretende continuar a desenvolver as suas atividades de fluxos, especificamente nos EUA. A área de Financiamento pretende tirar partido da forte conjuntura de 2025 e manter a sua posição como uma das principais franquias a nível mundial, enquanto o investimento adicional orientado para o balanço deverá ajudar a atenuar qualquer potencial compressão dos spreads.

Prevê-se que as receitas da área de Investment Banking & Capital Markets sejam significativamente mais elevadas em 2026, em comparação com o ano anterior, apoiadas por investimentos planeados e do período anterior e reforçadas pela nova liderança nomeada em 2025. A área de Advisory planeia tirar partido da dinâmica dos últimos dois anos e beneficiar de um investimento orientado para sectores e países específicos em que a atividade estava anteriormente subponderada. A área de Geração de Ações continuará a proporcionar uma oferta competitiva em todos os produtos, enquanto o investimento nas suas capacidades de distribuição de Ações permitirá aumentar as receitas e melhorar a economia das transações primárias. No âmbito da Geração de Dívida, a área de Leveraged Debt Capital Markets deverá beneficiar da não repetição de perdas específicas com empréstimos no primeiro semestre de 2025, enquanto a Dívida com Grau de Investimento também procurará manter o seu forte desempenho no ano anterior e beneficiar dos investimentos específicos acima referidos.

Prevê-se que as provisões para perdas de crédito sejam significativamente mais baixas em 2026 face a 2025. A redução é impulsionada por níveis esperados mais baixos de imparidades da Fase 3, incluindo o setor CRE, para além de encargos mais baixos das Fases 1 e 2, em que se espera uma redução dos impactos das alterações e recalibrações dos modelos.

Em 2026, prevê-se que os gastos operacionais (excluindo juros) sejam ligeiramente mais elevados em comparação com o ano anterior. As iniciativas estratégicas de crescimento, os investimentos em tecnologia e o aumento previsto das despesas com contencioso são parcialmente compensados pela redução das taxas bancárias e por uma maior eficiência dos custos.

Para 2026, prevê-se que os ativos ponderados pelo risco no segmento Investment Bank sejam significativamente mais elevados do que em 2025, devido sobretudo ao aumento dos ativos ponderados pelo risco de crédito para apoiar o crescimento das receitas.

Private Bank

Em 2026, prevê-se que as receitas líquidas do Private Bank sejam superiores às de 2025. Prevê-se que as receitas com produtos de depósito e investimento sejam significativamente mais elevadas, impulsionadas pela entrada líquida contínua de ativos sob gestão. Prevê-se que as receitas dos empréstimos sejam ligeiramente inferiores.

No Personal Banking, prevê-se que as receitas líquidas sejam superiores às do ano anterior, impulsionadas pelo crescimento das receitas de depósitos e de produtos de investimento. Prevê-se que as receitas de crédito no Personal Banking sejam ligeiramente inferiores, em conformidade com a estratégia do banco.

No segmento Wealth Management, espera-se que as receitas líquidas sejam mais elevadas em comparação com 2025, devido ao aumento das receitas dos produtos de investimento, apoiadas pelo crescimento contínuo do negócio e por iniciativas de contratação dedicadas. Prevê-se que as receitas de depósitos sejam ligeiramente superiores, enquanto as receitas de empréstimos deverão ser ligeiramente inferiores.

O Private Bank pressupõe entradas contínuas dos ativos sob gestão em 2026, prevendo-se que os volumes correspondentes de ativos sob gestão sejam mais elevados em comparação com o final de 2025. No entanto, a evolução global dos volumes dependerá em grande medida dos parâmetros do mercado, incluindo os índices de ações e as taxas de câmbio.

Em 2026, prevê-se que a provisão para perdas de crédito seja significativamente mais elevada do que no ano anterior, que incluiu benefícios de atualizações do modelo que resultaram em níveis baixos no ano anterior.

Os gastos operacionais (excluindo juros) deverão ser ligeiramente superiores em comparação com 2025, devido aos investimentos no crescimento do negócio, bem como às iniciativas de transformação e aos programas de eficiência.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco se mantenham essencialmente estáveis em relação a 2025, o que reflete uma estabilização dos RWA de risco de crédito.

Asset Management

Asset Management é constituído principalmente pelos resultados financeiros consolidados da DWS Group GmbH & Co. KGaA, da qual o Deutsche Bank AG detém uma participação maioritária.

A divisão prevê que as receitas líquidas totais sejam ligeiramente superiores para todo o ano de 2026, em comparação com 2025. Prevê-se que as comissões de gestão sejam mais elevadas, refletindo o aumento da média de ativos sob gestão. Prevê-se que as comissões de desempenho e de transações sejam significativamente mais baixas.

Prevê-se que os gastos operacionais (excluindo juros) se mantenham essencialmente estáveis em 2026, em comparação com 2025, uma vez que o segmento espera manter uma disciplina de custos rigorosa.

Prevê-se que os ativos sob gestão sejam mais elevados no final de 2026 em comparação com o final de 2025, impulsionados pelas entradas líquidas e pelos mercados construtivos.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco sejam significativamente mais elevados em comparação com 2025, devido aos fundos com compromissos de valor mínimo e ao crescimento orgânico e inorgânico da atividade, principalmente a partir de coinvestimentos e projetos estratégicos.

Corporate & Other

Prevê-se que o segmento Corporate & Other gere uma perda antes de impostos de aproximadamente 0,2 mil milhões de euros por trimestre em 2026, devido às despesas dos acionistas, a determinados impactos de financiamento e liquidez, à reversão de participações minoritárias comunicadas nos segmentos de negócio, sobretudo da DWS, bem como a diferenças de avaliação e de calendário.

Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que o Deutsche Bank antecipa nas suas "Perspetivas". Em 2025, o ambiente operacional mundial permaneceu volátil, impulsionado pela incerteza geopolítica persistente e pela alteração das expectativas de política monetária. Os riscos geopolíticos centram-se nos anúncios de políticas e noutras ações da administração dos EUA, na resposta global a essas ações e nas implicações para as economias dos EUA e mundial. Na Europa, embora se preveja uma retoma do crescimento, as perspetivas económicas e políticas permanecem incertas, incluindo o impacto das tarifas comerciais, o estímulo orçamental e a concorrência com a China, bem como uma resposta política mais ampla às pressões económicas mundiais.

Embora o Deutsche Bank planeie e se adapte continuamente às mudanças de cenário, o banco corre o risco de que uma deterioração significativa do contexto macroeconómico global, uma alteração adversa na confiança dos mercados no setor bancário e/ou no comportamento dos clientes, bem como uma maior concorrência, inflação ou custos imprevistos possam afetar a capacidade do Deutsche Bank de atingir os seus objetivos estratégicos. Como tal, o banco pode incorrer em perdas inesperadas, incluindo imparidades e provisões, registar uma rentabilidade inferior à prevista ou uma erosão do capital ou da base de liquidez do banco e da sua situação financeira geral, o que terá um efeito adverso significativo nos resultados de exploração e na cotação das ações do Deutsche Bank.

Poderão surgir oportunidades se as condições macroeconómicas melhorarem para além dos níveis atualmente previstos, conduzindo a receitas mais elevadas e melhorando a capacidade do banco de ultrapassar os seus objetivos financeiros e de capital para 2028. O aumento potencial da inflação, das taxas de juro e da volatilidade dos mercados poderá conduzir a um aumento das receitas provenientes dos fluxos de transações e a um aumento da margem financeira e das margens de crédito, e o Deutsche Bank poderá beneficiar do facto de ajudar os seus clientes a navegar nesses mercados financeiros. A redução da complexidade do quadro regulamentar entre jurisdições pode também criar oportunidades de geração de receitas. A continuação do enfoque na agenda de transformação digital do banco e na utilização da IA poderá aumentar a resiliência e posicionar o banco para captar o potencial de crescimento, caso o contexto operacional melhore mais rapidamente do que o atualmente previsto. Por último, o enfoque na aceleração da criação de valor através das três alavancas estratégicas do Deutsche Bank pode criar novas oportunidades se for implementado em maior escala ou em condições mais favoráveis do que as atualmente previstas.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

O cenário macroeconómico e de mercado em 2025 foi definido pela incerteza persistente, pela divergência de políticas e por fatores de volatilidade acrescida que, coletivamente, definiram o panorama de risco para o banco e as suas partes interessadas. Isto incluiu uma escalada significativa das tensões comerciais globais, particularmente no primeiro semestre do ano, após o anúncio do governo dos EUA de tarifas "recíprocas" generalizadas e com medidas ainda mais punitivas dirigidas à China, juntamente com a contínua incerteza em torno da guerra da Rússia na Ucrânia e a divergência global sobre as políticas monetárias dos bancos centrais, o que levou a variações cambiais significativas. Na Europa, a incerteza em torno da estabilidade política e das posições orçamentais de certas economias de maior dimensão conduziu a descidas das notações de crédito soberano e a pressões sobre os rendimentos das obrigações, o que poderá ter um impacto negativo na economia e, em última análise, afetar a fiabilidade creditícia dos clientes europeus. Embora a economia dos EUA espere crescimento em 2026, a inflação deverá permanecer elevada no curto prazo e o crescimento mais lento da força de trabalho poderá desvalorizar ou criar volatilidade na taxa de câmbio do dólar americano, o que poderá ter um impacto negativo nas receitas e nos resultados operacionais do banco.

A Alemanha estagnou e registou-se um fraco crescimento em toda a Europa durante 2025, uma vez que a atividade e o sentimento do mercado foram afetados pela escalada do conflito comercial com os EUA e pelo aumento da concorrência com a China, especialmente no setor automóvel. Em 2026, prevê-se que se mantenham os fatores externos adversos, as pressões inflacionistas decorrentes da flexibilização orçamental e uma maior restritividade do mercado de trabalho, que podem conduzir a riscos de inflação e pressionar o BCE a aumentar as taxas de juro. Estes riscos podem ter um impacto negativo na economia europeia e afetar negativamente o crescimento dos empréstimos do Deutsche Bank e a sua capacidade de atingir os seus objetivos estratégicos.

As ações tecnológicas de grande capitalização alimentaram preocupações sobre uma potencial bolha impulsionada pela IA. O ouro atingiu máximos históricos, uma vez que os investidores procuraram refúgios seguros num contexto de incerteza persistente, enquanto as taxas de rendibilidade das obrigações de longo prazo flutuaram em resposta à alteração da dinâmica fiscal e política. A volatilidade, as descidas acentuadas ou as correções de mercado nos preços dos ativos e nos rendimentos das obrigações podem ter um impacto negativo na rentabilidade dos bancos e resultar em perdas financeiras.

O setor dos imóveis comerciais (CRE) continua a ser um risco chave para potenciais aumentos nas provisões para perdas de crédito, com desafios de refinanciamento e estabilização de preços ainda incertos, particularmente nos EUA. Embora os indicadores de mercado apontem para a estabilização dos preços do CRE, continua a existir um risco significativo de imparidade, dependendo dos tipos de imóveis e regiões (por exemplo, espaço de escritórios dos EUA na Costa Oeste) e pode resultar em provisões para perdas de crédito mais elevadas do que o esperado para o Deutsche Bank.

O crédito privado e as atividades das instituições financeiras não bancárias (IFNB) continuaram a ser pressionados por taxas de juro mais elevadas, riscos de refinanciamento e um sentimento moderado dos investidores. As falhas de um número selecionado de mutuantes de crédito de alto risco nos EUA aumentaram a atenção dos investidores para os riscos associados ao crédito privado e suscitaram preocupações mais amplas em relação às normas de subscrição e ao risco de fraude. Embora o Deutsche Bank não esteja exposto a riscos significativos relacionados com as instituições financeiras não bancárias, o banco pode enfrentar potenciais riscos de crédito indiretos através de carteiras e contrapartes interligadas.

De um modo geral, quer isoladamente, quer em combinação com outros fatores de risco, como a potencial escalada dos riscos geopolíticos (ver adiante), os riscos supramencionados podem conduzir a uma deterioração da qualidade da carteira do Deutsche Bank e a perdas de crédito superiores às previstas, bem como a um aumento das exigências de capital e de liquidez, à medida que os clientes recorrem às linhas de financiamento. Uma maior volatilidade nos mercados financeiros poderia conduzir a um aumento das margens de avaliação, a um aumento no risco do mercado de RWA e a reservas de avaliação elevadas. Os impactos negativos na apetência dos investidores podem também afetar a capacidade do banco para distribuir e reduzir o risco dos compromissos no mercado de capitais, o que pode resultar em perdas e tornar a fixação de preços e a cobertura mais difíceis e dispendiosas. A maior volatilidade nos mercados de capitais num contexto macroeconómico difícil poderá também conduzir a um aumento dos riscos inerentes a vários riscos operacionais, incluindo o processamento de transações e a fraude interna e externa. Isto também aumenta o risco de acontecimentos idiossincráticos com as contrapartes, tanto direta como indiretamente, por exemplo, falhas nas operações ou de financiamento de títulos.

Se vários riscos negativos, como o recrudescimento das tensões comerciais, a instabilidade fiscal ou correções desordenadas do mercado, se materializarem em simultâneo, estes riscos poderão ter um impacto negativo significativo nos resultados financeiros do Deutsche Bank e na sua capacidade de cumprir os seus objetivos financeiros e de capital para 2028.

Eventos geopolíticos

Os desenvolvimentos geopolíticos continuam a representar um cenário de risco complexo e em evolução que pode afetar o ambiente operacional do Deutsche Bank, o desempenho do mercado e a concretização dos seus objetivos financeiros para 2028.

No Médio Oriente, a intervenção militar conduzida pelos EUA no Irão e a retaliação do Irão contra alvos no Médio Oriente podem conduzir a um período prolongado de incerteza na região. Um dos principais riscos é a possibilidade de um aumento prolongado dos preços do petróleo e do gás se o abastecimento através do Estreito de Ormuz for restringido durante um período alargado. O Deutsche Bank tem exposições diretas limitadas ao Médio Oriente, mas uma desestabilização geopolítica generalizada pode ter um impacto negativo nos clientes do banco e um efeito adverso nos resultados financeiros do Deutsche Bank (incluindo aumentos na provisão para perdas de crédito) e nas operações.

Os recentes acontecimentos na Venezuela, que resultaram na detenção do Presidente Nicolás Maduro pelos EUA, marcam uma escalada geopolítica significativa que poderá aumentar a incerteza regional, as sanções, a volatilidade do mercado e o risco político transfronteiriço. Além disso, as reivindicações territoriais emergentes, como as da administração dos EUA relativamente à Gronelândia, introduziram incerteza na parceria transatlântica, com potenciais implicações para os quadros europeus de cooperação em matéria de segurança. Caso existam novas ações direcionadas noutras regiões, poderá haver implicações em todo o mercado, incluindo tensão soberana e/ou desarticulação do mercado. Estes riscos poderão ter efeitos adversos significativos nos resultados das atividades do Deutsche Bank.

As relações entre os EUA e a China continuam a ser um fator de risco central para o banco. Não obstante os recentes acordos bilaterais entre os EUA e a China destinados a reduzir as barreiras comerciais e as medidas de retaliação, as crescentes tensões entre os EUA e a China, as contínuas restrições ao investimento transfronteiriço e as disputas sobre potenciais direitos aduaneiros, sanções, controlos de exportação, comércio de minerais de terras raras e tecnologias críticas, Hong Kong e direitos humanos, levantam o espectro de uma maior polarização económica e da emergência de blocos comerciais distintos liderados pelos EUA e

pela China. O risco de medidas de retaliação e de uma maior fragmentação do comércio mundial pode aumentar, com potenciais impactos adversos nas atividades transfronteiriças e na base de clientes do banco.

A União Europeia tomou medidas para proteger as indústrias nacionais, propondo cortes acentuados nas quotas de importação de aço e aumentando para 50% os direitos aduaneiros fora das quotas. Estas medidas aumentaram o risco de ações comerciais de retaliação e exacerbaram ainda mais as tensões comerciais globais, o que pode ter um impacto adverso na carteira de empréstimos do banco. Os regimes de sanções tornaram-se mais complexos e abrangentes, com a intensificação das sanções na última parte de 2025. Por exemplo, a UE adotou o seu 19.º pacote de sanções contra a Rússia, introduzindo uma proibição faseada das importações russas de gás natural líquido, controlos mais rigorosos sobre os bancos e as bolsas de criptomoedas e sanções secundárias alargadas que visam entidades de países terceiros, o que aumenta o risco operacional e de conformidade do banco.

A guerra da Rússia na Ucrânia continuou, com os ataques russos a intensificarem-se e o apoio ocidental à Ucrânia a mostrar sinais de cansaço e fragmentação. As esperanças de um cessar-fogo continuaram a ser ilusórias e o risco de uma instabilidade prolongada minou a confiança dos investidores a nível mundial e aumentou a volatilidade do mercado. Na Rússia, a legislação acelerada permitiu a venda de ativos detidos pelo Estado, o que suscitou preocupações quanto a uma potencial expropriação de empresas estrangeiras e aumentou o risco de ações regulamentares ou governamentais adversas, que podem afetar negativamente as operações do Deutsche Bank na Rússia e resultar em perdas financeiras.

A guerra híbrida e cibernética e os riscos operacionais surgiram como temas importantes. Os cabos submarinos tornaram-se alvo de ataques por parte de atores estatais e não estatais, ameaçando serviços em tempo real, como o comércio, os pagamentos e a prestação de serviços. Os fornecedores do banco enfrentaram potenciais problemas de conectividade durante as interrupções regionais, aumentando os riscos de reputação, regulamentares e financeiros.

De um modo geral, o cenário geopolítico em 2025 caracterizou-se por uma incerteza persistente, riscos em evolução e potencial para uma escalada rápida. A interação entre a política comercial, as sanções, os conflitos regionais e as ameaças operacionais criaram um ambiente difícil para as operações do banco e para os recursos disponíveis, podendo afetar o seu modelo de negócio. O Deutsche Bank prevê que esta incerteza persista em 2026, o que poderá ter um impacto negativo nos resultados das operações do banco e reduzir a sua capacidade de atingir os seus objetivos financeiros para 2028.

Estratégia

Em novembro de 2025, o Deutsche Bank anunciou a fase seguinte da sua estratégia, de Expansão do Global Hausbank. O banco anunciou as suas metas e objetivos financeiros para o período até 2028 e o enfoque da administração na próxima fase de aceleração da criação de valor através da expansão do Global Hausbank. Embora o Deutsche Bank planeie e se adapte continuamente às mudanças de cenário, o banco corre o risco de que uma deterioração significativa do ambiente macroeconómico global, uma alteração adversa na confiança do mercado no setor bancário e/ou no comportamento dos clientes, bem como uma maior concorrência, inflação ou custos imprevistos, possam resultar no não alcance das suas metas e objetivos financeiros até ao final de 2028. Além disso, o Deutsche Bank pode incorrer em perdas inesperadas, incluindo imparidades e provisões, registar uma rentabilidade inferior à prevista ou uma erosão do capital ou da base de liquidez do banco ou da sua situação financeira geral, o que terá um efeito adverso significativo nos resultados de exploração e na cotação das ações do Deutsche Bank. Isto também inclui o risco de o Deutsche Bank não poder efetuar as distribuições de numerário e as recompras de ações desejadas, que estão sujeitas à aprovação regulamentar, à autorização dos acionistas e ao cumprimento dos requisitos da legislação societária alemã. Nestas situações, o Grupo teria de tomar medidas para garantir o cumprimento dos seus objetivos mínimos de capital ou de liquidez. Estas ações ou medidas podem ter efeitos adversos na atividade do Deutsche Bank, nos resultados das suas operações, nos seus planos estratégicos ou no cumprimento das suas metas financeiras e objetivos de capital.

O Deutsche Bank opera em mercados altamente competitivos em todos os segmentos de negócio. A capacidade de mobilizar capital e financiar investimentos é um importante fator de sucesso. O banco acompanha e reage continuamente à evolução da concorrência para proteger a sua posição no mercado e aproveitar as oportunidades de crescimento. Neste contexto, os concorrentes incluem grandes bancos internacionais, bancos nacionais mais pequenos, novos bancos internacionais que entram no mercado alemão, bem como concorrentes emergentes e não bancários (por exemplo, empresas digitais e fintechs). A fusão ou aquisição de concorrentes importantes poderá ter um impacto no modelo de negócio do Deutsche Bank e nas oportunidades de crescimento não orgânico no futuro.

O Deutsche Bank tem como objetivo manter uma posição de capital sólida, com um rácio CET1 operacional entre 13,5% e 14,0%, e uma distância mínima de 200 pontos base face ao limiar do Montante Máximo Distribuível (MDA). A evolução do rácio de capital do Grupo reflete, entre outros fatores: o desempenho das atividades operacionais do banco; a obtenção dos benefícios associados às iniciativas de mudança, incluindo, por exemplo, a otimização de ponta a ponta e os programas de adoção de IA; os custos

relacionados com potenciais litígios e ações de fiscalização regulamentar; o crescimento da utilização do balanço nos segmentos de negócio; as alterações nas contas fiscais e de pensões do banco; os impactos em outro rendimento integral; e as alterações à regulamentação e às normas técnicas regulamentares (incluindo as premissas adotadas nas regras do CRR 3 relativamente ao limite mínimo de produção).

O Grupo celebra contratos e cartas de intenção no decurso normal da sua atividade. Quando estes são de natureza preliminar ou condicional, o banco fica exposto ao risco de não resultarem na assinatura do contrato final ou na concretização do acordo proposto, pondo em risco os benefícios associados a tais contratos.

Os resultados financeiros do banco podem ser afetados negativamente se os benefícios previstos de fusões e aquisições, joint ventures, parcerias estratégicas, poupanças de custos planeadas e outros investimentos não se concretizarem. Ao mesmo tempo, qualquer processo de integração exigirá tempo e recursos significativos, e o banco pode não ser capaz de gerir o processo com sucesso.

Todos os fatores acima mencionados podem ter um impacto significativo no rácio CET 1 do banco, bem como nos seus objetivos financeiros. Assim sendo, é possível que o banco não consiga atingir determinados objetivos de capital, como, por exemplo, o rácio CET 1 dentro de um intervalo operacional de 13,5% a 14,0%, com uma distância de 200 pontos base face ao Montante Máximo Distribuível como limite mínimo; e um rácio de distribuição total de 60% a partir de 2026 e a distribuição do excesso de capital quando o rácio CET 1 estiver sustentavelmente acima dos 14%.

Além disso, os seguintes riscos podem afetar negativamente os objetivos estratégicos do banco e a sua capacidade de atingir as suas metas financeiras e objetivos de capital para 2028.

O cenário base para o plano financeiro e de capital do Deutsche Bank inclui estimativas de crescimento das receitas que dependem de diversos fatores, incluindo desenvolvimentos macroeconômicos, montantes das taxas de mercado e quota de mercado no montante total das taxas. Caso se verifique estagnação ou recessão em alguma destas áreas, esta poderá afetar significativamente a capacidade do banco de gerar crescimento das receitas. Este cenário base inclui também pressupostos sobre a capacidade do banco de gerir os custos em períodos futuros.

Além disso, o cenário base do banco é fundamentado nas curvas de taxas de juro a prazo implícitas no mercado atual, nos níveis de inflação e nas taxas de câmbio esperadas. Caso algum destes fatores se desenvolva ou flutue de forma diferente da que o banco espera, tal poderá ter um impacto adverso nas receitas e nos custos do Deutsche Bank.

Os riscos reputacionais ou as perceções negativas do mercado em relação ao Deutsche Bank podem afetar o número de clientes, depósitos ou saídas de ativos.

Liquidez e financiamento

O Deutsche Bank tem uma procura contínua de liquidez para financiar as suas atividades comerciais, e a liquidez do banco pode ser prejudicada caso este não consiga aceder aos mercados de dívida garantida e/ou não garantida, aceder a fundos de subsidiárias, alocar liquidez de forma otimizada entre atividades, vender ativos ou sofrer saídas imprevistas de numerário ou depósitos. Estas situações podem surgir devido a perturbações nos mercados financeiros, incluindo liquidez limitada, incumprimento por parte das contrapartes, incumprimento contratual ou outros desenvolvimentos adversos que afetem as instituições financeiras. Estes desenvolvimentos adversos podem incluir a relutância das contrapartes ou do mercado em financiar as operações do Deutsche Bank devido a perceções sobre possíveis saídas de capital (incluindo saídas de depósitos) resultantes de litígios, questões regulamentares ou similares. Estes elementos podem representar fragilidades reais ou percecionadas nas atividades, no modelo de negócio ou na estratégia do banco, bem como na resiliência do Deutsche Bank para enfrentar condições económicas e de mercado negativas. Se tais situações ocorrerem, as estimativas internas da liquidez disponível do banco durante um cenário de crise podem ser negativamente afetadas.

Além disso, estas perceções podem afetar o banco de diversas formas, por exemplo, perceções negativas do mercado, que podem aumentar o custo de acesso do Deutsche Bank aos mercados de capitais, afetando negativamente a curva de financiamento do banco e aumentando os spreads de financiamento. Estas situações podem dificultar a capacidade do banco de refinar os ativos, apoiar as atividades comerciais ou manter os níveis de capital. Como resultado, o banco pode ser forçado a vender ativos a preços desfavoráveis ou reduzir as suas atividades comerciais, incluindo empréstimos.

O risco de liquidez pode também surgir do menor valor e da menor negociabilidade dos Ativos Líquidos de Alta Qualidade (HQLA) do Deutsche Bank, afetando o montante de recursos disponíveis para cobrir as saídas de numerário durante um evento de crise. Podem ser incorridas margens de avaliação (haircuts) adicionais para além de valores de ativos já em imparidade. Além disso, os valores mobiliários podem perder a sua elegibilidade como garantia necessária para aceder às facilidades do banco central, bem como o seu valor no mercado de recompra/financiamento por grosso.

Riscos adicionais de liquidez, devido a desenvolvimentos negativos no setor financeiro em geral, podem também ocorrer devido à retirada de depósitos não segurados por sistemas de garantia de depósitos ou resultar na transferência de depósitos para outros produtos de investimento. Em tempos de incerteza económica ou de tensão no mercado, a banca digital permite que os depositantes transfiram rapidamente fundos por via digital para outros participantes no mercado, conduzindo a uma saída de depósitos mais rápida e em maior escala. Este risco pode ser exacerbado pela implementação do Regulamento Europeu relativo aos Pagamentos Instantâneos, que pode levar a saídas aceleradas fora do horário normal de funcionamento, para além de maiores necessidades de liquidez intradia. Além disso, taxas de juro mais elevadas poderão fomentar a concorrência de preços entre os bancos para os depósitos de retalho, aumentando os custos de financiamento do Deutsche Bank, bem como exercer uma maior pressão sobre o volume dos depósitos de retalho do Deutsche Bank, que são uma das principais fontes de financiamento do banco.

A incerteza relativamente aos desenvolvimentos macroeconómicos poderá afetar negativamente a capacidade do Deutsche Bank de realizar transacções cambiais devido à volatilidade nos mercados cambiais ou se as contrapartes estiverem preocupadas com a capacidade do banco de cumprir os termos acordados nas transações e, por conseguinte, procurarem limitar a sua exposição. Além disso, se as linhas de crédito de emergência para swaps cambiais do Banco Central fossem removidas, isso poderá levar ao aumento dos spreads nos mercados cambiais, ao aumento dos custos de financiamento em moeda estrangeira e à redução da liquidez em USD no mercado. Além disso, o aumento dos desfasamentos cambiais no balanço do banco pode levar a maiores saídas de reservas garantidas caso o euro (divisa de referência do Deutsche Bank) se deprecie significativamente em relação a outras divisas importantes, podendo também causar dificuldades no apoio às necessidades de liquidez em diferentes divisas.

No âmbito dos riscos emergentes, os pagamentos digitais e as cadeias de blocos são avaliados como áreas que podem ter impacto na profundidade e na volatilidade da liquidez e do financiamento do mercado e podem ter um impacto temporário no custo do financiamento, afetando assim negativamente a rentabilidade.

Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades identificadas durante a última crise do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário, irão impor custos materiais ao banco, criar incertezas significativas e podem afetar adversamente os planos de negócios do Grupo, assim como a capacidade do banco para executar os seus planos estratégicos a médio prazo. Essas alterações que requeiram que o banco mantenha um maior capital podem afetar significativamente o modelo de negócio do banco, a sua condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial mais em geral. Esta situação pode ocorrer de forma mais geral no que respeita ao Reino Unido. O facto de o Reino Unido não pertencer à União Europeia permite-lhe ser mais ágil na orientação futura do seu quadro regulamentar e de supervisão. Uma vez que o Deutsche Bank está estabelecido no Reino Unido como sucursal, o banco não poderá beneficiar, de um modo geral, das melhorias introduzidas no quadro do Reino Unido.

Os supervisores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustes regulamentares, por exemplo, em resultado do Processo regular de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) realizada pelo BCE anualmente. Tais ajustes podem, por exemplo, refletir riscos adicionais decorrentes de deficiências no ambiente de controlo do Grupo relativamente ao tratamento de carteiras, produtos ou transações específicos. Na sequência do SREP de 2025, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativamente aos requisitos de capital prudencial a manter a partir de 1 de janeiro de 2026, segundo a qual o Requisito do Pilar 2 do Deutsche Bank passa a ser de 2,85%, uma redução de cinco pontos base em comparação com o Requisito do Pilar 2 aplicável ao banco em 2025. A decisão do BCE sobre o SREP inclui também um requisito do Pilar 2 para o rácio de alavancagem de 10 pontos base, inalterado em relação ao SREP do ano anterior e com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026. Além disso, a decisão inclui as conclusões que o BCE retira de testes de esforço regulamentares realizados pela EBA ou pelo BCE. Em 1 de agosto de 2025, a EBA e o BCE publicaram os resultados do Teste de Esforço de 2025 em toda a UE. O BCE avalia o desempenho de cada banco de um ponto de vista qualitativo para informar a decisão sobre o nível do Requisito de Pilar 2 e um resultado quantitativo que é um aspeto na avaliação do nível de orientação de Pilar 2. O BCE já utilizou estes poderes nas suas decisões do SREP no passado e pode continuar a fazê-lo para abordar as conclusões das inspeções no local. Em casos extremos, o BCE pode mesmo suspender determinadas atividades ou autorizações de operação nas suas jurisdições e impor coimas monetárias ou sobretaxas de capital por incumprimento das regras aplicáveis às orientações.

Os reguladores em todo o mundo também podem impor sobretaxas de capital para enfrentar os riscos macroeconómicos, através da utilização de instrumentos macroprudenciais. Estes incluem aumentos de reservas de CET1 que poderiam aplicar-se a todo o grupo ou apenas para atividades locais a nível nacional ou para tipos específicos de exposições (por exemplo, hipotecas). A utilização destes instrumentos é regida pelo quadro macroprudencial aplicável na UE ou qualquer outra jurisdição relevante, e é tipicamente decidida pelas autoridades macroprudenciais nacionais, como o BaFin, frequentemente com base na análise dos riscos macroeconómicos pelo Banco Central. Além disso, os supervisores regulamentares podem alterar as interpretações de orientações previamente emitidas e exigir que as instituições financeiras apliquem as novas interpretações retroativamente, o que pode ter um impacto negativo no banco.

Prevê-se que várias alterações futuras aos instrumentos macroprudenciais tenham impacto na atividade do Deutsche Bank. A Comissão Europeia tinha anunciado anteriormente uma revisão do regime macroprudencial da UE para 2022-2023. Estas revisões não foram efetuadas dentro do prazo previsto. A Comissão Europeia continuará a analisar estas questões em 2026, no âmbito da consulta sobre a Competitividade Bancária Europeia, existindo sempre a possibilidade de uma proposta legislativa. Essas reformas podem resultar num aumento do nível de requisitos de capital do banco, incluindo reservas de capital, requisitos de capital adicionais para titularizações, um aumento dos ativos ponderados pelo risco ou outros requisitos regulamentares relacionados com as transações dos bancos com vários tipos de contrapartes, incluindo Intermediários Financeiros Não Bancários (IFNB).

Em julho de 2024, as regras prudenciais da UE (Regulamento e Diretiva relativos aos Requisitos de Capital – CRR III e CRD VI) foram publicadas no Jornal Oficial da UE. A reforma implementa as reformas finais de Basileia III do Comité de Basileia de Supervisão Bancária (CBSB). Estas reformas alteram a forma como os bancos da UE calcularão os seus ativos ponderados pelo risco. A maior parte das reformas aplica-se desde janeiro de 2025, com exceção das regras sobre Risco de Mercado (implementação da Revisão Fundamental da Carteira de Negociação – FRTB), que foram adiadas pela Comissão Europeia, através de um Ato Delegado, para janeiro de 2027. Em novembro de 2025, a Comissão Europeia lançou uma consulta sobre como aplicar a FRTB após janeiro de 2027, tendo em conta as preocupações em torno da sua calibração e da não implementação por outras jurisdições importantes. O limite mínimo de produção, que limita os ativos ponderados pelo risco do modelo interno a 72,5% dos ativos ponderados pelo risco do método normalizado, será plenamente aplicável em janeiro de 2030. A versão final de Basileia III aumentará os RWA do banco e os requisitos de capital associados. A reforma está também a ser implementada, com diferentes calendários, em todas as principais jurisdições. No início de 2024, a EBA procedeu a uma consulta sobre alterações à sua norma técnica de regulamentação (RTS) relativa à avaliação prudente. Esta norma estabelece os requisitos que as instituições que operam na UE devem aplicar para a avaliação dos seus ativos e passivos avaliados pelo justo valor para efeitos prudenciais. A EBA está a

analisar os comentários recebidos e, dependendo da sua posição final, isso poderá levar a um aumento dos requisitos CET1 do banco.

Em abril de 2023, a Comissão Europeia emitiu uma proposta legislativa para a reforma do quadro de gestão de crises e de seguro de depósitos da UE, com alterações a todas as diretivas e regulamentos relevantes, incluindo a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancárias, o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução e a Diretiva de Sistema de Garantia de Depósitos. O objetivo da proposta legislativa é, entre outras coisas, harmonizar e regular ainda mais a gestão e a resolução de crises nos bancos de pequena e média dimensão da UE, que estão atualmente sujeitos a um certo grau de discricionariedade nacional. Na sua proposta legislativa, a Comissão inclui várias alterações que poderão ter impacto no Deutsche Bank e nos seus clientes, incluindo uma alteração na hierarquia de insolvência dos créditos de todos os depositantes, incluindo os que não estão cobertos por sistemas de garantia de depósitos. Além disso, as propostas preveem uma maior possibilidade de as autoridades utilizarem os fundos do sistema nacional de garantia de depósitos para contribuir para a resolução de um banco, dando assim também acesso ao Fundo Único de Resolução. Esta proposta legislativa da Comissão Europeia seguiu o processo colegislativo regular da UE, com a participação dos 27 Estados-Membros da UE e do Parlamento Europeu. Os legisladores chegaram a acordo, sendo que a finalização formal das diretivas e regulamentos revistos, bem como a publicação no Jornal Oficial da UE, deverão ocorrer em 2026.

A Estratégia de Investimento de Retalho, uma proposta da Comissão Europeia de 24 de maio de 2023, que contém uma série de medidas e alterações ao atual quadro legislativo para reforçar a participação dos investidores e a confiança dos consumidores, continua em processo legislativo, tendo o Parlamento e o Conselho finalizado as respetivas posições. Foi alcançado um acordo político entre o Parlamento Europeu e o Conselho no final de 2025, faltando apenas definir alguns detalhes ao longo de 2026.

A versão revista da Diretiva e do Regulamento sobre os Mercados de Instrumentos Financeiros (MiFID II/R) entrou em vigor em março de 2024. Trabalhos técnicos adicionais da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e da Comissão Europeia sobre os requisitos de transparência e a consolidação dos dados começaram em 2024 e continuarão até 2026.

Em junho de 2023, a Comissão Europeia publicou dois pacotes legislativos, um relacionado com a introdução de um euro digital e o outro com o acesso a dados financeiros e pagamentos. O Parlamento Europeu e os Estados-Membros da UE vão agora discutir ambos os pacotes, cujos textos ainda estão em fase de análise.

Em 2025, o contexto regulamentar no que respeita a ESG e às finanças sustentáveis na UE estava focado na simplificação e na redução da carga de relatórios. Foi adotada a iniciativa ESG Omnibus, que resultará num menor número de empresas obrigadas a aplicar a Diretiva de Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD) e a Diretiva relativa ao Dever de Diligência em Matéria de Sustentabilidade das Empresas (CSDDD). Simultaneamente, o Ato Delegado de Divulgação da Taxonomia foi revisto, levando à redução dos requisitos de relato, enquanto as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade ainda estão em revisão com vista a uma maior simplificação. A revisão do Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis foi iniciada com uma proposta da Comissão Europeia. A adoção está prevista para 2026. A aplicação do Regulamento sobre a Desflorestação foi novamente adiada para 30 de dezembro de 2026 e para meados de 2027 para as pequenas empresas.

No Reino Unido, os requisitos do plano de transição para as empresas foram ainda mais avançados. O regime de Divulgação de Sustentabilidade da FCA, incluindo a sua regra anti-greenwashing e os rótulos de investimento, continuou a ser implementado. As normas nacionais de divulgação de sustentabilidade estão em processo de alinhamento com a linha de referência global do Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB), com utilização voluntária a partir de 2026. Os planos para estabelecer uma Taxonomia Verde no Reino Unido foram descontinuados.

As expectativas de supervisão em relação aos bancos no que diz respeito à gestão dos riscos climáticos e ambientais continuam a aumentar na UE, no Reino Unido e na região Ásia-Pacífico, com o BCE a dar também ênfase aos riscos relacionados com a natureza.

Os supervisores podem também impor outras sobretaxas de capital, como o aumento das reservas de capital macroprudencial, incluindo a Reserva de Capital Contracíclica e a Reserva de Risco Sistémico.

Em síntese, tanto o contexto regulamentar como o legislativo continuarão dinâmicos e poderão ter impacto na receita e nos custos do Deutsche Bank (por exemplo, o custo para garantir a conformidade contínua e futura). Além disso, a perspetiva de flexibilização das condições regulamentares em certas regiões fora da Europa pode representar uma desvantagem competitiva para o banco.

Cenário de controlo interno

As atividades do Deutsche Bank exigem controlos eficazes para processar e monitorizar uma vasta gama de transações complexas e de grande volume em diversos mercados, o que depende da robustez das políticas do banco, dos protocolos de teste de controlo, dos sistemas informáticos e das capacidades dos colaboradores. Se estes sistemas não identificarem, monitorizarem, agregarem, medirem, mitigarem e reportarem todos os riscos críticos para uma gestão do risco abrangente e para a divulgação regulamentar, os resultados operacionais e a posição regulamentar do Deutsche Bank poderão ser negativamente afetados.

Embora tenham sido feitas melhorias, certos elementos do cenário de controlo e da infraestrutura de suporte do banco ainda estão abaixo do nível desejado, com tecnologias antigas, fragmentação de dados e processos manuais a persistirem em algumas áreas. Estas condições podem prejudicar a pontualidade e a qualidade dos relatórios internos e regulamentares, além de dificultar a agregação consistente de riscos entre atividades e entidades jurídicas. O banco está a executar iniciativas plurianuais para simplificar a arquitetura, reforçar a governação de dados e automatizar os controlos, mas a complexidade estrutural, a dependência de ferramentas do utilizador final e a integração desigual dos sistemas continuam a representar riscos operacionais. A materialização destes riscos pode resultar em interrupções nos processos essenciais, atraso na implementação de programas de mudança estratégica e redução da resiliência operacional a desafios no contexto operacional externo, resultando num impacto negativo para o Deutsche Bank na perspetiva de risco para os clientes, regulamentar e reputacional.

Manter conhecimentos especializados em todas as áreas de controlo, incluindo tecnologia da informação e segurança, criminalidade financeira e governação de dados, continua a ser um desafio, e a crescente dependência de prestadores de serviços terceiros e na cloud introduz considerações adicionais de supervisão e resiliência. Qualquer incapacidade de reter pessoal importante ou de gerir eficazmente os riscos de terceiros pode prejudicar a capacidade do banco de manter controlos sólidos ou de resolver as pendências regulamentares.

Os principais reguladores do banco, incluindo a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, o BCE, a Autoridade de Regulação Prudencial do Reino Unido e o Conselho da Reserva Federal, juntamente com o Conselho de Administração e a função de Auditoria do Grupo Deutsche Bank, continuam a analisar de perto os controlos internos e as infraestruturas. Estas avaliações identificaram melhorias necessárias em áreas como a criminalidade financeira, a segurança da informação, a resiliência informática, o processamento de transações e a gestão de dados. Embora estejam em curso medidas corretivas, a abrangência destes programas e as suas interdependências significam que o risco de execução permanece elevado até que as melhorias estejam concluídas, validadas e operem eficazmente ao longo do tempo.

Para lidar com estes riscos, o banco está a investir na modernização e resiliência tecnológica, incluindo a adoção da cloud e análises avançadas para melhorar os testes de risco e controlo. No entanto, não há garantia de que estas medidas sejam integradas com sucesso ou de que os riscos sejam totalmente remediados. Embora estas capacidades possam contribuir para uma melhor supervisão, introduzem novos riscos, como a qualidade dos dados, a governação da IA e a resiliência cibernética, que exigem controlos e garantias robustos.

Tecnologia, Dados e Inovação

A digitalização e a velocidade da inovação em áreas como a IA podem oferecer oportunidades de entrada no mercado para novos concorrentes, como operadores intersectoriais, empresas tecnológicas globais e empresas de tecnologia financeira. Além disso, os concorrentes bancários podem desenvolver os seus modelos de negócio para entrar nos principais mercados do banco com ofertas predominantemente digitais. Assim, o banco prevê que as suas atividades terão uma necessidade crescente de investimentos em produtos digitais, IA e recursos de processos. Caso os investimentos acima referidos não sejam realizados, ou se o Deutsche Bank não conseguir competir com estes novos intervenientes, existe o risco de o Deutsche Bank perder quota de mercado, o que poderá ter um impacto adverso significativo nos seus resultados financeiros.

Através da sua parceria estratégica com a Google Cloud, o Deutsche Bank está a migrar partes do seu conjunto de aplicações para a cloud pública com o objetivo de melhorar a flexibilidade e a resiliência das TI. A adoção de serviços de cloud pública continua a ser uma área de significativo interesse regulamentar, e o banco deve garantir e adotar as normas aplicáveis de privacidade e segurança de dados para proteger as informações dos clientes e do banco. Se não o fizer, pode comprometer a confiança do cliente, conduzir a perdas financeiras e resultar em sanções regulamentares, litígios e obrigações de indemnização.

A IA tem o potencial de ser uma tecnologia transformadora para o setor bancário, ao mesmo tempo que apresenta novos desafios, como alucinações ou preconceitos, exigindo, por isso, a validação da precisão e da explicabilidade, bem como a privacidade e a soberania dos dados. O surgimento de soluções de IA com agentes tem o potencial de permitir a tomada de decisões autônomas nos processos, aumentando a probabilidade de erros não detetados. O Deutsche Bank incorporou o risco de IA na sua estrutura de controlo, apoiada por um Fórum de Supervisão de IA que garante a monitorização em toda a instituição, a avaliação de riscos e o alinhamento com os objetivos estratégicos. O banco definiu também Princípios de Ética na IA e nos Dados para orientar a inovação responsável. Além disso, realiza avaliações rigorosas dos resultados da IA através de verificações cruzadas com outros sistemas, comparações com referências fiáveis e envolvimento humano final no design do sistema, ajuste do modelo e tomada de decisões. No entanto, apesar da estrutura de risco e controlo do banco, à medida que estas tecnologias evoluem, podem surgir riscos adicionais para o banco. Por exemplo, os agentes autônomos de IA podem distorcer ou substituir objetivos definidos e otimizar de formas que comprometam salvaguardas regulamentares, éticas ou operacionais, como priorizar métricas de velocidade ou desempenho em detrimento de obrigações de conformidade, padrões de imparcialidade ou controlos de qualidade críticos. Caso o banco não aborde estes riscos emergentes, poderá enfrentar problemas de conformidade, ineficiências operacionais e potenciais perdas, bem como riscos para a reputação que poderão enfraquecer a confiança do mercado na capacidade do Deutsche Bank de aplicar a utilização responsável da IA.

O Deutsche Bank avalia e monitoriza continuamente as ameaças à segurança para salvaguardar as suas operações e a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus ativos de informação, incluindo dados pertencentes a clientes, parceiros comerciais e colaboradores. Isto inclui a identificação e a resposta a incidentes ao longo da cadeia de abastecimento do banco, incluindo terceiros e quartos fornecedores. Inclui também a infraestrutura do Deutsche Bank, bem como dependências externas, como o fornecimento de eletricidade e a infraestrutura de mercado e de bolsas de valores, entre outras. A falha na implementação de qualquer uma destas medidas de segurança pode resultar em interrupções nas operações do banco, danos à reputação, bem como perdas financeiras.

O Deutsche Bank monitoriza ativamente as ameaças que têm o potencial de explorar vulnerabilidades de segurança, incluindo atividades de atores estatais e riscos emergentes, como os introduzidos pelos avanços tecnológicos na inteligência artificial e na computação quântica. O banco também continua a observar atentamente os cenários de ataque mais comuns, incluindo ransomware e ataques de negação de serviço. As estratégias e os controlos de mitigação são continuamente adaptados para lidar com o cenário global de ameaças à segurança. Embora o Deutsche Bank mantenha um seguro para tais eventos cibernéticos, não há garantia de que esta cobertura seja suficiente para cobrir todas as perdas ou responsabilidades decorrentes de um evento cibernético. Para mais pormenores e informações, consultar o capítulo sobre segurança da informação no relatório de risco.

O risco na gestão de dados pode surgir se existirem fragilidades nos processos de recolha, armazenamento, tratamento, governação e utilização dos dados. Isto pode afetar negativamente os resultados financeiros, de reputação ou regulamentares do banco ou das suas partes interessadas. A capacidade do banco de tomar decisões informadas, personalizar serviços, impulsionar a inovação e implementar a IA em grande escala depende da disponibilidade de dados fiáveis, acessíveis e bem governados em toda a organização. O banco estabeleceu uma função de gestão de dados em toda a organização e está agora focado na implementação de um quadro de gestão de dados robusto. O quadro visa apoiar a manutenção da conformidade regulamentar e garantir que os dados continuem a ser precisos, completos, oportunos e alinhados com a política de todo o grupo. Os riscos residuais de gestão de dados incluem potenciais lacunas na qualidade dos dados, na integração de sistemas e no incumprimento das normas regulamentares, que podem persistir durante a transição para a plena maturidade do quadro. As entidades reguladoras estão ativamente envolvidas no acompanhamento do progresso do banco durante esta transição.

O Deutsche Bank opera num contexto altamente regulamentado e em constante evolução, o que exige que o seu panorama tecnológico se adapte e se mantenha alinhado com estas alterações regulamentares. As recentes alterações à regulamentação, como a Lei da Resiliência Operacional Digital (DORA), podem exigir esforços adicionais e a repriorização de determinadas tarefas. A omissão neste sentido cria o risco de incumprimento das novas regulamentações, o que pode resultar em multas, processos judiciais e outras medidas coercivas, para além de danos à reputação.

As grandes transformações tecnológicas nas áreas de negócio e de infraestruturas do banco são executadas através de iniciativas específicas. Estas iniciativas visam reduzir os custos de TI e comerciais, melhorar os controlos e impulsionar o crescimento das receitas, oferecendo novas funcionalidades aos clientes ou visando o seu crescimento. No entanto, existem riscos na execução destes programas, como limitações financeiras e de talento, dependências em relação a outros programas e resultados essenciais, prazos de execução alargados ou impactos adversos relacionados com alterações no ambiente de controlo e problemas de funcionalidade nas aplicações atualizadas ou nas suas tecnologias subjacentes. A falha em implementar de forma adequada e atempada estas grandes transformações tecnológicas poderá ter um efeito adverso significativo na atividade e nos resultados operacionais do Deutsche Bank.

Processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais

O Deutsche Bank está sujeito a uma série de procedimentos legais e regulamentares e a inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de prever e pode afetar de forma substancial e adversa os resultados planeados de operações do banco, bem como a sua condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que aquilo que o banco espera, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios do Deutsche Bank, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspetivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, o Deutsche Bank poderá não conseguir alcançar os seus objetivos estratégicos ou poderá ter de os alterar.

De um modo mais geral, o banco opera num contexto altamente regulamentado e litigioso, o que pode expô-lo a responsabilidades e outros custos, cujos montantes podem ser substanciais e difíceis de estimar, bem como a sanções legais e regulamentares e danos à reputação. O banco continua a manter um diálogo regular com as respetivas autoridades de supervisão que esperam que o banco introduza melhorias de controlo a um ritmo mais rápido e com maior qualidade. O Deutsche Bank compreende estas críticas e está empenhado em corresponder a estas expectativas.

Os recentes desenvolvimentos geopolíticos nos EUA e noutros países podem aumentar (i) a complexidade e os custos para cumprir as leis e regras em constante mudança, (ii) os potenciais conflitos de leis, uma vez que vários regimes regulamentares podem entrar em maior divergência em várias jurisdições, e (iii) os riscos legais, à medida que são feitas novas aplicações de leis pré-existentes, como, por exemplo, a aplicação da lei antitrust tradicional no contexto de iniciativas ESG multipartidárias. Se algum dos procedimentos legais for resolvido contra o banco, ou quaisquer investigações resultarem na constatação de que o Banco não cumpriu a lei aplicável, o Deutsche Bank poderá ficar exposto a danos materiais, multas, limitações de negócios, organismos de reparação, ações judiciais, ou outros efeitos adversos significativos na sua condição financeira, bem como o risco para a sua reputação e potencial perda de negócios devido à atenção extensiva dos meios de comunicação social. As declarações de culpa ou condenações relativamente ao banco ou às respetivas filiais em processos criminais, ou ordens regulamentares ou de execução, liquidações ou acordos aos quais o banco ou as respetivas filiais estejam sujeitos, poderão ter consequências com efeitos adversos em alguns dos seus negócios.

Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco

O Deutsche Bank dedicou recursos significativos ao desenvolvimento das suas políticas, procedimentos e métodos de gestão de risco, incluindo em relação ao mercado, crédito, liquidez, risco operacional, bem como risco de reputação e risco de modelo. Contudo, o banco pode não ser totalmente eficaz na mitigação destas exposições ao risco em todos os contextos económicos ou de mercado, ou contra todos os tipos de risco, incluindo riscos que o banco não consegue identificar ou antecipar. Nos casos em que o Deutsche Bank utiliza modelos para calcular os ativos ponderados pelo risco para fins regulamentares, possíveis deficiências podem levar os reguladores a impor uma recalibração dos parâmetros de entrada ou uma revisão completa do modelo.

Para gerir o risco, algumas das ferramentas e indicadores quantitativos do banco baseiam-se na nossa utilização de comportamentos de mercado historicamente observados. O banco aplica ferramentas estatísticas e outras a estas observações para chegar a uma quantificação das suas exposições ao risco. Numa crise financeira, os mercados financeiros podem registar níveis sem precedentes de volatilidade (mudanças rápidas na direção do preço) e a discriminação de correlações historicamente observadas (na medida em que os preços se deslocam em paralelo) em classes de ativos, compostos por uma liquidez extremamente limitada. Num ambiente de mercado tão volátil, as ferramentas e os indicadores de gestão do risco do banco podem não conseguir prever exposições importantes ao risco. Adicionalmente, o modelo quantitativo do Deutsche Bank não considera todos os riscos e faz vários pressupostos relativamente ao contexto em geral, que podem não ser confirmados pelos eventos. Consequentemente, surgiram, e poderiam continuar a surgir, exposições ao risco decorrentes de fatores que o banco não antecipava ou avaliou incorretamente nos seus modelos estatísticos. Esta situação limitou e poderá continuar a limitar a capacidade do banco para gerir os seus riscos, especialmente à luz dos desenvolvimentos geopolíticos, muitos dos quais são atualmente imprevisíveis. Por conseguinte, as perdas do banco foram e podem vir a ser significativamente maiores do que sugerem os indicadores históricos, o que poderá afetar material e adversamente os seus resultados operacionais, a sua situação financeira ou a sua posição de capital.

Além disso, a abordagem mais qualitativa do banco para gerir os riscos não considerados pelos métodos quantitativos também pode revelar-se insuficiente, expondo o banco a perdas materiais não antecipadas. Além disso, se os clientes ou contrapartes atuais ou potenciais considerarem que a gestão do risco por parte da instituição é inadequada, poderão transferir os seus negócios para outro banco ou tentar limitar as suas transações com o Deutsche Bank. Este facto pode prejudicar a reputação do banco, bem como as suas receitas e lucros.

Risco operacional

O Deutsche Bank enfrenta riscos operacionais decorrentes de erros, inadvertidos ou intencionais, cometidos na execução, confirmação ou liquidação de transações, ou de transações que não sejam devidamente registradas, avaliadas ou contabilizadas. Um exemplo deste risco refere-se aos contratos de derivados, que nem sempre são confirmados com as contrapartes em tempo útil. Enquanto a transação permanecer sem confirmação, o banco estará sujeito a um risco acrescido de crédito e operacional e, em caso de incumprimento, poderá ter mais dificuldade em executar o contrato.

Além disso, as atividades do Deutsche Bank dependem fortemente da sua capacidade de processar, manualmente ou através dos seus sistemas, um grande número de transações todos os dias, em vários mercados e em várias divisões. Algumas das transações tornaram-se cada vez mais complexas. Além disso, a gestão baseia-se muito nos seus sistemas de processamento financeiro, contabilístico e de outros dados que incluem componentes de processamento manual. Caso algum destes processos ou sistemas não funcione corretamente, seja desativado ou esteja sujeito a erro humano intencional ou não, o banco poderá sofrer perdas financeiras, interrupção das suas atividades, responsabilidade perante os clientes, intervenção regulamentar ou danos à sua reputação.

O banco também depende dos seus colaboradores para conduzir os seus negócios de acordo com as leis, regulamentos e normas comerciais geralmente aceites. Se os colaboradores do banco não conduzirem a atividade desta forma, o banco poderá estar exposto a perdas materiais. Além disso, se a má conduta de um colaborador refletir uma intenção fraudulenta, o banco também poderá sofrer danos na sua reputação. O banco classifica estes riscos como risco de conduta, um termo utilizado para descrever os riscos associados ao comportamento dos colaboradores e agentes, incluindo terceiros, que podem prejudicar os clientes, os consumidores ou a integridade dos mercados, como a venda de produtos inadequados para um determinado cliente, fraude, negociação não autorizada e incumprimento dos regulamentos, leis e políticas internas aplicáveis. Os reguladores dos EUA, em particular, têm-se concentrado cada vez mais no risco de conduta, e este escrutínio e expectativas regulamentares mais elevados podem levar a investigações e outros inquéritos, bem como a requisitos de remediação, mais processos de fiscalização regulamentar ou de outra natureza, litígios civis e maiores riscos, e custos de conformidade e outros.

O banco está obrigado a monitorizar, avaliar e observar as leis e outros requisitos relacionados com sanções e embargos financeiros e comerciais estabelecidos pela UE, pelo Deutsche Bundesbank, pela Agência Federal de Assuntos Económicos e Controlo das Exportações da Alemanha e por outras autoridades, como o Gabinete de Controlo de Ativos Estrangeiros (OFAC) do Departamento do Tesouro dos EUA e o Gabinete de Implementação de Sanções Financeiras (OFSI) do Departamento do Tesouro do Reino Unido. As sanções estão sujeitas a alterações rápidas, sendo também possível que novas sanções secundárias diretas ou indiretas, ou medidas restritivas semelhantes, sejam impostas pelos Estados Unidos ou por outras jurisdições sem aviso prévio, como resultado de desenvolvimentos geopolíticos. Caso o banco não cumpra estas sanções de forma oportuna e integral, poderá estar sujeito a penalizações legais ou outras medidas adversas, podendo a sua reputação ser prejudicada.

O banco, em particular, enfrenta o risco de perdas devido à instabilidade, avaria ou interrupção do seu sistema e infraestrutura de TI, bem como a violações nesses sistemas e infraestruturas (incluindo ataques cibernéticos). Estas perdas podem afetar materialmente a capacidade do banco de executar os seus processos de negócio e podem, por exemplo, surgir da execução errónea ou atrasada de processos em resultado de interrupções de sistemas, degradação dos serviços nos sistemas e aplicações de TI ou inacessibilidade dos seus sistemas de TI. Um atraso no processamento de uma transação, por exemplo, poderia resultar numa perda operacional se as condições de mercado piorassem durante o período após o erro. Os erros relacionados com TI podem também resultar na utilização incorreta de informações confidenciais, danos nos sistemas informáticos do banco, perdas financeiras, custos adicionais para reparação de sistemas, danos à reputação, insatisfação dos clientes ou potencial exposição a processos regulamentares ou judiciais (incluindo ao abrigo de leis de proteção de dados como o RGPD). Além disso, existe uma ênfase crescente e expectativas cada vez maiores em relação à gestão de dados e aos riscos representados por normas inadequadas de gestão e qualidade dos dados, bem como o impacto potencial nos principais processos de controlo, tomada de decisão e relatórios.

As indústrias globais continuam a conduzir os seus negócios a partir de casa e longe dos seus escritórios principais, o que alterou as práticas comerciais em comparação com as tendências históricas. A procura da infraestrutura tecnológica do banco e o risco de ciberataques pode levar a falhas tecnológicas, violações da segurança, acesso não autorizado, perda ou destruição de dados ou indisponibilidade de serviços, e aumentar a probabilidade de violações de conduta.

O risco de continuidade do negócio é o risco de incorrer em perdas decorrentes da interrupção de atividades de negócio normais. O banco opera em diversas localizações geográficas e está frequentemente sujeito à ocorrência de eventos fora do seu controlo. Apesar dos planos de contingência que o banco possui, a sua capacidade de operar em qualquer um destes locais pode ser negativamente afetada por uma interrupção na infraestrutura que suporta as suas atividades, seja em resultado de eventos que

afetem, por exemplo, fornecedores terceiros do banco ou a infraestrutura pública ou comunitária em que o banco opera. Diversos eventos podem causar tal perturbação, incluindo atos deliberados como atos de guerra ou outras ações militares, sabotagem, atividades terroristas, ameaças de bomba, greves, tumultos e agressões contra colaboradores do banco; calamidades naturais como furacões, tempestades de neve, inundações, pandemias (como a pandemia da COVID-19) e sismos; ou outros incidentes imprevistos como acidentes, incêndios, explosões, interrupções no fornecimento de serviços públicos e instabilidade política. Qualquer perturbação deste tipo poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios e na situação financeira do banco.

Enquanto banco global, o Deutsche Bank é frequentemente tema de notícias. O Deutsche Bank conduz o seu diálogo com os meios de comunicação social através de equipas oficiais. No entanto, os membros dos meios de comunicação social contactam por vezes os colaboradores do Deutsche Bank fora destes canais, e as informações internas do Deutsche Bank, incluindo assuntos confidenciais, podem ser divulgadas pelos meios de comunicação externos, o que pode resultar na publicação de informações confidenciais. As fugas para os meios de comunicação social podem ter graves consequências para o Deutsche Bank, especialmente quando envolvem declarações imprecisas, rumores, especulações ou opiniões não penalizadas. Isso pode resultar em consequências financeiras, como a perda de confiança ou de negócios com clientes, e pode afetar o preço das ações ou os instrumentos de capital do banco, minando a confiança dos investidores. A capacidade do banco de se proteger destes riscos é limitada.

Compliance e combate à criminalidade financeira

Em setembro de 2018, a BaFin ordenou ao Deutsche Bank que implementasse salvaguardas internas e cumprisse as obrigações gerais de diligência devida para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. Em fevereiro de 2019, a BaFin prorrogou a ordem no que respeita à revisão dos seus processos de gestão do risco a nível do grupo no domínio da banca correspondente e ajustou-os conforme necessário. Em abril de 2021, a BaFin alargou ainda mais a sua ordem, exigindo salvaguardas internas adicionais e o cumprimento sustentável das obrigações de diligência devida, incluindo as relativas às relações de correspondência. A ordem de abril de 2021 foi posteriormente alargada para incluir melhorias nos sistemas de monitorização de transações do banco. Em 2023, a BaFin emitiu uma ordem adicional instruindo o Deutsche Bank a implementar melhorias específicas nos sistemas de processamento de dados para monitorização das transações e alertou para potenciais sanções financeiras em caso de incumprimento. Para acompanhar a aplicação das medidas ordenadas, a BaFin nomeou um Representante Especial em 2018, cujo mandato foi prolongado na sequência da prorrogação de cada ordem, a fim de assegurar o acompanhamento contínuo e a avaliação dos progressos. Este mandato terminou em 30 de outubro de 2024. O banco continua a cooperar plenamente com a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha e mantém o compromisso de alocar os recursos necessários para implementar as restantes medidas dentro dos prazos estabelecidos.

Em julho de 2023, o Deutsche Bank, a Sucursal de Nova Iorque do Deutsche Bank AG, a DB USA Corporation, a Deutsche Bank Trust Company Americas e a DWS USA Corporation assinaram um termo de consentimento e um acordo escrito com o Federal Reserve Board referente ao cumprimento de ordens e acordos anteriores relacionados com sanções e embargos, bem como à conformidade com as normas de combate ao branqueamento de capitais (AML), para além de acordos e obrigações corretivas relacionados com questões de gestão do risco. O termo de consentimento de 2023 alega uma implementação insuficiente e tardia das sanções e embargos pós-acordo e dos compromissos de melhoria do controlo do branqueamento de capitais exigidos pelos termos de consentimento anteriores que o banco assinou com o Federal Reserve Board em 2015 e 2017. O termo de consentimento de 2023 prevê ainda que a falha substancial em remediar as práticas pouco seguras e imprudentes ou as violações nele descritas poderá exigir ações formais adicionais e mais rigorosas por parte do Federal Reserve Board contra o Deutsche Bank, incluindo sanções adicionais ou ações corretivas afirmativas adicionais. Caso o banco não consiga cumprir oportunamente as sanções, os embargos e as medidas de reforço dos controlos de AML exigidas pelo Federal Reserve Board, os danos poderão ser substanciais e o impacto nos resultados operacionais, na situação financeira e na reputação do banco será significativo.

Caso o Deutsche Bank não consiga melhorar a sua infraestrutura e ambiente de controlo de forma satisfatória para o Federal Reserve Board, os resultados operacionais, a situação financeira e a reputação do banco poderão ser afetados de forma substancial e adversa. Os reguladores podem impor coimas ou exigir que o banco reduza a sua exposição a determinados tipos de produtos, negócios ou relações com contrapartes ou regiões, ou ainda que os encerre. O banco poderá também enfrentar processos judiciais, investigações ou ações regulatórias adicionais no futuro, incluindo noutras jurisdições, com impacto significativo no negócio e na rentabilidade do banco. Dependendo da extensão das exigências resultantes, estas medidas podem comprometer significativamente a reputação do banco e a sua capacidade de operar com lucro sob o seu modelo de negócio atual.

O Deutsche Bank tem estado envolvido em processos com autoridades reguladoras e policiais relativos aos seus controlos de combate à criminalidade financeira nos últimos anos, tanto em termos gerais como em relação a clientes, contrapartes ou incidentes específicos, incluindo nos Estados Unidos e na Alemanha. Entre as áreas abrangidas por estas investigações estão os processos de integração de clientes e KYC, sistemas e procedimentos de monitorização de transações, processos relativos à decisão

de apresentar ou não uma denúncia de atividade suspeita, procedimentos de encaminhamento e outros processos e procedimentos relacionados. Caso se verifiquem violações de leis ou regulamentos, as sanções legais e regulamentares daí decorrentes poderão afetar material e adversamente os resultados operacionais, a situação financeira e a reputação do banco.

O Ministério Público de Frankfurt está atualmente a conduzir investigações no âmbito de alegações relacionadas com o controlo da criminalidade financeira, particularmente no que diz respeito ao envio tardio de denúncias de atividades suspeitas. Os escritórios do Deutsche Bank foram alvo de buscas por parte da procuradoria de Frankfurt, no âmbito destas investigações.

Resiliência operacional

À medida que o banco continua a modernizar o seu panorama tecnológico e a aumentar a dependência de plataformas baseadas na cloud e com utilização intensiva de dados, a resiliência operacional continua a ser uma prioridade para a gestão de topo. A crescente dependência de um pequeno número de fornecedores globais de cloud e de centros de dados, muitos concentrados nos Estados Unidos, aumenta a concentração e o risco sistémico, como se observa nas recentes interrupções generalizadas do mercado. Dada a escala, especialização e integração destes fornecedores, o banco poderá não conseguir substituí-los facilmente por outros, exercer os seus direitos de remediação ou migrar cargas de trabalho críticas sem custos, interrupções ou atrasos significativos. Os desenvolvimentos geopolíticos, regulamentares ou políticos podem afetar ainda mais a continuidade do serviço ou o acesso aos dados.

Embora estas plataformas ofereçam benefícios significativos em termos de escalabilidade e eficiência, as perturbações decorrentes de falhas dos fornecedores, incidentes nos centros de dados, limitações de infraestruturas ou eventos geopolíticos podem afetar a capacidade do banco de prestar serviços essenciais. A crescente procura de capacidade computacional, incluindo cargas de trabalho de análise e IA, está também a aumentar a pressão sobre as infraestruturas de energia e de rede subjacentes.

O ritmo acelerado dos avanços tecnológicos está a aumentar o risco cibernético, com os agentes maliciosos a utilizarem ataques cada vez mais sofisticados e frequentes. As tensões geopolíticas continuam a alimentar a persistente atividade cibernética, uma tendência que deverá intensificar-se à medida que a IA amplifica tanto a sua capacidade como a sua escala. A guerra híbrida, que combina operações cibernéticas, desinformação e disrupção direcionada de infraestruturas digitais críticas por parte de atores estatais e não estatais, aumenta ainda mais os riscos operacionais e sistémicos. Estas táticas convergentes esbatem as fronteiras entre o conflito físico e o digital, aumentando a probabilidade de interrupções multivetoriais que podem prejudicar o panorama tecnológico do banco e ameaçar a continuidade dos serviços.

Gestão de fornecedores terceiros

As instituições financeiras dependem de prestadores de serviços terceiros e intragrupo para uma série de serviços, alguns dos quais apoiam as suas operações críticas. Estas dependências aumentaram nos últimos anos como parte da tendência crescente de digitalização do setor dos serviços financeiros, que pode trazer múltiplos benefícios, incluindo flexibilidade, inovação e maior resiliência operacional. No entanto, se não for devidamente gerida, a interrupção dos serviços prestados pode representar riscos para os serviços essenciais oferecidos pelas instituições financeiras e, em alguns casos, para a estabilidade financeira.

O quadro regulamentar para a gestão do risco de terceiros continua a evoluir e torna-se cada vez mais complexo, uma vez que as autoridades reguladoras procuram dar resposta a vários objetivos. Existem duas áreas principais de foco: (i) como as instituições financeiras identificam e gerem os seus riscos de terceiros e (ii) como são abordados os riscos sistémicos causados pela concentração de serviços prestados por terceiros críticos e subcontratados.

O Deutsche Bank tem uma abordagem bem estabelecida à Gestão do Risco de Terceiros, desde uma política e procedimento claros a um processo de risco centralizado para as empresas utilizarem quando interagem com terceiros. Para responder às crescentes exigências regulamentares, o Deutsche Bank está a melhorar continuamente o ambiente de controlo do banco. Em 2025, o banco introduziu um quadro de garantia para obter maior visibilidade em ambientes de controlo de terceiros, continuou a adaptar-se para cumprir regulamentos como a Lei de Resiliência Operacional Digital (DORA) e está a integrar a utilização da IA no processo de avaliação de riscos para melhorar tanto a eficiência como a compreensão dos riscos.

Ao recorrer a prestadores de serviços terceiros, o banco continua a ser totalmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações regulamentares, incluindo a capacidade de supervisionar a externalização de funções críticas ou importantes. O banco pode enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se terceiros não prestarem serviços conforme acordado com o banco e/ou em conformidade com os requisitos regulamentares.

À semelhança das ameaças à cibersegurança do Deutsche Bank, um ciberataque bem-sucedido a um fornecedor terceiro pode ter um impacto negativo significativo no banco, podendo resultar na divulgação ou utilização indevida de informações de clientes e informações proprietárias, danos ou impossibilidade de acesso a sistemas de tecnologia da informação, perdas financeiras, custos adicionais, obrigações de notificação de violação de dados pessoais, danos à reputação, insatisfação dos clientes e possíveis sanções regulamentares ou exposição a litígios.

Ativos digitais

A evolução contínua dos ativos digitais e a sua potencial aplicabilidade nos processos de pagamento e tesouraria, bem como noutros tipos de serviços financeiros, apresenta riscos operacionais, de liquidez e financeiros. Por exemplo, o Banco está exposto a riscos decorrentes de alterações no panorama global de pagamentos, incluindo a crescente utilização de formas regulamentadas de moeda tokenizada, tais como stablecoins emitidas por entidades bancárias e não bancárias, bem como a introdução de moedas digitais de bancos centrais (CBDC) para utilização no retalho e no comércio grossista. O crescimento e a aceitação destes instrumentos podem, além disso, substituir elementos da oferta de produtos tradicionais do Banco, tais como negociação, pagamentos, custódia e compensação, e pagamentos, com impactos consequentes no modelo de negócio e na base de depósitos do Deutsche Bank, e aumentando potencialmente o cenário de risco operacional e de liquidez do Deutsche Bank. Além disso, os novos concorrentes podem introduzir produtos e serviços de ativos tokenizados que o banco não oferece, o que pode resultar em perda de receitas ou de clientes.

Obrigações com pensões

O Deutsche Bank patrocina vários planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, incluindo planos de benefício definido. Para mais pormenores sobre os planos de benefícios dos colaboradores do Deutsche Bank, consulte a Nota 33 - "Benefícios dos Colaboradores" nas demonstrações financeiras consolidadas.

O banco desenvolve e mantém orientações para a governação e gestão do risco, incluindo financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o banco relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, spread de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento. Nos seus principais países de pensões, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do banco referem-se a possíveis alterações nos spreads de crédito, taxas de juro, inflação dos preços, risco de longevidade e de liquidez, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada. De modo geral, o banco procura minimizar o impacto das pensões na sua posição financeira dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos.

O objetivo de investimento do banco no financiamento dos planos e das suas obrigações relativamente aos mesmos consiste em proteger o banco de impactos adversos dos seus planos de pensões de benefício definido nos principais indicadores financeiros. O banco procura afetar os ativos do fundo de pensões de acordo com a exposição dos fatores de risco de mercado das responsabilidades com pensões às taxas de juro, aos spreads de crédito e à inflação, pelo que os ativos do fundo de pensões refletem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações com pensões.

Se os fatores que determinam as responsabilidades do banco em matéria de pensões evoluírem de forma adversa, se os seus pressupostos relativamente a variáveis-chave se revelarem incorretos ou se o financiamento das responsabilidades em matéria de pensões não cobrir suficientemente essas responsabilidades, o banco poderá ter de efetuar contribuições adicionais ou ficar exposto a perdas atuariais ou contabilísticas relativamente aos seus planos de pensões.

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV), um plano multiempregador de prestações definidas, juntamente com outras instituições financeiras. Em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. O Grupo poderá estar exposto a riscos financeiros significativos caso os riscos residuais ou os pressupostos que fundamentam a obrigação de pagamento de benefícios se revelem irrealistas em relação a este plano de benefícios definidos para vários empregadores.

Goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição. O goodwill na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Estes ativos são submetidos a um teste de imparidade e a sua vida útil é reafirmada pelo menos anualmente. A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos

preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. As imparidades de goodwill e outros ativos intangíveis tiveram e poderão ter, no futuro, um efeito adverso relevante na rentabilidade e nos resultados operacionais do banco.

Ativos por impostos diferidos

O banco reconhece os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores contabilísticos da demonstração financeira dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficientes receitas tributáveis disponíveis para permitir a utilização da totalidade ou de parte dos ativos por impostos diferidos, o banco terá de reduzir os valores escriturados. Trimestralmente, o banco reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, que pode variar de período para período e requer um julgamento significativo por parte da gestão. Além disso, os ativos por impostos diferidos são mensurados com base nas taxas de imposto que se espera que sejam aplicadas no período em que o ativo é realizado, com base nas taxas de imposto e nas leis fiscais em vigor ou substancialmente promulgadas à data do balanço. As reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa ou numa alteração nas taxas de imposto tiveram e poderão ter novamente no futuro efeitos adversos na rentabilidade do banco, no capital e na sua condição financeira.

Aspetos ambientais, sociais e de governação

Os impactos do aumento das temperaturas globais, da degradação da natureza e das alterações políticas, tecnológicas e comportamentais associadas, necessárias para limitar o aquecimento global a um máximo de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, levaram ao aparecimento de novas fontes de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os impactos dos riscos físicos decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e os riscos de transição, uma vez que os setores com utilização intensiva de carbono são confrontados com custos mais elevados, uma procura potencialmente reduzida e um acesso restrito ao financiamento. Um aparecimento mais rápido do que a atualmente previsto de riscos climáticos e naturais relacionados com a transição e/ou com as condições meteorológicas pode levar a um aumento das perdas de crédito e de mercado, bem como a interrupções operacionais devido aos impactos nos fornecedores e nas próprias operações do banco.

A ocorrência de eventos climáticos extremos aumentou em frequência e intensidade. Futuros eventos climáticos extremos podem levar a maiores provisões para perdas de crédito, perdas materiais, aumento dos custos de seguros e riscos para a resiliência operacional. Os eventos climáticos extremos podem também afetar a capacidade de geração de receitas e os custos do Deutsche Bank, resultando em imparidades de ativos não financeiros.

As instituições financeiras estão a enfrentar um escrutínio crescente em relação às questões climáticas e ESG por parte dos governos, reguladores, acionistas e outras entidades (incluindo organizações não governamentais). Os bancos têm de navegar num ambiente político cada vez mais complexo e heterogéneo, com desafios liderados pelos EUA aos seus esforços de colaboração para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, o que leva a acusações de práticas ilegais e violações antitrust, com potencial para restrições de acesso a certos clientes e possíveis litígios. A Net Zero Banking Alliance testemunhou a saída de bancos pares dos EUA e do Canadá e, posteriormente, de bancos pares europeus, em resposta a estas preocupações. Em contrapartida, muitas organizações e pessoas esperam que os bancos apoiem a transição para uma economia com menos emissões de carbono, limitem os riscos relacionados com a natureza, como a perda de biodiversidade e de habitats, e protejam os direitos humanos. O surgimento de normas regulamentares e/ou de divulgação ESG significativamente divergentes (e por vezes contraditórias) entre jurisdições pode levar a custos de conformidade mais elevados e a riscos de incumprimento dos requisitos. É de salientar a interligação entre a transição, outros riscos ambientais e sociais, em que o apoio à transição pode levar a um aumento da procura de minerais de transição que são obtidos através da extração mineira.

O relatório World Energy Outlook (WEO) da AIE para 2025 indica que a trajetória NZE2050 envolve agora uma ultrapassagem prolongada da meta de 1,5 °C, com o aquecimento a atingir um pico próximo de 1,65 °C por volta de 2050 e a regressar a 1,5 °C apenas em 2100 através da remoção de carbono. Isto reflete uma economia global que está a passar por uma transição a um ritmo mais lento, o que reduz o risco de transição no curto prazo, mas aumenta o risco de uma transição desordenada no longo prazo. Além disso, cria tensão entre as trajetórias de descarbonização NZE atualizadas da AIE, que são menos ambiciosas, e os compromissos voluntários de descarbonização existentes, calibrados com base nos relatórios WEO anteriores. O Deutsche Bank considera as suas metas de zero emissões líquidas uma das principais ferramentas de gestão do risco climático e pretende rever periodicamente estas metas de acordo com os avanços científicos e económicos mais recentes, podendo, se necessário, revê-las em função de alterações legais ou regulamentares. Caso as metas intercalares revistas sejam menos ambiciosas, tal aumentará o risco

de terceiros levantarem alegações de greenwashing, incluindo através de litígios cíveis, investigações regulamentares ou ações de fiscalização.

Nos Estados Unidos, os legisladores e reguladores estaduais estão a promulgar leis e requisitos de certificação potencialmente conflitantes em relação a questões ESG, refletindo um contexto político polarizado no país. Isto pode resultar no risco de perda de negócios ou licenças caso o banco não consiga obter a certificação, além de exigir que o banco analise e equilibre as suas posições.

Algumas jurisdições começaram a desenvolver medidas anti-SAG, incluindo a exigência de que as instituições financeiras que desejem fazer negócios com elas certifiquem a sua não adesão a aspetos da agenda de transição. O não cumprimento destes requisitos pode resultar na cessação de negócios existentes e na incapacidade de realizar novos negócios com essas jurisdições, enquanto o cumprimento pode levar a riscos reputacionais e potenciais processos. O âmbito e a aplicabilidade de tais requisitos, bem como a sua aplicação ao banco, permanecem incertos.

O Deutsche Bank é classificado por vários fornecedores de notação SAG, sendo estas notações cada vez mais utilizadas como critérios para determinar a elegibilidade para investimentos sustentáveis e para avaliar a gestão dos riscos e oportunidades SAG. Caso as notações do banco se deteriore significativamente, tal poderá resultar em impactos negativos na sua reputação.

Os dados, metodologias e normas da indústria para medir e avaliar os riscos climáticos e outros riscos ambientais estão ainda a evoluir ou, em certos casos, ainda não estão disponíveis. Isto, aliado à falta de divulgações abrangentes e consistentes sobre os riscos climáticos e outros riscos ambientais por parte dos seus clientes, significa que o banco, em linha com o setor em geral, depende fortemente de estimativas indiretas e/ou abordagens proprietárias para a avaliação e modelação de riscos, bem como para as divulgações de gestão de riscos climáticos e ambientais do banco. O elevado grau de incerteza que esta situação cria aumenta o risco de terceiros poderem afirmar que as divulgações do banco relacionadas com a sustentabilidade constituem *greenwashing*. Para além dos riscos reputacionais associados a tais alegações, as autoridades de supervisão competentes e as agências de aplicação da lei podem iniciar investigações com base nessas alegações.

O Deutsche Bank está empenhado em gerir as suas atividades e operações de forma sustentável, incluindo o alinhamento das suas carteiras com as zero emissões líquidas até 2050. O banco continua a desenvolver e a implementar a sua abordagem à avaliação e gestão dos riscos ambientais, de forma a promover a integração dos fatores relacionados com o ambiente em todas as suas atividades comerciais. Isto inclui a capacidade de identificar, monitorizar e gerir riscos e de realizar análises regulares de cenários e testes de esforço. As rápidas alterações nas exigências regulamentares e das partes interessadas, aliadas à atenção significativa por parte destas, podem afetar negativamente o negócio do Deutsche Bank caso a instituição não se adapte a estas exigências ou não implemente os seus planos de forma adequada.

O Deutsche Bank atualizou recentemente a sua meta de financiamento sustentável e volume de investimentos para 900 mil milhões de euros em financiamento sustentável e de transição para o período de 2020 até ao final de 2030, após quase atingir a sua meta de 500 mil milhões de euros para 2025. O Deutsche Bank pode enfrentar obstáculos significativos para atingir estas metas, incluindo a concorrência de mercado, a evolução dos requisitos regulamentares e a escassez de ativos verdes e sociais para financiamento em conformidade com as normas. Caso as ambições ou metas não sejam atingidas, tal poderá ter impacto, entre outras coisas, nas receitas e na reputação do banco, enquanto a escassez de ativos verdes e sociais poderá reduzir a capacidade do Deutsche Bank de emitir financiamento em conformidade com os requisitos. Uma economia em transição a um ritmo mais lento pode resultar em desvios significativos das trajetórias de zero emissões líquidas do banco rumo às suas metas. Esta situação viria a reduzir o risco de transição a curto e médio prazo, mas aumentá-lo-ia significativamente a longo prazo. O banco continua a considerar as suas metas de zero emissões líquidas como uma das principais ferramentas de gestão dos riscos climáticos.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Se as condições económicas, como o crescimento do PIB, os níveis de desemprego, a conjuntura das taxas de juro e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhorarem além dos níveis atualmente previstos, tal poderá resultar em receitas mais elevadas. Estes impactos podem ser apenas parcialmente compensados por custos adicionais, melhorando assim a capacidade do Grupo para atingir os seus objetivos financeiros. Simultaneamente, a subida potencial da inflação e das taxas de juro, e o aumento da volatilidade do mercado, podem representar uma série de oportunidades, como o aumento das receitas provenientes de fluxos comerciais mais elevados no contexto do reposicionamento das carteiras de clientes privados, empresariais e institucionais, o aumento da margem financeira, bem como o aumento das margens sobre os empréstimos concedidos em todo o balanço do Grupo.

Em particular, poderão surgir oportunidades para apoiar os clientes se o contexto macroeconómico no mercado interno do Deutsche Bank, a Alemanha, melhorar em resultado da implementação bem-sucedida de medidas de estímulo fiscal e de redução do endividamento por parte do governo alemão, que se prevê que se concretizem após 2026.

Uma parte substancial dos ativos e passivos do balanço do Grupo é constituída por instrumentos financeiros escriturados ao justo valor, sendo as variações do justo valor reconhecidas na demonstração de resultados. Se as condições de mercado melhorarem ou as taxas de juro descerem, tal poderá resultar num aumento do justo valor de determinados instrumentos financeiros. Como resultado dessas alterações, o Grupo pode realizar ganhos no futuro.

Geopolítica

Embora o aumento dos riscos geopolíticos crie incertezas que minam as perspetivas de crescimento global e conduzam a uma maior fragmentação do ambiente empresarial, o Deutsche Bank poderá beneficiar do apoio prestado aos seus clientes no sentido de reduzir o risco das suas cadeias de abastecimento e reequilibrar a sua presença global, caso a fragmentação da ordem do comércio internacional acelere. Se o risco geopolítico diminuir inesperadamente, as perspetivas de crescimento global poderão melhorar para além dos pressupostos do banco, com implicações positivas para as receitas e os indicadores de risco.

Estratégia

A estratégia do Deutsche Bank, Expansão do Global Hausbank, descreve a abordagem do banco para acelerar a criação de valor de uma forma que seja consistente com a carteira de clientes e a apetência pelo risco do banco. Assim sendo, a próxima fase da estratégia do banco poderá criar novas oportunidades se for implementada em maior escala ou em condições mais favoráveis do que o previsto. Isto inclui os potenciais benefícios decorrentes de condições macroeconómicas, de mercado e geopolíticas melhores do que o planeado, ou de mudanças vantajosas no cenário competitivo.

Caso o ritmo e a escala do estímulo orçamental e das reformas estruturais da Alemanha superem a taxa de crescimento esperada pelo banco, o Deutsche Bank poderá beneficiar destes investimentos e acelerar o crescimento dos seus empréstimos para um nível superior ao atualmente previsto. Esta aceleração nas despesas fiscais pode também aumentar a produtividade na economia em geral e criar oportunidades adicionais de crescimento das receitas em todos os quatro setores. Além disso, a União da Poupança e dos Investimentos visa canalizar a poupança das famílias para investimentos produtivos, fortalecer os mercados de capitais e impulsionar a competitividade económica em toda a Europa. Isto pode criar oportunidades para que os segmentos de negócio obtenham receitas de taxas superiores às esperadas e, potencialmente, facilitar os fluxos de capital e a rotação de capital.

A tecnologia e a IA são outras áreas que podem oferecer ao Deutsche Bank oportunidades para uma base de custos mais baixa. O banco modelou a poupança de custos esperada com a implementação de soluções de IA e tecnologia, mas há espaço para superar os benefícios planeados, reduzir ainda mais a base de custos do banco e aumentar a eficiência operacional.

De um modo geral, o Deutsche Bank tem a oportunidade de se concentrar no crescimento e na competitividade, mantendo-se resiliente para ganhar quota de mercado e criar um cenário favorável que permita superar a meta financeira do banco de uma rentabilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 13%.

Ativos digitais

A tecnologia de registo distribuído (DLT), sendo uma nova tecnologia fundamental, possibilita processos mais eficientes e automatizados em todo o espectro da infraestrutura bancária e dos serviços financeiros, criando oportunidades para os bancos desenvolverem produtos inovadores, expandirem a oferta de serviços e conquistarem segmentos de mercado emergentes. Com base nestas capacidades tecnológicas e à medida que a regulamentação evolui, os bancos estão a integrar cada vez mais novas classes de ativos tokenizados, como a emissão de títulos tokenizados (por exemplo, obrigações) e a custódia de ativos digitais nas suas ofertas de produtos. Além disso, o panorama do dinheiro tokenizado evoluiu significativamente nos últimos anos, com bancos centrais, instituições financeiras e agentes do setor privado a explorar novas formas de dinheiro programável e tokenizado. Esta transformação é impulsionada por três desenvolvimentos paralelos: (i) o surgimento de depósitos tokenizados emitidos por bancos comerciais, (ii) a ascensão das stablecoins reguladas como instrumentos de liquidação, (iii) esforços contínuos em CBDC. Estes desenvolvimentos apresentam oportunidades estrategicamente importantes, oferecendo o potencial de aumentar a velocidade de liquidação, reduzir o risco e permitir operações 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Alteração regulamentar

Existe um reconhecimento crescente em todas as principais jurisdições onde o Deutsche Bank opera de que o quadro regulamentar mais amplo é complexo e que o nível de complexidade deve ser reconsiderado. Os EUA reviram o seu quadro e abordagem aos testes de esforço para bancos sistemicamente importantes a nível global (G-SIB), para além de reavaliarem a implementação do quadro Basileia III. Como resultado, isto levou a uma menor exigência de capital para os bancos nos EUA em comparação com os seus pares europeus. Da mesma forma, no Reino Unido, o Banco de Inglaterra está a analisar o quadro macroprudencial mais vasto e a avaliar a forma como este afeta a capacidade de empréstimo dos bancos. A Europa está também a lidar com a complexidade, reduzindo a quantidade de normas técnicas regulamentares pendentes, revendo o quadro macroprudencial e revendo a implementação da revisão fundamental do quadro da carteira de negociação. O relatório da Comissão Europeia sobre a competitividade dos bancos da UE abordará ainda questões relacionadas com o capital, a isenção de liquidez, a implementação de regimes transitórios e a possibilidade de apresentar sugestões para a finalização da União Bancária. Todas estas ações devem criar um Mercado Único para os bancos europeus e proporcionar um certo alívio de capital. Isto poderá proporcionar ao Deutsche Bank a oportunidade de aumentar a atividade comercial transfronteiriça com menos obstáculos e criar a oportunidade de gerar maiores receitas.

Além disso, as alterações regulamentares podem incentivar os bancos a oferecer melhores produtos ou serviços, o que pode proporcionar oportunidades de diferenciação no mercado. Por exemplo, à medida que os padrões de informação continuam a desenvolver-se e a melhorar para o financiamento sustentável, o mercado pode evoluir para adotar iniciativas financeiras sustentáveis de forma mais ampla. Como os clientes e o mercado adotam iniciativas relacionadas a finanças sustentáveis, o Grupo pode ter a oportunidade de diferenciar ainda mais o banco através da melhoria dos serviços prestados aos seus clientes.

Tecnologia, Dados e Inovação

A inovação digital continua a oferecer ao Deutsche Bank diversas oportunidades para a geração de receitas e para alcançar a eficiência. Em particular, a IA é um pilar fundamental da estratégia "Expansão do Global Hausbank" do Deutsche Bank, sendo vista como uma oportunidade transformadora para todo o banco. A estratégia encara a IA não como uma experiência, mas como um fator fundamental para alcançar a eficiência de custos, gerar novas receitas, melhorar a experiência do cliente e preparar o modelo operacional para o futuro. Como foi dito durante o Investor Deep Dive em novembro de 2025, o banco já está a implementar a IA em grande escala e tomou a decisão consciente de investir ainda mais, acreditando que os benefícios financeiros reais podem superar significativamente os planos atuais.

Em 2025, o banco lançou o seu primeiro chatbot de IA orientado para o cliente, Paula, para clientes do Postbank na Alemanha. A empresa alargou ainda mais os serviços partilhados de IA para o processamento automatizado de documentos e e-mails em diversas divisões de negócio e infraestruturas. Os primeiros agentes de IA já estão em funcionamento, automatizando partes dos processos principais do banco, e foi criada uma plataforma de desenvolvimento de IA personalizada para permitir o desenvolvimento rápido e seguro de novas soluções de IA. Para desenvolver capacidades internas e fomentar uma cultura de inovação, o banco implementou ferramentas de IA generativa que aumentam a produtividade para cerca de metade dos seus colaboradores, e todos os programadores de software receberam assistentes de codificação para acelerar o desenvolvimento de aplicações.

Além disso, o banco procura simplificar e modernizar ainda mais o seu panorama tecnológico. Isto inclui a desativação de aplicações antigas e a introdução de plataformas modernas que servem as atividades do banco, como uma nova plataforma para as áreas de

Financiamento do Comércio e Empréstimos no Corporate Bank. Neste contexto, o Deutsche Bank continua a prosseguir ativamente a sua estratégia de cloud, tirando partido da sua parceria estratégica com o Google Cloud. Em 2025, uma nova plataforma de banca online e banca móvel baseada na cloud, lançada inicialmente para os clientes do Postbank em 2023, foi implementada com sucesso em todas as marcas de retalho do banco na Alemanha. Para satisfazer as exigências específicas do negócio, bem como as preocupações regulamentares, incluindo a residência de dados, a estratégia de cloud do banco foi atualizada para uma abordagem de cloud híbrida, que agora abrange soluções de cloud pública e locais num ambiente de cloud privada separado. Esta abordagem proporciona maior flexibilidade e capacidade de inovação, permitindo ao banco adaptar-se rapidamente às necessidades em constante evolução do negócio e dos clientes, além de gerar melhorias na estabilidade, eficiência e segurança.

O Deutsche Bank avalia ativamente os desenvolvimentos no domínio dos ativos digitais, onde a tecnologia subjacente pode suportar transações financeiras mais baratas, rápidas e eficientes. O banco concentra os seus esforços em áreas como a custódia de ativos digitais, a tokenização de ativos como obrigações corporativas e a tokenização de dinheiro, contribuindo ativamente para discussões sobre soluções de CBDC a nível global, além de outras formas de dinheiro tokenizado, como stablecoins e depósitos tokenizados. Isto inclui também o envolvimento em iniciativas do setor, como o Project Agora, liderado pelo Banco de Pagamentos Internacionais, os esforços do BCE em prol das CBDC grossistas e o livro-razão partilhado baseado em blockchain da Swift.

Embora a expansão dos ativos digitais ofereça oportunidades significativas, o banco adota uma abordagem cautelosa e seletiva, dentro dos limites regulamentares e de apetência pelo risco.

Aspetos ambientais, sociais e de governação

A Net Zero Banking Alliance (NZBA) passou de uma aliança baseada em membros para um quadro de definição de objetivos, o que muitos prontamente interpretaram como um recuo mais generalizado da liderança climática no setor bancário. O compromisso contínuo do Deutsche Bank com a meta de zero emissões líquidas até 2050 aumenta a credibilidade da estratégia global de sustentabilidade do banco, o que, por sua vez, pode gerar maiores oportunidades para apoiar os clientes na sua transição para as zero emissões líquidas, através da oferta de financiamento sustentável e da experiência em transição, podendo levar tanto a oportunidades de receitas como a uma melhor perceção das partes interessadas.

Os investidores privados e institucionais, incluindo clientes e não clientes do banco, consideram cada vez mais os riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação como significativos para os retornos a longo prazo, e o banco acredita que este se tornará um diferenciador fundamental. No que a isto diz respeito, a inclusão de fatores SAG nos processos de investimento ou no processo de tomada de decisões para a concessão de mandatos de negócio nos nossos negócios continua a crescer. Como tal, o Deutsche Bank pretende desenvolver e fornecer produtos financeiros ou possibilidades de investimento que possam ajudar o banco e os nossos clientes a alcançar os seus objetivos comuns de SAG e avançar a estratégia holística de SAG. De um modo mais geral, o banco acredita que o avanço das atividades de SAG pode conduzir a oportunidades de receitas adicionais, mas também a uma melhor marca e perceção das partes interessadas.

Relatório de Risco

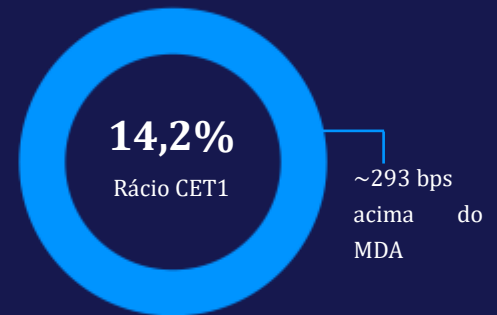
73	Introdução
74	Visão geral do risco e do capital
74	Indicadores de risco fundamentais
75	Perfil de risco
77	Principais temas de risco
79	Quadro de risco e de capital
79	Princípios de gestão do risco
80	Governança do risco
84	Identificação e avaliação do risco
84	Apetência pelo risco e capacidade de risco
85	Sistemas de medição e relatório do risco
86	Plano estratégico e de capital
88	Testes de esforço
90	Planeamento de recuperação e resolução
91	Gestão do tipo de risco
91	Gestão do risco de capital
93	Gestão do Risco Empresarial
96	Gestão do risco de crédito
125	Gestão do risco de mercado
133	Gestão do risco de liquidez
138	Gestão do risco do modelo
139	Gestão do risco operacional
147	Gestão do risco de reputação
148	Segurança da informação
155	Desempenho de capital e risco
155	Capital, rácio de alavancagem e MREL
175	Exposição ao risco de crédito
213	Exposições de risco de mercado relacionado com
216	Exposições de risco de mercado não relacionado
218	Exposição ao risco de liquidez
232	Exposição ao risco operacional

Sólidos indicadores de capital e de risco



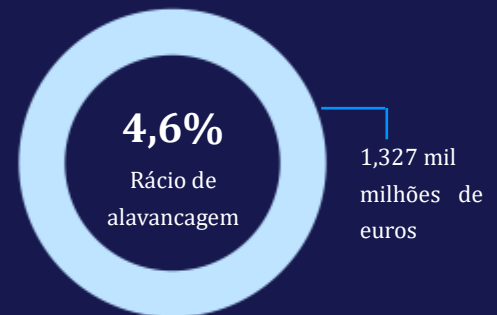
Resiliência

- Rácio CET1 de 14,2%, ligeiramente acima do intervalo alvo de 13,5% a 14,0%, refletindo uma sólida posição de capital apoiada pela geração orgânica de capital e pela otimização em curso



Rácio de alavancagem estável

- A exposição à alavancagem de 1.327 mil milhões de euros aumentou 11 mil milhões de euros em termos homólogos, principalmente impulsionada pelas exposições no balanço em linha com o crescimento do balanço e uma maior exposição a transações de financiamento de títulos; os efeitos foram largamente compensados pela geração orgânica de capital, resultando num rácio de alavancagem essencialmente estável em comparação com o final de 2024.



Eficiência do capital crescente

- Os RWA diminuíram cerca de 3%, principalmente devido aos RWA de risco de crédito e aos RWA de ajustamento da avaliação de crédito, parcialmente compensados pelos RWA de risco operacional e RWA de risco de mercado.
- Obtivemos reduções totais equivalentes a RWA através de medidas de eficiência de capital de aproximadamente 31 mil milhões de euros, superando ligeiramente a meta de 25 a 30 mil milhões de euros para o final de 2025.



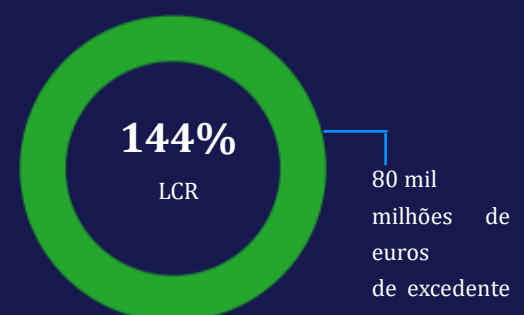
Provisão para perdas de crédito

- As provisões para o ano completo diminuíram 7% em comparação com 2024 devido a menores provisões de Fase 3 no Corporate Bank e no Private Bank, impulsionadas por alterações nos modelos; parcialmente compensadas por maiores provisões no IB (sobretudo para CRE).
- Os impactos dos riscos macroeconómicos e geopolíticos na nossa carteira de crédito são monitorizados de perto; os principais indicadores de qualidade permanecem amplamente estáveis, sem deterioração estrutural da qualidade dos ativos subjacentes fora do setor imobiliário comercial.



Liquidez e base de financiamento

- O Rácio de Cobertura de Liquidez atingiu os 144%, um aumento face aos 131% do ano anterior, representando um excedente de 80 mil milhões de euros
- O Rácio de Financiamento Estável Líquido foi de 119%, ligeiramente inferior ao do final de 2024, dentro da meta do banco de 115% a 120%, representando um excedente de 104 mil milhões de euros



Introdução

Divulgações em conformidade com a IFRS 7

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações". Considera ainda os requisitos subjacentes de classificação, mensuração e imparidade da IFRS 9, com mais detalhe disponível na secção "Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos", na secção "Qualidade dos ativos", na secção "Mitigação do risco de crédito" e na Nota 01 "Políticas contabilísticas relevantes e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas. As informações que fazem parte das demonstrações financeiras deste relatório e são incorporadas por referência às mesmas estão assinaladas por um sombreado cinzento claro ao longo deste Relatório de Risco.

Desde 30 de junho de 2020, o Grupo tem aplicado as disposições transitórias relativas à IFRS 9, conforme previsto no atual CRR/CRD, para todas as medidas CET1.

Divulgações de acordo com o Pilar 3 do Quadro de Capital de Basileia III

As divulgações do Deutsche Bank de acordo com o Pilar 3 do Quadro de Capital de Basileia III, implementadas na União Europeia pelo Regulamento (UE) n.º 575/2013 que diz respeito aos requisitos prudenciais para instituições de crédito (Regulamento de Requisitos de Capital ou CRR), incluindo as reformas introduzidas pelo Regulamento (UE) 2024/1623 (CRR3), aplicável desde 1 de janeiro de 2025; e apoiadas pelas respetivas Normas Técnicas de Implementação da EBA e pelas orientações da EBA aplicáveis às divulgações do Pilar 3, são publicadas no Relatório do Pilar 3 do Grupo, que pode ser consultado no website do Deutsche Bank.

Divulgação de informações na sequência de alterações ao regulamento relativo aos requisitos de capital

O Regulamento (UE) 2024/1623 (CRR3), de aplicação geral a partir de 1 de janeiro de 2025, implementa um pacote abrangente de reformas com base no conjunto final de reformas globais de Basileia III, alterando a forma como os bancos calculam os seus RWA. Inclui, entre outras coisas, um limite mínimo de RWA que, até 1 de janeiro de 2030, aumentará gradualmente para 72,5% dos RWA calculados de acordo com as abordagens normalizadas, alterações nas abordagens normalizadas e baseadas em notações internas para a determinação do risco de crédito, alterações no ajustamento da avaliação de crédito, uma revisão da abordagem aos riscos operacionais e reformas na estrutura de risco de mercado, conforme estabelecido na Revisão Fundamental da Carteira de Negociação (FRTB, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2027). A implementação das alterações ao CRR afeta, entre outros, os ativos ponderados pelo risco e o capital regulamentar do Deutsche Bank.

Visão geral do risco e do capital

Indicadores de risco fundamentais

A secção seguinte apresenta divulgações qualitativas e quantitativas sobre as métricas de risco de crédito, de mercado, de liquidez e outras, bem como as suas evoluções nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2025, considerando as reformas introduzidas pelo Regulamento (UE) 2024/1623 (CRR3), aplicável desde 1 de janeiro de 2025. As divulgações de acordo com o Pilar 3 do Quadro de Capital de Basileia III, que são implementadas na União Europeia pelo Regulamento de Requisitos de Capital (CRR) e apoiadas pelas Normas Técnicas de Implementação da EBA ou pelas Diretrizes da EBA, são publicadas no Relatório do Pilar 3 separado do Grupo.

As seguintes métricas de risco selecionadas fazem parte da gestão holística do risco do banco, abrangendo diferentes tipos de risco. O rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1), o rácio de adequação de capital económico (ECA), o rácio de alavancagem, a capacidade total de absorção de perdas (TLAC), o requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL), o rácio de cobertura de liquidez (LCR), a posição de liquidez líquida em esforço (sNLP) e o rácio de financiamento estável líquido (NSFR) servem como métricas de alto nível e estão totalmente integrados no planeamento estratégico, na estrutura de apetência pelo risco, nos testes de esforço e práticas de planeamento de recuperação e resolução, que são revistas e aprovadas pelo Conselho de Administração pelo menos anualmente.

Rácio de capital Common Equity Tier 1¹		Total dos ativos ponderados pelo risco¹	
31/12/2025	14,2%	31/12/2025	347,1 mil
31/12/2024	13,8%	31/12/2024	357,4 mil
Rácio de adequação de capital económico		Total de procura de capital económico	
31/12/2025	194%	31/12/2025	26,1 mil
31/12/2024	199%	31/12/2024	24,2 mil
Taxa de alavancagem¹		Exposição ao efeito de alavancagem¹	
31/12/2025	4,6%	31/12/2025	1,327 mil
31/12/2024	4,6%	31/12/2024	1.316 mil
Capacidade total de absorção de perdas		Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis	
31/12/2025 (baseado em ativos ponderados pelo	33,1%	31/12/2025	37,7%
31/12/2025 (baseado na exposição à alavancagem)	8,7%	31/12/2024	37,5%
31/12/2024 (baseado em ativos ponderados pelo	33,2%		
31/12/2024 (baseado na exposição à alavancagem)	9,0%		
Rácio de cobertura de liquidez		Rácio de financiamento estável líquido	
31/12/2025	144%	31/12/2025	119,0%
31/12/2024	131%	31/12/2024	121,0%
Posição de liquidez líquida em esforço			
31/12/2025	94,1 mil		
31/12/2024	56,3 mil		

¹ A partir do terceiro trimestre de 2024 até à sua descontinuação no quarto trimestre de 2025, o Deutsche Bank adotou o tratamento temporário de resultados não realizados mensurados pelo justo valor através de OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR. Para os valores comparativos apresentados em 31 de dezembro de 2024, sem a aplicação desta regra, o rácio CET1 teria sido de 13,5%, com um capital CET1 respetivo de 48,4 mil milhões de euros e RWA de 358,6 mil milhões de euros. Além disso, o rácio de alavancagem terá sido de 4,6%, com um capital Tier 1 respetivo de 59,8 mil milhões de euros e uma exposição à alavancagem de 1.315 mil milhões de euros

Além disso, o Deutsche Bank avalia regularmente os impactos potenciais dos riscos no balanço e na rentabilidade através de revisões de carteira e testes de esforço. Os testes de esforço também são usados para testar a resiliência dos planos estratégicos do Deutsche Bank. Os resultados destes testes indicam que o capital e as reservas de liquidez atualmente disponíveis, em combinação com as medidas de mitigação disponíveis, são suficientes para resistir a períodos de esforço potencial.

O Grupo concluiu que os riscos, tal como descritos acima ou nas secções seguintes, aos quais o Deutsche Bank está exposto, incluindo potenciais impactos na estratégia empresarial, fornecem uma imagem verdadeira e justa do perfil de risco.

Para detalhes adicionais, consultar as secções "Perfil de risco", "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Plano de risco e de capital", "Testes de esforço", "Planeamento de recuperação e resolução", "Gestão do risco e de capital", "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL", "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

Perfil de risco

O mix de atividades de negócio do Deutsche Bank resulta numa diversidade de riscos assumidos. O Grupo mede os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio (risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico) através da métrica de capital económico, que capta o perfil de risco do segmento de negócio e considera os efeitos de risco cruzado ao nível do Grupo.

O perfil de risco do Corporate Bank resulta sobretudo dos produtos e serviços oferecidos nos Serviços de Tesouraria Empresarial (incluindo Trade Finance, Lending e Corporate Cash Management), Estratégia de Empréstimos a Empresas e Business Banking. A procura de capital económico nestes segmentos decorre, em grande medida, do risco de crédito.

O perfil de risco do Investment Bank é dominado pelas suas atividades de financiamento e trading, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito no Investment Bank está amplamente distribuído pelas unidades de negócio, mas com maior destaque no Fixed Income & Currencies e Leveraged Debt Capital Markets. O risco de mercado decorre principalmente das atividades de negociação e criação de mercado.

O perfil de risco do Private Bank abrange os riscos de crédito provenientes de negócios com clientes de retalho alemães e internacionais, clientes empresariais e clientes de gestão de património, bem como riscos de mercado não relacionados com negociações, principalmente decorrentes da modelação de depósitos de clientes.

A Asset Management, enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. Como tal, os principais fatores de risco são de natureza operacional. A procura de capital económico para o risco de mercado é impulsionada principalmente por riscos de mercado não relacionado com a negociação, que surge em produtos de garantia e investimentos nos fundos.

O perfil de risco de Corporate & Other inclui uma série de fatores de risco diferentes, incluindo os relacionados com a Tesouraria, determinadas rubricas corporativas e carteiras antigas. A procura de capital económico compreende principalmente o risco de mercado não relacionado com a negociação, decorrente do risco de taxa de juro na Tesouraria, o risco cambial estrutural e o risco de remuneração baseada em ações, o risco de crédito dos investimentos de Tesouraria, o risco estratégico decorrente de riscos fiscais e de ativos de software, e o risco operacional das carteiras antigas.

A tabela abaixo mostra a posição de risco global do Deutsche Bank, medida pela procura de capital económico calculada para as datas especificadas. A posição de risco económico global do Deutsche Bank também considera normalmente os benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Perfil de risco dos segmentos de negócio do Deutsche Bank medido pelo capital económico

	31 dez 2025						
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	3.720	4.650	2.255	45	2.725	13.395	51
Risco de mercado	507	2.004	789	316	6.354	9.970	38
Risco operacional	821	1.390	1.187	393	1.168	4.960	19
Risco estratégico	—	—	—	—	1.980	1.980	8
Vantagem de diversificação ¹	(780)	(1.339)	(863)	(238)	(1.013)	(4.234)	(16)
Total CE	4.269	6.706	3.368	516	11.213	26.071	100
Total de EC em %	16	26	13	2	43	100	N/S

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

	31 dez 2024						
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	3.455	4.512	2.164	46	2.329	12.507	52
Risco de mercado	1.040	2.086	1.561	304	3.676	8.667	36
Risco operacional	863	1.182	1.155	376	1.069	4.645	19
Risco estratégico	—	—	—	—	1.936	1.936	8
Vantagem de diversificação ¹	(715)	(1.007)	(803)	(190)	(814)	(3.530)	(15)
Total CE	4.643	6.772	4.077	536	8.196	24.225	100
Total de EC em %	19	28	17	2	34	100	N/S

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

Em 31 de dezembro de 2025, a procura de capital económico do Deutsche Bank ascendeu a 26,1 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 1,8 mil milhões de euros, ou 8%, face à procura de capital económico de 24,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. O risco de mercado aumentou 1,3 mil milhões de euros, principalmente devido à migração do modelo de capital económico utilizado para o risco cambial estrutural, incluindo a aplicação de horizontes de liquidez alargados, bem como a transição do capital económico de risco de mercado da simulação de Monte Carlo para a simulação histórica. O risco de crédito aumentou 0,9 mil milhões de euros devido ao maior risco de transferência, impulsionado pelo aumento das exposições dos segmentos Investment Bank, Corporate Bank e Corporate & Other, bem como ao maior risco de contraparte, resultante do aumento das exposições de Tesouraria e soberanas. O risco operacional aumentou 0,3 mil milhões de euros, principalmente impulsionado pelas alterações na componente de ajustamento qualitativo prospetivo, bem como pela simplificação do modelo de abordagem de medição avançada. Estes aumentos foram parcialmente compensados por um aumento da vantagem de diversificação de 0,7 mil milhões de euros devido à alteração do perfil do tipo de risco e às alterações no modelo de risco de mercado.

Principais temas de risco

Os desenvolvimentos mais recentes e as principais incertezas durante 2025 fazem parte das atividades de gestão do risco de crédito e do quadro de governação em curso no banco. Estas atividades incluem, entre outras, revisões regulares de riscos emergentes (entre outros, desenvolvimento macroeconómico e conflitos geopolíticos), bem como análises aprofundadas de carteiras, gestão diária de riscos ao nível de cada mutuário e validações regulares de modelos. As carteiras que foram identificadas para monitorização reforçada e avaliação do risco de queda para o Grupo em 2025 incluem os Imóveis Comerciais (CRE), os clientes vulneráveis às tarifas dos EUA e os setores considerados vulneráveis aos riscos físicos e de transição climática.

Além disso, o banco está a monitorizar as tendências de mercado em desenvolvimento, que estão atualmente relacionadas com as atividades tecnológicas e de instituições financeiras, de seguros e não bancárias (IFNB), particularmente no que diz respeito ao crédito privado, área em que o foco está a aumentar.

Os mercados CRE continuam a enfrentar dificuldades devido aos impactos das taxas de juro mais elevadas, da menor liquidez do mercado combinada com condições de crédito mais restritivas e de alterações estruturais no setor dos escritórios. A tensão do mercado tem sido mais acentuada nos EUA, onde os índices de preços dos imóveis apresentam um declínio mais substancial dos valores dos ativos CRE em relação aos picos recentes, se comparados com a Europa e a região da Ásia-Pacífico. Em particular, no segmento de escritórios, especialmente na Costa Oeste dos EUA, a fragilidade do mercado é mais evidente nos Estados Unidos, refletindo-se na fraca atividade de arrendamento e em taxas de desocupação mais elevadas em comparação com a Europa.

Embora a política tarifária da administração dos EUA seja ainda imprevisível, o cenário macroeconómico melhorou desde as condições voláteis do mercado após o anúncio, a 2 de abril de 2025, das tarifas generalizadas impostas pela administração dos EUA. Além disso, já decorreu um período mais longo desde o início dos anúncios tarifários da administração dos EUA, reduzindo a incerteza em relação a clientes potencialmente vulneráveis. O banco espera que quaisquer fatores de risco que afetem as ECL sejam captados através de procedimentos padrão de gestão do risco, tais como descidas de notação e inclusões em listas de observação, e, portanto, não foi contabilizada qualquer sobreposição relacionada com taxas até 31 de dezembro de 2025. Embora as tarifas continuem sob análise rigorosa, não seriam consideradas um tema de risco chave isolado, mas sim integradas na dinâmica mais ampla da carteira.

A transição climática e os riscos físicos representam riscos crescentes para as carteiras setoriais e regionais do banco. A gestão da transição climática e dos riscos físicos é uma componente fundamental da gestão de riscos e da estratégia de sustentabilidade mais alargada do Deutsche Bank, em que as avaliações de materialidade para 2025 e os resultados dos testes de resistência às alterações climáticas concluem que os potenciais impactos do risco de crédito estão bem contidos a curto prazo.

São fornecidos mais detalhes na secção "Áreas de enfoque em 2025".

Temas externos em desenvolvimento

Entre os temas de riscos externos em desenvolvimento que estão em grande foco, incluem-se (i) a rápida expansão, a falta de transparência e os potenciais riscos interligados associados ao Crédito Privado e à exposição mais ampla às IFNB e (ii) as crescentes preocupações em torno das avaliações do setor da Tecnologia e da sustentabilidade dos atuais gastos de capital impulsionados pela IA, bem como o seu impacto nos modelos de negócio e as potenciais implicações de risco de crédito para os clientes.

Instituições Financeiras Não Bancárias e Crédito Privado

Os empréstimos para Crédito Privado, geralmente categorizados como Empréstimos IFNB, estão sujeitos a um maior escrutínio devido aos recentes casos de incumprimento no mercado. A carteira de Crédito Privado do banco representa 25,9 mil milhões de euros (2024: 24,5 mil milhões de euros) dos empréstimos ao custo amortizado. Aproximadamente 73% desta exposição consiste em linhas de crédito apoiadas em vários ativos (ABS), garantidas por empréstimos empresariais de média dimensão altamente diversificados nos EUA e na UE, em diversos setores da indústria, com taxas de adiantamento conservadoras de cerca de 65% e uma classificação de grau de investimento quase integral. A restante está diversificada entre financiadores de ativos únicos e múltiplos, financiamento com base no Valor Líquido do Ativo (VAL), financiamento de ativos únicos, empréstimos imobiliários comerciais não bancários, empresas de desenvolvimento de negócios (BDC) e financiamento por subscrição.

O banco aplica normas de subscrição conservadoras às suas exposições de Crédito Privado, incluindo a avaliação da qualidade do patrocinador e do investidor, bem como outras características estruturais. As taxas de adiantamento estão associadas ao perfil de risco global da exposição subjacente. As carteiras são geridas de acordo com quadros de apetência pelo risco específicos, com testes de esforço regulares e monitorização ativa do desempenho de crédito, dos valores das garantias e da diversificação subjacente.

As exposições acima referidas são principalmente uma componente dos empréstimos do Deutsche Bank ao custo amortizado, reportados na categoria NACE do setor de atividades financeiras e de seguros, que ascendem a 129,8 mil milhões de euros, enquanto 2,5 mil milhões de euros estão distribuídos por outras categorias NACE. A categoria NACE de Atividades Financeiras e de Seguros abrange uma gama diversificada de exposições, incluindo empresas, bancos, gestão de património, seguros e obrigações de compensação.

Tecnologia

A exposição ao crédito no setor da Tecnologia representa 15,8 mil milhões de euros (2024: 11,7 mil milhões de euros), ao custo amortizado, dos quais 7,3 mil milhões de euros (2024: 5,7 mil milhões de euros) estão relacionados com o financiamento de centros de dados e mais 3,2 mil milhões de euros (2024: 2,7 mil milhões de euros) a empresas centradas em software numa gama diversificada de clientes, enquanto a restante diz respeito principalmente a fabricantes, incluindo semicondutores e hardware. A carteira concentra-se em grandes empresas líderes de diversos setores, principalmente nos EUA. A exposição corporativa é composta por 60% de empresas com classificação de grau de investimento, com pouco interesse em clientes mais pequenos e com notação inferior. Quase 100% dos empréstimos estão a ser pagos regularmente, com apenas 5% na fase 2. As exposições a centros de dados estão predominantemente relacionadas com o financiamento de projetos e focadas em instalações que beneficiam de contratos de arrendamento de longo prazo com fornecedores globais de hiperescala com notação de grau de investimento.

É definida uma apetência pelo risco específica para a carteira de Tecnologia como um todo, bem como para a carteira de Centros de Dados. A apetência pelo risco da carteira e os padrões de geração são revistos regularmente. Existe também exposição à subscrição relacionada com a tecnologia, que é gerada para distribuição, é amplamente diversificada entre emitentes e está sujeita a restrições e monitorização adicionais, bem como a cobertura baseada na carteira.

A exposição do banco ao setor da Tecnologia é reportada sob múltiplos códigos NACE, refletindo a natureza do risco subjacente, principalmente nas categorias de Empresas Financeiras e de Seguros (6,2 mil milhões de euros), Informação e Comunicações (4,5 mil milhões de euros), Indústria Transformadora (3,0 mil milhões de euros) e Atividades Imobiliárias (0,9 mil milhões de euros).

Quadro de risco e de capital

Princípios de gestão do risco

O modelo de negócio do Deutsche Bank implica, por inerência, a assunção de riscos. Os riscos podem ser de natureza financeira ou operacional e incluem riscos patrimoniais e extrapatrimoniais. O objetivo do Deutsche Bank é criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo em conta os acionistas, os colaboradores e outras partes interessadas relacionadas com a empresa. O quadro de gestão do risco contribui para isso, alinhando a gestão de risco planeada e efetiva com a apetência pelo risco, tal como expresso pelo Conselho de Administração, estando ao mesmo tempo em linha com o nosso capital e liquidez disponíveis.

O quadro de gestão do risco do Deutsche Bank é constituído por várias componentes, que incluem os mecanismos de controlo interno estabelecidos. São definidos princípios e normas para cada componente:

- As estruturas de governação do risco supervisionam o perfil de risco do Banco em relação à apetência pelo risco
- As estruturas organizacionais seguem o modelo das Três Linhas de Defesa ("3LoD"), com uma definição clara das funções e responsabilidades para todos os tipos de risco
 - A 1.ª Linha de Defesa ("1ª LoD") refere-se às funções no Banco cujas atividades geram riscos, sejam eles financeiros ou operacionais, e que detêm a responsabilidade por esses riscos. A 1.ª Linha de Defesa gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida, estabelece uma governação de risco apropriada e adere às estruturas de tipo de risco definidas pela 2.ª Linha de Defesa ("2ª LoD")
 - A 2.ª LoD refere-se às funções do Banco que definem o quadro de gestão do risco para um tipo de risco específico. A 2.ª LoD avalia e questiona de forma independente a implementação do quadro do tipo de risco e a adesão à apetência pelo risco, e atua como consultor à 1.ª LoD sobre a forma de identificar, avaliar e gerir os riscos.
 - A 3.ª Linha de Defesa ("3ª LoD") é a Auditoria do Grupo. Esta função proporciona uma garantia independente e objetiva sobre a adequação da conceção, a eficácia operacional e a eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno
- A apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração deve ser disseminada e respeitada em todas as dimensões do Grupo, com as devidas consequências em caso de violação
- Os riscos devem ser identificados e avaliados
- Os riscos devem ser geridos ativamente, incluindo a redução adequada dos riscos e sistemas de controlo interno eficazes
- Os riscos devem ser medidos e comunicados utilizando dados precisos, completos e em tempo real, através de modelos aprovados
- Devem ser realizados testes de esforço regulares contra cenários adversos e deve ser estabelecido um planeamento adequado de resposta a crises

O Grupo promove uma forte cultura de risco, na qual cada colaborador deve compreender plenamente e ter uma visão holística dos riscos que podem resultar das suas ações, entender as consequências e geri-los adequadamente, de acordo com a apetência pelo risco do banco. O banco prevê que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o Código de Conduta do banco. Para promover este objetivo, as políticas do Deutsche Bank exigem que os riscos assumidos (incluindo aqueles que contrariam a apetência pelo risco) sejam considerados durante os processos de avaliação de desempenho e de remuneração do banco. Esta expectativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do DB. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

O sistema de gestão do risco e controlo interno do Deutsche Bank é descrito em maior detalhe no Relatório do Pilar 3 do Deutsche Bank. O sistema de gestão do risco e controlo interno abrange também objetivos relacionados com a sustentabilidade.

O Conselho de Administração é da opinião de que foi estabelecido um quadro de gestão do risco e um sistema de controlo interno que são, na sua totalidade, adequados e eficazes para o modelo de negócio e o perfil de risco do banco.

Governança do risco

As operações do Deutsche Bank em todo o mundo são reguladas e supervisionadas pelas autoridades competentes em cada uma das jurisdições em que o banco exerce a sua atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (BCE) e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as principais entidades de supervisão do Deutsche Bank, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diversos níveis de gestão garantem uma governança do risco coerente:

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank é informado regularmente sobre a situação, a gestão e o controlo dos riscos, incluindo os riscos para a reputação e os casos de litígios importantes, tendo criado vários comités para tratar de assuntos específicos (para uma descrição pormenorizada destes comités, consultar o "Relatório do Conselho de Fiscalização", bem como o capítulo "Conselho de Fiscalização" na "Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289f e 315d do Código Comercial Alemão")

- Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração informa sobre as exposições ao risco atuais e futuras, as carteiras, a apetência e a estratégia de risco, bem como sobre assuntos considerados relevantes para a avaliação e supervisão da situação de risco do Deutsche Bank AG, incluindo riscos legais e de reputação relevantes; informa ainda sobre empréstimos que exijam deliberação do Conselho de Fiscalização, conforme previsto na lei ou nos Estatutos; o Comité de Risco supervisiona a implementação de processos pelo Conselho de Administração para promover a adesão do Deutsche Bank AG às políticas e regulamentos de risco aplicáveis, abrangendo também os riscos legais e de reputação; o Comité de Risco presta aconselhamento ao Conselho de Fiscalização em questões relacionadas com a apetência pelo risco em geral, a posição de risco agregada e a estratégia de risco, mantendo-o informado sobre as suas atividades
- O Comité de Auditoria, entre outras atribuições, apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da eficácia do sistema de gestão do risco, em especial do sistema de controlo interno, incluindo o sistema de gestão da conformidade, bem como das questões relacionadas com a sustentabilidade e o sistema de auditoria interna, para além da atuação do Conselho de Administração na correção das deficiências identificadas

O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Deutsche Bank Group, em conformidade com a lei, os Estatutos e o seu mandato, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas relacionadas com a empresa; o Conselho de Administração é responsável por assegurar uma organização empresarial adequada, incluindo uma gestão do risco apropriada e eficaz, bem como o cumprimento dos requisitos legais e das orientações internas; o Conselho de Administração instituiu o Comité de Risco do Grupo como fórum central para a análise e decisão sobre riscos importantes e questões relacionadas com o capital; o Comité de Risco do Grupo é descrito mais pormenorizadamente a seguir

```
graph TD; CF[Conselho de Fiscalização] --> CR[Comité de Risco]; CF --> CA[Comité de Auditoria]; CR --- CR_desc["Aconselhamento sobre a apetência para o risco global e sobre a estratégia de risco global e monitorização da implementação da estratégia por parte da administração superior. Discussão da estratégia de risco, tópicos e carteiras de risco fundamentais"]; CA --- CA_desc["Monitorização da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular dos sistemas de controlo internos e de auditoria interna"]; CAOA[Conselho de Administração] --- CAOA_desc["Supervisão global sobre a gestão do risco e do capital"]; CAOA --> CGAG[Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo]; CGAG --- CGAG_desc["Otimiza a obtenção e a implementação do balanço e dos recursos financeiros do banco, no âmbito da apetência pelo risco global"]; CGAO[Comité de Risco do Grupo] --- CGAO_desc["Avalia e classifica riscos, define regras para gestão de risco, planeamento e orientação de apetência pelo risco e monitoriza riscos"]; CRR[Comité de Risco de Reputação do Grupo] --- CRR_desc["Analisa, decide e gere transações, relações com clientes ou outras questões de risco reputacional principal"]; CGRF[Conselho de Gestão de Recursos Financeiros] --- CGRF_desc["Apoia a tomada de decisões num período de esforço de capital ou liquidez previsto ou real como fórum para debater e recomendar ações de mitigação"];
```

O diagrama apresenta a estrutura organizacional de governança de risco e auditoria. No topo, o Conselho de Fiscalização supervisiona dois comités: o Comité de Risco e o Comité de Auditoria. O Comité de Risco é responsável pelo aconselhamento sobre a apetência para o risco global e pela monitorização da implementação da estratégia de risco. O Comité de Auditoria monitoriza a eficácia do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo internos e de auditoria interna. Abaixo, o Conselho de Administração supervisiona a gestão global do risco e do capital, coordenando quatro comités: o Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo, o Comité de Risco do Grupo, o Comité de Risco de Reputação do Grupo e o Conselho de Gestão de Recursos Financeiros. Cada comité tem atribuições específicas relacionadas com a otimização financeira, avaliação de riscos, gestão de reputação e apoio à tomada de decisões.

- O Comité de Risco do Grupo tem diversas atribuições e competências dedicadas, incluindo a aprovação de modelos de risco e de capital novos ou alterados, a revisão do inventário de riscos, das carteiras de risco de alto nível, da evolução da exposição ao risco e dos resultados dos testes de esforço internos e regulamentares em todo o Grupo e a aprovação dos limites de recursos, promovidos pelo Comité de Ativos e Passivos do Grupo, para a Procura Total de Capital, a Exposição à Alavancagem e a Procura de Capital Económico. Além disso, o Comité de Risco do Grupo revê e recomenda rubricas para aprovação do Conselho de Administração, tais como os princípios-chave de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, os parâmetros gerais de apetência pelo risco e os indicadores de recuperação e escalonamento. O Comité de Risco do Grupo também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento de risco e de capital em todo o Grupo
- O Comité de Risco Reputacional do Grupo tem a responsabilidade de analisar, decidir e gerir todas as transações, relações com clientes ou outras questões de risco reputacional primário escaladas em conformidade com as políticas e o quadro de risco reputacional subjacentes, incluindo dos Comités Regionais de Risco Reputacional
- O Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros é um órgão de governação ad-hoc, presidido pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor de Risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração, para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco; o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros constitui um fórum único para supervisionar a execução do plano de

financiamento de emergência e do plano de recuperação do Grupo; o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros recomenda medidas de atenuação a tomar em caso de stress de capital ou de liquidez, previsto ou efetivo; especificamente, o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros está encarregado de analisar a posição de capital e de liquidez do banco, em antecipação de um cenário de stress, recomendando propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e supervisionando a execução das decisões

- O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração com o mandato de otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração

O Diretor de Risco do Deutsche Bank, que é membro do Conselho de Administração, tem responsabilidade em todo o Grupo, acima de todas as divisões, pela criação de uma estrutura de gestão do risco com identificação, mensuração, monitorização, mitigação e reporte adequados dos riscos de liquidez, crédito, mercado, corporativos, de modelo e operacionais; no entanto, as estruturas para determinados riscos são estabelecidas por outras funções, de acordo com o plano de alocação de negócios.

O Diretor de Risco tem responsabilidade direta pela gestão da função do Departamento de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco na função do Departamento de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a consistência com a apetência pelo risco estabelecida pelo Conselho de Administração e aplicado aos segmentos de negócio e respetivas unidades de negócio
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão do risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada segmento de negócio
- Estabelecer e aprovar limites de risco
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão do risco e capital para cada segmento de negócio

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente aos segmentos de negócio, as funções Financeira e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e validar o risco que o banco assume.

Identificação e avaliação do risco

Os riscos para as atividades do Deutsche Bank e para as funções de infraestrutura, incluindo em condições de esforço, são regularmente identificados. Esta avaliação incorpora os dados da primeira e da segunda linha de defesa, sendo os riscos identificados avaliados em termos de materialidade com base na sua gravidade e probabilidade de materialização. A avaliação dos riscos é complementada por uma visão dos riscos emergentes, através da aplicação de uma perspectiva prospectiva. Este processo de identificação e avaliação do risco resulta no inventário de risco que capta os riscos materiais para o Grupo, e nos casos relevantes, entre empresas, entidades e agências.

As atualizações regulares do inventário de riscos do Grupo são comunicadas ao Comité de Risco do Grupo e ao Conselho de Administração. O inventário tem impacto nos principais processos de gestão do risco, incluindo o desenvolvimento de cenários de esforço personalizados para o perfil de risco do Deutsche Bank e as informações sobre a definição e monitorização da apetência pelo risco. Os riscos no inventário também são mapeados para riscos na taxonomia de tipo de risco do Grupo, onde também é fornecida uma avaliação de materialidade correspondente.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado e dos tipos de risco que o Deutsche Bank está disposto a assumir para alcançar os seus objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que o Deutsche Bank pode assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos processos de planeamento de negócio através do plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco, do risco-retorno e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a tolerância ao risco e a capacidade, são definidos limites e acionadores diferentes a nível de grupo, numa perspetiva futura, e são estabelecidos os requisitos de escalonamento para medidas adicionais. O Deutsche Bank atribui indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais o Deutsche Bank está exposto e que funcionam como indicadores da saúde financeira. Adicionalmente, o quadro de governação da gestão de risco e recuperação está associado ao quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao perfil de risco em comparação com a apetência pelo risco e estratégia de risco do Deutsche Bank, e a monitorização das mesmas, são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco pretendida for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos órgãos de governação apropriados.

Sistemas de medição e relatório do risco

Vista geral

Os sistemas de medição do risco do Deutsche Bank servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em todos os tipos de riscos. A infraestrutura de risco incorpora as entidades legais e os segmentos de negócio relevantes e fornece a base para o relato de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou metas às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas no âmbito da função de Diretor Financeiro e CRO assumem a responsabilidade pela medição, análise e comunicação do risco, promovendo simultaneamente a qualidade e integridade suficientes dos dados relacionados com o risco e tendo em conta, quando relevante, os princípios para a agregação eficaz de dados sobre o risco e a comunicação do risco, de acordo com o regulamento n.º 239 do Comité de Supervisão Bancária de Basileia ("BCBS 239"). Os sistemas de gestão do risco do Grupo são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é parte integrante da estrutura de gestão do risco do banco e, como tal, está alinhada com a estrutura organizacional, fornecendo informações consistentes ao nível do grupo e para entidades legais relevantes, bem como detalhes por tipos de risco, segmentos de negócio e unidades de negócio relevantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "mensuração e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco a vários níveis em todo o Grupo, por exemplo, no Grupo, nos segmentos de negócio, nas unidades de negócio relevantes, nas entidades legais relevantes, nos tipos de risco, nas classes de ativos relevantes, na carteira e nos níveis de contraparte
- A comunicação dos riscos deve ser precisa, clara, útil e completa, apresentando dados de risco conciliados e validados para comunicar informação de forma concisa, garantindo que o perfil de risco do banco é claramente compreendido em relação aos riscos financeiros e operacionais relevantes
- Os comités de risco sénior, como o Comité de Risco do Grupo, bem como o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e de capital, recebem relatórios regulares (além de relatórios pontuais, conforme necessário)
- Dentro do Deutsche Bank, as equipas dedicadas gerem proativamente os riscos financeiros e não financeiros relevantes e devem garantir que a informação de gestão necessária está disponível para permitir a identificação e gestão proativa dos riscos, evitando concentrações indevidas num tipo específico de risco e entre diferentes riscos (visão transversal dos riscos)

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços segregados de relato, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

Indicadores de risco fundamentais

O Banco identifica um grande número de indicadores nos seus sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. **As principais métricas de risco identificadas incluem as métricas de adequação de capital e de liquidez; podem ser encontrados mais detalhes na secção "Principais métricas de risco" no início do Relatório de Risco.**

Relatórios de risco fundamentais

Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco. Para assegurar que os Relatórios de riscos principais satisfazem os requisitos dos destinatários, as funções que produzem relatórios verificam regularmente se os Relatórios de riscos principais são claros e úteis.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação do Deutsche Bank informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal de Perfil de Risco e Capital é um relatório transversal de riscos que oferece uma visão abrangente do perfil de risco do Deutsche Bank e é utilizado para informar o Comité de Risco do Grupo, bem como o Conselho de Administração e, posteriormente, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O Perfil de Risco e Capital inclui visões gerais específicas para cada tipo de risco e alinhadas com o negócio, bem como tópicos de risco corporativo. Inclui também atualizações sobre as principais métricas de apetência pelo risco do Grupo e outras métricas de controlo de risco importantes da carteira, bem como atualizações sobre os principais desenvolvimentos de risco, destacando áreas de particular interesse com atualizações sobre as estratégias de gestão do risco correspondentes
- O Relatório Semanal de Riscos é um boletim informativo semanal que abrange questões relevantes gerais em áreas de risco chave e é submetido todas as sextas-feiras aos membros do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração e, posteriormente, aos membros do Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. O Relatório Semanal de Riscos caracteriza-se pela natureza pontual dos seus comentários, bem como pela cobertura de temas e foco em métricas de risco mais voláteis
- O Deutsche Bank realiza vários testes esforço macroeconómicos em todo o Grupo. Um cenário mensal de apetência pelo risco serve para definir e monitorizar regularmente a tolerância a perdas em situações de stress do banco; além disso, existem cenários específicos que são remetidos ao Comité de Risco do Grupo, se considerados necessários; os principais indicadores de desempenho em situações de stress são comparados com os limites de apetência pelo risco do Grupo

Embora os relatórios acima sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma holística, existem outros relatórios de gestão padrão e específicos que os complementam, incluindo relatórios para tipos de risco ou Carteiras de Foco, que são utilizados para monitorizar e controlar o perfil de risco.

Plano estratégico e de capital

O Deutsche Bank realiza anualmente um processo integrado de planeamento estratégico que define o desenvolvimento da futura direção estratégica do Grupo e de cada área de negócio. O plano estratégico visa criar, entre outras coisas, uma perspetiva holística sobre o capital, o financiamento e o risco, considerando a relação risco-rentabilidade. Este processo traduz metas estratégicas de longo prazo em metas e objetivos financeiros mensuráveis de curto a médio prazo e permite a monitorização e gestão do desempenho ao longo do ano. Dessa forma, o Grupo procura identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Numa primeira fase, a definição descendente de metas, as principais metas do Deutsche Bank para os resultados (incluindo receitas e custos), RoTE, CIR oferta de capital, procura de capital, bem como alavancagem, financiamento e liquidez são definidas e discutidas para o grupo e as principais áreas de negócio. O panorama macroeconómico global e o quadro regulamentar esperado servem de base para a definição de metas. As metas e os objetivos do Grupo e de cada área de negócio são revistos, analisados criticamente e aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, as metas definidas de forma descendente são fundamentadas numa perspetiva ascendente por planos detalhados das unidades de negócio, que consistem num plano operacional mês a mês para o primeiro ano; os anos dois e três são planeados trimestralmente e os anos quatro e cinco são planos anuais. Os planos ascendentes são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os respetivos diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e acordados objetivos coerentes

com a orientação estratégica do banco. A fase ascendente inclui a preparação de planos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. Os testes de esforço complementam o plano estratégico para avaliar a resiliência do plano face a condições de mercado adversas.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é posteriormente apresentado ao Conselho de Fiscalização.

O Plano Estratégico e de Capital foi concebido para apoiar a estratégia do Grupo de acelerar a criação de valor através da expansão do Global Hausbank e a ambição a longo prazo do banco de se tornar o Campeão Europeu no setor bancário. No geral, o Plano Estratégico e de Investimentos visa assegurar:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco
- conformidade com os requisitos regulamentares
- uma posição sólida de capital e liquidez
- estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco
- avaliar a adequação de capital no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar)
- aplicar análises de testes de esforço apropriadas para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos do Grupo. As alterações ao Plano Estratégico e de Investimentos devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. O cumprimento das metas de solvência comunicadas externamente garante que o Grupo está também em conformidade com os requisitos do Processo de Análise e Avaliação da Supervisão do Grupo (SREP) relacionados com o rácio de solvência, tal como articulado pelo supervisor interno.

Testes de esforço

O Deutsche Bank implementou um quadro de testes de esforço para satisfazer os requisitos internos e externos, abrangendo avaliações de esforço macroeconómico em todo o mundo, bem como testes de esforço mais específicos, como abordagens relacionadas com o clima e a cibersegurança. Os testes de esforço internos baseiam-se em métodos desenvolvidos internamente e fornecem informações para uma variedade de casos de utilização de gestão do risco (específicos para cada tipo de risco, bem como riscos cruzados). Os testes de esforço internos são parte integrante do quadro de gestão do risco do Deutsche Bank, complementando as medidas de risco tradicionais. O quadro de testes de esforço para riscos cruzados, o Group Wide Stress Test Framework (GWST), serve uma série de processos de gestão do banco, em particular o processo de planeamento estratégico, o ICAAP, o quadro de apetência pelo risco e a afetação de capital tangível às unidades de negócio. É realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do plano de capital do banco em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Os testes de esforço regulamentares, por exemplo, o teste de esforço da EBA e os testes de esforço do CCAR (Comprehensive Capital Analysis and Review) dos EUA, seguem rigorosamente os processos e metodologias prescritos pelas autoridades reguladoras.

Os testes de esforço internos do Deutsche Bank são realizados regularmente para avaliar o impacto de crises económicas graves, bem como de eventos adversos específicos do banco, no perfil de risco e na posição financeira do banco. O quadro de testes de esforço do banco compreende abordagens regulares baseadas nas sensibilidades e em cenários que abordam diferentes gravidades e localizações regionais importantes. Todos os tipos de riscos importantes são incluídos nas atividades de teste de esforço. Estas atividades são complementadas por análises pessimistas específicas da carteira e do país, bem como por mais requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. As metodologias aplicadas são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Gestão do risco do modelo), para assegurar que captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Além disso, o quadro de avaliação de esforço ao nível do grupo está sujeito a revisões regulares por parte da função de auditoria do grupo Deutsche Bank.

A fase inicial do teste de esforço de risco cruzado do Deutsche Bank consiste na definição de um cenário de recessão macroeconômica pela área de Investigação de Riscos de Gestão de Riscos Empresariais e de Tesouraria (ETRM), em cooperação com especialistas de negócio através de um fórum de governação formal, o Grupo de Trabalho de Avaliação do Esforço. A Estratégia de Risco da ETRM mantém um radar de riscos que apresenta as principais tendências de risco e temas de risco emergentes, incluindo desenvolvimentos políticos e económicos relevantes para a elaboração de cenários macroeconómicos potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade e definem a narrativa segundo a qual a posição de solvência do banco é avaliada. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos modelos internos de testes de esforço do banco, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o Capital total, o rácio de adequação de capital económico, o rácio de MREL e o rácio de alavancagem em esforço. Também são considerados os impactos do esforço no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e noutros indicadores de liquidez. Os resultados dos testes de esforço são também comunicados internamente a um nível mais detalhado de unidade de negócio e considerados na apetência pelo risco do Deutsche Bank, bem como nos processos de alocação de capital. O horizonte temporal dos testes de esforço internos varia entre um e cinco anos, dependendo do caso de utilização e dos pressupostos do cenário. O Grupo de Trabalho de Avaliação do Esforço analisa os resultados finais em termos de esforço. Depois de comparar estes resultados com a apetência pelo risco definida pelo banco, pode ser desenvolvida e aplicada uma estratégia de mitigação específica para remediar os impactos do esforço em caso de violação dos limites da apetência pelo risco. Os resultados do esforço são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco.

Os testes de esforço realizados em todo o Grupo em 2025 indicaram que a capitalização do banco, juntamente com as medidas de mitigação disponíveis, tal como definido no Plano de Recuperação do Grupo, é adequada para atingir os níveis de saída de esforço definidos internamente.

O teste de esforço inverso de risco transversal alavanca o quadro GWST e é tipicamente realizado anualmente para desafiar o modelo de negócio do Deutsche Bank ao determinar cenários que pudessem fazer com que o banco se tornasse inviável. Este teste de esforço inverso baseia-se num cenário macroeconómico hipotético melhorado por eventos idiossincráticos com base nos principais riscos monitorizados para cada tipo de risco. Comparando o cenário de inviabilidade com o ambiente económico atual, considera-se que a probabilidade de ocorrência de um tal cenário hipotético de stress é extremamente baixa. Assim sendo, o banco considera que a continuidade das suas atividades não está em risco.

Em 2025, o banco realizou testes de esforço plurianuais como parte do processo anual de planeamento estratégico para 2025, utilizando dois cenários adversos severos, nomeadamente um cenário de "Recessão global severa liderada pela UE" e um cenário de "Guerra comercial severa". Além disso, foram implementados outros cenários (por exemplo, "crise de confiança nos EUA") alinhados com o aumento das incertezas geopolíticas.

Além do GWST, que inclui todos os tipos de risco importantes e os principais fluxos de receitas, o Deutsche Bank dispõe de programas de teste de esforço individuais para todos os indicadores de risco relevantes em linha com os requisitos regulamentares. Os programas de teste de esforço relevantes são descritos nas secções acerca dos métodos individuais de gestão do risco.

Em 2025, o Deutsche Bank foi submetido ao teste de esforço bianual da EBA, que avalia a resiliência dos bancos europeus. O resultado do teste de esforço influencia a orientação do Pilar 2 para o CET1 e o rácio de alavancagem, e define o requisito do Pilar 2. Em comparação com testes de esforço semelhantes anteriores, o esgotamento do rácio CET1 divulgado pelo Deutsche Bank foi menor no cenário adverso, em linha com a melhoria da rentabilidade.

A principal subsidiária do Deutsche Bank nos EUA, a DB USA Corporation, também participou num importante teste de esforço regulamentar em 2025, nomeadamente o teste de esforço do CCAR, implementado nos EUA de acordo com a Lei Dodd-Frank. No contexto do teste de esforço CCAR, a Reserva Federal (FRB) divulgou o esgotamento do capital de stress para a DB USA Corporation e a DWS USA Corporation; o resultado deste teste demonstrou que cada entidade permanece muito bem capitalizada mesmo depois de suportar um ambiente hipotético de stress grave.

O Deutsche Bank realiza um teste anual de esforço climático para avaliar a sua resiliência aos riscos relacionados com o clima. O teste de esforço de 2025 incorporou uma série de cenários de transição e de risco físico em horizontes temporais de curto, médio e longo prazo. O âmbito do exercício incluiu carteiras consideradas relevantes para o risco climático em diferentes tipos de risco. Os resultados do teste de esforço são integrados em processos relevantes, incluindo a apetência pelo risco, o planeamento de negócios e o ICAAP.

Planeamento de recuperação e resolução

Na UE, o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução (Regulação SRM) e a Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos (BRRD) visam reduzir a probabilidade de uma outra crise financeira, aumentar a resiliência das instituições em esforço e, por fim, apoiar a estabilidade de longo prazo dos sistemas financeiros sem expor o dinheiro dos contribuintes a perdas.

Em conformidade com as disposições da Diretiva BRRD (que foi principalmente implementada na Alemanha pela Lei Alemã de Recuperação e Resolução [Sanierungs- und Abwicklungsgesetz, ESG]) e do Regulamento SRM, o Deutsche Bank mantém um quadro de planeamento de recuperação e resolução concebido para identificar e gerir o impacto dos eventos adversos de forma atempada e coordenada.

O Banco mantém um plano de recuperação do grupo que especifica as medidas destinadas a restabelecer a posição financeira na sequência de uma deterioração significativa da sua situação financeira. O plano de recuperação do grupo é atualizado pelo menos uma vez por ano e aprovado pelo Conselho de Administração.

O plano de resolução do grupo, por outro lado, é elaborado pelas autoridades de resolução, e não pelo próprio banco. O Deutsche Bank trabalha em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução (SRB) e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin), que estabelecem o plano de resolução do grupo Deutsche Bank, atualmente baseado numa recapitalização com um único ponto de entrada de banco aberto como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia de único ponto de entrada, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para estabilizar o grupo. No prazo de um mês a contar da aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a SAG) exige que a instituição em causa prepare um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição. Para apoiar e melhorar ainda mais a continuidade operacional do banco para fins de planeamento da resolução, o Deutsche Bank completou os preparativos adicionais, nomeadamente acrescentando cláusulas de suspensão de rescisão aos acordos financeiros dos clientes regidos por legislação não comunitária e incluindo disposições de continuidade nos principais acordos de serviço. Os contratos financeiros e acordos de serviços regidos pela legislação da UE já estão cobertos por leis estatutárias que impedem a rescisão apenas devido a qualquer medida de resolução. O Deutsche Bank testa regularmente as suas capacidades e processos para executar a estratégia preferencial em simulações. Para além da estratégia de resolução preferencial, o banco está a analisar, em estreita colaboração com o SRB e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, uma estratégia de resolução alternativa, explorando a aplicabilidade da venda de instrumentos empresariais, do veículo de gestão de ativos ou do banco-ponte em combinação com o instrumento de recapitalização interna.

Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank AG é obrigado, ao abrigo do Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor de 2010 (Lei Dodd-Frank), conforme alterada, a preparar e enviar periodicamente ao Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) um plano de resolução completo ou específico (o Plano de Resolução dos EUA) num calendário prescrito por essas agências. O Plano de Resolução dos EUA deve demonstrar que o Deutsche Bank AG tem capacidade para executar e implementar uma estratégia para a resolução ordenada das suas entidades e operações materiais designadas nos EUA. Para as sociedades sedeadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos. O Plano de Resolução do Deutsche Bank nos EUA descreve a estratégia de ponto único de entrada para as entidades e operações relevantes do Deutsche Bank nos EUA e determina que a DB USA Corporation, uma das holdings intermediárias do banco, fornecerá a liquidez e o suporte de capital necessários às suas subsidiárias relevantes nos EUA e garantirá a sua venda parcial ou liquidação solvente fora dos procedimentos de resolução aplicáveis. O Deutsche Bank apresentou o seu Plano de Resolução dos EUA mais recente e completo dentro do prazo, que era 1 de outubro de 2025. O próximo plano de resolução do Deutsche Bank é um Plano de Resolução dirigido aos EUA, com um prazo de entrega até 1 de julho de 2028.

Gestão do tipo de risco

Gestão do risco de capital

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo interno de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em várias componentes que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos a que o banco está exposto de forma contínua:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação dos riscos constitui a base do ICAAP e resulta num inventário dos riscos para o Grupo; todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade; para mais informações, consulte a secção "Identificação e avaliação do risco"
- Procura de capital/medição do risco: os modelos de medição de risco são aplicados para quantificar a procura de capital regulamentar e económico necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto aqueles que não podem ser adequadamente limitados pelo capital, como o risco de liquidez; podem ser encontrados mais detalhes nas secções "Perfil de risco" e "Capital, rácio de alavancagem, TLAC e MREL"
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição dos recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas; para mais informações, consulte as secções "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL" e "Adequação de capital económico"
- Apetência pelo risco: o Deutsche Bank estabeleceu um conjunto de declarações qualitativas, métricas quantitativas e limites que expressam o nível de risco que o Deutsche Bank está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos; o incumprimento destes limites está sujeito a uma estrutura de governação específica que desencadeia ações de gestão destinadas a salvaguardar a adequação de capital; podem ser encontrados mais detalhes nas secções "Apetência e capacidade de risco" e "Limites de risco de capital"
- Planeamento de capital: os limites de apetência pelo risco para as métricas de adequação de capital constituem limites que devem ser respeitados no plano de capital para salvaguardar a adequação de capital numa perspetiva futura; é possível encontrar mais detalhes na secção "Plano estratégico e de capital"
- Testes de esforço: os valores do plano de capital são também considerados em diversos cenários de testes de esforço para comprovar a resiliência e a viabilidade global do banco; as métricas de adequação de capital regulamentar e económico são também submetidas a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários hipotéticos de esforço e detetar vulnerabilidades sob pressão; podem ser encontrados mais detalhes na secção "Testes de esforço".
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação dos fundos próprios seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma declaração anual específica sobre a adequação dos fundos próprios (CAS); a avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação dos fundos próprios do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e a medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação dos fundos próprios numa base prospetiva

Como parte do seu ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva normativa e uma perspetiva económica interna. A perspetiva interna normativa refere-se a uma avaliação plurianual da capacidade de cumprir todos os requisitos legais relacionados com o capital e as exigências de supervisão. A perspetiva económica interna refere-se a um processo interno utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas centram-se na manutenção da continuidade da atividade do Deutsche Bank, tanto num cenário base como num cenário adverso.

Quadro de risco de capital

O risco de capital é definido como o risco de que o Deutsche Bank tenha um nível ou composição de oferta de capital insuficiente para apoiar as suas atividades comerciais atuais e planeadas e os riscos associados durante condições normais e de esforço.

O quadro de risco de capital do Grupo é constituída por diversos elementos que visam garantir que o Deutsche Bank mantém, de forma contínua, uma capitalização adequada para cobrir os riscos a que está exposto. O quadro está fortemente integrado no processo de planeamento estratégico de todo o banco e intimamente ligado ao processo interno de avaliação da adequação de capital do Deutsche Bank. A Tesouraria, juntamente com as divisões, são os principais gestores de risco dos riscos associados e representam a 1.^a LoD. A Gestão de Riscos Corporativos e de Tesouraria atua como a 2.^a LoD para o risco de capital.

A Gestão de Riscos Corporativos e de Tesouraria define a estrutura do ICAAP, avalia o perfil de risco de capital e fornece uma análise crítica independente à Tesouraria. Isto inclui a definição de limites de apetência pelo risco para os principais rácios de capital. Os limites estabelecem também fronteiras para o plano de capital e estão totalmente integrados na avaliação regular do risco de capital em cenários de esforço.

A Tesouraria do Deutsche Bank gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria elabora o plano de capital do Deutsche Bank, que é aprovado pelo Conselho de Administração. A Tesouraria, diretamente ou através do Comité de Ativos e Passivos do Grupo, gere, entre outras coisas, a emissão e recompra de ações e instrumentos de capital, a proteção dos rácios de capital contra as oscilações cambiais, a conceção da alocação de capital dos acionistas e o planeamento do capital regional.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos.

O Tesouro gere a sensibilidade do rácio CET 1 e do capital do Deutsche Bank em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este efeito, a Tesouraria desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas dentro dos limites de uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração. O capital investido nas filiais e sucursais estrangeiras do Deutsche Bank não está coberto, está parcialmente coberto ou está totalmente coberto. Deste modo, a Tesouraria pretende equilibrar os efeitos das variações cambiais sobre o capital, as rubricas de dedução do capital e os ativos ponderados pelo risco em moeda estrangeira. Além disso, a Tesouraria contabiliza também os custos de cobertura associados e as implicações nos ativos ponderados pelo risco de mercado.

Limites do risco de capital

A apetência pelo risco de capital é operacionalizada através de limites para todas as métricas relevantes de adequação de capital. As violações dos limites são regidas por um processo de escalonamento específico, que pode incluir medidas previstas no Plano de Recuperação do Deutsche Bank.

Os limites são definidos para os principais rácios de capital e revistos pelo menos anualmente pelo Conselho de Administração como parte do plano estratégico e de capital anual do Deutsche Bank, incluindo o rácio CET 1, o rácio Tier 1, o rácio de capital total, o MREL e o rácio ECA. No âmbito do processo trimestral do Deutsche Bank, o Comité de Risco do Grupo aprova os limites divisionais para a procura total de capital, a exposição à alavancagem e a procura de capital económico.

Os requisitos gerais de capital regulamentar são determinados principalmente pelo rácio CET 1 ou pelo rácio de alavancagem do Deutsche Bank, consoante o que for mais vinculativo. Para a alocação de capital interno, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio CET 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a Perda de Capital em situação de Esforço do Grupo são ponderadas para refletir a sua importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. As contribuições para o rácio CET 1 e para o rácio de alavancagem são medidas através dos RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das subsidiárias do Deutsche Bank, bem como algumas agências do banco, estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a posição de capital e de liquidez do Deutsche Bank, o banco tem em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das agências e subsidiárias do Deutsche Bank em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimento do Grupo antes da execução.

Gestão do Risco Empresarial

A ETRM oferece uma visão holística do perfil de risco do Banco, abrangendo diferentes tipos de risco, negócios e regiões geográficas. As principais responsabilidades incluem:

- Definir a política de gestão do risco global, incluindo o estabelecimento de normas de gestão do risco
- Definir e monitorizar a apetência pelo risco global do Banco e transmiti-la às dimensões dos negócios e das entidades
- Fornecer informações através de análises de riscos e tendências emergentes, testes de esforço prospetivos, concentração de carteiras, análises aprofundadas e relatórios de eventos ad hoc
- Desenvolver e gerir o quadro de gestão dos riscos climáticos
- Fornecer relatórios e análises de risco às principais partes interessadas, incluindo a direção e as entidades reguladoras
- Agir como função de controlo de risco para o risco de crédito, incluindo quadros, apetência pelo risco, relatórios e análises de carteiras, bem como monitorização de modelos

Risco estratégico

O risco estratégico é o risco de uma queda nos lucros planeados (excluindo outros riscos materiais) devido a planos de negócios incorretos, a execução ineficaz do plano ou incapacidade de responder eficazmente a desvios significativos do plano. O risco estratégico advém da exposição do banco ao ambiente macroeconómico, às mudanças no cenário competitivo e aos desenvolvimentos regulatórios e tecnológicos. Além disso, pode ocorrer devido a erros no posicionamento estratégico, à incapacidade do banco em executar a sua estratégia planeada e/ou à incapacidade de abordar eficazmente o desempenho abaixo do esperado face às metas planeadas.

O plano estratégico é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização. O plano é desafiado num processo iterativo no que diz respeito aos seus pressupostos, credibilidade e integridade. Durante o ano, a execução de estratégias empresariais é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho em relação aos objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

O risco estratégico é medido através de um modelo de risco dedicado que quantifica as perdas potenciais causadas por quebras inesperadas de receitas antes de impostos que não podem ser compensadas por reduções de custos em condições de mercado extremas mas plausíveis ao longo de um período de 12 meses. A apetência pelo risco estratégica é também estabelecida para o Grupo através de métricas específicas.

A ETRM é a função independente de controlo de riscos para a área de Risco Estratégico. Existe um quadro que inclui a definição da tolerância ao risco e a monitorização da adesão, alinhada com os padrões de controlo estabelecidos pela função ETRM.

Risco de concentração da carteira

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, de mercado, operacionais e estratégicos), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Estes ocorrem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos. A gestão e a monitorização de concentrações de risco é alcançada através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, da seguinte forma:

- As concentrações intrarrisco são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas funções de risco individuais (gestão do risco da empresa, do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional e do risco de liquidez). Este processo é apoiado pela apetência pelo risco, incluindo a definição de limites em diferentes níveis e/ou de gestão, de acordo com cada tipo de risco
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco. Os efeitos da diversificação entre riscos de crédito, de mercado, operacionais e estratégicos são medidos através de um modelo de capital económico que quantifica o benefício da diversificação provocado por correlações não perfeitas entre estes tipos de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco é o Comité de Risco do Grupo (GRC).

Risco ambiental, social e de governação

Os impactos do aumento das temperaturas médias globais, a transição para uma economia de zero emissões líquidas e o crescente foco nas alterações climáticas por parte da sociedade, das entidades reguladoras e do setor bancário levaram ao surgimento de novas e crescentes fontes de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos extremos, a crescer em frequência e gravidade, bem como os riscos de transição, uma vez que se espera que os setores intensivos em carbono sejam confrontados com uma tributação mais elevada, procura reduzida e acesso restrito ao financiamento. Estes riscos podem ter impacto no Deutsche Bank numa vasta gama de tipos de riscos financeiros e não financeiros. As instituições financeiras estão a enfrentar um escrutínio crescente em relação ao clima e a questões ESG em geral por parte dos governos, entidades reguladoras, acionistas e outros organismos, o que acarreta riscos para a reputação caso o Grupo não seja visto como um defensor da transição para uma economia de baixo carbono, da proteção da biodiversidade e dos direitos humanos, entre outros temas.

A estratégia de risco do Deutsche Bank reconhece o ESG como um tema que representa um vasto leque de áreas de preocupação relacionadas com fatores ambientais, sociais ou de governação, que abrangem múltiplos cenários e riscos. É fundamental garantir que todos os riscos não financeiros relacionados com fatores ESG são identificados e adequadamente avaliados, incluindo os potenciais impactos decorrentes desses fatores; o banco deve assegurar que os controlos são eficazes e que quaisquer potenciais deficiências são prontamente comunicadas e resolvidas. O Deutsche Bank revê e melhora regularmente os seus quadros de gestão dos riscos relacionados com ESG, em conformidade com as orientações regulamentares, para garantir que os riscos de ESG são geridos ativamente e que o risco de greenwashing é mitigado. As limitações em termos de dados, metodologias e normas da indústria para medir e avaliar os riscos climáticos e outros riscos ambientais continuam a gerar um elevado grau de incerteza nas divulgações do banco relacionadas com o clima. As medidas anti-ESG que já estavam estabelecidas em algumas jurisdições e foram reforçadas e alargadas podem resultar na perda de negócios existentes e na impossibilidade de realizar novos negócios nessas jurisdições, enquanto o cumprimento destas medidas pode acarretar riscos para a reputação.

A gestão dos riscos decorrentes de fatores ambientais assenta, antes de mais, nos objetivos de descarbonização líquida zero do Deutsche Bank para oito sectores: Petróleo e Gás (a montante), Produção de Energia, Sector Automóvel (veículos ligeiros), Aço, Extração de Carvão, Cimento, Transporte Marítimo e Aviação Comercial. As vias para atingir estes objetivos estão integradas no quadro de gestão do risco do banco. Os riscos ambientais são avaliados através de uma avaliação anual da materialidade climática e ambiental e de um teste de esforço interno, abrangendo negócios, carteiras e tipos de risco (crédito, mercado, liquidez, reputação e operacional). São monitorizados através de relatórios específicos, discutidos em comités de risco sénior, e geridos através de limites de apetência pelo risco, requisitos e exclusões de políticas (estrutura de política ambiental e social) e indicadores de alerta precoce (EWI) da carteira. Os riscos climáticos e ambientais são incorporados no processo de aprovação de crédito para clientes empresariais através de requisitos reforçados de diligência devida. Para clientes empresariais em setores com elevadas emissões de carbono, bem como aqueles em setores vulneráveis a riscos climáticos, físicos e naturais (ou "outros riscos ambientais"), novos pedidos de empréstimo acima de determinados prazos e limites baseados na classificação de risco para clientes empresariais em setores com elevadas emissões de carbono requerem uma avaliação de risco específica por parte da área de Front Office e revisão pela Gestão do Risco de Crédito. De um modo geral, estes riscos estão integrados no modelo de negócio e no planeamento financeiro do banco através dos orçamentos de carbono atribuídos às atividades do banco, decorrentes dos seus objetivos de descarbonização, e através da inclusão dos riscos ambientais no Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP).

O Comité de Sustentabilidade do Grupo atua como o principal órgão de governação e de tomada de decisões em matéria de sustentabilidade no Deutsche Bank. Isto inclui a avaliação dos impactos materiais, bem como dos riscos e oportunidades para o Banco. O comité também define os objetivos de zero emissões líquidas para o banco.

O Conselho de Administração delegou as decisões relacionadas com a sustentabilidade neste comité, que é presidido pelo Diretor Geral e pelo Diretor de Sustentabilidade (Vice-Presidente). Recebe atualizações mensais sobre as emissões financiadas e o alinhamento com as zero emissões líquidas.

O Comité de Risco do Grupo, presidido pelo Diretor de Risco e estabelecido pelo Conselho de Administração, tem o mandato de supervisionar diversas questões relacionadas com riscos e capital. Isto inclui a responsabilidade de desenvolver o quadro de risco climático do banco. O Comité aprova a apetência do Banco pelos riscos climáticos e ambientais, incluindo a apetência por desvios das trajetórias de descarbonização para as zero emissões líquidas. Diversos comités são responsáveis pelo desenvolvimento e gestão de elementos específicos dos riscos climáticos e ambientais.

O Net Zero Forum recebe, para além dos relatórios trimestrais, relatórios mensais resumidos sobre as métricas-chave (isto é, medição do alinhamento com as metas de descarbonização e o consumo dos orçamentos de carbono das divisões).

Gestão do risco de crédito

Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que o Deutsche Bank se refere coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que o Deutsche Bank pretende distribuir. Reflete o risco de perda devido a uma deterioração da qualidade creditícia de uma contraparte ou ao facto de uma contraparte não cumprir os termos de qualquer contrato com o Deutsche Bank ou não cumprir o acordado.

Com base na Taxonomia do Tipo de Risco, o risco de crédito está agrupado em quatro categorias principais, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de transação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação e risco de concentração. Isto é complementado por uma avaliação regular da identificação e materialidade dos riscos.

- O risco de incumprimento/migração como principal elemento do risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento
- O risco de transação/liquidação é o risco que resulta de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial
- O risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto

O Deutsche Bank gere o risco de crédito de acordo com os seguintes princípios:

- O risco de crédito só é aceite:
 - para clientes adotados
 - após a conclusão da diligência devida conduzida pelas respetivas equipas de originação como 1.ª LoD
 - Os novos produtos e as alterações aos produtos existentes foram avaliados no âmbito da Política de Ciclo de Vida dos Produtos do Grupo Deutsche Bank
 - Se tiver sido atribuída uma notação em conformidade com os processos acordados e aprovados
 - Se todas as exposições ao crédito relevantes estiverem corretamente refletidas nos sistemas de risco relevantes
 - Se tiverem sido considerados planos para uma cessação ordenada das posições de risco
- O risco de crédito é assumido no âmbito da apetência pelo risco aplicável
- A responsabilidade pelos resultados relativos às exposições de crédito é mantida e permanece junto da Divisão do Grupo de geração
- O risco assumido tem de ser adequadamente compensado
- O risco deve ser monitorizado e gerido continuamente em toda a 1.ª LoD e CRM/“Marktfolge”, bem como na 2.ª LoD
- Os critérios de crédito são aplicados de forma consistente em todas as Unidades, de modo a manter um perfil de risco favorável, em linha com a apetência pelo risco
- As garantias ou outros instrumentos de atenuação do risco, de cobertura ou de transferência de notação, que podem constituir uma fonte alternativa de reembolso, não substituem as normas de subscrição e, durante o processo de crédito, deve ser efetuada uma avaliação exaustiva da capacidade de serviço da dívida de uma contraparte
- O Deutsche Bank esforça-se por assegurar, garantir ou cobrir diretamente o risco de tesouraria e as exposições a prazos mais longos; esta abordagem não inclui, em geral, transações de curto prazo de menor risco e instrumentos de apoio a produtos específicos de financiamento ao comércio ou outros produtos de menor risco, sempre que a margem permita uma cobertura adequada das perdas
- O Deutsche Bank mede e consolida globalmente toda a exposição e os financiamentos ao mesmo devedor
- O Deutsche Bank criou, no âmbito da gestão do risco de crédito, equipas especializadas, se for caso disso, para a atribuição de notação interna aos clientes, para a análise e aprovação de transações ou para a cobertura de clientes com créditos reestruturados; para efeitos de aprovação de transações, as equipas estruturadas de gestão do risco de crédito estão alinhadas com os respetivos produtos ou riscos específicos para determinar os conhecimentos especializados de produtos adequados.
- Sempre que necessário, o Deutsche Bank estabelece processos para gerir as exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica ou regional

Para cumprir os requisitos do artigo 190.º do CRR, o Deutsche Bank atribuiu os diversos requisitos de controlo dos processos de crédito às unidades/responsáveis mais adequados para executar tais controlos

Os riscos climáticos e ambientais são integrados em todas as fases do ciclo de crédito, incluindo a aprovação de transações/integração de clientes, classificação de risco e notação de crédito, análise e monitorização de carteiras e avaliação de garantias.

Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e outros componentes-chave como limites de crédito, conforme mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de subscrição e crédito do banco e fornece, entre outras coisas, uma base para a determinação do limite de crédito a nível de cada contraparte, para a decisão de crédito e fixação de preços das transações, bem como para a determinação do requisito de capital regulamentar para o risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente, sustentada pela monitorização contínua de contrapartes. A notação de crédito é uma condição prévia para o estabelecimento/aprovação de qualquer limite de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes específicas de notação para corresponderem melhor às características respetivas das classes de exposição, incluindo tipos de produto específicos, governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das carteiras não retalho do banco é atribuída uma notação de crédito pela função de Gestão do risco de crédito independente do Deutsche Bank utilizando, parcialmente, sistemas parcialmente automatizados ou semi-automatizados de notação de crédito. Dada a natureza amplamente homogênea da carteira de retalho, a solvência e a qualidade creditícia das contrapartes são obtidas utilizando um mecanismo de decisão automatizado. As notações relacionadas com o risco de país são fornecidas pela área de Investigação de Riscos da Gestão de Riscos Empresariais e de Tesouraria (ETRM).

A análise da notação de crédito do Deutsche Bank baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Ao atribuir uma notação a uma contraparte, o Deutsche Bank aplica metodologias de avaliação internas, bem como a sua escala de notação de 21 graus.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de Gestão do Risco de Crédito, antes de os modelos serem utilizados para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alterados. Separadamente, para todas as alterações de modelos e para novos modelos, é necessária a aprovação da Gestão do Risco do Modelo. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar adicional. A validação do modelo é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas são comunicados ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações.

O Deutsche Bank mede os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens “avançadas”, de “fundação” e “padrão”, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo regulador do banco.

A abordagem avançada baseada em notações internas (IRBA) é a mais sofisticada disponível no âmbito da regulamentação do risco de crédito e permite ao Deutsche Bank utilizar os seus modelos internos de notação de crédito. Estes modelos representam componentes-chave de longa data do processo interno de medição e gestão de risco, que apoiam o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e reporte internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), o Deutsche Bank recorre ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR para calcular a EAD. Para a maioria dos sistemas de notação interna do banco, existem mais de sete anos de informação histórica disponível para avaliar estes parâmetros. As metodologias de notação interna do Deutsche Bank visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar. A aplicação do IRB básico é obrigatória para algumas classes de exposição desde a introdução do CRR3 e para algumas exposições decorrentes do antigo Postbank.

O Deutsche Bank aplica o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. O

Deutsche Bank atribui determinadas exposições de crédito de forma permanente ao método padrão. As exposições a governos centrais ou bancos centrais representam a maioria das exposições consideradas no método padrão e recebem predominantemente uma ponderação de risco de zero por cento. As exposições soberanas que eram tratadas anteriormente ao abrigo do IRB foram transferidas para um método padrão ao abrigo do artigo 494.º-D do CRR em 2025. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Além da procura de capital regulamentar supramencionada, o Deutsche Bank determina a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

O Deutsche Bank calcula o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os requisitos de fundos próprios económicos do banco, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O capital económico para risco de crédito do Deutsche Bank é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação das perdas da carteira é então efetuada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta os efeitos da migração da notação e da maturidade, bem como a volatilidade da LGD. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do próprio fator alfa do banco, ao derivar a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. O Deutsche Bank afeta as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, como um componente importante para a carteira de crédito do banco, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, o Deutsche Bank estabelece limites e exposições ao crédito. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que o Deutsche Bank está disposto a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, o Deutsche Bank considera a sua qualidade creditícia acima de outras tendo por referência a sua notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas adequadas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, o Deutsche Bank analisa os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos acordos jurídicos do banco com a contraparte.

IFRS 9 Imparidade

No capítulo seguinte, o Grupo apresenta uma visão geral do quadro de imparidade da IFRS 9, das atualizações do modelo e da metodologia implementada em 2025, bem como dos principais pressupostos do modelo e das suas alterações. São fornecidas explicações adicionais sobre o desenvolvimento de medidas de gestão aplicadas à provisão para perdas de crédito, como são realizadas as revisões das premissas e entradas relevantes para o cálculo da ECL e como são avaliadas as potenciais imprecisões do modelo. Para proporcionar uma maior transparência sobre o impacto de alterações razoáveis nas principais premissas, as sensibilidades do modelo são apresentadas numa secção separada abaixo, que conclui com os principais fatores determinantes dos resultados do modelo IFRS 9.

Descrição do modelo e da metodologia da IFRS 9

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da abordagem de imparidades do banco, o Grupo refere-se a estes instrumentos como ativos financeiros.

O Grupo determina a sua provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 tal como se segue:

- A Fase 1 reflete os ativos financeiros em que é assumido que o risco de crédito não aumentou de forma significativa após o seu reconhecimento inicial
- A Fase 2 contém todos os ativos financeiros que não se encontram em incumprimento, mas que sofreram um aumento significativo relativo ao risco de crédito desde o reconhecimento inicial
- A Fase 3 consiste em ativos financeiros considerados em incumprimento de acordo com as políticas do Deutsche Bank, que se baseiam no Artigo 178.^o do Regulamento de Requisitos de Capital (CRR). O Grupo define estes ativos financeiros como em imparidade, não rentáveis e em incumprimento
- O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação do risco de crédito e em informações prospetivas

- Os ativos financeiros adquiridos ou gerados em imparidade de crédito (POCI) são ativos em que, no momento do reconhecimento inicial, existe evidência objetiva de imparidade e que o Grupo adquiriu com desconto

A abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9 é uma parte integral dos procedimentos de gestão do risco de crédito do Grupo. A estimativa de ECL é realizada através do cálculo automático, baseado em parâmetros das ECL, usando o modelo ECL do Grupo ou determinada pelos colaboradores de crédito. Em ambos os casos, o cálculo é realizado para cada ativo financeiro de forma individual. Da mesma forma, a determinação da necessidade de transferência entre fases é realizada com base em cada ativo individual. O modelo ECL do Grupo é utilizado para calcular a provisão para perdas de crédito para todos os ativos financeiros na Fase 1 e na Fase 2, bem como para a Fase 3 na carteira homogênea (ou seja, empréstimos a retalho e a pequenas empresas com características de risco de crédito semelhantes). Para os ativos financeiros da carteira não homogênea do banco na Fase 3 e para os ativos POCI, a provisão para perdas de crédito é determinada individualmente por colaboradores de crédito.

O Grupo utiliza três grandes componentes para medir as ECL: as probabilidades de incumprimento (PD), as perdas em caso de incumprimento (LGD) e a exposição em caso de incumprimento (EAD). O Grupo alavanca os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos da abordagem baseada no método IRB de Basileia (IRBA) e das práticas de gestão do risco internas, tanto quanto possível, para calcular as ECL. Estes parâmetros são ajustados sempre que necessário para garantir o cumprimento dos requisitos da norma IFRS 9 (por exemplo, a utilização de notações em pontos específicos do tempo e a remoção de complementos de crise nos parâmetros regulamentares). Incorporar previsões de variáveis económicas futuras na medição das ECL também influencia a provisão para perdas de crédito. Para calcular as ECL na duração, o cálculo do Grupo obtém as probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas.

O Grupo revê e valida regularmente o modelo ECL e as suas componentes, o que pode resultar em atualizações do modelo, incluindo recalibrações e alterações, algumas das quais podem constituir uma alteração na estimativa. Quaisquer atualizações futuras do modelo podem ter impacto na ECL e, portanto, representam uma incerteza do modelo que não pode ser quantificada de forma fiável.

Determinação da fase e aumento significativo no risco de crédito

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são refletidos na Fase 1, a menos que os ativos financeiros sejam POCI. Se existir um aumento significativo no risco de crédito, o ativo financeiro é transferido para a Fase 2. O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando indicadores relacionados com a notação e com os processos. A transferência de ativos financeiros para a Fase 3 baseia-se no facto de o mutuário estar em incumprimento. Se um mutuário estiver em incumprimento, todos os ativos financeiros do mutuário são transferidos para a Fase 3.

Indicadores da Fase 2 relacionados com a notação: No terceiro trimestre de 2025, o Deutsche Bank introduziu uma alteração na abordagem do indicador de Fase 2 relacionado com a notação, na qual o Grupo compara a PD na duração do empréstimo de um mutuário na data do relato com as expetativas de PD na duração do empréstimo na data do reconhecimento inicial para determinar se houve uma alteração significativa nas PD do mutuário e, consequentemente, em qualquer transação do mutuário no âmbito da imparidade da IFRS 9. Anteriormente, o modelo determinava a distribuição da PD na duração do empréstimo com base no comportamento de migração historicamente observado e numa amostragem de diferentes cenários económicos. Um quantil desta distribuição, definido para cada classe de contraparte, foi escolhido como limiar de PD na duração do empréstimo. Se a PD na duração remanescente de uma transação, de acordo com as expetativas atuais, excedesse este limite, o ativo financeiro seria considerado como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito e seria transferido para a Fase 2. A nova abordagem compara a PD anualizada na duração do empréstimo na data de relato com a expetativa anualizada da PD condicional na duração do empréstimo na geração. Para a comparação, é utilizado um limiar relativo e um limiar absoluto, o que representa uma premissa fundamental do modelo. São aplicados diferentes limiares relativos aos ativos de baixo risco, definidos por uma PD condicional anualizada na geração de 0,5% ou inferior, em comparação com os restantes ativos de alto risco. O limite relativo para os ativos de alto risco é de um aumento de 63% na PD e, para os ativos de baixo risco, é de um aumento de 131% na PD, com um limite mínimo absoluto de 5,05% de aumento na PD. Caso um dos novos limiares introduzidos seja ultrapassado, considera-se que o ativo financeiro sofreu um aumento significativo do risco de crédito e é transferido para a Fase 2. Esta alteração na estimativa levou a um aumento da provisão para perdas de crédito no montante de 15 milhões de euros no momento da implementação e afetou as Fases 1 e 2 em todas as carteiras. Além disso, o Grupo aplicou um aumento anualizado de três vezes na PD na duração do empréstimo como acionador adicional da Fase 2, como medida de segurança até à implementação da nova abordagem relacionada com a classificação de risco. Esta nova abordagem identifica sempre os ativos sujeitos a salvaguarda como estando já na Fase 2.

Os indicadores relacionados com os processos da Fase 2 são derivados através da utilização dos indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião do banco, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos mutuários a uma lista de observação do Grupo, a transferência para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência. Enquanto a condição para um ou mais indicadores relacionados com o processo ou com a notação estiverem preenchidas e o mutuário do ativo financeiro não cumprir a

definição de incumprimento, o ativo permanecerá na Fase 2. Se os indicadores da Fase 2 deixarem de ser cumpridos e se o ativo financeiro não tiver entrado em situação de incumprimento, o ativo financeiro é transferido novamente para a Fase 1. No caso de ativos financeiros reestruturados, o período probatório é de dois anos antes de o ativo financeiro ser reclassificado para a Fase 1, o que está em conformidade com as orientações regulamentares.

Em caso de incumprimento do mutuário, todas as transações do mutuário são atribuídas à Fase 3. Se numa data posterior o mutuário já não se encontrar em incumprimento, são aplicados os critérios de cura de acordo com as orientações regulamentares (incluindo períodos de carência), que são de pelo menos três meses ou um ano no caso de reestruturações em dificuldades. Uma vez cumprido o período ou critério de cura regulamentar, o mutuário deixará de ser classificado como em incumprimento e será transferido novamente para a Fase 2 ou para a Fase 1.

O cálculo da ECL para a Fase 3 distingue entre transações em carteiras homogêneas e não homogêneas, bem como ativos financeiros POCL. Para as transações que se encontrem na Fase 3 e numa carteira homogênea, o Grupo utiliza uma abordagem automatizada baseada em parâmetros para determinar a provisão para perdas de crédito por transação. Para estas transações, os parâmetros LGD são, em grande medida, modelados para serem dependentes do tempo, ou seja, consideram a expectativa de recuperação decrescente como à medida que o tempo decorre após o incumprimento. A provisão para perdas de crédito para os ativos financeiros das carteiras não homogêneas do banco na Fase 3, bem como para os ativos POCL, é determinada pelos colaboradores de crédito e tem de ser aprovada ao longo de uma hierarquia de autoridades estabelecida até ao Conselho de Administração, inclusive. Isto permite aos colaboradores de crédito considerar a informação atualmente disponível e as expectativas de recuperação específicas para os mutuários e os ativos financeiros na data do relatório.

Técnicas de estimação dos fatores-chave de cálculo

O primeiro fator-chave de cálculo da ECL do Grupo é a PD de um ano para mutuários que deriva dos sistemas internos de notação de crédito do banco. O Grupo atribui uma PD a cada exposição ao crédito do mutuário com base numa escala principal de notação de crédito de 21 níveis para a totalidade da exposição do Grupo.

As notações de crédito atribuídas ao mutuário são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, incluindo o comportamento geral, dados financeiros e externos (por exemplo, entidade especializada em crédito). Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos baseados em especialista são geralmente aplicados a mutuários nas classes de exposição "Governos centrais e Bancos centrais", "Instituições" e "Corporativos", com exceção dos segmentos "Corporativos", para os quais estão disponíveis dados suficientes para modelos de pontuação estatísticos. Para estas, e para o segmento de retalho, são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística.

As PD de um ano são expandidas para curvas de PD de vários anos utilizando matrizes cíclicas e previsões macroeconómicas. Com base em cenários económicos centrados em torno da previsão de base macroeconómica, as matrizes cíclicas são primeiro transformadas em matrizes de migração de notação de crédito referentes a pontos temporais, geralmente para um período de dois anos. O cálculo das matrizes pontuais fornece a ligação entre as variáveis macroeconómicas e o comportamento de incumprimento e de notação dos mutuários, que é derivado de séries temporais através de técnicas de regressão que envolvem variáveis macroeconómicas (MEV) e dados históricos de notação e incumprimento. Numa etapa final, as curvas de PD plurianuais derivam de matrizes de pontos temporais de migração de notação de crédito para períodos em que estão disponíveis previsões razoáveis e suportáveis e extrapoladas com base em matrizes cíclicas de migração de notação de crédito para além desses períodos.

O segundo fator-chave de cálculo da ECL é o parâmetro LGD, que é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento por parte do mutuário. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento do mutuário. Os modelos de LGD aplicados nas Fases 1 e 2, que se baseiam em modelos de LGD regulamentares mas ajustados aos requisitos da IFRS 9 (ou seja, remoção de complementos de crise e remoção de custos indiretos de reestruturação), asseguram que os principais fatores de risco de perda (ou seja, diferentes níveis e qualidade de garantia e tipos de cliente ou produto ou antiguidade da instalação) sejam refletidos como fatores de risco nas estimativas de LGD. Em junho de 2025, o Grupo introduziu uma atualização ao modelo no que diz respeito ao parâmetro Perda em caso de incumprimento (LGD) utilizado no quadro contabilístico da IFRS 9, principalmente para se alinhar com os modelos correspondentes implementados no quadro de solvência, seguindo as diretrizes regulamentares. Esta alteração na estimativa levou a uma redução líquida da provisão para perdas de crédito no montante de 133 milhões de euros no momento da implementação e afetou todas as fases. A redução mais acentuada da provisão para perdas de crédito foi observada no Private Bank. No Corporate Bank no Investment Bank, o impacto líquido foi sentido principalmente nas Fases 1 e 2, sendo menos acentuado. No entanto, para determinadas carteiras subjacentes, como a de imóveis comerciais, observou-se um aumento mais acentuado da provisão para perdas de crédito, que foi compensado por uma redução da provisão para perdas de crédito noutras carteiras subjacentes nestas atividades.

No terceiro trimestre de 2025, o Grupo continuou a validar o desempenho dos modelos relevantes de "feeder" e "receiver". Três modelos de probabilidade de incumprimento (PD) e um modelo de LGD foram recalibrados com base nisso, o que levou a um aumento líquido da provisão para perdas de crédito no montante de 110 milhões de euros, afetando todas as áreas, principalmente no Investment Bank e no Private Bank.

As informações prospetivas (FLI) também são incorporadas nas projeções de LGD em termos de fatores de escala FLI LGD com base em previsões para os principais MEV. Os ajustamentos LGD são quantificados em relação a médias históricas de longo prazo, que representam um ponto de referência neutro ao longo de um ciclo económico.

A definição da LGD para carteiras homogêneas em incumprimento depende parcialmente do tempo decorrido desde o incumprimento e é calibrada com base na experiência de perdas e recuperações de várias décadas do Grupo, utilizando métodos estatísticos, ou, para carteiras menos significativas, determinados parâmetros de entrada do modelo LGD (por exemplo, taxas de recuperação) são determinados pelo parecer de peritos.

O terceiro fator-chave de cálculo é a exposição em caso de incumprimento ao longo da duração de um ativo financeiro, que é modelada tendo em conta os perfis de reembolso esperados (por exemplo, amortização linear, anuidades, estruturas de empréstimo de um só pagamento). As opções de pagamento antecipado são modeladas para algumas carteiras. O banco aplica fatores de conversão de crédito (CCF) específicos para calcular um valor de EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de um mutuário, esperado no momento do seu incumprimento. Quando uma transação envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de um mutuário. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior ao saldo pendente atual. Caso uma operação envolva uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. As calibrações desses parâmetros baseiam-se em dados históricos internos e, ou se baseiam em análises empíricas, ou são apoiadas pelo parecer de peritos, e consideram as características específicas dos mutuários e dos tipos de produtos. Quando os valores CCF de fiscalização têm de ser aplicados para fins regulamentares, são utilizadas estimativas internas para a IFRS 9.

Duração esperada

A IFRS 9 requer a determinação das ECL na duração, para as quais a duração esperada de um ativo financeiro é um fator-chave de cálculo. As ECL na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um ativo financeiro. O Grupo mede as ECL tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual o Grupo está exposto a risco de crédito.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado. A duração esperada destas facilidades à vista excede a sua vida contratual à medida que são geralmente canceladas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. A duração esperada é estimada tendo em consideração as informações históricas e as ações de gestão do risco de crédito do Grupo, como reduções ao limite de crédito e o cancelamento de facilidades. Sempre que estas facilidades forem sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, a duração para calcular as ECL é de 12 meses. Para as facilidades não sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, o banco aplica uma duração para calcular as ECL de 24 meses.

Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, em conformidade com a IFRS 9 o Grupo aplica uma aproximação da taxa de juro efetiva (EIR), que é normalmente a taxa de juro contratual. A taxa de juro contratual é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, reconhecimento de juros e para desconto da ECL e não difere significativamente da EIR.

Consideração das garantias colaterais no cálculo das perdas de crédito esperadas ao abrigo da norma IFRS 9

O modelo ECL projeta o nível de garantias colaterais para cada ponto no tempo na duração de um ativo financeiro. Na data de relato, o modelo utiliza um processo de distribuição de garantias que atribui o valor de cada garantia elegível aos ativos financeiros relevantes. No cálculo da ECL, o Grupo calcula posteriormente a garantia resultante da garantia física que entra no modelo LGD como um fator de risco, com base no valor da garantia alocada e no valor da exposição do ativo financeiro.

Para garantias pessoais (por exemplo, garantias), o modelo ECL assume que o nível relativo de garantia permanece estável ao longo do tempo. No caso de um empréstimo de amortização, a exposição em risco e os valores de garantia diminuem em conjunto ao longo do tempo. Para garantias físicas (por exemplo, bens imobiliários), a ECL assume que o valor da garantia absoluto permanece constante. No caso de um empréstimo de amortização, a parte de garantia da exposição aumenta ao longo do tempo e o valor do empréstimo diminui em conformidade.

Alguns contratos de garantias financeiras são integrais aos ativos financeiros com garantia. Nestes casos, as garantias financeiras são consideradas como garantia colateral para o ativo financeiro e o benefício da garantia é utilizado para mitigar o ECL do ativo financeiro com garantia.

Informações prospectivas

Ao abrigo da norma IFRS 9, a provisão para perdas de crédito baseia-se em informações prospectivas razoáveis e passíveis de comprovação disponíveis sem custos ou esforços excessivos, as quais têm em consideração eventos no passado, as condições atuais e as previsões das condições económicas futuras.

Para incorporar as informações prospectivas na provisão para perdas de crédito do Grupo, o banco utiliza dois elementos essenciais:

- Como cenário base, o Grupo utiliza previsões macroeconómicas externas baseadas em inquéritos (por exemplo, visões consensuais sobre o PIB e as taxas de desemprego); além disso, o modelo de expansão de cenários, que foi inicialmente desenvolvido para testes de esforço, é usado para prever variáveis macroeconómicas que não são cobertas por dados de consenso externo; pressupõe-se que todas as previsões refletem a evolução mais provável das respetivas variáveis; o Grupo atualiza regularmente as suas previsões de fatores macroeconómicos durante cada trimestre e revê aspetos de potencial imprecisão do modelo (por exemplo, parâmetros MEV fora do intervalo histórico utilizado para calibração do modelo, se não estiverem ainda incluídos no modelo) como parte de um quadro de monitorização MEV para avaliar a necessidade de sobreposições
- As técnicas estatísticas são então aplicadas para transformar as projeções do cenário base numa distribuição probabilística das variáveis macroeconómicas; estes cenários especificam desvios em comparação com as previsões de base; a distribuição de cenários é então utilizada para derivar curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo das ECL e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros, tal como descrito acima nos indicadores da Fase 2 relacionados com a notação

O Fórum de Risco e Provisão para Perdas de Crédito Financeiro do Grupo monitoriza trimestralmente o impacto das informações prospectivas, incluindo as últimas variáveis macroeconómicas, e determina se são necessárias sobreposições adicionais. Embora as taxas de juro e a inflação não sejam incluídas separadamente nos MEV, o impacto económico destes riscos reflete-se nas taxas de crescimento do PIB, no desemprego, nas ações e nos spreads de crédito, à medida que as taxas e a inflação mais elevadas são filtradas por estas previsões. Em 31 de dezembro de 2025, os dados consensuais aplicados no modelo ECL foram considerados como refletindo os desenvolvimentos macroeconómicos mais recentes e, após considerar todas as incertezas relevantes nos MEV, não foi necessária qualquer sobreposição adicional.

Tal como descrito anteriormente, a abordagem do Grupo para refletir as informações prospectivas no cálculo das perdas de crédito esperadas consiste em incorporar previsões para os próximos dois a três anos nas projeções de PD e LGD. Para períodos para além dos abrangidos em termos de previsões económicas razoáveis e sustentáveis, a reversão para o comportamento historicamente observado de incumprimentos, migrações de notação e recuperações é utilizada para a medição de ECL.

Os quadros abaixo contêm informação prospectiva relevante por variável macroeconómica incluída no modelo IFRS 9 do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

Informações prospectivas aplicadas

	31 de dezembro de 2025 ^{1 2}	
	Exercício 1 (média de 4)	Exercício 2 (média de 4)
PIB - EUA	1,87%	1,97%
PIB - Zona Euro	1,16%	1,44%
GDP - Alemanha	0,65%	1,54%
PIB - Itália	0,60%	0,91%
PIB - Ásia em desenvolvimento	4,45%	4,78%
PIB - Mercados emergentes	3,85%	4,19%
Desemprego - EUA	4,42%	4,29%
Desemprego - Zona Euro	6,30%	6,18%
Desemprego - Alemanha	3,75%	3,66%
Desemprego - Itália	6,14%	6,22%
Desemprego - Espanha	10,37%	10,05%
Desemprego - Japão	2,49%	2,45%
Preços imobiliários - Índice CRE EUA	300,74	301,87
Preços imobiliários - Índice CRE Zona Euro	110,44	111,75
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação EUA	331,21	340,69
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação Alemanha	157,28	158,82
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação Espanha	2.213,53	2.264,16
Ações - S&P500	6.942	7.366
Ações - Eurostoxx50	5.793	6.086
Ações - DAX40	24.453	25.886
Ações - MSCI EAFE	1.288	1.351
Ações - MSCI Ásia	2.068	2.160
Ações - Nikkei	50.891	53.099
Crédito - Índice de Alto Rendimento	308,27	348,99
Crédito - Elevado rendimento CDX	333,97	370,05
Crédito - CDX IG	54,64	62,78
Crédito - Mercados emergentes CDX	149,82	179,86
Crédito - ITX Europa 125	56,42	62,27
Matérias-primas - WTI	61,07	59,01
Matérias-primas - Ouro	3.976,94	4.189,01

¹ MEV a 8 de dezembro de 2025, com base no consenso da Bloomberg, que praticamente não se alterou até 31 de dezembro de 2025

² O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2025 até ao terceiro trimestre de 2026, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2026 até ao terceiro trimestre de 2027

	31 de dezembro de 2024 ^{1 2}	
	Exercício 1 (média de 4)	Exercício 2 (média de 4)
PIB - EUA	2,23%	2,04%
PIB - Zona Euro	1,04%	1,19%
GDP - Alemanha	0,38%	1,14%
PIB - Itália	0,74%	1,02%
PIB - Ásia em desenvolvimento	4,53%	4,26%
PIB - Mercados emergentes	4,11%	3,81%
Desemprego - EUA	4,29%	4,20%
Desemprego - Zona Euro	6,46%	6,42%
Desemprego - Alemanha	3,46%	3,40%
Desemprego - Itália	6,50%	6,76%
Desemprego - Espanha	11,12%	10,93%
Desemprego - Japão	2,48%	2,40%
Preços imobiliários - Índice CRE EUA	312,27	316,81
Preços imobiliários - Índice CRE Zona Euro	107,75	108,39
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação EUA	325,05	333,47
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação Alemanha	152,78	158,19
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação Itália	103,82	104,92
Preços imobiliários - Índice de preços da habitação Espanha	1.959,68	2.000,70
Ações - S&P500	6.109	6.436
Ações - Eurostoxx50	4.965	5.162
Ações - DAX40	20.131	20.968
Ações - MSCI EAFE	1.069	1.112
Ações - MSCI Ásia	1.602	1.630
Ações - Nikkei	38.972	39.582
Crédito - Índice de Alto Rendimento	312,32	358,66
Crédito - Elevado rendimento CDX	332,33	374,29
Crédito - CDX IG	56,50	64,29
Crédito - Mercados emergentes CDX	177,90	202,59
Crédito - ITX Europa 125	62,15	68,66
Matérias-primas - WTI	70,46	65,85
Matérias-primas - Ouro	2.588,02	2.612,91

¹ MEV a 5 de dezembro de 2024, com base no consenso da Bloomberg, que praticamente não se alterou até 31 de dezembro de 2024

² O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2024 até ao terceiro trimestre de 2025, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2025 até ao terceiro trimestre de 2026

Sensibilidade do modelo

O Grupo identificou três pressupostos-chave incluídos no modelo IFRS 9. Estes incluem variáveis macroeconómicas prospetivas, os critérios quantitativos para determinar se um mutuário incorreu num aumento significativo do risco de crédito e é transferido para a Fase 2, e a definição da LGD em carteiras homogêneas na Fase 3. A seguir, o banco apresenta uma análise de sensibilidade sobre o impacto potencial se estes pressupostos fundamentais aplicados no modelo ECL se desviassem das expetativas de base do banco.

Variáveis macroeconómicas

A sensibilidade do modelo ECL em relação a possíveis alterações nas projeções para os principais MEV é apresentada nos quadros abaixo, que fornecem os impactos da ECL para as Fases 1 e 2 a partir das alterações ascendentes e descendentes aplicadas separadamente a cada grupo de MEV em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. A magnitude dos desvios é selecionada no intervalo de um desvio padrão, que é uma medida estatística da dispersão dos valores de uma variável aleatória. Cada um destes grupos é composto por MEV da mesma categoria:

- Taxas de crescimento do PIB: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Ásia em Desenvolvimento, Mercados Emergentes
- Taxas de desemprego: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Japão, Espanha
- Ações: S&P500, Eurostoxx50, DAX 40, Nikkei, MSCI Asia, MSCI EAFE
- Spreads de crédito: ITX Europe 125, High Yield Index, CDX IG, CDX High Yield, CDX Emerging Markets
- Imobiliário: Índice CRE Zona Euro, Índice de preços da habitação EUA, Índice de preços da habitação Alemanha, Índice de preços da habitação Itália, Índice de preços da habitação Espanha
- Matérias-primas: Preço do petróleo WTI, preço do ouro

Embora as taxas de juro e a inflação não estejam incluídas nos MEV acima, os efeitos adversos associados a alterações nestes fatores de risco manifestam-se normalmente noutras previsões económicas incorporadas no modelo ECL, tais como o menor crescimento do PIB, o maior desemprego ou spreads de crédito mais amplos.

Adicionalmente, a análise de sensibilidade inclui apenas o impacto do grupo de MEV agregado (ou seja, as correlações potenciais entre diferentes grupos de MEV ou o impacto das sobreposições de gestão não são tidas em consideração). A quantificação das perdas de crédito esperadas para a Fase 3 não segue um processo baseado em modelos para várias carteiras, pelo que é excluída dos quadros seguintes.

Em comparação com 31 de dezembro de 2024, o cálculo das sensibilidades reflete as atualizações do modelo ECL que entraram em vigor em 2025, incluindo atualizações no parâmetro LGD utilizado na estrutura contabilística da IFRS9 e no modelo de aumento significativo do risco de crédito (SICR) para avaliação por fases. Os efeitos do FLI sobre as PD e sobre as LGD já se refletiam nas sensibilidades de 2024. A partir de 31 de dezembro de 2025, as sensibilidades também captam a extensão do modelo FLI LGD para carteiras ex-Postbank, resultando numa maior sensibilidade aos preços imobiliários. Além disso, o aumento geral da sensibilidade observada para o PIB, o desemprego e os preços dos imóveis é também impulsionado por um nível de referência de ECL mais elevado em comparação com o ano passado.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Nível do Grupo

	31 de dezembro de 2025			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto na ECL em milhões de	Mudança descendente	Impacto na ECL em milhões de
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(76,3)	(1 pp)	87,2
Taxas de desemprego	(0,5 pp)	(49,4)	0,5 pp	51,6
Preços dos bens imobiliários ¹	5%	(35,3)	(5 %)	40,1
Ações	10%	(17,1)	(10 %)	23,7
Spreads de crédito	(40 %)	(19,5)	40%	21,6
Matérias-primas ²	10%	(6,9)	(10 %)	7,4

	31 de dezembro de 2024			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto na ECL em milhões de	Mudança descendente	Impacto na ECL em milhões de
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(66,4)	(1 pp)	71,8
Taxas de desemprego	(0,5 pp)	(44,9)	0,5 pp	49,0
Preços dos bens imobiliários ¹	5%	(13,9)	(5 %)	16,0
Ações	10%	(14,1)	(10 %)	17,8
Spreads de crédito	(40 %)	(20,7)	40%	24,2
Matérias-primas ²	10%	(7,7)	(10 %)	8,7

¹ Para um teste de esforço mais severo relacionado com a carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis Comerciais acima

² Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto. 1 pp (ponto percentual), por exemplo, o PIB muda de 3% para 4% // 1% (variação percentual), por exemplo, o preço dos imóveis muda de 100 para 101

Ao nível das divisões, a análise de sensibilidade abaixo foi realizada para os anos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente, e revelou que as taxas de crescimento do PIB, os spreads de crédito e os preços das matérias-primas são os fatores dominantes para o Investment Bank, enquanto a sensibilidade do modelo para o Corporate Bank e o Private Bank está principalmente associada às alterações nas taxas de crescimento do PIB e nas taxas de desemprego. A tabela de sensibilidade do modelo para o Private Bank mostra apenas taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego como as principais MEV relevantes para as carteiras subjacentes.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Corporate Bank

	31 de dezembro de 2025			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto na ECL em milhões de	Mudança descendente	Impacto na ECL em milhões de
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(16,0)	(1) pp	19,2
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(11,0)	0,5 pp	12,2
Preços dos bens imobiliários ¹	5 %	(4,3)	(5) %	5,4
Spreads de crédito	(40) %	(4,1)	40 %	4,5
Matérias-primas ²	10 %	(2,2)	(10) %	2,4

	31 de dezembro de 2024			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto na ECL em milhões de	Mudança descendente	Impacto na ECL em milhões de
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(18,2)	(1 pp)	20,3
Taxas de desemprego	(0,5 pp)	(12,6)	0,5 pp	14,2
Preços dos bens imobiliários ¹	5%	(2,1)	(5 %)	2,2
Spreads de crédito	(40 %)	(4,5)	40%	5,0
Matérias-primas ²	10%	(2,8)	(10 %)	3,1

¹ Para um teste de esforço mais severo relacionado com a carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis Comerciais acima

² Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Investment Bank

	31 de dezembro de 2025			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto na ECL em milhões de	Mudança descendente	Impacto na ECL em milhões de
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(36,1)	(1 pp)	41,5
Taxas de desemprego	(0,5 pp)	(10,7)	0,5 pp	11,6
Preços dos bens imobiliários ¹	5%	(19,4)	(5 %)	21,5
Ações	10%	(5,6)	(10 %)	9,3
Spreads de crédito	(40 %)	(14,0)	40%	15,7
Matérias-primas ²	10%	(4,4)	(10 %)	4,7

	31 de dezembro de 2024			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto na ECL em milhões de	Mudança descendente	Impacto na ECL em milhões de
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(26,4)	(1 pp)	28,9
Taxas de desemprego	(0,5 pp)	(11,0)	0,5 pp	12,1
Preços dos bens imobiliários ¹	5%	(8,5)	(5 %)	10,2
Ações	10%	(4,7)	(10 %)	5,9
Spreads de crédito	(40 %)	(13,5)	40%	16,2
Matérias-primas ²	10%	(4,6)	(10 %)	5,3

¹ Para um teste de esforço mais severo relacionado com a carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis Comerciais acima.

² Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Private Bank

	31 de dezembro de 2025			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto na ECL em milhões de	Mudança descendente	Impacto na ECL em milhões de
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(22,6)	(1 pp)	24,6
Taxas de desemprego	(0,5 pp)	(26,9)	0,5 pp	26,8

	31 de dezembro de 2024			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto na ECL em milhões de	Mudança descendente	Impacto na ECL em milhões de
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(18,3)	(1 pp)	19,3
Taxas de desemprego	(0,5 pp)	(19,5)	0,5 pp	20,6

Impacto das perdas de crédito esperadas na duração para os mutuários da Fase 1

Conforme descrito acima, o Grupo utiliza uma combinação de critérios quantitativos e qualitativos para determinar o aumento significativo no risco de crédito que exige, para os mutuários afetados, uma mudança para ECL na duração (Fase 2). Caso o Deutsche Bank registre perdas de crédito esperadas na duração dos empréstimos de todos os mutuários da Fase 1, a provisão para perdas de crédito do Grupo totalizaria 6,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 6,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, o que representaria um aumento de aproximadamente 28% para o final de 2025 e de 34% para o final de 2024, respetivamente.

Definição de LGD da Fase 3

A provisão para perdas de crédito do Grupo na Fase 3 para as carteiras homogéneas ascende a 2,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. O fator-chave na determinação da provisão de ECL é a estimativa da perda em caso de incumprimento, que difere por carteiras individuais. A perda em caso de incumprimento é influenciada pelas taxas de recuperação, recebimentos da venda de garantias, bem como pelas taxas de sanção. Alguns dos fatores que influenciam as diferentes carteiras de investimento incluem elementos de juízo de peritos, em particular sobre as taxas de recuperação esperadas. Se a LGD para todas as carteiras homogéneas aumentasse em 1%, a ECL da Fase 3 aumentaria em aproximadamente 28 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 (dos quais, 20 milhões de euros na Alemanha, 5 milhões de euros em Itália e 2 milhões de euros em Espanha) e em aproximadamente 26 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 (dos quais, 17 milhões de euros na Alemanha, 5 milhões de euros em Itália e 2 milhões de euros em Espanha).

Sobreposições de gestão aplicadas ao resultado do modelo IFRS 9

O Grupo revê regularmente a metodologia e os processos da IFRS 9, os principais dados para o cálculo de ECL e discute as alterações futuras do modelo, as potenciais imprecisões do modelo ou outras incertezas das estimativas, por exemplo, no ambiente macroeconómico, para determinar se são necessárias sobreposições significativas. Além disso, são efetuadas análises regulares dos riscos em evolução ou emergentes, especialmente no atual ambiente geopolítico. As medidas aplicadas incluem inquéritos e entrevistas a clientes, juntamente com a análise de carteiras de empresas, regiões e setores. Além disso, o Grupo revê e valida regularmente os principais dados e pressupostos dos modelos (incluindo os dos modelos de Feeder) e garante que, nos casos em que é aplicada uma apreciação especializada, esta está em conformidade com o quadro de gestão de riscos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possuía duas sobreposições existentes: uma que refletia um refinamento do modelo relacionado com o risco de refinanciamento, ainda não implementado, e outra recém-criada para refletir as observações das revisões de carteira e das avaliações de risco de crédito do banco. Para além destas fragilidades e sobreposições conhecidas do modelo, o grupo não identificou qualquer outra fragilidade que exigisse uma sobreposição.

No final de 2025, as alterações de gestão do Grupo ao abrigo da IFRS 9 ascendiam a 156 milhões de euros, em comparação com 124 milhões de euros no final de 2024 (o que resultou num aumento da Provisão para Perdas de Crédito em ambos os períodos). As medidas de gestão adicionais a partir do final de 2025 abrangiam duas rubricas principais, como referido acima: Impactos esperados de uma melhoria do modelo relacionada com o risco de refinanciamento e observações das revisões de carteira e avaliações de risco de crédito do banco. A sobreposição relativa ao risco de refinanciamento já existia em 2024 e foi ajustada durante 2025. Adicionalmente, no final de 2024, o Grupo registou uma sobreposição referente à recalibração de um parâmetro de PD, que foi divulgada em 2025. A alteração das margens de gestão durante o ano de 2025 foi impulsionada principalmente por margens tarifárias específicas, tomadas em função dos impactos dos anúncios tarifários dos EUA durante o primeiro trimestre, que foram divulgados ao longo do ano.

Apreciação global de ECL

Para garantir que o modelo ECL do Deutsche Bank tinha em conta as incertezas do ambiente macroeconómico ao longo de 2025, o Grupo continuou a analisar os riscos emergentes, avaliou os potenciais impactos de base e negativos e exigiu medidas para gerir a estratégia de crédito e a apetência pelo risco do banco. O resultado destas análises concluiu que o banco aprovisionou adequadamente as suas perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Os resultados das análises acima referidas e o desenvolvimento de indicadores-chave de carteira são discutidos regularmente no Fórum de Apetência e Gestão do Risco de Crédito e no Comité de Risco do Grupo e, quando apropriado, no Conselho de Administração e no Comité de Auditoria. Sempre que necessário, são tomadas ações e medidas para atenuar os riscos. As notações dos clientes são revistas regularmente para refletir os últimos desenvolvimentos macroeconómicos e, quando são identificados riscos potencialmente significativos, os clientes são transferidos para a lista de observação (Fase 2), podem ser negociadas medidas de carência e são revistos os limites de crédito e as garantias. Em termos gerais, o Grupo acredita que, com base nas suas atividades diárias de gestão do risco e nas revisões regulares dos riscos emergentes, forneceu adequadamente a sua provisão de ECL.

Resultados do modelo da IFRS 9

A provisão para perdas de crédito foi de 1,7 mil milhões de euros em 2025, face aos 1,8 mil milhões de euros em 2024 e aos 36 pontos base (bps) da média dos empréstimos, em linha com a orientação fornecida pelo banco após o terceiro trimestre. A diminuição foi principalmente impulsionada por provisões mais baixas da Fase 3, apesar das provisões persistentemente elevadas para o setor imobiliário comercial. Este facto foi parcialmente compensado por provisões mais elevadas da Fase 1 e da Fase 2 resultantes de efeitos relacionados com o modelo.

No que respeita aos riscos climáticos, as estimativas de maiores exposições a riscos físicos e de transição e o seu impacto nas ECL não resultaram em qualquer ajustamento nas provisões para perdas de crédito para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, bem como em 31 de dezembro de 2024.

Para obter detalhes sobre a provisão para perdas de crédito relacionadas com os segmentos, consultar a secção "Resultados de operações dos segmentos".

Para obter detalhes sobre a política contabilística do Grupo relacionada com a imparidade segundo a IFRS 9, consultar a Nota 01 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas.

Gestão e mitigação de risco de crédito

Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relevantes para o crédito são atribuídas principalmente a analistas de crédito dentro das equipas de crédito, que são organizadas por tipo de contraparte (como instituições financeiras, empresas ou particulares), área económica (por exemplo, mercados emergentes) ou produto, e apoiadas por equipas dedicadas de analistas de notação quando considerado necessário, exceto para clientes de retalho, que são geridos pela unidade de vendas. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado devido a produtos e processos normalizados. A Gestão do Risco de Crédito supervisiona os respetivos processos e ferramentas utilizados nestes processos de crédito de retalho altamente automatizados. É da responsabilidade de cada titular de uma autoridade de crédito ou gestor de crédito proceder à monitorização contínua do crédito das contrapartes que lhe foram atribuídas. O Deutsche Bank tem também em vigor procedimentos destinados a identificar, numa fase inicial, exposições de crédito que possam apresentar um risco acrescido de deterioração do risco/perda.

Nos casos em que o Deutsche Bank identifica contrapartes cuja qualidade creditícia esteja a deteriorar-se ou possa vir a deteriorar-se até ao ponto de apresentarem um risco acrescido de incumprimento/perda, a respetiva contraparte é geralmente colocada na lista de observação. O Deutsche Bank pretende identificar essas contrapartes numa fase inicial, a fim de garantir que as exposições de crédito com riscos acrescidos sejam geridas de forma eficaz e que os instrumentos de gestão do risco do Banco sejam aplicados de forma adequada, com o objetivo de minimizar as perdas potenciais. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce do risco é um princípio da cultura de crédito do Deutsche Bank e destina-se a sensibilizar a gestão para estas posições.

Os limites de crédito para cada contraparte são estabelecidos pela função de Gestão do Risco de Crédito (exceto para clientes de retalho), aplicando as autorizações de crédito atribuídas a cada Analista de Crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do risco de crédito e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas por assinatura eletrónica, segundo o princípio dos quatro olhos, pelos respetivos titulares de poderes de crédito e são arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos com carácter pessoal, em função das habilitações e experiência profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Quando o poder de crédito é insuficiente para estabelecer os limites de crédito necessários, a transação é remetida para um titular de poder de crédito com o respetivo poder de crédito ou, se exceder o poder pessoal mais elevado, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Para além de determinar a qualidade de crédito da contraparte através da atribuição de notações internas e de alinhar a exposição com as diretrizes de risco de concentração de contrapartes do Banco, o Deutsche Bank utiliza também diversas técnicas de mitigação e proteção contra o risco de crédito para otimizar a exposição ao crédito e reduzir potenciais perdas de crédito. Estas técnicas são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável
- Garantias, nas suas várias formas, para reduzir as perdas através do aumento da recuperação das obrigações; os princípios fundamentais da gestão das garantias incluem a eficácia e a aplicabilidade jurídicas, avaliações prudentes e realistas das garantias, redução do risco e dos fundos próprios regulamentares, bem como a eficiência dos custos
- As transferências de risco, que transferem o risco de incumprimento de um devedor para um terceiro, incluindo instrumentos significativos de transferência de risco, são executadas pela unidade de negócio Strategic Corporate Lending (SCL)
- Acordos de compensação e garantia que reduzem a exposição ao crédito resultante de transações com derivados e financiamento de títulos (por exemplo, operações de recompra).
- Cobertura do risco de contraparte dos derivados, incluindo CVA, utilizando principalmente contratos CDS através da sala de Gestão da carteira de contraparte do banco

Garantias

O Deutsche Bank aceita regularmente a receção de garantias de clientes sujeitos a risco de crédito ou o seu fornecimento por terceiros acordados por contratos legalmente eficazes e executórios, documentados por um parecer jurídico escrito e fundamentado. A garantia é uma proteção de crédito sob a forma de ativos (financiados) cedidos ou dados em garantia ou obrigações (não financiadas) de terceiros que serve para mitigar o risco inerente de perda de crédito numa exposição, seja melhorando as recuperações em caso de incumprimento ou substituindo o risco de incumprimento da contraparte. Geralmente, o Deutsche Bank aceita todos os tipos de garantias colaterais elegíveis para os respetivos negócios, mas podemos limitar os tipos de garantias aceites para negócios ou regiões específicos, conforme habitual no respetivo mercado, ou motivados por objetivos de eficiência. Embora as garantias possam ser uma fonte alternativa de reembolso, não substituem a necessidade de elevados padrões de subscrição e de uma avaliação minuciosa da capacidade de serviço da dívida da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

O Deutsche Bank distingue os dois tipos de abordagens de proteção de crédito seguintes:

- Proteção de crédito financiada, como garantias financeiras e outras garantias colaterais, o que permite ao Deutsche Bank recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, títulos (ações, obrigações), penhores de garantias ou cessões de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, ativos móveis (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários; todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito; o valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem revisões ou reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos
- Proteção de crédito não financiada, como garantias que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros não correlacionados. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, os seguro de crédito, seguros de crédito à exportação, as garantias, os derivados de crédito e as participações de risco (não financiadas). As garantias e cartas de conforto fortes fornecidas por membros correlacionados do grupo de clientes (geralmente a empresa-mãe) também podem ser aceites e consideradas em abordagens de notação aprovadas; as garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas

Os processos do Deutsche Bank procuram assegurar que as garantias aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Isto inclui processos para assegurar, em geral, documentação juridicamente eficaz e executável para ativos ou garantias realizáveis e mensuráveis que são avaliados dentro do processo de integração por avaliadores internos dedicados ou equipas com as devidas habilitações, competências e experiência ou avaliadores externos adequados mandatados em processos regulamentados. As avaliações aplicadas seguem métodos ou modelos de avaliação geralmente aceites e incluem a identificação de riscos climáticos, físicos e de transição relevantes. A correção contínua dos valores é monitorizada através de revisões frequentes e orientadas por eventos específicos do tipo de garantia, considerando parâmetros de risco relevantes. As reavaliações são aplicadas em casos de deterioração material provável identificada e o controlo futuro pode ser ajustado respetivamente. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora. O Deutsche Bank procura evitar características de risco de “correlação desfavorável” (wrong-way), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. Se, de qualquer forma, forem aceites garantias com um risco de correlação significativo, o impacto potencial no seu valor é considerado de forma prudente na avaliação. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos de proteção de crédito não financiada, como garantias, está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes relevantes para o crédito.

No caso das garantias financiadas, o montante depende do tipo e da qualidade da respetiva garantia, bem como da sua adequação para utilização por terceiros, da sua vida útil e de outros fatores que influenciam o valor. Na estimativa das LGD, são considerados implicitamente as margens de avaliação que refletem os riscos de liquidação num cenário de incumprimento. A garantia pode movimentar-se em valor ao longo do tempo (valor dinâmico) ou não (valor estático). O Deutsche Bank utiliza deduções de valor para refletir, entre outros:

- flutuações de preços,
- capacidade de utilização insuficiente por parte de terceiros,
- limitações à liquidação/realização,
- desfasamento monetário entre a exposição garantida e a garantia,
- desfasamento de maturidade,
- riscos ambientais,

- aspetos específicos dos ativos (descontos relacionados com a idade, ónus e restrições),
- correlação entre o cumprimento do mutuário e o valor da garantia, por exemplo, no caso de penhor de ações ou títulos do próprio mutuário (neste caso, geralmente a correlação total leva a uma dedução de 100% do valor).

Estas deduções de valor são aplicadas no âmbito da avaliação e, portanto, consideradas diretamente no valor de mercado, ou deduzidas posteriormente.

Transferências de risco

A transferência de riscos para terceiros constitui uma parte fundamental do processo global de gestão do risco do banco e é executada de diversas formas, incluindo vendas diretas, operações de cobertura e titularizações (transferências significativas de riscos). As transferências de risco são efetuadas pelas respetivas unidades de negócio e/ou pela Strategic Corporate Lending (SCL), de acordo com mandatos especificamente aprovados.

A Strategic Corporate Lending gere o risco de crédito de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos da carteira de crédito institucional e corporativa, da carteira de empréstimos alavancados e da carteira de empresas alemãs de média dimensão nos segmentos Corporate Bank e Investment Bank do banco. A SCL monitoriza de perto as transferências significativas de risco (SRT) para evitar que os vencimentos dos empréstimos excedam a proteção de crédito, com períodos de reposição que permitem renovar as operações de cobertura e mitigar o risco de refinanciamento que pode ser causado pela volatilidade no mercado de emissão de SRT. Além disso, a maioria das SRT do Deutsche Bank está estruturada como títulos de dívida indexados a crédito totalmente financiados, eliminando o risco de crédito da contraparte.

Atuando como uma referência de preços central, o Strategic Corporate Lending fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

A Strategic Corporate Lending centra-se na gestão do retorno do risco e na concentração do risco de crédito num único mutuário dentro da carteira de crédito, utilizando técnicas como a venda de empréstimos, a titularização (transferência significativa de risco), as subparticipações e os swaps de risco de incumprimento.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivativos e de financiamento de títulos

A compensação (ou seja, a compensação de linhas de crédito para efeitos do processo interno de avaliação da adequação de capital ao abrigo da Diretiva de Requisitos de Capital (Diretiva 2013/36/UE) e a compensação regulamentar ao abrigo do CRR) aplica-se tanto a derivativos negociados em bolsa como a derivativos OTC (com ou sem compensação). A compensação também se aplica a operações de financiamento de títulos (por exemplo, recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com margem), desde que a documentação, a estrutura e a natureza da mitigação de riscos permitam a compensação com o risco de crédito subjacente, em conformidade com a legislação aplicável e a Política de Compensação e Garantias de Contratos Financeiros do banco KOD – Jurídico ("Política de Compensação"). Embora a compensação entre produtos derivativos e operações de financiamento de títulos possa ser utilizada em certos casos, o banco não recorre à compensação entre produtos para efeitos regulamentares.

Todos os derivativos negociados em bolsa são compensados através de Contrapartes Centrais (CCP), que se interpoem entre as entidades negociadoras, passando a ser a contraparte de cada uma delas. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as contrapartes do banco, o Deutsche Bank utiliza também a compensação das CCP para as suas transações de derivativos OTC.

A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, CFTC) exigem uma compensação de CCP nos Estados Unidos para determinados derivativos OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice, sujeito a exceções limitadas face a determinadas contrapartes. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivativos OTC, às CCP e aos repositórios de transações (EMIR) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na UE para determinadas transações de derivativos OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivativos de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivativos de crédito com base no iTraxx e derivativos de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O banco obteve com sucesso a isenção de compensação para várias das suas subsidiárias consolidadas reguladas com derivativos intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2025, o banco está autorizado a utilizar isenções intragrupo da obrigação de compensação do regulamento EMIR para diversas relações bilaterais intragrupo. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das relações intragrupo, algumas são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União Europeia (UE), para as quais foi concedida uma isenção total, e a maior parte são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). As relações com países terceiros requeriam pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeita à obrigação de compensação; o processo teve lugar ao longo do exercício de 2017. Devido ao "Brexit", o estatuto de algumas entidades do grupo passou de entidade da UE para entidade de um país terceiro, mas não houve qualquer impacto para o banco no que diz respeito às isenções de compensação. Devido às alterações do EMIR que entraram em vigor a 24 de dezembro de

2024, houve algumas alterações nos requisitos de isenção intragrupo, mas, em princípio, o Deutsche Bank pode continuar a utilizar as isenções de compensação pré-existentes.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o risco de liquidação do banco. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os derivados do banco compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o risco de crédito do banco. Nos seus processos de medição do risco e de avaliação do risco, o Deutsche Bank aplica uma compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que acredita que as provisões de compensação com vencimento antecipado da CCP relevantes são legalmente válidas e executórias e foram aprovadas em conformidade com a Política de Compensação do banco.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, o Deutsche Bank procura regularmente celebrar com as contrapartes do banco contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. – ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. A compensação de pagamentos pode ser acordada periodicamente com as contrapartes do banco para várias transações com as mesmas datas de pagamento (por exemplo, transações cambiais) nos termos dos contratos-tipo, o que pode reduzir o risco de liquidação do banco. Nos seus processos de mensuração e avaliação de riscos, o Deutsche Bank aplica a compensação por liquidação apenas na medida em que tenha concluído que o contrato principal é legalmente válido e executável em todas as jurisdições relevantes e que o reconhecimento da compensação por liquidação tenha sido aprovado de acordo com a Política de Compensação do banco.

Além disso, o Deutsche Bank subscreve anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o risco de crédito do banco relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se o Deutsche Bank considerar que o anexo é executável, reflete essa consideração na sua medição da exposição.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. O Deutsche Bank também celebra contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas ao Deutsche Bank. O Deutsche Bank analisa e monitoriza as suas potenciais obrigações de pagamento contingentes resultantes de uma descida de notação no âmbito da sua abordagem de teste de esforço e rácio de cobertura de liquidez para o risco de liquidez de forma contínua. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da notação de crédito do banco.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo a norma CFTC §23.504, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. Alguma documentação é também exigida pelas regras relativas a margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos EUA. De acordo com as regras de margem dos reguladores prudenciais dos EUA, o Deutsche Bank está obrigado a depositar e a cobrar margem inicial para as suas exposições a derivados não compensados com outros negociadores de derivados, bem como com as contrapartes do banco que (i) sejam "utilizadores finais financeiros", tal como definido nas regras de margem dos EUA, e (ii) tenham um valor nocional agregado médio diário de swaps não compensados, swaps baseados em títulos não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais superiores a 8 mil milhões de dólares em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que o Deutsche Bank declare e recolha a margem de variação para os seus derivados com outros corretores de derivados e determinadas contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial, mas sem um limiar para a margem de variação, com um montante de transferência combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de margem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressivamente de setembro de 2017 a setembro de 2022.

Ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, o qual implementa os requisitos relativos a margem do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial foram originalmente sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2021. No entanto, as alterações legislativas publicadas em 17 de fevereiro de 2021 prolongaram os prazos até 2022. Ao abrigo do Artigo 31 do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, uma entidade da UE pode decidir não realizar a troca de margem com contrapartes em algumas jurisdições de não compensação, desde que determinados requisitos sejam cumpridos. Nos termos do artigo 11.º, n.os 5 a 10, do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O banco irá recorrer a esta isenção. O banco obteve com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas reguladas com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2025, o banco está autorizado a utilizar isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para uma série de relações intragrupo bilaterais, que estão publicadas em [db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intra-group-exemptions-margining](https://www.db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intra-group-exemptions-margining). Para algumas relações bilaterais intragrupo, a isenção de margem do EMIR pode ser utilizada com base no artigo 11.º, n.º 5 do EMIR, ou seja, sem necessidade de qualquer pedido ou publicação, porque ambas as entidades estão estabelecidas no mesmo Estado-Membro da UE. Para as subsidiárias de países terceiros, a isenção intragrupo foi originalmente limitada até 30 de junho de 2025 ou quatro meses após a publicação de uma decisão de equivalência da Comissão da UE ao abrigo do artigo 13.º, n.º 2, do EMIR, a menos que, no caso de ser aplicável uma decisão de equivalência, seja apresentado e concedido um pedido de isenção subsequente. Com a entrada em vigor das alterações ao EMIR em 24 de dezembro de 2024 (Regulamento (UE) 2024/2987), a chamada "decisão de equivalência" deixou de ser um requisito para uma isenção de margem. Em princípio, o Deutsche Bank pode continuar a utilizar as isenções de margem pré-existentis.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. O risco de concentração pode também ocorrer em carteiras de garantias (por exemplo, vários créditos e valores a receber de terceiros) que são consideradas de forma conservadora no processo de avaliação e/ou inspeções no local, quando aplicável. O Deutsche Bank utiliza várias ferramentas e indicadores para monitorizar as suas atividades de redução do risco de crédito e concentrações potenciais.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A Gestão de Riscos Empresariais e de Tesouraria (ETRM) define o quadro para a gestão dos riscos de concentração ao nível da carteira. Isto inclui a definição estratégica, monitorização, revisão, reporte e controlo das apetências pelo risco de crédito através de várias dimensões, tais como o Grupo Deutsche Bank, a divisão Corporate, a Unidade de negócio, entidade jurídica, agência, classe de ativos, país e indústria que têm de ser considerados no contexto das aprovações de crédito. A ETRM é também responsável pela calibração e monitorização da grelha de concentração de contrapartes, que fornece orientações aos analistas de crédito sobre o dimensionamento dos limites ao nível das contrapartes. Além disso, a ETRM também proporciona uma visão abrangente e holística do perfil de risco do banco em todos os tipos de risco.

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A estrutura de gestão da carteira do Deutsche Bank integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da sua carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Os riscos emergentes e a evolução do portfólio são discutidos no Fórum Mensal de Gestão do Risco de Crédito e da Carteira, que conta com a participação de gestores seniores de risco de crédito, incluindo o Diretor de Gestão do Risco de Crédito, bem como de gestores seniores da ETRM.

Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, o Deutsche Bank agrupou as suas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. As carteiras são revistas regularmente, pelo menos, numa base anual. As revisões destacam a evolução do setor e os riscos para a carteira de crédito do banco, examinam os riscos de concentração transversais, avaliam o perfil de risco/retorno e incorporam os resultados de um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Por último, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito e a apetência pelo risco dos respetivos setores. A definição da apetência pelo risco do setor tem em consideração a apetência pelo risco de crédito a nível do grupo.

No quadro de gestão de risco de setor de atividade, os limiares são estabelecidos pelo ETRM para limites de crédito para contrapartes na subcarteira de cada indústria. Para efeitos de gestão do risco, a agregação de limites entre setores industriais segue uma visão de risco interna que não tem de ser congruente com a visão baseada em códigos da NACE (Nomenclature statistique des activités économiques dans la Communauté européenne) aplicada noutras partes deste relatório.

Além do risco de crédito, o quadro de risco setorial do banco inclui limites para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros relevantes para a indústria são tidos em conta.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional e nacional é uma parte integrante do quadro de gestão do risco de crédito do banco. Para atingir este objetivo, são definidos limites de risco de país para os países da Ásia (excluindo o Japão), Europa Central e Oriental, Médio Oriente e África, América Latina e também para países selecionados de Mercados Desenvolvidos (com base em notações internas de risco de país). Estes limiares são definidos para exposições agregadas a todas as contrapartes atribuídas a um "país de risco" específico. O "país de risco" da contraparte reflete o seu principal risco económico (macro), os seus resultados financeiros, a sua jurisdição ou outras dependências financeiras. O país de risco está normalmente alinhado com o "país de domicílio" da contraparte. Como tal, para efeitos de gestão do risco de país do banco, a agregação das exposições entre países pode diferir da perspetiva de exposição geográfica aplicada noutras partes deste relatório.

As carteiras por país são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar consoante a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. Estas revisões avaliam, entre outros fatores, os principais desenvolvimentos e perspetivas de risco macroeconómico e político; a composição da carteira, a evolução da qualidade e as concentrações de risco em condições normais e de esforço. Com base nisto e tendo em conta a apetência e a estratégia de risco do Grupo, são definidas a apetência e as estratégias de risco por país pela ETRM.

Para além dos limiares por país, são definidos limites para monitorizar a exposição ao risco de desvio país a país. Além do risco de crédito, o quadro de risco de país do banco inclui limiares para posições de negociação que medem o valor de mercado agregado das posições de risco de crédito negociadas. Para mercados emergentes, são também definidos limiares de risco de mercado para medir o impacto dos resultados em cenários de esforço específicos por país nas posições de negociação em toda a carteira do banco. São ainda definidos limites para capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são considerados e tidos em conta na fixação dos limiares financeiros, sempre que necessário. Para avaliar o risco de país, o Deutsche Bank utiliza diferentes medidas, incluindo notações de risco por país que são definidas e monitorizadas pela equipa de investigação da ETRM. Estas notações incluem:

- As notações de risco de incumprimento soberano medem a probabilidade de um país deixar de cumprir as suas obrigações em moeda estrangeira ou local
- As notações de risco de transferência medem a probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de um devedor solvente não conseguir cumprir as suas obrigações devido à incapacidade de obter moeda estrangeira ou de transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

Gestão dos riscos climáticos e ambientais

O banco criou um quadro específico para a gestão dos riscos climáticos e ambientais. O quadro estabelece os principais requisitos em matéria de governação, identificação do risco e avaliação da materialidade, apetência pelo risco, monitorização do risco, controlos e testes de esforço.

As concentrações de riscos climáticos e ambientais são monitorizadas, através de relatórios específicos, por comités-chave do Banco (por exemplo, o Comité de Risco do Grupo) e geridas através de:

- Limiares de apetência pelo risco em torno das metas de descarbonização do banco, estabelecidas para oito setores prioritários (Exploração e Produção de Petróleo e Gás, Geração de Energia, Automóvel – Veículos Ligeiros, Siderurgia, Mineração de Carvão, Cimento e Aviação) e as emissões totais financiadas da Carteira de Empréstimos a Empresas
- Indicadores de alerta precoce, estabelecidos em diferentes carteiras (empresas, governos e instituições financeiras) para os riscos relacionados com a transição climática, o clima físico e a natureza

As novas transações com impacto significativo nas emissões financiadas pelo banco e/ou nas metas de zero emissões líquidas são analisadas pelo Net Zero Forum do Grupo, composto por representantes seniores das áreas de Negócio e de Risco e do Gabinete de Sustentabilidade. A análise dos membros do fórum inclui uma avaliação das divulgações de sustentabilidade, estratégias de transição, objetivos de descarbonização e governação dos clientes. As novas transações devem estar em conformidade com a apetência pelo risco setorial interno do Deutsche Bank, alinhada com as metas de zero emissões líquidas. Em 2024 e continuando em 2025, as métricas de apetência pelo risco setorial ao nível do Grupo foram transmitidas às divisões, para reforçar a sua responsabilidade e apoiar as suas estratégias de negócio. Neste contexto, foram criados Fóruns Net-Zero específicos no Corporate Bank e no Investment Bank.

Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da abordagem do risco de contraparte, do setor e do país, o Deutsche Bank dispõe de um quadro para gerir determinadas concentrações de risco por classe de ativos e estabelece limites ou limiares, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. Para efeitos da gestão interna do risco da carteira do DB, as classes de ativos são grupos de exposições financeiras que apresentam um desempenho e comportamentos semelhantes, tanto em condições normais de funcionamento como em situações de stress grave. As posições em risco numa classe de ativos terão normalmente uma característica comum ou uma sensibilidade aos mesmos fatores económicos e/ou de mercado e aos desenvolvimentos empresariais, legais e regulamentares. Quando essa característica ou sensibilidade é desencadeada, as transações na classe de ativos podem reagir e ter um desempenho semelhante. Tratam-se de carteiras que a divisão de Risco do banco considera terem potencial para tail risks consideráveis e que requerem uma monitorização adicional. A apetência pelo risco de crédito a nível do grupo é tida em conta na definição dos limites ou limiares de risco por classe de ativos.

Os negócios de Private Bank e alguns negócios de Corporate Bank do banco são geridos através de estratégias específicas de produtos que definem a apetência pelo risco relativamente a carteiras com características de risco de crédito semelhantes, como carteiras de retalho de créditos hipotecários e de consumo, bem como de produtos para clientes empresariais. As análises de risco são realizadas ao nível da carteira, incluindo uma maior discriminação por unidades de negócio, bem como por países/regiões. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

Subscrição de transações nos mercados de capitais

O banco centra-se especificamente nas transações com riscos de subscrição em que subscreve compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem o compromisso de fornecer empréstimos bancários para sindicância no mercado de capitais de dívida e empréstimos intercalares para a emissão de títulos. Os riscos inerentes de não ser bem-sucedido na distribuição das facilidades ou na colocação das notas incluem um atraso na distribuição, o financiamento de empréstimos subjacentes, bem como um risco na definição de preços, uma vez que alguns compromissos de subscrição estão adicionalmente expostos ao risco de mercado sob a forma de spreads de crédito alargados. Sempre que aplicável, o Deutsche Bank cobre dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Uma importante classe de ativos, na qual o Deutsche Bank está ativo em termos de subscrição, consiste nos empréstimos de alavancagem, os quais são principalmente executados através da divisão de Leveraged Debt Capital Markets. O modelo de negócio consiste numa abordagem focada em comissões à distribuição de compromissos de subscrição, principalmente sem financiamento, no mercados de capitais. Os riscos suprarreferidos relativos à distribuição e ao movimento de spreads de crédito aplicam-se a esta divisão. No entanto, são geridos com base num conjunto específico de limites nocionais e de risco de mercado. Estes últimos requerem que o negócio também garanta a cobertura das subscrições face a oscilações do mercado. O modelo baseado em comissões da divisão Leveraged Debt Capital Markets inclui uma abordagem restritiva às concentrações de risco de nome individual retidas no balanço do Deutsche Bank, o que resulta numa carteira global diversificada sem quaisquer concentrações materiais. A carteira no balanço a longo prazo resultante é também sujeita a um limite de crédito completo e a um quadro de cobertura.

O Deutsche Bank também desenvolve uma importante atividade de subscrição através do seu gabinete de Debt Capital Markets, que se centra no apoio a empresas com grau de investimento e com notações cruzadas, geralmente no âmbito do financiamento de transações de fusões e aquisições. Estas exposições são normalmente empréstimos intercalares de 12 a 24 meses, que se espera sejam reembolsados por empréstimos em consórcio e/ou emissões nos mercados de capitais por parte do mutuário. O Deutsche Bank não assume o risco de colocação no mercado nem o risco de fixação de preços relativamente a estas exposições, mas enfrenta o risco de financiamento e o risco de crédito durante o período de vigência do compromisso, que são geridos através de limites de subscrição nocionais para o Grupo e de um quadro de concentração do sector.

Gestão do risco de mercado

Quadro de risco de mercado

A grande maioria dos negócios do Deutsche Bank está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das posições de negociação e investimento do Grupo. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos spreads de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado. O risco de mercado pode afetar as opiniões contabilísticas, económicas e regulamentares da exposição.

A Gestão do Risco de Mercado faz parte da função de risco independente do Deutsche Bank e está localizada dentro do grupo da Gestão do Risco de Mercado e Avaliações. Um dos principais objetivos da Gestão do Risco de Mercado é garantir que a exposição ao risco das unidades de negócio se encontra dentro dos limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

O Grupo diferencia três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes do segmento Investment Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de movimentos do mercado, principalmente fora das atividades das unidades de negociação, na carteira bancária e em elementos extrapatrimoniais; inclui o risco de taxa de juro, o risco de spread de crédito, o risco de investimento e o risco cambial, bem como o risco de mercado decorrente dos regimes de pensões, dos fundos garantidos e da compensação por ações; o risco de mercado não relacionado com a negociação inclui também o risco decorrente da modelização dos depósitos dos clientes, bem como dos produtos de poupança e de empréstimo

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o risco de mercado do Grupo. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

Medição do risco de mercado

O Grupo tem o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Os riscos do mercado são medidos através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de apetência pelo risco do banco, no qual o quadro limite é uma componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do Risco de Mercado atribui esta apetência geral aos segmentos de negócio e às suas respetivas unidades de negócio com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. O Deutsche Bank dispõe igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites de áreas de negócio, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são

definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O valor em risco do Grupo para as atividades comerciais baseia-se num modelo de simulação histórica (abordagem de modelo interno) que utiliza predominantemente a reavaliação total, embora algumas carteiras continuem a ser baseadas numa abordagem de sensibilidade. A abordagem é utilizada tanto para a gestão do risco como para os requisitos de capital.

O VaR de gestão do risco é calibrado a um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas posições de negociação do banco seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para efeitos de capital regulamentar, o modelo VaR é calibrado num intervalo de confiança de 99% e um período de carência de dez dias.

O cálculo usa uma técnica de simulação histórica que utiliza um ano de dados históricos de mercado como dados de cálculo e correlações observadas entre os fatores de risco durante este período de um ano.

O modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de swap/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são também considerados no cálculo do VaR. A lista de fatores de risco incluída no modelo VaR é revista regularmente e melhorada como parte das avaliações de desempenho do modelo em curso.

O modelo incorpora tanto os impactos lineares como, especialmente para os derivados, os impactos não lineares predominantemente através de uma abordagem de reavaliação completa, mas também utiliza uma abordagem baseada na sensibilidade para determinadas carteiras. A abordagem de reavaliação completa utiliza as alterações históricas aos fatores de risco como dados para as funções de preços. Embora esta abordagem seja dispendiosa em termos de cálculo, dá uma visão mais precisa do risco de mercado para posições não lineares, especialmente em cenários de esforço. A abordagem baseada na sensibilidade utiliza sensibilidades para fatores de risco subjacentes, em combinação com alterações históricas desses fatores de risco.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O VaR permite ao Grupo aplicar uma medida consistente a todas as nossas exposições ao justo valor. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os resultados de negociação diários.

Ao utilizar resultados de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos do mercado pode não ser um bom indicador de potenciais acontecimentos futuros, em especial os de natureza extrema; esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime as perdas potenciais futuras (como na crise do crédito financeiro de 2008/09), mas também pode fazer com que seja sobrestimado imediatamente após um período de tensão significativa (como na pandemia de COVID-19)
- O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia

- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que não sejam totalmente captados no modelo VaR (parcialmente captados ou não captados de todo)

O processo de captar e avaliar sistematicamente os riscos atualmente não captados no modelo do VaR do banco foi desenvolvido e melhorado. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no modelo interno do banco. Os riscos não incluídos no VaR são monitorizados e avaliados regularmente, através do quadro Risco não incluído no VaR (RNIV). Este quadro é coerente com a abordagem de simulação histórica que, por sua vez, produz uma estimativa mais precisa da contribuição destes elementos em falta e da sua potencial capitalização.

O Deutsche Bank está empenhado no desenvolvimento contínuo dos modelos de risco internos e recursos substanciais são afetados à respetiva revisão, validação e melhoria.

Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVaR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. O Grupo calcula uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O VaR em esforço é calculado com um período de carência de dez dias. O cálculo do SVaR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da simulação histórica.

O processo de seleção do período de esforço para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na comparação do VaR calculado utilizando janelas de tempo históricas em comparação com o SVaR atual. Se uma janela histórica produzir um VaR superior ao SVaR atual, esta é investigada mais aprofundadamente e a janela de SVaR pode ser subsequentemente atualizada em conformidade. Este processo decorre numa base trimestral.

Durante 2025, o processo de seleção do período de esforço para o Grupo foi conduzido conforme descrito acima. Consequentemente, a janela SVaR utilizada em vários períodos de 2025 incluiu a crise da dívida soberana europeia de 2011/12 e a crise da COVID-19 de 2019/20.

Requisitos de capital para riscos adicionais

Os requisitos de capital para riscos adicionais captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. O Grupo utiliza uma simulação de Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira ao longo de um horizonte de capital de um ano sob uma abordagem de posição constante e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo uma abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação, as maturidades, as notações com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

Método padrão do risco de mercado

O Método Padrão do Risco de Mercado (MRSA) é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado do Deutsche Bank migrou da abordagem de Monte Carlo para a de simulação histórica no segundo trimestre de 2025. Desta forma, alinha-se o conceito de geração de cenários no cálculo do capital económico com o utilizado para o capital regulamentar. O modelo é composto por duas componentes principais: a componente de "risco comum", que abrange os fatores de risco em todas as atividades, e a componente de "risco específico da atividade", que enriquece o Risco Comum através de um conjunto de Testes de Esforço Específicos da Atividade. As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro SVaR, enquanto os Testes de esforço específicos ao negócio estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum.

Capital económico do risco de incumprimento negociado

O Capital Económico de Risco de Incumprimento Negociado capta as exposições de crédito relevantes em todas as carteiras de negociação e de justo valor do Deutsche Bank. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através da gestão de risco de mercado, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação atual e o Valor de mercado equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, é realizado um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

O Deutsche Bank determinou o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,7 mil milhões de euros. O montante em 31 de dezembro de 2024 era de 1,7 mil milhões de euros. Não se registaram alterações significativas em relação ao ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2025, a redução da perda esperada resultante da subtração dos ajustamentos de valor adicionais foi de 80 milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo destes ajustamentos no capital CET 1 do banco.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades fora das unidades de negociação, na carteira bancária, incluindo regimes de pensões e garantias, e de considerações sobre o diferente tratamento contabilístico das transações. Os principais fatores de risco de mercado a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão de risco nesta área são o risco de taxa de juro (incluindo o risco de opcionalidade incorporada e as alterações nos padrões de comportamento para determinados tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial (incluindo o risco cambial estrutural) e o risco de ações (incluindo o risco relacionado com a remuneração em ações e investimentos em ações públicas e privadas, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e de fundos).

Quanto aos riscos de mercado relacionados com a negociação, o quadro de apetência pelo risco e limite do Grupo também é aplicado para gerir a exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação. A nível do Grupo, estes riscos são contemplados pelos limites definidos pelo Conselho de Administração para o capital económico de risco de mercado, que abrange as exposições a todos os riscos de mercado em todas as classes de ativos, e para as métricas baseadas no rendimento e no valor económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária. Estes limites são transmitidos em cascata pela Gestão do Risco de Mercado até ao nível das divisões ou da carteira. O quadro-limite para a exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação é ainda complementado por um conjunto de testes de esforço específicos do negócio, limites de valor em risco e sensibilidade monitorizados diariamente ou mensalmente, dependendo da medida de risco utilizada.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A função de Tesouraria do Grupo tem o mandato de gerir o risco de taxa de juro de forma centralizada, com a Gestão do Risco Corporativo e de Tesouraria a atuar como 2.^a Linha de Defesa (LoD). O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo (ALCo) supervisiona e orienta a posição de risco de juro estrutural do Grupo e a gestão da margem financeira. O ALCo monitoriza a sensibilidade dos recursos financeiros e as métricas associadas aos parâmetros-chave do mercado, tais como curvas de taxas de juro, e supervisiona o cumprimento dos limites de recursos financeiros das divisões/do negócio.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital (ΔEVE) como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela EBA, além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco. Para a comunicação de cenários internos de esforço e apetência pelo risco, o Grupo aplica várias hipóteses de modelação diferentes, tal como utilizadas nesta divulgação. Ao agregar a alteração no valor económico do capital próprio ΔEVE em diferentes moedas, o Grupo soma as variações negativas e positivas sem aplicar fatores de ponderação para as variações positivas. Além disso, o Grupo está a utilizar pressupostos de modelos comportamentais para a duração da taxa de juro do capital próprio, bem como depósitos sem prazo de vencimento de instituições financeiras.

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido (NII) resultante dos movimentos das taxas de juro ao longo de um horizonte temporal definido, em comparação com um cenário de referência definido. Por conseguinte, o Grupo mede a alteração no rendimento de juros líquido ΔNII como a redução máxima no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela EBA, além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco, em comparação com um cenário de curva de mercado implícito, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo emprega técnicas de mitigação para cobrir o risco de taxa de juro decorrente de posições não relacionadas com a negociação dentro de determinados limites. O risco de taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com negociação é gerido pela equipa de Mercados e Investimentos de Tesouraria, que faz parte da Tesouraria do Grupo. Por conseguinte, o Grupo utiliza derivados e aplica diferentes técnicas de contabilidade de cobertura, tais como contabilidade de cobertura do justo valor ou contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a

alterações nas taxas de juro de referência. Para coberturas no contexto da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juro de referência.

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto.

A função de gestão do risco do modelo realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB, tal como para todos os modelos de risco de mercado, em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

O cálculo do VaR e das sensibilidades do risco de taxa de juro é realizado diariamente, ao passo que a medição e o reporte da taxa de juro de valor económico e o risco dos ganhos são realizados mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições nos segmentos Private Bank e Corporate Bank. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito. O Grupo testa regularmente (pelo menos uma vez por ano) os pressupostos e atualiza-os quando necessário, seguindo um processo de governação definido.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de depósitos sem prazo de vencimento é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 2,44 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. Ao calcular os indicadores baseados no valor económico, a margem comercial é excluída para os componentes materiais do balanço.

Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto ao risco de spread de crédito na carteira bancária (CSRBB), principalmente devido a obrigações detidas pelo Tesouro para atividades de gestão de reservas de liquidez e de risco de taxa de juro de ativos e passivos. O risco de spread de crédito na carteira bancária é gerido pela Tesouraria e pelas unidades de negócio, atuando a Gestão de Risco Corporativo e da Tesouraria como uma função de supervisão independente, garantindo que a exposição está dentro a apetência pelo risco aprovada. O perímetro para a medição e monitorização da exposição à CSRBB vai além do justo valor dos ativos e passivos e inclui também posições contabilizadas pelo custo amortizado cujo preço está ligado a uma referência de mercado observável. O cálculo da sensibilidade do spread de crédito e do valor em risco para exposições relevantes ao spread de crédito é geralmente realizado diariamente. A medição e a divulgação do capital económico e dos testes de esforço específicos da CSRBB são realizadas mensalmente.

Risco cambial

O risco cambial decorre das posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação do Investment Bank, sendo consequentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente

do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial aberto não relacionado com a negociação resulta da conversão cambial do capital local para a moeda de relato do Grupo e de posições de cobertura de capital relacionadas. Deste modo, são assumidas posições longas estruturais em aberto para um número selecionado de divisas relevantes, de forma a imunizar a sensibilidade do rácio de capital do Grupo face às variações das taxas de câmbio.

Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação decorre predominantemente das participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos planos de remuneração em capital.

As participações de investimento de capital do Deutsche Bank não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a franquia de negócio do banco e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os principais investimentos são investimentos diretos em capital privado, imobiliário, capital de risco, fundos de cobertura ou fundos mutualistas, ao passo que os ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários são de natureza não estratégica.

As participações de investimentos de capital são incluídas em testes de esforço regulares a nível do grupo e nos cálculos mensais de capital económico de risco de mercado.

Risco de pensões

O Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes de planos de pensões de benefícios prestação definida para colaboradores atuais e antigos. Os riscos de mercado nos planos de pensões materializam-se devido a um potencial declínio no valor de mercado dos ativos do plano ou a um aumento do valor atual das responsabilidades com pensões de cada um dos planos de pensões. A Gestão do Risco de Mercado é responsável por uma medição, monitorização, informação e controlo regulares dos riscos de mercado do lado do ativo e do passivo dos planos de pensões de prestação definida. Assim, os riscos de mercado nos planos de pensões incluem, mas não estão limitados ao risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de spread de crédito, risco de ações e risco de longevidade. Para mais detalhes sobre as obrigações com pensões de prestação definida do Grupo e a sua gestão, consulte a Nota 33 "Benefícios de colaboradores" na secção "Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas".

Outros riscos na carteira bancária

Os riscos de mercado do negócio de Asset Management resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos fundos do banco.

Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico de risco de mercado relacionado com a negociação ou através da utilização de modelos de risco de mercado não relacionado com a negociação específicos para cada classe de risco, que consideram, entre outros fatores, os movimentos de mercado observados historicamente, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento do cliente em relação a produtos com opções comportamentais.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A Gestão do Risco de Mercado realiza diversos tipos de testes de esforço para abranger a variedade de riscos (Testes de Esforço de Carteira, testes de esforço específicos para cada unidade de negócio e Cenários de Risco de Eventos) e contribui também para os testes de esforço em todo o Grupo. Estes testes de esforço abrangem um vasto conjunto de gravidades concebidas para testar a estabilidade dos ganhos e a adequação de capital do banco.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da potencial incapacidade do Grupo Deutsche Bank de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou sem incorrer em custos excessivos. A taxonomia de risco do Grupo distingue dois aspetos do risco de liquidez: Risco de liquidez de curto prazo e risco estrutural de financiamento, ambos inseridos num quadro abrangente de gestão dos riscos de liquidez e de financiamento. O objetivo do quadro consiste em garantir que o Grupo dispõe de uma governação e de controlos sólidos para cumprir as suas obrigações de pagamento (incluindo as intradiárias) em qualquer momento, incluindo períodos de esforço, e para gerir os seus riscos de liquidez e de financiamento no âmbito da apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração, aquando da execução do plano estratégico. O quadro considera todos os fatores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Quadro de risco de liquidez e de financiamento

Os principais indicadores de risco relacionados com a liquidez e o financiamento estão incorporados na estrutura de apetência pelo risco do banco e são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração pelo menos anualmente. A apetência pelo risco é aplicada ao nível do Grupo e a entidades de liquidez específicas definidas internamente, por exemplo, o Deutsche Bank AG, para monitorizar e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Grupo.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo é o órgão de governação de tomada de decisão do Grupo, mandatado pelo Conselho de Administração para otimizar a origem e a implementação do balanço e dos recursos financeiros do Grupo em linha com a apetência pelo risco e estratégia de risco do Conselho de Administração. Do ponto de vista da segunda linha de defesa, o Comité de Risco do Grupo é mandatado pelo Conselho de Administração e tem autoridade para tomar decisões sobre assuntos relevantes relacionados com o risco. As funções e responsabilidades detalhadas do Comité de Ativos e Passivos do Grupo, bem como do Comité de Risco do Grupo, estão definidas na secção "Governação do risco" deste relatório.

A Estrutura de Gestão dos Riscos de Liquidez e Financiamento define a organização das funções de gestão de liquidez em consonância com a estrutura das três linhas de defesa, descrita na secção "Princípios de gestão do risco" deste relatório, incluindo as responsabilidades correspondentes das funções que compõem as três linhas de defesa. No contexto do Quadro de Gestão dos Riscos de Liquidez e Financiamento, estas funções incluem o seguinte:

- Primeira Linha de Defesa: divisões corporativas e Tesouraria
- Segunda Linha de Defesa: CRO – Gestão do Riscos Corporativo e de Tesouraria (ETRM)
- Terceira Linha de Defesa: Auditoria do Grupo

Os princípios de gestão do risco de liquidez do Grupo estão documentados num documento de política e o quadro está descrito no documento do quadro. Tanto a política como o documento do quadro aderem e articulam a forma como as oito práticas-chave de gestão do risco são aplicadas ao risco de liquidez, sendo estas práticas-chave: 1) governação do risco, 2) organização do risco (3 linhas de defesa), 3) cultura de risco, 4) apetência e estratégia de risco, 5) identificação e avaliação de riscos, 6) mitigação e controlos de riscos, 7) medição e comunicação de riscos, bem como 8) planeamento e execução de cenários de esforço. As funções e responsabilidades individuais relevantes para cada uma destas práticas estão definidas e documentadas na Matriz de Responsabilidade Global para o risco de liquidez, que proporciona maior clareza e transparência sobre as funções e responsabilidades de todas as partes interessadas envolvidas. Todos os procedimentos adicionais e documentos de apoio (tanto globais como locais) emitidos pelas funções de gestão do risco de liquidez definem em maior detalhe os requisitos específicos para as práticas de risco de liquidez.

Em conformidade com o Processo de Análise e Avaliação da Supervisão do Banco Central Europeu (e com o requisito revisto do Processo de Avaliação da Adequação da Liquidez Interna, emitido em novembro de 2018), o Grupo implementou um Processo de Avaliação da Adequação da Liquidez Interna, que é realizado, avaliado, documentado e revisto pelo menos anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração.

Apetência pelo risco e definição de controles

A apetência pelo risco de liquidez do Grupo, que é definida através de princípios qualitativos e de métricas de apoio quantitativas, está definida na Declaração de Apetência pelo Risco e está sujeita às normas estabelecidas na Política de Apetência pelo Risco. Esta Declaração de Apetência pelo Risco (RAS) do Grupo abrange métricas regulamentares (Pilar 1), bem como internas (Pilar 2), e é ainda suportada pela estrutura de controles de risco de liquidez, que consiste em limites de Apetência pelo Risco, para além de um conjunto de limites adicionais, limiares e indicadores de alerta precoce.

A área de Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência pelo risco em todas as métricas relevantes, e implementa ferramentas, incluindo limites de risco ao nível da unidade de negócio, desdobrando ainda mais os aspetos da apetência pelo risco ao nível das divisões, e garantindo assim a facilidade de cumprimento ao nível do Grupo. Desta forma, a Tesouraria trabalha em estreita colaboração com a Gestão do Risco Corporativo e de Tesouraria, sob a sua autoridade delegada, e com as divisões para identificar, analisar e monitorizar as características subjacentes do risco de liquidez nas carteiras de negócio. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares sobre as alterações na posição de liquidez do Grupo decorrentes de atividades de negócio e eventos do mercado.

Além disso, o Grupo garante, ao nível de cada Entidade relevante em termos de liquidez, que todas as métricas de liquidez locais são geridas em conformidade com a apetência pelo risco definida. Os excedentes de liquidez locais são agrupados em hubs do Deutsche Bank AG e as carências de liquidez locais podem ser satisfeitas através do apoio destes hubs. As transferências de capacidade de liquidez entre entidades estão sujeitas ao quadro de aprovação de Financiamento Interempresa, que envolve a função de gestão de liquidez do Grupo, bem como os gestores de liquidez locais, considerando a conformidade com as métricas do Pilar 1, incluindo o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) e o Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR), bem como com as métricas do Pilar 2, incluindo a Posição de Liquidez Líquida em Situação de Esforço (sNLP) e a Matriz de Financiamento. Qualquer excedente disponível que resida em entidades com restrições à transferência de liquidez para outras entidades do Grupo, por exemplo, devido a requisitos regulamentares de empréstimo, é tratado como retido e, como tal, não é considerado no cálculo do excedente de liquidez consolidado do Grupo.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho do Banco face às principais métricas de liquidez, incluindo a apetência pelo risco e indicadores internos e de mercado, através de um painel de liquidez semanal.

Gestão do risco de financiamento e diversificação do financiamento

Em conformidade com as diretrizes regulamentares, o Deutsche Bank desenvolveu um conjunto de indicadores internos para medir os seus riscos de financiamento inerentes. Estes são considerados para efeitos de gestão e orientação do risco, além dos requisitos do Pilar 1.

O Grupo depende de uma gama diversificada de fontes de financiamento, incluindo depósitos, financiamento por grosso não garantido, emissões nos mercados de capitais e financiamento garantido. Estas fontes de financiamento protegem a posição de liquidez do Grupo de duas formas. Em primeiro lugar, uma vez que os eventos de esforço podem ter um impacto diferente nos mercados de financiamento, a manutenção de uma carteira de financiamento bem diversificada reduzirá o impacto médio destes eventos. Em segundo lugar, em caso de dificuldades de liquidez, o acesso a uma vasta gama de fontes de financiamento melhora significativamente a capacidade do Grupo para aceder a diferentes mercados de financiamento. A diversificação entre produtos é complementada por indicadores de risco definidos para monitorizar a concentração de prazos e a concentração de contrapartes.

A estabilidade da posição de financiamento do Deutsche Bank Group pode ser afetada negativamente por várias formas de riscos setoriais, que frequentemente manifestam tendências estruturais de médio a longo prazo com um impacto potencialmente significativo a longo prazo na economia e nos balanços dos bancos. O Deutsche Bank realiza análises ad hoc sobre esses riscos emergentes para avaliar o impacto dessas tendências na sua posição de financiamento, a fim de garantir que sejam tomadas medidas de atenuação atempadamente, quando tal for considerado necessário. Além disso, a Tesouraria avalia mensalmente a informação atual de acesso ao mercado nos seus mercados de financiamento significativos, sendo os resultados compilados e apresentados ao Comité de Ativos e Passivos do Grupo.

A ferramenta utilizada pelo Deutsche Bank para monitorizar e gerir o perfil de financiamento de longo prazo do Grupo há mais de dez anos é a Matriz de Financiamento. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas de base. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez ao longo do tempo. O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez ou, no caso de produtos sem maturidade, a maturidade é substituída por pressupostos de modelização de base.

Emissão nos mercados de capitais

O principal objetivo da emissão de dívida é obter financiamento a longo prazo da forma mais rentável possível. A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas e títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Grupo e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos uma vez por ano, após aprovação pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos, a Tesouraria envia um plano de financiamento a longo prazo anual ao Comité de Risco do Grupo para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A carteira de emissão nos mercados de capitais do Grupo é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

O Deutsche Bank detém uma licença para emitir obrigações hipotecárias Pfandbriefe e mantém um programa de emissão de obrigações cobertas estruturadas. Em 2025, a plataforma Pfandbrief foi enriquecida para suportar Pfandbriefe resgatáveis, o que alarga ainda mais a largura de banda oferecida aos investidores. O programa espanhol de obrigações garantidas (Cedulas) está atualmente em fase de descontinuação, embora existam planos para o reiniciar em 2026. Desde 2020, o Grupo mantém a sua estrutura de Obrigações Verdes, que oferece emissões de obrigações verdes tanto para investidores institucionais como para investidores de retalho. Além disso, foram executados diversos títulos estruturados verdes, depósitos verdes e acordos de recompra (repos). Em 2024, o quadro de sustentabilidade foi enriquecido para apoiar também os ativos sociais. O Deutsche Bank também alargou a sua plataforma para emitir obrigações Panda na China. Desde 2023, foram emitidas obrigações no mercado chinês com um valor nominal total de 8 mil milhões de yuans.

Monitorização e gestão do risco de liquidez

As equipas financeiras de Relatórios e Análises de Liquidez e Tesouraria (LTRA) e de Medição e Relatórios de Dados de Liquidez (LDMR) são conjuntamente responsáveis pela produção precisa e atempada de relatórios de liquidez regulamentares externos (Pilar 1), bem como de relatórios de gestão interna (Pilar 2) para o risco de liquidez do Grupo. Além disso, a LTRA é responsável pelo desenvolvimento de sistemas de informação de gestão e pelas análises relacionadas para apoiar a estrutura de risco de liquidez e a sua governação para a Gestão do Risco Corporativo e de Tesouraria.

Rácio de cobertura de liquidez (LCR)

O Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) é uma métrica regulamentar criada para garantir que o Grupo mantém recursos de liquidez adequados sob a forma de Ativos Líquidos de Alta Qualidade (HQLA) para compensar o stress de liquidez de curto prazo descrito nas Saídas Líquidas de Caixa (NCO) num horizonte de 30 dias em moeda consolidada.

Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)

A Posição de Liquidez Líquida em Esforço (sNL) é uma métrica interna utilizada para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Deutsche Bank através de testes de esforço e análise de cenários em vários horizontes temporais. As principais diferenças entre a métrica de teste de esforço de liquidez interna (sNLP) e o LCR incluem o horizonte temporal da apetência pelo risco (3 meses versus 30 dias, respetivamente), as diferenças de classificação e de desconto entre os títulos de dívida dentro do sNLP e os ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) que contribuem para o LCR, as taxas de saída para várias categorias de financiamento, bem como a premissa de entrada para vários ativos (por exemplo, amortizações de empréstimos). O teste de esforço de liquidez do Grupo também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, que não são sistemicamente refletidos no LCR.

Rácio de financiamento estável líquido (NSFR)

O Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) é uma métrica regulamentar que avalia o perfil de financiamento estrutural do Deutsche Bank, comparando o Financiamento Estável Disponível (ASF), incluindo capital e passivos estáveis, com o Financiamento Estável Necessário (RSF) para ativos patrimoniais, mitigando assim os riscos de financiamento de médio a longo prazo.

Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes internos de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são utilizados para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Estes complementam o processo de gestão de caixa operacional. A estratégia de liquidez de longo prazo baseada em maturidades contratuais ou modeladas de referência é representada por uma métrica de longo prazo conhecida como Matriz de Financiamento (podem ser encontradas informações adicionais na secção "Gestão do risco de financiamento e diversificação de financiamento" deste relatório).

A exposição global aos testes de esforço de liquidez é gerida pela Tesouraria em conformidade com a respetiva apetência pelo risco. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia geral do teste de esforço, pela escolha dos fatores de risco de liquidez e pela determinação dos pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir os dados de entrada em resultados do teste de esforço. A Gestão do Risco Corporativo e de Tesouraria é responsável pela definição dos cenários de esforço. Conforme estabelecido pela Política e o Procedimento de Gestão do Risco de Modelo, a Gestão do Risco Corporativo e de Tesouraria e a Gestão do Riscos de Modelo realizam a validação independente dos modelos de risco de liquidez. As equipas de financeiras de Relatórios e Análises de Liquidez e Tesouraria (LTRA) e de Medição e Relatórios de Dados de Liquidez (LDMR) são responsáveis por implementar estas metodologias e realizar o cálculo do teste de esforço em conjunto com a Tesouraria, a Gestão do Risco de Liquidez, a Análise Estratégica do Grupo e o Departamento de Tecnologia da Informação.

Os testes de esforço e a análise de cenários são utilizados para descrever e avaliar o impacto de eventos de esforço súbitos e graves sobre a posição de liquidez do Grupo. O Deutsche Bank selecionou quatro cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço do Grupo. Estes cenários são concebidos para captar potenciais resultados que podem ser encontrados pelo Grupo. O cenário mais grave avalia as potenciais consequências de um evento de esforço combinado, generalizado no mercado, e de um evento idiossincrático severo, incluindo descidas de vários níveis nas notações de crédito do Banco. Em cada um dos cenários, é considerado o impacto de um evento de esforço de liquidez em diferentes horizontes temporais e em múltiplos fatores de risco de liquidez, cobrindo todas as linhas de negócio e áreas de produtos, e, com isso, todas as carteiras e o balanço. Os resultados desta análise de cenários alimentam também o Teste de Esforço Corporativo, realizado pela Gestão do Risco Corporativo, que analisa o risco de liquidez em conjunto com os outros tipos de risco definidos e avalia o seu impacto e interação nas posições de Capital e Liquidez.

Além disso, são incluídos na análise os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo levantamentos de facilidades de concessão de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivativos e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Subsequentemente, as contramedidas, que são as medidas que o Grupo tomaria para contrabalançar os fluxos de saída ocorridos durante um evento de esforço, são também tidas em consideração. Estas contramedidas incluem a utilização das reservas de liquidez do Grupo e a geração de liquidez a partir de outros ativos livres de encargos e comercializáveis sem causar qualquer impacto material no modelo de negócio do Grupo.

O teste de esforço é realizado a nível do grupo e para entidades relevantes para a gestão do risco de liquidez. A análise de esforço abrange uma série de períodos de tempo, podendo chegar a 1 ano, dependendo do cenário. O período de maior esforço é de três meses, considerado o momento crítico durante uma crise de liquidez, exigindo que a liquidez seja avaliada e gerida ativamente a nível do grupo. Além do teste de esforço cambial consolidado, são realizados testes de esforço adicionais para divisas relevantes, nomeadamente o euro e o dólar dos EUA. Tanto a nível global como para as entidades dos EUA, os testes de esforço de liquidez abrangem também um período de doze meses para o qual foi definido um limite de apetência pelo risco. A análise ad-hoc pode ser conduzida para refletir o impacto de potenciais eventos negativos que possam afetar o Grupo, como eventos climáticos ou relacionados com aspetos ESG. São aplicados pressupostos de esforço relevantes para refletir os fluxos de liquidez dos fatores de risco e dos produtos no balanço e fora do balanço. O conjunto de cenários e pressupostos para testes de esforço é revisto regularmente e atualizado quando são feitas melhorias nas metodologias de testes de esforço.

Mitigação do risco de liquidez

Ativos líquidos de alta qualidade

Os ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) são um cálculo do Pilar 1 que alimenta o LCR e é um limite fundamental para a apetência pelo risco. Os HQLA incluem caixa e seus equivalentes disponíveis e títulos líquidos de alta qualidade não onerados (incluindo obrigações governamentais e obrigações garantidas pelo governo), representando a contramedida mais prontamente disponível e mais importante num evento de esforço.

A grande maioria dos HQLA do Grupo é detida centralmente nas principais divisas nas contas em bancos centrais da empresa-mãe e das agências no estrangeiro nos locais-chave em que o Banco está ativo e numa carteira de reservas de liquidez estratégica detida pela Tesouraria, estabelecida exclusivamente para servir de atenuante durante períodos de esforço.

Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Geralmente, os empréstimos são onerados para apoiar a emissão garantida a longo prazo nos mercados de capitais, tais como obrigações cobertas ou outras estruturas de autotitularização, enquanto o financiamento da dívida e do inventário de ações numa base garantida é uma atividade regular para o negócio do Banco de Investimento. Além disso, em conformidade com normas técnicas da Autoridade Bancária Europeia quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos penhorados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados ativos onerados. Os ativos a receber de margens de derivados considerados como onerados de acordo com as diretrizes da Autoridade Bancária Europeia são também incluídos.

Preços de Transferência de Fundos (FTP)

Os FTP são uma ferramenta de afetação de custos e de orientação empresarial para gerir os custos e benefícios (remuneração) associados ao financiamento e ao risco de liquidez contingente, alinhada com a apetência pelo risco da empresa. Os FTP aplicam-se a todos os segmentos de negócio e entidades com rubricas do balanço que exijam uma gestão ativa e financiamento do Grupo e promovem a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo de fornecimento de ativos líquidos de alta qualidade adequados.

No âmbito deste quadro, os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio do Grupo com base nas taxas que refletem os custos económicos de liquidez para o Banco. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Grupo para o risco de liquidez.

Detalhes adicionais estão incluídos na Nota 04, “Segmentos de negócio e informações conexas” das demonstrações financeiras consolidadas.

Planeamento do financiamento de contingência

O Plano de Financiamento de Contingência do Grupo descreve como o Deutsche Bank responderia a um evento de esforço de liquidez real ou previsto. Especifica as provisões, os procedimentos e os planos de ação para fazer face a eventuais perturbações da capacidade do Banco se financiar. Abrange as ações que podem ser tomadas para angariar dinheiro e/ou recuperar as métricas de liquidez do Banco em caso de incumprimento. O Plano de financiamento de contingência define os mecanismos de governação para a sua ativação e apresenta o quadro dos indicadores de liquidez que permitem ao Banco identificar atempadamente a deterioração das circunstâncias do mercado e determinar rapidamente as medidas a tomar, incluindo a comunicação e a coordenação durante um evento de esforço de liquidez. O Deutsche Bank criou o Conselho de Gestão de Recursos Financeiros, que é responsável pela supervisão do capital e liquidez em cenários de contingência, recuperação e resolução de uma situação de crise definida.

Gestão do risco do modelo

O risco do modelo é o potencial de consequências adversas de decisões baseadas em modelos incorretos ou os respetivos resultados mal utilizados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a reputação. O Deutsche Bank reconhece que a utilização de modelos pode afetar outros tipos de risco e que o risco do modelo é um risco distinto que pode aumentar ou diminuir o risco agregado através de outros tipos de risco.

O Deutsche Bank utiliza modelos para uma ampla gama de atividades de tomada de decisão, tais como: subscrição de créditos; avaliação de exposições, instrumentos e posições; mensuração do risco; gestão e salvaguarda dos ativos de clientes, e determinação da adequação de capital e reservas. O termo "modelo" diz respeito a um sistema, abordagem ou método quantitativo ou qualitativo que aplica a apreciação de peritos, teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas. Os modelos são representações simplificadas de relações do mundo real, e são baseados em suposições e no julgamento. Assim, o banco está exposto ao risco do modelo, que deve ser identificado, medido e controlado de forma adequada.

A supervisão da gestão do risco do modelo é fornecida por todos os níveis de gestão, incluindo o Conselho de Administração. A gestão do risco do modelo é sustentada por um quadro concebido e monitorizado por uma função de controlo da 2.ª linha de defesa independente do criador, proprietário e utilizador dos modelos.

Quadro e governação da gestão do risco do modelo

O risco do modelo é supervisionado pelo Diretor de Risco através da definição de uma declaração de apetência pelo risco quantitativa e qualitativa, e gerido através de:

- A Política e o procedimento de risco do modelo, e documentos de suporte alinhados com a apetência pelo risco, requisitos regulamentares e melhores práticas da indústria, com funções e responsabilidades claras para as partes interessadas
- Inventários de todos os modelos, apoiando componentes do quadro de risco do modelo em curso, incluindo avaliações do risco e certificações
- Controlos-chave para os modelos, desde o desenvolvimento à desativação, incluindo validação, aprovação, implementação e monitorização
- Os modelos são avaliados quanto à sua materialidade, complexidade, incerteza e fiabilidade e, no seu conjunto, é-lhes atribuído um nível de risco, que é utilizado para identificar os que apresentam um risco mais elevado para o Deutsche Bank
- É aplicada uma abordagem baseada no risco para gerir os modelos por nível
- Validações independentes, e aprovações independentes subsequentes, verificam que os modelos foram adequadamente concebidos e implementados para o âmbito e finalidade pretendidos, e que os respetivos controlos estão em vigor para assegurar que continuam a funcionar como esperado durante a sua utilização
- Os controlos identificam as limitações e fraquezas dos modelos, resultando em conclusões e controlos compensatórios, que podem ser condições de utilização, tais como ajustamentos ou sobreposições
- Governação do risco do modelo, incluindo fóruns seniores para monitorização e comunicação de tópicos relacionados com o risco do modelo, bem como atualizações mensais ao Conselho de Administração sobre as métricas da apetência pelo risco do modelo e atualizações periódicas do risco do modelo ao Conselho de Fiscalização

Gestão do risco operacional

Visão geral da gestão do risco operacional

O Deutsche Bank aplica a definição de risco operacional do conjunto único de regras da Autoridade Bancária Europeia: Por risco operacional entende-se o risco de perdas decorrentes de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. O risco operacional inclui riscos jurídicos, mas exclui riscos de negócio e de reputação, e está incorporado em todos os produtos e atividades bancários."

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank define a quantidade de risco operacional que este está disposto a aceitar como consequência da sua atividade. O banco assume riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha apetência para certos tipos de eventos de risco operacional (como violações de leis ou regulamentos ou má conduta), outros tipos de risco operacional devem ser aceites para que o banco atinja os seus objetivos de negócio. Quando o risco residual for considerado fora da apetência pelo risco, devem ser tomadas medidas de redução do risco, incluindo a remediação do risco, a transferência do risco através de um seguro ou a cessação da atividade.

O Quadro de Gestão do Risco Operacional compreende um conjunto de ferramentas e processos interrelacionados utilizados para identificar, avaliar, mitigar e monitorizar os riscos operacionais do banco. As suas componentes são concebidas para funcionar em conjunto, proporcionando uma abordagem abrangente e baseada no risco para a gestão dos riscos operacionais mais relevantes do banco. O Quadro inclui a abordagem do Grupo para definir e cumprir a apetência pelo risco operacional, as taxonomias de tipo e controlo de risco operacional, as políticas e os procedimentos que regem os processos e ferramentas de gestão do risco operacional e o cálculo do capital de risco operacional do banco.

Estrutura organizativa e de governo

O risco operacional é gerido segundo o princípio de que a responsabilidade diária recai sobre as divisões e funções de infraestrutura onde esses riscos têm origem. A Gestão do Risco Operacional ("ORM") proporciona uma supervisão independente do perfil de risco operacional do Grupo, identifica e reporta concentrações de risco e garante a aplicação consistente do Quadro de Gestão do Risco Operacional em todo o banco. A ORM faz parte da função de risco do Grupo, dentro do Gabinete do Diretor de Risco, liderado pelo Diretor de Risco. O Diretor de Risco nomeia o Diretor da ORM, que é responsável por conceber, supervisionar e manter um quadro de Gestão do Risco Operacional eficaz, eficiente e em conformidade com a regulamentação, incluindo a metodologia para o cálculo do capital de risco operacional. O Diretor da ORM monitoriza e questiona a implementação do Quadro em todo o Grupo e acompanha os níveis gerais de risco operacional em relação à apetência pelo risco operacional definida pelo banco.

A governação do risco operacional está alinhada com o modelo das Três Linhas de Defesa ("3LoD") do banco. O Quadro de Gestão do Risco Operacional define padrões de governação e descreve as principais responsabilidades da 1.ª e 2.ª LoD para garantir uma gestão eficaz do risco e uma análise crítica independente adequada. O Comité de Risco Operacional rege e coordena a gestão do risco operacional em todo o Grupo. O seu mandato inclui responsabilidades de tomada de decisão e de formulação de políticas, bem como a revisão, o aconselhamento e a abordagem de questões de risco operacional que possam influenciar o perfil de risco das divisões ou das funções de infraestruturas. Diversos subfóruns, com participantes tanto da Primeira Linha de Defesa (1.ª LoD) como da Segunda Linha de Defesa (2.ª LoD), apoiam o Comité no cumprimento das suas responsabilidades. Para além do Comité ao nível do Grupo, as divisões mantêm fóruns de risco operacional de 1.ª LoD para supervisionar e gerir os riscos operacionais a vários níveis organizacionais.

Os responsáveis pelos riscos na 1.ª LoD têm total responsabilidade pelos riscos operacionais decorrentes das suas atividades e são responsáveis pela gestão desses riscos dentro da apetência pelo risco estabelecida. Como líderes de divisões ou funções de infraestruturas, os responsáveis pelos riscos devem determinar o quadro organizacional adequado para identificar o seu perfil de risco operacional, gerir ativamente os riscos operacionais, tomar decisões sobre a mitigação ou aceitação de riscos para se manterem dentro da apetência pelo risco e estabelecer e manter controlos eficazes de 1.ª LoD.

Os responsáveis pelos tipos de risco atuam como funções de controlo de 2.ª LoD para todos os subtipos de risco dentro da categoria geral de risco operacional. Definem a estrutura e a apetência pelo risco ao nível do Grupo para o tipo de risco que supervisionam, estabelecem os requisitos mínimos de gestão do risco e os objetivos de controlo, e monitorizam e questionam de forma independente a implementação destes requisitos pela 1.ª LoD. Fornecem supervisão independente do tipo de risco e monitorizam

a adesão à apetência pelo risco definida. Como especialistas na matéria, definem a taxonomia de risco, apoiam a implementação do Quadro na 1.ª LoD e mantêm a independência por estarem localizados exclusivamente em funções de infraestrutura.

Como função de controlo do risco operacional da 2.ª LoD, a ORM estabelece e mantém o quadro geral da Gestão do Risco Operacional.

- A ORM define a abordagem do banco em relação à apetência pelo risco operacional, monitoriza a adesão a esta abordagem, avalia as consequências das violações e supervisiona os planos de remediação para devolver o perfil de risco operacional a níveis aceitáveis, quando necessário. A ORM divulga também regularmente o perfil de risco operacional do Grupo, incluindo quaisquer riscos que estejam fora da apetência definida.
- A ORM fornece avaliações independentes para apoiar a gestão proativa dos riscos operacionais, interage com os responsáveis pelos riscos na 1.ª LoD e facilita a implementação consistente dos requisitos de gestão do risco em todo o banco.
- A ORM é responsável por conceber, implementar e manter a metodologia para determinar o capital adequado para o risco operacional, para posterior recomendação ao Conselho de Administração. Isto inclui o cálculo e a alocação da procura de capital ao risco operacional e das perdas esperadas.

Quadro de gestão do risco operacional

O Quadro de Gestão do Risco Operacional (ORMF) permite ao banco determinar o seu perfil de risco operacional em relação à apetência pelo risco definida, identificar temas e concentrações sistémicas e estabelecer medidas e prioridades de mitigação.

Em 2025, o banco melhorou ainda mais o Quadro, introduzindo tipos de risco cruzado na Taxonomia dos Tipos de Risco Operacional para melhor refletir o perfil de risco operacional do banco. As melhorias adicionais incluíram a operacionalização da avaliação, teste e certificação de controlos na nova ferramenta estratégica para o inventário de controlos de risco operacional e a transição da Autoavaliação de Riscos e Controlos para uma abordagem mais orientada por dados.

As principais subcomponentes incluem:

- Recolha de dados de perdas: os eventos internos de risco operacional com impacto no resultado financeiro de 10.000 euros ou mais são registados e validados, e os eventos externos são avaliados quanto à sua relevância para o grupo e as divisões. Os eventos materiais desencadeiam um processo formal de lições aprendidas e de análise comparativa, conduzido pela 1.ª LoD em estreita colaboração com parceiros de negócio, funções de controlo de risco e outras áreas de infraestruturas. As análises das lições aprendidas avaliam as causas principais de eventos significativos e documentam as medidas corretivas para reduzir a recorrência. As análises de extrapolação avaliam se podem existir fragilidades semelhantes noutras áreas do banco, mesmo que ainda não tenham resultado em perdas, facilitando assim a ação preventiva. Em 2025, a base de dados interna de eventos foi melhorada, particularmente o mapeamento de controlos para eventos e acionadores automatizados de leitura cruzada, e o processo de revisão de eventos externos foi refinado para avaliar a suscetibilidade a riscos semelhantes dentro do banco.
- Apetência pelo risco: a apetência pelo risco operacional define o nível de risco operacional que o banco está disposto a aceitar para prosseguir a sua estratégia. O quadro de apetência pelo risco operacional proporciona uma abordagem consistente para definir os níveis de apetência em todo o banco e monitorizar as exposições em relação a esses níveis. O banco monitoriza regularmente o seu perfil de risco operacional em relação à apetência definida, de forma a alertar a organização sobre problemas iminentes em tempo útil. Em 2025, o banco implementou conceitos previamente introduzidos de zonas de risco residual e condições operacionais, incluindo processos de monitorização, e refinou ainda mais o detalhe da definição da apetência pelo risco.
- Autoavaliação de Riscos e Controlos: a Autoavaliação de Riscos e Controlos (RCSA) compreende avaliações detalhadas dos riscos gerados nas divisões e funções de infraestruturas, a eficácia dos controlos associados e as ações corretivas necessárias para garantir que os riscos se mantêm dentro dos limites aceitáveis. Realizada a nível global do negócio, a RCSA abrange todas as jurisdições e foi concebida para ajudar a Gestão de Topo a determinar se os riscos operacionais estão a ser geridos e controlados adequadamente através de uma abordagem de avaliação dinâmica que abrange todos os Tipos de Risco aplicáveis da Taxonomia dos Tipos de Risco Operacional (ORTT) do Grupo. O processo de Autoavaliação de Riscos e Controlos coloca uma maior ênfase na avaliação e mitigação dos riscos que estão fora da apetência e dos riscos que conduzem a uma conduta antiética e inadequada no mercado dentro do banco. Em 2025, o detalhe da RCSA foi aumentado para fornecer informações de risco mais precisas e garantir um perfil de risco mais preciso para comparação com a apetência definida.
- Risco emergente: os temas de risco emergente derivam de indicadores internos e externos. Os resultados relativos ao risco operacional são combinados com dados de eventos externos para identificar tendências e concentrações emergentes. Esta análise complementa as perceções sobre temas de risco emergentes da divisão, resultados dinâmicos da RCSA, conclusões,

análise de cenários, eventos internos e externos e desenvolvimentos do setor, permitindo que os responsáveis pelo risco cheguem a conclusões fundamentadas.

- **Análise de cenários:** o perfil de risco operacional é ainda fundamentado através de análises exploratórias de cenários, que complementam a gestão do risco do dia a dia. A análise de cenários ajuda na identificação de potenciais exposições, destaca lacunas no perfil de risco atual e fornece informações para a mitigação de riscos futuros. O desenvolvimento de cenários incorpora temas de perdas internas, avaliações de riscos emergentes, principais riscos, concentrações, descobertas e eventos de perdas externas de pares. A informação obtida a partir de eventos reais e potenciais é utilizada para identificar vulnerabilidades temáticas e orientar ações como análises aprofundadas ou melhorias nos perfis de risco. Em 2025, a recolha e a governação da análise de cenários foram migradas para a Aplicação de Gestão de Eventos para melhorar a qualidade e a supervisão dos dados.

- Avaliação de riscos de transformação: existe um processo de Avaliação de Riscos de Transformação (TRA) para identificar e gerir adequadamente os riscos decorrentes de iniciativas de mudança significativas, de forma a avaliar o impacto da transformação no perfil de risco do banco. A TRA aplica-se a todos os principais resultados esperados, incluindo iniciativas regulamentares, migrações tecnológicas, projetos de mitigação de riscos, mudanças de estratégia, reestruturação organizacional, movimentações imobiliárias dentro do banco, bem como joint ventures e investimentos estratégicos.
- Conclusões e gestão de problemas: O processo de identificação de conclusões e gestão de problemas apoia a mitigação de riscos decorrentes de fragilidades e deficiências de controlo conhecidas. Permite à gestão tomar decisões baseadas no risco sobre a necessidade de medidas corretivas adicionais ou a aceitação do risco. Os resultados do processo de gestão de resultados devem ser capazes de demonstrar às partes interessadas internas e externas que o banco está a identificar ativamente os seus pontos fracos de controlo e a tomar medidas para gerir os riscos associados dentro de níveis aceitáveis de apetência pelo risco. Em 2025, o processo foi reforçado através de requisitos mais rigorosos para a identificação dos responsáveis pelas conclusões, melhoria dos relatórios de gestão e a correção atempada dos Planos de Ação.

Adesão ao quadro: Como responsável pelo Quadro de Gestão do Risco Operacional, a ORM realiza monitorização e testes independentes regulares para avaliar a conformidade tanto da 1.^a como da 2.^a LoD:

- Anualmente, avaliar a implementação e a conformidade por parte do Responsável pelo Tipo de Risco (RTH) da 1.^a e 2.^a LoD com os requisitos do ORMF
- Os resultados adversos da conformidade resultam na aplicação de consequências
- Os resultados de conformidade visam também identificar proativamente melhorias tanto na conceção como na implementação (Quadro, Ferramentas, etc.)

Em 2025, os resultados anuais de Conformidade com o Quadro foram incorporados no KPI Composto de ORM e tornaram-se obrigatórios para todas as divisões, criando um impacto direto na remuneração variável através da Pontuação Equilibrada (BSC). Foram também introduzidas revisões trimestrais de conformidade com a nos EUA.

Supervisão do tipo de risco operacional

O quadro aplica-se a subtipos de risco operacional a um nível mais detalhado e permite ao banco agregar, supervisionar e monitorizar o seu perfil geral de risco operacional. Estes tipos de subtipos operacionais são geridos por várias funções de infraestrutura e incluem o seguinte:

- A ORM inclui a função de Diretor de Tipo de Risco para diversos tipos de risco operacional. O seu mandato inclui a supervisão de segunda linha dos controlos relacionados com as atividades de processamento de transações e os riscos de infraestrutura, para prevenir interrupções tecnológicas ou de processos, manter a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados e registos, garantir uma segurança robusta da informação e confirmar que as divisões e as funções de infraestrutura possuem planos eficazes para recuperar processos e funções críticas em caso de interrupção, incluindo falhas técnicas ou de edifícios, ataques cibernéticos, desastres naturais ou riscos para a segurança física. Os Diretores de Tipo de Risco da ORM gere também os riscos decorrentes dos contratos com fornecedores internos e externos do banco, através da implementação de uma estrutura abrangente de gestão de riscos de terceiros.
- O departamento de conformidade realiza uma função independente de segunda linha que protege a licença do banco para operar, promovendo e fazendo cumprir a lei, além de conduzir a uma cultura de conformidade e conduta ética no banco. O Departamento de Conformidade assiste, analisa e desafia as divisões de negócio e trabalha com outras funções de infraestrutura e reguladores para estabelecer e manter uma abordagem baseada no risco para a gestão dos riscos de conformidade do banco, de acordo com o apetite de risco do banco e para ajudar o banco a detetar, mitigar e prevenir violações de leis, regras e regulamentos, bem como de políticas internas. O departamento de Compliance realiza as seguintes atividades principais: interagir e gerir assuntos regulamentares em colaboração com o Grupo de Gestão de Regulamentação e Exames; identificar e avaliar leis, normas e regulamentos novos e alterados; agir como consultor do conselho de administração e realizar revisões e questionamentos independentes; executar controlos de segunda linha; bem como identificar, avaliar, mitigar, monitorizar e reportar riscos de conformidade. Os resultados dessas avaliações e controlos são regularmente comunicados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização.
- Os riscos de criminalidade financeira são geridos pela Unidade de Combate à Criminalidade Financeira (AFC), uma função independente de segunda linha das Infraestruturas. A AFC mantém um programa específico, baseado em requisitos regulamentares e de supervisão, com funções e responsabilidades definidas para a identificação e gestão de riscos de criminalidade financeira resultantes de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, cumprimento de sanções e embargos, facilitação da evasão fiscal, bem como outras atividades criminosas, incluindo fraude, suborno, corrupção e outros crimes. O AFC atualiza a sua estratégia na prevenção do crime financeiro através do desenvolvimento regular de processos e controlos de políticas internas, análises de risco específicas de instituições e formação dos colaboradores.
- A área de Governance do Grupo define, implementa e monitoriza a estrutura de governação do Deutsche Bank a nível global, em apoio da estratégia global do banco, garantindo que as estruturas de governação são ágeis, transparentes e sustentáveis. A unidade desenvolve e protege estruturas de governo da sociedade eficientes, adequadas para apoiar a tomada de decisões individuais e conjuntas eficazes, que evitem e façam a gestão de conflitos (estruturais e organizacionais). Além disso, estabelece, mantém e controla uma taxonomia, um panorama e ferramentas políticas adequadas e transparentes. A independência do área de Governance do Grupo é assegurada através de uma linha de reporte direta ao Conselho de Administração, e não a qualquer divisão, e através de um sistema de incentivos e remuneração separado, onde a avaliação de desempenho está ligada principalmente à gestão do risco e não às receitas de negócio.
- O Departamento Jurídico é uma função de infraestrutura totalmente independente, com o mandato de prestar assessoria jurídica tanto ao Conselho de Administração como às divisões e funções de infraestrutura, além de gerir os litígios e as questões regulamentares e contenciosas do Banco. O departamento jurídico detém o monopólio do aconselhamento jurídico, da contratação e do controlo dos consultores externos. A independência do Departamento Jurídico é assegurada pela sua linha de reporte ao Conselho de Administração e por um quadro remuneratório que se centra na gestão do risco.
- Os processos de Aprovação de Novos Produtos e de Revisão Sistemática de Produtos do Deutsche Bank formam uma estrutura de controlo concebida para gerir os riscos associados a novos produtos e serviços e ao seu ciclo de vida. Estes processos são supervisionados pelo Gabinete de Novos Negócios e pelas equipas de Ciclo de Vida de Produtos e Transações Estruturadas, dentro da função de Gestão do Risco Operacional. Os produtos e serviços existentes são revistos em ciclos de um a três anos para avaliar se continuam a ser adequados ao seu propósito e alinhados com as características e objetivos dos respetivos mercados-alvo. Cada produto ou serviço deve ser patrocinado por um Diretor Executivo da empresa, que mantém a responsabilidade final pelo mesmo. O incumprimento dos requisitos de aprovação de novos produtos está incluído no âmbito do processo de gestão de consequências de alertas do banco.

Medição dos riscos operacionais

O Deutsche Bank utiliza a "Método Padrão de Medição" para mensurar os ativos ponderados pelo risco e determinar o requisito de capital regulamentar para o risco operacional, conforme estabelecido no Regulamento Europeu de Requisitos de Capital (CRR3), introduzido em 2025.

Para além da exigência de capital regulamentar, o Deutsche Bank continua a determinar a sua procura interna de capital económico para o risco operacional utilizando a metodologia da Abordagem de Medição Avançada (AMA). O cálculo do capital AMA baseia-se numa abordagem de distribuição de perdas. As perdas brutas, obtidas a partir de dados históricos de perdas internas e externas (dados do consórcio Operational Risk data eXchange Association), são utilizadas para estimar o perfil de risco (ou seja, uma distribuição de frequência e gravidade das perdas). O modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no perfil de perda histórico.

No seio do modelo AMA, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. As vantagens da correlação e da diversificação são aplicados às perdas líquidas para se chegar a uma distribuição das perdas líquidas a nível do Grupo, abrangendo as perdas esperadas e inesperadas. A procura de capital económico resultante é então alocada a cada uma das divisões, considerando ajustamentos qualitativos após dedução das perdas esperadas.

Os requisitos de capital económico para o risco operacional são derivados do percentil 99,9% e calculados para um horizonte temporal de um ano.

O cálculo da procura de capital económico é realizado trimestralmente.

O ORM estabelece e mantém a abordagem de quantificação da procura de capital e garante que estão implementados os processos de desenvolvimento, validação e alteração adequados, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

Fatores da evolução do capital económico de risco operacional

De acordo com o cálculo do capital AMA, a procura de capital económico de risco operacional do Deutsche Bank é impulsionada predominantemente por eventos de perdas internas históricas.

Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no perfil de risco operacional do banco, é dedicada especial atenção à gestão e medição dos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Concettualmente, o banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas de riscos operacionais anuais que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas resulta de uma componente que, devido aos critérios IFRS, é refletida nas demonstrações financeiras do banco e de uma componente para além do montante refletido como provisões nas demonstrações financeiras do banco.

As perdas legais que o banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas demonstrações financeiras do banco como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são consideradas como "procura de capital económico".

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas que cobrem os riscos de saídas superiores à provisão e os ajustamentos considerados remotos ou relacionados com questões ainda desconhecidas. Essas previsões podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

As previsões legais estão incluídas nos dados de perdas introduzidos no modelo AMA. O intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a

liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

Gestão do risco de reputação

No processo de gestão do risco do Grupo, o risco de reputação é definido como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do Deutsche Bank e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com o Código de Conduta do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank tem uma apetência limitada por transações ou relações que impliquem um risco significativo para a sua reputação ou em áreas que apresentem um risco inerentemente mais elevado para a sua reputação, como os setores da defesa, dos jogos de azar ou do entretenimento para adultos, ou em que existam certas preocupações ambientais. As decisões sobre transações ou relações específicas são tomadas com base numa avaliação de risco individualizada e objetiva. O risco de reputação não pode ser excluído, uma vez que pode ser impulsionado por alterações imprevisíveis na perceção das suas práticas pelas várias partes interessadas (por exemplo o público, clientes, acionistas e reguladores).

O quadro de risco de reputação (o quadro) existe para gerir o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes do evento e, assim, para evitar danos à reputação do Deutsche Bank sempre que possível. O Quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes, incluindo, entre outras, os colaboradores do Deutsche Bank, as suas estratégias e atividades comerciais, os clientes e as contrapartes. Tais eventos podem contribuir para, entre outras consequências, perdas financeiras, litígios, ações de fiscalização regulamentar ou coimas pecuniárias, bem como outros danos à reputação.

A modelação quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no quadro de capital económico do banco, sobretudo no âmbito do risco estratégico.

Governança e Estrutura Organizacional

O Deutsche Bank gere o risco reputacional através de um quadro específico. No âmbito deste quadro, o Deutsche Bank estabeleceu uma declaração de apetência pelo risco, bem como políticas e controlos incorporados em todos os nossos processos de negócio e gestão de risco, com variações disponíveis quando necessário para cumprir as leis, regulamentos e expectativas aplicáveis em cada país. . As questões específicas da DWS são analisadas pelo Comité de Risco Reputacional da DWS e, se necessário, encaminhadas para o Conselho Executivo da DWS. As decisões estão sujeitas às políticas internas de Governança Corporativa da DWS e do Deutsche Bank.

Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a reputação do banco, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as divisões do Deutsche Bank como principais responsáveis pelo risco. Cada divisão tem um processo estabelecido através do qual são avaliadas as questões consideradas como constituindo risco reputacional moderado ou elevado, o Processo de Avaliação de Risco Reputacional da Unidade.

O Processo de Avaliação de Riscos para a Reputação da Unidade é obrigado a encaminhar quaisquer questões relativas a um risco de reputação significativo para o respetivo Comité Regional de Risco de Reputação. O Quadro também estabelece uma série de questões que são consideradas como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de risco de reputação e que são, portanto, referências obrigatórias para os Comités Regionais de Risco de Reputação. Os Comités Regionais de Risco de Reputação são Comités da 2.^a LoD e reúnem numa base ad hoc, conforme necessário. O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) analisa casos com impacto em todo o grupo e, em circunstâncias excecionais, os que não puderam ser resolvidos a nível regional.

Segurança da informação

O Deutsche Bank opera num contexto com níveis de digitalização cada vez maiores e num panorama de ameaças em constante evolução relacionadas com a segurança da informação. No contexto destes desenvolvimentos, ameaças e desafios contínuos, o Deutsche Bank tem a responsabilidade de preservar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados dos clientes, dos parceiros comerciais e dos próprios ativos de informação do banco, incluindo as informações dos colaboradores. Fazê-lo de forma coerente e eficaz é essencial para manter a confiança das várias partes interessadas e preservar os seus interesses.

Devido à natureza dinâmica e complexa do contexto, o banco monitoriza continuamente o cenário de ameaças à segurança; observa atentamente os desenvolvimentos tecnológicos, o cenário geopolítico e os impactos económicos que impulsionam os riscos de segurança; e avalia a sua relevância para os potenciais impactos no banco e no ecossistema financeiro em geral. O Deutsche Bank ajusta as suas capacidades de segurança em conformidade para salvaguardar a sua capacidade de fornecer produtos e serviços aos clientes e proteger as operações contínuas das atividades do banco.

Esta secção fornece uma visão geral abrangente da abordagem do Deutsche Bank à segurança da informação, detalhando os seus esforços contínuos para proteger de forma robusta os dados e serviços, incluindo o seu quadro de governação de segurança, estratégia de segurança e gestão de riscos de segurança.

Governança

A responsabilidade pelas questões de segurança no Deutsche Bank cabe ao Departamento de Segurança. O Diretor de Segurança do Grupo (CSO) tem autoridade delegada pelo Conselho de Administração, incluindo a aprovação das políticas de segurança e da estratégia de segurança para o Grupo Deutsche Bank. O CSO do Grupo depende diretamente do Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação, que é membro do Conselho de Administração. O Conselho de Administração é responsável pela supervisão da aplicação do quadro de segurança da informação, com a supervisão do Conselho de Fiscalização. Existem vários mecanismos para que o CSO do Grupo possa, se necessário, transmitir as questões de segurança diretamente ao Conselho de Administração.

O CSO do Grupo do Deutsche Bank desempenhou diversas funções na área da segurança da informação durante mais de 20 anos. Estas experiências incluem cargos como Diretor Global de Segurança da Informação (CISO)/CSO em três grandes instituições financeiras europeias e um cargo de sócio numa empresa global de estratégia e consultoria, liderando projetos de segurança para clientes do setor financeiro.

O Diretor de Segurança do Grupo conta com o apoio de especialistas em segurança da informação em vários níveis hierárquicos do banco para garantir que os requisitos de segurança são cumpridos nas perspetivas regional, das divisões e técnica. Todas as atividades de segurança da informação são supervisionadas por dois fóruns de governação dedicados, estabelecidos e presididos pelo Diretor de Segurança da Informação do Grupo: o Conselho de Segurança Informática do Grupo (que interage com as unidades de TI do banco) e o Conselho de Segurança da Informação do Grupo (que interage com as divisões de negócio e de infraestruturas do banco). A função independente de gestão do risco operacional para a segurança da informação está representada em ambos os fóruns. Ambos os fóruns oferecem consultoria sobre a estratégia de segurança e supervisionam o progresso e o desempenho dos principais resultados de segurança da informação, o estado de remediação das conclusões de auditoria relacionadas com a segurança da informação, os incidentes de segurança da informação e a postura de segurança da informação do Deutsche Bank Group em relação às metas definidas. Em caso de problemas críticos, os membros recebem ações específicas do CSO do Grupo, de acordo com as suas responsabilidades. Para além dos fóruns de governação liderados pelo CSO do Grupo, o Comité de Risco de Tecnologia e Segurança da Informação (TISRC) supervisiona os riscos de tecnologia e segurança da informação, garantindo o alinhamento com os objetivos estratégicos do banco. O comité é presidido pelo Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação e vice-presidido pelo Diretor de Segurança da Informação do Grupo e pelo Diretor de Infraestruturas de Tecnologia do Grupo, com a presença obrigatória dos Diretores de Informação e poder de veto para a função de risco, representada tanto pelo Diretor Global de Gestão do Risco Operacional como pelo Diretor Global de Risco de TI e Segurança da Informação.

Os indicadores de segurança e os relatórios fornecidos aos fóruns de governação relevantes do banco apoiam a sensibilização adequada para os riscos de segurança e a tomada de decisões. O quadro de métricas abrangente mantido pelo de Segurança é sustentado por um vasto conjunto de dados que permite várias visualizações específicas. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização recebem um relatório trimestral sobre o nível de risco de segurança da informação, bem como informações pontuais, se necessário. Além disso, o CSO do Grupo fornece atualizações regulares sobre tópicos importantes relacionados com a segurança ao comité do Conselho de Fiscalização responsável pela tecnologia, dados e inovação.

Estratégia

O Gabinete de Segurança desenvolve a estratégia de segurança de todo o grupo bancário e supervisiona a sua implementação e operacionalização global através da estrutura organizacional, da governação e das políticas de segurança implementadas. A estratégia de segurança, que é revista regularmente, incorpora a evolução do panorama de ameaças, a tecnologia, o ambiente regulamentar, a estratégia empresarial e de TI do banco e outros parâmetros internos e externos. A abordagem proporciona controlos de segurança abrangentes e estratificados. O Gabinete de Segurança trabalha em estreita colaboração com as divisões do banco para permitir o alinhamento com a abordagem de segurança desde a conceção em todos os programas e iniciativas do banco. Os investimentos em segurança são priorizados e ajustados numa perspetiva orientada para as ameaças, aproveitando a revisão e avaliação regulares da maturidade da implementação da segurança do banco.

Um elemento-chave da estratégia de segurança do banco consiste em promover a responsabilidade e a sensibilização ativa do pessoal do Deutsche Bank. Ao integrar estes princípios nas práticas quotidianas, o Deutsche Bank pretende introduzir alterações comportamentais a longo prazo que ajudem a reduzir os riscos e a melhorar a postura de segurança global. A cultura de segurança e a campanha de sensibilização do banco, Missão Segurança, continuamente atualizadas para refletir as ameaças emergentes e as melhores práticas, e comunicadas a todos os colaboradores em todo o mundo, reforçam estes esforços. Outra forma de o banco reforçar a cultura de segurança é através da realização periódica de simulações e exercícios de teste, incluindo simulação de phishing e formação obrigatória.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

Impactos, riscos e oportunidades

Os clientes esperam aceder aos serviços do seu banco de forma segura, em qualquer altura e em qualquer lugar e através de variados canais. No âmbito das suas relações comerciais com o banco, os clientes confiam ao Deutsche Bank dados sensíveis. O Deutsche Bank tem a responsabilidade de preservar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados dos clientes e parceiros comerciais, bem como dos seus próprios ativos de informação, incluindo a informação dos colaboradores. Fazê-lo de forma coerente e eficaz é essencial para manter a confiança destas partes interessadas e preservar os seus interesses. Por conseguinte, o banco continua a investir na redução dos riscos de segurança. Com base num quadro político de segurança abrangente e em processos rigorosos de gestão do risco, o Deutsche Bank ajusta as suas capacidades de segurança para salvaguardar a sua capacidade de fornecer produtos e serviços aos clientes e proteger a continuidade das operações das atividades do banco. Os serviços estáveis e resilientes sustentam a confiança das partes interessadas, protegendo o valor da marca e, ao mesmo tempo, permitindo o crescimento do negócio e a concretização de oportunidades de receita.

Os avanços tecnológicos estão a aumentar constantemente as exigências de privacidade e segurança dos dados, enquanto a crescente frequência e sofisticação dos ataques cibernéticos elevaram significativamente o perfil de risco das organizações de todo o mundo, incluindo o Deutsche Bank e outras organizações ao longo da sua cadeia de abastecimento. Os fornecedores de software e tecnologia terceiros continuam a ser alvos principais de agentes maliciosos, que exploram vulnerabilidades na cadeia de abastecimento para comprometer ou perturbar um grande número de clientes e ativos subsequentes, ampliando o impacto dos seus ataques.

Em 2025, a instabilidade geopolítica continuou a ser um fator crucial para a atividade de ciberameaças. Os ciberataques sofisticados e com motivação financeira tornaram-se persistentes em diversos setores e a tendência é para que se intensifiquem. A rápida adoção e o avanço da inteligência artificial (IA) continuam a redefinir o cenário de ameaças, acelerando as táticas de guerra híbrida, as campanhas de desinformação e os ataques de engenharia social que utilizam deepfakes. Os vetores de ataque comuns, como o ransomware, os ataques de negação de serviço e a exploração de vulnerabilidades não detetadas (os chamados exploits de dia zero), estão a aumentar em escala e complexidade. Embora ainda esteja em desenvolvimento, a computação quântica continua a ser uma área de foco estratégico para a gestão do risco a longo prazo.

A não incorporação e supervisão dos requisitos de segurança no quadro do banco, de modo a melhor abordar os riscos associados e a subsequente implementação adequada, pode conduzir a violações da confidencialidade e integridade da informação e à indisponibilidade da informação e/ou de serviços. Adicionalmente, o Deutsche Bank poderá enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no seu ambiente de controlo, incluindo erros no desempenho dos processos ou controlos de segurança, bem como a perda de dados, o que poderá perturbar o negócio e levar a perdas materiais.

As violações de segurança podem ocorrer devido ao acesso não autorizado a redes ou recursos, ao acesso não autorizado ou à perda/destruição de informações confidenciais, à exposição não intencional de vulnerabilidades na infraestrutura do banco, ou à introdução de vírus informáticos ou malware, falhas tecnológicas ou outras formas de ataques ou incidentes de cibersegurança, incluindo violações da segurança de sistemas informáticos de terceiros.

No caso de um ataque bem-sucedido, poderá haver um impacto nas partes interessadas do Deutsche Bank e no ecossistema financeiro em geral, devido ao comprometimento de dados, à disseminação não intencional de malware, à indisponibilidade de serviços e à inacessibilidade de sistemas e/ou dados. Isto abrange sistemas de tecnologia da informação internos e de terceiros.

Um ciberataque bem-sucedido pode ter um impacto negativo significativo, direto ou indireto, no banco, podendo resultar na divulgação ou utilização indevida de informações dos clientes e de informações proprietárias do banco, danos ou impossibilidade de acesso a sistemas de tecnologia da informação, incumprimento de normas legais ou regulamentares e perdas financeiras. As possíveis consequências variam desde danos à reputação e insatisfação dos clientes, incumprimento contratual (por exemplo, se os serviços não forem prestados em conformidade com o acordado), custos de remediação (como investigação e restabelecimento dos serviços), aumento dos custos de cibersegurança (como pessoal adicional, tecnologia ou fornecedores terceiros), possíveis penalizações e multas, a obrigações de notificação de violação de dados pessoais e exposição a litígios.

O Deutsche Bank mantém um seguro como atenuante de risco adicional para o risco cibernético. A cobertura de seguro do banco foi concebida para incluir a mitigação do impacto financeiro de incidentes de segurança; no entanto, pode não cobrir integralmente todas as perdas potenciais, incluindo danos à reputação ou custos indiretos associados a um evento cibernético. Apesar das medidas de segurança adotadas pelo banco, não é possível garantir que as suas políticas, controles ou cobertura de seguro cibernético sejam suficientes para evitar ou atenuar totalmente o impacto de futuros incidentes cibernéticos, o que poderá ter um efeito adverso significativo na sua situação financeira.

Políticas e gestão do risco

As políticas e os controles do banco apoiam a redução do risco e a atenuação de potenciais impactos negativos. O risco de segurança da informação é gerido como um risco operacional no âmbito do Quadro de Gestão do Risco Operacional do banco. O Gabinete de Segurança é responsável pela execução das ações de segurança de acordo com o Quadro de Gestão do Risco Operacional e utiliza os resultados dos seus diversos instrumentos, como a apetência pelo risco, enquanto a Gestão do Risco Operacional fornece supervisão, revisão e questionamento. As medidas para uma maior redução dos riscos materiais residuais podem incluir alterações de políticas ou aditamentos de políticas a nível da divisão ou do grupo, bem como um investimento prioritário e uma implementação acelerada de atividades de atenuação dos riscos.

Os riscos de segurança são continuamente avaliados através da análise de eventos cibernéticos internos e externos, incluindo eventos em instituições similares, monitorização do cenário de ameaças e discussões em diversos fóruns.

O processo anual de avaliação de riscos e controles avalia diversos cenários de risco, abrangendo a interrupção dos serviços, a utilização indevida dos sistemas, a distorção de dados, a destruição de ativos/dados, a divulgação de dados, o roubo financeiro e o incumprimento de políticas e leis regulamentares. Esta análise abrangente integra as partes interessadas potencialmente afetadas, incluindo clientes e fornecedores, e avalia o cenário de ameaças externas, aproveitando estruturas padrão do setor, como o MITRE ATT&CK (quadro uniformizado para avaliar ataques cibernéticos). Ao avaliar os conjuntos de controles e as posições de risco residual, o processo considera dados e controles contextuais, tais como eventos importantes, avaliações de ameaças, descobertas, análise de cenários, métricas de controlo, lições aprendidas, eventos em instituições semelhantes, extrapolação de experiências, expectativas regulamentares e atividades de remediação. São realizadas análises de risco adicionais para desenvolvimentos emergentes, e os resultados são avaliados em relação às capacidades de controlo do banco.

Como parte integrante desta avaliação, os especialistas internos em segurança fornecem avaliações de risco, com o apoio de áreas como o Departamento Jurídico, o Departamento de Compliance ou o Departamento de Privacidade de Dados do Grupo, conforme necessário. Estas avaliações são posteriormente revistas e questionadas por especialistas em gestão do risco para determinar a posição final em relação ao risco. Simultaneamente, especialistas seniores em segurança da informação de todas as divisões e funções avaliam a exposição do grupo nos seus respetivos domínios. Estas avaliações divisionais e funcionais são também submetidas a revisão e questionamento por especialistas em risco, estabelecendo as posições finais de risco em toda a organização.

O Deutsche Bank mantém um sistema de gestão de segurança da informação (ISMS) em conformidade com a norma ISO 27001 para proteger os seus ativos de informação. O sistema facilita a identificação, avaliação e mitigação abrangentes de riscos através da integração holística de controles de segurança em toda a força de trabalho, processos operacionais e infraestruturas tecnológicas. Define os objetivos e princípios fundamentais da arquitetura e estratégia de segurança do banco, em consonância com o seu quadro geral de governação para as políticas e diretrizes de gestão do risco operacional.

O ISMS é totalmente suportado por um conjunto estruturado de políticas, procedimentos e controles que definem claramente as responsabilidades de todos os colaboradores, funções de segurança designadas e terceiros. Estabelece também objetivos e processos para as funções de segurança, incluindo a gestão de acessos, a inteligência de ameaças e a resposta a incidentes.

A monitorização contínua e a melhoria iterativa são partes integrantes do ISMS, garantindo a adaptabilidade às ameaças e vulnerabilidades em constante evolução. O quadro é alvo de uma revisão estratégica anual, sendo todas as atualizações aprovadas pelo CSO do Grupo. Os seus processos estabelecidos são geridos centralmente e aplicados em todo o banco. As orientações específicas da unidade detalham ainda mais a implementação operacional, demonstrando um forte compromisso com as normas de segurança estabelecidas.

O ISMS do banco encontra-se certificado por um organismo de certificação acreditado de acordo com a norma ISO 27001 para todos os domínios de segurança da informação definidos nessa norma desde 2012. Para manter a sua certificação ISO 27001, o banco realiza um processo de recertificação completo a cada três anos, sendo o mais recente de 2024, que incluiu a atualização do seu ISMS para a versão 2022 da ISO 27001. Além disso, o banco realiza uma auditoria de vigilância anual destinada a garantir a conformidade entre os intervalos de certificação, tendo sido a auditoria de vigilância mais recente realizada em 2025.

Ações e recursos

Para fazer face à evolução do cenário de ameaças, o Deutsche Bank utiliza uma variedade de métodos e controlos de prevenção. Estes incluem, por exemplo, a segurança da rede, a gestão da identidade e do acesso, a segurança dos pontos terminais e dos dados (incluindo a classificação dos dados e a prevenção de fugas), a informação sobre ameaças, a ciber-higiene e as soluções de cifragem. Estes controlos preventivos são suportados por uma configuração de deteção orientada por ameaças e um processo robusto de resposta a incidentes.

O Deutsche Bank estabeleceu um programa holístico de segurança da informação com pessoal, ferramentas e processos adequados. O banco revê e melhora continuamente os seus controlos de segurança da informação através de vários níveis de tecnologia, incluindo bases de dados, infraestruturas, dispositivos e aplicações. Isto é complementado por controlos organizacionais, formação e sensibilização para a segurança. O objetivo desta abordagem por camadas é fortalecer a proteção completa, tirando partido de várias oportunidades para prevenir, detetar, responder e recuperar de ciberameaças.

O Deutsche Bank tira partido de vários mecanismos para identificar as áreas que devem ser melhoradas e nas quais deve ser reforçado o controlo. Isto engloba testes de segurança abrangentes, incluindo simulações de ataque (red teaming) e testes de penetração orientados por ameaças, gestão de problemas de segurança e lições aprendidas. A Auditoria do Grupo Deutsche Bank fornece garantia independente e baseada em riscos, avaliando periodicamente a eficácia da conceção e da operação dos principais controlos de segurança da informação dentro do ISMS. O programa geral de segurança da informação do banco é avaliado regularmente por organizações terceiras, incluindo auditores externos, reguladores e empresas de testes de segurança.

O banco partilha ativamente as melhores práticas de segurança e informações sobre ameaças com organizações de segurança nacionais e internacionais, autoridades governamentais e organizações pares. Estas relações ajudam a garantir que a tecnologia e os procedimentos de segurança do banco refletem as melhores práticas financeiras atuais do setor e acompanham o ritmo do cenário de ameaças em constante evolução.

Com o avanço da digitalização, cresce a necessidade de aumentar a literacia da sociedade sobre temas de segurança da informação. O Deutsche Bank responde a esta necessidade educando e informando através de materiais informativos, disponibilizados publicamente no seu site de segurança dedicado ao cliente, que aborda temas relacionados com a segurança e destaca as ameaças à segurança da informação (incluindo as relacionadas com tecnologias emergentes como a IA, deepfakes e phishing através de códigos QR), as melhores práticas para um comportamento seguro e ligações para recursos relevantes. Para reforçar a confiança, é ainda fornecida uma visão geral das medidas de proteção do banco. A interação com o cliente também abrange a apresentação de tópicos de segurança em eventos para clientes e as respostas às perguntas dos clientes sobre tópicos de segurança por parte dos gestores de relações com o cliente.

O Deutsche Bank exige formação anual obrigatória em matéria de segurança da informação a todos os colaboradores e subcontratantes elegíveis. Esta formação abrange o conteúdo da política de segurança da informação, o processo de comunicação de incidentes de segurança ou quaisquer outras preocupações relacionadas com a segurança, bem como ameaças importantes e atuais à segurança. Para garantir a relevância e cumprir as normas internas, a formação é atualizada pelo menos uma vez por ano. Para os colaboradores do Deutsche Bank, a não conclusão desta formação e a conclusão tardia podem ter consequências disciplinares. Em 2025, foi alcançada uma taxa de conclusão da aprendizagem de 99,66% para a formação obrigatória em segurança da informação baseada em e-learning, em comparação com 99,65% em 2024.

O serviço de gestão de incidentes de segurança do Deutsche Bank oferece cobertura contínua para eventos de segurança que possam afetar o banco, os seus clientes, parceiros comerciais ou colaboradores. Os Centros de Operações de Ameaças Cibernéticas do banco, localizados na Ásia-Pacífico, Europa e EUA, apoiam a deteção de ameaças a nível global e do grupo e a resposta a incidentes, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Os processos de gestão e reporte relacionados, realizados com a participação de especialistas na matéria, como os CISO das divisões, o Departamento de Compliance, o Departamento Jurídico, o Departamento de Comunicação do Grupo e o Departamento de Privacidade do Grupo, são concebidos para permitir uma resposta rápida e eficaz a

ciberataques e ameaças à segurança da informação. O objetivo é minimizar o risco de impacto no Deutsche Bank e utilizar as informações obtidas com o tratamento de incidentes para melhorar continuamente os processos do banco.

Os riscos de segurança da informação de terceiros são geridos pelo Deutsche Bank através de uma combinação de capacidades, implementando uma abordagem abrangente para mitigar esses riscos. Os principais componentes incluem o programa global de gestão de riscos de terceiros do banco, que foi concebido para identificar, monitorizar e mitigar os riscos associados a compromissos com terceiros. Em combinação, o banco exige a adesão a uma política de segurança da informação com objetivos de controlo específicos para terceiros, que incluem requisitos de notificação de incidentes.

Os terceiros são também reavaliados periodicamente com base no seu grau de importância (anual ou bianualmente), a fim de obter garantias contínuas de que os requisitos de controlo estão a ser cumpridos. Além disso, os terceiros também são envolvidos na resposta a ameaças e incidentes específicos para avaliar qualquer impacto no banco. Para mais detalhes sobre a gestão de terceiros do banco, consultar o capítulo "Gestão da cadeia de abastecimento" na Declaração de Sustentabilidade.

Tal como em anos anteriores, em 2025, o Deutsche Bank sofreu ataques a sistemas informáticos, incluindo ataques que tinham por objetivo obter acesso não autorizado a informações confidenciais da empresa ou de clientes, danificar ou interferir com os dados, recursos ou atividades comerciais da empresa, ou de outra forma explorar vulnerabilidades na infraestrutura, incluindo ataques ocorridos na cadeia de abastecimento do banco. No entanto, o banco não sofreu qualquer impacto material na sua estratégia de negócio, resultados operacionais ou situação financeira devido a um incidente de segurança da informação, incluindo tentativas de ataques cibernéticos.

Por conseguinte, o banco continuou a investir na mitigação dos riscos de segurança. Em 2025, o Deutsche Bank continuou a melhorar as suas capacidades de segurança através de uma série de programas que abrangem toda a extensão do domínio da cibersegurança. Alguns exemplos específicos são programas como a deteção e prevenção melhorada de ameaças, capacidades avançadas de gestão de identidade e incorporação de segurança como parte da modernização e simplificação da plataforma de infraestruturas. O banco continua também a monitorizar e a avaliar as tecnologias emergentes para antecipar e preparar-se para riscos futuros.

Desempenho de capital e risco

Capital, rácio de alavancagem e MREL

Fundos Próprios

O cálculo dos fundos próprios do Deutsche Bank inclui os requisitos de capital exigidos pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito" (CRR) e à "Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito" (CRD), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção "Evolução dos ativos ponderados pelo risco", baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção refere-se à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG"), que não inclui companhias de seguros e empresas fora do setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2025, abrange capital Tier 1 e Tier 2. O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 e capital Tier 1 adicional.

O capital CET 1 consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a filtros prudenciais e ajustamentos regulamentares, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem ganhos de titularização sobre a venda, coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e ajustamentos de valor adicionais. Os ajustamentos regulamentares de capital CET 1 incluem, por exemplo, ativos intangíveis (que excedem o seu valor prudencial), tratamento temporário de resultados não realizados mensurados pelo justo valor através de OCI de acordo com o artigo 468.º do CRR, que foi descontinuado no quarto trimestre de 2025, ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura, montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, ativos líquidos de fundos de pensões de benefícios definidos, participações cruzadas recíprocas no capital de entidades do setor financeiro e investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, Tier 2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limites. Todos os itens que não são deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais, tais como perpétuos sem incentivos para resgate, e a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos.

O capital Tier 2 é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital Tier 2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Instrumentos de capital

O Conselho de Administração foi autorizado pela Assembleia-Geral Anual de 2024 a comprar, até 30 de abril de 2029, ações até 10% do capital social no momento em que esta deliberação foi tomada ou, se inferior, do capital social no momento correspondente em que a autorização foi exercida. À data da Assembleia-Geral Anual de 2024, isto correspondia a um volume de até 199,5 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 99,7 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2024 e a Assembleia-Geral Anual de 2025, foram adquiridas 34,6 milhões de ações para efeitos de compensação em ações no mesmo período ou em períodos futuros. Destas, 21,3 milhões de ações foram adquiridas através do exercício de opções de compra. Além disso, foram adquiridas 22,7 milhões de novas opções de compra para efeitos de compensação de ações em períodos futuros. Além disso, no mesmo período, foram adquiridas 27,9 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. Destas, 20,9 milhões de ações foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações de 675 milhões de euros em 2024 e foram canceladas no início de 2025; e 7,0 milhões de ações foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações de 750 milhões de euros em 2025. O número de ações detidas em Tesouraria era de 12,9 milhões à data da Assembleia-Geral Anual de 2025. Destas, 7,0 milhões de ações referem-se a ações recompradas para cancelamento no âmbito do programa de recompra de ações de 750 milhões de euros em 2025. O volume remanescente de 5,9 milhões de ações refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

A Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2025 concedeu ao Conselho de Administração a aprovação para adquirir, até 30 de abril de 2030, ações correspondentes até 10% do capital social em vigor à data da deliberação ou, em caso de percentagem inferior, do capital social em vigor à data do exercício da autorização. Na Assembleia-Geral Anual de 2025, isto correspondia a 194,8 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 97,4 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituíram as autorizações do ano anterior. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2025 e 31 de dezembro de 2025, foram adquiridas 4,6 milhões de ações para efeitos de remuneração em ações nos períodos subsequentes e 30,6 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuição de capital aos acionistas. Destas, 22,3 milhões de ações foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações de 750 milhões de euros e 8,4 milhões de ações foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações de 250 milhões de euros. Em dezembro de 2025, um total de 37,7 milhões de ações foram canceladas. O número de ações detidas em tesouraria totalizava 7,7 milhões de ações em 31 de dezembro de 2025. As ações serão utilizadas para efeitos de remuneração baseada em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovada na Assembleia-Geral Anual de 2021 e válida até à Assembleia-Geral Anual de 2025, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração era de 2.560 milhões de euros (1.000 milhões de ações). Na Assembleia-Geral Anual de 2025, este capital autorizado foi substituído por um novo capital autorizado de 2.493 milhões de euros (973,8 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2025, esta autorização não tinha sido utilizada e o capital autorizado mantinha-se nos 2.493 milhões de euros.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2022 até à Assembleia-Geral Anual de 2025, o Conselho de Administração foi autorizado a emitir notas participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumpram os requisitos regulamentares para serem qualificados como capital Tier 1 adicional, com um valor equivalente a 9 mil milhões de euros. Nesse período, o Deutsche Bank emitiu 5,75 mil milhões de euros em novas notas AT1, dos quais 1,5 mil milhões de euros com maturidade em março de 2025. A partir da Assembleia-Geral Anual de 2025, o Conselho de Administração está autorizado a emitir notas participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumpram os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional, com um valor equivalente a 12 mil milhões de euros, até 30 de abril de 2030. Com base nesta autorização, a partir de 31 de dezembro de 2025, o Deutsche Bank emitiu 1,0 mil milhões de euros em novas notas AT1.

Com base no CRR atual, o montante reconhecido como capital regulamentar AT1 ascendeu a 11,5 mil milhões de euros. O montante nominal correspondente dos instrumentos AT1 em circulação era de 11,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, foram resgatados instrumentos AT1 com um valor nominal de 2,4 mil milhões de euros. O banco emitiu novas notas AT1 com um valor nominal de 2,5 mil milhões de euros em 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante reconhecido como capital regulamentar Tier 2 totalizava 7,1 mil milhões de euros. O montante nominal correspondente dos instrumentos Tier 2 em circulação era de 8,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, os instrumentos Tier 2 com um valor nominal de 2,8 mil milhões de euros venceram e 0,1 mil milhões de euros passaram a ser inelegíveis. Não se registaram novas emissões de instrumentos de Tier 2 em 2025.

Requisitos prudenciais e reservas adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de RWA. O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital Tier 1 adicional e até 2,00 % de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. O Deutsche Bank cumpre os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2025.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital ficaram totalmente em vigor a partir de 2025. Estes requisitos de reservas têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.^o do CRD e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50%. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2025, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,50 %.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2025, o amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank é de 0,14%.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição sistemicamente importante a nível global (G-SII) pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, resultando num requisito de reserva G-SII de 1,50% do capital CET 1 dos RWA em 2025. A autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha anunciou que o requisito de reserva G-SII do Deutsche Bank será reduzido para 1,00% no ano de 2026.

Além disso, o Deutsche Bank foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha como uma "outra instituição sistemicamente importante" (O-SII), com um requisito adicional de reserva de capital de 2,00% em 2025, que deverá ser cumprido a nível consolidado e permanece inalterado para 2026. Deve ser aplicada a mais elevada das reservas para instituições sistemicamente importantes (reserva G-SII ou reserva O-SII).

De acordo com o SREP do Pilar 2, o BCE pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2).

Em dezembro de 2024, o BCE informou o Deutsche Bank da sua decisão, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025, de que o requisito do Pilar 2 do banco foi alterado em comparação com 2024. Isto resultou num requisito do Pilar 2 do BCE equivalente a 2,90% dos RWA. Em 31 de dezembro de 2025, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 11,26%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 13,31% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 16,03%. O requisito CET 1 compreende o requisito mínimo de capital do Pilar 1 de 4,50%, o requisito do Pilar 2 (acréscimo SREP) de 1,63%, a reserva de conservação de capital de 2,50%, a reserva contracíclica de 0,50% e a reserva de risco sistémico de 0,14% (ambas sujeitas a alterações ao longo do ano), bem como o maior valor entre a reserva G-SII e a reserva O-SII do banco de 2,00%. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,54%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,72%. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank a expectativa individual de manter um acréscimo de capital adicional CET 1 do Pilar 2, geralmente designado por orientação do Pilar 2. Este acréscimo de capital é distinto e adicional ao requisito do Pilar 2. O BCE espera que os bancos sigam a orientação do Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação do Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

Em 28 de outubro de 2025, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos mínimos de capital prudencial para 2026, que se aplicam a partir de 1 de janeiro de 2026, após os resultados do SREP de 2025. A decisão fixou o requisito de Pilar 2 do BCE em 2,85% dos RWA, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, dos quais pelo menos 1,60% devem ser cobertos por capital CET 1 e 2,14% por capital de Tier 1.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de amortecedor de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação do Pilar 2) aplicáveis ao Deutsche Bank para os anos de 2025 e 2026.

Visão geral dos requisitos prudenciais e das reservas adicionais

	2025	2026
Pilar 1		
Requisito mínimo de CET 1	4,50%	4,50%
Requisito de amortecedor combinado	5,13%	5,15%
Amortecedor de conservação de capital	2,50%	2,50%
Reserva contracíclica ¹	0,50%	0,52%
Reserva de risco sistémico ²	0,14%	0,14%
Máximo de:	2,00%	2,00%
Amortecedor G-SII	1,50%	1,00%
Amortecedor O-SII	2,00%	2,00%
Pilar 2		
Complemento SREP de capital total de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,90%	2,85%
dos quais cobertos por capital CET 1	1,63%	1,60%
dos quais cobertos por capital Tier 1	2,18%	2,14%
dos quais cobertos por capital Tier 2	0,72%	0,71%
Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2 ³	11,26%	11,25%
Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2	13,31%	13,29%
Requisito de capital total do Pilar 1 e 2	16,03%	16,00%
Requisito mínimo do rácio de alavancagem do Pilar 1	3,00%	3,00%
Requisito do rácio de alavancagem do Pilar 2	0,10%	0,10%
Reserva do rácio de alavancagem de G-SII	0,75%	0,50%
Requisito do rácio de alavancagem total	3,85%	3,60%

¹ O requisito de reserva contracíclica do Deutsche Bank está sujeito às taxas de reserva específicas de cada país, decretadas pela EBA e pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS), bem como às exposições de crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato; a taxa de reserva contracíclica para 2026 foi calculada em 0,52%, com base nas alterações conhecidas da reserva contracíclica em 2026; a reserva contracíclica está sujeita a alterações na carteira do Deutsche Bank e a novas alterações nas taxas de reserva contracíclica ao longo do ano

² A taxa de reserva para risco sistémico para 2026 foi calculada em 0,14%, com base nas alterações conhecidas na reserva para risco sistémico em 2026; a reserva para risco sistémico está sujeita a alterações na carteira do Deutsche Bank e a outras alterações nas taxas de reserva para risco sistémico ao longo do ano.

³ O requisito total do CET 1 dos Pilares 1 e 2 (excluindo as orientações do "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito do SREP, do requisito da reserva de risco sistémico, do requisito da reserva de conservação de capital e do requisito da reserva contracíclica, bem como o maior valor entre o requisito do G-SII e o requisito do O-SII

O requisito de capital aplicável Tier 1 do Pilar 1 do Grupo é de 3,00% da exposição à alavancagem. Aplica-se também um requisito adicional de reserva de alavancagem, equivalente a 50% da taxa de reserva G-SII aplicável. Para o Deutsche Bank, este requisito adicional equivale a 0,75% para 2025 e 0,50% para 2026. Além disso, o BCE estabeleceu um requisito do Pilar 2 para o rácio de alavancagem de 0,10%. Isto resulta num requisito total do rácio de alavancagem de 3,85% para 2025. Além disso, o BCE comunicou ao Deutsche Bank a expectativa individual de manter um acréscimo adicional de capital Tier 1 do Pilar 2 em relação ao rácio de alavancagem, vulgarmente designado por orientação do Pilar 2. Este acréscimo de capital é distinto e adicional ao requisito do Pilar 2. O BCE espera que os bancos sigam a orientação do Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação do Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

Desenvolvimento de fundos próprios

O capital CET 1 do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2025 totalizava 49,3 mil milhões de euros, uma redução de 0,2 mil milhões de euros face aos 49,5 mil milhões de euros registados no final de 2024. O capital AT1 era de 11,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, um aumento de 0,1 mil milhões de euros face aos 11,4 mil milhões de euros no final de 2024. O capital Tier 1 era de 60,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, mantendo-se praticamente estável face ao final de 2024. O capital Tier 2 totalizava 7,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 0,6 mil milhões de euros face aos 7,7 mil milhões de euros no final de 2024. O capital total ascendeu a 67,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 0,7 mil milhões de euros face aos 68,5 mil milhões de euros no final de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, o rácio CET1 do Deutsche Bank era de 14,2%, um aumento de 40 pontos base em comparação com 31 de dezembro de 2024. Esta evolução foi principalmente impulsionada pela redução dos RWA, conforme descrito na secção "Evolução dos ativos ponderados pelo risco", parcialmente compensada por uma diminuição do capital CET1, conforme descrito abaixo. O efeito inicial da implementação do CRR3 foi de 1 ponto base, compreendendo uma redução de capital CET1 de 0,4 mil milhões de euros e uma diminuição global de 3,4 mil milhões de euros nos RWA.

O capital do CET 1 diminuiu 0,2 mil milhões de euros durante o ano de 2025. Esta evolução incluiu um resultado líquido de 6,9 mil milhões de euros para o ano de 2025, reduzido por deduções regulamentares para distribuição futura aos acionistas e pagamentos de cupões AT1 de 3,6 mil milhões de euros, o que está em conformidade com a Decisão do BCE (UE) (2015/656) sobre o reconhecimento de lucros intercalares ou de final de ano no capital CET 1, de acordo com o artigo 26.º, n.º 2.º, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4). Além disso, a redução do capital CET 1 foi impulsionada por outro rendimento integral acumulado, que inclui ajustamentos de conversão cambial de 3,2 mil milhões de euros, descontinuação do tratamento temporário de resultados não realizados mensurados pelo justo valor através de OCI, de acordo com o artigo 468.º do CRR, em 1,0 mil milhões de euros, maior dedução para exposições não produtivas de 0,4 mil milhões de euros, efeitos da conclusão do segundo programa de recompra de ações de 0,3 mil milhões de euros e organismos de investimento coletivo não incluídos nos RWA de 0,2 mil milhões de euros. Estas reduções foram parcialmente compensadas por menores deduções de ativos por impostos diferidos de 0,9 mil milhões de euros, défice de perda esperada de 0,5 mil milhões de euros, bem como goodwill e outros intangíveis de 0,2 mil milhões de euros.

O aumento de capital AT1 de 0,1 mil milhões de euros deveu-se principalmente à emissão de dois novos instrumentos de capital AT1 durante o ano, no total de 2,5 mil milhões de euros, reduzidos pelo exercício de opções de compra sobre dois instrumentos com um valor principal total de 2,4 mil milhões de euros (equivalente a 2,75 mil milhões de dólares).

A diminuição do capital Tier 2 em 0,6 mil milhões de euros deveu-se principalmente a efeitos cambiais de 0,6 mil milhões de euros e a amortização de 0,3 mil milhões de euros. Este efeito foi parcialmente compensado por um aumento de 0,3 mil milhões de euros na variação do valor contabilístico resultante dos juros acumulados e da cobertura de justo valor.

Modelo de fundos próprios (incluindo RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	42.983	44.130
Lucros não distribuídos	21.149	19.978
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(4.159)	(1.229)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis ¹	3.347	801
Outros	917	1.020
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	64.237	64.700
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.667)	(1.680)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	296	95
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.045)	(5.277)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são	(2.533)	(3.463)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(2.579)	(3.037)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.135)	(1.173)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios	—	—
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos	—	—
limiares de 10%/15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	—	—
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10%/15%)	—	—
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos do artigo 468.º do CRR	—	1.012
Outros ajustamentos regulamentares ²	(2.309)	(1.721)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(14.971)	(15.244)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	49.266	49.457
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	11.648	11.508
Montante das rubricas elegíveis referidas no artigo 484.º, n.º 4 do CRR e contas de prémio de emissão relacionadas sujeitas a eliminação progressiva do AT1	—	—
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	11.648	11.508
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(130)	(130)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	—	—
Outros ajustamentos regulamentares	—	—
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(130)	(130)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	11.518	11.378
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	60.784	60.835
Capital Tier 2 (T2)	7.050	7.676
Total do capital (TC = T1 + T2)	67.834	68.511
Total dos ativos ponderados pelo risco	347.133	357.427
Rácios de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	14,2	13,8
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	17,5	17,0
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	19,5	19,2

¹ O resultado do ano completo é reconhecido de acordo com a Decisão (UE) 2015/656 do BCE, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); os lucros do ano corrente, de 6,9 mil milhões de euros, foram reduzidos pelas deduções relativas à futura distribuição aos acionistas, no valor de 3,1 mil milhões de euros, e pelos cupões AT1, no valor de 0,5 mil milhões de euros

² Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2024: 1,4 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo Único de Resolução e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,7 mil milhões de euros (dezembro de 2024: 0,3 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial das exposições não produtivas

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Total do capital acionista por balanço contabilístico	66.933	66.276
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(24)	(24)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	—	—
Lucros não distribuídos	(16)	(24)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(9)	—
Total do capital acionista por balanço regulamentar	66.909	66.252
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	917	1.020
Dedução de cupões AT1 e de distribuição dos acionistas ¹	(3.585)	(2.565)
Instrumentos de capital não elegíveis para CET 1 nos termos do CRR 28(1)	(4)	(7)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	64.237	64.700
Filtros prudenciais	(1.371)	(1.585)
Dos quais:		
Ajustamentos de valor adicionais	(1.667)	(1.680)
Qualquer aumento em capital que resulte de ativos titularizados	—	—
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa e resultados de passivos designados ao justo valor, resultantes de alterações da própria situação de crédito	296	95
Ajustamentos regulamentares	(13.600)	(13.659)
Dos quais:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.045)	(5.277)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(2.533)	(3.463)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(2.579)	(3.037)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.135)	(1.173)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 de entidades do setor	—	—
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	—	—
Organismos de investimento coletivo (OIC) não incluídos nos ativos ponderados pelo risco	(214)	—
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos do artigo 468.º do CRR		1.012
Outros ²	(2.094)	(1.721)
Capital Common Equity Tier 1	49.266	49.457

¹ O resultado do ano completo é reconhecido de acordo com a Decisão (UE) 2015/656 do BCE, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); as deduções do ano corrente incluem deduções relativas à futura distribuição aos acionistas no valor de 3,1 mil milhões de euros e cupões AT1 no valor de 0,5 mil milhões de euros

² Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2024: 1,4 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,7 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2024: 0,3 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial das exposições não produtivas

Desenvolvimento de fundos próprios

em milhões de euros	doze meses terminados em 31 de dezembro de 2025	doze meses terminados em 31 de dezembro de 2024
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura	49.457	48.066
Ações ordinárias, efeito líquido	(215)	(115)
Capital realizado adicional	(1.460)	(430)
Lucros não distribuídos	7.301	3.341
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	528	(232)
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	(2.929)	530
Dedução de cupões AT1 e de distribuição dos acionistas ¹	(3.585)	(2.565)
Ajustamentos de valor adicionais	13	47
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	232	(263)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças	930	744
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	458	(651)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	37	(253)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 de entidades do setor	—	—
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima dos limiares de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados, quando as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR forem cumpridas)	—	—
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(1.501)	1.238
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho	49.266	49.457
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura	11.378	8.328
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	2.500	2.950
Instrumentos vencidos e adquiridos	(2.360)	—
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	—	100
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho	11.518	11.378
Capital Tier 1	60.784	60.835
Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho	7.050	7.676
Total do capital regulamentar	67.834	68.511

¹ O resultado do ano completo é reconhecido de acordo com a Decisão (UE) 2015/656 do BCE, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); as deduções do ano corrente incluem deduções relativas à futura distribuição aos acionistas no valor de 3,1 mil milhões de euros e cupões AT1 no valor de 0,5 mil milhões de euros

Cobertura mínima das perdas para a exposição em incumprimento (Non Performing Exposure - NPE)

Em abril de 2019, a UE publicou o Regulamento (UE) 2019/630 que altera o CRR (Regulamento (UE) n.º 575/2013) para uma reserva prudencial de proteção para riscos de incumprimento (NPE). Este regulamento resulta numa dedução do Pilar 1 do capital CET 1 quando não é cumprido um requisito mínimo de cobertura de perdas. É aplicado às exposições originadas e em incumprimento após 25 de abril de 2019.

Além disso, em março de 2018, o BCE publicou a sua "Adenda às Orientações do BCE aos bancos sobre empréstimos em incumprimento: expectativas de supervisão para o provisionamento prudencial de exposições em incumprimento" e, em agosto de 2019, a sua "Comunicação sobre as expectativas de cobertura de supervisão para as NPE".

As orientações do BCE emitidas são aplicáveis a todos os novos empréstimos em situação de incumprimento após 1 de abril de 2018 (ECB - novo NPE após 1 de abril de 2018) e, à semelhança das regras da UE, exige que os bancos tomem medidas caso não seja cumprido um requisito mínimo de cobertura por imparidade. No âmbito das discussões anuais do SREP, o BCE pode impor medidas de Pilar 2 aos bancos, caso o BCE não esteja confiante com as medidas tomadas pelo banco individual.

Para o final do ano de 2020, o banco introduziu um quadro para determinar o provisionamento prudencial de exposição em incumprimento como medida de Pilar 2, como solicitado nas orientações do BCE anteriormente mencionadas e na recomendação SREP.

Para a expectativa de cobertura mínima de perdas para NPE decorrentes de clientes em incumprimento antes de 1 de abril de 2018 (BCE – Stock NPE), foi prevista uma trajetória de integração progressiva para uma expectativa de cobertura de 100% com um aumento anual de 10%. Numa primeira fase, os bancos foram atribuídos a três grupos comparáveis com base nos rácios líquidos de NPL do banco no final de 2017 e, numa segunda fase, foi efetuada uma avaliação da capacidade relativamente ao impacto potencial para cada banco individual com um horizonte de final de 2026. O Deutsche Bank foi atribuído ao Grupo 1 que requer uma aplicabilidade total de cobertura mínima de perdas de 100% até ao final do ano de 2024 para empréstimos garantidos e até ao final do ano de 2023 para empréstimos não garantidos, respetivamente.

O défice entre os requisitos mínimos de cobertura de perdas para exposições não produtivas e as reservas de risco registadas de acordo com a IFRS 9 para ativos em incumprimento (Fase 3) ascendeu a 657 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e foi deduzido do CET 1. Est CET 1 adicional pode ser considerado uma reserva adicional para perdas regulamentares e resulta num alívio de 2,6 mil milhões de euros em RWA.

Cobertura das perdas de exposição em incumprimento

	31 dez 2025			
em milhões de euros (salvo se indicado em contrário)	Valor de exposição ¹	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	2.954	838	1.520	163
Investment Bank	10.931	2.709	4.700	362
Private Bank	7.276	1.735	4.090	61
Asset Management	—	—	—	—
Corporate & Other	791	106	254	70
Total	21.952	5.388	10.563	657

¹ Valor de exposição em conformidade com o artigo 47.º-C do CRR

	31 dez 2024			
em milhões de euros (salvo se indicado em contrário)	Valor de exposição ¹	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	4.107	696	1.818	48
Investment Bank	9.602	3.355	4.986	171
Private Bank	8.139	1.224	3.674	53
Asset Management	—	—	—	—
Corporate & Other	969	58	177	29
Total	22.817	5.334	10.654	302

¹ Valor de exposição em conformidade com o artigo 47.º-C do CRR

Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral dos RWA repartidos por tipo de risco e por segmento. Inclui os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos. Em 31 de dezembro de 2025, o limite mínimo de RWA estabelecido pelo CRR3 não tinha impacto nos RWA do Deutsche Bank, com base na regulamentação atualmente aplicável.

Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e segmento

	31 dez 2025					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	60.942	97.311	77.192	10.192	14.537	260.174
Risco de liquidação	—	91	—	—	44	135
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	—	2.328	58	3	201	2.591
Risco de mercado	201	18.809	20	7	2.012	21.050
Risco operacional	10.844	17.873	14.726	5.318	14.422	63.183
Total	71.988	136.412	91.996	15.520	31.216	347.133

	31 dez 2024					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	67.115	95.869	82.655	13.683	17.633	276.955
Risco de liquidação	—	4	—	—	11	15
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	29	2.907	161	—	334	3.431
Risco de mercado	248	16.270	27	31	2.390	18.965
Risco operacional	10.784	14.775	14.438	4.700	13.363	58.061
Total	78.176	129.825	97.281	18.414	33.732	357.427

Os RWA do Deutsche Bank totalizavam 347,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 357,4 mil milhões de euros no final de 2024. A diminuição de 10,3 mil milhões de euros, dos quais 3,4 mil milhões de euros resultantes da introdução do CRR3, foi impulsionada pelos RWA de risco de crédito e pelos RWA de ajustamento da avaliação de crédito, parcialmente compensados pelos RWA de risco operacional e pelos RWA de risco de mercado.

Os RWA de risco de crédito diminuíram 16,8 mil milhões de euros, incluindo um impacto de 5,0 mil milhões de euros resultante da introdução do CRR3, conforme detalhado abaixo, bem como dos movimentos cambiais e das medidas de eficiência de capital. Isto foi parcialmente compensado pelo aumento dos RWA de risco de crédito resultante do crescimento do negócio do Deutsche Bank em 2025.

O RWA de ajustamento da avaliação de crédito diminuíram 0,8 mil milhões de euros, principalmente devido à redução das exposições, bem como às atividades de cobertura que compensaram o impacto inicial da introdução da nova Abordagem Básica ao abrigo do CRR3.

Os RWA de risco operacional do Deutsche Bank aumentaram 5,1 mil milhões de euros, impulsionados pela mudança da abordagem de mensuração avançada para a nova abordagem de mensuração uniformizada para riscos operacionais ao abrigo do CRR3.

Os RWA de risco de mercado aumentaram 2,1 mil milhões de euros, principalmente impulsionados pelo Valor em Risco em situação de Esforço (SVaR), devido a alterações na exposição a obrigações soberanas na atividade de Rendimento Fixo e Negociação de Divisas.

As tabelas que se seguem apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito e para os ajustamentos da avaliação do crédito, bem como para o risco de mercado no período de relato. Apresentam igualmente os movimentos correspondentes nos requisitos mínimos de capital, que correspondem a 8% dos ativos ponderados pelo risco.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2025		31 dez 2024	
	RWA para risco de crédito	capital de capital	RWA para risco de crédito	capital de capital
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	276.955	22.156	265.789	21.263
Dimensão da carteira	3.645	292	4.944	396
Qualidade da carteira	(1.371)	(110)	(7.793)	(623)
Atualizações do modelo	4.110	329	3.668	293
Metodologia e política	(10.901)	(872)	3.443	275
Aquisições e alienações	—	—	—	—
Variações cambiais	(13.506)	(1.080)	5.410	433
Outros	1.242	99	1.494	119
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	260.174	20.814	276.955	22.156

Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2025		31 dez 2024	
	RWA de risco de crédito de contraparte	capital de capital	RWA de risco de crédito de contraparte	capital de capital
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano	19.470	1.558	19.868	1.589
Dimensão da carteira	1.588	127	(1.194)	(96)
Qualidade da carteira	(42)	(3)	(47)	(4)
Atualizações do modelo	(895)	(72)	186	15
Metodologia e política	(169)	(14)	—	—
Aquisições e alienações	—	—	—	—
Variações cambiais	(1.361)	(109)	657	53
Outros	—	—	—	—
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano	18.590	1.487	19.470	1.558

As alterações orgânicas na dimensão e composição da carteira do Grupo são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira". A categoria "Qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura e compensação de garantias colaterais. As "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa como, por exemplo, a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção "Metodologia e política". "Aquisições e alienações" apresentam movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

Os RWA de risco de crédito diminuíram 16,8 mil milhões de euros, ou 6,1%, desde 31 de dezembro de 2024, principalmente devido às categorias "movimentos cambiais", "metodologia e política" e "qualidade da carteira", e foram parcialmente compensados pelas categorias "atualizações do modelo", "dimensão da carteira" e "outros".

A diminuição da categoria "metodologia e política" reflete os impactos da introdução do CRR3. Neste sentido, os dois principais fatores foram a adoção da regra de dedução das exposições relativas a organismos de investimento coletivo que recebem uma ponderação de risco de 1.250% e a redução das ponderações de risco para as exposições a ações negociadas em bolsa. Além disso, esta categoria inclui impactos decorrentes da correção das obrigações regulamentares, bem como uma melhoria na aplicação do fator de escala sobre as garantias, que foram parcialmente compensados pelos impactos da introdução de novas margens de conservadorismo nas entradas-chave do modelo.

A diminuição da categoria "qualidade da carteira" é principalmente impulsionada pelas reduções nos RWA decorrentes de medidas de eficiência de capital, parcialmente compensadas pela deterioração das notações das contrapartes.

As reduções mencionadas foram parcialmente compensadas por aumentos na categoria "atualizações do modelo", principalmente devido a refinamentos do modelo IRBA do Deutsche Bank, incluindo a recalibração da margem de conservadorismo aplicada às principais variáveis de entrada do modelo.

O aumento da categoria "dimensão da carteira" reflete o crescimento do negócio do Deutsche Bank em 2025, especialmente no Investment Bank e no Corporate Bank, bem como os movimentos do mercado, juntamente com maiores participações em fundos garantidos, parcialmente compensados por medidas de eficiência de capital sob a forma de titularizações sintéticas.

Além disso, o aumento da categoria “outros” reflete RWA mais elevados para os ativos por impostos diferidos, incluindo os efeitos da descontinuação do tratamento temporário de resultados não realizados mensurados pelo justo valor através de OCI, em conformidade com o artigo 468.^o do CRR, e investimentos em entidades do setor financeiro.

Os RWA de risco de crédito de contraparte diminuíram 0,9 mil milhões de euros, ou 4,5%, desde 31 de dezembro de 2024, principalmente devido à redução nas categorias “câmbio”, “atualizações do modelo” e “metodologia e política”, parcialmente compensada pela categoria “dimensão da carteira”. A diminuição da categoria “atualizações do modelo” reflete principalmente refinamentos de modelos internos. Além disso, a redução da categoria “metodologia e política” deve-se principalmente aos impactos da introdução do CRR3. As reduções mencionadas foram parcialmente compensadas por um aumento na categoria “dimensão da carteira”, refletindo um maior inventário de negociação.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD, o Deutsche Bank é obrigado a calcular os RWA utilizando o CVA, que tem em consideração a qualidade creditícia das contrapartes do banco. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivativos OTC e transações de financiamento de títulos ao justo valor. De acordo com o CRR3, o Deutsche Bank aplica a Abordagem Básica para CVA (BA-CVA) para determinar os requisitos de capital regulamentar.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

em milhões de euros	31 dez 2025		31 dez 2024	
	RWA de CVA	capital de capital	RWA de CVA	capital de capital
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	3.431	274	5.276	422
Variações dos níveis de risco	(1.709)	(137)	(1.205)	(96)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	—	—	(640)	(51)
Atualizações do modelo	—	—	—	—
Metodologia e política	868	69	—	—
Aquisições e alienações	—	—	—	—
Variações cambiais	—	—	—	—
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	2.591	207	3.431	274

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: “Variações dos níveis de risco”, que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; “Alterações e calibrações nos dados de mercado”, que inclui alterações nos níveis e volatilidades dos dados de mercado, bem como recalibrações; “Atualizações do modelo”, que se refere a alterações no modelo de exposição ao crédito IMM utilizado para os RWA para CVA; “Metodologia e política”, que se relaciona com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria “Aquisições e alienações”.

Em 31 de dezembro de 2025, os RWA para CVA ascendiam a 2,6 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 0,8 mil milhões de euros, ou (24)%, em comparação com 31 de dezembro de 2024. Isto inclui uma redução de 1,7 mil milhões de euros nas variações dos níveis de risco (principalmente impulsionadas pela redução da exposição, bem como pelas atividades de cobertura) e um aumento de 0,9 mil milhões de euros na atualização da metodologia e da política (a introdução da nova abordagem básica no âmbito do CRR3).

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

em milhões de euros	31 dez 2025					
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total RWA	Total de requisitos
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	2.705	6.204	6.268	3.787	18.965	1.517
Variações dos níveis de risco	(1.610)	797	(449)	312	(950)	(76)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	1.572	1.933	—	58	3.563	285
Atualizações/alterações do modelo	49	(27)	(168)	—	(147)	(12)
Metodologia e política	—	—	—	(120)	(120)	(10)
Aquisições e alienações	—	—	—	—	—	—
Variações cambiais	—	—	—	(261)	(261)	(21)
Outros	—	—	—	—	—	—
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	2.716	8.907	5.651	3.776	21.050	1.684

	31 dez 2024					
em milhões de euros	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total RWA	Total de requisitos
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	3.750	7.090	7.129	3.542	21.510	1.721
Variações dos níveis de risco	(307)	(513)	(860)	(194)	(1.874)	(150)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(767)	(336)	—	330	(773)	(62)
Atualizações/alterações do modelo	29	(37)	—	—	(8)	(1)
Metodologia e política	—	—	—	—	—	—
Aquisições e alienações	—	—	—	—	—	—
Variações cambiais	—	—	—	109	109	9
Outros	—	—	—	—	—	—
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	2.705	6.204	6.268	3.787	18.965	1.517

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos modelos internos do banco para o valor em risco (VaR), valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais (IRC), bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão (MRSA), que está incluído na categoria "Outros". O MRSA é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado". As alterações dos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria "Atualizações do modelo". Na categoria "Metodologia e política" são comunicadas alterações aos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "Aquisições e alienações". Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2025, os RWA para o risco de mercado ascendiam a 21,0 mil milhões de euros, um aumento de 2,1 mil milhões de euros, ou 11%, desde 31 de dezembro de 2024. O aumento foi impulsionado por um maior valor em risco dos RWA devido a alterações na exposição a obrigações soberanas no negócio de Fixed Income and Currencies Trading.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

O aumento global dos RWA para o risco operacional em 5,1 mil milhões de euros durante 2025 foi impulsionado pela transição para a abordagem de mensuração uniformizada, conforme estabelecido no CRR3, bem como pelo desenvolvimento das receitas do banco como o seu principal fator. Uma vez que esta abordagem não distingue as categorias de tipos de eventos de perda por risco operacional, o respetivo relatório detalhado das exposições ao risco operacional foi descontinuado.

Adequação de capital económico

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank visa manter a viabilidade do banco continuamente. A adequação de capital interno é avaliada de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital económico dividido pela procura de capital económico conforme indicado na tabela abaixo.

Oferta e procura de capital económico

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2025	31 dez 2024
Componentes da oferta de capital económico		
Capital próprio dos acionistas ¹	66.933	66.276
Participações minoritárias ²	922	957
Dedução de cupões AT1 e de distribuição dos acionistas ¹	(3.585)	(2.565)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	49	(36)
Resultados pelo justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de	247	131
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1.667)	(1.680)
Ativos intangíveis	(3.513)	(3.847)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(3.006)	(4.073)
Défi ce para perda esperada	(2.579)	(3.037)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(1.137)	(1.174)
Outros ajustamentos ¹	(2.192)	(2.833)
Oferta de capital económico	50.474	48.119
Componentes da procura de capital económico		
Risco de crédito	13.395	12.507
Risco de mercado	9.970	8.667
Risco operacional	4.960	4.645
Risco estratégico	1.980	1.936
Vantagem de diversificação	(4.234)	(3.530)
Total de procura de capital económico	26.071	24.225
Rácio de adequação de capital económico	194 %	199 %

¹ Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

² Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária

O rácio de adequação de capital económico era de 194% em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 199% em 31 de dezembro de 2024. A diminuição geral deveu-se ao aumento da procura de capital económico para risco de mercado, risco de crédito e risco operacional, o que é explicado na secção "Perfil de risco". Esta situação foi parcialmente compensada por um aumento da oferta de capital económico.

O aumento da oferta de capital económico em 2,4 mil milhões de euros em comparação com o final de 2024 foi principalmente impulsionado por um resultado líquido positivo de 6,9 mil milhões de euros, menores deduções de capital de ativos por impostos diferidos de 1,1 mil milhões de euros, diferenças de avaliação entre o valor escriturado e o justo valor de títulos de dívida detidos para cobrança de 0,7 mil milhões de euros, défi ce de perdas esperadas de 0,5 mil milhões de euros e ativos intangíveis de 0,3 mil milhões de euros, bem como resultados não realizados de € 0,3 mil milhões. Estes aumentos foram parcialmente compensados por 3,6 mil milhões de euros em deduções para futuras distribuições aos acionistas relacionadas com a política de rácios de distribuição de 50% do Grupo para o exercício de 2025 e pagamentos de cupões AT1 acumulados, 3,2 mil milhões de euros em ajustes de conversão cambial, 0,3 mil milhões de euros do programa de recompra de ações executado, 0,1 mil milhões de euros de remuneração baseada em ações e 0,1 mil milhões de euros de resultados atuariais.

Rácio de alavancagem

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD

O rácio de alavancagem não baseado no risco atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco.

O Deutsche Bank calcula a sua exposição de rácio de alavancagem em conformidade com os artigos 429.^o a 429.^o-G do CRR.

A exposição total ao rácio de alavancagem do Grupo inclui os derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando a versão modificada do método padrão para o risco de crédito da contraparte (SA-CCR), que compreende o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

O componente de SFT inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

A componente de exposição extrapatrimonial segue o método padrão para o risco de crédito, com fatores de conversão do risco de crédito (CCF) baseados em cinco categorias diferentes (100% para a categoria 1, 50% para a categoria 2, 40% para a categoria 3, 20% para a categoria 4 e 10% para a categoria 5).

O componente das exposições patrimoniais (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados, SFT e compras e vendas regulares que aguardam liquidação). O valor da exposição das compras e vendas regulares que aguardam liquidação é determinado como compensação entre esses valores a receber e a pagar, em que as vendas e compras regulares relacionadas são ambas liquidadas numa base de entrega mediante pagamento.

Os ativos podem ser excluídos da medida de exposição ao rácio de alavancagem se tiverem sido deduzidos na determinação do capital Tier 1. Os ajustamentos regulamentares correspondentes são refletidos nos montantes de ativos deduzidos na determinação do componente de capital de Tier 1.

As tabelas que se seguem apresentam a exposição de rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem. Para mais informações sobre o capital Tier 1, consulte também a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.435	1.387
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	(2)	2
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(113)	(156)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	8	4
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições)	128	158
Outros ajustamentos	(128)	(79)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.327	1.316

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

	31 dez 2025	31 dez 2024
Capital Tier 1	61	61
Exposições a derivados	130	137
Exposições a transações de financiamento de títulos	159	152
Exposições extrapatrimoniais	128	158
Exposições no balanço (excluindo derivados e SFT)	924	883
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1	(13)	(13)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.327	1.316
Rácio de alavancagem (em %)	4,6	4,6

Fatores que influenciam o rácio de alavancagem

Em 31 de dezembro de 2025, o capital Tier 1 era de 60,8 mil milhões de euros, praticamente estável face ao ano anterior. Para os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

Durante o ano de 2025, a exposição à alavancagem aumentou em 11,5 mil milhões de euros, atingindo 1.327,4 mil milhões de euros, impulsionada principalmente pelas exposições no balanço (excluindo derivados e SFT), que aumentaram em 41,5 mil milhões de euros, e pela exposição à alavancagem em transações de financiamento de títulos (SFT), que aumentou em 7,1 mil milhões de euros, ambas maioritariamente em linha com a evolução do balanço. Para informações adicionais sobre a evolução do balanço, consultar a secção "Movimentos nos ativos e passivos" deste relatório. Estes aumentos foram parcialmente compensados por exposições de alavancagem extrapatrimoniais, que diminuíram 30,4 mil milhões de euros, dos quais 15,7 mil milhões de euros relacionados com uma alteração no tratamento do risco de estorno num negócio específico de pagamentos e 11,3 mil milhões de euros de impacto resultante de alterações nos fatores de conversão de crédito ao abrigo do CRR3. Além disso, a exposição à alavancagem relacionada com derivados diminuiu 6,9 mil milhões de euros, devido aos custos de substituição no âmbito do método padrão para o Risco de Crédito da Contraparte (SA-CCR) e aos valores nocionais efetivos dos derivados de crédito emitidos, parcialmente compensados por potenciais acréscimos futuros à exposição no âmbito da SA-CCR.

A evolução da exposição à alavancagem em 2025 incluiu um impacto cambial negativo de 70,6 mil milhões de euros, principalmente devido à desvalorização do dólar norte-americano face ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento dos itens de exposição à alavancagem discutidos nesta secção.

Em 31 de dezembro de 2025, o rácio de alavancagem era de 4,6%, praticamente estável face a 31 de dezembro de 2024. Isto tem em conta um capital Tier 1 de 60,8 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1.327,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 (60,8 mil milhões de euros e 1.315,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, respetivamente).

O efeito inicial da implementação do CRR3 foi de 6 pontos base, compreendendo uma redução de capital Tier 1 de 0,4 mil milhões de euros e uma diminuição de 27,0 mil milhões de euros na exposição à alavancagem.

Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis e Capacidade total de absorção de perdas

Requisito de MRELS

O requisito mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) foi introduzido pelo regulamento da União Europeia que estabelece regras e procedimentos uniformes para a resolução de instituições de crédito (Regulamento do Mecanismo Único de Resolução ou SRMR) e pela Diretiva da União Europeia que estabelece um quadro para a recuperação e resolução de instituições de crédito (Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária ou BRRD), conforme implementado na legislação alemã pela Lei Alemã de Recuperação e Resolução.

O nível de MREL atualmente requerido é determinado pelas autoridades de resolução competentes para cada banco supervisionado individualmente, dependendo da respetiva estratégia de resolução preferencial. No caso do Deutsche Bank AG, o MREL é determinado pelo Conselho Único de Resolução. Embora não exista um nível mínimo estatutário de MREL, o MUR, o BRRD e um regulamento delegado definem os critérios que a autoridade de resolução tem de ter em consideração ao determinar o nível requerido de MREL. São fornecidas orientações através de uma política MREL publicada anualmente pelo CUR. Qualquer rácio MREL vinculativo determinado pelo CUR é comunicado ao Deutsche Bank através da Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin).

Como resultado da sua revisão anual regular, o CUR atualizou os requisitos obrigatórios do rácio de MREL do Deutsche Bank AG no segundo trimestre de 2025, aplicável imediatamente. O requisito do rácio de MREL numa base consolidada é agora de 25,98% dos RWA e de 7,03% da LRE, dos quais 19,81% dos RWA e 7,03% da exposição ao rácio de alavancagem devem ser cumpridos com recursos próprios e instrumentos subordinados.

Os requisitos combinados de reservas de 5,13% em 31 de dezembro de 2025 devem ser cumpridos para além dos requisitos de MREL com base nos RWA e do MREL subordinado.

Requisitos TLAC

Desde 27 de junho de 2019, o Deutsche Bank, enquanto banco de importância sistémica global, também esteve sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC). O requisito de TLAC foi implementado através de alterações ao Regulamento de Requisitos de Capital e à Diretiva de Requisitos de Capital, fornecidos em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/876 e da Diretiva (UE) 2019/878.

Este requisito de TLAC baseia-se em denominadores baseados no risco e não baseados no risco e fixados no maior valor entre os 18% dos RWA mais os requisitos de reservas combinados e 6,75% da LRE desde 1 de janeiro de 2022.

Desenvolvimento do rácio de MREL

Em 31 de dezembro de 2025, o MREL disponível era de 131,0 mil milhões de euros, correspondendo a uma proporção de 37,74% dos RWA e 9,87% da LRE. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente de MREL de 23,0 mil milhões de euros acima da exigência de MREL do Deutsche Bank de 108,0 mil milhões de euros (ou seja, 31,11% dos RWA, incluindo o requisito de reserva combinada). Em comparação com 31 de dezembro de 2024, o excedente permaneceu praticamente inalterado, uma vez que uma maior exigência de MREL e uma menor capacidade de MREL foram compensadas por uma menor disponibilidade de RWA.

114,9 mil milhões de euros disponíveis no MREL do Deutsche Bank eram fundos próprios e passivos subordinados, correspondendo a um rácio de subordinação do MREL de 33,11% dos RWA e 8,66% da LRE, uma reserva de 21,6 mil milhões de euros acima do requisito de subordinação do Deutsche Bank de 93,3 mil milhões de euros (ou seja, 7,03% da LRE). Em comparação com 31 de dezembro de 2024, o excedente diminuiu devido a uma maior exigência de MREL subordinado, maior LRE e menores fundos próprios e passivos subordinados.

Desenvolvimento do rácio de TLAC

Em 31 de dezembro de 2025, a TLAC era de 114,9 mil milhões de euros e os rácios de TLAC correspondentes eram de 33,11% dos RWA e 8,66% da LRE. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente de TLAC de 25,3 mil milhões de euros acima do seu requisito de TLAC de 89,6 mil milhões de euros (6,75% da LRE). Em comparação com 31 de dezembro de 2024, o excedente diminuiu devido ao aumento da LRE e à redução da TLAC.

Divulgação do MREL e TLAC

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2025	31 dez 2024
Elementos de capital regulamentar do TLAC/ MREL		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	49.266	49.457
Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	11.518	11.378
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL		
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos ao TLAC/MREL	7.050	7.676
Ajustamentos aos instrumentos de capital Tier 2 (T2) para TLAC/MREL	30	628
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	7.080	8.304
Elementos do total do capital regulamentar do TLAC/MREL	67.864	69.139
Outros elementos do TLAC/MREL		
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	47.071	49.352
Participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	—	—
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)	114.936	118.491
Inclusão de participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	—	—
Fundos próprios disponíveis e passivos elegíveis subordinados (MREL subordinado)	114.936	118.491
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	7.706	8.939
Estruturados preferenciais sénior	8.381	6.441
Mínimo disponível de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	131.023	133.871
Ativos ponderados pelo risco ("Risk-weighted assets" - RWA)	347.133	357.427
Exposição a rácio de alavancagem (LRE)	1.327.441	1.315.906
Rácio de TLAC		
Rácio de TLAC (como percentagem do RWA)	33,11	33,15
Requisitos TLAC (como percentagem dos RWA)	23,13	23,21
Rácio de TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	8,66	9,00
Requisitos TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	6,75	6,75
Excedente do TLAC acima da exigência dos RWA	34.641	35.538
Excedente do TLAC acima da exigência dos LRE	25.334	29.667
Subordinação de MREL		
Rácio de subordinação de MREL (como percentagem do RWA)	33,11	33,15
Requisito de subordinação de MREL (como percentagem do RWA)	24,94	24,60
Rácio de subordinação de MREL (como percentagem do LRE)	8,66	9,00
Requisito de subordinação de MREL (como percentagem do LRE)	7,03	6,95
Excedente de subordinação MREL em relação ao requisito RWA	28.358	30.570
Excedente de subordinação MREL em relação ao requisito LRE	21.617	27.036
Rácio de MREL		
Rácio de MREL (como percentagem do RWA)	37,74	37,45
Requisitos MREL (como percentagem dos RWA)	31,11	30,98
Rácio de MREL (como percentagem do LRE)	9,87	10,17
Requisitos MREL (como percentagem dos LRE)	7,03	6,95
Excedente do MREL acima da exigência dos RWA	23.026	23.146
Excedente do MREL acima da exigência dos LRE	37.704	42.415

Fundos próprios e passivos elegíveis

Para efeitos do cumprimento dos requisitos MREL e TLAC, o Deutsche Bank tem de garantir a manutenção de instrumentos de passivo elegíveis suficientes. Os instrumentos elegíveis para MREL e TLAC são os instrumentos de capital regulamentares (fundos próprios) e um passivo que cumpra determinados critérios, o qual é designado passivo elegível.

Os fundos próprios utilizados para MREL e TLAC incluem o montante total de instrumentos de capital Tier 2 com um prazo residual superior a 1 ano e inferior a 5 anos, os quais são refletidos no capital regulamentar apenas numa base pro-rata.

Os passivos elegíveis são passivos emitidos com base na entidade de resolução Deutsche Bank AG que cumprem os critérios de elegibilidade, os quais devem garantir que são estruturalmente adequados como capital de absorção de perdas. Como resultado, os passivos elegíveis excluem depósitos que se encontrem abrangidos por um sistema de proteção de depósitos de seguros ou que sejam preferenciais ao abrigo da legislação alemã de insolvência (por exemplo, depósitos de privados bem como de pequenas e médias empresas). Entre outros, os passivos garantidos e os passivos de derivados são também geralmente excluídos. Os instrumentos de dívida com características de derivados incorporadas podem ser incluídos em determinadas condições (por exemplo, um capital conhecido e fixo ou crescente). Além disso, os passivos elegíveis têm de ter um período de tempo restante até atingirem a maturidade de pelo menos um ano e têm de ser emitidos ao abrigo da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou têm de incluir uma cláusula de recapitalização nos respetivos termos contratuais, de modo a tornar a conversão efetiva.

Além disso, os passivos elegíveis têm de ser subordinados para serem contabilizados em relação ao TLAC e aos requisitos de subordinação de MREL. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, a Lei Bancária Alemã introduziu uma nova classe de títulos de dívida subordinada classificados como não preferenciais sénior abaixo dos restantes passivos sénior do banco (mas com primazia sobre os passivos subordinados contratualmente do banco, como os classificados como instrumentos Tier 2). No seguimento de um esforço de harmonização por parte da União Europeia, que resultou na implementação na Alemanha a 21 de julho de 2018, os bancos passaram a ser autorizados a decidir agora se a emissão específica de uma dívida sénior elegível é enquadrada na categoria não preferencial ou preferencial. Quaisquer instrumentos de dívida sénior não preferencial emitidos pelo Deutsche Bank AG ao abrigo das regras têm a mesma prioridade com os seus restantes instrumentos de dívidas em circulação que foram classificados como sénior não preferencial ao abrigo das regras anteriores. Todas estas emissões sénior não preferencial cumprem os critérios de subordinação TLAC e MREL.

Exposição ao risco de crédito

O Deutsche Bank define a sua exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, tal como definido no "Quadro do risco de crédito".

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de crédito (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. O Grupo aplica margens de avaliação (haircuts) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelece limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

em milhões de euros	31 dez 2025					
	Exposição máxima ao risco de	Sujeito a imparidades	Aumentos de crédito			
			Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ²	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado³						
Caixa e saldos do banco central	164.664	164.664	—	—	—	—
Saldos interbancários (sem bancos)	6.963	6.963	—	—	—	—
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de	37.509	37.509	—	37.376	—	37.376
Títulos obtidos por empréstimo	6	6	—	6	—	6
Empréstimos	478.676	478.676	—	256.542	49.168	305.711
Outros ativos sujeitos a risco de crédito ^{4,5}	109.327	103.258	26.084	1.133	258	27.475
Total de ativos financeiros ao custo	797.145	791.076	26.084	295.057	49.426	370.568
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados⁶						
Ativos detidos para negociação	142.273	—	—	1.525	895	2.419
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	241.328	—	180.485	45.678	10	226.173
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo	123.517	—	1.774	111.207	495	113.476
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	95.802	—	1.774	94.028	—	95.802
Títulos obtidos por empréstimo	16.513	—	—	16.271	—	16.271
Empréstimos	3.370	—	—	840	495	1.335
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	—	—	—	—	—
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	507.119	—	182.259	158.410	1.399	342.068
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	43.644	43.644	—	1.342	1.232	2.574
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.128	1.128	—	90	—	90
Títulos obtidos por empréstimo	—	—	—	—	—	—
Empréstimos	4.432	4.432	—	20	1.232	1.252
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	43.644	43.644	—	1.342	1.232	2.574
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁷	79.092	79.092	—	4.619	9.928	14.547
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁷	274.305	272.072	—	24.219	7.348	31.567
Total de extrapatrimoniais	353.397	351.164	—	28.838	17.276	46.114
Exposição máxima ao risco de crédito	1.701.304	1.185.884	208.344	483.647	69.333	761.323

¹ Não inclui o montante nominal vendido (620,2 mil milhões de euros) de derivados de crédito e a proteção comprada para derivados de crédito

² A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente

³ Todos os montantes são apresentados em valores brutos antes das deduções da provisão para perdas de crédito

⁴ Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados

⁵ Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade

⁶ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas

⁷ Os números são refletidos nos valores nominais

em milhões de euros	31 dez 2024					
	Aumentos de crédito					
	Exposição máxima ao risco de	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ²	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado³						
Caixa e saldos do banco central	147.511	147.511	—	—	—	—
Saldos interbancários (sem bancos	6.169	6.169	—	—	—	—
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	40.802	40.802	—	40.580	—	40.580
Títulos obtidos por empréstimo	44	44	—	32	—	32
Empréstimos	484.603	484.603	—	264.252	44.211	308.463
Outros ativos sujeitos a risco de crédito ^{4,5}	82.015	76.685	24.794	1.668	270	26.732
Total de ativos financeiros ao custo	761.144	755.814	24.794	306.532	44.481	375.807
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados⁶						
Ativos detidos para negociação	134.118	—	0	1.207	612	1.819
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	291.754	—	229.560	45.613	115	275.288
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo	113.433	—	1.638	103.339	292	105.269
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	88.736	—	1.638	87.091	—	88.729
Títulos obtidos por empréstimo	15.913	—	—	15.671	—	15.671
Empréstimos	1.954	—	—	485	272	757
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	—	—	—	—	—
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	539.304	—	231.198	150.159	1.019	382.376
Ativos financeiros pelo justo valor através	42.090	42.090	—	4.077	1.168	5.245
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	2.786	2.786	—	2.455	0	2.455
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	—	0	0	0
Empréstimos	5.068	5.068	—	454	1.168	1.621
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	42.090	42.090	—	4.077	1.168	5.244
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁷	73.468	73.467	—	4.410	9.227	13.637
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁷	269.699	268.373	—	21.737	8.227	29.964
Total de extrapatrimoniais	343.167	341.840	—	26.147	17.455	43.602
Exposição máxima ao risco de crédito	1.685.705	1.139.745	255.993	486.915	64.122	807.029

¹ Não inclui o montante nominal vendido (597,9 mil milhões de euros) de derivados de crédito e a proteção comprada para derivados de crédito

² A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente

³ Todos os montantes são apresentados em valores brutos antes das deduções da provisão para perdas de crédito

⁴ Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados

⁵ Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade

⁶ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas

⁷ Os números são refletidos nos valores nominais

O aumento global da exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2025 foi de 15,6 mil milhões de euros, principalmente impulsionado por aumentos de 27,3 mil milhões de euros em outros ativos sujeitos a risco de crédito, 17,2 mil milhões de euros em numerário e saldos em bancos centrais, 10,2 mil milhões de euros em exposição extrapatrimonial, 8,2 mil milhões de euros em ativos detidos para negociação e 7,1 mil milhões de euros em títulos comprados com acordos de revenda ao justo valor através de resultados. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma diminuição de 50,4 mil milhões de euros nos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos.

Os ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2025 incluíam obrigações negociadas no valor de 126,6 mil milhões de euros (120,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024), das quais mais de 82% tinham notação de grau de investimento (mais de 82% em 31 de dezembro de 2024).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, o banco tem agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das principais categorias de exposição ao crédito do Deutsche Bank, designadamente, Empréstimos, Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, Passivos contingentes, produtos do mercado de balcão (OTC), Títulos de dívida e Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- "Empréstimos" são créditos brutos conforme reportados no balanço do banco ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de resultados e empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito; isto inclui os "empréstimos negociados" comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade; do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação
- Os "compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações)
- Os "derivados OTC" são as exposições de crédito do banco decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que o Grupo tenha assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário; no balanço do banco são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em ambos os casos apenas aplicando garantias em numerário recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS
- Os "títulos de dívida" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no balanço do banco no âmbito das categorias de contabilidade pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria pelo justo valor através dos resultados; inclui as "obrigações negociadas", que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e detidos para venda a curto prazo; do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de revenda, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas, aplicando apenas as garantias recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a principal exposição ao crédito do Grupo: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais.

Salvo indicação em contrário, as tabelas abaixo refletem a exposição ao crédito antes da consideração das garantias e da mitigação do risco ou das melhorias estruturais, exceto no que se refere aos derivados OTC, em que os valores são posteriores aos reforços de crédito

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

							31 dez 2025
em milhões de euros	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
	ao custo amortizado ¹	negociação - ao justo valor através de P&L	Designado/ obrigatório ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos financeiros	ao justo valor através de P&L ⁴
Corporate Bank	119.570	21	685	4.116	169.251	73.258	29
Investment Bank	115.325	12.803	2.685	316	67.846	2.824	22.141
Private Bank	246.594	6	—	—	36.961	2.945	497
Asset Management	3	—	—	—	124	10	—
Corporate & Other	(2.816) ⁸	13	—	—	123	56	1.669
Total	478.676	12.842	3.370	4.432	274.305	79.092	24.336

							31 dez 2025
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de			Total
	ao custo amortizado ⁵	pelo justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Corporate Bank	50	11	—	10.078	—	—	377.069
Investment Bank	5.170	130.177	3.173	27.436	112.314	—	502.208
Private Bank	373	—	—	—	—	—	287.376
Asset Management	—	5.050	62	—	—	—	5.249
Corporate & Other	34.679	336	34.849	—	—	1.128	70.039
Total	40.272	135.575	38.084	37.514	112.315	1.128	1.241.941

¹ Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 com um custo amortizado de 15,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

² Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 ao valor justo através de OCI, no total de 16,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

³ Inclui a exposição extrapatrimonial na fase 3 e POCI na fase 3, no valor de 2,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos na fase 3 e POCI na fase 3 a um custo amortizado de 25,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁶ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 130,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ O saldo negativo dos empréstimos a empresas e outros negócios ao custo amortizado deve-se ao programa de contabilidade de cobertura da carteira, principalmente relacionado com a atividade hipotecária do Private Bank.

							31 dez 2024
em milhões de euros	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
	ao custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/ obrigatória pelo justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	ao justo valor através de P&L ⁴
Corporate Bank	116.674	212	508	4.110	170.667	67.067	47
Investment Bank	110.077	11.068	1.443	958	61.692	3.268	24.030
Private Bank	257.476	6	—	—	37.110	2.815	391
Asset Management	1	—	—	—	130	9	—
Corporate & Other	375	93	3	—	100	309	2.431
Total	484.603	11.380	1.954	5.068	269.699	73.468	26.899

							31 dez 2024
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de			Total
	ao custo amortizado ¹	pelo justo valor através dos resultados	ao justo valor através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
Corporate Bank	266	14	—	9.033	—	—	368.598
Investment Bank	5.369	122.813	1.268	31.813	104.248	—	478.047
Private Bank	409	1	1	—	—	—	298.209
Asset Management	—	4.526	82	—	—	—	4.748
Corporate & Other	15.595	390	32.885	—	401	2.786	55.368
Total	21.638	127.744	34.236	40.846	104.649	2.786	1.204.970

¹ Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 com um custo amortizado de 15,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

² Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 ao valor justo através de OCI, no total de 60,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

³ Inclui exposição extrapatrimonial na fase 3 e POCI na fase 3 no valor de 2,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 a um custo amortizado de 41,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁶ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 25,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

A exposição total ao crédito principal do Deutsche Bank aumentou 37,0 mil milhões de euros em termos homólogos, sendo de 24,2 mil milhões de euros no Investment Bank, principalmente impulsionada por títulos de dívida e maior participação em operações de recompra e similares devido ao aumento das atividades de negociação com empresas e fluxos de clientes, bem como ao crescimento dos empréstimos, e de 8,5 mil milhões de euros no Corporate Bank, principalmente impulsionada pelo crescimento

da exposição extrapatrimonial devido a novas operações e refinanciamentos. Observou-se um aumento da exposição em todos os produtos incluídos nas principais exposições de crédito por divisões, exceto no Private Bank, onde se observou uma diminuição de 10,8 mil milhões de euros.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

Os quadros abaixo fornecem uma visão geral da exposição ao crédito do banco por setor, com base no código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores e não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutros pontos do presente relatório.

	31 dez 2025						
	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado ¹	negociação - ao justo valor através de P&L	Designado/ obrigatório ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI ²	Compromissos de empréstimos revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos financeiros	ao justo valor através de resultados ⁴
Agricultura, exploração florestal e	346	2	—	—	262	13	—
Indústria mineira e de extração de	1.964	1.629	41	—	4.533	1.410	853
Indústria	26.496	747	195	814	53.985	13.742	789
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.787	256	5	82	8.956	4.009	207
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	675	39	—	4	1.042	405	141
Construção	4.628	451	179	55	4.764	3.732	74
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21.094	375	178	699	17.358	6.106	239
Transporte e armazenamento	4.580	36	2	98	5.784	1.524	184
Atividades de serviços de alojamento e restauração	3.560	81	33	—	1.393	150	4
Informação e comunicação	8.920	1.172	22	396	13.486	2.863	351
Atividades financeiras e de seguros ⁸	129.848	5.441	1.354	1.845	97.880	38.349	19.636
Atividades imobiliárias ⁹	45.505	1.445	147	56	7.566	321	185
Atividades profissionais, científicas e técnicas	9.873	269	118	238	12.733	4.125	42
Atividades de serviços administrativos e de apoio	6.820	128	161	62	5.163	907	226
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	7.758	384	10	—	8.755	148	358
Educação	249	76	—	—	153	14	33
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.808	91	—	8	1.784	93	17
Artes, entretenimento e atividades de lazer	851	17	—	13	1.255	96	18
Outras atividades de serviços	8.731	191	923	62	3.043	833	713
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	188.183	—	—	—	24.412	249	265
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	4	12	—	—	1	4	1
Total	478.676	12.842	3.370	4.432	274.305	79.092	24.336

	31 dez 2025						
	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de			Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado ⁵	ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI ⁶	ao custo amortizado	ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI	
Agricultura, exploração florestal e	—	16	—	—	—	—	640
Indústria mineira e de extração de	—	595	—	—	—	—	11.025
Indústria	—	1.362	57	52	37	—	98.274
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	49	766	94	—	—	—	19.210
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	—	71	11	—	—	—	2.386
Construção	360	377	260	—	—	—	14.881
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e	118	446	6	—	—	—	46.620
Transporte e armazenamento	243	408	25	—	—	—	12.883
Atividades de serviços de alojamento e restauração	—	88	2	—	—	—	5.311
Informação e comunicação	7	1.930	—	—	3	—	29.151
Atividades financeiras e de seguros ⁸	6.916	35.177	3.810	37.362	111.332	1.128	490.078
Atividades imobiliárias ⁹	81	1.314	215	101	2	—	56.939
Atividades profissionais, científicas e técnicas	—	556	119	—	7	—	28.079
Atividades de serviços administrativos e de apoio	—	422	8	—	23	—	13.920
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	24.233	82.712	32.171	—	631	—	157.158
Educação	—	207	82	—	—	—	814
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	108	206	86	—	—	—	6.201
Artes, entretenimento e atividades de	—	46	10	—	—	—	2.305
Outras atividades de serviços	140	4.106	16	—	279	—	19.037
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	—	—	—	—	—	—	213.109
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	8.017	4.770	1.112	—	—	—	13.920
Total	40.272	135.575	38.084	37.514	112.315	1.128	1.241.940

¹ Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 com um custo amortizado de 15,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

² Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 ao valor justo através de OCI, no total de 16,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

³ Inclui a exposição extrapatrimonial na fase 3 e POCI na fase 3, no valor de 2,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos na fase 3 e POCI na fase 3 a um custo amortizado de 25,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁶ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 130,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ Inclui exposição a empresas, incluindo holdings, no valor de 108 mil milhões de euros, títulos garantidos por ativos no valor de 47 mil milhões de euros, bancos no valor de 91 mil milhões de euros, seguradoras no valor de 21 mil milhões de euros, intermediários financeiros no valor de 13 mil milhões de euros e setor público no valor de 16 mil milhões de euros, tudo com base na classificação interna do cliente

⁹ A carteira de imóveis comerciais sem recurso, segundo a definição do Deutsche Bank, é de 31 mil milhões de euros

em milhões de euros	31 dez 2024						
	Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
	pelo custo amortizado ¹	negociação - ao justo valor através de P&L	Designado/ obrigatório ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI ²	Compromissos de empréstimos revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos financeiros	ao justo valor através de resultados ⁴
Agricultura, exploração florestal e	336	—	—	—	239	24	1
Indústria mineira e de extração de	1.885	2.392	66	—	5.934	1.275	145
Indústria	26.634	525	5	1.195	56.933	14.331	1.205
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.346	632	—	38	8.870	4.489	150
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	595	—	—	3	1.013	264	50
Construção	4.330	244	—	30	3.039	3.244	13
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e	21.405	165	103	809	18.290	6.339	180
Transporte e armazenamento	4.766	416	63	103	5.373	1.201	164
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.665	64	—	19	1.314	150	2
Informação e comunicação	8.930	757	16	237	16.501	3.014	384
Atividades financeiras e de seguros ⁸	126.640	3.944	1.177	1.589	95.492	34.889	22.093
Atividades imobiliárias ⁹	49.859	1.005	136	535	7.868	399	326
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.276	133	—	214	5.754	2.129	161
Atividades de serviços administrativos e de apoio	8.921	319	95	161	5.025	493	138
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	5.740	458	14	24	7.438	120	286
Educação	295	17	—	—	99	55	55
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.130	29	—	12	1.850	91	46
Artes, entretenimento e atividades de	820	4	—	15	1.166	83	17
Outras atividades de serviços	6.214	260	280	81	7.013	628	1.305
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	199.811	—	—	—	20.488	246	174
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	5	17	—	—	1	3	4
Total	484.603	11.380	1.954	5.068	269.699	73.468	26.899

	31 dez 2024						
	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de			Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado ⁵	ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI ⁶	ao custo amortizado	ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI	
Agricultura, exploração florestal e	—	2	—	—	—	—	602
Indústria mineira e de extração de	41	553	2	—	—	—	12.293
Indústria	23	1.389	50	43	42	—	102.375
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	71	915	28	—	—	—	19.541
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	—	143	1	—	—	—	2.070
Construção	264	344	285	—	—	—	11.793
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e	—	612	3	—	—	—	47.904
Transporte e armazenamento	159	461	3	—	—	—	12.710
Atividades de serviços de alojamento e restauração	5	90	1	—	—	—	4.311
Informação e comunicação	31	1.048	—	—	—	—	30.918
Atividades financeiras e de seguros ⁸	5.379	29.863	5.671	40.437	104.150	2.786	474.108
Atividades imobiliárias ⁹	198	1.277	181	324	7	—	62.114
Atividades profissionais, científicas e técnicas	48	256	105	—	—	—	15.075
Atividades de serviços administrativos e de apoio	19	471	4	—	16	—	15.661
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	14.160	83.873	27.354	—	110	—	139.577
Educação	—	262	14	—	—	—	797
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	103	289	—	—	1	—	6.550
Artes, entretenimento e atividades de	—	19	—	—	—	—	2.124
Outras atividades de serviços	433	3.514	13	42	207	—	19.991
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	—	—	—	—	—	—	220.720
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	704	2.362	522	—	117	—	3.735
Total	21.638	127.744	34.236	40.846	104.649	2.786	1.204.970

¹ Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 com um custo amortizado de 15,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

² Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI, no total de 60,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

³ Inclui exposição extrapatrimonial na fase 3 e POCI na fase 3 no valor de 2,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 a um custo amortizado de 41,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁶ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 25,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ Inclui a exposição a empresas, incluindo holdings, no valor de 108 mil milhões de euros, títulos garantidos por ativos no valor de 49 mil milhões de euros, bancos no valor de 66 mil milhões de euros, seguros no valor de 9 mil milhões de euros, intermediários financeiros no valor de 15 mil milhões de euros e setor público no valor de 17 mil milhões de euros, todos com base na classificação interna do cliente

⁹ A carteira de imóveis comerciais sem recurso, segundo a definição do Deutsche Bank, é de 36 mil milhões de euros

Todas as exposições de crédito estão sujeitas aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos “Princípios de gestão do risco de crédito” do banco, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos/classe de ativos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de vender ou distribuir parte do risco a terceiros, estão sujeitas a revisão e aprovação por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (dependendo da dimensão) por um comité de subscrição e/ou pelo Conselho de Administração. Coloca-se grande ênfase na estruturação e na definição de preços dessas transações, de modo a que a redução do risco possa ser alcançada em tempo real e – nos casos em que o Deutsche Bank assume o risco de preço de mercado – para atenuar esse risco de mercado.

A exposição ao crédito do Grupo relativamente às dez maiores contrapartes representava 11% da exposição total de crédito agregado do banco nestas categorias em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 11% em 31 de dezembro de 2024. As dez principais exposições a contraparte eram contrapartes com boa notação ou transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A exposição a empréstimos de custo amortizado do Grupo dentro das categorias acima é principalmente para mutuários de boa qualidade creditícia. Além disso, com o foco no Corporate Bank e no Investment Bank, a exposição a empréstimos está sujeita a uma maior redução do risco do banco, por exemplo, através da unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas.

A exposição do Deutsche Bank a empréstimos familiares está principalmente associada às carteiras do Private Bank.

A exposição a empréstimos ao custo amortizado do banco de 45,5 mil milhões de euros para atividades imobiliárias, tal como acima referido, baseia-se na classificação do código NACE e inclui financiamentos com e sem recurso, em várias partes do grupo e segmentos de clientes. Este valor inclui 18,8 mil milhões de euros de empréstimos que se baseiam na definição do Deutsche Bank de empréstimos CRE sem recurso. Para mais informações sobre empréstimos CRE sem recurso, consultar a secção "Áreas de enfoque".

Os créditos imobiliários comerciais do Grupo, sobretudo com origem nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. O Deutsche Bank origina empréstimos a taxa fixa e variável e adquire seletivamente (geralmente com desconto substancial) empréstimos sub/não rentáveis vendidos por instituições financeiras. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. As orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que os rácios LTV geralmente inferiores a 80% se mantenham alinhados com a geração do empréstimo. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados. O Deutsche Bank origina empréstimos para distribuição no mercado bancário ou através de titularização. Neste contexto, o Deutsche Bank retém frequentemente uma parte dos empréstimos em consórcio, enquanto as posições titularizadas podem ser inteiramente vendidas (exceto quando a regulamentação exige a retenção do risco económico). As exposições intermédias (mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior só são retidas em casos excecionais. O banco também participa em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de operações imobiliárias.

As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e eventos idiossincráticos que afetem as propriedades subjacentes. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A exposição do Deutsche Bank a atividades financeiras e de seguros é de 490,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, o que também inclui exposições a títulos garantidos por ativos, bancos, seguros, intermediários financeiros, setor público, bem como a empresas, incluindo sociedades gestoras de participações sociais. As exposições são geridas através de quadros de gestão de risco personalizados, de aprovações de transações comerciais e de métricas relevantes de apetência pelo risco. O total de créditos em todas as categorias de mensuração aplicáveis ascendeu a 138,5 mil milhões de euros, o total de operações de recompra e similares em todas as categorias de mensuração aplicáveis ascendeu a 149,8 mil milhões de euros e as atividades extrapatrimoniais ascenderam a 136,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, estando principalmente associadas a carteiras do Investment Bank e do Corporate Bank, que se encontravam maioritariamente localizadas na América do Norte e na Europa.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

em milhões de euros	31 dez 2025						
	Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴
Europa	323.025	4.376	2.100	1.861	148.112	42.864	14.026
Dos quais:							
Alemanha	208.034	460	935	538	73.322	16.477	3.631
Reino Unido	13.579	954	331	146	11.164	4.861	4.274
França	4.476	253	99	30	8.402	2.398	688
Luxemburgo	18.397	839	316	163	9.740	466	2.033
Itália	23.710	124	34	172	4.263	5.299	148
Países Baixos	8.969	262	25	394	8.150	2.458	1.093
Espanha	15.592	56	47	109	3.827	4.788	151
Irlanda	6.447	448	308	31	5.704	335	525
Suíça	5.858	38	—	103	8.896	3.018	104
Polónia	3.082	—	—	11	1.987	227	29
Bélgica	1.914	81	—	61	1.584	519	148
Federação Russa ⁸	12	—	—	—	—	—	—
Ucrânia ⁸	206	133 ⁹	—	—	363	8	—
Outros Europa ⁸	12.749	727	5	102	10.710	2.009	1.202
América do Norte	105.390	4.474	910	1.507	105.259	18.588	4.730
Dos quais:							
EUA	91.357	4.252	547	1.357	97.229	16.755	3.158
Ilhas Caimão	6.155	128	322	77	2.762	1.025	1.032
Canadá	2.478	94	—	53	3.378	195	138
Outros países da América do Norte	5.400	—	41	21	1.889	613	402
Ásia-Pacífico	39.770	1.669	344	963	17.504	16.093	4.511
Dos quais:							
Japão	1.719	102	27	544	524	688	469
Austrália	3.543	264	2	46	3.177	1.691	408
Índia	9.473	98	—	8	1.525	3.584	142
China	3.495	3	1	21	757	1.699	231
Singapura	4.142	88	3	98	2.086	1.260	287
Hong Kong	2.338	17	59	34	3.158	723	309
Outros países da Ásia e Pacífico	15.059	1.097	251	211	6.278	6.449	2.665
Outras áreas geográficas	10.491	2.322	16	101	3.430	1.548	1.068
Total	478.676	12.842	3.370	4.432	274.305	79.092	24.336

	31 dez 2025						
	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de			Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado ⁵	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	
Europa	28.289	65.420	18.907	21.965	30.276	—	701.221
Dos quais:							
Alemanha	426	7.002	4.075	1.470	286	—	316.657
Reino Unido	1.811	13.446	2.729	11.736	14.924	—	79.955
França	7.857	10.793	4.063	3.592	4.069	—	46.720
Luxemburgo	149	3.076	15	—	4.013	—	39.207
Itália	6.030	8.845	961	3.380	805	—	53.771
Países Baixos	50	2.220	41	169	32	—	23.863
Espanha	1.490	3.763	588	1.123	27	—	31.561
Irlanda	922	1.930	21	7	987	—	17.666
Suíça	—	1.319	4	—	247	—	19.586
Polónia	—	555	3.511	—	191	—	9.594
Bélgica	5.572	5.208	2.022	—	—	—	17.109
Federação Russa ⁸	—	—	1	—	—	—	13
Ucrânia ⁸	—	172	17	—	—	—	899
Outros Europa ⁸	3.983	7.090	861	487	4.696	—	44.621
América do Norte	6.103	35.201	12.318	11.001	68.842	—	374.324
Dos quais:							
EUA	5.730	32.907	12.132	7.554	49.668	—	322.645
Ilhas Caimão	373	185	—	3.200	15.011	—	30.269
Canadá	—	1.977	187	86	4.161	—	12.747
Outros países da América do Norte	—	132	—	161	1	—	8.662
Ásia-Pacífico	4.792	27.901	6.380	3.653	12.717	—	136.297
Dos quais:							
Japão	5	2.666	2.028	157	7.179	—	16.108
Austrália	3.145	2.507	294	—	1.315	—	16.393
Índia	569	6.750	55	—	16	—	22.220
China	118	2.289	249	90	240	—	9.192
Singapura	9	1.041	528	—	979	—	10.519
Hong Kong	13	410	567	—	662	—	8.289
Outros países da Ásia e Pacífico	933	12.238	2.660	3.407	2.327	—	53.576
Outras áreas geográficas	1.089	7.053	478	896	480	1.128	30.099
Total	40.272	135.575	38.084	37.514	112.315	1.128	1.241.941

¹ Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 com um custo amortizado de 15,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

² Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI, no total de 16,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

³ Inclui a exposição extrapatrimonial na fase 3 e POCI na fase 3, no valor de 2,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos na fase 3 e POCI na fase 3 a um custo amortizado de 25,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁶ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 130,2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia

⁹ Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é de minimis

em milhões de euros	31 dez 2024						
	Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através do OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴
Europa	326.256	3.420	702	1.843	146.860	42.033	15.611
Dos quais:							
Alemanha	215.983	304	353	512	72.341	15.761	4.393
Reino Unido	11.044	365	23	163	12.589	4.418	3.594
França	4.319	69	39	33	6.967	2.111	746
Luxemburgo	17.119	944	14	131	8.737	546	1.780
Itália	23.190	229	24	69	4.424	5.302	266
Países Baixos	9.593	265	4	332	9.452	2.964	1.460
Espanha	15.580	109	40	123	3.833	4.633	169
Irlanda	6.483	271	195	61	5.057	295	568
Suíça	6.050	19	—	196	8.562	2.548	434
Polónia	2.890	—	—	15	2.358	181	5
Bélgica	1.991	33	—	80	1.685	1.582	181
Federação Russa ⁸	102	—	—	12	1	21	—
Ucrânia ⁸	98	172 ⁹	—	—	—	5	—
Outros Europa ⁸	11.813	639	10	116	10.855	1.665	2.016
América do Norte	108.465	3.262	931	2.324	110.332	14.856	5.890
Dos quais:							
EUA	95.186	2.986	507	2.095	102.989	13.462	4.923
Ilhas Caimão	5.969	151	319	87	2.770	660	515
Canadá	1.491	121	33	118	2.584	223	202
Outros países da América do Norte	5.819	4	72	24	1.989	511	250
Ásia-Pacífico	40.066	1.433	309	611	9.941	15.232	5.155
Dos quais:							
Japão	1.744	151	42	77	532	645	598
Austrália	3.404	238	—	9	2.918	1.371	512
Índia	9.001	24	25	—	1.405	3.789	104
China	4.245	4	95	24	443	1.852	754
Singapura	5.146	95	17	129	1.136	2.128	291
Hong Kong	3.062	90	—	87	723	366	229
Outros países da Ásia e Pacífico	13.466	831	130	285	2.783	5.082	2.666
Outras áreas geográficas	9.816	3.265	11	289	2.567	1.348	244
Total	484.603	11.380	1.954	5.068	269.699	73.468	26.899

	31 dez 2024						
	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de			Total
em milhões de euros	pelo custo amortizado ⁵	pelo justo valor através de	pelo justo valor através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelo justo valor através de	pelo justo valor através de OCI	
Europa	10.408	57.024	15.388	27.957	34.516	283	682.300
Dos quais:							
Alemanha	321	7.899	1.887	2.033	855	—	322.643
Reino Unido	487	12.141	1.983	12.407	14.163	—	73.376
França	1.511	7.855	3.888	4.077	8.058	—	39.672
Luxemburgo	—	2.699	472	127	3.615	—	36.184
Itália	4.914	8.038	985	4.144	1.425	—	53.011
Países Baixos	87	2.014	33	—	71	—	26.276
Espanha	1.489	4.096	359	1.388	33	—	31.853
Irlanda	1.326	1.695	8	29	1.065	—	17.053
Suíça	—	1.657	1	2.658	280	—	22.404
Polónia	—	262	3.554	—	84	—	9.349
Bélgica	—	4.197	1.572	—	5	—	11.325
Federação Russa ⁸	—	3	—	—	—	—	138
Ucrânia ⁸	—	165	13	—	—	—	454
Outros Europa ⁸	273	4.304	634	1.094	4.861	283	38.562
América do Norte	7.227	34.972	12.695	8.205	52.388	—	361.546
Dos quais:							
EUA	6.854	33.637	12.499	4.991	39.389	—	319.517
Ilhas Caimão	373	370	—	3.032	9.388	—	23.634
Canadá	—	872	195	—	3.575	—	9.415
Outros países da América do Norte	—	93	—	182	36	—	8.979
Ásia-Pacífico	3.844	28.246	5.995	3.839	17.524	1.006	133.202
Dos quais:							
Japão	6	2.985	964	178	8.815	—	16.736
Austrália	2.526	2.374	311	212	2.720	—	16.596
Índia	658	6.630	75	—	—	681	22.391
China	—	4.400	274	—	952	—	13.042
Singapura	61	946	738	—	711	—	11.397
Hong Kong	9	559	553	—	329	—	6.007
Outros países da Ásia e Pacífico	584	10.353	3.081	3.449	3.997	326	47.032
Outras áreas geográficas	160	7.501	158	845	222	1.497	27.923
Total	21.638	127.744	34.236	40.846	104.649	2.786	1.204.972

¹ Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 com um custo amortizado de 15,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

² Inclui empréstimos na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI, no total de 60,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

³ Inclui exposição extrapatrimonial na fase 3 e POCI na fase 3 no valor de 2,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivativos que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 a um custo amortizado de 41,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁶ Inclui títulos de dívida na fase 3 e POCI na fase 3 ao justo valor através de OCI no montante de 25,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia

⁹ Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é de mínimos

As tabelas acima fornecem uma visão geral da exposição de crédito do Deutsche Bank por região geográfica, alocada com base no país de domicílio da contraparte. A visão do domicílio pode diferir de qualquer visão interna baseada no risco aplicada noutro ponto do presente relatório.

Em termos regionais, as maiores concentrações de risco de crédito do Grupo no âmbito dos empréstimos situam-se no seu mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do negócio de financiamento hipotecário e crédito à habitação.

No âmbito dos derivativos OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte.

Classificação da exposição ao crédito

O Deutsche Bank também classifica a sua exposição ao crédito ao longo das divisões de negócio, o que está em linha com os mandatos do Diretor de Risco alinhados em termos de divisão. A secção abaixo apresenta a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank em conjunto. A secção seguinte fornece a exposição ao crédito para o Private Bank.

Exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank

As tabelas seguintes apresentam a principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Consulte a secção "Medição do risco de crédito" para mais informações sobre as notações internas do banco.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores brutos

		31 dez 2025						
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ¹	ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados ²
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	17.345	519	135	239	21.928	3.933	8.234
iA	> 0,04 ≤ 0,11	45.423	120	248	677	67.516	36.422	6.687
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	77.819	3.438	1.146	2.844	92.128	23.430	5.513
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	66.044	4.840	1.587	646	41.868	8.843	1.230
iB	> 2,27 ≤ 10,22	18.089	1.228	93	9	10.885	2.577	172
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	10.174	2.678	160	17	2.773	876	335
Total		234.895	12.823	3.370	4.432	237.097	76.082	22.170

		31 dez 2025						
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			
Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ¹	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Total
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	351	71.459	1.255	16.023	36.320	—	177.740
iA	> 0,04 ≤ 0,11	3.102	20.258	902	7.033	6.821	—	195.208
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	747	13.616	138	7.240	52.272	—	280.333
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	957	23.358	533	6.416	16.523	—	172.844
iB	> 2,27 ≤ 10,22	37	594	211	793	452	—	35.143
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	25	904	133	9	—	—	18.083
Total		5.220	130.188	3.173	37.514	112.388	—	879.351

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

² Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores líquidos

		31 dez 2025 ¹						
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ²	ao custo amortizado	negociação - ao justo valor através de P&L	Designado/obrigatório ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI	Compromissos de empréstimo revogáveis e irrevogáveis	Passivos financeiros	ao justo valor através de P&L
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	9.762	157	135	94	21.028	3.575	4.745
iA	> 0,04 ≤ 0,11	33.326	120	248	625	65.146	32.869	3.105
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	36.728	2.548	697	1.974	84.025	18.315	3.588
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	29.606	4.132	1.206	463	37.687	6.398	1.157
iB	> 2,27 ≤ 10,22	4.874	1.095	37	4	10.084	1.386	161
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.645	2.158	56	9	2.625	350	233
Total		118.942	10.211	2.379	3.169	220.594	62.893	12.989

31 dez 2025¹

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ²	ao custo amortizado	ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI	ao custo amortizado	ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI	
iAAA-iAA	> 0,00 ≤ 0,04	351	71.391	1.255	—	351	—	112.844
iA	> 0,04 ≤ 0,11	3.102	20.258	902	202	25	—	159.928
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	266	13.351	111	—	51	—	161.652
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	484	22.828	133	—	342	—	104.437
iB	> 2,27 ≤ 10,22	37	508	203	—	—	—	18.389
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	25	730	119	—	—	—	10.950
Total		4.265	129.066	2.723	202	768	—	568.199

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS

² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

As tabelas seguintes apresentam a principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank para 2024 por tipos de produtos e por bandas de notação interna.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores brutos

31 dez 2024

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
		ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada/obrigatória pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através de resultados ²
Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ¹							
iAAA-iAA	> 0,00 ≤ 0,04	18.371	177	84	209	28.227	6.007	10.133
iA	> 0,04 ≤ 0,11	47.908	60	542	1.167	69.746	32.937	7.441
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	66.741	3.207	131	2.537	88.790	22.201	4.101
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	64.486	4.983	561	1.080	34.521	6.015	2.202
iB	> 2,27 ≤ 10,22	21.094	713	399	10	8.865	2.244	104
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	8.153	2.141	235	65	2.210	931	97
Total		226.751	11.280	1.951	5.068	232.359	70.335	24.077

31 dez 2024

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ¹	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através de resultados	pelo justo valor através de OCI	
iAAA-iAA	> 0,00 ≤ 0,04	694	64.329	192	17.775	39.458	—	185.657
iA	> 0,04 ≤ 0,11	2.469	14.985	46	7.374	8.817	—	193.490
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	1.021	19.851	149	7.506	13.055	—	229.290
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	1.319	22.194	431	7.390	41.123	—	186.303
iB	> 2,27 ≤ 10,22	90	643	402	686	1.795	—	37.044
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	42	825	47	115	—	—	14.862
Total		5.635	122.827	1.268	40.846	104.248	—	846.646

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

² Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores líquidos

31 dez 2024¹

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

Banda de notação	Probabilidade de incumprimento em % ²	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
		ao custo amortizado	negociação - ao justo valor através de P&L	Designado/ obrigatório ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI	Compromissos de empréstimo revogáveis e irrevogáveis	Passivos financeiros	ao justo valor através de P&L
iAAA-iAA	> 0,00 ≤ 0,04	10.671	99	84	64	26.953	5.128	4.893
iA	> 0,04 ≤ 0,11	36.198	60	392	953	67.092	29.677	4.140
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	30.736	2.869	56	1.836	82.049	17.106	2.948
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	27.152	4.122	480	520	30.381	4.366	1.889
iB	> 2,27 ≤ 10,22	6.049	503	189	10	8.258	1.290	103
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.285	1.570	57	55	2.127	348	96
Total		115.091	9.223	1.258	3.438	216.860	57.915	14.069

31 dez 2024¹

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
		ao custo amortizado	ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI	ao custo amortizado	ao justo valor através de P&L	ao justo valor através de OCI	
iAAA-iAA	> 0,00 ≤ 0,04	694	64.254	192	7	261	—	113.301
iA	> 0,04 ≤ 0,11	2.469	14.985	46	106	13	—	156.131
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	562	19.756	136	6	35	—	158.096
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	860	21.684	334	—	1.087	—	92.874
iB	> 2,27 ≤ 10,22	20	537	362	—	—	—	17.321
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	42	711	47	—	—	—	9.338
Total		4.647	121.927	1.117	119	1.396	—	547.060

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS

² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

As tabelas acima mostram um aumento global na exposição bruta do Corporate Bank e do Investment Bank em 2025 de 32,7 mil milhões de euros, ou 4%. Os acordos de recompra e as operações equiparadas a acordos de recompra aumentaram 4,8 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento das atividades de negociação das empresas e dos fluxos de clientes. Do ponto de vista regional, o aumento deveu-se principalmente a congéneres domiciliadas no Reino Unido e nos EUA. As posições extrapatrimoniais aumentaram 10,5 mil milhões de euros, principalmente impulsionadas por novos compromissos emitidos durante o período. Os empréstimos aumentaram 10,5 mil milhões de euros, principalmente no Investment Bank. Os títulos de dívida aumentaram 8,9 mil milhões de euros, principalmente devido aos fluxos de clientes e ao posicionamento das mesas de operações, enquanto a diminuição de 1,9 mil milhões de euros nos derivados OTC se deveu principalmente à diminuição dos produtos derivados cambiais.

O Grupo utiliza as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas de exposição "líquida" apresentam a evolução das exposições do banco ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank líquidas de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Redução do risco relativamente à exposição ao crédito

A unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas ("SCL") contribui para reduzir o risco das exposições de crédito empresarial do banco. O valor nominal das atividades de redução de risco da SCL aumentou de 43,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 para 54,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. No final de 2025, a SCL mitigou o risco de crédito de 49,9 mil milhões de euros em empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos, através de uma transferência significativa de risco. Esta posição totalizava 38,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

A SCL também geria derivados de crédito com um valor nominal subjacente de 4,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. O montante ascendia a 4,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. Os derivados de crédito utilizados nas atividades de gestão de carteira do banco são contabilizados pelo justo valor.

O banco também recorre à cobertura de riscos noutras atividades para reduzir os riscos de concentração numa única entidade e utiliza seguros de risco privados e cobertura de agências de crédito à exportação para gerir exposições não garantidas.

Exposição ao crédito do Private Bank

Exposição ao crédito do Private Bank, exposição ao crédito na Fase 3 e custos de crédito líquidos

	Total da exposição em milhões de euros		dos quais carteira de empréstimos em milhões de euros		Exposição ao crédito em fase 3 em milhões de euros		Custos líquidos do crédito em % da exposição total ¹	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Financiamento ao	39.413	40.098	25.414	25.571	1.994	1.689	0,93%	1,26%
Hipotecas	155.424	162.057	153.275	159.510	2.026	2.212	0,02%	0,09%
Finanças	15.192	15.878	11.585	12.420	1.112	1.058	0,61%	0,63%
Wealth Management	76.916	79.592	56.283	59.894	2.197	3.134	0,11%	0,13%
Outros	430	583	36	81	—	24	0,55%	(0,01 %)
Total	287.375	298.209	246.594	257.476	7.328	8.118	0,23%	0,29%

¹ Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço

O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. A área de negócio de financiamento ao consumo não tem garantias; o risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. São estipulados vários requisitos para a concessão de empréstimos, incluindo (mas não se limitando a) a notação do cliente, os montantes máximos dos empréstimos e os prazos máximos, e são adaptados às circunstâncias individuais do mutuário (por exemplo, para empréstimos ao consumo, o montante máximo do empréstimo e o prazo máximo têm em conta, entre outros, o rendimento líquido do cliente). Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste no financiamento de imobiliário, sobretudo propriedades residenciais (principalmente ocupadas pelo próprio) vendidas através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha e Itália. O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. Com base nos critérios e processos de subscrição e na carteira diversificada do banco (clientes/propriedades) com as respetivas garantias, a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco, enquanto a de financiamento ao consumo é categorizada como sendo de alto risco.

O financiamento às empresas representa produtos de crédito para pequenas empresas, SME até grandes empresas. Os produtos incluem contas correntes e linhas de crédito para empréstimos de investimento ou relacionados com instalações, factoring, leasing e derivados. Os clientes encontram-se principalmente em Itália e Espanha, mas o crédito pode também ser alargado a subsidiárias no estrangeiro, principalmente na Europa.

A divisão Wealth Management oferece globalmente soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços a escritórios familiares para indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). A exposição total da divisão Wealth Management é dividida em Lombard Lending (em relação a garantias/títulos líquidos imediatamente disponíveis no mercado) e Structured Lending (em relação a garantias menos líquidas). Embora o nível de risco de crédito para a carteira Lombard seja determinado pela avaliação da qualidade das garantias subjacentes, o nível do risco de crédito para a carteira Structured é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e das garantias. Os produtos variam desde empréstimos Lombard segurados e empréstimos hipotecários até contas correntes (apenas na Europa), linhas de crédito e outros empréstimos e, de forma menos significativa, derivados e contingências.

Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do Private Bank¹

	31 dez 2025	31 dez 2024
≤ 50%	66%	65%
> 50 ≤ 70%	16%	16%
> 70 ≤ 90%	10%	10%
> 90 ≤ 100%	3%	3%
> 100 ≤ 110%	2%	2%
> 110 ≤ 130%	1%	2%
> 130%	1%	1%

¹ Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor subjacente do imóvel.

Os rácios LTV do Grupo são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor determinado dos respetivos imóveis. Estes valores são monitorizados e atualizados, se necessário, numa base regular. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias.

Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV.

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante da gestão do risco do Grupo no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos riscos de crédito do Grupo. Regra geral, o Grupo tende a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições, por exemplo em países com perspectiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2025, 66% da exposição do Grupo relacionada com o financiamento hipotecário apresentava um rácio LTV igual ou inferior a 50%, em comparação com 65% em 31 de dezembro de 2024.

Domínios de enfoque em 2025

Como referido na secção Principais temas de risco, o Deutsche Bank identificou o setor imobiliário comercial e o risco climático como áreas prioritárias do Grupo em 2025 em relação ao Risco de Crédito. As tarifas, conforme mencionado na secção Principais temas de risco, não serão consideradas uma área de foco isolada daqui para a frente, mas sim integradas na dinâmica mais ampla da carteira.

Imóveis comerciais

Os mercados de imóveis comerciais (CRE) continuam a enfrentar dificuldades devido aos impactos das taxas de juro mais elevadas, à redução da liquidez do mercado resultante do aperto das condições de crédito e às alterações estruturais no setor dos escritórios. A tensão do mercado tem sido mais pronunciada nos EUA, onde os índices de preços dos imóveis mostram um declínio mais acentuado dos valores dos ativos CRE em relação aos picos recentes, em comparação com a Europa e a APAC. Especialmente no segmento de empresas, a fraqueza do mercado é mais evidente nos EUA, o que se reflete numa atividade de arrendamento moderada e em taxas de disponibilidade mais elevadas do que na Europa. Dados recentes do mercado indicam uma estabilização em alguns mercados.

No contexto atual, o principal risco para a carteira está relacionado com o refinanciamento e a prorrogação dos empréstimos vencidos, que são negativamente afetados pelo impacto de taxas de juro mais elevadas nos valores das garantias e no serviço da dívida. Os empréstimos CRE têm frequentemente uma parte significativa do seu capital a pagar na maturidade. Nas atuais condições de mercado, os mutuários podem ter dificuldade em obter um novo empréstimo para reembolsar a dívida vencida ou para satisfazer as condições que permitem a prorrogação dos empréstimos. Este risco é ainda mais acentuado para os empréstimos no segmento de escritórios, devido ao aumento da incerteza quanto às perspectivas de arrendamento de imóveis de escritórios. O Deutsche Bank está a acompanhar de perto a carteira CRE para detetar o desenvolvimento de tais riscos.

O Grupo continua a trabalhar de forma proativa com os mutuários para fazer face aos próximos vencimentos e estabelecer termos para alterações e extensões de empréstimos, que em muitos casos são classificados como "de carência", desencadeando a classificação de Fase 2 ao abrigo da IFRS 9, mas que nem sempre são consideradas modificações ao abrigo das IFRS (ver secção modificação de ativos e passivos financeiros). No entanto, em certos casos, não é possível chegar a acordo sobre as extensões ou alterações dos empréstimos, e a incapacidade do mutuário para reestruturar ou refinaranciar conduz ao incumprimento. Este facto resultou em níveis mais elevados de ECL da Fase 3 em 2024 e 2025. De um modo geral, mantém-se a incerteza no que respeita a futuros incumprimentos e ao calendário de uma recuperação total dos mercados de CRE.

A carteira de CRE é constituída por acordos de empréstimo originados em várias partes do banco e segmentos de clientes. A carteira de CRE, de acordo com a definição de CRE do Grupo, inclui exposições reportadas ao abrigo das principais categorias de exposição de crédito por sectores industriais para a NACE de atividades imobiliárias e exposições reportadas ao abrigo de outras classificações da NACE, incluindo atividades financeiras e de seguros.

No âmbito da carteira de CRE, o Grupo distingue entre financiamento com recurso e sem recurso. Os financiamentos de CRE com recurso têm normalmente um perfil de risco inerente mais baixo, com base no recurso a entidades ou indivíduos com qualidade creditícia, para além da garantia hipotecária. As exposições a CRE com recurso variam entre empréstimos com recurso garantido para propriedades comerciais ou empresariais a empresas imobiliárias, clientes de Wealth Management, bem como outros clientes privados e empresariais.

Os financiamentos sem recurso dependem de fontes de reembolso que são normalmente limitadas aos fluxos de caixa gerados pelo imóvel financiado e a capacidade de refinaranciar esses empréstimos pode ser limitada pelo valor do imóvel subjacente e pelo fluxo de rendimento gerado por esse imóvel na altura do refinanciamento.

A totalidade da carteira de empréstimos para CRE está sujeita a testes de esforço periódicos no âmbito do quadro de Group Wide Stress Test do Deutsche Bank. Além disso, o Deutsche Bank recorre a testes de esforço de carteira personalizados para determinados subsegmentos da carteira de empréstimos para CRE, a fim de obter uma visão mais abrangente dos potenciais riscos de perda. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo efetuou um teste de esforço da carteira personalizado num subconjunto da carteira de financiamento sem recurso considerado de risco mais elevado, com base na sua maior sensibilidade aos atuais fatores de esforço do mercado de CRE, incluindo taxas de juro mais elevadas, diminuição dos valores das garantias e risco elevado de refinanciamento devido a estruturas de empréstimos com uma elevada proporção do saldo do capital em dívida a pagar na maturidade.

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira sem recurso sujeita a testes de esforço específicos, também designada por carteira CRE de maior risco ou carteira CRE submetida a testes de esforço, representava 24,3 mil milhões de euros dos 30,6 mil milhões de euros da carteira CRE sem recurso, excluindo subcarteiras com fatores de risco menos impactados, que beneficiam de fundamentos de procura subjacentes sólidos. A redução da carteira de CRE sem recurso e da carteira de CRE submetida a testes de esforço desde 31 de dezembro de 2024 foi de 5,9 mil milhões de euros e 5,0 mil milhões de euros, respetivamente, principalmente impulsionada pelas amortizações de empréstimos, vendas de empréstimos e impacto cambial, parcialmente compensados por novas gerações de empréstimos. A provisão para perdas de crédito em 31 de dezembro de 2025 totalizava 1,1 mil milhões de euros para as carteiras de CRE sem recurso e 903 milhões de euros para as submetidas a testes de esforço (em 31 de dezembro de 2024, 795 milhões de euros e 653 milhões de euros, respetivamente).

A tabela seguinte apresenta a carteira de CRE sujeita a testes de esforço de acordo com a IFRS 9, fases, região, tipo de imóvel e valor do ativo (LTV) médio ponderado, bem como a provisão para perdas de crédito registada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente.

Carteira de CRE sujeita a testes de esforço

	31 dez 2025	31 dez 2024
em milhões de euros	Valor contabilístico	Valor contabilístico
Exposição por fases		
Fase 1	14.402	18.756
Fase 2	6.277	7.713
Fase 3	3.609	2.836
Total	24.288	29.305
dos quais:		
Exposição suportada	5.133	5.389
dos quais:		
América do Norte	51%	54%
Europa Ocidental (incluindo a Alemanha)	44% ²	39%
Ásia-Pacífico	5%	7%
da qual: escritórios	35%	42%
América do Norte	18%	24%
Europa Ocidental (incluindo a Alemanha)	16% ³	17%
Ásia-Pacífico	1%	2%
da qual: residencial	15%	12%
da qual: hotelaria	15%	10%
da qual: retalho	11%	10%
LTV médio ponderado, em %		
Investment Bank	65%	66%
Corporate Bank	58%	56%
Outros negócios	70%	71%
	2025	2024
Provisão para perdas de crédito ⁴	903	653
Provisão para perdas de crédito ⁴	712	492
dos quais: América do Norte	613	400

¹ Empréstimos pelo custo amortizado

² A Alemanha representa aproximadamente 9% do total da carteira de CRE submetida a testes de esforço

³ Os empréstimos para escritórios na Alemanha representam 14% do total de empréstimos para escritórios da carteira de CRE submetida a testes de esforço

⁴ As provisões para perdas de crédito não incluem as provisões para o risco de país

O LTV médio no segmento de empréstimos para escritórios nos EUA aumentou de 81% em 31 de dezembro de 2024 para 88% em 31 de dezembro de 2025, em parte devido ao pagamento de algumas exposições de maior dimensão. Os cálculos do LTV baseiam-se nos últimos valores avaliados externamente, que são adicionalmente sujeitos a ajustamentos internos intercalares regulares. Embora o Grupo esteja a atualizar os valores das garantias de CRE, quando aplicável, esses valores e os seus pressupostos subjacentes estão sujeitos a um maior grau de flutuação e incerteza no atual ambiente de maior volatilidade do mercado e de reduzida liquidez do mercado.

A classificação por fases e os níveis de provisionamento baseiam-se principalmente na avaliação do Grupo da capacidade do mutuário de gerar fluxos de caixa recorrentes, da sua capacidade de obter refinanciamento na maturidade do empréstimo e numa avaliação do valor da garantia do imóvel financiado. O Deutsche Bank monitoriza ativamente estes fatores para detetar potenciais sinais de deterioração, a fim de assegurar um ajustamento atempado da classificação de empréstimos do mutuário. Quando um empréstimo é considerado em imparidade, o Grupo calcula as provisões para perdas de crédito necessárias utilizando vários cenários potenciais para a resolução do empréstimo, ponderados pelas suas probabilidades esperadas e tendo em conta a informação disponível nesse momento. Essas avaliações são inerentemente subjetivas no que diz respeito à ponderação de cenários e estão sujeitas a vários pressupostos, incluindo fluxos de caixa futuros gerados por um imóvel e potenciais proveitos de liquidação do imóvel. Estes pressupostos estão sujeitos a incertezas que são exacerbadas no atual ambiente de mercado volátil, de tal forma que uma evolução diferente dos pressupostos iniciais poderia ter um impacto futuro material nas provisões calculadas. Existe uma incerteza adicional no sector dos escritórios devido ao impacto incerto a longo prazo dos regimes de teletrabalho na procura de espaço para escritórios. O Grupo mantém-se altamente seletivo em relação a novos negócios, concentrando-se em tipos de imóveis mais atrativos, como os multifamiliares, em submercados específicos.

Embora os bancos centrais tenham começado a reduzir as taxas de juro de curto prazo, o Grupo prevê que as condições atuais do mercado de CRE persistam, especialmente no curto prazo, no setor dos escritórios, o que poderá resultar numa maior deterioração da qualidade dos ativos e num aumento das provisões para perdas de crédito.

Desde o início da deterioração do mercado de CRE, o Grupo pretende avaliar o risco de perdas de crédito adicionais na sua carteira sem recurso de maior risco através de um teste de esforço temporário e personalizado, centrado na avaliação dos movimentos dos valores dos imóveis como a base para identificar potenciais perdas numa carteira. Os valores em esforço são obtidos através da aplicação de uma descida observada no índice de mercado "peak-to-trough" (um índice de mercado do valor do imóvel comercial para os valores avaliados), reduzidos por uma margem de avaliação adicional, diferenciada por tipo de propriedade e região. Implicando um cenário de liquidação, a análise de esforço pressupõe a ocorrência de uma perda num empréstimo quando o valor do imóvel em esforço é inferior ao saldo do empréstimo em dívida, ou seja, o LTV em esforço é superior a 100%.

Com base nas premissas do teste de esforço, utilizando a carteira de CRE submetida a testes de esforço e os dados de risco mais recentes, referentes a 31 de dezembro de 2025, como ponto de partida, o esforço macroeconómico poderá resultar num cenário de esforço severo com perdas de crédito de aproximadamente 1,2 mil milhões de euros, ao longo de vários anos, dependendo do respetivo perfil de maturidade. A provisão registada para a carteira submetida a testes de esforço era de 0,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025.

O teste de esforço personalizado tem numerosas restrições, incluindo, mas não se limitando à falta de diferenciação com base no desempenho individual dos ativos, na localização específica ou no interesse pelo ativo, fatores que podem ter um impacto significativo nas potenciais perdas por esforço. Além disso, as perdas por esforço calculadas são sensíveis a uma potencial deterioração adicional dos valores do índice "peak-to-trough" e aos pressupostos sobre as margens de avaliação incrementais, pelo que as perdas incrementais por esforço podem alterar-se no futuro. As alterações dos pressupostos subjacentes podem conduzir a uma gama mais vasta de resultados de esforço e, por conseguinte, a abordagem de esforço personalizada do Grupo deve ser encarada como um dos múltiplos cenários possíveis. Embora o teste de esforço vise avaliar as perdas potenciais num cenário adverso, o Deutsche Bank considera que, com base na informação atualmente disponível, a estimativa de perdas de crédito esperadas relacionadas com a carteira de CRE do Grupo está dentro de um intervalo razoável e representa, assim, a melhor estimativa do banco, tendo em conta a fase avançada do atual ciclo de baixa, que aponta para a estabilização, uma vez que os valores imobiliários se ajustaram aos choques das taxas de juro mais elevadas e às tendências de trabalho remoto.

Risco climático

Antecedentes e definições

A transição climática e os riscos físicos representam riscos crescentes para as carteiras setoriais e regionais do banco.

Os riscos de transição, definidos como os riscos decorrentes das mudanças políticas, tecnológicas e comportamentais necessárias para descarbonizar a economia global, deverão conduzir a um abandono progressivo das tecnologias baseadas em combustíveis fósseis a favor das fontes de energia renováveis. Esta situação irá gerar riscos acrescidos para as empresas com modelos de negócio

intensivos em carbono que não consigam executar planos de transição credíveis. O Deutsche Bank está exposto a riscos de transição através dos seus empréstimos e outras atividades comerciais com clientes e ativos físicos com utilização intensiva de carbono.

Os riscos físicos, definidos como o potencial de danos físicos e perdas financeiras e não financeiras associadas devido ao aumento das temperaturas, estão a aumentar em frequência e intensidade. O Deutsche Bank está exposto a riscos físicos através dos seus empréstimos e outras atividades comerciais com clientes e ativos físicos em regiões vulneráveis a eventos agudos (por exemplo, incêndios florestais, furacões) e crónicos (por exemplo, subida do nível do mar).

Identificação, avaliação e gestão do risco.

A gestão da transição climática e dos riscos físicos é uma componente essencial da gestão do risco e da estratégia de sustentabilidade mais alargada do Banco. Os riscos climáticos são integrados nos quadros de risco e na apetência do banco, dando prioridade aos clientes e às carteiras com maior vulnerabilidade, com base numa vasta gama de abordagens de identificação e classificação dos riscos climáticos, incluindo concentrações de risco. Todos os setores económicos são incluídos na análise e os sectores com elevada intensidade de carbono são objeto de uma atenção especial.

Anualmente, é efetuada uma avaliação exaustiva da materialidade climática, que avalia os potenciais impactos numa série de cenários e prazos. É apresentada uma descrição detalhada na secção "Gestão de impactos, riscos e oportunidades" no capítulo "Riscos climáticos e outros riscos ambientais" da Declaração de Sustentabilidade. A avaliação utiliza uma série de abordagens de estimativas quantitativas, incluindo estimativas de emissões e de intensidade de emissões, estimativas de perda de risco físico numa série de cenários de temperatura diferentes e cartões de pontuação de risco físico e de transição do cliente. A avaliação da materialidade baseia-se na migração das notações internas para exposições de crédito a empresas e no impacto no valor das garantias para exposições imobiliárias. A avaliação quantitativa é complementada por opiniões qualitativas de especialistas internos na área. O Banco efetua também testes de esforço anuais aos riscos climáticos e físicos numa série de cenários e períodos de tempo.

Os resultados destas avaliações são utilizados para quantificar potenciais riscos negativos e para identificar clientes em carteiras de maior risco que são sujeitos a uma diligência reforçada como parte do processo de aprovação de crédito do banco. As avaliações de risco são integradas no processo interno de notação de crédito e são consideradas como potenciais fatores de desencadeamento da inclusão na lista de observação. Estão em vigor requisitos específicos para acordos de seguro para empréstimos imobiliários. Para gerir os riscos da transição climática, foram estabelecidos objetivos de emissões líquidas nulas para os principais setores com utilização intensiva de carbono, tendo sido instituída uma governação específica para analisar as transações com um impacto significativo nos parâmetros dos objetivos. Uma apresentação e discussão detalhadas das metas de zero emissões líquidas do banco são fornecidas no Plano de Transição atualizado do Banco, publicado em agosto de 2025.

Análise de impacto prospetiva

Com base na avaliação da materialidade para 2025 e nos resultados do teste de resistência às alterações climáticas, o Grupo conclui que os potenciais impactos do risco de crédito estão bem contidos, tanto a curto (1-2 anos) como a médio prazo (3-5 anos), de acordo com os atuais pressupostos políticos, e também num cenário em que todos os compromissos assumidos pelos governos sejam cumpridos. O primeiro cenário é considerado o mais provável de ocorrer a curto e médio prazo, enquanto o segundo é considerado menos provável de se concretizar no atual ambiente geopolítico.

A avaliação da materialidade para 2025 conclui que os riscos a longo prazo são potencialmente materiais em todos os cenários, mas com um elevado grau de incerteza quanto aos resultados, refletindo o horizonte temporal muito longo, até 25 anos, e com base em vários pressupostos conservadores, incluindo um balanço estático.

Os riscos para a carteira seriam significativamente mais elevados num cenário desordenado de emissões nulas, em que, após um período prolongado de inação, os governos introduzissem impostos climáticos punitivos e outras políticas com um período de implementação muito curto. O Deutsche Bank considera que é extremamente improvável que este cenário se concretize a curto ou médio prazo, pelo que o risco se reflete no cálculo do capital económico do Deutsche Bank e não nas perdas de crédito esperadas.

Tanto a avaliação da materialidade como o teste de esforço climático personalizado têm várias limitações, incluindo, entre outras, elevados níveis de incerteza sobre a evolução das políticas a médio e longo prazo, dificuldade em prever com precisão a localização e a gravidade dos eventos de risco físico e pressupostos sobre as capacidades de adaptação dos clientes do banco. A utilização de múltiplos cenários foi concebida para atenuar estas incertezas.

Com base nestas estimativas, o Deutsche Bank considera que as estimativas de perdas de crédito esperadas para exposições a riscos físicos e de transição mais elevados se encontram dentro de intervalos razoáveis e não requerem qualquer medida corretiva adicional.

Foi efetuada uma análise de sensibilidade no âmbito do teste de resistência às alterações climáticas, que se baseia em intervalos razoáveis de variação potencial dos preços do carbono e dos preços da energia. Verificou-se que os impactos da ECL no horizonte de um ano variavam entre um número de um dígito para um cenário de políticas atuais e um número baixo de dois dígitos para um cenário de transição atrasada. Estas estimativas estão alinhadas com os resultados da avaliação da materialidade.

Conclusão

Para garantir que o modelo de perdas de crédito esperadas (ECL) do Deutsche Bank tinha em conta as incertezas do ambiente macroeconómico ao longo de 2025, o Grupo analisou os riscos emergentes para avaliar o seu potencial negativo e gerir a estratégia de crédito e a apetência pelo risco do banco numa base contínua. De um modo geral, o Deutsche Bank considera que as medidas tomadas em resultado destas análises foram designadas para garantir que o banco estava adequadamente provisionado para as suas perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2025.

Qualidade dos ativos

Esta secção descreve a qualidade dos instrumentos de dívida sujeitos a imparidades, os quais ao abrigo da norma IFRS 9 consistem em instrumentos de dívida medidos ao custo amortizado, instrumentos financeiros escruturados pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), bem como compromissos de crédito extrapatrimoniais, como compromissos de empréstimos e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente “Ativos financeiros”).

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante da exposição e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

em milhões de euros	31 dez 2025					31 dez 2024				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Custo amortizado¹										
Valor contabilístico bruto	722.204	53.383	14.874	615	791.076	676.154	63.836	15.214	609	755.814
Provisão para perdas de crédito ²	421	888	4.600	247	6.156	438	736	4.412	213	5.799
dos quais empréstimos										
Valor contabilístico	411.254	52.092	14.720	610	478.676	412.480	56.540	14.974	609	484.603
Provisão para perdas de crédito ²	409	881	4.513	247	6.049	411	718	4.326	213	5.668
Justo valor através de OCI										
Justo valor	43.030	466	147	—	43.644	36.828	5.176	86	—	42.090
Provisão para perdas de crédito	12	22	14	—	48	12	16	10	—	38
Fora do balanço										
Valor nocional	321.740	26.678	2.724	21	351.164	313.625	25.983	2.225	7	341.840
Provisão para perdas de crédito ³	98	96	196	2	393	106	82	173	—	361

¹ Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos por: empréstimos pelo custo amortizado, numerário e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e determinadas subcategorias de outros ativos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para o risco de país, que ascende a 7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

³ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para o risco de país, que ascende a 12 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

Ativos financeiros ao custo amortizado

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do desenvolvimento dos ativos financeiros ao custo amortizado e da respetiva provisão para perdas de crédito em cada um dos períodos de relato relevantes, discriminados por fases de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Desenvolvimento das exposições no atual período de relato

em milhões de euros	31 dez 2025				
	Valor contabilístico bruto				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	676.154	63.836	15.214	609	755.814
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	93.571	1.095	1.549	170	96.385
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	4.569	(6.011)	1.442	—	—
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	—	3	(34)	—	(31)
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(25.550)	(3.197)	(2.697)	(167)	(31.611)
Recuperação de montantes abatidos	—	—	164	—	164
Taxas de câmbio e outras alterações	(26.540)	(2.344)	(764)	3	(29.645)
Saldo, fim do período de relato	722.204	53.383	14.874	615	791.076

N/S – Não significativo

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentaram principalmente na Fase 1 em 2025:

As exposições da Fase 1 aumentaram 46 mil milhões de euros, ou 7%, principalmente devido a um aumento dos saldos de numerário e dos bancos centrais, bem como dos títulos adquiridos no âmbito da iniciativa do programa de compra de ativos do Banco para expandir a carteira de obrigações de governos europeus.

As exposições da Fase 2 diminuíram 10 mil milhões de euros, ou 16%, principalmente devido à atualização da Fase 2 para a Fase 1 para um único grande cliente na região da Ásia-Pacífico e a uma redução do Private Bank.

As exposições da Fase 3 diminuíram 0,3 mil milhões de euros, ou 2%, em 2025, principalmente devido à redução do Private Bank. Esta diminuição foi parcialmente compensada por um aumento da carteira de CRE no Investment Bank.

Desenvolvimento das exposições no período de relato anterior

em milhões de euros	31 dez 2024				
	Valor contabilístico bruto				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	686.421	55.704	12.799	806	755.731
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	74.160	934	2.151	(33)	77.212
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(11.473)	9.079	2.394	—	—
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	—	9	(55)	—	(46)
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(86.710)	(2.906)	(2.598)	(180)	(92.394)
Recuperação de montantes abatidos	—	—	157	—	157
Taxas de câmbio e outras alterações	13.756	1.016	367	16	15.154
Saldo, fim do período de relato	676.154	63.836	15.214	609	755.814

N/S – Não significativo

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade mantiveram-se praticamente inalterados em 2024:

As exposições na Fase 1 diminuíram 11 mil milhões de euros, ou seja, 2%, principalmente devido a uma redução nos saldos de numerário e dos bancos centrais, parcialmente compensada por um aumento dos títulos comprados com acordos de revenda.

As exposições na Fase 2 aumentaram 8 mil milhões de euros, ou 15%, principalmente devido a um grande cliente individual no segmento Corporate & Other, e a um aumento no Private Bank, principalmente impulsionado por impactos residuais temporários após a integração do Postbank.

As exposições na Fase 3 aumentaram 2 mil milhões de euros, ou 16%, em 2024, principalmente impulsionadas por novos incumprimentos nos segmentos Private Bank e Corporate & Other. Estes últimos estavam relacionados com a carteira CRE.

Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

em milhões de euros	31 dez 2025				
	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	438	736	4.412	213	5.799
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(90)	178	1.663	9	1.760
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	119	(85)	(35)	N/S	—
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos ³⁵	(63)	91	(155)	—	(127)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ³	—	—	(1.002)	—	(1.002)
Recuperação de montantes abatidos	—	—	164	—	164
Taxas de câmbio e outras alterações	18	(33)	(447)	25	(437)
Saldo, fim do período de relato	421	888	4.600	247	6.156
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(34)	185	1.473	9	1.633

N/S – Não significativo

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco de país no montante de 7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

³ Esta posição representa o reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 74 milhões de euros em 2025 e de 0 milhões de euros em 2024

⁵ As alterações nos modelos refletem essencialmente a atualização do modelo LGD e alterações ao modelo SICR

A provisão para perdas de crédito de ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 358 milhões de euros, ou 6%, em 2025, principalmente impulsionada pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 diminuíram 16 milhões de euros, ou 4%, principalmente devido à redução da exposição no Private Bank, que foi parcialmente compensada pelos aumentos no Corporate Bank e no Investment Bank.

As provisões da Fase 2 aumentaram 152 milhões de euros, ou 21%, principalmente devido ao Private Bank e ao Investment Bank.

As provisões da Fase 3 aumentaram 222 milhões de euros, ou 5%, em 2025, impulsionadas por encargos adicionais na carteira de CRE do Investment Bank e por um aumento no segmento de Serviços Bancários a Particulares do Private Bank.

O índice de cobertura da Fase 3 do Grupo (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) em percentagem dos ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 31% no exercício corrente, comparado com 29% no ano anterior.

Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

em milhões de euros	31 dez 2024				
	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	447	680	3.960	198	5.285
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(150)	194	1.814	3	1.861
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	128	(128)	—	N/S	—
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(2)	(7)	—	—	(9)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ³	—	—	(1.229)	—	(1.229)
Recuperação de montantes abatidos	—	—	157	—	157
Taxas de câmbio e outras alterações	15	(3)	(290)	11	(267)
Saldo, fim do período de relato	438	736	4.412	213	5.799
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(24)	59	1.814	3	1.852

N/S – Não significativo

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco de país no montante de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

³ Esta posição representa o reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2024 e de 0 milhões de euros em 2023

A provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 513 milhões de euros, ou 10%, em 2024, motivada pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 diminuíram 9 milhões de euros, ou seja, 2%, principalmente devido à redução da exposição no Private Bank, quase compensada pelos aumentos no Corporate Bank e no Investment Bank.

As provisões da Fase 2 aumentaram 56 milhões de euros, ou seja, 8%, sobretudo devido ao Private Bank e ao Corporate Bank.

As provisões da Fase 3 aumentaram 466 milhões de euros, ou 11%, em 2024, devido a encargos adicionais na carteira de CRE e no Corporate Bank, bem como a novos incumprimentos no Private Bank. Estes últimos foram compensados em grande medida pelas vendas de créditos não produtivos.

O índice de cobertura da Fase 3 do Grupo (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) em percentagem dos ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 29% no exercício corrente, comparado com 31% no ano anterior.

Ativos financeiros ao custo amortizado por divisão

em milhões de euros	31 dez 2025									
	Quantia escriturada bruta ¹					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	121.313	13.065	2.700	16	137.094	61	109	1.027	(2)	1.196
Investment Bank	185.796	10.843	4.418	561	201.618	168	252	794	238	1.453
Private Bank	215.857	28.216	7.161	39	251.272	187	507	2.678	10	3.382
Asset Management	1.374	3	—	—	1.377	—	—	—	—	—
Corporate & Other	197.864	1.256	596	—	199.715	5	20	101	—	126
Total	722.204	53.383	14.874	615	791.076	421	888	4.600	247	6.156

¹ Os números do valor contabilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other

em milhões de euros	31 dez 2024									
	Quantia escriturada bruta ¹					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	115.541	12.770	3.015	—	131.326	86	121	1.006	—	1.212
Investment Bank	179.230	12.380	3.462	609	195.682	138	112	714	213	1.176
Private Bank	224.098	30.564	7.864	—	262.526	205	489	2.583	—	3.277
Asset Management	1.213	11	—	—	1.224	—	—	—	—	—
Corporate & Other	156.072	8.111	873	—	165.057	9	14	110	—	133
Total	676.154	63.836	15.214	609	755.814	438	736	4.412	213	5.799

¹ Os números do valor contabilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other

Ativos financeiros ao custo amortizado por setor da indústria

A tabela abaixo fornece uma visão geral da qualidade dos ativos do Grupo por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

	31 dez 2025									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	323	55	11	1	390	—	1	5	—	7
Indústria mineira e de extração de	1.661	274	29	—	1.964	2	4	13	—	19
Indústria	21.660	3.849	1.252	21	26.782	24	42	540	5	610
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.103	598	155	—	4.856	4	4	73	—	81
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	537	129	9	—	675	1	1	5	—	6
Construção	4.064	683	208	52	5.008	5	11	70	30	116
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e	18.514	2.375	981	21	21.891	17	30	457	—	504
Transporte e armazenamento	4.621	392	274	22	5.309	4	5	78	—	86
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.489	1.008	61	1	3.559	4	10	27	—	41
Informação e comunicação	8.102	712	494	—	9.308	10	10	99	—	120
Atividades financeiras e de seguros	373.938	8.435	1.879	142	384.394	93	110	523	59	785
Atividades imobiliárias	32.736	8.998	3.868	143	45.745	45	176	542	80	843
Atividades profissionais, científicas e técnicas	8.970	1.043	255	4	10.272	8	19	109	1	137
Atividades de serviços administrativos e de apoio	6.157	998	136	7	7.298	6	10	44	3	62
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	38.099	837	505	—	39.442	3	2	23	—	28
Educação	169	74	8	—	251	—	1	2	—	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.195	588	133	1	3.917	4	10	23	—	37
Artes, entretenimento e atividades de	714	104	36	—	854	1	3	6	—	10
Outras atividades de serviços	19.290	1.358	374	160	21.182	12	8	155	57	233
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	164.816	20.868	4.207	39	189.931	178	432	1.804	12	2.426
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	8.045	4	—	—	8.048	—	—	—	—	—
Total	722.204	53.383	14.874	615	791.076	421	888	4.600	247	6.156

em milhões de euros	31 dez 2024									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	360	55	12	—	427	—	1	5	—	6
Indústria mineira e de extração de	1.687	234	4	—	1.926	3	5	3	—	11
Indústria	21.327	4.382	1.303	32	27.044	23	39	534	2	597
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	3.898	407	210	—	4.515	6	8	77	—	92
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	527	63	5	—	595	1	1	3	—	4
Construção	3.643	713	207	45	4.608	5	8	81	13	106
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e	18.487	2.453	709	23	21.672	16	26	334	3	378
Transporte e armazenamento	4.145	829	259	24	5.257	4	4	45	—	53
Atividades de serviços de alojamento e restauração	2.224	386	63	—	2.673	3	5	25	—	32
Informação e comunicação	8.220	977	212	—	9.409	11	14	55	—	79
Atividades financeiras e de seguros	344.869	15.962	2.213	133	363.176	130	110	580	50	870
Atividades imobiliárias	35.812	10.860	3.604	173	50.448	18	48	512	88	666
Atividades profissionais, científicas e técnicas	5.279	861	223	1	6.364	4	10	89	1	104
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.864	1.265	117	24	9.269	8	6	39	8	61
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	23.217	1.018	641	—	24.876	10	3	31	—	44
Educação	251	38	7	—	295	—	—	2	—	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.695	453	115	—	4.264	4	10	15	—	29
Artes, entretenimento e atividades de	716	95	11	—	822	—	1	4	—	6
Outras atividades de serviços	16.190	810	419	113	17.532	13	6	144	30	193
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	173.031	21.971	4.879	42	199.924	180	431	1.835	18	2.464
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	711	5	—	—	716	—	—	—	—	—
Total	676.154	63.836	15.214	609	755.814	438	736	4.412	213	5.799

Ativos financeiros ao custo amortizado por região

em milhões de euros	31 dez 2025									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total
Alemanha	266.754	23.872	4.908	16	295.550	160	426	2.324	(7)	2.903
Europa Ocidental (exceto Alemanha)	177.613	13.040	3.152	351	194.157	122	247	1.103	192	1.664
Europa Oriental	11.864	934	97	—	12.895	2	6	43	—	51
América do Norte	177.465	10.859	5.303	71	193.697	89	180	792	15	1.077
América Central e América do Sul	5.351	597	73	—	6.020	3	4	2	—	9
Ásia-Pacífico	68.050	2.767	708	73	71.599	34	17	199	1	252
África	4.911	1.066	483	—	6.460	4	3	26	—	34
Outros	10.196	247	152	104	10.699	7	4	111	45	167
Total	722.204	53.383	14.874	615	791.076	421	888	4.600	247	6.156

em milhões de euros	31 dez 2024									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total
Alemanha	251.984	24.236	4.579	—	280.799	205	447	2.181	(2)	2.831
Europa Ocidental (exceto Alemanha)	158.729	13.601	3.525	321	176.177	117	186	1.114	154	1.572
Europa Oriental	8.996	804	205	—	10.004	4	12	38	—	54
América do Norte	178.548	15.549	4.888	62	199.047	51	70	619	11	752
América Central e América do Sul	5.445	459	73	—	5.978	4	2	19	—	25
Ásia-Pacífico	61.195	8.423	979	114	70.711	41	15	281	(3)	333
África	4.159	530	604	—	5.293	10	3	33	—	46
Outros	7.098	234	361	113	7.806	6	2	127	52	186
Total	676.154	63.836	15.214	609	755.814	438	736	4.412	213	5.799

Ativos financeiros ao custo amortizado por classe de notação

em milhões de euros	31 dez 2025									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total
iAAA–iAA	267.161	653	—	—	267.813	2	1	—	—	3
iA	118.048	828	—	10	118.886	10	3	—	—	12
iBBB	179.141	4.125	—	—	183.266	60	10	—	—	70
iBB	138.078	18.896	—	1	156.975	246	208	—	—	454
iB	19.776	21.945	—	—	41.721	100	378	—	—	478
iCCC e inferior	—	6.937	14.874	604	22.415	3	289	4.600	247	5.138
Total	722.204	53.383	14.874	615	791.076	421	888	4.600	247	6.156

em milhões de euros	31 dez 2024									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total
iAAA–iAA	226.138	7.186	—	—	233.324	2	—	—	—	2
iA	110.279	2.061	—	10	112.351	10	1	—	—	11
iBBB	179.697	7.150	—	—	186.847	54	12	—	—	66
iBB	135.762	20.146	—	—	155.908	246	111	—	—	358
iB	23.090	21.692	—	—	44.782	115	351	—	—	467
iCCC e inferior	1.188	5.601	15.214	599	22.603	11	260	4.412	213	4.896
Total	676.154	63.836	15.214	609	755.814	438	736	4.412	213	5.799

Os compromissos existentes do Grupo para conceder empréstimos adicionais a devedores com ativos financeiros em fase 3, ao custo amortizado, totalizavam 903 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 710 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

Garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na fase 3

em milhões de euros	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Quantia escriturada	Garantias	Garantias	Quantia escriturada	Garantias	Garantias
Ativos financeiros ao custo amortizado (Fase 3)¹	14.874	6.294	1.066	15.214	6.242	1.368

¹ Fase 3, excluindo ativos POCI

Em 2025, as garantias e os ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 diminuíram 0,3 mil milhões de euros, ou 3%, principalmente devido ao Private Bank.

Devido à garantia integral, o Grupo não reconheceu uma provisão para perdas de crédito relativamente a ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3, no montante de 1,8 mil milhões de euros em 2025 e 1,6 mil milhões de euros em 2024.

Ativos modificados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é considerado modificado quando os seus fluxos de caixa contratuais são renegociados ou de outra forma modificados. A renegociação ou a modificação poderá levar, ou não, ao desreconhecimento do instrumento financeiro antigo e ao reconhecimento do novo. Esta secção abrange ativos financeiros modificados que não foram desreconhecidos.

Ao abrigo da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

- Probabilidade de incumprimento (PD) do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
- A PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

A tabela seguinte fornece a visão geral dos ativos financeiros modificados ao custo amortizado discriminados em fases da IFRS 9.

Ativos modificados ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2025					31 dez 2024				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 3 POCI	Total
Valor contabilístico do custo amortizado antes da modificação	56	243	268	—	567	—	726	132	—	858
Resultados da modificação										
Líquidos reconhecidos	—	3	(34)	—	(31)	—	9	(55)	—	(46)

Em 2025, o banco observou uma diminuição de 291 milhões de euros nos ativos modificados ao custo amortizado devido a modificações relacionadas com clientes, impulsionadas pelo Investment Bank e pelo Private Bank.

Em 2025, o Grupo não observou quaisquer valores de ativos modificados que tenham sido atualizados para a Fase 1. O banco não observou qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas Fases 2 e 3.

Em 2024, o Grupo não observou quaisquer valores de ativos modificados que tenham sido atualizados para a Fase 1. O banco não observou qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas Fases 2 e 3.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) sujeitos a imparidade, de acordo com a IFRS 9, era de 44 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 42 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. A provisão para perdas de crédito relativas a estes ativos manteve-se em níveis muito baixos (48 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 38 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024). Por não ser materialmente relevante, não é fornecida qualquer discriminação adicional relativa aos ativos financeiros ao FVOCI.

Compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante nominal e da provisão para perdas de crédito da classe de ativos financeiros extrapatrimoniais do Grupo, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Desenvolvimento do montante nominal no atual período de relato

	31 dez 2025				
	Montante nominal				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	313.625	25.983	2.225	7	341.840
Movimentos incluindo novos negócios	28.461	322	374	14	29.171
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(1.997)	1.719	278	N/S	—
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	—
Taxas de câmbio e outras alterações	(18.349)	(1.346)	(152)	—	(19.847)
Saldo, fim do período de relato	321.740	26.678	2.724	21	351.164
dos quais: Garantias financeiras	66.797	11.855	441	—	79.092

N/S – Não significativo

Desenvolvimento do montante nominal no período de relato anterior

	31 dez 2024				
	Montante nominal				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	292.747	23.778	2.282	8	318.814
Movimentos incluindo novos negócios	14.542	(662)	(25)	—	13.855
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(2.108)	2.215	(107)	N/S	—
Alterações nos modelos	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Taxas de câmbio e outras alterações	8.444	652	76	—	9.171
Saldo, fim do período de relato	313.625	25.983	2.225	7	341.840
dos quais: Garantias financeiras	61.279	11.752	436	—	73.467

N/S – Não significativo

Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

	31 dez 2025				
	Provisão para perdas de crédito ²				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	106	82	173	—	361
Movimentos incluindo novos negócios	(12)	25	38	2	53
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	4	(2)	(2)	N/S	—
Alterações nos modelos	—	—	—	—	—
Taxas de câmbio e outras alterações	—	(8)	(13)	—	(21)
Saldo, fim do período de relato	98	96	196	2	393
dos quais: Garantias financeiras	55	47	81	—	184
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(8)	23	36	2	53

N/S – Não significativo

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros, incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco de país no montante de 12 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

	31 dez 2024				
	Provisão para perdas de crédito ²				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	117	88	187	—	393
Movimentos incluindo novos negócios	(22)	3	(19)	—	(38)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	10	(9)	—	N/S	—
Alterações nos modelos	—	—	—	—	—
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(1)	5	—	6
Saldo, fim do período de relato	106	82	173	—	361
dos quais: Garantias financeiras	67	49	99	—	214
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(13)	(6)	(20)	—	(38)

N/S – Não significativo

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco de país no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

Ações judiciais

Os ativos sujeitos a atividade de execução consistem em ativos que foram total ou parcialmente abatidos e o Grupo continua a tentar a recuperação do ativo. Esta atividade de execução inclui, por exemplo, casos em que o banco continua a dedicar recursos (por ex., o Departamento Jurídico/unidade de reestruturação de CRM) no sentido da recuperação, quer pela via legal, quer por agentes de recuperação terceiros. A atividade de execução aplica-se igualmente a casos em que o banco mantém ações judiciais pendentes ou ainda a decorrer. Isto verifica-se independentemente de se prever recuperar os montantes e do prazo da recuperação. Poderá ser prática comum, em determinadas jurisdições, que os casos de recuperação se prolonguem por vários anos.

Os montantes pendentes relativos a ativos financeiros que foram abatidos durante o período de relato e que ainda estão sujeitos a medidas de execução ascenderam a 277 milhões de euros e 222 milhões de euros em 2025 e 2024, respetivamente, principalmente no Investment Bank.

Ativos renegociados e com período de carência pelo custo amortizado

Por razões económicas ou jurídicas, o banco pode celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos empréstimos ao consumo, o banco oferece carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das estratégias de gestão do risco do Grupo e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de ativos com período de carência pelo custo amortizado, o Grupo segue a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, o Grupo relata o empréstimo como tendo um período de carência; remove o ativo do relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de dois anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontre em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em	31 dez 2025						31 dez 2024					
	Em cumprimento		Em incumprimento			Total	Em cumprimento		Em incumprimento			Total
	Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2	Fase 3		Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2	Fase 3	
Alemães	—	1.975	—	14	1.235	3.224	174	2.248	—	4	1.056	3.481
Não alemães	72	5.418	—	6	5.415	10.911	93	7.049	—	16	4.687	11.845
Total	72	7.392	—	20	6.650	14.135	267	9.297	—	20	5.742	15.326

Evolução de ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Saldo no início do período	15.326	12.464
Classificados como de carência durante o exercício	6.767	8.572
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(6.836)	(6.020)
Reconhecimento de perdas	(122)	(211)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(1.001)	521
Saldo no fim do exercício	14.135	15.326

Os ativos provisionados ao custo amortizado diminuíram 1,2 mil milhões de euros, ou 8%, em 2025, principalmente impulsionados pela redução da exposição imobiliária nos segmentos Investment Bank e Wealth Management, bem como no segmento Private Bank.

Os ativos provisionados ao custo amortizado aumentaram 2,9 mil milhões de euros, ou 23%, em 2024, principalmente impulsionados pela exposição a imóveis em diversas divisões.

Garantias colaterais obtidas

O Grupo obteve garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. De um modo geral, o banco não ocupa os imóveis obtidos para as suas atividades.

Garantias colaterais obtidas durante o período de relato

em milhões de euros	2025	2024
Imóveis comerciais	47	251
Imóveis residenciais ¹	1	3
Outros	—	—
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	49	254

¹ O valor contabilístico dos imóveis habitacionais retomados totalizava 19 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 17 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

O total de garantias obtidas, de 49 milhões de euros em 2025 e 254 milhões de euros em 2024, refere-se principalmente a um pequeno número de imóveis comerciais retomados nos EUA.

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2025, o Grupo obteve 47 milhões de euros em garantias relacionadas com estes fundos fiduciários.

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

O banco definiu um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados OTC com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, o banco dispõe geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das suas transações de derivados nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivados relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivados com pouca antecedência.

Os contrato-tipo e os acordos de garantia associados para transações de derivados OTC executadas com os clientes do banco resultam normalmente em que a maior parte da exposição ao crédito é garantida por garantia. Também fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento.

Os direitos de rescisão contratual do banco são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a liquidação e negociações. Nos casos em que a decisão de encerrar as transações de derivados resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, o banco reestrutura a obrigação, transformando-a num crédito não derivado, e este é gerido através do processo de cálculo regular. Como tal, o banco normalmente não apresenta para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, o banco tem um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. O banco utilizou ainda o processo estabelecido para calibrar o seu próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos derivados e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivados do Private Bank Germany é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Exposição a crédito decorrente de derivativos

Todos os derivativos negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais ("CCP"), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, o banco também recorre a serviços CCP para transações de derivativos OTC ("compensação de produtos do mercado de balcão") e beneficia, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivativos OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivativos OTC, bem como regras relativas ao registo, capital, margem, normas de conduta empresarial, manutenção de registos e outros requisitos para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC requerem uma compensação de OTC nos Estados Unidos para determinados derivativos OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Os requisitos de margem para transações de derivativos não compensados nos EUA começaram em setembro de 2016. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivativos OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações ("EMIR") introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivativos OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivativos negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivativos OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivativos OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivativos não compensados.

A CFTC adotou regras que implementam as disposições mais significativas da Lei Dodd-Frank. Mas recentemente, em setembro de 2020, a CFTC emitiu uma regra final sobre a aplicação transfronteiriça das regras de swap dos EUA, que se baseia em e, em alguns casos, substitui a orientação transfronteiriça da CFTC a partir de 2013 e nas respetivas cartas de não interferência. Em outubro de 2020, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC finalizou regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes.

A SEC também finalizou regras relativas a registo, reporte de negociação, capital, margem, técnicas de mitigação de risco, normas de conduta empresarial, reconhecimento e verificação do mercado, manutenção de registos e relato financeiro e requisitos transfronteiriços para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. O cumprimento destes requisitos foi geralmente exigido a partir de novembro de 2021.

Finalmente, os reguladores prudenciais dos EUA (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de Divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regras finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados e swaps baseados em valores mobiliários que são aplicáveis aos corretores de swaps e aos corretores de swaps baseados em valores mobiliários que estão sujeitos aos regulamentos prudenciais dos EUA (como o Deutsche Bank) em vez das regras de margem da CFTC e da SEC. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivativos não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem adicionais para contrapartes menores foram implementados de forma faseada, de setembro de 2017 a setembro de 2022, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas.

A tabela seguinte mostra uma discriminação dos montantes nominais e valores de mercado brutos para os ativos e passivos de transações cambiais e de derivativos OTC tendo por base o canal de aprovação

Valores nominais de derivados tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31 dez 2025

	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de referência positivo	Valor de referência negativo	Valor de referência líquido
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	17.041.938	13.931.032	9.541.283	40.514.253	118.098	105.415	12.683
Bilateral (Amt)	3.753.247	2.319.020	1.543.911	7.616.178	94.373	82.403	11.971
CCP (Amt)	13.288.691	11.612.012	7.997.372	32.898.075	23.724	23.012	712
Produtos negociados em bolsa	2.911.731	493.685	87	3.405.503	99	125	(26)
Total relacionadas com taxas de juro	19.953.668	14.424.718	9.541.370	43.919.755	118.196	105.540	12.656
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	7.061.584	1.257.976	526.624	8.846.185	96.211	90.949	5.262
Bilateral (Amt)	6.850.895	1.238.176	525.924	8.614.995	95.056	89.730	5.326
CCP (Amt)	210.690	19.800	700	231.190	1.156	1.219	(63)
Produtos negociados em bolsa	83.825	301	—	84.126	280	310	(30)
Total relacionadas com câmbios	7.145.409	1.258.277	526.624	8.930.311	96.491	91.259	5.232
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	26.058	19.183	10.493	55.735	1.794	2.620	(826)
Bilateral (Amt)	26.058	19.183	10.493	55.735	1.794	2.620	(826)
CCP (Amt)	—	—	—	—	—	—	—
Produtos negociados em bolsa	182.299	32.150	2.352	216.800	2.220	2.353	(134)
Total relacionadas com ações/índices	208.357	51.333	12.845	272.534	4.013	4.973	(960)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	214.471	1.007.267	67.448	1.289.186	16.705	16.926	(220)
Bilateral (Amt)	86.663	105.904	27.916	220.483	3.456	3.754	(298)
CCP (Amt)	127.808	901.363	39.532	1.068.704	13.250	13.172	78
Produtos negociados em bolsa	—	—	—	—	—	—	—
Derivados de crédito totais relacionados	214.471	1.007.267	67.448	1.289.186	16.705	16.926	(220)
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	55.943	809	5.027	61.779	128	362	(234)
Bilateral (Amt)	55.943	809	5.027	61.779	128	362	(234)
CCP (Amt)	—	—	—	—	—	—	—
Produtos negociados em bolsa	28.252	2.417	—	30.669	151	144	8
Total relacionadas com matérias-primas	84.195	3.226	5.027	92.449	279	505	(226)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	166.974	11.055	76	178.105	6.548	6.598	(49)
Bilateral (Amt)	166.892	11.055	76	178.023	6.525	6.539	(14)
CCP (Amt)	82	—	—	82	23	58	(35)
Produtos negociados em bolsa	39.452	1	—	39.452	215	198	17
Total Outras	206.425	11.056	76	217.557	6.763	6.796	(32)
Negócio OTC total	24.566.968	16.227.322	10.150.951	50.945.242	239.485	222.869	16.616
Negócio bilateral total	10.939.698	3.694.147	2.113.347	16.747.192	201.332	185.407	15.924
Negócio CCP total	13.627.270	12.533.176	8.037.604	34.198.050	38.153	37.462	691
Total negócio em bolsa	3.245.558	528.554	2.438	3.776.550	2.965	3.130	(165)
Total	27.812.526	16.755.876	10.153.389	54.721.792	242.449	225.998	16.451
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em	—	—	—	—	25.299	—	—

31 dez 2024

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de referência positivo	Valor de referência negativo	Valor de referência líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	15.951.107	14.364.208	9.997.538	40.312.853	122.114	111.053	11.061
Bilateral (Amt)	2.396.075	2.537.847	1.557.885	6.491.807	98.528	88.114	10.414
CCP (Amt)	13.555.032	11.826.361	8.439.653	33.821.046	23.586	22.939	647
Produtos negociados em bolsa	3.292.886	498.496	590	3.791.972	239	268	(29)
Total relacionadas com taxas de juro	19.243.992	14.862.704	9.998.128	44.104.825	122.353	111.321	11.032
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	7.718.689	1.225.352	508.959	9.453.000	147.876	144.688	3.188
Bilateral (Amt)	7.496.403	1.209.689	508.809	9.214.900	144.648	141.847	2.800
CCP (Amt)	222.287	15.664	150	238.100	3.228	2.841	388
Produtos negociados em bolsa	78.320	—	—	78.320	384	477	(93)
Total relacionadas com câmbios	7.797.010	1.225.352	508.959	9.531.321	148.260	145.165	3.095
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	22.675	9.048	15.544	47.268	1.332	2.741	(1.409)
Bilateral (Amt)	22.675	9.048	15.544	47.268	1.332	2.741	(1.409)
CCP (Amt)	—	—	—	—	—	—	—
Produtos negociados em bolsa	174.707	28.489	2.348	205.544	1.818	1.827	(9)
Total relacionadas com ações/índices	197.382	37.537	17.892	252.812	3.150	4.568	(1.418)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	278.974	896.712	73.668	1.249.354	15.609	14.322	1.288
Bilateral (Amt)	87.962	96.506	28.063	212.531	3.366	2.186	1.180
CCP (Amt)	191.012	800.206	45.605	1.036.823	12.243	12.136	107
Produtos negociados em bolsa	—	—	—	—	—	—	—
Derivados de crédito totais relacionados	278.974	896.712	73.668	1.249.354	15.609	14.322	1.288
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	11.316	34.566	1.448	47.330	226	160	66
Bilateral (Amt)	11.316	34.566	1.448	47.330	226	160	66
CCP (Amt)	—	—	—	—	—	—	—
Produtos negociados em bolsa	34.816	2.645	—	37.461	168	169	(1)
Total relacionadas com matérias-primas	46.132	37.211	1.448	84.791	394	329	65
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	155.359	7.012	151	162.521	2.339	2.355	(16)
Bilateral (Amt)	155.313	7.012	151	162.476	2.336	2.313	23
CCP (Amt)	45	—	—	45	3	42	(39)
Produtos negociados em bolsa	18.687	—	—	18.687	31	24	7
Total Outras	174.045	7.012	151	181.208	2.370	2.379	(9)
Negócio OTC total	24.138.119	16.536.899	10.597.308	51.272.326	289.497	275.319	14.177
Negócio bilateral total	10.169.744	3.894.668	2.111.900	16.176.312	250.436	237.362	13.075
Negócio CCP total	13.968.376	12.642.231	8.485.408	35.096.014	39.060	37.958	1.103
Total negócio em bolsa	3.599.416	529.630	2.938	4.131.984	2.640	2.766	(126)
Total	27.737.535	17.066.528	10.600.247	55.404.310	292.137	278.085	14.052
Valores de mercado positivos após compensação	—	—	—	—	27.392	—	—

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos investimentos em participações divididos por negociação e por não negociação para as respectivas datas de relato. O Deutsche Bank gere as suas posições respetivas dentro do risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da exposição de capital

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Ações de negociação	1.852	2.753
Ações não negociáveis ¹	2.044	2.052
Exposição total do capital próprio	3.896	4.806

¹ Inclui fundos de investimento em participações no valor de 49 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 70 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição do grupo a ações detidas para negociação no Investment Bank era de 1,6 mil milhões de euros, em comparação com 2,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco de Simulação Histórica calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as unidades de negociação do Grupo.

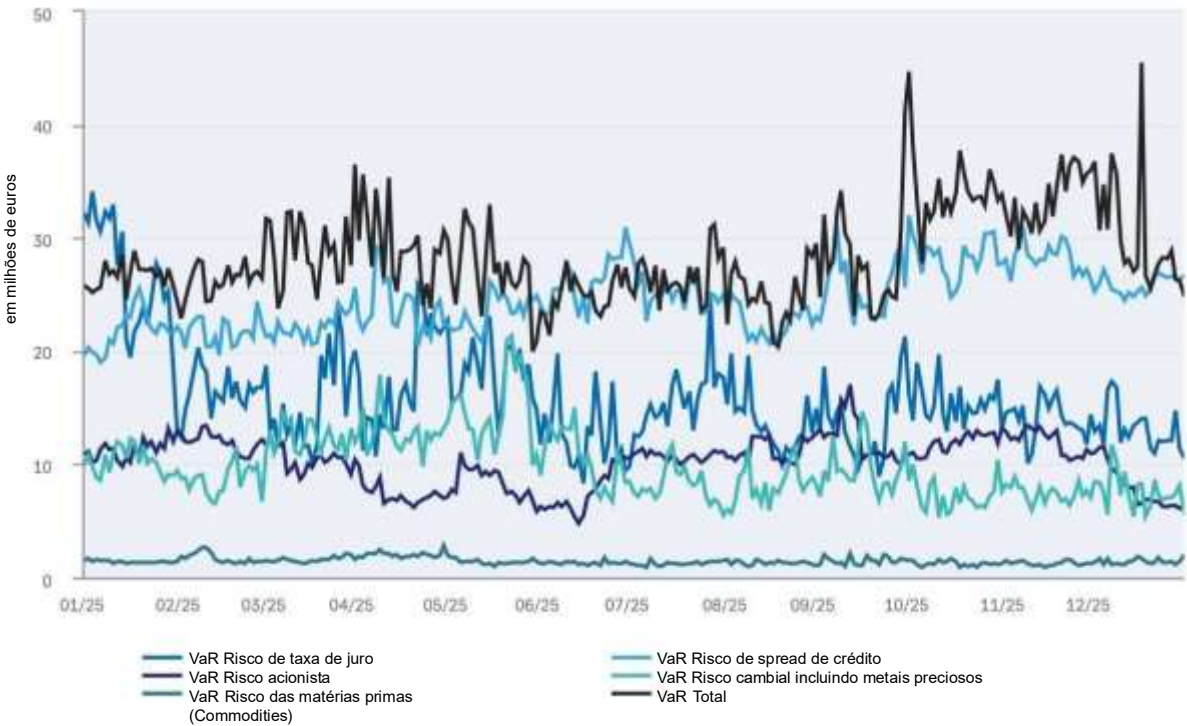
Valor em risco das unidades de negociação, por tipo de risco¹

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de Spread de crédito		Risco acionista		Risco cambial ²		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Médio	28,3	31,4	(33,5)	(41,2)	16,0	26,9	24,5	22,9	10,2	10,2	9,7	11,6	1,4	1,0
Máximo	45,5	60,6	(10,5)	(27,2)	34,0	55,1	31,9	35,5	17,0	15,6	21,3	19,0	2,8	1,8
Mínimo	20,0	19,0	(50,1)	(56,2)	8,3	13,4	18,9	17,6	4,7	6,2	5,2	6,3	0,8	0,3
Final do	24,8	24,9	(26,1)	(48,3)	10,5	31,3	26,6	19,5	6,3	10,8	5,5	10,1	2,0	1,5

¹ Valores para 2025 em 31 de dezembro de 2025. Valores para 2024 em 31 de dezembro de 2024

² Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos

Evolução do valor em risco de simulação histórica por tipos de risco em 2025



O valor médio em risco das negociações diárias ao longo de 2025 foi de 28 milhões de euros, o que representa uma redução de 3,1 milhões de euros em comparação com a média de 2024.

Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (spot value) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)^{1,2}

em milhões de	Total		Negociação de crédito		Taxas globais		Mercados emergentes		Outros	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Médio	549,3	604,9	128,8	191,8	212,6	210,1	288,1	205,9	(80,2)	(2,9)
Máximo	842,5	755,5	201,2	247,3	374,5	375,7	630,5	350,1	(25,2)	49,5
Mínimo	414,9	501,5	44,9	95,3	128,6	125,4	196,6	142,9	(174,2)	(54,2)
Final do	452,1	501,5	166,1	176,5	160,0	125,4	218,9	229,5	(92,9)	(29,9)

¹ Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2025 e a 31 de dezembro de 2024, respetivamente

² Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses

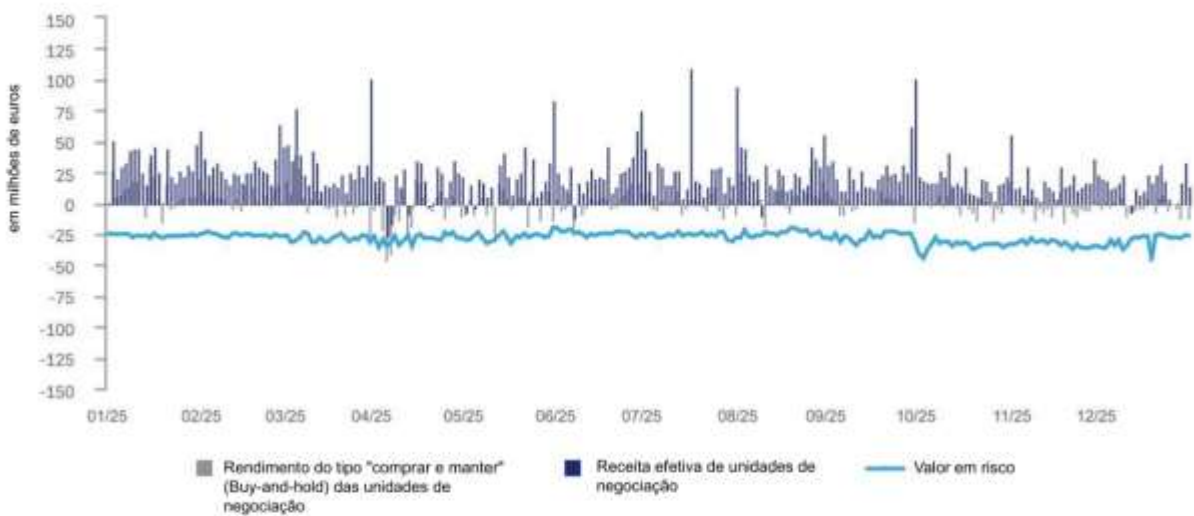
O encargo incremental de risco no final de 2025 foi de 452 milhões de euros, o que representa uma redução de 49 milhões de euros, ou 10%, em comparação com o final de 2024. Esta alteração deveu-se à redução do risco nas atividades "Global Rates" e "Emerging Markets".

Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2025, o Grupo observou dois valores atípicos em que a perda do Grupo numa base de compra e manutenção excedeu o valor em risco das carteiras de negociação. Os valores atípicos no início de abril de 2025 foram impulsionados pelo aumento da volatilidade do mercado resultante dos anúncios de tarifas comerciais da administração dos EUA. Não se verificaram valores atípicos negativos de resultados no período atual de 1 ano.

O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" e efetivas das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das posições de negociação com as receitas "comprar e manter", dado que "comprar e manter" é a parte relevante dos resultados diários para comparação com o valor em risco do dia anterior, que exclui novas transações, reservas e quaisquer resultados de transporte que normalmente fazem parte da receita efetiva. Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as unidades de negociação alcançaram receitas do tipo "comprar e manter" positivas para 55% dos dias de negociação em 2025, apresentando também os valores discrepantes globais registados em 2025.

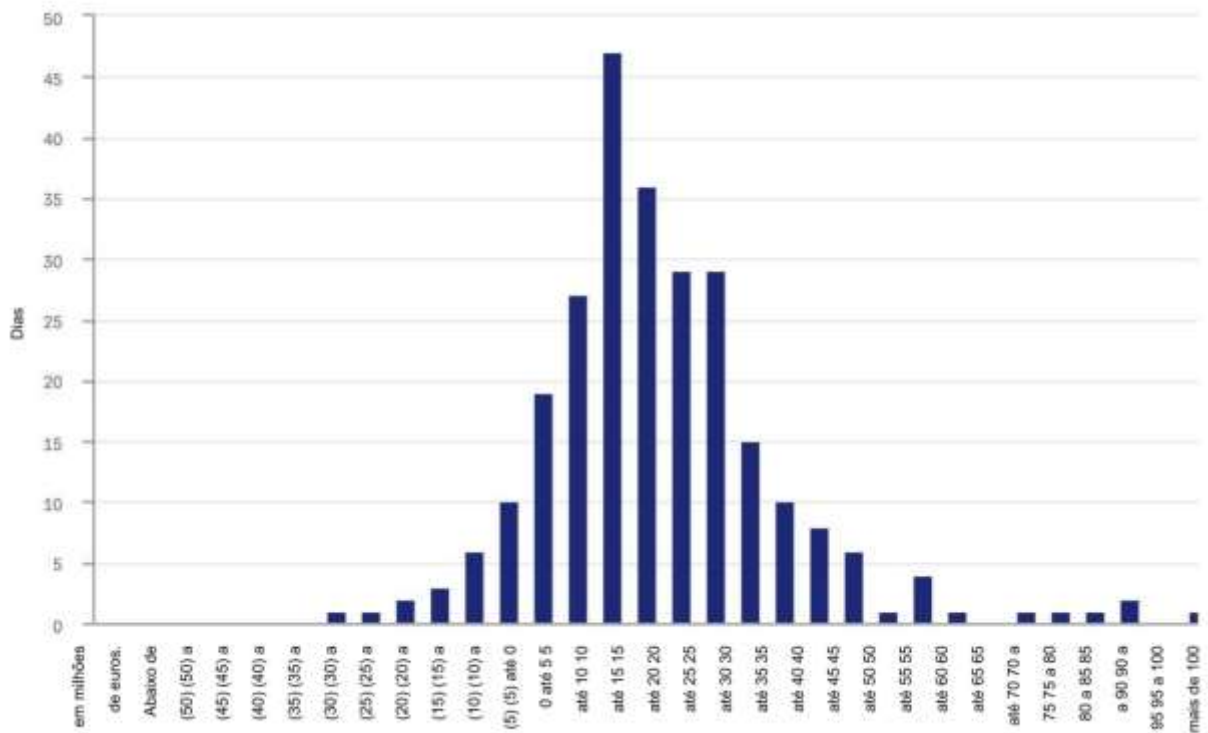
MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



Receitas diárias das unidades de negociação do Deutsche Bank

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das unidades de negociação do Grupo. A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo “comprar e manter”, reservas, carry e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que o Grupo alcançou cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das unidades de negociação do Grupo em 2025



As unidades de negociação obtiveram um resultado positivo para 95% dos dias de negociação em 2025, em comparação com 95% em 2024.

Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

O quadro seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

Utilização de capital económico por tipo de risco.

em milhões de euros	Utilização de capital económico	
	31 dez 2025	31 dez 2024
Risco de taxa de juro	1.308	2.770
Risco de spread de crédito	772	184
Risco de capital e de investimento	1.272	1.172
Risco cambial	4.461	1.665
Risco de pensões	331	944
Risco de fundos garantidos	103	100
Total das carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	8.247	6.835

Os valores de capital económico têm atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com negociação ascendeu a 8,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, o que representa mais 1,4 mil milhões de euros do que a utilização de capital económico no final de 2024. O aumento deve-se principalmente às alterações de modelo descritas na secção "Gestão do risco de mercado". Em particular, a utilização do capital económico para o risco cambial aumentou devido à adoção de uma escala de horizonte de liquidez mais conservadora na abordagem de modelação revista. Esta situação foi parcialmente compensada por uma menor utilização do capital económico para o risco de taxa de juro, após a mudança de uma metodologia baseada na simulação de Monte Carlo para uma metodologia baseada na simulação histórica no modelo central do capital económico para o risco de mercado.

- Risco de taxa de juro: utilização de capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, como o risco de alteração do comportamento do cliente incorporado em depósitos sem vencimento modelados ou risco de pré-pagamento; no total, a utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2025 era de 1,3 mil milhões de euros, em comparação com 2,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024
- Risco de spread de crédito: utilização de capital económico para carteiras na carteira bancária sujeitas a risco de spread de crédito; a utilização de capital económico era de 772 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, face a 184 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024
- Risco de ações e investimentos: a utilização de capital económico para o risco de ações resultante de uma posição estrutural curta no preço das próprias ações do banco, resultante dos planos de remuneração em ações do Grupo, e de participações em investimentos não consolidadas, como investimentos estratégicos e ativos alternativos, era de 1,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 1,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024
- Risco cambial; o risco cambial surge predominantemente da posição estrutural do Grupo assumida para proteger a sensibilidade do rácio de capital do banco de alterações nas taxas de câmbio. A utilização de capital económico era de 4,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, face a 1,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024
- Risco de pensões; este risco decorre das obrigações de benefícios definidos do Grupo, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de spread de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização do capital económico era de 0,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 0,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024
- Risco de fundos garantidos: risco decorrente de produtos de fundos garantidos oferecidos pela divisão de Asset Management, que fornecem uma garantia parcial ou total sobre o investimento dos clientes. O risco materializa-se se o valor do fundo de investimento subjacente na data da garantia for inferior ao montante garantido. A utilização do capital económico era de 103 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, face a 100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

O quadro seguinte mostra o impacto das alterações das taxas de juro no valor económico do capital próprio e na receita líquida de juros da carteira bancária do Grupo, nos seis cenários-tipo definidos pela EBA:

Risco de taxa de juro ao valor económico e margem financeira na carteira bancária por cenário da EBA

em mil milhões de euros	Delta de EVE		Delta de NII ¹	
	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2025	31 dez 2024
Curva paralela ascendente	(6,7)	(5,8)	0,0	0,2
Curva paralela descendente	1,4	1,3	(0,6)	(0,7)
Critério para acentuação da curva	(0,7)	(0,8)	0,0	(0,1)
Critério para nivelamento da curva	(0,8)	(0,7)	(0,1)	0,0
Curva das taxas de curto prazo ascendentes	(2,5)	(2,1)	(0,1)	0,0
Curva das taxas de curto prazo descendentes	0,8	0,6	(0,4)	(0,6)
Máximo	(6,7)	(5,8)	(0,6)	(0,7)

em mil milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Capital Tier 1	60,8	60,8

¹ O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas implícitas do mercado. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark-to-Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura

O valor económico máximo da perda de capital (EVE) era de (6,7) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, em comparação com (5,8) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, a perda máxima de EVE representa 11,0% do capital Tier 1.

O valor económico máximo da perda de capital (EVE) devido a uma mudança paralela de +200 pontos base da curva de rendimentos em todas as moedas, conforme definido pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, foi de (6,6) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, representando 9,8% do Capital Total.

O aumento do valor económico máximo da perda de capital (EVE) para o cenário de taxa de juro "Paralela ascendente" foi o resultado da alteração das posições de gestão de risco detidas na carteira da Tesouraria do Grupo, que gere os riscos de rendimento decorrentes das carteiras de ações do Deutsche Bank, bem como das carteiras do Private Bank e do Corporate Bank. As estratégias de cobertura aplicadas estão alinhadas com o objetivo do Deutsche Bank de estabilizar a margem financeira (NII) e com a estrutura de governação do IRRBB.

A perda máxima de um ano na receita líquida de juros para o cenário de taxa de juros de "curva paralela descendente" foi de (0,6) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, em comparação com (0,7) mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

A perda máxima de margem financeira no cenário "Paralelo descendente" manteve-se praticamente inalterada face a 2024, em linha com a estratégia de estabilização da margem financeira (NII).

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

em mil milhões de euros	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Curva paralela	Curva paralela	Curva paralela	Curva paralela
EUR	(5,8)	1,2	(5,1)	1,2
USD	(0,8)	0,4	(0,7)	0,4
Outros	(0,1)	(0,2)	0,0	(0,3)
Total	(6,7)	1,4	(5,8)	1,3

Exposição ao risco de liquidez

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

Vários temas macroeconómicos surgiram ao longo de 2025 e afetaram os mercados, incluindo o anúncio de tarifas pelos EUA em abril, a instabilidade política em França, as contínuas pressões inflacionistas e as tensões geopolíticas no Médio Oriente. Apesar de terem tido efeitos negativos, estes acontecimentos não foram suficientemente importantes para compensar a apreciação do risco. Neste contexto, o Banco navegou bem pelos mercados e concluiu com sucesso a sua atividade de emissão em 18,7 mil milhões de euros, incluindo 3 mil milhões de euros de pré-financiamento para as necessidades de 2026, em linha com a meta do banco para 2025 de 15 a 20 mil milhões de euros.

Em contraste com os receios do mercado, os mercados de crédito registaram um desempenho construtivo, apesar das múltiplas perturbações, com os índices mais amplos a serem negociados de forma mais restritiva do que no final do ano de 2024. O Deutsche Bank manteve o seu forte desempenho idiossincrático em 2025. Em média, em 2025, a dívida sénior do banco foi negociada com um spread 8 bps superior, e os seus títulos de capital foram negociados com um spread 14 bps superior ao dos seus pares (Société Générale, Barclays, BNP Paribas, UBS), face 10 bps a mais e 17 bps a menos, respetivamente, em 2024.

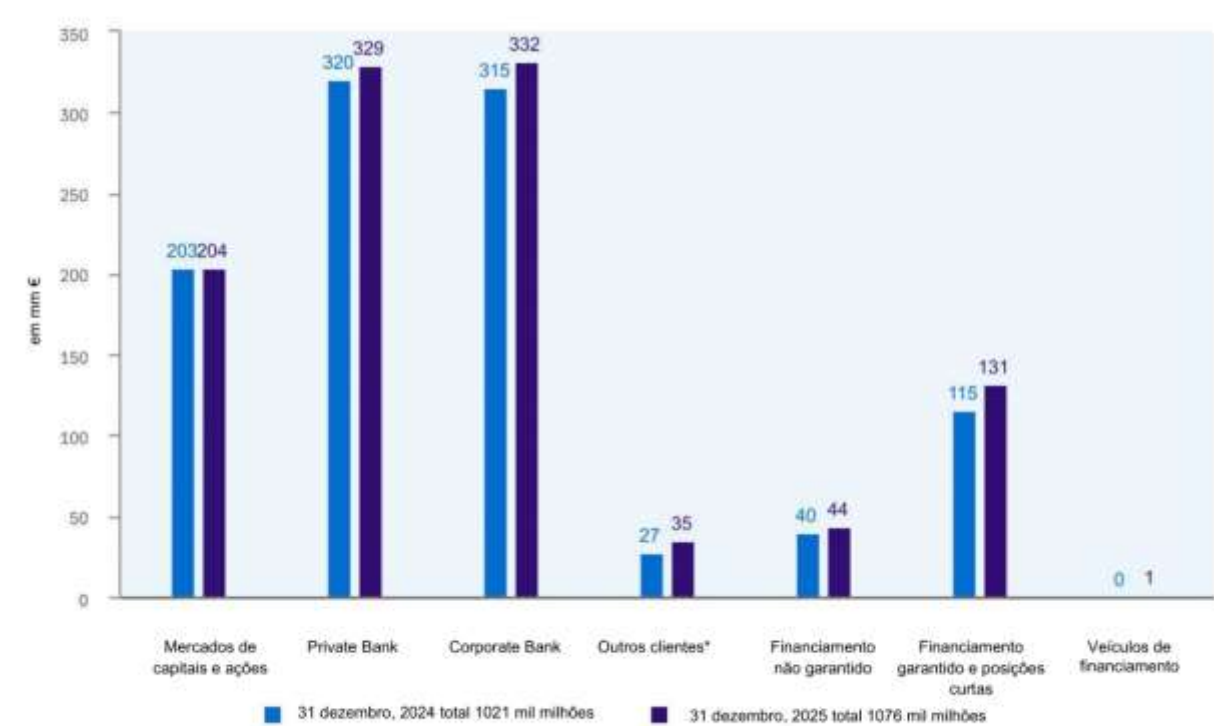
O volume total de emissão de 18,7 mil milhões de euros está repartido da seguinte forma: 2,5 mil milhões de euros em emissões de capital, 11,0 mil milhões de euros em financiamento sénior não preferencial, 4,8 mil milhões de euros em financiamento sénior preferencial e 0,4 mil milhões de euros em obrigações cobertas. Do ponto de vista cambial, o volume total de emissões está dividido da seguinte forma: euros (9,8 mil milhões de euros), dólares americanos (7,1 mil milhões de euros), ienes japoneses (0,5 mil milhões de euros), libras esterlinas (0,6 mil milhões de euros) e outras moedas agregadas (0,7 mil milhões de euros). A base de investidores do Grupo para emissões em 2025 foi a seguinte: gestores de ativos e fundos de pensões (63,3%), bancos (10,6%), clientes de retalho (3,2%), companhias de seguros (5,2%), outros investidores institucionais (11,3%), governos e agências (4,4%) e outros (1,7%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (15,0%), resto da Europa (44,0%), EUA (29,0%), Ásia e Pacífico (8,0%) e Outros (4,0%). O spread médio da emissão da taxa Euribor a 3 meses/RFR (taxa sem risco) foi de 95 pontos base para o ano inteiro. O prazo médio foi de 4,8 anos. O Grupo emitiu os seguintes volumes em cada trimestre; primeiro trimestre: 6,0 mil milhões de euros; segundo trimestre: 4,7 mil milhões de euros; terceiro trimestre: 4,4 mil milhões de euros; e quarto trimestre: 3,6 mil milhões de euros.

O plano de emissões do Deutsche Bank para 2026 é de 10 a 15 mil milhões de euros. A atenção centrar-se-á nas obrigações seniores não preferenciais. As emissões preferenciais sénior serão principalmente em formato não benchmark. O Grupo também planeia angariar parte deste financiamento em dólares americanos e poderá celebrar swaps cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. O Banco tem maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 14,0 mil milhões de euros. Além disso, o Banco emitiu títulos estruturados com um volume líquido de cerca de 7,7 mil milhões de euros em 2025 e prevê emitir cerca de 7,3 mil milhões de euros em 2026. Esta atividade é conduzida pela divisão FIC e não faz parte do plano de emissão da Tesouraria.

Diversificação de financiamento

Em 2025, o total de financiamento externo aumentou 55,3 mil milhões de euros, passando de 1.020,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024 para 1.076,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. O financiamento aumentou em 16,8 mil milhões de euros no Corporate Bank e em 8,9 mil milhões de euros no Private Bank.. Em ambos os segmentos, o crescimento foi mais acentuado nos depósitos à vista. A carteira de financiamento grossista não garantido aumentou 4,6 mil milhões de euros, apoiada por novas emissões de papel comercial. O financiamento garantido e as posições curtas aumentaram 16,1 mil milhões de euros, impulsionados pelo crescimento das operações de recompra. A posição nos Mercados de Capitais e Ações aumentou ligeiramente em 0,7 mil milhões de euros. Enquanto o segmento de Ações registou um aumento de 0,6 mil milhões de euros, o segmento dos Mercados de Capitais cresceu 0,1 mil milhões de euros. O crescimento subjacente dos títulos estruturados emitidos pela FIC foi compensado por uma redução da dívida emitida pela Tesouraria. O crescimento adicional na categoria Outros clientes, de 8,1 mil milhões de euros, foi principalmente impulsionado pelo aumento da dívida de longo prazo devido ao crescimento proveniente das estruturas de ETF.

Composição das fontes de financiamento externas



* Outros Clientes incluem depósitos fiduciários, títulos de X-markets e margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida)

Referência: Reconciliação com o balanço total de 1.435,1 mil milhões de euros (1.387,2 mil milhões de euros): Saldos de derivados e liquidação: 277,7 mil milhões de euros (288,8 mil milhões de euros), acréscimo para compensação de saldos em numerário de margem/prime brokerage (apresentados numa base líquida): 46,6 mil milhões de euros (42,2 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento: 34,5 mil milhões de euros (35,3 mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente).

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais¹

	31 dez 2025							
em milhões de euros	Não mais de 1 Meses	Mais de 1 Meses mas não mais de 3 meses	Mais de 3 meses mas não mais de 6 meses	Mais de 6 meses mas não mais de 1 ano	Subtotal menos de 1 ano	Mais de 1 ano mas não mais de 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	1.027	476	77	450	2.029	102	—	2.132
Depósitos de outros clientes grossistas	12.662	2.954	2.406	4.695	22.717	1.041	73	23.831
CD e PC	4.929	2.524	2.491	5.290	15.234	1.793	1.408	18.436
ABCP	—	—	—	—	—	—	—	—
Não preferencial sénior "plain vanilla"	1.239	1.967	1.335	7.730	12.270	11.734	31.268	55.272
Preferencial sénior "plain vanilla"	1.758	1.113	866	611	4.348	2.287	8.353	14.988
Estruturados sénior	151	675	899	1.143	2.867	2.592	25.663	31.122
Obrigações/ABS	505	126	1.334	1.317	3.282	1.927	8.389	13.598
Passivos subordinados	—	1.262	1.989	1.279	4.530	4.897	10.886	20.313
Outros	53	—	—	—	53	—	—	53
Total	22.323	11.096	11.397	22.515	67.331	26.372	86.040	179.743
Dos quais:								
Garantidos	21.818	10.971	10.063	21.197	64.049	24.445	77.651	166.145
Sem garantia	21.812	10.964	10.057	21.170	64.002	23.224	77.530	164.756

¹ Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas
Volume de emissões no mercado de capitais reportado após eliminação da dívida própria

O volume total de passivos grossistas não garantidos, papel comercial garantido por ativos (ABCP) e emissões do mercado de capitais com maturidade até um ano totaliza 67 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e deve ser analisado no contexto do total de Ativos Líquidos de Alta Qualidade (HQLA) de 260 mil milhões de euros.

	31 dez 2024							
em milhões de euros	Não mais de 1 Meses	Mais de 1 Meses mas não mais de 3 meses	Mais de 3 meses mas não mais de 6 meses	Mais de 6 meses mas não mais de 1 ano	Subtotal menos de 1 ano	Mais de 1 ano mas não mais de 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	829	697	1.294	1.277	4.098	56	—	4.153
Depósitos de outros clientes grossistas	3.106	7.919	4.698	5.396	21.119	2.231	1.013	24.363
CD e PC	1.107	3.623	2.647	3.688	11.064	10	117	11.190
ABCP	—	—	—	—	—	—	—	—
Não preferencial sénior "plain vanilla"	239	1.467	1.788	5.190	8.685	12.054	33.279	54.018
Preferencial sénior "plain vanilla"	171	360	1.681	1.712	3.923	4.442	7.930	16.294
Estruturados sénior	239	793	1.029	1.381	3.442	2.187	20.094	25.723
Obrigações/ABS	765	343	225	757	2.091	3.301	10.163	15.554
Passivos subordinados	—	1.264	3.945	1.190	6.399	4.239	12.991	23.630
Outros	49	—	—	—	49	—	7	57
Total	6.505	16.468	17.307	20.591	60.870	28.519	85.593	174.982
Dos quais:								
Garantidos	765	343	225	757	2.091	3.301	10.163	15.554
Sem garantia	5.740	16.124	17.081	19.834	58.779	25.218	75.430	159.428

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

	31 dez 2025					31 dez 2024				
em milhões de euros	em EUR	em USD	em GBP	noutros CCY	Total	em EUR	em USD	em GBP	noutros CCY	Total
Depósitos de bancos	320	1.341	48	—	1.709	629	2.583	40	902	4.153
Depósitos de outros clientes grossistas	8.291	12.923	147	—	21.361	7.722	13.836	264	2.542	24.363
CD e PC	8.031	10.145	—	—	18.176	3.695	7.230	—	266	11.190
ABCP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Não preferencial sénior "plain vanilla"	26.352	23.502	1.904	3.513	55.272	23.485	24.503	2.167	3.862	54.018
Preferencial sénior "plain vanilla"	7.712	5.071	17	2.188	14.988	8.919	5.390	15	1.970	16.294
Estruturados sénior	13.574	14.784	44	2.720	31.122	10.704	12.250	50	2.719	25.723
Obrigações cobertas/títulos garantidos	12.953	645	—	—	13.598	14.822	732	—	—	15.554
Passivos financeiros	13.958	5.439	917	—	20.313	12.553	9.938	952	187	23.630
Outros	6	—	—	—	6	8	—	—	49	57
Total	91.197	73.850	3.077	8.422	176.545	82.536	76.461	3.489	12.495	174.982
Dos quais:										
Garantidos	78.244	73.205	3.077	8.422	162.947	14.822	732	—	—	15.554
Sem garantia	76.806	73.124	3.073	11.753	164.756	67.714	75.729	3.489	12.495	159.428

Ativos líquidos de alta qualidade

Composição dos HQLA do Grupo por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em mil milhões de euros	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Valor de mercado	Valor de acordo com o artigo 9.º	Valor de mercado	Valor de acordo com o artigo 9.º
Numerário disponível e reservas do banco central	144	144	124	124
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	116	116	97	97
Subsidiárias	28	28	26	26
Títulos líquidos de alta qualidade (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	120	116	106	102
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	117	113	98	94
Subsidiárias	3	3	8	8
Total HQLA	264	260	230	226
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	233	229	195	191
Subsidiárias	31	31	34	34

Em 31 de dezembro de 2025, o HQLA do Grupo aumentou para 260 mil milhões de euros, em comparação com 226 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. Esta evolução deve-se principalmente ao aumento dos depósitos e à emissão de dívida de longo prazo, largamente compensados pelo reembolso das ORPA direcionadas e pelo aumento dos ativos detidos por empresas.

Rácio de cobertura de liquidez

O Rácio de Cobertura de Liquidez era de 144% no final de 2025, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 80 mil milhões de euros, em comparação com 131% no final de 2024, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 53 mil milhões de euros. O aumento do excedente foi principalmente impulsionado pelo aumento dos depósitos do Private Bank e do Corporate Bank até ao segundo semestre de 2025.

O LCR médio ponderado a doze meses do Grupo foi de 137%. Este foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 435.º do CRR.

Componentes do LCR

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2025	31 dez 2024
	Total do valor ponderado ajustado	Total do valor ponderado ajustado
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	12	12
Ativos líquidos de alta qualidade	238	224
Total de saídas de caixa líquidas	174	167
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	137%	134%

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (a matriz de financiamento em moeda agregada, o euro, o dólar norte-americano e a libra esterlina) estavam em conformidade com as metas no final de 2025 e 2024.

Testes de esforço e análise de cenários

No final de 2025, a posição de liquidez líquida do Grupo em situação de esforço era de 94 mil milhões de euros em comparação com os 56 mil milhões de euros no final de 2024, com a alteração do cenário de liquidez excedentária mínima a refletir a introdução de um horizonte de apetência pelo risco de 12 meses no âmbito do cenário de risco sistémico de mercado.

Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as moedas

em mil milhões de euros	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Défi ce de financiamento ¹	Compensação do défi ce ²	Posição líquida de liquidez	Défi ce de financiamento ¹	Compensação do défi ce ²	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	187	306	119	208	265	56
Redução da notação de crédito em 1 nível	39	215	176	34	174	140
Redução acentuada da notação de crédito	107	235	128	142	241	99
Combinado ³	231	325	94	216	275	59

¹ Défi ce de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em Euro

em mil milhões de euros	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Défi ce de financiamento ¹	Compensação do défi ce ²	Posição líquida de liquidez	Défi ce de financiamento ¹	Compensação do défi ce ²	Posição líquida de liquidez
Combinado ³	81	143	62	91	104	13

¹ Défi ce de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em dólares dos Estados Unidos

em mil milhões de euros	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Financiamento Gap ¹	Compensação do défi ce	Posição de liquidez	Financiamento Gap ¹	Compensação Closure ²	Posição de liquidez
Combinado ³	80	94	14	80	102	22

¹ Défi ce de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em libra esterlina

em mil milhões de euros	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Défi ce de financiamento ¹	Compensação do défi ce ²	Posição líquida de liquidez	Défi ce de financiamento ¹	Compensação do défi ce ²	Posição líquida de liquidez
Combinado ³	4	8	3	5	10	5

¹ Défi ce de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

A tabela seguinte apresenta o montante necessário para satisfazer os requisitos de garantias colaterais de obrigações contratuais em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais

em milhões de euros	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Redução da notação em 1 nível	Redução da notação em 2 níveis	Redução da notação em 1 nível	Redução da notação em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivativos contratuais	161	212	182	309
Outros requisitos de financiamento ou de margem	—	—	—	—

Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido era de 119% no final de 2025, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 104 mil milhões de euros, em comparação com 121% no final de 2024, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 110 mil milhões de euros.

	31 dez 2025	31 dez 2024
	Total do valor ponderado ajustado	Total do valor ponderado ajustado
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		
Financiamento estável disponível (ASF)	649	625
Financiamento estável requerido (RSF)	545	515
Rácio de financiamento estável líquido (NSFR) em %	119%	121%

Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do Grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Por este motivo, são excluídas as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 20, "Ativos penhorados e recebidos como garantia" das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 37, "Informações sobre subsidiárias" das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados onerados. Os saldos apresentados incluem igualmente ativos de margem de derivados a receber, tal como onerados ao abrigo das orientações relevantes da ABE.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados pelo justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico patrimonial e extrapatrimonial ou pelo justo valor e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte "Ativos líquidos de alta qualidade" para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em "Outros ativos" pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

	31 dez 2025			
	Valor contabilístico			
	Ativos desonerados			
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	209	106	103	—
Instrumentos de capital	4	—	4	—
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	172	13	158	—
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	38	—	—	38
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	13	—	13	—
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	241	—	—	241
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de	113	—	—	113
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4	—	4	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ²	6	—	4	1
Empréstimos	550	43	76	430
Outros ativos	85	43	—	41
Total	1.433	206	363	864

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados acima, em separado)

31 dez 2025				
Justo valor das garantias recebidas				
Ativos desonerados				
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	557.837	431.792	125.943	101
Títulos de dívida	556.142	430.204	125.938	—
Instrumentos de capital	690	685	5	—
Outras garantias recebidas	1.005	903	—	101

31 dez 2024				
Valor contábilístico				
Ativos desonerados				
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	179	80	99	—
Instrumentos de capital	4	—	4	—
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	154	14	139	—
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	41	—	—	41
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	12	—	12	—
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	292	—	—	292
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de	105	—	—	105
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3	—	3	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ²	8	—	5	3
Empréstimos	517	48	41	427
Outros ativos	75	40	—	35
Total	1.389	183	303	903

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados acima, em separado)

31 dez 2024				
Justo valor das garantias recebidas				
Ativos desonerados				
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	479	366	110	3
Títulos de dívida	473	363	110	—
Instrumentos de capital	1	1	—	—
Outras garantias recebidas	6	2	—	3

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

Os quadros seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contábilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

	31 dez 2025									
	À vista (incl. Overnight e aviso de um dia)	Até um mês	Mais de 1 Meses a não mais de 3 meses	Mais de 3 meses mas não mais de 6 meses	Mais de 6 meses mas não mais de 9 meses	Mais de 9 meses mas não mais de 1 ano	Mais de 1 ano mas não mais de 2 anos	Mais de 2 anos mas não mais de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
em milhões de euros										
Caixa e saldos de bancos centrais ¹	151.073	10.354	2.828	371	19	14	—	—	—	164.659
Saldos interbancários (sem bancos centrais) ¹	5.310	1.442	80	39	2	83	—	—	6	6.962
Recursos de bancos centrais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Títulos comprados com acordos de revenda	570	4.568	8.073	8.530	4.407	1.751	4.848	4.761	—	37.509
Com bancos	304	1.904	2.378	1.080	1.958	1.048	2.019	2.166	—	12.857
Com clientes	266	2.664	5.696	7.450	2.448	703	2.829	2.595	—	24.652
Títulos obtidos por	—	6	—	—	—	—	—	—	—	6
Com bancos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Com clientes	—	6	—	—	—	—	—	—	—	6
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	411.247	83.355	8.236	4.981	882	3.191	1.615	1.933	4.194	519.635
Ativos detidos para negociação	151.725	—	—	—	—	1.928	38	—	120	153.811
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	139.484	—	—	—	—	—	—	—	—	139.484
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.852	—	—	—	—	1.928	38	—	120	3.939
Outros ativos detidos	10.388	—	—	—	—	—	—	—	—	10.388
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	241.328	—	—	—	—	—	—	—	—	241.328
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	18.194	83.355	8.236	4.981	882	1.263	1.577	1.933	4.073	124.495
Títulos comprados com acordos de revenda	5.954	78.582	6.251	3.703	223	114	710	184	81	95.802
Títulos obtidos por	12.154	2.759	1.117	472	—	—	11	—	—	16.513
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	21	616	829	806	638	540	821	1.741	2.955	8.967
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	65	1.397	40	—	21	609	35	9	1.037	3.213
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	—	183	379	208	66	27	34	137	86	1.121
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1	3.611	1.635	3.512	1.607	911	3.283	7.058	22.027	43.644
Títulos comprados com acordos de revenda	—	1.128	—	—	—	—	—	—	—	1.128
Títulos obtidos por	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Títulos de dívida	—	2.092	970	2.693	1.498	726	2.617	5.486	22.003	38.084
Empréstimos	1	391	665	820	109	186	665	1.572	24	4.432
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimos	14.467	25.032	24.158	21.805	15.058	14.049	46.488	109.611	201.952	472.620

31 dez 2025

em milhões de euros	À vista (incl. Overnight e aviso de um dia)	Até um mês	Mais de 1 Meses a não mais de 3 meses	Mais de 3 meses mas não mais de 6 meses	Mais de 6 meses mas não mais de 9 meses	Mais de 9 meses mas não mais de 1 ano	Mais de 1 ano mas não mais de 2 anos	Mais de 2 anos mas não mais de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A bancos	350	1.007	318	699	604	98	198	213	2.475	5.962
A clientes	14.116	24.025	23.840	21.107	14.454	13.951	46.290	109.398	199.477	466.658
Retalho	2.779	1.095	2.460	1.905	1.315	1.645	7.908	22.176	161.653	202.937
Grandes empresas e outros clientes	11.338	22.930	21.380	19.201	13.140	12.306	38.382	87.222	37.823	263.722
Outros ativos financeiros	104.124	8.997	2.543	2.520	1.061	2.010	2.778	6.169	28.086	158.288
Total de ativos financeiros	686.791	137.547	47.933	41.968	23.102	22.037	59.045	129.669	256.350	1.404.442
Outros ativos	7.949	302	10	4.567	3	4.454	94	1.098	12.145	30.624
Total do ativo	694.741	137.849	47.944	46.535	23.105	26.491	59.139	130.767	268.495	1.435.066

¹As posições "Numerário e saldos em bancos centrais" e "SalDOS interbancários (sem bancos centrais)" incluem 547 milhões de euros em dinheiro detidos em bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia.

31 dez 2024

em milhões de euros	À vista (incl. Overnight e aviso de um dia)	Até um mês	Mais de 1 Meses a não mais de 3 meses	Mais de 3 meses mas não mais de 6 meses	Mais de 6 meses mas não mais de 9 meses	Mais de 9 meses mas não mais de 1 ano	Mais de 1 ano mas não mais de 2 anos	Mais de 2 anos mas não mais de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos de bancos centrais ¹	133.755	10.423	3.118	131	20	46	—	—	—	147.494
SalDOS interbancários (sem bancos centrais) ¹	4.590	1.238	156	85	49	37	—	—	6	6.160
Recursos de bancos centrais vendidos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Títulos comprados com acordos de revenda	640	3.564	8.696	14.690	3.143	1.329	5.591	3.151	—	40.803
Com bancos	597	468	3.838	6.228	1.995	—	4.322	2.710	—	20.158
Com clientes	43	3.096	4.859	8.462	1.147	1.329	1.269	440	—	20.645
Títulos obtidos por	—	32	—	—	—	—	11	—	—	44
Com bancos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Com clientes	—	32	—	—	—	—	11	—	—	44
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	448.881	71.938	9.475	3.531	1.783	3.041	2.121	1.603	3.476	545.849
Ativos detidos para negociação	137.706	—	—	—	—	2.026	—	—	40	139.772
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	131.418	—	—	—	—	—	—	—	—	131.418
Ações e outros títulos de rendimento variável	2.753	—	—	—	—	2.026	—	—	40	4.819
Outros ativos detidos para negociação	3.535	—	—	—	—	—	—	—	—	3.535
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	291.753	—	—	—	—	—	—	—	—	291.754
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	19.422	71.938	9.475	3.531	1.783	1.015	2.121	1.603	3.436	114.324
Títulos comprados com acordos de revenda	8.109	68.159	6.241	3.022	1.564	248	995	398	—	88.736
Títulos obtidos por empréstimo	11.200	2.070	2.620	—	—	—	22	—	—	15.913
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	30	445	601	480	214	107	999	1.003	2.549	6.429

31 dez 2024										
em milhões de euros	À vista (incl. Overnight e aviso de um dia)	Até um mês	Mais de 1 Meses a não mais de 3 meses	Mais de 3 meses mas não mais de 6 meses	Mais de 6 meses mas não mais de 9 meses	Mais de 9 meses mas não mais de 1 ano	Mais de 1 ano mas não mais de 2 anos	Mais de 2 anos mas não mais de 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	82	1.264	12	29	5	660	104	202	887	3.246
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	—	27	83	29	22	12	91	64	55	383
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	—	3.735	2.896	1.703	1.601	605	4.266	7.189	20.096	42.090
Títulos comprados com acordos de revenda	—	1.355	1.275	—	—	—	153	—	3	2.786
Títulos obtidos por	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Títulos de dívida	—	2.004	1.039	1.345	904	541	3.440	5.098	19.865	34.236
Empréstimos	—	376	582	358	696	65	673	2.091	227	5.068
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimos	14.095	34.800	23.242	23.857	16.390	13.804	41.424	109.587	201.722	478.921
A bancos	226	2.085	1.135	987	346	725	126	840	1.907	8.376
A clientes	13.869	32.715	22.107	22.870	16.045	13.079	41.297	108.748	199.815	470.545
Retalho	2.381	3.837	2.317	1.965	1.185	1.159	5.716	23.646	154.729	196.935
Grandes empresas e outros clientes	11.488	28.878	19.791	20.905	14.859	11.920	35.582	85.101	45.086	273.610
Outros ativos financeiros	59.501	8.436	1.191	1.508	512	1.701	1.928	4.848	13.121	92.745
Total de ativos financeiros	661.461	134.193	48.857	45.534	23.519	20.576	55.432	126.442	238.476	1.354.488
Outros ativos	9.083	247	5	4.574	13	4.923	267	1.248	12.328	32.689
Total do ativo	670.544	134.440	48.862	50.107	23.532	25.499	55.699	127.690	250.804	1.387.177

¹ As posições "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" incluem 379 milhões de euros em numerário detidos nos bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia

Os quadros seguintes apresentam a análise de maturidade do total do passivo com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31 dez 2025

em milhões de euros	À vista (incl. overnight e aviso de um dia)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	403.104	61.783	85.774	69.081	27.432	19.050	8.961	5.209	11.434	691.827
A pagar a bancos	54.121	3.827	4.481	9.409	5.484	192	1.659	3.058	9.877	92.108
A pagar a clientes	348.983	57.955	81.293	59.672	21.948	18.858	7.302	2.151	1.557	599.720
Retalho	146.576	15.856	39.945	36.795	10.203	7.119	1.735	404	15	258.649
Grandes empresas e outros clientes	202.407	42.099	41.347	22.877	11.745	11.739	5.567	1.747	1.542	341.071
Passivos detidos para negociação	268.655	—	—	—	—	—	—	—	—	268.655
Títulos para negociação	41.142	—	—	—	—	—	—	—	—	41.142
Outros passivos detidos para negociação	1.738	—	—	—	—	—	—	—	—	1.738
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	225.775	—	—	—	—	—	—	—	—	225.775
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	15.572	44.198	19.079	8.775	590	659	3.876	11.008	11.298	115.055
Títulos vendidos com acordos de recompra	14.625	43.923	18.413	7.083	56	2	2.051	26	—	86.177
Dívida a longo prazo	945	28	157	1.207	405	568	1.769	10.979	11.240	27.299
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2	248	510	485	129	89	56	3	58	1.579
Passivos por contratos de investimento	—	—	—	—	—	469	—	—	—	469
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	—	27	45	16	6	3	12	57	57	223
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.967	—	—	—	—	—	—	—	—	1.967
Títulos vendidos com acordos de recompra	389	363	241	542	—	5	247	314	109	2.210
A pagar a bancos	262	239	204	502	—	5	146	191	59	1.608
A pagar a clientes	127	124	37	39	—	—	101	124	51	603
Títulos cedidos por empréstimo	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
A pagar a bancos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
A pagar a clientes	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Outros empréstimos a curto prazo	6.296	2.769	1.086	6.204	1.382	467	—	—	—	18.204
Dívida a longo prazo	—	3.366	4.202	5.767	4.158	4.682	19.839	41.639	31.101	114.754
Títulos de dívida – sénior	—	3.252	2.312	4.641	2.823	3.531	15.086	35.976	12.580	80.201
Títulos de dívida – subordinados	—	—	1.260	766	—	(2)	2.363	424	3.401	8.212
Outras dívidas a longo prazo – sénior	—	115	630	345	1.335	1.125	2.369	5.218	15.120	26.256

31 dez 2025

em milhões de euros	À vista (incl. overnight e aviso de um dia)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	—	—	—	15	—	27	20	23	—	85
Títulos fiduciários preferenciais	—	—	—	283	—	—	—	—	—	283
Outros passivos financeiros	116.766	946	2.701	513	147	195	779	1.398	2.228	125.672
Total de passivos financeiros	812.751	113.451	113.128	91.181	33.715	25.529	33.714	59.626	56.227	1.339.321
Outros passivos	15.542	—	—	—	—	—	—	—	—	15.542
Total do capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	80.203	80.203
Total do passivo e do capital próprio	828.293	113.451	113.128	91.181	33.715	25.529	33.714	59.626	136.430	1.435.067
Compromissos assumidos fora do balanço	41.421	10.785	14.491	27.523	20.110	31.751	43.971	124.498	38.847	353.397
Bancos	1.210	1.299	1.372	2.573	2.540	2.919	2.991	5.492	5.199	25.595
Retalho	14.577	2.748	1.226	262	186	5.404	361	150	2.991	27.904
Grandes empresas e outros clientes	25.634	6.738	11.893	24.687	17.384	23.428	40.619	118.856	30.658	299.897

31 dez 2024

em milhões de euros	À vista (incl. overnight e aviso de um dia)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	373.816	64.076	93.692	69.346	21.845	18.207	9.612	5.538	10.130	666.261
A pagar a bancos	53.385	1.721	10.520	11.102	6.515	1.033	1.927	2.984	8.731	97.920
A pagar a clientes	320.430	62.355	83.171	58.244	15.330	17.174	7.685	2.553	1.399	568.341
Retalho	135.531	16.455	44.218	34.930	8.890	6.577	1.389	491	22	248.504
Grandes empresas e outros clientes	184.900	45.899	38.953	23.314	6.440	10.596	6.296	2.062	1.377	319.838
Passivos detidos para negociação	319.893	—	—	—	—	—	—	—	—	319.893
Títulos para negociação	41.864	—	—	—	—	—	—	—	—	41.864
Outros passivos detidos para negociação	1.635	—	—	—	—	—	—	—	—	1.635
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	276.395	—	—	—	—	—	—	—	—	276.395
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	32.343	24.338	11.059	4.417	539	304	3.310	10.009	5.713	92.032
Títulos vendidos com acordos de recompra	30.294	23.772	10.739	3.254	302	—	760	—	—	69.121
Dívida a longo prazo	2.023	335	228	1.043	136	235	2.543	9.947	5.713	22.203
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	26	232	91	120	101	69	6	62	—	708
Passivos por contratos de investimento	—	—	—	—	—	454	—	—	—	454
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	—	357	621	342	197	77	16	16	65	1.690
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.227	—	—	—	—	—	—	—	—	1.227
Títulos vendidos com acordos de recompra	268	23	1.017	175	—	—	715	289	25	2.513
A pagar a bancos	88	2	917	152	—	—	605	158	9	1.929
A pagar a clientes	180	21	101	23	—	—	111	131	16	583
Títulos cedidos por	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
A pagar a bancos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
A pagar a clientes	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Outros empréstimos a curto	1.345	3.380	2.372	1.845	227	726	—	—	—	9.895
Dívida a longo prazo	—	1.474	4.280	5.971	5.079	3.825	18.543	42.140	33.587	114.899
Títulos de dívida – sénior	—	1.315	2.873	4.081	4.764	3.158	14.957	36.395	15.067	82.611
Títulos de dívida – subordinados	—	—	1.248	1.635	—	—	2.000	2.436	4.307	11.626
Outras dívidas a longo prazo – sénior	—	159	158	254	315	667	1.545	3.289	14.190	20.578
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	—	—	—	—	—	—	42	20	22	85
Títulos fiduciários	—	—	—	287	—	—	—	—	—	287
Outros passivos financeiros	72.776	526	665	881	137	256	1.988	1.360	2.508	81.098
Total de passivos financeiros	801.670	94.174	113.705	83.264	28.024	23.849	34.185	59.352	52.028	1.290.251
Outros passivos	17.494	—	—	—	—	—	—	—	—	17.494
Total do capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	79.432	79.432
Total do passivo e do capital	819.164	94.174	113.705	83.264	28.024	23.849	34.185	59.352	131.460	1.387.177
Compromissos assumidos fora do balanço	42.360	11.136	16.635	22.017	18.465	29.279	45.443	122.123	35.709	343.167
Bancos	1.038	1.584	2.164	2.827	2.766	2.080	3.213	4.697	6.169	26.540
Retalho	13.776	455	642	134	79	1.502	279	891	2.977	20.734
Grandes empresas e outros clientes	27.546	9.097	13.829	19.057	15.620	25.697	41.950	116.535	26.563	295.893

Exposição ao risco operacional

O EC para o risco operacional foi de 5,0 mil milhões de euros no final de 2025, um aumento de 0,3 mil milhões de euros em comparação com 2024, principalmente impulsionado por atualizações do modelo da componente de ajustamento qualitativo prospetivo, bem como por refinamentos do modelo da abordagem de distribuição de perdas.

Declaração de Sustentabilidade

235 Informações gerais

- 235 Base para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade
- 239 Governança
- 250 Dupla avaliação da materialidade
- 256 Estratégia de sustentabilidade
- 263 Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião
- 268 Diligência devida ESG

280 Informação ambiental

- 280 Financiamento sustentável
- 309 Divulgações ao abrigo do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)
- 314 Alterações climáticas

382 Informação social

- 382 Força de trabalho própria
- 424 Centralidade no cliente

441 Informação sobre a governação

- 441 Cultura, integridade e conduta
- 449 Combate à criminalidade financeira
- 457 Comportamento concorrencial
- 461 Gestão da cadeia de abastecimento
- 467 Proteção de dados
- 472 Segurança da informação

473 Informações adicionais

- 473 Relatório de garantia limitada do auditor independente sobre a declaração de sustentabilidade do grupo
- 478 Lista dos requisitos de divulgação das normas ESRS cumpridos
- 493 Quadro de todos os pontos de dados decorrentes de outra legislação da UE

Sustentabilidade



Enquanto Global Hausbank, o Deutsche Bank integra a sustentabilidade na forma como serve os seus clientes e aspira a contribuir para um mundo ambientalmente saudável, socialmente inclusivo e bem governado. A sustentabilidade, que inclui as questões sociais, ambientais e de governação (ESG), está incorporada na governação, nas operações e nos produtos e serviços do Deutsche Bank.

Ambiental

O Deutsche Bank considera ser sua responsabilidade acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e estabeleceu metas de zero emissões líquidas para os oito setores mais intensivos em carbono da sua carteira de

471 mil milhões de euros

Volumes acumulados de financiamento sustentável¹ desde

Social

O Deutsche Bank atribui importância a considerações de carácter social, como a igualdade de oportunidades, a inclusão e a orientação para o cliente

~72%

Pontuação do índice de Avaliação da Cultura em 2025

Governança

O Deutsche Bank está empenhado em proteger os ativos e os dados dos clientes, em prevenir a

> 99%

Taxa de conclusão das formações obrigatórias, como o combate à criminalidade financeira, o código

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas



Classificações e avaliações SAG selecionadas 2025

Alterações climáticas do CDP	Classificação empresarial ISS SAG	Notações ESG da MSCI	S&P Global CSA	Sustainalytics Notação de risco ESG
A	C+	AA	72	9,0
2024: B Escala ² : A a D- Média do setor: B	2024: C+ Escala ² : A+ a D- Classificação em decil ³ : 1/10	2024: AA Escala ² : AAA a CCC Média do setor ⁴ : –	2024: 67 Escala ² : 100 a 0 Média do setor: 28	2024: 24,8 Escala ² : 0 a 100 Média do setor ⁵ : –

¹ Financiamento sustentável e volumes de investimento ESG (excluindo Asset Management (DWS))

² Do melhor para o pior

³ Uma classificação em decil de 1 indica um desempenho elevado relativamente aos seus pares do setor

⁴ A avaliação é explicitamente relativa aos padrões e ao desempenho dos pares da empresa no setor, pelo que não existe uma média do setor

⁵ Média do setor não disponível publicamente

Informações gerais

Base para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade

Base geral para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade

ESRS 2 BP-1

Normas de divulgação de informações e garantia

A Declaração de Sustentabilidade do Grupo Deutsche Bank para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que é combinada com a Declaração de Sustentabilidade da empresa-mãe, foi elaborada de acordo com o artigo 315.^o-C, n.^o 1, em conjugação com os artigos 289.^o-C a 289.^o-E do Código Comercial Alemão (HGB). Uma vez que a Diretiva Europeia relativa ao Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD) não tinha sido transposta para o direito alemão em 31 de dezembro de 2025, o banco aplicou as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) como quadro de relato, tal como permitido pelo artigo 315.^o-C, n.^o 3 do HGB, em conjugação com o artigo 289.^o-D do HGB e, nessa base, divulga a governação, a estratégia, o impacto, a gestão de riscos e oportunidades, as métricas e os objetivos para questões materiais de sustentabilidade.

Os tópicos materiais de sustentabilidade da Declaração de Sustentabilidade estão estruturados nas secções "Informação ambiental", "Informação social" e "Informação sobre governação". Os seguintes capítulos abrangentes estão incluídos nas "Informações gerais" uma vez que abrangem as questões sociais, ambientais e de governação (ESG) de forma holística e estão sujeitos a vários requisitos das ESRS: "Governação", "Avaliação da dupla materialidade", "Estratégia de sustentabilidade", "Envolvimento das partes interessadas e liderança intelectual" e "Diligência devida ESG".

Além disso, a Declaração de Sustentabilidade cumpre as obrigações de divulgação previstas no artigo 8.^o, n.^o 1 e n.^o 3, do Regulamento da Taxonomia (Regulamento (UE) 2020/852) e as respetivas especificações nos artigos 4.^o e 10.^o, n.^o 5, do Ato Delegado de Divulgação associado (Regulamento Delegado (UE) 2021/2178), alterado pelo Ato Delegado (UE) 2026/73 ("Simplificações gerais"), adotado pela Comissão Europeia em julho de 2025 e publicado no Jornal Oficial em janeiro de 2026.

A Declaração de Sustentabilidade de 2025 está sujeita a um compromisso de garantia limitada, conforme divulgado em "Informação adicional – Relatório de garantia limitada do auditor independente sobre a declaração de sustentabilidade do grupo".

Consolidação

A Demonstração de Sustentabilidade foi elaborada numa base consolidada e o perímetro de consolidação é o mesmo que o das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O Banco não identificou quaisquer subsidiárias não incluídas nas demonstrações financeiras do Grupo que necessitem de ser incluídas na Declaração de Sustentabilidade. Salvo indicação em contrário, a informação divulgada relativamente ao Grupo Deutsche Bank aplica-se igualmente ao Deutsche Bank AG. As especificidades de certas subsidiárias consolidadas, como, por exemplo, a DWS Group GmbH & Co. KGaA, são destacadas separadamente quando necessário. O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e a sua entidade mais importante.

A administração do Deutsche Bank AG é responsável pela definição da estratégia de sustentabilidade, bem como pela governação relacionada, tanto para o Deutsche Bank AG como para o Grupo Deutsche Bank. Para mais informações, consultar as secções "Estratégia de sustentabilidade" e "Governação" da presente Declaração de Sustentabilidade. O Deutsche Bank AG tem sede na Alemanha e, através de sucursais no estrangeiro, opera a nível mundial. Para mais detalhes sobre a distribuição regional dos efetivos do Deutsche Bank AG, consultar o capítulo "Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)" no Relatório de Gestão Combinado.

Cadeia de valor

Os temas materiais relacionados com a sustentabilidade e os seus impactos, riscos e oportunidades em relação aos fornecedores diretos do banco (cadeia de valor a montante), às operações próprias e aos clientes diretos (cadeia de valor a jusante), conforme descrito em "Grupo Deutsche Bank" no "Relatório de Gestão Combinado" foram determinados pelo resultado da avaliação da dupla

materialidade, conforme exigido pela ESRS 1 – Requisitos gerais. Pode ser encontrada uma descrição pormenorizada do processo de avaliação da materialidade no capítulo "Avaliação da dupla materialidade".

Informações comparativas

O banco divulga informações comparativas para os montantes reportados no período de relato anterior, a menos que exista uma disposição transitória específica que permita ao banco abster-se de divulgar informações comparativas. Quando as informações comparativas foram alinhadas com a apresentação no ano corrente, tal é referido no respetivo capítulo. O banco optou pela adoção imediata do Regulamento Delegado (UE) 2026/73 e decidiu não apresentar valores de períodos anteriores devido a alterações estruturais nos modelos, conforme explicado na secção "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)".

Omissão de informações

Nos casos em que o banco utilizou a opção de omitir informações ou assuntos confidenciais ou sensíveis no decurso da negociação, de acordo com a ESRS 2 – Divulgações gerais, BP-1 5(d) e (e), este facto é divulgado no capítulo relevante da Declaração de Sustentabilidade.

Requisitos de divulgação cumpridos

A Declaração de Sustentabilidade cumpre os requisitos de divulgação das normas ESRS detalhados no capítulo "Informação adicional – Lista dos requisitos de divulgação das normas ESRS cumpridos" e inclui divulgações decorrentes de outra legislação da UE, detalhadas no capítulo "Informação adicional – Tabela de todos os pontos de dados decorrentes de outra legislação da UE".

As métricas e metas para tópicos relevantes para os quais não existe uma ESRS específica estão sujeitas à ESRS 2 "Divulgações gerais" e são reportadas de acordo com as normas de relato de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), conforme permitido pela ESRS 1 – Requisitos gerais. Isto aplica-se à "Proteção de dados" (GRI 404-2 e GRI G4 FS4) e à "Segurança da informação" (GRI 404-2).

Divulgação de informações em circunstâncias específicas

ESRS 2 BP-2

Horizontes temporais

Qualquer desvio dos horizontes temporais definidos pela ESRS 1 – Requisitos gerais, Secção 6.4 (curto prazo (um ano), médio prazo (até cinco anos) ou longo prazo (mais de cinco anos)) é descrito no capítulo específico em que foram aplicados horizontes temporais divergentes, incluindo as razões para este desvio.

Fonte de incerteza das estimativas e dos resultados

Nos casos em que a informação contida na Declaração de Sustentabilidade utilizou pressupostos e estimativas que conduziram a um certo nível de incerteza na medição, por exemplo, ao medir as emissões financiadas nas carteiras de clientes, estes são descritos em pormenor nos capítulos específicos dos tópicos relevantes desta Declaração de Sustentabilidade.

Alterações na preparação ou apresentação das informações sobre sustentabilidade

Em 2025, foram efetuadas várias alterações à apresentação da Declaração de Sustentabilidade. O tópico "Finanças sustentáveis" foi deslocado para "Informação ambiental" e o tópico "Gestão da cadeia de abastecimento" foi reatribuído a "Informação sobre a governação" para garantir que a secção "Informação geral" contém apenas conteúdos abrangentes. Na sequência da avaliação da dupla materialidade de 2025, os tópicos "Impostos" e "Políticas públicas e regulamentação" foram retirados de "Informação sobre a governação", uma vez que já não foram avaliados como materiais. Além disso, o tópico "Operações próprias e cadeia de abastecimento" foi adicionado à secção "Alterações climáticas" dentro de "Informação ambiental", uma vez que os tópicos subjacentes foram identificados como materiais. **São fornecidos** mais pormenores e fundamentos para estas alterações no capítulo "Avaliação da dupla materialidade".

Quaisquer alterações na apresentação de indicadores quantitativos de sustentabilidade ou de objetivos relativos a períodos de referência anteriores, resultantes de alterações de estimativas, redefinições ou correções de erros materiais, são indicadas em nota de rodapé à divulgação relevante e as razões para as alterações são descritas no capítulo relevante. Em 2025, não foram identificados erros materiais que afetassem períodos de relato anteriores.

Incorporação por referência

O banco utilizou a opção de incorporar por referência os seguintes requisitos de divulgação das ESRS, de acordo com a ESRS 2, BP-2 §16. Por conseguinte, as seguintes informações não estão incluídas na Declaração de Sustentabilidade, mas noutras secções do “Relatório de Gestão Combinado” do Relatório Anual, com as respetivas referências à Declaração de Sustentabilidade:

- O modelo de negócio e a cadeia de valor do Deutsche Bank são descritos na secção “Grupo Deutsche Bank”
- As funções do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração são descritos na secção “Declaração de Governo da Sociedade”
- A governação, a estratégia, os impactos, os riscos e oportunidades, as métricas e os objetivos relacionados com o tópico material “Segurança da informação” são divulgados na secção “Segurança da informação” no Relatório de Risco

Utilização de provisões progressivas de acordo com o Anexo C da ESRS 1

O Grupo utilizou as seguintes opções de introdução progressiva:

- ESRS 2 SBM-3 Par. 48 (e) Impactos materiais, riscos e oportunidades – Efeitos financeiros previstos
- ESRS E1-9 Efeitos financeiros previstos do risco relacionado com o clima: aplicação parcial da opção de integração progressiva, incluindo descrição qualitativa nos primeiros três anos de aplicação

Além disso, o banco aplicou as disposições da opção de introdução progressiva alargada em relação à ESRS 2 SBM-3 Par. 48 (e) e à ESRS E1-9, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2025/1416, adotado pela Comissão Europeia em julho de 2025 e publicado no Jornal Oficial em novembro de 2025.

As divulgações sobre os efeitos financeiros das questões de sustentabilidade para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, se exigido pelas IFRS. No que respeita aos riscos climáticos, as estimativas de maiores exposições a riscos de transição e riscos físicos e o seu impacto nas perdas de crédito esperadas (ECL) não resultaram em qualquer ajustamento nas provisões para perdas de crédito para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, bem como em 31 de dezembro de 2024. Esta situação é descrita na área de incidência “Risco Climático” do Relatório de Risco.

Acontecimentos após o período de relato

ESRS 1.7

Após a data de relato, não ocorreram quaisquer factos relevantes que tenham tido um impacto significativo na Declaração de Sustentabilidade do Banco.

Governança

Governo da Sociedade

ESRS 1 relacionada com a ESRS 2 GOV-1, ESRS 2 GOV-2

Para obter informações sobre a função do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, a informação que lhes é fornecida e as questões de sustentabilidade que abordam, consulta a "Declaração de Governo da Sociedade" neste Relatório Anual.

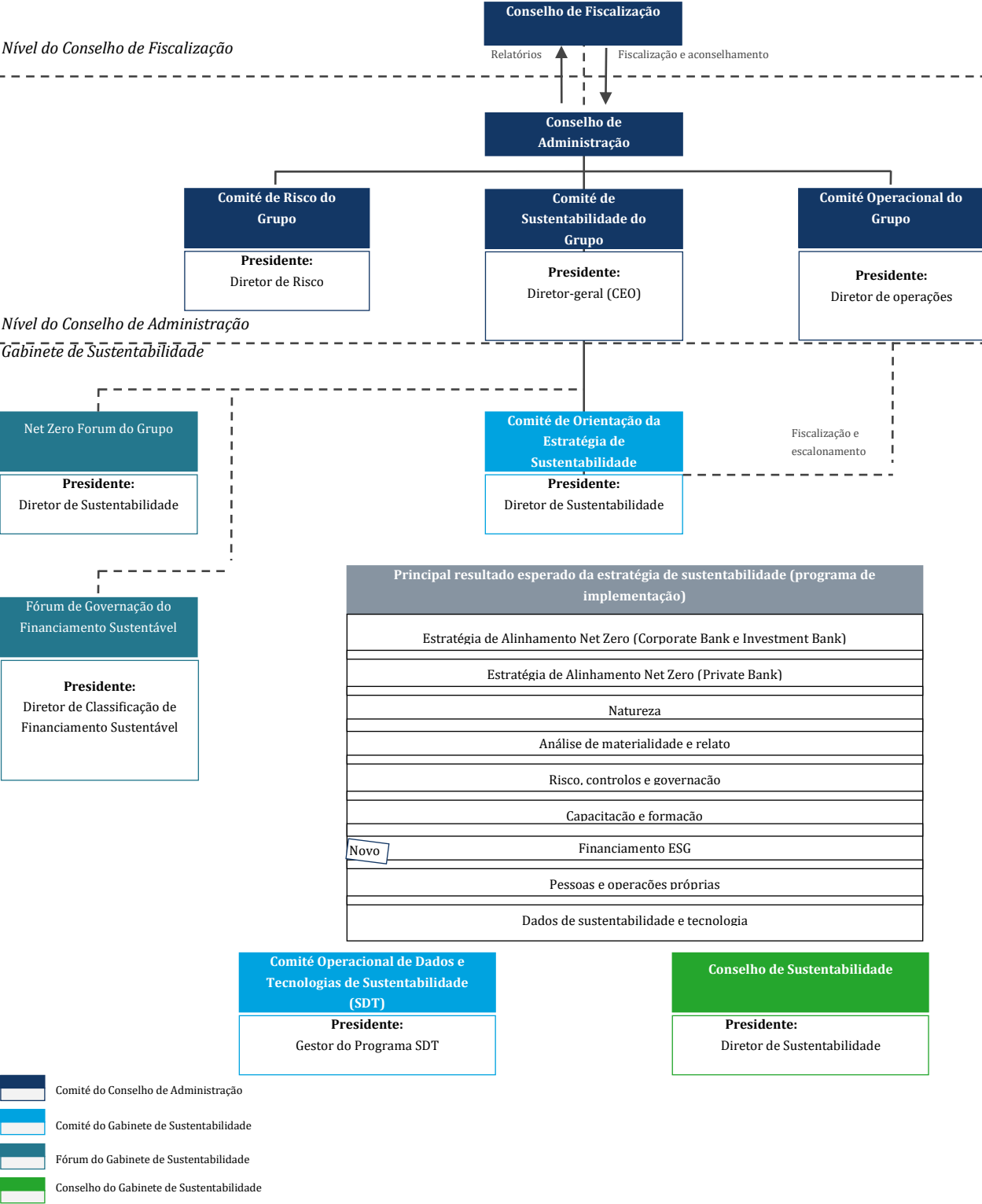
Governança da Sustentabilidade

ESRS 2 GOV-1, ESRS 2 GOV-2

Deutsche Bank AG – Estrutura Central (Conselho de Fiscalização, Conselho de Administração, Gabinete de Sustentabilidade, Outras Divisões Centrais)

A sustentabilidade é uma parte central da estratégia do Deutsche Bank desde julho de 2019. Isto reflete-se na sua governação, que abrange desde o Conselho de Fiscalização, o Conselho de Administração e o seu Comité de Sustentabilidade do Grupo até à liderança empresarial de topo, às principais funções de infraestruturas e controlo, bem como às equipas especializadas.

Em linhas gerais, a estrutura de governação, no final do ano de 2025, é a seguinte:



O Conselho de Administração assume a responsabilidade final pelas questões relacionadas com a sustentabilidade, cabendo ao Conselho de Fiscalização prestar aconselhamento nestas matérias.

Responsabilidades do Conselho de Fiscalização em matéria de sustentabilidade

As funções do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (supervisionar e aconselhar o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG) incluem também questões relacionadas com a sustentabilidade.

Vários comités permanentes do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank desempenham um papel importante no que diz respeito à sustentabilidade no Deutsche Bank. O mais relevante é o Comité de Estratégia e Sustentabilidade do Conselho de Fiscalização. Outros comités relevantes são o Comité de Controlo de Remunerações, o Comité de Auditoria e o Comité de Risco.

É possível encontrar mais informações sobre a função do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a informação que lhe é fornecida e as questões de sustentabilidade que aborda na secção "Declaração de Governo da Sociedade" deste Relatório Anual. É possível encontrar mais informações sobre a função do Conselho de Fiscalização na integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos na subsecção "Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos".

Responsabilidades do Conselho de Administração em matéria de sustentabilidade

A abordagem do Conselho de Administração à sustentabilidade reflete-se na sua estrutura de comités. As subsecções seguintes distinguem entre os comités dedicados à sustentabilidade e os que a abordam como parte das suas responsabilidades mais amplas.

Comité do Conselho de Administração com a sustentabilidade como função principal: Comité de Sustentabilidade do Grupo (GSC)

Comité de Sustentabilidade do Grupo (GSC)	
Âmbito	Grupo (excl. DWS)
Mandato	Serve como principal órgão de governação para questões relacionadas com a sustentabilidade em todo o Grupo Deutsche Bank, aprovando a estratégia de sustentabilidade a nível do grupo e supervisionando a sua implementação. O Comité tem por objetivo assegurar um diálogo holístico a nível do Grupo e o alinhamento das iniciativas em matéria de sustentabilidade, a fim de tornar o banco um campeão no setor dos serviços financeiros no que respeita ao financiamento sustentável, para benefício dos credores dos clientes e da sociedade.
Presidente/Vice-presidente	Diretor Geral/Diretor de Sustentabilidade
Filiação	– Membros do Conselho de Administração – Diretores das divisões (membros do GMC¹) – Representantes de alto nível das funções de infraestruturas relevantes – O Diretor de Investimentos da DWS participa como membro sem direito de voto. Tal é necessário para assegurar o alinhamento das respetivas estratégias e garantir uma possível colaboração entre o Deutsche Bank e a DWS. Isto é especialmente importante porque os gestores de ativos e os bancos têm, em alguns domínios, abordagens diferentes em matéria de ESC.
Principais atividades no AF2025	– Seis reuniões, das quais quatro procedimentos de circulação – Aprovou a Estratégia de Sustentabilidade para 2030 do banco, incluindo o seu novo objetivo cumulativo de 900 mil milhões de euros de financiamento sustentável e de transição entre 2020 e o final de 2030 e a sua ambição natural de facilitar 300 transações até ao final de 2027. Além disso, o GSC aprovou a publicação do Quadro Financeiro de Transição inicial do banco e reconheceu o Plano de Transição atualizado

¹ O GMC (Comité de Gestão do Grupo) é um comité ao nível do Conselho de Administração que foi criado como uma plataforma de informação, intercâmbio, discussão e, em última análise, também de aconselhamento, em particular no que diz respeito à atividade, ao crescimento e à rentabilidade

Comitês do Conselho de Administração que abordam a sustentabilidade

Vários outros comitês do Conselho de Administração integram considerações de sustentabilidade nos respectivos mandatos, assegurando que estes fatores se refletem em todo o quadro de governação mais amplo do banco. Estes são enumerados no quadro seguinte.

Função dos comitês relevantes do Conselho de Administração em matéria de sustentabilidade	
Comité de Risco do Grupo (GRC)	Órgão central para a análise e decisão sobre riscos materiais e temas relacionados com o capital, incluindo questões relacionadas com o clima. Recebe atualizações regulares sobre os objetivos de zero emissões líquidas do banco e o perfil de risco da transição climática
Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC)	Organismo de escalonamento a nível do grupo para questões relacionadas com transações, clientes ou outros riscos importantes para a reputação, incluindo questões relacionadas com a sustentabilidade
Comité de Cultura, Integridade e Conduta	Proporciona um enfoque sustentado em todos os aspetos da cultura, supervisionando a implementação e a gestão contínua do quadro de cultura, integridade e conduta, incluindo questões relacionadas com a sustentabilidade
Comité de Investimento do Grupo	Decide sobre investimentos estratégicos e outros investimentos e acompanha a evolução e o desempenho dos investimentos aprovados, incluindo questões relacionadas com a sustentabilidade

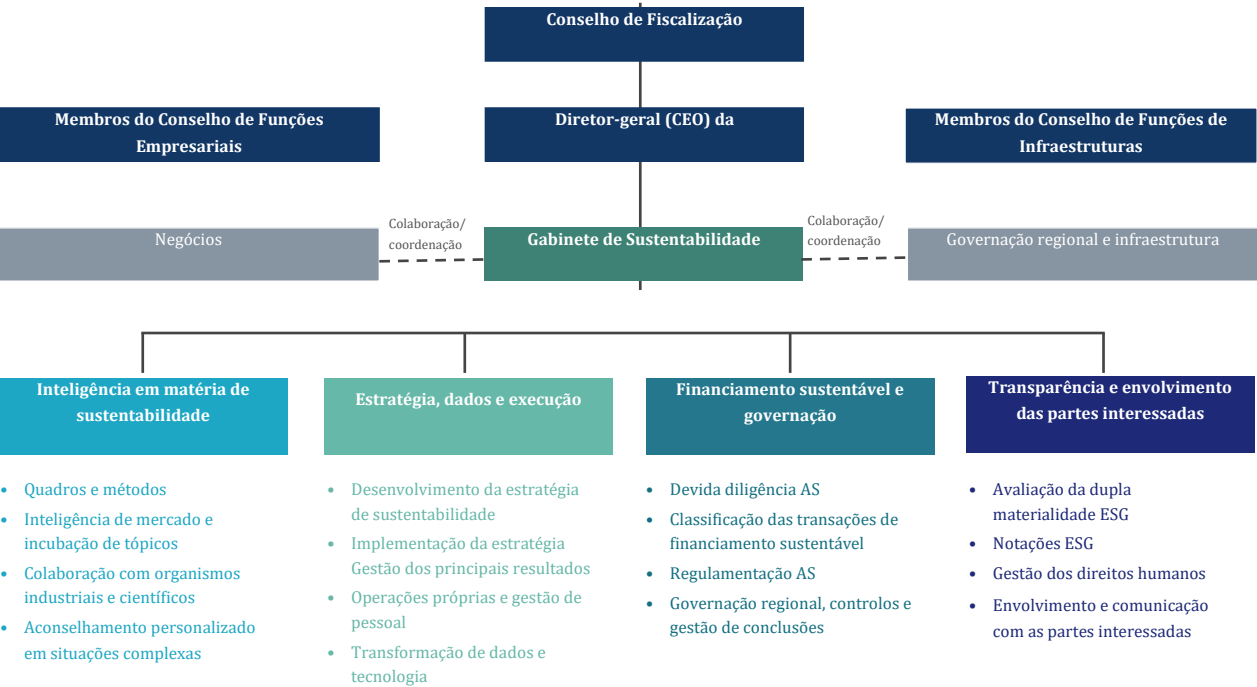
É possível encontrar mais informações sobre a função do Conselho de Administração, a informação que lhe é fornecida e as questões de sustentabilidade que aborda na secção "Declaração de Governo da Sociedade" neste Relatório Anual.

Gabinete de Sustentabilidade

O Deutsche Bank AG mantém um Gabinete de Sustentabilidade, cujo diretor responde perante o Diretor-Geral do Deutsche Bank AG. O Deutsche Bank é responsável pela sustentabilidade e assegura a coerência em todo o banco.

De uma equipa alargada para responder a requisitos estratégicos e regulamentares em 2022, o Gabinete de Sustentabilidade evoluiu para implementar iniciativas de mudança contínua entre 2023 e 2025. No terceiro trimestre de 2025, o departamento sofreu alterações na sua estrutura organizacional, com o objetivo de reforçar o seu papel como facilitador da estratégia de sustentabilidade do Global Hausbank e de se tornar um parceiro de transição para os seus clientes e outras partes interessadas importantes.

Consequentemente, a estrutura funcional de governação a partir do final de 2025 é a seguinte:



Gabinete de Sustentabilidade através dos seus comités e grupos de discussão

O Gabinete de Sustentabilidade dirige e coordena vários comités relacionados com a implementação da estratégia de sustentabilidade e grupos de discussão (Fóruns/Conselho) dedicados à implementação da estratégia de sustentabilidade, servindo também como canais de recomendação ou informação.

Comités do Gabinete de Sustentabilidade

	Comité de Orientação da Estratégia de Sustentabilidade	Comité Operacional de Dados e Tecnologias de Sustentabilidade	CSRD ¹ Comité Diretor da Estratégia
Âmbito	Grupo (excl. DWS)	Grupo (excl. DWS)	Descontinuado após o programa CSRD ¹ ter sido concluído com sucesso, com a Declaração de Sustentabilidade de 2024 da Deutsche Bank publicada como parte do Relatório Anual de 2024, em março de 2025
Mandato	Supervisão da implementação da estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank, que constitui uma iniciativa prioritária "Change the Bank".	Principal órgão de decisão e de direção das atividades de implementação no âmbito da vertente "Dados e tecnologias de sustentabilidade" da estratégia de sustentabilidade.	
Presidente/Vice-presidente	Diretor de Sustentabilidade/Diretor Financeiro Investment Bank, Corporate Bank e ESG	Gestor do programa de sustentabilidade, dados e tecnologia	
Filiação	Diretores das equipas ESG e peritos ESG das divisões	Líderes sénior de sustentabilidade nos segmentos: – Corporate Bank – Investment Bank – Private Bank – Diretor Financeiro – Inovação de dados tecnológicos (IDT)	
Escalonamento	Ao Comité de Sustentabilidade do Grupo ou para o Comité de Operações do Grupo	Ao Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade	
Principais atividades no AF2025	– Reuniu cinco vezes – Todos os objetivos principais relevantes foram alcançados – Aprovação de temas como a ambição das transações relacionadas com a natureza e o conceito global de formação em sustentabilidade – Atualizações sobre o diálogo de transição com clientes com emissões elevadas	– Reuniu seis vezes – Classificações de sustentabilidade melhoradas e automatização de processos, captando negócios, contrapartes e produtos alinhados com o Financiamento Sustentável e permitindo avaliações de risco abrangentes e mitigação do greenwashing – Integração de várias fontes de dados de sustentabilidade para o planeamento das zero emissões líquidas e da transição, melhorando a comunicação regulamentar, incluindo a Taxonomia da UE e o Pilar 3	

¹ Diretiva relativa à divulgação de informações de sustentabilidade das empresas

Grupos de discussão do Gabinete de Sustentabilidade

	Fórum Net Zero do Grupo (Corporate Bank e Investment Bank) ¹	Fórum de Governança do Financiamento Sustentável	Conselho de Sustentabilidade
Âmbito	- Corporate Bank - Investment Bank	Grupo (excl. DWS)	Grupo
Mandato	Discute transações em setores abrangidos pelos objetivos de zero emissões líquidas do Deutsche Bank que possam ter um impacto significativo nas emissões financiadas pelo banco e/ou nos objetivos de descarbonização, tendo em consideração a avaliação das estratégias de	- Apresenta e discute questões em aberto que surgem em torno da definição e da classificação de produtos no âmbito do Quadro de Financiamento Sustentável - Prepara recomendações sobre pontos em aberto	Promove a troca de conhecimentos entre os defensores da sustentabilidade do Deutsche Bank para apoiar a mudança em toda a instituição e identificar novos temas.
Presidente/Vice-presidente	Diretor de Sustentabilidade/Diretor de Gestão do Risco Climático e Ambiental	Diretor de Classificação de Financiamento Sustentável/membro dedicado da equipa de Classificação de Financiamento Sustentável ²	Diretor de Sustentabilidade
Filiação	- Diretores de ESG das divisões no Corporate Bank, Investment Bank, Gabinete de Risco e Gabinete de Sustentabilidade - Diretores de Cobertura no Corporate Bank e Investment Bank	- Diretores de divisões (ESG) do Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Gabinete de Risco, Gabinete Financeiro, Gabinete de Assuntos Corporativos e Estratégia e Gabinete de Sustentabilidade - Peritos em ESG em todas as funções empresariais e de infraestruturas relevantes	Colaboradores com interesse em sustentabilidade
Escalonamento	Através do Comité de Sustentabilidade do Grupo, através do membro do Conselho de Administração responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank, ou através das linhas de informação de cada membro	Através das linhas de reporte dos membros individuais	N/A (grupo de partilha de informações)
Principais atividades no AF2025	- Convocado 32 vezes - Debateu 72 transações	- Reuniu cinco vezes - Reviu e aperfeiçoou as classificações, metodologias e estruturas de produtos de financiamento sustentável - Abordou a evolução da regulamentação e reforçou os critérios ESG e sociais dos produtos - Os principais resultados incluem atualizações das metodologias, estruturas de tomada de decisão mais claras e alinhamento dos critérios dos produtos com a evolução das expectativas regulamentares e do mercado, a fim de apoiar uma implementação sólida, transparente e coerente do financiamento sustentável	- Reuniu quatro vezes - Atualizações regionais, atualizações sobre a estratégia de sustentabilidade, notações ESG, financiamento sustentável, Declaração de Sustentabilidade

¹ São criados fóruns Net Zero nas divisões no Corporate Bank e Investment Bank para refletir as especificidades das divisões e permitir uma gestão descentralizada a este nível

² Todas as reuniões foram realizadas no âmbito da governação em vigor antes das mudanças organizacionais no Gabinete de Sustentabilidade, em que o Presidente era o Diretor de Sustentabilidade do Grupo e o Vice-Presidente era o Diretor de Diligência Devida Ambiental e Social e de Financiamento Sustentável

Sustentabilidade nas divisões de negócio e outras funções de infraestrutura

Em complemento ao Gabinete de Sustentabilidade, as divisões e as funções de infraestrutura do banco criaram, no âmbito do modelo das três linhas de defesa, equipas de peritos em ESG. Estas equipas conduzem a implementação da estratégia de sustentabilidade ao nível das divisões, de modo a garantir que as questões relacionadas com a sustentabilidade são tratadas de forma adequada e a permitir uma resposta rápida às oportunidades e riscos empresariais emergentes. Contribuem igualmente para a integração do quadro de governação de zero emissões líquidas que orienta a abordagem do Banco em matéria de financiamento sustentável, financiamento de transição e investimentos ESG nas respetivas divisões. O quadro seguinte apresenta uma panorâmica dessas equipas-chave.

1.ª linha de defesa ³	Divisões do Corporate Bank e Investment Bank¹ Responsáveis Seniores de Sustentabilidade correspondentes Responsáveis dedicados em cada atividade, assegurando a adoção da estratégia empresarial, das soluções para os clientes e da liderança intelectual	Private Bank Responsáveis seniores de sustentabilidade Responsáveis dedicados em cada atividade, assegurando a integração na estratégia empresarial, nas soluções para os clientes e na liderança intelectual	Tecnologia, Dados e Inovação Tecnologia de sustentabilidade Fornecimento de dados de sustentabilidade. Fornecer a infraestrutura informática para os processos de sustentabilidade
	Imobiliário global Sustentabilidade ambiental Responsável pela redução das emissões próprias do Deutsche Bank (Âmbito 1 e 2) e pela elaboração do respetivo relatório para as emissões de Âmbito 3 (Cat. 1-14)	Aprovisionamento global Aprovisionamento sustentável Integração dos princípios ESG nas decisões de compra, trabalhando em colaboração com os parceiros de fornecimento para criar cadeias de valor resilientes e responsáveis	Recursos humanos Pessoas, experiência e cultura sustentável Abrange a mudança comportamental, a cultura, a diversidade e a inclusão, o futuro do trabalho, as questões ESG em matéria de recursos humanos e o bem-estar
2.ª linha de defesa ³	Conformidade Reconhece os riscos ESG como fatores de risco transversais integrados nos tipos de risco de conformidade. A área de Compliance trabalha com as principais partes interessadas nas Três Linhas de Defesa como parte de iniciativas contínuas para melhorar a capacidade de identificação e gestão de riscos ESG.	Departamento de Risco Integra as questões ESG nos quadros de risco (incluindo o desenvolvimento de modelos e metodologias) para identificar, avaliar e quantificar a materialidade dos riscos ESG, e comunica à direção os principais indicadores de apetência pelo risco e as concentrações de risco	Departamento Financeiro e de Contabilidade² Relatórios de sustentabilidade Estabelece uma governação e um processo sólidos que asseguram a apresentação atempada, exata e conforme da Declaração de Sustentabilidade do Grupo
3.ª linha de defesa	Auditoria do Grupo - Atua como uma garantia independente e objetiva para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG sobre a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência, entre outros, dos processos de gestão do risco do banco, incluindo riscos ambientais e sociais - Analisa os riscos de fraude, antitrust e de má conduta no âmbito de cada auditoria e analisa as respetivas políticas e normas com base numa abordagem baseada no risco. - Atua como um interlocutor e consultor independente e prospetivo da administração do Banco.		

¹ Corporate Bank, Investment Banking & Capital Markets do Investment Bank, Fixed Income & Currencies: do Investment Bank, Investment Bank Research

² O Departamento Financeiro e de Contabilidade (FCAO) faz parte do Gabinete Financeiro (CFO), que é essencialmente classificado como uma primeira linha de defesa, exceto para funções às quais é atribuído um tipo de risco, como o FCAO

³ O gráfico pretende informar sobre a atual atribuição de linhas de defesa para as principais divisões e funções de infraestrutura que estabeleceram equipas de peritos ESG, não sendo uma visão exaustiva ou permanente da delimitação das linhas de defesa em toda a organização

Deutsche Bank AG – Configuração regional

O banco tem coordenadores de sustentabilidade em localizações-chave na Europa (por exemplo, Itália, Espanha, Países Baixos, Bélgica, Portugal e Polónia), Ásia-Pacífico (APAC) (por exemplo, China e o resto da região APAC onde o Deutsche Bank desenvolve a sua atividade), África/Médio Oriente (por exemplo, Emirados Árabes Unidos) e América do Sul (por exemplo, Brasil), bem como um responsável de ESG para a APAC-MEA, para alinhar as iniciativas e os requisitos de sustentabilidade a nível global.

Os responsáveis regionais de ESG e os coordenadores de sustentabilidade alinham-se com a equipa de estratégia e governação regional do Gabinete de Sustentabilidade no que respeita a iniciativas e questões de sustentabilidade. Os temas relacionados com a sustentabilidade são debatidos em fóruns específicos ou em reuniões da direção.

Governança da sustentabilidade na DWS

A governação da sustentabilidade na DWS começa com o Conselho Executivo da DWS, que tem a responsabilidade geral de gerir as atividades comerciais da DWS. Isto inclui a gestão de riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade.

Para permitir um foco em temas de sustentabilidade, o Conselho Executivo da DWS delegou a sua responsabilidade pela implementação da estratégia de sustentabilidade no Comité de Sustentabilidade do Grupo da DWS, que informa o Conselho Executivo da DWS regularmente e conforme necessário.

O comitê está mandatado para implementar a estratégia de sustentabilidade aprovada pelo Conselho Executivo da DWS a nível fiduciário e corporativo em todas as áreas de negócio e infraestruturas e entidades legais.

Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos

ESRS E1 relacionada com a ESRS 2 GOV-3

Principais características dos regimes de incentivos

O sistema de remuneração do Conselho de Administração está alinhado com a estratégia empresarial, bem como com o desenvolvimento sustentável e a longo prazo do Deutsche Bank e fornece incentivos adequados para uma realização consistente dos objetivos estabelecidos. Através da composição da remuneração total, que inclui componentes de remuneração fixas e variáveis, através da avaliação do desempenho ao longo de períodos de curto e longo prazo e através da consideração de parâmetros de desempenho relevantes e desafiantes, a implementação da estratégia do Grupo e o alinhamento com o desempenho sustentável e a longo prazo do Grupo são recompensados de uma forma clara e compreensível. A estrutura das metas e objetivos compreende portanto uma mistura equilibrada de parâmetros e indicadores financeiros e não financeiros.

Estrutura da remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Fiscalização fixa o objetivo de remuneração para cada membro do Conselho de Administração. De acordo com a recomendação do Código Alemão de Governança das Sociedades, o Conselho de Fiscalização também determina o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável, bem como o rácio entre a remuneração variável a curto e a longo prazo.

O sistema de remuneração do Conselho de Administração, tal como descrito no Relatório de Remuneração do Conselho de Administração no Relatório Anual, é composto por componentes de remuneração fixa e variável. A remuneração fixa consiste no salário base, benefícios e contribuições para os planos de pensões ou subsídios de pensão da sociedade. A remuneração variável está dividida em 40% de Incentivos de Curto Prazo (ICP) e 60% de Incentivos de Longo Prazo (ILP). No âmbito dos STI, são definidos no início do período três a cinco objetivos para medir o desempenho individual e da divisão durante um período de um ano, os quais são divulgados retrospectivamente. No que se refere aos LTI, são definidos e divulgados *ex ante* quatro objetivos idênticos para todos os membros do Conselho de Administração. Os STI são determinados após um ano, enquanto os LTI são determinados após um período de avaliação de três anos.

Objetivos e indicadores de desempenho relacionados com a sustentabilidade

O Deutsche Bank esforça-se por contribuir para um panorama empresarial amigo do ambiente, socialmente inclusivo e bem governado, e por apoiar os seus clientes na respetiva transformação ecológica. Não só os serviços de consultoria e os produtos, mas também o ambiente de trabalho e a cultura do Deutsche Bank devem assentar neste compromisso. As políticas e procedimentos do Deutsche Bank estão em conformidade com as leis e regulamentos de todos os mercados em que opera, incluindo as leis antidiscriminação como a 2.ª Lei Alemã relativa às Quotas de Género (Zweites Führungspositionengesetz – FÜPoG II).

Para os planos LTI de 2024-2026 e 2025-2027 divulgados no Relatório de Remuneração da Administração como parte do relatório anual, o Conselho de Fiscalização centra-se nos objetivos ambientais, sociais e de governação (ESG), que representam 20% da remuneração variável total:

- Objetivo ambiental: o objetivo de impulsionar a gestão dos riscos climáticos está associado aos objetivos de redução de carbono divulgados para setores com elevada intensidade de carbono definidos, que foram publicados aquando da definição das trajetórias-alvo de redução de CO₂ para as principais indústrias. Esta métrica mede o desempenho em relação às orientações publicadas (Plano de Transição) mais uma margem de desvio permitida (apetência pelo risco). Este objetivo contribui com um peso de 8% para o total da remuneração variável. Para o plano LTI de 2024-2026, o limiar (0% de realização do objetivo LTI) é o cumprimento de uma trajetória igual ou inferior a 50% do desvio permitido. A concretização de um objetivo de 100% do LTI exige o cumprimento de uma trajetória de 70% do desvio permitido, enquanto a realização de um objetivo de 150% do LTI corresponde a 85% do desvio permitido. Estes valores-alvo aplicam-se de forma idêntica ao plano LTI de 2025-2027
- Objetivo social: o objetivo de aumentar a diversidade de género, em conformidade com a Segunda Lei Alemã das Quotas de Género (Zweites Führungspositionengesetz – FÜPoG II), centra-se na representação feminina nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração (cargos MB-1 e MB-2), combate a discriminação na linha de sucessão do Conselho de Administração e promove a igualdade de oportunidades. Este objetivo é ponderado em 4% do total da remuneração variável. Para o plano LTI de 2024-2026, o limiar (0% de concretização do objetivo LTI) é fixado numa proporção de mulheres igual ou inferior a 30%. A concretização do objetivo de 100% da LTI é definida como uma proporção de 32,5% de mulheres, enquanto a concretização do objetivo de 150% do LTI é atingida com uma proporção de 35% de mulheres. Estes valores-alvo aplicam-se de forma idêntica ao plano LTI de 2025-2027

- Objetivo de governação: O objetivo de governação empresarial para o Plano LTI de 2024-2026 consiste no Grau de Gestão do Risco de Controlo (GGRC) e nos progressos realizados nas atividades de correção contra o branqueamento de capitais/"Conheça o Seu Cliente" (AML/KYC). A CRMG mede o ambiente de controlo com base no desempenho de cada uma das divisões, incluindo conclusões críticas e em atraso, mas também em questões culturais como a aceitação do risco autoidentificado. Globalmente, o objetivo sublinha a importância de o Deutsche Bank combater a criminalidade económica e prevenir as atividades de branqueamento de capitais, bem como de cumprir os requisitos regulamentares e de promover uma cultura empresarial saudável. No que respeita ao objetivo de governação, os critérios de avaliação foram alterados para o Plano LTI de 2025-2027, de forma a refletir não só uma avaliação interna, mas também a avaliação das partes interessadas externas sobre o desenvolvimento e as melhorias regulamentares do Deutsche Bank, tornando-se um critério de medição holístico. Este objetivo é tido em conta com uma ponderação de 8% do total da remuneração variável. Para o plano LTI de 2024-2026, é definido um limiar de 0% de concretização do objetivo LTI a um nível de progresso do CRMG de 0%. Para atingir o objetivo de 100% do LTI, é necessário um progresso de 100%, enquanto para atingir o objetivo de 150% do LTI, é necessário um progresso de 150%. No que respeita ao objetivo de governação, os critérios de avaliação para o Plano de Incentivos a Longo Prazo de 2025-2027 foram ajustados de modo a refletir não só uma avaliação interna, mas também as opiniões das partes interessadas externas sobre os desenvolvimentos e melhorias regulamentares no Deutsche Bank. Isto cria um critério de avaliação holístico. Para o plano LTI de 2025-2027, o limiar (0% de concretização do objetivo LTI) é igualmente definido em 0% de progresso, com 100% de concretização do objetivo LTI em 100% de progresso e 150% de concretização do objetivo LTI em 150% de progresso

Nível de aprovação

O Conselho de Fiscalização é responsável pelas decisões sobre a conceção do sistema de remuneração, bem como pela fixação dos montantes individuais de remuneração e dos procedimentos para a atribuição da remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização nas suas tarefas e prepara propostas de deliberação do Conselho de Fiscalização.

Controlos Internos sobre o Relato Financeiro

ESRS 2 GOV-5

Disposições gerais

O Deutsche Bank está empenhado em manter um quadro sólido de gestão do risco e de controlos internos sobre os relatórios de sustentabilidade, a fim de garantir a integridade e a fiabilidade das informações divulgadas na Declaração de Sustentabilidade e de evitar distorções materiais. O Conselho de Administração é responsável pela criação e manutenção de controlos internos adequados sobre os relatórios de sustentabilidade, sob a supervisão do Diretor Financeiro. O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da eficácia dos processos de elaboração da Declaração de Sustentabilidade e dos respetivos controlos internos.

Processos de gestão do risco e de controlo interno

Os principais riscos inerentes aos relatos de sustentabilidade decorrem da possibilidade de a Declaração de Sustentabilidade não apresentar uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais ou da possibilidade de a publicação da Declaração de Sustentabilidade não ser realizada em tempo útil. Este facto pode reduzir a confiança das partes interessadas ou causar danos à reputação e pode ter consequências legais ou regulamentares. Uma falta de apresentação apropriada surge quando uma ou mais divulgações contêm declarações incorretas ou omissões que podem influenciar as decisões económicas que os utilizadores da Declaração de Sustentabilidade tomam. Uma componente fundamental da avaliação do risco de distorção material é a utilização de uma classificação de risco que considera o impacto e a probabilidade.

Para mitigar os riscos acima mencionados, o Deutsche Bank estabeleceu controlos internos sobre os relatórios de sustentabilidade, incluindo procedimentos de validação e revisão em várias camadas ao longo de todo o processo de elaboração do relatório, de forma a garantir a fiabilidade da informação divulgada na Declaração de Sustentabilidade. Ao estabelecer controlos internos sobre o relato de sustentabilidade, o banco deu prioridade à exaustividade e à exatidão como objetivos para garantir a integridade e a fiabilidade da sua Declaração de Sustentabilidade.

O sistema de controlo interno do relato de sustentabilidade abrange todas as fases do processo de relato, desde o tratamento e recolha de dados à sua divulgação. Este processo envolve a colaboração entre funções com deveres e responsabilidades claros para assegurar uma implementação consistente em todas as operações do banco. As componentes deste quadro incluem controlos de prevenção, de deteção e de correção. Os controlos de prevenção são integrados nas fases iniciais da recolha de dados no âmbito das respetivas funções que contribuem para a Declaração de Sustentabilidade. Os controlos de deteção incluem análises independentes pelas funções de controlo. Os controlos de correção abordam os problemas detetados através de auditorias, assegurando uma correção rápida e uma melhoria contínua.

Nenhum sistema de controlo, incluindo os controlos internos sobre os relatórios de sustentabilidade, por muito bem concebido e operado que seja, pode dar garantias absolutas de que os seus objetivos são atingidos. Assim, os controlos de divulgação e os procedimentos ou sistemas de controlos internos do relato de sustentabilidade podem não evitar todos os erros.

Medição da eficácia do sistema de controlo interno relativo ao relato de sustentabilidade

A eficácia do sistema de controlos internos sobre os relatórios de sustentabilidade e o quadro associado são revistos anualmente e reforçados, se necessário, para garantir que o risco se mantém dentro de um nível tolerável, em conformidade com a apetência pelo risco do banco. Os principais controlos avaliados são:

- Controlos de quatro olhos com uma clara separação de funções entre o produtor e o revisor, bem como revisões pela administração sénior
- Exaustividade da documentação de controlo, bem como desempenho adequado dos controlos ao longo de toda a preparação da declaração de sustentabilidade, incluindo documentação sobre fontes de dados, reconciliações e controlos analíticos ou controlos de inventário

As provas de controlo provêm de procedimentos integrados nas tarefas diárias do pessoal ou de políticas e procedimentos relevantes. As informações obtidas a partir de outras fontes são também uma componente crucial da avaliação, uma vez que têm o potencial de chamar a atenção da administração para problemas de controlo adicionais ou de fundamentar as conclusões. Essas fontes de informação podem incluir:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas
- Relatórios de auditores externos
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros

As eventuais conclusões dos controlos internos do Deutsche Bank sobre o processo de relato de sustentabilidade são comunicadas oportunamente às respetivas funções, a fim de garantir uma correção adequada e, assim, melhorar o processo de relato. Além disso, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, bem como outros órgãos de supervisão, incluindo o Comité de Auditoria, são informados de quaisquer potenciais conclusões.

O Diretor Financeiro foi informado dos resultados da avaliação relativa à eficácia do sistema de controlo interno para o relatório de sustentabilidade em 31 de dezembro de 2025. Não foram identificadas questões suscetíveis de comprometer a exaustividade e a exatidão das informações apresentadas na Declaração de Sustentabilidade.

Dupla avaliação da materialidade

Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades

ESRS 2 IRO-1, ESRS 2 IRO-2, ESRS 2 SBM-3

De acordo com os requisitos de informação das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), o Deutsche Bank efetuou uma avaliação anual da dupla materialidade (DMA, a avaliação). Em conformidade com estes requisitos, a avaliação considerou tanto as perspectivas de impacto como de materialidade financeira. A avaliação foi preparada numa base consolidada, alinhada com o âmbito das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Não foram identificadas subsidiárias fora do âmbito das demonstrações financeiras consolidadas que exijam uma inclusão separada na DMA.

A avaliação considerou a cadeia de valor do Deutsche Bank, englobando as suas próprias operações, bem como a sua cadeia de valor a montante e a jusante. Para a cadeia de valor a montante e a jusante, a avaliação limitou-se aos fornecedores e clientes diretos. **É possível encontrar uma** descrição da cadeia de valor do banco no capítulo "Grupo Deutsche Bank" do "Relatório de Gestão Combinado" deste relatório.

Os resultados da DMA determinam as informações divulgadas nesta Declaração de Sustentabilidade, mapeando os requisitos de divulgação definidos na ESRS para o respetivo tópico material. Para a DMA do Deutsche Bank a nível do grupo, a DWS foi considerada o principal contribuinte para a divisão Asset Management. Além disso, a DWS efetuou a sua própria DMA para cumprir as suas obrigações específicas. Os resultados de ambas as avaliações foram conciliados para garantir a coerência.

Processo de avaliação da dupla materialidade

A responsabilidade pela implementação da DMA do Deutsche Bank cabe ao Gabinete de Sustentabilidade do banco. São apresentadas mais informações sobre a governação do banco em matéria de sustentabilidade na secção "Governação" da presente Declaração de Sustentabilidade, que aborda igualmente as estruturas de governação que apoiam a integração dos riscos relacionados com a sustentabilidade nos processos globais de gestão do risco do banco. No capítulo "Estratégia de sustentabilidade" do presente relatório, são fornecidos mais pormenores sobre as estruturas do banco para a integração de oportunidades relacionadas com a sustentabilidade, com especial destaque para as alterações climáticas.

De acordo com os requisitos da norma ESRS 1, a avaliação da materialidade do Deutsche Bank segue um processo estruturado que inclui as seguintes etapas:



¹ Impactos, riscos e oportunidades

Identificação da lista de temas

O Deutsche Bank compilou uma visão abrangente de tópicos potencialmente relevantes relacionados com a sustentabilidade ("lista longa") com base em todos os tópicos das ESRS, nos resultados da DMA de 2024 e em fontes externas, incluindo quadros e normas setoriais agnósticos e específicos do setor; regulamentação relacionada com a sustentabilidade e princípios voluntários, questionários de notação ESG, publicações de organizações não governamentais e uma referência entre pares. Foi elaborada uma lista restrita com base na inclusão de todos os tópicos das ESRS e tópicos anteriormente relevantes e na avaliação da relevância de tópicos adicionais. O banco consolidou os tópicos correspondentes, resultando numa lista condensada de 15 tópicos potencialmente relevantes com 46 subtópicos e 71 sub-subtópicos.

Identificação de impactos, riscos e oportunidades (IRO)

O Deutsche Bank avaliou a relevância de cada tópico na cadeia de valor ao seu nível mais detalhado, seguindo uma abordagem estratificada. Nos casos em que se considerou que os tópicos não desencadeavam impactos, riscos ou oportunidades materiais (IRO) num determinado nível da cadeia de valor desde o início, por exemplo, devido à relevância limitada do tópico para o modelo de negócio do banco ou à inaplicabilidade de um tópico a um determinado nível da cadeia de valor, foi documentada uma justificação. Para todos os restantes tópicos, foram elaboradas declarações de IRO, com base em pesquisa documental, pareceres de peritos do Gabinete de Sustentabilidade do banco e contributos de peritos na matéria (SME).

Avaliação de IRO

O Deutsche Bank envolveu as partes interessadas das suas divisões e funções de infraestruturas no processo de DMA, atribuindo funções e responsabilidades claras para avaliar o impacto e a materialidade financeira de cada tópico com base em declarações de IRO predefinidas. Em 2025, o banco introduziu a função de coordenadores temáticos e um contacto dedicado ao risco, para assegurar o alinhamento das avaliações entre temas e níveis da cadeia de valor.

Para apoiar esta avaliação, o Deutsche Bank aplicou uma metodologia baseada nas características de gravidade e probabilidade, em conformidade com a ESRS 1. A gravidade dos impactos positivos e negativos foi avaliada utilizando a escala e o âmbito dos fatores. Para os impactos negativos, foi também tida em conta a sua irremediabilidade. A gravidade dos riscos e das oportunidades foi avaliada com recurso a grelhas de avaliação internas: no caso dos riscos, o banco utilizou métricas qualitativas numa escala de seis etapas, tanto para a gravidade como para a probabilidade, tirando partido da sua grelha de classificação dos riscos operacionais. Em conformidade com os requisitos das ESRS, a avaliação dos riscos foi realizada numa perspetiva inerente, ou seja, antes da aplicação de controlos ou medidas de atenuação. O banco não deu prioridade aos riscos relacionados com a sustentabilidade em relação a outros tipos de risco, mas aplicou a mesma metodologia de avaliação de riscos em toda a sua DMA para garantir a coerência. Para a avaliação das oportunidades, o banco desenvolveu uma grelha de oportunidades utilizando uma estrutura estreitamente alinhada com a grelha de risco do banco. Trata-se de uma melhoria da metodologia introduzida em 2025. Além disso, o banco implementou um sinalizador de direitos humanos destinado a garantir que a gravidade tem precedência sobre a probabilidade em casos de impactos negativos potencialmente graves sobre os direitos humanos. Nos casos em que as convenções internacionais sobre direitos humanos, em conjugação com o modelo de negócio do banco, indicavam uma questão premente de direitos humanos, este sinalizador foi aplicado.

Também em 2025, o banco introduziu uma abordagem estruturada para consolidar vários contributos das suas divisões para um tópico numa única pontuação de materialidade a nível do grupo. Para os impactos negativos e positivos, a entrada máxima para cada subtópico foi utilizada para obter a pontuação ao nível do grupo. Na consolidação dos riscos e oportunidades, foi ponderada e tida em conta a contribuição económica de cada uma das áreas de negócio para os resultados globais do banco. O Deutsche Bank aplicou a sua metodologia de DMA a temas específicos das ESRS e das entidades.

Validação dos resultados

Para determinar os resultados preliminares, o banco traduziu as avaliações qualitativas em pontuações quantitativas. O limiar de materialidade foi fixado numa pontuação superior a 3 numa escala de cinco pontos, com um corredor de limiar que varia entre 1,5 e 3,0. Na sequência de uma análise exaustiva de todas as pontuações, a faixa inferior do corredor foi ajustada para 1,7. Este ajustamento foi implementado para permitir uma classificação mais clara de certos tópicos como não materiais, em conformidade com a perspetiva comunicada dos SME. Os tópicos com pontuações dentro do limiar ajustado foram sujeitos a uma análise mais aprofundada e, com base nessa avaliação, classificados como materiais ou não materiais. O banco tenciona reduzir gradualmente a largura do corredor de limiares à medida que o processo de avaliação da materialidade for amadurecendo.

Os resultados preliminares foram discutidos em entrevistas de validação estruturadas com sete gestores de validação seniores das divisões e funções de infraestruturas do banco. As entrevistas concentraram-se em tópicos posicionados no corredor de limiares de materialidade. Em última análise, o conjunto final de tópicos materiais foi determinado pelo Gabinete de Sustentabilidade, tendo em conta a opinião maioritária resultante das entrevistas de validação, bem como qualquer veto de especialistas na matéria.

Controlos e aprovação

O Deutsche Bank estabeleceu controlos internos e um processo de aprovação abrangente para garantir a solidez do seu processo de DMA e a adequação dos seus resultados. Por exemplo, definiu funções e responsabilidades claras para cada etapa do processo, aplicou o princípio dos quatro olhos e realizou verificações de conteúdo e plausibilidade pelo Gabinete de Sustentabilidade. Os Altos Responsáveis pela Confirmação assinaram formalmente os resultados da avaliação dos temas da sua competência. Posteriormente, o Comité de Sustentabilidade do Grupo do banco, que atua como o principal órgão de governação e de tomada de decisões do banco em matéria de sustentabilidade, aprovou o conjunto final de temas materiais. Os resultados da materialidade foram então aprovados pelo Conselho de Administração e apresentados ao Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização.

Pontos de vista das partes interessadas

Os SME internos mantêm contactos com partes interessadas específicas no âmbito das suas responsabilidades diárias. Estão mais bem equipados e têm mais experiência para refletir os contributos e as reações obtidos através deste diálogo permanente. Consequentemente, servem de representantes das partes interessadas na avaliação dos impactos ambientais e sociais, bem como dos riscos e oportunidades para o Deutsche Bank. **Podem ser encontrados** exemplos de envolvimento das partes

interessadas em 2025 no capítulo “Envolvimento das partes interessadas e liderança intelectual” desta Declaração de Sustentabilidade.

Em 2025, o envolvimento dos membros do Painel Consultivo para a Natureza do banco, centrado nos impactos relacionados com os aspectos abrangidos pelas normas ESRS E2 a ESRS E5, complementou esta abordagem. Além disso, o envolvimento com organizações não governamentais ao longo do ano foi utilizado para aprofundar a compreensão dos impactos relacionados com os direitos humanos. Os pontos de vista e interesses dos utilizadores da Declaração de Sustentabilidade, bem como das partes interessadas afetadas, são também indiretamente refletidos nas entrevistas com os Diretores de Validação. Por exemplo, os pontos de vista dos investidores foram tidos em conta na entrevista de validação com a área de Relações com Investidores.

Os resultados da DMA mantiveram-se, em grande medida, estáveis em 2025, com algumas alterações resultantes de declarações de IRO atualizadas e de aperfeiçoamentos metodológicos:

- Conformidade fiscal (específico do Deutsche Bank): o Deutsche Bank reavaliou o tema da conformidade fiscal em 2025. O tópico foi confirmado como altamente relevante, mas não material, tal como definido pela CSRD. A prevenção da facilitação da evasão fiscal foi avaliada no âmbito do tema da criminalidade financeira e considerada material devido aos seus potenciais impactos negativos e riscos na cadeia de valor a jusante do banco
- Participação política e atividades de lobbying (ESRS G1): o Deutsche Bank participa ativamente no diálogo político e nos processos de decisão política através do seu envolvimento em associações comerciais e da inscrição nos registos de lobbying da UE e da Alemanha. No entanto, na sequência de uma reavaliação em 2025, o banco concluiu que a participação política e a atividade de lobbying não constituem um tópico material para o banco ao abrigo da ESRS G1. Esta conclusão reflete uma influência limitada nos desenvolvimentos legislativos relacionados com ESG e nos interesses cada vez mais divergentes das associações comerciais. O Deutsche Bank continua fortemente empenhado em apoiar a transição sustentável e contribui com os seus conhecimentos especializados para os debates sobre temas fundamentais como o financiamento da transição e a União da Poupança e dos Investimentos da UE

Para além das alterações acima referidas, foram efetuados os seguintes ajustamentos:

- ESRS E1/Alterações climáticas/Energia: em 2024, o subtema da energia foi avaliado no âmbito da atenuação das alterações climáticas. Para assegurar um alinhamento mais estreito com a estrutura temática das ESRS, foi efetuada em 2025 uma avaliação separada do subtópico "Energia". Neste processo, as dimensões "impacto positivo", "risco" e "oportunidade" foram classificadas como materiais e, consequentemente, incluídas no mapa térmico da materialidade
- ESRS S4/Consumidores e utilizadores finais: no contexto bancário, o Deutsche Bank interpreta o termo "Consumidores e utilizadores finais" no âmbito da ESRS S4 como equivalente aos seus clientes do Private Bank. Para refletir a sua abordagem holística da centralidade do cliente em todos os grupos de clientes, o banco manteve o tópico específico do banco "Centralidade no cliente". Em 2025, o banco aperfeiçoou ainda mais a avaliação do tópico, introduzindo os subtópicos "Responsabilidade pelo produto", "Satisfação do cliente" e "Gestão das reclamações dos clientes". Uma vez que a centralização no cliente capta aspetos relacionados com a ESRS-S4, o subtópico "Impactos relacionados com a informação para consumidores e utilizadores finais" já não é considerado um subtópico material autónomo. Independentemente deste ajustamento, o Deutsche Bank continua empenhado na proteção dos consumidores e cumpre os requisitos legais e regulamentares aplicáveis

Os tópicos abordados nas normas ESRS E2 a ESRS E5, bem como os tópicos relacionados com os direitos humanos "Trabalhadores na cadeia de valor" (ESRS S2) e "Comunidades afetadas" (ESRS S3), foram novamente avaliados em 2025 e considerados não materiais de acordo com os requisitos das normas ESRS. Ser determinado como não material significa que um tópico, incluindo os seus subtópicos e, quando aplicável, sub-subtópicos, não atingiu o limiar de materialidade em nenhuma das quatro dimensões a qualquer nível da cadeia de valor, nem foi considerado material com base no processo de validação. Por conseguinte, estes tópicos não são abordados na presente Declaração de Sustentabilidade.

Independentemente dos resultados da DMA, o Deutsche Bank continua a desenvolver a sua abordagem de gestão da natureza e da biodiversidade em todo o Grupo. O Banco continua igualmente empenhado na defesa dos direitos humanos. As informações sobre a sua abordagem em matéria de direitos humanos são fornecidas na Declaração do Deutsche Bank sobre Direitos Humanos e na Declaração anual do Deutsche Bank sobre Tráfico de Seres Humanos e Escravidão Moderna. Os aspetos relacionados com os direitos humanos relativos aos colaboradores do Deutsche Bank foram confirmados como materiais e são apresentados em pormenor no capítulo "Força de trabalho própria" desta Declaração de Sustentabilidade.

É possível encontrar informações detalhadas para o tópico "Cultura corporativa" no capítulo "Cultura, integridade e conduta" desta Declaração de Sustentabilidade. A forma como o banco gere e monitoriza os impactos, riscos e oportunidades dos temas materiais de sustentabilidade é descrita nos respetivos capítulos da presente Declaração de Sustentabilidade. Para melhor ilustrar a ligação entre a DMA e as divulgações incluídas nesta Declaração de Sustentabilidade, os IRO materiais foram resumidos no capítulo correspondente.

Estratégia de sustentabilidade

ESRS 2 SBM-1, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-T

O Deutsche Bank integrou a sustentabilidade na sua governação e operações, bem como nos seus produtos e serviços, centrando-se em quatro pilares: Financiamento Sustentável, Políticas e Compromissos, Pessoas e Operações Próprias, e Liderança de Opinião e Envolvimento das Partes Interessadas. Com o progresso ao longo destes quatro pilares, o Deutsche Bank pretende conseguir um contributo significativo para alcançar as metas do Acordo Climático de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU). Embora o banco pretenda apoiar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, nove deles estão estreitamente relacionados com os pilares da sua estratégia de sustentabilidade. Além disso, o banco avalia em que medida as suas atividades de financiamento e de emissão contribuem para os 15 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em conformidade com o Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank. **É possível encontrar mais informações no capítulo “Financiamento sustentável” na Declaração de Sustentabilidade.**

Estratégia de sustentabilidade



Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU



Financiamento sustentável

Enquanto Global Hausbank, o Deutsche Bank aspira a contribuir para um mundo ambientalmente saudável, socialmente inclusivo e bem governado. Com os seus conhecimentos financeiros e a sua oferta de produtos, o banco pretende facilitar o caminho para uma forma mais sustentável e respeitadora do clima de conduzir os negócios. O combate às alterações climáticas e à destruição do ambiente exige investimentos substanciais, bem como uma abordagem prudente à gestão do risco, e representa uma oportunidade de negócio significativa. Os clientes do banco mostram uma elevada procura por aconselhamento sobre produtos e serviços financeiros para progredir na sua transformação individual.

O banco pretendia atingir um total de 500 mil milhões de euros de volumes cumulativos de financiamento sustentável e de investimentos ESG entre janeiro de 2020 e o final de 2025 (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)). No final de 2025, o Deutsche Bank atingiu 471 mil milhões de euros (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)) e aumentou o volume incremental de 93 mil milhões de euros em 2024 para 98 mil milhões de euros em 2025. Embora o objetivo inicial não tenha sido alcançado até ao final de 2025, o Deutsche Bank continua empenhado em fornecer soluções de financiamento sustentável e de investimento ESG aos seus clientes e espera ultrapassar os 500 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2026. Os progressos

no sentido do objetivo inicial foram afetados por vários fatores ao longo do período, incluindo taxas de juro mais elevadas, desenvolvimentos regulamentares e alterações no contexto político.

Para acelerar ainda mais a transição da economia, o Deutsche Bank atualizou o seu objetivo de mobilizar 900 mil milhões de euros em financiamento sustentável, investimentos ESG e financiamento de transição até ao final de 2030. Este valor inclui 471 mil milhões de euros já realizados em financiamento sustentável e investimentos ESG entre janeiro de 2020 e o final de 2025. O aumento do objetivo reflete a dedicação do banco em apoiar a transição e a resiliência dos clientes através do fornecimento de soluções financeiras que criam valor duradouro para as pessoas, o planeta e a prosperidade.

O novo objetivo inclui o financiamento sustentável (financiamento de atividades ou empresas puramente sustentáveis do ponto de vista ecológico ou social) e o financiamento de transição (financiamento de atividades necessárias numa trajetória credível rumo às zero emissões líquidas, bem como de soluções indexadas à sustentabilidade). Com o aumento do objetivo, o Deutsche Bank continuará a comunicar de forma transparente, após 2025, os seus progressos, agora também com um novo Quadro de Financiamento da Transição implementado.

Para além das iniciativas centradas no clima, o Deutsche Bank reforça o seu empenho na biodiversidade e na recuperação dos ecossistemas. O banco pretende facilitar 300 transações até ao final de 2027 que contribuam para estes objetivos, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS 6): Água potável e saneamento, ODS 14: Vida debaixo de água, e ODS 15: Vida na terra).

Para mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade da DWS, consultar a secção “Estratégia de sustentabilidade da DWS” neste capítulo e o capítulo “Financiamento sustentável” nesta Declaração de Sustentabilidade.

Políticas e Compromissos

O Deutsche Bank estabeleceu várias políticas que orientam os processos do banco no que respeita aos aspetos de sustentabilidade. No decurso de 2025, o Deutsche Bank publicou o seu quadro atualizado sobre a devida diligência ambiental e social, que contém um resumo dos quadros existentes do banco relacionados com a sustentabilidade.

Em novembro de 2025, o Deutsche Bank publicou o seu novo Quadro de Financiamento da Transição, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2026. O quadro complementa o atual Quadro de Financiamento Sustentável. Para mais informações, consultar o capítulo “Financiamento sustentável” da presente Declaração de Sustentabilidade. Além disso, o banco também atualizou e publicou o seu Plano de Transição com os dados mais recentes e as principais concretizações desde a divulgação do plano inicial em outubro de 2023, bem como as próximas etapas.

O banco continuou a encorajar o maior número possível dos seus clientes com emissões elevadas nos setores com maior intensidade de carbono a comprometerem-se com as zero emissões líquidas. Apesar da dinâmica contínua e alternada no que respeita aos compromissos de zero emissões líquidas a nível internacional, o banco considera que mais de metade dos seus clientes com emissões elevadas nos setores com maior intensidade de carbono têm um compromisso de zero emissões líquidas implementado. O banco aplica uma abordagem que considera os compromissos de zero emissões líquidas, alinhados ou não com a métrica de descarbonização relevante do setor industrial, bem como o alinhamento da descarbonização com as contribuições determinadas a nível nacional (NDC), conforme apropriado. O Deutsche Bank continuará a apresentar relatórios anuais sobre os progressos alcançados relativamente a esta ambição, no âmbito da sua Declaração de Sustentabilidade.

Em janeiro de 2026, o banco atualizou o seu Quadro de Instrumentos Sustentáveis para o alinhar com os ajustamentos relevantes no decurso da atualização do Quadro de Financiamento Sustentável. Esta atualização também alarga o Quadro de Instrumentos Sustentáveis para incluir três categorias adicionais de elegibilidade ambiental (hidrogénio, aço, e transporte e distribuição de eletricidade) e uma categoria adicional de elegibilidade social (acesso a infraestruturas básicas). Além disso, o Quadro de Instrumentos Sustentáveis atualizado estabelece a metodologia para o Deutsche Bank emitir “Obrigações Verdes Europeias” (EuGB), em conformidade com o Regulamento EuGB (Regulamento (UE) 2023/2631). A atualização do Quadro de Financiamento Sustentável reflete as perceções do mercado recolhidas desde a publicação inicial; para mais informações, consultar o capítulo “Financiamento sustentável” desta Declaração de Sustentabilidade.

Além disso, o Deutsche Bank publicou versões atualizadas de três documentos fundamentais relacionados com os direitos humanos: A Declaração Geral sobre Direitos Humanos, bem como a Declaração de Política relativa à Lei sobre a Devida Diligência na Cadeia de Abastecimento (SCDDA) e a Declaração sobre a Escravidão Moderna e o Tráfico de Seres Humanos.

Pessoas e operações próprias

O banco esforça-se por fazer progressos constantes para melhorar a sustentabilidade das suas próprias operações, o que também foi reconhecido por agências externas de notação ESG. O Deutsche Bank registou melhorias nas notações ESG relevantes, tendo a pontuação da S&P Corporate Sustainability Assessment (CSA) aumentado de 67 para 72. Além disso, a pontuação da Sustainalytics no ESG Risk Rating melhorou de 24,8 para 9,0 (sendo 0,0 o melhor) e a pontuação do Deutsche Bank no CDP (anteriormente conhecido como Carbon Disclosure Project) melhorou para o nível A/Leadership. É a primeira vez que o Deutsche Bank faz parte da lista A do CDP.

Compromissos relacionados com os recursos humanos

O sucesso do Deutsche Bank na concretização destas melhorias depende também, em grande medida, do empenho e da capacidade da sua força de trabalho. As suas ideias, competências, empenho e bem-estar são as pedras angulares das estratégias do banco em matéria de pessoas. As estratégias das divisões de recursos humanos do Deutsche Bank assentam em quatro pilares: reforçar a liderança e impulsionar a cultura de aspiração do banco; garantir a força de trabalho necessária para o progresso das prioridades estratégicas (o número certo de colaboradores, com as competências certas e no momento certo); atrair, reter e desenvolver as competências prioritárias; e reduzir o risco de envelhecimento da força de trabalho através do planeamento da sucessão e da tecnologia.

O banco pretendia aumentar a diversidade de género nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração (MB-1 e MB-2), com o objetivo de que 30% dos cargos fossem ocupados por mulheres até ao final de 2025, promovendo assim a igualdade de oportunidades na linha de sucessão do Conselho de Administração. O banco cumpriu efetivamente o objetivo para o MB-1 e atingiu 28,2% no MB-2. Em conformidade com os requisitos legais alemães, o banco manterá os objetivos para além de 2025 para os dois níveis abaixo do Conselho de Administração, com uma meta de 32,5% de mulheres no MB-1 e MB-2 até ao final de 2026, tendo em conta a legislação local

Em 2021, o banco comprometeu-se com um objetivo ambicioso de fazer com que as mulheres representem pelo menos 35% da sua população de Diretores Executivos, Diretores e Vice-Presidentes a nível mundial (excluindo a divisão de Asset Management) até ao final de 2025, conhecido como o programa "35 até 25". No final de 2025, as mulheres representavam 34,1% da sua população de Diretores Executivos, Diretores e Vice-Presidentes a nível mundial, com a representação feminina em cargos de topo a aumentar 4,2 pontos percentuais entre 2021 e 2025. O programa "35 by 25" apoiou a transformação de comportamentos e processos no banco, por exemplo, através do alargamento da pesquisa de talentos, da criação proativa de canais de candidatos e da formação de gestores sobre a condução de processos de contratação justos, baseados no mérito e inclusivos, e reforçou a ênfase na retenção e no desenvolvimento de talentos internos, destacando o valor e o potencial das equipas existentes.

Desde 2019, o banco conduz inquéritos de avaliação da cultura para avaliar a frequência e a qualidade das interações entre gestores e colaboradores que fazem uma diferença positiva na motivação e na produtividade percebida dos colaboradores. Em 2025, o inquérito foi alinhado com o quadro "This is Deutsche Bank" do banco para garantir um progresso mensurável na cultura organizacional, e serve como um indicador-chave para as perceções dos colaboradores sobre as condições de trabalho. Em 2025, o resultado foi um Índice de Avaliação da Cultura a nível do grupo de 72,05% face ao objetivo de 61,97% para 2025.

Para garantir a dinâmica e aproveitar os resultados alcançados até à data, o Deutsche Bank irá evoluir a sua abordagem em 2026 e nos anos seguintes. Ao nível do grupo e das divisões, um índice de bem-estar e inclusão medirá os progressos contínuos.

Para mais informações, consultar o capítulo "Força de trabalho própria" desta Declaração de Sustentabilidade.

Compromissos relacionados com operações próprias e cadeia de abastecimento

Os progressos na melhoria do desempenho ambiental do banco nas suas próprias operações e na cadeia de abastecimento têm sido constantes e contínuos. Desde que estabeleceu a sua via para as zero emissões líquidas, o Grupo definiu objetivos de redução separados de 46% para o Âmbito 1, Âmbito 2 (baseado no mercado) e Âmbito 3, Categorias 1-14 até 2030, em relação ao ano de referência de 2019. No ano de referência, o banco alcançou uma redução de 66% nas emissões de gases com efeito de estufa de Âmbito 1, uma redução de 82% nas emissões de gases com efeito de estufa de Âmbito 2 e uma redução de 47% nas emissões de gases com efeito de estufa de Âmbito 3 (categorias 1-14), medidas em relação aos respetivos valores de referência de 2019. As emissões financiadas (Âmbito 3, Categoria 15) são tratadas separadamente, tal como referido no capítulo "Alterações climáticas".

Nas suas próprias operações, o Grupo atingiu vários objetivos-chave em 2025, incluindo

- Cobertura de eletricidade 100% renovável a nível mundial
- Conseguir uma redução de 30% no consumo de energia a nível mundial (com base num valor de referência de 2019)
- Reduzir o consumo de gasolina do parque automóvel na Alemanha em 30% (com base num valor de referência de 2019)

Em toda a cadeia de abastecimento, os progressos no sentido do objetivo de redução de 46% são apoiados por um envolvimento contínuo com os fornecedores do banco através do Programa da Cadeia de Abastecimento do CDP e de ações diretas orientadas. Como resultado, o banco está a trabalhar cada vez mais em colaboração com os fornecedores para descarbonizar a sua cadeia de abastecimento, com 56% do total das despesas com os fornecedores a enviarem as suas emissões de gases com efeito de estufa para a plataforma CDP em 2025. Este valor ficou aquém do objetivo inicial de cobertura de 80% do total das despesas dos fornecedores, devido a condições externas ao Grupo que limitaram as taxas de resposta dos fornecedores.

Para mais informações, consultar o capítulo “Alterações climáticas” desta Declaração de Sustentabilidade.

Liderança de Opinião e Envolvimento das Partes Interessadas

O Deutsche Bank continua a contribuir ativamente para os diálogos e iniciativas globais sobre sustentabilidade através de uma série de eventos e parcerias de grande impacto.

Na 30.^a reunião anual das Nações Unidas sobre alterações climáticas (COP30) em Belém (Brasil), as Honduras e o Suriname assinaram uma Carta de Intenções com o Deutsche Bank, a Bayer, a Siemens, a Symrise e a Coalition for Rainforest Nations para lançar uma nova abordagem à conservação das florestas tropicais. A iniciativa visa criar Créditos de Carbono de Florestas Tropicais soberanos ao abrigo do artigo 6.^o, n.º 2, do Acordo de Paris, permitindo aos países rentabilizar os resultados climáticos validados e atrair capital privado para a proteção das florestas tropicais existentes. Estes créditos assumirão a forma de Resultados de Mitigação Transferidos Internacionalmente, um mecanismo sob a vigilância da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) que permite que as reduções de emissões sejam transacionadas entre países e entre países e empresas.

O Deutsche Bank organizou também o seu terceiro Dia Anual do Clima, da Segurança e da Tecnologia nas suas instalações de Londres. A conferência explorou temas críticos, incluindo a transição energética e a segurança, o risco físico, a transição e as tarifas, a inteligência artificial e a cibersegurança, os pagamentos e os ativos digitais.

No Dia Mundial da Água, o Deutsche Bank reafirmou o seu compromisso de apoiar soluções sustentáveis no domínio da água através de parcerias com organizações não governamentais como a Watershed Organisation Trust e o Centre for Collective Development.

A equipa de sustentabilidade do Deutsche Bank esteve representada na Conferência de Sustentabilidade de Hamburgo de 2025, participando em vários painéis neste fórum para o avanço das agendas globais de sustentabilidade, num contexto de crescente fragmentação geopolítica e incerteza económica.

Além disso, o Deutsche Bank patrocinou o workshop anual de divulgação do Carbon Disclosure Project (CDP) na região DACH, em Frankfurt am Main, onde o CDP reuniu empresas europeias proeminentes para partilharem conhecimentos sobre a divulgação do CDP e discutirem as tendências dos relatórios de sustentabilidade, como a natureza, a biodiversidade e as ações positivas para a Terra.

É possível encontrar mais informações no capítulo “Envolvimento das partes interessadas e liderança intelectual” desta Declaração de Sustentabilidade.

Resultados do Deutsche Bank em matéria de sustentabilidade em 2025

Em 2025, o banco continuou a registar progressos na implementação da sua estratégia de sustentabilidade, demonstrando um forte empenho em práticas empresariais responsáveis em todos os pilares. O painel que se segue fornece uma visão abrangente dos principais resultados alcançados este ano e serve de orientação para a próxima fase da sua jornada de sustentabilidade.

Setor de crédito e serviços financeiros | Setor de crédito e serviços financeiros | Setor de crédito e serviços financeiros | Setor de crédito e serviços financeiros

 Financiamento sustentável	Alcance de 471 mil milhões de euros em financiamento sustentável acumulado e investimentos ESG entre 2020 e o final de 2025	Aumento da meta para 900 mil milhões de euros até 2030 e alargamento do âmbito de aplicação ao incluir o financiamento da transição	Introdução de uma nova ambição de 300 transações centradas na biodiversidade e na recuperação de ecossistemas para apoiar os ODS 6, 14 ou 15
 Políticas e Compromissos	Publicação do plano de transição para as zero emissões líquidas atualizado	Publicação de um Quadro de Financiamento da Transição dedicado em conformidade com as normas do mercado	Atualização de três declarações fundamentais sobre direitos humanos
 Pessoas e operações próprias	Melhoria das notações ESG da S&P CSA, na notação de risco ESG da Sustainalytics e na pontuação de alterações climáticas do CDP.	Alcance de uma cobertura de 100% de eletricidade renovável a nível mundial	Aumento do número de mulheres em cargos empresariais seniores para 34,1% da população global de Diretores-Gerais, Diretores e Vice-Presidentes
 Liderança intelectual e envolvimento das partes interessadas	Assinatura da carta de intenções para o Crédito de Carbono das Florestas Tropicais na COP30 no Brasil	Reafirmação do compromisso com soluções sustentáveis para a água no Dia Mundial da Água	Organização do Dia do Clima, da Segurança e da Tecnologia e patrocínio do workshop de divulgação do CDP na região DACH

Estratégia de sustentabilidade da DWS

Enquanto fiduciária, a gestora de ativos do Deutsche Bank, a DWS está empenhada em agir no melhor interesse dos seus clientes. A DWS reconhece que cada cliente tem um conjunto único de objetivos de investimento e oferece uma vasta gama de soluções de investimento com o objetivo de criar valor a longo prazo através do equilíbrio dos riscos e oportunidades de investimento. Isto inclui também os riscos e oportunidades de sustentabilidade financeiramente relevantes.

Enquanto fiduciária com foco no investimento a longo prazo, a DWS reconhece a importância de uma transformação para uma economia mais sustentável ao longo do tempo. Prevê-se que esta mudança venha a remodelar as empresas e a sociedade, criando riscos e oportunidades para os investimentos. Entre outros, a DWS oferece conhecimentos e soluções de investimento que integram considerações de sustentabilidade.

Nas suas ações, a DWS segue estes princípios:

- A DWS oferece aos seus clientes conhecimentos e soluções de investimento com objetivos convencionais ou relacionados com a sustentabilidade
- Para os clientes que procuram atingir objetivos de sustentabilidade, a sua oferta de produtos inclui também produtos que promovem, entre outros, características ambientais ou sociais, ou uma combinação destas
- As escolhas de investimento dos clientes da DWS determinam em que medida os aspetos ambientais, sociais e de governação são considerados

À medida que a DWS navega nos quadros políticos e regulamentares regionais em mudança, procura rever e adaptar continuamente a sua oferta de produtos e atividades de gestão, conforme necessário, para garantir a conformidade com os requisitos em evolução.

Entre as questões de sustentabilidade, os riscos ambientais, especificamente, os riscos relacionados com o clima, continuam a representar riscos significativos para a prosperidade e o bem-estar da economia global. É por isso que a DWS monitoriza este tópico através das emissões da carteira de Âmbito 3 da DWS: intensidade média ponderada de carbono ajustada à inflação (WACI). A WACI deste ano diminuiu para (36,5)% de (36,0)% no ano passado em comparação com o ano de referência de 2019, com detalhes sobre os fatores impulsionadores e os AuM no âmbito desses números, que podem ser encontrados no subcapítulo "Carteiras de clientes em Asset Management".

Em consonância com a regulamentação europeia relativa aos fundos sustentáveis e ao correspondente interesse dos clientes, a DWS assegura a transparência dos seus ativos sob gestão, reportando em pormenor no capítulo "Financiamento sustentável – Asset Management".

De acordo com o cenário regulamentar em mudança e enquanto a DWS continua a realizar compromissos corporativos, a DWS atualizou a sua abordagem para se concentrar no envolvimento na Europa e na Ásia, o que diminuiu o número de compromissos realizados em 2025 para 414 de 632 em 2024.

Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião

ESRS 2 SBM-2

O diálogo justo e aberto com todos os grupos de partes interessadas é de importância fulcral para o Deutsche Bank. O objetivo é compreender as suas expectativas e preocupações relativamente à estratégia empresarial, às atividades comerciais e às responsabilidades sociais do banco. Este conhecimento ajuda a identificar potenciais impactos positivos e negativos, bem como riscos e oportunidades. Os principais grupos de partes interessadas do Deutsche Bank e as pessoas que podem afetar materialmente ou ser afetadas pelo banco incluem clientes, colaboradores, investidores, reguladores e a sociedade em geral, como os meios de comunicação social e as organizações não governamentais. O banco tem responsabilidades claramente definidas no que respeita ao envolvimento das partes interessadas.

A avaliação da dupla materialidade, descrita no capítulo correspondente da presente Declaração de Sustentabilidade, apoia o banco na identificação dos temas que as suas partes interessadas consideram mais relevantes para o banco. Além disso, todas as divisões e funções de infraestruturas devem colaborar com as respetivas partes interessadas. Para os temas considerados importantes para as partes interessadas, o banco desenvolveu abordagens específicas para recolher e avaliar sistematicamente as reações. Por exemplo, o canal de reclamações dos clientes e o canal de denúncias dos colaboradores facilitam a recolha estruturada e a análise dos contributos das partes interessadas. As informações obtidas através dos canais de diálogo e de reclamação são consideradas contributos valiosos para o aperfeiçoamento contínuo da estratégia empresarial do banco, com o objetivo de responder mais eficazmente às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Para obter informações sobre o papel do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG e a informação que lhes foi fornecida sobre as partes interessadas afetadas no que diz respeito aos impactos relacionados com a sustentabilidade do banco, consultar a "Declaração de Governo da Sociedade" neste Relatório Anual.

Clientes

ESRS S4, ESRS 2 SBM-2

O banco considera que o seu objetivo é apoiar os seus clientes e fornecer-lhes a orientação e os conhecimentos de que necessitam para terem sucesso duradouro e segurança financeira. São fornecidos mais detalhes sobre os grupos de clientes do banco nos subcapítulos "Corporate Bank", "Investment Bank", "Private Bank" e "Asset Management" no capítulo "Análise operacional e financeira – Grupo Deutsche Bank – Modelo organizacional" do Relatório de Gestão Consolidado. O diálogo regular ajuda o banco a compreender as expectativas, os interesses e as necessidades dos seus clientes e a traduzi-los em ações.

O Deutsche Bank interage com os seus clientes de várias formas, incluindo, por exemplo, reuniões pessoais ou virtuais, chamadas telefónicas, inquéritos regulares e a análise do feedback que recebe, por exemplo, através das suas agências ou linhas diretas. Os seus representantes participam em debates em várias conferências e eventos. Para mais detalhes sobre a forma como o Deutsche Bank interage com os seus clientes e integra o respetivo feedback, consultar o capítulo "Centralidade no cliente" nesta Declaração de Sustentabilidade.

As alterações climáticas e a transição da economia global para a sustentabilidade continuaram a ser um tema importante para os clientes das divisões de Corporate Bank e Investment Bank, mantendo o interesse em produtos e serviços financeiros sustentáveis num nível elevado. Os clientes privados solicitaram a melhor transparência da sua classe e aconselhamento relacionado com a sustentabilidade. Em 2025, o Deutsche Bank continuou a apoiar os seus clientes com os seus conhecimentos financeiros e ofertas de produtos no caminho para a sustentabilidade. Para mais pormenores sobre os produtos, consultar o capítulo "Financiamento sustentável" da Declaração de Sustentabilidade.

Colaboradores

ESRS S1, ESRS 2 SBM-2

As ideias e competências, bem como o compromisso e o bem-estar dos colaboradores do Deutsche Bank, são essenciais para uma força de trabalho produtiva. As relações fortes, a comunicação aberta e a aprendizagem com o feedback são fundamentais para promover um ambiente de confiança em que os colaboradores assumem responsabilidades e colaboram.

O Inquérito Anual aos Colaboradores, os inquéritos de saída e os inquéritos de avaliação, bem como um diálogo contínuo com os colaboradores, ajudam o banco a compreender a motivação dos seus colaboradores e a sua produtividade percebida. Diversos canais de comunicação, incluindo reuniões de equipa, redes de colaboradores, e-mails, boletins informativos, reuniões municipais e a possibilidade de fazer comentários nas páginas da intranet incentivam os colaboradores do banco a partilhar as suas ideias e a dar feedback.

A forma como o Deutsche Bank gere os aspetos relacionados com os colaboradores está descrita no capítulo “Força de trabalho própria” na Declaração de Sustentabilidade.

Investidores

ESRS 2 SBM-2

De um modo geral, os investidores pretendem que o Deutsche Bank prossiga a sua estratégia de forma a obter rentabilidade sustentável, gerindo simultaneamente os riscos ambientais, sociais e de governação. Isto inclui a exploração de oportunidades estratégicas e a atenção aos riscos relacionados com as questões ambientais, sociais e de governação, como a transição para uma economia neutra em termos de clima.

O Deutsche Bank participa em discussões com os seus acionistas sobre temas relacionados com a sustentabilidade, incluindo os progressos e objetivos do Deutsche Bank, por escrito e através de reuniões ou chamadas telefónicas.

O Deutsche Bank garante a transparência publicando regularmente todos os relatórios trimestrais e anuais, bem como outros materiais que descrevem o desempenho financeiro e não financeiro da instituição, através do seu website corporativo e de relações com os investidores. Uma secção dedicada à sustentabilidade fornece uma visão global do compromisso do Deutsche Bank para com os princípios da sustentabilidade.

Em 2025, os investidores manifestaram interesse em vários temas fundamentais da sustentabilidade:

- Concretizações alcançadas na execução da estratégia de sustentabilidade do banco
- Progressos no sentido do objetivo de financiamento sustentável do Deutsche Bank e publicação do seu novo objetivo para 2030, juntamente com a gestão dos riscos climáticos e ambientais, a publicação do Quadro de Financiamento da Transição e do Plano de Transição atualizado, bem como práticas abrangentes de informação sobre governação
- Progressos nas vias de descarbonização
- A abordagem da instituição em relação ao diálogo sobre a transição de clientes em sectores com emissões elevadas e propensos a impactos ambientais e sociais negativos inerentes
- Diversidade, equidade e inclusão em todos os níveis organizacionais e regiões e potenciais aperfeiçoamentos das estratégias de sustentabilidade e diversidade do banco à luz da evolução dos desenvolvimentos geopolíticos
- Oportunidades de receitas decorrentes da oferta do banco no domínio do financiamento sustentável
- Melhoria do sistema de controlo interno do banco, medidas de conformidade, esforços de remediação e estruturas de governação
- A abordagem do banco para garantir os direitos humanos ao longo da cadeia de abastecimento

Este diálogo permanente permite ao Deutsche Bank alinhar a sua estratégia de sustentabilidade com as expectativas dos investidores. Reforça também o empenho do banco na transparência e na melhoria contínua das práticas de sustentabilidade.

Decisores políticos

ESRS 2 SBM-2

O diálogo construtivo com os decisores políticos e as partes interessadas relevantes tornou-se ainda mais importante no contexto de uma maior atividade regulamentar a nível mundial, especialmente no atual ambiente geopolítico. Ajuda o banco a tomar decisões para alcançar as suas prioridades estratégicas e apoia o funcionamento eficaz das economias a nível mundial.

O Deutsche Bank colabora com os decisores políticos através de reuniões presenciais e virtuais, da participação em fóruns conduzidos por governos ou respondendo a consultas através de associações comerciais ou individualmente.

Os principais temas regulamentares em 2025 incluíram:

- A aplicação das regras finais de Basileia III a nível global e a revisão do quadro macroprudencial da UE
- Alteração específica do Regulamento relativo aos depositários centrais de valores mobiliários (CSDR) para reduzir o ciclo de liquidação.
- Revisão do quadro de titularização da UE
- Propostas legislativas sobre a reforma das pensões na UE, na Alemanha e no Reino Unido.
- Pacote relativo à prossecução do desenvolvimento da integração e supervisão dos mercados de capitais na UE
- O Regulamento relativo às infraestruturas do mercado europeu (EMIR) 3.0

- O Pacote de Simplificação Global da UE e o Regulamento relativo à divulgação de informações sobre financiamento sustentável
- O Pacote Digital Global da Comissão Europeia
- O Euro Digital
- A Estratégia de Investimento no Sector Retalhista
- Utilização da taxa bancária do Fundo de Reestruturação alemão para um fundo Mittelstand e mobilização de capitais privados
- Reformas regulamentares dos serviços financeiros do Reino Unido no contexto da Lei dos Serviços e Mercados Financeiros de 2023 (FSMA 2023), incluindo a Estratégia de Crescimento e Competitividade dos Serviços Financeiros (FSGCS) e as Reformas de Leeds
- Revisões da abordagem da SEC relativamente aos mercados financeiros nos EUA.
- Proposta da Comissão Europeia para um Pacote Global de Prontidão da Defesa

O Deutsche Bank organizou e participou em seminários e painéis públicos e manteve conversações com os decisores políticos sobre cada uma das questões acima referidas. A função de Assuntos Públicos e Governamentais do Banco também acompanhou os novos desenvolvimentos políticos e regulamentares suscetíveis de afetar o Banco, tendo desenvolvido e coordenado a sua posição relativamente aos mesmos.

Meios de comunicação social

ESRS 2 SBM-2

O Deutsche Bank procura manter relações construtivas com jornalistas e representantes dos meios de comunicação social em todo o mundo. Uma comunicação oportuna, eficaz e aberta com os meios de comunicação social é essencial para construir e manter a reputação e a marca do Deutsche Bank. O diálogo do banco com os representantes dos meios de comunicação social incide sobre temas-chave da economia, dos investidores, das entidades reguladoras e da sociedade em geral. A sustentabilidade é outro tema fundamental.

Em 2025, os especialistas do banco interagiram com os meios de comunicação social sobre temas ESG de diversas formas, incluindo:

- Atualizações sobre os progressos do banco na implementação da sua estratégia de sustentabilidade, com ênfase na gestão dos riscos climáticos, nas políticas ambientais e nos relatórios de sustentabilidade, por exemplo, o Deutsche Bank anunciou um novo objetivo cumulativo para o financiamento sustentável e de transição para o período de 2020 até ao final de 2030 e publicou o seu quadro inicial de financiamento de transição. Para mais pormenores sobre o objetivo, consulte o capítulo "Financiamento sustentável" da Declaração de Sustentabilidade
- Comentários e declarações em resposta a uma série de relatórios e estudos de organizações não governamentais, com destaque para informações sobre volumes de financiamento e investimento, bem como sobre as suas políticas e quadros de sustentabilidade
- Mais informações sobre a abordagem do banco em matéria de proteção do clima, especialmente no que se refere à exposição a empréstimos em setores com elevada intensidade de carbono. Além disso, o Deutsche Bank anunciou na COP30 que as Honduras e o Suriname são parceiros do Deutsche Bank AG, da Bayer AG, da Siemens AG e da Symrise AG, bem como da Coligação para as Nações das Florestas Tropicais, para mobilizar apoio financeiro para a proteção das florestas tropicais através da emissão de Créditos de Carbono das Florestas Tropicais de elevada integridade
- Tópicos relacionados com o desenvolvimento de controlos e medidas de conformidade, por exemplo, através de uma comunicação conjunta com o Estado de Hesse e dois outros bancos alemães sobre o lançamento do projeto emblemático a nível europeu de combate ao branqueamento de capitais, "EuroDaT/safeAML"

Em 2025, o Deutsche Bank respondeu a inúmeros pedidos de informação e os seus especialistas em comunicação acompanharam os jornalistas em entrevistas ou conversas de fundo com alguns dos gestores de topo do banco. Além disso, o Deutsche Bank convocou e participou em várias conferências e painéis públicos e ofereceu uma série de eventos mediáticos e plataformas para um maior diálogo com as partes interessadas. O banco também abordou os tópicos-chave mencionados nos seus canais de redes sociais.

Organizações não governamentais

ESRS 2 SBM-2

O Deutsche Bank colabora com as partes interessadas da sociedade em geral para compreender as suas opiniões sobre as tendências e os desafios ambientais e sociais locais e globais. Por exemplo, o banco colabora continuamente com organizações não governamentais e participa em inúmeras iniciativas relacionadas com a sustentabilidade.

Em 2025, os seguintes temas foram importantes para o envolvimento das organizações não governamentais, que já estavam em foco no ano anterior:

- Alterações climáticas, especialmente em relação a temas como a descarbonização e o financiamento geral do setor dos combustíveis fósseis e no que respeita à transição energética, bem como a empresas e projetos específicos
- Desflorestação, com incidência setorial na agricultura e regional na América Latina, especialmente no Brasil e na floresta amazónica, e impactos associados nos direitos humanos, nomeadamente nas comunidades indígenas
- Atividades mineiras, incluindo a extração mineira em águas profundas e os impactos associados nos direitos humanos, nas comunidades locais, na biodiversidade, no clima e no ambiente

Em 2025, o Deutsche Bank respondeu a pedidos escritos, inquéritos ou questionários e reuniu-se várias vezes pessoalmente com organizações não governamentais para discutir os temas do seu envolvimento.

Se o Deutsche Bank tiver conhecimento de alegações sobre impactos ambientais ou sociais, por exemplo, através do envolvimento com organizações não governamentais, o Gabinete de Sustentabilidade do banco analisa até que ponto as alegações são justificadas e se o banco esteve potencialmente envolvido. Para verificar as alegações, o banco consulta, caso a caso, informações publicamente disponíveis, bem como as partes interessadas relevantes. Se necessário, isto pode incluir o envolvimento direto com os clientes, bem como com representantes da sociedade civil que estejam familiarizados com a situação. Quando necessário, o banco recorre a especialistas independentes. Com base em todas as informações disponíveis e na sua avaliação dos riscos identificados, o banco decide sobre o curso de ação a seguir, que pode incluir medidas de correção ou a cessação de uma relação de negócio. Além disso, o Gabinete de Sustentabilidade pode também ter em conta os contributos, relatórios e campanhas de organizações não governamentais ao analisar o âmbito dos setores e tópicos abrangidos, bem como os requisitos da sua diligência ambiental e social.

Associações e compromissos

ESRS 2 SBM-2

Como parte do seu compromisso de longa data com a sustentabilidade, o Deutsche Bank aprovou formalmente quadros e iniciativas universais de sustentabilidade. O banco também apoia várias organizações que promovem a sustentabilidade e colabora em iniciativas do setor a nível mundial, da UE e nacional. A seleção e a revisão das principais adesões e compromissos do Banco são regidas por um processo estabelecido que prevê a avaliação e a aprovação formal pelos órgãos de governação relevantes do Banco.

O banco contribui com a sua experiência para ajudar a definir a transição para uma economia sustentável e neutra em termos climáticos. O Deutsche Bank é, por exemplo, membro da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (1992), participante no Pacto Global da ONU (2000), nos Princípios para o Investimento Responsável (através da DWS, 2008), nos Princípios para a Banca Responsável (2019) e membro fundador da Net Zero Banking Alliance (2021). Em 2025, a Net Zero Banking Alliance anunciou a sua transição de uma aliança baseada em membros para uma abordagem baseada num quadro para melhor apoiar e reforçar o seu papel na abordagem das alterações climáticas.

Diligência devida ESG

ESRS 2 GOV-4

Sendo um banco global que apoia vários setores da economia, o Deutsche Bank pode estar potencialmente ligado ou exposto a impactos e riscos ambientais, sociais e de governação negativos materiais. Através de processos de devida diligência contínuos, o Deutsche Bank identifica, previne, mitiga e gere estes impactos negativos materiais, reais e potenciais, no ambiente e na sociedade, tal como determinado pela avaliação de dupla materialidade em relação à cadeia de valor dos clientes diretos (a jusante) e dos fornecedores diretos (a montante) do banco. Isto inclui danos materiais reais e potenciais à reputação associados a relações com clientes ou fornecedores.

Os processos de devida diligência subsequentes são geridos de forma holística através do Quadro Sumário de Diligência Devida Ambiental e Social do Deutsche Bank, descrito neste capítulo. O Quadro Sumário de Diligência Devida Ambiental e Social é ainda complementado por processos de diligência devida de governação descritos no capítulo “Governação” na Declaração de Sustentabilidade. Os processos de diligência devida relativos às atividades a montante são descritos no capítulo “Gestão da cadeia de abastecimento” como parte da “Informação sobre governação”. No que diz respeito às operações do Deutsche Bank, os elementos de diligência devida são indicados nos capítulos “Força de trabalho própria” e “Centralidade no cliente”, respetivamente.

O quadro seguinte mostra em que capítulos da Declaração de Sustentabilidade o Deutsche Bank descreve os principais elementos da diligência devida.

Declaração sobre a diligência devida

Elementos essenciais da diligência devida	Relatório Anual – Declaração de Sustentabilidade
a) Integração da diligência devida na governação, na estratégia e no modelo de negócio	Informações gerais – Governação – Dupla avaliação da materialidade – Estratégia de sustentabilidade
b) Envolvimento das partes interessadas afetadas em todas as etapas fundamentais da diligência devida	Informação geral – Envolvimento das partes interessadas e liderança intelectual Informação sobre governação – Gestão da cadeia de abastecimento
c) Identificação e avaliação dos impactos negativos	Informações gerais – Dupla avaliação da materialidade – Diligência devida ESG
d) Adoção de medidas para fazer face a esses impactos negativos	Informações gerais – Estratégia de sustentabilidade – Diligência devida ESG Informação ambiental – Alterações climáticas Informação social – Força de trabalho própria – Centralidade no cliente Informação sobre governação – Cultura, integridade e conduta – Combate à criminalidade financeira – Comportamento concorrencial – Gestão da cadeia de abastecimento – Proteção de dados – Segurança da informação
e) Acompanhamento da eficácia destes esforços e comunicação	Informações gerais – Estratégia de sustentabilidade – Diligência devida ESG Informação ambiental – Alterações climáticas Informação social – Força de trabalho própria – Centralidade no cliente Informação sobre governação – Cultura, integridade e conduta – Combate à criminalidade financeira – Comportamento concorrencial – Gestão da cadeia de abastecimento – Proteção de dados – Segurança da informação

Diligência devida em matéria ambiental e social

ESRS 2 MDR-P

O banco comprometeu-se a compreender os desafios e riscos ambientais e sociais associados a uma transação ou cliente e desenvolveu quadros sólidos e processos de avaliação sistemáticos baseados no risco para os gerir. Isto ajuda o banco a evitar riscos para a reputação e a envolver-se com os clientes no que se refere às melhores práticas ambientais e sociais.

A diligência devida centra-se nos seguintes critérios ambientais e sociais e inclui também aqueles que não são materiais na perspetiva da Avaliação da Dupla Materialidade; os critérios ambientais abrangem a mitigação e adaptação às alterações climáticas (cuja gestão de Oportunidades de Risco de Impacto associada é descrita com mais pormenor no capítulo "Alterações climáticas" desta Declaração de Sustentabilidade), biodiversidade e natureza, recursos hídricos, gestão de resíduos e prevenção da poluição, qualidade do ar, ruído e vibração e resposta de emergência relacionada. Os critérios sociais incluem os direitos humanos, que abrangem o trabalho infantil, o trabalho forçado e a escravidão moderna; a saúde e segurança no trabalho; a saúde, a segurança e a proteção das comunidades; a proteção de grupos vulneráveis, como os povos indígenas; os direitos à terra e aos recursos naturais; e o património cultural.

Governança

ESRS 2 GOV-2

O Gabinete de Sustentabilidade lidera o desenvolvimento e a implementação de políticas de estratégia de sustentabilidade, que incluem o Quadro de Diligência Devida Ambiental e Social. Este quadro inclui requisitos sobre a abordagem de implementação do processo de diligência devida ambiental e social do Deutsche Bank, incluindo uma panorâmica da forma como o banco aborda os riscos ambientais e sociais intersectoriais e específicos do sector. A função de Diligência Devida Ambiental e Social do Gabinete de Sustentabilidade é responsável pela realização de avaliações ao nível das transações e/ou dos clientes, em conformidade com os requisitos do quadro. Apoia a aplicação de normas setoriais específicas e garante que os processos de diligência devida são concluídos de acordo com os requisitos do quadro. A governação e a supervisão destes requisitos de diligência devida ambiental e social são asseguradas pelo Quadro de Risco Reputacional, ou seja, quando as questões ambientais e sociais apresentam potenciais implicações moderadas a materiais para a reputação, os casos são escalados de acordo com os requisitos estipulados no Quadro de Risco Reputacional. O Diretor de Gestão do Risco Operacional é responsável por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação, que inclui também os riscos ambientais e sociais.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3

Os requisitos de diligência devida ambiental e social fazem parte da estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank. O banco aplica uma abordagem baseada no risco e concentra a sua atenção nos setores que definiu como tendo um potencial inerentemente elevado de impactos ambientais e sociais negativos e riscos para a reputação associados. Os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social aplicam-se globalmente às atividades de concessão de empréstimos e de financiamento do comércio do Corporate Bank (excluindo empréstimos específicos a Pequenas e Médias Empresas, gestão de tesouraria institucional e empresarial, serviços fiduciários e de valores mobiliários) e às atividades de concessão de empréstimos e de mercado de capitais do Investment Bank (excluindo atividades de negociação), bem como às atividades de concessão de empréstimos comerciais do Private Bank (excluindo empréstimos a retalho/consumidores e empréstimos à gestão de património). O Quadro de Risco Reputacional aplica-se globalmente e em todas as unidades de negócio e produtos. Devido à natureza matizada e frequentemente controversa do tipo de risco, as questões relacionadas com o risco de reputação devem ser avaliadas caso a caso para garantir uma tomada de decisão individualizada, baseada no risco e objetiva. Os exemplos podem dizer respeito a preocupações relacionadas com o cliente ou com a transação/produto, em que há meios de comunicação social adversos ou críticas de outras partes interessadas relativamente à transação ou ao produto. É importante notar que todos os requisitos só se mantêm válidos enquanto não estiverem em contradição com as expectativas regulamentares ou legais.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

Políticas

ESRS E1, ESRS 2 MDR-P

Os requisitos de diligência devida ambiental e social do Deutsche Bank estão integrados na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e no Quadro de Risco Reputacional, nos documentos de apoio complementares e nas diretrizes setoriais para identificar e mitigar os riscos ambientais e sociais relevantes. O Gabinete do Diretor de Sustentabilidade lidera o desenvolvimento da Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade, que é da responsabilidade do Diretor de Sustentabilidade. A responsabilidade pela aplicação da política cabe a várias partes, incluindo o Gabinete de Sustentabilidade, a função de Diligência Devida Ambiental e Social e as equipas comerciais. O Quadro de Risco Reputacional é detido pelo Diretor de Gestão do Risco Operacional e gerido pela Equipa de Risco Reputacional.

Quadro de Diligência Devida Ambiental e Social

O Quadro de Diligência Devida Ambiental e Social do Deutsche Bank define as funções e responsabilidades para a identificação de riscos, avaliação, tomada de decisões e monitorização pós-transação e especifica os requisitos para a devida diligência em matéria ambiental e social. O quadro fornece orientações aos colaboradores sobre o encaminhamento de transações e clientes para a função de Diligência Devida Ambiental e Social do Gabinete de Sustentabilidade.

A abordagem do Deutsche Bank em matéria de diligência devida ambiental e social, tal como definida no Quadro e nas diretrizes setoriais, é orientada pelas seguintes normas e princípios internacionais:

- Pacto Global das Nações Unidas
- Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e respectivas Normas de Conduta Empresarial Responsável para o sector financeiro
- Orientações da ONU em matéria de negócios e direitos humanos
- Normas de Desempenho da Sociedade Financeira Internacional
- Princípios do Equador

Principais posições e normas mínimas com requisitos de diligência devida reforçados

Para os sectores e atividades que o banco identifica como tendo um potencial inerentemente elevado de impactos ambientais e sociais negativos e riscos para a reputação associados, são estabelecidos requisitos reforçados de diligência devida ambiental e social. O banco revê o âmbito dos sectores, bem como os requisitos de diligência devida relacionados, anualmente ou à medida que ocorrem eventos. Observa igualmente as normas ambientais e sociais em vigor no setor e as melhores práticas da indústria, a fim de melhorar a compreensão das questões ambientais e sociais e, se necessário, ajustar a sua abordagem. O banco desenvolveu determinadas posições e normas mínimas de diligência devida para os respetivos setores, que são explicadas no quadro seguinte. O Deutsche Bank aplica uma diligência devida ambiental e social reforçada às transações que envolvem as questões intersectoriais e/ou os setores enumerados no quadro. Para além dos princípios transversais e específicos de cada setor descritos no quadro, o processo reforçado de diligência devida em matéria ambiental e social do Deutsche Bank inclui, entre outros aspetos, a análise da conformidade com as leis e regulamentos ambientais e sociais em vigor, bem como a existência de quadros de governação robustas e capacidade suficiente para gerir as questões ambientais e sociais.

Se os clientes apresentarem reclamações sobre questões ambientais e sociais, serão aplicados os processos descritos no subcapítulo “Gestão de reclamações dos clientes” do capítulo “Centralidade no cliente” da presente Declaração de Sustentabilidade e o processo de diligência devida em matéria ambiental e social será considerado adequado para as tratar.

Principais posições e normas mínimas de diligência devida em matéria ambiental e social¹

Área	Princípios ambientais e/ou sociais aplicados desde que não estejam em contradição com as expectativas regulamentares ou legais
Transversal	
Direitos humanos	Não participação em atividades comerciais em que o banco tenha provas substanciais de impactos negativos significativos sobre os direitos humanos sem mitigação adequada, por exemplo, trabalho infantil e trabalho forçado
Desflorestação	Não financiamento de quaisquer projetos ou atividades diretamente relacionados com a desflorestação das principais florestas tropicais
Locais Património Mundial	Não financiamento de atividades no interior ou nas proximidades de locais Património Mundial, a menos que o respetivo governo e a UNESCO concordem que essa atividade não afetará negativamente o valor universal excecional do local
Setorial	
Produtos agrícolas e silvicultura	Não financiamento de projetos ou atividades localizados ou que impliquem o abate de florestas tropicais principais, a exploração madeireira ilegal ou o uso descontrolado e/ou ilegal do fogo Não financiamento de projetos ou atividades que conduzam à conversão de zonas de elevado valor de conservação (AVC) em novas plantações e turfeiras Requisito obrigatório de adesão à Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável (RSPO) e de certificação RSPO, ou um plano de implementação calendarizado para a certificação RSPO dos clientes do setor do óleo de palma Expetativas relativas à adesão e às certificações relevantes para o setor, bem como aos sistemas de gestão AS para os produtores e transformadores primários, incluindo o compromisso público com a norma Não Desflorestação, Não Extração de Turfa e Não Exploração
Pesca e aquicultura marinha	Não serão concedidos serviços financeiros a clientes com um histórico de violações recorrentes e substanciais dos limites de captura de pesca e de incumprimento das leis e regulamentos em vigor Não devem ser concedidos financiamentos/serviços financeiros a empresas envolvidas em atividades não licenciadas ou que não cumpram, no mínimo, as normas nacionais, tais como: operar em aquicultura marinha fora das Zonas Alocadas para Aquicultura (ZAA) do país ou de áreas legalmente protegidas que não permitam usos múltiplos; realizar operações sem licença ou cultivar espécies exóticas invasoras em violação das normas nacionais; e utilizar produtos químicos, antimicrobianos ou pesticidas proibidos que resultem no incumprimento das normas regulamentares nacionais ou internacionais aplicáveis. Expetativas em relação à certificação para as atividades de pesca; requisito mínimo de um plano de implementação com um prazo definido para a certificação do Aquaculture Stewardship Council
Infraestruturas e transportes marítimos	Não será financiado qualquer tipo de dragagem marinha que tenha impacto em ambientes marinhos sensíveis/habitats críticos (por exemplo, recifes de coral vivos, mangais, pradarias marinhas) e locais Ramsar, a menos que sejam realizadas atividades para proteção ou melhoria ambiental/social (por exemplo, proteção contra inundações) Não haverá financiamento para o desenvolvimento de destinos costeiros e marinhos em: áreas protegidas designadas como Tipo I da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), locais Ramsar, reservas da biosfera da UNESCO e áreas de biodiversidade crítica específicas Cláusulas contratuais, certificação e/ou requisitos de controlo do Estado do porto para garantir a conformidade com as convenções ambientais aplicáveis, tal como definidas pelas Nações Unidas e pelas suas agências especializadas, pela Organização Marítima Internacional (OMI) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Metais e exploração mineira	Não haverá financiamento direto para projetos de mineração em águas profundas Requisitos reforçados de diligência devida em matéria de ES; potenciais exclusões com base nos resultados
Petróleo e gás	Não haverá financiamento direto de novos projetos que envolvam a exploração, produção, transporte ou processamento de areias betuminosas Não haverá financiamento direto de novos projetos de petróleo e gás na região do Ártico (delimitada pela isoterma dos 10 °C em julho) Não existe financiamento direto para projetos de fraturação hidráulica de petróleo e gás em países com stress hídrico "extremamente elevado" Requisitos reforçados de diligência devida em matéria de ES; potenciais exclusões com base nos resultados
Energia e extração de carvão térmico	Não financiamento de novas centrais térmicas a carvão e de projetos de extração de carvão térmico ou das infraestruturas associadas, nem da expansão significativa das existentes. Exclusões para o financiamento da exploração mineira de remoção do topo da montanha O âmbito da política, em vigor a partir de maio de 2023, inclui empresas com (i) dependência de receitas provenientes de carvão térmico de 30% ou mais, (ii) produção absoluta de carvão térmico de 10 megatoneladas por ano ou mais, ou (iii) capacidade de geração de energia a carvão térmico de 10 gigawatts ou mais. Para as empresas abrangidas pela política: não financiamento se não houver planos de diversificação credíveis, incluindo a eliminação progressiva do carvão térmico até 2030 nos países da OCDE e até 2040 nos países não pertencentes à OCDE.
Energia hidroelétrica	Requisitos reforçados de diligência devida em matéria de ES; potenciais exclusões com base nos resultados
Energia nuclear	Requisitos reforçados de diligência devida em matéria de ES; potenciais exclusões com base no resultado e exclusão de determinadas jurisdições
Ativos digitais e criptomoeda	Requisitos reforçados de diligência devida em matéria de ES; potenciais exclusões com base no resultado e exclusão de determinadas jurisdições
Tabaco	Requisitos reforçados em matéria de diligência devida, com destaque para os cigarros eletrónicos e a canábis
Defesa/armas controversas	Requisitos reforçados em matéria de diligência devida, com exclusões que incluem armas controversas, países em conflito, empresas privadas de segurança militar, bem como armas de fogo automáticas e semiautomáticas de uso civil e sistemas de armas autónomas
Entretenimento para adultos	Requisitos de diligência devida reforçados; exclusão de quaisquer relações comerciais com contrapartes pertencentes ou diretamente associadas à prostituição e/ou pornografia
Jogo	Requisito de diligência devida reforçada; exclusão dos operadores de jogos de azar online entre empresas e consumidores com exposição a mercados onde o jogo é proibido

¹ Os requisitos pormenorizados de Diligência Devida em Matéria Ambiental e Social estão integrados na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e em documentos de apoio complementares e orientações setoriais, exceto para os cigarros eletrónicos e canábis, defesa, entretenimento para adultos e jogos, que são abrangidos pelos documentos relevantes em matéria de risco para a reputação.

Orientações setoriais

O banco operacionaliza as suas principais posições para os setores que exigem uma diligência devida reforçada com orientações setoriais para:

- Metais e exploração mineira
- Petróleo e gás
- Carvão térmico, incluindo a extração de carvão térmico e a produção de eletricidade a partir de carvão térmico
- Energia nuclear
- Energia hidroelétrica
- Produtos agrícolas e silvicultura
- Pesca e aquicultura marinha
- Infraestruturas e transportes marítimos
- Ativos digitais e criptomoeda
- Transações relevantes para os princípios do Equador, por exemplo, projetos de infraestruturas
- Outras atividades com elevada intensidade de carbono, que tenham impacto em locais sensíveis e protegidos, que provoquem desflorestação e/ou que tenham potencial para violar os direitos humanos

Atualizações às orientações

A orientação do Deutsche Bank sobre o carvão térmico foi atualizada pela última vez em 2023 e, juntamente com os compromissos do banco para atingir zero emissões líquidas em vários setores, reiterou e ampliou o aumento contínuo das exigências no que diz respeito às expectativas do banco em relação ao carvão térmico.

Os compromissos assumidos na atualização das orientações de 2023 mantêm-se em vigor. Para as empresas abrangidas, o banco exige planos de transição credíveis como condição para o financiamento: foi solicitado aos clientes existentes que fornecessem tais planos até 2025, enquanto os novos clientes devem fazê-lo antes de estabelecer qualquer relação de crédito.

Ao longo de 2024 e 2025, o banco realizou análises detalhadas dos clientes abrangidos por esta orientação. O marco intermédio fixado para 2025 foi um ponto de controlo central: até essa data, os clientes existentes deveriam apresentar planos de transição que mostrassem planos credíveis para a eliminação progressiva do carvão até 2030 (OCDE) ou 2040 (não OCDE), respetivamente.

Ao mesmo tempo, as políticas nacionais em matéria de clima e os compromissos de transição energética continuaram a evoluir a ritmos diferentes do que o banco esperava inicialmente em 2023 nas várias regiões. Tendo em conta esta dinâmica e estes desenvolvimentos, o banco pode considerar, para um número muito limitado de clientes, um compromisso condicional e limitado no tempo, desde que sejam demonstrados progressos contínuos no sentido da transição para o abandono do carvão.

No futuro, o compromisso do Deutsche Bank para com os clientes que permanecem no âmbito da orientação será medido e orientado. Qualquer apoio contínuo será concentrado em financiamentos que apoiem diretamente atividades de financiamento específicas, sustentáveis e de transição. Isto assegura que o Deutsche Bank incentiva esforços credíveis de descarbonização, mantendo salvaguardas contra o apoio à expansão relacionada com o carvão. O banco continuará a acompanhar de perto os progressos dos clientes, adaptando a sua abordagem sempre que necessário, à medida que os compromissos climáticos a nível mundial e nacional continuarem a evoluir. Antes da atualização de 2023 das suas orientações relativas ao carvão térmico, o banco anunciou em 2020 que iria eliminar progressivamente as atividades de extração de carvão até 2025. Não é fornecida qualquer atualização adicional, uma vez que o banco já declarou em 2023 que a exposição no âmbito da orientação aplicável a partir de 2020 já tinha atingido um nível não significativo em 2023.

Em 2025, o Deutsche Bank introduziu uma orientação setorial para as atividades ligadas aos ativos digitais e à criptomoeda. As orientações centram-se na utilização de energia e nos impactos climáticos, na governação operacional e nas divulgações transparentes esperadas dos clientes ativos em serviços de criptoativos ou em projetos com utilização material de criptomoedas (por exemplo, centros de dados). Alinha-se com o quadro de mercado em evolução e incentiva os compromissos da indústria no sentido de uma contabilização credível do carbono e de uma comunicação pública.

São estabelecidas disposições internas complementares para a indústria do tabaco, com especial incidência nos cigarros eletrónicos e na canábis, bem como para as indústrias da defesa, do jogo e do entretenimento para adultos, que se considera comportarem níveis elevados de riscos sociais e de governação inerentes. Atualmente, estes não fazem parte do processo de diligência devida em matéria ambiental e social, mas são abrangidos pelo âmbito do Quadro de Risco para a Reputação.

Em 2025, as discussões no domínio da defesa continuaram a centrar-se na fiabilidade da cadeia de abastecimento e no acesso ao financiamento, incluindo o contacto com a Comissão Europeia e políticos alemães. As organizações não governamentais intensificaram as suas atividades, impulsionadas pela contínua desestabilização regional, com enfoque nas relações das instituições financeiras com o setor da defesa, bem como na exposição deste setor aos conflitos em curso. No que diz respeito ao jogo, a tónica em 2025 foi colocada no jogo responsável e na resposta ao desafio dos desportos de fantasia diários e dos mercados de previsão. Estas discussões garantem que as políticas e orientações do Deutsche Bank continuam a ser adequadas e apropriadas.

Formação e desenvolvimento de capacidades

ESRS 2 MDR-A

Para garantir a implementação efetiva do quadro, das políticas e das orientações do banco, é ministrada formação para reforçar a sensibilização e o foco dos colaboradores. Esta formação permite aos colaboradores identificar riscos e oportunidades ambientais e sociais e a encaminhar adequadamente as transações para a função de diligência devida em matéria ambiental e social ou para a equipa de risco de reputação. Em 2025, foi dada formação a 1.030 colaboradores das equipas empresariais relevantes (2024: 102). O aumento do número de colaboradores com formação reflete a expansão do pessoal no âmbito da formação para colmatar lacunas de implementação identificadas e refletir processos de implementação internos atualizados.

Em 2025, o banco também continuou a organizar sessões de sensibilização e formação para as funções de controlo e as equipas de front-office, a fim de reforçar a sua sensibilização para os riscos de reputação relacionados com a defesa e o jogo, incluindo a realização de uma formação sobre riscos de reputação para as equipas operacionais e de atendimento ao cliente do Investment Bank e do Corporate Bank.

A função de Diligência Devida em Matéria Ambiental e Social é constituída por uma equipa dedicada de especialistas e está presente em Frankfurt, Londres, Singapura, Mumbai e Washington.

Atividades de análise da diligência devida em matéria ambiental e social

ESRS 2 MDR-A

O processo de diligência devida em matéria ambiental e social do banco inclui o seguinte:

- As análises ambientais e sociais transacionais e dos clientes
- O processo dos Princípios do Equador para empréstimos relacionados com projetos abrangidos pelo âmbito (implementação dos Princípios do Equador)
- Escalonamentos no âmbito do Quadro de Risco de Reputação (análises do risco de reputação)

Relativamente a estes processos, o Deutsche Bank comunica os indicadores relevantes para a gestão do tema e não estabeleceu objetivos únicos com prazos definidos. Os dados relativos à análise das transações do banco são incluídos nesta declaração para demonstrar o desempenho e a eficácia das políticas do banco.

Análises de transações ambientais e sociais

ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M

Como parte da sua responsabilidade, a função de Diligência Devida em Matéria Ambiental e Social do Gabinete de Sustentabilidade conduz análises de transações e de clientes de acordo com os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social do banco e com as normas de Financiamento Sustentável. Relativamente ao dever de diligência devida em matéria ambiental e social, o número de análises iniciadas em 2025 diminuiu cerca de 34% em comparação com 2024. A queda foi principalmente observada nas transações relacionadas com os setores Industrial e de Infraestruturas, bem como com os setores de Matérias-primas e Florestal. A diminuição do número de transações analisadas reflete sobretudo as melhorias introduzidas na abordagem de diligência devida do Deutsche Bank. Por exemplo, para os clientes que apresentam padrões comerciais recorrentes e homogêneos, com baixa variabilidade nos fatores de risco ambientais e sociais subjacentes, é efetuada uma avaliação mais normalizada, em conformidade com os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social do banco, o que resulta numa redução do número de vezes que essas transações semelhantes são analisadas.

O banco está atualmente a reavaliar a metodologia de cálculo do rácio de análise global. Uma vez que este não está finalizado até ao final de 2025, o banco abstém-se de comunicar o rácio de análise global para 2025 e o comparativo para o ano.

Transações e clientes analisados no âmbito dos requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social definidos na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e nas orientações sectoriais¹

	31 dez 2025	31 dez 2024
Número de transações e clientes por sector		
Metais e exploração mineira	169	180
Petróleo e gás	92	90
Indústria e infraestruturas ²	71	266
Produtos agrícolas e silvicultura	144	244
Serviços Públicos	90	104
Produtos químicos	11	10
Outras atividades ³	37	31
Total de reavaliações iniciadas	614	925
Número de transações e clientes relativamente aos quais foram tomadas decisões finais	511	817
Das quais aprovadas	494	794
Das quais recusadas	10	15
Das quais remetidas para os comités competentes	7	8
Das quais aprovadas	7	8
Das quais recusadas	—	—

¹ Note-se que este quadro também inclui os valores do quadro "Transações avaliadas de acordo com os Princípios do Equador"; consultar a secção "Implementação dos princípios do Equador"

² Inclui empresas, por exemplo, de engenharia e fabrico de equipamento, que estão ligadas a sectores sensíveis

³ Inclui sectores com elevada intensidade de carbono ou potenciais violações dos direitos humanos, por exemplo, bens de consumo, transportes, infraestruturas, tecnologia, comércio de mercadorias e cuidados de saúde com exposição a sectores sensíveis na cadeia de abastecimento

Implementação dos Princípios do Equador

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M

O Deutsche Bank continua a ser um membro ativo dos Princípios do Equador, dos quais é signatário desde julho de 2020. Os Princípios do Equador são uma referência internacionalmente reconhecida para determinar, avaliar e gerir os riscos ambientais e sociais no financiamento de projetos.

Na qualidade de signatário dos Princípios do Equador, o banco aplica os requisitos de identificação, avaliação, gestão e comunicação de riscos dos princípios às operações de financiamento relacionadas com projetos no seu âmbito. De acordo com os requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social do Deutsche Bank, as unidades de negócio do banco são inicialmente responsáveis pela identificação dos riscos ambientais e sociais, determinando se uma transação se enquadra no âmbito dos Princípios do Equador e reunindo a documentação de diligência devida. Para apoiar as unidades de negócio, foram desenvolvidas orientações e formações internas sobre a implementação dos Princípios do Equador, que especificam os requisitos para a categorização de projetos (A, B ou C), a diligência devida e orientações sobre o encaminhamento para a função de Diligência Devida em Matéria Ambiental e Social do Gabinete de Sustentabilidade. A função é responsável por apoiar as unidades de negócio na avaliação das questões ambientais e sociais e dos riscos associados. Para os projetos elegíveis, a função efetua uma análise interna da documentação do projeto durante as fases de diligência devida e monitorização, ou solicita-a a um consultor externo independente que o faça para projetos de risco mais elevado, conforme exigido pelos Princípios do Equador. O processo de diligência devida e o acompanhamento pós-transacional envolvem discussões de questões críticas com os clientes e o acompanhamento das medidas de correção. Caso os riscos ambientais ou sociais relacionados com o projeto sejam considerados como representando um risco para a reputação moderado ou significativo, a transação seguirá o processo de escalonamento explicado na secção Quadro de Risco para a Reputação.

O Deutsche Bank participa em vários grupos de trabalho dos Princípios do Equador sobre questões como a biodiversidade, os recursos marinhos, o âmbito de aplicação e a governação, com vista a contribuir para o desenvolvimento e os progressos futuros dos Princípios do Equador.

Na qualidade de signatário dos Princípios do Equador, o Deutsche Bank é obrigado a apresentar um relatório sobre as transações relacionadas com projetos que tenham sido avaliadas ao abrigo dos Princípios do Equador e que tenham atingido o fecho financeiro durante 2025. Esta informação é incluída nos quadros seguintes para os anos de 2025 e 2024.

Transações avaliadas de acordo com os Princípios do Equador¹

31 dez 2025

	Serviços de consultoria em financiamento de projetos	Financiamento de projetos			Empréstimos a empresas relacionados com projetos		
		Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria A	Categoria B	Categoria C
Sector							
Exploração mineira	N/A	—	—	—	—	—	—
Infraestrutura	N/A	2	4	2	3	1	—
Petróleo e gás	N/A	2	1	—	1	—	—
Energia	N/A	3	9	1	1	—	—
Outras	N/A	—	—	—	—	3	—
Região							
América	N/A	2	6	3	1	2	—
Europa, Médio Oriente e África	N/A	5	5	—	4	2	—
Ásia-Pacífico	N/A	—	3	—	—	—	—
Designação do país							
País designado	N/A	5	13	3	—	2	—
País não designado	N/A	2	1	—	5	2	—
Revisão independente							
Sim	N/A	7	9	—	5	3	—
Não	N/A	—	5	3	—	1	—
Total	N/A	7	14	3	5	4	—

N/A – Não aplicável

¹ Note-se que os valores deste quadro podem também estar incluídos no quadro "Transações e clientes analisados no âmbito dos requisitos de diligência devida em matéria ambiental e social previstos na Política de Implementação da Estratégia de Sustentabilidade e nas orientações sectoriais"; ver subcapítulo "Quadro de diligência devida em matéria ambiental e social". Os Princípios do Equador aplicam-se apenas a um número limitado de transações, dependendo do produto financeiro, do volume da transação e, em alguns casos, do cumprimento de outros critérios de elegibilidade. As transações elegíveis são comunicadas se tiverem atingido o fecho financeiro. A categorização dos projetos segue o processo de categorização ambiental e social da Sociedade Financeira Internacional (IFI). Categoria A – projetos com potenciais riscos e/ou impactos ambientais e sociais adversos significativos que sejam diversos, irreversíveis ou sem precedentes. Categoria B – projetos com potenciais riscos e/ou impactos ambientais e sociais adversos limitados, em número reduzido, geralmente específicos do local, em grande medida reversíveis e facilmente resolvidos através de medidas de mitigação. Categoria C – projetos com riscos e/ou impactos ambientais e sociais adversos mínimos ou nulos

31 dez 2024

	Serviços de consultoria em financiamento de projetos	Financiamento de projetos			Empréstimos a empresas relacionados com projetos		
		Categoria A	Categoria B	Categoria C	Categoria A	Categoria B	Categoria C
Sector							
Exploração mineira	N/A	1	—	—	—	—	—
Infraestrutura	N/A	—	1	5	1	1	4
Petróleo e gás	N/A	1	2	—	—	—	—
Energia	N/A	1	3	2	—	—	3
Outras	N/A	—	—	2	—	2	—
Região							
América	N/A	1	2	4	—	—	1
Europa, Médio Oriente e África	N/A	1	1	4	1	3	6
Ásia-Pacífico	N/A	1	3	1	—	—	—
Designação do país							
País designado	N/A	3	6	9	—	2	1
País não designado	N/A	—	—	—	1	1	6
Revisão independente							
Sim	N/A	3	5	2	1	—	—
Não	N/A	—	1	7	—	3	7
Total	N/A	3	6	9	1	3	7

N/A – Não aplicável

Como signatário dos Princípios do Equador, o Deutsche Bank também é obrigado a divulgar o nome do projeto de acordo com as condições de divulgação especificadas no Anexo B aos Princípios do Equador IV. Estas informações constam do quadro seguinte.

Detalhes sobre as transações abrangidas pelos Princípios do Equador que receberam o consentimento do cliente para divulgação

Não	Nome do projeto (de acordo com o contrato de empréstimo/conhecido publicamente)	Sector	Nome do país anfitrião/Localização do projeto	Ano civil do fecho financeiro
Financiamento de projetos				
1	Baltica 2	Energia	Polónia	2025
2	Supernode BESS (Fases 1 e 2)	Energia	Austrália	2025
3	Projeto de expansão do aeroporto de Antalya	Infraestrutura	Turquia	2025
4	Project Elephant	Infraestrutura	Tailândia	2025
5	Projeto da autoestrada Antalya-Alanya	Infraestrutura	Turquia	2025
6	Sistema de armazenamento de energia em baterias e	Energia	Austrália	2025
7	Project HyNet	Infraestrutura	Reino Unido	2025

Análises do risco para a reputação

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

Quando as questões ambientais e sociais apresentam potenciais implicações para a reputação, os casos são encaminhados, no âmbito do Quadro de Risco para a Reputação, para comités e/ou fóruns específicos para a tomada de decisões. O objetivo do Quadro de Risco para a Reputação do banco é evitar danos à reputação do banco, estipulando o processo segundo o qual o Deutsche Bank toma decisões, antecipadamente, sobre assuntos que possam representar um risco para a reputação. O quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos riscos para a reputação. O Quadro de Risco para a Reputação estipula que determinados assuntos, incluindo os que têm um potencial impacto ambiental e social negativo e os assuntos relacionados com a indústria da defesa ou do jogo, devem ser analisados por peritos na matéria.

Todos os colaboradores são responsáveis por identificar potenciais riscos para a reputação e comunicá-los através do Processo de Avaliação de Riscos para a Reputação da Unidade (RRAP da Unidade). Através do RRAP da Unidade, as partes interessadas relevantes são consultadas para darem o seu contributo, como a administração do país, as principais funções de controlo e outros peritos de segunda linha. O RRAP da Unidade é presidido pelo gestor sénior relevante de uma divisão de negócios e aplica-se a todos os assuntos considerados como representando um risco moderado ou maior para a reputação.

Se se considerar que um assunto representa um risco significativo para a reputação e/ou preenche um dos critérios de referência obrigatória do banco, este é remetido para o Comité Regional do Risco de Reputação relevante para uma análise mais aprofundada. Em circunstâncias excecionais, as questões são remetidas para o Comité de Risco de Reputação do Grupo. Tal pode acontecer se uma questão for rejeitada pelo Comité Regional do Risco de Reputação e for objeto de recurso por parte da divisão de negócio, ou se o Comité Regional do Risco de Reputação não conseguir chegar a uma decisão por maioria de dois terços.

Questões avaliadas no âmbito do Quadro de Risco para a Reputação

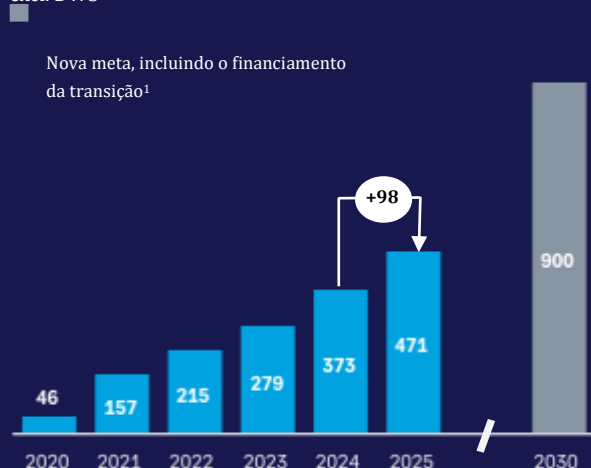
	31 dez 2025	31 dez 2024
Número de questões revistas (sobre as quais foram tomadas decisões finais)		
Apenas para os processos de avaliação dos riscos para a reputação da unidade	92	72
Dos quais com problemas ambientais e sociais	2	4
Dos quais com problemas relacionados com jogos	1	2
Dos quais com problemas relacionados com a defesa	6	4
Aos Comités Regionais do Risco de Reputação	24	25
Dos quais com problemas relacionados com ES	4	2
Dos quais com problemas relacionados com jogos	1	3
Dos quais com problemas relacionados com a defesa	—	1
Ao Comité de Risco de Reputação do Grupo ou superior	1	4
Dos quais com problemas relacionados com ES	—	1
Dos quais com problemas relacionados com jogos	—	—
Dos quais com problemas relacionados com a defesa	—	1
Total	117	101
Dos quais com problemas ambientais e sociais	6	7
Dos quais com problemas relacionados com jogos	2	5
Dos quais com problemas relacionados com a defesa	6	6



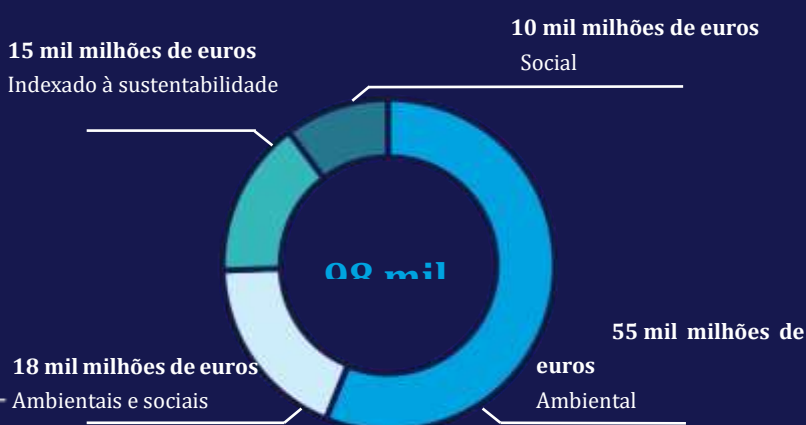
Como banco global, o Deutsche Bank está empenhado em acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. A luta contra as alterações climáticas e a destruição do ambiente, um dos maiores desafios da humanidade, exige investimentos substanciais e representa uma oportunidade de negócio significativa. Em tempos desafiantes como aqueles que vivemos, os clientes do banco mostram uma elevada procura por aconselhamento sobre produtos e serviços financeiros para responder às suas necessidades.

Volumes de financiamento sustentável

Acumulado, em mil milhões de euros;
excl. DWS

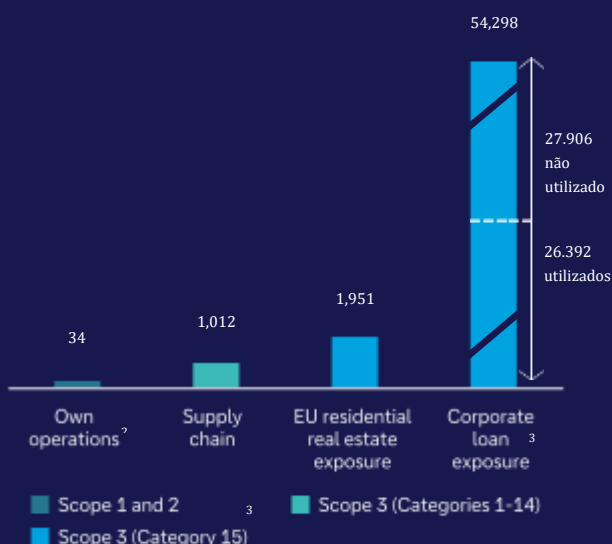


Volumes incrementais de 2025 por categoria, em mil milhões de euros;
excl. DWS



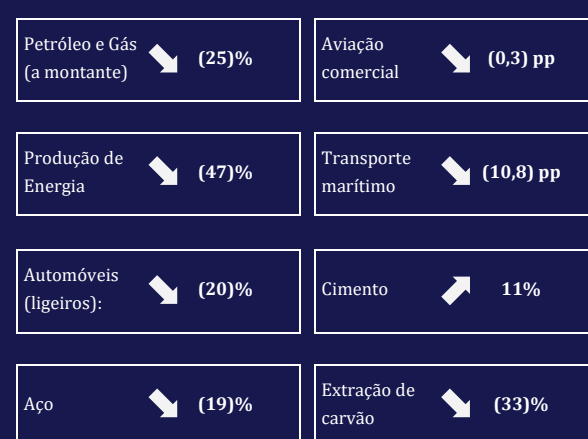
Pegada de carbono 2025

Em ktCO₂e, excluindo as emissões de Âmbito 3 dos clientes da carteira de empréstimos corporativos do Deutsche Bank



Oito sectores com maior

Evolução em relação ao valor de referência⁴



¹ Definido no Quadro de Financiamento da Transição do Deutsche Bank

² Os dados relativos às emissões do Âmbito 2 baseiam-se no mercado

³ Excluindo as emissões de Âmbito 3 dos clientes da carteira de empréstimos a empresas do Deutsche Bank

⁴ Os pormenores sobre o âmbito, a base de referência, os indicadores e os objetivos (provisórios) podem ser encontrados no capítulo "Riscos climáticos e outros riscos ambientais"

Informação ambiental

Financiamento sustentável

O tópico "Financiamento sustentável" é abordado na secção "Informação ambiental" porque aborda predominantemente as oportunidades em conjugação com as alterações climáticas. No entanto, o tema também abrange oportunidades relacionadas com outras questões ambientais, bem como com aspetos sociais. Este assunto é uma parte significativa de toda a organização do banco e, por conseguinte, o capítulo inclui todas as divulgações relevantes para a norma transversal ESRS 2.

Governança

ESRS 2 GOV-2

A estrutura de governação do Deutsche Bank para o financiamento sustentável está ancorada na sua governação mais ampla da sustentabilidade, assegurando uma supervisão clara e a responsabilização a todos os níveis da organização. O Deutsche Bank mantém um Gabinete de Sustentabilidade, cujo responsável responde perante o Diretor-Geral do Deutsche Bank. O Deutsche Bank é responsável pela sustentabilidade e assegura a coerência em todo o banco. O Comité de Sustentabilidade do Grupo supervisiona a integração do financiamento sustentável na estratégia empresarial, na gestão do risco e no desenvolvimento de produtos, com mecanismos de escalonamento e supervisão que envolvem o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização. No âmbito dos segmentos de negócio e das funções de infraestrutura do banco, foram criadas equipas especializadas em financiamento sustentável, com o objetivo de promover a implementação da estratégia de sustentabilidade a nível das divisões, integrando os temas do financiamento sustentável nas operações quotidianas e permitindo respostas rápidas a oportunidades e riscos emergentes. Para mais pormenores sobre a governação global do banco em matéria de sustentabilidade, consultar o capítulo específico "Governança da sustentabilidade" do presente relatório.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-T

O financiamento sustentável é um dos quatro pilares da estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank, refletindo a ambição do banco de ser um líder de mercado global neste domínio. Ao responder à evolução das preferências dos clientes e dos investidores por produtos e serviços sustentáveis, o Deutsche Bank pretende impulsionar novos negócios e criar valor a longo prazo. A abordagem do banco engloba a compreensão das necessidades dos clientes, o desenvolvimento de produtos relacionados com o clima, o estabelecimento de estruturas organizacionais de suporte e a definição de indicadores iniciais de sucesso. Através destes esforços, o Deutsche Bank estabelece parcerias estratégicas com clientes de todo o mundo, apoiando os seus percursos de descarbonização e tirando partido da sua experiência estratégica e financeira. Ao catalisar investimentos e mobilizar financiamento para a adaptação às alterações climáticas e para modelos de negócio com baixas emissões de carbono, o banco procura ter um impacto ambiental e social positivo.

No centro deste pilar da estratégia de sustentabilidade está o compromisso do Deutsche Bank com objetivos de financiamento sustentável ambiciosos. O banco pretendia atingir um total de 500 mil milhões de euros de volumes cumulativos de financiamento sustentável e de investimentos ESG entre janeiro de 2020 e o final de 2025 (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)). No final de 2025, o Deutsche Bank atingiu 471 mil milhões de euros (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)) e aumentou o volume incremental de 93 mil milhões de euros em 2024 para 98 mil milhões de euros em 2025. Embora o objetivo inicial não tenha sido alcançado até ao final de 2025, o Deutsche Bank continua empenhado em fornecer soluções de financiamento sustentável e de investimento ESG aos seus clientes e espera ultrapassar os 500 mil milhões de euros no primeiro semestre de 2026. Os progressos no sentido do objetivo inicial foram afetados por vários fatores ao longo do período, incluindo taxas de juro mais elevadas, desenvolvimentos regulamentares e alterações no contexto político.

Para acelerar ainda mais a transição da economia e em consonância com a estratégia de expansão do Global Hausbank, o Deutsche Bank atualizou o seu objetivo de mobilizar 900 mil milhões de euros em financiamento sustentável, investimentos ESG e financiamento de transição até ao final de 2030. Este valor inclui 471 mil milhões de euros já realizados em financiamento sustentável e investimentos ESG entre janeiro de 2020 e o final de 2025. O aumento do objetivo reflete a dedicação do banco em apoiar a transição e a resiliência dos clientes através do fornecimento de soluções financeiras que criam valor duradouro para as pessoas, o planeta e a prosperidade.

O novo objetivo inclui o financiamento sustentável (financiamento de atividades ou empresas puramente sustentáveis do ponto de vista ecológico ou social) e o financiamento de transição (financiamento de atividades necessárias numa trajetória credível rumo às zero emissões líquidas, bem como de soluções indexadas à sustentabilidade). Com o aumento do objetivo, o Deutsche Bank continuará a comunicar de forma transparente, após 2025, os seus progressos, agora também com um novo Quadro de Financiamento da Transição implementado.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

Os impactos, riscos e oportunidades em todo o banco são identificados e avaliados através da avaliação da dupla materialidade, descrita em pormenor no capítulo "Avaliação da dupla materialidade" desta Declaração de Sustentabilidade. O impacto positivo e a oportunidade relacionados com as alterações climáticas em conjunto com as atividades relacionadas com os clientes a jusante e os respetivos horizontes temporais, políticas, ações e métricas e objetivos estão resumidos no quadro seguinte.

Tópico: Alterações climáticas							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Adaptação às alterações climáticas	A jusante	Médio prazo (CB, IB, AM)	Impacto positivo	Oferecer produtos e serviços aos clientes Tier 1 para apoiar os seus esforços de adaptação aos efeitos físicos e/ou transitórios das alterações climáticas	Quadro de financiamento sustentável Quadro de investimentos ESG	Envolvimento do cliente Processo de classificação do financiamento sustentável Formação e sensibilização	Financiamento sustentável e volumes de investimento ESG, e progressos realizados (exceto DWS) Transações avaliadas no âmbito do Quadro de Financiamento Sustentável AM: ativos sob Gestão ao abrigo do SFDR e ESMA AM: votação por procuração e compromissos
		Longo prazo (CB, IB)		Interagir com clientes Tier 1 expostos a riscos climáticos físicos e/ou de transição severos			
Atenuação das alterações climáticas		Curto prazo (CB, IB FIC) Médio prazo (AM, CB, PB)		Oferecer produtos e serviços a clientes Tier 1 - para apoiar os seus esforços de descarbonização dos modelos empresariais e de redução da pegada de carbono - para apoiar os clientes na descarbonização das suas carteiras de investimento Colaborar ativamente com os clientes Tier 1 para apoiar os seus esforços de redução da pegada de carbono			
Energia		Médio prazo (CB, PB)	Oportunidade	Oferecer produtos e serviços aos clientes Tier 1 para reduzir o seu consumo de energia e/ou aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis			
Adaptação às alterações climáticas		Médio prazo (CB) Médio prazo (CB, IB FIC, PB), Longo prazo (AM)		Aumentar a reputação da marca e a vantagem competitiva através de uma liderança inovadora em matéria de adaptação às alterações climáticas Aumentar as receitas, respondendo à procura dos clientes por produtos e serviços financeiros para apoiar os seus esforços de			
Atenuação das alterações climáticas		Curto prazo (CB, IB FIC) Médio prazo (PB) Longo prazo (AM)		Aumentar as receitas, respondendo à procura dos clientes por produtos e serviços financeiros para limitar as emissões de carbono			
Energia		Curto prazo (CB, IB FIC) Médio prazo (PB)		Aumentar as receitas, respondendo à procura dos clientes por produtos e serviços financeiros para promover a sua mudança para as energias renováveis e melhorar a sua eficiência energética			

Políticas

ESRS 2 MDR-P

O Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank define a metodologia e os procedimentos para classificar as transações, os produtos e serviços financeiros específicos oferecidos pelo Deutsche Bank como sustentáveis. O quadro especifica a lógica de classificação, os critérios dos parâmetros de elegibilidade, os requisitos de diligência ambiental e social aplicáveis e o processo de verificação e monitorização, e é complementado por outras políticas, que fornecem informações adicionais sobre temas específicos. Aplica-se ao Grupo Deutsche Bank a nível mundial, salvo indicação em contrário no quadro. É essencial para a definição de objetivos, a tomada de decisões, a aplicação e a credibilidade junto das partes interessadas.

O Quadro de Investimentos ESG, que estabelece critérios e processos de avaliação para comunicar investimentos como ESG no contexto do objetivo de finanças sustentáveis e investimentos ESG do Deutsche Bank, complementa o Quadro de Financiamento Sustentável do banco. O objetivo é assegurar um método coerente para classificar os instrumentos financeiros e as carteiras geridas que contam para o objetivo de financiamento sustentável e de investimentos ESG do banco. Abrange os instrumentos financeiros detidos por conta dos clientes de Private Bank e a atividade de Gestão de Carteira Discricionária do banco. Além disso, o quadro abrange a gestão dos planos de pensões do Deutsche Bank. A divisão de Asset Management (DWS) não está abrangida pelo Quadro de Investimentos ESG do Deutsche Bank, uma vez que a DWS define a sua própria estratégia de sustentabilidade e segue as políticas específicas da DWS em matéria ambiental e social. Para mais pormenores sobre a estratégia da DWS e políticas específicas, consultar a secção dedicada à "Asset Management" deste capítulo. Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento que se qualificam de acordo com o Quadro de investimentos ESG e são geridos pela DWS, estes podem ser reportados como Ativos sob Gestão tanto para o Private Bank como para a divisão de Asset Management (DWS), uma vez que se tratam de dois serviços qualificados distintos e independentes.

O banco introduziu o seu Quadro de Financiamento da Transição inicial em novembro de 2025, com data efetiva de 1 de janeiro de 2026. O Quadro de Financiamento da Transição complementa o atual Quadro de Financiamento Sustentável e define três parâmetros de financiamento da transição:

- Nível de atividade (parâmetro 1): financiamento de atividades que não são sustentáveis em si mesmas (por exemplo, em comparação com a produção de energias renováveis), mas que permitem reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e são necessárias para a transição para uma economia de zero emissões líquidas
- Nível da entidade (parâmetro 2): transações com objetivos empresariais gerais com contrapartes que prosseguem estratégias de transição credíveis
- Soluções indexadas à sustentabilidade (parâmetro 3): instrumentos que incentivam os clientes a atingir objetivos ambiciosos de desempenho em matéria de sustentabilidade, não se limitando a indicadores-chave de desempenho relacionados com o clima ou com as emissões de gases com efeito de estufa

O Quadro de Financiamento da Transição está totalmente integrado nos processos de governação do Deutsche Bank e recebeu um parecer positivo da ISS-Corporate, confirmando o alinhamento com as normas de mercado em evolução.

O banco segue uma abordagem estruturada e colaborativa para desenvolver e melhorar os seus quadros relacionados com a sustentabilidade. Os ajustamentos relevantes são geralmente alinhados através de várias rondas iterativas com as principais partes interessadas do banco para garantir que as diferentes perspetivas, requisitos técnicos e desenvolvimentos regulamentares são devidamente considerados. Para alterações materiais, a aprovação final é concedida pelo Comité de Sustentabilidade do Grupo.

Após a aprovação, os quadros são disponibilizados ao público e internamente através da publicação nos sites oficiais do banco e em microsites dedicados, incluindo o microsite do Gabinete de Sustentabilidade, acessível a todos os colaboradores. A publicação e a implementação dos quadros são geralmente apoiadas através de múltiplos canais internos para garantir que as partes interessadas afetadas são informadas e podem aceder à documentação relevante.

Ações e recursos

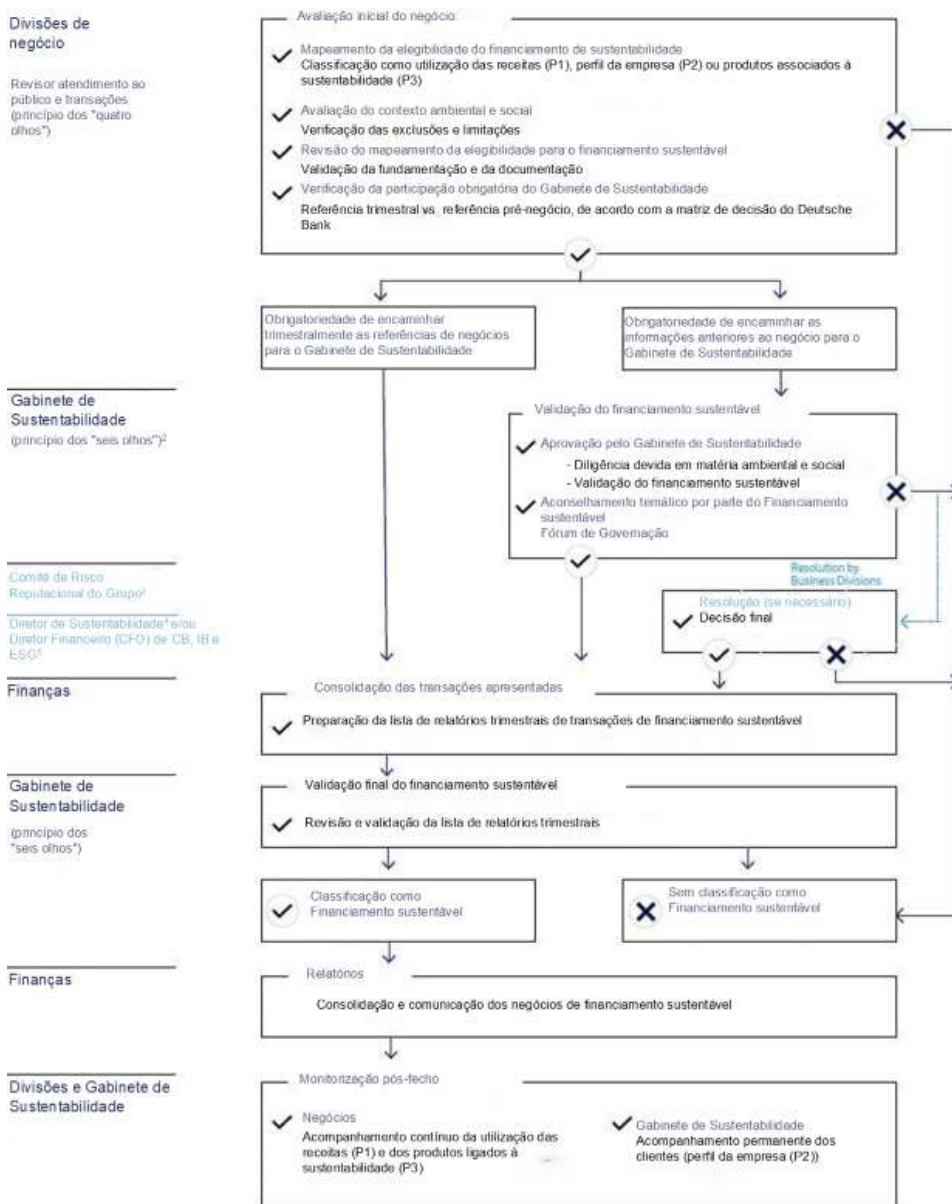
ESRS 2 MDR-A

Em conformidade com o seu Quadro de Financiamento Sustentável, o Quadro de Investimentos ESG e o Quadro de Financiamento da Transição, o Deutsche Bank desenvolve produtos que apoiam a adaptação às alterações climáticas. Para mais informações sobre os produtos e as ações do Deutsche Bank, consultar os capítulos correspondentes de cada uma das atividades.

Processo de validação do financiamento sustentável

O processo de validação do financiamento sustentável é ilustrado no esquema abaixo. Só após o Gabinete de Sustentabilidade classificar um negócio como estando em conformidade com o Quadro de Financiamento Sustentável é que a transação poderá ser contabilizada para a meta de 500 mil milhões de euros em investimentos em financiamento sustentável e ESG do banco e divulgada como tal pela área Financeira.

Processo de classificação do financiamento sustentável¹



¹ Possibilidade de desvios em relação ao processo de classificação esquemática do financiamento sustentável

² Não é necessária uma avaliação de seis olhos para empresas específicas se terceiros selecionados confirmarem a conformidade com as normas de sustentabilidade

³ O Comitê de Risco Reputacional do Grupo detém a autoridade decisória final em matéria de diligência devida ambiental e social

⁴ O Diretor de Sustentabilidade detém a autoridade decisória final para a classificação do financiamento sustentável

⁵ O CFO CB, IB e ESG detém o poder de decisão final sobre a contribuição do volume de financiamento sustentável

A validação em relação ao quadro é efetuada numa base transação a transação e de programa. As estatísticas de validação são apresentadas no quadro seguinte.

Transações avaliadas no âmbito do Quadro de Financiamento Sustentável

	31 dez 2025	31 dez 2024
Número de transações sobre as quais foram tomadas decisões finais	1.301	1.219
Das quais aprovadas	1.122	1.076
Parâmetro 1 – Utilização das receitas	910	765
Parâmetro 2 – Perfil da empresa	104	121
Parâmetro 3 – Produtos indexados à sustentabilidade	108	190
Das quais recusadas	179	140
Das quais remetidas para os comités competentes	—	3
Das quais aprovadas ¹	—	3
Das quais recusadas	—	—

¹ As aprovações em 2024 aplicam-se a três empresas diferentes e não se baseiam em transações individuais. As empresas foram aprovadas pelo Comitê de Sustentabilidade do Grupo

Formação e sensibilização

O Gabinete de Sustentabilidade disponibiliza uma série de recursos para ajudar a desenvolver capacidades e a transferir conhecimentos em matéria ESG. Isto inclui o Centro de Sustentabilidade global, que funciona como repositório central de conhecimentos relacionados com a sustentabilidade. Integrado na intranet do banco, inclui conhecimentos sobre a estratégia de sustentabilidade do banco, atualizações trimestrais dos progressos, órgãos de governação relevantes, quadros e processos específicos, bem como um glossário sobre os principais termos de sustentabilidade. Além disso, fornece ligações para centros de informação descentralizados (das divisões e funções do banco, bem como da equipa dedicada ao Financiamento Sustentável e à Diligência Devida em Matéria Ambiental e Social do Gabinete de Sustentabilidade) e outras possibilidades de formação, tais como gravações de formações anteriores sobre Financiamento Sustentável e percursos de aprendizagem, acessíveis através do sistema de gestão da aprendizagem do banco. Isto ajuda a incorporar um entendimento comum da ambição e dos processos de sustentabilidade do banco através de uma aprendizagem autónoma.

Para reforçar ainda mais os conhecimentos sobre os riscos ESG, são organizadas regularmente duas formações obrigatórias globais que abrangem os riscos ESG para todo o pessoal: a formação de sensibilização para o greenwashing, com um calendário de 18 meses, e a formação de sensibilização para os riscos, com um calendário de 24 meses. Ambas as formações estão sujeitas ao processo de sinalização de alerta, no qual os superiores hierárquicos recebem um alerta relacionado com a remuneração caso os seus subordinados diretos não concluam a formação dentro do prazo de 30 dias. Além disso, estas ações de formação fazem parte do compêndio de formação para novos colaboradores, garantindo que todos os membros do pessoal têm uma compreensão básica dos riscos ESG.

Com o objetivo de assegurar um conhecimento adequado ao nível do órgão de gestão, o Diretor de Sustentabilidade tem um espaço anual fixo na agenda de formação do Conselho de Administração do banco.

A nível regional, o Gabinete de Sustentabilidade realizou três ações de formação ESG específicas em 2025, na sequência de pedidos regulamentares. A nível divisional e funcional, existem formações adicionais sobre os riscos ESG, que se baseiam nos conteúdos fornecidos a nível central, mas incluem informações mais pormenorizadas e adaptadas a públicos-alvo específicos.

Além disso, as empresas criaram, em 2025, os seguintes programas de formação em sustentabilidade específicos das divisões:

- O Corporate Bank proporcionou aprofundamentos setoriais específicos em todos os setores relevantes e continuou a reforçar as capacidades relacionadas com a sustentabilidade no seio das suas equipas de front-office orientadas para o cliente; os formatos de formação abrangeram a estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank, os principais desenvolvimentos regulamentares e a governação e políticas de sustentabilidade do banco, complementados por sessões temáticas que refletiam a evolução das necessidades do mercado e dos clientes; estas atividades permitiram às equipas orientadas para o cliente interagir com os clientes em questões de sustentabilidade e apoiá-los ao longo dos seus percursos de transição
- A área de Fixed Income and Currencies do Investment Bank ofereceu formação aos seus colaboradores ao longo do ano sobre temas fundamentais de sustentabilidade, incluindo a diligência devida em matéria ambiental e social, o financiamento de transição, incluindo as zero emissões líquidas, e o quadro de financiamento sustentável do banco
- A área de Investment Banking and Capital Markets do Investment Bank ofereceu formação ao pessoal ao longo do ano sobre diversos temas relacionados com a sustentabilidade, tais como o financiamento sustentável nos mercados de capitais e os produtos e serviços da banca de investimento, bem como o financiamento da transição, incluindo as zero emissões líquidas e as vias de transição, o risco climático e os desenvolvimentos regulamentares associados ao clima, e os processos de risco ambiental e social e de diligência devida

- Além disso, as áreas de Fixed Income and Currencies e Investment Banking and Capital Markets organizaram conjuntamente uma sessão de partilha de conhecimentos para os colaboradores sediados no Reino Unido, abrangendo a estratégia de sustentabilidade do banco, os seus resultados e prioridades, em linha com os compromissos mais alargados do banco

- O Private Bank proporcionou aos seus colaboradores uma vasta gama de formações sobre temas de sustentabilidade, incluindo módulos especializados para serviços de consultoria de investimento e financiamento, bem como formatos como a formação de sensibilização para o greenwashing; a oferta foi complementada por campanhas direcionadas e oportunidades de networking, por exemplo, através da rede de Embaixadores ESG na Wealth Management Alemanha, a recém-lançada Global ESG Investments Update Call, e iniciativas adicionais centradas na renovação energeticamente eficiente de propriedades residenciais
- Para a divisão de Asset Management, a DWS ofereceu um quadro de educação para a sustentabilidade, incluindo apresentações gravadas e materiais de formação escritos sobre tópicos-chave de ESG relevantes tanto para o setor de gestão de ativos como para a DWS; além disso, a DWS disponibilizou uma plataforma para a certificação de Analista Ambiental, Social e de Governança (ESG); em 31 de dezembro de 2025, a DWS contava com 399 colaboradores ativos com certificação ESG.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-T, ESRS E1-4

O Deutsche Bank integra objetivos de financiamento sustentável e de investimento ESG no seu planeamento estratégico desde 2020. A abordagem do banco caracteriza-se pelo detalhe, concentração no curto prazo, transparência e mensurabilidade, com objetivos repartidos por divisão ao longo de um horizonte de planeamento plurianual. O objetivo de financiamento sustentável foi definido através de uma abordagem estruturada que envolveu a colaboração com as partes interessadas das divisões do banco, do Gabinete de Sustentabilidade e do Departamento Financeiro. Este processo teve em conta as últimas observações do mercado e as práticas dos seus pares como fatores-chave que influenciam a trajetória esperada das atividades de financiamento sustentável e assegurou que os objetivos refletem tanto as prioridades estratégicas do banco como a evolução dos desenvolvimentos externos.

Os progressos realizados em relação a estes objetivos são comunicados e partilhados com as partes interessadas relevantes numa base trimestral e anual, garantindo a responsabilização. O relato do banco é tridimensional, estendendo-se aos níveis de negócio e subnegócio, por área de impacto e dimensão do cliente. O relato está associado a pontos de referência externos reconhecidos, nomeadamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Esta abordagem aprofundada do planeamento financeiro, da orientação e da comunicação de informações, bem como o historial do Deutsche Bank em matéria de comunicação de volumes de financiamento sustentável desde 2020, sublinham o compromisso do banco para com o financiamento sustentável.

A contribuição para o volume de financiamento sustentável financiado ou facilitado pelo Deutsche Bank é calculada e comunicada com base nas práticas estabelecidas no setor para medir o desempenho nas categorias de financiamento, emissão de obrigações, criação de mercado e investimentos, bem como os ativos dos planos de pensões do Deutsche Bank. A metodologia de relato adota a perspetiva da função de origem, que não está necessariamente relacionada com a divulgação do balanço do Deutsche Bank. Relativamente ao financiamento e à emissão, a comunicação baseia-se no fluxo de novas atividades no período de referência e acumulado desde o ano de referência de 2020. Para os criadores de mercado, o relato baseia-se no volume médio anual do inventário de obrigações elegíveis. No caso dos ativos sob gestão, o relato baseia-se no justo valor das existências dos ativos sob gestão e dos ativos do plano de pensões no final do período.

As contribuições do Corporate Bank, Investment Bank, incluindo Fixed Income and Currencies, e Investment Banking and Capital Markets, Private Bank e Corporate & Other encontram-se resumidas nos quadros seguintes. São apresentados mais pormenores sobre a evolução de cada uma das atividades nos respetivos subcapítulos correspondentes deste capítulo. Os destaques selecionados visam ilustrar o impacto global do Deutsche Bank na área do financiamento sustentável nas suas diferentes divisões e produtos.

Financiamento sustentável e investimentos ESG – volumes acumulados por atividade

em mil milhões de euros. ¹	31 dez 2025					
	Financiamento	Emissão	Criação de mercado	Ativos sob Gestão ²	Ativos de planos de pensões ²	Total
Corporate Bank	91	—	—	—	—	91
Investment Bank	98	192	1	—	—	291
Fixed Income and Currencies	85	59	1	—	—	146
Investment Banking and Capital Markets	13	132	—	—	—	145
Private Bank	17	—	—	62	—	80
Corporate & Other	—	—	—	—	9	9
Total	206	192	1	62	9	471

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Valor das ações no final do período

	31 dez 2024					
em mil milhões de euros. ¹	Financiamento	Emissão	Criação de mercado	Ativos sob Gestão ²	Ativos de planos de pensões ²	Total
Corporate Bank	70	—	—	—	—	70
Investment Bank	71	153	1	—	—	224
Fixed Income and Currencies	61	47	1	—	—	109
Investment Banking and Capital Markets	10	106	—	—	—	116
Private Bank	15	—	—	53	—	68
Corporate & Other	—	—	—	—	10	10
Total	156	153	1	53	10	373

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Valor das ações no final do período

Em 2025, o Deutsche Bank alcançou um aumento no volume de investimentos em financiamento sustentável e ESG, conforme definido no Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank e no Quadro de Investimentos ESG do Deutsche Bank, de 98 mil milhões de euros, em comparação com o aumento de 93 mil milhões de euros em 2024, encerrando o ano de 2025 com um volume acumulado de 471 mil milhões de euros (excluindo a divisão de Asset Management (DWS)). Além disso, a divisão de Asset Management (DWS) comunicou ativos sob gestão abrangidos pelas orientações da ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) no valor de 85 mil milhões de euros em 2025.

Os volumes incrementais de 98 mil milhões de euros em 2025 foram principalmente impulsionados por volumes incrementais de financiamento no valor de 50 mil milhões de euros e volumes de emissão no valor de 39 mil milhões de euros. O aumento de 9 mil milhões de euros no volume dos ativos sob gestão do Private Bank reflete sobretudo um aumento dos mandatos de carteira discricionária.

Uma discriminação dos volumes incrementais de financiamento sustentável e de investimento ESG em 2025 por tipo de cliente é apresentada no gráfico abaixo.

Volumes incrementais de financiamento sustentável e de investimento ESG em 2025, por tipo de cliente¹



¹ Excl. Asset Management (DWS)

Uma vez que o Deutsche Bank considera que os pontos de referência externos validáveis são essenciais no seu percurso da ambição ao impacto ambiental e associa os seus progressos a quadros externos reconhecidos, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o banco avalia a forma como as suas atividades de financiamento, emissão e criação de mercado contribuem para 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. As atividades de financiamento, emissão e criação de mercado representaram 90 mil milhões de euros do volume incremental total de 98 mil milhões de euros previsto para 2025. O banco associa-os aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo que, em alguns casos, uma transação pode ser atribuída a mais do que um objetivo, uma vez que algumas categorias se sobrepõem entre si e não estão claramente separadas.

Os valores percentuais referidos no gráfico abaixo mostram os contributos das atividades incrementais de financiamento, emissão e criação de mercado do Deutsche Bank, no valor de 90 mil milhões de euros em 2025, para 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



4%
vida na terra



3%
vida debaixo de
água



20%
ação climática



6%
consumo e produção
responsáveis



10%
cidades e comunidades
sustentáveis



3%
redução das
desigualdades



8%
indústria, inovação e
infraestruturas



4%
sem pobreza



2%
erradicação da
fome



6%
saúde de
bem-estar



3%
educação de
qualidade



3%
igualdade de
gênero



5%
água potável e
saneamento



18%
energia acessível e
limpa



5%
trabalho digno e
crescimento
económico

Corporate Bank

ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 SBM-1 Vista geral

O Corporate Bank desempenha um papel central nas operações financeiras diárias dos clientes através da sua rede global e de uma profunda experiência local. Enquanto parceiro de transição, apoia os clientes de todas as cadeias de valor do setor na consecução de objetivos estratégicos, no reforço da sua competitividade e da resiliência e na gestão das suas operações financeiras, integrando simultaneamente capacidades de financiamento sustentável nas atividades de tesouraria e de financiamento. O Corporate Bank continua a adaptar as suas capacidades de financiamento sustentável alinhadas com o setor para responder à evolução das necessidades dos clientes e para permitir a transição entre modelos de negócio, facilitando o progresso rumo aos objetivos de neutralidade carbónica através da combinação de um profundo conhecimento do setor com soluções financeiras personalizadas.

O Corporate Bank serve todo o universo de clientes empresariais, abrangendo clientes multinacionais, MidCorp e Business Banking. Através de uma rede global de Promotores do Financiamento Sustentável em todas as áreas de cobertura e produtos, o Corporate Bank oferece um conjunto abrangente de soluções financeiras sustentáveis. A equipa de Soluções para Clientes em Finanças Sustentáveis contribui com conhecimento especializado do setor, apoia o envolvimento global com os clientes, oferece liderança intelectual em temas-chave de finanças sustentáveis, lidera o envolvimento com as partes interessadas, desenvolve materiais e formação e impulsiona a implementação da estratégia de financiamento sustentável do Corporate Bank. O Diretor de Financiamento Sustentável do Corporate Bank lidera esta estratégia para a franquia, conduz a sua implementação em todos os produtos e coberturas, e é membro do Conselho Executivo do Corporate Bank.

O Corporate Bank apoia a expansão das energias renováveis e a construção de infraestruturas através das suas capacidades de financiamento de ativos e de projetos, bem como o desenvolvimento de capacidades de financiamento no domínio dos ativos como um serviço para promover a transformação da eficiência energética. O Corporate Bank também oferece uma vasta gama de soluções financeiras sustentáveis para o "Mittelstand" alemão e para as empresas familiares, através do seu Corporate Sustainability Suite, que é continuamente aperfeiçoado para responder à evolução das necessidades dos clientes.

A atividade de Strategic Corporate Lending do Corporate Bank centra-se na concessão de financiamento a clientes empresariais predominantemente multinacionais; a carteira inclui linhas de crédito renováveis indexadas à sustentabilidade, com os clientes a associarem a sua estratégia de sustentabilidade ao seu financiamento; a Strategic Corporate Lending contribuiu com um total de 8 mil milhões de euros para os volumes de financiamento sustentável do Corporate Bank em 2025 (2024: 7 mil milhões de euros).

A atividade de Trade Finance and Lending do Corporate Bank oferece uma variedade de produtos de financiamento sustentável intra e extrapatrimoniais, que vão desde os empréstimos indexados à sustentabilidade e operações documentais de comércio externo, soluções de financiamento da cadeia de abastecimento e garantias, a empréstimos verdes, financiamento de infraestruturas a longo prazo e financiamento de projetos. Nos seus diversos subprodutos, a atividade de Trade Finance and Lending contribuiu com um total de 12 mil milhões de euros para o volume de financiamento sustentável do Corporate Bank em 2025 (2024: 10 mil milhões de euros).

O Community Development Finance Group do Corporate Bank nos EUA apoia a criação e a preservação de habitação acessível para comunidades de baixo e médio rendimento, pequenas empresas com acesso limitado a capital e investimentos em fundos que procuram gerar impacto social positivo; a unidade de negócio contribuiu com um total de 56 milhões de euros para o volume de financiamento sustentável do Corporate Bank em 2025 (2024: 9 milhões de euros).

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Corporate Bank (volumes acumulados)

em mil milhões de euros. ¹	31 dez 2025	Contribuição em 2025	31 dez 2024
Financiamento	91	20	70
Emissão	—	—	—
Criação de mercado	—	—	—
Ativos sob Gestão ²	—	—	—
Ativos de planos de pensões ²	—	—	—
Total	91	20	70

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
² Valor das ações no final do período

O volume acumulado de financiamento sustentável do Corporate Bank ascendia a 91 mil milhões de euros no final de 2025. Os volumes incrementais em 2025 totalizaram 20 mil milhões de euros, sendo todos referentes a empréstimos e financiamentos, face aos 17 mil milhões de euros no ano anterior. Destes 20 mil milhões de euros, 10 mil milhões de euros foram empréstimos e facilidades de crédito às empresas indexados à sustentabilidade. Apesar da contínua incerteza macroeconómica e geopolítica, o Corporate Bank aumentou os seus volumes de financiamento sustentável em termos anuais. Este crescimento reflete o compromisso do Deutsche Bank de apoiar os seus clientes na transição para modelos de negócio mais sustentáveis e na conquista dos seus objetivos estratégicos.

Destaques

Em 2025, o Corporate Bank facilitou um vasto leque de transações de financiamento sustentável que sublinham a sua posição como parceiro estratégico de transição para os seus clientes. Os destaques selecionados incluem:



O Deutsche Bank atuou como financiador, Mandated Lead Arranger e Hedge Provider para o Project Financing sem recurso da infraestrutura de rede da Zona de Energias Renováveis Central West Orana na Austrália, liderado pela parceria ACERREZ (ACCIONA, COBRA, Endeavour Energy). O projeto de referência é a primeira Zona de Energias Renováveis aprovada na Austrália e acrescentará novas linhas de transmissão de alta capacidade, centros de energia e infraestruturas de apoio para facilitar a transferência de energia por fontes de energia renováveis na Zona de Energias Renováveis para os consumidores de eletricidade, desbloqueando inicialmente até 4,5 GW de nova capacidade de rede, e prevendo-se que forneça eletricidade a mais de dois milhões de casas por ano.



O Deutsche Bank foi o mutuante do financiamento do projeto no valor de 685 milhões de euros da Fidra Energy, a maior carteira de sistemas de armazenamento de energia em baterias do Reino Unido. Após a sua conclusão, o sistema de 3.100 MWh terá capacidade para exportar mais de dois milhões de MWh por ano, o suficiente para abastecer cerca de 785.000 casas por ano.



O Deutsche Bank atuou como mutuante em dois pacotes de financiamento de projetos de mais de 3 mil milhões de euros cada para a construção de dois parques eólicos offshore de 720 MW (Bałtyk 2 e Bałtyk 3), pela Polenergia e pela Equinor como joint venture de projetos, localizados na costa polaca. Estes parques eólicos deverão contribuir para o futuro industrial da Polónia, produzindo eletricidade renovável para uma média de dois milhões de agregados familiares polacos, criando oportunidades de emprego e reforçando a segurança energética e a transição energética.



O Deutsche Bank atuou como Bookrunner & Mandated Lead Arranger, Facility Agent, Security Agent, Intercreditor Agent, Co ECA Coordinator e Sustainability Coordinator para o financiamento de 1,7 mil milhões de euros da SHS Stahl Holding Saar GmbH. O financiamento apoia o Projeto "Power4Steel", permitindo a mudança da SHS para a produção baseada em hidrogénio e energias renováveis, visando 3,5 mt de aço de baixo carbono e cerca de 4,8 mt de redução de CO₂ anualmente, reduzindo assim as emissões nacionais de CO₂ da Alemanha em aproximadamente 1%.

Investment Bank

Fixed Income and Currencies

ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 SBM-1

Vista geral

O segmento de Fixed Income and Currencies tira partido da sua experiência na inovação de produtos para estruturar, gerar e distribuir ativos que satisfaçam as necessidades de sustentabilidade em rápida evolução dos clientes. Os quatro principais objetivos da área de Fixed Income and Currencies são: apoiar os clientes ligando investidores e emitentes; aumentar o volume de empréstimos sustentáveis; apoiar os planos de transição energética dos clientes; e inovar e alargar a gama de produtos.

Em 2025, a estrutura organizacional de ESG em Fixed Income and Currencies passou por uma recalibração para melhor se alinhar com a estratégia integrada do Deutsche Bank para o cliente e seu compromisso com a sustentabilidade. Na prossecução de uma abordagem unificada e holística do cliente, o financiamento sustentável e a consultoria ESG em todo o banco de investimento foram consolidadas sob uma única liderança global. Em junho de 2025, foi nomeado um Diretor Global de Financiamento Sustentável para o Investment Bank, que continuará a colaborar estreitamente com o Gabinete de Sustentabilidade para impulsionar iniciativas de sustentabilidade tanto para os clientes como para o banco, assegurando que a consultoria e a execução da sustentabilidade permanecem no centro do diálogo com os clientes. Esta mudança estrutural reflete a dedicação contínua do Deutsche Bank à sua agenda de sustentabilidade e o seu empenho em fornecer soluções integradas nas suas operações do Investment Bank.

Os volumes incrementais de financiamento sustentável em 2025 na atividade de Global Financing and Credit Trading totalizaram 21 mil milhões de euros (2024: 15 mil milhões de euros). O crescimento continuou a partir de 2024, revelando um aumento do financiamento de centros de dados eficientes do ponto de vista energético e de transações indexadas à sustentabilidade na utilização de energias renováveis nas transações de receitas.

O segmento de atividade Rates fornece soluções de gestão de risco para emitentes de obrigações e empréstimos sustentáveis. Também emite e investe em empréstimos e obrigações de habitação a preços acessíveis e lares de idosos nos Estados Unidos. Em 2025, a atividade de Rates contribuiu com 12 mil milhões de euros para o volume de investimentos em financiamento sustentável e ESG do Deutsche Bank (2024: 13 mil milhões de euros). As soluções de gestão de risco para centros de dados e empréstimos para energias renováveis foram os principais fatores que impulsionaram os volumes. O segmento de atividade Rates também facilitou 65 obrigações verdes estruturadas em 2025.

A atividade Global Emerging Markets tem uma forte presença no desenvolvimento de novas soluções de sustentabilidade, estruturando e executando soluções inovadoras e premiadas de financiamento e gestão de risco indexadas à sustentabilidade para a sua base de clientes globais. No geral, a franquia Global Emerging Markets contribuiu com 4 mil milhões de euros em 2025 para o volume de investimentos em financiamento sustentável e ESG do banco (2024: 3 mil milhões de euros).

A atividade de Global Foreign Exchange tem sido pioneira em derivados indexados à sustentabilidade, estruturando soluções inovadoras para responder às necessidades e exigências dos clientes. O Deutsche Bank pretende continuar a inovar neste domínio, ajudando os seus clientes a alinhar a sua estratégia de sustentabilidade com as suas estratégias de cobertura. No geral, a franquia Global Foreign Exchange contribuiu com mil milhões de euros em 2025 para o volume de investimentos em finanças sustentáveis e ESG do banco (2024: 0 mil milhões de euros).

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Fixed Income and Currencies (volumes acumulados)

em mil milhões de euros. ¹	31 dez 2025	Contribuição em 2025	31 dez 2024
Financiamento	85	24	61
Emissão	59	12	47
Criação de mercado	1	1	1
Ativos sob Gestão ²	—	—	—
Ativos de planos de pensões ²	—	—	—
Total	146	37	109

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Valor das ações no final do período

No final de 2025, o segmento de Fixed Income and Currencies tinha 146 mil milhões de euros em volumes acumulados de financiamento sustentável. Em 2025, o segmento Fixed Income and Currencies contribuiu com 37 mil milhões de euros adicionais em volumes de financiamento sustentável, em comparação com 31 mil milhões de euros em 2024. Em 2025, a combinação das contribuições em volume do Financiamento Sustentável mudou em comparação com 2024. Os ativos de infraestruturas digitais e o financiamento das energias renováveis registaram um aumento relativo, enquanto as contribuições dos serviços financeiros (incluindo os empréstimos indexados à sustentabilidade, o financiamento de fundos e o reempréstimo às PME) diminuíram. Em 2025, o segmento de Fixed Income and Currencies registou 4 mil milhões de euros de titularização sustentável, contribuindo para o objetivo de financiamento sustentável do Grupo. Destes 2 mil milhões de euros, 50% foram validados externamente, recebendo uma classificação da Associação Internacional do Mercado de Capitais, uma segunda opinião ou ambos. O segmento de Fixed Income and Currencies contribuiu com 4 mil milhões de euros em 2025 para empréstimos a empresas indexados à sustentabilidade.

Destaques



NeXtWind: o Deutsche Bank atuou como Coordenador Global da NeXtWind no financiamento da dívida no valor de 1,4 mil milhões de euros. A NeXtWind, uma empresa alemã líder no setor das energias renováveis, planeia reequipar e otimizar uma carteira de parques eólicos terrestres existentes, ajudando a empresa a financiar a construção de mais de 150 novas turbinas eólicas em mais de metade dos seus parques eólicos existentes.



EcoDataCenter: o Deutsche Bank foi o Sole Lead Arranger e subscritor do financiamento sénior garantido de 600 milhões de euros concedido à EcoDataCenter, um fornecedor sueco de infraestruturas digitais. Os fundos apoiarão o crescimento contínuo, facilitando a expansão dos centros de dados de Falun e Borlänge. A EcoDataCenter obteve a classificação Platinum EcoVadis em agosto de 2024, o que a coloca entre o 1% das melhores empresas a nível mundial.



Mota-Engil: o Deutsche Bank atuou como Mandated Lead Arranger para a Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A. num empréstimo de 171 milhões de euros indexado à sustentabilidade, apoiado por uma garantia parcial de crédito, o primeiro concedido pelo Banco Africano de Desenvolvimento a uma empresa de Engenharia, Aprovisionamento e Construção em África. Este financiamento apoiará a Mota-Engil na execução de uma série de projetos em vários países africanos, incluindo infraestruturas de transportes, serviços ambientais, sistemas de água e saneamento e obras de construção civil com eficiência energética. Os KPI implementados estão alinhados com o Quadro de Financiamento Indexado à Sustentabilidade da empresa.

Investment Banking and Capital Markets

ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 SBM-1

Vista geral

O segmento de Investment Banking and Capital Markets (IBCM), anteriormente denominado Origination and Advisory, presta apoio holístico aos clientes em matéria de financiamento sustentável e do impacto de questões ESG mais vastas nas suas prioridades estratégicas e financeiras. O IBCM aspira a ser um parceiro de confiança para os percursos de sustentabilidade dos clientes, ajudando-os a gerir a evolução da regulamentação, nos desenvolvimentos do mercado e nas preferências dos investidores. Além disso, a empresa apoia as transições dos clientes para um futuro resiliente e sustentável.

Em referência às alterações organizacionais descritas na secção FIC anterior, foi nomeado em junho de 2025 um Diretor Global de Financiamento Sustentável para o Investment Bank. Esta mudança destaca o compromisso contínuo do Deutsche Bank para com a sustentabilidade e a execução integrada em todo o Investment Bank.

Como parte da liderança intelectual em termos de ESG do segmento de Investment Banking and Capital Markets, o IBCM colaborou com a Associação Internacional de Mercados de Capitais na sua iniciativa de tradução de orientações e princípios para promover a consistência global no que se refere às normas de financiamento sustentável. O IBCM organizou a sua terceira Conferência sobre Clima e Segurança durante a Semana do Clima de Londres e o seu quarto evento virtual para investidores e emitentes do Grupo de Instituições Financeiras na Europa, fomentando o diálogo sobre temas relacionados com a sustentabilidade, a transição e a natureza, bem como sobre as tendências mais gerais do mercado.

Em 2025, o segmento de Investment Banking and Capital Markets apoiou os clientes na obtenção de financiamento sustentável nos mercados de dívida com grau de investimento e alavancados, contribuindo para 30 mil milhões de euros em volumes globais de financiamento e investimento (2024: 27 mil milhões de euros). O Deutsche Bank estabeleceu parcerias com empresas globais, instituições financeiras e clientes do setor público num vasto leque de transações de financiamento sustentável, incluindo instrumentos de empréstimos e obrigações de financiamento sustentável inaugural. Além disso, o IBCM executou múltiplas transações alinhadas com o rótulo European Green Bond Standard, facilitando mais de mil milhões de euros em volumes de emissão neste formato.

Em relação a uma tabela de classificação anual para a dívida com grau de investimento, o Deutsche Bank ficou em 3.º lugar a nível mundial no rótulo de obrigações verdes, com 3,6% de quota de mercado. Em todos os produtos com o rótulo ESG, o Deutsche Bank classificou-se em 3.º lugar a nível mundial, com 5,0%, em 3.º lugar na região EMEA, com 5,6% de quota de mercado, e em 1.º lugar na região DACH, com 8,8% de quota de mercado, nas principais divisas para o ano de 2025.

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Investment Banking and Capital Markets (volumes acumulados)

em mil milhões de euros. ¹	31 dez 2025	Contribuição em 2025	31 dez 2024
Financiamento	13	3	10
Emissão	132	26	106
Criação de mercado	—	—	—
Ativos sob Gestão ²	—	—	—
Ativos de planos de pensões ²	—	—	—
Total	145	30	116

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Valor das ações no final do período

No final de 2025, o volume de financiamento sustentável e investimento do segmento de Investment Banking and Capital Markets atingiu um total acumulado de 145 mil milhões de euros, dos quais 30 mil milhões de euros representaram um aumento em 2025. O volume de financiamento sustentável do IBCM foi impulsionado por um desempenho ligeiramente mais forte nos mercados de capitais de dívida, resultando em volumes de financiamento mais elevados em comparação com 2024.

Destaques



Banco Europeu de Investimento: o Deutsche Bank atuou como Joint Lead Manager na Obrigação de Responsabilidade Ambiental do Banco Europeu de Investimento, no valor de 3 mil milhões de euros, alinhada com o rótulo European Green Bond Standard. A transação representou a maior obrigação de sempre emitida ao abrigo da Norma Europeia para as Obrigações Verdes em 2025.



Corporación Andina De Fomento: o Deutsche Bank atuou como Joint Lead Manager na emissão de obrigações sustentáveis a sete anos da Corporación Andina De Fomento (CAF), no valor de 1,5 mil milhões de euros. Esta foi a primeira emissão de referência da CAF ao abrigo do seu Quadro de Financiamento Sustentável recentemente atualizado, com as receitas a serem afetadas a projetos ecológicos e sociais elegíveis.



Sobha Realty: o Deutsche Bank atuou como Joint Lead Manager e ESG Structuring Coordinator para o primeiro sukuk verde a cinco anos da Sobha Realty, denominado em dólares dos Estados Unidos, no montante equivalente a 644 milhões de euros, cujos recursos serão alocados ao financiamento ou refinanciamento de projetos verdes elegíveis no âmbito do Quadro de Financiamento Verde da Sobha Realty.

Private Bank

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 SBM-1

O Private Bank tem como objetivo proporcionar aos seus clientes uma atividade bancária responsável e pretende ser o seu parceiro de confiança nos dois principais setores de clientes, Personal Banking e Wealth Management. Oferece consultoria diferenciada em sustentabilidade e uma vasta gama de serviços financeiros a clientes de serviços bancários privados e pessoais, pessoas com rendimentos elevados, empreendedores e administradores de património familiar, bem como clientes empresariais em países selecionados.

Vista geral

Financiamento

O Private Bank oferece aos seus clientes opções de empréstimo e financiamento dedicadas à sustentabilidade. Os volumes de empréstimos só são reportados como sustentáveis se cumprirem os critérios ambientais ou sociais.

Na Alemanha e em Espanha, o Private Bank continuou a desenvolver produtos e serviços que facilitam a melhoria da eficiência energética dos proprietários de habitações.

O Private Bank na Alemanha oferece aos seus clientes uma vasta gama de produtos e serviços para o financiamento de imóveis residenciais privados. Para este efeito, uma plataforma sob a marca BHW serve como um possível ponto de contacto, "Modernização facilitada". Os clientes têm à sua disposição uma variedade de especialistas na área da eficiência energética, artesãos especializados em janelas e aquecedores, bem como consultores para um financiamento adequado. Para além do produto hipotecário verde para financiamento de novas construções e modernizações de acordo com uma maior eficiência energética, que está disponível nas marcas Deutsche Bank e BHW, o empréstimo climático BHW é mais adequado para o investimento em medidas singulares de eficiência energética, como sistemas de aquecimento, janelas ou instalação de energia fotovoltaica.

A cooperação com o Banco Europeu de Investimento (BEI) em 2025 reforça ainda mais o empenho do Deutsche Bank e da BHW no financiamento sustentável da habitação, nomeadamente através do sucesso contínuo do programa de financiamento Green Mortgages. Neste programa, os clientes continuam a beneficiar de um desconto de 20 pontos base em relação à taxa de financiamento normal. As condições para a construção de novos edifícios residenciais privados ou para a sua modernização, que se baseiam nos requisitos da taxonomia da UE, continuam a aplicar-se.

A nível mundial, o Private Bank oferece aos seus clientes de Wealth Management uma assistência financeira alargada no que respeita às suas necessidades de crédito no domínio do financiamento sustentável. Isto diz respeito a uma série de classes de ativos, incluindo, entre outros, bens imobiliários comerciais, bens imobiliários de alta qualidade, aeronaves e financiamento de projetos. No segmento de Wealth Management, os empréstimos são normalmente classificados como indexados à sustentabilidade quando o ativo subjacente que garante a exposição relevante é energeticamente eficiente ou serve um objetivo social. Os empréstimos podem também ser estruturados como "Indexados a KPI", em que os clientes são incentivados a cumprir determinados objetivos ESG em troca de uma redução da margem a pagar se esses objetivos forem atingidos.

O Private Bank também apoia as empresas na consecução dos seus objetivos de sustentabilidade em mercados internacionais selecionados, por exemplo, através de (i) financiamento da construção de infraestruturas críticas de energias renováveis, (ii) financiamento do desenvolvimento de novos serviços de transportes públicos eficientes do ponto de vista energético ou (iii) disponibilização de empréstimos a entidades que normalmente não seriam elegíveis para financiamento, mas que têm uma clara necessidade de liquidez em setores em desenvolvimento. Este financiamento aplica-se em Itália e em Espanha, bem como através de empréstimos a micro, pequenas e médias empresas elegíveis na Índia.

Investimentos

Em conformidade com o quadro de investimentos ESG do Grupo, o Private Bank oferece aos seus clientes uma gama de soluções de investimento centradas na sustentabilidade. Estas incluem mandatos de gestão discricionária de carteiras, fundos de consultoria, investimentos alternativos e instrumentos do mercado de capitais.

Em 2025, a abordagem do Private Bank para classificar os produtos de investimento como ESG foi melhorada para incluir as exclusões do Climate Transition Benchmark, tal como estipulado pelas diretrizes da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados sobre a utilização de termos ESG ou relacionados com a sustentabilidade na designação dos fundos.

Os mandatos de gestão discricionária de carteiras do Private Bank utilizam dados da MSCI para excluir determinados setores do universo de investimento, em conformidade com o quadro de investimentos ESG do Grupo. Além disso, os títulos subjacentes às carteiras devem ter uma notação ESG mínima da MSCI. Em conformidade com os requisitos regulamentares regionais, estes mandatos devem também estar alinhados com as características de sustentabilidade definidas. Os mandatos de carteiras discricionárias com critérios ESG são oferecidos pelo Private Bank nas principais regiões e, em 2025, o banco continuou a centrar os esforços de venda nesta oferta fundamental.

Os fundos da lista de consultoria do Private Bank são avaliados pelo Global Funds Research para determinar se cumprem os requisitos mínimos de classificação ESG. Os fundos ESG devem ter uma estratégia ESG qualificada, cumprir uma classificação ESG mínima da MSCI, conforme estipulado no Quadro de Investimentos ESG do Grupo, e estar alinhados com os regulamentos de sustentabilidade definidos na região aplicável. A equipa de investigação do Fundo Global efetua diligências devidas adicionais em matéria ESG para que os fundos sejam ativamente promovidos como ESG nos processos de consultoria. Em 2025, a equipa Global Funds Research continuou os seus esforços para avaliar os fundos ESG através da procura ativa de ofertas de diversas classes de ativos. O número de fundos ESG que cumprem os critérios definidos nas listas recomendadas pelo Private Bank foi de 47 fundos de investimento e 108 fundos negociados em bolsa (2024: 55 fundos de investimento e 109 fundos negociados em bolsa).

A classificação dos fundos alternativos ESG segue os requisitos mínimos de classificação definidos descritos no parágrafo anterior, com a equipa Global Funds Research a realizar a devida diligência ESG antes de quaisquer soluções serem ativamente promovidas como ESG nos processos de consultoria.

A abordagem ESG aos instrumentos do mercado de capitais está alinhada com os Princípios de Obrigações Verdes e Sociais da Associação Internacional do Mercado de Capitais (ICMA). Consequentemente, os títulos verdes, sociais e de sustentabilidade ligados ao Deutsche Bank ou a terceiros são considerados instrumentos ESG se cumprirem todas As quatro componentes principais dos princípios da ICMA, que são: utilização dos recursos, divulgação do processo de avaliação e seleção do projeto, gestão dos recursos e relatórios anuais sobre as alocações.

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Private Bank (volumes acumulados)

em mil milhões de euros. ¹	31 dez 2025	Contribuição em 2025	31 dez 2024
Financiamento	17	2	15
Emissão	—	—	—
Criação de mercado	—	—	—
Ativos sob Gestão ²	62	9	53
Ativos de planos de pensões ²	—	—	—
Total	80	12	68

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
² Valor das ações no final do período

Os investimentos do Private Bank em financiamento sustentável e ESG totalizaram 80 mil milhões de euros em dezembro de 2025, contribuindo com 12 mil milhões de euros no ano, em comparação com os 9 mil milhões de euros alcançados em 2024. O aumento de 9 mil milhões de euros no volume dos ativos sob gestão reflete principalmente um aumento dos mandatos de carteiras discricionárias, enquanto o aumento de 2 mil milhões de euros no financiamento sustentável é predominantemente impulsionado por novos negócios de empréstimos sustentáveis e fluxos contínuos dos programas de empréstimos em curso.

Destaques

Em 2025, o Private Bank na Alemanha lançou a consultoria estratégica em matéria de energia para clientes de Wealth Management com ativos imobiliários através da sua parceira preferencial, a consultora de eficiência energética Fuchs & Eule. O serviço inclui a devida diligência energética e aconselhamento estratégico de financiamento para ajudar os clientes a tomar decisões políticas economicamente sólidas com uma relação custo-benefício ideal e uma taxa de financiamento máxima. Através da análise individual da carteira, os clientes obtêm uma visão global da sua carteira imobiliária, permitindo a identificação precoce de riscos e potenciais. Isto permite-lhes concentrar-se nos ativos críticos e gerir de forma visível, comparável e prioritária as medidas baseadas em indicadores-chave de desempenho económicos e energéticos.

Como área de foco da estratégia do Deutsche Bank para evitar emissões de CO₂ no setor da construção residencial, o Private Bank na Alemanha oferece aos clientes e partes interessadas com ativos imobiliários, através da plataforma de eventos para clientes openHaus, uma plataforma de transferência intensiva de conhecimentos e de discussão sobre o tema "Renovação de imóveis com eficiência energética".

Os empréstimos às micro, pequenas e médias empresas na Índia permitem ao Private Bank oferecer produtos a pequenas empresas que, de outra forma, não receberiam financiamento, sendo alguns empréstimos apoiados por programas governamentais. Até ao

final de 2025, 2.897 (2024: 2.771) empréstimos a prazo e facilidades de crédito renováveis com um volume total de 344 milhões de euros (2024: 361 milhões de euros) foram concedidos a clientes de micro, pequenas e médias empresas.

Reconhecendo a importância a longo prazo da alocação estratégica de ativos no perfil de risco e rentabilidade de uma carteira de clientes, a oferta de fundos de alocação estratégica de ativos do Deutsche Bank continuou a ser o foco em 2025 como a principal oferta com fluxos líquidos positivos.

Asset Management

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 SBM-1
Vista geral

Com 1 bilhão de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2025, a divisão de Asset Management, que opera sob a marca DWS, serve uma base de clientes diversificada de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no mercado doméstico do banco na Alemanha. O investimento responsável faz parte da sua história há mais de vinte anos, e a DWS está empenhada em agir e investir no melhor interesse dos seus clientes.

ativos sob Gestão ao abrigo do ESMA e SFDR

A partir de 2025, a DWS divulga os ativos sob gestão que se enquadram no âmbito das Orientações da ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) sobre nomes de fundos que utilizam termos relacionados com o ESF ou a sustentabilidade (Orientações da ESMA) e, por conseguinte, cumprem os seus requisitos ("AuM da ESMA"). Os AuM da ESMA referem-se a fundos que utilizam termos relacionados com ESG ou sustentabilidade nos seus nomes, que se enquadram no âmbito das Orientações da ESMA e para os quais a DWS atua como Sociedade Gestora ou Gestora de Fundos de Investimento Alternativo (AIFM). Estão incluídos todos os produtos Ativos, Passivos e alternativos. Uma vez que as Orientações da ESMA entraram em vigor apenas em maio de 2025 para os produtos existentes, a DWS aplicou uma abordagem baseada em pressupostos para o valor de AuM da ESMA de 2024, mapeando os produtos no seu conjunto de produtos de 2025 que se enquadram no âmbito da definição de AuM da ESMA para os seus valores de AuM correspondentes em 31 de dezembro de 2024.

Além disso, a DWS fornece relatórios de ativos ao abrigo dos artigos 6.º, 8.º e 9.º do atual regime de Regulamento de Divulgação de Financiamento Sustentável (AuM ao abrigo do SFDR). De acordo com o SFDR, o artigo 6.º do SFDR refere-se a produtos financeiros que não se centram na sustentabilidade, o artigo 8.º do SFDR abrange produtos financeiros que promovem características ambientais ou sociais e o artigo 9.º do SFDR aplica-se a produtos financeiros com um objetivo de investimento sustentável.

A maioria dos fundos de retalho da DWS domiciliados na Europa e geridos ativamente continuam a aplicar um dos dois filtros DWS ESG: Norma de Investimento ESG da DWS ou Exclusões Básicas da DWS:

- O filtro das Exclusões Básicas da DWS representa a abordagem fundamental da DWS para incorporar determinadas exclusões na política de investimento do fundo em causa; os fundos que aplicam este filtro reportam de acordo com o artigo 8.º do SFDR
- O filtro “Norma de Investimento ESG da DWS” alarga as exclusões em comparação com o filtro de Exclusões Básicas da DWS e abrange os fundos que têm termos relacionados com ESG ou sustentabilidade nos seus nomes. Assim, este filtro foi melhorado para incorporar os requisitos das Orientações da ESMA no início de 2025. Esses fundos são divulgados nos termos do artigo 8.º ou 9.º do SFDR

Ativos sob Gestão (AuM) ao abrigo do SFDR e AuM da ESMA

em mil milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Artigo 6.º	441	406
Artigo 8.º	363	323
Artigo 9.º	1	1
AuM ao abrigo do SFDR – Total	805	730
dos quais: AuM da ESMA ¹	85	82

¹ Com base em pressupostos: Os AuM da ESMA para 2024 são calculados através do mapeamento dos produtos no conjunto de produtos da DWS que se enquadram no âmbito da definição de AuM da ESMA para os seus valores de AuM correspondentes em 31 de dezembro de 2024. Para manter a comparabilidade e a transparência, de acordo com os requisitos do parágrafo 13 da ESRS 2, a DWS divulga os indicadores de AuM ao abrigo do SFDR e da ESMA para o período de relato atual e anterior. Uma vez que as Orientações da ESMA só entraram em vigor em maio de 2025 para os produtos existentes, a DWS aplicou uma abordagem baseada em pressupostos para o valor dos AuM da ESMA de 2024

Tendo em conta a incerteza que rodeia as revisões propostas para o SFDR 2.0 e outros desenvolvimentos regulamentares, a DWS não definiu objetivos quantitativos para estes indicadores. A DWS continuará a monitorizar o ambiente de mercado e regulamentar no contexto da sua abordagem à comunicação de produtos geridos em relação a características ambientais, sociais ou de governação.

Ativos líquidos

A responsabilidade fiduciária da DWS é agir no melhor interesse dos seus investidores e clientes, o que inclui a integração dos riscos de sustentabilidade e a identificação de oportunidades relacionadas com a sustentabilidade como pilares fundamentais dos seus processos de investimento, bem como o exercício de atividades de gestão em nome dos seus investidores e clientes.

No negócio de Ativos, os riscos e oportunidades de sustentabilidade são considerados em várias etapas dos processos de investimento, como na análise fundamental do emitente e na gestão da carteira. A integração é ainda orientada pela política de investimento de uma carteira individual e pelas características de sustentabilidade específicas de cada produto. De um modo geral, a integração do risco de sustentabilidade é regida por procedimentos internos, tendo em conta as diferenças de jurisdição e os diferentes requisitos regulamentares.

Para os ETF Xtrackers geridos passivamente e domiciliados na Europa, são definidas normas mínimas sobre a forma de efetuar uma avaliação abrangente dos riscos e oportunidades de investimento, incorporando as características relacionadas com a sustentabilidade nos processos de diligência devida e seleção do índice subjacente (Índice de Referência), quando aplicável. Qualquer alteração nas características relacionadas com a sustentabilidade é geralmente motivada por uma consulta do fornecedor do índice relevante e impulsionada por uma evolução nas orientações regulamentares ou nas expectativas dos investidores em termos de características relacionadas com a sustentabilidade.

Em 2025, a DWS Investment GmbH publicou a Declaração de Gestão da DWS como parte das suas atividades de gestão em curso. Abrange tanto o exercício de direitos de voto pela DWS Investment GmbH como o seu envolvimento com empresas emittentes de ações líquidas e/ou títulos de dívida. A declaração de gestão define a forma como a DWS Investment GmbH exerce a gestão através do envolvimento com as empresas investidas e a utilização efetiva dos direitos de voto, a governação e a supervisão dessas atividades e a forma como a DWS Investment GmbH apresenta relatórios sobre as mesmas. Os detalhes do processo de envolvimento estão descritos na Política de Envolvimento da DWS, enquanto a abordagem ao governo da sociedade e ao voto por procuração estão descritos na Política de Governo da Sociedade e Voto por Procuração 2025.

Atualizada em 2025, a Política de Envolvimento da DWS define o âmbito do envolvimento com as empresas investidas em todas as classes de ativos, a governação, incluindo as responsabilidades, os critérios de seleção das empresas investidas, a definição de objetivos e prioridades temáticas, as medidas de monitorização e escalonamento e a gestão de conflitos de interesses. É emitida pela DWS Investment GmbH e considera as atividades de envolvimento delegadas atribuídas a esta entidade por outras entidades da EMEA que fazem parte do Grupo DWS.

Não estão abrangidas por esta política as carteiras cuja gestão foi subdelegada da DWS Investment Management Americas, Inc., DBX Advisors LLC, RREEF Americas L.L.C. para a DWS Investment S.A., DWS Investment GmbH, DWS International GmbH ou DWS CH AG.

A Política de Governo da Sociedade e Voto por Procuração da DWS para 2025 fornece uma visão geral dos principais fatores que a DWS Investment GmbH considera ao avaliar as propostas nas assembleias de acionistas e está disponível no site da DWS. Define as atuais orientações de voto da DWS Investment GmbH e reflete os princípios e valores fundamentais que sustentam a abordagem à governação empresarial - abrangendo áreas como a composição do conselho de administração, a remuneração dos executivos, a transparência e independência dos auditores e os direitos dos acionistas. Estes princípios foram aperfeiçoados ao longo do tempo, incluindo atualizações em 2025, e constituem a base da presente política. Além disso, a política delineia a abordagem de votação em matéria de sustentabilidade, com especial destaque para os riscos relacionados com o clima.

A política aplica-se a atividades de votação relativas a participações de capital que a DWS Investment GmbH pode realizar como sociedade gestora de fundos por lei, ou quando a DWS Investment GmbH tiver sido nomeada por outras entidades da EMEA do Grupo DWS para realizar essas atividades em seu nome.

Para as entidades jurídicas da DWS nos EUA, existe uma política de voto por procuração separada, a Política e Diretrizes de Voto por Procuração da DWS Americas. A política foi concebida para garantir que as procurações são votadas no melhor interesse económico dos seus clientes e de boa fé após uma análise adequada. Considera, em determinadas circunstâncias, a Política de "Sustentabilidade" das diretrizes de voto por procuração do ISS sobre questões sociais e de sustentabilidade.

Em 2025, para fundos e mandatos domiciliados nas entidades legais da DWS na Europa e na Ásia, a DWS apresentou votos num total de 5.809 assembleias de acionistas em 4.247 empresas investidas em 65 mercados. Trata-se de uma diminuição de 5% das reuniões votadas e de 1% das empresas votadas em relação a 2024. Para os fundos de investimento domiciliados nos EUA, a DWS votou num total de 9.217 reuniões em 6.483 empresas participadas em 2025.

Votação por procuração e compromissos

Números de votos por procuração	31 dez 2025	31 dez 2024
Para mandatos e fundos domiciliados em entidades jurídicas da DWS na Europa ¹ e na Ásia ² (votos apresentados)	5.809	6.085
Empresas submetidas a voto	4.247	4.310
Para mandatos e fundos domiciliados em entidades jurídicas da DWS nos EUA (votos apresentados)	9.217	9.249
Empresas submetidas a voto	6.483	6.567
Número de compromissos		
Perguntas sobre a participação em Assembleias-Gerais Anuais enviadas aos conselhos de administração das empresas para assembleias de acionistas virtuais/físicas de fundos e mandatos domiciliados na Europa ¹	55	67
Compromissos empresariais para fundos e mandatos domiciliados na Europa ^{1,3}	414	632

¹ Em conformidade com o âmbito da Política de Governo da Sociedade e de Voto por Procuração da DWS

² A DWS Investment GmbH atua como consultor de representação para as entidades jurídicas individuais da DWS na Ásia, para as quais a DWS Investment GmbH fornece recomendações de voto, sendo que os direitos de voto e a execução do voto cabem à entidade correspondente de Hong Kong e do Japão

³ O total de 414 compromissos em 2025 incluiu 73 compromissos com empresas investidas nos EUA detidas por fundos domiciliados na UE

O DWS ESG Engine é uma ferramenta de software proprietária e recolhe dados de várias fontes, incluindo os principais fornecedores comerciais de dados ESG. Para as classes de ativos onde os dados estão disponíveis, os dados são normalizados e agregados em pontuações e classificações de avaliação ESG que são utilizadas por diferentes funções dentro da DWS. A equipa ESG Engine and Solutions é responsável pela validação dos resultados produzidos pelo DWS ESG Engine, o que é feito em ciclos de atualização regulares. Ao longo de 2025, foram utilizados vários fornecedores externos de dados comerciais ESG. Os dados são disponibilizados aos analistas de investigação e aos gestores de carteiras de ativos líquidos através da plataforma Aladdin e servem de apoio à investigação, à tomada de decisões de investimento e à gestão de carteiras de acordo com diretrizes de investimento específicas do produto.

Ativos ilíquidos

Imobiliário

A DWS Real Estate reconhece a importância de identificar, avaliar e gerir os riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade como parte integrante da condução dos negócios. A DWS Real Estate concentra-se nos seguintes aspetos ESG, que são importantes para os investimentos em ações e/ou dívida imobiliária: transitórios (por exemplo, eficiência energética dos edifícios), físicos (por exemplo, risco de inundação), normas sociais (por exemplo, classificação de sustentabilidade do bem-estar) e governação (por exemplo, classificação de risco de terceiros de um garante de dívida). Estes aspetos de sustentabilidade podem apresentar tanto riscos como oportunidades para o desempenho financeiro dos ativos imobiliários e os investimentos podem ter efeitos ambientais e sociais positivos e negativos. Por conseguinte, a DWS Real Estate adota uma abordagem fiduciária aos aspetos de sustentabilidade e ao desempenho da sustentabilidade na gestão de investimentos imobiliários privados, definindo uma gama de operações entre os limites de risco ESG e financeiro. O limite do risco ESG diz respeito aos riscos em que as medidas adequadas para avaliar e gerir os aspetos ESG, se não forem tomadas em tempo útil, podem ter um impacto negativo na sustentabilidade e no desempenho financeiro esperado a longo prazo do ativo ou da carteira. O limite do risco financeiro está relacionado com os efeitos negativos de medidas de sustentabilidade inadequadas (por exemplo, medidas inoportunas ou demasiado extensas) no cumprimento dos objetivos de investimento.

A DWS Real Estate identificou oito tópicos de sustentabilidade, que são mais relevantes para a gestão de investimentos imobiliários e agrupou-os nos quatro temas de sustentabilidade seguintes:

- Resiliência, abrangendo a eficiência na construção e funcionamento e a adaptação dos ativos às condições externas, incluindo as relacionadas com as alterações climáticas
- Bem-estar, englobando o conforto físico e mental dos ocupantes e a qualidade do ar
- Natureza, incluindo a circularidade nos edifícios e a proteção dos ecossistemas contra a poluição
- Comunidade, abrangendo a acessibilidade da habitação e a participação das partes interessadas

A DWS Real Estate procura avaliar e verificar o desempenho da sustentabilidade ao nível dos ativos e da carteira, bem como os processos de gestão de ativos da DWS, utilizando classificações, certificações e referências de terceiros bem estabelecidas, tais como a Energy Star, BREEAM, LEED, CRREM, GRESB e PRI, conforme viável e aplicável. As certificações de edifícios sustentáveis oferecem uma avaliação e classificação holísticas do desempenho dos ativos imobiliários, dos tópicos de sustentabilidade relevantes para o sector imobiliário e dos temas de sustentabilidade. O processo de investimento compreende três fases: investigação e estratégia, planeamento e execução da carteira. Os aspetos ESG e o desempenho de sustentabilidade são elementos importantes a considerar em cada fase, que inclui análises de riscos e oportunidades. A devida diligência em matéria de sustentabilidade é concluída antes da aquisição. As conclusões são apresentadas ao comité de investimento e incluem os problemas detetados, as medidas necessárias e a subscrição.

Após a aquisição, os gestores de ativos e de carteiras acompanham o desempenho em termos de sustentabilidade, com o objetivo de atenuar os riscos e identificar potenciais oportunidades de criação de valor como parte do planeamento contínuo do negócio. Para os investimentos em ações, o plano de ação anual para a sustentabilidade dos ativos baseia-se no desempenho alcançado e na consequente revisão do perfil de risco dos ativos e da carteira, no plano de investimento da carteira, incluindo o período de detenção dos ativos, e nos objetivos da estratégia de sustentabilidade da carteira. A estratégia de sustentabilidade da carteira é definida como a integração de aspetos ESG na construção e gestão de uma carteira para obter retornos financeiros a longo prazo juntamente com um desempenho positivo em termos de sustentabilidade.

Infraestrutura

A DWS procura integrar considerações em termos de sustentabilidade no quadro de investimento no negócio de infraestruturas em todas as fases do ciclo de vida dos seus investimentos, desde a seleção inicial e a devida diligência às fases de gestão e alienação dos ativos. O negócio de infraestruturas interage com a gestão da empresa em carteira para discutir os objetivos e a comunicação em termos de sustentabilidade da DWS. Durante o período de detenção, a DWS monitoriza os fatores materiais de sustentabilidade relevantes para as empresas da carteira, incluindo aspetos ambientais, como a pegada de carbono, e a utilização de energia e de água. Isto é alcançado através da comunicação regular de indicadores por parte das empresas da carteira e através da realização

da avaliação anual de benchmarking de infraestruturas do Global Real Estate Sustainability Benchmark (GRESB), tanto ao nível do fundo como dos ativos. A diligência devida inclui considerações relacionadas com o clima e é integrada no documento do Comité de Investimento e apresentada ao Comité de Investimento para apreciação.

O negócio de infraestruturas também elabora um relatório anual sobre Investimento Sustentável e Responsável para os investidores em cada um dos seus fundos de ações. Este relatório aborda várias iniciativas de sustentabilidade e o desempenho dos investimentos subjacentes do fundo e, desde 2024, o relatório inclui informações alinhadas com a abordagem de divulgação relacionada com o clima, originalmente desenvolvida no âmbito do TCFD e atualmente integrada na IFRS S2 do ISSB.

Durante o ano de 2025, a DWS Infrastructure atualizou o seu Quadro de Sustentabilidade e os Documentos de Implementação de Sustentabilidade para investimentos de dívida e de capital ao abrigo dos quais o negócio opera (anteriormente, o Sistema de Gestão Ambiental e Social (ESMS)) para refletir todos os desenvolvimentos relevantes aplicáveis no ambiente de sustentabilidade e para reforçar os procedimentos. O Quadro aplica-se a investimentos de carteira, potenciais e existentes, nas atividades europeias de capitais próprios e de dívida no setor de infraestruturas. Também estabelece a forma como a DWS se envolve com as empresas da sua carteira e assegura que recebe relatórios regulares sobre questões de sustentabilidade, apoiando a monitorização de métricas relacionadas com a sustentabilidade ao longo do tempo.

A atividade de Dívida no setor de Infraestruturas funciona ao abrigo do Quadro de Sustentabilidade acima referido e utiliza também uma metodologia de pontuação de sustentabilidade própria e personalizada, que tem sido implementada em investimentos novos e existentes desde 2021. A metodologia apoia o processo global de investimento e a monitorização contínua dos riscos ambientais das carteiras de dívida de infraestruturas, entre outros riscos de sustentabilidade.

O negócio de infraestruturas garante que as aptidões e competências são mantidas de acordo com as necessidades da DWS para implementar adequadamente as suas políticas de sustentabilidade e operar o seu Quadro e os documentos de Implementação de forma eficaz através da implementação da sua matriz de competências e formação.

Corporate & Other

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 SBM-1 Vista geral

O quadro de investimentos ESG do Deutsche Bank é utilizado para avaliar se os ativos do plano de pensões do banco cumprem os critérios para serem comunicados como parte do objetivo de financiamento sustentável e de investimentos ESG.

Conforme especificado no Quadro de Investimentos ESG, é necessário cumprir critérios mínimos de elegibilidade para que um plano de pensões seja comunicado como parte do objetivo de financiamento sustentável e de investimentos ESG do banco. Os critérios mínimos de elegibilidade incluem critérios de seleção quantitativos e qualitativos destinados a assegurar o alinhamento dos investimentos subjacentes com os limiares ou critérios de elegibilidade das receitas específicos do sector. Além disso, o quadro estabelece que a aplicação dos critérios de elegibilidade e o processo de investimento associado estão sujeitos a princípios de viabilidade e de governação.

Contribuição para o objetivo a nível do Grupo

Financiamento sustentável e investimentos ESG – Corporate & Other (volumes acumulados)

em mil milhões de euros. ¹	31 dez 2025	Contribuição em 2025	31 dez 2024
Financiamento	—	—	—
Emissão	—	—	—
Criação de mercado	—	—	—
Ativos sob Gestão ²	—	—	—
Ativos de planos de pensões ²	9	(1)	10
Total	9	(1)	10

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Valor das ações no final do período

Os ativos do plano de pensões de Corporate & Other ascendiam a 9 mil milhões de euros no final de 2025, em comparação com 10 mil milhões de euros no final de 2024. O decréscimo homólogo de mil milhões de euros reflete a abordagem de investimento orientada para as responsabilidades dos planos, segundo a qual o aumento das taxas de juro durante o período conduziu a uma redução tanto das obrigações subjacentes às pensões como dos ativos correspondentes dos planos de pensões.

Divulgações ao abrigo do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)

O Deutsche Bank aplicou as regras de comunicação ao abrigo do Ato Delegado relativo às Divulgações (UE) 2021/2178, conforme alterado pelo Ato Delegado Omnibus (UE) 2026/73, publicado no Jornal Oficial em janeiro de 2026. O banco observa que o FAQ de dezembro de 2025 ainda está em fase de projeto, pelo que quaisquer outras implicações serão avaliadas após a sua publicação no Jornal Oficial da Comissão Europeia.

O Regulamento Taxonomia da UE (UE 2020/852) visa atribuir financiamento a sectores ambientalmente sustentáveis e apoiar a transição para uma economia sustentável, estabelecendo as orientações e os critérios para as atividades económicas que as sociedades financeiras e não financeiras podem classificar como ambientalmente sustentáveis. Em particular, procura apoiar atividades económicas com os seguintes objetivos ambientais:

- Mitigação das alterações climáticas: incluindo atividades que estabilizem as concentrações de gases com efeito de estufa na atmosfera
- Adaptação às alterações climáticas: incluindo soluções que reduzam substancialmente o risco dos impactos adversos das alterações climáticas atuais ou que forneçam soluções de adaptação que ajudem a evitar o risco destes impactos adversos nas pessoas, na natureza ou noutros bens
- Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos: incluindo atividades que contribuam para o desenvolvimento de um bom estado das águas, incluindo as águas superficiais e subterrâneas, ou que evitem a sua deterioração quando já se encontram em bom estado
- Transição para uma economia circular: incluindo atividades destinadas a uma utilização mais eficiente dos recursos naturais, em especial dos materiais de base biológica sustentáveis e de outras matérias-primas, na produção, aumentando a durabilidade e a responsabilidade dos produtos
- Prevenção e controlo da poluição: incluindo atividades que reduzam as emissões de poluentes para a atmosfera, melhorem a qualidade do ar, minimizem a produção de resíduos e evitem a libertação de substâncias nocivas para o ambiente
- Proteção e recuperação da biodiversidade e dos ecossistemas: incluindo atividades que permitam alcançar um estado de conservação favorável dos habitats e espécies naturais e seminaturais ou evitar a sua deterioração quando o seu estado de conservação já é favorável

O Deutsche Bank foi um dos primeiros bancos internacionais a referir-se explicitamente ao Regulamento Taxonomia da UE no seu Quadro de Financiamento Sustentável a nível do Grupo. Em particular, o banco alinhou os critérios de elegibilidade do seu Quadro de Financiamento Sustentável, numa base de melhores esforços, com os critérios técnicos de seleção da Taxonomia da UE (TSC) para uma contribuição substancial, especificamente aqueles relacionados com os objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas. O Quadro de Financiamento Sustentável do banco foi atualizado pela última vez em janeiro de 2026 e recebeu um parecer de uma segunda entidade da ISS-Corporate. À medida que a compreensão global das questões ambientais e sociais e a Taxonomia da UE continuarem a evoluir, estes critérios poderão ser alterados.

À semelhança das verificações "Não Prejudicar Significativamente" e "Salvaguardas mínimas ambientais" do desempenho do cliente em relação aos objetivos ambientais e sociais exigidos pela Taxonomia da UE, o Deutsche Bank já realiza análises da abordagem global de gestão e do desempenho dos clientes em relação aos desafios ambientais e sociais comuns aos sectores em que o cliente opera (para mais informações sobre estas análises, ver o capítulo "Diligência devida ESG" da presente Declaração de Sustentabilidade).

Em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento Taxonomia da UE e com os atos delegados de divulgação de informações conexos, no final do exercício de 2025, as sociedades financeiras têm de determinar e divulgar a proporção de exposições elegíveis para a Taxonomia da UE nos seus ativos cobertos (ou seja, o total dos ativos menos as exposições a administrações centrais, bancos centrais, emitentes supranacionais, empresas e entidades não sujeitas aos CSRD, derivados, empréstimos interbancários à ordem, caixa e ativos equivalentes a caixa, outras categorias de ativos e a carteira de negociação) relativamente aos seis objetivos ambientais. As exposições alinhadas com a taxonomia da UE devem ser comunicadas relativamente a todos os objetivos ambientais, dos quais os quatro objetivos não climáticos são comunicados pela primeira vez.

Em janeiro de 2026, o Regulamento Delegado (UE) 2026/73 da Comissão foi publicado no Jornal Oficial da União Europeia, desencadeando a sua entrada em vigor e introduzindo modelos de comunicação simplificados. Estes modelos substituem os

extensos modelos do Anexo XII para as atividades nucleares e de gás por uma estrutura simplificada, e também consolidam o rácio de ativos ecológicos (GAR) e os KPI conexos nos seis objetivos ambientais. Embora o regulamento permita o adiamento das divulgações da Taxonomia da UE ou a continuação da utilização dos modelos existentes, o Deutsche Bank optou pela adoção imediata do novo quadro para se alinhar com as expectativas regulamentares, reduzir os encargos administrativos e aumentar a transparência. Os modelos do período anterior não são apresentados devido a alterações estruturais, uma vez que o denominador GAR reformulado e as alterações no âmbito e na classificação da exposição ao risco captados nos cálculos dos KPI impedem a reformulação fiável dos dados do período anterior.

Quando a utilização das receitas é conhecida a nível da transação, o banco considera as exposições relevantes na medida em que a transação subjacente financie uma atividade elegível ou alinhada com a Taxonomia. Para os empréstimos de fins gerais a contrapartes sujeitas às obrigações de divulgação da Taxonomia da UE a partir do final do ano de 2024, o banco considera as exposições ponderadas pelos indicadores-chave de desempenho (KPI) de elegibilidade e alinhamento do volume de negócios e das despesas de capital (capex) divulgados pelos seus clientes. Os KPI do volume de negócios e do capex são recolhidos através de um fornecedor, a MSCI, e mapeados para as contrapartes relevantes. A identificação das empresas obrigadas a prestar informações ao abrigo da Taxonomia da UE e dos atos delegados de divulgação conexos, bem como dos respetivos KPI da Taxonomia, é efetuada no âmbito de um projeto de recolha de dados ESG do banco, com base na materialidade das exposições abrangidas, exceto no que se refere às divulgações dos ativos sob gestão, que se baseiam na classificação de fornecedores externos. Dado que as métricas da Taxonomia da UE estão a evoluir, e com o novo Ato Delegado, existem limitações quanto à quantidade e ao detalhe dos dados disponíveis.

No âmbito das exposições a famílias, os empréstimos imobiliários residenciais a famílias garantidos por bens imóveis residenciais, os empréstimos para renovação de edifícios e os empréstimos para aquisição de veículos automóveis são todos considerados elegíveis para efeitos da Taxonomia. Dado o baixo nível de cobertura do certificado de desempenho energético (CPE) na carteira, o alinhamento com a Taxonomia dos empréstimos imobiliários residenciais foi adicionalmente determinado através dos programas de patrocínio da KfW e das respetivas normas do Centro de Eficiência da KfW ao abrigo das quais os empréstimos foram concedidos. O Deutsche Bank contratou um perito externo do sector para determinar quais as normas que cumprem os critérios técnicos de seleção para uma contribuição substancial, tal como definido nas atividades de mitigação das alterações climáticas 7.1 "Construção de novos edifícios" e 7.7 "Aquisição e propriedade de edifícios" da Taxonomia da UE. Com base nisso, os edifícios construídos até 31 de dezembro de 2020 devem ter um CPE de classe A ou pertencer "aos 15% mais elevados do parque imobiliário nacional ou regional, expressos em termos de Procura de Energia Primária (PED) operacional". Concluiu-se que os edifícios que cumprem os critérios do KfW-70 ou superiores estão em conformidade com o "valor de referência dos 15% mais elevados". Para os edifícios construídos após 31 de dezembro de 2020, a Taxonomia da UE define que a PED tem de ser "pelo menos 10% inferior ao limiar estabelecido para os requisitos de edifícios com necessidades quase nulas de energia (NZEB) nas medidas nacionais". Neste caso, concluiu-se que os edifícios que cumprem os critérios do KfW-40 ou melhores estão em conformidade com o valor de referência de "pelo menos 10% inferior ao NZEB", que se baseia na lei alemã atualizada sobre a energia dos edifícios (GEG/Gebäudeenergiegesetz). Além disso, os CPE já são amplamente exigidos nas novas empresas e a sua disponibilidade para o parque imobiliário residencial deve ser sistematicamente aumentada através de medidas proporcionais.

Para a conformidade com o requisito de "Não Prejudicar Significativamente" ao abrigo da atividade 7.7, a Taxonomia da UE exige uma avaliação sólida dos riscos climáticos e da vulnerabilidade, em conformidade com os critérios estabelecidos no anexo A do Ato Delegado sobre o Clima. O Deutsche Bank operacionalizou esta avaliação com base em dados de fontes externas, utilizando a metodologia dos relatórios do Pilar 3 da ABE, em que o banco transitou de uma abordagem de calibração local para uma metodologia mais atuarial e globalmente calibrada. Esta metodologia melhorada integra dados abrangentes sobre os riscos em todos os locais do mundo, tendo em conta os diversos cenários climáticos e os diferentes períodos de tempo futuros. Considera-se que os edifícios com uma exposição muito elevada a, pelo menos, um risco físico climático não estão alinhados com os critérios da Taxonomia da UE, uma vez que a aplicação de medidas de adaptação não pode ser atualmente verificada.

O Deutsche Bank reconhece a avaliação das garantias sociais mínimas, tal como definido no artigo 18.º do Regulamento Taxonomia da UE, mas também reconhece as orientações da Comissão Europeia na terceira Comunicação da Comissão publicada em novembro de 2024, que confirma, na pergunta 37, que os clientes de retalho não devem ser avaliados em relação aos requisitos de garantias sociais mínimas, ao mesmo tempo que refere que os bancos devem, em vez disso, avaliar "as respetivas empresas [...] que produzem bens e prestam serviços que são adquiridos por clientes de retalho" e cita a "compra de veículos elétricos ou painéis solares" como exemplos de bens móveis abrangidos por este requisito. Assim, para os imóveis residenciais, que constituem ativos imobiliários, não são atualmente avaliadas as garantias sociais mínimas. O Deutsche Bank acompanhará a implementação de novas orientações a este respeito e avaliará a sua aplicação ao banco assim que houver esclarecimentos disponíveis.

No caso dos empréstimos ao consumo, a informação sobre a utilização de receitas não é atualmente recolhida junto dos clientes. Assim, a informação sobre o alinhamento com a Taxonomia da carteira de crédito automóvel do banco não está atualmente disponível. O alinhamento com a Taxonomia da carteira de empréstimos para renovação também não pode ser estabelecido. Por conseguinte, os empréstimos para veículos automóveis e os empréstimos para renovação foram registados em exposições ao risco não avaliadas.

As exposições ao risco sobre SPV são identificadas com base em metodologias internas e avaliadas aplicando uma abordagem "look-through" tanto para o numerador como para o denominador.

O cálculo dos KPI da Taxonomia do Deutsche Bank baseia-se no perímetro de consolidação prudencial e no balanço do FINREP.

O quadro “Resumo dos KPI a divulgar pelas instituições de crédito nos termos do artigo 8.º do Regulamento Taxonomia” resume os KPI do Deutsche Bank no final do ano de 2025, que são apresentados em pormenor na secção “Divulgações tabulares em conformidade com o artigo 8.º”:

- O stock do rácio de ativos verdes (GAR) foi de 2,7%, com base nos KPI do volume de negócios e de 3,2% com base nos KPI de CapEx; o aumento dos rácios em comparação com o ano anterior foi impulsionado pelas alterações ao cálculo do rácio GAR entre 2024 e 2025, uma vez que as simplificações Omnibus permitiram ao banco excluir exposições não-CSRD do denominador
- Os KPI de fluxo do GAR situaram-se em 2,6% e 4,0%, respetivamente; os KPI de fluxo do GAR, bem como as percentagens de cobertura, foram calculados com base no fluxo total de empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio a sociedades financeiras e não financeiras e famílias em relação ao fluxo total de ativos do GAR
- Os KPI relativos às garantias financeiras não foram comunicados devido à sua imaterialidade, uma vez que apenas contribuíram com 0,9% da receita líquida total do Grupo em 2025
- Os KPI do stock de ativos sob gestão situaram-se em 4,7% e 6,9%, respetivamente
- Os KPI relativos à carteira de negociação e às receitas de taxas e comissões não têm de ser divulgados até ao final do ano de 2027

Os números apresentados nos quadros seguintes podem não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. As células em branco representam pontos de dados que não têm de ser comunicados com base nos modelos prescritos pelo Regulamento Taxonomia da UE e pelos Atos Delegados de Divulgação conexos.

Resumo dos KPI a divulgar pelas instituições de crédito nos termos do artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

31 dez 2025		Exposição total a atividades alinhadas com a taxonomia (em milhões de euros)		KPI (em %)		% de cobertura (sobre o total dos ativos) (em %)	Exposições ao risco não avaliadas (% dos ativos cobertos)	Exposições ao risco não avaliadas (% dos ativos cobertos)
		Baseado no	Baseado no	Baseado no	Baseado no		Baseado no	Baseado no
	Stock do rácio de ativos verdes (GAR)	6.460	7.605	2,7	3,2	17,0	2,9	2,9

31 dez 2025		Exposição total a atividades alinhadas com a taxonomia (em milhões de euros)		KPI (em %)		% de cobertura (sobre o total dos ativos) (em %)	Exposições ao risco não avaliadas (% dos ativos cobertos) (em %)	Exposições ao risco não avaliadas (% dos ativos cobertos) (em %)
		Baseado no	Baseado no	Baseado no	Baseado no		Baseado no	Baseado no
	GAR (fluxo)	2.633	4.020	2,6	4,0	10,0	1,8	1,8
	Carteira de negociação	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Garantias Financeiras ¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Ativos sob Gestão	31.447	46.128	4,7	6,9	39,0	—	—
	Rendimentos de serviços e comissões	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

¹ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10 % da receita líquida total

31 dez 2024 ¹		Total de ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental (em milhões de euros)	KPI de volume de negócios	KPI de CapEx	% de cobertura (sobre o total dos ativos)	% de ativos excluídos do numerador do GAR (artigo 7.º, n.ºs 2 e 3 e secção 1.1.2. do Anexo V)	% de ativos excluídos do denominador do GAR (artigo 7.º, n.º 1 e secção 1.2.4. do Anexo V)
		6.097 (Volume de negócios)					
KPI principal	Stock do rácio de ativos verdes (GAR)	7.308 (CapEx)	1,0	1,2	44,3	27,4	55,7

31 dez 2024 ¹		Total de ativos sustentáveis do ponto de vista ambiental (em milhões de euros)	KPI de volume de negócios	KPI de CapEx	% de cobertura (sobre o total dos ativos)	% de ativos excluídos do numerador do GAR (artigo 7.º, n.ºs 2 e 3 e secção 1.1.2. do Anexo V)	% de ativos excluídos do denominador do GAR (artigo 7.º, n.º 1 e secção 1.2.4. do Anexo V)
		820					
		1.392	0,2	0,4	21,4	78,6	—
		N/A	N/A	N/A			
		783 (Volume de negócios)					
KPI adicionais	Garantias financeiras	1.043 (CapEx)	2,4	3,2			
		17.086 (Volume de negócios)					
	Ativos sob gestão	26.933 (CapEx)	1,4	2,2			
	Rendimentos de serviços e comissões	N/A	N/A	N/A			

N/A – Não aplicável

¹ A metodologia de cálculo para o final do ano de 2024 segue o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178 da Comissão; o quadro e os valores comparativos não foram reformulados

Alterações climáticas

Para o Deutsche Bank, atingir o valor de zero emissões líquidas até 2050 significa não só estar à altura das suas responsabilidades, como também tirar partido das oportunidades de negócio decorrentes da transição para uma economia de baixas emissões de carbono. Além disso, o banco está empenhado em gerir os riscos e impactos relacionados com o clima associados às suas atividades de financiamento e investimento. Para apoiar estes objetivos, o nível de ambição do Deutsche Bank inclui objetivos claros e quantificáveis, tanto para a descarbonização de carteiras em indústrias com elevadas emissões de carbono como para o crescimento dos negócios sustentáveis.

Plano de transição

ESRS E1-1

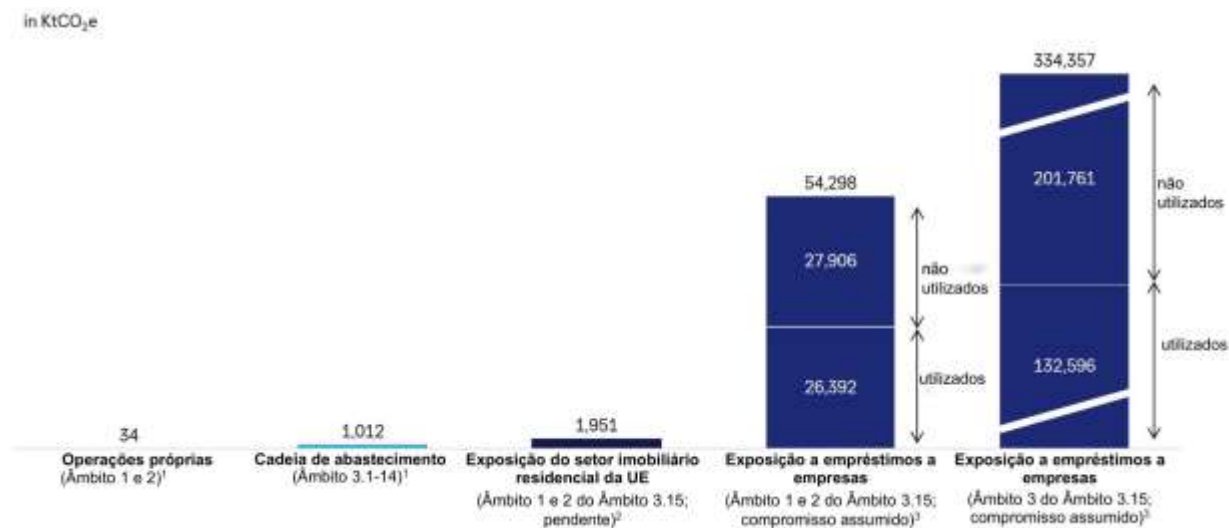
Desde que o Conselho de Administração do Deutsche Bank fez da sustentabilidade uma prioridade estratégica em 2019, o banco fez progressos significativos em todos os âmbitos da emissão de gases de estufa no sentido de alcançar os seus objetivos intermédios para 2030.

Em conformidade com o requisito ESRS E1-1, o Deutsche Bank informa que não está excluído dos índices de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris.

Em outubro de 2023, o Deutsche Bank publicou o seu Plano de transição inicial, que foi atualizado em 2025. O plano descreve os progressos realizados e a estratégia para atingir o seu compromisso de zero emissões líquidas até 2030 (provisório) e 2050, incluindo a consolidação das definições, metodologias, objetivos e realizações do banco no seu percurso, bem como o caminho a seguir. Além disso, adota uma abordagem holística à transição para as zero emissões líquidas do banco para apoiar os objetivos climáticos do Acordo de Paris, centrando-se em três dimensões da descarbonização: as operações do próprio banco (Âmbito 1 e 2); a cadeia de abastecimento do Deutsche Bank (Âmbito 3, Categorias 1 a 14); e o financiamento fornecido aos clientes (Âmbito 3, Categoria 15, excluindo a DWS).

No final de 2025, as emissões de carbono nos três âmbitos eram as seguintes:

Status quo das emissões de CO₂



Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

¹ Âmbito 1, Âmbito 2 (baseado no mercado) e Âmbito 3, Categorias 1-14 incluem números reais para o período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2025 e os números de melhor estimativa para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, que se baseiam no quarto trimestre do ano anterior

² No final do ano de 2025

³ No final do ano de 2025, os cálculos das emissões financiadas baseiam-se nas emissões de Âmbito 1, 2 e 3 divulgadas pelos clientes do Deutsche Bank.

Com 390,62 MtCO₂e e 99,74% do total de emissões do Deutsche Bank, a maior parte resultou das emissões de Âmbito 3, Categoria 15, associadas às carteiras de empréstimos imobiliários residenciais e empresariais do banco na UE. A principal alavanca para uma maior redução é a abordagem destas emissões de Âmbito 3, Categoria 15, através de parcerias com clientes, da introdução de trajetórias de emissões líquidas nulas para os sectores com maior intensidade de carbono e da disponibilização de financiamento sustentável e de transição, bem como de oportunidades de investimento ESG. Os detalhes sobre as metodologias do banco, as metas para 2030 (provisórias) e 2050, e o desenvolvimento das emissões de cada âmbito estão descritos nos subcapítulos seguintes deste capítulo “Alterações climáticas”.

Principais fatores e alavancas de descarbonização

Para implementar o Plano de Transição e alcançar reduções de emissões, o Deutsche Bank baseia-se em estruturas de governação dedicadas, estratégias, métricas e objetivos definidos, bem como em quadros robustos que abrangem as suas próprias operações, cadeia de fornecimento, carteira de imóveis residenciais e carteira de empréstimos a empresas. Além disso, o Deutsche Bank identificou as principais alavancas dentro de cada categoria para promover a redução das emissões e atingir os seus objetivos. No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade e do seu Plano de transição, o Deutsche Bank monitoriza as alavancas de redução das emissões e aperfeiçoa-as conforme adequado. O quadro seguinte apresenta uma panorâmica dos principais fatores e alavancas do Banco:

	Âmbito 1 e 2	Âmbito 3, Categorias 1-14	Âmbito 3, Categoria 15	
	Operações próprias	Cadeia de abastecimento	Imóveis residenciais da UE	Exposição a empréstimos a empresas
Governança	O Comité de Sustentabilidade do Grupo assegura a governação global da gestão relacionada com o clima em todas as suas operações e cadeia de abastecimento, com supervisão trimestral do Diretor de Sustentabilidade. Os progressos e a oferta são geridos através de uma vertente de trabalho específica no âmbito do Comité de Direção dos Principais Resultados da Estratégia de Sustentabilidade		O Comité de Risco do Grupo e o Comité de Sustentabilidade do Grupo constituem a espinha dorsal, por exemplo, aprovando a apetência pelo risco e os objetivos de zero emissões líquidas. Além disso, existe uma estrutura de governação específica para o objetivo de zero emissões líquidas, por exemplo os fóruns Net Zero e as vertentes de trabalho do Comité de Direção dos Principais Resultados da Estratégia de Sustentabilidade	
Estratégia	Reduzir as emissões, por exemplo, aumentando a eficiência energética e utilizando energias renováveis	Reduzir as emissões, por exemplo, mudando para alternativas com menor teor de carbono	Reduzir as emissões, alinhando a carteira do banco com a meta de zero emissões líquidas até 2050 e promover negócios de financiamento sustentável e de transição, bem como oportunidades de investimento ESG.	
Quadros	A gestão climática é orientada pelo Protocolo GHG e pelo Plano de Transição do Grupo		Quadros dedicados apoiam a descarbonização das emissões de Âmbito 3.15 do banco, incluindo o Quadro de Financiamento Sustentável	
	Quadros internos, incluindo as Normas Globais de Engenharia Imobiliária	Nenhum quadro específico	Documento Operacional Chave interno e respetivos Documentos de Desenvolvimento do Modelo	Quadro de Financiamento da Transição, Quadro de Instrumentos Sustentáveis e orientações sectoriais para Carvão Térmico e Petróleo e Gás
Métricas e objetivos	Redução das emissões em 46% até 2030 (base de referência de 2019)	Redução das emissões em 46% até 2030 (base de referência de 2019)	Não existe um objetivo específico, mas sim uma monitorização trimestral dos indicadores relevantes, incluindo as emissões de CO ₂ financiadas	Trajetórias sectoriais de emissões líquidas nulas para 2030 (provisório) e 2050 para os oito sectores com maior intensidade de carbono na carteira de empréstimos a empresas, que são operacionalizadas internamente como orçamentos de carbono
Principais alavancas de descarbonização	Medidas de eficiência para reduzir o consumo global de energia (por exemplo, através de atualizações de equipamentos, recomissionamento de sistemas de gestão de energia de edifícios) Aquisição de energias renováveis a longo prazo e instalação de fontes de energia renováveis no local Mudança de combustíveis com elevadas emissões para	Colaborar com os fornecedores estratégicos do banco para apoiar e monitorizar os seus esforços de descarbonização	Capacitar os particulares, prestando-lhes assistência financeira e aconselhamento especializado Colaboração com clientes empresariais em sectores a montante que fornecem energia e materiais Colaboração com decisores políticos, governos e bancos homólogos para desenvolver metodologias e prioridades	Financiar o desenvolvimento e a expansão das infraestruturas de energias limpas necessárias para a transição da economia para além dos combustíveis fósseis Colaborar com clientes com emissões elevadas para apoiar e financiar a sua descarbonização e transição Rever o compromisso com os clientes que não estão dispostos ou não são capazes de fazer a transição para atividades não intensivas em carbono e, como

Informações detalhadas são fornecidas nos subcapítulos seguintes deste capítulo, bem como no capítulo “Governança da Sustentabilidade” desta Declaração de Sustentabilidade.

Ações-chave e recursos

Em 2025, o Deutsche Bank não incorreu em qualquer CapEx ou OpEx significativo para implementar a sua estratégia de sustentabilidade e o seu plano de transição. O papel do Deutsche Bank na transição para uma economia mais sustentável consiste em apoiar os seus clientes através da oferta de soluções específicas de financiamento sustentável e de transição, bem como de oportunidades de investimento ESG.

O banco está a desenvolver o Plano de Transição à medida que as ferramentas, metodologias e dados para avaliar o impacto climático das suas próprias operações, da cadeia de abastecimento e das atividades dos clientes continuam a evoluir. Em 2025, o Deutsche Bank alargou a sua cobertura de emissões de Âmbito 3, Categoria 15, para incluir emissões facilitadas. Além disso, o banco publicou o seu Quadro de Financiamento de Transição inicial em novembro de 2025, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026. Para a avaliação dos planos de transição das contrapartes, o Deutsche Bank desenvolveu uma Pontuação de Maturidade da Transição automatizada, que será implementada em 2026. Esta pontuação avalia os elementos-chave dos planos de transição climática do cliente, incluindo a ambição, a governação, a estratégia e o desempenho em termos de emissões. Nos próximos anos, o Deutsche Bank pretende aproveitar as oportunidades nos ativos sob gestão dos clientes privados do banco.

Em conformidade com os requisitos regulamentares, o banco atualizará o seu Plano de Transição e, além disso, comunicará anualmente os progressos realizados. Durante o processo de planeamento anual, o Deutsche Bank continua a ter em conta os mais recentes cenários de zero emissões líquidas e as trajetórias da economia em geral para identificar as necessidades de investimento e a sua influência no plano de financiamento e investimento sustentável e de transição do banco.

Em 2023, o Comité de Sustentabilidade do Grupo aprovou a publicação do Plano de Transição Inicial, juntamente com as trajetórias de emissões líquidas nulas e as metas de descarbonização. Além disso, a atualização deste ano foi reconhecida pelo comité. O Conselho de Administração delegou neste Comité de Sustentabilidade do Grupo as decisões relacionadas com a sustentabilidade. Por conseguinte, este comité age como o principal órgão de governação e de tomada de decisões em matéria de sustentabilidade em todo o Grupo Deutsche Bank.

Em 2025, a DWS não publicou um plano de transição climática. A DWS continuará a acompanhar a evolução das normas de mercado e de regulamentação relativas à divulgação de informações adequadas sobre os planos de transição climática. Esta informação servirá de base para a sua abordagem e calendários futuros e inclui os requisitos futuros ao abrigo das regras de concorrência desleal, que exigem planos de implementação que fundamentem quaisquer alegações ambientais feitas.

A informação relativa à abordagem da DWS sobre sustentabilidade e mitigação das alterações climáticas pode ser encontrada no capítulo “Financiamento Sustentável - Gestão de Ativos” e também na subsecção “Métricas e objetivos” do capítulo “Carteiras de Clientes na Gestão de Ativos”.

Operações próprias e cadeia de abastecimento

O Grupo Deutsche Bank, através da sua função Global Real Estate, promove ações climáticas nas suas próprias operações e na cadeia de abastecimento, centrando-se na utilização eficiente da energia e dos recursos utilizados nos escritórios e na comunicação das emissões indiretas de gases com efeito de estufa (GEE) em toda a cadeia de abastecimento.

Governança

ESRS 2 GOV-2

O Diretor do Global Real Estate tem a responsabilidade geral pelo desempenho ambiental nas operações do Grupo a nível mundial e pela comunicação dos impactos dos gases com efeito de estufa relacionados com a cadeia de abastecimento. O titular do cargo define e coordena a estratégia imobiliária global do banco e é apoiado por equipas de gestão regionais, que implementam esta abordagem nos respetivos países, em conformidade com a regulamentação local.

A função reporta ao membro do Conselho de Administração que desempenha as funções de Diretor de Operações, com o qual se reúne regularmente para discutir temas relacionados com o sector imobiliário e o alinhamento com os objetivos de sustentabilidade do Grupo. São realizadas revisões trimestrais com o Diretor de Sustentabilidade para avaliar a orientação estratégica e o desempenho em relação aos objetivos relacionados com o clima. São fornecidas outras atualizações ao Comité de Sustentabilidade do Grupo e ao Conselho de Administração, conforme necessário.

A execução contínua das atividades de sustentabilidade, tanto nas operações próprias como na cadeia de abastecimento, é regida pela estratégia de sustentabilidade do Banco, que constitui um resultado importante (uma prioridade de mudança do banco - Change-The-Bank (CTB)). Os progressos são comunicados mensalmente ao Comité de Direção da Estratégia de Sustentabilidade e trimestralmente ao Comité de Sustentabilidade do Grupo. Os objetivos estabelecidos são também monitorizados através do processo de acompanhamento dos compromissos assumidos por todo o banco, sendo os progressos atualizados semestralmente pelo Comité de Sustentabilidade do Grupo.

O quadro de governação do Banco para a recolha de dados, a quantificação e a comunicação das emissões de gases com efeito de estufa baseia-se na norma ISO 14064, uma norma internacionalmente reconhecida para a contabilização dos gases com efeito de estufa. Além disso, o sistema de gestão de energia do Grupo na Alemanha está certificado segundo a norma ISO 50001, que inclui o acompanhamento mensal e anual dos progressos realizados em relação aos objetivos de redução de energia e de custos.

Estratégia

ESRS E1-2, ESRS 2 MDR-P

A gestão relacionada com o clima das operações próprias e cadeia de abastecimento do Banco baseia-se na estratégia de sustentabilidade mais alargada do Grupo e apoia o seu compromisso de atingir emissões líquidas nulas até 2050. Os elementos operacionais desta estratégia são fornecidos pela função Global Real Estate através do Plano de Transição do banco e das Normas Globais de Engenharia Imobiliária, que em conjunto definem a forma como os objetivos de mitigação das alterações climáticas são traduzidos em ações mensuráveis em todas as operações a nível global. São fornecidos mais detalhes sobre o Plano de Transição no subcapítulo “Plano de transição”, integrado neste capítulo “Alterações climáticas”.

No âmbito das operações do Banco, as Normas Globais de Engenharia Imobiliária definem os princípios de gestão do desempenho ambiental e integram medidas energéticas orientadas para a eficiência que apoiam a transição para operações com baixo teor de carbono e abordam oportunidades importantes de redução das emissões de gases com efeito de estufa. Estas normas estabelecem igualmente requisitos para a aquisição global de eletricidade renovável, em conformidade com as orientações RE100, reforçando a resiliência energética. Os objetivos relevantes são definidos a nível do Grupo e estabelecidos em conformidade com os processos de governação acima descritos, tais como o compromisso do Banco de obter eletricidade 100% renovável até 2025. Estas normas são divulgadas através do sistema de gestão de políticas do Grupo, garantindo a acessibilidade global.

Em toda a cadeia de abastecimento, o banco envolve os seus fornecedores através do Programa da Cadeia de Abastecimento da CDP e de ações de sensibilização específicas, com um foco crescente no apoio aos esforços de descarbonização. Em 2025, o banco solicitou aos seus 500 maiores fornecedores que divulgassem dados sobre as emissões de gases com efeito de estufa através da plataforma CDP. No total, 182 fornecedores responderam, o que representa 56% do total das despesas dos fornecedores submetidas à plataforma. O banco reconheceu que as taxas de resposta foram afetadas por condições externas ao Grupo, que limitaram a participação dos fornecedores. Neste contexto, o banco prossegue o seu diálogo com os fornecedores estratégicos e que não responderam, a fim de melhorar a disponibilidade de dados verificados sobre as emissões de gases com efeito de estufa e, sempre que possível, de dados sobre as emissões específicas do Deutsche Bank. Estes esforços são apoiados por programas de envolvimento dos fornecedores e iniciativas de formação, tanto para os fornecedores como para a própria força de trabalho do banco.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

ESRS 2 SBM-3

Os impactos, riscos e oportunidades em todo o banco são identificados e avaliados através do processo de dupla avaliação de materialidade, conforme detalhado no capítulo “Dupla avaliação de materialidade” desta Declaração de Sustentabilidade.

Em 2025, o Deutsche Bank identificou a oportunidade material nas suas operações próprias e cadeia de abastecimento para avançar com iniciativas de descarbonização e apoiar a concretização dos objetivos climáticos do Grupo. As ações relacionadas, os horizontes temporais e as medidas de desempenho estão resumidos no quadro seguinte.

Tópico: Alterações climáticas							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Atenuação das alterações climáticas	Operações próprias e cadeia de abastecimento	Médio prazo	Oportunidade	Oportunidade de apoiar a transição climática do Deutsche Bank, reduzir os custos e reforçar a reputação da marca do banco através da redução das emissões operacionais de gases com efeito de estufa (GEE)	Plano de transição do Grupo Normas Globais de Engenharia Imobiliária	Implementação de medidas de eficiência energética em toda a carteira imobiliária Aquisição de eletricidade renovável através de instrumentos baseados no mercado Envolvimento com os fornecedores para apoiar as suas iniciativas de descarbonização	Emissões de GEE e respetivos objetivos de redução (Âmbito 1, 2, 3 - Categorias 1-14) Consumo de energia em GWh

Consumo e mix energético

ESRS E1-5, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-T

No âmbito das operações do Deutsche Bank, são tomadas medidas contínuas para melhorar a eficiência energética e reduzir o consumo de energia dos seus edifícios. Isto inclui a utilização de tecnologias mais eficientes, o recomissionamento sistemático do equipamento e a otimização mais ampla das operações do edifício. Paralelamente a estas medidas, o foco na utilização do espaço e a aceleração do programa de redução do espaço do banco apoiam uma diminuição estrutural da procura de energia em toda a área de influência.

O Eco-Performance Management Office (EcoPMO) opera uma abordagem centralizada no âmbito da função Global Real Estate para apoiar a implementação consistente e coordenada de medidas de eficiência energética a nível global. Define os critérios e as responsabilidades para avaliar e aprovar as iniciativas relacionadas com a eficiência e acompanha os seus resultados em paralelo. Isto permite a troca contínua de conhecimentos e de melhores práticas com as equipas de engenharia sobre o desempenho dos edifícios em todas as regiões. São realizadas revisões bimestrais com as equipas regionais para promover um maior alinhamento e a tomada de decisões sobre tópicos de gestão de energia, incluindo prioridades para a descarbonização.

Durante o ano de referência, foram implementadas 86 iniciativas relacionadas com a eficiência a nível mundial. Este facto contribuiu para a redução de 123 GWh no consumo de energia em relação ao ano anterior, o que equivale a uma diminuição global de 23% em termos homólogos. O impacto combinado destas medidas também contribuiu para a concretização do objetivo do banco para 2025 de reduzir o consumo de energia em 30%, em relação a uma base de referência de 2019 de 834 GWh. Em 2025, o consumo de energia proveniente do funcionamento dos edifícios foi reduzido em 51% em relação ao valor de referência.

O quadro seguinte apresenta o consumo total de energia do Grupo, expresso em megawatts-hora (MWh) e é apresentado por fonte, incluindo combustíveis fósseis, energia nuclear e fontes renováveis. O consumo de energia renovável é ainda desagregado em consumo de combustíveis renováveis e eletricidade, calor, vapor e arrefecimento renováveis comprados ou adquiridos. A energia renovável não-combustível auto-gerada, quando aplicável, é apresentada separadamente. A proporção relativa de fontes fósseis, nucleares e renováveis, bem como a variação percentual em relação ao período anterior, são igualmente divulgadas.

Consumo e mix energético ¹

em MWh (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2025 ²	31 dez 2024 ³	Variação em relação ao período anterior
Consumo de energia de fontes fósseis ⁴	177.067	183.986	(4)
Consumo de energia de fontes nucleares ⁵	34	367	(91)
Consumo de energia de fontes renováveis ⁶	230.888	346.563	(33)
Consumo de combustível de fontes renováveis (incluindo biomassa, biocombustíveis, biogás, hidrogénio de fontes renováveis, etc.) ⁷	N/A	N/A	N/A
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos de fontes renováveis ⁸	230.888	346.563	(33)
Consumo de energia renovável não-combustível de produção própria ⁷	N/A	N/A	N/A
Consumo total de energia⁹	407.989	530.917	(23)
Proporção de fontes fósseis no consumo total de energia (em %)	43	35	25
Proporção de fontes nucleares no consumo total de energia (em %)	0,01	0,07	(88)
Proporção de fontes renováveis no consumo total de energia (em %)	57	65	(13)

N/A – Não aplicável

¹ O consumo de energia é divulgado em MWh e reporta ao total de energia consumida durante o período de referência

² Os valores para 2025 incluem números reais para o período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2025 e números de melhor estimativa para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, que se baseiam no quarto trimestre do ano anterior

³ Os valores de anos anteriores são sempre ajustados para uma base de referência de janeiro a dezembro. Tal deve-se ao facto de as estimativas aplicadas no final do exercício orçamental de 2024 terem sido substituídas por dados reais disponibilizados após a publicação, incluindo fatores atualizados da rede elétrica e melhorias metodológicas

⁴ As fontes fósseis incluem a energia derivada de combustíveis não renováveis, como o gás natural, os produtos petrolíferos (gasóleo, gasolina, fuelóleo, GPL e carvão), incluindo a eletricidade comprada e a energia distrital gerada a partir de combustíveis fósseis (com base na localização)

⁵ As fontes nucleares referem-se exclusivamente à produção de eletricidade por energia nuclear. Esta métrica é aproximada com base em dados do mix de eletricidade a nível nacional provenientes de fontes externas

⁶ Fontes renováveis incluem energia derivada de energia solar, eólica, hidroelétrica, geotérmica, biomassa, biogás e hidrogénio renovável, incluindo eletricidade renovável contratada (por exemplo, certificados de atributo de energia renovável (REC), quando aplicável)

⁷ O Grupo não consumiu combustíveis de fontes renováveis nem produziu energia renovável não-combustível auto-gerada durante o período de referência

⁸ O consumo de energias renováveis comunicado diz respeito apenas à aquisição de eletricidade renovável; não foi adquirido calor, vapor ou refrigeração renovável durante o período de referência. A cobertura da eletricidade renovável não foi possível na Rússia e na Colômbia devido à ausência de instrumentos elegíveis baseados no mercado. A exposição resultante representou 0,1% do consumo total de eletricidade

⁹ O consumo total de energia representa o agregado de energia fóssil, nuclear e renovável consumida durante o período de referência

Instrumentos contratuais

O Banco aumentou progressivamente a proporção de eletricidade renovável no seu mix global de fornecimento de eletricidade e atingiu 100% de cobertura de eletricidade renovável a nível global no ano em referência. A transição foi implementada através da identificação de mercados onde a eletricidade renovável poderia ser adquirida utilizando instrumentos contratuais, incluindo contratos de fornecimento de eletricidade verde e certificados de atributo de energia renovável (REC).

Em 2025, foi aplicada uma combinação de instrumentos contratuais em toda a carteira, variando a abordagem em função da estrutura do mercado regional e da disponibilidade de certificados. Os certificados de atributo de energia renovável foram utilizados em países selecionados, incluindo as Garantias de Origem (GO) na Alemanha e os Certificados Internacionais de Energia Renovável (I-REC) na Índia. Foram celebrados contratos de fornecimento de eletricidade verde para escritórios selecionados no Reino Unido, bem como em Itália, Espanha e Luxemburgo.

O quadro seguinte apresenta uma discriminação dos instrumentos contratuais utilizados para apoiar o aprovisionamento de eletricidade renovável do Banco e a comunicação das emissões de Âmbito 2 baseadas no mercado. Estabelece uma distinção entre:

- A proporção do consumo total de energia de Âmbito 2 abrangida por instrumentos contratuais, e
- O tipo de instrumentos utilizados, diferenciando entre pedidos agrupados (em que o fornecimento de eletricidade e os seus atributos renováveis são adquiridos em conjunto ao abrigo de um único contrato) e pedidos não agrupados de atributos de energia renovável (em que os certificados de energia renovável são adquiridos separadamente do fornecimento de eletricidade subjacente)

Globalmente, os instrumentos contratuais cobriram 76% do consumo total de energia de Âmbito 2 durante o ano de referência, o que equivale a 231 GWh de consumo de eletricidade renovável. Desta cobertura, 19% foi conseguida através de acordos agrupados e 57% através de certificados de atributo de energia renovável não agrupados. O aumento de 48% em relação ao ano anterior reflete o aumento da aquisição de eletricidade renovável pelo banco em comparação com o ano anterior, apoiando a obtenção de uma cobertura de 100% de eletricidade renovável. Os restantes 24% do consumo de energia de Âmbito 2 diziam respeito a outras fontes de energia indiretas, incluindo aquecimento urbano, vapor e água refrigerada, para os quais não existiam instrumentos contratuais renováveis.

	31 dez 2025 ¹	31 dez 2024 ²	Varição em relação ao período anterior (em %)
Instrumentos contratuais			
Proporção total de instrumentos contratuais (Âmbito 2 baseado no mercado) ³	76	51	48
Contratos Verdes ⁴	19	13	42
Certificado de Atributo de Eletricidade (EAC) ⁴	57	38	50
Contrato de Aquisição de Energia Virtual (vPPA) ^{4,5}	N/A	N/A	N/A
Proporção de instrumentos contratuais utilizados para a compra de energia associada a atributos relacionados com a produção de energia (em %)	100	100	—
Contratos Verdes	100	100	—
Certificado de Atributo de Eletricidade (EAC)	N/A	N/A	N/A
Contrato de Aquisição de Energia Virtual (vPPA)	N/A	N/A	N/A
Proporção de instrumentos contratuais utilizados para a compra de energia não agrupada pedidos de atributos (em %)	100	100	—
Contratos Verdes	N/A	N/A	N/A
Certificado de Atributo de Eletricidade (EAC)	100	100	—
Contrato de Aquisição de Energia Virtual (vPPA)	N/A	N/A	N/A

N/A – Não aplicável

¹ Os valores para 2025 incluem números reais para o período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2025 e números de melhor estimativa para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, que se baseiam no quarto trimestre do ano anterior

² Os valores de anos anteriores são sempre ajustados para uma base de referência de janeiro a dezembro. Tal deve-se ao facto de as estimativas aplicadas no final do exercício orçamental de 2024 terem sido substituídas por dados reais disponibilizados após a publicação, incluindo fatores atualizados da rede elétrica e melhorias metodológicas

³ As percentagens representam a proporção do consumo total de energia de Âmbito 2 abrangido por cada categoria de instrumento contratual. Não foram aplicados instrumentos contratuais ao consumo de eletricidade na Rússia e na Colômbia durante o período de referência devido à ausência de instrumentos elegíveis baseados no mercado

⁴ A classificação dos instrumentos contratuais como agrupados ou não agrupados baseia-se nas definições estabelecidas nas diretrizes relevantes, tais como o Protocolo de Gases com Efeito de Estufa para a Orientação de Âmbito 2, que fornece um quadro para o fornecimento e contabilização de energias renováveis. Neste contexto: Os "Contratos Verdes" referem-se a acordos de fornecimento de eletricidade em que a eletricidade e os atributos de energia renovável associados são adquiridos em conjunto; os "Certificados de Atributos de Eletricidade (CAE)" referem-se a certificados de energia renovável desagregados adquiridos separadamente do fornecimento de eletricidade; os "Contratos de Aquisição de Energia Virtual (CAEV)" referem-se a disposições contratuais ao abrigo das quais os atributos de energia renovável são adquiridos sem entrega física de eletricidade

⁵ Durante o período de relato, não foram celebrados contratos de aquisição de energia virtual (vPPA), pelo que não foi abrangido qualquer consumo de eletricidade através deste instrumento

Emissões de gases com efeito de estufa (GEE)

ESRS E1-3, ESRS E1-4, ESRS E1-6, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M

O Deutsche Bank comunica as suas emissões de gás com efeito de estufa numa base consolidada e o perímetro de consolidação é o mesmo que o das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O inventário de emissões é classificado de acordo com o Protocolo de Gases com Efeito de Estufa nas seguintes categorias reconhecidas:

- Âmbito 1: Emissões diretas de gases com efeito de estufa provenientes de fontes que são detidas ou controladas pelo Grupo, incluindo combustão estacionária (por exemplo, aquecimento), combustão móvel (por exemplo, veículos próprios ou alugados) e emissões fugitivas (por exemplo, fugas de refrigerante do equipamento de refrigeração)
- Âmbito 2: Emissões indiretas da produção de energia comprada ou adquirida consumida pelo Grupo, incluindo eletricidade, aquecimento urbano, vapor e água refrigerada

- Âmbito 3: Todas as outras emissões indiretas de gases com efeito de estufa que ocorrem na cadeia de valor do Grupo, tanto a montante como a jusante, tal como definido nas categorias 1-15 da Norma da Cadeia de Valor Empresarial (Âmbito 3) do Protocolo GEE

As emissões de gases com efeito de estufa são comunicadas em toneladas métricas de equivalentes de dióxido de carbono (tCO₂eq), permitindo a comparação do impacto climático de diferentes gases com efeito de estufa. Esta comparabilidade é conseguida através da conversão das emissões de cada gás com efeito de estufa utilizando os valores do potencial de aquecimento global (PAG). O banco utiliza os valores de PAG do Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) num período de 100 anos (PAG100), excluindo os ciclos de feedback, tal como acordado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC).

Em todas as suas operações próprias e cadeia de abastecimento, o Grupo comprometeu-se a atingir zero emissões líquidas de gases com efeito de estufa até 2050. Em conformidade com esta estratégia, foram estabelecidos objetivos de redução intercalares distintos, cada um dos quais exige uma redução de 46% das emissões de gases com efeito de estufa no Âmbito 1, Âmbito 2 (com base no mercado) e Âmbito 3 (Categorias 1-14) até 2030, em comparação com a respetiva base de referência de 2019.

Em consonância com a iniciativa Metas Baseadas na Ciência (SBTi), as metas seguem a Abordagem de Contração Absoluta e são consistentes com uma trajetória de 1,5°C. Esta abordagem aplica uma redução linear das emissões absolutas ao longo do tempo, independentemente da dimensão, sector ou perfil de crescimento da empresa, e pressupõe uma aplicação coerente do Protocolo sobre Gases com Efeito de Estufa em todos os âmbitos e categorias relevantes. Os objetivos são expressos como reduções percentuais das emissões totais de gases com efeito de estufa em relação ao ano de referência de 2019. O ano de referência foi selecionado para fornecer um ano representativo que abrangesse o período mais recente para o qual os dados estavam disponíveis na altura. Para o Âmbito 2, os objetivos de redução são definidos e monitorizados com base no mercado, uma vez que refletem as decisões de aquisição de eletricidade renovável. As emissões de Âmbito 2 baseadas na localização são divulgadas para fins de transparência e não estão sujeitas a objetivos separados de redução absoluta ou de intensidade.

O progresso em direção aos objetivos intermédios para 2030 é impulsionado por um conjunto de medidas de descarbonização em toda a pegada do banco, incluindo melhorias na eficiência energética, fornecimento de energia renovável e mudança de combustível. Cada medida é apoiada por objetivos operacionais específicos a atingir em 2025:

- Eficiência energética: Redução de 30% no consumo de energia (com base num valor de referência de 2019)
- Fornecimento de energia renovável: Cobertura de eletricidade 100% renovável a nível mundial
- Mudança de combustível: Redução de 30% no consumo de gasolina da frota automóvel na Alemanha (com base num valor de referência de 2019)

Em conjunto, estas ações traduzem o Plano de Transição do Grupo em resultados mensuráveis e funcionam de forma combinada ao longo da pegada de emissões. O seu impacto coletivo é avaliado e monitorizado a um nível agregado e espera-se que permita reduções contínuas das emissões em conformidade com os objetivos de redução de 46% do Grupo até 2030. Quando subsistem emissões residuais após a maximização das medidas de redução, estas são tratadas através da aquisição e retirada de créditos de carbono. O progresso do banco em relação ao objetivo de 2030 e à sua trajetória de descarbonização é avaliado anualmente.

Os objetivos relacionados com o clima são definidos a nível do Grupo, com a contribuição das partes interessadas internas relevantes, e aprovados em conformidade com a estrutura de governação descrita no presente subcapítulo. Como parte deste processo, não foram estabelecidos objetivos separados para os anos anteriores a 2030; as reduções absolutas de emissões são utilizadas como a principal métrica de desempenho em termos homólogos. Os objetivos baseados na intensidade não são aplicados às emissões de gases com efeito de estufa de Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3 (Categorias 1-14), uma vez que os objetivos de redução absoluta são considerados uma medida mais representativa do progresso da descarbonização nas operações e na cadeia de abastecimento do Grupo, em que os resultados das emissões são principalmente impulsionados por medidas de eficiência ao nível dos ativos e decisões de aquisição, e não por alterações na produção empresarial.

Notas metodológicas

Emissões de gases com efeito de estufa de Âmbito 1 e 2

O banco calcula as emissões de gases com efeito de estufa de Âmbito 1 e 2 de acordo com a Norma Corporativa do Protocolo sobre Gases com Efeito de Estufa.

As emissões de Âmbito 1 incluem as emissões diretas de gases com efeito de estufa provenientes da combustão de combustíveis nas operações do banco, da utilização de combustíveis em veículos próprios e alugados e das emissões fugitivas resultantes de fugas de refrigerante. Os dados relativos ao consumo de combustível e de refrigerante são recolhidos ao nível dos edifícios através do sistema global de comunicação do Grupo e consolidados centralmente. As emissões são calculadas utilizando os fatores de conversão do Governo do Reino Unido. As emissões fugitivas são calculadas com base no tipo de refrigerante, aplicando valores de Potencial de Aquecimento Global a 100 anos (GWP100), em conformidade com os requisitos de comunicação.

As emissões de Âmbito 2 incluem as emissões indiretas da produção de eletricidade adquirida, aquecimento urbano, vapor e água refrigerada consumidos pelo Banco. Quando relevante, este âmbito inclui também a eletricidade consumida por veículos elétricos próprios e alugados. Esta informação é divulgada com base na localização e no mercado, em conformidade com o requisito de comunicação dupla do Protocolo sobre Gases com Efeito de Estufa. Os dados relativos ao consumo de energia são recolhidos mensalmente em todos os edifícios através do mesmo sistema global de comunicação e consolidados a nível central.

As emissões baseadas na localização são calculadas utilizando fatores de emissão médios da rede provenientes principalmente da Agência Internacional da Energia (AIE), do Environment Canada e da Base de Dados Integrada de Emissões e Recursos de Produção (eGRID) da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA). No âmbito da abordagem baseada no mercado, a eletricidade renovável é adquirida através de instrumentos contratuais, o que permite ao banco comunicar emissões quase nulas com base no mercado. As emissões associadas ao aquecimento urbano, ao vapor e à água refrigerada são calculadas utilizando os fatores de conversão do Governo do Reino Unido.

Emissões de gases com efeito de estufa do Âmbito 3

As emissões de gases com efeito de estufa de Âmbito 3 são calculadas de acordo com a Cadeia de Valor Empresarial do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa (Âmbito 3) e abrangem todas as categorias a montante e a jusante relevantes de 1 a 15. Em 2025, 84% do total das emissões do Âmbito 3 (Categorias 1-14) foram calculadas utilizando dados primários. A abordagem metodológica aplicada a cada categoria é descrita em pormenor a seguir.

Bens e serviços adquiridos e bens de capital

Durante o ano de referência, as emissões de gases com efeito de estufa associadas aos bens e serviços adquiridos pelo banco e aos bens de capital representaram 68% do total das emissões comunicadas nas categorias 1 a 14. Para calcular estas emissões, o banco aplicou uma hierarquia clara de metodologias, assegurando a utilização de dados da mais alta qualidade sempre que disponíveis.

Nos casos em que os fornecedores disponibilizaram dados sobre as emissões atribuídas ao Grupo, esses dados foram diretamente integrados nos relatórios. Além disso, os dados específicos dos fornecedores apresentados através do programa da Cadeia de Abastecimento da CDP foram incorporados nos relatórios, sujeitos a critérios de qualidade definidos. As emissões de gases com efeito de estufa do Âmbito 1 e 2 dos fornecedores devem ser verificadas externamente, tendo sido incluídas as categorias relevantes do Âmbito 3 a montante (1-8). As despesas de aprovisionamento do banco com cada fornecedor foram multiplicadas pelo fator de intensidade de despesas específico do fornecedor para calcular as emissões atribuíveis. As emissões calculadas por este método são tratadas como dados primários.

Para as restantes emissões não abrangidas pelos dados dos fornecedores, foi aplicada uma abordagem baseada nas despesas, utilizando a base de dados multi-regional de entradas-saídas do Comprehensive Environmental Data Archive (CEDA) (versão 2025, ano de referência 2023). Os fatores de emissão médios da indústria foram aplicados às categorias de aquisição a nível do país fornecedor para refletir as diferenças regionais. As emissões calculadas utilizando fatores baseados nas despesas são tratadas como dados secundários.

Atividades relacionadas com os combustíveis e a energia

A Categoria 3 inclui emissões a montante associadas a combustíveis e energia adquiridos que não são registados nos relatórios de emissões do Âmbito 1 ou 2. Em 2025, isto incluiu as emissões "well-to-tank" (WTT) da combustão de combustível, calculadas utilizando fatores de conversão do Governo do Reino Unido por tipo de combustível, e as emissões a montante da eletricidade, calor, vapor e arrefecimento adquiridos, incluindo perdas na transmissão e distribuição (T&D), calculadas utilizando fatores de emissão específicos de cada país da Agência Internacional da Energia (AIE).

As emissões comunicadas foram classificadas como primárias e secundárias, consoante a natureza dos dados de consumo subjacentes. O consumo de energia estimado ou extrapolado foi tratado como um dado secundário.

Transporte e distribuição a montante

A Categoria 4 inclui as emissões dos serviços de transporte e distribuição de terceiros relacionados com os produtos adquiridos pelo Grupo, que ocorrem entre os fornecedores do Grupo e as suas próprias operações. As emissões foram calculadas utilizando a mesma abordagem metodológica aplicada às aquisições de bens e serviços e aos bens de equipamento, incluindo a integração de dados sobre emissões específicas dos fornecedores, quando disponíveis, e a aplicação de fatores de emissão baseados nas despesas, quando não existiam dados primários.

Resíduos produzidos nas operações

Os resíduos gerados pelas atividades operacionais a nível global foram comunicados e consolidados de forma centralizada através do sistema de informação do banco. As emissões foram calculadas com base nos volumes de resíduos e nas vias de eliminação (por exemplo, reciclagem, aterro, incineração com ou sem recuperação de energia), aplicando fatores de conversão de emissões do Governo do Reino Unido para o tratamento de resíduos.

As emissões foram calculadas globalmente nos casos em que existiam dados sobre resíduos comunicados e divulgados. Os cálculos baseados em volumes reais de resíduos foram classificados como dados primários, enquanto os derivados de volumes estimados ou extrapolados foram tratados como dados secundários.

Viagens de negócios

As viagens de negócios incluem as emissões provenientes de viagens aéreas, estadias em hotéis, viagens de comboio, aluguer de automóveis e viagens de táxi efetuadas por motivos profissionais. Os dados de atividade foram obtidos principalmente através do fornecedor de gestão de viagens do Grupo.

As emissões das viagens aéreas são calculadas com base na distância do voo e na classe de cabina, utilizando fatores de conversão do Governo do Reino Unido, incluindo as emissões "well-to-tank" (WTT) e um aumento do forçamento radiativo para contabilizar os impactos não relacionados com o CO₂. As emissões das estadias em hotéis são calculadas utilizando as dormidas multiplicadas por fatores de emissão específicos de cada país. As emissões dos transportes terrestres (viagens de comboio, carros de aluguer e táxis) são calculadas utilizando metodologias baseadas na distância e fatores de conversão do Governo do Reino Unido, com pressupostos de distância conservadores aplicados nos casos em que não estão disponíveis dados de quilometragem reais.

Nos casos em que não estavam disponíveis dados ao nível da atividade, foi aplicada uma abordagem baseada nas despesas, utilizando a base de dados multi-regional de entradas-saídas do CEDA. Os cálculos baseados em distâncias de viagem reais foram classificados como dados primários, enquanto os derivados de dados estimados ou extrapolados foram tratados como dados secundários.

Deslocações pendulares dos colaboradores

A Categoria 7 inclui as emissões resultantes das deslocações pendulares dos colaboradores e do trabalho em casa. Na ausência de dados sobre as deslocações pendulares dos colaboradores, as emissões foram estimadas utilizando equivalentes a tempo inteiro (ETI) e dados sobre a ocupação de escritórios, aplicando um fator de emissão global derivado de um modelo de deslocações pendulares específico de cada país, desenvolvido por uma empresa de consultoria externa. O modelo reflete as repartições nacionais dos modos de transporte e as distâncias médias de deslocação.

As emissões do trabalho em casa foram calculadas com base no consumo de energia estimado por ETI (quilowatt-hora por mês), abrangendo a utilização de eletricidade e gás natural (incluindo aquecimento, arrefecimento, iluminação e equipamento). Foram utilizados fatores de emissão específicos de cada país, incluindo os da Agência Internacional de Energia (AIE), e ajustados com base nas taxas nacionais de trabalho em casa decorrentes dos dados dos colaboradores do Deutsche Bank e dos níveis de ocupação dos escritórios.

As emissões comunicadas nesta categoria foram classificadas como secundárias devido à utilização de pressupostos modelados.

Ativos arrendados a montante

As emissões de ativos arrendados a montante, fora dos limites de reporte de Âmbito 1 e Âmbito 2 do banco, são reportadas nesta categoria. No caso do Deutsche Bank, isto incluiu o consumo de energia comunicado pelos centros de dados regionais. Este valor foi calculado utilizando dados de consumo de energia específicos de cada local e aplicando a mesma metodologia que o Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3 da Categoria 3, com fatores de emissão específicos de cada país da Agência Internacional da Energia (AIE) que abrangem as componentes diretas e a montante.

Como os cálculos em 2025 se basearam em dados reais de consumo de energia, as emissões nesta categoria foram classificadas como dados primários.

Transporte e distribuição a jusante

A Categoria 9 abrange as emissões associadas às atividades de transporte a jusante da cadeia de valor. As emissões foram estimadas com base nos modos de transporte assumidos e nos fatores de distância associados, aplicando os fatores de conversão do Governo do Reino Unido (incluindo as emissões diretas e as emissões "well-to-tank"). Todas as outras emissões relacionadas com os transportes foram incluídas no transporte e na distribuição a montante.

As emissões comunicadas nesta categoria foram obtidas a partir de dados estimados da atividade, pelo que são classificadas como dados secundários.

Processamento de produtos vendidos

A Categoria 10 foi considerada não relevante.

Utilização de produtos vendidos

A Categoria 11 diz respeito às emissões indiretas resultantes da utilização dos produtos e serviços do Grupo pelos clientes. As emissões foram estimadas utilizando métricas de atividade dos clientes com pressupostos de utilização normalizados. Os fatores de emissão relacionados com a eletricidade, incluindo as componentes diretas e a montante, da Agência Internacional da Energia (AIE), foram aplicados para estimar as emissões associadas à utilização durante o tempo de vida.

As emissões comunicadas nesta categoria foram classificadas como dados secundários devido à utilização de pressupostos modelados.

Tratamento em fim de vida de produtos vendidos

A Categoria 12 inclui as emissões associadas ao tratamento em fim de vida dos produtos distribuídos pelo Grupo. As emissões foram estimadas através da aplicação de fatores de conversão do Governo do Reino Unido a pressupostos de volume de material representativos das vias de eliminação.

As emissões comunicadas nesta categoria foram classificadas como dados secundários.

Ativos arrendados a jusante

A Categoria 13 inclui as emissões associadas a ativos subarrendados a terceiros nos casos em que o Grupo assume o papel de senhorio. As emissões estão principalmente relacionadas com o consumo de energia do edifício e a utilização de refrigerante durante o período de subarrendamento.

Na ausência de dados de consumo específicos do local, foram aplicadas à área útil referências de intensidade energética médias da indústria da Chartered Institution of Building Engineers (CIBSE) para estimar o consumo de eletricidade e gás natural. Os fatores de intensidade de refrigerante específicos do Deutsche Bank (tCO₂eq por m²), derivados da carteira do próprio Grupo, foram aplicados para estimar as emissões fugitivas. Os fatores de emissão específicos de cada país da Agência Internacional da Energia (AIE) e os fatores de conversão do Governo do Reino Unido, incluindo as componentes diretas e a montante, foram utilizados para converter o consumo de energia em emissões de gases com efeito de estufa.

As emissões comunicadas nesta categoria foram classificadas como dados secundários.

Franquias

A Categoria 14 foi considerada não relevante.

Investimentos

A Categoria 15 (emissões financiadas) diz respeito às emissões associadas às atividades de empréstimo e de financiamento do Grupo. As informações pormenorizadas sobre a metodologia, os pressupostos e o quadro de governação aplicados às emissões financiadas são abordadas separadamente no subcapítulo “Clima e outros riscos ambientais” do presente capítulo “Alterações climáticas”. Separadamente, as emissões relacionadas com o departamento de Gestão de Ativos do banco (DWS) são divulgadas na secção “Métricas e objetivos” do subcapítulo “Carteiras de clientes na Gestão de Ativos” deste capítulo “Alterações climáticas”.

Atualizações metodológicas

Este é o primeiro ano de referência em que a atenuação das alterações climáticas foi avaliada como material para as operações próprias e para a cadeia de abastecimento. As informações comparativas são apresentadas sempre que disponíveis e relevantes; nos casos em que as informações relativas ao ano anterior não eram comparáveis ou não estavam disponíveis, tal facto é divulgado em conformidade.

Durante o ano de referência, o Grupo recalculou a sua linha de base de emissões de gases com efeito de estufa de 2019 para as emissões de Âmbito 2 e Âmbito 3 (Categorias 1-14). O novo cálculo incorporou metodologias atualizadas e dados melhorados, incluindo uma maior utilização de dados específicos do fornecedor e fatores de emissão atualizados. As emissões do Âmbito 1 não foram objeto de novos cálculos, uma vez que não foram identificadas alterações metodológicas relevantes para este âmbito.

Embora a linha de base recalculada assegure uma maior precisão metodológica, os objetivos de redução de emissões do banco permanecem inalterados, com os indicadores de desempenho recalibrados em conformidade com a linha de base revista.

Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3

ESRS E1-6

A tabela seguinte apresenta as emissões de gases com efeito de estufa do Deutsche Bank, divididas em Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3, com os respetivos marcos e anos-alvo apresentados no lado direito da tabela.

Desempenho em relação aos objetivos

O desempenho das emissões do Grupo nas suas próprias operações e na cadeia de abastecimento é avaliado em relação ao ano de referência anterior e à trajetória de redução necessária para atingir os objetivos de 2030. A trajetória requer uma redução absoluta de 46% em cada uma das emissões de Âmbito 1, Âmbito 2 (baseadas no mercado) e Âmbito 3 (Categorias 1-14) relativamente à linha de base de 2019.

As emissões de Âmbito 1 totalizaram 17.146 toneladas de CO₂eq em 2025, representando uma redução de 4% em relação ao ano anterior. Esta diminuição deveu-se principalmente a um menor consumo de combustível em toda a carteira, bem como nos veículos próprios e alugados do banco. Em comparação com a linha de base de 2019, as emissões foram reduzidas em 66%, excedendo assim a redução de 46% exigida até 2030 no final de 2025.

As emissões de Âmbito 2 (baseadas no mercado) ascenderam a 16.846 toneladas de CO₂eq, o que representa um decréscimo de 31% face ao ano anterior. Esta evolução reflete a continuação do abastecimento de eletricidade renovável e a redução do consumo global de energia nas nossas operações. Em comparação com a linha de base de 2019, as emissões foram reduzidas em 82%, o que é superior à redução exigida pelo objetivo de 2030 no final de 2025.

As emissões de Âmbito 3 (Categorias 1-14) totalizaram 1.011.571 toneladas de CO₂eq em 2025, representando uma redução de 2% em relação ao ano anterior. A redução homóloga resultou do impacto combinado de menores emissões comunicadas em bens e serviços adquiridos, viagens de negócios e ativos arrendados a montante. Em comparação com a linha de base de 2019, as emissões foram reduzidas em 47%, o que está amplamente alinhado com a redução de 46% exigida pelo objetivo de 2030 no final de 2025.

Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3¹

	31 dez 2025 ²	31 dez 2024 ³	Variação em relação ao período anterior (em %)	Marcos e anos-alvo		
				Ano de referência (2019)	Alvo 2030 (em %)	Variação em relação ao ano de referência (em %)
Emissões de GEE de Âmbito 1						
Emissões brutas de GEE de Âmbito 1 (em toneladas)	17.146	17.814	(4)	50.273	(46)	(66)
Emissões de Âmbito 1 provenientes de regimes regulamentados de comércio de emissões (em %) ⁵	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Emissões de GEE de Âmbito 2 ⁶						
Emissões brutas de GEE de Âmbito 2 baseadas na localização (em tCO ₂ eq)	90.448	102.614	(12)	N/A	N/A	N/A
Emissões brutas de GEE de Âmbito 2 baseadas no mercado (em tCO ₂ eq)	16.846	24.288	(31)	94.089	(46)	(82)
Emissões de GEE de Âmbito 3						
Total de emissões indiretas brutas (Âmbito 3) de GEE (em tCO ₂ eq) ¹⁶	634.884.643	458.328.663	N/S	N/A	N/A	N/A
Total de emissões indiretas brutas (Âmbito 3) de GEE (em tCO ₂ eq) - Cat. 1-14	1.011.571	1.033.998	(2)	1.910.254	(46)	(47)
Categoria 1 - bens e serviços adquiridos ⁷	677.670	684.791	(1)			
Categoria 2 - bens de capital ⁷	9.809	6.536	50			
Categoria 3 - atividades a montante relacionadas com os combustíveis e a energia	28.970	30.159	(4)			
Categoria 4 - transporte e distribuição a montante ⁷	15.320	9.593	60			
Categoria 5 - resíduos gerados nas operações ⁸	611	973	(37)			
Categoria 6 - viagens de negócios ⁹	67.593	86.694	(22)			
Categoria 7 - colaborador que se desloca/trabalha a partir de casa ¹⁰	109.717	106.111	3			
Categoria 8 - ativos arrendados a montante ¹¹	62.342	66.736	(7)			
Categoria 9 - transporte e distribuição a jusante ¹²	33.314	35.517	(6)			
Categoria 10 - processamento de produtos vendidos ¹³	N/A	N/A	N/A			
Categoria 11 - utilização de produtos vendidos ¹⁴	657	526	25			
Categoria 12 - tratamento em fim de vida de produtos vendidos ¹⁴	11	16	(32)			
Categoria 13 - ativos arrendados a jusante	5.557	6.346	(12)			
Categoria 14 - franquias ¹⁵	N/A	N/A	N/A			
Categoria 15 - investimentos ¹⁶	633.873.072	457.294.665	N/S			
Total de emissões de GEE ¹⁷						
Total de emissões de GEE (com base na localização) (em tCO ₂ eq) ¹⁶	634.992.237	458.449.091	N/S			
Total de emissões de GEE (baseadas no mercado) (em tCO ₂ eq) ¹⁶	634.918.635	458.370.765	N/S			

N/A - Não aplicável

N/S - Não significativo

- ¹ As emissões de gases com efeito de estufa do Grupo para o Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3 foram calculadas e comunicadas de acordo com a Norma de Contabilização e Comunicação Corporativa do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa. O perímetro de consolidação financeira da Deutsche Bank é idêntico ao do controlo operacional
- ² As Categorias 1-14 de Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3, incluem números reais para o período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2025 e os números de melhor estimativa para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, que se baseiam no quarto trimestre do ano anterior
- ³ Os valores do ano anterior para as Categorias 1-14 do Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3 são sempre ajustados para uma base de reporte de janeiro a dezembro. Tal deve-se ao facto de as estimativas aplicadas no final do exercício orçamental de 2024 terem sido substituídas por dados reais disponibilizados após a publicação, incluindo fatores atualizados da rede elétrica e melhorias metodológicas
- ⁴ As emissões de GEE de Âmbito 1 incluem as emissões diretas de gases com efeito de estufa provenientes de fontes pertencentes ou controladas pelo Grupo, incluindo a combustão estacionária, a combustão móvel e as emissões fugitivas. As emissões são calculadas utilizando os fatores de conversão do Governo do Reino Unido
- ⁵ O Grupo não gera emissões de Âmbito 1 sujeitas a regimes regulamentados de comércio de emissões; por conseguinte, não são comunicadas emissões de Âmbito 1 ao abrigo de qualquer regime regulamentado de comércio de emissões (ETS) (0%)
- ⁶ As emissões de GEE de Âmbito 2 são comunicadas utilizando abordagens baseadas na localização e no mercado. O método baseado na localização reflete a intensidade média das emissões das redes de eletricidade onde ocorre o consumo de energia. O método baseado no mercado reflete as emissões da eletricidade adquirida através de instrumentos contratuais. Os fatores de emissão e os dados relativos ao mix residual são provenientes do Department for Energy Security and Net Zero (DESNZ) do Reino Unido, do GHG Protocol, da U.S. Emissions and Generation Resource Integrated Database (eGRID), da International Energy Agency (IEA) e do Environment Canada. Os fatores incluem todos os gases com efeito de estufa e o potencial de aquecimento global desses gases, de acordo com as avaliações do IPCC AR6
- ⁷ As categorias 1, 2 e 4 do Âmbito 3 são calculadas utilizando uma metodologia híbrida, que combina dados primários de emissões específicos do fornecedor com estimativas secundárias baseadas nas despesas derivadas das despesas com fornecedores. As variações anuais refletem a alteração na proporção e disponibilidade de dados primários e secundários utilizados em cada ano de referência
- ⁸ As emissões dos resíduos produzidos nas operações são calculadas utilizando os fatores de conversão do Governo do Reino Unido para a eliminação de resíduos. A redução das emissões relacionadas com os resíduos deve-se principalmente a um menor volume de resíduos enviados para aterro durante o período de referência, em comparação com o período anterior
- ⁹ A diminuição global das emissões das viagens de negócios reflete os pressupostos atualizados do fator de carga dos fatores de emissão DESNZ aplicados à atividade relacionada com as viagens aéreas em 2025
- ¹⁰ As emissões das deslocações pendulares dos colaboradores aumentaram durante o período de relato, devido a uma maior atividade comunicada, tanto em termos de deslocações pendulares como de trabalho em casa
- ¹¹ As emissões dos ativos arrendados a montante referem-se inteiramente à utilização de energia dos centros de dados regionais do Grupo a nível mundial. São aplicados fatores de emissão da IEA específicos de cada país (incluindo emissões diretas e a montante) para converter a utilização de energia em emissões de gases com efeito de estufa
- ¹² Não estão incluídas as visitas ad-hoc às filiais. Todas as emissões de transportes comunicadas são uma abordagem *well-to-wheel*
- ¹³ Categoria 10 do Âmbito 3 (*Processamento de produtos vendidos*) não é aplicável, uma vez que o Grupo não vende produtos físicos que sejam objeto de processamento posterior
- ¹⁴ As emissões das Categorias 11 e 12 são calculadas utilizando o número total de clientes como métrica de atividade primária. Os dados dos clientes da Alemanha são utilizados como base representativa para obter estimativas globais
- ¹⁵ Não são comunicadas emissões na Categoria 14 do Âmbito 3, uma vez que esta categoria foi avaliada como não relevante
- ¹⁶ As emissões financiadas pelo Grupo compreendem a carteira de empréstimos a empresas e imóveis residenciais do banco (exposição total comprometida nos Âmbitos 1, 2 e 3) e as atividades da divisão de Gestão de Ativos, incluindo a exposição a obrigações soberanas. Em 2025, em comparação com 2024, as emissões financiadas pelo Grupo incluem também as emissões financiadas pelo Âmbito 3 da Gestão de Ativos. A aplicação da metodologia melhorada para a comunicação das emissões de Âmbito 3 relativas às participações em carteira em 2025 resultou em 197 MtCO₂e de emissões comunicadas em 2025. Mais detalhes sobre as emissões financiadas pelo banco podem ser encontrados no subcapítulo "Emissões financiadas : Categoria 15 do Âmbito 3" e no subcapítulo "Métricas e Objetivos" para carteiras de Clientes na Gestão de Ativos como parte deste capítulo "Alterações Climáticas"
- ¹⁷ As emissões totais de gases com efeito de estufa compreendem dados reais, estimados ou extrapolados, incluindo todas as emissões de Âmbito 1 e 2 baseadas no mercado ou na localização e categorias relevantes de emissões de Âmbito 3. Todos os pressupostos e metodologias de cálculo aplicados às Categorias 1-14 do Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3 estão em conformidade com as normas ISO 14064

Intensidade de gases com efeito de estufa com base na receita líquida

A intensidade de gases com efeito de estufa foi calculada dividindo o total de emissões de gases com efeito de estufa (Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3) pela receita líquida do exercício. As receitas líquidas correspondem ao total das receitas de juros e das receitas não relacionadas com juros e são apresentadas a seguir em milhões de euros.

Os valores da receita líquida utilizados no cálculo foram coerentes com os apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo para o exercício de 2025.

Valores de intensidade de GEE (em tCO ₂ eq) ¹	31 dez 2025 ²	31 dez 2024	Variação em relação ao período anterior (em %)
Total de emissões de GEE (com base na localização) por receita líquida (em tCO ₂ eq/€ m) ³	19.784	15.235	N/S
Total de emissões de GEE (com base no mercado) por receita líquida (em tCO ₂ eq/€ m) ³	19.782	15.232	N/S
Receitas líquidas (em milhões de euros) ⁴	32.096	30.092	7

N/S – Não significativo

¹ As emissões de gases com efeito de estufa do Grupo para o Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3 foram calculadas e comunicadas de acordo com a Norma de Contabilização e Comunicação Corporativa do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa

² As Categorias 1-14 de Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3, incluem números reais para o período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2025 e os números de melhor estimativa para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, que se baseiam no quarto trimestre do ano anterior

³ Em 2025, em comparação com 2024, as emissões financiadas pelo Grupo incluem também as emissões financiadas pelo Âmbito 3 da Gestão de Ativos. A aplicação da metodologia melhorada para a comunicação das emissões de Âmbito 3 relativas às participações em carteira em 2025 resultou em 197 MtCO₂e de emissões comunicadas em 2025

⁴ Esta informação é divulgada tanto no Relatório Anual do Deutsche Bank de 2025 como na publicação de Suplementos de Dados Financeiros para resultados trimestrais. Todos os indicadores de receitas líquidas utilizam as receitas líquidas anuais do exercício financeiro (janeiro-dezembro)

Remoção de gases com efeito de estufa e projetos de atenuação de gases com efeito de estufa

ESRS E1-7

A atenuação das alterações climáticas, incluindo a utilização limitada de créditos de carbono voluntários, continua a ser uma medida importante para a via de descarbonização mais alargada do banco. O Grupo adquire anualmente créditos de carbono

voluntários para compensar as emissões de gases com efeito de estufa residuais ou inevitáveis das suas próprias operações (Âmbito 1 e Âmbito 2) e as emissões indiretas de Âmbito 3 resultantes de viagens de negócios. Outras categorias do Âmbito 3 não são compensadas e continuam a ser tratadas através de uma abordagem que privilegia a redução.

As emissões residuais são definidas como aquelas que não podem ser eliminadas através de medidas de eficiência energética, aquisição de eletricidade renovável e outras medidas de redução operacional durante o ano de referência. Por conseguinte, os créditos de carbono são utilizados apenas para neutralizar emissões inevitáveis e são complementares aos objetivos de redução de emissões a longo prazo do banco, assegurando que o recurso a créditos não substitui as reduções de emissões nem atrasa os progressos no sentido do compromisso de zero emissões líquidas. Estes créditos provêm exclusivamente de projetos certificados de acordo com normas reconhecidas internacionalmente e estão sujeitos aos processos internos de governação e de diligência devida do banco.

No ano em curso, o Grupo adquiriu e retirou um total de 101.585 toneladas de CO₂eq em créditos de carbono voluntários na Ásia, África e América Latina. Deste valor, 17% correspondem a projetos de remoção de carbono, principalmente de biochar e de projetos baseados na natureza. Os restantes 83% foram provenientes de projetos destinados a evitar emissões. Todos os projetos são avaliados com base em critérios de qualidade predefinidos, orientados pelo quadro dos Core Carbon Principles (CCP), que constitui uma referência reconhecida para a avaliação da qualidade e a integridade no mercado voluntário do carbono. Não foram mantidos quaisquer créditos de carbono para cancelamento futuro, para além dos necessários para neutralizar as emissões residuais, em conformidade com a trajetória de transição do banco.

O Deutsche Bank não gera, converte ou vende remoções de gases com efeito de estufa ou resultados de mitigação como créditos de carbono a terceiros em mercados de carbono voluntários ou regulados pelo governo. O banco não desenvolve nem financia projetos de remoção de carbono, armazenamento de carbono ou mitigação de carbono no âmbito das suas próprias operações ou da sua cadeia de abastecimento. Por conseguinte, não são feitas reivindicações para reduções ou remoções de emissões fora da cadeia de valor, para além das compensadas através da retirada de créditos de carbono certificados. As declarações públicas de neutralidade carbónica são feitas apenas em relação às emissões operacionais residuais.

O banco avalia continuamente o papel dos créditos de carbono na sua estratégia global de descarbonização, à medida que avança para zero emissões líquidas.

Créditos de carbono retirados¹

Créditos de carbono	31 dez 2025 ²
Total de créditos de carbono (em tCO₂eq)	101.585
Montante total de créditos de carbono fora da cadeia de valor cujo cancelamento está planeado para o futuro	N/A
Quantidade total de créditos de carbono fora da cadeia de valor verificados de acordo com normas de qualidade reconhecidas e	101.585
Norma de qualidade reconhecida (Puro Earth) (em %)	5
Norma de qualidade reconhecida (Registo Global C-Sink) (em %)	8
Norma de qualidade reconhecida (Gold Standard) (em %)	75
Norma de qualidade reconhecida (Verified Carbon Standard (VERRA)) (em %)	12
Parte proveniente de projetos de remoção (em %)	17
Parte proveniente de projetos de redução (em %)	83
Parte proveniente de projetos na UE (em %)	N/A
Parte de créditos de carbono que se qualificam como ajustamentos correspondentes (em %)	N/A

N/A – Não aplicável

¹ Não são apresentadas informações quantitativas sobre as remoções de GEE, uma vez que o Grupo não realiza atividades de remoção de GEE nas suas próprias operações ou na cadeia de abastecimento. Por conseguinte, as divulgações estabelecidas na norma ESRS E1-7, incluindo informações sobre tecnologias de remoção, métodos de armazenamento, permanência, fuga e riscos de reversão, não são aplicáveis

² Os valores para 2025 incluem números reais para o período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2025 e números de melhor estimativa para o período de 1 de outubro a 31 de dezembro de 2025, que se baseiam no quarto trimestre do ano anterior

Clima e outros riscos ambientais

A gestão dos riscos de transição climática, dos riscos climáticos e físicos e de outros riscos ambientais (por uma questão de simplicidade, também designados por “riscos climáticos e ambientais” no resto do presente capítulo) é uma componente essencial da estratégia de sustentabilidade do Grupo. O Deutsche Bank integra os riscos climáticos e ambientais nos seus quadros de gestão de riscos, processos e apetência, tirando partido de uma gama abrangente de abordagens de identificação e classificação de riscos para dar prioridade às áreas que apresentam o maior impacto potencial.

Em 2025, o Deutsche Bank continuou a reforçar a sua gestão dos riscos climáticos e ambientais, nomeadamente através de:

- Aperfeiçoamento do modelo de estimativa de CO₂ para imóveis residenciais (RRE)
- Alargamento da cobertura das emissões da Categoria 15 do Âmbito 3 para incluir as emissões facilitadas

A divisão Asset Management do Deutsche Bank (DWS) tem o seu próprio quadro de gestão de riscos em relação aos riscos climáticos e ambientais. Os impactos, riscos e oportunidades deste segmento, bem como as suas políticas, encontram-se descritos no capítulo “Carteiras de clientes na divisão de Asset Management” da presente Declaração de Sustentabilidade.

Em conformidade com o requisito ESRS E1-1, o Deutsche Bank informa que não está excluído dos índices de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris.

Governança

ESRS 2 GOV-2

A gestão dos riscos climáticos e ambientais do Deutsche Bank varia consoante a atividade e faz parte integrante da sua gestão global da sustentabilidade. A governança das atividades que impulsionam a transformação do banco, incluindo as que são necessárias para cumprir o compromisso do Deutsche Bank de atingir as zero emissões líquidas até 2050, é liderada por comités de direção específicos, enquanto as atividades habituais são integradas na estrutura de governança da gestão do risco existente no banco. Para a governança “Change-the-Bank”, consultar a secção “Governança da Sustentabilidade” da presente Declaração de Sustentabilidade.

O Comité de Risco do Grupo, presidido pelo Diretor de Risco e criado pelo Conselho de Administração, tem por mandato supervisionar questões relacionadas com o risco e o capital. Esta função inclui a responsabilidade geral pelo Quadro de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais do banco. O Comité aprova a apetência do banco pelo risco climático e ambiental, incluindo a apetência pelo desvio face às vias de descarbonização para as zero emissões líquidas. Recebe atualizações mensais sobre as emissões financiadas e o alinhamento com as zero emissões líquidas através do relatório de Perfil de Risco e do Capital.

Outros órgãos de governação ou funções são responsáveis pelo desenvolvimento e a gestão de elementos específicos dos riscos climáticos e ambientais:

- O Comité de Riscos Operacionais, que supervisiona, rege e coordena a gestão dos riscos operacionais a nível do grupo e estabelece uma perspetiva transversal e holística dos principais riscos operacionais do banco, incluindo os riscos para as infraestruturas do banco e para os colaboradores decorrentes dos riscos climáticos e ambientais
- O Comité de Risco para a Reputação do Grupo, um subcomité direto do Conselho de Administração, tem a responsabilidade de analisar, decidir e gerir todas as transações, relações com clientes ou outras questões principais de risco para a reputação escaladas em conformidade com as políticas e o quadro de risco para a reputação subjacentes, incluindo questões relacionadas com a sustentabilidade
- O Diretor da Gestão de Riscos Empresariais (ERM), que responde perante o Diretor de Risco, é responsável pela gestão global e pelos quadros de apetência para os riscos climáticos e ambientais do Grupo; isto inclui os princípios qualitativos de apetência pelo risco, os indicadores quantitativos de apetência pelo risco e a monitorização holística dos riscos nos diferentes tipos de risco e carteiras

O Fórum Net-Zero do Deutsche Bank é responsável pela avaliação de novos empréstimos que possam ter um impacto significativo nas emissões financiadas e nos objetivos de descarbonização do banco. Os membros do fórum são representantes de alto nível das áreas de Negócio, Risco e do Gabinete de Sustentabilidade. Na sequência do estabelecimento de orçamentos de carbono a nível das divisões, e da disseminação da apetência pelo risco do Grupo às áreas de negócio, o Investment Bank e o Commercial Bank mantêm cada um o seu próprio Fórum Net Zero.

Os temas relacionados com riscos climáticos e ambientais são também pontos permanentes da agenda nos conselhos de risco das unidades empresariais e noutros comités e fóruns.

O Conselho de Administração recebe atualizações mensais sobre as emissões financiadas e o alinhamento com as zero emissões líquidas através do relatório Perfil de Risco e do Capital. Cada uma das principais atividades do Deutsche Bank integra os riscos climáticos e ambientais no planeamento e nas declarações de apetência pelo risco, como parte do processo de planeamento estratégico anual do banco, aprovado pelo Conselho de Administração.

A conformidade faz parte da governação global dos riscos climáticos e ambientais e reconhece os riscos ESG como fatores de risco transversais integrados nos tipos de risco de conformidade. Estes fatores ESG e tipos de risco são parte integrante da avaliação anual do risco de Conformidade.

A Terceira Linha de Defesa, a função de Auditoria Interna do Deutsche Bank (Auditoria do Grupo) presta uma garantia independente e objetiva ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG sobre a adequação da conceção, a eficácia operacional e a eficiência de todos os processos de gestão do risco do banco, que incluem os riscos climáticos e ambientais. A Auditoria do Grupo atua também como um interlocutor e consultor independente, proativo e virado para o futuro da Direção do Grupo.

Estratégia

A gestão dos riscos e oportunidades climáticos e ambientais do Deutsche Bank faz parte da sua estratégia de sustentabilidade mais alargada e apoia o compromisso de alinhar a carteira do banco com as zero emissões líquidas até 2050. Outras componentes da estratégia de sustentabilidade do Banco, juntamente com os impactos positivos e as oportunidades do Banco, incluindo o crescimento do financiamento sustentável, os volumes de investimento sustentável e o Quadro da Política Ambiental e Social mais alargado, são descritos nos capítulos “Financiamento sustentável” e “Diligência devida ESG” da presente Declaração de Sustentabilidade.

[Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas](#)

O plano de transição do Deutsche Bank para a mitigação das alterações climáticas é descrito em pormenor no subcapítulo “Plano de Transição”, que faz parte do capítulo “Alterações climáticas” da presente Declaração de Sustentabilidade.

[Impactos materiais, riscos e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio](#)

Em 2025, o Deutsche Bank identificou potenciais impactos negativos materiais da mitigação das alterações climáticas através do seu processo de dupla avaliação da materialidade, como detalhado no capítulo “Dupla avaliação da materialidade” da presente Declaração de Sustentabilidade. Prevê-se que estes impactos negativos, decorrentes das atividades de financiamento e da carteira de clientes do banco, se materializem a longo prazo (mais de cinco anos). Para efetuar esta avaliação, o Deutsche Bank utilizou os processos existentes de avaliação do risco climático e ambiental (C&E), incluindo a análise de cenários climáticos e naturais, para

avaliar a exposição da sua carteira de empréstimos, e utilizou o seu processo de diligência devida ambiental e social (E&S) para a análise sectorial e nacional das exposições C&E.

No que respeita à mitigação das alterações climáticas, foram identificados os potenciais impactos negativos materiais para o ambiente e a sociedade em relação ao seguinte:

- Financiamento ou investimento em clientes ou ativos de sectores com elevadas emissões de carbono sem planos de transição credíveis, o que poderá, por sua vez, conduzir a um aumento das emissões de gases com efeito de estufa
- Restrição da concessão de empréstimos a clientes de sectores com elevadas emissões de carbono, o que, consequentemente, poderia reduzir a disponibilidade dos recursos financeiros de que estas empresas necessitam para a implementação das suas estratégias de transição

No que respeita à adaptação às alterações climáticas, os potenciais impactos negativos no ambiente e na sociedade foram todos classificados abaixo do limiar de materialidade estabelecido pelo banco.

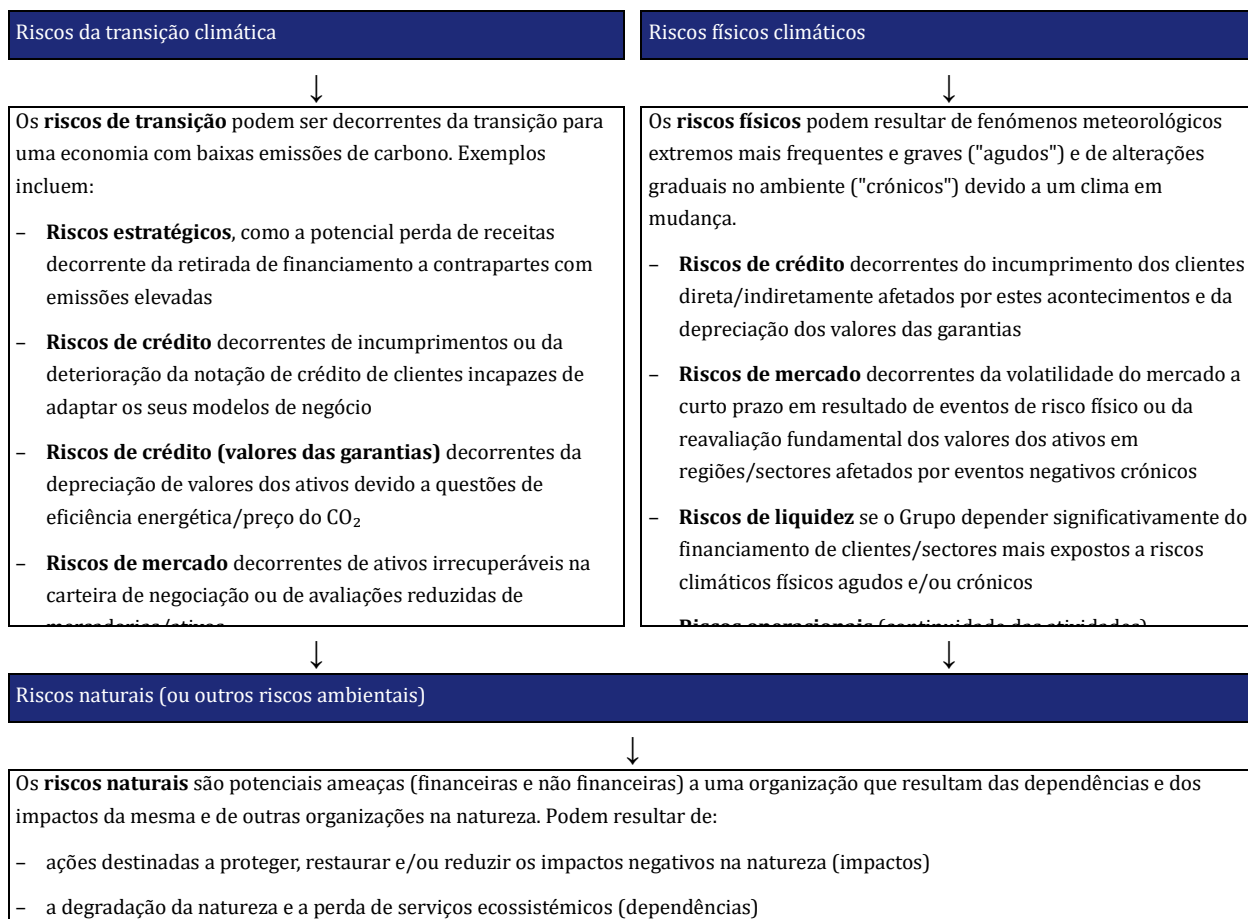
Do ponto de vista da gestão do risco, as alterações climáticas e a degradação ambiental continuam a contribuir para uma vasta gama de riscos financeiros e operacionais para o banco. A lentidão dos progressos globais no sentido das zero emissões líquidas está a suscitar preocupações quanto a estes riscos, com uma grande percentagem de empresas cotadas na bolsa que não estão alinhadas com a trajetória para manter o aquecimento global a 2°C ou menos. Este facto expõe o banco não só a um risco de crédito mais elevado, mas também a riscos jurídicos e de reputação.

Os riscos físicos agudos e crónicos associados ao aumento das temperaturas médias globais podem aumentar de gravidade, mesmo que os esforços de descarbonização sejam bem sucedidos. Estes riscos físicos podem afetar as operações do Deutsche Bank e os ativos dos seus clientes, reduzindo o valor dos ativos, o que poderá levar à destruição ou degradação de bens e à interrupção das operações comerciais, incluindo perturbações na cadeia de abastecimento.

Para além do clima, os riscos relacionados com a natureza continuaram a atrair uma atenção significativa em 2025, à medida que a sua importância se torna cada vez mais evidente. Estes riscos podem manifestar-se sob a forma de risco de crédito, em especial para os sectores que dependem dos serviços ecossistémicos, como a agricultura, a silvicultura e o turismo, e de riscos operacionais decorrentes da perturbação de serviços ecossistémicos cruciais. O sentimento dos investidores, as mudanças regulamentares e os novos quadros de divulgação de informações estão a contribuir para direcionar o capital para as empresas que respeitam a natureza, aumentando o risco para os bancos que detêm ativos em sectores com atrasos na gestão dos riscos relacionados com a natureza.

Em resposta a estes riscos em evolução, o Deutsche Bank desenvolve e reforça ativamente o seu quadro de gestão dos riscos climáticos e ambientais. Isto implica a integração de considerações sobre os riscos climáticos e ambientais em todos os processos e disciplinas relevantes, melhorando os quadros, ferramentas e análises para apoiar o seu plano de transição. O banco também utiliza metodologias de testes de esforço climático para integrar os riscos físicos e de transição no seu quadro interno de testes de esforço. Além disso, o Deutsche Bank utiliza pontuações de risco de transição, físico e natural com a natureza para orientar a avaliação dos impactos relacionados com o clima e a natureza nas análises de crédito.

Definições do Deutsche Bank de riscos climáticos e naturais (ou outros riscos ambientais)



A mitigação destes riscos é parte integrante da estratégia e do modelo de negócio do banco. Os principais elementos desta estratégia são os seguintes:

- O seu plano de transição
- As suas metas e vias de descarbonização sectoriais para a mitigação das alterações climáticas (ambas abordadas em secções separadas deste capítulo)
- O controlo e a gestão das concentrações de riscos (por exemplo, através de indicadores de alerta precoce) e a integração dos riscos climáticos e ambientais nos quadros de Gestão do Risco do banco

Resiliência do banco

ESRS E1-1 relacionada com a ESRS 2 SBM-3

Para avaliar a materialidade dos riscos climáticos e ambientais em horizontes de curto, médio e longo prazo e para testar a resiliência das empresas face a esses riscos, o banco utiliza uma avaliação da materialidade e testes de esforço baseados em cenários. Os cenários específicos utilizados pelo Deutsche Bank são descritos na secção "Processo de identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima: os cenários" deste capítulo.

Processo de identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima: avaliação da materialidade financeira

ESRS 2 IRO-1

A função de risco do Deutsche Bank efetua uma avaliação anual da materialidade financeira para testar a capacidade de resiliência do banco aos riscos climáticos e naturais. O resultado da avaliação da materialidade alimenta os processos de gestão do risco, tais como o inventário de riscos, e é utilizado para informar o Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP), apoiando assim os pressupostos principais relacionados com o clima utilizados nas demonstrações financeiras do banco.

O banco avalia estes riscos através de uma análise de cenários aplicada a cada um dos principais tipos de risco do banco, em todas as carteiras, sectores económicos e geografias materiais, e em horizontes de curto, médio e longo prazo. Para efeitos da sua avaliação da materialidade climática e ambiental, o Deutsche Bank definiu os seus horizontes temporais da seguinte forma:

- Curto prazo: 1 a 2 anos
- Médio prazo: 3 a 5 anos (ou seja, a partir do primeiro dia do 3.º ano)
- Longo prazo: superior a 5 anos

O âmbito da avaliação de materialidade e da análise de resiliência para os riscos climáticos e ambientais abrange quase todas as carteiras do banco e inclui Empresas, Soberanos, Imobiliário Comercial e Residencial, Gestão de Património e Financiamento ao Consumo (com cenários de natureza apenas aplicados a carteiras identificadas como de alto risco para a natureza).

No que diz respeito ao risco climático, os fatores considerados são os riscos de transição (decorrentes de mudanças políticas, tecnológicas e comportamentais) e os riscos físicos decorrentes de fatores agudos (fenómenos meteorológicos extremos) e crónicos (mudanças graduais no clima/ambiente). No que respeita ao risco para a natureza (ou outros riscos ambientais), o banco considerou os fatores de perda de natureza decorrentes (i) da perda de biodiversidade e de habitats terrestres, (ii) do esgotamento da água, (iii) da degradação dos ecossistemas devido a resíduos e à poluição e (iv) da degradação dos ecossistemas marinhos (devido à utilização dos ecossistemas marinhos).

A análise da forma como estes fatores podem contribuir para cada tipo de risco relevante, nomeadamente os riscos de crédito, estratégico e para a reputação, de mercado, de liquidez e operacional, foi adaptada às suas especificidades, tal como descrito nos parágrafos seguintes.

Os choques de risco de crédito são modelados como migrações de notação de crédito que conduzem a alterações na probabilidade de incumprimento dos clientes afetados, o que, por sua vez, aumenta as suas perdas de crédito esperadas. Por exemplo, os fenómenos meteorológicos extremos podem afetar as operações e a cadeia de valor do mutuário, podendo resultar em perda de receitas, aumento das necessidades de capital, custos de seguros e responsabilidades. No que respeita aos riscos de transição, prevê-se um aumento das perdas de crédito para as empresas com emissões intensivas de carbono em cenários de descarbonização da economia, em que o seu produto tem uma relevância cada vez menor e as empresas não conseguiram adaptar o seu modelo de negócio.

A avaliação dos riscos estratégicos e para a reputação capta o impacto nas receitas e nos custos decorrentes dos riscos climáticos e ambientais. A análise dos riscos estratégicos diz respeito à exposição identificada como vulnerável nos cenários de transição climática, de riscos físicos climáticos e de riscos para a natureza. As principais fontes de riscos estratégicos identificadas para o banco são de três tipos:

- Perda de receitas devido à eliminação progressiva de clientes com emissões elevadas (que não querem/não podem fazer a transição)
- O banco não conseguir tirar partido da mudança de comportamento dos clientes e das oportunidades apresentadas pela transição, o que leva a uma perda de quota de mercado e à incapacidade de substituir receitas
- A viabilidade dos clientes do banco ser afetada negativamente, levando a uma redução da atividade e à perda de receitas

Os riscos de mercado relacionados com a transição são impulsionados por novas políticas e regulamentações, novas tecnologias e mudanças nos sentimentos e preferências dos clientes/investidores; são transmitidos ao banco através de perdas de avaliação em exposições a clientes e ativos afetados (perdas de valor de mercado sob tensão).

Por último, a principal métrica para a estimativa dos efeitos do risco de liquidez é a perda de financiamento resultante de levantamentos de depósitos e de saques face às facilidades de crédito autorizadas (estimadas com base em cenários) de empresas afetadas pelos choques do cenário, tais como empresas envolvidas na extração/transformação de combustíveis fósseis e empresas com modelos de negócio intensivos em carbono. Para uma descrição dos cenários, consultar a secção “Processo de identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima: os cenários”.

Os resultados da avaliação da materialidade do risco para 2025 mantêm-se coerentes com os do ano anterior. Em comparação com a avaliação anterior, o aumento dos riscos físicos conduz a impactos mais elevados no risco de crédito a longo prazo no cenário de risco baixo de transição/alto físico. O maior risco estratégico nos cenários de baixo de transição decorre do desgaste previsto das receitas dos clientes com utilização intensiva de carbono.

Resultados da avaliação da materialidade financeira

		Cenários			
		Risco baixo de transição e alto físico	Risco moderado de transição e físico	Risco alto de transição e baixo físico	Risco desordenado de transição alto físico
Horizonte	Tipo de risco	STEPS Alto	APS Médio-Alto	NZE Baixo	Desordenado Alto
Curto prazo	Risco de crédito				
	Risco de mercado				
	Risco de liquidez				
	Risco estratégico				
	Risco reputacional				
	Risco operacional				
Médio prazo	Risco de crédito				
	Risco de mercado				
	Risco de liquidez				
	Risco estratégico				
	Risco reputacional				
	Risco operacional				
Longo prazo	Risco de crédito				
	Risco de mercado				
	Risco de liquidez				
	Risco estratégico				
	Risco reputacional				
	Risco operacional				
	Risco operacional				

Maioritariamente     Minoritariamente 

É extremamente improvável que o cenário de desordem se concretize a curto ou médio prazo. Por esta razão, os resultados do cenário só são apresentados para o longo prazo.

Os resultados da avaliação da materialidade financeira do banco indicam que se prevê que os impactos financeiros a curto prazo sejam limitados. Isto deve-se principalmente ao facto de, mesmo em cenários de maior risco de transição, não se prever um reequilíbrio significativo em relação aos combustíveis fósseis ou outras mudanças substanciais na procura ou na tecnologia num período de tempo tão curto. Do mesmo modo, não se prevê que os riscos físicos sofram alterações significativas neste curto período.

A médio prazo, os impactos mais elevados associados aos fatores de risco da transição climática, em especial num cenário de zero emissões líquidas, começam a materializar-se nos riscos de crédito, operacionais, estratégicos e de reputação, sem ultrapassar o limiar de materialidade. Estes impactos são impulsionados por fatores como:

- Deterioração dos perfis de risco de crédito dos sectores do Petróleo e Gás e do Carvão, começando a surgir também impactos maiores para as empresas clientes noutros sectores com elevada intensidade de carbono, bem como para as entidades soberanas e instituições financeiras mais vulneráveis
- Pressão sobre a avaliação das exposições a imóveis menos eficientes do ponto de vista energético devido ao reforço das normas mínimas em matéria de eficiência energética e ao aumento dos custos do consumo de energia, com impacto no risco de crédito
- Perda de receitas resultante da saída de clientes com utilização intensiva de carbono e sem estratégias de transição credíveis, associada a uma maior concorrência por clientes e financiamentos sustentáveis, que se reflete no risco estratégico
- Potenciais riscos para a reputação e de litígio, caso o banco seja percecionado como uma exceção negativa em relação aos seus pares na execução dos seus compromissos de sustentabilidade
- Potencial para impactos de risco operacional decorrentes de eventos de risco físico

A longo prazo, os impactos cumulativos são mais elevados nos tipos e cenários de risco. Em cenários de transição mais elevados, é afetado um leque mais vasto de clientes, o que conduz a uma deterioração potencial mais acentuada da qualidade de crédito da carteira. O desgaste das receitas (risco estratégico) e os potenciais impactos na reputação também aumentam. Em contrapartida, os riscos físicos geram perdas substanciais em cenários de baixo risco de transição, afetando materialmente os riscos operacionais, de crédito, estratégicos e para a reputação. O cenário de transição desordenada produz as perdas mais elevadas em todos os cenários, uma vez que os clientes enfrentam impostos punitivos sobre o carbono e políticas conexas com tempo limitado para se adaptarem, o que evidencia a necessidade de uma transição mais ordenada.

A análise de cenários é aplicada às carteiras do banco sob o pressuposto conservador de um balanço estático, sem ter em conta potenciais alterações na afetação de capital. Embora o banco mantenha uma flexibilidade significativa para gerir as exposições a riscos mais elevados ao longo do tempo, em particular a longo prazo, os cenários disponíveis comportam inerentemente um nível substancial de incerteza. Isto é especialmente verdade a longo prazo, uma vez que os cenários não consideram plenamente os riscos potenciais decorrentes de não linearidades, efeitos combinados e pontos de rutura, que poderiam conduzir a resultados mais graves do que os atualmente modelados.

Os resultados desta análise são tidos em conta nos quadros de gestão do risco do banco, incluindo o inventário de riscos e o Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP). Para garantir que o banco se mantém resiliente a estes choques e adequadamente capitalizado, o Deutsche Bank implementou um suplemento ao seu capital económico, orientado por peritos. Este suplemento foi especificamente concebido para captar a incerteza relacionada com as perdas de grande magnitude que podem surgir em determinados sectores devido a alterações inesperadas e abruptas dos preços do carbono.

A execução ordenada e progressiva da estratégia de sustentabilidade do banco, incluindo objetivos de zero emissões líquidas, o crescimento do financiamento sustentável e de transição, e uma maior integração da natureza nos quadros de risco do banco, bem como nas estratégias de clientes, produtos e regiões, é fundamental para atenuar os impactos do risco de crédito e para a reputação a longo prazo.

Testes de esforço

Paralelamente à avaliação anual da materialidade do risco, o Deutsche Bank efetua um teste de esforço climático anual. Este exercício utiliza um quadro semelhante de cenários, que vão desde riscos de transição elevados/riscos físicos baixos a riscos de transição baixos/riscos físicos elevados, em todos os tipos de risco relevantes. Incorpora cenários ordenados e desordenados, com a seleção de carteiras no âmbito informada pelos resultados da avaliação da materialidade do risco.

O teste de esforço para o risco de crédito inclui choques de transição e de riscos físicos nas Grandes Empresas, na Média Capitalização, no Financiamento Alavancado e Estruturado, no Imobiliário Residencial e Comercial, nos horizontes de curto, médio e longo prazo.

O método de teste de esforço para o risco de crédito na carteira de empresas utiliza:

- Para o risco de transição: um modelo de regressão logística que integra rácios financeiros em esforço a nível de cada cliente, com base em variáveis climáticas e macroeconómicas. O modelo considera como principais fatores os preços do carbono, as vias de redução das emissões e os objetivos de descarbonização, os preços e a procura de energia e as projeções sectoriais de valor acrescentado bruto (VAB)
- Para o risco físico: um modelo de Merton que utiliza estimativas da desvalorização dos ativos da sociedade resultantes de fatores de risco físico agudos e crónicos numa série de cenários de temperatura para salientar a Probabilidade de Incumprimento (PD) das empresas abrangidas

A metodologia de teste de esforço para o risco de crédito na carteira imobiliária aplica choques à Perda em Caso de Incumprimento (LGD) dos clientes através de:

- Para o risco de transição: desvalorização das garantias com base (i) na margem de avaliação por classificação CPE para hipotecas residenciais e (ii) em projeções de preços do carbono e trajetórias de emissões do Carbon Risk Real Estate Monitor para empréstimos imobiliários comerciais
- Para o risco físico: desvalorizações de garantias fundamentadas pelos impactos financeiros da Standard & Poor's, tanto para hipotecas residenciais como para empréstimos imobiliários comerciais

A metodologia de teste de esforço para o risco de mercado estima as perdas líquidas de resultados na carteira de negociação de obrigações e ações, testadas a curto e médio prazo num cenário de transição desordenada.

A metodologia de teste de esforço para os riscos estratégicos abrange todos os clientes no âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas e modela as receitas perdidas resultantes (i) da eliminação progressiva dos clientes dos sectores do Petróleo e Gás e do Carvão, em conformidade com as vias para as zero emissões líquidas, bem como (ii) da eliminação progressiva dos clientes que não podem/desejam fazer a transição.

O stress de liquidez é testado, tanto para os riscos de transição como para os riscos físicos:

- A curto e médio prazo, como um efeito de segunda ordem dos impactos nos resultados de outros tipos de risco (crédito, mercado, operacional)
- A longo prazo, como uma perda de financiamento de depositantes vulneráveis

Os riscos operacionais são salientados em todos os horizontes temporais, tanto para os fatores de transição (com base em cenários de litígio) como para os fatores de risco físico (com base em cenários de alterações na estratégia de localização devido ao aumento de fenómenos meteorológicos extremos).

Processo de identificação e avaliação dos riscos relacionados com o clima: os cenários

O Deutsche Bank utiliza uma série de cenários de diferentes enquadramentos para avaliar os potenciais impactos financeiros futuros decorrentes das alterações climáticas. Os cenários simulam o impacto dos fatores de risco climático-físico e de transição climática, a curto, médio e longo prazo, e vão desde os cenários ordenados/zero emissões líquidas (que sustentam a estratégia de descarbonização do banco) até aos cenários de transição desordenada e de "hot house". O banco também utiliza cenários personalizados, desenvolvidos internamente, para avaliar as suas carteiras face aos fatores de risco relacionados com a natureza. Esta amplitude de cenários dá ao banco a confiança de que os principais riscos plausíveis e as incertezas decorrentes das alterações climáticas estão cobertos.

Todos os cenários assumem, de forma conservadora, um balanço constante ao longo do seu horizonte temporal, sem qualquer consideração de reequilíbrios ou medidas de mitigação que muito provavelmente serão implementadas pelo banco no futuro.

Relativamente aos riscos climáticos e físicos, o banco segue o quadro de modelação da Standard & Poor's (S&P). O modelo da S&P utiliza informações sobre (i) o tipo de cada ativo, (ii) a sua localização geográfica, (iii) a exposição correspondente da localização a um conjunto de riscos distintos de alterações climáticas e (iv) a função de impacto do ativo (a relação entre o grau de alteração da exposição aos riscos climáticos e a alteração do impacto financeiro para um determinado tipo de ativo). É aplicado em quatro cenários de alterações climáticas futuras com base nas Vias de Concentração Representativas (RCP) e nas Vias Socioeconómicas Partilhadas (SSP) do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC). A metodologia abrange oito tipos de riscos naturais agudos e crónicos: inundações fluviais, inundações costeiras, incêndios florestais, seca, calor extremo, ciclones tropicais, stress hídrico e frio extremo. O Deutsche Bank utiliza quatro cenários de RCP:

- Alterações climáticas elevadas: cenário de mitigação reduzida em que as emissões totais de gases com efeito de estufa (GEE) triplicam até 2075 e as temperaturas médias globais aumentam 3,3 a 5,7 °C até 2100 (risco físico agudo)
- Alterações climáticas médio-altas: cenário de mitigação limitada em que as emissões totais de gases com efeito de estufa duplicam até 2100 e as temperaturas médias globais aumentam entre 2,8 e 4,6 °C até 2100
- Alterações climáticas médias: cenário de forte mitigação em que as emissões totais de gases com efeito de estufa estabilizam aos níveis atuais até 2050 e, depois, diminuem e as temperaturas médias globais aumentam 2,1 a 3,5 °C até 2100
- Baixas alterações climáticas: cenário de mitigação agressivo em que as emissões totais de GEE são reduzidas a zero até 2050

A avaliação dos riscos de transição climática baseia-se em quatro cenários:

- O Cenário de Políticas Declaradas (STEPS) reflete os atuais cenários específicos de política energética, climática e industrial em países de todo o mundo que foram adotados ou propostos, bem como as intenções políticas ainda não codificadas na lei, mas apoiadas por mercados, infraestruturas e condições financeiras. (baixo risco de transição); as emissões de CO₂ diminuem apenas moderadamente e, por conseguinte, o aquecimento global continua a agravar-se, com o aumento da temperatura a aproximar-se dos 2,4 °C em 2100 (AIE, 2023), causando riscos físicos elevados
- O Cenário dos Compromissos Anunciados (APS) pressupõe que todos os compromissos climáticos assumidos pelos governos (incluindo os Contributos Determinados a Nível Nacional) e pelas indústrias de todo o mundo serão cumpridos (risco de transição moderado); se for cumprido com êxito, este objetivo será compatível com um aumento da temperatura de 1,7 °C em 2100 (AIE, 2021), causando riscos físicos moderadamente elevados
- O cenário de zero emissões líquidas até 2050 (NZE) estabelece um caminho para o sector energético global atingir zero emissões líquidas de CO₂ até 2050 e limita o aquecimento global a 1,5°C (AIE, 2024) através de políticas climáticas rigorosas e da inovação; neste cenário, os riscos físicos são relativamente baixos, mas os riscos de transição são elevados
- O cenário desordenado (transição retardada) pressupõe que as emissões anuais não diminuam até 2030 e que, a partir daí, sejam necessárias políticas drásticas para limitar o aquecimento a menos de 2 °C. Este cenário conduz a riscos físicos e de transição mais elevados do que o cenário NZE até 2050

Embora os riscos naturais não sejam considerados materiais para a avaliação de dupla materialidade de 2025, o banco reconhece a importância crescente destes riscos para o banco e para as suas partes interessadas (desde os reguladores e supervisores a investidores e clientes). Ainda não existe um conjunto normalizado e abrangente de cenários de risco para a natureza, como os que existem para o clima, para satisfazer as necessidades das instituições financeiras. Para colmatar esta lacuna, o Deutsche Bank desenvolveu 20 cenários exploratórios internos de transição e de risco físico para a natureza, abrangendo cada um dos quatro tipos de risco para a natureza avaliados pelo banco, nomeadamente (i) perda de biodiversidade terrestre e de habitats, (ii) esgotamento da água, (iii) degradação dos ecossistemas devido a resíduos e poluição e (iv) degradação dos ecossistemas marinhos. As narrativas dos cenários foram fundamentadas pela revisão das conclusões do capítulo 4 do relatório de avaliação global da Plataforma Intergovernamental Científico-Política sobre Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas (IPBES), pelo trabalho sobre cenários de riscos para a natureza do Banco Mundial, por casos de utilização desenvolvidos pelo Cambridge Institute for Sustainability Leadership com bancos globais, pela lista completa de Cenários Exploratórios de Riscos Relacionados com a Natureza desenvolvidos conjuntamente pelo Bank of Negara Malaysia e pelo Grupo do Banco Mundial em 2023, entre outros. Os cenários de risco para a natureza foram desenvolvidos em horizontes temporais de curto, médio e longo prazo (ou seja, a cada cenário foi atribuído um horizonte temporal específico). As definições de curto, médio e longo prazo são apresentadas no subcapítulo anterior.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

Os impactos e riscos negativos são identificados e avaliados através do processo de dupla avaliação da materialidade, descrito em pormenor no capítulo “Dupla avaliação da materialidade” da presente Declaração de Sustentabilidade. O presente subcapítulo centra-se na avaliação dos riscos climáticos e ambientais.

Os processos do banco para identificar os riscos climáticos e ambientais materiais estão detalhados no subcapítulo “Resiliência do banco” da presente Declaração de Sustentabilidade. A implementação do quadro global de gestão dos riscos climáticos e ambientais do banco está descrita no subcapítulo “Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas”.

Tópico: Alterações climáticas							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Atenuação das alterações climáticas	A jusante	Curto prazo (CB) Longo prazo (AM)	Impacto negativo	Financiamento e investimento em sectores com elevadas emissões de GEE sem planos de transição credíveis	Posições e normas mínimas de diligência AS Quadro de risco para a reputação Políticas sectoriais Princípios do Equador	Processo de diligência devida AS Avaliação dos riscos reputacionais Avaliações de transações	Número de assuntos/transações/clientes avaliados
		Médio prazo	Risco	Risco de perdas financeiras devido ao facto de os clientes/beneficiários dos investimentos não conseguirem fazer a transição do seu modelo e estratégias de negócio e de o banco não conseguir responder à procura de produtos e serviços relacionados com o clima por parte dos clientes	Quadro dos riscos climáticos e ambientais	Processos em conformidade com os quadros de crédito, mercado, liquidez, risco operacional e apetência pelo risco	Objetivos de zero emissões líquidas para sectores com elevada intensidade de carbono Emissões de GEE (Âmbito 3, Cat. 15)
Energia		Longo prazo		Risco de perdas financeiras devido ao facto de os clientes/beneficiários dos investimentos não adotarem os seus modelos e estratégias empresariais no que respeita à energia proveniente de combustíveis fósseis		Formações	AM: WACI para AuM (objetivo e valores reais)

Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas

ESRS E1-2, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank considera os riscos climáticos e ambientais como fatores determinantes dos tipos de risco existentes na taxonomia de riscos do Grupo. Neste contexto:

- O Diretor da Gestão de Riscos Empresariais (ERM), que responde perante o Diretor de Risco, é responsável pela gestão global e pelos quadros de apetência para os riscos climáticos e ambientais do Grupo; isto inclui os princípios qualitativos de apetência pelo risco, os indicadores quantitativos de apetência pelo risco e a monitorização holística dos riscos nos diferentes tipos de risco e carteiras
- Os responsáveis pelas funções de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional (“Controladores do Tipo de Risco”), que também respondem perante o Diretor de Risco, são responsáveis pelo estabelecimento e funcionamento de controlos adequados, bem como pelo acompanhamento e definição de apetências para os fatores de risco climático e ambiental

O quadro global para a gestão dos riscos climáticos e ambientais é descrito no documento Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais, que apoia a Política de Gestão do Risco do Grupo. O documento estabelece os principais requisitos em matéria de governação, identificação do risco e avaliação da materialidade, estratégia e planeamento da apetência pelo risco, monitorização e controlo do risco e testes de esforço. Os requisitos estabelecidos no documento aplicam-se a todas as divisões (ou seja, Investment Bank, Corporate Bank e Private Bank) e áreas geográficas do banco, com exceção da divisão Asset Management. A divisão de Asset Management do grupo, que opera sob a marca DWS, é abordada no capítulo “Portfólios de clientes na Gestão de Ativos” neste capítulo “Alterações Climáticas”.

O documento Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais inclui igualmente:

- Definições de métricas de apetência pelo risco para os oito sectores abrangidos pelos objetivos de descarbonização do banco e as emissões totais absolutas financiadas da carteira de empréstimos a empresas
- Indicadores de alerta precoce estabelecidos para os riscos de transição climática, físicos e naturais (ou outros riscos ambientais)

As disposições contidas no documento são complementadas por dois quadros adicionais através dos quais o banco aborda a mitigação e adaptação às alterações climáticas: o Quadro de Diligência Devida Ambiental e Social e o Quadro de Financiamento Sustentável, descritos nos capítulos “Diligência devida ESG” e “Financiamento sustentável ” da presente Declaração de Sustentabilidade.

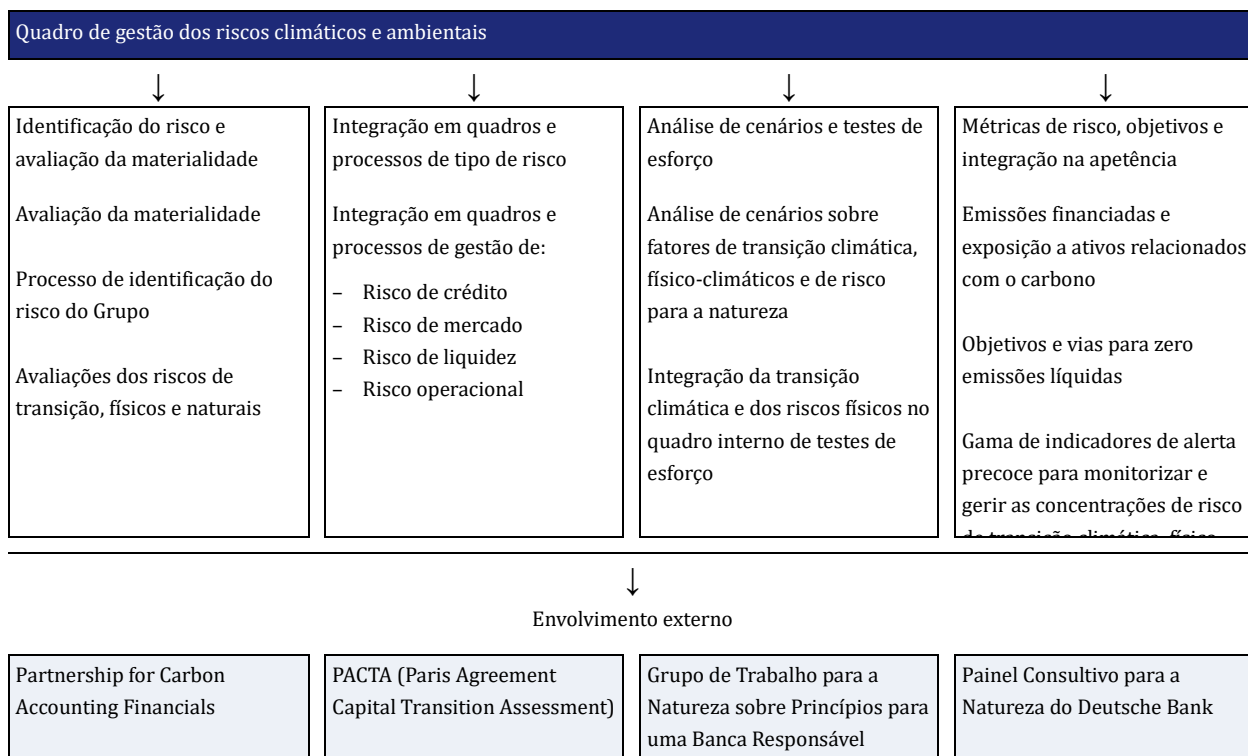
A abordagem do Deutsche Bank aos testes de resistência ao risco climático assenta no quadro de testes de resistência ao risco climático e ambiental. Este documento estabelece formalmente os princípios, o âmbito, o fluxo de processos e a governação para todas as atividades relacionadas com os testes de resistência ao clima, garantindo a adesão às políticas internas e aos requisitos regulamentares externos.

Medidas e recursos relacionados com as alterações climáticas

ESRS E1-3, ESRS 2 MDR-A

A gestão dos riscos climáticos e ambientais está integrada no quadro geral de gestão do risco do Banco. Este quadro não abrange a DWS. Esta informação é abordada na secção “Carteiras de clientes na gestão de ativos”.

A melhoria contínua do quadro de riscos climáticos e ambientais está integrado num dos principais resultados do Grupo, supervisionado pelo Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade. O quadro tem quatro elementos fundamentais: (i) identificação do risco e avaliação da materialidade, (ii) integração em quadros e processos de tipo de risco, (iii) análise de cenários e testes de esforço e (iv) integração na apetência pelo risco através da utilização de uma gama de métricas e objetivos de risco.



A “identificação de riscos e a avaliação da materialidade”, juntamente com a “análise de cenários e testes de esforço”, são descritos no subcapítulo “Resiliência do banco” do capítulo “Alterações climáticas” na presente Declaração de Sustentabilidade. O resto do presente subcapítulo abrange:

- A integração das considerações relativas aos riscos climáticos e ambientais nos processos e controlos de cada um dos principais tipos de risco do banco, nomeadamente os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacionais
- A integração de métricas e objetivos na apetência pelo risco do banco

Quadro do risco de crédito

Os fatores de risco climático e ambiental são integrados nas diferentes fases do ciclo de vida da transação, incluindo a aprovação da transação/integração do cliente, classificação do risco e notações de crédito, análise da carteira, monitorização e avaliação das garantias.

Os riscos climáticos e ambientais são incorporados no processo de aprovação de crédito para clientes empresariais através de requisitos reforçados de diligência devida. Os novos pedidos de empréstimo acima de determinados limiares baseados no prazo e na notação de risco a clientes empresariais de sectores com elevada intensidade de carbono, bem como a clientes de sectores vulneráveis a riscos climáticos, físicos e naturais (ou outros riscos ambientais), exigem uma avaliação de risco específica por parte do front office e uma análise pela Gestão do Risco de Crédito.

No âmbito do processo interno de notação de risco de crédito, os riscos climáticos e outros riscos ambientais devem ser avaliados e, quando considerados relevantes, documentados. Para os clientes empresariais, esta avaliação é apoiada por:

- Um quadro de pontuação de risco de transição que utiliza dados de fontes externas para avaliar o desempenho histórico dos clientes em termos das suas emissões de GEE, o âmbito e a governação dos compromissos climáticos dos clientes em relação aos seus pares
- Um quadro de pontuação do risco físico, que fornece uma indicação do impacto financeiro que um determinado cliente é suscetível de sofrer, num determinado cenário, por tipo de risco natural, com base em dados de ativos detidos pela S&P para a empresa; o quadro de pontuação é também utilizado como base para KPI de risco físico selecionados

O resultado desta avaliação pode levar ao ajustamento dos dados relevantes do modelo interno de notação de crédito do banco.

Os riscos climáticos são considerados como potenciais fatores de desencadeamento para a inclusão na lista de vigilância de grupos ou contrapartes em sectores emissões intensivas de carbono e sem uma estratégia adequada de mitigação do risco de transição

e/ou com recursos financeiros limitados para financiar a sua transição. Os critérios têm em consideração as notações de crédito internas e as pontuações dos quadros de pontuação de risco de transição.

Por último, o Quadro de Diligência Devida Ambiental e Social do Deutsche Bank define restrições específicas, requisitos de diligência devida e de escalonamento para sectores com um potencial inerentemente elevado de impactos ambientais negativos.

No que se refere à avaliação das garantias, o Guia Global de Gestão de Garantias do Banco (para as garantias da carteira bancária) estabelece as suas normas ambientais com base nos requisitos do Regulamento relativo aos requisitos de capital para a avaliação inicial, o controlo e a revisão ao longo da vida do empréstimo. As normas de subscrição do Deutsche Bank exigem que as garantias imobiliárias estejam devidamente seguradas contra os riscos relevantes, incluindo os riscos naturais aplicáveis. Em alguns países, o governo oferece um seguro complementar contra riscos naturais. No final de 2025, a carteira europeia de imóveis residenciais atingiu 160,6 mil milhões de euros. As hipotecas residenciais para clientes privados na Alemanha constituem aproximadamente 92% desta carteira, abrangendo cerca de 1,1 milhões de residências privadas na Alemanha. Estes imóveis, financiados por empréstimos garantidos por ativos imobiliários, estão adequadamente segurados contra os riscos relevantes, incluindo os riscos naturais aplicáveis. Os seguros dos proprietários de imóveis são controlados e complementados ou substituídos por seguros próprios do Deutsche Bank.

Além disso, as novas avaliações e reavaliações exigem a identificação de riscos ambientais físicos e de transição que possam materializar-se. Quaisquer riscos materiais identificados devem refletir-se na decisão de crédito e/ou na avaliação, se não forem mitigados por medidas de construção e/ou cobertura de seguro. Existem requisitos comparáveis para outras garantias físicas, incluindo grandes ativos móveis (como aviões e navios) e ativos mais pequenos (como automóveis e máquinas). A cobertura de seguro das garantias dos empréstimos é controlada regularmente, nomeadamente através de inspeções no local.

Quadro de risco de mercado

No âmbito do processo de identificação do risco de mercado, é pedido a cada uma das linhas de negócio que considere os riscos materiais prospetivos e/ou idiossincráticos, incluindo os riscos climáticos e outros riscos ambientais. Estes são integrados na documentação de identificação do risco de mercado. Além disso, como parte das normas de controlo de aprovação de novos produtos e transações da função de Gestão do Risco de Mercado e Avaliação, os fatores climáticos e ambientais devem ser avaliados e registados como parte do processo de aprovação.

Os riscos relacionados com o clima são geridos no âmbito do quadro de risco de mercado existente e tratados como um fator de desencadeamento do preço, da mesma forma que os eventos de mercado, como os anúncios do banco central ou os anúncios de lucros. A função de Gestão do Risco de Mercado e Avaliação monitoriza e comunica internamente as emissões da sua carteira de créditos negociados, fornecendo informações sobre as principais exposições, que são comunicadas trimestralmente no âmbito do relatório sobre riscos climáticos e ambientais.

Além disso, um cenário de stress climático semanal para avaliar a transição e os riscos físicos na carteira de negociação está integrado no quadro de apetência pelo risco de mercado do banco.

Quadro de risco de liquidez

O Deutsche Bank utiliza testes de esforço e análises de vias para avaliar o impacto do risco climático na liquidez. Em particular, os cenários de posição líquida de liquidez em esforço do Banco, que são executados diariamente, incluem catástrofes climáticas como possíveis fatores de tensão (riscos físicos).

A análise mostra que os riscos físicos são geralmente menores do que outros riscos para os quais o banco faz reservas diárias de liquidez. O risco de transição, que se prevê que se desenvolva gradualmente ao longo de muitos anos, será gerido através dos processos anuais de planeamento do financiamento do Grupo. O banco realiza também um teste de esforço climático interno sobre a liquidez.

Quadro do risco operacional

A Gestão do Risco Operacional tem Orientações do Quadro de Risco específicas que descrevem os requisitos relacionados com a sustentabilidade para as divisões empresariais e os controladores de tipo de risco. A equipa utiliza um indicador ESG para identificar os tipos de risco operacional em que os principais fatores de risco ESG são identificados na taxonomia.

Os impactos dos fatores de risco ESG são avaliados como parte do processo de avaliação do risco e do controlo dos tipos de risco operacional relevantes.

Está em funcionamento um fórum mensal para apoiar a colaboração entre as divisões de negócio, as funções de risco e de controlo na introdução e monitorização das questões ESG como elemento integrante da Gestão do Risco Operacional. Este fórum funciona como uma plataforma para a partilha de atividades, novas regulamentações, atividades de correção e monitorização dos fatores de risco ESG em todo o perfil de risco operacional do Deutsche Bank.

Em 2025, vários supervisores e reguladores bancários continuaram a centrar-se no tema do greenwashing. O Deutsche Bank levou a cabo várias iniciativas para melhorar o seu ambiente de controlo e aumentar a sensibilização interna para o greenwashing, incluindo:

- Realização de uma análise aprofundada dos riscos em relação ao ambiente de controlo existente em matéria de greenwashing
- Aplicação da análise de cenários como uma ferramenta normalizada de gestão do risco para investigar potenciais fontes de riscos de litígio relacionados com ESG, compreender os principais fatores e causas desses cenários (por exemplo, a deturpação de informações sobre sustentabilidade na comunicação empresarial ou em divulgações públicas), bem como quais os controlos ou atividades de correção que podem mitigar esses cenários e quais as medidas a tomar para melhorar o ambiente de controlo
- Monitorização contínua de casos externos de greenwashing
- Realização de uma formação obrigatória sobre greenwashing para todos os colaboradores do Deutsche Bank

Além disso, foram introduzidas melhorias adicionais na identificação e gestão dos temas sociais e de governação e na sua integração no quadro de risco.

A gestão do risco para a reputação decorrente dos riscos climáticos e ambientais é abordada no capítulo "Diligência devida ESG" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Quadro de apetência pelo risco

O desenvolvimento da apetência pelo risco, dos processos de escalonamento e da governação foi particularmente importante para a aplicação do quadro de gestão dos riscos climáticos e ambientais, nomeadamente:

- O estabelecimento de limiares de apetência pelo risco em torno dos objetivos de descarbonização net-zero, monitorizados através de um relatório específico, sendo as violações encaminhadas para o Comité de Risco do Grupo e para o Comité de Sustentabilidade do Grupo
- A análise de novas transações ou extensões de limites com um impacto significativo nas emissões financiadas do banco ou nos objetivos Net Zero por um Fórum Net Zero dedicado, constituído por representantes de topo da área Comercial, de Risco e do Gabinete de Sustentabilidade; a análise dos membros do fórum inclui uma avaliação das divulgações de sustentabilidade, estratégias de transição, objetivos de descarbonização e governação dos clientes; As novas transações têm de enquadrar-se no âmbito da apetência interna do Deutsche Bank pelo risco setorial, alinhada com os objetivos de zero emissões líquidas; as métricas de apetência pelo risco setorial a nível do Grupo são transmitidas às divisões de negócio, para reforçar a sua responsabilidade e apoiar as suas estratégias empresariais
- A restrição setorial do Quadro de Políticas Ambientais e Sociais, que é monitorizada e aplicada através da diligência devida em matéria ambiental e social e dos requisitos de escalonamento do Quadro de Risco para a Risco para a reputação do banco
- A criação de indicadores de alerta precoce para concentrações de riscos relacionados com a transição climática, o clima e a natureza

No subcapítulo "Métricas e objetivos" do capítulo "Alterações climáticas", são fornecidas mais informações sobre as métricas e os objetivos do banco, incluindo as reduções de emissões alcançadas e previstas associadas aos objetivos. O Quadro de Políticas Ambientais e Sociais é descrito em pormenor no capítulo "Diligência devida ESG" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Formações

Ao longo do ano, foram organizadas sessões de formação e de sensibilização para os riscos climáticos e ambientais. As sessões foram ministradas ao pessoal de gestão do risco, às empresas e às equipas de liderança de topo em várias jurisdições, sobre temas como o financiamento sustentável, a avaliação dos riscos físicos, os riscos naturais e a política ESG de Risco Operacional.

Recursos

Os riscos climáticos e ambientais e a sua integração nos quadros de gestão do risco do banco são geridos através de uma combinação de recursos dedicados no âmbito da função do Gabinete de Risco e de recursos existentes que alargaram as suas competências para integrar a gestão dos riscos climáticos e ambientais nos quadros, políticas e processos.

Além disso, são destacados colaboradores dedicados, no âmbito do Resultado Principal de Sustentabilidade, para apoiar a execução da estratégia de sustentabilidade do banco em todas as divisões e funções. O Comité de Sustentabilidade do Grupo, presidido pelo Diretor Geral, e o seu subordinado, o Comité de Orientação da Estratégia de Sustentabilidade, supervisionam a implementação deste programa de mudança, que inclui as seguintes vertentes de trabalho relevantes em termos de risco:

- "Estratégia de Alinhamento Net Zero", com o objetivo de operacionalizar o compromisso de zero emissões líquidas e os objetivos de descarbonização, desde o diálogo de transição com o cliente até à orientação da carteira

- “Riscos, Controlos e Governação”, com a responsabilidade de conceber e aplicar quadros de gestão dos riscos de sustentabilidade (incluindo o clima e o ambiente), bem como a governação do Grupo em matéria de sustentabilidade
- “Natureza”, com o objetivo de incorporar elementos da natureza nos quadros de gestão do risco e da sustentabilidade do grupo

Métricas e objetivos

Objetivos relacionados com a mitigação das alterações climáticas

ESRS 2 MDR-T, ESRS E1-4

O Deutsche Bank publicou objetivos quantitativos de descarbonização para 2030 (provisórios) e 2050 (finais) para oito sectores com emissões intensivas de carbono: Petróleo e Gás (a montante), Produção de Energia, Sector Automóvel (Ligeiros), Aço, Extração de Carvão, Cimento, Transporte Marítimo e Aviação Comercial. Os objetivos são fundamentais para a gestão dos impactos e riscos significativos do banco em matéria de alterações climáticas. São utilizadas as seguintes vias de descarbonização: (i) o cenário de Zero Emissões Líquidas (NZE) até 2050 da Agência Internacional da Energia (AIE), (ii) as trajetórias dos Princípios de Poseidon (PP), que são calibradas em função da Estratégia Revista de Cenário Prudente da Parceria Missão Possível para a Aviação Comercial da Organização Marítima Internacional (OMI) e (iii) o Cenário Prudente da Parceria Missão Possível para a Aviação comercial. As vias de descarbonização selecionadas modelam as alterações nas preferências dos clientes, os fatores regulamentares e as tecnologias emergentes para permitir a modelação de resultados específicos do sector.

Os objetivos de descarbonização do banco estão totalmente integrados na apetência pelo risco e no quadro de gestão do risco do Deutsche Bank.

Alinhamento com os objetivos de zero emissões líquidas

Sector	Âmbitos abrangidos	Cenário	Unidade da métrica	Ano	Base de referência		Alvo	Reduções previstas ¹
					Compromiss o total de crédito fem	Valor da métrica	31 dez 2030	Base de referência vs. objetivo
Petróleo e Gás (a montante)	Âmbito 3	NZE da AIE	MtCO ₂ /a	2021	10,7	23,4	18,0	(23) %
Produção de Energia ⁴	Âmbito 1	NZE da AIE	kgCO ₂ e/MWh	2021	12,2	367	114	(69) %
Automóveis (Ligeiros)	Âmbito 3	NZE da AIE	gCO ₂ /vkm	2021	7,5	190	77	(59) %
Aço	Âmbito 1 e 2	NZE da AIE	kgCO ₂ e/t de aço	2021	2,1	1.519	1.004	(34) %
Extração de	Âmbito 3	NZE da AIE	MtCO ₂ /a	2022	1,5	7,9	4,0	(49) %
Cimento ⁴	Âmbito 1 e 2	NZE da AIE	kgCO ₂ e/t de cimento	2022	0,1	678	483	(29) %
Transporte marítimo	Âmbito 1	Estratégia revista da OMI – Mínimo ²	Pontuação de alinhamento climático da carteira (%)	2022	0,9	14,1	N/A	N/A
		Estratégia revista da OMI – A esforçar-se ²				18,3	0	(18,3) pp
Aviação comercial	Âmbito 1	MPP PRU ³		2023	1,7	1,3	0	(1,3) pp

N/A – Não aplicável

¹ As reduções esperadas são definidas como a diferença percentual entre os objetivos para 2030 e as métricas de referência. No entanto, no caso das pontuações de alinhamento climático, as reduções são expressas em diferenças de pontos percentuais (pp). O Deutsche Bank utiliza o cenário "A esforçar-se" para definir objetivos para o sector dos transportes marítimos

² O ano de referência para o transporte marítimo representa a data em que o Deutsche Bank comunicou pela primeira vez as pontuações de alinhamento climático da sua carteira, que foi 2022 para a Estratégia Revista da Organização Marítima Internacional

³ Cenário Prudente da Parceria Missão Possível

⁴ A métrica do ano de referência e a meta provisória de zero emissões líquidas para 2030, tanto para o sector da produção de energia como para o sector do cimento, foram recalibradas devido a melhorias metodológicas introduzidas este ano

Sector	Cenário	Unidade da métrica	Ano	Compromiss o total de crédito fem	Mais recente		Variação face ao valor de referência
					Valor da métrica	Alteração da métrica	
Petróleo e Gás (a montante)	NZE da AIE	MtCO ₂ /a	2025	7,8	17,6	(25)	
Produção de Energia	NZE da AIE	kgCO ₂ e/MWh	2025	12,8	195	(47)	
Automóveis (Ligeiros)	NZE da AIE	gCO ₂ /vkm	2025	7,5	153	(20)	
Aço	NZE da AIE	kgCO ₂ e/t de aço	2025	1,8	1.231	(19)	
Extração de carvão	NZE da AIE	MtCO ₂ /a	2025	1,2	5,3	(33)	
Cimento	NZE da AIE	kgCO ₂ e/t de cimento	2025	0,4	749	11	%
Transporte marítimo	Estratégia revista da OMI – Mínimo ¹	Pontuação de alinhamento climático da carteira (%)	2024	0,9	1,4	(12,7) pp	
	Estratégia revista da OMI – A esforçar-se ¹				7,5	(10,8) pp	
Aviação comercial	MPP PRU ²		2024	1,8	1,0	(0,3) pp	

^{1,2} O Deutsche Bank publicará as Pontuações de Alinhamento Climático da Carteira no final do ano de 2025 na Declaração de Sustentabilidade do próximo ano

As reduções de emissões alcançadas e previstas são apresentadas nas colunas relevantes do quadro de objetivos acima. Para os sectores do Petróleo e Gás (a montante) e da Extração de Carvão, estas reduções são expressas em termos absolutos (ou seja, emissões financiadas (“Utilização Final”) da Categoria 11 do Âmbito 3. Para os restantes sectores, refletem a alteração na métrica da intensidade física ou nas pontuações do alinhamento climático (que são expressas em percentagens).

A conversão das metas sectoriais relativas ou de intensidade física em reduções absolutas de emissões de GEE (requisito E1-4 34a/b da ESRS) não é divulgada, uma vez que as disposições transitórias do parágrafo 133b da ESRS 1 permitem que o banco se concentre nas métricas de intensidade física mais estabelecidas, exigidas pela legislação do Pilar 3.

Desde o início dos objetivos de zero emissões líquidas que o banco está a fazer progressos consideráveis em termos de descarbonização em todos os sectores, o que tem sido apoiado por uma gestão ativa da atividade descrita na secção “Governança” acima referida. No entanto, o sector do Cimento tem sido uma exceção, devido à falta de alternativas tecnológicas facilmente disponíveis (ou seja, um sector difícil de eliminar), bem como ao reduzido potencial de gestão ativa, dada a pequena dimensão dos compromissos de crédito do banco.

Este ano, foram introduzidas duas melhorias no modelo do quadro do objetivo de zero emissões líquidas:

- O compromisso de emitir contingentes foi suprimido para se alinhar com os contingentes emitidos, que foram excluídos do limite dos empréstimos às empresas desde a entrada em vigor do relatório não financeiro de 2022. Consequentemente, tanto os contingentes emitidos (“passivos contingentes”) como o compromisso de emissão de contingentes são totalmente excluídos. Esta melhoria também foi aplicada à abordagem das emissões financiadas dos Âmbitos 1, 2 e 3 para garantir o alinhamento com o quadro do objetivo de zero emissões líquidas, mantendo a coerência com a norma do PCAF, que não exige explicitamente a inclusão de contingentes; e
- Tratamento mais preciso das entidades de produção de energia mais pequenas, aumentando assim o número de clientes abrangidos pelo objetivo de zero emissões líquidas da produção de energia

Em conformidade com as orientações internas, foram efetuados novos cálculos e as alterações de base decorrentes das duas melhorias do modelo foram avaliadas em função dos limiares de recalibração do banco. Os pontos principais são os seguintes:

- Produção de Energia: Foram recalibradas as intensidades físicas de emissão do ano de referência e dos anos seguintes. No final do ano de 2024, a intensidade diminuiu 51,4 kgCO₂e/MWh (diminuição de 11,4 kgCO₂e/MWh devido à eliminação do compromisso de emissão de contingentes; diminuição de 40 kgCO₂e/MWh devido à inclusão de entidades de produção de eletricidade de menor dimensão). A métrica da intensidade física das emissões no ano de referência foi revista em baixa em 29,2 kgCO₂e/MWh; o objetivo intermédio de zero emissões líquidas para 2030 foi recalibrado em baixa em 9,4 kgCO₂e/MWh
- Cimento: Foram recalibradas as intensidades físicas de emissão do ano de referência e dos anos seguintes. A intensidade no final do ano de 2024 aumentou em 1,5 kgCO₂e/t de cimento, através da eliminação do compromisso de emissão de contingentes. A métrica da intensidade física das emissões no ano de referência foi revista em baixa em 53,3 kgCO₂e/t de cimento; o objetivo intermédio de zero emissões líquidas para 2030 foi recalibrado em baixa em 37,6 kgCO₂e/t de cimento
- Outros sectores: As melhorias introduzidas no modelo não resultaram em alterações no indicador de zero emissões líquidas do ano de referência que excedessem os limiares de recalibração do banco e, por conseguinte, não foram recalibradas. Para o sector do petróleo e do gás, a eliminação do compromisso de emitir contingentes levou a uma diminuição significativa das emissões financiadas pelo Âmbito 3 em 1,6 MtCO₂/ano para o final do ano de 2024

Notas metodológicas

Limite de crédito a empresas:

- O Deutsche Bank define o seu limite de empréstimos a empresas como incluindo: (i) empréstimos ao custo amortizado e (ii) compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis, tal como constam do Relatório de Risco do Relatório Anual do Deutsche Bank. No final do exercício de 2025, os empréstimos ao custo amortizado e os compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis ascendiam a 478,7 mil milhões de euros e 274,3 mil milhões de euros, respetivamente.
- O crédito a empresas que é classificado ao abrigo da política de subscrição do banco como uma posição na qual se deve reduzir o risco através dos mercados de capitais é excluído do quadro do objetivo de zero emissões líquidas
- As exposições ao crédito a empresas são identificadas de acordo com as classificações sectoriais internas do Deutsche Bank. O banco exclui todos os empréstimos a instituições financeiras, ao sector público, ao sector imobiliário e a titularizações
- Em divulgações anteriores, o compromisso de emitir contingentes foi incluído no quadro do objetivo de zero emissões líquidas e refletido em “compromisso de empréstimo irrevogável e revogável”. Estas rubricas estão agora totalmente excluídas, o que

significa que tanto os contingentes emitidos (“passivos contingentes”) como o compromisso de emitir contingentes estão fora dos limites do quadro do objetivo de zero emissões líquidas; como parte desta alteração, os sectores abrangidos pelo quadro do objetivo de zero emissões líquidas foram recalculados e os impactos na métrica do ano de referência foram revistos de acordo com as orientações de recalibração do Banco. No final de 2024 e 2025, o compromisso de emissão de contingentes ascendia a 21,1 mil milhões de euros e 18,2 mil milhões de euros, respetivamente

Oito sectores são abrangidos pelo quadro de objetivos de zero emissões líquidas do Deutsche Bank: O quadro alinha-se com as metodologias estabelecidas pelo sector, incluindo: (i) a metodologia PACTA (Paris Agreement Capital Transition Assessment); (ii) a norma PCAF (Partnership for Carbon Accounting Financials); (iii) os princípios Poseidon; e (iv) as Diretrizes Pegasus. Os dados sobre os ativos ao nível do cliente são provenientes da Asset Impact, Det Norske Veritas e International Bureau of Aviation (IBA). Os dados dos clientes sobre o valor da empresa, incluindo o numerário (EVIC), são provenientes da MSCI e da Bloomberg.

O conceito “Zero emissões líquidas” é um conceito global segundo o qual o mundo no seu conjunto deve atingir zero emissões líquidas de carbono até 2050 para limitar o aquecimento global a 1,5°C. Este conceito permite a existência de emissões residuais de sectores difíceis de eliminar, desde que sejam compensadas pela remoção de emissões noutros sectores da economia. As vias de descarbonização sectorial do Deutsche Bank refletem estas trajetórias diferenciadas e estão alinhadas com a transição para um sistema global de zero emissões líquidas.

O banco introduziu uma melhoria na modelização para captar com maior exatidão as entidades de produção de energia mais pequenas, melhorando a qualidade dos dados subjacentes à métrica de produção de energia de zero emissões líquidas. Em conformidade com os procedimentos internos de recalibração, os parâmetros de referência foram recalculados e avaliados de acordo com as diretrizes de recalibração do banco, tendo os sectores da produção de eletricidade e do cimento sido recalibrados em termos do seu parâmetro do ano de referência e dos finais de ano subsequentes.

As compensações adquiridas pelo cliente (certificados baseados em reduções de GEE, autorizações ou regimes de prevenção) não são consideradas no âmbito do objetivo de zero emissões líquidas. Isto deve-se ao facto de o quadro se basear em métricas que refletem: (i) as características técnicas dos ativos subjacentes; e (ii) os fatores de conversão de GEE associados às suas atividades físicas.

Em conformidade com as Orientações da Net Zero Banking Alliance (NZBA) para a definição de objetivos climáticos para os bancos (versão 4; outubro de 2025), o Deutsche Bank obtém uma garantia limitada de terceiros independentes relativamente à comunicação de informações sobre os objetivos de zero emissões líquidas, incluindo o estabelecimento de métricas de referência, como parte da presente Declaração de Sustentabilidade.

Imóveis residenciais:

Embora esteja empenhado em promover a sustentabilidade, o Deutsche Bank não definiu objetivos específicos para a carteira de imóveis residenciais para promover a descarbonização exigida pelas políticas nos seus principais mercados. O Deutsche Bank continua empenhado através de três estratégias principais:

- Prestação de aconselhamento especializado, rede e assistência financeira aos proprietários de casas
O Deutsche Bank tem como objetivo melhorar a eficiência energética das habitações através de um apoio abrangente aos proprietários, o que se reflete principalmente nas iniciativas de financiamento sustentável do Private Bank. Os principais aspetos desta estratégia incluem:
 - Expansão das redes: Desenvolvimento da rede de consultores energéticos, de serviços de avaliação e de especialistas em reabilitação do Private Bank, a fim de proporcionar aos proprietários de imóveis conhecimentos especializados acessíveis
 - Aperfeiçoamento das opções de financiamento: Oferecer uma gama diversificada de soluções de financiamento adaptadas às melhorias energéticas; isto inclui produtos como o financiamento da construção, empréstimos climáticos e programas de financiamento público de alavancagem
- Estabelecimento de objetivos para as indústrias a montante
O Deutsche Bank reconhece a importância de reduzir as emissões de Âmbito 2 e 3 do sector imobiliário, abordando a pegada de carbono das indústrias que fornecem energia e materiais de construção; o banco estabeleceu objetivos de descarbonização para estes sectores a montante, incluindo a produção de energia, o cimento e o aço
- Envolvimento com decisores políticos, governos e bancos homólogos
O banco colabora ativamente com várias partes interessadas para promover uma abordagem colaborativa à descarbonização no sector imobiliário, como a Coligação Europeia para o Financiamento da Eficiência Energética

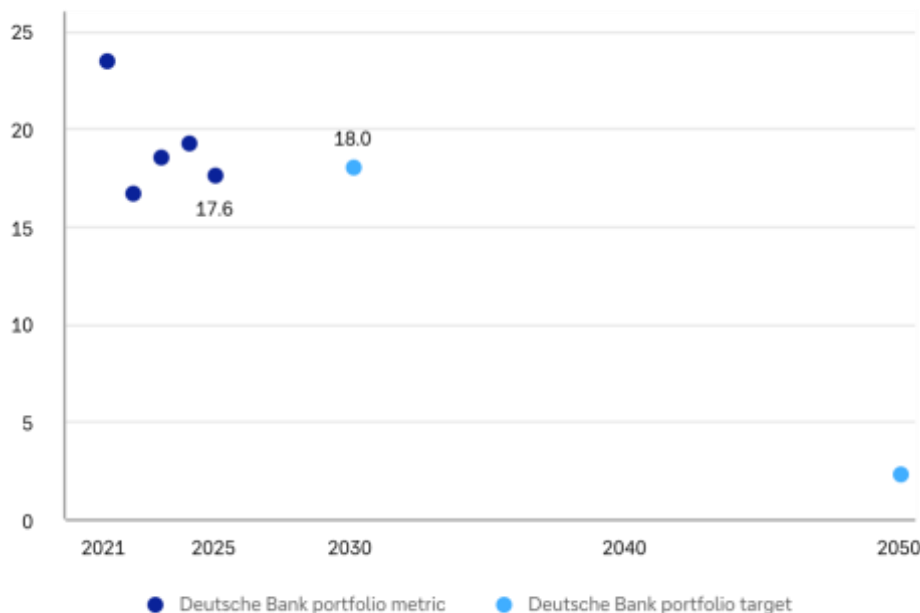
Tendo em conta os requisitos de financiamento significativos da transição para habitações mais eficientes do ponto de vista energético e o desafio financeiro que os proprietários privados enfrentam, é fundamental evitar consequências não intencionais, pelo que o Deutsche Bank não estabeleceu um objetivo de zero emissões líquidas comparável aos estabelecidos para as indústrias

com emissões intensivas de carbono, para evitar o risco de restringir o fluxo de financiamento para habitações eficientes do ponto de vista energético e penalizar os clientes privados no atualmente difícil cenário macroeconómico. Para além dos aspetos sociais, como a habitação a preços acessíveis e os sistemas de proteção dos clientes, a vontade do cliente e a sua capacidade financeira desempenham um papel decisivo.

Objetivos sectoriais de zero emissões líquidas e vias de carteira

Petróleo e Gás (a montante)

Petróleo e gás, MtCO₂ de emissões financiadas (Âmbito 3)



As emissões financiadas do Âmbito 3 totalizaram 17,6 MtCO₂/ano no final de 2025, representando uma redução de 8,4% em relação ao ano anterior e uma diminuição de 25% em relação ao valor de referência de 2021. Desde o início do objetivo, as emissões globais financiadas da carteira diminuíram amplamente, em conformidade com a trajetória de redução linear associada ao objetivo de zero emissões líquidas para 2030. O total de compromissos de crédito diminuiu em termos homólogos, de 9,6 mil milhões de euros para 7,8 mil milhões de euros.

A diminuição anual das emissões financiadas pode ser explicada pelos seguintes fatores principais:

- O reforço da metodologia do sector do petróleo e do gás para eliminar o compromisso de emitir contingentes resultou numa diminuição de 1,6 MtCO₂/ano
- Gestão ativa da carteira que conduziu a uma diminuição de 1,3 MtCO₂/ano
- Exposição dos empréstimos aos efeitos da conversão cambial, que conduziu a um aumento de 0,8 MtCO₂/ano, principalmente devido à apreciação do dólar americano em relação ao euro
- Fatores de emissão dos clientes (tCO₂/€ m) que contribuíram para um aumento de 0,4 MtCO₂/ano

O banco espera que as emissões financiadas de Petróleo e Gás da Categoria 11 de Âmbito 3 ("Utilização Final") permaneçam voláteis devido a fatores fora do seu controlo, tais como a evolução do EVIC dos clientes ou do total de ativos, os volumes de produção de petróleo e gás dos clientes e os efeitos da conversão cambial

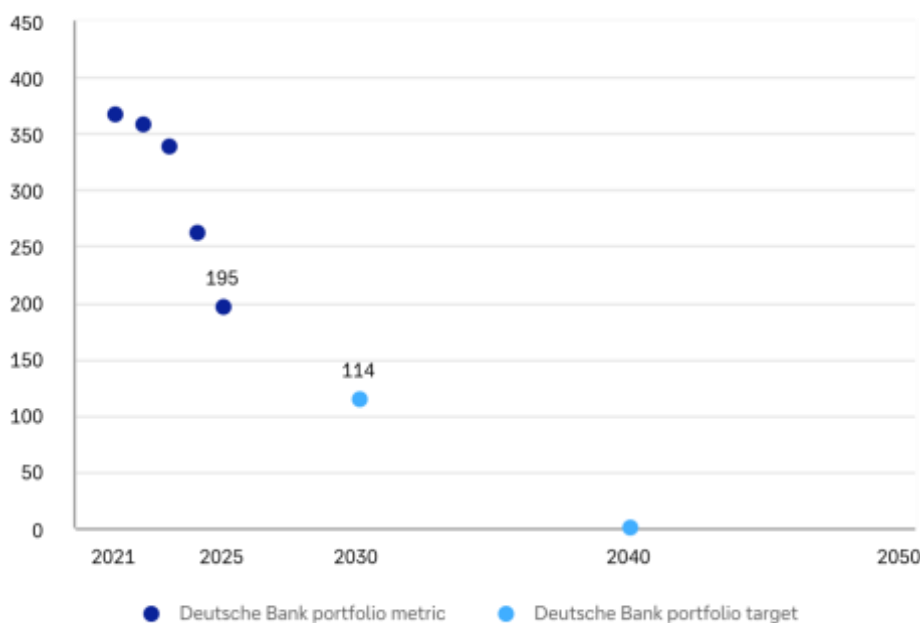
Notas metodológicas:

- O sector do Petróleo e Gás (a montante) aplica uma abordagem de emissões financiadas de Âmbito 3 Categoria 11 ("Utilização Final"), expressa em MtCO₂/ano e abrange apenas as atividades a montante; os volumes de produção de petróleo e gás são convertidos em emissões utilizando constantes de combustão da Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA); de acordo com a metodologia PCAF, o denominador do Fator de Atribuição é o EVIC ou o total de ativos
- Para reduzir a volatilidade das estimativas das emissões financiadas, os dados relativos às posições em risco dos empréstimos no final do exercício de 2025 são convertidos em valores de empréstimos equivalentes em euros, utilizando as taxas de câmbio de 2024, assegurando a coerência com os mais recentes fatores de emissão de Âmbito 3 do banco; consequentemente, os efeitos de conversão cambial homólogos são calculados comparando as taxas de câmbio do final do exercício de 2023 (tal como utilizadas no relatório anual do ano anterior) com as taxas de câmbio do final do exercício de 2024

- A trajetória de descarbonização aplicada à definição de objetivos foi calibrada a partir dos conjuntos de dados da IEA NZE (2021)
- A remoção do compromisso de emitir contingentes do limite de crédito a empresas não levou a mudanças no ano de referência nas emissões financiadas de Âmbito 3 que excedessem o limite de recalibração do banco; consequentemente, as métricas históricas de fim de ano para esse sector não foram recalibradas

Produção de Energia

Produção de eletricidade, kgCO₂e/MWh (Âmbito 1)



¹ As métricas de zero emissões líquidas para o ano de referência e para os finais de ano subsequentes até 2024 foram reformuladas, bem como a meta provisória de zero emissões líquidas

O banco introduziu melhorias na sua metodologia de produção de energia, podendo ser encontrados mais pormenores na secção de notas metodológicas abaixo. Para garantir uma comparabilidade significativa em termos homólogos, as intensidades físicas de emissão do ano de referência e dos finais de ano subsequentes foram recalibradas. Para o final do ano de 2024, estas atualizações resultaram numa redução substancial de 51,4 kgCO₂e/MWh na intensidade física das emissões. Este decréscimo global pode ainda ser decomposto numa redução de 11,4 kgCO₂e/MWh atribuível à eliminação do compromisso de emissão de contingentes e de 40 kgCO₂e/MWh atribuível à incorporação de entidades produtoras de menor dimensão. Por último, a intensidade física das emissões para a métrica do ano de referência foi recalibrada em baixa em 29,2 kgCO₂e/MWh e o objetivo intermédio para 2030 foi também recalibrado em baixa em 9,4 kgCO₂e/MWh.

Após o ajuste para melhorias no modelo, a intensidade de emissão física do Âmbito1 do portfólio de Geração de Energia do banco foi de 195 kgCO₂e/MWh no final de 2025, representando uma redução de 65,9 kgCO₂e/MWh em relação ao ano anterior e também representando uma queda de 25% em relação ao final de 2024. Durante o mesmo período, o total dos compromissos de empréstimos aumentou de 12,0 mil milhões de euros para 12,8 mil milhões de euros.

A diminuição significativa, em termos homólogos, da intensidade física das emissões pode ser atribuída a:

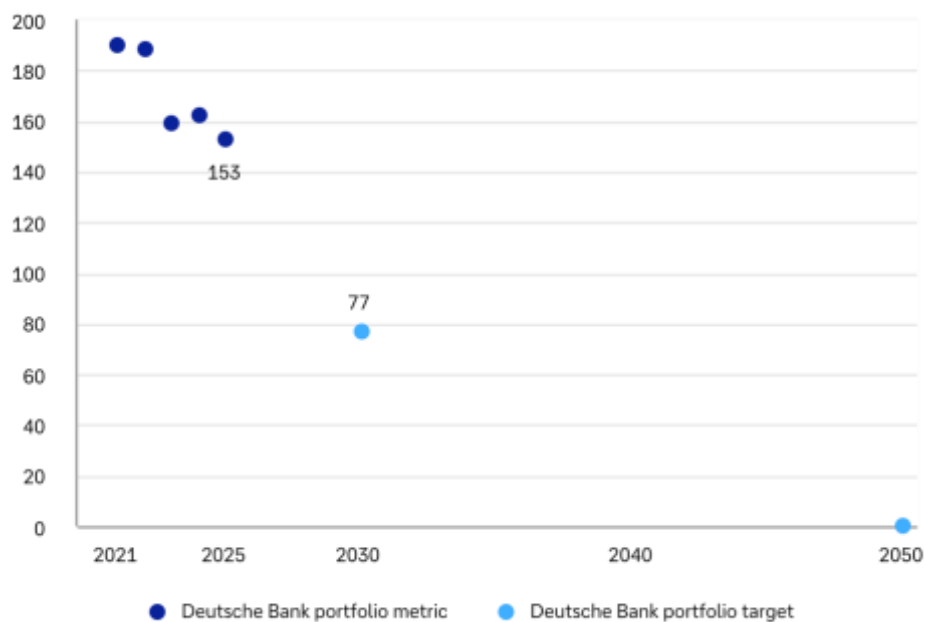
- Redução de 37,0 kgCO₂e/MWh devido a melhorias na qualidade dos dados fornecidos por terceiros para três clientes atuais
- Redução de 17,2 kgCO₂e/MWh devido aos esforços de descarbonização dos clientes atuais
- Redução de 11,8 kgCO₂e/MWh devido à gestão ativa para clientes de menor intensidade

Notas metodológicas:

- O sector da produção de energia segue a abordagem PACTA, sendo a principal métrica definida como a média ponderada dos empréstimos da intensidade física das emissões de Âmbito 1 dos clientes, expressa em kgCO₂e/MWh; são abrangidos tanto os ativos energéticos operacionais como os que se encontram em fase de construção
- Os dados dos clientes sobre a capacidade de energia instalada (MW) são convertidos em produção anual de energia (MWh) utilizando fatores de capacidade globais do cenário IEA NZE (2021); esta conversão reflete o perfil de funcionamento variável das diferentes tecnologias - sobretudo a intermitência das energias renováveis, que normalmente apresentam fatores de capacidade inferiores aos de outras fontes, como a nuclear
- A trajetória de descarbonização aplicada à definição de objetivos foi calibrada a partir dos conjuntos de dados da IEA NZE (2021)
- A eliminação do compromisso de emissão de contingentes do limite de crédito a empresas não desencadeou alterações no ano de referência, uma vez que a variação do indicador de zero emissões líquidas permaneceu dentro do limiar de recalibração do banco; no entanto, a melhoria da modelização, que permitiu um tratamento mais preciso das entidades produtoras de eletricidade de menor dimensão, excedeu o limiar de recalibração; consequentemente, a intensidade física das emissões da produção de eletricidade foi recalibrada a partir do final de 2021 e o objetivo intermédio para 2030 foi atualizado em conformidade

Automóveis (Ligeiros)

Automóveis, gCO₂/vkm (Âmbito 3)



a intensidade de emissões físicas de Âmbito 3 da carteira da indústria de automóveis (ligeiros) do Deutsche Bank era de 153 gCO₂/vkm no final de 2025, o que representa um decréscimo de 5,8% em relação ao ano anterior e se situa 20% abaixo do valor de referência de 2021. O total de compromissos de crédito diminuiu ligeiramente em 0,2 mil milhões de euros em termos homólogos.

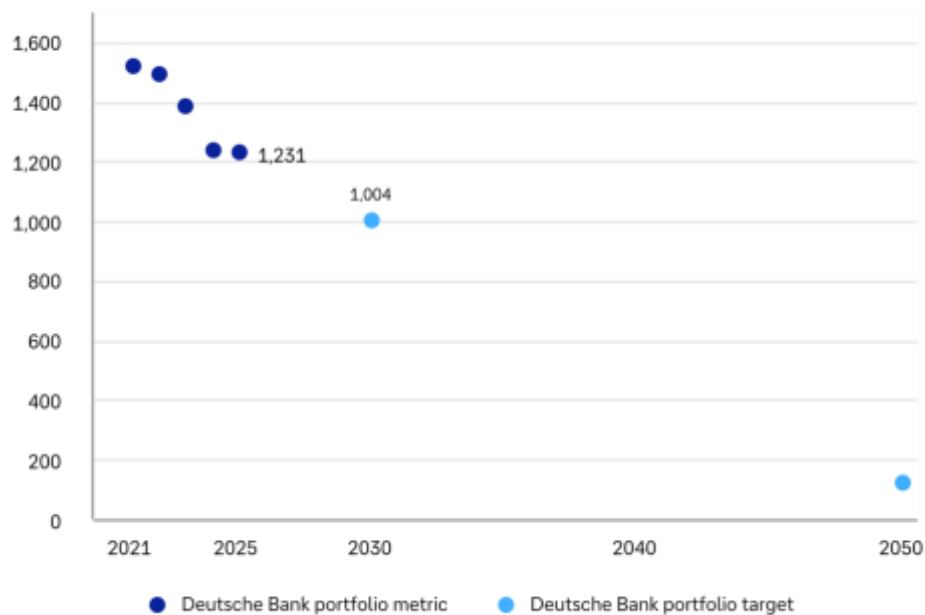
As melhorias na métrica de intensidade de emissões de gases de escape da carteira refletem tanto os progressos de descarbonização feitos pelos clientes como uma gestão ativa das exposições a clientes de menor intensidade.

Notas metodológicas:

- O sector Automóvel segue a abordagem PACTA, sendo a principal métrica definida como a média ponderada pelos empréstimos da intensidade das emissões físicas de Âmbito 3 (ou seja, escape/do depósito à roda) dos clientes, expressa em gCO₂/veículo-quilómetros
- O âmbito de aplicação do Deutsche Bank limita-se aos fabricantes de veículos do segmento dos veículos ligeiros
- A trajetória de descarbonização aplicada à definição de objetivos foi calibrada a partir dos conjuntos de dados da IEA NZE (2021)
- A remoção do compromisso de emitir contingentes do limite de crédito a empresas não levou a alterações na intensidade das emissões físicas no ano de referência que excedessem o limiar de recalibração do banco; consequentemente, os indicadores históricos de fim de ano para este sector não foram recalibrados

Aço

Aço, kgCO₂e/t de aço produzido (Âmbitos 1 e 2)



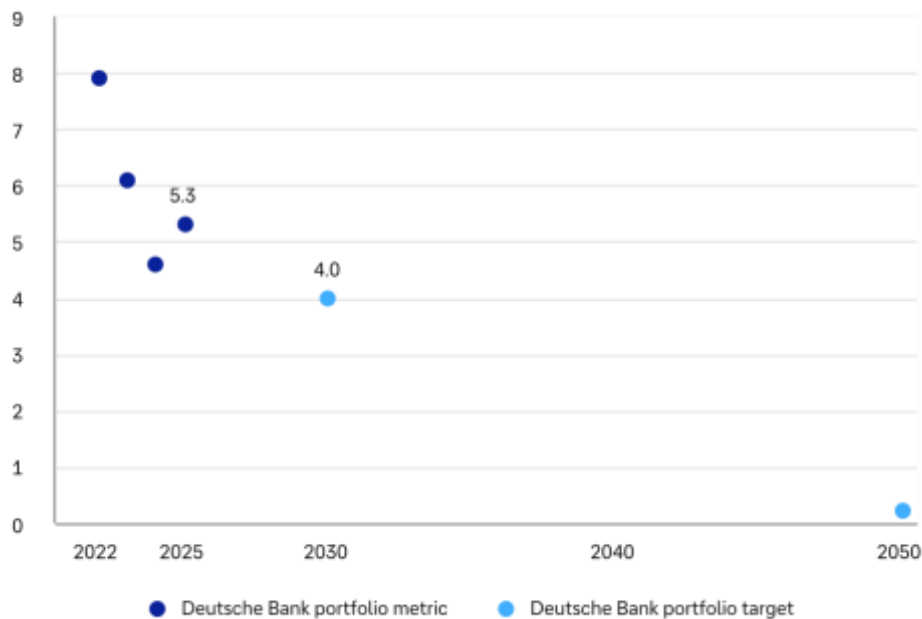
A intensidade das emissões físicas de Âmbito 1 e 2 da carteira de Aço do Deutsche Bank era de 1.231 kgCO₂e/t de aço no final de 2025, permanecendo constante em termos homólogos, juntamente a diminuição do total de compromissos de crédito de 2,2 mil milhões para 1,8 mil milhões de euros.

Notas metodológicas:

- O sector da produção de Aço segue a abordagem PACTA, sendo a principal métrica definida como a média ponderada pelos empréstimos da intensidade de emissões físicas de Âmbito 1 e 2 dos clientes, expressa em kgCO₂e/toneladas de aço produzido.
- A trajetória de descarbonização aplicada à definição de objetivos foi calibrada a partir dos conjuntos de dados da IEA NZE (2021)
- A remoção do compromisso de emitir contingentes do limite de crédito a empresas não levou a alterações na intensidade das emissões físicas no ano de referência que excedessem o limiar de recalibração do banco; consequentemente, os indicadores históricos de fim de ano para este sector não foram recalibrados

Extração de carvão

Extração de carvão, MtCO₂ de emissões financiadas (Âmbito 3)



As emissões financiadas de Âmbito 3 ascenderam a 5,3 MtCO₂/ano no final de 2025, dos quais 3,4 e 1,9 MtCO₂/ano foram provenientes de fontes de carvão térmico e metalúrgico, respetivamente, representando um aumento anual de 16%, mas uma diminuição de 33% em relação à base de referência de 2022. Desde o início do objetivo, as emissões globais financiadas foram reduzidas em conformidade com a trajetória de redução linear implícita no objetivo de zero emissões líquidas para 2030. O total dos compromissos de crédito dos clientes abrangidos permanece estável em 1,2 mil milhões de euros, ao passo que, numa base de quota-parte de receitas de carvão, o total dos compromissos de crédito diminuiu ligeiramente em termos homólogos para 0,2 mil milhões de euros.

O aumento anual das emissões financiadas pode ser explicado por três fatores principais:

- Exposição dos empréstimos aos efeitos da conversão cambial, que conduziu a um aumento das emissões financiadas de 0,3 MtCO₂/ano, principalmente devido à apreciação do dólar americano em relação ao euro
- Fatores de emissão dos clientes (tCO₂/€ m) que levaram a uma diminuição das emissões financiadas de 0,2 MtCO₂/ano
- O restante aumento de 0,6 MtCO₂/ano deve-se essencialmente à atividade de concessão de crédito a curto prazo de um único cliente

O banco espera que a métrica da extração de carvão permaneça volátil devido a fatores fora do seu controlo, tais como a evolução do EVIC ou do total de ativos dos clientes, os volumes de produção da extração de carvão dos clientes, a quota de receitas da extração de carvão dos clientes (ou seja, a regra do limiar de 5%) e os efeitos anuais da conversão cambial.

Notas metodológicas:

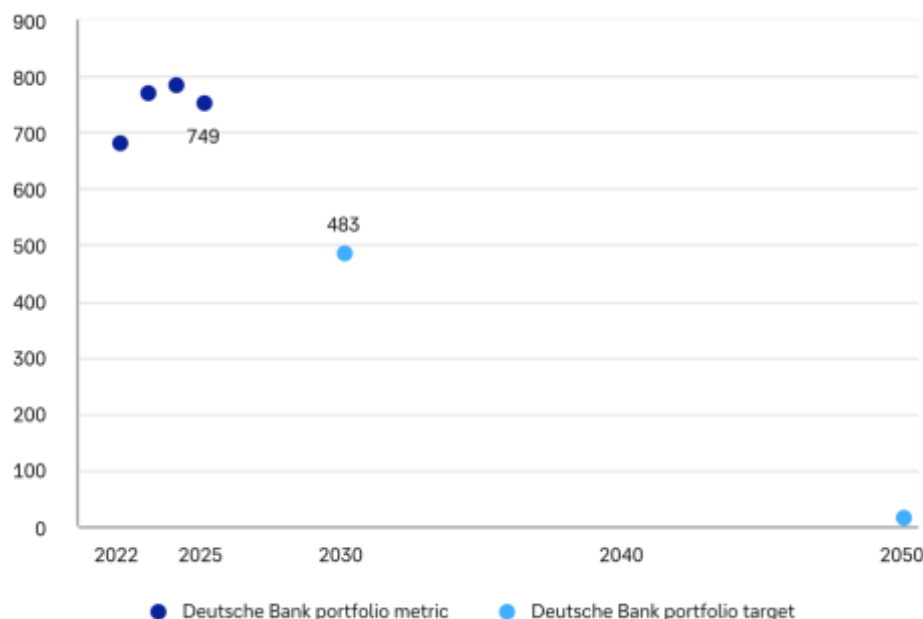
- O sector da extração de carvão segue uma abordagem de emissões financiadas de Âmbito 3, Categoria 11 ("Utilização final"), expressa em MtCO₂/ano; os valores de produção da extração de carvão são convertidos em emissões utilizando constantes de combustão da EPA dos EUA; em conformidade com a abordagem PCAF, o denominador do Fator de Atribuição é o EVIC ou o total de ativos
- Para reduzir a volatilidade das estimativas das emissões financiadas, os dados relativos às posições em risco dos empréstimos no final do exercício de 2025 são convertidos em montantes das exposições de crédito equivalentes em euros, utilizando as taxas de câmbio de 2024, assegurando a coerência com os mais recentes fatores de emissão de Âmbito 3 do banco; consequentemente, os efeitos de conversão cambial homólogos são calculados comparando as taxas de câmbio do final do exercício de 2023 (tal como utilizadas no relatório anual do ano anterior) com as taxas de câmbio do final do exercício de 2024
- Os clientes são considerados elegíveis com base no facto de que: (i) mais de 5% das suas receitas provêm da extração de carvão (térmico e metalúrgico); e (ii) as suas atividades podem, em alternativa, ser acompanhadas através de sectores orientados para

a procura, como a produção de eletricidade ou a produção de aço; esta abordagem orientada para a procura é preferível, uma vez que apoia a redução da procura de carvão em vez de restringir a oferta, ajudando assim a evitar distorções do mercado ou estrangulamentos involuntários do lado da oferta

- A trajetória de descarbonização aplicada à definição de objetivos foi calibrada a partir dos conjuntos de dados da IEA NZE (2022) e ajustada com base no rácio do ano de referência da carteira de emissões financiadas do sector térmico versus as do sector metalúrgico; caso este rácio mude materialmente em anos futuros, a trajetória será recalibrada para garantir o alinhamento com as características da carteira de extração de carvão do banco
- A remoção do compromisso de emitir contingentes do limite de crédito a empresas não levou a mudanças no ano de referência nas emissões financiadas de Âmbito 3 que excedessem o limite de recalibração do banco; consequentemente, as métricas históricas de fim de ano para esse sector não foram recalibradas

Cimento

Cimento, kgCO₂e/t de cimento produzido (Âmbitos 1 e 2)¹



¹ As métricas de zero emissões líquidas para o ano de referência e para os finais de ano subsequentes até 2024 foram reformuladas, bem como a meta provisória e final de zero emissões líquidas

O banco introduziu melhorias na sua metodologia de Cimento, que pode ser consultada em mais pormenor na secção de notas metodológicas sobre o quadro do objetivo de zero emissões líquidas. Para garantir uma comparabilidade significativa de ano para ano, as intensidades de emissões físicas do ano de referência e dos finais de ano subsequentes foram recalibradas. Para o final do ano de 2024, isto resultou num aumento de 1,5 kgCO₂e/t de cimento na intensidade das emissões físicas e num aumento de 8 milhões de euros na exposição ao crédito. Por último, a intensidade física das emissões para a métrica do ano de referência foi recalibrada em baixa em 53,3 kgCO₂e/t de cimento e o objetivo intermédio para 2030 foi também recalibrado em baixa em 37,6 kgCO₂e/t de cimento.

Após ajustamentos decorrentes de melhorias do modelo, a intensidade de emissões físicas de Âmbito 1 e 2 da carteira de Cimento do Deutsche Bank era de 749 kgCO₂e/t de cimento no final do ano de 2025, representando uma diminuição de 4,3% em relação ao ano anterior e mantendo-se 11% acima do valor de referência de 2022. A diminuição da intensidade das emissões físicas em termos homólogos deveu-se principalmente a um único cliente com baixa intensidade.

A tendência ascendente da intensidade de emissões físicas ao nível da carteira desde o ano de referência explica-se essencialmente por dois fatores:

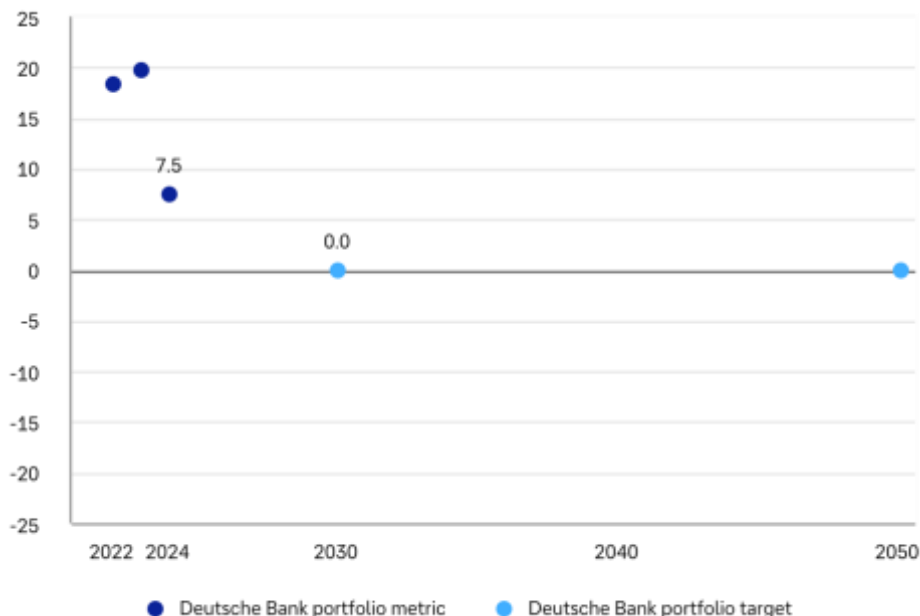
- A natureza intrinsecamente difícil de abater do sector do cimento; e
- A dimensão relativamente pequena da carteira de 0,4 mil milhões de euros de compromissos de crédito no final de 2025, o que limita o âmbito de uma gestão ativa da carteira e contribui para uma maior volatilidade inerente dos indicadores

Notas metodológicas:

- O sector da produção de cimento segue a abordagem PACTA, sendo a métrica principal definida como a média ponderada do empréstimo da intensidade das emissões físicas de Âmbito 1 e 2 dos clientes, expressa em kgCO₂e/tonelada de cimento; os produtos cimentícios (por exemplo, cinzas volantes) não estão incluídos
- A trajetória de descarbonização aplicada à definição de objetivos foi calibrada a partir dos conjuntos de dados da IEA NZE (2022)
- A remoção do compromisso de emitir contingentes do limite de crédito a empresas resultou em alterações da intensidade das emissões físicas no ano de referência que excederam o limiar de recalibração do banco; consequentemente, a métrica de zero emissões líquidas do cimento foi recalibrada a partir do final do ano de 2021, juntamente com o objetivo intermédio associado para 2030

Transporte marítimo

Transporte marítimo (Revisto-Ambicioso apenas), Pontuação de alinhamento climático (%) (Âmbito 1)



No final de 2024, as pontuações de alinhamento climático da carteira dos Princípios Poseidon (PP) do Deutsche Bank eram de 7,5% e 1,4% para os cenários Revisto-Ambicioso e Revisto-Mínimo, respetivamente, refletindo melhorias anuais de 12,2 pp e 12,8 pp ano a ano. Numa base ponderada pelo crédito, 92% do rácio de eficiência anual (AER) foi verificado (em vez de modelado) no final de 2024, o que representa uma melhoria significativa em relação aos 75% de dados verificados do ano anterior sobre a intensidade das emissões do transporte marítimo.

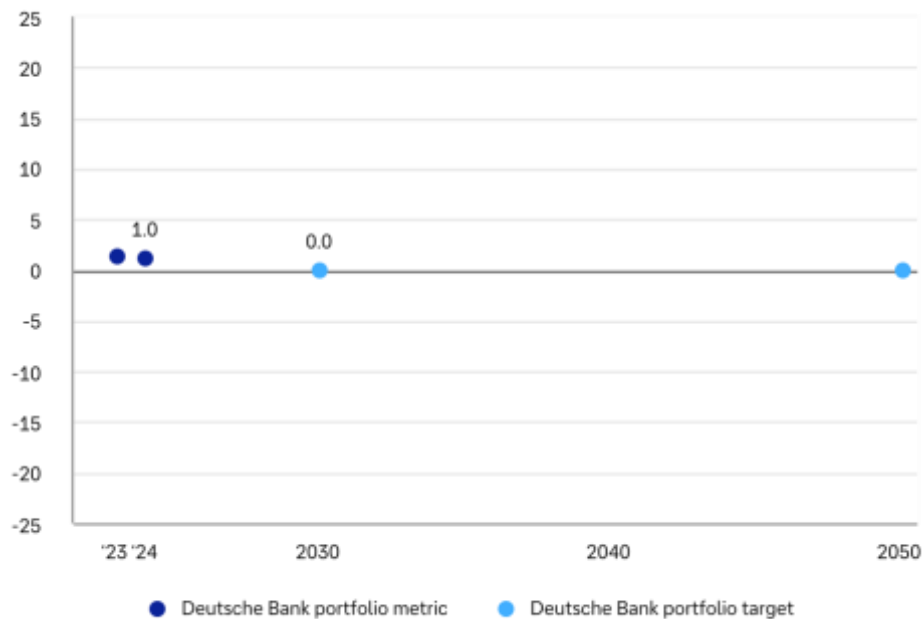
A melhoria anual da pontuação de alinhamento climático da carteira Revista-Ambiciosa pode ser explicada pelo seguinte: (i) a passagem da Orientação Técnica dos PP (TG) 5.1 para 5.2, o que resultou numa melhoria de 7,3 pp; e (ii) uma melhoria de 5,0 pp impulsionada principalmente pelas categorias de navios “graneleiro” e “navio-tanque de gás”, numa base comparável TG 5.1.

Notas metodológicas:

- O sector do Transporte Marítimo segue a metodologia dos Princípios de Poseidon (Orientação Técnica 5.2, julho de 2025).
- A métrica principal é a pontuação de alinhamento climático, expressa como uma diferença percentual entre o Rácio de Eficiência Anual (AER) de um navio, medido em gCO₂e/dwt-nm (por exemplo, graneleiros) e a trajetória de descarbonização específica do navio calibrada para o seu tipo e tamanho
- A métrica ao nível da carteira é a média ponderada pelos empréstimos da pontuação de alinhamento climático de cada embarcação (%)
- O banco espera que as métricas de alinhamento climático das carteiras Revista-Ambiciosa e Revista-Mínima apresentem volatilidade, dada a sensibilidade do AER a fatores operacionais como a velocidade, a rota e a utilização do navio
- A trajetória de descarbonização aplicada à definição de metas foi calibrada a partir da Estratégia Revista da Organização Marítima Internacional (OMI) adotada no Comité de Proteção do Ambiente Marinho (MEPC 80) em julho de 2023
- A remoção do compromisso de emitir contingentes do limite de crédito a empresas não levou a alterações na pontuação do alinhamento climático do ano de referência que excedessem o limiar de recalibração do banco; consequentemente, os indicadores históricos de fim de ano para este sector não foram recalibrados

Aviação Comercial

Aviação Comercial, Pontuação do alinhamento climático (%) (Âmbito 1)



O Deutsche Bank segue as Diretrizes Pegasus, e a pontuação de alinhamento climático da sua carteira situou-se em 1,0% no final de 2024, refletindo uma diminuição adicional de 0,3 pp em relação ao ano anterior.

A métrica capta as emissões de Âmbito 1 dos serviços de passageiros geradores de receitas, da carga de porão e das operações de carga dedicadas dos aviões comerciais.

O banco centra-se nos operadores de aeronaves, uma vez que estes exercem a maior influência sobre os fatores de carga operacional e a adoção de novas tecnologias - os quais afetam diretamente a trajetória das emissões de carbono do sector. Os locadores de aeronaves estão excluídos, uma vez que o banco está a avaliar a adequação e a eficácia da aplicação de um objetivo baseado na intensidade das emissões físicas para os locadores, dado que o seu papel se limita geralmente ao lançamento de aeronaves modernas e à adaptação das aeronaves existentes para funcionarem com combustível de aviação sustentável.

Notas metodológicas:

- O sector da Aviação segue a metodologia das Orientações Pegasus, publicada em março de 2024.
- A principal métrica é a pontuação de alinhamento climático, expressa como uma diferença percentual entre a intensidade das emissões físicas de uma companhia aérea, medida em gCO₂e/receita-tonelada-quilómetro (RTK), e a trajetória de descarbonização correspondente; a trajetória é diferenciada pela combinação de atividades da companhia aérea entre operações de passageiros e operações de carga de porão e operações de carga aérea dedicada
- Ao nível da carteira, a pontuação de alinhamento climático reflete as diferenças percentuais entre: (i) a média ponderada dos valores de gCO₂e/RTK dos clientes; e (ii) a média ponderada dos pontos dos clientes nos seus percursos de descarbonização, ponderada pelo seu mix de atividades entre passageiros e carga de porão e carga aérea dedicada
- Atualmente, apenas as companhias aéreas comerciais estão incluídas no âmbito desta metodologia sectorial
- O banco espera que os indicadores de alinhamento climático da carteira apresentem volatilidade, dada a sensibilidade da intensidade das emissões de uma companhia aérea aos fatores de carga de passageiros e de carga de porão e aos fatores de carga aérea dedicada
- A trajetória de descarbonização aplicada à definição dos objetivos é retirada do roteiro da Parceria Missão Possível "Prudente" (MPP PRU).
- A remoção do compromisso de emitir contingentes do limite de crédito a empresas não levou a alterações na pontuação do alinhamento climático do ano de referência que excedessem o limiar de recalibração do banco; consequentemente, os indicadores históricos de fim de ano para este sector não foram recalibrados

Emissões financiadas: Âmbito 3 Categoria 15

ESRS E1-6

Os cálculos das emissões financiadas seguem a Norma da Partnership for Carbon Accounting Financials ("PCAF"), tal como detalhado nas notas Metodológicas desta secção, e estão de acordo com as recomendações do Grupo de Trabalho para a Divulgação de Informações Financeiras (ver as suas Orientações sobre Métricas, Objetivos e Planos de Transição).

Os cálculos das emissões financiadas baseiam-se nas emissões de Âmbito 1, 2 e 3 divulgadas pelos clientes do Deutsche Bank. Esses dados sobre emissões são obtidos junto de fornecedores terceiros e, se não estiverem disponíveis dados a nível do cliente, são utilizados dados aproximados. Estes dados são mapeados para os compromissos de crédito do banco e para o EVIC dos clientes para calcular as emissões financiadas ao nível do cliente e da carteira. Para carteiras hipotecárias e de imóveis comerciais selecionadas, as emissões são estimadas utilizando indicadores baseados em classificações de certificados de desempenho energético e metodologias internas.

Os quadros que se seguem mostram a exposição global a empréstimos do sector empresarial e as emissões financiadas repartidas pelos dez principais sectores que contribuem para a maior parte das emissões financiadas de Âmbito 1, 2 e 3 do banco. Quaisquer diferenças nas classificações dos dez principais sectores apresentadas nos quadros de final de ano de 2025 e 2024 devem-se a alterações na composição da carteira de clientes do banco. O quadro também mostra a quantidade de emissões financiadas de Âmbito 1, 2 e 3 provenientes de clientes que também são monitorizados no quadro de objetivos de zero emissões líquidas. Por último, o quadro mostra o total de empréstimos do banco garantidos por imóveis, bem como a exposição a empréstimos e as emissões financiadas da carteira de imóveis residenciais da UE.

Exposição a empréstimos e emissões financiadas da carteira de empréstimos a empresas e ao sector imobiliário residencial

	31 dez 2025											
	Exposição a empréstimos				Emissões financiadas				Pontuação da qualidade dos dados da PCAF (5 = mais baixa)			
					Âmbito 1 e 2, MtCO ₂ e/ano		Âmbito 3, MtCO ₂ e/ano		Âmbito 1 e 2		Âmbito 3	
	Em circulação		Total de compromissos		Em circulação		Total de compromissos		Em circulação		Total de compromissos	
	em mil milhões	em %	em mil milhões	em %	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos
Exposição total a empréstimos do sector empresarial	119,7	100,0	277,0	100,0	26,4	54,3	132,6	334,4	4,3	3,7	4,6	4,2
dos quais: Automóveis	6,3	5,3	16,8	6,1	0,6	1,6	29,3	85,5	3,6	3,2	3,9	3,6
dos quais: Petróleo e gás	6,0	5,0	14,8	5,4	6,7	10,6	19,6	49,0	3,8	3,4	4,4	4,0
dos quais: Indústria Transformadora e Engenharia	8,8	7,3	25,8	9,3	0,8	3,2	13,2	55,8	4,4	3,8	4,6	4,1
dos quais: Bens de Consumo	10,9	9,1	26,8	9,7	1,6	3,7	12,8	25,6	4,1	3,5	4,4	3,9
dos quais: Serviços Públicos	5,6	4,7	16,0	5,8	6,7	14,5	6,7	14,3	4,5	3,6	4,7	3,8
dos quais: Aço, Metais e Exploração Mineira	3,9	3,2	7,3	2,6	2,1	4,5	10,3	20,8	4,0	3,8	4,2	4,0
dos quais: Retalho	10,7	9,0	18,7	6,7	0,4	0,6	10,5	16,2	4,2	4,0	4,3	4,2
dos quais: Produtos químicos	3,1	2,6	10,0	3,6	0,7	2,7	3,7	11,3	4,5	3,6	4,7	4,2
dos quais: Conglomerado	3,7	3,1	4,9	1,8	0,8	1,3	6,2	9,0	4,4	4,5	4,6	4,7
dos quais: Construção	4,1	3,4	8,6	3,1	0,9	2,2	3,3	6,9	4,5	4,3	4,8	4,6
dos quais: Outros ²	56,7	47,4	127,2	45,9	5,1	9,5	16,9	40,1	4,5	3,8	4,7	4,4
No Âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas												
Petróleo e Gás (a montante) ⁴			7,8			8,0		29,0		2,9		3,6
Produção de Energia ⁴			12,8			12,3		10,3		3,6		3,9
Automóveis (ligeiros) ⁴			7,5			0,6		49,0		2,4		2,8
Aço ⁴			1,8			2,0		3,1		3,4		4,1
Extração de Carvão ⁴			1,2			0,8		4,4		2,9		2,3
Cimento ⁴			0,4			0,5		0,3		2,0		2,9
Transporte Marítimo ^{3,4}												
Aviação Comercial ^{3,4}												
Total dos empréstimos garantidos por imóveis	227,0	100,0			N/A				N/A			
dos quais: garantidos por imóveis não residenciais	61,9	27,3			N/A				N/A			
dos quais: garantidos por imóveis residenciais	165,1	72,7			N/A				N/A			
dos quais: UE	160,6	97,2			2,0				3,9			
Alemanha	147,8	92,1			1,7				3,9			
Itália	3,7	2,3			0,1				3,7			
Espanha	6,3	3,9			0,2				2,9			
Resto da UE	2,8	1,7			—				5,0			
dos quais: Fora da UE	4,6	2,8			N/A				N/A			

N/A – Não aplicável

¹ Os empréstimos titularizados no sector da aviação estão excluídos, uma vez que a norma PCAF (2022) não pode ser aplicada

² No final do ano de 2025, as emissões financiadas por Outros eram geradas pelos seguintes sectores, classificados em ordem decrescente pela soma das emissões financiadas dos Âmbitos 1, 2 e 3: Transportes, Tecnologia, Aeroespacial e Defesa, Saúde e Farmacêutica, Outras Empresas, Serviços, Lazer, Meios de Comunicação, Telecomunicações, Leasing e Aluguer, e Empresas de Comércio Geral (Japão)

³ O Deutsche Bank vai publicá-las no relatório do próximo ano

⁴ Os sectores enumerados na subsecção “No Âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas” correspondem aos seguintes sectores na subsecção “Exposição total a empréstimos do sector empresarial”: O Petróleo e Gás (a montante) está incluído em Petróleo e Gás; a Produção de Eletricidade está predominantemente incluída nos Serviços Técnicos; os automóveis (ligeiros) estão incluídos nos Automóveis; o Aço e a Extração de Carvão estão incluídos em Aço, Metais e Exploração Mineira; o Cimento está incluído na Construção; e o Transporte Marítimo e a Aviação Comercial estão incluídos nos Transportes (que não figuram na classificação dos dez primeiros sectores)

	Exposição a empréstimos				Emissões financiadas				Pontuação da qualidade dos dados da PCAF (5 = mais baixa)			
					Âmbito 1 e 2, MtCO ₂ e/ano		Âmbito 3, MtCO ₂ e/ano ³		Âmbito 1 e 2		Âmbito 3 ³	
	Em circulação		Total de compromissos		Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos	Em circulação	Total de compromissos
	em mil milhões	em %	em mil milhões	em %								
Exposição total a empréstimos do sector empresarial ⁴	117,7	100,0	272,9	100,0	30,7	59,0	134,5	346,4	4,4	3,8	4,6	4,2
dos quais: Indústria Transformadora e Engenharia	9,8	8,3	28,3	10,4	1,0	3,2	16,5	75,0	4,4	3,8	4,5	4,1
dos quais: Automóveis	7,0	5,9	17,1	6,3	0,6	1,5	26,4	73,9	3,5	3,3	3,7	3,5
dos quais: Petróleo e gás	5,6	4,8	14,0	5,1	9,9	15,9	20,2	49,9	4,3	3,7	4,3	4,1
dos quais: Bens de Consumo	11,4	9,7	27,7	10,1	1,7	4,0	13,4	26,9	4,0	3,5	4,1	3,9
dos quais: Serviços Públicos	5,2	4,4	14,2	5,2	7,0	12,3	8,6	15,2	4,6	3,5	4,8	3,9
dos quais: Aço, Metais e Exploração Mineira	3,5	3,0	8,0	2,9	1,6	4,1	9,0	22,1	3,9	3,7	4,2	4,0
dos quais: Retalho	10,5	8,9	18,8	6,9	0,4	0,6	8,2	14,4	4,4	4,1	4,5	4,4
dos quais: Produtos químicos	3,1	2,6	9,8	3,6	0,7	3,0	4,0	11,6	4,5	3,8	4,7	4,3
dos quais: Conglomerado	5,6	4,8	7,1	2,6	1,8	2,1	7,8	10,4	4,0	4,1	4,8	4,8
dos quais: Construção	4,1	3,5	8,5	3,1	0,9	2,1	3,6	7,3	4,6	4,4	4,8	4,7
dos quais: Outros ²	52,0	44,2	119,3	43,7	5,4	10,0	16,9	39,8	4,6	3,9	4,8	4,4
No Âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas ⁵												
Petróleo e Gás (a montante) ⁶			8,9			12,3		32,0		3,1		4,0
Produção de Energia ⁶			12,0			12,1		14,4		3,5		4,0
Automóveis (ligeiros) ⁶			7,2			0,5		36,9		2,2		2,5
Aço ⁶			2,2			2,0		3,4		3,7		4,4
Extração de Carvão ⁶			1,2			0,8		4,9		3,0		3,0
Cimento ⁶			0,3			0,4		0,2		2,2		3,0
Transporte Marítimo ⁶			0,9			1,5		0,4		4,7		4,9
Aviação Comercial ⁶			1,8			1,5		0,8		2,6		3,8
Total dos empréstimos garantidos por imóveis	240,6	100,0			N/A				N/A			
dos quais: garantidos por imóveis não residenciais	69,1	28,7			N/A				N/A			
dos quais: garantidos por imóveis residenciais	171,5	71,3			N/A				N/A			
dos quais: UE	166,4	97,0			2,2				4,1			
Alemanha	153,2	92,1			1,9				4,1			
Itália	4,2	2,5			0,1				4,6			
Espanha	6,4	3,8			0,2				3,0			
Resto da UE	2,6	1,6			0,1				5,0			
dos quais: Fora da UE	5,1	3,0			N/A				N/A			

N/A – Não aplicável

¹ Os empréstimos titularizados no sector da aviação estão excluídos, uma vez que a norma PCAF (2022) não pode ser aplicada

² No final do ano de 2024, as emissões financiadas por Outros eram geradas pelos seguintes sectores, classificados em ordem decrescente pela soma das emissões financiadas dos Âmbitos 1, 2 e 3: Aeroespacial e Defesa, Transportes, Cuidados de Saúde e Farmacêutica, Outras Empresas, Serviços, Lazer, Meios de Comunicação, Telecomunicações, Leasing e Aluguer, e Empresas de Comércio Geral (Japão)

³ Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

⁴ A classificação dos 10 principais sectores foi alterada para o final do ano de 2024, na sequência de melhorias do modelo que foram aplicadas retroativamente

⁵ Na sequência de melhorias do modelo que foram aplicadas retroativamente, o total de exposições a crédito no final do ano de 2024 será diferente para os sectores acompanhados com um objetivo de zero emissões líquidas dos comunicados nos quadros “alinhamento com os objetivos de zero emissões líquidas” do ano anterior, exceto para os sectores da produção de energia e do cimento

⁶ Os sectores enumerados na subsecção “No âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas” correspondem aos seguintes sectores na subsecção “Exposição total a empréstimos do sector empresarial”: O Petróleo e Gás (a montante) está incluído em Petróleo e Gás; a Produção de Eletricidade está predominantemente incluída nos Serviços Técnicos; os automóveis (ligeiros) estão incluídos nos Automóveis; o Aço e a Extração de Carvão estão incluídos em Aço, Metais e Exploração Mineira; o Cimento está incluído na Construção; e o Transporte Marítimo e a Aviação Comercial estão incluídos nos Transportes (que não figuram na classificação dos dez primeiros sectores)

Carteira de empréstimos a empresas

O banco introduziu melhorias significativas na sua metodologia de emissões financiadas, em que o compromisso de emitir contingentes foi excluído do limite de crédito a empresas, bem como um tratamento mais preciso das entidades de produção de energia mais pequenas. Seguindo as orientações internas de recalibração, foram efetuados novos cálculos e os impactos das duas melhorias do modelo foram avaliados em função das orientações de recalibração do Banco. Por conseguinte, a tabela de emissões financiadas de Âmbito 1, 2 e 3 no final do ano de 2024, incluindo a subsecção “no âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas”, foi recalibrada, o que levou a reduções de 5,8 MtCO₂e/ano para as emissões financiadas de Âmbito 1 e 2 e 81,4 MtCO₂e/ano para as emissões financiadas de Âmbito 3, juntamente com uma diminuição de 17,5 mil milhões de euros na exposição a crédito. A redução substancial das emissões financiadas de Âmbito 3 deveu-se principalmente a um único cliente do sector da indústria transformadora e da engenharia, devido à eliminação do compromisso de emissão de contingentes.

Após o ajuste para melhorias no modelo, as emissões financiadas de Âmbito 1 e 2 diminuíram, em termos anuais, de 30,7 para 26,4 MtCO₂e/ano numa base de saldo de empréstimos, enquanto as emissões financiadas de Âmbito 3 também diminuíram, em termos anuais, de 134,5 para 132,6 MtCO₂e/ano. Numa base de total de empréstimos a empresas, as emissões financiadas de Âmbito 1 e 2 diminuíram, em termos anuais, de 59,0 para 54,3 MtCO₂e/ano e as emissões financiadas de Âmbito 3 também diminuíram, em termos anuais, de 346,4 para 334,4 MtCO₂e/ano. Em conformidade, as intensidades económicas dos Âmbitos 1 e 2 e do Âmbito 3 diminuíram 7,9% e 4,9%, respetivamente, em termos anuais. O total de compromissos de crédito aumentou 4,1 mil milhões de euros em termos homólogos, o que representa um aumento de 1,5 % em relação ao final de 2024.

Movimentos notáveis a nível sectorial:

- Emissões financiadas de Âmbito 1 e 2:
 - O sector do Petróleo e Gás registou uma redução anual de 5,3 MtCO₂e/ano nas emissões financiadas de Âmbito 1 e 2, acompanhada de uma diminuição de 37% na intensidade económica; estas alterações anuais foram principalmente impulsionadas por melhorias na qualidade dos dados de dois clientes
 - O sector dos Serviços Técnicos registou um aumento homólogo de 2,1 MtCO₂e/ano nas emissões financiadas de Âmbito 1 e 2, acompanhado de um aumento de 4,1% na intensidade económica; as variações homólogas das emissões financiadas foram principalmente impulsionadas pelo aumento do compromisso total de empréstimos de 14,2 mil milhões de euros para 16,0 mil milhões de euros
- Emissões financiadas de Âmbito 3:
 - O sector da indústria transformadora e da engenharia registou uma diminuição anual de 19 MtCO₂e/ano nas emissões financiadas de Âmbito 3, com uma diminuição da intensidade económica de 18%; este resultado foi principalmente impulsionado pelo fator de emissão comunicado por um único cliente, que diminuiu significativamente devido ao aumento do seu EVIC
 - O sector automóvel registou um aumento anual de 12 MtCO₂e/ano nas emissões financiadas de Âmbito 3, com uma intensidade económica que aumentou 18%; este resultado deveu-se principalmente ao aumento do fator de emissão estimado de um único cliente, devido a melhorias na qualidade dos dados do fornecedor de dados externo do banco

Os fatores seguintes fornecem pormenores adicionais sobre os movimentos anuais das emissões financiadas de Âmbitos 1, 2 e 3, numa base de compromisso de crédito total:

- Fatores de emissão comunicados específicos do cliente: Para os Âmbitos 1 e 2, o aumento dos fatores de emissão específicos do cliente para os principais clientes, principalmente devido à diminuição dos EVIC entre 2023 e 2024, resultou num aumento das emissões financiadas de 0,5 MtCO₂e/ano; para o Âmbito 3, este efeito levou a uma diminuição de 22,5 MtCO₂e/ano, impulsionada principalmente por um único cliente no setor da indústria transformadora e da engenharia, cujo EVIC aumentou significativamente de ano para ano
- Fatores de emissão estimados específicos do cliente: As emissões financiadas ao abrigo do Âmbito 3 aumentaram 3,3 MtCO₂e/ano, principalmente devido a atualizações em três sectores: Automóvel, Petróleo e Gás, e Indústria Transformadora e Engenharia
- As atualizações da qualidade dos dados contribuíram para uma redução de 1,9 MtCO₂e/ano nas emissões financiadas de Âmbitos 1 e 2; para o Âmbito 3, estas atualizações levaram a um aumento de 20 MtCO₂e/ano nas emissões financiadas, sendo metade do aumento atribuível a um único cliente no sector automóvel
- A conversão da exposição a empréstimos não em euros para equivalentes em euros resultou em reduções de 4,2 MtCO₂e/ano para os Âmbitos 1 e 2 e 16,6 MtCO₂e/ano para o Âmbito 3, refletindo principalmente a depreciação do dólar americano em relação ao euro entre o final do ano de 2024 e o final do ano de 2025
- Efeitos da carteira de clientes: As mudanças na composição da carteira de clientes contribuíram com 0,9 MtCO₂e/ano para as emissões financiadas de Âmbito 1 e 2 e 3,8 MtCO₂e/ano para as emissões financiadas de Âmbito 3

Porcentagem de emissões financiadas de Âmbito 1, 2 e 3 abrangidas pelo quadro de objetivos de zero emissões líquidas do Deutsche Bank:

- No final de 2025 - excluindo os sectores do transporte marítimo e da aviação comercial devido a um desfasamento de um ano na comunicação de informações e incluindo melhorias do modelo - era de 45% para as emissões financiadas ao abrigo dos Âmbitos 1 e 2 e de 29% para as emissões financiadas ao abrigo do Âmbito 3, numa base total de empréstimos a empresas; numa base comparável, a cobertura no final de 2024 era de 48% para as emissões financiadas ao abrigo dos Âmbitos 1 e 2 e de 26% para as emissões financiadas ao abrigo do Âmbito 3
- Quando os sectores do transporte marítimo e da aviação comercial são incluídos e após ajustamento para melhorias do modelo, a cobertura no final do ano de 2024 era de 53% para as emissões financiadas ao abrigo dos Âmbitos 1 e 2, e de 27% para as emissões financiadas ao abrigo do Âmbito 3, numa base total de empréstimos a empresas; este valor é comparado à Declaração de Sustentabilidade do ano anterior no Âmbito do Relatório Anual, em que a cobertura no final do ano de 2024 era de 47% para as emissões financiadas ao abrigo dos Âmbitos 1 e 2, e de 22% para as emissões financiadas ao abrigo do Âmbito 3, sem melhorias do modelo, excluindo os sectores do transporte marítimo e da aviação comercial e numa base total de empréstimos a empresas

Notas metodológicas:

- O banco centra-se na concessão de empréstimos a empresas no Âmbito de i) empréstimos ao custo amortizado e ii) compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis, conforme consta da secção Relatório de Risco do Relatório Anual do Deutsche Bank; no final de 2025, o crédito ao custo amortizado e os compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis ascendiam a 478,7 mil milhões de euros e 274,3 mil milhões de euros, respetivamente
- O crédito a empresas considerado como facilitador de uma emissão primária é classificado ao abrigo da metodologia das emissões facilitadas e, por conseguinte, excluído dos cálculos das emissões financiadas
- O crédito a empresas é identificado de acordo com as classificações sectoriais internas do Deutsche Bank; o banco exclui todo o crédito a instituições financeiras, ao sector público, ao sector imobiliário e às securitizações
- Em divulgações anteriores, os compromissos de emissão de contingentes eram incluídos em “compromissos de crédito irrevogáveis e revogáveis”; estes itens foram agora removidos dessa categoria, resultando em que tanto os contingentes emitidos (relatados como “passivos contingentes”) como o compromisso de emissão de contingentes são totalmente excluídos do limite de crédito a empresas. Além disso, o banco implementou uma melhoria da modelização que permite um tratamento mais preciso das entidades de produção de energia mais pequenas, o que não só aumenta o número de clientes abrangidos pelo objetivo de produção de energia com zero emissões líquidas, mas também permite uma derivação mais precisa dos fatores de emissão/intensidades económicas para as entidades de produção de energia mais pequenas; em resultado destas duas atualizações do modelo, a tabela de emissões financiadas de Âmbito 1, 2 e 3 no final de 2024 foi recalibrada, incluindo a subsecção “no Âmbito dos objetivos de zero emissões líquidas”; no final de 2024 e 2025, o compromisso de emissão de contingentes ascendia a 21,1 mil milhões de EUR, respetivamente
- O Deutsche Bank segue a norma da Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), Parte A (Segunda Edição; 2022) para calcular as emissões financiadas dos Âmbitos 1, 2 e 3
- As emissões financiadas dos Âmbitos 1, 2 e 3 são calculadas com base no total de compromissos de crédito, de modo a alinhar-se com a metodologia utilizada para os objetivos de descarbonização do banco
- Os valores das emissões financiadas baseiam-se em dados específicos do cliente, bem como em fatores de emissão aproximadas; os dados de emissões de Âmbito 1 e 2 específicos do cliente são provenientes da MSCI e são sempre comunicados pelo cliente; os dados de emissões de Âmbito 3 específicos do cliente são provenientes da MSCI e podem ser comunicados ou estimados utilizando a lógica proprietária da MSCI; os fatores de emissão de substituição de Âmbito 1 e 2 são provenientes da PCAF e baseiam-se no conjunto de dados EXIOBASE de 2019 (EXIOBASE v3.7, ano de referência 2015), tal como recomendado pela PCAF e em conformidade com o conjunto de dados utilizado no ano de referência; os fatores de emissão de substituição do Âmbito 3 são médias sectoriais e nacionais desenvolvidas internamente, derivadas de dados de emissões comunicados e estimados específicos dos clientes da MSCI
- O valor da empresa, incluindo a liquidez (EVIC), é utilizado como denominador do fator de atribuição da PCAF e tem como fonte a MSCI
- Prevê-se que as estimativas das emissões financiadas de Âmbito 3 permaneçam voláteis devido a fatores fora do controlo do banco, tais como (i) a evolução do EVIC dos clientes e (ii) a inclusão das emissões totais esperadas durante o tempo de vida dos produtos vendidos, particularmente relevantes em áreas como as atividades relacionadas com a indústria transformadora
- Podem surgir diferenças entre as Emissões Financiadas do banco: Categoria 15 do Âmbito 3 e o seu quadro de objetivos de zero emissões líquidas para os sectores do petróleo e do gás e da extração de carvão; estas diferenças podem ser atribuídas ao

seguinte: (i) diferença na cobertura das categorias do Âmbito 3; (ii) diferença na cobertura dos subsectores (ou seja, a montante ou a jusante); ou (iii) diferenças metodológicas ou baseadas em dados nas estimativas do fator de emissão de Âmbito 3

- Não é feita qualquer correção para a potencial dupla contagem de emissões ao incluir as emissões de Âmbito 3 dos clientes juntamente com as emissões de Âmbito 1 e 2
- As pontuações da Qualidade dos Dados da PCAF refletem o grau de confiança nas estimativas de substituição e destacam os desafios contínuos enfrentados pelo banco e pelo sector em geral no acesso a dados auditados sobre emissões específicas dos clientes. As atualizações metodológicas e das fontes de dados podem influenciar significativamente as estimativas das emissões financiadas ao longo do tempo
- No final de 2025, a percentagem de dados primários utilizados nos cálculos das emissões financeiras manteve-se constante em relação ao ano anterior, atingindo 42% para os Âmbitos 1 e 2 e 18% para o Âmbito 3, medidos numa base de compromisso de empréstimo total; os dados primários referem-se a informações sobre emissões classificadas como comunicadas pelos clientes pela MSCI e, por conseguinte, refletem dados diretamente divulgados pelos clientes, e não estimativas
- As compensações adquiridas pelo cliente (certificados baseados na redução, prevenção ou regimes de licenças de emissões de GEE) não são tidas em conta nos cálculos das emissões financiadas

Carteira de imóveis residenciais

O sector imobiliário residencial é uma área crítica na luta contra as alterações climáticas, uma vez que os edifícios são responsáveis por uma parte significativa da utilização de energia e das emissões de gases com efeito de estufa na UE. O Deutsche Bank reconhece este facto, com os empréstimos imobiliários residenciais (principalmente hipotecas a clientes privados alemães) a representarem aproximadamente 35% da sua carteira de empréstimos total global de 472,6 mil milhões de euros no final de 2025. Embora as emissões financiadas pelo sector imobiliário residencial (RRE) sejam inferiores às dos empréstimos às empresas, a transição para as zero emissões líquidas até 2050 exige trajetórias claras para a eficiência energética.

No entanto, alcançar este objetivo nas RRE apresenta desafios únicos: a maioria das propriedades existentes tem uma eficiência energética baixa, o custo da transição recai principalmente sobre os cidadãos privados, as indústrias a montante influenciam fortemente a eficiência energética e as políticas públicas ainda estão a evoluir.

A estratégia integrada do Deutsche Bank reflete estas complexidades, centrando-se em:

- Dar poder aos particulares: Prestar assistência financeira para a modernização e renovação da eficiência energética
- Colaborar com as indústrias a montante: Trabalhar com clientes empresariais que fornecem energia e materiais para reduzir as suas emissões, tendo assim um impacto nas emissões incorporadas dos imóveis residenciais
- Envolvimento com as partes interessadas: Colaborar com os decisores políticos, os pares do sector e outros organismos para definir metodologias e prioridades
- Harmonização das abordagens: Contribuir com conhecimentos especializados para melhorar a qualidade dos dados e a elaboração de relatórios sobre a eficiência energética no sector

A abordagem do Deutsche Bank reconhece os desafios financeiros e sociais que se colocam aos clientes privados, reconhecendo que uma parte significativa necessita de informação e de assistência financeira para a adaptação. Salaria a necessidade de objetivos exequíveis, de possíveis adaptações às práticas de avaliação das garantias e de um financiamento simplificado para as renovações.

No final de 2025, as emissões financiadas para a carteira europeia de imóveis residenciais diminuiu de 2,2 para 2,0 MtCO₂e/ano, com uma redução da intensidade energética financiada de 13,04 para 12,5 kgCO₂e/m²/ano. A redução das emissões financiadas em 2025 deveu-se sobretudo a dois fatores fundamentais: melhorias nos modelos de cálculo das emissões do Deutsche Bank e a redução do volume da carteira de crédito hipotecário.

Notas metodológicas

- O Deutsche Bank identifica os empréstimos garantidos por imóveis residenciais com base na definição de Financial Reporting (FinRep), de acordo com o Regulamento ECB relativo ao relato de informação financeira regulamentar
- As emissões financiadas e a intensidade das emissões da carteira europeia de imóveis residenciais do Deutsche Bank são calculadas através da aplicação de uma abordagem baseada em modelos, incorporando Certificados de Desempenho Energético (reais e substitutos), dados de garantias imobiliárias, cenários de descarbonização e dados da PCAF; com base na metodologia PCAF, o Deutsche Bank restringe os indicadores de risco de transição às emissões financiadas e à intensidade das emissões, que são definidas pela proporção da garantia indexada ao montante do empréstimo em dívida
- As projeções de zero emissões para 2050 são realizadas através da aplicação dos cenários de descarbonização da Agência Internacional da Energia (AIE), bem como das trajetórias específicas de cada país do Carbon Risk Real Estate Monitor (CRREM)
- As pontuações da qualidade dos dados da PCAF são calculadas de acordo com as instruções para hipotecas, conforme descrito na Parte A da Norma Global de Contabilidade e Comunicação de GEE da PCAF: Emissões Financiadas (segunda edição, dezembro de 2022), e incorpora a utilização de dados do CPE (ou seja, valores de CO₂); as pontuações refletem a medida em que as estimativas de substituição foram utilizadas, ou seja, a pontuação de qualidade dos dados da PCAF 2 é aplicada, se o CPE disponível contiver o respetivo valor de CO₂, enquanto a estimativa dos valores de CO₂ com base em dados reais do CPE resulta numa pontuação de qualidade dos dados da PCAF de 3. Uma pontuação de qualidade da PCAF de 4 está associada a valores de CO₂ estimados pela abordagem baseada em modelos acima referida. Uma pontuação de qualidade da PCAF de 5 é atribuída se nenhuma das situações acima se aplicar. Na fase final, após a atribuição da pontuação de qualidade da PCAF, é calculada a classificação média por domicílio da contraparte (Alemanha, Itália e Espanha), ponderada pelo valor bruto contabilístico em dívida
- A percentagem de dados primários utilizados para o cálculo das emissões financiadas foi de 10,4%, com base no valor contabilístico bruto dos empréstimos garantidos por RRE; os dados primários são definidos como a utilização de dados reais do PCE sem substituto, o que reflete uma pontuação de qualidade dos dados do PCAF de 2

Emissões facilitadas: Âmbito 3 Categoria 15

As emissões facilitadas representam as emissões de GEE associadas a transações nos mercados de capitais em que o banco presta serviços, como a subscrição e a sindicância, a clientes que mobilizam capital. Estas emissões diferem das emissões financiadas, uma vez que o banco normalmente não assume qualquer risco de crédito (ou assume um risco limitado) e o capital não permanece no balanço do banco.

Os cálculos das emissões facilitadas estão alinhados com a Norma Global de Contabilização e Comunicação de GEE da PCAF - Parte B Emissões Facilitadas (primeira versão, dezembro de 2023), tal como detalhado nas notas metodológicas desta secção.

Os cálculos das emissões facilitadas baseiam-se nas emissões de Âmbito 1, 2 e 3 divulgadas pelos clientes do Deutsche Bank. Esses dados sobre emissões, juntamente com os dados EVIC dos clientes, são obtidos junto de fornecedores terceiros. Nos casos em que os dados comunicados relativamente a uma entidade específica não estão disponíveis, são utilizados como alternativa indicadores baseados nos ativos do ao nível do sector e do país. Em conformidade com a norma da PCAF, foi aplicado um fator de ponderação de 33%.

Para garantir a exaustividade e a exatidão dos dados apresentados, as emissões facilitadas são comunicadas para o final do ano de 2024. As informações sobre as transações subjacentes provenientes de bases de dados externas, como a Dealogic, estão sujeitas a um atraso na finalização e comunicação dos dados que se prolonga para além do ciclo de comunicação do final do ano de 2025. Reconhecendo a volatilidade inerente aos volumes de transações nos mercados de capitais, o Deutsche Bank apresenta médias de cinco anos para além dos valores anuais. Isto oferece uma visão menos volátil das tendências das emissões facilitadas e do impacto climático destas atividades ao longo do tempo. A média de cinco anos das emissões facilitadas baseia-se nos fatores de emissão de 2024 ou nos últimos fatores de emissão disponíveis, refletindo as restrições de disponibilidade de dados.

O quadro seguinte apresenta as emissões facilitadas do Deutsche Bank para o final do ano de 2024, repartidas pelos dez principais sectores que contribuem para a maior parte do total das emissões facilitadas de Âmbito 1, 2 e 3 do banco. Um desvio significativo nas emissões facilitadas de Âmbito 3 entre 2024 e a média de cinco anos para o sector da Indústria Transformadora e Engenharia é impulsionado principalmente pelas emissões comunicadas de Âmbito 3 para uma única entidade.

Emissões facilitadas

	31 dez 2024											
	Volume de operações				Emissões facilitadas				Pontuação da qualidade dos dados da PCAF (5 = mais baixa)			
					Âmbito 1 e 2, MtCO ₂		Âmbito 3, MtCO ₂		Âmbito 1 e 2		Âmbito 3	
	2024 (em mil milhões de	2024 (em %)	Média de 5 anos (em mil milhões	média de 5 anos (em %)	2024	média de 5 anos	2024	média de 5 anos	2024	média de 5 anos	2024	média de 5 anos
Negócios empresariais												
Indústria Transformadora e Engenharia	13,3	6,8	10,6	6,8	0,3	0,3	65,2	23,4	3,9	3,5	4,1	3,9
Automóveis	18,6	9,5	14,4	9,2	0,3	0,3	15,3	17,0	2,9	2,7	3,4	3,4
Petróleo e gás	7,2	3,7	6,6	4,2	2,4	2,0	9,9	7,8	3,5	3,6	4,3	4,2
Conglomerados	1,0	0,5	1,3	0,8	0,7	0,5	4,3	2,6	2,5	3,2	5,0	4,9
Aço, Metais e Exploração Mineira	2,3	1,2	2,9	1,9	0,2	0,5	3,6	4,9	3,6	3,5	3,8	3,7
Bens de Consumo	14,4	7,4	13,1	8,4	0,4	0,5	3,3	2,8	3,2	3,0	3,6	3,5
Cuidados de saúde e indústria farmacêutica	30,1	15,4	20,8	13,3	0,7	0,7	2,5	1,7	3,3	3,4	4,3	4,3
Produtos químicos	5,4	2,8	6,4	4,1	0,6	0,7	2,3	2,6	4,1	3,8	4,4	4,3
Retalho	8,9	4,5	6,2	3,9	0,1	0,1	2,8	1,9	4,6	3,9	4,6	4,3
Serviços Públicos	6,4	3,3	6,2	4,0	1,1	1,7	1,3	1,5	3,2	3,2	3,6	3,7
Outros ¹	87,7	44,9	67,9	43,4	1,7	2,5	7,6	6,1	3,6	3,5	4,3	4,3
Total de operações	195,3	100,0	156,3	100,0	8,5	9,8	118,1	72,3	3,5	3,4	4,1	4,1

¹ No final do ano de 2024, as Outras emissões facilitadas eram impulsionadas pelos seguintes sectores: Construção, Aeroespacial e Defesa, Transportes, Serviços, Lazer, Tecnologia, Telecomunicações, Meios de Comunicação, Outras Empresas, e Leasing e Aluguer

Notas metodológicas:

As estimativas são obtidas a partir de informações sobre a dívida pública (subscrição de obrigações e sindicância de empréstimos) e sobre transações de ações obtidas através da Dealogic. Excluem-se as colocações privadas e os investimentos de capital em empresas privadas, a menos que a base de dados Dealogic contenha transações específicas.

- Aplica-se uma atribuição baseada em tabelas classificativas de comissões (“fee-based league tables”) para repartir a quota do Deutsche Bank em cada transação abrangida; esta abordagem baseada em comissões reflete de forma clara a economia de cada operação e está alinhada com o princípio contabilístico de GEE de ‘seguir o dinheiro’ (“follow the money”).
- Para garantir uma avaliação completa e abrangente, todas as funções de gestão são incluídas nos cálculos
- Em conformidade com a norma PCAF, os produtos titularizados, bem como as obrigações de agências, do Estado e supranacionais, estão excluídos do Âmbito de aplicação; além disso, as obrigações e os empréstimos verdes também estão excluídos. As obrigações/empréstimos ligados à sustentabilidade e sustentáveis são tratados como convencionais
- O cálculo das emissões facilitadas considera o montante total dos empréstimos sindicados contratados (partes utilizadas e não utilizadas), alargando a cobertura
- Os sectores abrangidos são identificados de acordo com a classificação sectorial interna do Deutsche Bank. Estão excluídas todas as transações com instituições financeiras, o sector público e o sector imobiliário
- À semelhança das emissões financiadas, os valores das emissões facilitadas baseiam-se em dados específicos do cliente, bem como em fatores de emissões aproximadas. Os dados de emissões de Âmbito 1 e 2 específicos do cliente são obtidos a partir da MSCI e utilizam dados comunicados pelo cliente; os dados de emissões de Âmbito 3 específicos do cliente são obtidos a partir da MSCI e podem ser comunicados pelos clientes ou estimados utilizando a lógica proprietária da MSCI; os fatores de emissão de substituição de Âmbito 1 e 2 são obtidos a partir do conjunto de dados EXIOBASE 2019 da PCAF (EXIOBASE v3.7, ano de referência 2015) para que haja alinhamento com os cálculos de emissões financiadas; os fatores de emissão de substituição de Âmbito 3 são médias internas por sector e país com base em dados de emissões específicos do cliente (comunicados e estimados) da MSCI
- As pontuações da Qualidade dos Dados da PCAF são calculadas de acordo com as regras definidas na norma PCAF e refletem a medida em que as estimativas sectoriais de substituição foram utilizadas no cálculo; são uma indicação dos desafios que o banco e a indústria ainda enfrentam para obter acesso a dados de emissões consistentes e auditados específicos do cliente

O Deutsche Bank reconhece as limitações inerentes à atual estimativa das emissões facilitadas devido aos desafios da disponibilidade de dados e à natureza evolutiva das normas de comunicação. As alterações de metodologia e de dados podem afetar significativamente as estimativas no futuro. O Deutsche Bank monitoriza continuamente estas limitações, com o objetivo de melhorar a qualidade dos dados e aperfeiçoar a coerência metodológica ao longo do tempo.

Outras métricas utilizadas para monitorizar os riscos de transição climática

O banco utiliza indicadores-chave de desempenho adicionais, globais e sectoriais, para monitorizar e orientar o risco climático nas suas carteiras. Exemplos destes indicadores são as combinações de tecnologias e a percentagem de clientes com objetivos de zero emissões líquidas comunicados.

Risco físico climático para os ativos imobiliários

Os riscos físicos climáticos para os ativos imobiliários são avaliados utilizando os dados da pontuação de exposição física da S&P para nove perigos (inundações costeiras, fluviais e pluviais (precipitação extrema), ciclones tropicais, calor extremo, frio extremo, incêndios florestais, secas e stress hídrico) em quatro cenários (risco baixo, médio, médio-alto e alto). Para estimar a exposição global aos riscos climáticos físicos, o Deutsche Bank utiliza pontuações de perigos compostos e o cenário de risco médio-alto (um cenário de mitigação limitada em que as emissões totais de GEE duplicam até 2100 e as temperaturas médias globais aumentam entre 2,8 °C e 4,6 °C até 2100). O Deutsche Bank considera as cheias inundações costeiras e pluviais e os ciclones tropicais como riscos agudos e mapeia o stress hídrico, a seca, os incêndios florestais, o calor extremo e o frio extremo como riscos crónicos.

Apenas uma pequena parte da carteira de imóveis residenciais europeus do Banco é considerada vulnerável a riscos físicos agudos ou crónicos, uma vez que os fatores de risco físico para a Europa são significativamente mais baixos do que noutras partes do mundo. Além disso, o risco residual para a carteira europeia de imóveis residenciais permanece baixo, apoiado por apólices de seguro detidas por clientes privados para as respetivas propriedades, por um contrato de seguro adicional contra todos os riscos detido pelo Deutsche Bank para a carteira hipotecária alemã e por regimes de proteção nacionais em Itália e Espanha.

O quadro seguinte apresenta um resumo das exposições a riscos físicos crónicos e agudos.

Exposição dos empréstimos aos riscos físicos da carteira de imóveis residenciais

País	31 dez 2025		
	Exposição a empréstimos, em dívida (em mil milhões de euros)		
	Total	Crónicos	Agudos
UE	160,6	15,3	1,2
dos quais: Alemanha	147,8	7,6	1,2
dos quais: Espanha	6,3	5,8	0,0
dos quais: Itália	3,7	1,9	0,0
dos quais: Resto da UE	2,8	0,1	0,0
Não UE	4,6	0,7	1,1

País	31 dez 2024		
	Exposição a empréstimos, em dívida (em mil milhões de euros)		
	Total	Crónicos	Agudos
UE	166,4	18,1	0,6
dos quais: Alemanha	153,2	14,7	0,3
dos quais: Espanha	6,4	2,3	0,0
dos quais: Itália	4,2	1,2	0,2
dos quais: Resto da UE	2,6	0,0	0,0
Não UE	5,1	0,2	1,6

As melhorias contínuas dos processos, o aperfeiçoamento da metodologia e a consideração de informações prospetivas podem resultar em alterações das exposições sujeitas a riscos físicos.

Riscos relacionados com a natureza (ou outros riscos ambientais)

Reconhecendo a importância crescente dos riscos relacionados com a natureza (ou outros riscos ambientais) para o banco e para as partes interessadas (desde reguladores e supervisores a investidores e clientes), o Deutsche Bank desenvolveu uma abordagem interna para a identificação de exposições potencialmente vulneráveis a riscos relacionados com a natureza. Embora não sejam considerados materiais para a dupla avaliação da materialidade de 2025, o Deutsche Bank continuará a monitorizar estes riscos no Âmbito da avaliação anual da materialidade, uma vez que as normas e metodologias do sector relativas à identificação e medição do risco natural continuam a evoluir.

A análise do Deutsche Bank dos riscos relacionados com a natureza centra-se em quatro tipos diferentes de perdas naturais: (i) perda de biodiversidade terrestre e habitats, (ii) esgotamento da água, (iii) degradação dos ecossistemas marinhos, e (iv) degradação dos ecossistemas devido a resíduos e poluição. Esta classificação permite que o banco capte na sua avaliação a maior parte das pressões sobre a natureza resultantes das atividades humanas, tal como enumeradas pela Science Based Targets Network (SBTN) e os serviços de ecossistema da ferramenta ENCORE.

O banco identifica a exposição a cada um dos quatro tipos de perdas naturais com base numa abordagem em cascata que considera:

- Uma avaliação a nível do cliente, baseada nas classificações ambientais relevantes, quando disponíveis
- Uma avaliação sectorial e por país, que identifica as empresas ativas em sectores com grande impacto ou grande dependência da natureza e que estão domiciliadas em países vulneráveis

Para a avaliação, ao nível setorial, dos impactos dos riscos relacionados com a natureza na carteira de crédito a empresas, o banco utiliza a ferramenta de Materialidade Sectorial da Science-Based Target Network, devido à sua consideração dos impactos indiretos e a montante da cadeia de valor. Em 2025, o banco atualizou a sua utilização da ferramenta ENCORE, passando a utilizar a última versão disponível para a avaliação das dependências sectoriais dos serviços ecossistémicos e dos impactos no capital natural. Para a avaliação da vulnerabilidade dos países em 2025, o banco atualizou os conjuntos de dados existentes e incorporou novas fontes de dados para a análise das perdas naturais.

O quadro seguinte apresenta as exposições identificadas como potencialmente vulneráveis aos riscos naturais, de acordo com a abordagem que combina a avaliação a nível dos clientes e a nível sectorial e nacional:

Exposição da carteira de empréstimos a empresas a riscos relacionados com a natureza

31 dez 2025				
Exposição a empréstimos, em dívida (em mil milhões de euros)				
Exposição de empréstimos a empresas a tipos de perdas naturais	em mil milhões de euros	em % da carteira	sem os identificados através de dados a nível do cliente	sem os identificados através de dados a nível do cliente (em %)
Exposição total a empréstimos do sector empresarial	119,7	100,0	N/A	N/A
dos quais: Esgotamento da água	12,0	10,1	1,5	12,7
dos quais: Perda de biodiversidade terrestre e habitats	9,5	7,9	4,0	41,5
dos quais: Degradação de ecossistemas devido a resíduos e poluição	6,7	5,6	3,9	57,6
dos quais: Degradação dos ecossistemas marinhos	3,8	3,2	0,9	24,7

31 dez 2024				
Exposição a empréstimos, em dívida (em mil milhões de euros)				
Exposição de empréstimos a empresas a tipos de perdas naturais	em mil milhões de euros	em % da carteira	sem os identificados através de dados	sem os identificados através de dados
Exposição total a empréstimos do sector empresarial	117,7	100,0	N/A	N/A
dos quais: Esgotamento da água	18,9	16,1	1,9	10,1
dos quais: Perda de biodiversidade terrestre e habitats	12,7	10,8	3,6	28,5
dos quais: Degradação de ecossistemas devido a resíduos e poluição	9,9	8,4	5,0	50,0
dos quais: Degradação dos ecossistemas marinhos	6,5	5,5	4,1	63,2

N/A – Não aplicável

A diminuição líquida da exposição aos riscos naturais (entre 25%, em termos anuais, para a biodiversidade terrestre e a perda de habitats e 36%, em termos anuais, para o esgotamento dos recursos hídricos) deve-se principalmente a alterações na taxonomia sectorial que avalia as dependências e os impactos na natureza, na sequência da atualização do conjunto de dados do ENCORE. Em 2025, o Deutsche Bank aperfeiçoou a sua abordagem de identificação de exposições sensíveis à degradação dos ecossistemas marinhos, restringindo o foco aos clientes que operam em sectores com elevado impacto na utilização dos ecossistemas marinhos ou com dependências de serviços dos ecossistemas marinhos. Isto resultou na diminuição da exposição sensível à degradação do ecossistema marinho.

Uma vez que o mesmo cliente pode estar exposto a riscos relacionados com diferentes tipos de perdas naturais, os montantes indicados no quadro acima não são aditivos. A exposição total a clientes identificados como vulneráveis a pelo menos um tipo de risco natural é de 21,9 mil milhões de euros em 2025.

Efeitos financeiros atuais e previstos dos riscos físicos e de transição materiais

Durante o exercício de 2025, não foram observados efeitos financeiros significativos decorrentes de riscos físicos e de transição. Os efeitos financeiros futuros previstos dos riscos climáticos são discutidos no subcapítulo “Resiliência do banco” do capítulo “Alterações climáticas” da presente Declaração de Sustentabilidade. O banco utilizou a opção de introdução progressiva alargada em relação ao Apêndice C do ESRS 1, no que diz respeito ao ESRS E1-9, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2025/1416 adotado pela Comissão Europeia em julho de 2025 e publicado no Jornal Oficial em novembro de 2025.

Carteiras de clientes na gestão de ativos

Governança

Para mais informações relativas à governança da sustentabilidade na divisão de Gestão de Ativos do Deutsche Bank, DWS, consulte o subcapítulo “Estratégia de sustentabilidade da DWS” no capítulo “Estratégia de Sustentabilidade” da presente Declaração de Sustentabilidade.

Estratégia

ESRS E1-1

Como gestor de ativos, a responsabilidade fiduciária da DWS é agir no melhor interesse dos seus clientes. A DWS reconhece que cada cliente tem um conjunto único de objetivos de investimento e, por isso, oferece uma vasta gama de soluções de investimento com o objetivo de criar valor a longo prazo através do equilíbrio entre os riscos e as oportunidades de investimento. Isto inclui riscos e oportunidades de sustentabilidade financeiramente relevantes.

A alteração dos quadros políticos e regulamentares, bem como a evolução das preferências dos clientes, exigem que a DWS reveja regularmente a sua estratégia, a oferta de produtos e os processos e atividades relacionados com a sustentabilidade, para garantir o alinhamento com o ambiente em mudança. Na sequência desta análise, a DWS aperfeiçoou a sua estratégia de sustentabilidade e introduziu ajustamentos em abril de 2025, a fim de dar resposta a estas alterações. Detalhes podem ser encontrados na secção “Estratégia da DWS sobre sustentabilidade” na presente Declaração de Sustentabilidade.

A DWS reconhece a importância da transformação em curso para uma economia mais sustentável e o seu objetivo é fornecer conhecimento e soluções de investimento que ajudem os seus clientes a abraçar de forma eficaz esta transformação.

Em 2025, a DWS não publicou um plano de transição climática autónomo. A DWS continuará a acompanhar a evolução das normas de mercado e de regulamentação relativas à divulgação de informações adequadas sobre os planos de transição climática. Esta informação servirá de base para a sua abordagem e calendários futuros e inclui os requisitos futuros ao abrigo das regras de concorrência desleal, que exigem planos de implementação que fundamentem quaisquer alegações ambientais feitas.

A informação relativa à abordagem da DWS sobre sustentabilidade e mitigação das alterações climáticas pode ser encontrada no capítulo “Financiamento Sustentável - Gestão de Ativos” e também na subsecção “Métricas e objetivos” do capítulo “Carteiras de clientes na Gestão de Ativos”.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

ESRS E1-2, ESRS E1-3

Enquanto gestora de ativos, a DWS tem um modelo de negócio específico em que a maior parte dos seus impactos, riscos e oportunidades surgem na sua cadeia de valor a jusante, através das entidades investidas. A gestão destes impactos, riscos e oportunidades relacionados com a sustentabilidade a jusante é apoiada por várias políticas e procedimentos relevantes para as linhas de negócio específicas da DWS.

Para os Ativos Líquidos, estes incluem procedimentos internos que regem a integração do risco de sustentabilidade, bem como a Política de Envolvimento e a Política de Governança Corporativa e Voto por Procuração 2025, que abrangem a gestão através do envolvimento com as empresas investidas e a utilização eficaz dos direitos de voto, a governação e supervisão dessas atividades e a forma como o DWS reporta sobre elas. Detalhes sobre eles podem ser encontradas no subcapítulo “Gestão de Ativos” no capítulo “Financiamento Sustentável” da presente Declaração de Sustentabilidade.

Dentro dos ativos ilíquidos da DWS, o Quadro de Sustentabilidade Global (Global Sustainability Framework – GSF) para a DWS Private Real Estate Investment Management estabelece os princípios e processos chave relativos à abordagem da DWS Private Real Estate para considerar a sustentabilidade na gestão de investimentos imobiliários privados. Detalhes eles podem ser encontradas no subcapítulo “Gestão de Ativos” no capítulo “Financiamento Sustentável” da presente Declaração de Sustentabilidade.

Além disso, a política da DWS em matéria de carvão rege os investimentos da DWS e o financiamento de atividades relacionadas com o carvão térmico. Os produtos abrangidos por esta política estão impedidos de investir em empresas de desenvolvimento de carvão e em empresas cuja parte das receitas proveniente do carvão seja superior a 25%. Além disso, a política procura eliminar completamente a utilização do carvão térmico nos países da UE/OCDE até 2030 e no resto do mundo até 2040.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-T

A DWS tornou-se signatária da iniciativa Net Zero Asset Managers (NZAM) em 2020. A partir de fevereiro de 2026, o Âmbito do anterior compromisso da DWS a nível do grupo será ajustado a determinadas entidades jurídicas europeias da DWS Group GmbH & Co. KGaA.

Na sequência da declaração de compromisso atualizada da NZAM e do Âmbito ajustado, a DWS está atualmente a rever a sua meta da carteira relacionada com o clima, que foi inicialmente publicada no site da NZAM em novembro de 2021. Enquanto esta revisão está em curso, a DWS continua a comunicar as métricas relevantes para 2025 de forma consistente com os anos anteriores, de acordo com o objetivo intercalar anterior.

Como signatária da NZAM, em 2021 a DWS estabeleceu um objetivo intercalar para 2030 de reduzir a intensidade média ponderada global de carbono (WACI) dos seus ativos sob gestão abrangidos, em relação ao ano de referência de 2019, numa base ajustada à inflação. A DWS aplica o WACI ajustado à inflação em vez do WACI padrão para retirar o efeito dos aumentos de preços da métrica de descarbonização. Caso contrário, um aumento nominal das receitas devido à inflação levaria a uma redução da intensidade financeira de carbono das empresas, embora não haja descarbonização em termos reais. O aumento da inflação nos últimos anos sublinhou a importância de adotar esta abordagem.

No valor de referência de 2019, o WACI ascendeu a 170,2 toneladas de equivalentes de CO₂ por milhão de USD de receitas (tCO₂e/mn\$). Em 2023, este valor passou para 92,3 (2022: 101,4) toneladas de CO₂e/mn\$. Excluindo o efeito da inflação, isto equivale a uma redução acumulada ajustada à inflação de 36,5% (2022: 36,0%) em quatro anos.

Devido a um atraso na comunicação e disponibilidade de dados de emissões, os cálculos do WACI para o período de relato de 2025 baseiam-se nas participações da carteira da DWS no final do ano de 2024, utilizando os dados de emissões do ano anterior das respetivas empresas holding, que é 2023. Do mesmo modo, o valor de referência baseou-se nas carteiras detidas no final de 2020 e nas emissões de 2019.

A variação do WACI das carteiras da DWS é o resultado combinado de três efeitos subjacentes principais:

- Alterações nas participações da carteira devido a fluxos de fundos, movimentos de mercado ou outras considerações da carteira
- Alterações à intensidade de carbono das próprias sociedades holding
- Alterações no mix de produtos, ou seja, encerramento de produtos existentes ou lançamento de novos produtos

A diminuição acumulada de 36,5% (2022: 36,0%) ajustada à inflação no WACI face ao valor de referência representa um progresso significativo em direção ao objetivo de redução de 50% da DWS até 2030. No entanto, a curto prazo, a métrica WACI pode ser afetada por fatores externos como os movimentos dos preços dos títulos e os fluxos de clientes que estão fora do controlo da DWS e das suas empresas alvo de investimento. Como estes fatores podem introduzir volatilidade na métrica numa base anual, a DWS não espera que a trajetória de redução do WACI siga uma tendência linear.

Métricas de emissões da carteira¹

Métricas	Definição	Ano completo de 2025	Ano completo de 2024	Ambição a médio prazo
Emissões da carteira de Âmbito 3 (zero emissões líquidas) - ajust. à inflação WACI (em %)	Variação acumulada, ajustada à inflação, do WACI dos ativos no âmbito do objetivo intermédio de zero emissões líquidas em comparação com o ano de referência de 2019 da DWS	(36,5)	(36,0)	Atingir uma redução de 50% no WACI ajustado à inflação relacionado com as emissões do portefólio de Âmbito 1 e 2 até 2030, em comparação com o ano de referência de 2019 (alinhado com o objetivo provisório de zero emissões líquidas da DWS para 2030)
Ativos no Âmbito d zero emissões líquidas (em %)	A % do total de ativos sob gestão (AuM) coberta pelo objetivo provisório de zero emissões líquidas	39,2	39,1	
Ativos no Âmbito das zero emissões líquidas (em mil milhões de euros)	O valor em euros de AuM coberto pelo objetivo provisório de zero emissões líquidas	389,0	350,3	

¹ A métrica WACI só é calculada para AuM abrangidos investidos em ativos líquidos em que os dados de carbono estão disponíveis a partir dos fornecedores atuais da DWS. As participações em ativos imobiliários diretos não estão incluídas neste cálculo

Em 2025, as emissões absolutas da carteira de Âmbito 3 (em tCO₂e) excluindo soberanos foi de 25.114.543 e as emissões absolutas da carteira de Âmbito 3 (em tCO₂e) para soberanos foi de 21.022.017.

As emissões absolutas financiadas fornecidas são calculadas para as participações da DWS nas classes de ativos de ações, obrigações de empresas (incluindo obrigações de utilização de receitas), dívida soberana e imobiliário direto. As emissões financiadas por participações em dívida sub-soberana, participações em fundos de fundos, investimentos em dívida imobiliária e investimentos em ações e dívida de infraestruturas ilíquidas não estão incluídas neste cálculo devido a disponibilidade de dados.

Os dados relativos às emissões de participações em investimentos líquidos, por exemplo, ações e obrigações soberanas e de empresas, são obtidos junto de fornecedores de dados terceiros. Incluem as emissões de CO₂, bem como vários outros gases com efeito de estufa convertidos para o seu equivalente em CO₂ utilizando o seu potencial de aquecimento global a 100 anos. Para a maior parte dos AuM da DWS, os dados sobre emissões fornecidos pelos fornecedores de dados baseiam-se nos números comunicados pelo emitente, enquanto o resto é estimado pelo fornecedor de dados de acordo com a sua metodologia.

As emissões repartidas da DWS são calculadas utilizando um fator de atribuição determinado pelo rácio entre as suas participações em circulação (numerador) e o valor da empresa incluindo caixa para os emitentes empresariais ou o PIB para os emitentes soberanos (denominador).

De acordo com o relatório da DWS do ano passado, as emissões de Âmbito 1 e 2 das suas holdings também estão incluídas no relatório deste ano. Além disso, na metodologia de relatório de emissões da DWS deste ano, a DWS incluiu as emissões de Âmbito 3 das suas holdings separadamente, para melhorar a transparência e alinhar melhor o relatório com a evolução das melhores práticas e normas do sector. Relativamente à dívida soberana, as emissões de Âmbito 1 comunicadas incluem a utilização do solo, a alteração da utilização do solo e a silvicultura.

As emissões financiadas para as participações imobiliárias diretas da DWS são calculadas de acordo com o Global Real Estate Sustainability Benchmark, que está alinhado com a Partnership for Carbon Accounting Financials, e o Carbon Risk Real Estate Monitor. A DWS comunica as emissões financiadas de todo o seu património imobiliário, incluindo o imobiliário comercial e residencial. No entanto, as emissões das carteiras de dívida imobiliária não estão incluídas nos seus relatórios.

Métrica das emissões da carteira - emissões financiadas¹

Métricas	Definição	31 dez 2025	31 dez 2024
Emissões de Âmbito 3 Categoria 15 - Emissões de Âmbito 1 e 2 financiadas para participações em carteira excluindo emitentes soberanos (em tCO ₂ e)	As emissões de Âmbito 3 da carteira da Categoria 15 representam a parte financiada das emissões de Âmbito 1 e 2 das entidades investidas (tCO ₂ e) em ações cotadas, obrigações de empresas e imobiliário direto na carteira da DWS	25.114.543	26.046.373
Emissões de Âmbito 3 Categoria 15 - Emissões de Âmbito 1 e 2 financiadas para participações em carteira de emitentes soberanos (em tCO ₂ e)	As emissões de Âmbito 3 da carteira da Categoria 15 representam a parte financiada das emissões de Âmbito 1 e 2 das entidades investidas (tCO ₂ e) para obrigações soberanas. As emissões de Âmbito 1 são emissões domésticas de GEE provenientes de fontes localizadas em território nacional. Os valores incluem a utilização dos solos, a alteração da utilização do solo e a silvicultura	21.022.017	23.655.494
Total de emissões de Âmbito 3 da Categoria 15 - Emissões de Âmbito 1 e 2 financiadas para participações em carteira (em tCO₂e)		46.136.560	49.701.866
Emissões de Âmbito 3 Categoria 15 - Emissões de Âmbito 3 financiadas para participações em carteira (em tCO ₂ e) ²	As emissões de Âmbito 3 da carteira da Categoria 15 representam a parte financiada das emissões de Âmbito 3 das entidades investidas (tCO ₂ e) em ações cotadas, obrigações de empresas, soberanos e imobiliário direto na carteira da DWS	197.132.046	N/A

N/A – Não aplicável

¹ Embora a DWS não tenha um objetivo de redução de emissões financiadas absolutas, a DWS fornece aqui os dados sobre as emissões financiadas absolutas, para efeitos de transparência. Devido a um atraso na disponibilidade dos dados de emissões, os dados relativos ao ano completo de 2025 acima referidos baseiam-se nas participações da carteira no final de 2024, utilizando os dados de emissões do ano anterior dessas respetivas participações, que é 2023. A mesma metodologia aplica-se aos outros períodos de tempo acima referidos

² De acordo com o relatório da DWS do ano passado, as emissões de Âmbito 1 e 2 das suas holdings também estão incluídas no relatório deste ano. Além disso, na metodologia de relatório de emissões da DWS deste ano, a DWS incluiu as emissões de Âmbito 3 das suas holdings separadamente, para melhorar a transparência e alinhar melhor o relatório com a evolução das melhores práticas e normas do sector.

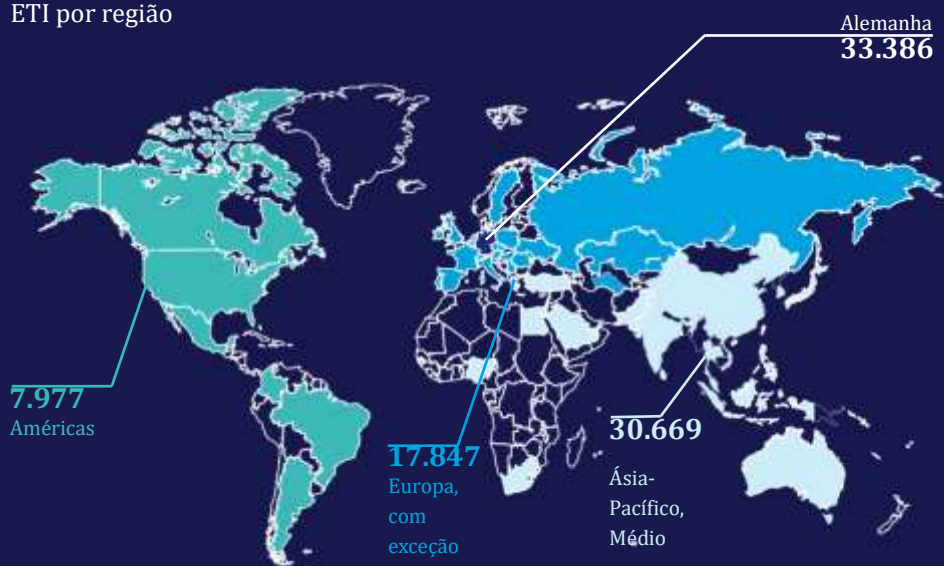
Social



O Deutsche Bank atribui uma importância estratégica aos aspetos sociais. Isto inclui a dimensão social do financiamento sustentável e os volumes de investimentos SAG, o cumprimento dos direitos humanos, a promoção de uma força de trabalho diversificada e qualificada, condições de trabalho apelativas e uma forte ênfase na centralidade no cliente

A rede mundial

ETI por região



89.879

Total FTE

7.743

Colaboradores a tempo parcial (em FTE)

55

Países representados

160

Nacionalidades

16.601

Corporate Bank

8.188

Investment Bank

23.337

Private Bank

4.835

Asset Management

36.918

Infraestrutura

Factos e números 2025

34,1%

mulheres na empresa
Títulos Diretor-Geral,
Diretor, Vice-Presidente

72,05%

índice de pulso cultural
(pontuação média de
favorabilidade)

43,4m

despesas de
formação em
milhões de euros

62

net Promoter Score
Private Bank Alemanha
(após interação)

38%

disparidade salarial
global não ajustada
entre homens e
mulheres (afetada

68%

pontuação de compromisso
de acordo com o
Inquérito aos Colaboradores

20,3%

aumento de total de
horas de formação
dos colaboradores

63

net Promoter Score
Asset Management
(170 clientes de topo)

Informação social

Força de trabalho própria

O sucesso do Deutsche Bank na concretização da sua visão de ser o Global Hausbank e o campeão europeu depende da sua força de trabalho empenhada e capaz, das suas ideias, competências, empenho e bem-estar. A experiência e dedicação dos colaboradores do banco permitem prestar aconselhamento especializado aos clientes do Deutsche Bank, criar soluções inovadoras adaptadas às suas necessidades e fornecer produtos de elevada qualidade para garantir a sua segurança financeira e o seu sucesso duradouro. Num ambiente em rápida mutação, moldado pela tecnologia, pelos desenvolvimentos geopolíticos, pela sustentabilidade e pela evolução das necessidades dos clientes, é essencial uma gestão eficaz da força de trabalho, fortes capacidades organizacionais, condições de trabalho atrativas e igualdade de acesso às oportunidades, tal como descrito no presente capítulo. As divulgações deste capítulo “Força de trabalho própria” abrangem todos os tipos e grupos de colaboradores, incluindo geralmente os representantes dos colaboradores, bem como os não colaboradores, quando aplicável, que são abrangidos pelo termo “força de trabalho própria”, tal como definido no ESRS S1.

Governança

ESRS 2 GOV-2

O Diretor Global de Recursos Humanos do Grupo Deutsche Bank é responsável por todas as questões de Recursos Humanos (RH) do Deutsche Bank. O titular do cargo supervisiona os RH do Grupo, o que inclui os parceiros comerciais das divisões globais, as funções globais, os produtos globais de RH e os RH regionais. O Diretor Global de Recursos Humanos representa as questões de RH nos comités relevantes do banco. O titular do cargo define e coordena a estratégia de RH do Grupo e as respetivas prioridades, assegurando simultaneamente o seu alinhamento e apoio à estratégia do Grupo Deutsche Bank e o cumprimento da regulamentação e legislação relevantes em todos os mercados em que o banco opera, incluindo a legislação anti-discriminação.

O Diretor Global de RH responde perante o membro do Conselho de Administração que desempenha as funções de Diretor de Operações, com o qual se reúne regularmente para discutir questões importantes relacionadas com os RH. O Diretor Global de RH é aconselhado e apoiado pela Equipa de Liderança Global de RH, que é constituída pelo próprio Diretor Global de RH do banco, os parceiros comerciais das divisões globais, os diretores de funções globais, os diretores globais de produtos de RH e os diretores regionais de RH. Em 2025, os tópicos da Equipa de Liderança Global de RH continuaram a evoluir em alinhamento com a estratégia de RH, com base nos fundamentos estabelecidos em 2024. Em 2025, a tónica foi aprofundada em torno do reforço da liderança, da promoção de uma cultura aspiracional e da transformação numa organização orientada para objetivos, da transformação digital, bem como da redução dos riscos associados ao envelhecimento da força de trabalho. Este foco foi apoiado por iniciativas como a otimização de processos e o aperfeiçoamento do modelo operacional-alvo de RH.

O painel mensal de controlo dos recursos humanos do banco monitoriza os riscos relacionados com o capital humano, bem como o desempenho operacional dos recursos humanos na gestão desses riscos, em conformidade com o quadro de gestão dos riscos operacionais do banco. Fornece uma visão geral dos indicadores de controlo relevantes relativos ao ciclo de vida dos colaboradores. Os resultados são apresentados ao Diretor Global de RH e à Equipa Global de Liderança de RH. Com base no parecer da Equipa Global de Liderança de RH, o Diretor Global de RH decide se uma questão deve ser comunicada ao membro do Conselho de Administração responsável pelos RH e/ou ao Conselho de Administração e quais as medidas corretivas a aplicar.

Estratégia

ESRS 2 SBM-1, ESRS 2 SBM-2, ESRS 2 SBM-3, ESRS S1-1

A estratégia de recursos humanos do banco deriva da estratégia empresarial do Deutsche Bank e da ambição do Global Hausbank e está alinhada com o objetivo do Deutsche Bank. Reflete os desenvolvimentos do mercado e as tendências da sociedade, e evolui através de consultas com as partes interessadas internas e externas, tais como entidades reguladoras, representantes dos colaboradores e associações comerciais ou patronais. Tem em conta os interesses dos trabalhadores do Deutsche Bank, tais como a oferta de condições de trabalho justas e atrativas e um ambiente de trabalho inclusivo, que promova um tratamento justo e a igualdade de acesso a oportunidades para todos. São efetuadas revisões regulares dos riscos e oportunidades resultantes das

mudanças relacionadas com a força de trabalho, em estreita cooperação com as partes interessadas, para garantir que a estratégia se mantém relevante.

Cada divisão é responsável pelo desenvolvimento e a implementação da sua própria estratégia em matéria de recursos humanos, com base na estratégia global do Deutsche Bank, que assenta em quatro pilares fundamentais: (i) reforçar a liderança e impulsionar a cultura de aspiração do banco, (ii) garantir a força de trabalho necessária para progredir nas prioridades estratégicas - o número certo de colaboradores, com as competências certas e no momento certo, (iii) atrair, reter e desenvolver talentos diversificados com competências prioritárias e (iv) reduzir o risco de envelhecimento da força de trabalho através do planeamento da sucessão e da tecnologia. Estes pilares abordam os desafios mais críticos que a força de trabalho do Deutsche Bank enfrenta num ambiente em rápida mudança.

Ao centrar-se nestes pilares, a estratégia relativa ao pessoal apoia tanto as necessidades imediatas da empresa como a sustentabilidade a longo prazo. Os parceiros comerciais de RH desempenham um papel fundamental neste processo. Atuam como consultores estratégicos para as divisões, assegurando que as estratégias de pessoal das divisões são consistentemente relevantes. Apoiam a implementação através de medidas específicas de gestão de pessoal, tais como programas de desenvolvimento de talentos, planeamento de sucessões e capacitação de líderes. Os parceiros comerciais de RH também colaboram estreitamente com os diretores de operações das divisões para analisar regularmente os progressos e ajustar as estratégias de pessoal, sempre que necessário.

A estratégia de pessoal é complementada pela estratégia de RH, que serve de plano diretor para a organização de RH. Esta estratégia permite às divisões fornecer produtos e serviços de RH de ponta a nível do grupo e melhorar a eficiência, as capacidades e a estrutura da função de RH. Estas prioridades são captadas nas HR Lighthouse Initiatives e nos principais processos de gestão do banco.

Através das suas competências profissionais, conhecimentos, experiência e empenho, os RH são um parceiro fundamental e um facilitador para as divisões empresariais e funções de infraestruturas, definindo políticas e procedimentos relevantes, alinhados com as leis e regulamentos em todos os mercados em que operam. Antecipam os desenvolvimentos futuros e abordam-nos de forma proactiva, também no que diz respeito à capacidade e composição da sua força de trabalho, garantindo que o Deutsche Bank continua a ser um empregador de eleição. Garantem um ambiente de trabalho livre de discriminação com base na raça, cor, género, nacionalidade, etnia, idade, religião, deficiência, estado civil, gravidez, orientação sexual, identidade e expressão de género, cidadania ou qualquer outra característica protegida por lei. O compromisso contínuo do Deutsche Bank com excelentes condições de trabalho e igualdade de oportunidades é reconhecido por agências de classificação externas, que atribuíram aos tópicos relacionados com RH uma pontuação mais elevada em 2025 do que em 2024. Este facto contribuiu para o aumento da pontuação global do banco, que se encontra descrita na secção “Pessoal e Operações Próprias” do capítulo “Estratégia de Sustentabilidade”.

As estratégias de pessoal das divisões são revistas regularmente pelas divisões, pelos seus diretores de operações e pelos parceiros comerciais de RH. A estratégia de RH é regularmente revista pela função de RH em estreita cooperação com a equipa de liderança global de RH. Se for identificada uma necessidade de revisão ou de ação, a respetiva estratégia é aperfeiçoada em conformidade e as respetivas políticas, procedimentos e ações serão adaptados conforme necessário.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

O Deutsche Bank depende de uma força de trabalho motivada, qualificada e diversificada que reflita as comunidades em que opera e dê prioridade a resultados sustentáveis para os clientes. Para a sustentar, o banco está empenhado em garantir condições de trabalho justas e atrativas, com um tratamento equitativo e justo, e em gerir os impactos materiais, os riscos e as oportunidades conexos. Os impactos, riscos e oportunidades materiais (IRO) para a força de trabalho própria do banco são descritos, juntamente com as respetivas ações-chave, métricas e objetivos, nos seguintes subcapítulos do capítulo “Força de trabalho própria”.

Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria

ESRS 2 SBM-3, ESRS S1-1, ESRS 2 MDR-P, ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-A, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 MDR-M

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) em todo o banco são identificados e avaliados através da dupla avaliação da materialidade, descrita em pormenor no capítulo “Dupla avaliação da materialidade” desta Declaração de Sustentabilidade.

Pelo menos uma vez por ano, a função de RH revê os impactos, riscos e oportunidades relacionados com a própria força de trabalho do banco, a fim de identificar qualquer necessidade potencial de revisão e ação e de garantir que as eventuais alterações da avaliação de IRO relacionada com a força de trabalho se refletem corretamente na estratégia e vice-versa. Os IRO relacionadas com a força de trabalho são descritos no quadro seguinte, com uma visão geral das políticas, ações, indicadores e objetivos que a função de RH define e utiliza para os gerir. Estes são descritos mais pormenorizadamente nos parágrafos seguintes deste capítulo, incluindo métricas materiais do ESRS S1, bem como métricas específicas das entidades.

A gestão destes IRO é fundamental para garantir que a força de trabalho do Deutsche Bank está motivada e dotada de competências e conhecimentos diversificados e relevantes. Os seguintes subcapítulos deste capítulo “Força de trabalho própria” descrevem com mais pormenor a gestão dos IRO, incluindo políticas, abordagens de envolvimento, canais e procedimentos para potenciais preocupações, as ações do banco, bem como métricas e objetivos associados para os tópicos específicos relacionados com a gestão da força de trabalho, condições de trabalho e diversidade e inclusão.

Os processos e fontes de identificação de riscos potenciais, incluindo riscos de danos, impactos e oportunidades, bem como as medidas necessárias em resposta a impactos negativos reais ou potenciais em relação aos trabalhadores do banco, são descritos nos seguintes subcapítulos “Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em relação aos impactos” e “Processos de correção de impactos negativos e canais para os trabalhadores manifestarem as suas preocupações”. Estes processos, bem como outras fontes de dados, tais como dados sobre os efetivos a nível mundial ou nacional, permitem ao banco identificar potenciais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a sua força de trabalho própria, incluindo grupos específicos de pessoas, por exemplo, com características particulares ou que trabalhem num determinado contexto ou em atividades específicas. A função de RH é responsável pela definição e execução de medidas para alcançar as condições de trabalho pretendidas e garantir oportunidades iguais e justas para os seus colaboradores.

Tópico: Força de trabalho própria							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Condições de trabalho	Operações próprias	Médio prazo	Impacto positivo	Ter um impacto positivo no empenho/satisfação/motivação e bem-estar dos colaboradores através de - Assegurar a capacidade e a composição adequadas da força de trabalho do banco entre colaboradores e não colaboradores - Proporcionar licenças familiares e prestações de cuidados infantis - Considerar um tempo de trabalho adequado e oferecer regimes de tempo de trabalho flexíveis - Respeitar e defender normas elevadas em matéria de liberdade de associação, negociação coletiva e diálogo social	Código de Conduta Leadership Kompass (programa de liderança) Política de contratação, integração e saída e orientações para a contratação Currículo de todos os gestores Política de comunicação de preocupações (incluindo denúncia de irregularidades) e Quadro de manifestação de preocupações e denúncia de irregularidades Política de desempenho, consequências e remuneração e	Análise e planeamento da força de trabalho Inquérito de avaliação da cultura/Inquérito aos colaboradores/Inquérito a novos membros Envolvimento com os representantes dos trabalhadores Celebração e atualização de acordos coletivos de negociação e acordos (coletivos) de trabalho Redes de apoio, incluindo o Programa de Assistência aos Colaboradores Benefícios, regimes de trabalho flexível e móvel Campeões do bem-estar, Centro do bem-estar Canais, controlos e processos internos Programas de recrutamento	Índice de avaliação da cultura e objetivo associado Taxa de participação no Inquérito aos Colaboradores, pontuação de capacitação e compromisso Número de colaboradores por género, país, tipo de contrato Número de não colaboradores por tipo de trabalho Novas contratações de colaboradores e rotação de colaboradores por região, idade, cargo corporativo e género, rotação voluntária Rácio da remuneração total anual Rácio de acordos coletivos de trabalho e do diálogo social Tempo médio para preencher as vagas Taxas de preenchimento interno e economias resultantes da reafetação Contratação de licenciados e estagiários profissionais a nível mundial Retorno do investimento em capital
		Médio prazo	Oportunidade	O aumento da produtividade e da retenção dos colaboradores, bem como o aumento da atratividade e da reputação do empregador, associados aos impactos positivos de - Capacidade e composição adequadas da força de trabalho - Licenças familiares e prestações de cuidados infantis - Acordos coletivos de trabalho	Ábordagem ao desempenho, consequências e remuneração (quadro) Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros dos conselhos de administração, diretores de sucursais e titulares de funções-chave Política de ambiente, saúde e segurança Declaração do Deutsche Bank sobre os direitos humanos		

Tópico: Força de trabalho própria							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Igualdade de tratamento e de oportunidades para todos	Operações próprias	Curto prazo	Impacto positivo	Impacto positivo na empregabilidade, motivação dos colaboradores e liderança efetiva, proporcionando - Formação multimodo - Desenvolvimento de competências - Feedback regular do desempenho	Código de Conduta Política de contratação, integração e saída e orientações para a contratação Leadership Kompass (programa de liderança)	Ofertas de aprendizagem, formação, liderança e programas de talentos, incluindo redes Avaliações do desempenho	Despesas de formação e horas de formação, incluindo a repartição por género
		Médio prazo	Oportunidade	Aumento da eficácia dos colaboradores, da atratividade e da reputação do empregador através da identificação e remoção de barreiras estruturais, especialmente para grupos sub-representados	Currículo de todos os gestores Política de comunicação de preocupações (incluindo denúncia de irregularidades) e Quadro de manifestação de preocupações e denúncia de irregularidades	Programas de networking e de reintegração profissional Programas de desenvolvimento, incluindo programas de aceleração	Participação em programas de aceleração, incluindo a repartição por género
		Curto prazo	Impacto negativo	Impacto negativo no empenho, bem-estar e sentimento de pertença dos colaboradores ao não proporcionar uma remuneração justa	Política de desempenho, consequências e remuneração e Abordagem ao desempenho, consequências e remuneração (quadro)	Programas de formação Plataforma de carreira	Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas
		Curto prazo	Risco	- Risco de diminuir a eficácia e a retenção dos colaboradores, bem como a atratividade e a reputação do empregador, por não proporcionar um ambiente de trabalho inclusivo. - Risco de ações judiciais e de consequências regulamentares em certos países relativamente à agenda de diversidade do banco	Orientações sobre a avaliação da adequação dos membros dos conselhos de administração, diretores de sucursais e titulares de funções-chave Declaração do Deutsche Bank sobre os direitos humanos Manuais do colaborador	Programa “35 by 25” para aumentar a representação de género em cargos de liderança Redes de colaboradores Medidas de acessibilidade Inquérito de avaliação da cultura/Inquérito aos colaboradores/Inquérito a novos membros/Inquérito de saída Processos e canais de apresentação de queixas e reclamações	Taxa de conclusão das avaliações de desempenho, incluindo a repartição por género Diversidade de género e objetivos associados Diversidade etária, colaboradores com deficiência, incluindo repartição por género Objetivo de representação de trabalhadores com ascendência negra no Reino Unido Número de incidentes e reclamações de discriminação e de queixas relativas às condições de trabalho, bem como de multas, sanções e indemnizações por danos daí resultantes

Políticas relacionadas com a força de trabalho própria

ESRS S1-1, ESRS 2 MDR-P

As políticas, procedimentos e quadros do Deutsche Bank servem de meio para o banco implementar a sua estratégia de pessoal e gerir os impactos materiais, riscos e oportunidades relacionados com a sua força de trabalho própria. Estas políticas estão alinhadas com as leis e os regulamentos de todos os mercados em que o banco opera e são definidos e revistos em consulta com os principais intervenientes nas políticas, em conformidade com a Política global relativa aos Requisitos para as Políticas, Procedimentos, Principais Documentos Operacionais e Quadros, que é aprovada pelo Diretor da Governação do Grupo. No caso de uma revisão material da política, devem ser consultados os responsáveis globais da carteira, bem como os respetivos especialistas na matéria de todas as unidades afetadas do banco. Dependendo do âmbito da política, tal pode envolver funções como Desempenho e Remuneração, Relações Laborais e Aquisição de Talentos. Além disso, os representantes dos trabalhadores, enquanto principais interessados, são envolvidos no âmbito dos seus direitos de participação, por exemplo, a lei alemã relativa à constituição de empresas (Betriebsverfassungsgesetz), e podem ser celebrados acordos de trabalho (Betriebsvereinbarungen), se aplicável. As políticas globais de RH são aprovadas pelo Diretor Global de RH e revistas pelo menos uma vez por ano. As políticas estão disponíveis para os colaboradores e não colaboradores no portal interno de políticas, que se encontra ligado à página inicial da intranet do banco. Quando uma política, um procedimento ou quadro é publicado, materialmente atualizado ou arquivado, é publicado um artigo na intranet, destacando as principais alterações, as consequências e o ponto de contacto para questões.

O Deutsche Bank subscreve e alinha voluntariamente com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (incluindo as suas Normas Laborais Fundamentais) e o Pacto Global das Nações Unidas, de uma forma consistente com a forma como foram implementados na legislação nacional, tal como descrito no Código de Conduta do banco. O Deutsche Bank tem um compromisso de longa data para com o respeito pelos direitos humanos, tal como referido na Declaração do Grupo Deutsche Bank sobre Direitos Humanos, aprovada pelo Conselho de Administração e assinada pelo Diretor-Geral. O compromisso de respeitar os direitos humanos está também ancorado no Código de Conduta do Deutsche Bank, no qual o banco define os padrões mínimos de comportamento e conduta que o Deutsche Bank espera de todos os seus colaboradores, não colaboradores e do Deutsche Bank como organização. O objetivo do Código de Conduta é assegurar que a força de trabalho do Deutsche Bank se comporta de forma ética, íntegra e de acordo com as políticas e os procedimentos aplicáveis, bem como com as leis e os regulamentos. Para garantir que os colaboradores têm uma compreensão abrangente do Código de Conduta e das suas responsabilidades decorrentes do mesmo, existe formação obrigatória, tal como descrito no subcapítulo “Quadro de Manifestação de Preocupações e Denúncia de Irregularidades” do subcapítulo “Cultura, integridade e conduta”. Em 2025, a taxa de conclusão foi de 100% (2024: 100 %).

Em 2025, várias políticas relacionadas com a força de trabalho foram simplificadas para fornecer orientações claras e completas aos colaboradores e gestores, limitando a complexidade e assegurando a coerência entre os ciclos de vida dos colaboradores e dos trabalhadores contingentes, sempre que adequado. Por exemplo, as políticas de contratação, de verificação de antecedentes, de referência de efetivos e candidatos relacionados, e de saída foram consolidadas numa única e abrangente política de contratação, integração e saída. Esta nova política é apoiada por um guia de contratação e um guia de saída separados, que estabelecem orientações práticas e requisitos claros para todos os aspetos da contratação e da saída de colaboradores.

Além disso, a existência de diretrizes claras promove um ambiente de trabalho seguro e de bom funcionamento para os colaboradores do banco, por exemplo, sob a forma de documentos operacionais fundamentais, como as Instruções para o Tratamento Seguro de Dados – RH e Conflitos de Interesses – RH.

Ações relacionadas com a própria força de trabalho

ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank empreende uma grande variedade de ações para promover impactos positivos e oportunidades e mitigar potenciais impactos negativos e riscos, incluindo potenciais danos. As ações do banco são frequentemente atividades ou programas globais que se aplicam a todos os colaboradores em todas as regiões do banco, como ofertas globais de aprendizagem, mas também existem ações específicas de uma região ou divisão, por exemplo, programas de aprendizagem ou ofertas de cuidados infantis nos principais centros globais do banco, bem como ações específicas de determinados grupos de colaboradores, como o desenvolvimento de liderança para gestores ou programas de aceleração para os melhores talentos. A implementação destas ações contribui para a consecução da estratégia e dos objetivos do banco em matéria de recursos humanos, promove condições de trabalho atrativas e justas e proporciona e assegura um tratamento e oportunidades iguais. As ações conduzidas pelo banco têm

vários horizontes temporais, desde as ações de longo prazo, como as associadas ao programa “35 by 25” ou a criação de novas formações, às ações pontuais e ocasionais, como a reunião aberta global sobre neuroinclusão. Os recursos necessários, como o tempo de trabalho dos colaboradores e/ou o orçamento financeiro, são atribuídos a estas ações. As ações do banco são descritas nos subcapítulos seguintes sobre “Gestão da força de trabalho”, “Condições de trabalho” e “Diversidade e inclusão”. O progresso destas ações e planos de ação, incluindo os iniciados em períodos anteriores, é monitorizado pelo banco através de vários meios qualitativos e quantitativos, incluindo os indicadores referidos nos subcapítulos seguintes e os resultados do inquérito anual aos colaboradores.

Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em relação aos impactos

ESRS S1-2, ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T

Envolvimento com a própria força de trabalho e cultura de feedback dos colaboradores

O Deutsche Bank preocupa-se em contratar as pessoas certas, em desenvolvê-las e em garantir que possuem as competências relevantes. Por sua vez, os colaboradores do banco precisam de ser ouvidos, incluídos, reconhecidos, acarinhados e de ter uma liderança positiva para promover um ambiente de trabalho produtivo, no qual as relações fortes, a comunicação aberta e a aprendizagem com o feedback desempenham um papel essencial. Assim, o banco está empenhado em refletir de forma abrangente os pontos de vista dos seus colaboradores nas decisões que possam ter impacto na sua força de trabalho própria e disponibiliza vários canais para interagir diretamente com a sua força de trabalho própria, a fim de obter informações sobre a respetiva perceção, potenciais preocupações e impactos positivos ou negativos que a possam afetar. O principal meio de recolha de feedback dos colaboradores é o Inquérito anual aos Colaboradores do banco, voluntário e confidencial, que ajuda o banco a compreender as perspetivas dos colaboradores sobre o que o banco está a fazer bem e onde os colaboradores consideram que é necessário melhorar. O Deutsche Bank pretende obter uma visão diferenciada das várias áreas e grupos de colaboradores do banco e identificar grupos entre os seus colaboradores que possam ter uma exposição particular a impactos negativos. Assim, os resultados do inquérito apresentam cortes regionais e divisionais e segmentação de resultados por outros critérios, com base na opção voluntária e confidencial de responder a questões demográficas sobre temas como idade, género e antiguidade, bem como, em certas geografias, sobre etnia, orientação sexual, neurodiversidade, incapacidade e antecedentes económicos.

Ao observar a taxa de participação no inquérito, o banco avalia também a eficácia deste canal. Em 2025, o inquérito registou a taxa de participação mais elevada desde 2011, com 69% (2024: 65%) dos colaboradores convidados a participarem (excluindo a Federação Russa), o que, com base no feedback do fornecedor, está em linha com os pares do banco. O Inquérito aos Colaboradores mede o progresso no empenho dos colaboradores (incluindo a intenção de permanecer no banco, o orgulho, a motivação, a defesa da organização enquanto empregador) e na capacitação (nível de desafio e interesse no trabalho, grau em que os colaboradores podem ser produtivos). Todos os colaboradores são convidados a dar a sua opinião sobre uma vasta gama de tópicos relacionados com as condições de trabalho do banco, tais como a comunicação, a inteligência artificial e a inclusão, a ética, a manifestação de preocupações e os recursos. Os colaboradores são também questionados sobre o objetivo e o prazer no trabalho e sobre o grau em que se sentem apoiados pelo banco na obtenção de um equilíbrio razoável entre a vida profissional e a pessoal. O Inquérito aos Colaboradores fornece informações sobre o conforto dos colaboradores para exprimirem livremente as suas opiniões e o que os ajuda ou impede de se exprimirem. Os colaboradores podem utilizar os campos de texto livre incluídos no inquérito para partilhar propostas de melhoria ou observações e, assim, utilizar o inquérito para dar feedback sobre os aspetos positivos e negativos da sua experiência de trabalho no banco. Em 2025, o Deutsche Bank deu continuidade à sua relação com o parceiro académico introduzido em 2014 para apoiar as ambições do banco de melhorar ainda mais as informações através de análises avançadas de dados para obter informações mais detalhadas e acionáveis para melhorar a experiência dos colaboradores.

Uma equipa de RH dedicada prepara, revê continuamente, desenvolve e executa o inquérito sob a orientação do Diretor Global de RH e com a aprovação do Conselho de Administração. Para proteger a confidencialidade dos colaboradores e facilitar o feedback aberto, os resultados só são reportados a um nível agregado.

Em 2025, as pontuações de empenho e capacitação aumentaram um ponto percentual para 68% e 71%, respetivamente, o que reflete o êxito dos esforços coletivos de todo o Grupo para inverter o decréscimo registado em 2024. Em 2025, o banco registou aumentos no orgulho de trabalhar no banco, na defesa do banco enquanto empregador, na intenção de permanecer no banco e no sentimento de motivação pelo ambiente de trabalho no banco. Simultaneamente, a motivação intrínseca dos colaboradores do banco, a sua vontade de ir mais além, mantém-se a um nível muito elevado, indicativo de uma organização de elevado desempenho. Os resultados do Inquérito aos Colaboradores são partilhados com o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização, que identificam as principais áreas de ação. Em 2025, o Conselho de Administração concordou em prosseguir os esforços nas iniciativas direcionadas para abordar os quatro principais domínios de incidência identificados pelo banco no ano passado: Estratégia e Transformação (por exemplo, melhorias de processos e comunicação), Liderança (por exemplo, currículos de gestão), Desenvolvimento Sustentável da Carreira (por exemplo, crescimento individual) e Desempenho e Feedback (por exemplo, cultura de desempenho sustentável). Os resultados do inquérito são também partilhados com as respetivas divisões de negócio e funções de infraestrutura para informar os planos de cultura divisionais obrigatórios como parte do programa de Cultura, Integridade e Conduta do banco, como explicado no capítulo “Cultura, integridade e conduta”. A equipa de RH assegura que os resultados são tidos em conta na revisão e aperfeiçoamento contínuos da estratégia do banco em matéria de recursos humanos. Os principais resultados do Inquérito aos Colaboradores são também partilhados com as comissões de trabalhadores e os colaboradores.

Resultados do Inquérito aos Colaboradores

Resultado em %	2025	2024
Taxa de participação no Inquérito aos Colaboradores	69	65
Pontuação de compromisso	68	67
Pontuação de capacitação	71	70

Desde 2019, o banco tem também realizado inquéritos de avaliação da cultura para avaliar a frequência e a qualidade das interações entre gestores e colaboradores que fazem uma diferença positiva na motivação e na produtividade percebida dos colaboradores. Em 2025, o inquérito foi alinhado com a estrutura “This is Deutsche Bank” do banco, descrita no capítulo “Cultura, integridade e conduta”, para ajudar o banco a compreender a forma como os colaboradores experienciam a cultura aspiracional e avaliar como esta está incorporada em toda a organização. O inquérito de avaliação da cultura é realizado três vezes por ano, uma vez como parte do Inquérito aos Colaboradores e duas vezes de forma independente, no primeiro e no quarto trimestres, para manter uma compreensão contínua de aspetos importantes das perceções dos colaboradores sobre o local de trabalho. O inquérito questiona os colaboradores sobre o feedback e a apreciação dos seus gestores, bem como sobre a forma como o banco se esforça por proporcionar uma experiência de excelência ao cliente, resolve problemas em parceria e confia nas pessoas para tomarem decisões. A expectativa é que os resultados sejam utilizados pelas equipas de gestão para definir o tom, desde o topo, dos comportamentos-chave e incentivar os seus gestores a refletirem sobre os seus próprios comportamentos. Os resultados do inquérito fornecem um Índice de Avaliação da Cultura que é incluído no relatório de pontuação equilibrada. O objetivo a nível do Grupo para o Índice de Avaliação da Cultura para 2025, tal como acordado pelo Conselho de Administração, era de 61,97%, sendo o resultado no final do ano de 72,05%. As equipas de gestão das divisões são encorajadas a partilhar os resultados e o seu desenvolvimento com os colaboradores após cada inquérito.

O objetivo do Índice de Avaliação da Cultura de 2025 para o Grupo Deutsche Bank foi definido para garantir um progresso mensurável na cultura organizacional e serve como um indicador-chave para as perceções dos colaboradores sobre as condições de trabalho. O objetivo era obter uma melhoria estatisticamente significativa em comparação com a base de referência determinada no final de 2024. Esta avaliação foi efetuada com base na Avaliação da Cultura existente e nas perguntas mais comparáveis do Inquérito aos Colaboradores. O objetivo do Índice de Avaliação da Cultura para 2025 foi discutido e acordado pelo Grupo Diretor de Pontuação Equilibrada do banco e aprovado pelo Conselho de Administração. Dada a alteração mencionada no questionário em 2025, a comparação com os resultados de 2024 não é significativa.

Objetivo para 2025 e resultados do Índice de Avaliação da Cultura do banco

	2025		2024
	Objetivo ¹	Resultado ²	Resultado
Índice de Avaliação da Cultura (em %)	61,97	72,05	N/S

N/S – Não significativo

¹ Reflete o objetivo de perguntas atualizados do inquérito definidas para 2025

² Excluindo a Federação Russa

Para além dos inquéritos, está disponível para todos os colaboradores e não colaboradores do banco um canal de comunicação muito direto através da intranet global. Em geral, é possível gostar de todos os artigos publicados através de um botão e comentá-los utilizando um campo de texto livre, sendo os comentários visíveis para todos. Ao monitorizar as estatísticas de visualizações e interações com os artigos, por exemplo, através de comentários ou avaliações de um artigo, o banco avalia o alcance e a eficácia deste canal. Além disso, os colaboradores podem colocar as suas questões nas reuniões gerais regulares regionais e divisionais. Em 2025, o banco lançou um novo formato interativo intitulado “Your Direct Line to the Board” (A sua linha direta para o Conselho de Administração). Esta série de reuniões dá aos colaboradores a oportunidade de colocarem questões a um membro diferente do Conselho de Administração em cada sessão. Os colaboradores têm a oportunidade de apresentar previamente perguntas, que podem ser votadas por todos os colaboradores na intranet, ou de colocar questões espontaneamente durante a sessão. Outros instrumentos que contribuem para a cultura de feedback incluem o Inquérito de Saída do Banco para saídas voluntárias e o Inquérito a Novos Colaboradores, tal como descrito no subcapítulo “Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações” do capítulo “Força de trabalho própria”.

Envolvimento com os representantes dos trabalhadores

Para além deste envolvimento direto com a força de trabalho, outro processo importante para conhecer as perspetivas dos colaboradores é o diálogo contínuo do banco com os órgãos representativos dos trabalhadores, com os quais o banco mantém um intercâmbio aberto e construtivo. A nível mundial, o banco coopera com os representantes dos colaboradores e as suas comissões, em conformidade com a legislação dos países. Na Alemanha, por exemplo, onde está sediada a maioria dos colaboradores do Banco (39,8%), a Lei das Comissões de Trabalhadores (Betriebsverfassungsgesetz) regula a participação das comissões de trabalhadores, estipulando os seus direitos e deveres e prescrevendo os casos e as formas em que os empregadores são obrigados a envolver uma comissão de trabalhadores. As comissões de trabalhadores, cujos membros são eleitos de quatro em quatro anos, representam os interesses dos colaboradores através de discussões e negociações com o Deutsche Bank. Os colaboradores executivos do banco dispõem de um comité representativo próprio, igualmente regido pelo direito alemão (Sprecherausschussgesetz). Os debates com estes organismos representativos realizam-se sempre que necessário para a aplicação de determinadas medidas. Além disso, o

banco está em constante contacto com os representantes dos colaboradores para manter um diálogo interno e reunir uma ideia das opiniões dos colaboradores e das perspetivas dos seus representantes relativamente a potenciais impactos positivos e negativos sobre os colaboradores do banco. Na Alemanha, o banco celebrou ou atualizou vários acordos coletivos de trabalho em 2025. Por exemplo, o quadro de desempenho e de remuneração foi desenvolvido e os acordos coletivos relativos ao trabalho a tempo parcial e ao trabalho remoto foram atualizados. Foram celebrados vários acordos de trabalho gerais ou locais ou renegociados os acordos existentes, a fim de aplicar os desenvolvimentos recentes. Além disso, em 2025, o banco e o conselho geral de empresa celebraram vários acordos de equilíbrio de interesses no decurso da aplicação de diferentes medidas de reestruturação.

Os colaboradores do Deutsche Bank estão também representados a nível europeu. Com base no acordo sobre informação e consulta transfronteiriça dos colaboradores do Deutsche Bank na UE, celebrado em 10 de setembro de 1996, a Comissões de Trabalhadores Europeia representa os colaboradores que trabalham em todos os países da UE.

Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações

ESRS S1-1, ESRS S1-2, ESRS S1-3, ESRS S1-4, ESRS G1-1, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank estabeleceu uma "Estrutura de comunicação e denúncia de irregularidades" que está disponível para os próprios colaboradores do banco, incluindo colaboradores e não colaboradores, para manifestarem as suas preocupações. O objetivo é garantir que todas as preocupações ou impactos negativos percebidos na força de trabalho do banco são comunicados ao banco e que podem ser tomadas medidas, se necessário. A estrutura de comunicação e denúncia de irregularidades do banco é regida pela Política global de comunicação de irregularidades (incluindo a denúncia de irregularidades), tal como descrito na secção "Estrutura de comunicação e denúncia de irregularidades" do capítulo "Cultura, integridade e conduta". O Deutsche Bank proíbe qualquer forma de retaliação contra qualquer pessoa pelo facto de ter manifestado preocupações a nível interno ou externo, ter ajudado a manifestar uma preocupação ou ter cooperado numa investigação sobre uma preocupação. Isto está definido no Código de Conduta do Banco e é apoiado por um quadro anti-repessalias, conforme descrito na secção "Estrutura de comunicação e denúncia de irregularidades" do capítulo "Cultura, integridade e conduta".

Quando são apresentadas queixas, as funções relevantes responsáveis pela resolução das mesmas são envolvidas e tratam-nas em conformidade, incluindo o acompanhamento da eficácia das suas ações. As preocupações levantadas relativamente a quaisquer impactos negativos sobre a força de trabalho própria do banco ou relativas a condutas incorretas dos seus colaboradores, são investigadas por uma das funções de investigação relevantes do banco, dependendo da natureza da alegação. Se forem levantadas quaisquer preocupações relativas aos direitos humanos, o Diretor de Direitos Humanos do Deutsche Bank deve ser informado.

Após uma avaliação interna inicial, as preocupações justificadas e credíveis desencadeiam uma investigação realizada por uma função de investigação. Em função dos resultados dessa diligência, são acordadas e aplicadas medidas adequadas para remediar quaisquer eventuais impactos negativos. Estas medidas são acompanhadas ao longo do tempo e, nos casos relacionados com os direitos humanos, incluem a participação do Diretor de Direitos Humanos. Os queixosos são regularmente informados sobre a evolução e a aplicação de medidas corretivas, caso ocorram. Em todos os casos em que exista um potencial caso disciplinar ao qual responder, o assunto deve ser encaminhado para a função de RH e é tratado de acordo com a Política Global de Desempenho, Consequências e Recompensas e de acordo com as leis locais, sendo as medidas tomadas, quando apropriado, pela equipa de RH dedicada às relações com os colaboradores. Isto independentemente dos canais através dos quais estas preocupações são comunicadas, por exemplo, os canais de denúncia, a função de RH, os gestores ou qualquer outro canal. As ações de acompanhamento podem incluir, entre outras, alterações de políticas, melhorias de processos e controlos, análises das lições aprendidas ou medidas disciplinares, dependendo da gravidade e das circunstâncias, tal como descrito no subcapítulo "Incidentes e reclamações" do capítulo "Força de trabalho própria". O banco esforça-se por tomar decisões disciplinares de forma coerente e transparente. A Equipa Global de Liderança de RH, bem como a equipa de Cultura, Integridade e Conduta, recebem relatórios regulares sobre as tendências e os temas de preocupação, bem como sobre quaisquer medidas tomadas em consequência, por exemplo, medidas disciplinares.

A fim de avaliar a eficácia e a confiança dos colaboradores nos canais de comunicação do banco, o Inquérito Anual aos Colaboradores pede-lhes um feedback voluntário e confidencial para avaliar o conhecimento dos colaboradores sobre os canais de comunicação e a confiança de que uma potencial preocupação seria tratada de forma eficaz e confidencial pelo banco. No próprio inquérito, os colaboradores são direcionados através de uma ligação para a página Comunicar uma preocupação, caso tenham uma

preocupação que queiram colocar. Os resultados do inquérito de 2025 mostraram que os colaboradores continuaram a usufruir de um ambiente que está à altura dos padrões do banco e que a grande maioria se sente capaz de se expressar. Os resultados também demonstraram que, embora o número de colaboradores com preocupações seja baixo, a grande maioria saberia como manifestar uma preocupação se a tivesse.

Além do Inquérito aos Colaboradores e do Inquérito de Avaliação da Cultura, o banco realiza um Inquérito de Saída, voluntário e confidencial, a colaboradores que abandonaram voluntariamente a instituição, com o objetivo principal de compreender os motivos da sua saída, a sua experiência de trabalho no banco e identificar a potencial exposição a impactos negativos para grupos potencialmente vulneráveis entre os colaboradores do banco. Para avaliar a confiança e a eficácia dos canais, pergunta-se aos inquiridos no Inquérito de Saída se tiveram alguma preocupação que poderiam ter manifestado nos últimos doze meses, se a manifestaram ou não e, em caso negativo, qual a razão para não a manifestarem. Os inquiridos têm a opção de deixar os dados de contacto para acompanhamento confidencial por um membro da Função Central de Denúncias Independente do banco. A Função Central de Denúncias realiza inquéritos voluntários e confidenciais a novos colaboradores e inquéritos de denúncia 30 e 90 dias após a entrada no banco, respetivamente. O conteúdo destes inquéritos é o mesmo, mas são enviados em intervalos de tempo diferentes para identificar proativamente potenciais áreas de preocupação, incluindo as que afetam grupos potencialmente vulneráveis. Tal como o Inquérito de Saída, ambos os inquéritos incluem perguntas relacionadas com a cultura de denúncia e a manifestação de preocupações. Através do Inquérito a Novos Colaboradores, os colaboradores podem também avaliar o processo de contratação. A função de RH do Deutsche Bank analisa o respetivo feedback para monitorizar a qualidade dos seus processos e melhorar continuamente o processo de contratação.

No âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, o Deutsche Bank criou um fórum global de direitos humanos que responde perante o Comité de Sustentabilidade do Grupo. Copresidido pelos Diretores de Sustentabilidade e de Direitos Humanos do Grupo, o Fórum inclui representantes de topo das divisões de negócio e das funções de infraestruturas, incluindo os RH, cada um responsável pela abordagem das questões de direitos humanos no âmbito das respetivas competências. O seu mandato consiste em supervisionar a gestão dos direitos humanos, acompanhar as tendências, partilhar as aprendizagens internas, colaborar com peritos externos e iniciar projetos estratégicos. O Fórum complementa os processos existentes de gestão do risco e de diligência devida e atua como uma interface para ações estratégicas e operacionais. O Diretor de Direitos Humanos supervisiona a abordagem do banco em matéria de direitos humanos, coordenando os processos e os canais de comunicação para garantir a sua eficácia.

Gestão da força de trabalho

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

A gestão eficaz da força de trabalho própria desempenha um papel vital na consecução dos objetivos transformacionais, incluindo o apoio aos gestores no desempenho das suas tarefas de liderança e o fornecimento de informações baseadas em dados à direção para apoiar a implementação da estratégia e permitir decisões mais bem informadas. Uma parte importante da concretização deste objetivo são as política atualizadas e o investimento contínuo em tecnologia e em infraestruturas modernas. Os RH continuam a desenvolver e a expandir o seu software de ponta para a análise e planeamento da força de trabalho, um investimento estratégico para apoiar a agenda digital e de inovação do banco. Os gestores dispõem de análises de pessoal e de uma solução de planeamento da força de trabalho, com base em perguntas pré-criadas sobre as melhores práticas relativas à força de trabalho. Isto permite ao banco prever vários cenários, apresentar diferentes opções aos executivos e escolher um caminho para atingir os objetivos do banco. Para apoiar as iniciativas globais do Deutsche Bank, as necessidades regulamentares, bem como a estratégia e o planeamento, o objetivo global do banco para o futuro é uma gestão mais baseada em dados concretos da agenda dos recursos humanos e da força de trabalho do banco. O banco avança continuamente para uma modelação e análise preditiva mais orientadas para o futuro.

Além dos requisitos de ESRS, o Deutsche Bank compromete-se igualmente a cumprir as normas de informação sobre o capital humano estabelecidas na norma ISO 30414. Esta norma ISO é uma orientação voluntária para a elaboração de relatórios sobre o capital humano. A conformidade tem de ser verificada por auditores externos para garantir a credibilidade junto das partes interessadas. Em 2025, o Deutsche Bank obteve esta certificação pelo quinto ano consecutivo.

Caraterísticas dos colaboradores do Deutsche Bank

ESRS S1-6, ESRS S1-9

No que diz respeito aos colaboradores do banco, as funções podem ser diferenciadas em funções de gestão e não gestão, bem como em funções orientadas para o cliente e não orientadas para o cliente. As funções não orientadas para o clientes são compostas por trabalho típico de escritório e podem variar entre funções de controlo e funções tecnológicas. As funções orientadas para o cliente têm interações diretas com clientes e potenciais clientes. Além de pessoas com excelentes capacidades de consultoria de clientes, o modelo de negócio do Deutsche Bank também depende fortemente de colaboradores altamente qualificados e diligentes nas suas funções de controlo e não orientadas para o cliente.

No final de 2025, o número de colaboradores do Deutsche Bank manteve-se quase estável em termos homólogos (0,1%). Os aumentos na Índia e na Roménia foram compensados por reduções na Alemanha.

Colaboradores por género

Em 2025, a distribuição global por género manteve-se estável em relação a 2024. Em 2025, a percentagem de mulheres era de 46,4% (2024: 46,5%) e a percentagem de homens foi de 53,6% (2024: 53,5 %).

Número de colaboradores por género: Grupo Deutsche Bank

Colaboradores por género	Número de colaboradores	
	31 dez 2025	31 dez 2024
Mulher	44.556	44.581
Homem	51.403	51.309
Outros¹	5	6
Não comunicado	16	2
Total	95.980	95.898

¹ Género indicado pelos próprios colaboradores

Colaboradores por género para países que representam pelo menos 10% do total de colaboradores do Grupo
A distribuição por género na Alemanha manteve-se praticamente estável em 2025, em comparação com o ano anterior. Em 2025, a percentagem de mulheres era de 51,0% (2024: 51,4%) e a percentagem de homens foi de 49,0% (2024: 48,6 %).

Número de colaboradores por género: Alemanha

Colaboradores por género	Número de colaboradores	
	31 dez 2025	31 dez 2024
Mulher	19.462	20.719
Homem	18.723	19.583
Outros ¹	5	6
Não comunicado	1	—
Total	38.191	40.308

¹ Género indicado pelos próprios colaboradores

Em 2025, a quota de mulheres na Índia aumentou 1,4%, passando para 42,7% (2024): 41,3 %). A percentagem de homens diminuiu 1,4% para 57,3% (2024): 58,7 %).

Número de colaboradores por género: Índia

Colaboradores por género	Número de colaboradores	
	31 dez 2025	31 dez 2024
Mulher	10.481	9.335
Homem	14.082	13.243
Outros ¹	—	—
Não comunicado	—	—
Total	24.563	22.578

¹ Género indicado pelos próprios colaboradores

Colaboradores por país
A presença geográfica global do Deutsche Bank manteve-se estável em 2025, em comparação com 2024. A Alemanha com 39,8% (2024: 42,0%) e a Índia com 25,6% (2024: 23,5%) representam os principais países de atividade, com um número significativo de dois terços dos efetivos do banco. Na Alemanha, as reduções deveram-se sobretudo a medidas de reestruturação, principalmente no Private Bank. Na Índia, os aumentos deveram-se principalmente a contratações no seu Centro de Operações.

Número de colaboradores por país

Colaboradores por país	Número de colaboradores	
	31 dez 2025	31 dez 2024
Alemanha	38.191	40.308
Índia	24.563	22.578
Grã-Bretanha	7.750	7.766
Estados Unidos da América	7.716	7.743
Itália	2.905	2.970
Espanha	2.382	2.357
Roménia	2.076	1.799
Singapura	1.799	1.813
Filipinas	1.420	1.369
Hong Kong	782	802
Suíça	629	625
China	621	621
Luxemburgo	512	490
Bélgica	486	496
Países Baixos	399	457
Polónia	390	386
Japão	349	371
Austrália	292	288
Indonésia	232	226
Malásia	231	202
França	219	226
Brasil	214	202
Emirados Árabes Unidos	200	200
Coreia do Sul	196	195
Irlanda	164	169
Federação Russa	162	169
Taiwan	148	144
Turquia	114	109
Tailândia	102	107
Paquistão	86	84
Vietname	85	89
Áustria	81	77
Hungria	77	74
Sri Lanka	53	49
Arábia Saudita	52	51
Chéquia	50	47
Portugal	46	45
Suécia	39	35
México	38	41
África do Sul	38	36
Ucrânia	34	34
Israel	15	14
Grécia	13	12
Canadá	10	11
Colômbia	7	4
Argentina	5	—
Catar	4	4
Maurícia	3	3
Total	95.980	95.898

Colaboradores por idade
ESRS S1-9

O banco beneficia de diferentes perspetivas geracionais. Em comparação com 2024, a distribuição etária manteve-se estável em 2025.

Estrutura etária

Idade, número de efetivos em % ¹	31 dez 2025	31 dez 2024
< 30 anos	16,2	16,2
30–50 anos	57,1	57,0
> 50 anos	26,7	26,9

¹ O Deutsche Bank não emprega crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos; os números podem não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos

Colaboradores por tipo de contrato

O Deutsche Bank oferece regimes de trabalho flexíveis com uma abordagem neutra em termos de género, incluindo horários de trabalho flexíveis e regimes a tempo parcial. O banco emprega os seus colaboradores com um contrato permanente ou temporário, a tempo inteiro ou a tempo parcial, com 99,8% (2024: 99,7%) dos seus efetivos a trabalhar numa base permanente. Colaboradores por tipo de contrato, discriminados por género ou região, são comunicados por equivalentes a tempo inteiro (ETI). Ao apresentar dados ETI, o banco calcula os números relativos aos seus colaboradores numa base equivalente a tempo inteiro, o que significa que os colaboradores a tempo parcial são incluídos proporcionalmente, com base num sistema de informação global normalizado.

Colaboradores por tipo de contrato, discriminados por género

em ETI ¹	31 dez 2025				
	Mulher	Homem	Outros ²	Não comunicado	Total
Número de colaboradores	40.360	49.499	3	16	89.879
Número de trabalhadores efetivos	40.239	49.411	3	16	89.669
Número de trabalhadores temporários	121	89	—	—	210
Número de trabalhadores com horário não garantido	—	—	—	—	—
Número de colaboradores	40.360	49.499	3	16	89.879
Número de trabalhadores a tempo inteiro	33.798	48.319	3	16	82.136
Número de trabalhadores a tempo parcial	6.562	1.181	—	—	7.743

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Género indicado pelos próprios colaboradores

em ETI ¹	31 dez 2024				
	Mulher	Homem	Outros ²	Não comunicado	Total
Número de colaboradores	40.293	49.454	4	2	89.753
Número de trabalhadores efetivos	40.113	49.323	4	2	89.442
Número de trabalhadores temporários	180	131	—	—	311
Número de trabalhadores com horário não garantido	—	—	—	—	—
Número de colaboradores	40.293	49.454	4	2	89.753
Número de trabalhadores a tempo inteiro	33.443	48.393	4	2	81.842
Número de trabalhadores a tempo parcial	6.850	1.061	—	—	7.911

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Género indicado pelos próprios colaboradores

Colaboradores por tipo de contrato, discriminados por região

em ETI ¹	31 dez 2025				Total
	Alemanha	Europa (exceto Alemanha)	Américas	Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África	
Número de colaboradores	33.386	17.847	7.977	30.669	89.879
Número de trabalhadores efetivos	33.212	17.823	7.977	30.657	89.669
Número de trabalhadores temporários	174	24	—	12	210
Número de trabalhadores com horário não garantido	—	—	—	—	—
Número de colaboradores	33.386	17.847	7.977	30.669	89.879
Número de trabalhadores a tempo inteiro	26.352	17.178	7.958	30.648	82.136
Número de trabalhadores a tempo parcial	7.035	668	19	21	7.743

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

	31 dez 2024				
em ETI ¹	Alemanha	Europa (exceto Alemanha)	Américas	Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África	Total
Número de colaboradores	35.160	17.672	7.991	28.930	89.753
Número de trabalhadores efetivos	34.893	17.641	7.991	28.917	89.442
Número de trabalhadores temporários	267	30	—	14	311
Número de trabalhadores com horário não garantido	—	—	—	—	—
Número de colaboradores	35.160	17.672	7.991	28.930	89.753
Número de trabalhadores a tempo inteiro	27.981	16.976	7.971	28.913	81.842
Número de trabalhadores a tempo parcial	7.179	695	20	17	7.911

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Características dos não colaboradores da força de trabalho própria do Deutsche Bank

ESRS S1-1, ESRS S1-7, ESRS 2 MDR-P

Quando são necessários conjuntos de competências temporárias para a execução bem sucedida de projetos-chave e de resultados críticos, e quando essas capacidades não estão disponíveis entre os colaboradores do banco, o Deutsche Bank recorre estrategicamente a especialistas externos e a apoio a curto prazo, dando prioridade ao desenvolvimento e à utilização dos colaboradores sempre que possível. A Política de Recursos de Trabalhadores Temporários estabelece os requisitos para a gestão dos Recursos de Trabalhadores Temporários (CWR), de modo a garantir a existência de normas mínimas de controlo para cumprir os requisitos reforçados de risco, legislativos e regulamentares. A política é aprovada pelo Diretor Global de Recursos Humanos. Em 2025, a Política de Recursos de Trabalhadores Temporários foi revista para fornecer orientações claras e completas. Os requisitos de verificação de antecedentes, encaminhamento e integração externa para os CWR estão agora incluídos na política, e as anteriores Política de Verificação de Antecedentes, Política de Referência de Efetivos e Candidatos Relacionados e Política de Saída foram descontinuadas.

O banco reporta os números relativos aos seus não colaboradores numa base equivalente a tempo inteiro, o que significa que os não colaboradores a tempo parcial são incluídos proporcionalmente, com base num sistema de informação global normalizado.

No final de 2025, o número de não colaboradores da força de trabalho própria do banco, ou seja, trabalhadores independentes ou pessoas disponibilizadas por empresas terceiras contratadas principalmente com base em contratos de tempo e materiais, diminuiu 3.234 (50,8%) em relação ao ano anterior, passando de 6.369 para 9.603, sobretudo devido à reclassificação dos fornecedores de TI de preço fixo (independentemente da taxa horária) para uma base de tempo e materiais (com base na taxa horária).

Não colaboradores por tipo de trabalho

em ETI ¹	31 dez 2025	31 dez 2024
Recursos de fornecedores de TI (base T&M)	6.452	2.219
Subcontratante não de TI	1.296	1.484
Recurso administrativo temporário não de TI	678	1.017
Recurso a outros serviços profissionais não de TI	288	521
Recurso a serviços bancários e externalizados não de TI	742	881
Subcontratante de TI	148	248
Total	9.603	6.369

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Contratação e rotatividade

ESRS S1-1, ESRS S1-6, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank esforça-se por ser um empregador de eleição e por oferecer condições de trabalho atrativas para atrair novo talento e reter o talento interno. Em 2025, o banco obteve a recertificação de Melhor Empregador na Alemanha, Índia e Bélgica.

A Política global de "Contratação, Integração e Saída" do banco estabelece os requisitos aplicáveis a nível do Grupo e a nível global para o recrutamento de colaboradores e abrange as aprovações de contratação, a aquisição, as entrevistas, a avaliação, a gestão de candidatos, a aprovação de ofertas e a integração, incluindo transferências internas. Estabelece o requisito de que, ao longo do processo de contratação, todos os candidatos devem ser avaliados e/ou entrevistados com base no mérito, como as suas habilitações, competências e experiências, evitando potenciais preconceitos e sem discriminação com base na raça, cor, género, nacionalidade, etnia, idade, religião, deficiência, estado civil, gravidez, orientação sexual, identidade e expressão de género, cidadania ou qualquer característica protegida por lei. Os colaboradores do Grupo Deutsche Bank envolvidos no processo de recrutamento devem cumprir todas as leis aplicáveis. O Guia para a Contratação, que é referenciado pela Política de Contratação, Integração e Saída, por sua vez, faz referência ao Guia de Práticas de Contratação para Gestores. O Guia de Práticas de Contratação estabelece que os requisitos descritos numa descrição de emprego do Deutsche Bank devem ser definidos de forma abrangente para garantir um conjunto de candidatos suficientemente diversificado. A Política de "Contratação, Integração e Saída" do banco estabelece requisitos coerentes para a verificação de antecedentes e atribui responsabilidades relacionadas às partes envolvidas. A Política de Contratação, Integração e Saída do banco define um conjunto mínimo de requisitos coerentes a nível mundial para a saída dos membros da sua força de trabalho própria que deixam o banco e para o tratamento dos colaboradores transferidos. Adicionalmente, a Política de Avaliação da Idoneidade dos Membros do Conselho de Administração, dos Diretores de Agências e dos Titulares de Funções-Chave estabelece os requisitos mínimos para a idoneidade dos membros do Conselho de Administração, dos Diretores de Agências e dos Titulares de Funções-Chave Globais e Locais. A Política de Contratação, Integração e Saída é aprovada pelo Diretor Global de RH e é revista pelo menos uma vez por ano. A política é apoiada por um Guia de Contratação e um Guia de Saída separados, que estabelecem requisitos claros e orientações práticas para todos os aspetos da contratação e da saída de colaboradores.

A plataforma de carreiras do Deutsche Bank, acessível a nível mundial, dbCareers, fornece informações sobre vagas de emprego, bem como informações sobre as condições de trabalho no Deutsche Bank, tais como oportunidades de desenvolvimento, ambiente de trabalho inclusivo e programas de bem-estar.

Para desenvolver o seu pipeline de talentos, o banco tem programas de longa data e estabelecidos para licenciados e estagiários a nível mundial e programas de aprendizagem na Alemanha, no Reino Unido e na Índia. O Deutsche Bank também tem iniciativas no âmbito da contratação lateral para desenvolver novos grupos de talentos. O Deutsche Bank estabeleceu um programa de regresso de colaboradores na Índia e em Singapura. Em Singapura, o banco também estabeleceu uma parceria com o Institute of Banking and Finance (uma associação sem fins lucrativos) num programa denominado "Technology in Finance Immersion Program", que combina a formação em sala de aula durante um período máximo de seis meses com doze meses de formação no local de trabalho no banco, a fim de criar uma reserva de capacidades em áreas tecnológicas fundamentais para satisfazer as necessidades de talento do setor dos serviços financeiros.

Os novos colaboradores podem avaliar, de forma voluntária e anónima, o processo de contratação através do Inquérito a Novos Colaboradores, realizado após 30 e 90 dias, tal como descrito no subcapítulo "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria". Sempre que legalmente permitido, o banco também utiliza qualquer informação demográfica voluntária (por exemplo, idade, género, orientação sexual) para ajudar a tornar esses processos mais inclusivos e para identificar potenciais riscos e impactos em grupos específicos e decidir medidas, se necessário.

Novas contratações de colaboradores e rotação de colaboradores por região

em ETI ¹	2025	2024
Todas as regiões		
ETI no final do ano	89.879	89.753
Novas contratações de colaboradores	8.708	8.168
Rotatividade dos colaboradores	(8.480)	(8.444)
Outros ²	(102)	(102)
Alemanha		
ETI no final do ano	33.386	35.160
Novas contratações de colaboradores	939	1.356
Rotatividade dos colaboradores	(2.679)	(2.380)
Outros ²	(33)	(11)
Europa (exceto Alemanha)		
ETI no final do ano	17.847	17.672
Novas contratações de colaboradores	1.639	1.320
Rotatividade dos colaboradores	(1.460)	(1.725)
Outros ²	(4)	(25)
Américas		
ETI no final do ano	7.977	7.991
Novas contratações de colaboradores	969	881
Rotatividade dos colaboradores	(999)	(1.110)
Outros ²	16	(12)
Ásia-Pacífico (APAC), Médio Oriente e África		
ETI no final do ano	30.669	28.930
Novas contratações de colaboradores	5.160	4.612
Rotatividade dos colaboradores	(3.341)	(3.229)
Outros ²	(81)	(54)

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
² Outros consiste principalmente em alterações de ETI, entradas/saídas e transferências, por exemplo, entre regiões e divisões

Em 2025, o recrutamento de talentos permaneceu uma prioridade fundamental para o banco. As contratações centraram-se no preenchimento de funções de front-office em áreas de crescimento das divisões de negócio, no reforço das funções de controlo e de TI, na substituição de colaboradores do centro de operações que saíram voluntariamente e na integração de colaboradores para satisfazer a procura crescente de funções regulamentares (como a Gestão do Ciclo de Vida do Cliente e o Combate à Criminalidade Financeira). O banco também internalizou 1.009 funções externas (2024: 1.159), em especial na área de TI.

Novas contratações de colaboradores por estrutura etária

ETI, percentagem em % ¹	2025	2024
< 30 anos	46,3	47,9
30–50 anos	50,3	48,9
> 50 anos	3,5	3,2

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Novas contratações de colaboradores por género

ETI, percentagem em % ¹	2025	2024
Mulher	45,6	47,7
Homem	54,3	52,2
Outros ²	—	—
Não comunicado	0,2	0,1

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos
² Género indicado pelos próprios colaboradores

Novas contratações de colaboradores por cargo corporativo

ETI, percentagem em % ¹	2025	2024
Diretores executivos, diretores e vice-presidentes	15,0	13,1
Vice-presidentes adjuntos e associados	43,3	38,9
Não dirigentes	41,7	47,9

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos; os cargos corporativos do Postbank (incluindo subsidiárias) são derivados tecnicamente

Tempo médio para preencher as vagas

em dias ¹	2025	2024
Duração média do preenchimento de vagas	79	77
Tempo médio para preencher as vagas em cargos críticos do negócio	55	55

¹ Dias decorridos entre a criação de uma vaga de emprego e a data em que a oferta de emprego foi feita

A taxa de rotatividade total dos colaboradores manteve-se inalterada em relação ao ano anterior. Esta taxa de rotatividade é composta por saídas resultantes de demissões e saídas iniciadas pelo banco, incluindo reestruturações ou rescisões relacionadas com o desempenho e rescisões relacionadas com contratos a termo. A rotatividade total dos colaboradores baseia-se nos ETI no ano de referência e é definida como a rotação total dos colaboradores em percentagem do número médio de colaboradores.

As taxas de rotatividade voluntária dos colaboradores aumentaram ligeiramente de 5,9% em 2024 para 6,2% em 2025, principalmente potenciadas por uma percentagem crescente de colaboradores nos centros de operações na Índia, com taxas de rotatividade elevadas.

Rotatividade dos colaboradores por região

ETI, em %	2025	2024
Todas as regiões	9,4	9,4
Alemanha	7,8	6,7
Europa (exceto Alemanha)	8,2	9,6
Américas	12,5	13,7
Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África	11,2	11,4

Rotatividade dos colaboradores por estrutura etária

ETI, percentagem em % ¹	2025	2024
< 30 anos	24,6	25,8
30–50 anos	48,7	49,6
> 50 anos	26,7	24,7

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Rotatividade dos colaboradores por género

ETI, percentagem em % ¹	2025	2024
Mulher	44,7	43,9
Homem	55,3	56,1
Outros ²	—	—
Não comunicado	—	—

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Género indicado pelos próprios colaboradores

Mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital no desenvolvimento e na manutenção de colaboradores qualificados e talentos e na garantia de que o banco continua a beneficiar dos seus conhecimentos e experiência. O banco promovemos a mobilidade entre divisões, o que permite aos colaboradores alargar as suas competências e experiência. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de reestruturação e de recrutamento do banco. O sistema interno de RH do Deutsche Bank, acessível em todo o mundo, fornece registos atualizados sobre o recrutamento, que proporcionam uma visão transparente das oportunidades de emprego para os colaboradores.

Em 2025, o Deutsche Bank continuou a centrar-se na mobilidade interna, com mais de um terço de todas as vagas a serem preenchidas por candidatos adequados provenientes do seio da organização. Os cargos vagos são normalmente anunciados internamente durante um período mínimo de duas semanas, tal como refletido nas políticas internas do banco. A realização de sessões de informação sobre candidaturas internas, o aumento da sensibilização para as divisões do banco, a implementação de novas tecnologias e a prioridade dada aos candidatos internos ajudam tanto os colaboradores afetados pela reestruturação como aqueles que pretendem desenvolver as suas competências em todo o banco a encontrar novas funções no banco, reforçando assim a resiliência do modelo de negócio do banco e a colaboração entre divisões. A soma das poupanças resultantes da reafetação diminuiu em 2025 em comparação com o ano anterior, devido principalmente a um número reduzido de casos de reafetação.

Taxas de preenchimento interno e economias resultantes da reafetação

	2025	2024
Taxa de preenchimento interno de vagas (em %)	32,6	35,4
Taxa de preenchimento interno de vagas de postos de trabalho críticos para a atividade (em %)¹	66,7	69,6
Poupanças resultantes da reafetação (em milhões de euros)²	42	83

¹ Percentagem de candidatos internos contratados em relação ao total de contratações apenas para cargos seniores e sensíveis

² Soma dos custos de indemnização/reestruturação evitados e dos custos de contratação poupados

Licenciados e aprendizes a nível global

O Deutsche Bank continua empenhado em atrair talentos em início de carreira, incluindo licenciados, estagiários, aprendizes e estudantes em regime dual. O banco investe no seu desenvolvimento através de programas de aprendizagem, estudos duplos, programas de formação e estágios, ajudando a criar jovens profissionais diversificados e qualificados. Os aprendizes e os estudantes em regime dual contribuem para a diversificação da mão de obra do banco e trazem consigo competências altamente relevantes que vão ao encontro das necessidades dos clientes do Deutsche Bank. Como parte da sua estratégia, o banco também se apoia em licenciados para alargar o leque de talentos de nível inicial.

O processo de avaliação do Deutsche Bank para o recrutamento de estagiários e licenciados foi reformulado em 2025 para refletir as futuras necessidades de competências do banco. Ao longo do seu processo de recrutamento altamente competitivo, o banco apoia os jovens que abandonam a escola, os estudantes e os licenciados na sua transição para o mercado de trabalho. A oferta de formação do banco foi concebida para reforçar a confiança e as competências profissionais essenciais, apoiando os candidatos desde a fase de pré-candidatura até ao seu primeiro dia no Deutsche Bank. O conteúdo é apresentado numa série de formatos virtuais para garantir a acessibilidade e o envolvimento. Os esforços de recrutamento do banco também deram prioridade à visibilidade em portais online, feiras virtuais e canais de redes sociais, reconhecendo que a sua população está mais inclinada a interagir com o conteúdo em plataformas digitais. O recrutamento de candidatos adequados continuou a ser um desafio, tendo sido atenuado pela equipa de recrutamento ativo do banco, que trabalha em estreita colaboração com as escolas, apoiada por programas de formação inicial, para atrair futuros aprendizes e estudantes em regime dual.

Relativamente à estratégia de colaboradores juniores na Alemanha, o Deutsche Bank continuou a oferecer uma gama diversificada de programas de formação profissional e de estudos duplos, adaptados às necessidades específicas das áreas do banco.

Como parte do programa de pós-graduação de doze meses, o banco oferece um programa híbrido de orientação e formação.

Na Alemanha, o Deutsche Bank foi reconhecido com o selo "Fair Graduate Program 2025" do Trendence Institute, destacando o compromisso do banco com programas de pós-graduação justos e promotores de carreira. O banco recebeu também o selo "Fair Company 2025" da Handelsblatt GmbH, reconhecendo a dedicação do Deutsche Bank aos seus estagiários e a um bom ambiente de trabalho, e o prémio Schulewirtschaft-Award pelo seu empenho em apoiar os jovens na sua transição para o local de trabalho.

Em 2025, o número absoluto de aprendizes e estudantes em regime dual recrutados na Alemanha manteve-se praticamente inalterado em relação ao ano anterior. A percentagem de aprendizes e estudantes em regime dual em relação aos colaboradores permanentes das entidades que oferecem formação profissional dual manteve-se quase estável em termos anuais (-0,1%). O banco continuou a alargar a sua oferta de estágios no Reino Unido, que abrange atualmente a Tecnologia, os Dados e a Inovação, o Investment Bank e o Corporate Bank. Foi também lançado na Índia um programa de aprendizagem com a duração de um ano, que oferece oportunidades valiosas a talentos emergentes, com a possibilidade de emprego a tempo inteiro com base no desempenho.

Em todas as áreas, o banco está a dar grande ênfase aos temas da digitalização, o que conduz a novos perfis profissionais e exige novos programas de estudos duplos. Em resposta, o Deutsche Bank alargou as suas oportunidades de entrada nas áreas de operações, infraestruturas e Tecnologia, Dados e Inovação e introduziu três novos programas de estudos duplos na Alemanha, em colaboração com várias universidades, desde agosto de 2024. O banco manteve esta estratégia em 2025.

Contratação de licenciados e aprendizes a nível global

em número de efetivos	2025	2024
Recrutamento e gestão de talentos		
Contratação de licenciados a nível mundial	1.025	1.160
Contratação de aprendizes e estudantes em regime dual¹	381	376
Percentagem de aprendizes e estudantes em regime dual em relação aos colaboradores permanentes, em %	3,1	3,2

¹ Aprendizes e estudantes em regime dual na Alemanha

Retorno do investimento (ROI) em capital humano

O Deutsche Bank utiliza a métrica do retorno do investimento em capital humano (ROI) para medir a eficácia com que o investimento em capital humano apoia os objetivos do banco. A métrica é calculada como o rácio entre o rendimento/receita e os custos do emprego.

O ROI em capital humano para 2025 foi de 96,8% (2024: 60,7 %). O aumento em 2025 resultou do facto de o crescimento das receitas ter ultrapassado o aumento dos custos com remunerações e benefícios.

Em 2025, os custos totais com o pessoal aumentaram 426 milhões de euros, passando para 12.603 milhões de euros (2024: 12.176 milhões de euros). O aumento foi principalmente impulsionado por uma maior remuneração relacionada com o desempenho, crescimento salarial e aumentos na força de trabalho interna referentes aos investimentos direcionados do banco como parte da estratégia de Global Hausbank. As receitas médias por ETI aumentaram 23 mil euros para 357 mil euros em 2025 (2024: 334 mil euros).

Retorno do investimento (ROI) em capital humano

	2025	2024
Retorno do investimento em capital humano (em %)	96,8	60,7
Total de custos com pessoal (em milhões de euros) ¹	12.603	12.176
Receitas médias por ETI (em milhares de euros)	357	334

¹ Remunerações e benefícios para colaboradores mais taxas de serviço para subcontratados, trabalhadores temporários de agências e recursos de fornecedores de TI

O número de colaboradores ao serviço do banco durante o exercício está relacionado com "Remunerações e benefícios" reportados nas demonstrações financeiras do banco.

Condições de trabalho

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank está empenhado em oferecer condições de trabalho justas e atrativas e definiu as políticas e procedimentos relevantes, tais como a Política Global de Desempenho, Consequências e Recompensa e a Política de Ambiente, Saúde e Segurança, tal como descrito na secção "Desempenho e recompensa" e "Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada" do capítulo "Força de trabalho própria".

Para reforçar as ações do banco e monitorizar os progressos na gestão dos impactos negativos, na promoção dos impactos positivos e na gestão dos riscos e oportunidades materiais decorrentes das condições de trabalho, o Deutsche Bank estabeleceu um objetivo em termos do Índice de Pulso Cultural, o qual reflete a perceção dos colaboradores sobre as condições de trabalho no banco. A métrica é obtida através do Inquérito de avaliação da cultura entre os seus colaboradores e o objetivo associado é fundamental, tanto a nível do Grupo como das divisões, conforme descrito no subcapítulo "Envolvimento com a força de trabalho própria e cultura de feedback dos colaboradores" deste capítulo "Força de trabalho própria".

Cobertura da negociação coletiva e diálogo social

ESRS S1-5, ESRS S1-8, ESRS 2 MDR-T

O Deutsche Bank está empenhado na negociação coletiva, na celebração de acordos de negociação coletiva e na alteração ou aperfeiçoamento dos acordos existentes, a fim de cumprir a legislação local e contribuir para condições de emprego seguras que resultem num ambiente de trabalho positivo. O Deutsche Bank esforça-se por estabelecer uma cooperação estreita e construtiva com os representantes dos trabalhadores e os parceiros sociais, caracterizada pela confiança mútua. O Banco respeita os direitos de informação e de codeterminação na definição dos objetivos da empresa, no seu acompanhamento e na definição das ações destinadas a atingir esses objetivos.

Relativamente à cobertura dos colaboradores por acordos de negociação coletiva, o banco reporta a taxa de cobertura global. No total, 28,6% dos colaboradores do banco estão abrangidos por acordos de negociação coletiva. Esta taxa de cobertura é afetada pela presença geográfica do banco, uma vez que cerca de metade dos seus colaboradores estão sediados em países que não dispõem de acordos de negociação coletiva. Além disso, o banco apresenta os rácios para os dois países em que tem um emprego significativo na aceção do ESRS S1, ou seja, pelo menos 50 colaboradores que representam pelo menos 10% do total de colaboradores do Deutsche Bank. No Espaço Económico Europeu, existem acordos coletivos de trabalho em vários países, que definem as regras relacionadas com o trabalho no respetivo âmbito de aplicação (a taxa de cobertura no Espaço Económico Europeu é de 56,3%). Em 31 de dezembro de 2025, a Alemanha era o único país do Espaço Económico Europeu com emprego significativo na aceção do ESRS

S1. Os colaboradores na Alemanha representam 39,8% do total de colaboradores do banco em termos de efetivos (2024: 42,0 %). Na Alemanha, 53,4% de todos os colaboradores estão cobertos por acordos de negociação coletiva (2024: 55,7 %). Inclui os funcionários públicos, que dispõem de um nível semelhante de regulamentação e proteção pela legislação federal. A mudança na cobertura da negociação coletiva em comparação com o ano anterior reflete mudanças estruturais na força de trabalho. Fora do Espaço Económico Europeu, a Índia (região Ásia-Pacífico) foi o único país em 2025 que atingiu o limiar do emprego significativo. Nenhum dos colaboradores do Deutsche Bank estava filiado em qualquer sindicato na Índia, de acordo com a prática do mercado. Por conseguinte, os colaboradores do banco na Índia não estavam abrangidos por acordos de negociação coletiva.

O Deutsche Bank mantém relações estreitas e constantes com os representantes dos colaboradores. Em 2025, na Alemanha, o único país do Espaço Económico Europeu (EEE) com emprego significativo, de acordo com a definição da ESRS S1, 96% de todos os colaboradores estavam abrangidos por comissões de trabalhadores/acordos de negociação coletiva (2024: 96 %). Esta representação tem lugar a nível local, da empresa e/ou do Grupo. Os restantes 4% dos colaboradores alemães eram colaboradores executivos que são representados por um comité representativo (Sprecherausschuss), de acordo com a lei alemã relativa aos comités executivos (Sprecherausschussgesetz) a nível da empresa e/ou do Grupo (2024: 4 %). Por conseguinte, na Alemanha, 100% dos colaboradores estão abrangidos por representação dos colaboradores. Em 2025, o banco na Alemanha celebrou vários acordos coletivos, por exemplo, relativamente ao quadro de desempenho e remuneração mais desenvolvido ou sobre o trabalho a tempo parcial e o trabalho temporário a tempo parcial.

Os colaboradores do Deutsche Bank estão também representados a nível europeu, tal como salientado na secção "Colaboração com os representantes dos trabalhadores" do capítulo "Força de trabalho própria".

Cobertura da negociação coletiva e diálogo social

31 dez 2025			
Taxa de cobertura	Cobertura da negociação coletiva		Diálogo social
	Colaboradores – EEE (para países com > 50 colaboradores que representem > 10% do total de	Colaboradores – Não EEE (estimativa para regiões com > 50 colaboradores que representam	Representação no local de trabalho (apenas EEE) (para países com > 50 colaboradores que representam
0-19%		Índia	
20-39%			
40-59%	Alemanha		
60-79%			
80-100%			Alemanha

31 dez 2024			
Taxa de cobertura	Cobertura da negociação coletiva		Diálogo social
	Colaboradores – EEE (para países com > 50 colaboradores que representem > 10% do total de	Colaboradores – Não EEE (estimativa para regiões com > 50 colaboradores que representam	Representação no local de trabalho (apenas EEE) (para países com > 50 colaboradores que representam
0-19%		Índia	
20-39%			
40-59%	Alemanha		
60-79%			
80-100%			Alemanha

No âmbito das suas atividades de transformação e otimização, o Deutsche Bank implementa inúmeras iniciativas e medidas. Quando tal envolve reestruturações e reduções de colaboradores, o Deutsche Bank continua empenhado em implementá-las de uma forma transparente e socialmente responsável, incluindo o envolvimento da comissão de trabalhadores, se aplicável. As medidas de reestruturação preveem geralmente um período de pré-aviso adequado para os colaboradores. Os períodos de rescisão (bem como os requisitos de consulta ou negociação, caso se apliquem) refletem as normas legais de cada país, tais como leis, acordos de negociação coletiva, manuais do colaborador e/ou contratos individuais de trabalho. Na Alemanha, os colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva estão sujeitos aos períodos de rescisão estabelecidos nos respetivos acordos. Em contrapartida, os colaboradores não abrangidos por acordos de negociação coletiva estão sujeitos a prazos de rescisão contratuais ou legais.

A abordagem do banco à mudança organizacional é holística e está integrada no seu plano social, que, nos termos da lei alemã, é um instrumento para compensar ou mitigar as desvantagens económicas sofridas pelos colaboradores resultantes da mudança organizacional. O seu objetivo é apoiar os colaboradores afetados pelas medidas de reestruturação, reforçando a sua

empregabilidade e oferecendo-lhes um acompanhamento individualizado. Os colaboradores, gestores, membros da comissão de trabalhadores e consultores de RH envolvidos em processos de mudança têm acesso a um conjunto abrangente de medidas. Além disso, a abordagem apoia a estratégia do banco de preencher os postos de trabalho em aberto com candidatos internos adequados e de utilizar uma rede de empresas especializadas para identificar oportunidades de emprego fora da organização. Para os colaboradores do Private Bank do antigo Postbank Group que estão abrangidos por acordos de negociação coletiva e que trabalham para o Deutsche Bank AG, Postbank Filialvertrieb AG, BHW Bausparkasse AG ou outras entidades do Grupo DB na Alemanha, aplica-se um acordo de negociação coletiva sobre segurança no emprego que exclui o despedimento por razões operacionais até 31 de dezembro de 2027, ultrapassando assim a proteção legal contra o despedimento.

Desenvolvimento de talentos

ESRS S1-13

A oferta de oportunidades de aprendizagem e crescimento é uma componente essencial de condições de trabalho atrativas. O banco fomenta a aprendizagem contínua, promove o seu talento através de programas de desenvolvimento específicos e do planeamento da sucessão, e assegura que são mantidos registos atualizados, que estão disponíveis para os colaboradores acompanharem o seu progresso na aprendizagem, formação e progressão na carreira. Como parte da ambição contínua do banco para servir os seus clientes através de competências e conhecimentos especializados, a aprendizagem contínua é fundamental para o sucesso do banco.

Aprendizagem

O Deutsche Bank acredita na capacidade de crescimento dos seus colaboradores e esforça-se por criar um ambiente de trabalho que promova a aprendizagem contínua. Como parte da sua aspiração de ter uma forte cultura de aprendizagem, o banco organiza inúmeros eventos e atividades de formação em toda a organização. Isto inclui formação obrigatória, auto-inscrição, liderança e desenvolvimento de talentos. Esta foi oferecida em vários formatos, incluindo em salas de aula, através de e-learning, artigos, vídeos, podcasts ou sessões virtuais, o que demonstra uma grande variedade para apoiar o desenvolvimento dos colaboradores do banco. Além disso, a aprendizagem também ocorre no local de trabalho e em ambientes não captados nos sistemas de aprendizagem do banco. As formações do Deutsche Bank são oferecidas igualmente a colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial.

Despesas de formação

	2025	2024
Despesas de formação (em milhões de euros)	43,4	37,6
Despesas de formação em média por ETI (em euros)	483	417

As despesas de formação do banco foram de 43,4 milhões de euros em 2025, ou seja, em média, 483 euros por ETI (2024: 37,6 milhões de euros, em média 417 euros por ETI). Este valor baseia-se exclusivamente nas despesas de formação efetuadas pelo banco junto de fornecedores externos.

Horas de formação por género

	2025		2024	
Género ¹	Número total de horas de formação	Número médio de horas de formação por colaborador	Número total de horas de formação	Número médio de horas de formação por colaborador
Mulher	961.268	21,6	802.722	18,0
Homem	1.158.570	22,6	961.007	18,6
Outros ²	1.047	181,5	85	16,7
Não comunicado	603	80,1	17	13,3
Total	2.121.489	22,1	1.763.831	18,3

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Género indicado pelos próprios colaboradores

Em 2025, os colaboradores completaram 2,1 milhões (2024: 1,8 milhões) de horas de aprendizagem, das quais 44% (2024: 48%) eram obrigatórias. Com base num valor imputado de 8 horas por dia e dividido pelo número total de efetivos do banco, o número total de horas de formação em 2025 representou 2,8 dias médios anuais de formação por colaborador (2024: 2,3 dias médios anuais de formação por colaborador).

O banco acredita que a aprendizagem está disponível em todo o lado e em qualquer altura, não só em cursos e eventos formais. É por isso que o local central para a aprendizagem é uma plataforma de aprendizagem chamada LearningHub que compreende as preferências e recomenda conteúdos, utilizando aprendizagem automática para fornecer recomendações de aprendizagem personalizadas aos colaboradores em todo o mundo. As equipas de especialistas de todo o banco podem criar e selecionar percursos de aprendizagem específicos para as necessidades das suas divisões, permitindo assim um desenvolvimento de competências mais rápido e mais relevante.

Em maio de 2025, foi lançado o módulo de e-Learning de Cultura Aspiracional em Ação para apoiar a estrutura "This is Deutsche Bank" e a Cultura Aspiracional do banco, conforme descrito em maior detalhe no capítulo Cultura, integridade e conduta. Este curso inovador de 35 minutos é uma experiência de aprendizagem imersiva baseada numa história. Mais de 6.600 colaboradores concluíram com sucesso este módulo de e-learning em 2025.

Para alcançar a visão do Deutsche Bank de se tornar o Global Hausbank, é imperativo que todos os colaboradores compreendam onde e como o banco atua. O Global Hausbank Navigator é uma nova experiência de aprendizagem lançada em outubro de 2025 que visa reforçar a compreensão dos colaboradores do banco sobre quem são os clientes do banco e como a força de trabalho própria os serve coletivamente em toda a organização. Ao desenvolverem e reforçarem esta compreensão, os colaboradores estão mais aptos a colaborar proativamente com as equipes de todo o banco e a trazer a experiência coletiva do banco para satisfazer as necessidades financeiras dos seus clientes. Em 2025, todos os colaboradores foram inscritos, sendo que mais de 88.200 colaboradores já tinham concluído esta experiência no final do ano.

Em resposta a uma procura crescente de desenvolvimento estruturado de competências no Deutsche Bank, foi lançada em março de 2025 a Iniciativa de Desenvolvimento de Competências. A iniciativa oferece um modelo de formação escalável, orientado por instrutores, que combina os formatos Masterclass (transmissão de conhecimentos especializados) e Skill Sprint (resolução de problemas específicos a curto prazo). Visa mais de 10 competências essenciais – que vão desde a presença executiva e a narração de histórias com dados até à IA generativa e negociação – alinhadas com a cultura aspiracional e a estrutura de competências do banco. Em setembro de 2025, teve início uma segunda vaga, que alargou a oferta com novos idiomas e temas adicionais. Os dados revelam uma forte adesão, com mais de 16.200 vagas (virtuais/presenciais) em 2025.

Um exemplo dos numerosos programas de aprendizagem divisionais e funcionais é a iniciativa CB Fit4Future do Corporate Bank. Lançada em 2025, consolida todos os recursos de aprendizagem numa plataforma central, oferecendo aos colaboradores percursos estruturados para desenvolverem capacidades em áreas como vendas, negociação, gestão do risco e soluções alinhadas com ESG. Este é um exemplo de como o banco oferece programas de desenvolvimento de formação específica para o emprego. A iniciativa registou uma forte adesão: no final do ano de 2025, mais de 1.900 colegas do CB – representando 24% da força de trabalho do Corporate Bank. O Fit4Future não é apenas uma iniciativa de aprendizagem, mas também uma mudança cultural, integrando o desenvolvimento contínuo no modelo operacional do banco. Apoia objetivos estratégicos, como os termos comerciais, como tornar-se um consultor de confiança e a excelência operacional, ao mesmo tempo que capacita os gestores e os líderes seniores a impulsionar o desempenho e a retenção de talentos.

No final de 2024, o Deutsche Bank lançou a série How To – um conjunto de sessões virtuais oportunas desenvolvidas por especialistas em Recursos Humanos (RH) para apoiar os gestores e colaboradores do banco a navegar em alguns dos principais tópicos de RH, como os processos anuais ao longo do ano. Durante o primeiro ciclo da iniciativa, que decorreu entre o final de 2024 e meados de 2025, 50 facilitadores realizaram 44 sessões que contaram com a presença de mais de 10.300 participantes de todo o banco. O segundo ciclo teve início no final do ano de 2025.

A qualificação dos colaboradores para a transformação da inteligência artificial (IA) continua a ser um ponto central da estratégia de aprendizagem e desenvolvimento do Deutsche Bank. Em 2025, a divisão de Tecnologia, Dados e Inovação (TDI) continuou a desenvolver a estrutura abrangente de formação em IA estabelecida em 2024, concebida para promover o desenvolvimento e a utilização responsáveis da IA em toda a organização. O programa Generative AI Fundamentals, lançado no terceiro trimestre de 2024, já capacitou mais de 16.600 colaboradores com conhecimentos essenciais de IA, promovendo uma cultura de curiosidade e prontidão para a adoção da IA. Para profissionais avançados, a formação DB Generative AI Developer destina-se a engenheiros que criam aplicações de IA. O primeiro grupo piloto do programa, que teve início no final de março de 2025, formou um total de mais de 850 engenheiros até ao final do ano.

O Deutsche Bank continua a investir nas competências relacionadas com a nuvem dos seus colaboradores através do programa Deutsche Bank Cloud Engineer e de um número crescente de percursos de aprendizagem ao nível de especialista, como o Cloud Architect ou o Data Engineer, e programas de aprendizagem estruturados para melhorar as competências da força de trabalho de engenharia do banco à escala e em profundidade no Google Cloud. Em 2025, mais de 1.700 colaboradores graduaram-se com sucesso no programa Deutsche Bank Cloud Engineer e 1.150 nos programas de nível de especialista. Estes esforços elevam para mais de 6.600 o número total de colaboradores que concluíram programas de formação avançada em engenharia da nuvem.

Além da formação a nível das divisões, as regiões também apoiam o desenvolvimento dos colaboradores. Por exemplo, em junho de 2025, foi lançada a segunda edição do programa de mentoria interdivisional do banco na Europa. Este programa junta mais de 40 vice-presidentes de topo de toda a Europa com líderes seniores de toda a região. As sessões mensais de entre mentores e mentorandos seguem a conclusão dos objetivos estabelecidos, apoiando a cultura aspiracional do banco de aprendizagem, desenvolvimento de liderança e colaboração entre divisões. Ao investir no desenvolvimento da liderança e ao ligar colegas de todo o banco, o banco está a permitir que os futuros líderes desenvolvam uma compreensão mais clara das necessidades dos clientes para concretizar o modelo de Global Hausbank.

Além disso, o Deutsche Bank também apoia os colaboradores, tanto a tempo inteiro como a tempo parcial, na obtenção de mais habilitações, diplomas e certificações. Isto pode incluir uma grande variedade de tópicos que variam consoante a região e a divisão – por exemplo, auditores que completam as suas certificações (CPA, CIA, EFFAS e CFE), ou os especialistas em tecnologia do banco, que recebem as suas acreditações da Cloud e a sua aprendizagem acreditada CPD, bem como colaboradores de RH que adquirem vários certificados, como o IHK Trainer Aptitude Test ou o Transformation Manager.

Desenvolvimento de liderança

O Leadership Kompass é uma pedra angular da cultura organizacional do Deutsche Bank e está alinhado com a cultura aspiracional do banco. Consiste em oito comportamentos de liderança tangíveis e acionáveis que todos os líderes devem demonstrar de forma constante.

Neste contexto, os gestores de pessoal são incentivados a utilizar a ferramenta Kompass Upward Feedback, uma ferramenta interna em que os gestores de pessoal podem preencher uma autoavaliação e os que têm três ou mais membros na equipa podem solicitar feedback anónimo à sua equipa para melhor compreenderem a experiência das suas equipas relativamente à sua liderança, em conformidade com o Leadership Kompass. No final do ano de 2025, mais de 3.000 gestores estão a utilizar a ferramenta Kompass Upward Feedback para recolher feedback.

Além disso, o banco lançou a nova iniciativa Leadership Kompass Coaching para gestores de pessoas em 2025, fornecendo apoio de coaching direcionado através do grupo interno de coaches do Deutsche Bank para ajudar a reforçar as competências de liderança e melhorar a autoconsciência através da lente do Leadership Kompass.

O Currículo para Todos os Gestores, um conjunto cuidadosamente selecionado e orientado de oportunidades de desenvolvimento para todos os gestores de pessoas a tempo inteiro e parcial, lançado em julho de 2024, continuou a evoluir em 2025. O currículo é ministrado através de percursos de aprendizagem abrangentes e workshops para gestores. Em consonância com a cultura aspiracional, as ofertas incentivam os líderes a refletir sobre a influência que têm nas suas equipas, a agir com justiça e sem julgamentos e a criar um ambiente em que cada indivíduo se sinta valorizado. Também com base nos resultados do Inquérito aos Colaboradores, foram concebidas e adicionadas ao currículo duas novas sessões de trabalho para gestores, nomeadamente "Liderar com determinação, delegar com eficácia" e "Liderar a mudança". Estas sessões incluem tópicos sobre como assumir a responsabilidade pelas decisões, delegar com clareza e desenvolver empatia e técnicas de liderança em processos de mudança. Este currículo centra-se nas competências-chave necessárias para que os gestores capacitem eficazmente as suas equipas através do desenvolvimento de competências alinhadas com tópicos como o feedback ou a abordagem de preconceitos inconscientes, coaching, inclusão e crescimento. Em 2025, mais de 1.900 gestores participaram nestes workshops.

O banco tem dois programas emblemáticos para apoiar aqueles que estão a começar a liderar pessoas no Deutsche Bank. O First-time Manager Program e o Senior Leadership Essentials Program dotam estes gestores dos conhecimentos e competências essenciais necessários para serem gestores de sucesso. O First-time Manager Program ganhou o prémio de ouro para "Desenvolvimento de Liderança" nos Prémios de Excelência HCM 2025 do Brandon Hall Group. Em 2025, mais de 1.700 novos líderes participaram nestas ofertas, adquirindo os conhecimentos e capacidades essenciais necessários para liderar a sua equipa de acordo com os comportamentos do Leadership Kompass.

Um dos programas de liderança regional é o Franchise Leadership Program APAC MEA do banco, que foi concluído com sucesso em meados de 2025. Em parceria com a instituição de ensino INSEAD, o programa viu 48 Diretores Executivos e Diretores concluírem uma jornada de aprendizagem de liderança de doze meses. 94% dos participantes deram feedback sobre o programa e todas as respostas foram positivas.

Aceleração de talentos

Os programas de aceleração de talentos do Deutsche Bank têm como objetivo ajudar os colaboradores a desenvolverem-se profissional e pessoalmente e acelerar a sua preparação para assumirem responsabilidades mais complexas. O banco atualiza continuamente o conteúdo dos programas, incluindo elementos de coaching e oportunidades de networking, para garantir que se mantém na vanguarda do pensamento empresarial num mundo em rápida mudança.

O programa de desenvolvimento de talentos Accomplished Top Leaders Advancement Strategy (ATLAS) tem como objetivo acelerar a preparação de mulheres seniores com elevado potencial para assumirem funções mais amplas na organização. Uma vez que o programa não tem uma periodicidade anual, o banco realizou em 2025 o sétimo grupo desde o início do programa em 2009, com 21 participantes do sexo feminino.

Os programas de aceleração de talentos para vice-presidentes e diretores desenvolvem as capacidades de talentos de elevado potencial em todo o banco, preparando-os para assumirem mais responsabilidades, quer seja numa posição alargada, nova ou mais sénior. Cada programa de talentos é adaptado ao público a que se destina, abrangendo tópicos como resiliência, negociação, liderança na mudança e liderança com autenticidade. Os participantes têm também a oportunidade de interagir com os líderes seniores do banco. Desde o início do programa em 2016 para os vice-presidentes e em 2017 para os diretores, 35% dos

participantes vice-presidentes foram promovidos a diretores e 28% dos participantes diretores foram promovidos a diretores-gerais. Para o programa de aceleração de talentos para diretores, o Deutsche Bank estabeleceu uma parceria com a instituição de ensino London Business School.

Estes programas de desenvolvimento de talentos desempenham um papel importante na implementação da estratégia do banco em relação aos colaboradores do banco e são continuamente avaliados através de feedback estruturado dos participantes e avaliações de impacto do programa. Isto permite ao banco aperfeiçoar e melhorar a experiência de formação todos os anos.

Programas de aceleração

	2025	2024
Participação em programas de aceleração de talentos entre divisões		
Programa de aceleração ATLAS para diretores-gerais seniores do sexo feminino (em número de efetivos)	21	—
Programa de aceleração de diretores (em número de efetivos)	144	152
dos quais mulheres (em %)	45,1	42,8
Programa de aceleração de vice-presidentes (em número de efetivos)	374	374
dos quais mulheres (em %)	46,5	45,5

Desempenho e recompensa

ESRS S1-1, ESRS 2 MDR-P

A recompensa pelo desempenho é um fator importante para atrair e reter os melhores talentos. Por conseguinte, uma abordagem justa, transparente e sustentável à remuneração é de importância crucial para o banco. A sua estratégia de Remuneração e Benefícios está alinhada com a estratégia empresarial global do Deutsche Bank, com a estratégia de risco e com o objetivo e a cultura aspiracional do banco, e apoia o princípio fundamental da equidade.

O Quadro de Remuneração do Deutsche Bank promove e recompensa o desempenho sustentável e os contributos com base no desempenho, comportamento e conduta, em todos os níveis da organização, de acordo com a Política de Desempenho, Consequências e Recompensa global. Esta política define os padrões mínimos globais do Grupo Deutsche Bank para os colaboradores no que respeita à responsabilidade e aos requisitos para a gestão do desempenho, as consequências quando os colaboradores não cumprem os padrões exigidos de desempenho empresarial (o quê) e de comportamento (como) e as questões relacionadas com a remuneração aplicáveis aos diferentes grupos de colaboradores, em conformidade com os requisitos regulamentares. A política é aplicável a nível mundial e aprovada pelo Diretor Global de RH, bem como pelo Conselho de Administração do banco. Na Alemanha, as alterações relevantes ao quadro foram discutidas com a comissão de trabalhadores e registadas num acordo coletivo de trabalho.

Na determinação da remuneração variável, o banco continuou a aplicar uma abordagem moderada e prospetiva, ponderando o bom desempenho da atividade com as perspetivas macroeconómicas e a estabilidade do capital a longo prazo e sem perder de vista a necessidade de remunerar os colaboradores de forma justa e em linha com o mercado.

Avaliações do desempenho

ESRS S1-13

O Deutsche Bank pretende assegurar que os seus colaboradores sabem claramente o que se espera deles, bem como dar-lhes a oportunidade de discutir o feedback sobre o seu desempenho. A avaliação anual do desempenho serve para que os colaboradores e os seus gestores criem um entendimento partilhado das expectativas de desempenho, comportamento e conduta, e para medir e documentar as concretizações, resultando numa força de trabalho mais produtiva e empenhada. Os resultados obtidos contribuem para a implementação da estratégia do Deutsche Bank e a forma como são alcançados deve estar em conformidade com a cultura aspiracional. Ambos os elementos são igualmente importantes e constituem a base para medir o desempenho no final do ano.

O Deutsche Bank pretende garantir que os seus colaboradores compreendem o que se espera deles nas suas respetivas funções. Os colaboradores elegíveis para remuneração variável devem definir um mínimo de três prioridades SMART, associá-las aos objetivos estratégicos do banco e acordá-las com o seu gestor no início do ano de desempenho, a fim de dar enfoque e orientação para o ano seguinte. Conversas regulares e feedback contínuo, incluindo o uso de ferramentas opcionais, como feedback ascendente, feedback a qualquer momento e feedback 360° para os colaboradores abrangidos, durante o ano permitem que os colaboradores do banco reflitam sobre o seu desempenho e, se necessário, façam mudanças para alcançar um sucesso sustentável. O banco monitoriza a receção regular de feedback dos colaboradores por parte da chefia através do Inquérito de Avaliação da Cultura regular. A abordagem holística do banco à gestão do desempenho responsabiliza tanto os colaboradores como os seus gestores e reflete-se adequadamente nas decisões de remuneração variável.

Os colaboradores a tempo parcial e a tempo inteiro abrangidos pelo processo de Gestão de Desempenho do Deutsche Bank têm de ter uma avaliação de desempenho documentada por ano. Esta avaliação anual do desempenho é multidimensional e inclui provas das concretizações do colaborador na sua função, das suas prioridades predefinidas (objetivos/metapas) e da forma como demonstrou os comportamentos e a conduta exigidos.

O desenvolvimento da carreira é liderado pelos colaboradores e é incentivada uma discussão entre estes e a direção, pelo menos uma vez por ano, mas não é necessário documentá-la formalmente. O banco acompanha os progressos através das respostas a questões específicas de desenvolvimento no âmbito do Inquérito Anual aos Colaboradores, bem como através do preenchimento do formulário de carreira e desenvolvimento no Workday.

Em 2025, a taxa de conclusão das avaliações de desempenho manteve-se elevada, refletindo a continuação de um forte empenho em toda a organização. Os valores apresentados abaixo refletem a totalidade dos colaboradores do banco, incluindo os indivíduos que não estavam abrangidos pelo processo de gestão de desempenho do banco ou que se encontravam em licença de longa duração durante todo o ano de desempenho. Tendo em conta esta base de cálculo exaustiva, prevê-se que a taxa de conclusão global não atinja os 100%.

Taxa de conclusão das avaliações de desempenho por género

Género, número de efetivos em %	Percentagem de colaboradores	
	2025	2024
Mulher	89	88
Homem	92	92
Outros ¹	60	67
Não comunicado	69	100
Total de colaboradores	90	90

¹ Género indicado pelos próprios colaboradores

Rácio da remuneração total anual

ESRS S1-16

A estratégia de remuneração do banco recompensa o desempenho e o contributo através de uma combinação adequada de remuneração fixa e variável. A remuneração fixa de um colaborador é determinada utilizando uma combinação de dados internos de remuneração fixa e dados externos de mercado para garantir o cumprimento da legislação, como os requisitos de salário mínimo, e o alinhamento com os seus pares. A remuneração variável é atribuída com base num quadro de orientação para a remuneração variável e está estreitamente ligada a parâmetros de desempenho individual, tais como a concretização das prioridades empresariais definidas no início do ano de desempenho, bem como a conduta e o comportamento.

O rácio da remuneração total anual compara a remuneração total anual do indivíduo mais bem pago com a remuneração total anual mediana de todos os colaboradores (excluindo o indivíduo mais bem pago). O cálculo revela que, em 2025, o rácio da remuneração total anual era de 246. Este rácio era de 237 em 2024. O aumento deste rácio reflete a alteração da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago, enquanto a remuneração total anual mediana dos colaboradores permaneceu estável. Além disso, o Deutsche Bank calcula o seu rácio de remuneração total anual com base na remuneração total anual média de todos os colaboradores (excluindo o indivíduo mais bem pago), o que refletiu um rácio de 166 em 2025. Estes rácios refletem a diversidade de operações do banco em várias regiões geográficas a nível mundial, abrangendo quatro divisões de negócio: Private Bank, Corporate Bank, Investment Bank e Asset Management, bem como operações e funções de apoio. Para efeitos de cálculo, o colaborador mais bem pago não é o CEO, o que demonstra a diversidade de atividades e oportunidades de remuneração do banco.

Equilíbrio entre vida profissional e pessoal

ESRS S1-15

Para ajudar os colaboradores a gerir os seus compromissos profissionais e pessoais e a alcançar um equilíbrio sustentável entre a vida profissional e pessoal, o banco oferece uma série de benefícios. Os benefícios podem variar consoante o local. O banco oferece vários tipos de benefícios relacionados com os colaboradores que estão disponíveis tanto a tempo inteiro como a tempo parcial. Os trabalhadores temporários também podem ser elegíveis, consoante a natureza do emprego e do benefício. O banco gere mais de 850 planos de benefícios para colaboradores nas suas diferentes localizações, que podem incluir, entre outros, seguro de vida, cuidados de saúde, cobertura de invalidez, licença parental, planos de reforma, participação em ações, férias/licença, transporte, refeições/nutrição ou cuidados infantis.

Para além disso, o Deutsche Bank oferece uma rede de apoio abrangente que vai desde o aconselhamento de carreira, apoio à saúde mental, assistência na procura de cuidados infantis ou cuidados a idosos e Programas de Assistência aos Colaboradores. O banco

ajuda, por exemplo, os pais que trabalham disponibilizando cuidados infantis perto dos locais de trabalho nos seus principais centros mundiais e contribuindo para o custo dos cuidados infantis. Além disso, o banco disponibiliza instalações de amamentação/lactação em muitas das suas localizações. O banco também oferece flexibilidade nos regimes de trabalho, através do seu modelo de trabalho híbrido, horários de trabalho flexíveis, trabalho a tempo parcial e oportunidades de partilha de trabalho, sujeito a requisitos específicos das funções e às necessidades dos clientes. Existe uma variedade de licenças pagas e não pagas que permitem aos colaboradores gerir acontecimentos imprevistos, como cuidar de idosos ou da doença dos filhos. Em várias localizações, os prestadores de cuidados não primários também são elegíveis para licença familiar.

Licença por motivos familiares

ESRS S1-15

Em 2025, a percentagem global de colaboradores do banco com direito a licenças por motivos familiares, ou seja, licenças de maternidade ou paternidade, licenças parentais e licenças para prestação de cuidados, manteve-se inalterada, com 96% em relação ao ano anterior (2024: 96 %). Pode tratar-se de uma oferta discricionária ou de um requisito legal. Entre os colaboradores com direito a licença por motivos familiares em 2025, 19,8% gozaram de um ou mais tipos de licença (2024: 17,1 %). Este número inclui licenças remuneradas e não remuneradas e é apresentado no quadro seguinte, independentemente da sua duração.

Colaboradores com direito a licença por motivos familiares, por género

Género	2025		2024 ²	
	Número de colaboradores com direito a licença por motivos familiares	Quota de colaboradores com direito a licença por motivos familiares, em %	Número de colaboradores com direito a licença por motivos familiares	Quota de colaboradores com direito a licença por motivos familiares, em %
Mulher	9.020	21,1	8.011	18,7
Homem	9.355	18,7	7.841	15,8
Outros ¹	—	—	—	—
Não comunicado	—	—	—	—
Total	18.375	19,8	15.852	17,1

¹ Género indicado pelos próprios colaboradores
² Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

Modelo de trabalho híbrido

O Deutsche Bank está empenhado num modelo de trabalho híbrido que permita aos colaboradores beneficiar do trabalho no escritório e do trabalho remoto. Em 2025, este modelo estava implementado em 43 locais e abrangia aproximadamente 84.000 colaboradores, a maioria da força de trabalho interna. Excluem-se as funções que exigem uma presença contínua no local devido a necessidades operacionais ou regulamentares, como certas funções de retalho baseadas em agências. Os colaboradores elegíveis podem trabalhar remotamente até dois dias por semana, dependendo do cargo e função, e de forma alinhada com as diretrizes específicas da divisão e do país. Estas diretrizes foram concebidas para promover uma experiência coerente para os colaboradores e fornecer um quadro claro e transparente que permita a flexibilidade para diversas necessidades de trabalho.

As diretrizes das divisões estabelecem princípios globais para a elegibilidade do trabalho à distância e apoiam discussões individuais entre os colaboradores e as suas chefias. Estes princípios são aplicados juntamente com quaisquer requisitos a nível nacional, que abrangem a elegibilidade do país e o quadro regulamentar local para o trabalho à distância. Nos casos em que existam diferenças entre as diretrizes da divisão e as do país, estas últimas têm precedência quando a regulamentação local é mais restritiva.

Os acordos de trabalho híbrido são revistos anualmente com os colaboradores, a fim de garantir que continuam a ser eficazes e estão alinhados com as necessidades da empresa. As funções e as equipas são incentivadas a avaliar regularmente a forma como os seus padrões de trabalho contribuem para uma colaboração e um desempenho eficazes. O Deutsche Bank reconhece a importância da interação presencial para reforçar a colaboração e impulsionar a inovação, apoiando o banco no cumprimento dos seus compromissos para com os clientes e no avanço da sua visão de Global Hausbank.

Bem-estar

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank continua a dar vida à sua estratégia holística de bem-estar, fazendo da saúde e do bem-estar uma parte integrante da cultura aspiracional do banco. O objetivo é criar um ambiente de trabalho saudável e atencioso, onde os colaboradores podem ser eles próprios, sentir-se apoiados e felizes, para que possam dar o seu melhor e prosperar nas suas carreiras. O Deutsche Bank pretende capacitar proativamente os seus colaboradores para que estes deem prioridade ao seu próprio bem-estar e apoiar os que os rodeiam a fazer o mesmo, sublinhando que a saúde e o bem-estar têm a ver com comportamentos quotidianos, baseados nas quatro dimensões seguintes: prosperidade física, equilíbrio emocional e mental, ligação social e segurança financeira. A inclusão do bem-estar dos colaboradores no Código de Conduta global reflete a sua importância para o Deutsche Bank.

Uma vasta gama de recursos contribui para esta abordagem holística, incluindo oportunidades de desenvolvimento, formação contínua, acessibilidade e transparência dos sistemas de apoio, estreita colaboração com as redes de colaboradores, envolvimento ativo da liderança sénior, ofertas de benefícios e o modelo de trabalho híbrido. Exemplos disto mesmo são as oportunidades de desenvolvimento de liderança personalizadas, as sessões regulares de envolvimento com o bem-estar em todo o banco e nas divisões, e as iniciativas de capacitação, bem como um Centro de Trabalho Inteligente dedicado para partilhar as melhores práticas em toda a organização.

Para tornar as ofertas de bem-estar do banco mais transparentes, aumentar a consciencialização e estar mais bem alinhado entre divisões e regiões, o Centro Global de Bem-Estar do Deutsche Bank está disponível para todos os colaboradores e não colaboradores. O centro reúne uma série de recursos existentes, fornece aos colaboradores um acesso centralizado a iniciativas e benefícios de todo o banco. Facilita a procura de informações sobre os locais onde se podem dirigir para obter apoio (por exemplo, a linha direta disponível 24 horas por dia do Programa de Assistência aos Colaboradores, o Prestador de Socorros à Saúde Mental, os médicos da empresa, etc) ou os recursos sobre o desenvolvimento pessoal, incluindo o stress e a aptidão mental. Existem também várias dicas úteis sobre como melhorar o bem-estar no dia-a-dia.

A saúde mental dos colaboradores continuou a ser uma tema em destaque em 2025. O número de Prestadores de Socorro à Saúde Mental (colaboradores que se voluntariam para apoiar ativamente a saúde mental dos seus colegas) aumentou para 807 prestadores em 2025 (2024: 737); estão organizados num grupo de trabalho internacional para melhor coordenar os seus esforços. A formação e a certificação dos Prestadores de Socorros à Saúde Mental do Deutsche Bank são realizadas por institutos externos, assumindo o banco a organização e o financiamento da formação, tanto para colaboradores a tempo parcial como a tempo inteiro. Além disso, para o programa de Prestadores de Socorros à Saúde Mental, o banco oferece um módulo de e-learning interno sobre sensibilização para a saúde mental a todos os colaboradores e um e-learning para gestores feito à medida, que abrange o bem-estar (próprio e dos outros), o trabalho híbrido e a cultura de reuniões, com mais de 1.200 gestores inscritos desde o lançamento em julho de 2024. A mensagem "Não há problema em não estar bem" é incluída regularmente na comunicação da direção e nos eventos da gestão de topo em toda a plataforma. No inquérito aos colaboradores deste ano, foram incluídas novas perguntas dedicadas ao bem-estar dos colaboradores. As perguntas abrangem a perceção que os colaboradores têm do equilíbrio entre vida profissional e pessoal, da segurança psicológica e de um ambiente atencioso.

Para enfatizar o compromisso do topo da empresa com o bem-estar dos colaboradores, o Comité de Gestão do Grupo nomeia Responsáveis pelo Bem-Estar em cada Equipa de Liderança global e divisional, que apoiam ativamente a agenda do bem-estar, juntamente com Fabrizio Campelli como Responsável pelo Bem-Estar no Conselho de Administração. No Dia Mundial da Saúde Mental de 2025, o banco reiterou o seu compromisso com a agenda do bem-estar através de mais de 80 eventos internos em todo o mundo, que decorreram no âmbito da Semana Mundial da Saúde Mental, bem como da reunião aberta global "Ser 10% mais feliz", centrada na consciência plena, que contou com 3.563 participantes. O Deutsche Bank também reiterou o seu compromisso para com a Saúde Mental a nível externo, com ecrãs eletrónicos e caixas automáticas a reconhecerem o Dia Mundial da Saúde Mental na Alemanha e em Espanha.

As licenças anuais remuneradas fazem parte dos benefícios oferecidos pelo Deutsche Bank. Na Alemanha, por exemplo, esta matéria está regulamentada na Lei Federal das Licenças Remuneradas. Os Acordos Coletivos de Trabalho e os contratos individuais de trabalho dos colaboradores não pautais preveem dias de licenças remuneradas que excedem significativamente o mínimo legal. Ao longo do ano, o banco lembrou constantemente os seus colaboradores para gozarem os dias de licença remunerada a que têm direito.

Embora as lesões relacionadas com o trabalho, os acidentes de trabalho e os incidentes graves, como a morte de colaboradores no trabalho, sejam extremamente raros num banco e sejam mais relevantes para a segurança de outras indústrias, o Deutsche Bank continua profundamente empenhado em proporcionar ambientes de trabalho seguros em benefício dos colaboradores, visitantes e clientes. O banco acredita que a integração de práticas sólidas em matéria de ambiente, saúde e segurança na sua atividade promove vários resultados positivos, melhorando a produtividade e aumentando a satisfação geral dos colaboradores. Pelo seu empenho contínuo na gestão da saúde, o Deutsche Bank foi distinguido com o Corporate Health Award na Alemanha.

O Deutsche Bank estabeleceu uma Política de Ambiente, Saúde e Segurança global, que define os respetivos requisitos para os colaboradores e estabelece os controlos para garantir a prevenção de acidentes no local de trabalho. Isto abrange aparelhos de assistência e avaliações dos postos de trabalho, primeiros socorros, segurança contra incêndios, planos de evacuação de edifícios e supervisores de pisos. Esta política, aprovada pelo Diretor de Segurança do banco e revista anualmente, demonstra o compromisso do banco em promover um ambiente de trabalho saudável, seguro e solidário para todos os colaboradores e estabelece requisitos e controlos claros para garantir a prevenção de acidentes no local de trabalho.

O banco continua a reforçar as suas capacidades de resposta a emergências e a sensibilizar a organização através de formação contínua, comunicação e iniciativas em todos os locais. A aprendizagem digital, incluindo programas como o dbHealthyWorking, apoia estes esforços ao educar os colaboradores sobre os riscos associados ao trabalho sedentário no escritório e ao trabalho híbrido. Estes programas equipam os colaboradores com estratégias práticas de mitigação e dão acesso a uma vasta gama de recursos de bem-estar físico e mental.

O compromisso da direção com a segurança dos colaboradores é ainda evidenciado pela criação de uma estrutura de governação para supervisionar, apoiar e defender a segurança de todos no banco, que se encontra articulada na Declaração de Intenções da Política – Ambiente, Saúde e Segurança, como parte das Publicações de Sustentabilidade. Este documento sublinha o objetivo estratégico do banco de continuar a reforçar as práticas de segurança através de uma comunicação e consulta orientadas para as questões do ambiente, da saúde e da segurança. Ao seguir esta norma empresarial, o banco promove a coerência e a igualdade na gestão da segurança a nível global, refletindo uma gestão ética fundamental para os colaboradores.

Diversidade e inclusão

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T

A criação de um ambiente que acolhe opiniões diversas, incentiva o diálogo aberto e trata todos de forma justa é fundamental para a cultura aspiracional do Deutsche Bank. Com 160 nacionalidades representadas em 55 países em 2025, o banco orgulha-se da sua força de trabalho multicultural. A empresa vê as perspetivas e experiências únicas da sua rede global como uma vantagem competitiva, uma vez que alimenta a inovação, fortalece a cultura e conduz a resultados mais sustentáveis.

Abordagem, governação e responsabilidade da liderança

ESRS S1-1, ESRS S1-4, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

Tal como consta do seu Código de Conduta, o Deutsche Bank compromete-se a garantir oportunidades justas e igualitárias para colaboradores de todas as origens e experiências. Este objetivo é alcançado através da sua estratégia global multidimensional de diversidade e inclusão, que se baseia em dados quantitativos e qualitativos e tem em conta as nuances regionais. Centrada em cinco pilares – responsabilização da liderança, adaptação dos processos, promoção da mudança comportamental, liderança intelectual e garantia da conformidade legal – a estratégia é aprovada pelo Conselho de Administração.

Uma equipa de RH central é responsável pela definição e condução da visão de diversidade e inclusão do banco, da estratégia global e do roteiro plurianual, bem como pela definição das prioridades anuais associadas. Para garantir que a estratégia se baseia num vasto leque de perspetivas, incluindo as lições aprendidas, a equipa central de RH colabora ativamente com os Grupos de Recursos dos Colaboradores, os representantes dos colaboradores e os parceiros externos, como a Catalyst, a Charta der Vielfalt (Carta da Diversidade), a Coqual, a Disability:IN, a Open for Business, a Women in Finance Charter do Tesouro do Reino Unido, entre outros. A equipa central de RH ativa os líderes e colaboradores para apoiar de forma sustentável a estratégia de diversidade e inclusão e para fazer progressos em relação aos objetivos estabelecidos, os quais são monitorizados pelo Conselho de Administração.

O banco incorpora a diversidade e a inclusão em todas as suas operações através de um quadro global de políticas, processos, benefícios, iniciativas e medições da Abordagem à Diversidade e Inclusão, promovendo ações positivas para todos os colaboradores, incluindo pessoas de grupos em risco particular de vulnerabilidade. A diversidade e a inclusão são parte essencial das principais políticas, como a Política de Contratação, Integração e Saída e o Código de Conduta, que define as normas mínimas de comportamento e conduta e proíbe a discriminação, o assédio, incluindo o assédio sexual, e a retaliação. As decisões de emprego do banco, como a promoção e a contratação, baseiam-se no mérito, incluindo a adequação dos candidatos a uma função, o seu potencial e o seu desempenho demonstrado.

Diversidade de género

ESRS S1-1, ESRS S1-9, ESRS S1-5, ESRS 2 MDR-T

De acordo com os requisitos estatutários, sete em vinte, ou 35%, dos membros do Conselho de Fiscalização eram mulheres no final do exercício de 2025, o mesmo que no final do exercício de 2024. No Conselho de Administração, dois em cada nove, ou 22%, dos membros eram mulheres (2024: dois em cada dez, ou 20%), acima dos requisitos da atual lei alemã sobre quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FÜPoG II).

Requisitos legais e resultados para a representação das mulheres

Nível	31 dez 2025		31 dez 2024
	Requisito	Resultado	Resultado
Conselho de Fiscalização (número de efetivos, em %) ¹	30,0	35,0	35,0
Conselho de Administração (número de efetivos) ²	1	2	2

¹ Reflete o requisito da lei alemã relativa às quotas de género (Erstes Führungspositionen-Gesetz, FÜPoG I)

² Reflete o requisito da lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FÜPoG II)

De acordo com a norma ESRS S1-9, o nível de gestão de topo é considerado o Conselho de Administração, o comité mais importante do Deutsche Bank, presidido pelo CEO.

Distribuição por género ao nível da gestão de topo

Género ¹	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Número de colaboradores ao nível da gestão de topo	Percentagem de colaboradores ao nível da gestão de topo	Número de colaboradores ao nível da gestão de topo	Percentagem de colaboradores ao nível da gestão de topo
Mulher	2	22	2	20
Homem	7	78	8	80
Total	9	100	10	100

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Distribuição etária ao nível da gestão de topo

número de efetivos ¹	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Número de colaboradores ao nível da gestão de topo	Percentagem de colaboradores ao nível da gestão de topo	Número de colaboradores ao nível da gestão de topo	Percentagem de colaboradores ao nível da gestão de topo
< 30 anos	—	—	—	—
30-50 anos	1	11	2	20
> 50 anos	8	89	8	80
Total	9	100	10	100

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

Tal como mencionado no capítulo "Governança da Sustentabilidade" na respetiva Declaração de Sustentabilidade, o banco pretende aumentar a diversidade de género nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração (MB-1 e MB-2), com o objetivo de que 30% dos cargos sejam ocupados por mulheres em ambos os níveis até ao final de 2025, promovendo assim a igualdade de oportunidades na linha de sucessão do Conselho de Administração. No final de 2025, o banco cumpriu efetivamente o objetivo para o MB-1 com 29,7%, dada a dimensão limitada da população, com um único indivíduo a representar mais de 1% do total do grupo. No MB-2, o banco atingiu 28,2% no final de 2025. Em conformidade com os requisitos legais alemães, o banco manterá os objetivos para além de 2025 para os dois níveis abaixo do Conselho de Administração, com uma meta de 32,5% de mulheres no MB-1 e MB-2 até ao final de 2026, tendo em conta a legislação local

Em 2021, o banco comprometeu-se com um objetivo ambicioso de fazer com que as mulheres representem pelo menos 35% da sua população de Diretores Executivos, Diretores e Vice-Presidentes a nível mundial (excluindo a divisão de Asset Management) até ao final de 2025, conhecido como o programa "35 até 25". Isto foi anunciado publicamente após consulta do Conselho de Fiscalização, que inclui, entre outros, representantes dos colaboradores. O objetivo baseou-se na modelação dos dados relativos à força de trabalho e em pressupostos sobre a percentagem de mulheres nas contratações, promoções e rotatividade, utilizando os dados de 2020 de 29,6% como base de referência. Este compromisso reforçou a reserva de mulheres na liderança sénior e o Conselho de Administração assumiu um papel ativo na prossecução do objetivo "35 até 25", patrocinando e acompanhando de perto os progressos. Os Recursos Humanos apresentaram relatórios periódicos sobre as métricas e revelaram áreas de boas práticas e riscos potenciais ao Conselho de Administração e ao Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização, que inclui representantes dos colaboradores. Esta abordagem conduziu a um aumento significativo e mensurável do número de mulheres que assumem funções de liderança sénior. Os progressos no sentido de atingir o objetivo de 35 até 25 foram acompanhados regularmente e publicados anualmente. O progresso em relação aos objetivos intercalares anuais internos foi monitorizado mensalmente em relação à base de referência inicial e ao período de base, incluindo as atividades de contratação e promoção do banco, bem como o volume de negócios.

De 2021 a 2025, a representação feminina em cargos empresariais de topo aumentou 4,2 pontos percentuais, incluindo promoções com efeitos a partir de 1 de abril de 2026, atingindo 34,1% em comparação com 29,9% no final de 2021. Apoiou a transformação de comportamentos e processos, por exemplo, alargando as pesquisas de talentos, construindo proativamente reservas de candidatos e educando os gestores na condução de processos de contratação justos, baseados no mérito e inclusivos, o que resultou num aumento significativo da percentagem de mulheres contratadas para cargos superiores desde 2021. A iniciativa "35 até 25" também reforçou a ênfase na retenção e desenvolvimento de talentos internos, realçando o valor e o potencial das equipas existentes. Esta abordagem assegurou que a cadeia de liderança é reforçada por indivíduos que possuem conhecimentos

institucionais e uma compreensão da cultura do banco. Consequentemente, registou-se um aumento do número de mulheres que ascenderam a cargos superiores, incluindo os dois níveis abaixo do Conselho de Administração. Para mais informações sobre liderança e desenvolvimento de talentos, consultar a secção "Desenvolvimento de talentos" do subcapítulo "Condições de trabalho" do presente capítulo "Força de trabalho própria".

Objetivos e resultados para a representação das mulheres em cargos seniores

número de efetivos, em %	31 dez 2025		31 dez 2024
	Objetivo	Resultado	Resultado
Nível ¹			
Nível do Conselho de Administração -1	30,0	29,7	28,9
Nível do Conselho de Administração -2	30,0	28,2	28,3
Cargos corporativos seniores ^{2,3}			
Diretores executivos, diretores, vice-presidentes	35,0	34,1	33,0

¹ Objetivo em conformidade com a lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FÜPoG II); o objetivo reflete dezembro de 2025

² O objetivo reflete dezembro de 2025, incluindo as promoções do ano seguinte

³ Divisões de negócios e funções de infraestrutura (excluindo a Asset Management)

Para apoiar a iniciativa "35 até 25", a Schneider-Lenné Cadre – uma comunidade de mulheres líderes de topo do banco, incluindo mulheres que assumem riscos na direção e atuais e antigas participantes no ATLAS – serve de modelo visível e ativo, equipado com uma plataforma e ferramentas para impulsionar a mudança cultural e promover o desenvolvimento e o envolvimento de talentos em todo o banco.

Diversidade de género

número de efetivos, em % ¹	31 dez 2025	31 dez 2024
Colaboradoras do sexo feminino, por cargo corporativo ²		
Diretores executivos	23,3	22,8
Administradores	29,5	28,8
Vice-presidentes	36,3	35,6
Vice-presidentes adjuntos e associados	43,0	42,3
Não dirigentes	59,4	59,6
Total de colaboradoras do sexo feminino (em %)¹	46,4	46,5

¹ Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Os cargos corporativos do Postbank (incluindo as subsidiárias) são tecnicamente derivados

Para garantir a dinâmica e aproveitar os progressos, o Deutsche Bank irá evoluir a sua abordagem em 2026 e nos anos seguintes. A nível do Grupo e das divisões, os progressos serão medidos através de um Índice de Bem-Estar e Inclusão, com o objetivo de atingir uma pontuação de 100%. O Índice de Bem-Estar e Inclusão centrar-se-á em três indicadores-chave: (i) uma maior diversidade de perspetivas nos cargos de direção, de tomada de decisões e de contacto com os clientes, (ii) uma cultura mais inclusiva em que todos se sintam apoiados e tratados de forma justa, e (iii) uma cultura que adote um diálogo aberto e pontos de vista diversos, conduzindo a melhores resultados para os clientes. Esta abordagem apoiará as mudanças comportamentais necessárias para permitir uma força de trabalho mais inclusiva e diversificada associada a um elevado desempenho, garantir a atratividade do empregador e continuar a cumprir a legislação local.

O Deutsche Bank também monitoriza os seus progressos no que respeita ao aumento da representação das mulheres noutras áreas, nomeadamente nas funções de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (CTEM), predominantemente na divisão de Tecnologia, Dados e Inovação do banco, e nas funções de liderança do banco orientadas para o cliente e geradoras de receitas, especificamente em Vendas, Consultoria a Clientes, Negociação, Marketing e Apoio à Cobertura de Vendas.

Diversidade de género nos cargos CTEM e nos cargos de gestão geradores de receitas

número de efetivos, em %	31 dez 2025	31 dez 2024
Colaboradores do sexo feminino por cargos		
Cargos CTEM	31,3	29,9
Funções de gestão geradoras de receitas	29,7	27,1

Diferenças salariais entre homens e mulheres

ESRS S1-16

O Deutsche Bank reconhece que a forma como remunera os seus colaboradores desempenha um papel vital na concretização bem sucedida dos objetivos estratégicos do banco e da sua cultura aspiracional. Ao alinharem o risco e a recompensa e ao induzirem os comportamentos corretos, os sistemas de incentivos do banco ajudam a tornar o banco mais resistente, contribuindo

simultaneamente para o seu êxito a longo prazo. O banco continua empenhado numa abordagem justa, transparente e sustentável da remuneração.

O banco desenvolveu e alinhou faixas salariais fixas para promover e garantir o princípio de salário igual para trabalho igual, sublinhando a sua dedicação à equidade. Além disso, o Deutsche Bank assegura a transparência relativamente às suas estruturas de remuneração, principalmente através do documento relevante Abordagem ao Desempenho, Consequências e Recompensa, bem como da Política de Desempenho, Consequências e Recompensa, conforme descrito no subcapítulo "Desempenho e recompensa" deste capítulo "Força de trabalho própria". Estes documentos estão acessíveis a todos os colaboradores e dão uma visão global dos elementos salariais, da fixação das remunerações e da progressão salarial. Ao tornar as estruturas salariais visíveis e compreensíveis, o banco dá aos colaboradores a possibilidade de participarem num diálogo aberto, incentiva a responsabilização e facilita a revisão e a melhoria contínuas das práticas de remuneração. Para reforçar ainda mais as decisões de remuneração justas e adequadas, o Deutsche Bank oferece formação aos gestores e diretrizes claras. São disponibilizadas aos gestores para os ajudar a compreender os processos de fixação das remunerações e para reforçar as melhores práticas de gestão das remunerações.

Para 2025, a disparidade salarial média global não ajustada entre homens e mulheres foi de 38,0%, enquanto a mesma métrica para 2024 foi de 38,8%. A disparidade salarial global não ajustada entre homens e mulheres é definida como a diferença dos níveis médios de remuneração horária entre colaboradores do sexo feminino e masculino, expressa em percentagem do nível médio de remuneração horária dos colaboradores do sexo masculino. A disparidade salarial mediana não ajustada entre homens e mulheres é definida como a diferença dos níveis medianos de remuneração horária entre colaboradores do sexo feminino e masculino, expressa em percentagem do nível mediano de remuneração horária dos colaboradores do sexo masculino (para 2025, foi de 20,6%).

Os fatores que contribuem para a disparidade salarial global não ajustada entre homens e mulheres incluem a combinação de atividades do Deutsche Bank, a sua presença geográfica e a menor representação de mulheres em cargos seniores e altamente remunerados nas localizações com custos mais elevados. Uma análise de regressão, que considera uma série de fatores objetivos, como a antiguidade, a divisão e a região, resulta numa disparidade salarial ajustada entre homens e mulheres de 6% para 2025, e de 6% para 2024. Esta análise não deve ser interpretada como uma análise de igualdade salarial, uma vez que não compara colaboradores em funções semelhantes ou em funções de igual valor.

O banco reconhece que é necessário mais trabalho para reduzir as disparidades salariais não ajustadas e ajustadas entre homens e mulheres. As iniciativas de diversidade e inclusão do banco, incluindo a ambição de aumentar a diversidade de género em cargos nos dois níveis abaixo do Conselho de Administração, continuam em vigor, sujeitas à legislação local, e espera-se que tenham um impacto positivo na redução da diferença ao longo do tempo.

Construir uma cultura inclusiva em que todos sejam tratados de forma justa

ESRS S1-4, ESRS S1-5, ESRS S1-9, ESRS S1-12, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-T, ESRS 2 MDR-M

A cultura inclusiva do Deutsche Bank é concretizada através de uma série de áreas de enfoque que refletem a diversidade da força de trabalho do banco e a evolução das necessidades dos seus colaboradores, com o objetivo de criar um ambiente em que todos possam contribuir plenamente.

As decisões relativas ao emprego e às pessoas no Deutsche Bank são tomadas com base em critérios de mérito, como as competências, as habilitações e o desempenho, independentemente da idade, antecedentes, crenças, cidadania, cor da pele, estado de incapacidade, etnia, género, identidade e/ou expressão de género, estado civil, nacionalidade, gravidez, raça, religião, sexo, orientação sexual, incluindo, mas não se limitando a, qualquer outra característica protegida por lei. Em 2025, o banco intensificou os seus esforços para atrair e contratar talentos diversificados através de ações de sensibilização específicas, promovendo simultaneamente o planeamento de carreiras e o desenvolvimento da liderança ao proporcionar oportunidades de exposição e acesso direto a líderes de topo.

O Deutsche Bank dedica-se à inclusão racial e étnica e estabeleceu um objetivo ambicioso de aumentar a proporção de colaboradores com ascendência negra no Reino Unido em mais de 30% até 31 de dezembro de 2025, em comparação com a base de referência de 3,0% em 31 de dezembro de 2021. Ao definir o objetivo aspiracional, foi consultada a equipa de liderança sénior e a progressão foi monitorizada trimestralmente através de um painel de controlo de etnia. Anualmente, a progressão é apresentada aos representantes dos colaboradores no Fórum de Consulta dos Colaboradores. Ao concentrar-se na retenção e contratação através de um acompanhamento regular, este objetivo foi alcançado em 2025 com 4,0% (2024: 3,7%), o que equivale a um aumento de 30% na percentagem de colaboradores com ascendência negra em comparação com a linha de base de 2021.

No Reino Unido, o banco tomou medidas para expandir o conhecimento institucional sobre a mobilidade social, uma vez que esta se tornou uma prioridade de inclusão emergente em 2025, reconhecendo que o talento não é definido por antecedentes ou circunstâncias. Os programas de carreiras iniciais do banco no Reino Unido incluem o Advance, destinado a proporcionar aos estudantes do primeiro ano de licenciatura provenientes de meios socioeconómicos mais desfavorecidos uma exposição ao mundo da banca e um programa de aprendizagem que combina formação no local de trabalho com tempo de estudo, bem como apoio financeiro para um programa de licenciatura no Investment Bank, no Corporate Bank e na divisão de Tecnologia, Dados e Inovação. Além disso, Laura Padovani, membro do Conselho de Administração e defensora global da mobilidade social, organizou um painel de discussão sobre mobilidade social que foi disponibilizado a todos os colaboradores a nível mundial.

O banco construiu uma base sólida de apoio e visibilidade para a comunidade LGBTQI+ através do Grupo de Recursos para Colaboradores dbPride, que celebrou o seu 25.º aniversário em 2025. O dbPride lidera celebrações globais, como as marchas do Orgulho em cidades de todo o mundo e a participação no evento "Ring the Bell for LGBTQI+ Equality", que contou com a presença de Rebecca Short, membro do Conselho de Administração e defensora da inclusão LGBTQI+. Estes esforços valeram ao Deutsche Bank o reconhecimento como líder no setor da inclusão LGBTQI+.

Em 2025, o banco expandiu ainda mais a sua estratégia de bem-estar e inclusão, lançando um Grupo de Trabalho Global para a Neurodiversidade, centrado na sensibilização, educação, orientação e ajustamentos no local de trabalho, com o objetivo de revelar os pontos fortes únicos dos indivíduos neurodivergentes. Bernd Leukert, membro do Conselho de Administração e defensor global da neuroinclusão, organizou um painel de discussão global sobre o tema, que foi disponibilizado a todos os colaboradores a nível mundial.

Para apoiar a inclusão de pessoas portadoras de deficiência, o banco disponibiliza postos de trabalho acessíveis, adaptações razoáveis e opções de trabalho flexíveis. Os escritórios mais recentes aplicam princípios de conceção universal para apoiar ainda mais a acessibilidade e a inclusão de todos. O banco também assegura empregos externos para pessoas portadoras de deficiência, por exemplo, através da sua cooperação de longa data com a Associação de Grupos de Trabalho Protegidos (Genossenschaft der Werkstätten, GDW) na Alemanha.

A capacidade do banco para medir o número de colaboradores com deficiência depende da autodivulgação voluntária e é limitada pelas leis de proteção de dados, por exemplo, o Regulamento Geral Europeu de Proteção de Dados. Além disso, devido ao estigma social que persiste, muitas pessoas optam por não partilhar esta informação, mesmo em localizações onde é permitido ao banco perguntar. No final de 2025, o banco empregava 2.720 pessoas portadoras de deficiência (2024: 3.057), das quais 1.571 do sexo feminino (2024: 1.820) e 1.149 do sexo masculino (2024: 1.237). Na Alemanha, o banco empregava 2.185 pessoas portadoras de deficiência no final de 2025 (5,7% do quadro de pessoal do banco) (2024: 2.511/6,2%). A divulgação baseia-se no código social alemão IX. A redução de 337 colaboradores deve-se principalmente à Alemanha, com menos 326 colaboradores portadores de deficiência, sobretudo devido a reduções de efetivos decorrentes de aposentações e reformas antecipadas.

Colaboradores com deficiência por género

Género	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Número de colaboradores portadores de deficiência	Percentagem de colaboradores portadores de deficiência (em %)	Número de colaboradores portadores de deficiência	Percentagem de colaboradores portadores de deficiência (em %)
Mulher	1.571	3,5	1.820	4,1
Homem	1.149	2,2	1.237	2,4
Outros ¹	—	—	—	—
Não comunicado	—	—	—	—
Total	2.720	2,8	3.057	3,2

¹ Género indicado pelos próprios colaboradores

O banco continua a capacitar os seus colaboradores com recursos para praticar a inclusão e compreender melhor como tomar decisões justas relacionadas com as pessoas, através da formação exigida pelo Código de Conduta e de outras ofertas voluntárias, como a formação de gestores em contratação inclusiva, formação de novos gestores e formação em liderança inclusiva como parte do Currículo para Todos os Gestores, conforme descrito na secção "Desenvolvimento de talentos" do capítulo "Força de trabalho própria".

O Deutsche Bank apoia muitos grupos voluntários e interprofissionais liderados por colaboradores (conhecidos como Grupos de Recursos dos Colaboradores) que unem colegas com caraterísticas, antecedentes e experiências comuns e os seus apoiantes. Os Grupos de Recursos dos Colaboradores estão abertos a todos os colaboradores, independentemente da sua identidade, com os

objetivos centrais de (i) promover uma cultura inclusiva em que todos possam ter um sentimento de pertença, (ii) apoiar os Recursos Humanos na compreensão e eliminação de barreiras para grupos específicos, e (iii) melhorar a marca do banco enquanto empregador e a sua marca em geral. Dependendo da localização, os Grupos de Recursos dos Colaboradores do banco apoiam uma variedade de comunidades, tais como mulheres, colaboradores LGBTQI+, colaboradores de origens multiculturais, pais e cuidadores, diferentes gerações, pessoas portadoras de deficiência ou neurodivergência e veteranos militares. Estes esforços combinados ajudam a prevenir a discriminação, o assédio e as represálias.

Em 2025, várias organizações proeminentes reconheceram os esforços de inclusão do Deutsche Bank e muitos colaboradores individuais foram reconhecidos como modelos de inclusão:

Tipo	reconhecimento	Sede	Organização
Disposições	Melhor Banco para Diversidade e Inclusão	APAC	Euromoney
Género	Melhores Empresas para Mulheres	Índia	Seramount e AVATAR
	Melhores Práticas em Diversidade e Inclusão	Espanha	Prémios WomenCEO
	50 Melhores Empresas para a Igualdade de Género	Reino Unido	The Times
Deficiência	Melhores Empresas para a Inclusão de Pessoas	Índia	DisabilityIN
	Platinum Enabling Mark	Singapura	SGenable
LGBTQ+	ERG LGBTQI+ do Ano	Índia	India Workplace Equality Index
	Outstanding Network Group	Reino Unido	Prémios LGBT da Grã-Bretanha
	Equality 100 Award	EUA	Human Rights Campaign Foundation
	Classificação de Ouro	Japão	Work With Pride
	Platinum Employer	Austrália	Prémios Australianos para a Inclusão LGBTQ+

Incidentes e reclamações

ESRS S1-1, ESRS S1-17, ESRS G1-1, ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 MDR-P

O Deutsche Bank esforça-se por proporcionar à sua força de trabalho um ambiente de trabalho isento de assédio, discriminação e represálias e onde os direitos humanos são protegidos em todas as circunstâncias. Qualquer coisa menos do que isso impediria o banco de prosperar, de aprofundar a confiança das partes interessadas e de salvaguardar a sua reputação. Para alcançar o ambiente de trabalho pretendido, o Deutsche Bank definiu políticas, estruturas, processos e comités, conforme estabelecido nos subcapítulos "Políticas relacionadas com a força de trabalho própria" e "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria".

No entanto, além do mero cumprimento das políticas, estruturas e processos, o Deutsche Bank está empenhado em fazer sempre o que é correto e adequado. O Deutsche Bank exige que os seus colaboradores e os membros do seu Conselho de Administração respeitem a letra e o espírito do Código de Conduta, tal como descrito no subcapítulo "Políticas relacionadas com a força de trabalho própria" do capítulo "Força de trabalho própria". Em caso de potenciais infrações, está em vigor um quadro de denúncia de irregularidades para apresentar, investigar e sancionar quaisquer incidentes, tal como descrito no subcapítulo "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria". Na maioria das circunstâncias, os colaboradores do Deutsche Bank atuam com integridade e adotam os comportamentos corretos, em total conformidade com as políticas e procedimentos do banco. Para as ocasiões limitadas em que a conduta fique abaixo dos padrões exigidos, por exemplo, no caso de potenciais violações do Código de Conduta, o Deutsche Bank estabeleceu mecanismos para levantar tais questões, como o canal de denúncia e o canal de gestão de reclamações, e estabeleceu procedimentos para investigar e sancionar quaisquer reclamações e incidentes, tal como descrito no subcapítulo "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria". As reclamações dos colaboradores e não colaboradores são tratadas de acordo com a legislação local. Além disso, o banco implementa controlos e processos internos para detetar se algo não está bem e, se for caso disso, procede a uma investigação. Dependendo das circunstâncias e da gravidade, pode ser necessário agir, incluindo a aplicação de medidas disciplinares aos colaboradores. Além disso, o Deutsche Bank presta apoio contínuo ao bem-estar dos colaboradores afetados negativamente e ministra formação em toda a organização para sensibilizar a força de trabalho.

O banco esforça-se por tomar decisões disciplinares de forma coerente e transparente, em conformidade com os requisitos legais locais. Todos os colaboradores devem sentir que estão a ser tratados de forma justa. O Deutsche Bank vê fortes ligações entre o comportamento esperado dos seus colaboradores, a forma como a remuneração é determinada para ter em conta o risco e o comportamento, e a ação disciplinar para os colaboradores que não cumprem as expectativas do banco em termos de conduta.

O departamento de Relações com Colaboradores analisa os relatórios de investigação para determinar o curso de ação apropriado, que pode incluir a invocação de processos disciplinares, a aplicação de medidas não disciplinares, como a aprendizagem com incidentes ou o aconselhamento a colaboradores, ou o arquivamento do caso se não houver provas suficientes. As possíveis ações disciplinares para os colaboradores podem ir desde advertências verbais e escritas até ao despedimento, e essas sanções podem ter impacto na remuneração variável e na promoção de um colaborador, o que também está definido na Política de Desempenho, Consequências e Recompensa do banco. As possíveis ações relativas a não colaboradores podem incluir o fim imediato do seu vínculo ou a não prorrogação ou renovação do contrato.

Os incidentes e reclamações reportados, apresentados no quadro seguinte, foram acompanhados nos sistemas globais de gestão de casos do banco, com as ações judiciais relevantes e os montantes das multas, sanções e indemnizações provenientes das respetivas funções do banco.

Incidentes e reclamações

	2025	2024
Número total de incidentes de discriminação, incluindo assédio (confirmados e parcialmente confirmados)	70	57
Número total de reclamações de discriminação (incluindo assédio) e relativas a condições de trabalho apresentadas pela força de trabalho própria através dos canais do Deutsche Bank (excluindo os incidentes acima referidos)	252	202
Montante total das multas, coimas e indemnizações por danos resultantes dos incidentes e reclamações acima referidos (em milhões de euros)	0,91	0,25

Em 2025, os incidentes de discriminação registados, incluindo assédio, representam menos de 0,1% do número total de colaboradores do banco. Neste contexto, entende-se por incidentes quaisquer reclamações de discriminação (incluindo assédio) apresentadas por colaboradores ou não colaboradores através de um processo formal e que tenham sido aceites ou parcialmente aceites pelo banco, bem como quaisquer ações judiciais que digam respeito a alegações de discriminação (incluindo assédio) contra o banco.

As reclamações adicionais de discriminação, assédio ou relativas às condições de trabalho representam menos de 0,3% do número total de colaboradores do banco. Isto significa que, neste contexto, as reclamações são alegações de discriminação ou assédio ou de condições de trabalho feitas por colaboradores ou não colaboradores através de um processo formal que foram indeferidas, deferidas ou parcialmente deferidas e excluindo os incidentes acima relatados. Durante o ano de referência, não foram apresentadas quaisquer reclamações aos pontos de contacto nacionais para as empresas multinacionais da OCDE, tal como no ano anterior.

Os incidentes e as reclamações ocorrem em todas as regiões do banco, geralmente com um número mais elevado nos países com maior força de trabalho. O montante total das coimas, sanções e indemnizações por danos resultantes de reclamações e incidentes é indicado nas demonstrações financeiras do banco na rubrica de Litígios.

Os incidentes e as reclamações são limitados, uma vez que o banco espera que a sua força de trabalho própria se comporte sempre de forma ética e cumpra todas as leis e regulamentos aplicáveis, para garantir um ambiente de trabalho livre de assédio, discriminação e represálias. Nas raras ocasiões em que surgem casos, o banco dispõe de processos robustos para responder e prestar apoio contínuo ao bem-estar dos colaboradores afetados e ministrar formação em toda a organização para sensibilizar para a discriminação, o assédio e a retaliação na força de trabalho.

Centralidade no cliente

A expansão da posição do Deutsche Bank como Global Hausbank está no centro da sua estratégia de crescimento, na medida em que se esforça por se tornar o campeão europeu. Os clientes são o núcleo e o centro da atividade do Deutsche Bank, tal como expresso na declaração de objetivos, na visão, na estratégia e no Código de Conduta do Deutsche Bank. Esta mensagem também faz parte da próxima fase estratégica do banco, que visa expandir o Global Hausbank e tornar-se o campeão europeu no setor bancário, proporcionando uma experiência de cliente sem descontinuidades e tirando partido dos seus pontos fortes e capacidades para ajudar os clientes a navegar num mundo de transição.

Em 2025, o banco aperfeiçoou a avaliação do tópico introduzindo os subtópicos "Responsabilidade por produtos", "Satisfação do cliente" e "Gestão de reclamações do cliente" como requisitos específicos da entidade ao abrigo da ESRS 2 e orientou-se pelos princípios da ESRS S4. Mais detalhes podem ser encontrados na "Dupla avaliação da materialidade".

Reconhecendo que o Deutsche Bank presta serviços a diferentes tipos de clientes, todas as atividades relacionadas com os clientes estão alinhadas com as divisões de negócio do banco. Para obter descrições adicionais das divisões de negócio do banco, consulte "Deutsche Bank Group" no "Relatório de gestão combinado" do Relatório Anual de 2025.

Governança

ESRS 2 GOV-2

O Deutsche Bank dispõe de estruturas de governança distintas para os temas que contribuem para as suas ambições de centralidade no cliente.

Responsabilidade por produtos

O compromisso do Deutsche Bank para com a responsabilidade por produtos é sustentado pelo seu Código de Conduta, aprovado pelo Diretor de Conformidade do banco e aplicável a todos os colaboradores e membros do Conselho de Administração do banco. Além disso, o banco dispõe de um sistema de governança concebido para rever e comunicar os requisitos políticos, conforme necessário, incluindo um quadro político abrangente.

Satisfação do cliente e gestão de reclamações do cliente

O Deutsche Bank utiliza o feedback dos clientes para garantir a qualidade e, onde necessário, conceber programas de melhoria. As perspetivas agregadas sobre as principais tendências, os conhecimentos adquiridos e as medidas corretivas são partilhadas com a direção e outras partes interessadas relevantes em todo o Grupo Deutsche Bank. Os membros do Conselho de Administração responsáveis pelas divisões de negócio supervisionam os programas de satisfação do cliente. No que se refere às questões gerais relacionadas com a gestão das reclamações dos clientes, o Diretor de Conformidade responde perante o membro do Conselho de Administração responsável pela Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira. Ao nível das divisões de negócio, o diretor de cada unidade de negócio é responsável e responde perante o respetivo membro do Conselho de Administração.

Estratégia

ESRS 2 SBM-2, ESRS 2 SBM-3

O Investment Bank e o Corporate Bank, com base no Programa de Centralização no Cliente do Deutsche Bank, continuaram em 2025 a promover uma franquia mais interligada e centrada no cliente, reforçando a colaboração interbancária em torno dos clientes, alinhando os dados e as ferramentas dos clientes em todo o Grupo e melhorando a afetação de recursos dos clientes para apoiar o Valor Acrescentado para o Acionista (SVA). Ambas as divisões melhoraram a rentabilidade dos recursos financeiros dos clientes através de planos de ação alinhados com as capacidades do Deutsche Bank e através do acompanhamento dos indicadores de rentabilidade ao nível dos clientes, proporcionando transparência no consumo de recursos e assegurando que as considerações relativas ao SVA se refletem nas decisões de cobertura. A colaboração em torno dos clientes aumentou, o que se reflete numa maior densidade de produtos e numa prestação mais constante da experiência do banco em soluções de financiamento, consultoria, banca de transações, mercados e gestão de riscos. Também se registaram progressos no alinhamento dos dados e das ferramentas dos clientes, incluindo a simplificação do panorama da gestão das relações com os clientes (CRM), a redução da fragmentação e dos custos e a melhoria das ferramentas que apoiam um ciclo de vida mais eficiente dos clientes, desde a integração e o KYC até às operações e à liquidação, apoiado por uma maior disponibilidade de dados, análises e inteligência artificial (IA).

O Private Bank combina escala e estabilidade nos seus dois setores de clientes: a divisão de Personal Banking, centrada nos clientes de retalho na Alemanha, bem como em Itália, Espanha e Índia, e a divisão de Wealth Management, que serve os clientes afluentes, de elevado património líquido e de ultra elevado património líquido a nível mundial. Em conjunto, estes setores apoiam a proposta de Hausbank Global do Deutsche Bank, fornecendo soluções integradas de crédito, depósitos e investimentos, ao mesmo tempo que respondem às necessidades mais sofisticadas dos clientes através da colaboração entre divisões com o Corporate Bank, o Investment Bank e o DWS. A divisão de Personal Banking está a avançar com um modelo omnicanal que dá prioridade ao digital, incluindo a modernização da sua presença nas sucursais, melhorias no aconselhamento remoto e a aceleração da implementação de serviços digitais e móveis. A divisão de Wealth Management pretende crescer nos principais mercados e aprofundar as relações com indivíduos com um património líquido muito elevado, escritórios familiares e empresários, com o apoio da contratação de talentos específicos, de capacidades de crédito mais fortes e de uma gama mais vasta de soluções de investimento.

A divisão de DWS continua a desenvolver iniciativas destinadas a reforçar a centralização no cliente. Embora muitas destas medidas estejam ainda numa fase inicial, foram concebidas para apoiar uma franquia mais interligada e eficaz e para contribuir para a criação de valor a longo prazo. Durante o ano passado, a DWS aperfeiçoou ainda mais o seu modelo de segmentação de clientes, introduziu uma abordagem mais unificada ao envolvimento dos clientes em todas as regiões e melhorou a gestão de campanhas globais.

No Deutsche Bank e na DWS, o objetivo global continua a ser colocar as necessidades dos clientes no centro das atividades, mesmo que o impacto total destas recentes alterações de processos ainda esteja a desenvolver-se.

Responsabilidade por produtos

As relações de confiança com os clientes são desenvolvidas quando o banco fornece os seus produtos e serviços com integridade. Na prática, isto significa que os produtos e serviços do banco são concebidos com o contributo de várias funções de controlo, verificando se são adequados ao mercado relevante e se estão alinhados com os objetivos e valores do banco. O Deutsche Bank procura cumprir as regras e regulamentos relevantes e esforça-se por ser justo, claro e exato na comercialização dos seus produtos e serviços.

Satisfação do cliente

O Deutsche Bank está empenhado no sucesso duradouro e na segurança financeira dos seus clientes, tanto no país como no estrangeiro, razão pela qual a recolha sistemática de feedback dos clientes é um aspeto importante das ambições do Deutsche Bank em matéria de centralização no cliente. Cada uma das divisões de negócio do banco avalia a satisfação dos clientes de forma adequada aos seus grupos específicos de clientes. Embora não existam objetivos quantitativos específicos definidos, cada divisão de negócio utiliza métricas personalizadas em alinhamento com os respetivos grupos de clientes, para monitorizar os desenvolvimentos atuais relacionados com os clientes, acompanhar o progresso das iniciativas associadas e implementar melhorias sempre que necessário.

Gestão das reclamações dos clientes

Por uma questão de princípio, o Deutsche Bank esforça-se por evitar a apresentação de reclamações, mantendo um processo sólido de aprovação de novos produtos, de modo a garantir que todos os produtos e serviços cumprem elevados padrões de qualidade. Além disso, os pontos fracos identificados são comunicados aos proprietários dos produtos e aos responsáveis pelos serviços para que decidam as medidas de correção a tomar em caso de reclamações justificadas. Em todo o caso, o Deutsche Bank procura contactar os queixosos (clientes e não clientes) e chegar a uma solução em tempo útil. Os queixosos podem apresentar as suas reclamações em qualquer agência local, por e-mail, online ou por telefone. O Deutsche Bank esforça-se por confirmar a receção das reclamações com a maior brevidade possível e por procurar resolvê-las de forma rápida e transparente. Além disso, o Deutsche Bank monitoriza continuamente as reclamações para detetar tendências emergentes e identificar as causas profundas. O Deutsche Bank também analisa as reclamações para detetar problemas recorrentes.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) em todo o banco são identificados e avaliados através da dupla avaliação da materialidade, descrita em pormenor no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" desta Declaração de Sustentabilidade.

Os IRO são descritos no quadro seguinte, juntamente com uma visão geral das políticas, ações, métricas e objetivos para gerir os IRO relacionados.

Tópico: Centralidade no cliente							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Responsabilidade por produtos	A jusante	Curto prazo	Risco	Risco de ações judiciais, de controlo regulamentar e de danos para a reputação em consequência de o Deutsche Bank não garantir que os produtos e serviços são adequados ou apropriados para o cliente ou que um produto que o Deutsche Bank fabrica ou distribui é adequado para o mercado-alvo	Política de adequação e idoneidade (cliente e produto)	Processos de aprovação de novos produtos e de revisão sistemática de produtos	Painéis de controlo e relatórios internos com vários indicadores de adequação
			Impacto negativo	Impacto negativo nos clientes diretos, incluindo consumidores e utilizadores finais, em consequência de o banco não garantir que os produtos e serviços são adequados ou apropriados para o cliente ou que um produto que o banco fabrica ou distribui é apropriado para o mercado-alvo		Avaliações regulares do risco e dos controlos a nível da divisão Formações obrigatórias para colaboradores	Eventuais provisões nas demonstrações financeiras associadas a incidentes de incumprimento
Satisfação do cliente	A jusante	Curto prazo	Impacto positivo	O Deutsche Bank serve todos os seus clientes através da prestação de serviços financeiros específicos, em função das suas necessidades, por exemplo, empréstimos a retalho, gestão de património, produtos adaptados ao mercado de capitais, soluções de financiamento e investimento e serviços de consultoria. O Deutsche Bank considera importante responder à evolução das necessidades e expectativas dos clientes	Declaração de objetivos do Deutsche Bank	Programa Centralização no Cliente do Deutsche Bank	Negócios incrementais ganhos no Corporate Bank
		Longo prazo	Oportunidade	Oportunidade de aumentar as receitas e melhorar a reputação da marca devido a mecanismos de feedback bem estabelecidos e a esforços de melhoria contínua. Contribuindo assim para a confiança e fidelização dos clientes		Monitorização da satisfação dos clientes através de inquéritos, utilização de dados internos sobre os clientes e dados externos sobre quotas de mercado	Quota de mercado do Investment Bank Net Promoter Score para o Private Bank e Asset Management

Tópico: Centralidade no cliente							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Gestão das reclamações dos clientes	A jusante	Curto prazo, Médio prazo, Longo prazo	Oportunidade	Oportunidade de aumentar as receitas e melhorar a reputação da marca devido ao facto de levar a sério as reclamações dos clientes e procurar soluções no interesse mútuo do banco e dos seus clientes	Política de Reclamações de Clientes, incluindo anexos específicos por país	Estabelecer funções específicas de gestão das reclamações dos clientes e nomear responsáveis pelas reclamações	Evolução anual das reclamações (em %)
		Longo prazo	Impacto positivo	Impacto positivo nos clientes através da implementação de procedimentos eficazes de gestão das reclamações dos clientes, permitindo a resolução atempada dos problemas e a melhoria contínua dos produtos e serviços	Procedimento de Reclamações de Clientes Procedimento operacional principal da divisão para o tratamento de reclamações, abrangendo também quaisquer requisitos específicos do país	Processos e controlos para captar, investigar, comunicar, analisar e resolver reclamações de forma estruturada	

Responsabilidade por produtos

ESRS 2 MDR-P

Adequação e idoneidade de produtos

A Política de Adequação e Idoneidade do Deutsche Bank (Clientes e Produtos) define as normas mínimas que todas as divisões devem cumprir, incluindo a implementação de controlos relacionados com a realização de avaliações de adequação e idoneidade, conforme relevante, a clareza dos avisos e notificações fornecidos aos clientes, bem como a eficácia desses avisos. Esta política estabelece os requisitos para as avaliações/aprovações de idoneidade ou adequação necessárias antes de iniciar atividades de investimento com um cliente. Esta política aplica-se a todos os colaboradores das unidades de negócio a nível global, exceto a DWS. Está em vigor uma política equivalente para a DWS. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento, implementação e documentação de processos e controlos que cumpram os requisitos desta política. Esta política respeita vários regulamentos globais, como a Diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros (MiFID). Para reduzir o risco de envolvimento em atividades de investimento que não sejam adequadas ou apropriadas para os clientes e, por conseguinte, reduzir o risco de venda abusiva e as respetivas consequências financeiras, esta política estabelece as normas mínimas para as devidas diligências/aprovações exigidas antes do envolvimento em atividades de investimento com um cliente. A política é disponibilizada na página da intranet do Deutsche Bank, acessível a todos os colaboradores do banco. As métricas relacionadas com as violações da política são fornecidas mensalmente ao Comité de Risco Operacional global do banco. Outros indicadores relacionados com os produtos e serviços subjacentes são monitorizados pelo Diretor de Conformidade e pelos Conselhos de Risco Operacional a nível das divisões. Incluem alertas de vigilância relevantes, infrações à aprovação de novos produtos e outras métricas.

As políticas de ciclo de vida de produtos e ciclo de vida de operações estruturadas das divisões apoiam os esforços do banco no sentido de oferecer produtos e serviços baseados em processos e princípios concebidos para cumprir os requisitos legais e regulamentares. Por exemplo, descrevem os fatores que podem ser considerados para monitorização, a fim de determinar se os produtos foram vendidos apenas ao grupo de clientes adequado. Em conformidade com os requisitos regulamentares, o banco avalia, sempre que necessário, vários parâmetros, incluindo a complexidade de um produto, bem como o conhecimento do produto, a experiência, a classificação regulamentar e os objetivos de investimento dos clientes.

Os processos de aprovação e de análise sistemática de novos produtos do Deutsche Bank constituem um quadro de controlo destinado a gerir os riscos associados aos novos produtos e serviços e à gestão do respetivo ciclo de vida. Estes processos são supervisionados pelas equipas do Gabinete de Novos Negócios e de Ciclo de Vida de Produtos e Operações Estruturadas, no âmbito da função de Gestão do Risco Operacional. Os produtos e serviços existentes são revistos em ciclos de um a três anos, a fim de avaliar se continuam a ser adequados à sua finalidade e coerentes com as características e objetivos dos respetivos mercados-alvo. Cada produto ou serviço deve ser patrocinado por um diretor-geral da empresa, que é o seu responsável máximo.

Práticas de venda e marketing

ESRS 2 SBM-3, ESRS S4-1, ESRS S4-2, ESRS S4-3, ESRS S4-4

O Deutsche Bank está empenhado em comercializar produtos e serviços de forma responsável e em fornecer informações em que os clientes podem confiar. Isto permite aos clientes tomar decisões informadas com base em informações exatas e claras. Por conseguinte, a Política de Comunicações com Clientes/Público e Materiais de Marketing do banco exige que todas as comunicações cumpram normas e requisitos mínimos, além de serem justas, claras e não enganadoras. Por exemplo, ao referir os potenciais benefícios de um produto ou serviço, a informação tem de dar uma indicação justa e proeminente de quaisquer riscos relevantes. Esta política aplica-se a todos os colaboradores do Deutsche Bank, a nível mundial, que participam nas comunicações com clientes, exceto a DWS. Está em vigor uma política equivalente para a DWS. Esta política respeita várias regras e regulamentos regulamentares globais, como a MiFID. A política é disponibilizada na página da intranet do Deutsche Bank, acessível a todos os colaboradores do banco. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento, implementação e documentação de processos e controlos que cumpram os requisitos desta política.

As divisões e unidades de negócio do Deutsche Bank dispõem de controlos que refletem os produtos e serviços que oferecem. Por exemplo, a atividade de Investment Banking e Mercados de Capitais compara periodicamente uma amostra dos seus pitchbooks com uma lista de verificação predefinida para verificar se os produtos e serviços foram apresentados de forma justa e clara e se incluem as divulgações e isenções de responsabilidade adequadas. Os resultados desses controlos, tais como o número de exceções, são incluídos nos materiais discutidos nos fóruns de governação de topo, a fim de identificar quaisquer tendências negativas e, se necessário, propor medidas de correção. Além disso, a empresa realiza avaliações de risco regulares, para além da avaliação regular de risco da conformidade, que considera a adequação do ambiente de controlo em todas as divisões. A natureza e a extensão dos controlos são determinadas por vários fatores, incluindo a base de clientes, a disponibilidade de produtos, os volumes de negócios, os requisitos regulamentares, os incidentes anteriores e os problemas identificados.

O banco implementou controles e processos concebidos para personalizar produtos e serviços para clientes potenciais e existentes em várias dimensões. O banco tem como objetivo minimizar e/ou mitigar adequadamente quaisquer conflitos de interesse que o banco possa encontrar ao fornecer produtos ou serviços. As componentes variáveis dos planos de remuneração da direção são cuidadosamente concebidas para estabelecer incentivos adequados, nomeadamente no que respeita à conduta e à adesão à cultura aspiracional do banco.

Conflitos de interesses

A política do Deutsche Bank em matéria de Conflitos de Interesses define as disposições do banco em matéria de identificação, documentação, escalonamento e gestão de conflitos de interesses, incluindo quando esses conflitos de interesses surgem no contexto da atividade no âmbito da MiFID. Esta política aplica-se a todos os colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial. O banco procura assegurar que um conflito de interesses não afeta negativamente os interesses dos clientes, do banco, dos seus acionistas ou de outras partes interessadas, através da identificação, prevenção ou gestão do conflito de interesses. A política é disponibilizada na página da intranet do Deutsche Bank, acessível a todos os colaboradores do banco. A direção é responsável, no âmbito de um quadro de normas mínimas, pela aplicação e manutenção de disposições destinadas a identificar, documentar e gerir conflitos de interesses nas respetivas áreas de responsabilidade.

Além das divisões de negócios, o banco dispõe de várias funções de controlo que gerem, direta ou indiretamente, os conflitos de interesses. Por exemplo, o Gabinete de Conflitos, que faz parte da função de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira, é o principal responsável pela identificação e gestão dos conflitos relacionados com as transações e apresenta relatórios à Direção do banco pelo menos uma vez por ano. Além disso, o Gabinete de Conflitos apoia a gestão de conflitos através da manutenção de barreiras de informação destinadas a restringir os fluxos de informação entre as diferentes áreas do banco e, em conjunto com a Conformidade dos Colaboradores, a operação de processos destinados a identificar e gerir ou evitar conflitos de interesses decorrentes de transações pessoais dos colaboradores e de interesses comerciais externos.

Processos de gestão de reclamações de clientes

Se um cliente manifestar insatisfação com um produto ou serviço, o banco dispõe de procedimentos para resolver a situação de forma equitativa. A política e o procedimento global do Deutsche Bank em matéria de reclamações são adotados pelas unidades de negócio e, se necessário, alargados para dar resposta a outros requisitos regionais e comerciais. Mais informações podem ser encontradas nos capítulos subsequentes "Gestão de Reclamações de Clientes".

O banco pode ser objeto de um litígio nos casos em que estas reclamações não possam ser resolvidas de outra forma. Quaisquer questões importantes são divulgados no Relatório Anual 2025, "Demonstrações Financeiras Consolidadas", "Notas ao Balanço Consolidado", "Nota 27 Provisões".

Formações sobre a responsabilidade por produtos

O programa de formação em conformidade do Deutsche Bank foi concebido para abordar estas áreas importantes. A Formação de Sensibilização para o Greenwashing trata da prevenção de enganar os clientes ou o público relativamente às normas ambientais ou sociais dos produtos do banco. Existem também módulos de formação sobre a comunicação com os clientes, a identificação e a gestão de conflitos e a verificação da adequação e da idoneidade dos produtos. O módulo sobre o Código de Conduta inclui também tópicos relacionados com a responsabilidade pelos produtos. O Deutsche Bank considera que é fundamental que todos os colaboradores concluam esta última formação. Se não o fizerem, isso podem afetar negativamente a remuneração dos colaboradores e da chefia. Os colaboradores de todas as divisões de negócio do Deutsche Bank recebem formação sobre os deveres do banco para com os clientes através dos módulos de formação Princípios Básicos de Conformidade ou Deveres para com os Clientes, consoante as suas subdivisões. O pessoal do sector da banca de retalho do Private Bank na Alemanha recebe ainda uma formação separada centrada na proteção dos consumidores.

Satisfação do cliente

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS S4-1, ESRS S4-2, ESRS S4-3, ESRS S4-4

Corporate Bank

Proporcionar uma excelente experiência ao cliente está no centro da estratégia do Deutsche Bank. A ambição é clara: criar uma viagem sem esforço para o cliente, apoiada por um serviço de excelência, construindo uma confiança a longo prazo através da transparência, eficiência e melhoria contínua.

Para clientes empresariais e instituições financeiras globais, é aplicado o modelo da Equipa de Serviço ao Cliente (CST). A CST reúne especialistas de todo o banco para gerir as relações de forma holística. Ao utilizar dados internos e externos, a CST avalia regularmente a satisfação e o desempenho dos clientes, assegurando um envolvimento proativo. A direção proporciona um patrocínio ativo e um canal de feedback adicional, reforçando ainda mais o enfoque da instituição em ouvir as necessidades dos clientes e responder eficazmente.

Desde 2018, as equipas de Corporate Cash Management (CCM) do banco têm realizado inquéritos estruturados aos clientes para obter feedback detalhado sobre a experiência de serviço. Em 2025, mais de 1.600 clientes participaram neste inquérito, contribuindo para a evolução da estratégia de serviços e produtos, bem como para a melhoria da oferta digital. No ano em curso, o inquérito foi alargado de modo a incluir Trust & Securities Services, reforçando ainda mais a capacidade do banco para agir em função das reações dos clientes.

Dado que as expectativas dos clientes continuam a evoluir rapidamente, as suas perceções estão a ser integradas mais profundamente nos processos de governação e inovação. O objetivo é proporcionar uma experiência sem descontinuidades em todos os pontos de contacto, apoiada pela transformação digital, pela excelência operacional e por uma cultura de responsabilidade.

Investment Bank

O Investment Bank utiliza uma variedade de informações (dados internos dos clientes, feedback direto dos clientes, dados externos, incluindo quota da carteira e feedback dos clientes sobre o Deutsche Bank) para avaliar uma série de parâmetros relacionados com o seu desempenho junto dos clientes. Estes são depois monitorizados regularmente e fornecem informações, tais como a força e a saúde da relação com clientes ou grupos de clientes específicos. Os dados também permitem a análise de tendências mais amplas do mercado e dos clientes, o que contribui para a estratégia global da divisão. Para viabilizar a estratégia de clientes do Deutsche Bank, existem equipas dedicadas à estratégia de clientes nos grupos de Fixed Income & Currencies, Investment Banking e Mercados de Capitais. Estas equipas são responsáveis pelo acompanhamento do desempenho dos clientes, incluindo a sua satisfação, e pela comunicação com as respetivas equipas de gestão de cobertura existentes em toda a organização.

Como parte da monitorização contínua do envolvimento dos clientes, o grupo de Fixed Income & Currencies recebe regularmente feedback diretamente dos clientes institucionais, quer através de Broker Reviews, quer através de reuniões e chamadas diretas (por exemplo, com a Administração do Deutsche Bank). As Broker Reviews consistem na avaliação e discussão, por parte do cliente, do desempenho do Deutsche Bank em termos de fornecimento de produtos e serviços em relação aos seus pares. Além disso, o feedback dos clientes pode ser recebido durante as reuniões bilaterais com os clientes. Esta informação é depois partilhada com a equipa de Gestão e Cobertura relevante para incorporar o feedback com o objetivo de melhorar continuamente o serviço ao cliente.

Tal como já foi referido na secção relativa à satisfação dos clientes do Corporate Bank, o Investment Bank também aplica o enquadramento da Equipa de Serviço ao Cliente aos seus clientes.

Private Bank

No Private Bank, a satisfação dos clientes é medida principalmente com base no Net Promoter Score (NPS). O NPS mede a vontade dos clientes de recomendarem o Deutsche Bank numa escala de 0 a 10 e pergunta as suas razões. As pontuações do NPS podem variar entre -100 e 100 e as respostas dos clientes dividem-se em três categorias: Promotores, Passivos e Detratores.

O Private Bank comunica regularmente o NPS às administrações de topo, regionais e das sucursais. O processo de NPS no Private Bank é coordenado a nível global, mas é implementado em cada região para garantir que os inquéritos respondem às necessidades comerciais locais.

Clientes de Wealth Management com património elevado/ultraelevado (U/HNW) - Global

Em 2025, foram enviados inquéritos online aos clientes de Wealth Management U/HNW para avaliar o desempenho do NPS. Os resultados de cerca de 1.800 respostas em todas as regiões mostraram que quase 80% dos clientes a nível global são Promotores

da marca (em comparação com 75% em 2024) com um NPS ponderado pelas receitas de 70 (em comparação com 67 em 2024) e um NPS global de 75 sem a ponderação das receitas regionais aplicada (em comparação com 71 em 2024). A ponderação das receitas para a pontuação global do NPS da Wealth Management em 2025 é de 50% na Alemanha e 50% no resto do mundo, em comparação com 52% na Alemanha e 48% no resto do mundo em 2024.

Private Bank na Alemanha - excluindo clientes de Wealth Management U/HNW

No âmbito da marca Deutsche Bank, o NPS foi introduzido em 2022 numa abordagem faseada. Como um banco multicanal, o Private Bank integrou todos os principais pontos de contacto com o cliente na estrutura do NPS, incluindo agências, centros de atendimento telefónico e canais digitais nas marcas Deutsche Bank e Postbank. Tanto as interações de vendas como de serviços são sistematicamente medidas, permitindo ao Private Bank melhorar com precisão a experiência do cliente. Por exemplo, os clientes são convidados a dar o seu feedback imediatamente após várias interações – como uma visita a uma agência, a utilização de serviços online selecionados, a compra de um produto ou uma conversa com o centro de atendimento telefónico.

O processo de inquérito NPS garante que o consultor do cliente relevante recebe prontamente o feedback do NPS e pode responder ao feedback do cliente de forma oportuna. Isto é particularmente importante em situações em que tenha havido feedback negativo e permite uma correção rápida.

Em 2025, o NPS da marca Deutsche Bank para os clientes de Personal Banking e Private Banking manteve-se num nível elevado de 62 (em comparação com 67 em 2024). Mais de 173.500 clientes partilharam o seu feedback em 2025, tendo 74% sido identificados como Promotores que recomendariam o Deutsche Bank. Para a marca Postbank, com a implementação completa do NPS em meados de 2024, o NPS melhorou em 2025 para 22 (em comparação com 13 em 2024). Todos os canais revelaram melhorias significativas na satisfação dos clientes, com as agências a obterem a classificação mais elevada, uma vez que são o ponto de contacto que oferece o contacto mais pessoal com o cliente. Em 2025, mais de 65.800 clientes deram a sua opinião.

Private Bank em Itália, Espanha e Bélgica - excluindo clientes de Wealth Management U/HNW

O NPS dos clientes de Personal Banking e Private Banking é medido periodicamente todos os anos nos três países. Os clientes são contactados principalmente através de inquéritos online (em Itália e em Espanha, em alguns casos, também através de entrevistas telefónicas) para obter informações sobre o NPS.

A pontuação do NPS de 2025 para a Espanha de 15 (em comparação com 12 em 2024) - com base em 4.516 feedbacks de clientes (em comparação com 9.048 em 2024) - e para a Bélgica de 12 (em comparação com 10 em 2024) - com base em 7.327 feedbacks de clientes (em comparação com 5.026 em 2024) - mostram uma tendência positiva em comparação com os resultados do ano anterior.

Em Itália, foi iniciado no início de 2025 um processo de seleção de um novo prestador de serviços de NPS. Consequentemente, as atividades de inquérito foram retomadas no segundo semestre do ano. Consequentemente, não está disponível uma comparabilidade para o ano inteiro, pelo que o resultado do NPS para 2025 não é divulgado. A métrica continua a ser comunicada, utilizando a pontuação de 13 do NPS da Itália em 2024, com base em 9.991 respostas de feedback de clientes.

Asset Management

A DWS refere-se aos investidores institucionais e intermediários como clientes, também para efeitos do presente relatório. Os termos "utilizadores finais" e "consumidores" referem-se a pequenos investidores, que são clientes indiretos, servidos através de intermediários e investidores institucionais. Esses clientes de retalho são investidores em fundos de investimento e produtos ETF/ETC, pelo que não são abrangidos pelo âmbito do presente relatório.

Para medir a satisfação dos clientes a nível mundial de uma forma coerente, foi publicado em 2022, como projeto-piloto, um novo inquérito de satisfação dos clientes com os 50 principais clientes mundiais, incluindo parceiros de distribuição estratégicos, utilizando a metodologia do Net Promoter Score. O inquérito tem como objetivo melhorar a experiência do cliente e reforçar a orientação centrada no cliente. O Net Promoter Score avalia a probabilidade de recomendar a DWS a um contacto comercial e varia de -100 a +100. Em 2025, a DWS realizou o quarto inquérito anual com mais de 300 clientes de topo abrangidos. A pontuação de 2025 foi de 63 (em comparação com 53 em 2024) em todos os clientes. A equipa interna dedicada responsável pela gestão e análise deste inquérito de satisfação do cliente constitui recursos específicos afetados ao acompanhamento e melhoria da satisfação do cliente.

A direção analisa regularmente os resultados intercalares e compara os resultados internos com as referências do setor. Todos os resultados são comunicados às partes interessadas internas relevantes, incluindo a direção, e servem de base para definir os passos de desenvolvimento. Em resposta ao feedback dos clientes, a DWS adotou, por exemplo, uma digitalização da comunicação proativa, como os materiais informativos, para garantir uma melhor antecipação das necessidades dos clientes e uma maior transparência. A otimização contínua continua a ser uma prioridade, com iniciativas para expandir os serviços que melhoram a experiência do cliente.

Gestão das reclamações dos clientes

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-A, ESRS S4-1, ESRS S4-2, ESRS S4-3, ESRS S4-4

O Deutsche Bank estabeleceu processos globais para o tratamento das reclamações dos clientes. Estas são delineadas na Política de Reclamações dos Clientes e detalhadas no Procedimento de Reclamações dos Clientes. A política e o procedimento são complementados por documentos operacionais chave específicos da unidade, que preveem a implementação de todos os requisitos da política e do procedimento nas unidades. Todos estes documentos são disponibilizados no portal de políticas do Deutsche Bank, acessível a todos os colaboradores do banco. Além disso, a política e o procedimento estão em conformidade com as Diretrizes para o tratamento de reclamações para os setores bancário e de títulos, emitidas conjuntamente pela ESMA e pela EBA, e com a sua interpretação pela Autoridade Federal Alemã de Supervisão Financeira (BaFin). A política e o procedimento estabelecem normas mínimas globais para o tratamento de reclamações de clientes e para garantir que todas as localizações, agências e subsidiárias tratam e resolvem as reclamações de clientes de forma imparcial e sem atrasos indevidos. Aplicam-se a todas as divisões de negócio e às funções de infraestruturas de apoio. Todas as unidades são responsáveis pela aplicação da política e do procedimento, respetivamente. A política e o procedimento definem quais as reclamações de clientes que estão dentro ou fora do âmbito de aplicação e estabelecem requisitos para o registo, a comunicação interna e externa e o encaminhamento de reclamações de risco acrescido, determinando simultaneamente funções e responsabilidades. Os requisitos locais estão previstos em anexos nacionais à política. Estão excluídas do âmbito de aplicação as preocupações manifestadas por colaboradores sem relação com a atividade bancária e de títulos do Deutsche Bank, bem como as preocupações manifestadas por fornecedores, corretores, intermediários ou empresas do Grupo Deutsche Bank que recebem serviços do banco. Uma vez que as reclamações de clientes são tratadas pelas funções de gestão de reclamações de clientes nas unidades, cada chefe de unidade é responsável pela implementação dos requisitos da política e dos procedimentos e, por conseguinte, nomeia um chefe global de gestão de reclamações responsável pela supervisão e pelo tratamento quotidiano das reclamações dos clientes. As reclamações de clientes que apresentam um risco acrescido de causar danos significativos ao Deutsche Bank ou aos seus clientes (por exemplo, potenciais perdas financeiras, alegadas atividades criminais) são prontamente encaminhadas para as funções relevantes, a fim de dar início a investigações mais aprofundadas e tomar as medidas adequadas. A eficácia do processo é demonstrada através do controlo do encerramento das reclamações dos clientes. Os indicadores relativos às reclamações dos clientes são incluídos nos relatórios das divisões aos seus quadros superiores e ao Conselho de Administração. Entre outros indicadores, o banco utiliza as tendências no número de reclamações de clientes apresentadas e encerradas, bem como as tendências no tempo médio de tratamento e nas compensações pagas ao longo de dois trimestres consecutivos para avaliar o desempenho e a eficácia do tratamento das reclamações de clientes no banco a nível global. As alterações relevantes estão a ser avaliadas qualitativamente e analisadas pelas divisões de negócio. Estes processos apoiam a correção dos impactos negativos identificados que possam ter surgido.

Não só os produtos e serviços podem ser objeto de uma reclamação de cliente, mas também o próprio processo de gestão das reclamações. As reclamações sobre o processo também podem ser utilizadas para avaliar a satisfação com o processo de gestão de reclamações.

Corporate Bank

No Corporate Bank do Deutsche Bank, o tratamento eficaz das reclamações é parte integrante das práticas comerciais sustentáveis e da orientação para o cliente. A abordagem foi concebida para garantir a transparência, a responsabilidade e a melhoria contínua em todas as equipas do Corporate Bank.

As reclamações são geridas no âmbito de um quadro globalmente coerente, alinhado com os requisitos regulamentares e supervisionado pela Equipa de Risco Operacional. Os processos para o tratamento de reclamações estão definidos na Política de Reclamações de Clientes, no Procedimento de Reclamações de Clientes e nos principais documentos operacionais de Tratamento de Reclamações, Relatórios e Controlos - Corporate Bank Global, bem como no Beschwerdemanagement - Private Bank & Corporate Bank Germany, em conformidade com o quadro de governação estipulado pela Conformidade como função de segunda linha detentora de políticas. Estes documentos operacionais fundamentais são atualizados pelo menos uma vez por ano.

Em 2025, o Corporate Bank continuou a normalizar o tratamento e a gestão das reclamações em todo o Corporate Bank a nível mundial, a fim de facilitar uma visão coerente dos dados relativos às reclamações e uma gestão holística do tratamento das reclamações dos clientes. Este trabalho apoiou o compromisso da instituição para com a excelência operacional, centrando-se numa resolução mais rápida das reclamações e numa redução do volume de reclamações. Uma vez apresentadas, as reclamações são acompanhadas individualmente, com protocolos de encaminhamento para garantir uma resolução atempada. As revisões mensais e as análises de tendências ajudam a identificar as causas de raiz e a introduzir melhorias nos processos, na comunicação e na tecnologia.

Em 2025, as reclamações do Corporate Bank registaram uma redução de 3% face ao ano anterior. A transição associada à atualização digital e às alterações da banca online resultou num aumento temporário das reclamações de clientes no Corporate Bank Germany. Entre os fatores adicionais incluem-se questões operacionais, erros no tratamento da informação e atrasos na comunicação - áreas em que o Corporate Bank continua a investir para melhorar a experiência do cliente e reforçar a eficácia dos processos.

Investment Bank

No Investment Bank do Deutsche Bank, a gestão eficaz das reclamações dos clientes é considerada fundamental para práticas comerciais sustentáveis e para promover uma profunda confiança dos clientes. A abordagem da divisão foi concebida para garantir a transparência, a responsabilidade e a melhoria contínua em todas as suas áreas de atividade.

As reclamações são geridas no âmbito de um quadro de controlo e governação globalmente coerente, alinhado com os requisitos regulamentares e supervisionado pela Equipa de Risco Operacional do banco. Os processos para o tratamento de reclamações estão definidos na Política de Reclamações de Clientes, no Procedimento de Reclamações de Clientes, bem como no Documento Operacional Chave para o Tratamento de Reclamações de Clientes - IB Global & CRU, em conformidade com o quadro de governação estipulado pela Conformidade como função de segunda linha detentora de políticas. O principal documento operacional é atualizado pelo menos uma vez por ano.

Em 2025, o Investment Bank centrou-se na melhoria da qualidade da recolha e resolução dos dados relativos às reclamações, com uma governação regular da qualidade dos dados do registo de reclamações, da exaustividade dos dados e da prontidão da resolução. Uma vez apresentadas, as reclamações são acompanhadas individualmente, com protocolos de encaminhamento para garantir resoluções atempadas. As revisões mensais e as análises de tendências ajudam o banco a identificar as causas de raiz e a introduzir melhorias nos processos, na comunicação e na tecnologia. Qualquer alegada conduta incorreta é investigada e tratada prontamente, em conformidade com as rigorosas obrigações regulamentares de comunicação do banco.

Em 2025, as reclamações do Investment Bank registaram uma redução de 0,5% face ao ano anterior. Os principais motivos de reclamação incluem questões operacionais, execução de transações e questões relacionadas com o serviço. Estas perceções orientam os investimentos contínuos do banco em melhorias de processos, e o Investment Bank aproveita estas tendências e o feedback dos clientes associado como um catalisador para melhorar os seus serviços, reforçando a resiliência operacional e reforçando a confiança dos clientes.

Private Bank

O Private Bank opera a nível mundial e cumpre diversos requisitos regulamentares e legais para o tratamento das reclamações dos clientes. O Private Bank mantém funções dedicadas de gestão de reclamações em todas as regiões onde opera, para garantir o cumprimento do quadro global de reclamações de clientes do Deutsche Bank e dos regulamentos locais - e para manter os mais elevados padrões de serviço ao cliente. Estas funções são apoiadas por políticas e procedimentos abrangentes, concebidos para cumprir a legislação local e as expectativas regulamentares, incluindo o documento operacional chave global do Private Bank, que é atualizado anualmente.

Os clientes podem apresentar reclamações através de vários canais, incluindo pessoalmente, por e-mail ou por telefone. Podem também contactar um provedor de justiça local ou nacional ou outra autoridade reguladora, conforme permitido por lei. Todas as reclamações são imediatamente registadas num registo digital e atribuídas a um responsável pela reclamação designado, que é responsável por conduzir uma investigação exaustiva e dar uma resposta dentro do prazo exigido pelos regulamentos locais.

Durante todo o processo, os direitos de confidencialidade e de proteção de dados são rigorosamente respeitados. Sempre que necessário e possível, são tomadas medidas imediatas para minimizar potenciais danos materiais aos clientes. Quando são necessários conhecimentos especializados, as funções de gestão de reclamações colaboram com as funções de defesa de segunda linha, incluindo Conformidade, Combate à Criminalidade Financeira e o Departamento Jurídico, para garantir uma resolução rápida e eficaz, mas também para tirar partido de conhecimentos especializados.

O Private Bank privilegia a melhoria contínua. As tendências das reclamações e as análises das causas são regularmente revistas pela direção a nível local, regional e global. As questões que representam um risco significativo, real ou potencial, para os clientes são encaminhadas sem demora para os órgãos de governação adequados, assegurando a rápida identificação e implementação de medidas corretivas.

Em 2025, o Private Bank conseguiu uma redução de 20% nas reclamações dos clientes em relação ao ano anterior, com as melhorias mais significativas na Alemanha, Espanha e Bélgica.

O Private Bank na Alemanha inclui as seguintes áreas de cobertura: Private Banking e Wealth Management. Em comparação com 2024, registou uma redução de 19% em novas reclamações, impulsionado por menos problemas na sequência da migração técnica dos clientes do Postbank e de medidas de correção que reduziram os tempos de resolução. As reclamações mais comuns diziam

respeito a atrasos nos envios postais, questões relacionadas com heranças, atualização digital e questões relacionadas com a banca online e encerramento de contas.

As reclamações contra o Private Bank em Espanha diminuíram 57%, em grande parte devido a menos pedidos de reembolso de taxas hipotecárias, que tinham tido um impacto significativo nos valores de 2024. As medidas de correção aplicadas nos últimos dois anos também reduziram os tempos de processamento. As restantes reclamações incidiam sobre despesas hipotecárias, fraude, condições e comissões dos cartões renováveis e processos Conheça o seu cliente (KYC).

O Private Bank em Itália registou um aumento de 12% nas reclamações, devido a uma série de fatores. Embora o programa local de remediação KYC tenha continuado a ser o principal motor, o seu impacto diminuiu em relação ao ano anterior. Neste contexto, as restrições temporárias de contas foram principalmente causadas pela falta de documentação dentro dos prazos exigidos. Para atenuar estes problemas, foram já implementadas melhorias contínuas nos processos, que estão a reduzir ainda mais o volume de reclamações. Paralelamente, estão em curso atividades de remediação estruturadas para identificar e tratar as fontes mais fragmentadas de reclamações que estão na origem do aumento anual, garantindo a resolução progressiva dos problemas subjacentes.

As reclamações contra o Private Bank na Bélgica diminuíram 5%, graças às iniciativas do conselho de qualidade belga para resolver problemas de TI e de processos operacionais.

O Private Bank na Índia registou um aumento de 11% nas reclamações, principalmente devido a reclamações relacionadas com pagamentos e serviços de pagamento. Na sequência de esforços de remediação eficazes e de formação específica para o pessoal da linha da frente e da retaguarda, o volume de reclamações diminuiu no último trimestre de 2025.

Os volumes de reclamações em outras localizações internacionais do Private Bank mantiveram-se excepcionalmente baixos, com 0,1% do volume global das divisões, demonstrando uma redução de 13% em relação ao ano anterior, sem que tenham sido identificados fatores específicos.

Asset Management

As reclamações fornecem informações valiosas sobre o desempenho da DWS na perspetiva do cliente. São também uma oportunidade para reconstruir e melhorar as relações com os clientes. Para garantir que os riscos e questões são identificados e tratados, a função central de Conformidade da DWS supervisiona os processos de gestão de reclamações. Foi criada uma função central de gestão de reclamações da DWS para comunicar todas as reclamações dos clientes às administrações relevantes a nível interno e às autoridades de supervisão a nível externo, conforme estipulado pela legislação local.

Uma reclamação significa qualquer expressão de insatisfação sobre os serviços ou produtos de gestão de ativos da DWS, independentemente de ser justificada ou não. O autor da reclamação pode ser um cliente ou um potencial cliente, uma pessoa singular ou coletiva. Uma reclamação também pode incluir assuntos de relações públicas relativos às práticas comerciais da DWS que possam ter o potencial de prejudicar a reputação, a marca ou o valor de mercado da DWS. A DWS está empenhada em tratar as reclamações de forma justa, eficaz e rápida, investigando cada reclamação minuciosamente e notificando o queixoso sobre o resultado, depois de o assunto ter sido resolvido.

A Política de Reclamações do Grupo da DWS, propriedade da função de Conformidade da DWS, estabelece as normas mínimas aplicáveis globalmente para o tratamento de reclamações em todo o Grupo DWS, concebidas para proporcionar um tratamento imparcial e consistente e a resolução de reclamações sem atrasos indevidos em todas as localizações, sucursais e subsidiárias ou afiliadas. A aplicação desta política reflete a Lei Alemã Relativa às Transações de Títulos (Wertpapierhandelsgesetz (WpHG)). Todos os Diretores das Unidades de Negócio devem estabelecer um quadro adequado para o tratamento de reclamações, incluindo a criação de uma função específica de gestão de reclamações, responsável pela criação de um quadro adequado para o tratamento e gestão de reclamações.

As Unidades de Negócio que lidam com clientes mantêm Documentos Operacionais Chave (KOD), que se referem aos requisitos mínimos do Grupo para o tratamento e comunicação de reclamações e especificam as rotinas de tratamento de reclamações nas suas atividades diárias. Os gestores de topo garantem o cumprimento dos procedimentos e processos de controlo neles documentados.

Os supervisores atestam, em conformidade com o Quadro de Supervisão Global da DWS e os Procedimentos de Supervisão Escritos (WSP), que todas as reclamações recebidas foram tratadas, registadas, investigadas, resolvidas e comunicadas de acordo com as normas mínimas e os requisitos regulamentares. Este WSP descreve o Quadro de Supervisão e Controlo para a DWS, refere-se aos documentos de política relevantes que descrevem os padrões que devem ser respeitados para as Categorias de Risco aplicáveis e define as tarefas que os supervisores devem executar para verificar se as operações da DWS cumprem os padrões e estão em conformidade com as boas práticas comerciais e os requisitos regulamentares aplicáveis. No contexto desta secção, os Supervisores são responsáveis por garantir que as atividades de tratamento de reclamações dos colaboradores que lhes foram atribuídos cumprem as leis, regras e regulamentos aplicáveis, bem como as políticas e procedimentos da DWS.

Os clientes e investidores podem apresentar reclamações pessoalmente ao seu gestor de relações com os clientes, ou por telefone, e-mail ou carta. A DWS publica informações de contacto nos seus websites. A DWS também informa os clientes e investidores sobre a possibilidade de envolver o Gabinete do Provedor de Justiça das Ilhas Virgens Britânicas (Associação Federal de Investimento e Gestão de Ativos e.V.) ou, em alternativa, a Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin). Além disso, a DWS é legalmente obrigada a informar os clientes e investidores de que pode ser apresentada uma reclamação civil em qualquer altura.

Através do uso destes canais para expressar reclamações, a DWS avalia que os seus clientes confiam nas estruturas existentes para expressar como pode melhorar o seu serviço. Além disso, o Deutsche Bank Group tem em vigor uma Política de Manifestação de Preocupações (incluindo a denúncia de irregularidades) que proíbe estritamente as represálias contra qualquer pessoa. Pode encontrar mais informações no capítulo "Cultura, integridade e conduta" da Declaração de Sustentabilidade.

Risco material significa que os queixosos sofreram danos significativos, dificuldades financeiras ou uma ameaça à sua solvência ou quando a reclamação alega uma violação grave da regulamentação e/ou ameaça de litígio. Exemplos de reclamações materiais que são levadas ao conhecimento da direção incluem: Alegações de conduta criminosa da DWS ou de um colaborador, como sobre manipulação de mercado, abuso de informação privilegiada, fraude, suborno ou corrupção; potencial perda financeira para a DWS ou para um cliente de 50.000 euros ou mais; início ou ameaça de litígio (disputa legal) ou escalonamento para terceiros, por exemplo, autoridades de supervisão e provedores; violações de privacidade de dados; probabilidade de interesse público ou atenção dos meios de comunicação.

Relativamente às reclamações, registou-se um aumento de 3,6% em 2025. Não foram registados incidentes de carácter excecional. O volume de reclamações registadas em 2025 representa razoavelmente a atividade comercial típica, com a maioria das reclamações provenientes de pequenos investidores em fundos.

Governança



O Deutsche Bank opera num ambiente com um panorama regulamentar em constante evolução. Para tal, é necessário um acompanhamento e uma melhoria contínuos, adaptando ou alargando os processos e as políticas existentes.

Código de Conduta

O Código de Conduta é a base sobre a qual o Deutsche Bank constrói o seu objetivo "Dedicado ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos nossos clientes no país e no estrangeiro".

Estabelece os padrões de comportamento e conduta que se espera que o banco e todos os colaboradores adotem e é o principal catalisador para alcançar o objetivo, a visão e a estratégia do banco.



Tópicos de governação

Cultura, integridade e conduta	Gestão da cadeia de abastecimento
Combate à criminalidade financeira	Proteção de dados
Comportamento concorrencial	Segurança da informação

Factos e números 2025

Os colaboradores do Deutsche Bank recebem formação regular sobre vários tópicos, como riscos antitrust, o combate à criminalidade financeira, a proteção de dados, a segurança da informação e a cultura de denúncia do banco.

> 99%	47	2.492	> 97%
dos colaboradores participaram na formação sobre o Código de Conduta	iniciativas de cultura, integridade e conduta em todas as divisões e funções de infraestrutura	colaboradores dedicados à luta contra a criminalidade financeira no âmbito de uma unidade autónoma de segunda linha de defesa	de todos os colaboradores concluíram a formação antissuborno e anticorrupção

Informação sobre a governação

Cultura, integridade e conduta

"Capacitação para se destacarem diariamente" é a mensagem aspiracional que sustenta a cultura do Deutsche Bank definida pelo Conselho de Administração em 2024. Esta declaração reflete a noção de que todos os colaboradores devem contribuir proativamente para o sucesso do banco. Ter consciência dos riscos, ser proativo, capacitar-se, fazer perguntas e ajudar a encontrar soluções é fundamental para viver numa cultura que proporcione sucesso duradouro e segurança financeira a todos os clientes do Deutsche Bank. Embora os sistemas, as políticas, as estruturas e os processos reforcem ou prejudiquem uma cultura, os comportamentos são o fator determinante mais válido da experiência cultural.

A cultura aspiracional reflete-se, como tal, em quatro princípios orientadores: agir de forma responsável para inspirar confiança, pensar comercialmente para obter resultados sustentáveis, tomar a iniciativa de criar soluções e trabalhar em colaboração para obter o maior impacto, apoiados por dezasseis comportamentos críticos. Observáveis, mensuráveis e aprendíveis, estes princípios foram concebidos para reafirmar a escolha de comportamento dos colaboradores do banco em qualquer situação, promovendo um sentido de valores partilhados e um entendimento comum das expetativas comportamentais no Deutsche Bank.

Governação

ESRS 2 GOV-2

O banco rege a cultura, a integridade e a conduta através de um programa específico supervisionado pelo Comité de Cultura, Integridade e Conduta, criado pelo Conselho de Administração do Deutsche Bank. O programa faz parte do mandato do comité e é copresidido pelo membro do Conselho de Administração responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank e pelo membro do Conselho de Administração responsável pelo Private Bank. É composto por representantes de cada divisão de negócio e das principais funções de infraestruturas, que são nomeados pelo membro do Conselho de Administração responsável pela respetiva divisão ou função, e tem uma representação feminina de cinco dos quinze membros votantes. O Diretor de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira do banco é o membro do comité responsável pelo quadro de denúncia de irregularidades do banco.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3

O mandato do Comité de Cultura, Integridade e Conduta consiste em dar uma atenção sustentada a todos os aspetos da cultura, supervisionando a implementação e a gestão contínua do quadro de cultura, integridade e conduta. O Quadro define, comunica e reforça as aspirações e comportamentos culturais e integra uma cultura de desempenho sustentável que reflete a adesão às leis, regras e regulamentos e às políticas e procedimentos do banco. O quadro aplica-se a todas as atividades, regiões geográficas e funções de infraestruturas do Grupo Deutsche Bank.

O Deutsche Bank reconhece que a governação é parte integrante da gestão do risco eficaz e da sua cultura empresarial. A organização está empenhada em desafiar-se constantemente, aprendendo lições com acontecimentos passados para melhorar no futuro. De acordo com os seus princípios de gestão do risco e de governação do risco descritos no "Relatório Anual do Deutsche Bank de 2025 – Relatório de Gestão – Relatório de Risco", o banco dispõe de três linhas de defesa para a gestão do risco, que é parte integrante da cultura de risco do banco, uma subcomponente da cultura, sendo as funções e responsabilidades das três linhas de defesa descritas no quadro de gestão do risco do Deutsche Bank.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) em todo o banco são identificados e avaliados através da dupla avaliação da materialidade, descrita em pormenor no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" desta Declaração de Sustentabilidade.

Os IRO são descritos no quadro seguinte, juntamente com uma visão geral das políticas, ações, métricas e objetivos para gerir os IRO relacionados.

Tópico: Cultura, integridade e conduta							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Cultura corporativa	Operações próprias	Médio prazo	Impacto positivo	Uma cultura empresarial aspiracional, que enfatiza a integridade, o comportamento responsável e sustentável, promove a colaboração e incentiva os colaboradores a manifestar uma preocupação através de canais dedicados, tem um impacto positivo no empenho, no bem-estar e no sentido de pertença dos colaboradores	Código de Conduta Quadro de manifestação de preocupaçãos e denúncia de irregularidades	O programa de Cultura, Integridade e Conduta Formações Inquérito aos recursos humanos	Números de formação Número de iniciativas do Plano de Cultura concluídas
			Oportunidade	Uma cultura empresarial aspiracional representa uma oportunidade para aumentar a retenção/produktividade dos colaboradores e a atratividade do empregador, a perceção da marca pelas partes interessadas, bem como benefícios comerciais			
Proteção dos autores de denúncias	Operações próprias	Médio prazo	Impacto positivo	Uma política de tolerância zero contra as represálias é um elemento-chave de qualquer quadro de Manifestação de preocupações, dando garantias aos colaboradores para que manifestem as suas preocupações e questões de forma proativa, permitindo assim uma rápida correção que resulte num impacto positivo global para os clientes, colaboradores e outros grupos de partes interessadas mais alargados	Código de Conduta Quadro de manifestação de preocupaçãos e denúncia de irregularidades Política de manifestação de preocupaçãos (incluindo a denúncia de irregularidades) Documento Operacional Chave de Tratamento da Investigação Interna	Canais de denúncia internos/externos	Números de formação Percentagem regional de casos de denúncia de irregularidades Taxa de substanciação
			Impacto negativo	Uma cultura de represálias contra os denunciadores impede a denúncia de casos de má conduta e, por conseguinte, a identificação, investigação e resolução dos problemas, o que tem um impacto negativo nas partes interessadas em geral e, especificamente, na carreira e no bem-estar das pessoas alvo de represálias			
		Curto prazo	Risco	A investigação inadequada das denúncias, a violação da confidencialidade e/ou as represálias contra os denunciadores acarreta o risco de ações judiciais, de controlo regulamentar e/ou de danos à reputação			

ESRS S1-1, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS G1-1

O Deutsche Bank reconhece a necessidade de uma base comportamental clara e mensurável que abranja tanto a cultura como a conduta. O passado demonstrou os riscos do desalinhamento comportamental: transparência insuficiente, vontade reduzida de manifestar preocupações, falhas de conduta e deficiências operacionais que conduziram a um maior controlo regulamentar, a danos financeiros e de reputação e a uma menor confiança dos clientes e da sociedade. Através dos princípios orientadores da cultura aspiracional, o Deutsche Bank pretende tornar a cultura concreta, escalável e relevante em toda a organização, de modo a obter benefícios como uma melhor colaboração para impulsionar o modelo de Global Hausbank, um melhor desempenho e eficiência individual e da equipa e a capacidade de atrair e reter talentos.

Quadro de manifestação de preocupações e denúncia de irregularidades

Com o foco na confiança, o banco desenvolveu as atividades de Manifestação e expandiu o seu alcance e âmbito para além da comunicação de preocupações, para a capacitação e o propósito, centrando-se na Manifestação como a coisa certa a fazer. Esta mensagem de Manifestação apoia a cultura de supervisão do banco, a cultura aspiracional do banco e a evolução contínua da agenda da Cultura, Integridade e Conduta. Todos os novos gestores são automaticamente inscritos no curso virtual obrigatório sobre Os seus de supervisão enquanto gestor, incluindo conteúdo sobre Manifestar-se e Ouvir, com um ciclo de atualização anual para todos os gestores. Para reforçar e integrar o conteúdo sobre Manifestação, este é incluído em formações obrigatórias como o Código de Conduta para todos os colaboradores (a cada 18 a 24 meses), e a Sensibilização para os Riscos para todos os colaboradores, de dois em dois anos. Em 2025, as taxas de conclusão foram de 99,71% (Código de Conduta), 99,64% (Os seus deveres de supervisão enquanto gestor) e 99,52% (Sensibilização para os riscos).

Os colaboradores são encorajados a falar diretamente com a sua chefia, com os representantes das Funções de Controlo ou com os Recursos Humanos no respetivo idioma. Isto inclui também os processos de reclamação relacionados com o emprego descritos no subcapítulo "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria" da Declaração de Sustentabilidade. No entanto, nos casos em que não se sintam à vontade para utilizar estas vias, existe um quadro para a Denúncia de Irregularidades.

A estrutura de denúncia de irregularidades do banco é regida pela Política de Manifestação de Preocupações (incluindo a denúncia de irregularidades), que abrange todo o grupo. A política está disponível no portal de políticas e é revista, no mínimo, uma vez por ano. Em 2025, a propriedade da política foi transferida do departamento de Conformidade para a divisão de Combate à Criminalidade Financeira. Além disso, a política foi dividida em dois documentos: o Quadro de Manifestação de Preocupações e Denúncia de Irregularidades, que descreve a forma como as preocupações podem ser levantadas, e uma Política de Manifestação de Preocupações (incluindo denúncias) recentrada, que estabelece os requisitos para os colaboradores que recebem preocupações. Ambos os documentos são assinados pelo Diretor Global de Combate à Criminalidade Financeira. O quadro incentiva ativamente os colaboradores a comunicarem possíveis violações de leis, regras, regulamentos, políticas bancárias e conflitos de interesses e reitera a exigência estabelecida no Código de Conduta de que os colaboradores manifestem preocupações sobre possíveis atividades criminosas por parte do banco, dos seus colaboradores, clientes ou terceiros. Os colaboradores podem fazê-lo contactando a Função Central de Denúncias, uma equipa independente da função de Combate à Criminalidade Financeira do banco, especializada em preocupações relacionadas com potenciais condutas impróprias do Grupo Deutsche Bank, daqueles que trabalham no Grupo Deutsche Bank ou de qualquer outra entidade ou pessoa que atue em nome do Grupo Deutsche Bank. O quadro de Denúncia de Irregularidades do banco prevê que todas as denúncias sejam levadas a sério e geridas de forma sensível e confidencial. São apresentados trimestralmente à direção e ao Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização relatórios sobre tendências e temas, incluindo taxas de fundamentação e padrões de factos. Além disso, o presidente do Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização é informado das preocupações com a classificação de risco mais elevada através de notificações ad hoc, de acordo com um procedimento de escalonamento definido.

A função central de Denúncia de Irregularidades tem pessoal dedicado em Frankfurt e Londres e pode ser contactada diretamente, por e-mail ou através da linha direta de Integridade. A linha direta de Integridade está disponível em alemão, inglês e vários outros idiomas. Sempre que a legislação local o permita, os colaboradores podem também comunicar as suas preocupações de forma anónima através da Linha Direta para a Integridade, uma plataforma eletrónica especial e um sistema de comunicação telefónica, sendo o anonimato protegido na medida do possível. Adicionalmente, a Função Central de Denúncia de Irregularidades revê os inquéritos à saída e entrada de novos funcionários como canais adicionais de encaminhamento para identificar proativamente potenciais áreas de preocupação, tal como descrito adicionalmente no subcapítulo "Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações" do capítulo "Força de trabalho própria" da Declaração de Sustentabilidade. A equipa também dispõe de canais de comunicação externos, incluindo canais para denunciar casos de má conduta relacionados com os direitos humanos na cadeia de abastecimento do Deutsche Bank, tal como descrito mais pormenorizadamente no Procedimento de Reclamações Externas sobre Direitos Humanos. A Função Central de Denúncia de Irregularidades avalia cuidadosamente as preocupações comunicadas e encaminha-as para a equipa mais adequada para análise e, quando necessário, investigação.

Qualquer alegação de potencial má conduta interna, independentemente da forma como surge, é investigada de forma proporcional, independente e objetiva, ao abrigo do quadro global de investigação interna do banco, que é regido pelo Documento Operacional Chave (KOD) de Tratamento da Investigação Interna – Função de Investigação Central, Investigações de Auditoria do Grupo, Relações com os Colaboradores. O KOD define normas mínimas sobre a forma como as preocupações relacionadas com incidentes de má conduta interna, que podem exigir uma investigação interna, devem ser atribuídas e tratadas pelas funções de investigação interna do banco, de acordo com mandatos definidos. O proprietário formal e o responsável pela aprovação do documento operacional principal é o Diretor Global da Função de Investigações Centrais. No entanto, é também obtida a aprovação dos Diretores Globais de Investigações de Auditoria do Grupo e Relações com os Colaboradores. As ações de acompanhamento resultantes de uma investigação interna podem incluir, mas não se limitam a alterações de políticas, melhorias de processos e controlos, análises de lições aprendidas ou medidas disciplinares.

O Deutsche Bank proíbe qualquer forma de retaliação contra qualquer pessoa pelo facto de esta ter comunicado preocupações, interna ou externamente, ou ter ajudado a comunicar uma preocupação, ou ter ajudado ou cooperado numa investigação sobre uma preocupação. Este princípio está definido no Código de Conduta do banco e é apoiado por um quadro antirrepresálias, que abrange a prevenção, a deteção e a investigação de atos de represália. A força de trabalho própria do banco é regularmente informada sobre a proibição de retaliação do banco através de uma formação obrigatória, que é reiterada a todos os participantes

numa investigação. As alegações de retaliação são investigadas de acordo com os processos do banco; quaisquer casos confirmados de retaliação são tratados com extrema seriedade e podem resultar em ações disciplinares, incluindo a rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços. O Deutsche Bank mantém também um Grupo Consultivo Antirretaliação, composto por representantes de topo da Função Central de Denúncia de Irregularidades, das Relações com os Colaboradores e dos Recursos Humanos, que se reúnem duas vezes por semana para analisar os casos de retaliação e outras preocupações comunicadas que apresentem um risco acrescido de retaliação, a fim de determinar se são necessárias medidas para mitigar o risco de qualquer retaliação em curso.

A Diretiva da UE relativa à denúncia de irregularidades (Regulamento (UE) 2019/1937) é aplicável ao Deutsche Bank. Em 2025, o banco continuou a melhorar e a atualizar os seus processos de denúncia de irregularidades e de investigação, em conformidade com os requisitos legais e as normas de melhores práticas.

Código de Conduta

O Código de Conduta do Deutsche Bank é a base sobre a qual o banco cumpre o seu propósito. O Código de Conduta tem como objetivo garantir que todos os colaboradores se comportam de forma ética, íntegra e de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis ao banco em todo o mundo, bem como com as políticas e procedimentos do Deutsche Bank. O seu objetivo é promover um ambiente aberto, em que as opiniões diversificadas e a intervenção são valorizadas e em que o sucesso dos colaboradores e do banco se baseia no respeito, na colaboração e no trabalho de equipa ao serviço dos clientes, das partes interessadas e das comunidades. O Conselho de Administração é responsável pela aplicação do Código de Conduta. O código foi atualizado em 2025 e mantém-se alinhado com o quadro "This is Deutsche Bank". Define os padrões de comportamento e conduta do banco, que todos os colaboradores devem respeitar.

O Código de Conduta abrange o impacto sobre as partes interessadas e a sociedade em geral, fornecendo uma panorâmica dos processos que promovem a possibilidade de se manifestarem, comunicarem preocupações e denunciarem irregularidades. Além disso, fornece orientações sobre como agir corretamente, valorizar os colaboradores e criar confiança no local de trabalho, tomar decisões ponderadas, atividades pessoais e relacionadas com clientes, conflitos de interesses, prevenção e deteção de crimes financeiros (incluindo suborno e corrupção), sustentabilidade e respeito pelos direitos humanos, e mercados justos e livres, com os respetivos cenários e ligações às políticas e procedimentos subjacentes. Deste modo, o código atenua o risco de danos à reputação, aumento dos custos (legais) e perda de clientes devido a uma conduta comercial inadequada, gestão incorreta de conflitos de interesses e deveres fiduciários, parcialidade e negligência. O Código de Conduta é revisto anualmente e atualizado sempre que necessário. O ciclo de revisão anual é apoiado por um modelo de governação estabelecido, incluindo grupos de trabalho e apresentação ao Comité de Cultura, Integridade e Conduta, que inclui partes interessadas de todas as divisões e funções da infraestrutura. O código é publicado no website externo do Deutsche Bank e no seu portal interno de políticas.

O Código de Conduta dos Fornecedores sensibiliza para as normas de comportamento que o Deutsche Bank espera dos seus fornecedores. Para mais informações sobre o Código de Conduta dos Fornecedores, consulte o capítulo "Gestão da Cadeia de Abastecimento" na Declaração de Sustentabilidade.

O programa de Cultura, Integridade e Conduta

A cultura e a conduta empresarial do Deutsche Bank são geridas com a ajuda do programa de Cultura, Integridade e Conduta. O programa é um dos mecanismos de apoio à operacionalização do Código de Conduta. Define ações concretas para alcançar uma cultura aspiracional numa base de gestão do banco, como o livro de trabalho anual sobre Cultura, Integridade e Conduta. O programa centra-se no comportamento ético, na Manifestação e nos mais elevados padrões de conduta e integridade em todas as empresas, regiões geográficas e funções de infraestruturas, bem como no reforço do modelo de negócio e da cultura do banco, através de iniciativas e atividades esperadas no período de curto a médio prazo.

Livro de trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta

O livro de trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta é um plano central criado anualmente pelo programa de Cultura, Integridade e Conduta para promover a cultura ética no banco. Em 2025, abrangeu, por exemplo, outras atividades de integração da iniciativa "This is Deutsche Bank", tais como o lançamento de uma formação em cultura aspiracional e a integração dos planos "This is Deutsche Bank" nos planos culturais.

Planos culturais

As divisões e as funções de infraestruturas do banco desenvolvem e implementam os seus próprios planos culturais e são responsáveis pela promoção da cultura ética em cada uma das respetivas unidades. Estes planos integram iniciativas e ações obrigatórias definidas pelo comité, bem como iniciativas próprias das divisões e das funções de infraestruturas para dar resposta às suas principais necessidades individuais. As divisões e funções apresentam anualmente ao comité os seus planos culturais e fornecem-lhe atualizações trimestrais sobre a execução dos seus planos. Têm de apresentar provas dos progressos realizados, tais como a conclusão das 47 iniciativas, incluindo as metas subjacentes em 2025, para garantir que os planos são concluídos a tempo e cumprem as normas de cultura aspiracional. Em 2025, as iniciativas do Plano Cultural foram otimizadas e identificadas em função dos quatro grupos de ação do Inquérito aos Colaboradores: "Estratégia e Transformação", "Liderança", "Desenvolvimento Sustentável de Carreiras" e "Desempenho e Feedback". Esta situação conduziu a um número reduzido de ações (2024: 74 iniciativas, 2025: 47 iniciativas), aumentando simultaneamente o âmbito das atividades e dos objetivos intermédios acompanhados no âmbito dessas iniciativas.

Análises da cultura

Em 2025, o Quadro de Análise da Cultura foi objeto de uma revisão que resultou em funções e responsabilidades revistas e mais claras, e num alinhamento reforçado com o quadro "This is Deutsche Bank" e a cultura aspiracional, que constitui uma referência para as análises da cultura. Foram realizadas quatro análises em áreas de negócio individuais e, embora não tenham sido identificadas questões culturais importantes, cada análise incluiu uma série de recomendações relevantes para melhoria em tópicos como as comunicações internas e o tom desde o topo, bem como a defesa de uma colaboração mais proativa entre as linhas de defesa.

Programa This is Deutsche Bank

As ações supervisionadas pelo programa de Cultura, Integridade e Conduta estão estreitamente alinhadas com o quadro "This is Deutsche Bank" lançado em 2024. O quadro "This is Deutsche Bank" define o objetivo a longo prazo do banco, a sua visão, estratégia e cultura, descrevendo a instituição que pretende ser para os clientes, colaboradores e sociedade. A estrutura ancora o objetivo do banco como a estrela norteadora do banco, que define a dedicação do Deutsche Bank ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos seus clientes no país e no estrangeiro. A visão do banco traduz o propósito num objetivo tangível a longo prazo: tornar-se o Global Hausbank, o Campeão Europeu e a primeira escolha para os clientes. Um roteiro claro para alcançar a sua visão é definido pela estratégia do banco, que se centra no reforço de posições de liderança no mercado em quatro negócios centrados no cliente, impulsionando o crescimento direcionado no mercado doméstico e internacionalmente, e avançando com um modelo operacional escalável e cada vez mais capacitado para a IA, com uma afetação de recursos disciplinada para gerar retornos de capital excedente sustentáveis ao longo do tempo. A cultura aspiracional do banco é um fator essencial para a realização do seu objetivo, a concretização da sua visão e o cumprimento da sua estratégia. A sua base é constituída por quatro princípios orientadores delineados na introdução do presente capítulo "Cultura, Integridade e Conduta", que visam moldar uma cultura de desempenho coerente.

"This is Deutsche Bank" é um programa de mudança do banco que apoia as atividades de gestão do programa de Cultura, Integridade e Conduta, através da comunicação, incorporação e medição de uma cultura aspiracional renovada e dos comportamentos associados que a sustentam, para melhorar o impacto positivo do banco nos colaboradores, nas partes interessadas e no sector financeiro. Após a fase de conceção e ativação em 2024, 2025 centrou-se na incorporação da nova cultura aspiracional, por exemplo, através do lançamento de iniciativas-chave centradas no comportamento e da implementação de uma formação em cultura aspiracional que ajudasse todos os colaboradores a compreender como os comportamentos quotidianos contribuem para alcançar a visão e o objetivo do banco. O Global Hausbank Navigator foi lançado para ajudar todos os colaboradores a compreenderem a visão e a estratégia do banco e a encontrarem o seu lugar no mesmo. A ativação e a integração do programa "This is Deutsche Bank" são apoiadas por comunicações do Conselho de Administração e através da intranet do banco.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M

Métricas de cultura e conduta

Trimestralmente, o Comité de Cultura, Integridade e Conduta analisa e avalia 25 indicadores-chave relacionados com a cultura em todo o banco, tais como as reclamações dos colaboradores, a análise da adesão dos colaboradores a determinadas políticas e procedimentos relacionados com o risco, os resultados das investigações (Recursos Humanos, Auditoria do Grupo e Combate à Criminalidade Financeira) e discute a evolução das tendências ao longo dos trimestres, tomando medidas sempre que necessário. Além disso, avalia a informação recolhida através de inquéritos e de contributos dos líderes empresariais para identificar as principais áreas de incidência da cultura e da conduta.

Inquérito aos recursos humanos

O Inquérito Anual aos Colaboradores pede a opinião dos colaboradores para avaliar a sua experiência de trabalho no banco e mede o progresso em aspetos-chave da cultura do banco. Os resultados são colocados no contexto dos grupos de ação definidos "Estratégia e Transformação", "Liderança", "Desenvolvimento Sustentável de Carreiras" e "Desempenho e Feedback" e são monitorizados como iniciativas centrais através do Livro de trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta, bem como através dos Planos Culturais das divisões e das funções da infraestrutura.

Em 2025, o inquérito incluiu perguntas alinhadas com a cultura aspiracional do banco destinadas a fornecer informações sobre a forma como os colaboradores vivenciam a ética e a conduta e manifestam preocupações. Os indicadores culturais revelam uma evolução positiva, nomeadamente nos domínios da ética, da manifestação de preocupações e da sensibilização para os riscos. **Para** mais informações sobre o Inquérito aos Colaboradores, consulte o subcapítulo "Envolvimento com a força de trabalho própria e cultura de feedback dos colaboradores" do capítulo "Força de trabalho própria" da Declaração de Sustentabilidade.

Relatório anual global sobre Cultura, Integridade e Conduta

O Comité elabora igualmente um Relatório Global anual que avalia o que o Comité realizou, ou seja, os progressos alcançados e os pontos fracos identificados, bem como a forma como pode trabalhar eficazmente para aperfeiçoar a cultura ética no ano seguinte (o livro de trabalho sobre Cultura, Integridade e Conduta). Os planos culturais das divisões de negócio e das funções de infraestrutura são utilizados para o relatório global.

Casos de denúncia de irregularidades

A Função Central de Denúncia de Irregularidades avalia cuidadosamente as preocupações comunicadas e encaminha-as para a equipa mais adequada para análise e, se for caso disso, investigação.

Abertura de processos de denúncia

% de processos abertos por região	31 dez 2025	31 dez 2024
Alemanha	34	35
APAC	26	22
Reino Unido e Irlanda (UKI)	15	17
Américas	13	13
Europa (sem Alemanha e Irlanda)	10	11
Médio Oriente e África	1	2

Numa perspetiva regional, a Alemanha registou o maior número de casos remetidos para investigação, seguida da Ásia-Pacífico, Reino Unido e Irlanda, Américas, Europa (sem Reino Unido e Irlanda) e Médio Oriente e África. As alegações foram parcial ou totalmente comprovadas durante os inquéritos em 51% dos casos encerrados ao longo de 2025 (comparativamente a 52% em 2024).

Combate à criminalidade financeira

A criminalidade financeira é prejudicial para a sociedade e pode ter consequências negativas graves para as pessoas, as instituições e a integridade do sistema financeiro. Os participantes na criminalidade organizada praticam fraude, suborno, corrupção, financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais. Os criminosos recorrem a esquemas complexos de branqueamento de capitais, incluindo a colocação seletiva e a estratificação de fundos e ativos através de diferentes fronteiras, na tentativa de integrar o produto dos seus crimes no sistema financeiro mundial. Os atores externos procuram abusar do sistema financeiro para escapar às sanções e aos embargos. Além disso, existe um risco persistente de as organizações terroristas tirarem partido do sistema financeiro para financiar ou facilitar as suas atividades. Os colaboradores do Deutsche Bank podem tentar cometer fraudes internas ou facilitar a evasão fiscal.

A prevenção, deteção e comunicação de crimes financeiros é crucial para as atividades comerciais do Deutsche Bank, sendo uma prioridade melhorar continuamente as capacidades do Grupo na gestão do risco de crimes financeiros. A gestão do risco de criminalidade financeira do Deutsche Bank atenua os impactos e riscos negativos e gera também impactos positivos na sociedade e nas oportunidades de negócio. Políticas, processos e controlos eficazes contra a criminalidade financeira são componentes essenciais da estratégia do Deutsche Bank, juntamente com um conhecimento profundo dos clientes do Deutsche Bank, da sua origem de fundos, da sua origem de riqueza, da sua verdadeira residência fiscal e dos seus beneficiários efetivos finais.

Governança

ESRS 2 GOV-2

Todos os colaboradores do Deutsche Bank são responsáveis pela gestão do risco de criminalidade financeira. As suas responsabilidades e obrigações incluem (i) a prevenção de crimes financeiros através da compreensão dos clientes, da avaliação de potenciais clientes, da execução de controlos preventivos eficazes e da adesão a políticas e processos internos, (ii) a deteção de comportamentos ou padrões invulgares ou suspeitos, nomeadamente através da utilização de sistemas de monitorização de transações, e (iii) a denúncia de clientes, terceiros e/ou transações que pareçam suspeitas ou invulgares. Os tipos de risco de crime financeiro são geridos por equipas especializadas que abrangem o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo, a facilitação da evasão fiscal, as sanções e os embargos, a fraude interna e externa e o suborno e a corrupção.

A decisão final e autoridade em matéria de avaliação, gestão e aceitação dos riscos de criminalidade financeira cabem ao Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo, que dirige a função de Combate à Criminalidade Financeira (AFC) e responde perante o Diretor de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira, um membro do Conselho de Administração. O Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo tem autoridade delegada do Conselho de Administração para estabelecer um quadro de gestão do risco de criminalidade financeira e a tomar as medidas necessárias para gerir os riscos em conformidade com os requisitos legais. O papel do Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo está em conformidade com a lei alemã relativa ao branqueamento de capitais (Geldwäschegesetz), a diretiva da UE relativa ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AMLD IV), as orientações da ABE, bem como outras regras e regulamentos jurisdicionais.

A função de Combate à Criminalidade Financeira atua como uma função independente de segunda linha e define normas de política e controlo que as divisões de primeira linha do Deutsche Bank têm de implementar e operacionalizar. O Conselho de Administração é responsável pela governação e supervisão do Quadro de Gestão do Risco de Criminalidade Financeira do Deutsche Bank e garante que a função de combate à criminalidade financeira pode executar as suas tarefas de forma independente e eficaz. O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank é regularmente informado sobre a situação da gestão do risco de criminalidade financeira pelo Diretor de Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira e pelo Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo, através do Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3

O Deutsche Bank está empenhado em proteger os seus clientes, a sociedade e o seu próprio património, assumindo um papel ativo na prevenção, deteção e comunicação de crimes financeiros. O Deutsche Bank leva a sério a sua responsabilidade de apoiar ativamente os esforços do setor para reforçar os quadros de combate à criminalidade financeira. O incumprimento das leis contra a criminalidade financeira pode ter efeitos graves e imediatos na sociedade. Estes incluem o enfraquecimento do Estado de Direito e da justiça social, o enfraquecimento dos serviços públicos, a redução das receitas fiscais através do pagamento insuficiente de impostos, sanções, a perda de serviços bancários e a instabilidade financeira.

Reconhecendo as ameaças materiais colocadas pela criminalidade financeira, a função de Combate à Criminalidade Financeira definiu uma estratégia abrangente para a prevenção, deteção e comunicação de riscos de criminalidade financeira, a fim de assegurar o mais elevado nível de proteção dos clientes e das partes interessadas do Deutsche Bank, apoiando simultaneamente práticas empresariais sustentáveis. O Deutsche Bank está empenhado em melhorar continuamente o seu ambiente de controlo da criminalidade financeira e em tirar partido da tecnologia e da análise para aumentar a eficácia, eficiência e sustentabilidade dos seus controlos sobre a criminalidade financeira. A sua estratégia de combate à criminalidade financeira centra-se na evolução do programa de combate à criminalidade financeira nas áreas da apetência pelo risco, avaliação do risco, política, formação, operações e tecnologia, garantia e comunicação, ao mesmo tempo que corrige, simplifica e consolida os processos sempre que necessário. A estratégia apoia a tomada de decisões aceleradas em matérias de riscos de criminalidade financeira, aplica normas globais coerentes e promove a colaboração entre divisões e regiões, assegurando que o Deutsche Bank opera no âmbito da sua apetência pelo risco de criminalidade financeira e promove uma cultura de clara responsabilização pelo risco.

A equipa de Combate à Criminalidade Financeira do Deutsche Bank apoia uma forte cultura do risco através da colaboração em todas as linhas de defesa e com aplicação da lei, reguladores e setor privado.. O Deutsche Bank promove uma cultura aspiracional em todo o banco que se centra no trabalho em colaboração e na atuação responsável e íntegra para inspirar confiança, com a direção a desempenhar papel crucial no reforço destes comportamentos. O Conselho de Administração e todos os colaboradores são obrigados a atuar de forma responsável e a comportar-se com integridade para combater a criminalidade financeira. Os colaboradores são encorajados a manifestar-se, uma cultura apoiada por formação e comunicação extensivas.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) em todo o banco são identificados e avaliados através da dupla avaliação da materialidade, descrita em pormenor no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" desta Declaração de Sustentabilidade.

Os IRO são descritos no quadro seguinte, juntamente com uma visão geral das políticas, ações, métricas e objetivos para gerir os IRO relacionados.

Tópico: Combate à criminalidade financeira							
Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Suborno e corrupção	Operação própria, a jusante	Curto prazo	Impacto negativo	Trabalhar com clientes cujas práticas antissuborno não cumprem as normas do banco pode resultar em custos para a sociedade, por exemplo, perda de receitas fiscais públicas, ou prejudicar a integridade da sociedade	Código de Conduta	Contratação de pessoal e processos adequados	Efetivos de AFC
			Risco	Perdas financeiras, litígios e danos à reputação resultantes do envolvimento das funções do banco ou de clientes do banco em atos de suborno ou corrupção	Quadro de gestão do risco de criminalidade financeira	Envolvimento em parcerias	Número de condenações e multas
Branqueamento de capitais, sanções e embargos, fraude, financiamento do terrorismo	Operação própria, a jusante	Curto prazo	Impacto negativo	A criminalidade financeira pode comprometer a integridade da sociedade e gerar custos para a mesma	Código de Conduta	Filtragem de transações	Potenciais provisões nas demonstrações financeiras
			Risco	O não cumprimento das leis contra a criminalidade financeira pode levar a ações judiciais, perda de receitas, danos à reputação e diminuição da confiança	Quadro de gestão do risco de criminalidade financeira	Envolvimento em parcerias externas	
Facilitação da evasão fiscal	Operação própria, a jusante	Curto prazo	Impacto negativo	Os clientes podem explorar acordos fiscais, transferir lucros entre jurisdições e reduzir as receitas públicas - contribuindo para a desigualdade social	Código de Conduta	Envolvimento em parcerias externas	
			Risco	Ações judiciais, danos à reputação e perda de confiança devido a associações com clientes envolvidos em violações da legislação fiscal ou à alegada cumplicidade do banco na evasão fiscal	Quadro de gestão do risco de criminalidade financeira	Formações	

ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

O Deutsche Bank reforça continuamente o seu ambiente e infraestrutura de controlo interno, tirando partido da sua governação empresarial para uma orientação eficaz a nível do Grupo, em conformidade com a estratégia, a apetência pelo risco e os requisitos regulamentares. A função de Combate à Criminalidade Financeira tem um papel integral nas mudanças comerciais estruturais, tais como novos produtos, novas linhas de negócio, expansões ou novas categorias de clientes, para garantir que estão em conformidade com a apetência do Deutsche Bank pelo risco de criminalidade financeira e que as novas ofertas dispõem de controlos eficazes, avaliações de risco e monitorização antes do seu lançamento.

A equipa de Combate à Criminalidade Financeira monitoriza os requisitos legais novos e alterados, traduzindo-os em políticas e apoiando as divisões de negócio na sua implementação nos processos relevantes. Colaboradores dedicados trabalham no domínio do combate à criminalidade financeira, nas divisões de negócio e na área da tecnologia e contribuem para a gestão e prevenção dos riscos de criminalidade financeira. A função de combate à criminalidade financeira contava com 2.058 colaboradores no final de 2025 (2.052 em 2024) e era apoiada por cerca de 578 colaboradores temporários (cerca de 440 em 2024).

Os Estados Unidos estabeleceram um regime de sanções secundárias através do qual podem ser tomadas medidas contra instituições financeiras estrangeiras envolvidas em transações que envolvam a base militar-industrial da Rússia. A violação destas sanções poderia restringir o acesso ao mercado dos Estados Unidos, congelar ativos, prejudicar a reputação e causar perdas de negócios. O Deutsche Bank reforçou os controlos existentes para identificar as transações e os clientes mais expostos ao risco de sanções secundárias e avalia continuamente os seus controlos e processos para cumprir a regulamentação, em especial nas suas filiais, e acompanha e testa regularmente a adesão e os riscos potenciais.

A manutenção de um quadro sólido de gestão do risco de criminalidade financeira reforça a confiança das partes interessadas e posiciona o Deutsche Bank para o crescimento a longo prazo, incluindo o acesso a novos mercados e segmentos de negócio e o aumento do valor da marca. Além disso, este quadro promove a eficiência, atenuando a aplicação incoerente das normas de conformidade em matéria de criminalidade financeira e melhora a partilha de informações. Os controlos rigorosos e a diligência devida relativamente a clientes e produtos reduzem a capacidade de os criminosos financiarem as suas atividades ilícitas, produzindo benefícios positivos a curto prazo para a sociedade, aumentando a confiança dos clientes no Deutsche Bank e reforçando a integridade do ecossistema financeiro.

Parcerias

A prevenção e a deteção da criminalidade financeira requerem um intercâmbio de conhecimentos e experiências com as partes interessadas relevantes, a fim de desenvolver programas eficazes de gestão dos riscos de criminalidade financeira que apoiem a integridade do sistema financeiro. Em 2025, o Deutsche Bank prosseguiu os seus atuais compromissos no setor com as associações relevantes, tais como o Grupo Wolfsberg, e as parcerias público-privadas (colaborações entre os sectores público e privado), bem como o apoio a iniciativas para melhorar a partilha de informações. Desde 2022 que o Deutsche Bank tem lugar no Conselho de Administração da Aliança Alemã contra a Criminalidade Financeira, cujo conselho é composto por representantes do setor financeiro e não financeiro, bem como por autoridades públicas. Outras parcerias incluem a parceria público-privada Europol Financial Intelligence e a Joint Money Laundering Intelligence Taskforce do Reino Unido. Além disso, o Deutsche Bank faz parte do projeto EuroDaT/safeAML na Alemanha para reduzir a criminalidade financeira através da melhoria da partilha de informações entre instituições financeiras.

Quadro de gestão do risco de criminalidade financeira

ESRS 2 MDR-P

O Quadro de Gestão do Risco de Criminalidade Financeira define a abordagem do Deutsche Bank para identificar e gerir os riscos de criminalidade financeira. O quadro categoriza os riscos de criminalidade financeira no âmbito do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da facilitação da evasão fiscal, das sanções e embargos, da fraude interna e externa e do suborno e corrupção. O documento deve ser lido em conjunto com o Código de Conduta, a Política de Gestão do Risco e os documentos fornecidos no Quadro de Risco Operacional. O Deutsche Bank efetua avaliações anuais e ad hoc da sua exposição aos riscos de criminalidade financeira, tendo em conta as atividades comerciais, os clientes, os produtos e serviços, as transações, os canais de distribuição e as localizações geográficas do Grupo.

O Deutsche Bank dispõe de um conjunto abrangente de políticas que estabelecem as normas mínimas em conformidade com os requisitos regulamentares relevantes em todas as jurisdições onde o Deutsche Bank opera. A principal política é a Política de Combate ao Branqueamento de Capitais do Grupo e "Conheça o Seu Cliente", que engloba o combate ao branqueamento de capitais, bem como a prevenção da facilitação da evasão fiscal e o combate ao financiamento do terrorismo, a Política de Sanções, a Política de Combate ao Suborno e à Corrupção e a Política de Combate à Fraude. As políticas aplicam-se a todos os colaboradores e são revistas anualmente, com a participação das partes interessadas relevantes do Deutsche Bank, de acordo com os requisitos de governação do Grupo para Políticas, Procedimentos, Principais Documentos Operacionais e Quadros. As versões mais recentes de todas as políticas estão disponíveis no portal de políticas internas do Deutsche Bank, e as alterações são comunicadas a todos os colaboradores. A familiaridade é reforçada através de formação obrigatória, incluindo ligações às políticas e procedimentos relevantes, e o incumprimento pode levar a ações disciplinares. O Conselho de Administração do Deutsche Bank é o principal responsável pela aplicação destas políticas.

Prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da facilitação da evasão fiscal

O branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e a facilitação da evasão fiscal representam riscos significativos para o Deutsche Bank. Para gerir estes riscos, o Deutsche Bank estabeleceu normas mínimas de controlo, incluindo a diligência devida em relação aos clientes com base no risco, o acompanhamento das transações, a análise de listas de nomes, a investigação de alertas e a comunicação de atividades suspeitas às autoridades. Estes relatórios de atividades suspeitas podem ser desencadeados por alertas de monitorização de transações, referências internas de colaboradores, inquéritos das autoridades policiais ou referências de outros bancos. Outras medidas incluem a avaliação da exposição ao risco dos clientes e a sua redução, por exemplo, através da cessação das relações com clientes e da liquidação ou redução de posições fora da apetência.

A Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e a Política Conheça o Seu Cliente estabelecem os requisitos mínimos de combate ao branqueamento de capitais a nível do Grupo, incluindo medidas de salvaguarda internas, e são complementadas por suplementos nacionais para cumprir os requisitos regulamentares aplicáveis localmente. A política especifica as responsabilidades dos colaboradores no que diz respeito à formação, à comunicação de atividades invulgares, ao encaminhamento de pedidos de informação das autoridades para o Diretor de Combate ao Branqueamento de Capitais da respetiva entidade jurídica, ao conhecimento dos canais disponíveis para manifestar preocupações e comunicar problemas, e à conservação de registos relativos ao combate ao branqueamento de capitais. Os colaboradores relevantes devem, entre outros, efetuar as devidas diligências em relação aos seus clientes, estabelecer a identidade, propriedade e residência dos clientes e determinar o objetivo e a natureza da sua relação. Além disso, devem fornecer informações sobre clientes, transações ou partes ao responsável pelo combate ao branqueamento de capitais, sempre que solicitado, e sair ou rejeitar clientes de acordo com as instruções do responsável pelo combate ao branqueamento de capitais. A política "Conheça o Seu Cliente" prescreve adicionalmente atividades para avaliar o risco de criminalidade financeira subjacente de um cliente ou contraparte, incluindo requisitos sobre o calendário das análises de clientes, medidas de diligência devida na adoção de clientes, análises regulares e orientadas para eventos, o tratamento de pessoas politicamente expostas ou clientes com exposição de risco elevado à evasão fiscal, bem como restrições comerciais e abandonos de clientes.

Cumprimento de sanções e embargos

O Deutsche Bank compromete-se a respeitar as sanções e os embargos impostos pelas Nações Unidas, pela União Europeia e pela Alemanha a nível mundial, bem como as sanções de maior alcance impostas pelas jurisdições em que opera, nomeadamente os Estados Unidos e o Reino Unido. Para gerir o risco de Sanções em conformidade com as Obrigações de Sanções Aplicáveis, o Deutsche Bank filtra as transações, analisa os dados dos clientes e das contrapartes, restringe a negociação de instrumentos financeiros sancionados e toma outras medidas, como a rejeição ou o congelamento de transações, a restrição das atividades dos clientes ou o abandono das relações com os clientes.

A Política de Sanções define os requisitos e as normas para a identificação, o aumento e a gestão dos riscos de sanções e de financiamento da proliferação, e aplica-se globalmente a todos os colaboradores do Deutsche Bank. Nos casos em que os requisitos de uma jurisdição sejam mais rigorosos do que os da Política de Sanções, devem ser seguidos os requisitos locais mais rigorosos. No entanto, quando os requisitos locais são menos rigorosos, prevalece a Política de Sanções global padrão.

Prevenção e deteção de fraude, corrupção e suborno

ESRS G1-1, ESRS G1-3, ESRS G1-4

O Deutsche Bank está empenhado em cumprir as leis antissuborno e corrupção e tem políticas e procedimentos de apoio que são consistentes com os requisitos regulamentares e legais nas jurisdições em que opera e com os princípios da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.

O Deutsche Bank procede a uma avaliação anual dos riscos de suborno e corrupção inerentes e dos controlos correspondentes em todas as suas atividades. Dispõe de políticas, processos e controlos que reduzem a exposição em áreas identificadas como suscetíveis de riscos acrescidos de suborno e corrupção, incluindo presentes e entretenimento, donativos de caridade, associações e patrocínios, integração de clientes e transações, práticas de contratação, joint ventures e investimentos estratégicos, gestão de riscos de fornecedores, livros e registos e contribuições políticas. As políticas e procedimentos em matéria de suborno e corrupção aplicam-se a todos os colaboradores, incluindo os colaboradores com contratos temporários.

O Deutsche Bank continua a reduzir a sua exposição a áreas suscetíveis a risco inerente mais elevado de suborno e corrupção, como o recurso a consultores de desenvolvimento empresarial, e continua a tirar partido da tecnologia para melhorar os seus controlos existentes. Potenciais casos de suborno e corrupção são investigados de forma independente, com ações disciplinares para os colaboradores que vão desde a formação e os sinais de alerta até à rescisão do contrato de trabalho.

O Deutsche Bank implementou um quadro holístico de gestão do risco de fraude nas três linhas de defesa. A segunda linha de defesa detém a governação e define normas mínimas, enquanto a primeira linha de defesa implementa e opera controlos-chave para atenuar o risco de fraude, como a monitorização de transações bancárias online e os procedimentos de chamada de retorno. A Política Antifraude estabelece os requisitos mínimos aplicáveis, fornece orientação para compreender e avaliar o risco de fraude e define a fraude, incluindo a proibição de fraude interna por parte dos colaboradores contra o Deutsche Bank, os seus clientes e

outros terceiros. Além disso, a política estabelece normas para a identificação, a escalada e a gestão da fraude interna e externa, em conformidade com as obrigações aplicáveis, e é apoiada pelo procedimento de afastamento temporário obrigatório.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M, ESRS G1-3, ESRS G1-4
Formação

A formação anual sistemática e obrigatória para todos os colaboradores e trabalhadores contratados abrange todos os riscos de criminalidade financeira, incluindo a prevenção da facilitação da evasão fiscal, a luta contra a fraude, o suborno e a corrupção, e testa os conhecimentos dos formandos sobre estes riscos. O currículo obrigatório é acompanhado por ofertas de formação facultativas adicionais.

Os módulos de formação sublinham a importância de estar atento e identificar os riscos de criminalidade financeira e de manifestar as suas preocupações através dos canais adequados. Os módulos articulam as consequências pessoais, profissionais, financeiras, regulamentares e sociais para os colaboradores e para o Deutsche Bank da não prevenção dos riscos de criminalidade financeira.

Os formandos que não concluírem a formação até à data prevista estão sujeitos a potenciais ações disciplinares e são denunciados à equipa de Sinais de Alerta de Conformidade para investigação.

As taxas de conclusão da formação contra a criminalidade financeira, abrangendo tanto o pessoal interno como o dos fornecedores, são apresentadas em pormenor na tabela seguinte.

Programas de formação de combate à criminalidade financeira

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Pessoal abrangido (em número de efetivos)	Taxa de conclusão (em %)	Pessoal abrangido (em número de efetivos)	Taxa de conclusão (em %)
Programas de formação em matéria de combate ao suborno e à corrupção	111.231	96,51	103.112	99,88
Programas de formação relacionados com o combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo	109.577	99,44	104.605	99,82
Programas de formação relacionados com a prevenção da facilitação da evasão fiscal ¹	50.675	99,71	51.305	99,98
Programas de formação relacionados com sanções e embargos	65.500	99,18	104.157	99,52

¹ A formação em prevenção da facilitação da evasão fiscal é ministrada num ciclo de dois anos. Os números refletem a formação ministrada numa base de implementação distribuída.

Condenações e multas relacionadas com violações da legislação anticorrupção

O Deutsche Bank não tolera o suborno ou a corrupção por parte dos seus colaboradores ou força de trabalho temporária. Todos os colaboradores têm a obrigação de comunicar o seu envolvimento como parte numa investigação ou condenação criminal. Em 2025, não houve condenações por infrações às leis de combate à corrupção e ao suborno reveladas ao Deutsche Bank pelos seus colaboradores ou em que o Deutsche Bank tenha assumido os custos judiciais dos processos subjacentes. Em 2025, não foram aplicadas multas ao Deutsche Bank por violação da legislação de combate à corrupção ou ao suborno.

Comportamento concorrencial

Governança

ESRS 2 GOV-2

O Deutsche Bank reconhece que a gestão eficaz do risco antitrust é parte integrante da sua governação e cultura empresarial. O compromisso do Deutsche Bank para com as regras antitrust é sustentado pelo seu Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração e aplicável a todos os colaboradores e membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank. O Código é revisto regularmente e atualizado, se necessário, em função da evolução ou dos acontecimentos no sector. Os colaboradores são obrigados a atestar regularmente que leram e compreenderam o Código de Conduta.

O Conselho de Administração e todos os colaboradores são responsáveis pela gestão do risco antitrust. O Conselho de Administração supervisiona a gestão do risco em todo o banco. Os departamentos de Conformidade e Jurídico do Deutsche Bank desempenham uma função de controlo independente (segundo nível), promovendo e fazendo cumprir a lei. O Comité de Risco Operacional supervisiona, rege e coordena a gestão dos riscos operacionais a nível do grupo e estabeleceu uma perspetiva holística e transversal dos principais riscos não financeiros do banco. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento de políticas, controlos e procedimentos para definir, implementar e documentar processos e controlos para gerir riscos.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3

O Deutsche Bank procura cumprir as leis, regras e regulamentos relevantes e esforça-se por respeitar a concorrência leal nos mercados. A exposição do Deutsche Bank ao risco antitrust é influenciada pelas suas atividades de mercado, pelos produtos e serviços oferecidos, pelas relações com os clientes e pelas regiões geográficas em que o Deutsche Bank opera.

O Deutsche Bank aplica um modelo de gestão de risco de três linhas de defesa, com base no qual o banco dispõe de um quadro claro que define os deveres e as responsabilidades entre as várias funções, a fim de garantir o cumprimento das obrigações antitrust. O Deutsche Bank identificou o risco antitrust como um dos principais riscos do banco e a Segunda Linha de Defesa supervisiona a implementação holística da gestão do risco antitrust em todo o banco. O risco antitrust foi integrado nos processos anuais de avaliação de riscos do Deutsche Bank. Anualmente, o Deutsche Bank procede a uma avaliação dos riscos antitrust inerentes. O risco antitrust e os fatores de risco subjacentes relevantes fazem parte integrante da avaliação anual do risco e dos controlos em todas as suas atividades e, além disso, a função de Conformidade realiza atividades de monitorização. O Deutsche Bank continua a implementar novos controlos e a reforçar os já existentes nas principais áreas de risco.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) em todo o banco são identificados e avaliados através da dupla avaliação da materialidade, descrita em pormenor no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" desta Declaração de Sustentabilidade.

Os IRO são descritos no quadro seguinte, juntamente com uma visão geral das políticas, ações, métricas e objetivos para gerir os IRO relacionados.

Tópico: Comportamento concorrencial						
Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Operações próprias	Curto prazo	Risco	Risco de perdas financeiras, ações judiciais e/ou danos à reputação em consequência do incumprimento das leis antitrust ou da incapacidade de tomar as precauções necessárias, como a formação dos colaboradores e controlos eficazes, para fazer face aos riscos antitrust	Código de Conduta Política do Quadro de Gestão do Risco Antitrust	Contratação de pessoal e processos adequados Programa de Manifestação de Preocupações Formação	Taxa de conclusão da formação em comportament o concorrencial Potenciais provisões nas demonstrações financeiras (apenas por referência)

ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-P

Os comportamentos anticoncorrenciais e outras violações da legislação antitrust podem ter um impacto negativo nos mercados, nos clientes e na sociedade em geral, com efeitos a curto prazo. O risco de comportamentos anticoncorrenciais é inerente às operações do Deutsche Bank e à escala e complexidade das suas atividades diárias e dos serviços prestados. O Deutsche Bank pode estar exposto a ações judiciais e a danos à sua reputação se as autoridades ou outras entidades tomarem medidas coercivas ou outras medidas corretivas. Os produtos e jurisdições relevantes são normalmente muito regulamentados, com um controlo regulamentar significativo e ações de execução frequentes no sector por incumprimento das regras e regulamentos aplicáveis.

O Deutsche Bank não tolera que os seus colaboradores violem as leis e regulamentos antitrust e está empenhado em cumprir as leis antitrust nas jurisdições em que opera. O ativo mais importante do Deutsche Bank na mitigação dos riscos antitrust são os seus colaboradores. O Deutsche Bank promove uma cultura de risco que incentiva os colaboradores a manifestar-se e uma consciencialização profunda dos riscos antitrust. O tom desde o topo é extremamente importante, e a direção está altamente empenhada em reforçar esta cultura de integridade. O programa de manifestação de preocupações mais alargado e o respetivo canal de denúncias são descritos no capítulo "Cultura, integridade e conduta".

As potenciais situações de má conduta no âmbito de antitrust são investigadas de forma independente e qualquer colaborador que se determine estar envolvido em tal comportamento estará sujeito a ações disciplinares, incluindo sinais de alerta, que podem ir até à rescisão do contrato de trabalho. Os casos identificados de infrações antitrust são comunicados à direção e às autoridades legais ou regulamentares competentes.

O Deutsche Bank estabeleceu e está a operar um quadro dinâmico de gestão de riscos antitrust, e todos os colaboradores são obrigados a aderir aos mais elevados padrões de conduta para evitar infrações às leis antitrust. O Deutsche Bank aplica um quadro de controlo e uma estrutura de governação, defende o desenvolvimento de processos internos sólidos e não apoia ações que constituam violações da legislação antitrust. O Comité de Risco Operacional supervisiona, rege e coordena a gestão dos riscos não financeiros a nível do grupo, incluindo os riscos antitrust. Além disso, um fórum de governação sénior, o fórum operacional antitrust, dedica-se às regras antitrust. Tem representantes em diferentes funções, incluindo negócio, infraestruturas, especialistas em antitrust e colaboradores seniores, e foi integrado na estrutura geral das linhas de reporte do Deutsche Bank, passando para o Diretor de Conformidade e para o Consultor Geral do Grupo, com linhas de reporte e de escalonamento para o Conselho de Administração. O fórum operacional antitrust reúne atualmente sensivelmente de dois em dois meses (seis vezes por ano) para acompanhar os principais desenvolvimentos e tendências externos na área dos comportamentos anticoncorrenciais e ser informado dos principais desenvolvimentos internos relevantes.

O Deutsche Bank implementou a Política-Quadro de Gestão do Risco Antitrust, que é a Política Antitrust do banco, aplicável no Deutsche Bank e nas suas filiais a todos os colaboradores a nível mundial e que estabelece as obrigações dos colaboradores relativamente ao risco antitrust. Esta política deve ser lida em conjunto com o Código de Conduta. É revista anualmente e as alterações relevantes são comunicadas a todos os colaboradores. A versão mais recente da Política Antitrust está disponível no Portal de Políticas interno do Deutsche Bank, disponível na página da intranet e acessível a todos os colaboradores do Deutsche Bank, para minimizar os efeitos negativos de uma potencial infração.

A Política Antitrust exige que todos os colaboradores identifiquem, comuniquem e giram o risco de forma adequada, e prevê canais de escalonamento relevantes para comunicar incidentes relacionados com comportamentos anticoncorrenciais. A política define as manifestações do risco e a forma como o Deutsche Bank gere e mitiga o risco, no âmbito do seu quadro de gestão do risco a nível da empresa. Observa várias regras e regulamentos globais no domínio antitrust e tem em conta a interpretação e a prática de aplicação das autoridades da concorrência. A política abrange áreas-chave do antitrust, incluindo formas de comportamento em conluio, troca de informações com concorrentes, participação em associações comerciais e outros comités externos, bem como outras reuniões de negócios, aspetos relacionados com recursos humanos e atividades de joint-venture e outras formas de cooperação. A política define a governação e estabelece os requisitos e normas mínimas que as divisões relevantes devem cumprir, incluindo a implementação de controlos-chave relacionados com a identificação, prevenção ou deteção de riscos antitrust, conforme relevante. A Gestão do Negócio Regional Sénior é responsável pelo desenvolvimento de políticas e procedimentos para definir, implementar e documentar processos e controlos que cumpram os requisitos da Política Antitrust e é responsável pela implementação das políticas e das normas mínimas.

O Deutsche Bank concebeu e implementou controlos antitrust preventivos e de deteção para gerir o risco antitrust, que são componentes essenciais da estratégia do quadro de gestão de risco do Deutsche Bank. O Deutsche Bank procede anualmente a uma avaliação do risco e do controlo dos riscos antitrust inerentes e dos controlos correspondentes nas suas atividades. Consequentemente, continua a implementar novos controlos e a reforçar os existentes em áreas de risco fundamentais. Por exemplo, estes incluem controlos em torno da interação com terceiros, controlos relacionados com contratos, bem como a monitorização das interações com terceiros. Não se verificaram alterações significativas desde o processo anual de avaliação dos riscos e dos controlos no ano anterior. O risco mantém-se dentro dos limites de tolerância, uma vez que foram desenvolvidas e implementadas medidas de correção personalizadas, incluindo melhorias de controlo, iniciativas de formação específicas e atualizações de políticas.

A formação no domínio antitrust é essencial para garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos antitrust e para sensibilizar os colaboradores para que possam identificar e avaliar melhor os riscos antitrust e agir em conformidade, se necessário. O Deutsche Bank implementou uma formação obrigatória para todo o pessoal sobre os princípios antitrust e os cenários aplicáveis que têm um enfoque regulamentar com base nas suas subdivisões. A formação abrange o conteúdo da Política Antitrust, os principais requisitos de conformidade e as medidas a tomar para comunicar potenciais infrações. A formação antitrust é ministrada de forma recorrente a todos os membros do pessoal a nível mundial através da plataforma de e-learning online do Deutsche Bank. A formação obrigatória em matéria antitrust é complementada por outras ações de formação ad hoc, adaptadas a unidades de negócio específicas. A formação obrigatória foi atualizada em 2025, com cenários atualizados, e relançada para abordar o comportamento anticoncorrencial. Em 2025, as taxas de conclusão da formação foram superiores a 99,6% (2024: superiores a 99,9%).

A formação obrigatória no domínio antitrust está sujeita ao processo de alerta que controla, nomeadamente, a adesão à formação. Os sinais de alerta individuais são considerados em decisões de promoção, remuneração e gestão de desempenho. Para os colaboradores, a não conclusão da formação obrigatória e a conclusão tardia podem resultar em consequências disciplinares que podem afetar negativamente a remuneração dos colaboradores e das suas chefias.

Além disso, o Deutsche Bank inclui no seu Código de Conduta um capítulo dedicado aos mercados livres e justos/antitrust. Paralelamente, a formação relativa ao Código de Conduta inclui um cenário sobre antitrust (comportamento concorrencial).

Além disso, o Deutsche Bank continuou a desenvolver e a atualizar materiais de orientação, notas de orientação e modelos internos relevantes, a fim de ter em conta os desenvolvimentos em curso exigidos pelas leis e regulamentos relevantes e as tendências de aplicação da lei em matéria de comportamentos anticoncorreciais.

Para um resumo das ações judiciais e litígios relevantes e importantes em que é alegado um comportamento anticoncorrencial, consultar a Nota 27 "Provisões – Processos individuais em curso" no Relatório Anual de 2025.

A eficácia da estrutura de gestão do risco antitrust é controlada através do processo anual de avaliação do risco e do controlo do Deutsche Bank e do processo global de governação acima descrito.

Gestão da cadeia de abastecimento

A divulgação do capítulo "Gestão da cadeia de abastecimento" foi transferida da secção "Informações gerais" para a secção "Governança" da Declaração de Sustentabilidade de 2025. Este facto sublinha o papel central da governação na supervisão da gestão da cadeia de abastecimento.

Este capítulo destaca os tópicos materiais identificados através da Dupla Avaliação da Materialidade de 2025 do Deutsche Bank: Combate à Criminalidade Financeira (AFC), incluindo a corrupção e o suborno, segurança da informação e proteção de dados.

Esta secção aborda o impacto que as atividades dos fornecedores a montante do Deutsche Bank têm nas partes interessadas externas e os riscos relacionados com a sustentabilidade que estas exposições representam para o modelo de negócio e o desempenho financeiro do banco. A supervisão do desempenho, da conformidade e da resiliência operacional dos fornecedores ao longo do seu ciclo de vida é liderada pela função de Aquisições Globais e pela gestão de fornecedores, em colaboração com a Gestão do Risco Operacional e a equipa de Aquisições Sustentáveis.

Governança

ESRS 2 GOV-2

O Conselho de Administração do Deutsche Bank mantém a supervisão geral das aquisições sustentáveis e recebe atualizações regulares sobre os progressos realizados em relação aos objetivos definidos. O Diretor de Aquisições Globais e Gestão de Fornecedores, em estreita coordenação com o Diretor de Sustentabilidade, assegura que os princípios de sustentabilidade são integrados nas atividades de compras e alinhados com as prioridades estratégicas do banco.

Desde 2023, a governação no âmbito de Aquisições Globais e Gestão de Fornecedores foi reforçada para promover a transparência, a responsabilização e o envolvimento efetivo dos fornecedores ao longo do seu ciclo de vida. O Fórum de Supervisão ESG de Terceiros reúne a Gestão do Risco Operacional, o Departamento Jurídico do Grupo, o Departamento de Aquisições Globais e o Gabinete de Sustentabilidade para coordenar a supervisão dos riscos de sustentabilidade de terceiros.

A gestão do risco segue o modelo das Três Linhas de Defesa: O departamento de Aquisições Globais gere a conformidade contratual, enquanto a AFC, a Proteção de Dados e a Segurança da Informação mantêm a supervisão de segunda linha e o escalonamento. O Conselho de Administração mantém a responsabilidade através de posições-chave de liderança em Aquisições Globais, Segurança da Informação e Crime Antifinanceiro.

O Fórum de Supervisão ESG de Terceiros também analisa as considerações contratuais e de diligência devida relacionadas com a sustentabilidade nos compromissos com fornecedores, juntamente com as ações de acompanhamento e correção associadas. Isto assegura a aplicação coerente dos requisitos de sustentabilidade do Banco e a supervisão coordenada dos principais riscos ESG de terceiros.

Estratégia

ESRS 2 SBM-3

A estratégia para 2025 continua a dar prioridade à integridade dos fornecedores, às práticas éticas, à segurança dos dados e à resiliência operacional. A prevenção da corrupção e do suborno, a salvaguarda dos ativos de informação, um processo abrangente de diligência devida e a garantia de um tratamento responsável dos dados continuam a ser fundamentais para o compromisso com os fornecedores.

Durante o ano de 2025, o Deutsche Bank reforçou ainda mais o seu modelo operacional, clarificando a propriedade da gestão de exceções, melhorando o acompanhamento do encerramento e alinhando os fóruns de supervisão, reforçando a ligação entre o aprovisionamento, a gestão de contratos e os controlos de sustentabilidade.

Colaboração no setor financeiro

Além das estruturas internas, o Deutsche Bank contribui para a colaboração intersectorial em matéria de contratos públicos sustentáveis. O banco fundou e continua a presidir ao Grupo de Pares da Iniciativa Financeira para o Aprovisionamento Sustentável (FISP), facilitado pela Accenture. Através desta plataforma, o Deutsche Bank colabora com os seus pares do setor financeiro para

partilhar as melhores práticas, enfrentar desafios comuns e promover normas de aprovisionamento responsável. Esta colaboração apoia a melhoria contínua do envolvimento dos fornecedores e a integração dos princípios de sustentabilidade em todo o setor dos serviços financeiros.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) em todo o banco são identificados e avaliados através da dupla avaliação da materialidade, descrita em pormenor no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" desta Declaração de Sustentabilidade.

Os IRO são descritos no quadro seguinte, juntamente com uma visão geral das políticas, ações, métricas e objetivos para gerir os IRO relacionados.

Tópico	Subtópico	Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Combate à criminalidade financeira	Corrupção e suborno	A montante	Curto prazo	Risco	Risco de ação legal, perda de confiança e/ou danos à reputação como consequência de estar associado a fornecedores Tier 1 que são escrutinados por utilizarem a corrupção e o suborno para obterem uma vantagem competitiva	Código de Conduta dos Fornecedores Política de Combate ao Suborno e à Corrupção (ABC)	Monitorização de meios de comunicação social adversos e sanções Controlos de integração e escalonamento dos riscos identificados	Os indicadores e objetivos relativos a estes tópicos são comunicados pelas funções de Combate à Criminalidade Financeira, Proteção de Dados e Segurança da Informação nos respetivos capítulos da presente Declaração de Sustentabilidade
Proteção de dados	Proteção de dados		Curto prazo	Risco	Risco de potencial recolha, processamento ou utilização não autorizados de dados pessoais de clientes ou colaboradores por parte de fornecedores diretos e tratamento inadequado de violações de dados pessoais que não estejam em conformidade com os requisitos contratuais/regulamentares, o que pode resultar em perturbações da atividade, ações judiciais, perda de confiança e/ou danos à reputação	Política de Proteção de Dados Gestão e Governação da Segurança da Informação	Avaliações baseadas no risco e cláusulas contratuais de proteção de dados aplicadas pelo processo TPRM Monitorização contínua e escalonamento de potenciais violações de dados pessoais para a privacidade de dados do Grupo Os fornecedores têm de tratar os dados pessoais apenas nos termos da legislação aplicável em matéria de proteção de dados e das instruções do Banco, bem como comunicar imediatamente qualquer potencial violação	
Segurança da informação	Segurança da informação		Curto prazo	Impacto negativo	Potencial impacto negativo nas partes interessadas, através de fornecedores diretos, devido à recolha, processamento ou utilização não autorizados de dados pessoais de clientes ou colaboradores e ao tratamento inadequado de violações de dados pessoais que não estejam em conformidade com os requisitos contratuais/regulamentares, resultando em roubo de identidade, perdas financeiras, danos na pontuação de crédito ou sofrimento emocional	Quadro de Gestão do Risco de Terceiros	Avaliações baseadas no risco e acordos contratuais Monitorização contínua e notificação e escalonamento de incidentes	

ESRS 2 SBM-3, ESRS G1-1, ESRS G1-2, ESRS G1-6, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

Abordagem e limites

Em 2025, os processos de garantia e comunicação foram aperfeiçoados para melhorar o alinhamento entre os controlos de aprovisionamento, gestão de contratos e sustentabilidade. O Deutsche Bank identifica e gere os impactos materiais, os riscos e as oportunidades decorrentes das suas relações com os fornecedores a montante, no âmbito do processo de ciclo de vida dos fornecedores. A supervisão abrange a diligência devida através do processo de Gestão do Risco de Terceiros (TPRM), integração, contratação e monitorização pós-negociação para garantir que os fornecedores cumprem normas internas consistentes e obrigações regulamentares.

A estrutura do ciclo de vida dos fornecedores integra controlos alinhados com as políticas internas, os requisitos regulamentares e o Código de Conduta dos Fornecedores do banco. Os fóruns de governação analisam os resultados da supervisão para reforçar a transparência, a responsabilidade e a resiliência operacional em toda a base de fornecimento.

Políticas e normas

A gestão do risco dos fornecedores do Deutsche Bank rege-se por um conjunto sólido de políticas internas, incluindo a Política TPRM, a Política de Combate ao Suborno e à Corrupção, a Política de Segurança da Informação, a Política de Proteção de Dados e o Código de Conduta dos Fornecedores, que estabelecem normas mínimas de controlo para todos os fornecedores terceiros. Estas políticas estabelecem coletivamente requisitos de integridade, confidencialidade e conduta empresarial responsável.

A supervisão das relações com os fornecedores está integrada no processo do ciclo de vida dos fornecedores, com a TPRM a servir de mecanismo central para definir expectativas, monitorizar a conformidade e escalar problemas. Todas as políticas relevantes são objeto de uma revisão anual para garantir o alinhamento com as normas internas e a evolução das expectativas regulamentares.

A responsabilidade pela aplicação das políticas está integrada na estrutura de governação das aquisições do banco. O Diretor de Aquisições Globais e Gestão de Fornecedores supervisiona a Política de Aquisições (excluindo a DWS, onde existe uma política equivalente). O Código de Conduta dos Fornecedores é regido pela estrutura de políticas estabelecida pelas Aquisições Globais, com atualizações coordenadas entre os especialistas no assunto e os líderes funcionais relevantes. Esta estrutura assegura uma execução e um escalonamento consistentes das políticas, apoiando o aprovisionamento eficaz e a conformidade regulamentar.

Envolvimento e colaboração das partes interessadas

A colaboração multifuncional entre as funções de Aquisições Globais, Gestão do Risco Operacional, AFC, Segurança da Informação e Proteção de Dados está na base do ambiente de controlo. As sessões de sensibilização dos fornecedores e as discussões sobre gestão de contratos reforçam as normas de conduta, antissuborno, tratamento de dados e segurança da informação. Os resultados da monitorização e o progresso das ações corretivas são comunicados à direção através de fóruns de governação estabelecidos, assegurando a resolução atempada de problemas e promovendo a melhoria contínua.

Combate à Criminalidade Financeira - Corrupção e Suborno

O Deutsche Bank está empenhado em manter os mais elevados padrões de integridade e conduta ética nas suas relações com fornecedores. O banco aplica políticas e controlos para prevenir, detetar e combater a corrupção, o suborno e outras formas de crime financeiro, exigindo que os seus fornecedores cumpram a legislação e as normas internas aplicáveis. As verificações de diligência devida, incluindo o rastreio de meios de comunicação social adversos, a análise de sanções e outros fatores de risco, são realizadas durante os processos de integração e monitorização de fornecedores. Todos os riscos identificados são encaminhados para as funções de controlo adequadas para investigação e atenuação, garantindo que a cadeia de abastecimento do banco se mantém em conformidade e resiliente.

Para mais detalhes sobre a abordagem do Deutsche Bank ao combate à criminalidade financeira, consulte a secção "Combate à Criminalidade Financeira" desta Declaração de Sustentabilidade.

Segurança da informação

No caso de um ataque bem-sucedido, poderá haver um impacto nas partes interessadas do Deutsche Bank e no ecossistema financeiro em geral, devido ao comprometimento de dados, à disseminação não intencional de malware, à indisponibilidade de serviços e à inacessibilidade de sistemas e/ou dados. Isto abrange sistemas de tecnologia da informação internos e de terceiros.

Os riscos de segurança da informação de terceiros são geridos pelo Deutsche Bank através de uma combinação de capacidades, implementando uma abordagem abrangente para mitigar esses riscos. Os principais componentes incluem o programa global de gestão de riscos de terceiros do banco, que foi concebido para identificar, monitorizar e mitigar os riscos associados a compromissos com terceiros. Em combinação, o banco exige a adesão a uma política de segurança da informação com controlos de segurança específicos para terceiros, que incluem requisitos de notificação de incidentes. Os terceiros são também reavaliados periodicamente com base no seu grau de importância (anual ou bianualmente), a fim de obter garantias contínuas de que os requisitos de controlo estão a ser cumpridos. Além disso, são também contratados terceiros em resposta a ameaças e incidentes específicos, para avaliar o eventual impacto na informação do Deutsche Bank.

Para obter mais detalhes sobre a abordagem de segurança da informação do banco, consulte a secção "Segurança da Informação" desta Declaração de Sustentabilidade.

Proteção de dados

A proteção de dados é parte integrante do quadro TPRM do Deutsche Bank. Os fornecedores poderão ter de realizar o tratamento de dados pessoais relativos a clientes, colaboradores ou outras partes interessadas do Deutsche Bank. Esse tratamento tem de ser efetuado em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis em matéria de proteção de dados e privacidade, e apenas na medida do necessário para fornecer os bens e serviços. O Deutsche Bank obrigará contratualmente os fornecedores a tratarem os dados pessoais apenas com base nas instruções fornecidas pelo banco, a cumprirem os requisitos aplicáveis em matéria de proteção de dados e de privacidade e a informarem imediatamente o banco de eventuais violações de dados pessoais.

Para mais informações sobre a abordagem do banco em matéria de proteção de dados, consulte o capítulo específico "Proteção de Dados" da presente Declaração de Sustentabilidade.

Métricas e objetivos

ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 MDR-T, ESRS G1-6

Os indicadores e objetivos relativos a estes tópicos materiais são comunicados pelas funções de Combate à Criminalidade Financeira, Proteção de Dados e Segurança da Informação nos respetivos capítulos da presente Declaração de Sustentabilidade

Embora o Conselho de Administração continue a acompanhar os KPI de ESG relacionados com as pontuações e o desempenho ESG dos fornecedores como parte dos processos internos, estes KPI não estão incluídos no âmbito do relatório de 2025. Esta decisão reflete o resultado da Dupla Avaliação da Materialidade, que determinou que o KPI não é material para a cadeia de valor a montante e, por conseguinte, não está sujeito a divulgação externa neste momento.

Estatísticas de pagamento

O Deutsche Bank promove uma abordagem responsável nas suas relações com os fornecedores e, por conseguinte, divulga voluntariamente as suas estatísticas de pagamentos.

As métricas relacionadas com as práticas de pagamento do Deutsche Bank baseiam-se em dados completos de faturas de despesas de 2025 registados pelo banco e calculados a partir da data de emissão da fatura.

A DWS segue disposições de governação dos pagamentos e termos contratuais equivalentes. Os indicadores relacionados são apresentados separadamente na coluna de Asset Management.

Resultados de 2025 e informações complementares¹

	2025		2024	
	Grupo Deutsche Bank, excl. Asset Management	Asset Management	Grupo Deutsche Bank, excl. Asset Management	Asset Management
Práticas de pagamento				
Tempo médio de pagamento de uma fatura ² (em número de dias)	29	61	32	47
Percentagem de pagamentos efetuados de acordo com as condições de				
Fornecedores com despesas < 100 mil euros por ano (em %) ³	77	66	70	62
Fornecedores com despesas > 100 mil euros por ano:				
União Europeia (em %) ⁴	93	66	91	75
Resto do mundo (em %) ⁵	80	75	78	76

¹ Cálculos baseados em 465.577 faturas em análise em 2025, face a 396.046 faturas em análise em 2024, apoiados por capacidades melhoradas de comunicação geridas centralmente

² Calculado a partir da data de emissão da fatura para todos os fornecedores

³ Os fornecedores de serviços e produtos ao Deutsche Bank com um valor de gastos inferior a 100.000 euros/ano têm um prazo de pagamento de 0 a 30 dias a contar da data de emissão da fatura (salvo acordo contratual em contrário). 93% dos pagamentos a fornecedores com um valor de gastos inferior a 100.000 euros/ano estão alinhados com prazos de pagamento de 0-30 dias

⁴ As condições normais de pagamento para contratos individuais na União Europeia são de 60 dias. 100% dos pagamentos a fornecedores com um valor de gastos inferior a 100.000 euros/ano estão alinhados com prazos de pagamento ≤ 60 dias

⁵ As condições contratuais normais de pagamento para fornecedores no Resto do Mundo são o pagamento no prazo de 90 dias. 100% dos pagamentos a fornecedores com um valor de gastos inferior a 100.000 euros/ano estão alinhados com prazos de pagamento ≤ 90 dias

Proteção de dados

Na maioria dos países onde o Deutsche Bank exerce a sua atividade, existem leis de proteção de dados (também designadas por "privacidade de dados"). Estas derivam das declarações relativas à privacidade constantes da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas ou da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. O Deutsche Bank está empenhado em proteger os dados pessoais, não só para cumprir o Regulamento Geral de Proteção de Dados da UE (RGPD) e leis semelhantes, mas também para satisfazer as expectativas dos clientes, colaboradores e outras partes interessadas que confiam ao banco os seus dados pessoais.

Governança

ESRS 2 GOV-2

A Privacidade de Dados do Grupo é uma função de risco especializada e independente para a proteção de dados no Deutsche Bank. Como função da segunda linha de defesa, a Privacidade de Dados do Grupo define os princípios de proteção de dados e estabelece requisitos de política consistentes e objetivos de controlo para cumprir as leis e regulamentos de proteção de dados aplicáveis. A privacidade de dados do Grupo é apoiada por responsáveis locais pela proteção de dados nos países onde o Deutsche Bank exerce a sua atividade. Em 2025, a função de Privacidade de Dados do Grupo passou do departamento jurídico para o departamento de conformidade e o Diretor de Privacidade de Dados tem agora uma linha de reporte funcional direta para o membro do Conselho de Administração responsável pela Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira.

A Privacidade de Dados do Grupo lançou uma iniciativa em cooperação com as unidades de negócio e de infraestrutura para reforçar a governação da primeira linha de defesa em matéria de proteção de dados, consolidando as responsabilidades de proteção de dados numa função dedicada a cada unidade. Este facto reforçará ainda mais a colaboração entre as unidades e a privacidade de dados do Grupo.

Os colaboradores da função de Privacidade de Dados do Grupo já participam regularmente em fóruns empresariais e de infraestruturas, nos quais são discutidas novas iniciativas que podem envolver o tratamento de dados pessoais. A Privacidade de Dados do Grupo também presta aconselhamento às comissões de trabalhadores do banco em relação ao tratamento dos dados pessoais dos colaboradores.

Além disso, a Privacidade de Dados do Grupo colabora estreitamente com a função de Tecnologia, Dados e Inovação e com a função de Segurança da Informação (Gabinete de Segurança) para implementar princípios específicos de proteção de dados, por exemplo, com o objetivo de garantir a segurança dos dados pessoais através da encriptação de e-mails de acordo com a sua classificação ou controlos de direitos de acesso. Detalhes adicionais sobre a segurança da informação podem ser encontrados no capítulo "Segurança da Informação".

Estratégia

ESRS 2 SBM-3

A proteção de dados é parte integrante da cultura e da conduta do Deutsche Bank. As unidades de negócio e de infraestrutura estão empenhadas em cumprir a legislação aplicável em matéria de proteção de dados à medida que prosseguem os seus objetivos, incluindo as iniciativas que envolvem a inteligência artificial. Isto é apoiado pelos requisitos da política interna de proteção de dados e pelos objetivos de controlo relacionados, que todos os colaboradores devem cumprir e que são continuamente melhorados para ter em conta as alterações regulamentares relevantes.

A Privacidade de Dados do Grupo é especialista na interpretação e aplicação das leis e regulamentos de proteção de dados no Deutsche Bank. Acompanha e avalia permanentemente a evolução da regulamentação em matéria de proteção de dados. O seu objetivo é fornecer um conjunto atual de requisitos de acordo com os quais a proteção de dados deve ser realizada pelo banco e implementar controlos para demonstrar que a organização conduz os negócios em conformidade com as leis e regulamentos de proteção de dados.

Enquanto parceiro interno, a Privacidade de Dados do Grupo aconselha e monitoriza a recolha, o tratamento e a utilização legal de dados pessoais pelas unidades de negócio e de infraestruturas do banco, incluindo quando estas contratam terceiros que tratam dados pessoais em nome do Deutsche Bank.

Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos

ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A, ESRS S1, ESRS S4 GRI 404-2/FS 4

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) em todo o banco são identificados e avaliados através da dupla avaliação da materialidade, descrita em pormenor no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" desta Declaração de Sustentabilidade.

Os IRO são descritos no quadro seguinte, juntamente com uma visão geral das políticas, ações, métricas e objetivos para gerir os IRO relacionados.

Tópico: Proteção de dados						
Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Operações próprias	Curto prazo	Impacto negativo	Potencial impacto negativo nos clientes, colaboradores e outras partes interessadas, através das operações próprias do DB, devido à recolha, processamento ou utilização não autorizados de dados pessoais de clientes ou colaboradores e ao tratamento inadequado de violações de dados pessoais que não estejam em conformidade com os requisitos contratuais/regulamentares relativos a proteção de dados e privacidade que possam resultar em roubo de identidade, perdas financeiras, danos na pontuação de crédito ou sofrimento emocional	Código de Conduta Documento do Quadro dos Princípios de Proteção de Dados e Privacidade Política de Proteção de Dados e Privacidade Quadro de gestão do risco operacional	Definir os princípios da proteção de dados, estabelecer e melhorar continuamente os requisitos das políticas e o quadro de controlos correspondente Avaliação da privacidade dos dados do grupo: - atividades que possam introduzir o tratamento de dados pessoais para finalidades novas ou alteradas - potenciais violações de dados pessoais Formação dos colaboradores e ações de sensibilização interna	Monitorização e elaboração de relatórios sobre os indicadores relevantes de proteção de dados e privacidade, incluindo: Taxa de conclusão da formação obrigatória sobre proteção de dados Número de violações de dados pessoais com impacto material para indivíduos
		Risco	Risco de potencial recolha, processamento ou utilização não autorizados de dados pessoais de clientes ou colaboradores por parte do DB e tratamento inadequado de violações de dados pessoais que não estejam em conformidade com os requisitos contratuais/regulamentares relativos à proteção de dados e privacidade, o que pode resultar em ações judiciais, aumento dos custos operacionais, perda de confiança e/ou danos à reputação	Política de Segurança da Informação		

A Privacidade de Dados do Grupo define os princípios de proteção de dados e estabelece requisitos de política consistentes e objetivos de controlo para recolher, processar ou utilizar dados pessoais de clientes ou colaboradores e para lidar com violações de dados pessoais em conformidade com os requisitos contratuais ou regulamentares relativos à proteção e privacidade de dados.

As normas mínimas de conduta para todos os colaboradores estão definidas no Código de Conduta do Deutsche Bank. O não cumprimento do Código ou as violações dos requisitos da política global de proteção de dados podem dar origem a medidas disciplinares, que podem ir até à rescisão do contrato de trabalho.

Em 2025, a função de Privacidade de Dados do Grupo continuou a rever e a melhorar o quadro da governação e política de proteção de dados do banco. Foi lançada uma iniciativa em cooperação com as unidades do negócio e de infraestrutura para consolidar as tarefas de proteção de dados da primeira linha de defesa numa função dedicada a cada unidade. O objetivo é reforçar a governação em matéria de proteção de dados na primeira linha de defesa e melhorar ainda mais a colaboração entre a privacidade de dados do Grupo e as unidades de negócio e de infraestrutura. Está prevista para 2026 uma decisão sobre a conceção desta função e a atribuição de requisitos das políticas relevantes a esta função.

Os princípios fundamentais da proteção de dados e a forma como o Deutsche Bank os cumpre estão publicados num documento de enquadramento abrangente. Refere-se às políticas existentes no banco que abordam estes princípios-chave, por exemplo, a política de segurança da informação aprovada pelo Diretor de Segurança que define os requisitos para preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos ativos de informação em geral. A política global de proteção de dados é revista anualmente e foi novamente revista para consolidar no seu anexo as particularidades específicas de cada país, que anteriormente eram incluídas em procedimentos locais separados. Estes documentos foram aprovados pelo Diretor de Privacidade de Dados e estão publicados no portal de políticas internas, acessível a todos os colaboradores.

A política estabelece os requisitos mínimos do Deutsche Bank, a nível do Grupo e globalmente aplicáveis, relativamente à proteção de dados e privacidade para todos os colaboradores e funções específicas na organização:

- Requisitos para todos os colaboradores sobre a utilização de dados pessoais e a comunicação de potenciais violações de dados pessoais
- Requisitos específicos para os colaboradores que gerem contratos com fornecedores (também referidos como "vendedores"), por exemplo, que um contrato deve conter disposições adequadas em matéria de proteção de dados no caso de os dados pessoais serem tratados por um fornecedor

Além disso, prevê requisitos para que os responsáveis pelas unidades de negócio e de infraestruturas assegurem que

- A privacidade dos dados do Grupo é notificada das atividades do banco que possam introduzir o tratamento de dados pessoais para fins novos ou alterados,
- Os pedidos das pessoas relativamente aos direitos que lhes são conferidos pelas leis ou regulamentos aplicáveis em matéria de proteção de dados são identificados e prontamente tratados, por exemplo, pedidos de direitos de acesso, pedidos de transferência dos seus dados para outros prestadores de serviços ou pedidos para eliminar os respetivos dados,
- O consentimento de uma pessoa é obtido de forma legal, por exemplo, através de uma opção de inclusão, e
- As pessoas são informadas sobre o que está a acontecer com os seus dados pessoais através de um aviso de privacidade

Sempre que legalmente exigido, os avisos de privacidade que informam os indivíduos sobre os dados pessoais recolhidos pelo banco para um produto específico ou para a sua relação com os colaboradores são fornecidos diretamente aos clientes e colaboradores do Deutsche Bank pelas unidades de negócio e de infraestrutura ou disponibilizados nos respetivos sites públicos, além do aviso que informa sobre os dados pessoais recolhidos ao utilizar esses sites. As divisões Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management publicam avisos de privacidade para os clientes nos seus websites. Os colaboradores recebem avisos de privacidade conforme necessário, por exemplo, através do portal de carreiras do Deutsche Bank. Estes avisos fornecem uma visão geral da forma como o Deutsche Bank trata os dados pessoais, para que terceiros (incluindo fornecedores) os dados podem ser transferidos, durante quanto tempo os dados serão mantidos e que serão eliminados se já não forem necessários, e os direitos das pessoas cujos dados pessoais estão a ser tratados, ao abrigo da lei de proteção de dados. Os fornecedores que tratam dados pessoais em nome do Deutsche Bank estão contratualmente obrigados a tratar os dados pessoais apenas com base nas instruções fornecidas pelo banco e a cumprir os requisitos de proteção de dados aplicáveis. O Deutsche Bank só partilhará dados pessoais com terceiros se tal for exigido ou permitido por lei, exceto se tal for especificado no respetivo contrato ou consentimento. Se o banco receber pedidos de pessoas relacionados com a proteção de dados, por exemplo, pedidos de direito de acesso, de eliminação ou de retificação, ou reclamações de pessoas singulares, a Privacidade de Dados do Grupo é envolvida numa base individual e consulta as partes interessadas internas relevantes e as pessoas afetadas, conforme necessário.

Com base no quadro de Gestão do Risco Operacional do Deutsche Bank a nível do grupo, a função de Risco de Privacidade dos Dados como segunda linha de defesa do grupo estabeleceu objetivos de controlo que têm de ser abordados pelos controlos das unidades de negócio e de infraestrutura para atenuar o risco de proteção dos dados. Um dos principais objetivos de controlo exige que as unidades de negócio e de infraestrutura notifiquem a privacidade de dados do Grupo das atividades do banco que possam introduzir o tratamento de dados pessoais para fins novos ou alterados, por exemplo, quando o tratamento de dados pessoais utiliza inteligência artificial. A Privacidade dos Dados do Grupo avalia a permissibilidade com o objetivo de que os dados pessoais sejam apenas tratados para fins específicos, explícitos e legítimos e que sejam cumpridos outros requisitos de proteção de dados aplicáveis. Para o efeito, os colaboradores da função de Privacidade de Dados do Grupo participam regularmente em fóruns empresariais e de infraestruturas, nos quais são discutidas novas iniciativas que podem envolver o tratamento de dados pessoais. Os controlos que impedem o risco de proteção de dados são integrados nos processos de governação a nível do Grupo, como a aprovação de novos produtos ou a gestão do risco de terceiros (fornecedores), conforme adequado. A eficácia destes controlos é analisada de acordo com um processo de garantia normalizado regido pela função de Gestão do Risco Operacional.

Na sequência da transferência da Privacidade de Dados do Grupo para a organização de Conformidade em 2025, surgiram novas oportunidades para consolidar processos estruturados de forma semelhante, a fim de reforçar a eficiência operacional e as capacidades de gestão do risco de proteção de dados. Os eventos externos e os riscos emergentes que possam representar um risco prospetivo para a proteção de dados do Deutsche Bank são analisados mensalmente e, se considerados relevantes, as medidas de correção necessárias são acompanhadas através de um processo central de conformidade. Outro exemplo é a colaboração com a função de Teste e Garantia dos Controlos de Conformidade para integrar as análises relacionadas com a proteção de dados definidas pela Privacidade de Dados do Grupo no âmbito das análises de Conformidade. Durante o ano, foram conduzidos projetos-piloto iniciais, por exemplo, para analisar o cumprimento dos requisitos específicos em matéria de proteção de dados nas agências alemãs do Private Bank e resolver os problemas ou deficiências identificados, conforme necessário. Paralelamente, o departamento de privacidade de dados do Grupo prosseguiu as suas próprias atividades de análise da eficácia da aplicação pelo Deutsche Bank dos requisitos de proteção de dados aplicáveis, no âmbito das suas responsabilidades de segunda linha de defesa, não tendo sido identificadas quaisquer deficiências importantes. Os resultados das análises específicas à proteção de dados foram tidos em conta pela função de Privacidade de Dados do Grupo na avaliação anual do risco e do controlo a nível do Grupo, a fim de analisar e questionar a avaliação das unidades de negócio e de infraestruturas sobre a exposição ao risco de proteção de dados e a eficácia do ambiente de controlo.

A função de Privacidade de Dados do Grupo monitoriza continuamente as leis e regulamentos emergentes em matéria de proteção de dados e partilha informações sobre os mesmos com os responsáveis locais pela proteção de dados, a fim de avaliar a sua

relevância e potenciais consequências para o banco e, se necessário, ajustar o quadro de políticas, bem como os objetivos de controlo. Se for identificada a necessidade de alterar os processos e produtos, as ações de implementação são acordadas com as unidades de negócio e de infraestruturas.

Em 2025, a Privacidade de Dados do Grupo supervisionou a adoção de medidas de implementação na Malásia e no Vietname e iniciou uma revisão das recém-emitidas Regras de Proteção de Dados Pessoais Digitais da Índia para cumprir as respetivas obrigações locais de proteção de dados. A lei sobre a utilização e o acesso aos dados ("Data Use and Access Act") do Reino Unido foi objeto de um parecer favorável que altera, mas não substitui, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados do Reino Unido. Além disso, foram adotadas outras leis estatais sobre privacidade nos EUA. A Privacidade de Dados do Grupo continua a acompanhar de perto o desenvolvimento da legislação da UE, como as alterações propostas ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

A Privacidade de Dados do Grupo participa no desenvolvimento da jurisprudência em matéria de proteção de dados e na revisão dos documentos de orientação das autoridades de controlo. Como membro de diferentes grupos do sector, nomeadamente da Associação de Bancos Alemães e da Federação Bancária Europeia, o Deutsche Bank, representado pelos colaboradores da função de Privacidade de Dados do Grupo, partilha ativamente as melhores práticas, alinha normas, por exemplo, modelos de aviso de privacidade ou termos e condições, e discute questões regulamentares relacionadas com a proteção de dados com outras instituições financeiras. Isto ajuda a garantir que os requisitos e práticas de proteção de dados do banco para o tratamento de dados pessoais refletem as melhores práticas atuais do sector e acompanham a evolução do cenário regulamentar.

A formação dos colaboradores sobre as implicações das leis de proteção de dados/privacidade na atividade diária do banco é um fator-chave para garantir uma proteção de dados adequada em todos os processos operacionais. O Deutsche Bank exige formação obrigatória anual em matéria de proteção de dados a todos os colaboradores, incluindo os subcontratados elegíveis. O banco avalia continuamente a sua oferta de formação em matéria de proteção de dados, a fim de reforçar a cultura de proteção de dados, e atualiza a formação sempre que necessário, por exemplo, para fazer face aos riscos emergentes em matéria de proteção de dados, dada a utilização crescente de tecnologias de IA. A formação abrange o conteúdo da política de proteção de dados e de privacidade, os principais requisitos de conformidade com as regras legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais e as medidas a tomar em caso de violação de dados pessoais. Dependendo do país dos colaboradores, esta formação também fornece módulos personalizados com casos de utilização relevantes e perguntas de teste para obter aprovação. Para os colaboradores do Deutsche Bank, a não conclusão desta formação e a conclusão tardia podem ter consequências disciplinares. Em 2025, foi alcançada uma taxa de conclusão do e-learning de 99,05% para a formação obrigatória em matéria de proteção de dados, em comparação com 99,29% em 2024.

A Privacidade de Dados do Grupo envolve ativamente os colaboradores através de canais e plataformas de comunicação interna para reforçar as principais mensagens de proteção de dados e a cultura correspondente. Por exemplo, em 2025, a Privacidade de Dados do Grupo organizou um evento interno online centrado na proteção de dados na atual economia digital impulsionada pela IA, lançou uma série de vídeos educativos em linha, publicou boletins informativos mensais com informações sobre novas leis e regulamentos em matéria de proteção de dados e privacidade e intensificou a utilização da plataforma de colaboração social interna do banco para comunicar com a comunidade de proteção de dados.

Estas medidas refletem um esforço global de sensibilização dos colaboradores para a importância da proteção de dados e da privacidade. Salientam um tratamento adequado dos dados pessoais, fornecem recursos disponíveis para apoio em questões de proteção de dados no banco, informam sobre os direitos individuais, partilham as melhores práticas para proteger os dados pessoais, bem como princípios e tendências em matéria de proteção de dados e privacidade, e ajudam a navegar no panorama das leis e regulamentos correspondentes. Os colaboradores são sensibilizados para as potenciais consequências de más práticas de proteção de dados, bem como para a importância de criar confiança e manter a reputação da marca no atual panorama empresarial orientado para os dados.

A a função de Proteção de Dados do Grupo monitoriza e avalia continuamente potenciais violações de dados pessoais. Se ocorrer uma violação de dados pessoais relevante com impacto material para as pessoas, esta é divulgada neste relatório.

Em 2025, o Deutsche Bank não registou qualquer violação de dados pessoais com impacto significativo para as pessoas. Os processos e as vias de comunicação do banco entre as unidades de negócio e de infraestruturas e a função de Proteção de Dados do Grupo visam garantir que as potenciais violações de dados pessoais podem ser avaliadas e tratadas em tempo útil. São descritos num documento de orientação global sobre proteção de dados. Caso ocorra uma violação de dados pessoais, o Deutsche Bank, no âmbito do seu processo global de gestão de incidentes de segurança, toma medidas coordenadas de acompanhamento. A a função de Proteção de Dados do Grupo, enquanto parte interessada neste processo, presta aconselhamento sobre as medidas regulamentares necessárias e, se necessário, informa as pessoas afetadas e notifica as autoridades de proteção de dados relevantes.

Segurança da informação

ESRS 2 GOV-2, ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 MDR-A

GRI 404 2a

Esta secção apresenta uma breve descrição geral da abordagem do Deutsche Bank à segurança da informação.

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) em todo o banco são identificados e avaliados através da dupla avaliação da materialidade, descrita em pormenor no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" desta Declaração de Sustentabilidade.

Para gerir os IRO relacionados com a segurança da informação, o Diretor de Segurança, juntamente com as funções de Gestão do Risco Operacional, define políticas, ações, métricas e objetivos específicos, tal como refletido no quadro seguinte.

Tópico: Segurança da informação						
Cadeia de valor	Horizonte temporal	Tipo de IRO	Descrição de IRO	Políticas	Ações	Métricas e objetivos
Operações próprias a montante	Curto prazo	Risco	Risco inerente de comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos ativos de informação, incluindo dos fornecedores na cadeia de valor a montante do DB, que pode resultar em perdas financeiras, multas regulamentares, perda de confiança das partes interessadas ou danos à reputação	Gestão e Governação da Segurança da Informação Quadro de Gestão do Risco de Terceiros Quadro de gestão do risco operacional Princípios de Proteção de Dados e Privacidade Código de Conduta	Ajustar continuamente as capacidades de segurança aos desenvolvimentos, ameaças e desafios decorrentes do funcionamento num cenário de ameaças em constante evolução Pessoal, ferramentas e processos adequados Colaboração com parceiros externos para a partilha de informações	Manter um quadro abrangente de métricas e relatórios sobre a segurança da informação

Informações pormenorizadas sobre a segurança da informação no Deutsche Bank são abordadas no capítulo dedicado à "Segurança da Informação" do Relatório Anual do Deutsche Bank, localizado na secção do Relatório de Risco. Este capítulo inclui as medidas em curso do banco para salvaguardar os dados e os serviços, bem como a estrutura de governação da segurança, a estratégia e o quadro de gestão do risco subjacentes. Estabelece ainda a forma como os IRO relacionados com a segurança da informação são abordados através de políticas, ações, métricas e objetivos definidos.

Informações adicionais

Relatório de garantia limitada do auditor independente sobre a declaração de sustentabilidade do grupo

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Conclusão da garantia

Efetuámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a declaração de sustentabilidade do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main (doravante designado por "Deutsche Bank") para o exercício de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, incluída na secção Relatório de Gestão Combinado do Relatório Anual do Deutsche Bank. A declaração de sustentabilidade do grupo foi elaborada para cumprir os requisitos da Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022 (Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas, CSRD) e do art. 8.º do Regulamento (UE) 2020/852, bem como os artigos 289.º-B a 289.º-E e artigos 315.º-B e 315.º-C do HGB ["Handelsgesetzbuch": Código Comercial Alemão] para a declaração de sustentabilidade do grupo, que é combinada com a declaração de sustentabilidade da sociedade-mãe.

As informações fora do relatório de gestão combinado, referidas na declaração de sustentabilidade do grupo, não são objeto do nosso compromisso de garantia.

Com base nos procedimentos que realizámos e nas provas que obtivemos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que a declaração de sustentabilidade do grupo em anexo não tenha sido elaborada, em todos os aspetos materiais, de acordo com os requisitos da CSRD e do art. 8.º do Regulamento (UE) 2020/852, bem como com os artigos 289.º-B a 289.º-E e artigos 315.º-Bb e 315.º-C do HGB para a declaração de sustentabilidade do grupo, que são combinadas com a declaração de sustentabilidade da sociedade-mãe e os critérios de elaboração apresentados pelos diretores executivos da Sociedade. Esta conclusão de garantia significa também que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar

- Que a declaração de sustentabilidade do grupo em anexo não cumpre, em todos os aspetos materiais, as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), incluindo o facto de o processo levado a cabo pela Sociedade para identificar a informação a reportar na declaração de sustentabilidade do grupo (avaliação da materialidade) não ser consistente, em todos os aspetos materiais, com a descrição fornecida na secção Declaração de dupla de materialidade da declaração de sustentabilidade do grupo, ou
- Que as divulgações identificadas por "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)" na declaração de sustentabilidade do grupo não cumprem, em todos os aspetos materiais, o art. 8.º do Regulamento (UE) 2020/852.

Não emitimos uma conclusão de garantia sobre as referências, na declaração de sustentabilidade do grupo, a informações adicionais fora do relatório de gestão combinado.

Fundamentação da conclusão

Realizámos o nosso trabalho de garantia de fiabilidade de acordo com a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia (ISAE) 3000 (Revista): Compromissos de garantia para além de auditoria ou revisão de informações financeiras históricas, emitido pelo International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB).

Os procedimentos de um compromisso de garantia de fiabilidade limitada variam em termos de natureza e de calendário, e são menos extensos do que os de um compromisso de garantia de fiabilidade razoável. Consequentemente, o nível de garantia de fiabilidade obtido num compromisso de garantia de fiabilidade limitada é substancialmente inferior ao nível de garantia de fiabilidade que teria sido obtido se tivesse sido efetuado um compromisso de garantia de fiabilidade razoável.

As nossas responsabilidades ao abrigo da ISAE 3000 (Revista) encontram-se descritas na secção "Responsabilidades do auditor pelo compromisso de garantia de fiabilidade relativo à declaração de sustentabilidade do grupo".

Somos independentes da Sociedade em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. A nossa empresa aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos para a Gestão da Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QMS 1 (09.2022)) emitidos pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Auditores Públicos da Alemanha] (IDW) e a Norma Internacional de Gestão da Qualidade (ISQM) 1 emitida pelo IAASB. Acreditamos que as provas que obtivemos são uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer e opinião.

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pela declaração de sustentabilidade do grupo

Os administradores executivos são responsáveis pela elaboração da declaração de sustentabilidade do grupo de acordo com os requisitos da CSRD e os requisitos legais alemães relevantes e outros requisitos europeus e com os critérios de elaboração apresentados pelos administradores executivos da Sociedade, bem como pela conceção, implementação e manutenção do controlo interno que os administradores executivos considerem necessário para permitir a elaboração de uma declaração de sustentabilidade do grupo, de acordo com estes requisitos, isenta de distorções materiais, quer devido a fraude (ou seja, declaração de sustentabilidade do grupo fraudulenta) ou a erro.

Estas responsabilidades dos administradores executivos incluem a implementação e manutenção do processo de avaliação da materialidade, a seleção e aplicação de métodos adequados para elaborar a declaração de sustentabilidade do grupo, bem como a definição de pressupostos e estimativas e a determinação de informações prospetivas sobre divulgações individuais relacionadas com a sustentabilidade.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de preparação da declaração de sustentabilidade do grupo.

Limitações inerentes à elaboração da declaração de sustentabilidade do grupo

A CSRD e os requisitos legais alemães relevantes e outros requisitos europeus contêm texto e termos que estão sujeitos a incertezas de interpretação consideráveis e para os quais não foram publicadas até à data interpretações autorizadas exaustivas. Uma vez que tais termos e formulações podem ser interpretados de forma diferente por reguladores ou tribunais, a conformidade legal de qualquer medição ou avaliação de questões de sustentabilidade efetuada com base nestas interpretações é incerta.

Estas limitações inerentes aplicam-se igualmente ao trabalho de garantia de fiabilidade relativo à declaração de sustentabilidade do grupo.

Responsabilidades do auditor público alemão pelo compromisso de garantia de fiabilidade relativo à declaração de sustentabilidade do grupo

Os nossos objetivos consistem em expressar uma conclusão de garantia limitada de fiabilidade, com base no nosso compromisso de garantia de fiabilidade, sobre se existem assuntos que tenham chegado ao nosso conhecimento e que nos levem a crer que a declaração de sustentabilidade do grupo não foi elaborada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a CSRD, os requisitos legais alemães relevantes e outros requisitos europeus e os critérios de elaboração apresentados pelos administradores executivos da Sociedade, e emitir um relatório de garantia de fiabilidade que inclua a nossa conclusão sobre a declaração de sustentabilidade do grupo.

Como parte de um compromisso de garantia limitada de fiabilidade de acordo com a ISAE 3000 (Revista), damos opiniões profissionais e mantemos o ceticismo profissional. Também:

- Obtemos uma compreensão do processo de elaboração da declaração de sustentabilidade do grupo, incluindo o processo de avaliação da materialidade levado a cabo pela Sociedade para identificar a informação a reportar na declaração de sustentabilidade do grupo
- Identificamos as divulgações suscetíveis de serem materialmente incorretas devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos para tratar essas divulgações e obtemos uma garantia limitada para apoiar a nossa conclusão. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de não detetar uma distorção material resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao

controle interno. Além disso, o risco de não detetar uma distorção material na informação da cadeia de valor proveniente de fontes fora do controlo da sociedade (informação da cadeia de valor) é normalmente mais elevado do que o risco de não detetar uma distorção material na informação proveniente de fontes dentro do controlo da Sociedade, uma vez que tanto os administradores executivos da Sociedade como nós, enquanto auditores, temos normalmente um acesso direto limitado às fontes de informação da cadeia de valor

- Avaliamos as informações prospetivas, incluindo a razoabilidade dos pressupostos subjacentes. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva

Sumário do trabalho realizado pelo auditor

Um compromisso de garantia limitada de fiabilidade envolve a realização de procedimentos para obter provas sobre a informação de sustentabilidade. A natureza, o momento e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento profissional.

Na condução do nosso compromisso de garantia limitada:

- Avaliámos a adequação global dos critérios apresentados pelos administradores executivos na declaração de sustentabilidade do grupo
- Questionámos os administradores executivos e os colaboradores relevantes envolvidos na elaboração da declaração de sustentabilidade do grupo sobre o processo de elaboração, incluindo o processo de avaliação da materialidade levado a cabo pela Sociedade para identificar a informação a reportar na declaração de sustentabilidade do grupo, e sobre os controlos internos deste processo
- Avaliámos os métodos utilizados pelos administradores executivos para elaborar a declaração de sustentabilidade do grupo
- Avaliámos a razoabilidade das estimativas efetuadas pelos administradores executivos e as respetivas explicações. Se os diretores executivos estimarem a informação sobre a cadeia de valor a reportar de acordo com as ESRS quando não conseguirem obter essa informação da cadeia de valor após terem feito esforços razoáveis para o fazer, o nosso trabalho de garantia de fiabilidade limita-se a avaliar se os administradores executivos fizeram essas estimativas de acordo com as ESRS e a avaliar a razoabilidade dessas estimativas e não se estende à determinação da informação sobre a cadeia de valor que os administradores executivos não conseguiram obter
- Realizámos procedimentos analíticos e inquéritos relativos a rubricas selecionadas de informação na declaração de sustentabilidade do grupo
- Avaliámos a apresentação das informações na declaração de sustentabilidade do grupo

Avaliámos o processo de identificação das atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia e as respetivas divulgações na declaração de sustentabilidade do grupo.

Restrição de utilização

Chamamos a atenção para o facto de o compromisso de garantia de fiabilidade ter sido realizado para os fins da Sociedade e de o relatório de garantia de fiabilidade se destinar exclusivamente a informar a Sociedade sobre o resultado do compromisso de garantia de fiabilidade. Consequentemente, pode não ser adequado para outros fins que não os acima mencionados. Por conseguinte, o relatório de fiabilidade não se destina a ser utilizado por terceiros para a tomada de decisões (financeiras) com base no mesmo. A nossa responsabilidade é exclusivamente perante a Sociedade. Não aceitamos qualquer responsabilidade perante terceiros. A nossa conclusão em matéria de fiabilidade não é alterada a este respeito.

Condições Gerais do Compromisso e Responsabilidade

As "Condições Gerais do Compromisso para Wirtschaftsprüferinnen, Wirtschaftsprüfer e Wirtschaftsprüfungsgesellschaften [Auditores Públicos Alemães e Sociedades de Auditoria Pública]", datadas de 1 de janeiro de 2024, que se encontram em anexo ao presente relatório, são aplicáveis a este compromisso e regem igualmente as nossas relações com terceiros no contexto deste compromisso (ey-idw-aab-en-2024.pdf).

Além disso, consulte as disposições sobre responsabilidade contidas no n.º 9 e a exclusão de responsabilidade perante terceiros. Não aceitamos qualquer responsabilidade ou outras obrigações para com terceiros, exceto se tivermos celebrado um acordo escrito em contrário com o respetivo terceiro ou se a responsabilidade não puder ser efetivamente excluída.

Fazemos referência expressa ao facto de que não atualizaremos o relatório de fiabilidade para refletir acontecimentos ou circunstâncias que surjam após a sua emissão, a menos que tal seja exigido por lei. É da exclusiva responsabilidade de qualquer pessoa que tome conhecimento do resultado resumido do nosso trabalho contido neste relatório decidir se e em que medida esse resultado é útil ou adequado para os seus objetivos e complementá-lo, verificá-lo ou atualizá-lo através dos seus próprios procedimentos de análise.

Eschborn/Frankfurt am Main, 9 de março de 2026

EY GmbH & Co. KG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Gundelach
Wirtschaftsprüferin
(Revisor de contas público alemão)

Hoffmann
Wirtschaftsprüfer
(Revisor de contas público alemão)

Lista dos requisitos de divulgação das normas ESRS cumpridos

ESRS 2 IRO-2

A Declaração de Sustentabilidade do Deutsche Bank fornece uma divulgação exaustiva dos temas materiais para o seu desempenho em termos de sustentabilidade. **As informações incluídas nesta declaração foram selecionadas com base numa análise de dupla materialidade realizada em 2025, tal como descrito no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" da presente Declaração de Sustentabilidade.** A Declaração de Sustentabilidade cumpre todos os requisitos de divulgação das ESRS enumerados neste índice de conteúdo das ESRS.

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 1	Requisitos gerais relativos ao papel dos órgãos de administração, de direção e de fiscalização	Governança – Governo da Sociedade	239
ESRS 1.7	Elaboração e apresentação de informações sobre sustentabilidade	Base para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade – Eventos após o período de relato	238
ESRS 2 BP-1	Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	Bases para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade – Base geral para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade	235
ESRS 2 BP-2	Divulgação de informações em circunstâncias específicas	Base para a elaboração da Declaração de Sustentabilidade – Divulgações de informações em circunstâncias específicas	237
ESRS 2 GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de direção e de controlo	Governança – Governança da Sustentabilidade	239
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Governança – Governo da Sociedade	239
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Governança – Governança da Sustentabilidade	239
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Governança	269
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Financiamento sustentável – Governança	280
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Governança	317
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Governança	332
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Força de trabalho própria – Governança	382
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Centralidade no cliente – Governança	424

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Cultura, integridade e conduta – Governança	441
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Combate à criminalidade financeira – Governança	449
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Comportamento concorrencial – Governança	457
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Gestão da cadeia de abastecimento – Governança	461
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Proteção de dados – Governança	467
ESRS 2 GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, de direção e de fiscalização da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas	Segurança da informação	472
ESRS 2 GOV-4	Declaração sobre a diligência devida	Diligência devida ESG	268
ESRS 2 GOV-5	Gestão dos riscos e controles internos relativos aos <u>relatórios de sustentabilidade</u>	Governança – Governança da Sustentabilidade – Controlos Internos <u>sobre o Relato Financeiro</u>	247
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	Dupla avaliação da materialidade – Descrição do processo de <u>identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e</u>	250
ESRS 2 IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Estratégia – Processo para identificar e avaliar os riscos <u>relacionados com o clima; avaliação da materialidade financeira</u>	336
ESRS 2 IRO-2	Requisitos de divulgação nas ESRS abrangidos pela <u>declaração de sustentabilidade da empresa</u>	Dupla avaliação da materialidade – Descrição do processo de <u>identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e</u>	250
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das <u>oportunidades, métricas e objetivos – Formação e reforço das</u>	275
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das <u>oportunidades, métricas e objetivos – Atividades de análise da</u>	275
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das <u>oportunidades, métricas e objetivos – Análises ambientais, sociais e</u>	276
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das <u>oportunidades, métricas e objetivos – Implementação dos</u>	278
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de <u>sustentabilidade</u>	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das <u>oportunidades, métricas e objetivos – Análises do risco à reputação</u>	283
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de <u>sustentabilidade</u>	Financiamento sustentável – Gestão do impacto, dos riscos e das <u>oportunidades – Ações e recursos</u>	291
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de <u>sustentabilidade</u>	Financiamento sustentável – Corporate Bank	294
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de <u>sustentabilidade</u>	Financiamento sustentável – Investment Bank – Fixed Income and <u>Currencies</u>	295
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de <u>sustentabilidade</u>	Financiamento sustentável – Investment Bank – Investment <u>Banking e Mercados de Capitais</u>	299
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de <u>sustentabilidade</u>	Financiamento sustentável – Private Bank	303
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de <u>sustentabilidade</u>	Financiamento sustentável – Asset Management	308
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de <u>sustentabilidade</u>	Financiamento sustentável – Corporate & Other	

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Consumo e mix energético	320
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de gases com efeito de estufa (GEE)	322
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Ações e recursos relacionados com as alterações climáticas	344
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria	384
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Ações relativas à força de trabalho própria	388
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em relação aos impactos	390
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações	393
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho	395
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	404
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão	417
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Abordagem, governação e responsabilidade da liderança	417
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão - Construir uma cultura inclusiva em que todos sejam tratados de forma justa	420
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	430
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes	433
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Cultura, integridade e conduta – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	441

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	451
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Comportamento concorrencial – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	459
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	463
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	468
ESRS 2 MDR-A	Ações e recursos em relação a questões materiais de sustentabilidade	Segurança da informação	472
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Estratégia de sustentabilidade	256
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Análises ambientais, sociais e	275
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Implementação dos	276
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Estratégia	280
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Métricas e objetivos	287
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate Bank	291
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Investment Bank – Fixed Income and Currencies	294
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Investment Bank – Investment Banking e Mercados de Capitais	295
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Private Bank	299
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Asset Management	303
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate & Other	308
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Consumo e mix energético	320
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de gases com efeito de estufa (GEE)	322
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Métricas e objetivos	378
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria	384
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão - Construir uma cultura inclusiva em que todos sejam tratados de forma justa	420

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	430
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes	433
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Cultura, integridade e conduta – Métricas e objetivos	447
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Combate à criminalidade financeira – Métricas e objetivos	456
ESRS 2 MDR-M	Métricas relativas a questões materiais de sustentabilidade	Gestão da cadeia de abastecimento – Métricas e objetivos	465
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social	269
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Políticas	270
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Implementação dos	276
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Análises do risco à reputação	278
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Políticas	283
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Private Bank	299
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Asset Management	303
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Financiamento sustentável – Corporate & Other	308
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Estratégia	319
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Consumo e mix energético	320
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações	344
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria	384
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, do risco e das oportunidades, métricas e objetivos – Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	388
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores	393

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho	395
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos não colaboradores da força de trabalho própria	399
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Contratação e rotatividade	400
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	404
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e compensação	411
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal – Bem-estar	414
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão	417
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Abordagem, governação e responsabilidade da liderança	417
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Incidentes e reclamações	422
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos	428
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	430
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes	433
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Cultura, integridade e conduta – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	441
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	451
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Quadro de gestão do risco de criminalidade financeira	452
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Comportamento concorrencial – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	459
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	463
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	468

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-P	Políticas adotadas para gerir questões materiais de sustentabilidade	Segurança da informação	472
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Estratégia de sustentabilidade	256
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Estratégia	280
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Métricas e objetivos	287
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Corporate Bank	291
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Investment Bank – Fixed Income and Currencies	294
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Investment Bank – Investment Banking e Mercados de Capitais	295
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Private Bank	299
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Asset Management	303
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Financiamento sustentável – Corporate & Other	308
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Consumo e mix energético	320
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de gases com efeito de estufa	322
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Métricas e objetivos – Objetivos relacionados com a mitigação das alterações climáticas	350
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Métricas e objetivos	378
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, do risco e das oportunidades, métricas e objetivos – Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria	384
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em	390
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	404
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão	417

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de género	417
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão - Construir uma cultura inclusiva em que todos sejam tratados de	420
ESRS 2 MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e medidas através de objetivos	Gestão da cadeia de abastecimento – Métricas e objetivos	465
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Estratégia de sustentabilidade	256
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Corporate Bank	291
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Investment Bank – Fixed Income and Currencies	294
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Investment Bank – Investment Banking e Mercados de Capitais	295
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Private Bank	299
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Asset Management	303
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Financiamento sustentável – Corporate & Other	308
ESRS 2 SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Força de trabalho própria – Estratégia	382
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião	263
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Clientes	263
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Colaboradores	263
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Investidores	264
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Decisores	264
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Meios de comunicação social	265
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Organizações não governamentais	266

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Envolvimento das partes interessadas e liderança intelectual – Associações e compromissos	267
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Força de trabalho própria – Estratégia	382
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Centralidade no cliente – Estratégia	424
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Dupla avaliação da materialidade – Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos materiais, riscos e oportunidades	250
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Diligência devida ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Estratégia	269
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Financiamento sustentável – Estratégia	280
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	319
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Força de trabalho própria – Estratégia	382
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria	384
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Incidentes e reclamações	422
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Centralidade no cliente – Estratégia	424
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	428
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Cultura, integridade e conduta – Estratégia	441
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Combate à criminalidade financeira – Estratégia	449
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Comportamento concorrencial – Estratégia	457
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Gestão da cadeia de abastecimento – Estratégia	461
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	463
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Proteção de dados – Estratégia	467

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	468
ESRS 2 SBM-3	Impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Segurança da informação	472
ESRS E1	Alterações climáticas	Diligência devida em matéria de ESG – Diligência devida em matéria ambiental e social – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Políticas	270
ESRS E1 relacionada com a ESRS 2 GOV-3	Alterações climáticas relacionadas com a integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos	Governança – Governança da Sustentabilidade – Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos sistemas de incentivos	246
ESRS E1-1	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas	Alterações climáticas – Plano de transição	314
ESRS E1-1	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Estratégia	377
ESRS E1-1 relacionada com a ESRS 2 SBM-3	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas relacionado com os impactos materiais, riscos e oportunidades e sua interação com a	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Estratégia – Resiliência do banco	336
ESRS E1-2	Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Estratégia	319
ESRS E1-2	Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações	344
ESRS E1-2	Políticas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	377
ESRS E1-3	Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de gases com efeito	322
ESRS E1-3	Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades – Ações e recursos relacionados com as alterações climáticas	344
ESRS E1-3	Medidas e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Alterações climáticas – Carteiras de clientes na gestão de ativos – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	377
ESRS E1-4	Objetivos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Financiamento sustentável – Métricas e objetivos	287
ESRS E1-4	Objetivos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de gases com efeito	322
ESRS E1-4	Objetivos relacionados com a mitigação e adaptação às alterações climáticas	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Métricas e objetivos – Objetivos relacionados com a mitigação das alterações climáticas	350
ESRS E1-5	Consumo e mix energético	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Consumo e mix energético	320
ESRS E1-6	Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de gases com efeito	322

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS E1-6	Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de GEE brutas e	328
ESRS E1-6	Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Métricas e objetivos – Emissões Financiadas: Âmbito 3 Categoria 15	365
ESRS E1-7	Remoções de GEE e projetos de atenuação de GEE financiados através de créditos de carbono	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Remoções de GEE e projetos	330
ESRS S1	Força de trabalho própria	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Colaboradores	263
ESRS S1	Força de trabalho própria	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	468
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Estratégia	382
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria	384
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, do risco e das oportunidades, métricas e objetivos – Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	388
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em	390
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores	393
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho	395
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos não colaboradores da força de trabalho própria	399
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Contratação e rotatividade	400
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	404
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e compensação	411
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal – Bem-estar	414
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão	417
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Abordagem, governação e responsabilidade da liderança	417

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de género	417
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Incidentes e reclamações	422
ESRS S1-1	Políticas relacionadas com a força de trabalho própria	Cultura, integridade e conduta – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	441
ESRS S1-12	Pessoas com deficiência	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Construir uma cultura inclusiva em que todos sejam tratados de	420
ESRS S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desenvolvimento de talentos	407
ESRS S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e recompensa – Avaliações do desempenho	411
ESRS S1-15	Métricas de equilíbrio entre vida profissional e pessoal	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal	412
ESRS S1-15	Métricas de equilíbrio entre vida profissional e pessoal	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal – Licença por motivos	414
ESRS S1-16	Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e recompensa – Rácio de remuneração total anual	412
ESRS S1-16	Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de género – Disparidades salariais entre homens e mulheres	419
ESRS S1-17	Incidentes, reclamações e impactos graves nos direitos humanos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Incidentes e reclamações	422
ESRS S1-2	Processos de envolvimento com os trabalhadores e dos representantes os trabalhadores em relação aos impactos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em	390
ESRS S1-2	Processos de envolvimento com os trabalhadores e dos representantes os trabalhadores em relação aos impactos	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores	393
ESRS S1-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores	393
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria	384
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, do risco e das oportunidades, métricas e objetivos – Ações relativas à força de trabalho própria	388
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em	390

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores	393
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho	395
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	404
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal – Bem-estar	414
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão	417
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Abordagem, governação e responsabilidade da liderança	417
ESRS S1-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais na força de trabalho própria, abordagens para mitigar os riscos materiais e procurar oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão - Construir uma cultura inclusiva em que todos sejam tratados de	420
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Impactos materiais, riscos e oportunidades para a força de trabalho própria	384
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos de envolvimento com os trabalhadores e os representantes dos trabalhadores em	390
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho	404
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	404
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão	417
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de género	417
ESRS S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção dos impactos positivos e a gestão dos riscos e oportunidades	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão - Construir uma cultura inclusiva em que todos sejam tratados de	420
ESRS S1-6	Características dos colaboradores da empresa	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos colaboradores do Deutsche Bank	395
ESRS S1-6	Características dos colaboradores da empresa	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Contratação e rotatividade	400
ESRS S1-7	Características dos não colaboradores da força de trabalho própria da empresa	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos não colaboradores da força de trabalho própria	399
ESRS S1-8	Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Cobertura da negociação coletiva e diálogo social	404

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS S1-9	Métricas de diversidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos colaboradores do Deutsche Bank	395
ESRS S1-9	Métricas de diversidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão da força de trabalho – Características dos colaboradores do Deutsche Bank –	397
ESRS S1-9	Métricas de diversidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de gênero	417
ESRS S1-9	Métricas de diversidade	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Construir uma cultura inclusiva em que todos sejam tratados de	420
ESRS S4	Consumidores e utilizadores finais	Envolvimento das partes interessadas e liderança de opinião – Clientes	263
ESRS S4	Consumidores e utilizadores finais	Proteção de dados – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos	468
ESRS S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	428
ESRS S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	430
ESRS S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes	433
ESRS S4-2	Processos de envolvimento com os consumidores e os utilizadores finais em relação aos impactos	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	428
ESRS S4-2	Processos de envolvimento com os consumidores e os utilizadores finais em relação aos impactos	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	430
ESRS S4-2	Processos de envolvimento com os consumidores e os utilizadores finais em relação aos impactos	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes	433
ESRS S4-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais manifestem as suas preocupações	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	428
ESRS S4-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais manifestem as suas preocupações	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	430
ESRS S4-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os consumidores e utilizadores finais manifestem as suas preocupações	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes	433
ESRS S4-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos consumidores e nos utilizadores finais, bem como abordagens para gerir os riscos materiais e	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos – Práticas de venda e marketing	428
ESRS S4-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos consumidores e nos utilizadores finais, bem como abordagens para gerir os riscos materiais e	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente	430
ESRS S4-4	Tomada de medidas sobre os impactos materiais nos consumidores e nos utilizadores finais, bem como abordagens para gerir os riscos materiais e	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes	433

Normas e requisitos de divulgação	Descrição do requisito de divulgação	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade	página
ESRS G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores	393
ESRS G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Incidentes e reclamações	422
ESRS G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	Cultura, integridade e conduta – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	441
ESRS G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades - Prevenção e detecção de fraude, corrupção e suborno	454
ESRS G1-1	Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	463
ESRS G1-2	Gestão das relações com os fornecedores	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	463
ESRS G1-3	Prevenção e detecção da corrupção e do suborno	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades - Prevenção e detecção de fraude, corrupção e suborno	454
ESRS G1-3	Prevenção e detecção da corrupção e do suborno	Combate à criminalidade financeira – Métricas e objetivos	456
ESRS G1-4	Incidentes de corrupção ou suborno	Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades - Prevenção e detecção de fraude, corrupção e suborno	454
ESRS G1-4	Incidentes de corrupção ou suborno	Combate à criminalidade financeira – Métricas e objetivos	456
ESRS G1-6	Práticas de pagamento	Gestão da cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades	463
ESRS G1-6	Práticas de pagamento	Gestão da cadeia de abastecimento – Métricas e objetivos	465

Quadro de todos os pontos de dados decorrentes de outra legislação da UE

ESRS 2 IRO-2

O quadro seguinte ilustra os pontos de dados da ESRS 2 e da ESRS temática que derivam de outra legislação da UE, conforme exigido no Anexo B da ESRS 2.

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS 2 GOV-1 Diversidade de gênero do Conselho de Administração, parágrafo 21 (d)	Indicador número 13 do Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 5 da Comissão, Anexo II	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de gênero Declaração de Governo da Sociedade – Conselho de Fiscalização - Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil dos requisitos
ESRS 2 GOV-1 Porcentagem de membros do Conselho de Administração que são independentes,			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Declaração de Governo da Sociedade – Conselho de Fiscalização - Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil dos requisitos
ESRS 2 GOV-4 Declaração sobre a diligência devida, parágrafo 30	Indicador número 10, Quadro 3 do Anexo 1			Diligência devida ESG
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com combustíveis fósseis, parágrafo 40 (d) i	Indicador número 4, Quadro 1 do Anexo 1	Artigo 449. ^o -A do Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão Quadro 1: Informação qualitativa sobre riscos ambientais e Quadro 2: Informações qualitativas sobre o	Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não aplicável
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com a produção de produtos químicos, parágrafo 40	Indicador número 9, Quadro 2 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não aplicável
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com armas controversas, parágrafo 40 (d) iii	Indicador número 14, Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12. ^o , n.º 1 Regulamento	Não aplicável
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com o cultivo e a produção de tabaco, parágrafo 40 (d) iv			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12. ^o , n.º 1 Regulamento	Não aplicável
ESRS E1-1 Plano de transição para alcançar a neutralidade climática até 2050,			Regulamento (UE) 2021/1119, artigo 2. ^o , n.º 1	Estratégia de sustentabilidade Alterações climáticas – Plano de transição

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS E1-1 Empresas excluídas dos índices de referência alinhados com o Acordo de Paris, parágrafo 16 (g)		Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 1: Carteira bancária — Risco de transição para as alterações climáticas: qualidade	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1, alíneas d) a g), e artigo 12.º, n.º 2	Não aplicável
ESRS E1-4 Objetivos de redução das emissões de GEE, parágrafo 34	Indicador número 4, Quadro 2 do Anexo 1	Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 3: Carteira bancária – Risco de transição para as alterações climáticas: qualidade	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 6.º	Estratégia de sustentabilidade Alterações climáticas – Plano de transição Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos
ESRS E1-5 Consumo de energia de fontes fósseis desagregado por fontes (apenas setores com elevado consumo)	Indicador número 5, Quadro 1 e Indicador número 5, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E1-5 Consumo e mix energético, parágrafo 37	Indicador número 5, Quadro 1 do Anexo 1			Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Consumo e mix energético
ESRS E1-5 Intensidade energética associada a atividades em sectores com fontes intensivas	Indicador número 6, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS E1-6 Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3, parágrafo 44	Indicadores n.ºs 1 e 2 Quadro n.º 1 do Anexo 1	Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 1: Carteira bancária — Risco de transição para as alterações climáticas: qualidade	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 5.º, n.º 1, artigo 6.º e artigo 8.º, n.º 1	Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Métricas e objetivos – Emissões Financiadas: Âmbito 3 Categoria 15 Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3
ESRS E1-6 Intensidade bruta das emissões de GEE, parágrafos 53 a 55	Indicador número 3, Quadro 1 do Anexo 1	Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, Modelo 3: Carteira bancária – Risco de transição para as alterações climáticas: qualidade	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 8.º, n.º 1	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Emissões de GEE brutas e totais dos Âmbitos 1, 2, 3
ESRS E1-7 Remoções de GEE e créditos de carbono, parágrafo 56			Regulamento (UE) 2021/1119, artigo 2.º, n.º 1	Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Remoções de GEE e projetos de <u>atenuação de GEE</u>

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS E1-9 Exposição da carteira de referência a riscos físicos relacionados com o clima, parágrafo 66			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Anexo II Regulamento Delegado (UE)	Não é relevante para 2025 devido ao facto de a opção de provisão progressiva ter sido alargada
ESRS E1-9 Desagregação dos montantes monetários por risco físico agudo e crónico, parágrafo 66 (a) ESRS E1-9 Localização de ativos significativos com risco físico material, parágrafo 66 (c)		Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, n.ºs 46 e 47; Modelo 5: Carteira bancária - Risco físico das alterações climáticas: Exposições sujeitas a riscos físicos		Não é relevante para 2025 devido ao facto de a opção de provisão progressiva ter sido alargada
ESRS E1-9 Discriminação do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários por classes de eficiência energética, parágrafo 67 (c).		Artigo 449.º-A; Regulamento (UE) n.º 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão, parágrafo 34; Modelo 2: Carteira bancária — Risco de transição para as alterações climáticas: empréstimos garantidos por bens imóveis – Eficiência energética da garantia		Não é relevante para 2025 devido ao facto de a opção de provisão progressiva ter sido alargada
ESRS E1-9 Grau de exposição da carteira a oportunidades relacionadas com o clima, parágrafo 69			Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, Anexo II	Financiamento sustentável Alterações climáticas – Operações próprias e cadeia de abastecimento – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos
ESRS E2-4 Quantidade de cada poluente enumerado no anexo II do Regulamento E- PRTR (Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes) emitida para o ar, a água e o solo, parágrafo 28	Indicador número 8, Quadro 1 do Anexo 1 Indicador número 2, Quadro 2 do Anexo 1 Indicador número 1, Quadro 2 do Anexo 1 Indicador número 3, Quadro 2 do Anexo 1			Alterações climáticas – Riscos climáticos e outros riscos ambientais – Estratégia – Processo para identificação e avaliação de riscos Não material
ESRS E3-1 Recursos hídricos e ~~marinhos~~ <u>parágrafo 9</u>	Indicador número 7, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E3-1 <u>Política específica, parágrafo 13</u>	Indicador número 8, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E3-1 Oceanos e mares <u>sustentáveis parágrafo 14</u>	Indicador número 12, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E3-4 Total de água reciclada e reutilizada <u>parágrafo 28 (c)</u>	Indicador número 6,2, Quadro 2 do Anexo 1			Não material

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS E3-4 Consumo total de água em m³ por receita líquida de operações próprias, parágrafo 29	Indicador número 6,1, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS 2 - IRO-1 - E4 parágrafo 16 (a) i	Indicador número 7, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS 2 - IRO-1 - E4 parágrafo 16 (b)	Indicador número 10, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS 2 - IRO-1 - E4 parágrafo 16 (c)	Indicador número 14, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E4-2 Práticas ou políticas sustentáveis relativas à terra/agricultura, parágrafo 24 (b)	Indicador número 11, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E4-2 Práticas ou políticas sustentáveis para os oceanos/mares, parágrafo 24 (c)	Indicador número 12, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E4-2 Políticas para combater a desflorestação, parágrafo 24 (d)	Indicador número 15, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E5-5 Resíduos não reciclados, parágrafo 37 (d)	Indicador número 13, Quadro 2 do Anexo 1			Não material
ESRS E5-5 Resíduos perigosos e resíduos radioativos, parágrafo 39	Indicador número 9, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS 2 SBM-3 - S1 Risco de incidentes de trabalho forçado, parágrafo 14 (f)	Indicador número 13, Quadro 3 do Anexo I			Não material
ESRS 2 SBM-3 - S1 Risco de incidentes de trabalho infantil, parágrafo 14 (g)	Indicador número 12, Quadro 3 do Anexo I			Não material
ESRS S1-1 Compromissos com a política de direitos humanos, parágrafo 20	Indicador número 9, Quadro 3 e Indicador número 11, Quadro 1 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS S1-1 Políticas de diligência devida sobre questões abordadas pelas Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho 1 a 8, parágrafo 21			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, do risco e das oportunidades, métricas e objetivos – Políticas relacionadas com a força de trabalho própria
				Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
				Força de trabalho própria – Gestão do impacto, do risco e das oportunidades, métricas e objetivos – Políticas relacionadas com a força de trabalho própria

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS S1-1 Processos e medidas para prevenir o tráfico de seres humanos, parágrafo 22	Indicador número 11, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS S1-1 Política de prevenção ou sistema de gestão de acidentes no local de trabalho, parágrafo 23	Indicador número 1, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Equilíbrio entre vida profissional e pessoal – Bem-estar
ESRS S1-3 Mecanismos de tratamento de queixas/reclamações, parágrafo 32 (c)	Indicador número 5, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Processos para remediar os impactos negativos e canais para que os próprios trabalhadores manifestem as suas preocupações
ESRS S1-14 Número de mortes e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho, parágrafo 82 (c)	Indicador número 2, Quadro 3 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não material
ESRS S1-14 Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, mortes ou doença, parágrafo 88 (e)	Indicador número 3, Quadro 3 do Anexo I			Não material
ESRS S1-16 Disparidades salariais não ajustadas entre homens e mulheres, parágrafo 97 (a)	Indicador número 12, Quadro 1 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de género – Disparidades salariais entre homens e mulheres

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS S1-16 Rácio de remuneração excessiva do CEO, parágrafo 97 (b)	Indicador número 8, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Condições de trabalho – Desempenho e recompensa – Rácio de remuneração total anual
ESRS S1-17 Incidentes de discriminação, parágrafo 103 (a)	Indicador número 7, Quadro 3 do Anexo I			Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de género – Incidentes e reclamações
ESRS S1-17 Desrespeito pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas e pelas Diretrizes da OCDE sobre Empresas e Direitos Humanos, parágrafo 104 (a)	Indicador número 10, Quadro 1 e Indicador número 14, Quadro 3 do Anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1	Força de trabalho própria – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Diversidade e inclusão – Diversidade de género – Incidentes e reclamações
ESRS 2 SBM-3 – S2 Risco significativo de trabalho infantil ou trabalho forçado na cadeia de valor, parágrafo 11 (b)	Indicadores n.º 12 e n.º 13 Quadro 3 do Anexo I			Não material

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS S2-1 Compromissos com a política de direitos humanos, parágrafo 17	Indicador número 9, Quadro 3 e Indicador número 11, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS S2-1 Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor, parágrafo 18	Indicador n.º 11 e n.º 4 Quadro 3 do Anexo 1			Não material
ESRS S2-1 Desrespeito pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas e pelas diretrizes da OCDE sobre Empresas e Direitos Humanos, parágrafo 19	Indicador número 10, Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1	Não material
ESRS S2-1 Políticas de diligência devida sobre questões abordadas pelas Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho 1 a 8, parágrafo 19			Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Não material

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS S2-4 Questões de direitos humanos e incidentes relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante, parágrafo 36	Indicador número 14, Quadro 3 do Anexo 1			Não material
ESRS S3-1 Compromissos com a política de direitos humanos, parágrafo 16	Indicador número 9, Quadro 3 do Anexo 1 e Indicador número 11, Quadro 1 do Anexo 1			Não material
ESRS S3-1 Desrespeito pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas, pelos princípios da OIT ou/e pelas diretrizes da OCDE sobre Empresas e Direitos Humanos, parágrafo 17	Indicador número 10, Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1	Não material
ESRS S3-4 Questões e incidentes relacionados com os direitos humanos, parágrafo 36	Indicador número 14, Quadro 3 do Anexo 1			Não material

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS S4-1 Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais, parágrafo 16	Indicador número 9, Quadro 3 e Indicador número 11, Quadro 1 do Anexo 1			Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Responsabilidade por produtos Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes
ESRS S4-1 Desrespeito pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas e pelas diretrizes da OCDE sobre Empresas e Direitos Humanos, parágrafo 17	Indicador número 10, Quadro 1 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 12.º, n.º 1	Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Satisfação do cliente Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes
ESRS S4-4 Questões e incidentes relacionados com os direitos humanos, parágrafo 35	Indicador número 14, Quadro 3 do Anexo 1			Centralidade no cliente – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades, métricas e objetivos – Gestão das reclamações dos clientes
ESRS G1-1 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, parágrafo 10 (b)	Indicador número 15, Quadro 3 do Anexo 1			Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades - Prevenção e deteção de fraude, corrupção e suborno

Requisito de divulgação e ponto de dados relacionado	SFDR referência	Pilar 3 referência	Referência ao Regulamento de Referência e à Lei Europeia do Clima	Capítulo da Declaração de Sustentabilidade
ESRS G1-1 Proteção dos autores de denúncias, parágrafo 10 (d)	Indicador número 6, Quadro 3 do Anexo 1			Cultura, integridade e conduta - Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades - Quadro de manifestação de preocupações e denúncia de irregularidades
ESRS G1-4 Multas por violação das leis anticorrupção e antissuborno, parágrafo 24 (a)	Indicador número 17, Quadro 3 do Anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816, Anexo II	Combate à criminalidade financeira – Métricas e objetivos – Condenações e multas relacionadas com violações da legislação anticorrupção
ESRS G1-4 Normas anticorrupção e antissuborno, parágrafo 24 (b)	Indicador número 16, Quadro 3 do Anexo 1			Combate à criminalidade financeira – Gestão do impacto, dos riscos e das oportunidades - Prevenção e deteção de fraude, corrupção e suborno

Colaboradores

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2025, o banco tinha um total de 89.879 colaboradores, em comparação com 89.753 em 31 de dezembro de 2024. O banco calcula o número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que inclui valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro do banco em 31 de dezembro de 2025, de 2024 e de 2023.

Colaboradores ¹	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2023
Alemanha	33.386	35.160	36.195
Europa (fora da Alemanha)	17.847	17.672	18.103
Ásia/Pacífico, Médio Oriente e África	30.669	28.930	27.601
América do Norte ²	7.713	7.744	8.033
América Latina	264	247	199
Total de colaboradores	89.879	89.753	90.130

¹ Colaboradores equivalentes a tempo inteiro, comparativos do ano anterior alinhados com a apresentação no ano em curso; os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Principalmente Estados Unidos

Em 2025, o número de colaboradores do banco aumentou em 126 ou 0,1%, principalmente devido a aumentos na Ásia/Pacífico, Médio Oriente e África, parcialmente compensados principalmente por reduções na Alemanha.

- Alemanha (-1.773; -5,0%), devido sobretudo a medidas de reestruturação, principalmente no Private Bank
- América do Norte (-31; -0,4%), principalmente devido a decréscimos no Private Bank, Asset Management e em quase todas as funções de infraestrutura, parcialmente compensados pela Tecnologia, Dados e Inovação
- Europa, exceto Alemanha (175; 1,0%), principalmente devido a aumentos no Centro de Operações na Roménia, parcialmente compensados por diminuições em Itália, Países Baixos e Reino Unido.
- Ásia/Pacífico, Médio Oriente e África (1.739; 6,0%), principalmente devido a aumentos na Índia e no seu Centro de Operações

A tabela a seguir apresenta a distribuição de colaboradores equivalentes a tempo inteiro por divisão em 31 de dezembro de 2025, de 2024 e de 2023.

Colaboradores ¹	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2023
Corporate Bank (CB)	18,5 %	18,0 %	17,4 %
Investment Bank (IB)	9,1 %	9,0 %	8,9 %
Private Bank (PB)	26,0 %	27,7 %	29,1 %
Asset Management (AM)	5,4 %	5,1 %	4,9 %
Infraestrutura	41,1 %	40,2 %	39,7 %

¹ Colaboradores equivalentes a tempo inteiro, comparativos do ano anterior alinhados com a apresentação no ano em curso; os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

- Corporate Bank (471; 2,9%), devido a aumentos em todos os segmentos
- Investment Bank (132; 1,6%), principalmente devido aos aumentos registados nas áreas de Fixed Income & Currencies
- Private Bank (1.558; 6,3%), principalmente devido a reduções na Alemanha
- Asset Management (260; 5,7%), principalmente devido ao reforço do Departamento de Tecnologia
- Funções de infraestrutura (821; 2,3%), principalmente devido a aumentos em Tecnologia, Dados e Inovação, em virtude da estratégia de internalização do banco

Planos de benefícios pós-emprego

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos.

No processo de contabilidade globalmente coordenada do Grupo, que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 5 milhões de euros, as análises globais atuariais reveem as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos princípios globais do Grupo para determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, o Grupo conseguiu garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os planos de benefícios dos colaboradores do Grupo, consulte a Nota 33, "Benefícios dos colaboradores" nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informações sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consultar a Declaração de Sustentabilidade de 2025 do banco.

	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2023
Colaboradores do sexo feminino por cargo corporativo (número de efetivos, em %) ¹			
Diretoras Executivas	23,3%	22,8%	22,3%
Diretoras	29,5%	28,8%	28,0%
Vice-Presidentes do sexo feminino	36,3%	35,6%	34,8%
Vice-Presidente Adjuntas e Associadas	43,0%	42,3%	41,9%
Não Diretoras	59,4%	59,6%	59,0%
Total de colaboradores do sexo feminino (número de efetivos, em %) ¹	46,4%	46,5%	46,3%
Idade (em %, total) ^{1,2}			
Menos de 30 anos	16,2%	16,2%	16,5%
30-50 anos	57,1%	57,0%	57,0%
Mais de 50 anos	26,7%	26,9%	26,5%
Colaboradores a tempo parcial (número de efetivos, em %)			
Alemanha	25,2%	24,5%	24,9%
Europa (fora da Alemanha)	4,8%	5,1%	5,1%
Américas	0,3%	0,4%	0,4%
Ásia/Pacífico, Médio Oriente e África	0,1%	0,1%	0,1%
Total de colaboradores a tempo parcial	11,0%	11,3%	11,8%
Percentagem de aprendizes e estudantes em regime dual em relação aos colaboradores	3,1%	3,2%	3,6%
	2025	2024	2023
Índice de compromisso	68,0%	67%	70%
Índice de envolvimento	71,0%	70%	71%
Taxa de rotatividade voluntária dos colaboradores			
Alemanha	2,4%	2,6%	2,5%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	5,4%	5,2%	5,2%
Américas	9,0%	8,3%	7,7%
Ásia-Pacífico	10,2%	9,9%	9,5%
Taxa de rotatividade voluntária total dos colaboradores	6,2%	5,9%	5,6%
Taxa de ausência por doença, em % ³	7,5%	7,6%	7,4%

¹ Os cargos corporativos declarados do Postbank (incluindo subsidiárias) são apenas alternativos, tecnicamente derivados e não contratualmente definidos nem acordados

² Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

³ Taxa de ausência por doença: (total de dias de doença x 100)/total de dias de trabalho regular, Alemanha

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O Diretor Financeiro é responsável por conceber e garantir a eficácia operacional do controlo interno do banco sobre o relato financeiro. O Conselho de Fiscalização exerce a supervisão do processo de relato financeiro, sendo apoiado nesta função pelo Comité de Auditoria. Além da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da empresa para efeitos de relato externo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e aprovadas pela União Europeia (UE), o controlo interno do banco sobre o relato financeiro inclui controlos e procedimentos de divulgação de informações destinados a evitar declarações incorretas.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contêm distorções (ou omissões) significativas. As declarações inexatas poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam devido às demonstrações financeiras.

Para conter esses riscos associados ao relato financeiro, a direção do Grupo estabeleceu o controlo interno sobre o relato financeiro com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável, mas não absoluta, contra erros significativos. Além disso, foi realizada uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre o relato financeiro. Tal baseou-se na Estrutura Integrada de Controlo Interno (2013) emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o controlo interno sobre o relato financeiro, a Direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram;
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras;
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nas demonstrações financeiras pelos montantes adequados;
- Direitos, Obrigações e Propriedade - os direitos, obrigações e propriedade são devidamente registados como ativos e passivos;
- Apresentação e Divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas;
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o controlo interno sobre o relato financeiro, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos de divulgação e os procedimentos ou sistemas de controlo interno do relato financeiro não são capazes de impedir todos os erros; erros involuntários ou intencionais (fraudes). Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar ao longo do tempo. Ademais, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;

- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa; e
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos, a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro, e considera:

- O risco de distorção financeira das rubricas da demonstração financeira, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento da demonstração financeira; e
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a Direção tem de avaliar para determinar se o controlo interno sobre o relato financeiro estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação do controlo interno sobre o relato financeiro. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Essas fontes de informação podem incluir:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do controlo interno sobre o relato financeiro realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e ad-hoc. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da Direção no que diz respeito à eficácia operacional global do controlo interno sobre o relato financeiro.

Em resultado da avaliação, a Direção concluiu em 31 de dezembro de 2025 que o controlo interno sobre o relato financeiro está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 32, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco ou as suas subsidiárias detinham ações próprias durante o exercício de 2025 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Restrições semelhantes combinadas com restrições à alienação são impostas contratualmente aos colaboradores a quem foram concedidas ações como remuneração diferida com uma obrigação de detenção. O banco não tem conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique o banco e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) deste facto. O limiar mínimo é de 3%. O banco não tem conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz) e o Regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (Quadro Regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à Autoridade Federal de Supervisão Financeira alemã (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da Lei Bancária, artigo 93.º do Quadro Regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (Hauptversammlung, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da Lei Bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do Quadro Regulamentar SSM).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2025 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2030, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% os preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2025 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2030, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. A consideração da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser definida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia Geral Anual.

A Assembleia Geral Anual de 22 de maio de 2025 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2030.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controle da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controle da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no website do Grupo, através da ligação <https://www.db.com/ir/en/reports.htm>, bem como no capítulo "4 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão".

Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Introdução

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nos resultados das IFRS dos segmentos de negócio do banco. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Além disso, o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, de forma a que os rácios de capital regulamentar sejam aplicáveis apenas ao nível do Grupo.

Por conseguinte, as informações, que foram fornecidas sobre o Grupo Deutsche Bank no presente relatório de gestão combinado, são, em geral, também relevantes e aplicáveis ao Deutsche Bank AG. Esta secção contém informações adicionais, que facilitam a compreensão do Deutsche Bank AG. As informações financeiras da presente secção foram elaboradas de acordo com o Código Comercial alemão ("Handelsgesetzbuch", HGB), salvo indicação em contrário. Podem ser encontrados mais detalhes sobre informações financeiras elaboradas em conformidade com o HGB nas notas às demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG, num relatório separado.

Desempenho do Deutsche Bank AG

Um parâmetro essencial para avaliar o desempenho do Grupo é a capacidade de fazer distribuições aos acionistas. Esta capacidade depende da disponibilidade de lucros distribuíveis do Deutsche Bank AG determinados em conformidade com o HGB. Além disso, a informação financeira do Deutsche Bank AG preparada em conformidade com o HGB é geralmente menos relevante para avaliar ou orientar o desempenho financeiro do Grupo devido às circunstâncias estabelecidas na introdução acima.

O lucro líquido do Deutsche Bank foi de 6,2 mil milhões de euros em 2025, face a 2,9 mil milhões de euros em 2024.

As receitas totais ascenderam a 23,0 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 9% em termos homólogos, devido principalmente a um aumento da margem financeira de 21% para 11,4 mil milhões de euros e a um aumento das receitas líquidas de comissões, que melhoraram 6% para 7,8 mil milhões de euros. Esta situação foi parcialmente compensada por uma diminuição dos resultados comerciais líquidos de 13%, para 3,7 mil milhões de euros.

As despesas administrativas mantiveram-se essencialmente estáveis em 16,2 mil milhões de euros. O saldo de outras receitas e despesas operacionais diversas melhorou de (1,4) mil milhões de euros em 2024 para 186 milhões de euros. Esta evolução deveu-se principalmente à ausência dos encargos com o litígio relativo à aquisição do Postbank registado em 2024.

O provisionamento para riscos foi de 709 milhões de euros em 2025, refletindo um resultado líquido mais elevado dos títulos detidos nas reservas de liquidez. Em 2024, o provisionamento para riscos foi de 1,1 mil milhões de euros.

O lucro operacional de 6,3 mil milhões de euros aumentou 3,8 mil milhões de euros em relação a 2024.

O resultado fora do âmbito do lucro de exploração deveu-se sobretudo a ajustamentos de avaliação líquidos positivos dos investimentos em empresas associadas no valor de 1,8 mil milhões de euros. Uma despesa fiscal de 1,7 mil milhões de euros conduziu a um resultado líquido de 6,2 mil milhões de euros.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor à Assembleia-Geral Anual que pague um dividendo de 1,00 euros por ação, 1,5 mil milhões de euros adicionais apropriados para reservas de proveitos e que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

Demonstração de resultados

A tabela abaixo fornece uma visão geral da demonstração de resultados do Deutsche Bank AG, que é seguida de mais informações sobre as rubricas individuais.

Demonstração de resultados condensada

em milhões de euros	2025	2024	Alterar	
			em milhões de	em %
Rendimento de juros ¹	41.749	64.857	(23.108)	(36)
Rendimento corrente ²	2.289	1.901	388	20
Rendimento de juros total	44.038	66.758	(22.720)	(34)
Gastos de juros	32.633	57.357	(24.724)	(43)
Rendimento de juros líquido	11.406	9.401	2.004	21
Rendimento de comissões	10.682	9.646	1.036	11
Gastos com comissões	2.875	2.247	629	28
Rendimento de comissões líquido	7.807	7.399	408	6
Resultado de negociação líquido	3.749	4.305	(555)	(13)
do qual: adicionalmente à reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340 § F, n.º 4 do HGB	(247)	—	(247)	N/S
Total de receitas	22.962	21.105	1.857	9
Salários e vencimentos	5.534	5.493	42	1
Contribuições obrigatórias para a segurança social ³	1.299	891	408	46
Gastos com pessoal	6.833	6.383	450	7
Outras despesas administrativas ⁴	9.320	9.760	(440)	(5)
Gastos administrativos	16.153	16.143	10	—
Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais	186	(1.393)	1.578	(113)
Provisionamento de risco	709	1.060	(351)	(33)
Lucros operacionais	6.285	2.509	3.776	151
Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários	1.610	1.333	277	21
Resultado extraordinário	(8)	(4)	(4)	118
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	—	—	—	—
Resultados antes de impostos	7.887	3.838	4.049	105
Impostos	1.703	955	749	78
Resultado líquido	6.183	2.883	3.300	114
Lucros transitados do ano anterior	143	575	(432)	(75)
	6.327	3.458	2.868	83
Alocações a reservas de receitas	2.750	1.200	1.550	129
a outras reservas de receitas	2.750	1.200	1.550	129
Lucros distribuíveis	3.577	2.258	1.318	58

N/S – Não significativo

¹ De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo e créditos inscritos no registo da dívida pública

² De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros)

³ Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores

⁴ Incluindo depreciação programada de ativos tangíveis e intangíveis

Rendimento de juros líquido

O rendimento de juros líquido foi de 11,4 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 2,0 mil milhões de euros em comparação com 2024. O rendimento corrente, que amentou 388 milhões de euros, refletiu o aumento das contribuições das empresas afiliadas. O resultado líquido de juros de empréstimos e títulos menos custos de juros aumentou 1,6 mil milhões de euros, devido sobretudo a uma maior receita líquida de juros de derivados e ao menor custo de juros de passivos titularizados.

Rendimento de comissões líquido

O rendimento de comissões líquido foi de 7,8 mil milhões de euros em 2025, um aumento de 408 milhões de euros em comparação com 2024. O aumento deveu-se principalmente ao aumento das comissões de corretagem e das comissões de gestão dos ativos sob gestão no Private Bank. Além disso, as receitas mais elevadas das comissões relativas a outros serviços prestados aos clientes contribuíram para este aumento.

Resultado de negociação líquido

O resultado de negociação líquido ascendeu a 3,7 mil milhões de euros em 2025, em comparação com 4,3 mil milhões de euros em 2024. Esta evolução deveu-se principalmente aos efeitos negativos mais elevados da conversão cambial e à adição à reserva especial relacionada com a negociação, nos termos do § 340e (4) do HGB, no montante de 247 milhões de euros.

Gastos com pessoal e outros custos administrativos

Os gastos com pessoal aumentaram 450 milhões de euros, para 6,8 mil milhões de euros em 2025, face aos 6,4 mil milhões de euros verificados em 2024. Este aumento deveu-se a despesas mais elevadas com planos de benefícios definidos.

Discriminação geográfica dos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) do banco

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) ¹	31 dez 2025	31 dez 2024	Alterar
Alemanha	22.715	23.362	(647)
Europa (excl. Alemanha)	7.613	7.568	45
Américas	396	413	(17)
África/Ásia/Austrália	5.277	5.149	128
Total	36.001	36.492	(491)

¹ Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes

A diminuição do número de colaboradores na Alemanha resulta principalmente de uma diminuição do número de colaboradores no Private Bank. Na região África/Ásia/Austrália, o número de colaboradores aumentou principalmente na Índia, devido sobretudo a aumentos de pessoal nas funções de controlo, em particular nas áreas de Combate à Criminalidade Financeira e Auditoria e Investigações do Grupo.

Outros custos administrativos foram de 9,3 mil milhões de euros em 2025, em comparação com 9,8 mil milhões de euros em 2024. Neste contexto, as despesas administrativas (excluindo as depreciações e amortizações programadas de ativos tangíveis e intangíveis) diminuíram 450 milhões de euros. Esta evolução deveu-se principalmente à redução dos custos de manutenção e dos custos do equipamento informático. A depreciação e amortização planeada de ativos tangíveis e intangíveis aumentou em 10 milhões de euros.

Resultado líquido de rendimentos e gastos operacionais

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais foi de 186 milhões de euros em 2025, em comparação com (1,4) mil milhões de euros em 2024. Este aumento deveu-se principalmente à ausência dos encargos com o litígio relativo à aquisição do Postbank registado em 2024.

Provisionamento líquido do risco

Os gastos líquidos com o provisionamento do riscos, que consiste em variações no provisionamento do risco relacionado com o crédito e o resultado líquido dos títulos detidos nas reservas de liquidez, ascendeu a 709 milhões de euros em 2025, em comparação com 1,1 mil milhões de euros em 2024. Esta evolução deveu-se principalmente a um aumento do resultado líquido dos títulos detidos nas reservas de liquidez, que registou um aumento de 618 milhões de euros, devido à descida das taxas de juro. As provisões no setor dos empréstimos aumentaram 267 milhões de euros.

Saldo líquido de outros rendimentos/gastos ordinários

O saldo de outros resultados e gastos ordinários, consistindo em ajustamentos de avaliação líquidos de investimentos em empresas afiliadas, amortizações e depreciações não programadas de ativos tangíveis e intangíveis e despesas decorrentes da assunção de perdas, foi de 1,6 mil milhões de euros em 2025, face a 1,3 mil milhões de euros em 2024.

Os ajustamentos de avaliação líquidos e os resultados líquidos das alienações de investimentos em empresas associadas ascenderam a 1,8 mil milhões de euros em 2025, face a 1,6 mil milhões de euros em 2024, principalmente relacionados com a franquia do banco nos EUA e com várias subsidiárias na Europa.

As amortizações e depreciações não programadas de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 121 milhões de euros em 2025, em comparação com 195 milhões de euros em 2024, e foram principalmente atribuídas a edifícios.

As despesas decorrentes da assunção de prejuízos ascenderam a 41 milhões de euros em 2025, em comparação com 54 milhões de euros em 2024.

Resultado extraordinário

As receitas e despesas extraordinárias líquidas ascenderam a (8) milhões de euros em 2025, em comparação com (4) milhões de euros em 2024, e foram principalmente impulsionadas por atividades de reestruturação.

Impostos

Em 2025, o banco registou uma despesa fiscal de 1,7 mil milhões de euros, em comparação com uma despesa fiscal de 955 milhões de euros no ano anterior. A despesa fiscal em 2025 e a despesa fiscal do ano anterior foram principalmente afetadas por rendimentos isentos de impostos.

Lucro líquido e proposta de afetação

O Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 6,2 mil milhões de euros em 2025, em comparação com um lucro líquido de 2,9 mil milhões de euros em 2024.

Após uma adição às reservas de proveitos de 2,8 mil milhões de euros, o lucro distribuível de 2025 ascendeu a 3,6 mil milhões de euros. O Banco irá propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 1,00 euros por ação. Isto irá reduzir o lucro distribuível até 1,9 mil milhões de euros, dependendo do número de ações em circulação na data de registo. Será igualmente proposta a afetação de um montante adicional de 1,5 mil milhões de euros às reservas de receitas e o reporte do restante lucro distribuível.

Balanço

A tabela abaixo fornece uma visão geral do balanço do Deutsche Bank AG, que é seguido de mais informações sobre as rubricas individuais.

Balanço condensado

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024	Alterar	
			em milhões de	em %
Ativos				
Valores a receber de bancos e clientes, incl. saldos junto de bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público	703.256	685.315	17.941	3 %
Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas	32.964	31.923	1.041	3 %
Obrigações e outros títulos e ações de capital	106.845	83.732	23.113	28 %
Ativos detidos para negociação	318.181	301.057	17.124	6 %
Outros ativos remanescentes	25.129	26.375	(1.247)	(5) %
Total do ativo	1.186.374	1.128.403	57.972	5 %
Passivos e Capital próprio dos acionistas				
Responsabilidades para com bancos e clientes	713.207	678.503	34.704	5 %
Passivo na forma de certificados	104.010	100.993	3.017	3 %
Passivos detidos para negociação	241.033	216.798	24.235	11 %
Provisões	7.648	7.632	17	0 %
Capital e reservas	48.669	44.884	3.785	8 %
Passivos subordinados, capital de direitos de participação, instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional e fundo para riscos bancários gerais	24.250	27.966	(3.716)	(13) %
Outros passivos remanescentes	47.557	51.627	(4.070)	(8) %
Total do passivo e capital próprio dos acionistas	1.186.374	1.128.403	57.972	5 %

Em 31 de dezembro de 2025, o balanço total de 1,2 bilhões de euros foi ligeiramente superior em comparação com o final do ano de 2024.

Total de crédito concedido

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) aumentou 4,0 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento dos créditos sobre clientes.

Total de crédito concedido (excluindo aceitação de empréstimos, acordos de revenda e operações à vista com títulos)

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024	Alterar	
			em mil milhões	em %
Créditos sobre clientes	420.744	417.376	3.368	1 %
com um período residual de				
até 5 anos ¹	313.297	301.331	11.966	4 %
mais de 5 anos	107.447	116.045	(8.598)	(7) %
Empréstimos a bancos	52.232	51.573	659	1 %
com um período residual de				
até 5 anos ¹	35.600	36.811	(1.211)	(3) %
mais de 5 anos	16.632	14.763	1.870	13 %
Total	472.995	468.985	4.010	1 %

¹ Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora do âmbito da negociação aumentaram 12,0 mil milhões de euros, devido a um aumento dos valores a receber a curto prazo.

Investimentos em empresas afiliadas

Os investimentos em empresas participadas aumentaram 1,0 mil milhões de euros, principalmente devido à reversão de anteriores reduções de valor em empresas participadas nos Estados Unidos e na Europa.

Títulos

A carteira de títulos do Banco (excluindo ativos detidos para negociação) aumentou 23,1 mil milhões de euros, devido sobretudo a um aumento das posições obrigacionistas na carteira de ativos fixos do Banco.

Ativos detidos para negociação

Os ativos detidos para negociação aumentaram 17,1 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento das posições obrigacionistas, dos valores a receber transacionados de acordos de revenda e metais preciosos, parcialmente compensado por uma diminuição dos valores de mercado positivos dos derivados de negociação.

Depósitos e passivos titularizados

As responsabilidades para com os bancos diminuíram 887 milhões de euros, principalmente devido a saídas de depósitos.

As responsabilidades para com os clientes aumentaram 35,6 mil milhões de euros, principalmente devido a entradas mais elevadas de depósitos reembolsáveis à vista.

O passivo sob a forma de certificados aumentou 3,0 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento dos empréstimos a curto prazo.

Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024	em mil milhões	Alterar em %
Dívidas a bancos	138.372	139.259	(887)	(1) %
reembolsáveis à vista	78.148	73.553	4.595	6 %
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	60.224	65.706	(5.482)	(8) %
Responsabilidades para com clientes	574.835	539.244	35.591	7 %
Depósitos de poupança	65.844	66.833	(989)	(1) %
Outros passivos				
reembolsáveis à vista	353.071	319.520	33.550	11 %
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	155.921	152.884	3.037	2 %
Passivo na forma de certificados	104.010	100.993	3.017	3 %
Obrigações emitidas	88.145	89.171	(1.026)	(1) %
Outros passivos na forma de certificados	15.865	11.823	4.042	34 %
dos quais: Instrumentos do mercado monetário	14.393	10.997	3.396	31 %

Passivos detidos para negociação

Os passivos detidos para negociação aumentaram 24,2 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento dos passivos detidos para negociação decorrentes de operações de reporte, parcialmente compensado por uma diminuição dos valores de mercado negativos dos derivados de negociação.

Passivos subordinados

Os passivos subordinados diminuíram 3,6 mil milhões de euros, principalmente devido a reembolsos.

Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional em 31 de dezembro de 2025 ascendiam a 11,8 mil milhões de euros, em comparação com 12,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, devido ao reembolso de duas emissões, parcialmente compensado por duas novas emissões.

Capital e reservas

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG em 31 de dezembro de 2025 aumentaram 3,8 mil milhões de euros para 48,7 mil milhões de euros, em comparação com 44,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. O aumento é principalmente atribuível ao lucro distribuível gerado em 2025, bem como um aumento em outras reservas de receitas. Estes efeitos positivos foram parcialmente compensados pelos efeitos da anulação de ações e dos dividendos pagos aos acionistas do Deutsche Bank.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar e apresenta requisitos de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank.

Globalmente, o banco manteve o seu financiamento estável, base de elevada liquidez e uma posição sólida de capital regulamentar que tem por base o capital do Grupo. Para mais pormenores, consultar as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

Gestão do Deutsche Bank AG no Grupo

O conteúdo do presente capítulo deve ser lido em conjugação com as secções do grupo correspondente no presente Relatório Anual, em especial "Relatório de Risco", "Perspetiva", "Riscos e Oportunidades" e "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Risk Management

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas do Deutsche Bank, sobretudo motivados pelos seguintes aspetos:

- A estrutura de gestão do Grupo, incluindo os segmentos de negócio, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura de gestão. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, uma vez que é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa estiver distribuída por várias empresas do Grupo ou se estiver concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria a potencial exposição do Grupo e, indiretamente, do Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados e, em alguns casos, são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir significativamente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Seguindo as políticas do Grupo, o Deutsche Bank AG cumpre os respetivos requisitos legais e regulamentares.

O rácio de cobertura de liquidez (LCR) do Deutsche Bank AG situa-se em 144% em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 122% em 31 de dezembro de 2024. O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) ascende a 109% em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 111% em 31 de dezembro de 2024. Ambos os rácios são calculados separadamente para garantir um nível adequado de liquidez e de financiamento estável no Deutsche Bank AG.

Perspetivas e estratégia

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank AG participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas do Grupo englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo, exceto no que diz respeito ao montante de lucros distribuíveis.

Riscos e oportunidades

Riscos

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, enfrenta riscos adicionais em relação ao plano do Grupo, no sentido em que determinadas transações num determinado ano podem conduzir a perdas mais elevadas ou mais baixas do que nas demonstrações financeiras do Grupo elaboradas ao abrigo das IFRS. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura política e económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, reestruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. O regresso de uma conjuntura de níveis persistentemente baixos de taxas de juro e o tratamento dos pagamentos de cupões relacionados com os instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.

Além disso, os proveitos ou lucros não distribuídos de empresas afiliadas podem não estar disponíveis para distribuição ao Deutsche Bank AG, de modo a apoiar o pagamento de dividendos pelo Deutsche Bank AG, de acordo com o rácio de distribuição do grupo.

Oportunidades

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, pode ter oportunidades adicionais comparativamente ao Grupo, na medida em que determinadas transações num determinado ano são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS, tais como os ganhos realizados que podem ser reconhecidos na demonstração de resultados ao abrigo das IFRS num período anterior.

Além disso, existe a possibilidade de o Deutsche Bank AG, como empresa-mãe, apresentar lucros num determinado ano que sejam superiores à sua contribuição para o resultado líquido do Grupo, resultantes do aumento das distribuições de lucros de empresas afiliadas.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Os controlos efetuados para as demonstrações anuais do Grupo ao abrigo das IFRS aplicam-se às demonstrações financeiras do banco ao abrigo do HGB. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

- A reconciliação e eliminação interagências são realizadas para saldos específicos do HGB
- Revisões analíticas de rubricas de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível das agências estrangeiras e da sede alemã

Declaração de Sustentabilidade do Deutsche Bank AG

O Deutsche Bank AG, na qualidade de empresa-mãe do Grupo, define a governação, a estratégia, o impacto, a gestão de riscos e oportunidades, os indicadores e os objetivos para as questões materiais de sustentabilidade. Uma vez que o Deutsche Bank AG representa substancialmente o Grupo no que diz respeito aos principais indicadores (por exemplo, o total de ativos do Grupo), esses elementos-chave de sustentabilidade são definidos exclusivamente a nível do Grupo, com exceção das subsidiárias especificamente destacadas, tal como referido na Declaração de Sustentabilidade do Grupo Deutsche Bank. Por conseguinte, os pormenores nos termos do artigo 340.º-A, n.º 1, alínea a) do Código Comercial Alemão (HGB), em conjugação com o artigo 289.º-B, n.º 3 do HGB, podem ser encontrados na Declaração de Sustentabilidade no Relatório de Gestão Combinado deste Relatório Anual. Uma vez que a Diretiva relativa ao Relato de Sustentabilidade das Empresas (CSRD) emitida pela União Europeia não tinha sido transposta para o direito alemão em 31 de dezembro de 2025, o banco aplicou as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) como quadro de relato, tal como permitido pelo artigo 289.º-D do HGB e, nessa base, divulga a governação, a estratégia, o impacto, a gestão de riscos e oportunidades, as métricas e os objetivos para questões materiais de sustentabilidade.

2

Demonstrações financeiras consolidadas

526	Demonstração consolidada dos resultados	617	21 — Ativos fixos tangíveis
527	Demonstração consolidada do rendimento integral	619	22 — Locações
528	Balanço consolidado	620	23 — Goodwill e outros ativos intangíveis
529	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	625	24 — Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda
530	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	626	25 — Outros ativos e outros passivos
532	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	626	26 — Depósitos
532	01 — Políticas contabilísticas importantes e estimativas contabilísticas críticas	627	27 — Provisões
558	02 — Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas	639	28 — Compromissos de crédito e passivos contingentes
560	03 — Aquisições e alienações	640	29 — Outros empréstimos a curto prazo
561	04 — Segmentos de negócio e informação associada	640	30 — Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais
		641	31 — Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros
576	Notas às demonstrações financeiras consolidadas		
576	05 — Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	643	Notas adicionais
579	06 — Rendimentos de serviços e comissões	643	32 — Ações ordinárias
581	07 — Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	645	33 — Benefícios dos empregados
581	08 — Outro resultado (perdas)	663	34 — Impostos sobre o rendimento
581	09 — Despesas gerais e administrativas	667	35 — Derivados
582	10 — Reestruturação	672	36 — Operações com partes relacionadas
583	11 — Resultados por ação	674	37 — Informações sobre subsidiárias
584	Notas ao balanço consolidado	676	38 — Entidades estruturadas
584	12 — Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	683	39 — Ativos e passivos correntes e não correntes
586	13 — Instrumentos financeiros escriturados ao justo	684	40 — Acontecimentos após o período de relato
603	14 — Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor	685	41 — Informação sobre o capital regulamentar
605	15 — Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	691	42 — Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 314.º do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã
605	16 — Investimentos avaliados pelo método de	693	43 — Divulgação de informação por país
606	17 — Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros	695	44 — Participações
610	18 — Empréstimos		
611	19 — Provisão para perdas de crédito		
614	20 — Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia	725	Confirmações

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2025	2024	2023
Juros e rendimentos similares ¹	5	44.458	49.358	44.074
Gasto de juros	5	28.767	36.292	30.472
Rendimento de juros líquido	5	15.691	13.065	13.602
Provisão para perdas de crédito	19	1.707	1.830	1.505
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		13.985	11.235	12.097
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	6	10.891	10.372	9.206
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	5.160	5.987	4.947
Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	7	9	(11)	(96)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		49	48	(—)
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência	16	(6)	12	(38)
Outro resultado	8	300	619	1.259
Rendimento total excluindo juros		16.404	17.027	15.277
Remunerações e benefícios	33	11.813	11.731	11.131
Despesas gerais e administrativas	9	8.860	11.243	10.112
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	23	—	—	233
Atividades de reestruturação	10	(15)	(3)	220
Despesas totais (excluindo juros)		20.658	22.971	21.695
Resultado antes de impostos sobre o rendimento		9.731	5.291	5.678
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	34	2.592	1.786	787
Lucros (prejuízos)		7.139	3.505	4.892
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias		208	139	119
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		6.931	3.366	4.772

¹ Os juros e rendimentos similares incluíram 32,5 mil milhões de euros, 36,9 mil milhões de euros e 34,5 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respetivamente, calculado com base no método da taxa de juro efetiva.

Resultados por ação

	Notas	2025	2024	2023
Resultados por ação:¹	11			
Básicos		€ 3,16	€ 1,40	€ 2,07
Diluído		€ 3,09	€ 1,37	€ 2,03
Número de ações em milhões:				
Denominador dos resultados por ação básicos – média ponderada das ações em circulação		1.954,5	1.993,6	2.064,1
Denominador para os resultados por ação diluídos – média ponderada ajustada de ações após conversões assumidas		1.998,0	2.039,3	2.104,0

¹ Os resultados foram ajustados em 761 milhões de euros antes de impostos em 2025 para os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais, dos quais 728 milhões de euros no segundo trimestre e 32 milhões de euros no quarto trimestre de 2025. Nos segundos trimestres de 2024 e 2023, os resultados foram ajustados em 574 milhões de euros e 498 milhões de euros antes de impostos, respetivamente, para os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais. Em conformidade com a IAS 33, os cupões pagos nas Notas Tier 1 adicionais não são atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e, como tal, têm de ser deduzidos no cálculo.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2025	2024	2023
Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados	7.139	3.505	4.892
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	27	264	(286)
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, antes dos impostos	(115)	(180)	(62)
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	(115)	(61)	155
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	638	(332)	25
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados) antes de impostos	(49)	(48)	—
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(42)	(242)	439
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados) antes de impostos	(44)	234	395
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	—	—	—
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados) antes de impostos	—	—	—
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(3.330)	833	(1.294)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados) antes de impostos	(9)	3	(3)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	31	(2)	(25)
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em	(133)	264	18
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	(3.140)	731	(637)
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	3.999	4.236	4.255
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	107	192	77
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	3.892	4.044	4.178

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos:			
Caixa e saldos do banco central		164.659	147.494
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		6.962	6.160
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	20	37.509	40.803
Títulos obtidos por empréstimo	20	6	44
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		153.811	139.772
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		241.328	291.754
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados		124.495	114.324
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados		—	—
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	519.635	545.849
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	43.644	42.090
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	16	924	1.028
Empréstimos pelo custo amortizado	18, 19, 20	472.620	478.921
Ativos fixos tangíveis	21, 22	5.924	6.193
Goodwill e outros ativos intangíveis	23	7.561	7.749
Outros ativos ¹	24, 25	167.472	101.207
Ativos por impostos correntes		1.609	1.801
Ativos por impostos diferidos	34	6.544	7.839
Total do ativo		1.435.067	1.387.177
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	26	691.828	666.261
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	20	4.177	3.740
Títulos cedidos por empréstimo	20	2	2
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação		42.879	43.498
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		225.775	276.395
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		115.055	92.047
Passivos por contratos de investimento		469	454
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	384.179	412.395
Outros empréstimos a curto prazo	29	18.204	9.895
Outros passivos ¹	22, 24, 25	137.713	95.631
Provisões	19, 27	2.408	3.326
Passivos por impostos correntes		694	720
Passivos por impostos diferidos	34	623	590
Dívida a longo prazo	30	114.754	114.899
Títulos fiduciários preferenciais	30	283	287
Total do passivo		1.354.863	1.307.745
Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de €2,56	32	4.891	5.106
Capital realizado adicional		38.281	39.744
Lucros não distribuídos		28.096	23.368
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	32	(185)	(713)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		(4.150)	(1.229)
Total do capital acionista		66.933	66.276
Componentes de capital adicionais		11.708	11.550
Participações minoritárias		1.562	1.606
Total do capital próprio		80.203	79.432
Total do passivo e do capital próprio		1.435.067	1.387.177

¹ Inclui ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

Resultados líquidos não realizados															
					De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos ²	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados,	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos ²	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos ²	Conversão cambial, líquida de impostos ²	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos ¹	Total do capital ações	Componentes de capital adicionais ³	Participações minoritárias	Total do capital próprio
em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital adicional	Lucros distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo											
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.291	40.513	17.800	(331)	(986)	62	(570)	—	171	10	(1.314)	61.959	8.578	1.791	72.328
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	—	—	4.772	—	133	(43)	592	—	(1.111)	(16)	(445)	4.327	—	78	4.404
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ações ordinárias canceladas ⁵	(68)	(232)	—	300	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos pagos em numerário	—	—	(610)	—	—	—	—	—	—	—	—	(610)	—	(100)	(710)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	—	—	(498)	—	—	—	—	—	—	—	—	(498)	—	—	(498)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	—	—	(148)	—	—	—	—	—	—	—	—	(148)	—	(1)	(149)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	—	(94)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(94)	—	(1)	(95)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em	—	—	—	407	—	—	—	—	—	—	—	407	—	—	407
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	—	27	—	—	—	—	—	—	—	—	—	27	—	(1)	26
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	—	(65)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(65)	—	—	(65)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	—	—	—	(857)	—	—	—	—	—	—	—	(857)	—	—	(857)
Venda de ações próprias (tesouraria)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	39	—	—	—	—	—	—	—	—	—	39	(9) ⁴	(4)	26
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.223	40.187	21.316	(481)	(853)	18	22	—	(941)	(6)	(1.760)	64.486	8.569	1.763	74.818
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	—	—	3.366	—	(272)	(131)	1	—	928	(1)	525	3.891	—	191	4.082
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após	—	—	(5)	—	—	5	—	—	—	—	5	—	—	—	—
Ações ordinárias canceladas ⁵	(117)	(333)	—	450	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos pagos em numerário	—	—	(883)	—	—	—	—	—	—	—	—	(883)	—	(264)	(1.147)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	—	—	(574)	—	—	—	—	—	—	—	—	(574)	—	—	(574)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	—	—	148	—	—	—	—	—	—	—	—	148	—	1	149
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	—	(23)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(23)	—	—	(23)
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em	—	—	—	444	—	—	—	—	—	—	—	444	—	—	444
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	—	53	—	—	—	—	—	—	—	—	—	53	—	—	53
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	—	(41)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(41)	—	—	(41)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	—	—	—	(1.126)	—	—	—	—	—	—	—	(1.126)	—	—	(1.126)
Venda de ações próprias (tesouraria)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	(99)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(99)	298 ⁴	(84)	2.798
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.106	39.744	23.368	(713)	(1.124)	(108)	23	—	(13)	(7)	(1.229)	66.276	11.550	1.606	79.432
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	—	—	6.931	—	418	(93)	(59)	—	(3.212)	17	(2.930)	4.002	—	106	4.108
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após	—	—	(9)	—	—	9	—	—	—	—	9	—	—	—	—
Ações ordinárias canceladas ⁵	(215)	(1.459)	—	1.675	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendos pagos em numerário	—	—	(1.315)	—	—	—	—	—	—	—	—	(1.315)	—	(107)	(1.421)
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	—	—	(761)	—	—	—	—	—	—	—	—	(761)	—	—	(761)
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	—	—	(119)	—	—	—	—	—	—	—	—	(119)	—	1	(118)
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	—	63	—	—	—	—	—	—	—	—	—	63	—	—	63
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em	—	—	—	472	—	—	—	—	—	—	—	472	—	—	472
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	—	161	—	—	—	—	—	—	—	—	—	161	—	—	161
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	—	(75)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(75)	—	—	(75)
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	—	—	—	(1.618)	—	—	—	—	—	—	—	(1.618)	—	—	(1.618)
Venda de ações próprias (tesouraria)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	(153)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(153)	158 ⁴	(45)	(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.891	38.281	28.096	(185)	(707)	(192)	(36)	—	(3.225)	10	(4.150)	66.933	11.708	1.562	80.203

¹ Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos

² Excluindo resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

³ Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS

⁴ Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais

⁵ Em 19 de fevereiro de 2025, o Deutsche Bank cancelou 37,7 milhões das suas ações ordinárias; o cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 96 milhões de euros; as ações canceladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, ao custo de aquisição de mil milhões de euros; a diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 903 milhões de euros Em 3 de janeiro de 2025, o Deutsche Bank cancelou 46,4 milhões das suas ações ordinárias; o cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 119 milhões de euros; as ações canceladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, ao custo de aquisição de 675 milhões de euros; a diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 556 milhões de euros Em 5 de março de 2024, o Deutsche Bank cancelou 45,5 milhões das suas ações ordinárias; o cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 117 milhões de euros; as ações canceladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, ao custo de aquisição de 450 milhões de euros; a diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 333 milhões de euros. Em 28 de fevereiro de 2023, o Deutsche Bank cancelou 26,5 milhões das suas ações ordinárias; o cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 68 milhões de euros; as ações canceladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, ao custo de aquisição de 300 milhões de euros; a diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 232 milhões de euros

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2025	2024	2023
Lucros (prejuízos)	7.139	3.505	4.892
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas)			
Provisão para perdas de crédito	1.707	1.830	1.505
Atividades de reestruturação	(15)	(3)	220
Ganhos na venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(22)	(76)	(84)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	837	473	(553)
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	2.805	3.388	3.111
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(35)	4	107
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	(13.074)	(1.188)	(699)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	3.490	(25.975)	(3.285)
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de	(14.115)	(25.214)	793
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	75	93
Empréstimos pelo custo amortizado	(9.415)	226	8.556
Outros ativos	(52.226)	13.990	(1.384)
Depósitos	38.220	37.603	1.771
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento ¹	28.456	5.425	29.493
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	631	625	2.456
Outros empréstimos a curto prazo	8.529	182	4.534
Outros passivos	48.755	(19.800)	777
Dívida sénior a longo prazo ²	5.754	(6.339)	(11.880)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	(19.269)	(14.991)	(35.616)
Outros, líquido	8.912	(2.323)	801
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	47.064	(28.584)	5.606
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10.909	18.267	15.646
Vencimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22.748	22.658	19.437
Venda de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	—	20	—
Vencimentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	4.631	7.216	8.025
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	—	—	20
Venda de ativos fixos tangíveis	18	20	33
Aquisição de:			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(37.989)	(46.502)	(38.648)
Títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(24.728)	(6.498)	(4.859)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(17)	(63)	(60)
Ativos fixos tangíveis	(443)	(528)	(422)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	—	3	(361)
Outros, líquido	(1.440)	(1.375)	(1.386)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	(26.311)	(6.781)	(2.576)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo ³	54	20	1.432
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo ³	(2.728)	(153)	(1.471)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts ⁴	—	—	—
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts ⁴	(6)	(6)	(225)
Parte de capital dos pagamentos de locação ⁵	(496)	(552)	(534)
Ações ordinárias emitidas	—	—	—
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(1.618)	(1.126)	(857)
Venda de ações próprias (tesouraria)	—	—	—
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	2.500	3.000	—
Componentes de capital adicionais (AT1) reembolsados	(2.360)	—	—
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(3.064)	(3.341)	(400)

em milhões de euros	2025	2024	2023
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	3.071	3.316	415
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(761)	(574)	(498)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(107)	(264)	(100)
Variação líquida em participações minoritárias	(6)	(84)	(5)
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	(1.315)	(883)	(610)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	(6.834)	(646)	(2.852)
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	(6.309)	2.910	(2.036)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	7.611	(33.102)	(1.857)
Caixa e seus equivalentes no início do período	130.666	163.768	165.626
Caixa e seus equivalentes no fim do período	138.277	130.666	163.768
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	1.361	1.392	955
Juros pagos ⁶	28.805	36.030	28.502
Juros recebidos ⁶	44.543	48.746	43.413
Dividendos recebidos	142	110	106
Caixa e seus equivalentes englobam			
Caixa e saldos do banco central ⁷	133.193	126.353	159.326
Saldos interbancários (sem bancos centrais) ⁸	5.084	4.313	4.442
Total	138.277	130.666	163.768

¹ Inclui emissões de dívida sênior a longo prazo de 12,2 mil milhões de euros e 13,5 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 6,2 mil milhões de euros e 2,4 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente.

² Inclui emissões de 23,7 mil milhões de euros e 25,9 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 17,2 mil milhões de euros e 33,2 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente.

³ As alterações não monetárias relativas à dívida subordinada de longo prazo são de (741) milhões de euros no total e resultam principalmente de alterações no justo valor de 62 milhões de euros e de variações cambiais de (810) milhões de euros até 31 de dezembro de 2025 e de 532 milhões de euros no total, resultantes principalmente de alterações no justo valor de 90 milhões de euros e de variações cambiais no valor de 432 milhões de euros até 31 de dezembro de 2024.

⁴ As alterações não monetárias relativas aos títulos fiduciários preferenciais ascendem a 2 milhões de euros no total, principalmente devido a alterações no justo valor de (3) milhões de euros até 31 de dezembro de 2025 e 3 milhões de euros no total, principalmente devido a alterações no justo valor de (3) milhões de euros até 31 de dezembro de 2024.

⁵ As alterações não monetárias do passivo de locação são de 327 milhões de euros no total, incluindo movimentos cambiais de (205) milhões de euros até 31 de dezembro de 2025, e de 673 milhões de euros no total, incluindo movimentos cambiais de 107 milhões de euros até 31 de dezembro de 2024.

⁶ Inclui os juros pagos e os juros recebidos de derivados que se qualificam como instrumentos de cobertura ao abrigo da aplicação da contabilidade de cobertura de justo valor do Grupo, que inclui coberturas de carteira do risco de taxa de juro, de acordo com a versão de separação da IAS 39 da UE.

⁷ Não incluído: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais no valor de 31,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 21,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

⁸ Não incluído: depósitos a prazo remunerados em bancos no valor de 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de caixa e do banco central incluem depósitos a prazo e à ordem no Banco Central da Rússia no valor de 545 milhões de euros (377 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024). Estes estão sujeitos a restrições cambiais. Os depósitos à ordem no valor de 13 milhões de euros (15 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024) são classificados como Caixa e seus equivalentes no final do período.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 — Políticas contábilísticas importantes e estimativas contábilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Taunusanlage 12, 60325, Frankfurt am Main, Alemanha ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anônima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (coletivamente o "Grupo" ou "Deutsche Bank"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Antes da publicação a 12 de março de 2026, o Conselho de Fiscalização aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2025 do Grupo a 11 de março de 2026, as quais foram elaboradas pelo Conselho de Administração a 5 de março de 2026.

Separação da UE

O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. O objetivo da aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE é alinhar a abordagem de contabilidade de cobertura do Grupo com a sua prática de gestão do risco e com a prática contábilística dos seus principais pares europeus. De acordo com a versão de separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada aos depósitos principais. Além disso, a versão de separação da UE da ineficácia de cobertura da IAS 39 só é reconhecida quando a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao montante original designado desse agregado. Se o montante revisto dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao montante original designado, não há ineficácia da cobertura. Nos termos das IFRS emitidas pelo IASB, a contabilidade de cobertura para macrocoberturas de justo valor não pode ser aplicada a depósitos principais. Além disso, nos termos das IFRS, tal como emitidas pelo IASB, a ineficácia da cobertura surge para todas as relações de contabilidade de macrocobertura de justo valor sempre que a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados seja superior ou inferior ao montante original designado desse agregado. A versão de separação da IAS 39 da UE também elimina a proibição de identificar uma componente de risco de referência num instrumento financeiro com um preço inferior ao de referência. Esta situação pode ocorrer quando os instrumentos financeiros têm um diferencial negativo, de tal forma que a componente de risco identificada e não especificada contratualmente é superior ao juro do próprio contrato.

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2025, a aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE teve um impacto positivo de 0,7 mil milhões de euros nos lucros antes de impostos e de 0,3 mil milhões de euros nos lucros líquidos de impostos. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2024, a aplicação da versão da UE teve um impacto negativo de 1,4 mil milhões de euros nos lucros antes de impostos e de 1,0 mil milhões de euros nos lucros líquidos de impostos.

O capital regulamentar do Grupo e os rácios do mesmo são também relatados com base na versão de separação da IAS 39 da UE. O impacto no capital próprio total também tem impacto no cálculo do rácio de capital CET1. Em 31 de dezembro de 2025, a aplicação da versão de separação da UE teve um impacto negativo cumulativo no rácio de capital CET1 de cerca de 60 pontos de base e um impacto negativo cumulativo de cerca de 68 pontos de base em 31 de dezembro de 2024.

Divulgações da IFRS 7 (incluindo divulgações sobre relato por segmentos e riscos geopolíticos)

As divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" são estabelecidas na secção Relatório de Risco do Relatório de Gestão Combinado e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

As informações sobre os riscos geopolíticos e macroeconómicos podem ser consultadas na secção "Riscos e oportunidades", bem como na secção "Visão geral do risco e do capital", capítulo "Principais temas de risco" do Relatório de Risco. O Grupo está exposto a riscos gerais decorrentes de incertezas geopolíticas e macroeconómicas. Seguem-se exemplos de como esses riscos podem afetar os resultados financeiros do Grupo:

- As tarifas ou sanções, bem como a estagnação económica, podem afetar a capacidade do cliente de assegurar os pagamentos de capital e de juros ao abrigo de instrumentos sujeitos à IFRS 9.
- Guerras e embargos em regiões específicas do mundo podem afetar a capacidade do cliente de gerar rendimentos sustentáveis para servir os seus empréstimos.

O Grupo considera esses riscos geopolíticos e macroeconómicos como parte da avaliação do risco de crédito e do processo de diligência devida antes da concessão de crédito aos clientes relevantes. O Grupo também gere a sua carteira de crédito dentro dos limites e da apetência pelo risco estabelecidos.

Para mais informações sobre o relato por segmentos, consultar a secção "Segmentos de negócio do Deutsche Bank" do Relatório de Gestão e a Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada.

Estas divulgações auditadas estão assinaladas a azul claro no Relatório de risco.

Desde o início do quarto trimestre de 2023, os Ativos líquidos de alta qualidade (HQLA, tal como definidos no Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão) constituem um limite fundamental para a apetência do Grupo pelo risco de liquidez, substituindo a Reserva de Liquidez anteriormente comunicada. Os HQLA incluem caixa e seus equivalentes disponíveis e títulos líquidos de alta qualidade não onerados (incluindo obrigações governamentais e obrigações garantidas pelo governo), representando a contramedida mais prontamente disponível e mais importante num evento de esforço. Por conseguinte, o Grupo deixou de divulgar as Reservas de Liquidez a partir de 2025.

Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As políticas contabilísticas materiais do Grupo são descritas em "Políticas contabilísticas materiais".

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas materiais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais")
- a imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais" abaixo)
- a determinação do justo valor (ver abaixo "Determinação do justo valor")
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo "Reconhecimento de lucros à data da operação")
- a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis (ver abaixo "Goodwill e outros ativos intangíveis")
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver "Impostos sobre o rendimento" abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver "Provisões" abaixo)

Políticas contábilísticas materiais

Segue-se a descrição das políticas contábilísticas materiais do Grupo. Exceto as alterações nas políticas contábilísticas e as alterações nas estimativas contábilísticas descritas anteriormente e indicadas abaixo, estas políticas foram aplicadas de forma coerente nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

Associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial".

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

Margem financeira – Os rendimentos e gastos de juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (EIR) é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação dos gastos e rendimentos de juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados no cálculo da EIR incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todos os honorários (incluindo comissões) que são considerados como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos. No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer honorários associados são reconhecidos em rendimentos de negociação quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor.

Se um ativo financeiro estiver em imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor do custo amortizado. O valor do custo amortizado de um ativo financeiro é o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro após ajuste para quaisquer provisões para imparidades. Para os ativos que são inicialmente reconhecidos como comprados ou com imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados através da utilização de uma taxa de juro efetiva ajustada ao crédito que tem em consideração as perdas de crédito esperadas.

O Grupo apresenta juros pagos negativos sobre ativos remunerados a juros como custos de juros e receitas de juros recebidas de passivos remunerados a juros como rendimento de juros.

O Grupo apresenta os rendimentos e gastos de juros calculados através do método EIR separadamente na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

Rendimentos de serviços e comissões – O Grupo aplica o modelo de reconhecimento de proveitos de cinco passos da IFRS 15, "Proveitos de contratos com clientes" para o reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões, segundo o qual os rendimentos devem ser reconhecidos quando controlo de mercadorias e serviços é transferido, sendo assim satisfeitas as obrigações contratuais de desempenho para o cliente.

Em conformidade, após a identificação de um contrato com um cliente no primeiro passo, o segundo passo é identificar a obrigação de desempenho – ou uma série de obrigações de desempenho distintas – fornecida ao cliente. O Grupo tem de analisar se o serviço tem capacidade para ser distinto e se é efetivamente distinto no contexto do contrato. Um serviço prometido é distinto se o cliente puder beneficiar do serviço por si próprio ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis para o cliente e a promessa de transferir o serviço para o cliente for identificável separadamente de outras promessas no contrato. O montante de rendimento é medido com base no preço da transação acordado contratualmente pelo desempenho da obrigação definida no contrato. Se um contrato incluir uma contrapartida variável, o Grupo estima o montante da contrapartida à qual terá direito em troca da transferência das mercadorias e serviços prometidos a um cliente. O rendimento é reconhecido nos resultados quando a obrigação de desempenho identificável tiver sido cumprida. O Grupo não apresenta informações sobre as suas restantes obrigações de desempenho se fizer parte de um contrato com uma duração original esperada de um ano ou menos.

O Grupo determina o preço de venda individual no início do contrato de um serviço distinto subjacente a cada obrigação de desempenho no contrato e atribui o preço de transação proporcionalmente a esses preços de venda individuais. O preço de venda individual é o preço a que o Deutsche venderia um serviço prometido separadamente a um cliente numa base separada. A melhor prova de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando o Grupo vende esse serviço separadamente em circunstâncias semelhantes e a clientes semelhantes. Se o Grupo não vender o serviço a um cliente separadamente, estima o preço de venda individual a um valor utilizando um método adequado, por exemplo, em transações de sindicância de empréstimos, o Grupo aplica os requisitos para o reconhecimento do lucro do dia de negociação e considera o preço a que outros participantes no mercado prestam o mesmo serviço numa base separada. Como tal, ao estimar um preço de venda individual, o Grupo considera todas as informações (incluindo as condições de mercado) que estão razoavelmente à sua disposição. Ao fazê-lo, o Grupo maximiza a utilização de dados observáveis e aplica métodos de estimativa de forma coerente em circunstâncias semelhantes.

O Grupo fornece serviços de Asset Management que dão origem a comissões de Asset Management e de desempenho e constituem uma única obrigação de desempenho. Os componentes das comissões de Asset Management e de desempenho são contrapartidas variáveis de forma que, em cada data de relato, o Grupo estima o montante das comissões a que terá direito em troca da transferência dos serviços prometidos para o cliente. Os benefícios decorrentes dos serviços de Asset Management são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo. O Grupo reconhece os proveitos ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos. Para as comissões de desempenho, esta data é geralmente após receber a comissão de desempenho, quando tiver sido totalmente eliminada qualquer incerteza relacionada com o componente de desempenho. Quando o Grupo reconhece a comissão de desempenho antes do seu recebimento efetivo, aplica uma metodologia baseada em parâmetros que avalia se o Grupo espera cumprir as condições relacionadas com a comissão de desempenho de tal forma que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa no montante dos proveitos acumulados reconhecidos. Neste caso, o direito de receber o montante dos proveitos correspondente é reconhecido como um ativo contratual e apresentado como outros ativos no balanço consolidado do Grupo.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

Rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes de serviços que são recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo: administração, ativos sob gestão, negócios comerciais estrangeiros, processamento de empréstimos e garantias, outros serviços ao cliente diversos. O Grupo reconhece os proveitos destes serviços ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos.

Os rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes do fornecimento de serviços num ponto temporal ou os serviços de transação-tipo incluem: outros títulos, comissões de subscrição e consultoria, comissões de corretagem, pagamentos locais, negócios de troca/divisa estrangeira e comissões intermediárias.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de serviços e comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões na demonstração consolidada dos resultados. Isto inclui rendimentos e gastos associados em que o Grupo detém contratualmente a obrigação de desempenho (ou seja, como mandante) em relação ao serviço que origina os proveitos e gastos associados. Por outro lado, não inclui situações em que o Grupo não detém contratualmente a obrigação de desempenho e atua como agente. A determinação de se o Grupo atua como mandante ou agente baseia-se nos termos contratuais do acordo de serviço subjacente. Os montantes brutos dos rendimentos e encargos de serviços e comissões são divulgados na “Nota 06 – Rendimentos de serviços e comissões”.

Ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros de acordo com os requisitos de classificação e medição da IFRS 9, segundo a qual os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócio utilizado para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (conhecido como Apenas pagamentos relativos a capital e a juros ou “SPPI”). Estão disponíveis três modelos de negócio:

- Deter para recolher - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. São subsequentemente valorizados ao custo amortizado e são registados em várias linhas no balanço consolidado do Grupo.
- Deter para recolher e vender - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no balanço consolidado do Grupo.
- Outro - Ativos financeiros que não cumprem os critérios de “Deter para recolher” ou de “Deter para recolher e vender”. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados no balanço consolidado do Grupo.

A avaliação do modelo de negócio exige um juízo baseado em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial. Como parte desta avaliação, o Grupo tem em conta fatores quantitativos (por ex., a frequência esperada e o volume de vendas) e fatores qualitativos, tais como a forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio são avaliados e comunicados ao pessoal-chave de gestão do Grupo. Além de ter em conta os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, em particular, a forma como esses riscos de crédito e mercado são geridos; e como são remunerados os gestores do negócio (por ex., se a remuneração é baseada no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos). Esta avaliação resulta na classificação de um ativo num modelo de negócio Deter para recolher, Deter para recolher e vender ou Outro.

Se o Grupo detiver um ativo financeiro num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, então é necessária uma avaliação aquando do reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro são Apenas pagamentos relativos a capital e a juros sobre o montante de capital em dívida para determinar a classificação do ativo financeiro. Os fluxos de caixa contratuais, que são SPPI sobre o montante de capital em dívida, são coerentes com um acordo de concessão de empréstimo básico. Num acordo de concessão de empréstimo básico, os juros são uma contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um período de tempo específico. Também pode incluir contrapartidas por outros riscos de concessão de empréstimos básicos (por ex., risco de liquidez) e custos (por ex., custos administrativos) associados à detenção do ativo financeiro durante um período de tempo específico; e uma margem de lucro coerente com um acordo de concessão de empréstimo básico. Nos casos em que os fluxos de caixa podem mudar ao longo do tempo devido a eventos contingentes, tais como termos em que a margem de um empréstimo se ajusta em função do desempenho do mutuário em determinadas métricas ESG contratuais, o evento contingente e os fluxos de caixa são avaliados para determinar se os fluxos de caixa do instrumento são SPPI. A natureza do evento contingente e a dimensão da possível alteração nos fluxos de caixa são tidas em conta nesta avaliação numa base absoluta e relativa em comparação com o cupão global. Adicionalmente, como parte da avaliação SPPI, quando o empréstimo é de natureza sem recurso, é feita uma avaliação adicional para determinar se os fluxos de caixa são consistentes com o SPPI, o que depende da natureza do subjacente, do nível de subordinação e dos fluxos de caixa contratuais do instrumento detido. O Grupo origina e compra instrumentos de dívida de entidades que emitem várias tranches de dívida. Nos casos em que estes instrumentos correspondem à definição de instrumentos contratualmente vinculados, é efetuada uma análise mais aprofundada dos fluxos de caixa e da exposição ao risco de crédito do instrumento detido, bem como das garantias subjacentes detidas no momento da compra e que podem ser detidas no futuro.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem detidos no modelo de negócio Outro, porque são detidos para negociação ou porque não cumprem os critérios dos modelos Deter para recolher ou Deter para recolher e vender. Além disso, inclui ativos financeiros que cumprem os critérios do modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, mas o ativo financeiro não cumpre o critério SPPI ou nos casos em que o Grupo classificou os ativos financeiros na opção de justo valor.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são medidos ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos ativos financeiros classificados pelo justo valor através dos resultados.

Ativos detidos para negociação – Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação e créditos para negociação. Incluem igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são apresentados como derivados detidos para negociação.

Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados – O Grupo atribui qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadra nos modelos de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender no modelo de negócio Outro e classifica-o como Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados.. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para recolher ou Deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI são classificados pelo Grupo como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros serão classificados e medidos ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”) se forem detidos num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI, exceto se forem designados ao abrigo da opção de justo valor.

A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica Rendimento de juros líquido. Os resultados realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros ao FVOCI. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros ao FVOCI.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos ativos financeiros classificados como FVOCI.

É possível designar instrumentos de capital não relacionados com a negociação como FVOCI. No entanto, prevê-se que esta categoria venha a ter uma utilização limitada pelo Grupo e não foi utilizada até à data.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e posteriormente medido ao custo amortizado se o ativo financeiro for detido num modelo de negócio Deter para recolher e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI.

Ao abrigo desta categoria de medição, o ativo financeiro é medido ao justo valor aquando do reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor escriturado é reduzido para pagamentos de capital, somando ou subtraindo a amortização cumulativa utilizando o método da taxa de juro efetiva. O ativo financeiro é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades de instrumentos financeiros do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. O Grupo aplica a contabilidade da data de liquidação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem predominantemente empréstimos ao custo amortizado, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e certos valores a receber em Outros ativos.

Modificação de ativos financeiros e passivos financeiros

Quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. O ativo financeiro modificado irá continuar a acumular juros à sua EIR original. Quando uma modificação resulta no desreconhecimento, o instrumento original é desreconhecido e o novo instrumento reconhecido pelo justo valor.

As renegociações não relacionadas com crédito ou comerciais, nas quais um devedor não sofreu um aumento significativo no risco de crédito desde a geração e tem um direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente os resultados do ativo financeiro em desreconhecimento do acordo original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base em condições comerciais negociadas novamente.

Para as modificações relacionadas com crédito (ou seja, as modificações devido a aumento significativo no risco de crédito desde a sua criação) ou aquelas em que um devedor não tem o direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente, o Grupo avalia se os termos modificados resultam na modificação significativa do ativo financeiro e, assim, no seu desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Nos casos em que estas modificações não sejam consideradas significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é contabilizado como uma modificação, conforme descrito acima.

Se for considerado que as mudanças são significativas, o instrumento antigo é desreconhecido e é reconhecido um novo instrumento. O Grupo reconhece, então, uma provisão para perda de crédito com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. No entanto, se de uma modificação resultar um desreconhecimento do ativo financeiro original, existe evidência de que o novo ativo financeiro está em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e, então, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro em imparidade de crédito aquando da origem e classificado inicialmente na fase 3 (consulte a secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo).

Quando os termos de um passivo financeiro são renegociados ou modificados, o Grupo avalia se os termos alterados resultam numa alteração significativa do passivo financeiro e, por conseguinte, desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Quando estas modificações não forem consideradas como significativas, o passivo financeiro não é desreconhecido e ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. **Em caso de desreconhecimento, o passivo financeiro original é desreconhecido e o novo passivo reconhecido pelo seu justo valor.**

Compromissos de crédito

Os compromissos de crédito permanecem extrapatrimoniais, exceto se forem atribuídos ao modelo de negócio Outro e apresentados como derivados detidos para negociação. O Grupo não reconhece nem mede alterações no justo valor de compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos spreads de crédito. No entanto, como se especifica nas secções “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais estão no âmbito do modelo da imparidade da IFRS 9.

Passivos financeiros

No âmbito da IFRS 9, os passivos financeiros são medidos ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto os passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos detidos para negociação, passivos financeiros ao justo valor através de resultados e contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”). No âmbito da IFRS 9, são escriturados ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos e passivos ao justo valor através de resultados. Para passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os movimentos de justo valor atribuíveis ao componente de crédito próprio do Grupo para movimentos do justo valor são reconhecidos em Outro rendimento integral.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos passivos financeiros classificados ao justo valor através dos resultados.

Os juros em ativos que pagam juros são apresentados em gasto de juros para instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos detidos para negociação – Os passivos financeiros derivados de dívida emitida são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou incorridos com o objetivo principal de serem recomprados no curto prazo. Os passivos detidos para negociação consistem principalmente em passivos derivados e posições curtas. Isto inclui também os compromissos de crédito em que o empréstimo resultante após o financiamento é afetado ao outro modelo de negócio de modo a que o compromissos de crédito não utilizado seja classificado como derivados detidos para negociação.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos passivos financeiros que não correspondiam à definição de passivos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (i) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (ii), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra, compromissos de crédito e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Contratos de investimento – Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento que correspondem a ativos específicos detidos pelo Grupo. Os contratos obrigam o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar passivos por contratos de investimento. Não contêm características significativas de risco de seguro ou de participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Derivados embutidos

Alguns contratos de passivos financeiros híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento de passivos financeiros. Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento de passivos financeiros, e o próprio contrato híbrido de passivos financeiros não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento de passivos financeiros continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contábilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do Balanço consolidado do contrato de acolhimento de passivos financeiros. Alguns contratos híbridos de passivos financeiros são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida. O Grupo aplica a contabilidade da data de liquidação aos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no Balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no Balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contábilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada pelo Grupo diz respeito a acordos de recompra e de revenda. Para mais informações, consulte a Nota 17, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

- O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
- Os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
- Os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 14, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

Reconhecimento de lucros à data da operação

O reconhecimento de lucros à data da operação é reconhecido se o justo valor do instrumento financeiro medido pelo justo valor através de resultados for obtido a partir de um preço de mercado cotado num mercado ativo, ou de outra forma evidenciado por comparação com outras transações de mercado correntes observáveis ou com base numa técnica de avaliação que incorpore dados de mercado observáveis. Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer reconhecimento de lucro diferido à data da operação remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se torna observável.

Estimativas contabilísticas críticas - A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação do instrumento financeiro subjacente (consultar a secção “Determinação do justo valor” para o juízo da direção necessário para estabelecer o justo valor dos instrumentos financeiros). Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados pelo justo valor no Balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica “Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados”.

Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018. O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. Nos termos da separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada a depósitos principais e a ineficácia da cobertura para todas as aplicações contabilísticas de macrocobertura de justo valor só é reconhecida quando a estimativa revista do valor dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao valor original designado desse agregado e não for reconhecida quando o valor revisto dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao valor original designado.

Para efeitos contabilísticos, o Grupo aplica os seguintes tipos de coberturas:

- Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em gastos e rendimentos de juros, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros proveitos. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros proveitos e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.
- Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

- Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.
- A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.
- Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.
- No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio spot é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a FVOCI e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da política de imparidades abaixo, estes instrumentos são designados por ("Ativos financeiros").

A determinação das perdas por imparidade de um modelo de perdas de crédito esperadas ("ECL") nos termos da IFRS 9, em que as provisões são adotadas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

Abordagem faseada à determinação das perdas de crédito esperadas

A IFRS 9 estabelece uma abordagem em três fases à imparidade para ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data da origem ou da compra. Esta abordagem resume-se da seguinte forma:

- Fase 1: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses para todos os ativos financeiros. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não aumentou significativamente após o reconhecimento inicial.
- Fase 2: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas na duração para os ativos financeiros que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Isto requer a determinação de ECL com base na probabilidade de incumprimento na duração, perdas em caso de incumprimento na duração e exposição a incumprimento na duração que representa a probabilidade de ocorrer incumprimento na duração restante do ativo financeiro. A provisão para perdas de crédito é superior nesta fase devido a um aumento no risco de crédito desde a origem ou compra e ao impacto de serem considerados horizontes temporais mais alargados em comparação com 12 meses na Fase 1.
- Fase 3: O banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo, para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Grupo está em conformidade com a definição

regulamentar de incumprimento. Os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial são categorizados na fase 3 com um valor contabilístico que já reflete as perdas de crédito esperadas na duração. O tratamento contabilístico destes ativos em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") é analisado mais adiante.

As ECL são calculadas com base em três parâmetros principais: probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD). Estes parâmetros são geralmente derivados de modelos estatísticos desenvolvidos internamente, combinados com informações históricas, atuais e prospectivas, incluindo dados macroeconômicos. A PD a 12 meses e a PD na duração representam a probabilidade pontual esperada de um incumprimento durante os próximos 12 meses e a vida útil esperada restante do instrumento financeiro, respectivamente, com base nas condições existentes à data do balanço e nas condições econômicas futuras que afetam o risco de crédito. A LGD representa a perda esperada condicional ao incumprimento, incorporando o efeito atenuante da garantia, o seu valor esperado quando realizado e o valor temporal do dinheiro. A EAD representa a exposição esperada em caso de incumprimento, tendo em conta o reembolso do capital e dos juros desde a data do balanço até ao evento de incumprimento, juntamente com qualquer utilização esperada de uma facilidade de crédito.

A informação prospectiva é incorporada na medição da provisão para perdas de crédito do Grupo em termos de ajustamentos às curvas de PD plurianuais com base em previsões macroeconômicas.

O modelo ECL do Grupo é utilizado para calcular a provisão para perdas de crédito para todos os ativos financeiros na Fase 1 e na Fase 2, bem como para a Fase 3 na carteira homogênea (ou seja, empréstimos a retalho e a pequenas empresas com características de risco de crédito semelhantes). Para os ativos financeiros da carteira não homogênea do banco na Fase 3 e para os ativos POCL, a provisão para perdas de crédito é determinada individualmente por colaboradores de crédito.

Aumento significativo do risco de crédito

Ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconômicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é essencial para determinar quando se deve passar da medição de uma provisão com base em ECL de 12 meses para uma medição baseada em ECL na duração (ou seja, transferir da fase 1 para a fase 2).

O quadro do Grupo para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito alinha-se com o processo interno de gestão de risco de crédito ("CRM") e utiliza:

- Indicadores relacionados com a notação – baseados num modelo que compara a probabilidade de incumprimento (PD) na duração na data de relato com as expectativas de PD na duração na data do reconhecimento inicial e, subsequentemente, aplica uma abordagem quantificada para determinar um limiar de forma a definir o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2; e
- Indicadores relacionados com o processo - que utilizam indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião da administração, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos devedores a uma lista de observação de crédito, a transferência obrigatória para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência.

Estes indicadores são discutidos mais adiante na secção "Imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de Risco.

Ativos financeiros com imparidade de crédito na Fase 3

O Grupo alinhou a sua definição de imparidade de crédito nos termos da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entrou em incumprimento por motivos regulamentares, de acordo com o artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital.

A determinação sobre se um ativo financeiro está em imparidade de crédito e, por isso, na fase 3 centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos fatores mitigantes do risco de crédito, tais como garantias. Especificamente, um ativo financeiro está em imparidade de crédito e na fase 3 quando:

- O Grupo considera que é improvável que o devedor pague as suas obrigações de crédito ao Grupo. A determinação pode incluir ações de carência, nas quais o mutuário beneficiou de uma concessão ou por razões económicas ou jurídicas que sejam indicadores qualitativos de imparidades de crédito; ou
- Os pagamentos contratuais do capital ou dos juros por parte do devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para ativos financeiros considerados como em imparidade de crédito, a provisão de ECL abrange o montante da perda que se espera que o Grupo sofra. A estimativa de ECL é efetuada caso a caso para carteiras não homogêneas ou aplicando parâmetros baseados nas carteiras a ativos financeiros individuais dessas carteiras através do modelo de ECL do Grupo para carteiras homogêneas. Esta estimativa inclui a utilização de fluxos de caixa descontados ajustados aos cenários.

São tidas em conta as previsões de condições económicas futuras para o cálculo de ECL. As perdas esperadas na duração são estimadas com base no valor atual ponderado na probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Grupo nos termos do contrato; e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Um ativo financeiro pode ser classificado como estando em imparidade de crédito na fase 3, mas sem provisão para perdas de crédito (ou seja, não é esperada perda por imparidade). Isto pode dever-se ao valor da garantia. O cálculo do motor de ECL do Grupo é efetuado mensalmente, enquanto a avaliação caso a caso de ECL na fase 3 para carteiras não homogêneas tem de ser efetuada pelo menos trimestralmente.

Ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na fase 3

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver evidência objetiva de imparidade no momento do reconhecimento inicial. Estes ativos financeiros em imparidade de crédito são designados por ativos financeiros POCI. Os ativos financeiros POCI são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas na duração e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas na duração, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCI só podem ser classificados na fase 3 ao longo da duração do ativo financeiro.

Abatimentos

O Grupo reduz o valor escriturado bruto de um ativo financeiro quando não existe expectativa razoável de recuperação. Os abatimentos podem estar relacionados com um ativo financeiro na sua totalidade ou com uma parte do mesmo e constituírem um evento de desreconhecimento. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes ao efetuar esta determinação, incluindo, entre outros:

- Medidas hipotecárias tomadas pelo Grupo que não foram bem-sucedidas ou que têm uma elevada probabilidade não serem bem-sucedidas
- Liquidação de garantias que não conduziu, nem irá conduzir, a recuperações consideráveis adicionais
- Situações em que não são esperadas de forma razoável recuperações adicionais

Os abatimentos podem ocorrer antes de serem concluídas as ações judiciais contra o mutuário para recuperar a dívida e um abatimento não envolve a desistência por parte do Grupo do seu direito legal de recuperar a dívida.

Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, o Grupo aplica, em conformidade com a IFRS 9, uma aproximação da EIR, que é normalmente a taxa de juro contratual ("CIR") e que não difere materialmente da EIR. A CIR é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, no reconhecimento de juros e para desconto da ECL.

Garantia de ativos financeiros considerada na análise de imparidades

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados de garantias e outros aumentos de crédito sejam refletidos no cálculo de ECL. Os seguintes são aspetos-chave relativamente a garantias:

- Elegibilidade da garantia, ou seja, que garantia deve ser tida em conta no cálculo de ECL;
- Avaliação da garantia, ou seja, que valor da garantia (liquidação) deve ser utilizado; e
- Projeção do montante da garantia disponível ao longo da duração de uma transação.

Estes conceitos são descritos mais detalhadamente na secção "Imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de Risco.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de ativos financeiros constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidades nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente na projeção de informações e cenários prospetivos em circunstâncias de incerteza económica e financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, conseqüentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos não homogêneos na fase 3, a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação das perdas de crédito esperadas nas Fases 1 e 2 e dos créditos homogêneos na Fase 3 é calculada utilizando o modelo de ECL do Grupo. O modelo incorpora numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica do modelo e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão. É necessário um juízo de valor por parte dos gestores sobre as seguintes estimativas contabilísticas críticas:

- Informação prospectiva: A identificação das variáveis macroeconómicas chave (MEV) reflete um equilíbrio de juízos quantitativos e qualitativos. A análise estatística, incluindo, por exemplo, testes retrospectivos e sensibilidades do modelo, é realizada para avaliar o poder explicativo das MEV, enquanto a contribuição especializada de colaboradores de crédito assegura o conforto da administração no comportamento geral do modelo. A parametrização final do modelo baseia-se numa revisão e desafio dos impactos nos fóruns internos de governação e numa validação independente realizada pela função de Gestão do risco do modelo. Além disso, a solidez conceptual da abordagem de estimativa é assegurada pela análise de testes de modelo preparada como parte das alterações ao modelo e por um quadro de monitorização contínuo, a fim de que a provisão de ECL reflita a melhor estimativa da administração no cálculo das perdas de crédito esperadas.
- Aumento significativo no risco de crédito: Em conformidade com a secção "Imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco, o Grupo utiliza indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o início. Para os ativos financeiros em carteiras não homogéneas, as notações são determinadas para cada contraparte individualmente com base no juízo especializado dos colaboradores de crédito. Para os ativos financeiros das carteiras homogéneas (devido ao grande número de relações com clientes), o processo de notação é significativamente automatizado com menos julgamento exigido pelos colaboradores de crédito sobre as contrapartes individuais. Tanto para carteiras homogéneas como não homogéneas, os indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente baseiam-se num modelo que compara as probabilidades de incumprimento na duração na data do relatório com as expectativas de probabilidades de incumprimento na duração na data do reconhecimento inicial e, subsequentemente, aplicando uma abordagem de quantificação para determinar um limiar que define o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2. A determinação do quantil para definir os limiares da Fase 2 é determinada por peritos na função de Risco do Grupo. Isto representa um dos principais juízos críticos no quadro da IFRS 9 do Grupo e é revisto anualmente com base em análises detalhadas de mudança de fase, análise comparativa com comportamentos históricos e comparações entre pares.
- Fase 3: definição de perda em caso de incumprimento (LGD) para carteiras homogéneas: A provisão para perdas de crédito na Fase 3 é determinada para as carteiras homogéneas do Grupo através de um processo automatizado baseado em LGD parcialmente dependentes do tempo, refletindo a menor expectativa de recuperação quanto mais tempo o cliente estiver em incumprimento, diferenciando assim entre exposições garantidas e não garantidas. Os LGD são calibrados utilizando o histórico de perdas do Grupo construído ao longo das décadas anteriores, os preços de mercado verificados das carteiras em incumprimento vendidas e o juízo de peritos. No caso de carteiras menos materiais, a calibração empírica do LGD é parcialmente apoiada por juízos especializados de colaboradores de crédito, especialmente para determinar as taxas de sanção do cliente como um dos contributos chave. As definições de LGD são validadas anualmente e são regularmente revistas pelo processo de validação do modelo independente do Grupo, que faz parte da função de Gestão do risco do modelo.
- Ajustes ao modelo: O Grupo revê regularmente os principais contributos para o cálculo de ECL e discute a potencial imprecisão do modelo para avaliar a necessidade de medidas corretivas sob a forma de sobreposições. As sobreposições são um resultado essencial do juízo de gestão que alimenta o modelo. Numa base trimestral, um fórum de gestão de topo discute a necessidade de reconhecimento e/ou de libertação de sobreposições. A discussão basear-se-á numa panorâmica das razões potenciais que podem exigir uma sobreposição, tendo em conta pontos de desencadeamento específicos. A decisão final de criar sobreposições é tomada conjuntamente pelo Diretor Financeiro (CFO) e pelo Diretor de Risco (CRO).

As divulgações quantitativas são fornecidas na Nota 18 "Empréstimos" e na Nota 19 "Provisão para perdas de crédito", bem como no Relatório de Risco, secção "IFRS 9 Imparidade", subsecção "Sensibilidade do Modelo".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um swap de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respectivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Certos contratos de derivativos OTC e a maior parte dos contratos de futuros e opções negociados em bolsa, compensados através de contrapartes centrais de compensação e de bolsas, implicam o pagamento ou a receção diária de uma margem de variação que representa a liquidação jurídica ou económica do valor atual do derivado em circulação. Isto resulta no desreconhecimento do ativo financeiro derivado e dos passivos financeiros associados.

Acordos de recompra e de revenda

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente.

Nos termos da IFRS 9, o Grupo afeta carteiras de revenda que são geridas com base no justo valor ao outro modelo de negócio e classifica-os como "Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados".

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Gasto de juros".

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

O Grupo regista o montante de numerário avançado adiantado ou recebido como títulos obtidos por empréstimo e títulos cedidos por empréstimo, respetivamente, no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

Goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do goodwill, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliada ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O goodwill na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o goodwill é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o goodwill for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o goodwill atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 15 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com software desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de software de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do software estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de software capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o software estar em uso.

Estimativas contábilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação (tais como a abordagem dos custos), ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 23, “Goodwill e outros ativos intangíveis” contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Se o Grupo tiver um contrato oneroso, a presente obrigação ao abrigo do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato no qual os custos inevitáveis do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se espera receber ao abrigo do mesmo.

Estimativas contabilísticas críticas – A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. Ver Nota 27 "Disposições" para mais informações sobre as incertezas dos procedimentos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis. Como exceção aos requisitos acima mencionados, uma entidade não deve reconhecer nem divulgar informação sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com impostos sobre o rendimento do Pilar 2.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se inverterão no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação de ativos financeiros classificados como FVTOCI, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na Demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

Estimativas contábilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. A análise da capacidade fiscal histórica inclui a determinação da existência de um período de lucros passados ou um historial de perdas recentes à data de relato. A determinação de um período de lucros passados ou histórico de perdas recentes baseia-se nos resultados antes de impostos ajustados para ter em conta diferenças permanentes e abrange normalmente os exercícios fiscais atuais e os dois anteriores. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos.

O Grupo crê que a estimativa contábilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contábilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais, à capacidade fiscal histórica ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração do valor contábilístico de um ativo por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A utilização de estimativas também é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e prevê perdas potenciais que podem resultar de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento incerto, de acordo com a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento" e a IFRIC 23, "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

A Nota 34, "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos sobre o rendimento do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (goodwill negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (step acquisitions), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (additional paid-in capital – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador e não pode ter aprovações regulamentares substantivas pendentes. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de alienação e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os ativos e passivos financeiros que respeitam os critérios continuam a ser medidos de acordo com a IFRS 9. Os valores comparáveis não são reformulados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como software (só sistemas operativos). Os ativos sob direito de uso são apresentados em conjunto com os ativos fixos tangíveis no balanço consolidado do Grupo. As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 25 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

Garantias financeiras emitidas

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas pela direção com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Garantias financeiras adquiridas

As garantias financeiras adquiridas resultam em reembolsos nos termos da IAS 37, na medida em que a garantia financeira é assumida para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida com modelos de negócio HTC ou HTC&S. Tal resulta no reconhecimento de um ativo de reembolso por aumentos subsequentes das perdas de crédito esperadas, na medida em que é praticamente certo que a garantia financeira adquirida irá reembolsar o Grupo pelas perdas incorridas. Assim, quando o risco de crédito do mutuário deteriorar significativamente, um ativo de reembolso é reconhecido igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida e é apresentado como Outros ativos no balanço consolidado do Grupo. O ganho de reembolso correspondente é reconhecido como uma redução na Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida atribuídos aos modelos de negócio HTC ou HTC&S podem também ser incorporadas em Obrigações garantidas por empréstimos (CLO) emitidas pelo Grupo. Essas garantias incorporadas não são contabilizadas separadamente como um ativo de reembolso e, em vez disso, contabilizadas como parte do passivo de CLO detido ao custo amortizado. O Grupo revê regularmente o seu pagamento de resgate contratual estimado (incluindo o benefício de tais garantias incorporadas) de CLO quando o risco de crédito de um mutuário coberto pela garantia financeira incorporada nas CLO se deteriora significativamente. A revisão baseia-se nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento de dívida (na medida abrangida pelas CLO).

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida incluídos no modelo de negócio Outro são contabilizadas ao justo valor através de resultados.

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de terrenos e edifícios, na qualidade de locatário. Outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/informático.

No cálculo do valor atual dos pagamentos de locação, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não é prontamente determinável. Após a data de início, o montante dos passivos por locação é aumentado para refletir o acréscimo do juro e reduzida pelos pagamentos de locação efetuados. Além disso, o valor contabilístico dos passivos por locação são remensurados se existir uma modificação, uma alteração no prazo da locação ou uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração num índice ou taxa utilizado para determinar esses pagamentos de locação).

Os ativos sob direito de uso são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. Uma vez que os ativos sob direito de uso não geraram fluxos de caixa de forma independente para calcular o seu valor em utilização, o Grupo considera qualquer rendimento de sublocação que pudesse razoavelmente ser obtido. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

O Grupo apresenta ativos sob direito de uso em "Ativos fixos tangíveis" e passivos de locação em "Outros passivos".

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento da locação de curto prazo às suas locações de curto prazo, ou seja, as locações que tenham um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início. Além disso, aplica a locação de ativos de baixo valor que dispensa o reconhecimento a locações de equipamento técnico/informático que seja considerado de baixo valor. Os pagamentos de locação sobre locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas numa base linear ao longo do prazo da locação.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma porcentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 33, “Benefícios dos empregados” contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (yields) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Outros planos de remuneração diferida

Os custos de remuneração para outros planos de remuneração diferida são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou ao longo do período das tranches desses prémios entregues em tranches. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente. O montante reconhecido baseia-se no valor atual do montante que se espera que seja pago ao abrigo do respetivo plano e é remensurado em cada data de relato. Os custos de remuneração acumulados finais reconhecidos são iguais ao valor monetário ou ao justo valor dos respetivos instrumentos financeiros entregues.

Subsídios governamentais

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais quando existe garantia razoável de que receberá o subsídio e irá cumprir as condições subjacentes ao subsídio. O benefício é reconhecido no período em que o subsídio se destina a compensar o Grupo pelos custos relacionados e é apresentado como uma redução das despesas relacionadas.

Opções e contratos a prazo sobre ações ordinárias

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto, que ajusta os resultados para transações não monetárias dentro das atividades operacionais e distingue a classificação dos fluxos de caixa entre atividades operacionais, de investimento ou de financiamento, dependendo do modelo de negócio e das atividades relacionadas que são mais apropriadas para o negócio.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

Existem várias circunstâncias em que os saldos em caixa e seus equivalentes detidos pelo Deutsche Bank não estão disponíveis para utilização pelo Grupo. Exemplos incluem saldos em caixa e seus equivalentes detidos por uma filial que opera num país onde se aplicam controlos cambiais ou outras restrições legais, de modo a que os saldos não estejam disponíveis para utilização geral pelo Grupo ou pelas suas filiais.

Devido à natureza do modelo de negócio do Deutsche Bank, que consiste em fornecer financiamento aos clientes, os fluxos de caixa relacionados com a dívida de longo prazo apoiam as atividades operacionais do banco e são incluídos como uma componente das atividades operacionais. Em contrapartida, os fluxos de caixa relacionados com transações sobre ações próprias, bem como com dívida subordinada de longo prazo e títulos preferenciais fiduciários, são apresentados como atividades de financiamento na demonstração consolidada dos fluxos de caixa. Este instrumentos financeiros são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, estes instrumentos financeiros não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento. Os instrumentos financeiros (incluindo acordos de recompra invertida) detidos para fins de liquidez são apresentados como uma componente das atividades de investimento.

Os ajustamentos do Grupo para determinadas transações não monetárias para resultados incluem provisões para perdas de crédito, atividades de reestruturação, impostos sobre o rendimento diferidos e imparidades, depreciações, amortizações e acréscimos, que também incluem a amortização de ajustamentos de cobertura.

Para certas outras transações não monetárias mais difíceis de distinguir, todos os movimentos nas rubricas do balanço dos ativos e passivos operacionais são incluídos nas atividades operacionais e são compensados pelo montante reconhecido nos resultados. Por exemplo, as alterações não realizadas no justo valor dos ativos e passivos de negociação detidos pelo justo valor através dos lucros e perdas são incluídas nas atividades operacionais e não distinguem entre movimentos de mercado monetários e não monetários. Isto também se aplica aos movimentos cambiais realizados na demonstração dos resultados quando se transpõe a moeda da transação para a moeda funcional da entidade. Estes movimentos cambiais não monetários são incluídos na respetiva rubrica do ativo ou do passivo nas atividades operacionais.

Além disso, os ajustamentos de cobertura ao montante escriturado de instrumentos não derivados (por exemplo, empréstimos ao custo amortizado, depósitos e dívida sénior de longo prazo) que resultam da aplicação da contabilidade de cobertura de justo valor

não são divulgados separadamente como itens de ajustamento não monetários, mas incluídos na respetiva rubrica do balanço em atividades operacionais. Estes montantes são compensados nas atividades operacionais contra o montante não monetário reconhecido nos resultados.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem necessariamente aos movimentos do balanço consolidado de um período para o outro, uma vez que excluem determinadas rubricas não monetárias, tais como os impactos cambiais aquando da conversão para a moeda de relato do Grupo, os créditos brutos abatidos ao ativo e os movimentos devidos a alterações nas entidades consolidadas do Grupo.

A rubrica "Outros, líquidos" apresentada nas atividades operacionais inclui predominantemente movimentos (i) da aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa ou de determinadas relações de cobertura de justo valor em que o item coberto é apresentado nas atividades de investimento mas o instrumento de cobertura é apresentado nas atividades operacionais; e (ii) efeitos de conversão cambial não monetários relacionados com transações monetárias entre empresas do Grupo que são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do Grupo; juntamente com efeitos de conversão cambial da conversão da moeda transacional para a moeda funcional, para determinadas rubricas do balanço incluídas nas atividades de investimento.

02 – Diretrizes contábilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contábilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contábilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2025 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 21 "Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio"

Em 1 de janeiro de 2025, o Grupo adotou as alterações à IAS 21 "Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio" que contém orientações para especificar quando uma moeda é permutável e como determinar a taxa de câmbio quando não o é. Exige também a divulgação de informação adicional quando uma moeda não é passível de câmbio. As alterações não produziram um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contábilísticas

As seguintes diretrizes contábilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2025 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 18 "Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras"

Em abril de 2024, o IASB emitiu a nova norma IFRS 18 "Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras" que substituiu a IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A IFRS 18 contém novas orientações sobre a forma de estruturar a Demonstração de Resultados, bem como requisitos de divulgação para as Medidas de Desempenho Definidas pela Gestão (MPM).

A nova norma será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo não antecipa um impacto material da IFRS 18 na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 19 "Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações"

Em maio de 2024, o IASB emitiu a nova norma IFRS 19 "Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações". A nova norma permite que uma subsidiária forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábilísticas IFRS nas suas demonstrações financeiras. Em agosto de 2025, o IASB emitiu alterações à norma ainda não efetiva que abrangem Normas Contábilísticas IFRS novas ou emendadas emitidas entre 28 de fevereiro de 2021 e 1 de maio de 2024, que não foram consideradas quando a IFRS 19 foi emitida pela primeira vez.

A nova norma será efetiva para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo não espera um impacto material da IFRS 19 sobre os requisitos de divulgação das suas subsidiárias. A nova norma ainda tem de ser adotada pela UE.

IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Divulgações"

Em maio de 2024, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) emitiu "Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7)" para abordar questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 "Instrumentos Financeiros". No que se refere aos sistemas de pagamento eletrônico, as alterações permitem considerar que um passivo financeiro (ou parte dele) seja desreconhecido antes da data de liquidação, se forem satisfeitos determinados critérios. Além disso, as alterações fornecem orientações alargadas sobre acordos básicos de empréstimo, ativos sem recurso e instrumentos contratualmente ligados. As divulgações foram emendadas para termos contratuais que poderiam alterar o momento ou o montante dos fluxos de caixa contratuais.

As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo não antecipa um impacto material das alterações na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, bem como nas suas divulgações.

Melhoramentos anuais das IFRS

Em julho de 2024, o IASB emitiu alterações a várias normas IFRS, no âmbito do projeto de melhorias que realiza anualmente. Estas incluem alterações de terminologia, bem como emendas editoriais relacionadas com a IFRS 1 "Adoção das normas internacionais de relato financeiro pela primeira vez", a IFRS 7 "Instrumentos Financeiros": Divulgações" e o respetivo Guia de implementação da IFRS 7, IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas" e IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza

Em dezembro de 2024, o IASB emitiu "Contratos que fazem referência a eletricidade dependente da natureza (alterações à IFRS 9 e à IFRS 7)" para tratar de questões identificadas para contratos que fazem referência a eletricidade dependente da natureza. Os requisitos de uso próprio da IFRS 9 devem ser emendados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar para os quais a fonte de produção da eletricidade depende da natureza. Os requisitos de contabilidade de cobertura da IFRS 9 devem ser alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de eletricidade renovável dependente da natureza com um volume variável de transações de eletricidade previstas como o item coberto, bem como para medir a eficácia da cobertura. O IASB altera ainda a IFRS 7 e a IFRS 19 para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos para eletricidade dependente da natureza com características especificadas.

As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada. O Grupo não tem uma exposição significativa a contratos de compra de eletricidade, pelo que não espera um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 21 "Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária"

Em novembro de 2025, o IASB emitiu alterações à IAS 21 "Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio" para clarificar a contabilização aplicada por uma empresa-mãe, cuja moeda funcional é a moeda de uma economia hiperinflacionária, quando consolida uma subsidiária, cuja moeda funcional é a moeda de uma economia não hiperinflacionária. O Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) decidiu que quando uma entidade converte quantias de uma moeda funcional que é a moeda de uma economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação que é a moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade converte essas quantias, incluindo quantias comparativas, usando a taxa de fecho à data da demonstração da posição financeira mais recente. Uma entidade deve também divulgar que aplicou este método de conversão nas suas demonstrações financeiras, ou nos resultados e posição financeira das suas unidades operacionais estrangeiras.

As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. A nova norma ainda tem de ser adotada pela UE.

03 — Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais

Durante 2025 e 2024, o Grupo não efetuou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Em abril de 2023, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo sobre uma oferta em numerário para a aquisição da Numis Corporation Plc ("Numis"). Em 13 de outubro de 2023, a aquisição foi concluída e o Deutsche Bank adquiriu uma participação de 100% na Numis por um preço de compra em dinheiro de 460 milhões de euros (397 milhões de libras esterlinas). Na sequência da aquisição da Numis, a determinação dos justos valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis à data da aquisição foi finalizada no quarto trimestre de 2023, com os detalhes incluídos no quadro abaixo. Outros ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra incluem relações com clientes (56 milhões de euros) e nome comercial (27 milhões de euros). O goodwill de 235 milhões de euros identificado na alocação do preço de compra representa principalmente o benefício económico futuro esperado das sinergias e o valor do capital humano.

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	13 de outubro de 2023
Contrapartida em dinheiro transferida	460
Contraprestação total transferida	460
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos: ¹	
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	126
Títulos obtidos por empréstimo	10
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	44
Ativos fixos tangíveis	53
Outros ativos intangíveis	84
Todos os outros ativos	410
Total de ativos adquiridos	727
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14
Todos os outros passivos	488
Total de passivos assumidos	502
Total de ativos líquidos identificáveis	225
Goodwill	235
Total de ativos líquidos identificáveis e de goodwill adquirido	460

¹ Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos

O Deutsche Bank atribuiu o goodwill resultante da aquisição da Numis à unidade geradora de caixa (UGC) Investment Bank. Dada a avaliação da UGC Investment Bank, após a aquisição, o goodwill reconhecido para o Numis foi considerado em imparidade e foi abatido no quarto trimestre de 2023 (ver também a Nota 23 Goodwill e outros ativos intangíveis).

Alienações

Não se registaram alienações em 2025 e 2024, mas o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/empresas durante 2023. Estas alienações foram maioritariamente constituídas por negócios previamente classificados como detidos para venda. A contrapartida total das alienações de 2023 recebidas em 2024 e 2023 (em numerário) foi de 3 milhões de euros (3 milhões de euros em numerário) e 117 milhões de euros (99 milhões de euros em numerário), respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2025	2024	2023
Caixa e seus equivalentes	—	—	7
Todos os restantes ativos	—	—	105
Total do ativo alienado	—	—	113
Total do passivo alienado	—	—	213

04 — Segmentos de negócio e informação associada

As informações por segmentos do Deutsche Bank foram elaboradas de acordo com o método de gestão, que exige a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão interna da entidade, que são regularmente analisados pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais, ou seja, o Conselho de Administração do Deutsche Bank, a fim de avaliar o desempenho financeiro dos segmentos de negócio e afetar recursos aos segmentos de negócio.

Segmentos de negócio

A informação por segmentos do Deutsche Bank segue a estrutura organizacional refletida nos sistemas internos de informação de gestão do Grupo, que constituem a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a afetação de recursos aos mesmos.

As operações de negócios do banco são organizadas numa estrutura divisional que engloba os segmentos de negócio seguintes:

- Corporate Bank
- Investment Bank
- Private Bank
- Asset Management
- Corporate & Other

O Grupo é constituído pelos seguintes segmentos passíveis de relato: Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Asset Management e Corporate & Other.

O Corporate Bank regista as receitas com base em três categorias de clientes: Serviços de Clientes Institucionais, Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial.

O Investment Bank relata receitas nas categorias Fixed Income & Currencies (FIC), Investment Banking e Mercados de Capitais, bem como Investigação e Outras.

O Private Bank apresenta receitas nos setores de clientes Wealth Management e Personal Banking.

Asset Management relata receitas nas categorias Comissões de gestão, Comissões de desempenho e transação e Outras.

O segmento Corporate & Other inclui as receitas, os custos e os recursos detidos centralmente que não são atribuídos aos segmentos de negócio individuais, bem como diferenças de avaliação e momento que decorrem de derivados utilizados para garantir o saldo do Grupo. Estes são impactos contabilísticos, e espera-se que as perdas de avaliação sejam recuperadas ao longo do tempo, à medida que os instrumentos subjacentes se aproximam da maturidade. Além disso, a rubrica Corporate & Other contém os impactos financeiros das carteiras antigas, anteriormente registadas como Capital Release Unit.

Além disso, com base em decisões de gestão durante o período abrangido pelo relatório, foram introduzidas novas alterações de divisões, tal como descrito na secção abaixo.

Alterações na apresentação dos segmentos

A partir do primeiro trimestre de 2025, o Deutsche Bank alterou a classificação das receitas relacionadas com determinadas atividades de partilha de receitas entre o Corporate Bank e o Investment Bank, de modo a refletir com maior precisão os impactos no resultado líquido e nos rendimentos de serviços e comissões. Estas atividades de partilha de receitas incluem a alocação de receitas cambiais com clientes do Corporate Bank, registadas no Investment Bank, ao Corporate Bank, bem como a alocação de receitas relacionadas com atividades de crédito relacional, registadas no Corporate Bank, ao Corporate Bank e ao Investment Bank. Anteriormente, ambas as afetações eram reportadas nos restantes rendimentos, mas agora estão diretamente classificadas nas respetivas categorias de receitas. A alteração não resultou numa alteração da afetação das receitas intersegmentais entre o Corporate Bank e o Investment Bank e não teve qualquer impacto na demonstração consolidada dos resultados do Grupo. Os comparativos do ano anterior são apresentados na atual estrutura de relatórios.

No primeiro trimestre de 2024, o Investment Bank alterou o nome de "FIC Sales & Trading" para "Fixed Income & Currencies" e introduziu duas subcategorias adicionais: "Fixed Income & Currencies: Financiamento" e "Fixed Income & Currencies: Ex-financeiro". No quarto trimestre de 2025, o Investment Bank passou a designar "Fixed Income & Currencies: Ex-Financing" para "Fixed Income & Currencies: Markets". Estes ajustamentos foram efetuados para aumentar a transparência no que diz respeito à composição das receitas da FIC. Além disso, a rubrica "Geração e Consultoria" passou a designar-se "Investment Banking e Mercados de Capitais", para refletir melhor a atividade em que se centra, continuando as receitas a ser divididas em Geração de dívida, Geração de ações e Consultoria. Adicionalmente, as receitas de Investigação são registadas juntamente com Outros em "Investigação e Outras".

A partir do primeiro trimestre de 2024, o Private Bank segue uma abordagem centrada no cliente, classificando a atual base de clientes em dois setores de clientes globais distintos: "Personal Banking" e "Wealth Management & Private Banking". No quarto trimestre de 2025, "Wealth Management & Private Banking" passou a designar-se "Wealth Management". Esta abordagem reflete o objetivo de servir os clientes de uma forma mais direcionada e eficaz em todo o Private Bank. O segmento Wealth Management combina a cobertura de clientes de banca privada, de clientes com elevado património líquido e de clientes com património líquido muito elevado, bem como de clientes empresariais em empresas internacionais selecionadas (refletindo a estratégia do "Banco para Empresários"). O setor de clientes de Personal Banking inclui clientes de retalho e clientes afluentes, bem como clientes da banca comercial em Itália e Espanha (ou seja, todos os clientes de pequenas empresas e clientes corporativos de pequena dimensão que não estão abrangidos como parte do setor de clientes do segmento Wealth Management). Os comparativos do ano anterior são apresentados na atual estrutura de relatórios.

Na área de cobertura do Private Bank "Wealth Management", os clientes privados beneficiam de uma gama de produtos mais alargada, com maior ênfase no aconselhamento sobre investimentos. Consequentemente, no primeiro trimestre de 2024, os depósitos à ordem de Private Banking na Alemanha foram reclassificados para ativos sob gestão, assegurando um tratamento coerente no âmbito de "Wealth Management". Os comparativos do ano anterior são apresentados na atual estrutura de relatórios.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada na secção "Resultados de operações dos segmentos" nesta nota. A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos. O relatório de gestão interno do Grupo não considera separadamente passivos por segmentos ou custos de juros. Do mesmo modo, a depreciação e amortização, as despesas fiscais e outro rendimento integral não são apresentados em separado internamente, pelo que não são aqui divulgados.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS utilizados nos relatórios de gestão do Grupo representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição pelo justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (no Investment Bank) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como uma componente do lucro antes de impostos das unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em Corporate & Other) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam a margem financeira externa do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento de negócio, em conformidade com o quadro interno de preços de transferência de fundos do banco. Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o benefício de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo.

Afetação do capital próprio médio dos acionistas

O capital próprio dos acionistas é totalmente atribuído aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo (CET1), o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de CET1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco e da exposição ao rácio de alavancagem. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo.

Alterações ao quadro de afetação de capitais

A partir de 2024, o Deutsche Bank alterou a afetação dos capitais próprios tangíveis entre segmentos. Além disso, o banco retém agora o capital detido contra rubricas do Grupo Deutsche Bank em Corporate & Other, que anteriormente era afetado aos segmentos. Os comparativos do ano anterior são apresentados na atual estrutura de relatórios. Embora o ajustamento das afetações dos períodos anteriores tenha impacto no RoTE por segmento, os respetivos indicadores do Grupo não são afetados pela alteração.

A partir de dezembro de 2025, o Deutsche Bank reviu a afetação dos capitais próprios (tangíveis) para avaliar com maior precisão o valor para os acionistas gerado por Asset Management. Como parte deste ajustamento, cerca de mil milhões de euros de capital CET1 contribuído para o Deutsche Bank Group pelos acionistas minoritários da DWS são agora reconhecidos como uma redução do capital próprio atribuído ao segmento de Asset Management. Anteriormente, este benefício de participações minoritárias, que faz parte do capital próprio regulamentar, estava refletido em Corporate & Other. Esta alteração afeta apenas o segmento de Asset Management e não tem impacto nas métricas do Deutsche Bank Group ou dos outros segmentos operacionais do banco. Uma vez que a implementação começou em dezembro de 2025, a alteração tem impacto nas finanças do quarto trimestre e do ano completo de 2025. Não foram efetuados ajustamentos à afetação de capital de períodos anteriores, o que resultou num efeito faseado nas finanças de 2025. O impacto total, sob a forma de um menor capital próprio médio atribuído e, por conseguinte, de uma maior rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio do segmento de Asset Management, será visível no exercício de 2026.

Alteração da metodologia de alocação da gestão de custos baseada em fatores

No primeiro trimestre de 2023, o banco introduziu uma metodologia de gestão de custos baseada em drivers para a alocação de custos originados nas respetivas funções de infraestruturas, que visa proporcionar transparência sobre os drivers dos custos de infraestruturas e associa os custos mais estreitamente ao consumo de serviços por segmentos. Durante o ano de 2023, os custos relativos às funções de infraestruturas foram imputados utilizando uma abordagem do tipo "real face ao planeado", com exceção dos custos de desenvolvimento tecnológico que foram imputados às divisões com base nas despesas efetivas. A partir de 2024, todos os custos de infraestruturas foram imputados às divisões com base nos custos reais e no consumo de serviços. Os comparativos do ano anterior são apresentados na atual estrutura de relatórios. Para o exercício completo de 2023, a alteração da metodologia resultou num aumento dos gastos operacionais (excl. juros) (correspondente diminuição do resultado antes de impostos) para o Corporate Bank de 175 milhões de euros e numa diminuição dos gastos operacionais (excl. juros) (correspondente aumento do resultado antes de impostos) para o Investment Bank de 42 milhões de euros, para o Private Bank de 48 milhões de euros, para Asset Management de 0 milhões de euros e para Corporate and Others de 84 milhões de euros. Embora a atualização das afetações de 2023 tenha tido impacto nos retornos segmentares após impostos sobre os capitais próprios tangíveis médios e no rácio custo/rendimento, os respetivos indicadores do Grupo não são afetados pela alteração da metodologia.

Alterações ao quadro de afetação dos RWA operacional

A partir de 2024, o Deutsche Bank introduziu um quadro refinado e mais granular para afetar os RWA de risco operacional aos segmentos. Embora os respetivos indicadores de RWA por segmento sejam afetados pela alteração da metodologia, com um impacto mais pronunciado a partir do segundo trimestre de 2024, os RWA de risco operacional do Grupo não são afetados pela alteração.

Títulos isentos de impostos

A margem financeira como uma componente das receitas líquidas, resultados antes de imposto e rácios conexos é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto do Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta apresentação resultou num aumento da margem financeira do Investment Bank de 22 milhões de euros no exercício de 2025, 18 milhões de euros no exercício de 2024 e 10 milhões de euros no exercício de 2023. Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em Corporate & Other. A taxa de imposto predominante utilizada para 2025, 2024 e 2023 na determinação do equivalente totalmente tributável da receita líquida de juros foi de 21% e relacionada com títulos isentos de impostos dos EUA.

Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio do Grupo, incluindo a reconciliação do resultado operacional consolidado em conformidade com as IFRS.

	2025					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total Demonstrações financeiras
Receitas líquidas¹	7.400	11.541	9.665	3.077	413	32.096
Provisão para perdas de crédito	194	827	578	(2)	108	1.707
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.632	2.894	2.795	952	3.541	11.813
Despesas gerais e administrativas	2.971	3.782	3.958	871	(2.721)	8.860
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	—	—
Atividades de reestruturação	—	—	(15)	—	—	(15)
Despesas totais (excluindo juros)	4.603	6.675	6.738	1.823	819	20.658
Participações minoritárias	—	16	—	272	(289)	—
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.603	4.022	2.348	983	(226)	9.731
Ativos (em mil milhões de euros)²	323	736	316	11	49	1.435
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	120	115	247	—	(3)	479
Adições a ativos não correntes	14	6	65	20	1.938	2.042
Depósitos (em mil milhões de euros)	329	28	329	—	5	692
Capital próprio médio atribuído (em mil milhões de euros)	12	24	15	5 ³	10	66
Ativos ponderados pelo risco (em mil dos quais: ativos ponderados pelo risco)	72 11	136 18	92 15	16 5	31 14	347 63
Exposição de alavancagem (em mil)	358	602	326	10	32	1.327
Colaboradores (equivalente a tempo)	27.320	20.592	35.443	5.425	1.099	89.879
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{5,6}	14,1 %	10,8 %	10,1 %	12,9 %	N/S	9,3 %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{5,6}	15,3 %	11,2 %	10,5 %	29,1 %	N/S	10,3 %
Rácio custo/rendimento ⁷	62,2 %	57,8 %	69,7 %	59,3 %	N/S	64,4 %
¹ inclui						
Rendimento de juros líquido	4.567	4.681	6.169	24	249	15.691
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência	4	(69)	4	52	3	(6)
² inclui						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	101	264	102	453	5	924

N/S – Não significativo

³ A partir do quarto trimestre de 2025, o quadro de afetação do capital próprio para Asset Management foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁴ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁵ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁶ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 27% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁷ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

	2024					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total Demonstrações
Receitas líquidas¹	7.506	10.557	9.386	2.649	(6)	30.092
Provisão para perdas de crédito	347	549	851	(1)	83	1.830
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.611	2.690	2.938	919	3.574	11.731
Despesas gerais e administrativas	3.448	3.970	4.395	904	(1.474)	11.243
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	—	—
Atividades de reestruturação	(1)	—	(3)	—	—	(3)
Despesas totais (excluindo juros)	5.058	6.660	7.331	1.823	2.100	22.971
Participações minoritárias	—	5	—	194	(199)	—
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.101	3.344	1.204	632	(1.989)	5.291
Ativos (em mil milhões de euros)²	280	756	324	11	17	1.387
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	117	110	257	—	—	485
Adições a ativos não correntes	12	3	160	30	1.886	2.091
Depósitos (em mil milhões de euros)	313	22	320	—	11	666
Capital próprio médio atribuído (em mil milhões de euros)	12	24	14	5	10	65
Ativos ponderados pelo risco (em mil dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros)³	78	130	97	18	34	357
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	11	15	14	5	13	58
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	339	593	336	10	38	1.316
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{4,5}	26.280	20.065	37.059	5.166	1.183	89.753
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{4,5}	11,9 %	9,1 %	5,1 %	8,0 %	N/S	4,2 %
Rácio custo/rendimento ⁶	12,7 %	9,4 %	5,1 %	18,0 %	N/S	4,7 %
	67,4 %	63,1 %	78,1 %	68,8 %	N/S	76,3 %
¹ inclui						
Rendimento de juros líquido	4.987	3.372	5.786	25	(1.104)	13.065
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(1)	(46)	21	36	2	12
² inclui						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	379	102	451	6	1.028

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

³ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Os exercícios anteriores foram atualizados em conformidade. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁴ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Os exercícios anteriores foram atualizados em conformidade. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁵ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 34% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁶ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

	2023					
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total Demonstrações
Receitas líquidas¹	7.718	9.160	9.571	2.383	47	28.879
Provisão para perdas de crédito	266	431	783	(1)	26	1.505
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.539	2.534	2.808	891	3.358	11.131
Despesas gerais e administrativas	3.088	4.082	4.718	934	(2.710)	10.112
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	233	—	—	—	233
Atividades de reestruturação	(4)	(3)	228	—	(1)	220
Despesas totais (excluindo juros)	4.623	6.846	7.755	1.825	647	21.695
Participações minoritárias	—	3	—	163	(166)	—
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.828	1.880	1.032	396	(459)	5.678
Ativos (em mil milhões de euros)²	264	658	331	10	49	1.312
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	117	101	261	—	—	479
Adições a ativos não correntes	13	89	90	73	1.853	2.118
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	18	308	—	7	622
Capital próprio médio atribuído (em mil milhões de euros)	11	23	14	5	10	63
Ativos ponderados pelo risco (em mil dos quais: ativos ponderados pelo risco)	69 6	140 22	86 8	15 3	40 19	350 57
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	307	546	339	10	39	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	25.356	19.899	38.465	4.961	1.449	90.130
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{4,5}	17,1 %	4,9 %	4,5 %	5,2 %	N/S	6,7 %
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{4,5}	18,5 %	5,1 %	4,8 %	12,2 %	N/S	7,4 %
Rácio custo/rendimento ⁶	59,9 %	74,7 %	81,0 %	76,6 %	N/S	75,1 %
¹ inclui						
Rendimento de juros líquido	5.241	2.887	6.156	(124)	(557)	13.602
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência	(6)	(70)	(5)	42	2	(38)
² inclui						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	91	413	84	420	5	1.013

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

³ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Os exercícios anteriores foram atualizados em conformidade. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁴ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Os exercícios anteriores foram atualizados em conformidade. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁵ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁶ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Serviços de Tesouraria Empresarial ¹	4.220	4.197	4.381	23	1	(184)	(4)
Serviços de Clientes Institucionais	1.917	1.956	1.895	(39)	(2)	62	3
Banca de Empresas ¹	1.263	1.352	1.442	(90)	(7)	(90)	(6)
Total de receitas líquidas	7.400	7.506	7.718	(106)	(1)	(212)	(3)
Dos quais:							
Margem financeira ²	4.567	4.987	5.241	(419)	(8)	(254)	(5)
Resultado líquido de serviços e comissões ²	2.704	2.577	2.460	127	5	118	5
Rendimentos restantes ²	129	(58)	18	186	N/S	(75)	N/S
Provisão para perdas de crédito	194	347	266	(153)	(44)	81	30
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.632	1.611	1.539	21	1	72	5
Despesas gerais e administrativas	2.971	3.448	3.088	(477)	(14)	359	12
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Atividades de reestruturação	—	(1)	(4)	1	N/S	4	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	4.603	5.058	4.623	(455)	(9)	435	9
Participações minoritárias	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.603	2.101	2.828	502	24	(728)	(26)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ³	8.420	7.959	7.670	461	6	289	4
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ³	8.181	8.171	8.017	10	—	154	2
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ³	10.719	10.150	9.669	569	6	481	5
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)³	27.320	26.280	25.356	1.040	4	924	4
Total de ativos (em mil milhões de euros)^{3,4}	323	280	264	44	16	16	6
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ³	72	78	69	(6)	(8)	9	13
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ^{3,5}	11	11	6	—	1	5	94
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ³	358	339	307	18	5	33	11
Depósitos (em mil milhões de euros) ³	329	313	289	17	5	23	8
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ³	120	117	117	3	2	—	—
Rácio custo/rendimento ⁶	62,2 %	67,4 %	59,9 %	(5,2) p.p.	N/S	7,5 p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{7,8}	14,1 %	11,9 %	17,1 %	2,2 p.p.	N/S	(5,2) p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{7,8}	15,3 %	12,7 %	18,5 %	2,6 p.p.	N/S	(5,8) p.p.	N/S

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ A partir do primeiro trimestre de 2025, determinados clientes mais pequenos e não complexos, anteriormente registados em Serviços de Tesouraria para Empresas, são reportados em Banca de Empresas. A reclassificação surge na sequência de uma análise e de um realinhamento da cobertura dos clientes, com o objetivo de lhes proporcionar a cobertura mais eficaz no âmbito da Banca de Empresas. Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios

² A partir do primeiro trimestre de 2025, a representação da partilha de receitas entre o Corporate Bank e o Investment Bank foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

³ No final do ano

⁴ Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

⁵ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁶ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁷ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁸ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2025, 2024 e 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Fixed Income & Currencies (FIC)	9.610	8.518	7.897	1.092	13	621	8
Fixed Income & Currencies: Financiamento	3.561	3.183	2.909	377	12	275	9
Fixed Income & Currencies: Markets ¹	6.050	5.335	4.989	715	13	346	7
Investment Banking e Mercados de Capitais ²	1.861	1.990	1.238	(129)	(6)	752	61
Geração de dívida	1.100	1.274	837	(174)	(14)	437	52
Geração de ações	225	186	102	39	21	83	82
Consultoria	536	531	299	5	1	232	77
Investigação e outras ³	70	49	24	20	41	25	102
Total de receitas líquidas⁴	11.541	10.557	9.160	984	9	1.398	15
Provisão para perdas de crédito	827	549	431	278	51	119	28
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.894	2.690	2.534	204	8	156	6
Despesas gerais e administrativas	3.782	3.970	4.082	(188)	(5)	(112)	(3)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	233	—	N/S	(233)	N/S
Atividades de reestruturação	—	—	(3)	—	38	3	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	6.675	6.660	6.846	15	—	(186)	(3)
Participações minoritárias	16	5	3	12	N/S	2	52
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	4.022	3.344	1.880	679	20	1.463	78
Colaboradores (front office, equivalente a tempo	5.037	4.888	4.856	149	3	32	1
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ⁵	3.151	3.168	3.146	(17)	(1)	22	1
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ⁵	12.404	12.009	11.898	395	3	111	1
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)⁵	20.592	20.065	19.899	527	3	166	1
Total de ativos (em mil milhões de euros)^{5,6}	736	756	658	(20)	(3)	98	15
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de dos quais: ativos ponderados pelo risco	136	130	140	7	5	(10)	(7)
	18	15	22	3	21	(7)	(32)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ⁵	602	593	546	10	2	46	8
Depósitos (em mil milhões de euros) ⁵	28	22	18	6	26	4	23
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ⁵	115	110	101	5	5	9	9
Rácio custo/rendimento ⁸	57,8 %	63,1 %	74,7 %	(5,2)	N/S	(11,7)	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos	10,8 %	9,1 %	4,9 %	1,7 p.p.	N/S	4,2 p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{9,10}	11,2 %	9,4 %	5,1 %	1,8 p.p.	N/S	4,3 p.p.	N/S

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ A partir do quarto trimestre de 2025, a subcategoria adicional "Fixed Income & Currencies": Ex-Financing" em Fixed Income & Currencies (FIC) foi renomeada para "Fixed Income & Currencies: Markets"

² A partir do quarto trimestre de 2025, o Deutsche Bank renomeou "Geração e Consultoria" no Investment Bank para "Investment Banking e Mercados de Capitais"

³ Historicamente, determinados encargos de captação de fundos bancários afetos ao Investment Bank, mas não diretamente atribuíveis a posições específicas do balanço, eram reportados em "Investigação e Outras". A partir do terceiro trimestre de 2025, estes encargos foram atribuídos às atividades subjacentes com base numa chave de atribuição acordada, a fim de apoiar o aperfeiçoamento contínuo dos relatórios a nível das atividades. Os comparativos de anos anteriores estão alinhados com a apresentação no ano em curso.

⁴ A partir do primeiro trimestre de 2025, a representação da partilha de receitas entre o Corporate Bank e o Investment Bank foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁵ No final do ano

⁶ Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

⁷ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁸ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

¹⁰ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2025, 2024 e 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Personal Banking ¹	5.284	5.253	5.442	31	1	(190)	(3)
Wealth Management ^{1,2}	4.381	4.133	4.128	248	6	5	0
Total de receitas líquidas	9.665	9.386	9.571	279	3	(185)	(2)
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	6.169	5.786	6.156	383	7	(370)	(6)
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	2.999	2.956	2.852	43	1	104	4
Rendimentos restantes	497	643	563	(146)	(23)	80	14
Provisão para perdas de crédito	578	851	783	(273)	(32)	68	9
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2.795	2.938	2.808	(143)	(5)	130	5
Despesas gerais e administrativas	3.958	4.395	4.718	(438)	(10)	(323)	(7)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(15)	(3)	228	(12)	N/S	(231)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	6.738	7.331	7.755	(593)	(8)	(424)	(5)
Participações minoritárias	—	—	—	—	45	—	(45)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.348	1.204	1.032	1.144	95	172	17
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ³	15.840	17.053	18.483	(1.213)	(7)	(1.430)	(8)
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ³	7.497	7.842	7.780	(345)	(4)	62	1
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ³	12.106	12.164	12.202	(58)	N/S	(38)	0
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)³	35.443	37.059	38.465	(1.616)	(4)	(1.406)	(4)
Total de ativos (em mil milhões de euros)^{3,4}	316	324	331	(8)	(2)	(7)	(2)
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ³	92	97	86	(5)	(5)	11	13
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ^{3,5}	15	14	8	0	2	7	89
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ³	326	336	339	(10)	(3)	(2)	(1)
Depósitos (em mil milhões de euros) ²	329	320	308	9	3	13	4
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ³	247	257	261	(11)	(4)	(4)	(1)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) ^{3,6}	685	634	579	51	8	55	9
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	27	29	23	(2)	(7)	6	26
Rácio custo/rendimento ⁷	69,7 %	78,1 %	81,0 %	(8,4) p.p.	N/S	(2,9) p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{8,9}	10,1 %	5,1 %	4,5 %	5,1 p.p.	N/S	0,5 p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{8,9}	10,5 %	5,1 %	4,8 %	5,4 p.p.	N/S	0,3 p.p.	N/S

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ A partir do primeiro trimestre de 2025, uma parte de determinados clientes europeus do Personal Banking foi transferida para o segmento Wealth Management. Esta alteração reflete os ajustamentos na classificação do cliente do Private Bank para melhor alinhar o relato financeiro com a estrutura de negócios subjacente. Os comparativos dos anos anteriores são apresentados na atual estrutura de relatórios

² A partir do quarto trimestre de 2025, o Private Bank passou a designar "Wealth Management & Private Banking" como "Wealth Management"

³ No final do ano

⁴ Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

⁵ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁶ Os Ativos sob Gestão incluem ativos detidos em nome de clientes para fins de investimento e/ou ativos de clientes que são aconselhados ou geridos pelo Deutsche Bank. São geridos numa base discricionária ou consultiva ou são depositados no banco. Os depósitos são considerados Ativos sob Gestão caso sirvam fins de investimento. Em Personal Banking, isto inclui depósitos a prazo e depósitos de poupança. Em Wealth Management (excluindo Business Banking), parte-se do princípio de que todos os depósitos de clientes são detidos no banco essencialmente para fins de investimento, pelo que são classificados como Ativos sob Gestão. Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob gestão que são geridos pela DWS, estes ativos são reportados como Ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

⁷ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁸ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁹ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2025, 2024 e 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.597	2.479	2.314	119	5	164	7
Comissões de desempenho e transação	318	148	128	170	115	20	16
Outros	162	23	(59)	139	N/S	82	N/S
Total de receitas líquidas	3.077	2.649	2.383	427	16	267	11
Provisão para perdas de crédito	(2)	(1)	(1)	(1)	172	—	(23)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	952	919	891	33	4	28	3
Despesas gerais e administrativas	871	904	934	(34)	(4)	(29)	(3)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Atividades de reestruturação	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	1.823	1.823	1.825	—	0	(1)	0
Participações minoritárias	272	194	163	78	40	32	20
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	983	632	396	350	55	236	60
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ¹	2.103	2.065	2.044	38	2	21	1
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	2.732	2.510	2.343	222	9	167	7
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	590	591	574	(1)	0	17	3
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	5.425	5.166	4.961	259	5	205	4
Total de ativos (em mil milhões de euros)^{1,2}	11	11	10	—	2	—	2
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	16	18	15	(3)	(16)	3	22
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ^{1,3}	5	5	3	1	13	1	35
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	10	10	10	—	1	—	4
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) ^{1,4}	1.085	1.012	896	73	7	115	13
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	51	26	28	25	98	(3)	(9)
Rácio custo/rendimento ⁵	59,3 %	68,8 %	76,6 %	(9,6) p.p.	N/S	(7,8) p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{6,7}	12,9 %	8,0 %	5,2 %	4,9 p.p.	N/S	2,9 p.p.	N/S
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ^{6,7}	29,1% ⁸	18,0 %	12,2 %	11,0 p.p.	N/S	5,8 p.p.	N/S

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ A partir do primeiro trimestre de 2024, a afetação de RWA relativos ao risco operacional foi alterada. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁴ Ativos sob Gestão (AuM): os ativos i) que o segmento gere numa base de consultoria discricionária ou não discricionária, incluindo os casos em que é a sociedade gestora e a gestão da carteira é externalizada a um terceiro; e ii) que um terceiro detém ou gere e em relação aos quais o segmento presta, com base num contrato, aconselhamento de natureza contínua, incluindo uma avaliação, monitorização e/ou revisão regular ou periódica. Os AuM representam tanto investimentos coletivos (incluindo fundos de investimento e fundos negociados em bolsa) como mandatos de clientes individuais. Os AuM são mensurados ao valor corrente de mercado com base nas regras regulamentares locais aplicáveis aos gestores de ativos em cada data de relato, que podem diferir das regras de justo valor aplicáveis ao abrigo das IFRS. Os níveis mensuráveis estão disponíveis diariamente para a maioria dos produtos de retalho, mas podem ser atualizados apenas mensalmente, trimestralmente ou mesmo anualmente para alguns produtos. Embora os AuM não incluam os investimentos do segmento contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, incluem o capital de arranque e qualquer capital comprometido sobre o qual o segmento recebe comissões de gestão. Nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento qualificados como Ativos sob gestão que são geridos pela DWS, estes ativos são reportados como Ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

⁵ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁶ A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

⁷ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios 2025, 2024 e 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁸ A partir do quarto trimestre de 2025, o quadro de afetação do capital próprio para Asset Management foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

Corporate & Other

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	413	(6)	47	419	N/S	(54)	N/S
Provisão para perdas de crédito	108	83	26	26	31	57	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3.541	3.574	3.358	(33)	(1)	216	6
Despesas gerais e administrativas	(2.721)	(1.474)	(2.710)	(1.247)	85	1.236	(46)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	N/S	—	N/S
Atividades de reestruturação	—	—	(1)	—	N/S	1	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	819	2.100	647	(1.280)	(61)	1.453	N/S
Participações minoritárias	(289)	(199)	(166)	(89)	45	(33)	20
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(226)	(1.989)	(459)	1.763	(89)	(1.530)	N/S
Total de colaboradores (equivalente a tempo)	36.918	36.097	35.792	821	2	305	1
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	31	34	40	(3)	(7)	(6)	(15)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros)¹	32	38	39	(6)	(16)	(1)	(3)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do banco. Para mais informações sobre as componentes das receitas líquidas, ver "Relatório de gestão": Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes da provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respetivamente. A informação apresentada para o Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para Corporate & Other são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por Corporate & Other é detida centralmente.

em milhões de euros	2025	2024	2023
Alemanha:			
Corporate Bank	3.558	3.811	4.225
Investment Bank	720	641	573
Private Bank	6.511	6.388	6.567
Asset Management	1.438	1.286	1.211
Total da Alemanha	12.226	12.127	12.576
Reino Unido:			
Corporate Bank	211	193	192
Investment Bank	4.033	3.882	3.503
Private Bank	63	46	54
Asset Management	652	404	350
Total do Reino Unido	4.959	4.525	4.099
Resto da Europa:			
Corporate Bank	1.154	1.238	1.196
Investment Bank	392	477	330
Private Bank	2.051	1.953	1.981
Asset Management	329	308	274
Total Resto da Europa	3.926	3.975	3.782
Américas (principalmente Estados Unidos):			
Corporate Bank	1.241	1.090	1.011
Investment Bank	4.423	3.869	3.041
Private Bank	478	475	462
Asset Management	549	562	432
Total das Américas	6.691	5.996	4.945
Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África:			
Corporate Bank	1.236	1.174	1.094
Investment Bank	1.973	1.688	1.713
Private Bank	563	524	506
Asset Management	109	90	115
Total Ásia-Pacífico, Médio Oriente e África	3.881	3.476	3.428
Corporate & Other	413	(6)	47
Proveitos líquidos consolidados¹	32.096	30.092	28.879

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões); os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos; a localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação; o local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 — Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2025	2024	2023
Juros e rendimentos similares:			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	4.733	7.045	7.048
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	261	643	607
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	2.236	1.935	1.069
Empréstimos	21.268	23.692	22.559
Outros	2.561	2.140	2.103
Total de juros e rendimentos similares de ativos medidos ao custo amortizado	31.059	35.456	33.385
Rendimento de juros sobre ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	1.421	1.408	1.097
Total de juros e rendimentos similares calculados segundo o método da taxa de juro efetiva	32.480	36.865	34.482
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	11.978	12.493	9.592
Total de juros e rendimentos similares	44.458	49.358	44.074
Dos quais: custos de juros negativos sobre passivos financeiros	23	28	76
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados	11.964	16.867	13.706
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	854	708	388
Outros empréstimos a curto prazo	518	390	310
Dívida a longo prazo	5.121	6.770	6.154
Títulos fiduciários preferenciais	16	17	16
Outros	2.761	3.035	2.848
Total de gasto de juros medidos pelo custo amortizado	21.233	27.787	23.422
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7.534	8.505	7.051
Total de gasto de juros	28.767	36.292	30.472
Dos quais: rendimentos de juros negativos sobre ativos financeiros	19	39	81
Rendimento de juros líquido	15.691	13.065	13.602

Impacto das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (programa TLTRO III) do BCE

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o Grupo não tinha empréstimos pendentes ao abrigo do programa de refinanciamento TLTRO III (31 de dezembro de 2023: 15,0 mil milhões de euros). As taxas de juro anteriores das operações de refinanciamento TLTRO III foram indexadas às taxas de juro diretoras médias aplicáveis do BCE. O programa TLTRO III não gerou qualquer despesa líquida de juros nos doze meses findos em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: 144 milhões de euros e 31 de dezembro de 2023: 741 milhões de euros).

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2025	2024	2023
Rendimentos de negociação:			
FIC Sales and Trading	4.963	5.045	5.116
Outros rendimentos de negociação (perdas)	372	849	(238)
Total de rendimentos de negociação (perdas)	5.335	5.894	4.878
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:			
Discriminação por categoria de ativos financeiros:			
Títulos de dívida	58	(94)	89
Títulos de capital	111	24	(10)
Créditos e compromissos de crédito	(13)	(8)	112
Depósitos	—	(4)	(5)
Outros ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	4	18	31
Total de resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:	160	(65)	217
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Créditos e compromissos de crédito	11	5	12
Depósitos	1	2	(0)
Dívida a longo prazo	(369)	157	(180)
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	23	(7)	20
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(334)	158	(148)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.160	5.987	4.947

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2025	2024	2023
Rendimento de juros líquido	15.691	13.065	13.602
Rendimentos de negociação (perdas) ¹	5.335	5.894	4.878
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	160	(65)	217
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(334)	158	(148)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.160	5.987	4.947
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor	20.852	19.052	18.549
Serviços de Tesouraria Empresarial	2.788	2.846	3.060
Serviços de Clientes Institucionais	876	996	940
Banca para empresas	1.005	1.103	1.193
Corporate Bank	4.669	4.946	5.193
Fixed Income & Currency	9.549	8.535	8.171
Restantes produtos	(242)	(166)	(196)
Investment Bank	9.308	8.368	7.976
Personal Banking	4.212	3.867	4.090
Wealth Management	2.258	2.132	2.287
Private Bank	6.470	5.998	6.377
Asset Management	180	269	(11)
Corporate & Other	225	(529)	(986)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor	20.852	19.052	18.549

¹ Os rendimentos de negociação (perda) incluem os resultados de derivativos não qualificados para contabilidade de cobertura

² Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivativos relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre margem financeira ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela

acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão.

06 — Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2025	2024	2023
Receitas e despesas líquidas de comissões e taxas:			
Rendimentos de serviços e comissões	14.190	13.190	11.657
Encargos com serviços e comissões	3.299	2.818	2.452
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	10.891	10.372	9.206

Desagregação de proveitos por tipo de produto e segmento de negócio

	31 dez 2025					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	230	76	278	15	3	603
Comissões de ativos geridos	24	—	470	4.166	—	4.660
Comissões de outros títulos	484	25	39	—	—	549
Comissões de subscrição e consultoria	49	1.769	8	—	13	1.839
Comissões de corretagem	23	294	1.125	42	1	1.484
Comissões de pagamentos locais	587	5	860	—	1	1.453
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	500	26	21	—	(40)	506
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	4	—	6	—	—	10
Comissões de processamento de empréstimos e garantias ¹	608	521	138	—	3	1.269
Comissões intermediárias	34	1	435	—	11	481
Comissões por outros serviços ao cliente	1.014	112	98	107	3	1.334
Rendimento total de serviços e comissões	3.557	2.830	3.477	4.331	(5)	14.190
Encargos com serviços e comissões						(3.299)
Rendimentos líquidos de serviços e						10.891

¹ Inclui o impacto do acordo de partilha de receitas entre o Investment Bank e o Corporate Bank para a angariação de clientes

	31 dez 2024					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	215	54	265	16	—	550
Comissões de ativos geridos	20	—	416	3.805	—	4.242
Comissões de outros títulos	451	—	38	1	—	491
Comissões de subscrição e consultoria	53	1.640	6	—	66	1.764
Comissões de corretagem	21	327	1.052	39	1	1.440
Comissões de pagamentos locais	550	13	909	—	(9)	1.464
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	483	32	20	—	(34)	502
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	6	—	4	—	—	10
Comissões de processamento de empréstimos e garantias ¹	575	487	270	—	1	1.334
Comissões intermediárias	30	1	402	—	11	444
Comissões por outros serviços ao cliente	582	158	87	117	6	949
Rendimento total de serviços e comissões	2.988	2.713	3.470	3.978	42	13.190
Encargos com serviços e comissões						(2.818)
Rendimentos líquidos de serviços e						10.372

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Inclui o impacto do acordo de partilha de receitas entre o Investment Bank e o Corporate Bank para a angariação de clientes

	31 dez 2023					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	204	55	247	11	(2)	515
Comissões de ativos geridos	18	—	362	3.527	—	3.907
Comissões de outros títulos	461	—	37	1	1	499
Comissões de subscrição e consultoria	43	1.093	16	—	4	1.156
Comissões de corretagem	19	280	971	33	(20)	1.282
Comissões de pagamentos locais	488	—	995	—	1	1.484
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	475	27	22	—	(27)	497
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	6	—	4	—	—	10
Comissões de processamento de empréstimos e garantias ¹	530	446	230	—	1	1.207
Comissões intermediárias	28	3	364	—	10	405
Comissões por outros serviços ao cliente	496	42	41	117	—	695
Rendimento total de serviços e comissões	2.767	1.946	3.288	3.689	(33)	11.657
Encargos com serviços e comissões						(2.452)
Rendimentos líquidos de serviços e						9.206

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Inclui o impacto do acordo de partilha de receitas entre o Investment Bank e o Corporate Bank para a angariação de clientes

Em 2025, o Grupo reconheceu a receita da taxa de desempenho antes do recebimento da distribuição efetiva de 165 milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: 0 milhões de euros), que foi reconhecido na Demonstração Consolidada dos Resultados. Esta comissão de desempenho só será recebida após a realização de todas as condições relacionadas. O montante efetivo no vencimento depende dos valores realizados dos restantes ativos do fundo.

A 31 de dezembro de 2025, existiam obrigações de desempenho a cumprir de 173 milhões de euros com uma margem de tempo de quatro anos de 2026 a 2029 (a 31 de dezembro de 2024, 250 milhões de euros com uma margem de tempo de sete anos de 2025 a 2028) de fundos de investimento fechados alternativos com comissões de desempenho cumulativas baseadas na distribuição. A diminuição da obrigação a satisfazer é atribuível ao reconhecimento da comissão de desempenho acima referida, parcialmente compensada pela maior valorização dos ativos dos fundos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os valores a receber de rendimentos de serviços e comissões do Grupo era de 1.090 milhões e 831 milhões de euros, respetivamente. À data de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as responsabilidades contratuais associadas a rendimentos de serviços e comissões do Grupo eram de 73 milhões de euros e 84 milhões de euros, respetivamente. As responsabilidades contratuais são decorrentes da obrigação do Grupo de oferecer serviços futuros a um cliente para o qual recebeu contrapartida do cliente antes da conclusão dos serviços. Os saldos de valores a receber e de responsabilidades contratuais não variam significativamente entre períodos, refletindo o facto de estarem predominantemente relacionados com contratos de serviços recorrentes com períodos de serviço de menos de um ano, tais como serviços de contas correntes mensais e serviços de Asset Management trimestrais. Consequentemente, os saldos das responsabilidades contratuais do período anterior são geralmente reconhecidos em receitas no período subsequente. Existem alguns contratos em que o pagamento do cliente em troca de serviços prestados pelo Grupo durante o período de serviço não é exigido até ao final do período do contrato. Se o Grupo tiver quase a certeza de receber o pagamento no final do período do contrato, é reconhecido um ativo do contrato e os respetivos proveitos de comissões e honorários quando os serviços são prestados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não reconheceu quaisquer ativos contratuais relevantes.

07 — Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado

Nos doze meses findos a 31 de dezembro de 2025, o Grupo vendeu ativos financeiros medidos pelo custo amortizado de 759 milhões de euros (31 de dezembro de 2024: 656 milhões de euros e 31 de dezembro de 2023: 559 milhões de euros). As vendas referiam-se principalmente a uma carteira Hold to Collect no Investment Bank e no Corporate Bank.

O quadro abaixo apresenta os resultados decorrentes do desreconhecimento destes títulos.

em milhões de euros	2025	2024	2023
Ganhos	21	10	5
Perdas	(12)	(21)	(101)
Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	9	(11)	(96)

08 — Outro resultado (perdas)

em milhões de euros	2025	2024	2023
Outro resultado:			
Prêmios de seguros	17	12	4
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	234	738	1.206
Outros rendimentos (perdas) restantes ¹	49	(131)	48
Total de outro resultado	300	619	1.259

¹ Inclui resultados líquidos de (1) milhões de euros, 32 milhões de euros e 41 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respetivamente, que estão relacionados com os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda.

09 — Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2025	2024	2023
Despesas gerais e administrativas:			
Tecnologias de informação	3.504	3.610	3.755
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.463	1.624	1.478
Regulamentares, impostos e seguros ¹	862	1.028	1.399
Serviços profissionais	671	763	899
Serviços bancários e operações subcontratados	891	964	964
Serviços de dados de mercado e investigação	410	400	374
Despesas de deslocação	152	153	143
Despesas de <i>marketing</i>	195	149	203
Outras despesas ²	710	2.552	899
Despesas totais gerais e administrativas	8.860	11.243	10.112

¹ Inclui taxas bancárias de 148 milhões de euros em 2025, 172 milhões de euros em 2024 e 528 milhões de euros em 2023

² Inclui despesas relacionadas com litígios no valor de 179 milhões de euros em 2025, 2.035 milhões de euros em 2024 e 311 milhões de euros em 2023; consulte a Nota 27 "Provisões", para mais detalhes sobre litígios

10 — Reestruturação

Em 2025, a reestruturação é principalmente impulsionada pela agenda estratégica *Global Hausbank* do Grupo. O Grupo definiu e implementou medidas de eficiência que contribuíram para atingir os objetivos do banco para 2025.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prêmios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário. Outras despesas de cessação de emprego relacionadas com o pessoal que não satisfazem os requisitos da IAS 37 para serem consideradas como Reestruturação são registradas como Indemnizações no âmbito de Remunerações e Benefícios.

Custos líquidos de reestruturação por divisão

em milhões de euros	2025	2024	2023
Corporate Bank	—	(1)	(4)
Investment Bank	—	—	(3)
Private Bank	(15)	(3)	228
Asset Management	—	—	—
Corporate & Other	—	—	(1)
Total de encargos líquidos de reestruturação	(15)	(3)	220

Reestruturação líquida por tipo

em milhões de euros	2025	2024	2023
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	(13)	(5)	178
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	(15)	(6)	176
Aceleração de retenção	1	—	1
Segurança social	1	1	1
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	(1)	1	42
Total de encargos líquidos de reestruturação	(15)	(3)	220

As provisões para reestruturação ascenderam a 151 milhões de euros, 273 milhões de euros e 333 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, respetivamente. Prevê-se que a maioria das provisões correntes para reestruturação seja utilizada em 2026.

Durante 2025, 535 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzidos através da reestruturação (2024: 168 e 2023: 476).

Alterações organizacionais

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2025	2024	2023
Corporate Bank	3	10	29
Investment Bank	1	5	9
Private Bank	519	116	377
Asset Management	—	2	0
Infraestrutura	12	35	61
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	535	168	476

11 — Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2025	2024	2023
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	6.931	3.366	4.772
Cupões pagos sobre componentes de capital adicionais	(761)	(574)	(498)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	6.171	2.792	4.274
Efeito de títulos diluidores	—	—	—
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	6.171	2.792	4.274
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	1.954,5	1.993,6	2.064,1
Efeito de títulos diluidores:			
Ações diferidas	43,4	45,7	39,9
Outros (incluindo opções para negociação)	—	—	—
Ações ordinárias potenciais diluidoras	43,4	45,7	39,9
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	1.998,0	2.039,3	2.104,0

Resultados por ação

em euros	2025	2024	2023
Resultados por ação básicos	3,16	1,40	2,07
Resultados por ação diluídos	3,09	1,37	2,03

Não havia instrumentos em aberto que pudessem potencialmente diluir os resultados por ação básicos e não estão incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos em 31 de dezembro de 2025.

Notas ao balanço consolidado

12 — Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	130.581	124.857
Outros ativos detidos para negociação ¹	23.230	14.914
Total de ativos detidos para negociação	153.811	139.772
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	241.328	291.754
Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação	395.139	431.525
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	95.802	88.736
Títulos obtidos por empréstimo	16.513	15.913
Empréstimos	3.370	1.954
Outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de resultados	8.810	7.721
Total de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	124.495	114.324
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Empréstimos	—	—
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	—	—
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	—	—
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	519.635	545.849

¹ Inclui empréstimos negociados no valor de 12,8 mil milhões de euros e 11,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente.

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	41.142	41.864
Outros passivos detidos para negociação	1.738	1.635
Total de passivos detidos para negociação	42.879	43.498
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	225.775	276.395
Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação	268.655	319.893
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	86.177	69.121
Compromissos de crédito	2	6
Dívida a longo prazo	27.299	22.203
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.577	717
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	115.055	92.047
Passivos por contratos de investimento	469	454
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	384.179	412.395

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo¹

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Apresentado em Outro rendimento integral		
Variação cumulativa do justo valor	(272)	(157)
Apresentado na Demonstração de resultados		
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	—	—
Variação cumulativa do justo valor	—	—

¹ O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém

Montantes transferidos no desconhecimento de passivos designados ao justo valor através de resultados¹

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Montante apresentado em outro rendimento integral transferido para lucros não distribuídos	(14)	(8)

¹ Quando um passivo financeiro designado ao justo valor através de resultados é desconhecido/extinto antecipadamente, os resultados acumulados em outro rendimento integral atribuíveis ao risco de crédito próprio do Grupo são transferidos para lucros não distribuídos

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros¹

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Incluindo compromissos de crédito não utilizados ²	355	1.085
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	106	497

¹ Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício

² Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito

13 — Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Métodos de avaliação e controlo

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. Nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (input) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requerem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (bid/offer spreads), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em bid/offer spreads são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação de compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de compra proposto (bid) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de venda proposto (offer). Os ajustamentos de avaliação com base em bid-offer são determinados a partir dos preços de bid-offer observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço bid/offer, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (midmarket). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços bid/offer observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis bid/offer para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não incluía já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (netting agreement) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado,

incluindo spreads de swaps de risco de incumprimento. Sempre que não estiverem disponíveis spreads de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivativos OTC e por obrigações emitidas designados ao justo valor através de resultados) integra ajustamentos da avaliação para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo (ou seja, ajustamentos da avaliação de dívida para ajustamento de crédito próprio e derivativos para obrigações emitidas). As obrigações emitidas são descontadas utilizando o mesmo spread a que instrumentos semelhantes seriam negociados à data de medição, uma vez que isto reflete o valor na perspectiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo. A mudança nesta componente de crédito próprio é reportada no Outro rendimento integral.

No que respeita aos passivos derivativos, o Grupo considera a sua própria solvabilidade, avaliando a exposição futura esperada de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta quaisquer garantias prestadas pelo Grupo, o efeito dos acordos de compensação relevantes, o preço de mercado dos passivos de notas emitidas pelo Grupo, os custos de financiamento implícitos no mercado e a antiguidade dos créditos derivativos no âmbito da resolução (subordinação estatutária).

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivativos. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivativos sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis bid/offer menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o bid/offer através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

O Grupo utiliza os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam para determinar o preço do ativo ou passivo. Quando relevante, estes pressupostos podem incluir pressupostos sobre as alterações climáticas. O Grupo não fez ajustamentos materiais ao justo valor para as alterações climáticas além do que já foi fixado no preço de entrada no mercado.

Controlo de avaliação – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado na função de Risco, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Técnicas de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias, técnicas de avaliação e procedimentos no âmbito do processo de avaliação e medição do justo valor.

A explicação seguinte fornece uma descrição geral das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (proxy) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por hipotecas e outros ativos (MBS/ABS) incluem MBS residenciais e comerciais e outros ABS, incluindo obrigações de dívida com garantia real (CDO). Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes, e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pagamento antecipado, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (spread, yield ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (proxy) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (leveraged loan index) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como swaps de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e swap de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor – O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro (ou seja ajustamento de crédito próprio e derivados (OCA) para notas estruturadas). Nos termos da IFRS 9, a componente de crédito próprio da alteração do justo valor é registada em Outro rendimento integral. Os passivos financeiros incluídos nesta classificação são as emissões de títulos estruturados, os depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados. O justo valor destes passivos financeiros é determinado através do desconto dos fluxos de caixa contratuais utilizando a curva de rendimento ajustada ao crédito relevante (ou seja, utilizando o spread a que instrumentos semelhantes seriam negociados à data de mensuração, uma vez que este reflete o valor na perspetiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo).

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos de contratos de investimento - Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo e que obrigam o Grupo a usar esses ativos para liquidar os passivos associados. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Hierarquia do justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados com base em preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os dados relevantes para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC, muitas obrigações de crédito cotadas com grau de investimento e alguns CDS.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um contributo para essa técnica que não é observável e que pode ter um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos, dívida em incumprimento (distressed debt), obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos, CDO (cash e sintéticos) ilíquidos, algumas colocações privadas de capital (private equity), muitos créditos CRE, créditos ilíquidos e algumas obrigações municipais.

Instrumentos financeiros detidos ao justo valor

em milhões de euros	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros não observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros não observáveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Cotação de preços em mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros não observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros não observáveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	64.552	78.554	10.705	52.387	78.237	9.148
Títulos para negociação	62.958	63.987	3.635	52.387	69.507	2.964
Outros ativos detidos para negociação	1.593	14.567	7.070	—	8.730	6.184
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	1.244	233.076	7.008	912	282.909	7.933
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor	1.570	117.244	5.681	1.346	107.173	5.805
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	—	—	—	—	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	25.262	16.034	2.348	21.901	16.806	3.383
Outros ativos financeiros ao justo valor	1.623	(524) ¹	22	1.488	(1.117) ¹	12
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	94.250	444.384	25.764	78.034	484.008	26.281
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	33.727	9.127	25	30.765	12.614	119
Títulos para negociação	33.727	7.391	23	30.765	11.073	26
Outros passivos detidos para	—	1.735	2	—	1.542	93
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	2.770	217.067	5.938	2.238	265.450	8.707
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	154	109.354	5.547	—	87.479	4.569
Passivos por contratos de investimento	—	469	—	—	454	—
Outros passivos financeiros ao justo valor	375	(142) ¹	36 ²	539	3.116 ¹	(13) ²
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	37.025	335.875	11.547	33.543	369.113	13.382

¹ Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura

² Refere-se a derivados incorporados em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado incorporado é bifurcado e relatado em separado. Os derivados incorporados separados podem ter um justo valor positivo ou negativo e uma classificação apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*).

Durante o ano de 2025, houve transferências de títulos de negociação e ativos financeiros não relacionados com a negociação do Nível 1 para o Nível 2 que ascenderam a 2,4 mil milhões de euros de ativos e 0,8 mil milhões de euros de passivos; juntamente com transferências do Nível 2 para o Nível 1 que ascenderam a 8,4 mil milhões de euros de ativos e 1,5 mil milhões de euros de passivos. A avaliação do Nível 1 versus Nível 2 é baseada em procedimentos de teste de liquidez.

Análise dos instrumentos financeiros cujo justo valor é obtido a partir de técnicas de avaliação que contêm parâmetros não observáveis significativos (Nível 3)

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. O aumento durante o exercício é derivado de compras e ganhos, parcialmente compensados por vendas, liquidações e transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multdivisas; e certos swaps de risco de incumprimento para os quais o spread de crédito é inobservável.

O decréscimo dos ativos durante o período é derivado de transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos e liquidações, parcialmente compensados por liquidações. O decréscimo dos passivos durante o exercício é derivado de transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos e perdas, parcialmente compensadas por liquidações.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em empréstimos negociados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. O aumento durante o exercício é derivado de emissões, compras e transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensado pelas liquidações, vendas e perdas.

Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados classificados no Nível 3 da hierarquia de justo valor incluem qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadre nem no modelo de negócios Deter para Recolher nem no modelo de negócios Deter para Recolher e Vender. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para Recolher ou Deter para Recolher e Vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI. O decréscimo no período deve-se a transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos, liquidações, vendas e perdas parcialmente compensadas por compras e emissões.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e passivos estruturados que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. Não existem ativos designados pelo justo valor durante o período. O aumento dos passivos durante o exercício é derivado de emissões e perdas parcialmente compensadas por transferências líquidas entre o nível 2 e o nível 3, devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos utilizados para avaliar estes instrumentos, liquidações e perdas.

Os ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem carteiras de empréstimos em incumprimento, onde não há intenção de negociação e o mercado é muito ilíquido. O decréscimo no período deve-se a liquidações, vendas e perdas, transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensadas por compras e emissões.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

31 dez 2025										
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades consolidadas	Total dos resultados ¹	Compras	Vendas	Emissões ²	Liquidações ³	Transferências para o Nível 3 ⁴	Transferências para fora do Nível 3 ⁴	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	2.964	—	39	2.986	(1.837)	4	(402)	508	(626)	3.635
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	7.933	—	949	—	—	—	(351)	1.535	(3.058)	7.008
Outros ativos detidos para negociação	6.184	—	(362)	1.231	(2.144)	3.301	(1.380)	447	(208)	7.070
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	5.805	(3)	(135)	1.849	(190)	782	(1.117)	71	(1.380)	5.681
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.383	—	(229) ⁵	700	(431)	482	(1.552)	407	(412)	2.348
Outros ativos financeiros ao justo valor	12	—	(6)	—	—	—	—	20	(4)	22
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	26.281	(3)	255^{6,7}	6.766	(4.602)	4.569	(4.802)	2.988	(5.688)	25.764
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	26	—	1	—	—	—	(4)	—	—	23
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	8.707	—	(1.122)	—	—	—	217	1.182	(3.047)	5.938
Outros passivos detidos para negociação	93	—	1	—	—	—	(92)	—	—	2
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4.569	—	(134)	—	—	3.255	(690)	508	(1.960)	5.547
Outros passivos financeiros ao justo valor	(13)	—	118	—	—	—	(1)	13	(81)	36
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	13.382	—	(1.136)^{6,7}	—	—	3.255	(569)	1.704	(5.088)	11.547

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O total inclui igualmente os resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral relatados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, tanto os parâmetros observáveis como os não observáveis podem ser utilizados para determinar o justo valor de um instrumento classificado no Nível 3

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso dos instrumentos de dívida e de empréstimo, isto inclui pagamentos de capital periódicos e de montante fixo. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do Nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício

⁵ O total de resultados sobre ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral inclui um ganho de 14 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 1 milhão de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos" da demonstração de resultados.

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é uma perda de 802 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é um ganho de 206 milhões de euros.

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos

31 dez 2024										
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades consolidadas	Total dos resultados ¹	Compras	Vendas	Emissões ²	Liquidações ³	Transferências para o Nível 3 ⁴	Transferências para fora do Nível 3 ⁴	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	2.995	—	230	1.985	(1.558)	—	(482)	371	(577)	2.964
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	8.198	—	454	—	—	—	(583)	2.257	(2.394)	7.933
Outros ativos detidos para negociação	6.226	—	77	814	(1.378)	2.513	(2.016)	706	(756)	6.184
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	5.226	(1)	88	1.736	(80)	736	(1.098)	365	(1.170)	5.805
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.949	—	126 ⁵	776	(378)	978	(1.322)	716	(462)	3.383
Outros ativos financeiros ao justo valor	5	—	3	—	—	—	—	5	(1)	12
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	25.599	(1)	977^{6,7}	5.311	(3.393)	4.227	(5.501)	4.421	(5.359)	26.281
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	26	—	—	—	—	—	—	—	—	26
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	7.666	—	1.186	—	—	—	(175)	2.156	(2.126)	8.707
Outros passivos detidos para negociação	—	—	—	—	—	—	93	—	—	93
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.248	—	129	—	—	2.958	(474)	377	(1.669)	4.569
Outros passivos financeiros ao justo valor	(85)	—	102	—	—	—	18	1	(49)	(13)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	10.856	—	1.417^{6,7}	—	—	2.958	(537)	2.533	(3.844)	13.382

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O total inclui igualmente os resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral relatados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, tanto os parâmetros observáveis como os não observáveis podem ser utilizados para determinar o justo valor de um instrumento classificado no Nível 3

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso dos instrumentos de dívida e de empréstimo, isto inclui pagamentos de capital periódicos e de montante fixo. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o período, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do Nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o período, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício

⁵ O total de resultados sobre ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral inclui um ganho de 29 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos.

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é um ganho de 362 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, este é uma perda de 19 milhões de euros

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos

Análise de sensibilidade de parâmetros não observáveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita.

Se o Grupo tivesse marcado os instrumentos financeiros de nível 3 utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2025 poderia ter aumentado o justo valor em 2,1 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 1,3 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2024, poderia ter aumentado o justo valor em 2,1 mil milhões de euros ou ter diminuído o justo valor em 1,3 mil milhões de euros.

As alterações nos montantes sensíveis entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 foram um aumento no movimento de justo valor positivo de 42 milhões de euros e uma redução no movimento de justo valor negativo de 48 milhões de euros.

A alteração nos movimentos do justo valor positivo entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 representa um aumento de 2% e a alteração nos movimentos do justo valor negativo representa uma redução de 4%. O cálculo de sensibilidade do Grupo dos parâmetros inobserváveis para o Nível 3 continua a estar em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente.

A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos pelo justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza de avaliação em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2016/101 da Comissão Europeia, que complementa o artigo 34.º do Regulamento (UE) n.º 2019/876 (CRR), exigindo que as instituições apliquem os requisitos do artigo 105.º, n.º 14, a todos os ativos mensurados ao justo valor e deduzam quaisquer ajustamentos de valor adicionais do capital CET1. Este utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento¹

	31 dez 2025		31 dez 2024	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
em milhões de euros				
Títulos:				
Títulos de dívida	237	219	308	276
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	13	13	17	17
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	10	9	11	11
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	214	197	280	248
Títulos de capital	102	74	78	77
Derivados:				
Crédito	261	127	207	105
Ações	74	36	36	33
Relacionados com os juros	660	339	798	337
Divisas	64	46	56	24
Outros	222	61	110	105
Empréstimos	475	394	458	387
Outros	—	—	—	—
Total	2.094	1.294	2.052	1.343

¹ Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido

Informação quantitativa sobre a sensibilidade de dados significativos não observáveis

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos spreads de crédito em títulos garantidos por créditos hipotecários representa as posições com desempenho mais líquidas com spreads mais baixos do que as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores spreads de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. O quadro seguinte apresenta uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetros, juntamente com um comentário sobre as interrelações significativas entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O spread de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prêmio ou retornos de rentabilidade acima do instrumento de referência (tipicamente taxa sem risco, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao banco pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (constant default rate) e a taxa de pré-pagamento constante (constant prepayment rate) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma taxa de incumprimento constante superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, spreads de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, spreads de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Uma abordagem múltipla do EBITDA pode ser utilizada na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (enterprise value – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31 dez 2025					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo
	Ativos	Passivo			
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:					
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:					
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	42	—	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 194 1.019
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	91	—	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0% 98 7% 0% 1% 105% 1.166 85% 4% 37%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	133	—			
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	5.320	5.503	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 5 300% 696
Detido para negociação	3.447	19			
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	3.447				
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.474				
Designados ao justo valor através de resultados	—	5.484			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	399				
Títulos de capital	816	4	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	0% 100%
Detido para negociação	55	4		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo) Valor da empresa/receitas (múltiplo)	1 4 14
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	761		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	9% 20%
Designados ao justo valor através de resultados	—		Baseado no preço	Preço	0% 2500%
Empréstimos	11.293	2	Baseado no preço	Preço	0% 300%
Detido para negociação	6.913	2	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	94 3.106
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	2.490				
Designados ao justo valor através de resultados	—			Taxa de recuperação	40% 75%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.890				

						31 dez 2025
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Compromissos de crédito		2	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	153 70%	978 84%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	1.172 ²	61 ³	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	7% 8	13% 285
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	18.734	5.572				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total

² Outros ativos financeiros incluem 157 milhões de euros de outros ativos comerciais, mil milhões de euros de outros ativos financeiros não comerciais obrigatórios pelo justo valor, e 59 milhões de euros de outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

³ Outros passivos financeiros incluem 61 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor

						31 dez 2025
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros						
Derivados de taxa de juros	3.798	2.950	Fluxo de caixa	Taxa de swap (bps)	(720)	3.818
				Taxa de swap sobre a	0%	8%
				Taxa de incumprimento	1%	11%
				Taxa de pré-pagamento constante	2%	16%
			Modelo de preços de	Volatilidade da inflação	0%	8%
				Volatilidade das taxas de	0%	2%
				Correlação IR - IR	(10)	95%
				Correlação híbrida	(56)	95%
Derivados de crédito	556	603	Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	12	1.277
				Taxa de recuperação	15%	94%
			Modelo de preços de	Volatilidade do crédito	5%	90%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito		
Derivados de ações	481	572	Modelo de preços de	Volatilidade de ações	1%	101%
				Volatilidade de índice	6%	17%
				Índice - correlação de		
				Ação - correlação de ação		
				Ações - contratos a prazo	0%	5%
				Índice - contratos a prazo	0%	6%
Derivados FX	1.523	1.561	Modelo de preços de	Volatilidade	(9)	57%
				Vol cotada		
			Fluxo de caixa	Taxa de swap (bps)	(2)	100
Outros derivados	673	289 ¹	Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	201	568
			Modelo de preços de	Volatilidade de índice	0%	116%
				Preço	0%	677%
				Correlação de matérias-	(22)	98%
Total de instrumentos financeiros derivados						
com valores de mercado	7.030	5.974				

¹ Inclui derivados que estão incorporados em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado incorporado é separado

31 dez 2024						
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor – Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	31	—	Baseado no preço	Preço	0%	102%
			Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	167	1.486
Títulos garantidos por créditos hipotecários	93	—	Baseado no preço	Preço	0%	107%
			Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	106	1.027
				Taxa de recuperação	60%	85%
				Taxa de incumprimento	0%	4%
				Taxa de pré-pagamento constante	4%	18%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	124	—				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.379	4.537	Baseado no preço	Preço	0%	300%
Detido para negociação	2.726	26	Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	9	651
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros	2.726					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor	1.499					
Designados ao justo valor através de resultados	—	4.512				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	154					
Títulos de capital	809	—	Abordagem de	Preço por valor do ativo	0%	100%
Detido para negociação	114	—		Valor da empresa/EBITDA	5	14
				Valor da empresa/receitas (múltiplo)	1	15
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor	695		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	9%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	—		Baseado no preço	Preço	0%	100%
Empréstimos	10.817	93	Baseado no preço	Preço	0%	123%
Detido para negociação	5.931	93	Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	100	1.621
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor	1.779					
Designados ao justo valor através de resultados	—	—		Taxa de recuperação	40%	84%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.107					
Compromissos de crédito	—	6	Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	226	954
				Taxa de recuperação	40%	84%
			Modelo de preços de	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2.208 ²	51 ³	Fluxo de caixa	IRR	7%	13%
				Taxa de recompra (pontos)	30	285
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	18.336	4.688				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total

² Outros ativos financeiros incluem 253 milhões de euros de outros ativos comerciais, 1,8 mil milhões de euros de outros ativos financeiros não comerciais obrigatórios pelo justo valor, e 123 milhões de euros de outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral.

³ Outros passivos financeiros incluem 51 milhões de euros de títulos vendidos com acordos de recompra designados ao justo valor.

						31 dez 2024
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	5.218	5.207	Fluxo de caixa	Taxa de swap (bps)	(4.176)	3.975
				Taxa de swap sobre a	0%	5%
				Taxa de incumprimento	0%	12%
				Taxa de pré-pagamento constante	4%	16%
			Modelo de preços de	Volatilidade da inflação	0%	6%
				Volatilidade das taxas de	0%	3%
				Correlação IR - IR	(10)	99%
				Correlação híbrida	(70)	55%
Derivados de crédito	510	562	Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	15	1.148
				Taxa de recuperação	0%	40%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	0%	0%
Derivados de ações	642	1.201	Modelo de preços de	Volatilidade de ações	2%	86%
				Volatilidade de índice	9%	27%
				Índice - correlação de	0%	0%
				Ação - correlação de ação	0%	0%
				Ações - contratos a prazo	0%	1%
				Índice - contratos a prazo	0%	1%
Derivados FX	995	1.470	Modelo de preços de	Volatilidade	(9)	33%
				Vol cotada	0%	0%
			Fluxo de caixa	Taxa de swap (bps)	(3)	100
Outros derivados	580	254 ¹	Fluxo de caixa	Spread de crédito (bps)	286	626
			Modelo de preços de	Volatilidade de índice	0%	160%
				Preço	17%	75%
				Correlação de matérias-	0%	87%
Total de instrumentos financeiros derivados	7.945	8.694				

¹ Inclui derivados que estão incorporados em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado incorporado é separado

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem exclusivamente a parâmetros não observáveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração de resultados consolidados.

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	38	113
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	1.574	1.535
Outros ativos detidos para negociação	(218)	(54)
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	93	57
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	—	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	—	(4)
Outros ativos financeiros ao justo valor	5	(3)
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	1.491	1.645
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	(1)	—
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(73)	(1.930)
Outros passivos detidos para negociação	(1)	—
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	124	(104)
Outros passivos financeiros ao justo valor	(123)	(102)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(75)	(2.135)
Total	1.416	(490)

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se existirem dados não observáveis significativos utilizados numa técnica de avaliação no reconhecimento inicial, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da negociação é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação durante o ano dos lucros à data de negociação diferidos devido a parâmetros significativos não observáveis para instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2025	2024
Saldo, início do exercício	691	577
Novas operações durante o período	513	343
Amortização	(223)	(141)
Operações vencidas	(71)	(53)
Transição subsequente para observabilidade ¹	(38)	(36) ²
Alterações das taxas de câmbio	(5)	1
Saldo, fim do exercício	866	691

¹ Isto inclui situações em que um input permanece não observável mas se tornou insignificante em relação ao lucro diferido da data de negociação em períodos subsequentes à data de negociação

² Durante o segundo trimestre de 2024, o Grupo aperfeiçoou a sua metodologia para o teste de significância de inputs não observáveis subsequentes à data de negociação. Isto resultou na libertação de 15 milhões de euros no segundo trimestre de 2024

14 — Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

Os instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos com base no justo valor. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço do Grupo ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores. As diferenças entre o valor contabilístico e o justo valor em 31 de dezembro de 2025 são coerentes com as alterações no ambiente das taxas de juro no período de referência.

Para os seguintes instrumentos financeiros que são predominantemente de curto prazo, o valor contabilístico representa uma estimativa razoável do justo valor:

Ativos	Passivo
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

Para todos os outros instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, são aplicadas as seguintes técnicas de avaliação:

- Nas carteiras de crédito a particulares com um grande número de empréstimos homogêneos (por exemplo, hipotecas residenciais), o justo valor é calculado para cada tipo de produto descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de empréstimo do Grupo para empréstimos a mutuários de qualidade de crédito semelhante, o que inclui o impacto do ambiente macroeconómico. Os principais dados para as hipotecas de retalho são a diferença entre as margens de produto históricas e atuais e as taxas de pagamento antecipado estimadas. As comissões de corretagem capitalizadas incluídas no valor contabilístico são também consideradas como sendo ao justo valor
- O justo valor da carteira de empréstimos a empresas é estimado predominantemente através do desconto do empréstimo até à sua maturidade, com base nos spreads de crédito específicos do empréstimo e nos custos de financiamento para o Grupo.
- Para a dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, o justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta os restantes fluxos de caixa contratuais a uma taxa à qual um instrumento com características similares é cotado no mercado.
- É geralmente utilizado um modelo de fluxos de caixa descontados para determinar o justo valor dos depósitos de longo prazo, uma vez que os dados de mercado não estão normalmente disponíveis. Além da curva de rendimentos, são também considerados os spreads de crédito do próprio Deutsche Bank. Os spreads de crédito das respetivas contrapartes não são utilizados na mensuração do justo valor dos passivos financeiros pelo custo amortizado.

Para estes instrumentos financeiros registados a custos amortizados, o justo valor divulgado é categorizado de acordo com a hierarquia de justo valor das IFRS (ou seja, Nível 1, Nível 2 e Nível 3), tal como descrito na Nota – "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor". Em geral, o Nível 1 inclui Caixa e saldos de bancos centrais; o Nível 2 inclui Saldos interbancários (sem bancos centrais), Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda, Títulos obtidos por empréstimo, Outros ativos financeiros, Depósitos, Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra, Títulos cedidos por empréstimo, Outros empréstimos de curto prazo, Outros passivos financeiros, Dívida de longo prazo e Títulos fiduciários preferenciais; e o Nível 3 inclui Empréstimos.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço¹

					31 dez 2025
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Cotação de preços em mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros não observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros não observáveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	164.659	164.659	164.659	—	—
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.962	6.962	—	6.962	—
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	37.509	37.535	—	37.535	—
Títulos obtidos por empréstimo	6	6	—	6	—
Empréstimos	472.620	466.128	—	13.175	452.954
Outros ativos financeiros	158.117	157.433	29.214	127.730	490
Passivos financeiros:					
Depósitos	691.828	694.445	1	694.445	—
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	4.177	4.173	—	4.173	—
Títulos cedidos por empréstimo	2	2	—	2	—
Outros empréstimos a curto prazo	18.204	18.211	—	18.211	—
Outros passivos financeiros	123.451	123.451	2.381	121.070	—
Dívida a longo prazo	114.754	115.463	—	113.663	1.800
Títulos fiduciários preferenciais	283	297	—	297	—

					31 dez 2024
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Cotação de preços em mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros não observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros não observáveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	147.494	147.494	147.494	—	—
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.160	6.160	—	6.160	—
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	40.803	40.923	—	40.923	—
Títulos obtidos por empréstimo	44	44	—	44	—
Empréstimos	478.921	470.058	—	13.338	456.720
Outros ativos financeiros	92.556	91.214	12.063	78.482	669
Passivos financeiros:					
Depósitos	666.261	667.609	2	667.607	—
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3.740	3.727	—	3.727	—
Títulos cedidos por empréstimo	2	2	—	2	—
Outros empréstimos a curto prazo	9.895	9.903	—	9.903	—
Outros passivos financeiros	79.371	79.371	2.237	77.134	—
Dívida a longo prazo	114.899	114.496	—	112.033	2.463
Títulos fiduciários preferenciais	287	273	—	273	—

¹ Os montantes são geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas”

Em 31 de dezembro de 2025, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico dos empréstimos deve-se principalmente às taxas de juro atuais das hipotecas de retalho de longa data na Alemanha, em comparação com a taxa contratual. A compensar parcialmente o montante escriturado de empréstimos encontravam-se os ajustamentos da contabilidade de cobertura macro ao abrigo da versão simplificada da IAS 39 da UE, que ascendiam a 5,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 5,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. O justo valor dos depósitos era superior ao respetivo valor contabilístico, uma vez que o valor contabilístico incluía ajustamentos negativos da contabilidade de cobertura macro ao abrigo da versão da IAS 39 da UE de 2,8 mil milhões de euros e 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente. No que diz respeito à dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é devida às alterações nas taxas de juro às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a taxa a que o instrumento foi emitido. Os valores escriturados incluídos na tabela não incluem quaisquer impactos de coberturas económicas.

15 — Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Títulos comprados com acordos de revenda	1.128	2.786
Títulos de dívida:		
Governo alemão	4.231	2.006
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	9.654	10.640
Governos locais (municipais) dos EUA	1.359	719
Outros governos estrangeiros	19.692	18.661
Empresas	201	189
Outros títulos garantidos por ativos	—	—
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	463	414
Outros títulos de dívida	2.484	1.607
Total de títulos de dívida	38.084	34.236
Empréstimos	4.432	5.068
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	43.644	42.090

16 — Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 43 associados e 8 entidades controladas conjuntamente em 31 de dezembro de 2025 (49 e 8, respetivamente, em 31 de Dezembro de 2024). Nenhum dos investimentos é considerado importante para o Grupo, com base no valor contabilístico do investimento ou no rendimento do Grupo da parte investida.

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	924	1.028
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	35	(4)
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	—	—
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	17	(1)
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	52	(5)

17 — Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 01, “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (master netting arrangement) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Ativos

	31 dez 2025						
	Montantes não compensados no balanço						
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros ¹	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	60.976	(24.458)	36.518	—	—	(36.518)	—
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	991	—	991	—	—	(858)	133
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	6	—	6	—	—	(6)	—
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	—	—	—	—	—	—	—
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	604.898	(261.162)	343.736	(182.259)	(34.836)	(118.239)	8.402
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	245.923	(13.223)	232.699	(180.485)	(34.807)	(9.221)	8.186
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	175.898	—	175.898	—	(1.112)	(4.223)	170.563
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	8.629	—	8.629	—	(991)	(659)	6.979
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²	780.796	(261.162)	519.635	(182.259)	(35.948)	(122.462)	178.965
Empréstimos pelo custo amortizado	472.620	—	472.620	—	(10.924)	(77.530)	384.167
Outros ativos	172.449	(4.977)	167.472	(26.084)	(101)	(33)	141.254
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	1.164	(44)	1.121	(766)	(99)	(33)	222
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.128	—	1.128	—	—	—	1.128
Restantes ativos não sujeitos a compensação	236.696	—	236.696	—	(293)	(1.908)	234.496
Total do ativo	1.725.663	(290.597)	1.435.067	(208.344)	(47.265)	(239.315)	940.143

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

² De acordo com a nota 12 “Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, a posição é predominantemente composta por títulos para negociação (ativos), títulos para negociação (passivos), títulos comprados e vendidos com acordos de revenda contabilizados pelo justo valor através dos resultados, bem como por valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados

Passivo

	31 dez 2025						
	Montantes não compensados no balanço						
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósitos	691.828	—	691.828	—	—	—	691.828
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos	26.665	(24.458)	2.207	—	—	(2.205)	2
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos	1.970	—	1.970	—	—	(5)	1.965
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	2	—	2	—	—	(2)	—
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	—	—	—	—	—	—	—
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	608.774	(261.178)	347.595	(182.905)	(24.050)	(85.185)	55.455
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	233.145	(13.722)	219.423	(181.060)	(24.050)	(1.737)	12.576
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	36.584	—	36.584	—	(502)	(969)	35.113
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	6.352	—	6.352	—	(502)	(85)	5.766
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados ¹	645.357	(261.178)	384.179	(182.905)	(24.552)	(86.154)	90.567
Outros passivos	142.673	(4.960)	137.713	(36.180)	(15)	(2)	101.516
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	251	(28)	223	(191)	(15)	(2)	15
Restantes passivos não sujeitos a compensação	136.965	—	136.965	—	—	—	136.965
Total do passivo	1.645.460	(290.597)	1.354.863	(219.085)	(24.567)	(88.368)	1.022.843

¹ De acordo com a nota 12 "Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", a posição é predominantemente composta por títulos para negociação (ativos), títulos para negociação (passivos), títulos comprados e vendidos com acordos de revenda contabilizados pelo justo valor através dos resultados, bem como por valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados

Ativos

	31 dez 2024						
	Montantes não compensados no balanço						
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros ¹	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	54.483	(14.429)	40.053	—	—	(39.831)	223
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	749	—	749	—	—	(749)	—
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	32	—	32	—	—	(32)	—
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	11	—	11	—	—	—	11
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	615.599	(232.657)	382.942	(231.198)	(33.729)	(108.134)	9.881
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	298.469	(16.116)	282.353	(229.560)	(33.689)	(9.392)	9.712
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	162.908	—	162.908	—	(1.303)	(6.993)	154.611
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	9.400	—	9.400	—	(1.188)	(1.344)	6.868
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²	778.507	(232.657)	545.849	(231.198)	(35.032)	(115.127)	164.492
Empréstimos pelo custo amortizado	478.921	—	478.921	—	(10.836)	(72.983)	395.102
Outros ativos	105.782	(4.574)	101.207	(24.794)	(52)	(30)	76.331
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	456	(73)	383	(255)	(52)	(30)	46
Restantes ativos sujeitos a compensação	2.786	—	2.786	—	—	—	2.786
Restantes ativos não sujeitos a compensação	217.567	—	217.567	—	(623)	(4.438)	212.506
Total do ativo	1.638.838	(251.661)	1.387.177	(255.993)	(46.543)	(233.190)	851.451

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

² De acordo com a nota 12 "Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", a posição é predominantemente composta por títulos para negociação (ativos), títulos para negociação (passivos), títulos comprados e vendidos com acordos de revenda contabilizados pelo justo valor através dos resultados, bem como por valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados

Passivo

31 dez 2024							
em milhões de euros	Montantes não compensados no balanço						
	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósitos	666.261	—	666.261	—	—	—	666.261
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos	16.819	(14.429)	2.390	—	—	(2.390)	—
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos	1.350	—	1.350	—	—	(123)	1.227
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	1	—	1	—	—	(1)	—
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	1	—	1	—	—	(1)	—
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	609.683	(232.669)	377.013	(230.459)	(23.677)	(66.495)	56.381
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	284.323	(16.600)	267.723	(228.704)	(23.677)	(2.458)	12.883
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	35.382	—	35.382	—	(607)	(3.332)	31.442
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	8.672	—	8.672	—	(607)	(142)	7.923
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados ¹	645.064	(232.669)	412.395	(230.459)	(24.285)	(69.828)	87.823
Outros passivos	100.193	(4.562)	95.631	(37.099)	(91)	(101)	58.339
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	1.727	(37)	1.690	(1.111)	(91)	(101)	387
Restantes passivos não sujeitos a compensação	129.716	—	129.716	—	(6)	—	129.711
Total do passivo	1.559.406	(251.661)	1.307.745	(267.559)	(24.382)	(72.444)	943.361

¹ De acordo com a nota 12 "Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", a posição é predominantemente composta por títulos para negociação (ativos), títulos para negociação (passivos), títulos comprados e vendidos com acordos de revenda contabilizados pelo justo valor através dos resultados, bem como por valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados

A coluna "Montantes brutos compensados no balanço" demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 01, "Políticas contábilísticas materiais e estimativas contábilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "Outros passivos" e "Outros ativos", respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

18 — Empréstimos

A carteira de empréstimos apresentada inclui empréstimos classificados ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral e empréstimos pelo justo valor através de resultados.

O quadro seguinte apresenta uma panorâmica da exposição do Grupo a empréstimos por setor de atividade, com base no código NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne) da contraparte. O NACE é um sistema europeu normalizado de classificação industrial.

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Agricultura, exploração florestal e pesca	348	336
Indústria mineira e de extração de minérios	3.634	4.342
Indústria	28.251	28.359
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	5.129	5.017
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	717	598
Construção	5.313	4.604
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	22.347	22.481
Transporte e armazenamento	4.716	5.347
Atividades de serviços de alojamento e restauração	3.674	2.749
Informação e comunicação	10.511	9.940
Atividades financeiras e de seguros	138.488	133.350
Atividades imobiliárias	47.153	51.535
Atividades profissionais, científicas e técnicas	10.497	6.623
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.171	9.496
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	8.152	6.235
Educação	325	313
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.907	4.170
Artes, entretenimento e atividades de lazer	881	840
Outras atividades de serviços	9.906	6.835
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	188.183	199.812
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	16	22
Créditos brutos	499.320	503.005
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	1.191	1.352
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	498.129	501.653
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	6.074	5.697
Total de créditos	492.054	495.955

19 — Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito consiste na provisão para ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através da OCI e compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias.

Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

	31 dez 2025				
	Provisão para perdas de crédito ¹				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ²	Total
Saldo, início do exercício	438	736	4.412	213	5.799
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(90)	178	1.663	9	1.760
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	119	(85)	(35)	N/S	—
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos ³	(63)	91	(155)	—	(127)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ⁴	—	—	(1.002)	—	(1.002)
Recuperação de montantes abatidos	—	—	164	—	164
Taxas de câmbio e outras alterações	18	(33)	(447)	25	(437)
Saldo, fim do período de relato	421	888	4.600	247	6.156
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ⁵	(34)	185	1.473	9	1.633

N/S – Não significativo

¹ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

² O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizados no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 74 milhões de euros em 2025 e de 0 milhões de euros em 2024

³ As alterações nos modelos refletem essencialmente a atualização do modelo LGD e alterações ao modelo SICR

⁴ Esta posição representa o reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁵ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

	31 dez 2024				
	Provisão para perdas de crédito ¹				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ²	Total
Saldo, início do exercício	447	680	3.960	198	5.285
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(150)	194	1.814	3	1.861
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	128	(128)	—	N/S	—
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(2)	(7)	—	—	(9)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ³	—	—	(1.229)	—	(1.229)
Recuperação de montantes abatidos	—	—	157	—	157
Taxas de câmbio e outras alterações	15	(3)	(290)	11	(267)
Saldo, fim do período de relato	438	736	4.412	213	5.799
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ⁴	(24)	59	1.814	3	1.852

N/S – Não significativo

¹ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

² O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizados no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2024 e de 0 milhões de euros em 2023

³ Esta posição representa o reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

	31 dez 2023				
	Provisão para perdas de crédito ¹				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ²	Total
Saldo, início do exercício	533	626	3.656	180	4.995
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(195)	294	1.647	32	1.778
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	170	(150)	(20)	N/S	—
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(57)	(53)	—	—	(110)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ³	—	—	(1.145)	(52)	(1.197)
Recuperação de montantes abatidos	—	—	93	—	93
Taxas de câmbio e outras alterações	(3)	(38)	(271)	38	(273)
Saldo, fim do período de relato	447	680	3.960	198	5.285
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ⁴	(83)	92	1.627	32	1.668

N/S – Não significativo

¹ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023

² O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizados no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2023 e de 46 milhões de euros em 2022

³ Esta posição representa o reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

Provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao justo valor através de OCI¹

	31 de dezembro de 2025				
	Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	12	22	14	—	48

¹ A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu em níveis muito baixos (38 milhões de euros a 31 de dezembro de 2024 e 48 milhões de euros a 31 de dezembro de 2025). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

	31 de dezembro de 2024				
	Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	12	16	10	—	38

¹ A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada em níveis muito baixos (48 milhões de euros a 31 de dezembro de 2023 e 38 milhões de euros a 31 de dezembro de 2024). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

	31 de dezembro de 2023				
	Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	13	13	22	—	48

¹ A provisão para perdas de crédito contra ativos financeiros ao justo valor através de OCI permaneceu praticamente inalterada em níveis muito baixos (69 milhões de euros a 31 de dezembro de 2022 e 48 milhões de euros a 31 de dezembro de 2023, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

31 dez 2025

em milhões de euros	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	106	82	173	—	361
Movimentos incluindo novos negócios	(12)	25	38	2	53
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	4	(2)	(2)	N/S	—
Alterações nos modelos	—	—	—	—	—
Taxas de câmbio e outras alterações	—	(8)	(13)	—	(21)
Saldo, fim do período de relato	98	96	196	2	393
dos quais: Garantias financeiras	55	47	81	—	184
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(8)	23	36	2	53

N/S – Não significativo

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 12 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025

31 dez 2024

em milhões de euros	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	117	88	187	—	393
Movimentos incluindo novos negócios	(22)	3	(19)	—	(38)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	10	(9)	—	N/S	—
Alterações nos modelos	—	—	—	—	—
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(1)	5	—	6
Saldo, fim do período de relato	106	82	173	—	361
dos quais: Garantias financeiras	67	49	99	—	214
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(13)	(6)	(20)	—	(38)

N/S – Não significativo

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024

31 dez 2023

em milhões de euros	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	144	97	310	—	551
Movimentos incluindo novos negócios	(39)	(3)	(118)	—	(160)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	11	(4)	(7)	N/S	—
Alterações nos modelos	—	—	—	—	—
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(2)	3	—	2
Saldo, fim do período de relato	117	88	187	—	393
dos quais: Garantias financeiras	84	37	113	—	233
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(28)	(7)	(125)	—	(160)

N/S – Não significativo

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023.

20 — Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 01, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os swaps de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	46.744	40.438
Acordos para empréstimo de títulos	10.344	8.313
Swaps de retorno total	20.248	14.013
Outros	1.503	2.523
Total de títulos para negociação	78.839	65.288
Outros ativos detidos para negociação	40	51
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	32	107
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11.198	5.134
Empréstimos pelo custo amortizado ¹	15	17
Outras	11.568	4.335
Total	101.693	74.931
Montante escriturado de passivos associados	91.380	66.654

¹ Outros empréstimos negociados em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contabilístico e um justo valor de 0 milhões de euros e 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente. Os passivos associados tinham o mesmo valor contabilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de 0 milhões de euros e 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente

O valor contabilístico de ativos transferidos para o Grupo tem um envolvimento contínuo

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Montante contabilístico dos ativos originais transferidos		
Títulos para negociação	1.016	1.073
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	—	—
Montante contabilístico dos ativos que continuam a ser reconhecidos		
Títulos para negociação	21	26
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	—	—
Montante escriturado de passivos associados	40	52

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com swaps de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Valor contabilístico	Justo valor	Máximo Exposição para a perda ¹	Quantia contabilístico	Justo valor	Máximo Exposição para a perda ¹
Empréstimos pelo custo amortizado						
Notas de titularização	479	459	459	441	397	397
Outros	—	—	—	—	—	—
Total de empréstimos pelo custo amortizado	479	459	459	441	397	397
Ativos financeiros detidos						
Notas de titularização	—	—	—	—	—	—
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à	—	—	—	—	—	—
Total de ativos financeiros detidos	—	—	—	—	—	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:						
Notas de titularização	532	466	466	669	560	560
Outros	—	—	—	—	—	—
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	532	466	466	669	560	560
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	1.011	925	925	1.110	957	957
Passivos financeiros detidos						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à	—	—	—	—	—	—
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	—	—	—	—	—	—

¹ A exposição máxima para a perda é definida como o valor contabilístico mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos

em milhões de euros	31 dez 2025			31 dez 2024		
	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	38	239	23	50	220	25
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	—	—	—	—	—	—
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	38	239	23	50	220	25

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas. Em 31 de dezembro de 2025, o banco tinha empréstimos titularizados de 7 mil milhões de euros e as obrigações próprias garantidas eram dadas como garantia em várias operações padronizadas de financiamento de títulos de mercado. Os empréstimos onerados abaixo incluem estes saldos.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes¹

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	70.166	58.749
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11.329	5.263
Empréstimos	37.996	41.758
Outros	12.216	4.462
Total	131.708	110.232

¹ Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora¹

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	67.159	55.310
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11.084	5.013
Empréstimos	3.063	4.618
Outros	11.569	2.904
Total	92.875	67.845

¹ Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	557.837	479.022
Dos quais:		
Garantia vendida ou repenhorada	431.792	366.245

21 — Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Ativos fixos tangíveis detidos (IAS 16)	Ativos de locação sob o direito de uso (IFRS 16)	Total
Custo da aquisição:							
Saldo em 1 de janeiro de 2024	441	2.393	3.078	461	6.374	6.507	12.881
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	(1)	—	—	(1)	—	(1)
Adições	1	128	107	293	528	145	673
Transferências	106	77	334	(394)	122	237	360
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	—	—	—	—	—	—	—
Alienações	—	199	281	1	482	156	638
Alterações das taxas de	(1)	33	59	1	93	115	208
Saldo em 31 de dezembro de 2024	547	2.431	3.298	360	6.636	6.848	13.484
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—	—	—	—	—	—
Adições	1	95	49	297	443	102	545
Transferências	20	52	367	(439)	(1)	355	355
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	—	—	(5)	—	(5)	—	(5)
Alienações	3	109	148	—	260	132	392
Alterações das taxas de	—	(88)	(132)	(3)	(223)	(254)	(477)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	564	2.381	3.429	215	6.590	6.920	13.510
Depreciação e imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2024	264	2.033	1.900	1	4.198	2.498	6.696
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	(1)	—	—	(1)	—	(1)
Depreciação	5	126	266	—	397	548	945
Perdas por imparidade	14	1	19	—	34	34	67
Reversão de perdas por imparidade	—	—	—	—	—	2	2
Transferências	104	20	1	1	126	—	126
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	—	—	—	—	—	—	—
Alienações	—	196	278	1	475	153	628
Alterações das taxas de	—	29	29	—	57	30	87
Saldo em 31 de dezembro de 2024	386	2.014	1.936	1	4.337	2.954	7.291
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—	—	—	—	—	—
Depreciação	8	123	265	—	397	511	908
Perdas por imparidade	—	—	2	—	2	7	9
Reversão de perdas por imparidade	—	—	—	—	—	6	6
Transferências	—	—	—	—	—	—	—
Reclassificações (para)/de “detidos para venda”	—	—	(3)	—	(3)	—	(3)
Alienações	3	108	132	—	244	131	375
Alterações das taxas de câmbio	—	(75)	(73)	—	(149)	(88)	(237)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	391	1.954	1.994	1	4.340	3.246	7.586

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Ativos fixos tangíveis detidos (IAS 16)	Ativos de locação sob o direito de uso (IFRS 16)	Total
Valor escriturado:							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	161	417	1.361	360	2.299	3.894	6.193
Saldo em 31 de dezembro de 2025	173	428	1.435	214	2.250	3.673	5.924

As despesas de depreciação, as perdas por imparidade e a reversão de perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registradas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor contabilístico de rubricas de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era inferior a 1 milhão de euros e de 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 1 milhão de euros no fim de 2025 e de 24 milhões de euros no fim de 2024.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático para os quais conta com ativos sob direito de uso. Durante 2025, os acréscimos a ativos sob direito de uso totalizaram 102 milhões de euros e refletiram em grande parte novas locações imobiliárias. Os encargos de amortização de 511 milhões de euros reconhecidos em 2025 resultaram principalmente do consumo previsto de ativos sob direito de uso para locações de propriedades durante os seus termos contratuais. O valor contabilístico de ativos sob direito de uso de 3,7 mil milhões de euros incluídos no total de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2025 representava predominantemente propriedades arrendadas de 3,7 mil milhões de euros e locações de veículos de 19 milhões de euros. Para obter mais informações sobre as propriedades arrendadas do Grupo e as divulgações associadas exigidas nos termos da IFRS 16, consulte a nota 22 "Locações".

22 — Locações

As divulgações do Grupo são na qualidade de locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis. O grupo aplicou o seu juízo na apresentação de informações relacionadas nos termos da IFRS 16, de uma forma que considera mais pertinente para uma compreensão do seu desempenho e da sua posição financeira.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático. O Grupo é locatário da maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de arrendamento de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação.

Em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024), o grupo registava ativos sob direito de uso no seu balanço com um valor contabilístico de 3,7 mil milhões de euros (3,9 mil milhões de euros), os quais estão incluídos em ativos fixos tangíveis. Os ativos sob direito de uso representaram predominantemente propriedades arrendadas de 3,7 mil milhões de euros (3,9 mil milhões de euros) e locações de veículos de 19 milhões de euros (19 milhões de euros). Para obter mais informações sobre o desenvolvimento desde o início do ano até à data relativo aos ativos sob direito de uso, consulte a Nota 21 "Ativos fixos tangíveis".

Correspondendo ao reconhecimento dos ativos sob direito de uso, em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024), o grupo registou passivos por locação no seu balanço com um valor contabilístico de 4,2 mil milhões de euros (4,5 mil milhões de euros), os quais estão incluídos em Outros passivos. Em 31 de dezembro de 2025, os passivos por locação incluíam o valor descontado de futuros pagamentos de rendas de 424 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O contrato de locação tem um prazo fixo até ao final de 2036, com opções para prolongar o contrato por dois períodos adicionais de cinco anos até ao final de 2046.

Durante 2025 e 2024, o custo de juros registados a partir da composição dos passivos por locação ascenderam a 128 milhões de euros e 127 milhões de euros, respetivamente. As maturidades contratuais para os fluxos de caixa não descontados destes passivos são apresentadas na Nota 31 "Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros".

As despesas reconhecidas em 2025 (2024) relativas a locações a curto prazo e locações de ativos de baixo valor, para as quais o grupo decidiu aplicar a isenção de reconhecimento nos termos da IFRS 16 (e, por conseguinte, não registar os ativos sob direito de uso e os passivos por locação correspondentes no balanço), ascenderam a 2 milhões de euros (2 milhões de euros) e menos de 1 milhão de euros em cada período, respetivamente.

As receitas registadas em 2025 (2024) provenientes da sublocação de ativos sob direito de uso totalizaram 19 milhões de euros (24 milhões de euros).

A saída de caixa total para as locações em 2025 (2024) foi de 622 milhões de euros (678 milhões de euros) e representou principalmente as despesas efetuadas para locações imobiliárias superiores a 613 milhões de euros (669 milhões de euros). Do montante total das saídas de caixa, foram efetuados pagamentos de 496 milhões de euros (552 milhões de euros) para a parte principal dos passivos por locação; os pagamentos de 125 milhões de euros (126 milhões de euros) foram efetuados para a parcela de juros.

As saídas de caixa futuras totais às quais o Grupo, enquanto locatário, está potencialmente exposto, que não se refletem na medição dos passivos da locação, incluem principalmente exposições potenciais ao pagamento decorrentes de opções de extensão (2025: 4,7 mil milhões de euros). As maturidades esperadas são apresentadas na tabela que se segue.

Saídas de caixa futuras às quais o grupo está potencialmente exposto que não se refletem na contabilização dos passivos por locação

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação:		
Até um ano	8	30
Entre um ano e cinco anos	379	470
Após cinco anos	4.322	4.230
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação	4.709	4.731

23 — Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de goodwill

As alterações do valor contábilístico de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC).

As atividades do Grupo estão organizadas de acordo com a seguinte estrutura divisional: Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management. As divisões são consideradas UGC.

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Activo Manage- escritório	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2024	—	—	—	2.849	2.849
Goodwill adquirido durante o exercício	—	—	—	—	—
Ajustamentos de contabilização da compra	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	—	—	—	—	—
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	—	—	—	—	—
Perdas por imparidade ¹	—	—	—	—	—
Alterações das taxas de câmbio/outras	—	—	—	114	114
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	—	—	2.963	2.963
Montante bruto do goodwill	643	4.418	3.737	3.477	12.275
Perdas por imparidade acumuladas	(643)	(4.418)	(3.737)	(515)	(9.313)
Saldo em 1 de janeiro de 2025	—	—	—	2.963	2.963
Goodwill adquirido durante o exercício	—	—	—	—	—
Ajustamentos de contabilização da compra	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	—	—	—	—	—
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	—	—	—	—	—
Perdas por imparidade ¹	—	—	—	—	—
Alterações das taxas de câmbio/outras	—	—	—	(227)	(227)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	—	—	—	2.735	2.735
Montante bruto do goodwill	590	3.967	3.717	3.208	11.482
Perdas por imparidade acumuladas	(590)	(3.967)	(3.717)	(473)	(8.746)

¹ As perdas por imparidade de goodwill são registradas como imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis na demonstração de resultados

Alterações de goodwill em 2025 e 2024 apenas incluíram variações cambiais de goodwill Asset Management detidas em divisas não do Grupo.

Após a aquisição da Numis Corporation Plc em 13 de outubro de 2023 (ver Nota 03), a alocação do preço de compra para a concentração de atividades empresariais resultou no reconhecimento do goodwill de 235 milhões de euros, que foi alocado à unidade geradora de caixa do Investment Bank. Dada a avaliação da unidade geradora de caixa do Investment Bank, com um déficit contínuo do seu valor recuperável em relação ao seu valor contábilístico, o goodwill foi considerado em imparidade e totalmente anulado no quarto trimestre de 2023, para um montante de 233 milhões de euros.

Teste de imparidade de goodwill

Para efeitos de teste de imparidade, o goodwill adquirido numa combinação de negócios é atribuído à unidade geradora de caixa apropriada, na base descrita na Nota 01 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas". As UGC principais do Grupo são as descritas acima. O goodwill do Asset Management é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável da UGC com o seu valor escriturado. Além disso, o Grupo testa o goodwill sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso. A UGC de Asset Management foi a única UGC com goodwill a ser objeto de um teste de imparidade anual em 2024 e 2025. Os testes de imparidade realizados na Asset Management nestes períodos não resultaram numa perda por imparidade, uma vez que os montantes recuperáveis da UGC Asset Management eram superiores aos respetivos montantes escriturados.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou de determinados riscos políticos ou globais para a indústria bancária, incertezas relativamente à implementação da regulação já adotada e a introdução de legislação já em discussão podem resultar numa imparidade de goodwill no futuro.

Valor escriturado

O valor contabilístico de uma unidade geradora de caixa principal é apurado usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 04, "Segmentos de negócio e informações conexas", para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1") que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado para um ajustamento adicional para goodwill atribuível a participações minoritárias.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas unidades geradoras de caixa principais com base na de maior valor em utilização e justo valor menos os custos de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado que reflete os detalhes específicos do negócio bancário e do seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, que são atribuídas às UGC primárias.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expectativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento para a unidade geradora de caixa de Asset Management a longo prazo constante de até 3.0% (2024: até 3.3%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são coerentes com fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto. No que respeita à unidade geradora de caixa de Asset Management, as taxas de desconto (após impostos) aplicadas para 2025 e 2024 foram de 9,9% e 10,4%, respetivamente.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Os principais pressupostos de gestão são:

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Asset Management	– Porta de entrada para a Europa: O objetivo é ser o principal ponto de contacto para os investidores que procuram oportunidades na Europa. Isto inclui a aceleração dos investimentos em infraestrutura para apoiar a transformação europeia, a expansão da oferta de crédito privado através de parcerias com o Corporate Bank e o Investment Bank, e o reforço da presença local em regiões estrategicamente relevantes.	– Desafio e incerteza contínua em torno do ambiente de mercado e volatilidade desfavorável às suas estratégias de investimento
	– Top 5 no Top 5: Tornar-se um dos cinco principais gestores de ativos estrangeiros nas cinco principais economias, reforçando a liderança do mercado na Alemanha, melhorando as parcerias estratégicas na China e iniciando colaborações com operadores locais na Índia para entrar no mercado.	– Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos
	– O futuro das finanças: Liderar a inovação e a rutura na gestão de ativos. Isto envolve o desenvolvimento de serviços de ativos digitais em torno de moedas estáveis e produtos em cadeia, estabelecendo um ecossistema orientado para a interface de programação de aplicações (API) para soluções de investimento incorporadas e tirando partido da IA para criar plataformas e ferramentas de dados avançadas para gestores de carteiras.	– Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, desempenho de investimento desfavorável, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado
		– Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas

Sensibilidades: Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). A gestão acredita que nenhuma alteração em pressupostos-chave razoavelmente possíveis pode causar perda por imparidade.

Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos							Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizado			Amortizado				Amortizado	
	Contratos de gestão de investimento do	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não	Ativos intangíveis relacionados com	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizado	Software	
Custo de aquisição/fabrico:									
Saldo em 1 de janeiro de 2024	1.046	440	1.486	1.456	70	854	2.380	11.288	15.154
Adições	—	—	—	2	—	8	10	1.407	1.417
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—	—	(49)	(1)	(1)	(51)	—	(51)
Alienações	—	—	—	—	—	31	31	121	152
Reclassificações de/(para) “detidos para venda”	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências	—	23	23	(40)	(35)	(28)	(103)	(3)	(83)
Alterações das taxas de	71	—	71	42	—	2	44	171	286
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.117	463	1.580	1.411	35	803	2.249	12.742	16.571
Adições	—	—	—	1	—	43	44	1.453	1.497
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alienações	—	—	—	109	20	42	170	12	182
Reclassificações de/(para) “detidos para venda”	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	1	—	2	4	—	3
Alterações das taxas de	(133)	—	(133)	(75)	—	(2)	(77)	(352)	(562)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	984	463	1.447	1.230	15	805	2.049	13.831	17.328
Amortização e imparidade acumuladas:									
Saldo em 1 de janeiro de 2024	330	439	769	1.399	70	690	2.159	7.749	10.676
Amortização do exercício	—	—	—	5	—	36	41	1.130	1.171 ¹
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—	—	(49)	(1)	(1)	(51)	—	(51)
Alienações	—	—	—	—	—	31	31	121	152
Reclassificações de/(para) “detidos para venda”	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Perdas por imparidade	—	—	—	—	—	—	—	29	29 ²
Reversão de perdas por imparidade	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências	—	23	23	(40)	(34)	(29)	(103)	(1)	(80)
Alterações das taxas de	22	—	22	40	—	—	40	130	192
Saldo em 31 de dezembro de 2024	353	461	814	1.356	35	664	2.055	8.917	11.785
Amortização do exercício	—	—	—	5	—	38	43	1.209	1.252 ³
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alienações	—	—	—	109	20	42	170	10	180
Reclassificações de/(para) “detidos para venda”	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Perdas por imparidade	—	—	—	—	—	—	—	16	16 ⁴
Reversão de perdas por imparidade	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Transferências	—	—	—	—	—	2	2	—	2
Alterações das taxas de	(42)	—	(42)	(72)	—	(2)	(74)	(257)	(373)

	Ativos intangíveis adquiridos							Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizado			Amortizado				Amortizado	
	Contratos de gestão de investimento do	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não	Ativos intangíveis relacionados com	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizado	Software	
em milhões de euros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025	311	461	772	1.181	15	661	1.856	9.874	12.502
Valor escriturado:									
Em 31 de dezembro de 2024	764	2	766	55	—	139	194	3.825	4.786
Em 31 de dezembro de 2025	673	1	675	49	—	144	193	3.957	4.825

¹ 1,2 mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas
² 29 milhões de euros foram compostos por imparidades de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas
³ 1,3 mil milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas
⁴ 16 milhões de euros foram compostos por imparidades de software de desenvolvimento próprio, registado em despesas gerais e administrativas

Ativos intangíveis amortizados

Em 2025, a amortização de ativos intangíveis aumentou num valor de 130 milhões de euros. Isto incluiu despesas de amortização de 1,3 mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (1,2 mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (16 milhões de euros). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,5 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais forte em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de (99) milhões de euros.

Em 2024, a amortização de ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 261 milhões de euros. Isto incluiu despesas de amortização de 1,2 mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (1,2 mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (29 milhões de euros). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,4 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais fraca em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 47 milhões de euros.

Em 2023, a amortização de ativos intangíveis aumentou num valor líquido de 330 milhões de euros. Isto incluiu despesas de amortização de 1,1 mil milhões de euros, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (1,1 mil milhões de euros) e imparidades do software da plataforma atual, bem como software em desenvolvimento (24 milhões de euros). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de 1,3 mil milhões de euros, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais forte em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de (19) milhões de euros.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em exercícios
Ativos intangíveis gerados internamente:	
Software	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 15
Outros	até 20

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a 673 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à unidade geradora de caixa da Asset Management. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à Asset Management o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis a um custo mínimo, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. em 2002.

O valor recuperável foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos, aplicando um plano de cinco anos, e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento do valor terminal. A taxa de desconto (custo de capital) aplicada no teste da imparidade anual foi de 9,8% em 2025 (10,2% em 2024). A taxa de crescimento do valor terminal aplicada para 2025 foi de 3,7% (em comparação com 3,7% em 2024). Qualquer movimento adverso nos principais pressupostos poderia levar a uma indicação de que o valor contabilístico pode estar com imparidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as respetivas análises de imparidade não resultaram numa perda por imparidade ou na reversão de uma perda por imparidade.

24 — Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Instalações e equipamentos	2	—
Outros ativos	33	31
Total de ativos classificados como detidos para venda	35	31
Total de passivos classificados como detidos para venda	—	—

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

Na divisão Investment Bank, uma carteira de ativos imobiliários detidos através de execução hipotecária foi classificada como ativos não correntes detidos para venda. A composição da carteira é dinâmica e é avaliada pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor menos os custos de venda e espera-se que seja vendida no prazo de um ano após a sua reclassificação.

25 — Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	46.634	42.179
Valores a receber de corretagem prime	6	5
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.116	979
Valores a receber de operações regular way não liquidadas	56.668	17.527
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	105.424	60.690
Títulos de dívida detidos para recolher	40.262	21.627
Juros acumulados a receber	4.542	4.575
Ativos detidos para venda	35	31
Ativos relacionados com a atividade de seguros	111	133
Outros	17.098	14.152
Total de outros ativos	167.472	101.207

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	52.369	49.133
Valores a pagar de corretagem prime	25	13
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.261	1.207
Valores a pagar de operações regular way não liquidadas	52.601	13.401
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	107.256	63.755
Juros acumulados a pagar	4.910	5.113
Passivos detidos para venda	—	—
Passivos por locação	4.193	4.488
Passivos relacionados com a atividade de seguros	97	121
Outros	21.256	22.153
Total de outros passivos	137.713	95.631

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 24, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”.

26 — Depósitos

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Depósitos à ordem não remunerados	171.541	176.510
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	231.564	197.306
Depósitos a prazo	201.626	203.756
Depósitos de poupança	87.097	88.689
Total de depósitos remunerados	520.287	489.751
Total de depósitos	691.828	666.261

27 — Provisões

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Risco operacional	Processos Contencioso	regulamentares regulamentar	Re-estruturação	Outros	Total ¹
Saldo em 1 de janeiro de 2024	40	1.124	129	333	421	2.047
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—	—	—	—	—
Novas provisões	6	2.201	84	149	312	2.751
Montantes utilizados	2	954	8	55	67	1.086
Montantes não utilizados revertidos	4	509	41	153	66	773
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	—	3	2	—	1	5
Transferências	—	30	—	—	(16)	13
Saldo em 31 de dezembro de 2024	40	1.895	166	273	584	2.958
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—	—	—	—	—
Novas provisões	37	293	84	36	196	646
Montantes utilizados	8	822	74	106	231	1.241
Montantes não utilizados revertidos	1	181	17	53	95	346
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	—	(4)	(7)	—	(12)	(24)
Transferências	—	11	—	—	—	11
Saldo em 31 de dezembro de 2025	66	1.192	152	151	442	2.004

¹ Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 19, “Provisão para perdas de crédito”, onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais

Classes de provisões

O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões de processos civis surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, “Reestruturação”.

Outras provisões incluem várias rubricas específicas resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas, provisões para taxas bancárias e pedidos de recompra de hipotecas.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade de perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 encontram-se apresentadas na tabela acima. Para algumas matérias em que o Grupo acredita que uma saída de fundos é provável, mas o Grupo não pode estimar com fiabilidade o montante da saída potencial, não foi reconhecida qualquer provisão.

Para as matérias para as quais uma estimativa fiável pode ser feita, mas a probabilidade de uma perda futura ou saída de recursos é mais do que remota, mas menos do que provável, o Grupo estima atualmente que, em 31 de dezembro de 2025, esses passivos contingentes são aproximadamente de 921 milhões de euros para matérias de contencioso civil (31 de dezembro de 2024: 0,6 mil milhões de euros) e 6 milhões de euros para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2024: 0,1 mil milhões de euros). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Se a melhor estimativa do Grupo estiver dentro de um intervalo, o montante no topo do intervalo está incluído no montante dos passivos contingentes.

Para outras matérias relevantes de contencioso civil e execução regulamentar, em que o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Adicionalmente, nos casos em que o Grupo considera remota a possibilidade de uma saída de fundos, o Grupo não registou uma provisão nem incluiu as matérias nas estimativas de passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incorrida quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem um argumento válido de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Apresentam-se de seguida descrições de litígios civis e questões de aplicação da regulamentação ou grupos de questões para os quais o Grupo constituiu provisões materiais, ou para os quais existem passivos contingentes materiais, ou para os quais existe a possibilidade de um risco comercial ou de reputação material, bem como outras questões significativas. Além disso, os assuntos semelhantes são agrupados e alguns assuntos são constituídos por vários processos ou ações. As matérias divulgadas também incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda. As matérias são apresentados por ordem alfabética da lista em inglês, com base nos títulos utilizados pelo Grupo para as mesmas.

Ordem de consentimento e acordo escrito com a Reserva Federal. Em 19 de julho de 2023, o Deutsche Bank, o Deutsche Bank AG New York Branch, a DB USA Corporation, a Deutsche Bank Trust Company Americas (DBTCA) e a DWS USA Corporation celebraram uma ordem de consentimento e um acordo escrito com a Reserva Federal, resolvendo discussões regulamentares anteriormente divulgadas relativas à adesão a ordens e acordos anteriores relacionados com sanções e embargos e cumprimento de AML, e acordos e obrigações de correção relacionados com questões de gestão de riscos. A ordem de consentimento alega uma implementação insuficiente e tardia das sanções e embargos pós-acordo e dos compromissos de reforço do controlo AML exigidos por ordens de consentimento anteriores que o banco celebrou com a Reserva Federal em 2015 e 2017. O acordo escrito alega várias deficiências na governação, gestão de riscos e controlos internos nas operações do banco nos EUA e considera que o banco deve continuar a implementar melhorias adicionais. A ordem de consentimento exigiu que o Deutsche Bank pague uma sanção pecuniária civil no valor de 186 milhões de dólares dos Estados Unidos, incluindo 140 milhões de dólares dos Estados Unidos pelas alegadas violações no que diz respeito às sanções e embargos pós-acordo e aos compromissos de reforço do controlo AML, bem como uma sanção separada no valor de 46 milhões de dólares dos Estados Unidos por práticas inseguras ou pouco sólidas decorrentes do tratamento pelo banco da sua antiga relação de correspondente bancário com o Danske Bank Estonia, que foi terminada em outubro de 2015. O acordo escrito não inclui uma sanção pecuniária civil. Tanto a ordem de consentimento como o acordo escrito incluem determinados compromissos de reparação e de apresentação de relatórios pós-acordo.

Investigações e litígios Cum-ex. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a transações de clientes Cum-ex. "Cum-ex" refere-se a atividades de negociação em ações alemãs em torno de datas de registo de dividendos (data de negociação anterior e data de liquidação posterior à data de registo dos dividendos) para obter créditos fiscais alemães ou restituições em relação à retenção na fonte cobrada sobre pagamentos de dividendos, incluindo estruturas de transações que resultaram na existência de mais do que um participante no mercado a reivindicar o mesmo pagamento de dividendos. As operações "cum-ex" são consideradas um crime de evasão fiscal pelos tribunais alemães. O Deutsche Bank está a cooperar com as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nestas matérias.

O Procurador do Ministério público de Colónia (*Staatsanwaltschaft Köln*, "CPP") tem vindo a realizar uma investigação criminal desde agosto de 2017 no que diz respeito a dois antigos colaboradores do Deutsche Bank em relação a transações Cum-ex de alguns antigos clientes do banco. Em outubro de 2022, o CPP realizou uma busca nos escritórios do Deutsche Bank em Frankfurt e Eschborn. Com base no mandado de busca, o CPP alargou o âmbito da investigação. São abrangidos pela investigação atuais e antigos colaboradores do Deutsche Bank e sete antigos membros do Conselho de Administração. Esta investigação encontra-se em curso e o âmbito da mesma pode ainda ser alargado. O Deutsche Bank é um potencial participante secundário nos termos do artigo 30.º da lei alemã sobre infrações administrativas no presente processo. Este processo poderá resultar numa redução dos lucros e em multas. O Deutsche Bank está a colaborar com o CPP.

Em maio de 2021, o Deutsche Bank tomou conhecimento através de um pedido de informação recebido pelo Deutsche Oppenheim Family Office AG (DOAG) como sucessor legal de Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA (Sal. Oppenheim) que o CPP em 2021 abriu um processo de investigação criminal em relação a transações cum-ex contra antigo pessoal desconhecido de Sal. Oppenheim. O DOAG forneceu as informações solicitadas.

Em julho de 2023, o Deutsche Bank, na qualidade de sucessor legal do Deutsche Postbank AG, foi informado pelo CPP de que este tinha aberto uma nova investigação criminal separada contra pessoal não identificado do antigo Deutsche Postbank AG.

O Deutsche Bank agiu na sua qualidade de participante e apresentou pedidos de reembolso de impostos através do procedimento de reembolso eletrónico (Elektronisches Datenträgerverfahren) em nome, inter alia, de dois antigos clientes de custódia em ligação com as respetivas transações Cum-ex. Em fevereiro de 2018, o Deutsche Bank recebeu da Administração Federal Alemã (Bundeszentralamt für Steuern, "FTO") um pedido de cerca de 49 milhões de euros para as restituições fiscais pagas a um cliente de custódia anterior. O Deutsche Bank espera receber um aviso formal no mesmo montante. Em dezembro de 2019, o Deutsche Bank recebeu uma notificação de incumprimento do FTO, solicitando o pagamento de 2 milhões de euros em relação a pedidos de reembolso de impostos que o Deutsche Bank tinha apresentado em nome de outro antigo cliente de custódia, que o Deutsche Bank pagou no início de 2020. Em julho de 2022, o Deutsche Bank apresentou uma ação contra este pagamento junto do Tribunal Fiscal de Colónia (*Finanzgericht Köln*).

Em 2018, o Banco de Nova Iorque Mellon SA/NV ("BNY") informou o Deutsche Bank da sua intenção de solicitar uma indemnização por potencial responsabilidade por impostos associados "cum-ex" incorridos pelo BHF Asset Service GmbH (BAS) e/ou pelo Frankfurter Service Kapitalanlage-GmbH ("Service KAG", agora designado BNY Mellon Service Kapitalanlage-Gesellschaft mbH). O Deutsche Bank tinha adquirido o BAS e o Service KAG no âmbito da aquisição da Sal. Oppenheim em 2010 e vendeu-as ao BNY no final desse ano. O BNY estimou que a potencial dívida fiscal ascenderia a 120 milhões de euros (excluindo juros de 6% p.a.). No final de 2020, o consultor do BNY informou o Deutsche Bank de que o BNY e/ou a Service KAG (entre outras) receberam avisos das autoridades fiscais no montante estimado no que diz respeito às negociações "cum-ex" relacionadas por determinados fundos de investimento em 2009 e 2010. A BNY apresentou objeções contra os avisos. Após a receção de ordens de pagamento das autoridades fiscais no montante de 118 milhões de euros em relação a fundos de investimento e após consulta com o Deutsche Bank, o BNY pagou 47 milhões de euros às autoridades fiscais. Outros 72 milhões de euros foram pagos por outras partes alegadamente responsáveis (incluindo o Deutsche Bank, no que respeita a um dos fundos de investimento, referido mais adiante). No final de dezembro de 2025, o BNY e o Deutsche Bank acordaram em resolver o pedido de indemnização acima descrito. Além disso, o BNY recebeu da Repartição de Finanças de Frankfurt, relativamente a um dos fundos de investimento, uma notificação e um pedido de pagamento de juros de mora (Hinterziehungszinsen) no montante de 12 milhões de euros. O BNY, após consulta do Deutsche Bank, solicitou uma suspensão da execução (Aussetzung der Vollziehung) relativamente ao pedido de pagamento, que foi concedida pelo Tribunal Fiscal de Hesse (Hessisches Finanzgericht) a 31 de outubro de 2024.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Em dezembro de 2023 e abril de 2024, o Deutsche Bank recebeu cartas de audição do FTO relativamente a três fundos de investimento de terceiros que efetuaram operações "cum-ex" em 2009. O Deutsche Bank prestou serviços e financiamento aos investidores dos fundos. Os fundos receberam um total de 147 milhões de euros em reembolsos de impostos retidos na fonte em 2009. Em junho e julho de 2024, o Deutsche Bank recebeu duas notificações de responsabilidade fiscal (Haftungsbescheide) do FTO num montante agregado de 85 milhões de euros relativamente a dois dos fundos. O Deutsche Bank apresentou objeções (Einsprüche) e requereu a suspensão da execução (Aussetzung der Vollziehung) relativamente às notificações. A suspensão da execução foi concedida em julho de 2024. Em agosto/setembro de 2025, o Deutsche Bank pagou 29 milhões de euros ao FTO relativamente às duas notificações de dívidas fiscais e retirou as objeções. O restante foi pago por outros prestadores de serviços aos fundos de investimento.

Questões de taxas interbancárias e de negociantes. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.* O Deutsche Bank respondeu a pedidos de informação de, cooperou com e celebrou acordos com diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias e/ou de negociantes oferecidas.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Processos civis. O Deutsche Bank é parte numa ação civil ainda em curso nos EUA relativa a alegadas manipulações relacionadas com a fixação da LIBOR em dólares dos Estados Unidos, bem como numa ação pendente na Argentina. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

As ações judiciais nos Estados Unidos foram intentadas contra o Deutsche Bank e vários outros arguidos em nome de partes que alegam perdas resultantes de manipulação relacionada com a fixação da LIBOR em dólares americanos. Os pedidos de indemnização na ação judicial nos EUA foram apresentados ao abrigo de várias teorias jurídicas, incluindo violações de leis federais e estatais antitrust e outras.

A restante ação judicial dos Estados Unidos relativa à LIBOR em dólares dos Estados Unidos está a ser coordenada como parte de um litígio multidistrital (o "MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos") no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque. No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e março de 2019 que reduziram as queixas, os queixosos do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão atualmente a apresentar queixas *antitrust* e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas antitrust e a permitir que outras avançassem. Vários queixosos interpuseram recurso dessa decisão. Em dezembro de 2021, o tribunal de segunda instância confirmou a decisão do tribunal distrital sobre os fundamentos da defesa da concorrência, mas inverteu a decisão do tribunal por motivos de jurisdição pessoal, e remeteu os casos para o tribunal distrital para novos procedimentos. Em março de 2022, os demandados (incluindo o Deutsche Bank) apresentaram uma petição para um mandado de certiorari ao Supremo Tribunal dos EUA para rever a decisão do Tribunal de Recurso. O Supremo Tribunal dos EUA negou a petição dos demandados em junho de 2022.

Em outubro de 2024, os arguidos, incluindo o Deutsche Bank, apresentaram uma moção para um julgamento sumário no âmbito do processo MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Em setembro de 2025, o tribunal distrital deferiu a moção dos arguidos para julgamento sumário e indeferiu todas as restantes reivindicações dos queixosos. Os queixosos apresentaram as respetivas petições de recurso em outubro de 2025.

Em agosto de 2020, os queixosos apresentaram uma ação não coletiva no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Norte da Califórnia contra várias instituições financeiras, alegando que a LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi suprimida através do presente. Em outubro de 2023, o tribunal deferiu a moção dos réus para indeferir a queixa alterada dos queixosos. Os queixosos recorreram. Em dezembro de 2024, o Tribunal de Segunda Instância dos Estados Unidos para o Nono Circuito confirmou a decisão do tribunal distrital que indeferiu a queixa. Em janeiro de 2025, o Tribunal de Segunda Instância dos Estados Unidos para o Nono Circuito negou a petição de reapreciação dos queixosos e, em abril, os queixosos apresentaram uma petição de certiorari para que o Supremo Tribunal dos Estados Unidos apreciasse o seu recurso, que o Supremo Tribunal dos Estados Unidos negou no final de junho de 2025.

Existiam outras ações civis no Reino Unido e nos Estados Unidos relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos intentada pela U.S. Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), que atua como liquidatária de até 20 instituições financeiras falidas sediadas nos EUA, na qual foi apresentado um pedido de indemnização nos termos da legislação da UE, do Reino Unido e dos EUA. Em abril de 2025, o Deutsche Bank chegou a acordo em relação às ações civis intentadas pela FDIC no Reino Unido e nos EUA no valor de 20 milhões de dólares dos Estados Unidos.

Na Argentina, foi apresentada uma nova ação coletiva relativa à LIBOR, solicitando indemnizações por perdas alegadamente sofridas pelos detentores de obrigações argentinas com taxas de juro baseadas na LIBOR. Em agosto de 2024, o tribunal aceitou que o queixoso desistisse das suas reivindicações contra o Deutsche Bank e alguns outros arguidos, mas a ação continua pendente contra um arguido.

Questões relacionadas com Jeffrey Epstein. Desde a detenção de Jeffrey Epstein em julho de 2019, o Deutsche Bank forneceu informações a várias agências reguladoras e de aplicação da lei e continua a cooperar com o Congresso dos EUA relativamente à antiga relação de cliente do banco com Epstein (individualmente e através de partes e entidades relacionadas). O banco celebrou anteriormente acordos para resolver determinadas questões regulamentares e de contencioso. Não existem atualmente litígios relacionados com as vítimas do Epstein pendentes contra o banco. Recentemente, o Departamento de Justiça dos EUA divulgou publicamente informações que recebeu anteriormente do banco e de outras fontes, em conformidade com a Lei de Transparência dos Ficheiros Epstein.

Monte Dei Paschi. Seis antigos colaboradores apresentaram processos civis por alegados danos causados pelo processo penal italiano contra eles. Os seis antigos colaboradores foram condenados, em novembro de 2019, pelo Tribunal de Primeira Instância de Milão cumplicidade na contabilidade falsa e na manipulação do mercado em relação a operações de reporte que o Deutsche Bank tinha celebrado com o Banca Monte dei Paschi di Siena (MPS) e uma filial do MPS em 2008. Os indivíduos foram condenados a penas de 3 anos e 6 meses ou 4 anos e 8 meses. O Deutsche Bank foi considerado responsável nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001 e o tribunal ordenou a apreensão de alegados lucros no valor de 64,9 milhões de euros e uma coima de 3 milhões de euros. Na sequência de recursos interpostos pelo Deutsche Bank e pelos seis indivíduos, em 2022, o Tribunal de Segunda Instância de Milão absolveu todos os arguidos do Deutsche Bank de todas as acusações. Estas absolvições foram confirmadas pelo Supremo Tribunal de Itália em outubro de 2023.

No segundo trimestre de 2024, um dos antigos colaboradores apresentou e notificou uma ação contra o Deutsche Bank nos tribunais alemães, pedindo uma indenização de aproximadamente 152 milhões de euros por alegados danos causados à sua carreira pelo processo penal italiano e pela condenação em primeira instância. Quatro outros antigos colaboradores apresentaram queixas nos tribunais ingleses em 30 de setembro de 2025. Os pedidos foram notificados a entidades do Deutsche Bank no Reino Unido em janeiro de 2026, mas até à data não foram notificados a duas entidades do Deutsche Bank sediadas em Jersey. Os quatro antigos colaboradores pedem uma indenização de mais de 600 milhões de libras esterlinas, com base no mesmo pedido do primeiro colaborador, por alegados danos causados às suas carreiras pelo processo penal italiano e pela condenação em primeira instância. O Deutsche Bank considera que todas estas alegações não têm mérito e defender-se-á delas com firmeza, incluindo a contestação de alegadas perdas inflacionadas e irrealistas.

Um outro antigo colaborador tinha apresentado uma queixa nos tribunais ingleses em 30 de setembro de 2025 com a mesma base que os outros 5 queixosos, bem como com base em outras queixas específicas, mas as partes resolveram agora, numa base confidencial, todas as queixas e alegações que o colaborador tinha feito anteriormente contra o Deutsche Bank e o seu pessoal.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. *Emitente e tomador do processo civil.* O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS) e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospectos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank é réu numa ação relacionada com ofertas de RMBS interposta pela FDIC dos EUA como recetador do Citizens National Bank e do Strategic Capital Bank (alegando um montante não especificado em indenização contra todos os réus). Nesta ação, as queixas readmitidas do tribunal de recurso anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição e petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas. Em maio de 2022, o FDIC indeferiu voluntariamente a sua reclamação em relação a uma das ofertas do RMBS e o Deutsche Bank apresentou uma moção para julgamento sumário solicitando o indeferimento da restante reclamação. Em 9 de fevereiro de 2026, o tribunal deferiu a moção do Deutsche Bank para julgamento sumário e indeferiu o restante pedido na sua totalidade. Qualquer recurso da FDIC deve ser apresentado até 13 de abril de 2026.

O Deutsche Bank resolveu casos relativos a dois trusts RMBS apresentados inicialmente por investidores do RMBS e posteriormente pelo HSBC, como mandatário, no tribunal do estado de Nova Iorque. Os processos alegam violações do alegado dever do Deutsche Bank de notificar o administrador de violações de declarações e garantias ao nível dos empréstimos nas ofertas do RMBS ACE Securities Corp. 2006-FM1 e ACE Securities Corp. 2007-ASAP1, respetivamente. Os acordos foram concluídos e os processos foram voluntariamente encerrados com prejuízo em dezembro de 2025.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

Processos civis do mandatário. As subsidiárias norte-americanas do Deutsche Bank, Deutsche Bank National Trust Company (DBNTC) e DBTCA (coletivamente, os "Fiduciários"), são réis em dois processos civis distintos e a DBNTC é ré num terceiro processo civil, intentado por investidores relativamente ao papel dos Fiduciários como administradores fiduciários de determinados fundos fiduciários do RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte das Mandatárias de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts.

Os três processos incluem ações intentadas (i) pelo National Credit Union Administration Board (NCUA), na qualidade de investidor em 18 fundos fiduciários que alegadamente sofreram perdas totais de garantias realizadas superiores a 3,7 milhões de dólares dos Estados Unidos; (ii) pelo Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 fundos fiduciários do RMBS, alegando perdas de centenas de milhões de dólares; e (iii) pela IKB International, S.A. em liquidação e pela IKB Deutsche Industriebank A.G. (coletivamente, "IKB"), como investidor em 12 trusts RMBS, em que a IKB procurava originalmente obter mais de 268 milhões de dólares dos Estados Unidos em danos antes de a IKB encerrar voluntariamente as suas reivindicações relativamente a determinados fundos fiduciários e certificados do RMBS. No processo da NCUA, na sequência de moções de indeferimento e de julgamento sumário, o tribunal indeferiu as ações de responsabilidade civil da NCUA relativamente a todos os fundos fiduciários e as suas ações de violação de contrato relativamente a determinados fundos fiduciários. No processo do Commerzbank, na sequência de moções de indeferimento e de julgamento sumário, o tribunal indeferiu as ações de responsabilidade civil do Commerzbank relativamente a todos os fundos fiduciários e as suas ações de violação de contrato relativamente a determinados fundos fiduciários. Está pendente no tribunal uma segunda ronda de instrução do julgamento sumário e o processo foi suspenso. No processo da IKB, na sequência de moções de indeferimento (incluindo uma apreciação do recurso) e de julgamento sumário, o tribunal indeferiu as ações de responsabilidade civil da IKB relativamente a todos os fundos fiduciários e as suas ações de violação de contrato relativamente a determinados fundos fiduciários. Todas as partes apresentaram notificações de recurso relativamente à decisão de julgamento sumário do tribunal e o processo foi suspenso até à resolução dos recursos.

O Grupo estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente a algumas destas questões, mas não divulgou o montante porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

1MDB. Em 2021, o 1Malaysia Development Berhad (1MDB) intentou uma ação nos tribunais da Malásia contra o Deutsche Bank Malaysia Berhad (DBMB) relativamente a três transferências eletrónicas efetuadas pelo DBMB em nome do 1MDB em 2009 e 2011. O 1MDB reclama uma indemnização no montante de 1,1 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (que representa o montante total das transações), excluindo os juros reclamados a partir da data dessas transferências eletrónicas, que podem ser significativos devido ao longo período decorrido desde essas transações. Numa audiência realizada em 11 de julho de 2025, o Tribunal recusou o pedido da DBMB de indeferimento sumário com base na prescrição, decidindo que a questão exige um julgamento completo que está atualmente agendado para outubro e dezembro de 2026. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o resultado deste processo.

Matérias hipotecárias polacas. A partir de 2016, alguns clientes do Deutsche Bank Polska S.A. contactaram o Deutsche Bank Polska S.A., alegando que os seus contratos de empréstimo hipotecário em moeda estrangeira incluíam cláusulas injustas e eram inválidos. Estes clientes exigiram o reembolso dos alegados pagamentos excessivos ao abrigo desses acordos, num total de mais de 1,1 mil milhões de euros, tendo sido intentadas mais de 8.791 ações cíveis nos tribunais polacos até 31 de dezembro de 2025. Estes casos são um problema que afeta todo o setor na Polónia e outros bancos enfrentam reclamações semelhantes. O Deutsche Bank Polska S.A. tomou e irá tomar as ações judiciais necessárias para se defender e contestar tais reclamações nos tribunais.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a provisão total da carteira para processos hipotecários em francos suíços e euros foi de 736 milhões de euros, em comparação com 895 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, em resultado de 88 milhões de euros de provisões adicionais mais do que compensadas por reduções que refletem os pagamentos ao abrigo de decisões judiciais e acordos com os requerentes.

Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank. Em setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG ("Postbank"). Em 7 de outubro de 2010, o Deutsche Bank publicou a sua oferta oficial de aquisição e ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de 25 euros por cada ação do Postbank. Esta oferta foi aceite num total de, aproximadamente, 48,2 milhões de ações do Postbank.

Vários antigos acionistas do Postbank que tinham aceite a oferta de aquisição apresentaram queixas contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo. Os queixosos alegam que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009. Com base nisso, os queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank pelas ações do Postbank devia ser aumentada para 57,25 euros por ação. Alguns queixosos apresentaram queixas com base numa contrapartida alegadamente adequada de 64,25 euros por ação.

Os pedidos de pagamento contra o Deutsche Bank em relação a estas questões ascendiam inicialmente a cerca de 700 milhões de euros (excluindo os juros, que foram significativos devido à longa duração dos processos).

No final de abril de 2024, o Tribunal Regional Superior de Colónia indicou, numa audiência, que poderia considerar estas reivindicações válidas numa decisão posterior. Consequentemente, o Deutsche Bank reconheceu uma provisão de 1,3 mil milhões

de euros no segundo trimestre de 2024 para fazer face ao montante de todos os créditos pendentes e juros acumulados. No terceiro e quarto trimestres de 2024, o Deutsche Bank chegou a acordos que incluíam a resolução de um dos dois processos principais.

Em 23 de outubro de 2024, o Tribunal Regional Superior de Colónia proferiu o seu acórdão no processo principal remanescente e julgou totalmente procedentes os pedidos dos queixosos. O tribunal não concedeu uma nova licença para recorrer para o Tribunal Federal de Justiça (BGH). Em 19 de novembro de 2024, o Deutsche Bank apresentou uma queixa contra o indeferimento da autorização de recurso junto do BGH.

No segundo trimestre de 2025, o Deutsche Bank celebrou novos acordos de resolução. Incluindo os acordos de resolução concluídos em 2024, o Deutsche Bank já chegou a acordos com 90% das reivindicações dos queixosos por valor no litígio (calculado com base nas participações afirmadas), o que resultou numa libertação parcial da provisão original no segundo trimestre de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, os créditos residuais dos queixosos no valor de 112 milhões de euros (incluindo juros) estão totalmente provisionados.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode influenciar dois processos de avaliação pendentes (*Spruchverfahren*). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário de 35,05 euros paga no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida de 25,18 euros e a remuneração anual de 1,66 euros paga no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (*Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag*) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012. A remuneração de 25,18 euros no âmbito do acordo de domínio e de transferência de resultados foi aceite para cerca de 0,5 milhões de ações do Postbank. A remuneração de 35,05 euros paga no âmbito do afastamento de acionistas em 2015 foi relevante para cerca de 7 milhões de ações do Postbank.

Os participantes nos processos de avaliação pretendem uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de pelo menos 57,25 euros, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. O tribunal regional de Colónia tinha inicialmente seguido este parecer jurídico dos requerentes em duas resoluções. Numa decisão datada de junho de 2019, o tribunal regional de Colónia rejeitou expressamente este parecer jurídico no âmbito do processo de apreciação em relação à execução de um acordo de domínio e de transferência de resultados. De acordo com a presente decisão, a questão de saber se o Deutsche Bank foi obrigado a fazer uma oferta obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua oferta de aquisição voluntária em 2010 não será relevante para determinar a compensação pecuniária adequada. O banco espera que o tribunal regional de Colónia adote a mesma posição jurídica no processo de apreciação no âmbito do processo de liquidação.

Em 1 de outubro de 2020, o Tribunal Regional de Colônia proferiu uma decisão no processo de avaliação relativo ao acordo de dominação e transferência de lucros e perdas (datado de 5 de dezembro de 2012), segundo a qual a remuneração anual nos termos do artigo 304.º da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs (jährliche Ausgleichszahlung) será aumentado em 0,12 euros para 1,78 euros por ação do Postbank e o montante de liquidação nos termos do artigo 305.º da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs (Abfindungsbetrag) será aumentado em 4,56 euros para 29,74 euros por ação do Postbank. O aumento do montante de liquidação é relevante para cerca de 0,5 milhões de ações antigas do Postbank, ao passo que o aumento da compensação anual é relevante para cerca de 7 milhões de ações antigas do Postbank. O Deutsche Bank, bem como os requerentes, interpelaram esta decisão. Em 11 de dezembro de 2025, o Tribunal Regional Superior de Düsseldorf (HRC) emitiu uma ordem indicativa ("Hinweisbeschluss") no processo de avaliação relativo ao acordo de domínio e de transferência de resultados celebrado em 2012. O CDH rejeitou o argumento dos requerentes de que a indemnização inicialmente paga de 25,18 euros por ação deveria ser aumentada para o preço de oferta alegadamente adequado no âmbito da oferta pública de aquisição de 2010 (de, pelo menos, 57,25 euros por ação). Além disso, o CDH indicou que iria solicitar um novo relatório de peritos sobre aspetos específicos da avaliação e apresentou uma proposta de acordo que é inferior à indemnização fixada pelo acórdão do Tribunal Regional de Colônia (proposta de indemnização de 28,00 euros em vez de 29,74 euros por ação, segundo o acórdão do Tribunal Regional de Colônia). Em janeiro de 2026, o banco deu o seu consentimento à proposta de acordo da HRC, mas nem todos os requerentes deram o seu consentimento, como era necessário para chegar a um acordo que pusesse termo ao processo de avaliação. Por conseguinte, o CDH deliberou a nomeação de um novo perito independente em 4 de fevereiro de 2026. Foi solicitado ao perito que apresentasse um parecer complementar sobre os restantes aspetos da avaliação identificados pelo CDH. O CDH deu ainda instruções ao perito para preparar um cálculo revisto da compensação anual adequada com base no parecer de avaliação suplementar.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente aos processos de avaliação, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Contencioso RusChemAlliance. Em junho de 2023, a RusChemAlliance LLC ("RCA"), uma joint venture russa da Gazprom PJSC e da RusGasDobycha JSC, apresentou uma queixa contra o Deutsche Bank num tribunal de comércio estadual em São Petersburgo, solicitando o pagamento de aproximadamente 238 milhões de euros mais juros ao abrigo de uma garantia de adiantamento ("APG") emitida pelo Deutsche Bank em 2021 a pedido de um dos seus clientes. O pedido de pagamento da RCA ao abrigo da APG foi rejeitado pelo Deutsche Bank devido à imposição de sanções da UE contra a Rússia. No final de maio de 2024, o tribunal russo deferiu na íntegra o pedido de pagamento da RCA e o pedido de medidas provisórias da RCA, através do qual foi congelado um montante correspondente na filial russa do Deutsche Bank, uma vez que os tribunais russos não reconhecem a aplicabilidade das sanções da UE. Os recursos do Deutsche Bank contra esta decisão foram indeferidos em setembro de 2024 e janeiro de 2025, respetivamente.

Em outubro de 2024, a pedido da RCA, o tribunal russo concedeu uma injunção anti-suit ("ASI") contra o Deutsche Bank, proibindo-o de prosseguir qualquer processo judicial fora da Rússia relacionado com esta questão ou de executar quaisquer sentenças ou ordens concedidas por um tribunal fora da Rússia, sob a ameaça de uma sanção judicial de 240 milhões de euros em caso de incumprimento da ASI. O Deutsche Bank deu cumprimento à ordem da ASI em novembro de 2024. O recurso do Deutsche Bank contra a decisão da ASI foi indeferido em janeiro de 2025. Um outro recurso apresentado ao Supremo Tribunal russo foi igualmente rejeitado.

O Deutsche Bank reconheceu inicialmente uma provisão no montante de 260 milhões de euros e um ativo de reembolso correspondente ao abrigo de um acordo de indemnização em 2023. A provisão foi assim compensada pelo ativo de reembolso. Em novembro de 2024, a RCA executou o seu crédito de pagamento no montante de 244 milhões de euros incluindo juros a pagar contra ativos do Deutsche Bank mantidos na Rússia. Após a execução pela RCA, que estava coberta pela provisão, os desenvolvimentos subsequentes levaram a um desreconhecimento do ativo de indemnização. O Deutsche Bank mantém a opinião de que possui um pedido de indemnização válido e está a defender a sua posição em tribunal.

Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA). O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank colaborou nessas investigações.

O Deutsche Bank e a Deutsche Bank Securities Inc., a principal subsidiária de corretagem do banco nos Estados Unidos (DBSI), foram citados como arguidos numa ação coletiva putativa apresentada em junho de 2023 no Tribunal Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque por alegados participantes diretos no mercado, que alegam uma violação da lei antitrust dos Estados Unidos relacionada com a alegada manipulação do mercado de negociação secundário de obrigações soberanas do Reino Unido. A queixa pede danos triplos e honorários advocatícios. Em setembro de 2024, o Tribunal deferiu a moção do Deutsche Bank e da DBSI para indeferir a queixa por falta de apresentação de uma queixa. Em julho de 2025, os queixosos apresentaram uma queixa alterada, que adicionava mais dois queixosos nomeados e incluía queixas de alegados compradores de futuros de obrigações soberanas do Reino Unido ou de opções de contratos de futuros. O Deutsche Bank e a DBSI apresentaram uma moção para rejeitar a queixa alterada em 9 de setembro de 2025, que está agora pendente de uma decisão do Tribunal.

O Deutsche Bank foi constituído em uma ação coletiva putativa consolidada apresentada no tribunal distrital dos EUA do distrito sul de Nova Iorque, alegando violações da lei "antitrust" dos EUA e uma queixa por enriquecimento sem causa relacionado com a negociação de obrigações do governo mexicano. A moção dos réus para rejeitar a queixa alterada consolidada dos queixosos foi concedida sem prejuízo. Os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, nomeando apenas os arguidos sediados no México, que também foi rejeitada sem prejuízo. Os queixosos recorreram para a Segunda Instância e, em fevereiro de 2024, o indeferimento da queixa foi anulado. Os queixosos apresentaram uma outra alteração à queixa em junho de 2024. Os arguidos apresentaram uma moção de rejeição em julho de 2024, que o Tribunal recusou em janeiro de 2025. O caso encontra-se agora em fase de instrução.

O Grupo não divulgou se estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente às matérias acima referidas pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Litígios de spoofing de tesouraria dos Estados Unidos. Cinco ações coletivas putativas distintas foram intentadas no Tribunal Distrital do Illinois contra o Deutsche Bank AG e a DBSI. Os casos alegam que o Deutsche Bank e outras entidades não denominadas participaram num esquema de janeiro a dezembro de 2013 para enganar o mercado de contratos de futuros e opções de tesouraria e contratos de futuros e opções de euro/dólares. Na sequência da instrução de uma moção de indeferimento, o juiz ordenou uma instrução suplementar sobre as questões da legitimidade e da instrução jurisdicional, que foi agora substancialmente concluída. Os queixosos apresentaram uma queixa alterada e depois uma segunda queixa alterada. O Deutsche Bank AG e a DBSI apresentaram uma moção de recusa em setembro de 2023 e uma resposta em dezembro de 2023. Em setembro de 2024, o tribunal solicitou informações adicionais sobre a legitimidade nos termos do Artigo III da Constituição dos Estados Unidos, que foram concluídas em outubro de 2024.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Outros

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas e proteção de depósitos. Algumas entidades do Grupo são obrigadas a fazer contribuições para as autoridades nacionais de resolução ou para os sistemas de proteção de depósitos, como o Fundo Único de Resolução (FUR) administrado pelo Conselho Único de Resolução. Uma parte dessas contribuições pode ser efetuada sob a forma de compromissos de pagamento irrevogáveis (IPC) apoiados por garantias em numerário e em títulos. O Grupo continua a ser o proprietário económico das garantias prestadas.

Os IPC relacionados com a taxa bancária de acordo com a Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias (BRRD), o FUR e a proteção de depósitos fornecida pelo fundo alemão de proteção de depósitos ascendiam a 1,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 (31 de dezembro de 2024: 1,5 mil milhões de euros). Dos quais, 1,0 mil milhões de euros de IPC relacionados com o FUR (31 de dezembro de 2024): 1,0 mil milhões de euros) e 0,5 mil milhões de euros para o fundo de proteção de depósitos alemão (31 de dezembro de 2024: 0,5 mil milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2025, a garantia total prestada para IPC consistia em 1,0 mil milhões de euros de garantia em numerário, que é apresentada em Outros ativos, e 524 milhões de euros de garantia de títulos (31 de dezembro de 2024): 1,0 mil milhões de euros e 481 milhões de euros, respetivamente). Há 1,0 mil milhões de euros de garantias em numerário relacionadas com o FUR (31 de dezembro de 2024: 1,0 mil milhões de euros).

O Grupo analisou o impacto de um acórdão do Tribunal de Justiça da UE sobre o tratamento das IPC relacionadas com o FUR em novembro de 2025 numa matéria não relacionada com o Grupo e concluiu que é imaterial para as demonstrações financeiras do Grupo relativamente a todos os regimes para os quais as IPC são fornecidas. Esta baseia-se na calendarização esperada dos pagamentos potenciais (ou seja, se as respetivas entidades do Grupo desistirem da sua licença bancária ou se as IPC forem exercidas) e nas taxas de desconto correspondentes.

28 — Compromissos de crédito e passivos contingentes

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de fronting, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de performance, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a gestão do risco de crédito fornecer provas suficientes sobre uma perda esperada de um crédito, é constituída uma provisão, que é registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito revogáveis, compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões reconhecidas no balanço. Os montantes correspondem à utilização potencial máxima exigida pelo Grupo no caso de todas estas responsabilidades assumidas terem de ser financiadas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados necessários para estas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Compromissos de crédito irrevogáveis	217.949	219.767
Compromissos de crédito revogáveis	56.356	49.932
Passivos contingentes	79.092	73.468
Total	353.397	343.167

Outros compromissos e outros passivos contingentes

Os outros compromissos irrevogáveis e outros passivos contingentes do Grupo, sem considerar garantias ou provisões, eram de 73 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e de 77 milhões em 31 de dezembro de 2024. O número considera a utilização máxima potencial do Grupo no caso de todas estas responsabilidades assumidas terem de ser financiadas. Por conseguinte, os montantes não contêm os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-Membros da OCDE) definem parâmetros de referência (benchmarks) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maioria dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes S.A., agindo em nome da República Federal da Alemanha, pela Atradius Credito

y Caucion S.A. de Seguros y Reaseguros, agindo em nome do Reino de Espanha, ou pela Korea Trade Insurance Corporation, agindo em nome da República da Coreia.

29 — Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	13.211	5.954
Outros	4.993	3.940
Total de outros empréstimos a curto prazo	18.204	9.895

30 — Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2026	Vencimento em 2027	Vencimento em 2028	Vencimento em 2029	Vencimento em 2030	Vencimento após 2030	Total 31 de dez. 2025	Total 31 de dez. 2024
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	14.050	12.269	13.269	10.368	8.854	9.109	67.920	71.414
Taxa variável	2.508	2.817	517	1.050	1.918	3.471	12.281	11.196
Outros	3.550	2.369	2.220	1.845	1.152	15.120	26.256	20.578
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	2.024	2.363	—	—	424	3.401	8.212	11.626
Taxa variável	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	42	20	—	—	23	—	85	85
Total de dívida a longo	22.175	19.839	16.006	13.263	12.371	31.101	114.754	114.899

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2025 e 2024.

Títulos fiduciários preferenciais¹

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Taxa fixa	—	—
Taxa variável	283	287
Total de títulos fiduciários preferenciais	283	287

¹ Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo

31 — Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

	31 dez 2025				
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	171.541	—	—	—	—
Depósitos remunerados	245.183	148.888	117.503	14.882	11.777
Passivos detidos para negociação ¹	42.879	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	225.775	—	—	—	—
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	30.752	45.626	11.122	15.674	12.403
Passivos por contratos de investimento ²	—	—	469	—	—
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos	—	72	24	69	57
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.967	—	—	—	—
Títulos vendidos com acordos de recompra	470	767	584	601	109
Títulos cedidos por empréstimo	2	—	—	—	—
Outros empréstimos a curto prazo	6.416	3.882	8.197	—	—
Dívida a longo prazo	1	12.456	14.408	70.203	33.230
Títulos fiduciários preferenciais	—	—	299	—	—
Passivos por locação	122	147	430	1.814	2.632
Outros passivos financeiros	116.713	3.554	556	699	46
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	211.367	—	—	—	—
Garantias financeiras	35.949	—	—	—	—
Total⁴	1.089.137	215.391	153.593	103.942	60.254

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

	31 dez 2024				
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	176.510	—	—	—	—
Depósitos remunerados	198.010	159.292	112.543	16.012	10.422
Passivos detidos para negociação ¹	43.498	—	—	—	—
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	276.395	—	—	—	—
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	30.224	35.024	5.943	13.767	8.373
Passivos por contratos de investimento ²	—	—	454	—	—
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos	—	978	616	31	65
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.227	—	—	—	—
Títulos vendidos com acordos de recompra	407	1.143	182	1.089	25
Títulos cedidos por empréstimo	2	—	—	—	—
Outros empréstimos a curto prazo	1.487	5.767	2.862	—	—
Dívida a longo prazo	—	7.119	18.030	70.602	36.195
Títulos fiduciários preferenciais	—	—	302	—	—
Passivos por locação	3	157	454	1.933	3.116
Outros passivos financeiros	72.780	1.076	1.059	1.829	87
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	212.990	—	—	—	—
Garantias financeiras	32.368	—	—	—	—
Total⁴	1.045.902	210.557	142.445	105.263	58.284

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

32 — Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias, 1 de janeiro de 2024	2.040.242.959	(48.195.109)	1.992.047.850
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	—	—	—
Aumento de capital	—	—	—
Ações ordinárias canceladas	(45.541.366)	45.541.366	—
Ações compradas para tesouraria	—	(86.796.707)	(86.796.707)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	—	39.874.612	39.874.612
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2024	1.994.701.593	(49.575.838)	1.945.125.755
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	—	—	—
Aumento de capital	—	—	—
Ações ordinárias canceladas	(84.122.616)	84.122.616	—
Ações compradas para tesouraria	—	(76.926.379)	(76.926.379)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	—	34.673.888	34.673.888
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2025	1.910.578.977	(7.705.713)	1.902.873.264

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

O Grupo readquiriu ações nos termos das autorizações de recompra de ações pelas Assembleias Gerais Anuais. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. As ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas, bem como para futuras compensações com base em ações.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2025, o Deutsche Bank AG tinha autorizado, mas não emitido, capital no valor de 2.493.000.000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2030. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de
498.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30 de abril de 2030
1.995.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30 de abril de 2030

Capital condicional

O Deutsche Bank não tem capital condicional pendente em 31 de dezembro de 2025.

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respetivamente.

	2025 (proposto)	2024	2023
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	1.902.873.264	1.314.856.308	882.615.288
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	1,00	0,68	0,45

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

33 — Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do Deutsche Bank Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do Deutsche Bank Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o período de lançamento para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma. Os prémios em ações diferidas estão sujeitos a provisões de perda de direitos e condições de desempenho até à sua disponibilização.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do Deutsche Bank Equity Plan para a atribuição dos prémios e, para os colaboradores de determinadas entidades jurídicas, o capital diferido é substituído por ações restritas devido a requisitos regulamentares locais.

Note-se que este quadro não abrange os prémios atribuídos ao Conselho de Administração. Para os prémios concedidos ao abrigo do DWS Equity Plan, consulte a secção Planos de remuneração com base em ações do DWS.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações:

Ano(s) de	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2022-2025 ⁴	Prémio anual	1/4: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual
		1/4: 24 meses ¹	
		1/4: 36 meses ¹	
		1/4: 48 meses ¹	
	Prémio anual	1/3: 12 meses ¹	(CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no Colaboradores selecionados como remuneração baseada no compensação (não CB/IB/CRU)
		1/3: 24 meses ¹	
		1/3: 36 meses ¹	
	Prémio anual	1/5: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
		1/5: 24 meses ¹	
		1/5: 36 meses ¹	
		1/5: 48 meses ¹	
2019-2021 ⁴	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de <u>adiar os pagamentos por cessação de funções</u>
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão ³	Colaboradores selecionados
	Prémio anual	1/4: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual
		1/4: 24 meses ¹	
		1/4: 36 meses ¹	
		1/4: 48 meses ¹	
	Prémio anual	1/3: 12 meses ¹	(CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no âmbito do InstVV numa MBU) ²
		1/3: 24 meses ¹	
		1/3: 36 meses ¹	
	Prémio anual	1/5: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
		1/5: 24 meses ¹	
		1/5: 36 meses ¹	
		1/5: 48 meses ¹	
		1/5: 60 meses ¹	
	Retenção/Nova contratação/Off-Cycle ⁵	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão ³	Colaboradores regulamentados

¹ No caso dos colaboradores regulamentados pelo InstVV (e Direção) aplica-se um período de retenção adicional de doze meses

² Para o ano de concessão de 2019, as divisões foram denominadas CIB, pelo que, para os anos de concessão de 2020 e 2021, a CIB é dividida em CB/IB/CRU

³ A entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses

⁴ Os prémios anuais e de Retenção/Nova Contratação incluem subvenções concedidas ao abrigo do Plano de Ações Restritas de 2019-2025

⁵ Prémios Off-Cycle concedidos até 2020

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan. O Global Share Purchase Plan oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o Grupo rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, 12.775 colaboradores de 21 países inscreveram-se no ciclo que começou em novembro de 2025.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela que se segue define os movimentos em unidades de prémios em ações, incluindo subsídios no âmbito da variante em numerário do Deutsche Bank Equity Plan.

Ações (em milhares)	2025	2024
Saldo pendente a partir de 1 de janeiro	116.589	128.628
Concedidas	33.457	41.167
Libertadas	(44.091)	(50.015)
Caducadas	(2.844)	(3.491)
Outros movimentos	78	300
Saldo pendente em 31 de dezembro	103.189	116.589

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2025			2024		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DB Equity Plan	17,47 €	21,77 €	1,35	10,3	12,92	1,4

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 20 milhões de euros e 14 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente.

O volume de subsídios de prémios em ações em circulação foi de aproximadamente 1,1 mil milhões de euros e 1,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente. Desses, aproximadamente 0,8 mil milhões de euros e 0,8 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a aproximadamente 0,3 mil milhões de euros e 0,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente.

Planos de remuneração baseados em ações da DWS

O DWS Group atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DWS Equity Plan. Este plano representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

Em setembro de 2018, foram concedidos prémios únicos relacionados com uma oferta pública inicial (IPO) ao abrigo do plano de direitos de valorização de ações da DWS (RAE) a todos os colaboradores da DWS. Ao abrigo do plano de capital da DWS, foi concedido a um número limitado de diretores da DWS um prémio único de ações de desempenho relacionadas com o IPO. No que respeita aos membros do Conselho Executivo, os prémios únicos relacionados com o IPO ao abrigo do plano de capital próprio da DWS foram concedidos em janeiro de 2019.

O plano de direitos de valorização de ações da DWS representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário igual a qualquer valorização (ou ganho) no valor de um determinado número de ações nocionais da DWS ao longo de um período de tempo fixo. Este prémio não confere qualquer direito a receber ações da DWS, direitos de votação ou dividendos associados.

O plano de equidade da DWS é um plano de ações "phantom" que representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

O beneficiário do prémio de qualquer plano de remuneração com base em ações não tem direito a receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Os prémios de ações concedidos nos termos e condições de qualquer plano de remuneração com base em ações podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o fim do período de retenção para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

O quadro seguinte apresenta as condições de base dos planos baseados em ações da DWS:

Ano(s) de	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2024-2025	Prêmios anuais	1/3: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual
		1/3: 24 meses ¹	
		1/3: 36 meses ¹	
	Prêmios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
		1/5: 24 meses ¹	
		1/5: 36 meses ¹	
		1/5: 48 meses ¹	
		1/5: 60 meses ¹	
	Prêmio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão ¹	Colaboradores regulamentados
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
2023	Prêmios anuais	1/4: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
		1/4: 24 meses ¹	
		1/4: 36 meses ¹	
		1/4: 48 meses ¹	
	Prêmios anuais	1/3: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
		1/3: 24 meses ¹	
		1/3: 36 meses ¹	
	Prêmios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
		1/5: 24 meses ¹	
		1/5: 36 meses ¹	
		1/5: 48 meses ¹	
		1/5: 60 meses ¹	
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
2022	Prêmios anuais	1/4: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
		1/4: 24 meses ¹	
		1/4: 36 meses ¹	
		1/4: 48 meses ¹	
	Prêmios anuais	1/3: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
		1/3: 24 meses ¹	
		1/3: 36 meses ¹	
	Prêmios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
		1/5: 24 meses ¹	
		1/5: 36 meses ¹	
		1/5: 48 meses ¹	
		1/5: 60 meses ¹	
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
2021	Prêmios anuais	1/4: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
		1/4: 24 meses ¹	
		1/4: 36 meses ¹	
		1/4: 48 meses ¹	
	Prêmios anuais	1/3: 12 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
		1/3: 24 meses ¹	
		1/3: 36 meses ¹	
	Prêmios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
		1/5: 24 meses ¹	
		1/5: 36 meses ¹	
		1/5: 48 meses ¹	
		1/5: 60 meses ¹	

Ano(s) de	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
2020	Prêmios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
2019	Prêmios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
	Prêmio de ações de desempenho (prêmio único relacionado com a IPO concedido em 2019)	1/3: Março de 2022 ¹ 1/3: Março de 2023 ¹ 1/3: Março de 2024 ¹	Membros do Conselho Executivo
2018	Prêmio de ações de desempenho (prêmio único relacionado com a IPO)	1/3: Março de 2022 ¹ 1/3: Março de 2023 ¹ 1/3: Março de 2024 ¹	Selecionar diretores
	Prêmio SAR (prêmio único relacionado com a IPO)	Para não MRT: 1 de junho de 2021 ³ Para MRT: 1 de março de 2023 ^{1,3}	Todos os colaboradores da DWS ²

¹ Dependendo do seu estatuto regulamentar individual, aplica-se um período de retenção de seis meses (MRT AIFMD/UCITS) ou um período de retenção de doze meses (MRT InstVV, ou IFD a partir de 2023) após a aquisição do direito

² Exceto se o colaborador tiver recebido o Prêmio de ações de desempenho

³ No caso de prêmios pendentes, aplica-se um período de exercício de 4 anos após a aquisição/período de retenção

O quadro seguinte define os movimentos em unidades de prêmios em ações.

	DWS Equity Plan		Plano SAR da DWS			
	2025	2024	2025		2024	
Ações (em milhares)	Número de prêmios	Número de prêmios	Número de prêmios	Cotação do exercício média ponderada	Número de prêmios	Cotação do exercício média ponderada
Pendentes no início do exercício	2.017	2.377	367	€ 22,33	735	€ 24,65
Concedidas	699	938	0		35	22,33
Emitidas ou exercidas	(1.007)	(1.342)	(305)	€ 22,33	(369)	€ 24,35
Caducadas	(29)	(41)	—		—	—
Expiradas	—	—	(38)	€ 22,33	(18)	€ 23,40
Outros movimentos	46	86	—	€ 22,33	(16)	€ 22,33
Pendentes no final do exercício	1.726	2.017	23	€ 22,33	367	€ 22,33
Das quais, exercíveis	—	—	23	€ 22,33	367	€ 22,33

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2025			2024		
	Justo valor médio ponderado por prêmio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prêmio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício	Duração contratual média ponderada restante em anos
DWS Equity Plan	37,92 €	49,18 €	1,5	31,59 €	35,79 €	1,4
Plano SAR da DWS	0	48,73 €	1,7	13,40 €	38,78 €	0,8

O justo valor de prêmios baseados em ações em circulação foi de aproximadamente 64 milhões de euros e 74 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente. Dos prêmios, cerca 48 milhões de euros e 63 milhões de euros foram reconhecidos na demonstração de resultados até ao período que termina em 2025 e 2024, respetivamente, dos quais 14 milhões

e 40 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2024 dizem respeito a prémios totalmente adquiridos. Os gastos totais não reconhecidos relacionados com planos baseados em ações foram de aproximadamente 16 milhões de euros e 12 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respetivamente, consoante a evolução futura da cotação da ação.

O justo valor do plano de direitos de valorização de ações da DWS foi medido utilizando o modelo generalizado de Black-Scholes. As responsabilidades incorridas são reajustadas no final de cada período de relato até à liquidação. Os principais inputs são o valor de mercado na data de relato, descontado em quaisquer dividendos que não tenham sido cobrados durante os períodos de detenção do prémio, e o ajustamento para os níveis esperados e efetivos de aquisição de direitos, o qual inclui a estimativa do número de colaboradores elegíveis que saem do grupo e o número de colaboradores elegíveis para reforma antecipada. Os dados utilizados na medição dos justos valores na data de atribuição e na data de medição foram os seguintes:

	Data de medição 31 de dezembro de 2025	Data de medição 31 de dezembro de 2024
Unidades (em milhares)	23	367
Justo valor	34,36 €	17,72 €
Cotação da ação	56,50 €	39,80 €
Cotação do exercício	22,33 €	22,33 €
Volatilidade esperada (média ponderada)	33 %	33 %
Vida útil esperada (média ponderada) em anos	1,7	0,8
Dividendos esperados (% do rendimento)	65 %	65 %

Dado que não existe um mercado líquido para a volatilidade implícita das ações da DWS, o cálculo da volatilidade do preço das ações da DWS baseia-se em dados históricos de 5 anos para a DWS e um grupo comparável de pares.

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

	31 dez 2025				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	2.816	210	202	699	3.927
Participantes em estado diferido	1.673	1.135	470	82	3.360
Participantes em estado de pagamento	4.860	1.333	417	218	6.828
Total da obrigação com benefícios definidos	9.349	2.678	1.089	999	14.115
Justo valor dos ativos dos planos	9.632	3.505	944	1.158	15.239
Rácio de financiamento (em %)	103%	131%	87%¹	116%	108%

¹ A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (105 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 96%.

	31 dez 2024				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	3.084	272	229	715	4.300
Participantes em estado diferido	1.805	1.321	526	84	3.736
Participantes em estado de pagamento	5.075	1.210	461	229	6.975
Total da obrigação com benefícios definidos	9.964	2.803	1.216	1.028	15.011
Justo valor dos ativos dos planos	10.237	3.678	1.050	1.141	16.106
Rácio de financiamento (em %)	103%	131%	86%¹	111%	107%

¹ A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (120 milhões de euros), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos dos EUA, excluindo o plano Medicare, é de 96%.

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores ou sindicatos do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base na remuneração atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único, um número fixo de parcelas anuais ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade vitalícia. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indenização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de 126 milhões de euros e 142 milhões de euros a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego face à dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2025.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2025	554	109	89	72	824
Benefícios que deverão ser pagos 2026	580	131	78	72	861
Benefícios que deverão ser pagos 2027	582	139	77	72	870
Benefícios que deverão ser pagos 2028	601	148	83	70	902
Benefícios que deverão ser pagos 2029	616	160	84	72	932
Benefícios que deverão ser pagos 2030	630	165	81	70	946
Benefícios que deverão ser pagos 2031 - 2035	3.221	891	418	392	4.922
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	10	12	9	9	10

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro.

Governança e risco

O Grupo mantém um Comité de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se pelo menos trimestralmente e reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governação e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais.

Durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Quaisquer alterações ao plano seguem um processo que requer a aprovação dos Recursos humanos do Grupo e, acima de um determinado limiar, também do Comité de Pensões.

A gestão do risco das pensões está integrada na organização de gestão do risco do Grupo, com forte incidência nos riscos de mercado dada a importância da evolução do mercado de capitais (por exemplo, taxa de juro, spread do crédito, inflação dos preços) para o valor dos ativos e passivos do plano, daí as IFRS e o capital regulamentar. A gestão do risco engloba assim a medição, monitorização e comunicação regular de riscos através de métricas específicas, bem como um quadro de controlo de riscos, por exemplo, através do estabelecimento de limites ou limiares de risco, conforme aplicável. As atividades de gestão de riscos também incluem a contrapartida, revisão e medição de outros riscos financeiros, por exemplo, riscos demográficos e outros pressupostos atuariais (por exemplo, risco de longevidade), mas também a avaliação de modelos, avaliação e outros riscos não financeiros.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos spreads de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, que são parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. O princípio de financiamento do Grupo visa manter o financiamento da obrigação com benefícios definidos (defined benefit obligation) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para muitos dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência ao princípio de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Grupo acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta o nível de financiamento relativamente elevado e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência ao princípio de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

A fim de limitar a medida em que o Grupo violou o limite superior do seu rácio de financiamento pretendido na Alemanha, o Grupo reclamou cerca de 540 milhões de euros e 520 milhões de euros ao trust em 2025 e 2024, respetivamente, dos ativos do plano, o que representa os benefícios pagos a partir dos ativos do Grupo em nome do trust.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comité de Pensões do Grupo. A direção do Grupo é regularmente informada de movimentos e alterações nos principais pressupostos atuariais.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros
Taxa de desconto (em %)	4,06%	5,54%	5,22%	3,52%	3,52%	5,48%	5,51%	3,20%
Taxa de inflação dos preços	2,02%	3,17%	2,30%	1,51%	2,06%	3,46%	2,20%	1,60%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,20%	3,17%	2,40%	3,10%	2,25%	3,46%	2,30%	2,96%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	2,02%	2,96%	2,30%	0,55%	2,06%	3,18%	2,20%	0,59%
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	21,5	23,5	22,7	22,1	21,5	23,2	22,1	22,0
Mulher com 65 anos à data de medição	22,9	25,1	23,9	24,1	23,7	25,1	23,5	24,1
Homem com 45 anos à data de medição	22,8	24,8	24,0	23,7	22,8	24,4	23,5	23,6
Mulher com 45 anos à data de medição	24,0	26,5	25,3	25,6	24,8	26,4	24,9	25,6
Tabelas de mortalidade aplicadas								
	Modificadas para 2025 Richttafeln Heubeck 2018G	SAPS4 Light/Very Light com projeções CMI 2024	PRI-2012 com projeção ajustada MP- 2021	Tabelas específicas do país	Modificadas para 2019 Richttafeln Heubeck 2018G	SAPS3 Light/Very Light com projeções CMI 2023	PRI-2012 com projeção MP-2021	Tabelas específicas do país

¹ Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rentabilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - que deriva de um universo de obrigações com origem em prestadores de dados de mercado de terceiros reputados - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local. Em 2024, o Grupo introduziu um refinamento na metodologia de estimativa dos aumentos das pensões em pagamento para o seu principal plano de pensões alemão, a fim de melhor refletir os efeitos da recente inflação a curto prazo, o que resultou num benefício reconhecido em Outro Rendimento Integral de 100 milhões de euros.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com as melhores estimativas correntes nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

em milhões de euros	2025				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	9.964	2.803	1.216	1.028	15.011
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	106	7	6	39	158
Custos com juros	343	145	59	31	578
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	14	2	—	12	28
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(517)	(87)	28	(25)	(601)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	(56)	1	9	1	(45)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	54	64	5	14	137
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	—	—	16	17
Benefícios pagos	(554)	(109)	(89)	(73)	(825)
Pagamentos em relação a liquidações	—	—	—	(6)	(6)
Aquisições/alienações	(6)	—	—	—	(6)
Alterações das taxas de câmbio	—	(148)	(145)	(38)	(331)
Outros	—	—	—	—	—
Saldo, fim do exercício	9.349	2.678	1.089	999	14.115
dos quais:					
Não financiadas	—	8	122	62	192
Financiadas	9.349	2.670	967	937	13.923
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10.237	3.678	1.050	1.141	16.106
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	354	191	51	34	630
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(443)	(58)	28	21	(452)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	—	—	16	17
Contribuições pagas pelo empregador	43	—	19	47	109
Benefícios pagos ¹	(554)	(109)	(76)	(65)	(804)
Pagamentos em relação a liquidações	—	—	—	—	—
Aquisições/alienações	(6)	—	—	—	(6)
Alterações das taxas de câmbio	—	(194)	(126)	(35)	(355)
Outros	—	—	—	—	—
Custos de administração do plano	—	(3)	(2)	(1)	(6)
Saldo, fim do exercício	9.632	3.505	944	1.158	15.239
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	283	827	(145)	159	1.124
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos)					
Saldo, início do exercício	—	—	—	(111)	(111)
Custos com juros	—	—	—	(1)	(1)
Alterações no excedente irrecuperável	—	—	—	(32)	(32)
Alterações das taxas de câmbio	—	—	—	(1)	(1)
Saldo, fim do exercício	—	—	—	(145)	(145)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	283	827	(145)	14	979²
Justo valor dos direitos de reembolso	—	—	—	3	3

¹ Apenas para planos com fundos constituídos

² Da qual 1,2 mil milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 261 milhões de euros em Outros passivos.

	2024				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	10.504	3.026	1.172	979	15.681
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	119	8	7	37	171
Custos com juros	343	137	58	32	570
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	14	1	—	—	15
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos	(549)	(398)	(13)	13	(947)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	—	10	—	3	13
Resultados atuariais decorrentes da experiência	71	(12)	(1)	11	69
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	—	—	16	17
Benefícios pagos	(539)	(113)	(85)	(62)	(799)
Pagamentos em relação a liquidações	—	—	—	—	—
Aquisições/alienações	—	—	—	—	—
Alterações das taxas de câmbio	—	142	78	(1)	219
Outros	—	2	—	—	2
Saldo, fim do exercício	9.964	2.803	1.216	1.028	15.011
dos quais:					
Não financiadas	—	10	139	68	217
Financiadas	9.964	2.793	1.077	960	14.794
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10.532	3.912	1.003	1.071	16.518
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	350	177	50	34	611
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(148)	(479)	4	34	(589)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	—	—	16	17
Contribuições pagas pelo empregador	41	—	—	36	77
Benefícios pagos ¹	(539)	(112)	(71)	(54)	(776)
Pagamentos em relação a liquidações	—	—	—	—	—
Aquisições/alienações	—	—	—	—	—
Alterações das taxas de câmbio	—	185	67	4	256
Outros	—	—	—	1	1
Custos de administração do plano	—	(5)	(3)	(1)	(9)
Saldo, fim do exercício	10.237	3.678	1.050	1.141	16.106
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	273	875	(166)	113	1.095
Alteração no excedente irre recuperável (valor máximo dos					
Saldo, início do exercício	—	—	—	(102)	(102)
Custos com juros	—	—	—	(1)	(1)
Alterações no excedente irre recuperável	—	—	—	(9)	(9)
Alterações das taxas de câmbio	—	—	—	1	1
Saldo, fim do exercício	—	—	—	(111)	(111)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	273	875	(166)	2	984²
Justo valor dos direitos de reembolso	—	—	—	3	3

¹ Apenas para planos com fundos constituídos

² Da qual 1,3 mil milhões de euros reconhecidos em Outros ativos e 317 milhões de euros em Outros passivos.

Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. O enfoque principal é proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comitês de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Grupo pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo. Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, spreads de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, swaps de inflação de taxas de juro e swaps de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos que procuram retorno, tais como ações, imóveis, obrigações de alta rentabilidade ou obrigações de mercados emergentes para criar valor a longo prazo e alcançar benefícios de diversificação. Além disso, esta mudança na estratégia de investimento permite assumir ativamente as exposições ao risco de mercado das taxas de juro e dos spreads de crédito dentro de limites definidos regidos pelo Comité de Pensões. Como resultado, o risco de mercado dos ativos dos planos foi reduzido.

O Grupo adquiriu um seguro para cobrir uma responsabilidade não segurada de 1,1 mil milhões de euros relativa ao regime de pessoal do Reino Unido em 2024, o que teve um impacto negativo de cerca de 120 milhões de euros nos outros rendimentos globais da demonstração financeira do Grupo. No total, o Grupo realizou cinco transações de compra de participação no capital no Reino Unido com seguradoras terceiras, protegendo o Grupo de movimentos em obrigações de benefícios definidos de cerca de 2,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos “cotados” (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

em milhões de euros	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	431	137	(18)	60	610	305	163	3	66	537
Instrumentos de capital ¹	1.189	124	89	280	1.682	1.060	—	111	256	1.427
Obrigações investment-grade ²										
Governamentais	1.608	168	288	196	2.260	1.814	77	277	214	2.382
Obrigações não governamentais	3.817	358	429	360	4.964	4.090	531	474	358	5.453
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	96	—	4	5	105	86	—	4	4	94
Obrigações não governamentais	359	43	9	23	434	380	17	19	25	441
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	32	48	46	19	145	37	21	85	16	159
Seguros	—	2.626	—	18	2.644	—	2.756	—	16	2.772
Alternativos										
Imobiliário	632	—	—	104	736	719	—	—	99	818
Matérias-primas	77	—	—	4	81	54	—	—	2	56
Capital privado	—	—	—	—	—	—	—	—	4	4
Outros ³	945	—	—	65	1.010	989	—	—	60	1.049
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	443	—	(29)	11	425	730	113	(49)	13	807
Crédito	(12)	—	36	—	24	(18)	—	57	—	39
Inflação	—	—	—	11	11	—	—	—	14	14
Divisas	15	1	—	2	18	(17)	—	—	(6)	(23)
Outros	—	—	90	—	90	8	—	69	—	77
Total do justo valor dos ativos	9.632	3.505	944	1.158	15.239	10.237	3.678	1.050	1.141	16.106

¹ A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World

² *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A

³ Esta posição contém fundos mistos que não podem ser segregados para outras categorias de ativos

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos “cotados”, i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31 de dezembro de 2025					31 de dezembro de 2024				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes ¹	56	16	(18)	9	63	(118)	(56)	3	12	(159)
Instrumentos de capital ²	868	124	89	56	1.137	757	—	110	45	912
Obrigações investment-grade ³										
Governamentais	558	168	268	57	1.051	599	77	256	52	984
Obrigações não governamentais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	5	—	—	—	5	2	—	1	—	3
Obrigações não governamentais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	—	19	—	—	19	—	—	—	—	—
Seguros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Alternativos										
Imobiliário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Matérias-primas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capital privado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	—	—	(32)	—	(32)	—	—	(57)	—	(57)
Crédito	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Inflação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Divisas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	8	—	—	—	8
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	1.487	327	307	122	2.243	1.248	21	313	109	1.691

¹ Os montantes negativos referem-se a passivos a curto prazo

² A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World

³ *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios “cotados” e de “outros” definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

em milhões de euros	31 dez 2025						
	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(26)	135	(5)	465	19	22	610
Instrumentos de capital	74	102	568	497	354	87	1.682
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	329	166	307	860	135	463	2.260
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	—	—	—	6	—	99	105
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	533	441	1.809	1.608	507	66	4.964
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	4	20	27	378	3	2	434
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	18	31	45	22	28	1	145
Subtotal	932	895	2.751	3.836	1.046	740	10.200
Ação (em %)	9%	9%	27%	38%	10%	7%	100%
Outras categorias de ativos							5.039
Justo valor dos ativos dos planos							15.239

31 dez 2024

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(20)	172	30	311	20	24	537
Instrumentos de capital	29	30	818	345	150	55	1.427
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	376	77	300	980	207	442	2.382
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	2	—	1	—	—	91	94
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	500	632	1.843	2.021	392	65	5.453
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	26	27	22	359	3	4	441
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	23	21	83	15	17	—	159
Subtotal	936	959	3.097	4.031	789	681	10.493
Ação (em %)	9%	9%	30%	38%	8%	6%	100%
Outras categorias de ativos							5.613
Justo valor dos ativos dos planos							16.106

Os ativos do plano incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado positivo global de cerca de 630 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 810 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024, respetivamente. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de juros deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de juros baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de juros. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensões de benefícios definidos, as alterações nas condições do mercado de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais (por exemplo, através da taxa de desconto e da taxa de inflação de preços), bem como no justo valor dos ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo ou tem segurada parte das obrigações como no Reino Unido, a exposição global ao risco do Grupo a tais alterações é reduzida. Para ajudar os leitores a compreender melhor a exposição ao risco do Grupo aos principais movimentos do mercado de capitais, é mostrado o impacto líquido da alteração das obrigações de benefícios definidos e dos ativos do plano devido a uma alteração do fator de risco de mercado relacionado ou do pressuposto atuarial subjacente. Quando as alterações nos pressupostos atuariais não afetam os ativos do plano, apenas é reportado o impacto nas obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos

fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

em milhões de euros	31 de dezembro de 2025				31 de dezembro de 2024			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de juros (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(455)	(165)	(25)	(40)	(525)	(210)	(25)	(45)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	415	150	15	15	465	225	20	15
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(40)	(15)	(10)	(25)	(60)	15	(5)	(30)
Taxa de juros (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	435	155	25	40	500	195	25	40
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(415)	(140)	(15)	(15)	(465)	(205)	(20)	(15)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	20	15	10	25	35	(10)	5	25
Spreads de crédito (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(455)	(165)	(50)	(45)	(525)	(210)	(55)	(50)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	285	155	30	10	305	220	35	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(170)	(10)	(20)	(35)	(220)	10	(20)	(40)
Spreads de crédito (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	435	155	45	45	500	195	50	45
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(285)	(145)	(30)	(10)	(305)	(200)	(35)	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	150	10	15	35	195	(5)	15	35
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):²								
Diminuição em DBO	140	115	5	10	165	150	5	10
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(180)	(120)	—	(5)	(260)	(150)	—	(5)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(40)	(5)	5	5	(95)	—	5	5
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):²								
(Aumento) em DBO	(250)	(115)	(5)	(10)	(280)	(160)	(5)	(10)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	180	120	—	5	260	160	—	5
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(70)	5	(5)	(5)	(20)	—	(5)	(5)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o	20	—	—	10	25	5	—	10
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado	(20)	—	—	(10)	(25)	(5)	—	(10)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:³								
(Aumento) em DBO	(190)	(55)	(20)	(10)	(205)	(60)	(20)	(10)
Aumento esperado nos ativos do plano	—	55	—	—	—	55	—	—
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(190)	—	(20)	(10)	(205)	(5)	(20)	(10)

¹ As alterações esperadas no justo valor dos ativos dos planos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação

² Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços

³ Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2026, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2026
	Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	95
BVV	60
Outros planos de contribuições definidas	280
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	20
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	455

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2025	2024	2023
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço ¹	173	171	164
Custos líquidos com juros (rendimento)	(51)	(40)	(45)
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	122	131	119
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	60	61	55
Outros planos de contribuições definidas	280	282	265
Total dos encargos com planos de contribuição definida	341	343	320
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	462	474	439
Contribuições patronais para planos de pensões com mandato estatal			
Pagamentos de pensões relacionados com a segurança social na Alemanha	243	232	218
Contribuições para o fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	55	51	57
Outros planos de benefícios estatais relacionados com pensões	260	258	248
Contribuições patronais totais para planos de benefícios com mandato estatal	557	541	523
Despesas com pagamentos baseado em ações:			
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio ²	493	426	436
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário ²	86	64	43
Encargos com planos de retenção de numerário ²	459	471	448
Encargos com indemnizações por cessação de funções ³	162	487	293

¹ Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções são reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções

² Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo

³ Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados. Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções

34 — Impostos sobre o rendimento

Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento

em milhões de euros	2025	2024	2023
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	1.814	1.330	1.284
Ajustamentos de anos anteriores	(60)	(16)	56
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	1.754	1.314	1.340
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Origem e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	907	463	442
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(110)	23	7
Ajustamentos de anos anteriores	40	(13)	(1.002)
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	837	473	(553)
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	2.592	1.786	787

A despesa (lucro) total com impostos diferidos inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações e encargos anteriores decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos. A despesa (lucro) com impostos diferidos foi afetada positivamente em 16 milhões de euros em 2024 e em 1,1 mil milhões de euros em 2023.

As regras de tributação mínima global ou regras do segundo pilar tornaram-se aplicáveis ao Deutsche Bank a partir de 2024, sendo o Deutsche Bank AG a empresa-mãe em última instância. O banco é obrigado a determinar anualmente o imposto mínimo global ou o passivo do segundo pilar para as entidades do grupo em cerca de 60 jurisdições. A isenção temporária dos cálculos pormenorizados do segundo pilar, que é determinada numa base jurisdição a jurisdição, pode estar disponível ao abrigo de disposições transitórias de "porto seguro". Estas disposições de "porto seguro", aplicáveis aos exercícios de 2024-2026, baseiam-se nos relatórios por país apresentados anualmente pelo banco às autoridades tributárias alemãs e noutros dados financeiros. Subsistem incertezas quanto à aplicação das regras do Pilar 2, esperam-se novos desenvolvimentos legislativos e orientações interpretativas em muitos países e estão em curso esforços de implementação. O banco estimou o impacto potencial na sua posição financeira para 2025 numa base de melhores esforços e reconheceu uma despesa de imposto corrente relacionada com o Pilar 2 de 3 milhões de euros (2024: 3 milhões de euros). A avaliação teve em conta uma série de fatores qualitativos e quantitativos: (1) a taxa de imposto legal combinada do banco em todas as jurisdições aplicáveis ascendeu a 28% (2024: 28%), o que é significativamente superior à taxa mínima de imposto de 15%; (2) apenas cinco (2024: seis) países aplicaram uma taxa de imposto legal inferior a 15% às operações do banco; e (3) com base numa análise dos dados mais recentes disponíveis por país, estima-se que o banco possa beneficiar de uma isenção ao abrigo das disposições transitórias de "porto seguro" na maioria das jurisdições em que opera.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2025	2024	2023
Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2024 e 31,3% em 2023)	3.046	1.656	1.777
Diferenças cambiais	(342)	(185)	(89)
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(302)	(246)	(319)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	—	(6)	—
Custos não dedutíveis	233	520	392
Imparidades de goodwill	—	—	55
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos ¹	(4)	(59)	(1.238)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	(110)	23	7
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	—	(1)	—
Outros ¹	71	84	202
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	2.592	1.786	787

¹ Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% para 2025, 2024 e 2023.

Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos em 2023 incluíram principalmente o efeito do reconhecimento de ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos no Reino Unido. Para determinar o montante de ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza a capacidade fiscal histórica e a informação de rentabilidade e, se relevante, os resultados operacionais previstos com base em planos de negócios aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de relato elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e outras considerações relevantes.

Em 11 de julho de 2025, o Conselho Federal alemão aprovou uma nova lei fiscal (Gesetz für ein steuerliches Investitionssofortprogramm zur Stärkung des Wirtschaftsstandorts Deutschland). A partir de 1 de janeiro de 2028, a taxa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas na Alemanha diminuirá gradualmente, ao longo de um período de cinco anos que termina em 2032, dos atuais 15% para 10%. Em 2025, os ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com as operações do Grupo na Alemanha, cuja reversão está prevista para depois de 31 de dezembro de 2027, foram remensurados para refletir as taxas de imposto futuras mais baixas. A remensuração teve um impacto líquido negativo de 28 milhões de euros nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. 109 milhões de euros foram reconhecidos como um benefício fiscal nos resultados e 137 milhões de euros foram reconhecidos como uma despesa noutro rendimento integral.

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. A rubrica "Outros" do quadro anterior inclui os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

Impostos sobre o rendimento creditados ou debitados ao capital (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2025	2024	2023
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	(145)	(115)	137
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	30	54	18
Ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de outro rendimento integral:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(184)	96	109
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados)	10	13	1
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	12	73	(132)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	16	(64)	(110)
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	15	141	151
Resultados líquidos reclassificados em resultados	—	5	—
Impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em outro rendimento integral	(247)	203	174
Outros impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em capital próprio	235	104	50

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	2.720	3.966
Créditos fiscais não utilizados	326	172
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	4.781	5.210
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	1.814	1.755
Gasto de juros acumulados	1.621	1.477
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	886	846
Locações	806	857
Ativos intangíveis	46	52
OCI de justo valor (IFRS 9)	410	496
Outros ativos	525	525
Outras provisões	177	237
Outros passivos	4	6
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	14.116	15.599
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	5.287	5.328
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	515	324
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	465	538
Locações	718	762
Ativos intangíveis	763	752
OCI de justo valor (IFRS 9)	50	45
Outros ativos	280	270
Outras provisões	111	292
Outros passivos	6	39
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	8.195	8.350

Os ativos por impostos diferidos sobre créditos fiscais não utilizados incluíam 322 milhões de euros e 151 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relacionados com o imposto mínimo alternativo sobre as sociedades nos Estados Unidos.

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Apresentados como ativos por impostos diferidos	6.544	7.839
Apresentados como passivos por impostos diferidos	623	590
Ativos líquidos por impostos diferidos	5.921	7.249

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos pode não ser igual aos encargos (benefício) com impostos diferidos. De modo geral, isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 dez 2025 ¹	31 dez 2024 ¹
Diferenças temporárias dedutíveis	(29)	(39)
Não a expirar	(4.934)	(4.945)
A expirar no período subsequente	(20)	(2)
A expirar após o período subsequente	(36)	(77)
Perdas fiscais não utilizadas	(4.990)	(5.024)
A expirar após o período subsequente	—	—
Créditos fiscais não utilizados	(1)	(1)

¹ Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 241 milhões de euros e 3,9 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. Para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 259 milhões de euros e 286 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

35 — Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 01 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas", todos os derivados são contabilizados pelo justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (bid) ou de venda (offer) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (spreads) e volumes.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 01 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas".

Numa relação de cobertura de justo valor, o Grupo utiliza sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos no justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado. Numa relação de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro. O Grupo efetua contratos cambiais a prazo e swaps cambiais o Grupo para coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas spot de fim do período.

Risco de taxa de juro

O Grupo utiliza swaps e opções de taxa de juro para gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro ao modificar as características de nova fixação de preços de ativos e passivos existentes e/ou previstos, incluindo atividades de financiamento e investimento. Os swaps e opções de taxa de juro são designados numa cobertura de justo valor ou numa cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos seus instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juros de referência.

O Grupo gere a sua exposição ao risco de taxa de juro com base numa carteira com alterações frequentes na carteira devido à geração de novos empréstimos e obrigações, repagamentos de empréstimos e obrigações existentes, emissão de novos passivos de financiamento e repagamento de passivos de financiamento existentes. Em conformidade, é adotada uma abordagem de contabilidade de cobertura dinâmica para a carteira, em que as relações de cobertura individuais são designadas e não designadas mais frequentemente (por ex., mensalmente).

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto. As potenciais fontes de ineficácia podem ser atribuídas a diferenças entre instrumentos de cobertura e rubricas cobertas:

- Desfasamentos em termos de rubricas cobertas e instrumentos de cobertura, por exemplo a frequência e altura em que as taxas de juros são repostas, frequência de funcionalidades de pagamento e opção de compra.
- Diferença na taxa de desconto aplicada à rubrica coberta e ao instrumento de cobertura, tendo em consideração diferenças na frequência de reposição da rubrica coberta e do instrumento de cobertura.
- Derivados usados como instrumento de cobertura com um justo valor diferente de zero na data de criação da relação de cobertura, resultando em desfasamento em termos com a rubrica coberta. Este aspeto é particularmente pertinente em períodos em que se registam movimentos de taxas de juro elevadas.

As relações de cobertura de justo valor da carteira do Grupo incluem coberturas de carteiras de hipotecas alemãs de taxa fixa bem garantidas, em que o Grupo mantém uma margem de manobra para evitar qualquer ineficácia de cobertura que possa resultar de um aumento do risco de incumprimento da carteira de hipotecas subjacente. O mesmo se aplica às relações de cobertura de justo valor da carteira do Grupo, que incluem depósitos sem prazo de vencimento que os clientes do Grupo podem levantar à vista. A natureza estável do volume de depósitos não remunerados do Grupo (ver Nota 26), bem como a existência de margem de manobra, significa que o Grupo não observou qualquer ineficácia de cobertura decorrente da aplicação da contabilidade de cobertura.

Risco cambial

O Grupo gere o seu risco de divisas estrangeiras (incluindo dólares dos Estados Unidos e libras esterlinas) de investimentos em operações estrangeiras através de coberturas de investimento líquido, utilizando uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Além disso, o Grupo aplica a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa para fluxos de caixa específicos denominados em moeda estrangeira altamente prováveis, utilizando instrumentos cambiais a prazo como instrumentos de cobertura.

Como os investimentos em unidades operacionais estrangeiras apenas são cobertos na extensão do valor nominal do instrumento derivado de cobertura, o Grupo normalmente não espera incorrer em ineficácia significativa em coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras. As fontes potenciais de ineficácia limitam-se a situações em que os derivados com um justo valor não zero à data de início da relação de cobertura são utilizados como instrumento de cobertura, ou em que o risco cambial à vista foi designado como risco de cobertura, resultando em desfasamento em termos da rubrica de cobertura. Da mesma forma, para aplicações de contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, os instrumentos cambiais a prazo correspondem geralmente aos termos das transações subjacentes altamente prováveis, de tal forma que o Grupo não espera incorrer em ineficácia significativa em tais relações de cobertura.

Para além das coberturas do investimento líquido, o Grupo aplica também a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa (FX CFH) para as obrigações do Tesouro denominadas em USD (classificadas como HTC) detidas em entidades funcionais em EUR, utilizando contratos cambiais a prazo como instrumentos de cobertura.

O risco coberto é a variabilidade dos fluxos de caixa de cupões HTC altamente prováveis, impulsionada por movimentos no câmbio à vista. O Grupo não espera incorrer em ineficácia, uma vez que o montante nominal do instrumento de cobertura deverá ser equivalente à exposição dos fluxos de caixa das obrigações HTC. A cobertura é reequilibrada mensalmente para refletir a desvalorização dos fluxos de caixa das obrigações HTC, e o risco cambial a prazo não é uma componente do risco designado, pelo que se observa uma cobertura altamente eficaz.

Contabilidade de cobertura de justo valor

Derivados detidos como cobertura de justo valor

em milhões de euros	31 dez 2025			2025	31 dez 2024			2024
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de justo valor	10.364	10.292	348.597	627	4.790	9.109	263.184	2.448
							2025	2024
							Ineficácia da cobertura	Ineficácia da cobertura
Resultado das coberturas de justo valor							512	1.435

Instrumentos financeiros designados em coberturas de justo valor

	31 de dezembro de 2025						2025
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	23.684	—	(1.355)	—	5	—	(168)
Obrigações ao custo	22.223	—	(407)	—	(14)	—	(384)
Dívida a longo prazo	—	69.660	—	(3.064)	—	(85)	(373)
Depósitos	—	163.188	—	(2.885)	—	8	2.032
Empréstimos pelo custo amortizado	69.042	—	(5.594)	—	(1)	—	(1.222)

					31 de dezembro de 2024		2024
	Valor contabilístico de instrumentos financeiros designados como coberturas de justo valor		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Total		Montante acumulado de ajustamentos de coberturas de justo valor – Relações de cobertura terminadas		Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da
em milhões de euros	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	Ativos	Passivo	
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	21.559	—	(1.383)	—	1	—	(156)
Obrigações ao custo amortizado	1.949	—	(22)	—	(18)	—	(4)
Dívida a longo prazo	—	73.946	—	(3.816)	—	(101)	(194)
Depósitos	—	117.196	—	(1.251)	—	(350)	(644)
Empréstimos pelo custo amortizado	17.083	—	(4.976)	—	(1)	—	(15)

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2025			2025	31 dez 2024			2024
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	240	354	98.862	(50)	58	183	109.671	(229)

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024	31 dez 2023
Reportados em capital ¹	(49)	36	44
dos quais relacionados com programas cessados	—	—	—
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(42)	(242)	436
Resultados retirados do capital no exercício findo	(44)	234	398
dos quais relacionados com programas cessados	—	—	—
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	(40)	(212)	434
Ineficácia registada nos resultados	(8)	13	101

¹ "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado.

De acordo com a IAS 39.96, os resultados declarados ao capital numa relação de cobertura de fluxos de caixa é o menor dos resultados cumulativos no instrumento de cobertura desde o início da cobertura e a variação cumulativa do justo valor dos fluxos de caixa futuros esperados na rubrica de cobertura desde o início da cobertura. Como resultado, as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura não são totalmente registadas em capital se excederem as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura. Consequentemente, a ineficácia da cobertura registada dentro da P&L nem sempre se concilia com a diferença entre as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura e as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura.

No CFH cambial, a ineficácia não é esperada, uma vez que o risco de ponto a prazo cambial não é uma componente do risco designado. A variação do justo valor do instrumento hipotético e do instrumento de cobertura utilizado para o teste de eficácia é determinada apenas pelo risco cambial à vista, e espera-se que seja compensada (sujeita a um resultado positivo no teste de capacidade).

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2037.

Em 31 de dezembro de 2025, o CFH cambial mais longo vence-se em 2032.

Os instrumentos financeiros designados como coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos como empréstimos pelo custo amortizado no Balanço consolidado do Grupo.

Os instrumentos financeiros designados no CFH cambial são reconhecidos como Títulos de dívida HTC ao custo amortizado no balanço consolidado do Grupo.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

	31 dez 2025		2025		31 dez 2024		2024	
			Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura			Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
em milhões de euros	Ativos	Passivo			Ativos	Passivo		
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	709	102	41.875	3.572	189	1.595	45.517	(2.442)

Saldos de cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	2025	2024
Reportados em capital ^{1 2}	(4.153)	(925)
dos quais relacionados com programas cessados	—	—
Resultados afetos ao capital no exercício findo	(588)	(405)
Resultados retirados do capital no exercício findo	(17)	(23)
dos quais relacionados com programas cessados ³	(17)	(23)
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	(3.789)	2.356
Ineficácia registada nos resultados ⁴	(232)	(81)

¹ Reportados em capital refere-se às receitas e despesas acumuladas reconhecidas no outro rendimento integral do Grupo.

² Reportados em capital inclui a reavaliação de capital em moeda estrangeira não coberta no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de (2.623 milhões de euros) e 1.166 milhões de euros em 2024.

³ Os resultados da cessação incluem as variações devidas ao capital coberto e não coberto das subsidiárias.

⁴ Esta materialidade inclui ganhos e perdas ao justo valor de diferenças entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo, quando o câmbio à vista é designado para efeitos de contabilidade de cobertura.

Perfil dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	31.947	230	167	—
Montante nominal dos swaps cambiais	9.418	108	5	—
Total	41.365	338	172	—
Em 31 de dezembro de 2024				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	36.976	318	3	—
Montante nominal dos swaps cambiais	7.990	230	—	—
Total	44.966	548	3	—

O Grupo utiliza uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Como indicado na tabela acima, a grande maioria dos contratos a prazo alcança a maturidade no ano. O Grupo não calculou uma taxa média em moeda estrangeira porque o montante de contratos que alcançam a maturidade após 1 ano não é material.

36 — Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

- pessoal-chave da gestão, incluindo membros íntimos da família e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias
- subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respectivas subsidiárias
- planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2025	2024	2023
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	49	47	37
Benefícios pós-emprego	7	4	7
Outros benefícios de longo prazo	13	35	17
Benefícios por cessação do vínculo laboral	6	—	—
Pagamento baseado em ações	30	15	18
Total	105	101	79

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2025, a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2024 e a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2023.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2025, contam-se créditos e compromissos de 2 milhões de euros e depósitos de 8 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2024, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão incluíam empréstimos e compromissos no valor de 2 milhões de euros e depósitos de 17 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respectivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

Empréstimos

em milhões de euros	2025	2024
Créditos pendentes, início do ano	73	44
Movimento líquido em empréstimos durante o período	(7)	70
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—
Alterações das taxas de câmbio/outras	—	(41)
Créditos pendentes, fim do ano¹	66	73
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	—	—
Provisão para perdas de crédito	—	1
Garantias e compromissos	3	3

¹ O montante de créditos vencidos era de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. Para o total de créditos, o Grupo recebeu uma garantia de 0 milhões de euros e de 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, respetivamente.

Depósitos

em milhões de euros	2025	2024
Depósitos pendentes, início do ano	29	33
Movimento líquido em depósitos durante o período	(7)	(4)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	—	—
Alterações das taxas de câmbio/outras	—	—
Depósitos pendentes, fim do ano	22	29

Outras transações

Outras transações inclui obrigações emitidas por empresas associadas que o Grupo adquiriu e classificou como ativos detidos para negociação. Estes ativos detidos para negociação ascendiam a 17 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e a 27 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

Outros ativos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024. Outros passivos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 e a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2024.

Transações com planos de pensões

Nos termos das IFRS, os planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2025	2024
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	—	—
Outros ativos	1	2
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	16	16
Valor de mercado de derivativos com uma contraparte do Grupo	411	679
Valor notional de derivativos com uma contraparte do Grupo	8.885	9.730

37 — Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 539 (2024: 521) entidades consolidadas, das quais 264 (2024: 229) entidades estruturadas consolidadas. 309 (2024: 328) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100% das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 230 (2024: 193) das entidades consolidadas (participações minoritárias). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, uma subsidiária tinha participações minoritárias materiais. As participações minoritárias de todas as outras subsidiárias não são individualmente nem cumulativamente materiais para o Grupo.

Subsidiárias com participações minoritárias materiais

	31 dez 2025	31 dez 2024
DWS Group GmbH & Co. KGaA		
Proporção de participações de capital e direitos de voto detidos por participações minoritárias	20,51%	20,51%
Sede	A nível mundial	A nível mundial
em milhões de euros		
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	191	133
Participações minoritárias acumuladas da subsidiária	1.544	1.546
Dividendos pagos a participações minoritárias	90	250
Resumo das informações financeiras:		
Total do ativo	11.775	11.871
Total do passivo	4.295	4.379
Total de receitas líquidas	3.155	2.765
Resultado líquido	928	652
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	429	904

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

As seguintes restrições contratuais têm impacto na capacidade do Grupo de utilizar ativos e o quadro seguinte reflete o volume desses ativos restritos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC
- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades

Ativos restritos

em milhões de euros	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	148.650	49	132.741	31
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	519.635	74.127	545.849	62.615
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	43.644	12.663	42.090	5.969
Empréstimos pelo custo amortizado	472.620	38.440	478.921	41.942
Outros	250.518	10.103	187.576	3.206
Total	1.435.067	135.382	1.387.177	113.762

Para além do acima referido e em conformidade com o regulamento relativo ao rácio de cobertura de liquidez (Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão), o Grupo identifica se os ativos detidos em países terceiros estão sujeitos a restrições à sua livre transferência. O Grupo identifica o volume de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) superior às saídas líquidas de caixa detidas em países terceiros que não são livremente transferíveis e exclui-os dos HQLA. O montante agregado de tais HQLA detidos em entidades em países terceiros e considerados restritos é de 20,51 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025 (20,50 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2024).

38 — Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas
- Um objetivo estreito e bem definido
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches)

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 01, “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas”.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades.

Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o valor nominal dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de 1,6 mil milhões de euros e 1,5 mil milhões de euros, respetivamente.

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimento do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para possibilitar um

determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo inclui predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários que têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

O Grupo pode transferir ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez. O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros. Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos patrocinados por terceiros ou o banco pode agir como gestor de fundos, depositário ou noutra qualidade e fornecer financiamento e facilidades de liquidez tanto a fundos patrocinados pelo banco como a fundos de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo banco detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em “Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos pelo justo valor através dos resultados”.

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o banco à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o banco adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o banco está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e compromissos extrapatrimoniais tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da IFRS 12, conforme interpretado pelo Deutsche Bank, é refletida pelos valores

nacionais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2025, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 188 mil milhões de euros, 591 mil milhões de euros e 28 mil milhões de euros, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2024, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de compromissos fora do balanço era de 220 mil milhões de euros, 746 mil milhões de euros e 29 mil milhões de euros, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o banco detém unidades de fundo e o valor nominal de derivados quando a participação do banco é composta por derivados
- Titularizações – Valor nominal de notas em emissão (excluindo apenas os juros e o excesso de títulos quando aplicável) quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nominal de derivados quando as participações do banco se encontram na forma de derivados
- Entidades de financiamento de terceiros – Total de ativos nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento terceiras, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia recebida/garantida ou o valor nominal da exposição que o banco tem à entidade.

Com base nas definições acima, a dimensão total das entidades estruturadas é de 3003 mil milhões de euros, dos quais a maioria de 1815 mil milhões de euros provém de fundos. Em 2024, eram 3156 mil milhões de euros e de 1828 mil milhões de euros, respetivamente.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

31 dez 2025

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	—	—	—	—	—
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	—	—	—	2	2
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	—	777	902	5.857	7.536
Títulos obtidos por empréstimo	—	—	—	—	—
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	249	3.150	5.893	81.892	91.184
Ativos detidos para negociação	166	1.751	4.462	6.243	12.622
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	83	326	29	4.428	4.866
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	—	1.072	1.401	71.221	73.695
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	—	—	—	—	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	—	579	423	87	1.088
Empréstimos pelo custo amortizado	207	50.712	36.059	23.786	110.764
Outros ativos	87	642	4.117	5.962	10.808
Total do ativo	543	55.860	47.393	117.587	221.383
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	414	19	191	4.937	5.561
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	414	19	191	4.937	5.561
Outros empréstimos a curto prazo	—	—	—	—	—
Outros passivos	—	—	—	—	—
Total do passivo	414	19	191	4.937	5.561
Exposições extrapatrimoniais	—	5.459	15.118	7.629	28.207
Total	129	61.300	62.320	120.279	244.028

	31 dez 2024				
em milhões de euros	Reagrupa- mento e Investimento de terceiros	Entidades de Financiamento de terceiros	Titulari- zações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	—	—	—	—	—
<u>Saldos interbancários (sem bancos centrais)</u>	<u>1</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>2</u>	<u>3</u>
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	—	1.009	382	4.532	5.923
Títulos obtidos por empréstimo	—	—	—	—	—
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	321	4.314	4.652	71.818	81.105
Ativos detidos para negociação	152	2.489	3.773	4.075	10.490
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	169	386	38	6.044	6.636
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	—	1.439	841	61.699	63.978
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	—	—	—	—	—
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	—	1.212	479	194	1.885
Empréstimos pelo custo amortizado	188	63.015	34.260	21.540	119.003
Outros ativos	1	735	4.361	7.774	12.871
Total do ativo	510	70.285	44.134	105.858	220.788
Passivo					
Total de passivos financeiros pelo justo valor através de resultados	1	45	138	6.549	6.733
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	1	45	138	6.549	6.733
Outros empréstimos a curto prazo	—	—	—	—	—
Outros passivos	—	—	—	—	—
Total do passivo	1	45	138	6.549	6.733
Exposições extrapatrimoniais	—	8.085	12.915	8.089	29.089
Total	509	78.325	56.912	107.398	243.144

O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, no valor de 12,6 mil milhões de euros e de 10,5 mil milhões de euros são principalmente compostos por 4,5 mil milhões de euros e 3,8 mil milhões de euros em titularizações e por 6,2 mil milhões de euros e 4,1 mil milhões de euros em entidades estruturadas de fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Os ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados incluem os acordos de revenda para os fundos que compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Os empréstimos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 consistem num investimento de 110,8 mil milhões de euros e 119,0 mil milhões de euros em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 no valor de 10,8 mil milhões de euros e de 12,9 mil milhões de euros, respetivamente, consistem essencialmente em saldos de margem.

Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Como patrocinador, o Deutsche Bank está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O banco também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Deutsche Bank. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o banco agiu como patrocinador.

A receita bruta de entidades patrocinadas onde o banco não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi de 218 milhões de euros e 581 milhões de euros, respectivamente. As instâncias em que o banco não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram em 2025 de 5,8 mil milhões de euros para titularização e 3,1 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2024, existiam 3,7 mil milhões de euros para titularização e 2,3 mil milhões de euros para reagrupamento e entidades de investimento.

39 — Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2025

em milhões de euros	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2025
Caixa e saldos do banco central	164.659	—	164.659
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.956	6	6.962
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	27.900	9.609	37.509
Títulos obtidos por empréstimo	6	—	6
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	511.893	7.742	519.635
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	11.277	32.367	43.644
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	—	924	924
Empréstimos pelo custo amortizado	114.570	358.051	472.620
Ativos fixos tangíveis	—	5.924	5.924
Goodwill e outros ativos intangíveis	—	7.561	7.561
Outros ativos	125.645	41.827	167.472
Ativos por impostos correntes	1.159	450	1.609
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	964.064	464.459	1.428.523
Ativos por impostos diferidos	—	—	6.544
Total do ativo			1.435.067

Rubricas do passivo a 31 de dezembro de 2025

em milhões de euros	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2025
Depósitos	666.224	25.604	691.827
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3.507	670	4.177
Títulos cedidos por empréstimo	2	—	2
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	357.997	26.181	384.179
Outros empréstimos a curto prazo	18.204	—	18.204
Outros passivos	131.448	6.265	137.713
Provisões	2.408	—	2.408
Passivos por impostos correntes	499	195	694
Dívida a longo prazo	22.175	92.579	114.754
Títulos fiduciários preferenciais	283	—	283
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.202.746	151.495	1.354.241
Passivos por impostos diferidos	—	—	623
Total do passivo			1.354.863

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2024

em milhões de euros	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2024
Caixa e saldos do banco central	147.494	—	147.494
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.154	6	6.160
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	32.061	8.742	40.803
Títulos obtidos por empréstimo	32	11	44
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	538.650	7.200	545.849
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10.539	31.551	42.090
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	—	1.028	1.028
Empréstimos pelo custo amortizado	126.187	352.733	478.921
Ativos fixos tangíveis	—	6.193	6.193
Goodwill e outros ativos intangíveis	—	7.749	7.749
Outros ativos	77.218	23.989	101.207
Ativos por impostos correntes	1.287	514	1.801
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	939.623	439.715	1.379.338
Ativos por impostos diferidos	—	—	7.839
Total do ativo			1.387.177

Rubricas do passivo a 31 de dezembro de 2024

em milhões de euros	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2024
Depósitos	640.982	25.279	666.261
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	2.710	1.030	3.740
Títulos cedidos por empréstimo	2	—	2
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	393.363	19.032	412.395
Outros empréstimos a curto prazo	9.895	—	9.895
Outros passivos	88.349	7.282	95.631
Provisões	3.326	—	3.326
Passivos por impostos correntes	492	228	720
Dívida a longo prazo	20.628	94.270	114.899
Títulos fiduciários preferenciais	287	—	287
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.160.033	147.122	1.307.155
Passivos por impostos diferidos			590
Total do passivo			1.307.745

40 — Acontecimentos após o período de relato

Após a data de relato, não ocorreram eventos materiais que tenham tido um impacto significativo nos resultados de operações, posição financeira e ativos líquidos do banco.

41 — Informação sobre o capital regulamentar

Definições gerais

O cálculo dos fundos próprios do Deutsche Bank inclui os requisitos de capital exigidos pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito" (CRR) e à "Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito" (CRD), que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção "Evolução dos ativos ponderados pelo risco", baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção refere-se à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG"), que não inclui companhias de seguros e empresas fora do setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2025, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 e capital Tier 1 adicional.

O capital CET 1 consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a filtros prudenciais e ajustamentos regulamentares, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem ganhos de titularização sobre a venda, coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e ajustamentos de valor adicionais. Os ajustamentos regulamentares dos fundos próprios CET 1 incluem, por exemplo, ativos intangíveis (que excedem o seu valor prudencial), a adoção do tratamento temporário de ganhos e perdas não realizados medidos pelo justo valor através de OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR, que se aplica até ao final do ano 2025, ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura, montantes negativos resultantes do cálculo dos montantes de perdas esperadas, ativos líquidos de fundos de pensões de benefícios definidos, participações cruzadas recíprocas no capital de entidades do setor financeiro e investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, Tier 2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens que não são deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais, tais como perpétuos sem incentivos para resgate, e a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos.

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preencham os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Instrumentos de capital

O Conselho de Administração foi autorizado pela Assembleia-Geral Anual de 2024 a comprar, até 30 de abril de 2029, ações até 10% do capital social no momento em que esta deliberação foi tomada ou, se inferior, do capital social no momento correspondente em que a autorização foi exercida. À data da Assembleia-Geral Anual de 2024, isto correspondia a um volume de até 199,5 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 99,7 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2024 e a Assembleia-Geral Anual de 2025, foram adquiridas 34,6 milhões de ações para efeitos de compensação em ações no mesmo período ou em períodos futuros. Destas, 21,3 milhões de ações foram adquiridas através do exercício de opções de compra. Além disso, foram adquiridas 22,7 milhões de novas opções de compra para efeitos de compensação de ações em períodos futuros. Além disso, no mesmo período, foram adquiridas 27,9 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. Destas, 20,9 milhões de ações foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações de 675 milhões de euros em 2024 e foram canceladas no início de 2025; e 7,0 milhões de ações

foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações de 750 milhões de euros em 2025. O número de ações detidas em Tesouraria era de 12,9 milhões à data da Assembleia-Geral Anual de 2025. Destas, 7,0 milhões de ações referem-se a ações recompradas para cancelamento no âmbito do programa de recompra de ações de 750 milhões de euros em 2025. O volume remanescente de 5,9 milhões de ações refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

A Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2025 concedeu ao Conselho de Administração a aprovação para adquirir, até 30 de abril de 2030, ações correspondentes até 10% do capital social em vigor à data da deliberação ou, em caso de percentagem inferior, do capital social em vigor à data do exercício da autorização. Na Assembleia-Geral Anual de 2025, isto correspondia a 194,8 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 97,4 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituíram as autorizações do ano anterior. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2025 e 31 de dezembro de 2025, foram adquiridas 4,6 milhões de ações para efeitos de remuneração em ações nos períodos subsequentes e 30,6 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuição de capital aos acionistas. Destas, 22,3 milhões de ações foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações de 750 milhões de euros e 8,4 milhões de ações foram adquiridas no âmbito do programa de recompra de ações de 250 milhões de euros. Em dezembro de 2025, um total de 37,7 milhões de ações foram canceladas. O número de ações detidas em tesouraria totalizava 7,7 milhões de ações em 31 de dezembro de 2025. As ações serão utilizadas para efeitos de remuneração baseada em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovada na Assembleia-Geral Anual de 2021 e válida até à Assembleia-Geral Anual de 2025, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração era de 2.560 milhões de euros (1.000 milhões de ações). Na Assembleia-Geral Anual de 2025, este capital autorizado foi substituído por um novo capital autorizado de 2.493 milhões de euros (973,8 milhões de ações). Em 31 de dezembro de 2025, esta autorização não tinha sido utilizada e o capital autorizado mantinha-se nos 2.493 milhões de euros.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2022 até à Assembleia-Geral Anual de 2025, o Conselho de Administração foi autorizado a emitir notas participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumpram os requisitos regulamentares para serem qualificados como capital Tier 1 adicional, com um valor equivalente a 9 mil milhões de euros. Nesse período, o Deutsche Bank emitiu 5,75 mil milhões de euros em novas notas AT1, dos quais 1,5 mil milhões de euros com maturidade em março de 2025. A partir da Assembleia-Geral Anual de 2025, o Conselho de Administração está autorizado a emitir notas participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumpram os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional, com um valor equivalente a 12 mil milhões de euros, até 30 de abril de 2030. Com base nesta autorização, a partir de 31 de dezembro de 2025, o Deutsche Bank emitiu 1,0 mil milhões de euros em novas notas AT1.

Com base no CRR atual, o montante reconhecido como capital regulamentar AT1 ascendeu a 11,5 mil milhões de euros. O montante nominal correspondente dos instrumentos AT1 em circulação era de 11,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, foram resgatados instrumentos AT1 com um valor nominal de 2,4 mil milhões de euros. O banco emitiu novas notas AT1 com um valor nominal de 2,5 mil milhões de euros em 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante reconhecido como capital regulamentar Tier 2 totalizava 7,1 mil milhões de euros. O montante nominal correspondente dos instrumentos Tier 2 em circulação era de 8,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, os instrumentos Tier 2 com um valor nominal de 2,8 mil milhões de euros venceram e 0,1 mil milhões de euros passaram a ser inelegíveis. Não se registaram novas emissões de instrumentos de Tier 2 em 2025.

Requisitos prudenciais e reservas adicionais

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. O Deutsche Bank cumpre os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2025.

Detalhes sobre capital regulamentar

Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2025	31 dez 2024
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	42.983	44.130
Lucros não distribuídos	21.149	19.978
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(4.159)	(1.229)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis ¹	3.347	801
Outros	917	1.020
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	64.237	64.700
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.667)	(1.680)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	296	95
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.045)	(5.277)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(2.533)	(3.463)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(2.579)	(3.037)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.135)	(1.173)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios	—	—
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10%/15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	—	—
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10%/15%) (montante negativo)	—	—
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos do artigo 468.º do CRR	—	1.012
Outros ajustamentos regulamentares ²	(2.309)	(1.721)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(14.971)	(15.244)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	49.266	49.457
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	11.648	11.508
Montante das rubricas elegíveis referidas no artigo 484.º, n.º 4 do CRR e contas de prémio de emissão relacionadas sujeitas a eliminação progressiva do AT1	—	—
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	11.648	11.508
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(130)	(130)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	—	—
Outros ajustamentos regulamentares	—	—
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(130)	(130)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	11.518	11.378
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	60.784	60.835
Capital Tier 2 (T2)	7.050	7.676
Total do capital (TC = T1 + T2)	67.834	68.511
Total dos ativos ponderados pelo risco	347.133	357.427
Rácios de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	0,1	13,8
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	0,2	17,0
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	0,2	19,2

¹ O resultado do ano completo é reconhecido de acordo com a Decisão (UE) 2015/656 do BCE, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); os lucros do ano corrente, de 6,9 mil milhões de euros, foram reduzidos pelas deduções relativas à futura distribuição aos acionistas, no valor de 3,1 mil milhões de euros, e pelos cupões AT1, no valor de 0,5 mil milhões de euros

² Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2024: 1,4 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,7 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2024: 0,3 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial das exposições não produtivas

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Total do capital acionista por balanço contabilístico	66.933	66.276
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(24)	(24)
Dos quais:		
Capital realizado adicional	—	—
Lucros não distribuídos	(16)	(24)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(9)	—
Total do capital acionista por balanço regulamentar	66.909	66.252
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	917	1.020
Dedução de cupões AT1 e de distribuição dos acionistas ¹	(3.585)	(2.565)
Instrumentos de capital não elegíveis para CET 1 nos termos do CRR 28(1)	(4)	(7)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	64.237	64.700
Filtros prudenciais	(1.371)	(1.585)
Dos quais:		
Ajustamentos de valor adicionais	(1.667)	(1.680)
Qualquer aumento em capital que resulte de ativos titularizados	—	—
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa e resultados de passivos designados ao justo valor, resultantes de alterações da própria situação de crédito	296	95
Ajustamentos regulamentares	(13.600)	(13.659)
Dos quais:		
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.045)	(5.277)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(2.533)	(3.463)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(2.579)	(3.037)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(1.135)	(1.173)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 de entidades do setor	—	—
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	—	—
Organismos de investimento coletivo (OIC) não incluídos nos ativos ponderados pelo risco	(214)	—
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos do artigo 468.º do CRR	—	1.012
Outros ²	(2.094)	(1.721)
Capital Common Equity Tier 1	49.266	49.457

¹ O resultado do ano completo é reconhecido de acordo com a Decisão (UE) 2015/656 do BCE, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4); as deduções do ano corrente incluem deduções relativas à distribuição aos acionistas no valor de 3,1 mil milhões de euros e cupões AT1 no valor de 0,5 mil milhões de euros

² Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2024: 1,4 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,7 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2024: 0,3 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um provisionamento prudencial das exposições não produtivas

Gestão de capital

A Tesouraria do Deutsche Bank gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a estratégia de capital do Deutsche Bank, desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A Tesouraria, diretamente ou através do Comité de Ativos e Passivos (ALCO) do Grupo, gere, entre outras coisas, a emissão e recompra de ações e instrumentos de capital, a proteção dos rácios de capital contra as oscilações cambiais, a conceção da alocação de capital dos acionistas e o planeamento do capital regional. O ALCO do Grupo discute e aprova as capacidades de divisão no que se refere aos principais recursos financeiros, para aprovação pelo Comité de Risco do Grupo, onde são aprovados os limites trimestrais dos recursos. O banco está totalmente empenhado em manter a sólida capitalização do Deutsche Bank, tanto do ponto de vista económico como regulamentar, tendo em conta os fundos próprios contabilísticos baseados nas normas contabilísticas IFRS, o capital regulamentar e económico, bem como os requisitos específicos de capital das agências de notação. O banco controla e ajusta continuamente a procura e a oferta global de capital do Deutsche Bank, a fim de alcançar sempre um equilíbrio adequado.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as emissões do Deutsche Bank abaixo do par.

O Tesouro gere a sensibilidade do rácio CET 1 e do capital do Deutsche Bank em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este efeito, a Tesouraria desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas dentro dos limites de uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração. O capital investido nas filiais e sucursais estrangeiras do Deutsche Bank não está coberto, está parcialmente coberto ou está totalmente coberto. Deste modo, a Tesouraria pretende equilibrar os efeitos das variações cambiais sobre o capital, as rubricas de dedução do capital e os ativos ponderados pelo risco em moeda estrangeira. Além disso, a Tesouraria contabiliza também os custos de cobertura associados e as implicações nos ativos ponderados pelo risco de mercado.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no plano estratégico anual do Deutsche Bank com as ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem do banco. Como parte do processo trimestral do Deutsche Bank, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura de capital (definido como a soma dos RWA e de determinados equivalentes de RWA de rubricas de dedução de capital e determinados equivalentes de RWA de rubricas de requisitos de amortecedor de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem) do Deutsche Bank, consoante o que represente a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das subsidiárias do Deutsche Bank, bem como algumas agências do banco, estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a posição de capital e de liquidez do Deutsche Bank, o banco tem em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das agências e subsidiárias do Deutsche Bank em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimento do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria é membro do Comité de Pensões do Deutsche Bank e está representada nos Comités de Investimento relevantes que supervisionam a gestão dos ativos dos maiores fundos de pensões do Deutsche Bank na Alemanha. Estes comités de investimento definem a estratégia de investimento para estes fundos, em conformidade com o objetivo de investimento do banco de proteger a base de capital e a capacidade de distribuição do banco.

42 — Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 314.º do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da lei bancária alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2025	2024
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	9.651	9.836
Encargos de segurança social	2.163	1.896
dos quais: relacionados com pensões	1.019	1.016
Total	11.813	11.731

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2025 era de 89.898 (2024: 90.149) dos quais 40.372 (2024: 40.341) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial são incluídos nestes valores de forma proporcional. Uma média de 55.570 (2024: 54.376) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

As tabelas seguintes apresentam as remunerações recebidas pelos membros do Conselho de Administração coletivamente, de acordo com os requisitos da Norma Contábilística Alemã n.º 17. Para mais informações, consulte o Relatório de Remuneração no Relatório Anual.

em euros	2025	2024
Remuneração fixa	26.457.875	26.659.356
Subsídios fixos	1.616.667	1.525.000
Benefícios marginais	652.044	1.170.876
Remuneração relacionada com o desempenho	27.446.519	21.039.598
Remuneração total	56.173.105	50.394.830

	2025	2024
Prémios em ações concedidos		
Cotação relevante da ação em euros	30,53	20,01
Prémios em ações concedidos/comunicados pró-forma	1.116.294	1.683.651
Prémios iniciais em ações dos mesmos	278.066	392.848
Prémios restritos em ações dos mesmos	59.785	9.385
Ações pró-forma comunicadas dos mesmos	778.442 ¹	1.281.418 ²
Valor dos prémios em ações concedidos/comunicados pró-forma em euros	34.080.444	33.691.540
Prémios iniciais em ações dos mesmos	8.489.361	7.861.281
Prémios restritos em ações dos mesmos	1.825.250	187.804
Ações pró-forma comunicadas dos mesmos	23.765.833 ¹	25.642.455 ²

¹ As ações pró-forma comunicadas serão determinadas com base no nível final de realização no final do período de desempenho 2025 - 2027 e legalmente concedidas em 2028.

² As ações pró-forma comunicadas serão determinadas com base no nível final de realização no final do período de desempenho 2024 - 2026 e legalmente concedidas em 2027.

em euros	2025	2024
Pagamentos a antigos membros do Conselho de Administração ou aos seus dependentes sobreviventes	100.496.514	35.841.194
Provisões de pensões para antigos membros do Conselho de Administração ou para os seus dependentes	134.043.639	142.890.863

A remuneração do Conselho de Fiscalização está regulamentada na Secção 14 dos Estatutos do Deutsche Bank AG e foi alterada pela última vez por deliberação da Assembleia Geral em 17 de maio de 2023. A remuneração total dos membros do Conselho de Fiscalização em 2025 foi de 7.712.500 euros (2024: 7.775.000 euros). O banco não concede aos membros do Conselho de Fiscalização quaisquer benefícios após a sua saída do Conselho de Fiscalização.

Em 31 de dezembro de 2025, os empréstimos e adiantamentos concedidos e os passivos contingentes assumidos para os membros do Conselho de Administração ascendiam a 57.873 euros (2024: 52.119 euros) e para os membros do Conselho de Fiscalização ascendiam a 1.410.092 euros (2024: 1.256.722 euros). Em 2025, os membros do Conselho de Administração reembolsaram 3201 euros (2024: 0 euros) e os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram 179.384 euros (2024: 67.238 euros).

Rentabilidade dos ativos

O artigo 26.º-A da lei bancária alemã define a rentabilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos para 2025 foi de 0,49% (2024: 0,25 %).

Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet (www.db.com/ir/en/reports.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Repartição dos honorários cobrados pela EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY GmbH & Co. KG") e outras empresas membros da EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2025	2024
Honorários por serviços de auditoria	70	69
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	55	55
Honorários relacionados com auditoria	10	10
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	6	7
Honorários por serviços de consultoria fiscal	—	—
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	—	—
Todas as outras comissões	—	1
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	—	—
Total de comissões	80	80

Os honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG e não incluem os honorários de auditoria da DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às iniciativas de planeamento fiscal e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

43 — Divulgação de informação por país

Nos termos do artigo 26.^o-A da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por localização geográfica. As informações apresentadas no quadro seguinte provêm das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. A tabela não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras deste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que incluem o requisito de apresentação da informação sobre as localizações geográficas antes da eliminação das transações transfronteiriças intragrupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intragrupo dentro do mesma localização geográfica. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para efeitos de relatórios de gestão internos sobre as respetivas localizações geográficas.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera a localização de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Para a denominação, natureza da atividade e domicílio das subsidiária e agências, consultar a Nota 44 "Participações acionistas". Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

	31 de dezembro de 2025			
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Receitas líquidas (Volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro) ¹	Resultado antes de imposto sobre o rendimento	Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento
Argentina	—	5	(2)	—
Austrália	233	288	86	(30)
Áustria	13	75	3	—
Bélgica	214	447	49	(17)
Brasil	139	214	77	(35)
Canadá	10	10	(8)	—
Ilhas Caimão	(18)	—	(19)	—
China	187	624	67	(15)
Colômbia	1	7	(1)	—
República Checa	24	45	11	(2)
França	158	212	65	(11)
Alemanha	12.477	33.386	3.883	(871)
Grã-Bretanha	4.798	7.516	930	(157)
Grécia	2	13	3	(1)
Hong Kong	586	780	150	(32)
Hungria	39	73	10	(2)
Índia	988	23.867	815	(280)
Indonésia	113	232	64	(19)
Irlanda	18	158	6	—
Israel	8	15	—	—
Itália	1.137	2.820	293	(101)
Japão	238	344	90	(28)
Jersey	5	—	10	(6)
Luxemburgo	1.196	475	720	(140)
Malásia	108	231	67	(16)
Maurícia	4	—	4	—
México	12	38	4	—
Países Baixos	260	392	95	(27)
Paquistão	17	86	9	(6)
Peru	1	—	(1)	—
Filipinas	42	1.420	13	(5)
Polónia	158	380	(36)	(9)
Portugal	13	45	2	(1)
Catar	—	4	(1)	—
Roménia	2	2.037	18	(4)
Federação da Rússia	101	162	61	(17)
Arábia Saudita	34	50	6	(1)
Singapura	1.223	1.796	537	(74)
África do Sul	22	37	6	—
Coreia do Sul	149	193	68	(17)
Espanha	646	2.308	197	(62)
Sri Lanka	18	53	7	(2)
Suécia	4	38	(1)	—
Suíça	316	616	40	(7)
Taiwan	77	147	47	(5)
Tailândia	62	102	23	(5)
Turquia	139	114	109	(33)
Emirados Árabes Unidos	36	200	17	(4)
Ucrânia	14	34	13	(6)
EUA	7.174	7.703	2.231	(551)
Vietname	50	85	35	(7)

¹ Equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2025

44 — Participações

696	Subsidiárias
707	Entidades estruturadas consolidadas
718	Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
720	Outras empresas em que a participação é superior a 20%
724	Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão ("HGB").

Notas de rodapé:

- 1 Controlada.
- 2 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do
- 3 Parceria geral.
- 4 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 5 Joint venture
- 6 Não controlada.
- 7 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa
- 8 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
- 9 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
- 10 Fundos próprios preliminares no valor de 6.278,9 milhões de euros/Resultado no valor de 19,5 milhões de euros (Exercício de 2025).
- 11 Fundos próprios preliminares no valor de 5.990,8 milhões de euros/Resultado no valor de 66,1 milhões de euros (Exercício de 2025).
- 12 Fundos próprios de 45,8 milhões de euros/Resultado no valor de 4,0 milhões de euros (Exercício de 2024).
- 13 Não consolidado nem contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificado como ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.
- 14 Fundos próprios de 1,0 milhões de euros/Resultado no valor de 11,2 milhões de euros (Exercício de 2024).
- 15 Fundos próprios de 37,1 milhões de euros/Resultado no valor de 4,1 milhões de euros (Exercício de 2024).

Subsidiárias

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
3	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
4	Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
5	Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
6	Baldur Mortgages Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
7	Better Payment Germany GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
8	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln		Instituição financeira	100,0
9	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		Instituição de crédito	100,0
10	BHW Holding GmbH	Hameln		Empresa de participação financeira	100,0
11	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		Outra empresa	100,0
12	Breaking Wave DB Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
13	BT Globenet Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
14	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
15	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
16	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	100,0
17	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		Instituição financeira	100,0
18	China Recovery Fund, LLC	Wilmington		Instituição financeira	85,0
19	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1	Instituição financeira	10,0
20	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
21	City Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
22	Consumo Srl in Liquidazione	Milão		Instituição financeira	100,0
23	D B Investments (GB) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
24	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
25	DB (Barbados) SRL	Christ Church		Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
26	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Empresa de serviços auxiliares	100,0
27	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		Empresa de serviços auxiliares	100,0
28	DB Advisory Services S.A.S.	Bogotá		Instituição financeira	100,0
29	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		Instituição financeira	100,0
30	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
31	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	96,9
32	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	96,9
33	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de participação financeira	100,0
34	DB Boracay LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
35	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de participação financeira	100,0
36	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
37	DB Commodity Financing Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
38	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Instituição financeira	100,0
39	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
40	DB Direkt GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de serviços auxiliares	100,0
41	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
42	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
43	DB Finance International GmbH	Frankfurt am Main		Instituição financeira	100,0
44	DB Global Technology SRL	Bucarest		Empresa de serviços auxiliares	100,0
45	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
46	DB Group Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
47	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
48	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	2	Instituição financeira	100,0
49	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		Instituição financeira	100,0
50	DB Intermezzo LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
51	DB Internal Funding Limited	Londres		Instituição financeira	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
52	DB International (Asia) Limited	Singapura		Instituição de crédito	100,0
53	DB International Investments Limited (em dissolução voluntária pelos	Londres		Instituição financeira	100,0
54	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		Outra empresa	100,0
55	DB Investment Partners Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
56	DB Investment Services GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de serviços auxiliares	100,0
57	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
58	DB Management Support GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de serviços auxiliares	100,0
59	DB Nominees (Hong Kong) Limited	SAR de Hong Kong		Empresa de serviços auxiliares	100,0
60	DB Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
61	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
62	DB Operaciones y Servicios Interactivos, S.L.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
63	DB Overseas Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
64	DB Print GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de serviços auxiliares	100,0
65	DB Private Clients Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
66	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
67	DB Re S.A.	Luxemburgo		Empresa de resseguros	100,0
68	DB Service Centre Limited	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	100,0
69	DB Services (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	100,0
70	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
71	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
72	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		Empresa de serviços auxiliares	100,0
73	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
74	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
75	DB Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
76	DB Trustees (Hong Kong) Limited	SAR de Hong Kong		Outra empresa	100,0
77	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
78	DB UK Bank Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
79	DB UK Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
80	DB UK PCAM Holdings Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
81	DB USA Core Corporation	West Trenton		Empresa de serviços auxiliares	100,0
82	DB USA Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
83	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
84	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
85	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	100,0
86	DB Vita S.A.	Luxemburgo		Empresa de seguros	84,0
87	DBAH Capital, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
88	DBCIBZ1 (em dissolução voluntária)	George Town		Instituição financeira	100,0
89	DBFIC, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
90	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
91	DBR Investments Co. Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
92	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		Empresa de gestão de ativos	100,0
93	DBRMSGP1	George Town	2, 3	Instituição financeira	100,0
94	DBX Advisors LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
95	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt am Main		Instituição financeira	100,0
96	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de serviços auxiliares	100,0
97	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
98	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
99	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
100	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited (em	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
101	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		Instituição financeira	100,0
102	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
103	Deutsche Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
104	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		Outra empresa	100,0
105	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		Instituição de crédito	100,0
106	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		Instituição de crédito	100,0
107	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		Instituição de crédito	100,0
108	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		Instituição de crédito	100,0
109	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		Instituição de crédito	100,0
110	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
111	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt am Main		Instituição de crédito	100,0
112	Deutsche Bank Financial Company	George Town		Instituição financeira	100,0
113	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
114	Deutsche Bank Immobilien GmbH	Hameln		Outra empresa	100,0
115	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Wilmington		Outra empresa	100,0
116	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
117	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
118	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		Instituição financeira	100,0
119	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		Instituição de crédito	100,0
120	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		Empresa de serviços auxiliares	100,0
121	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		Instituição de crédito	100,0
122	Deutsche Bank S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	99,9
123	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
124	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
125	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
126	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
127	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
128	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española Unipersonal	Madrid		Instituição de crédito	100,0
129	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
130	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
131	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão		Instituição financeira	100,0
132	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
133	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
134	Deutsche Finance No. 2 Limited (em liquidação voluntária)	George Town		Instituição financeira	100,0
135	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
136	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
137	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		Empresa de serviços auxiliares	100,0
138	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
139	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
140	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt am Main		Outra empresa	99,8
141	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
142	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
143	Deutsche Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
144	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
145	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
146	Deutsche Holdings No. 4 Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
147	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
148	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
149	Deutsche India Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
150	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited (em	Dublin		Instituição financeira	100,0
151	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
152	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
153	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		Empresa de serviços auxiliares	100,0
154	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
155	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
156	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
157	Deutsche Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
158	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colónia		Empresa de investimento	100,0
159	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		Empresa de serviços auxiliares	100,0
160	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
161	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		Instituição financeira	100,0
162	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
163	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
164	Deutsche Securities Asia Limited	SAR de Hong Kong		Instituição financeira	100,0
165	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		Instituição financeira	100,0
166	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		Instituição financeira	100,0
167	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		Instituição financeira	100,0
168	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade		Instituição financeira	100,0
169	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		Instituição financeira	100,0
170	Deutsche Services (CI) Limited	St. Helier		Instituição financeira	100,0
171	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
172	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	100,0
173	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
174	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		Outra empresa	100,0
175	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
176	Deutsche Wealth Management S.G.I.L.C., S.A.	Madrid		Empresa de gestão de ativos	100,0
177	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	78,0
178	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	100,0
179	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
180	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	98,0
181	DWS Alternatives France	Paris		Outra empresa	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
182	DWS Alternatives Global Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
183	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de gestão de ativos	100,0
184	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		Empresa de gestão de ativos	100,0
185	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt am Main		Instituição financeira	98,3
186	DWS CH AG	Zurique		Instituição financeira	100,0
187	DWS Consulting Shanghai Limited	Xangai		Outra empresa	100,0
188	DWS Corporate Management Beijing Limited	Pequim		Outra empresa	100,0
189	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
190	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		Instituição financeira	60,0
191	DWS Global Business Services Inc.	Cidade de Taguig		Empresa de serviços auxiliares	99,9
192	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt am Main	2	Sociedade gestora de participações de investimento	79,5
193	DWS Group Services UK Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
194	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de gestão de ativos	99,9
195	DWS India Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
196	DWS International GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de investimento	100,0
197	DWS Investment GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de gestão de ativos	100,0
198	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
199	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de ativos	100,0
200	DWS Investments Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
201	DWS Investments Hong Kong Limited	SAR de Hong Kong		Instituição financeira	100,0
202	DWS Investments Japan Limited	Tóquio		Instituição financeira	100,0
203	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		Instituição financeira	100,0
204	DWS Investments UK Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
205	DWS Management GmbH	Frankfurt am Main		Instituição financeira	100,0
206	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt am Main		Instituição financeira	99,9
207	DWS Service Company	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
208	DWS Trust Company	Concord		Instituição financeira	100,0
209	DWS USA Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
210	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.L.	Hamburgo		Outra empresa	65,2
211	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		Instituição financeira	100,0
212	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão		Outra empresa	100,0
213	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
214	Fir (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
215	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt am Main		Empresa de serviços auxiliares	100,0
216	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhle "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		Outra empresa	74,9
217	GAHL Holdings LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
218	GAHL Holdings Trust	Wilmington	1	Instituição financeira	0,0
219	German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
220	Greenheart (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
221	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
222	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	78,7
223	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	90,0
224	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colônia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
225	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		Instituição de crédito	100,0
226	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
227	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt am Main		Empresa de serviços auxiliares	100,0
228	Kidson Pte Ltd	Singapura		Instituição financeira	100,0
229	Konsul Inkasso GmbH	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
230	LA Water Holdings Limited	George Town		Instituição financeira	75,0
231	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	100,0
232	London Industrial Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
233	MEF I Manager, S. à r.l.	Munsbach		Instituição financeira	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
234	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		Instituição financeira	100,0
235	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
236	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
237	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt am Main	2	Instituição financeira	100,0
238	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt am Main		Instituição financeira	100,0
239	norisbank GmbH	Bona		Instituição de crédito	100,0
240	Numis Corporation Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
241	Numis Europe Limited (em dissolução)	Dublin		Empresa de investimento	100,0
242	Numis Nominees (Client) Limited	Londres		Outra empresa	100,0
243	Numis Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
244	Numis Securities Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
245	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		Empresa de serviços auxiliares	100,0
246	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		Instituição de crédito	100,0
247	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
248	OPB-Oktava GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
249	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
250	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
251	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
252	PB Factoring GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
253	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
254	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		Outra empresa	100,0
255	Postbank Direkt GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
256	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		Instituição financeira	100,0
257	Postbank Finanzberatung AG	Hameln		Empresa de serviços auxiliares	100,0
258	Postbank Leasing GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
259	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta		Instituição financeira	99,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
261	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
262	RREEF America L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
263	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
264	RREEF Fund Holding LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
265	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
266	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
267	SAPIO Grundstücks- Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
268	Sharps SP I LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
269	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		Outra empresa	100,0
270	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt am Main		Instituição financeira	100,0
271	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	100,0
272	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		Instituição financeira	100,0
273	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	100,0
274	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona		Fornecedor de serviços de pagamento	100,0
275	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt am Main		Instituição financeira	100,0

Entidades estruturadas consolidadas

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
276	Al Mi'yar Capital 2 Cayman Ltd	George Town	4	Outra empresa	
277	Al Mi'yar Capital SA	Luxemburgo	4	Outra empresa	
278	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
279	Alixville Invest, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
280	Altersvorsorge Fonds Hamburg Alter Wall Dr. Juncker KG	Frankfurt am Main		Outra empresa	
281	Ansbacher I S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
282	Ansbacher II S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
283	Atlas Investment Company 1 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
284	Atlas Investment Company 2 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
285	Atlas Investment Company 3 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
286	Atlas Investment Company 4 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
287	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		Instituição financeira	0,0
288	Atlas SICAV - FIS, en liquidation volontaire	Luxemburgo	4	Outra empresa	
289	Australian Secured Personal Loans Trust	Melbourne		Outra empresa	100,0
290	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	4	Outra empresa	
291	Blue Square Finance 2025-1 Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
292	Capital Trust Japan Company Limited (Trust Account Project Spark Agreement)	Tóquio		Instituição financeira	
293	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
294	Cathay Capital Company Limited	Ebène	1	Instituição financeira	19,0
295	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	
296	Ceto S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
297	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
298	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
299	CLASS Limited	St. Helier	4	Outra empresa	
300	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town		Instituição financeira	

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
301	Crofton Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
302	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
303	DB Aster II, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
304	DB Aster, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
305	DB Aster, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
306	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		Instituição financeira	90,0
307	DB Holding Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior <i>Crédito Privado</i>	São Paulo		Instituição financeira	100,0
308	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
309	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
310	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8092 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
311	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8093 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
312	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8095 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
313	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8096 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
314	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8097 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
315	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8103 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
316	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8108 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
317	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8139 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	20,9
318	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8147 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	10,7
319	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8148 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	10,2
320	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8149 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	9,6
321	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8151 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	9,2
322	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8154 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
323	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8156 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
324	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8157 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
325	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8160 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
326	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8162 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
327	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8163 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
328	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8164 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
329	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8165 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
330	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8166 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
331	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8167 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
332	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8168 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
333	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8174 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
334	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8175 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
335	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8179 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
336	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8182 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
337	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8183 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
338	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8184 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
339	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8185 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
340	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8186 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
341	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8187 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
342	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8188 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
343	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8189 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
344	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8190 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
345	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8191 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
346	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8192 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
347	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8193 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
348	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8194 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
349	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8195 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
350	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8196 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
351	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8197 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
352	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8198 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
353	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8199 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
354	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8201 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
355	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8203 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	21,6
356	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8210 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	1,5
357	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8211 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
358	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8212 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
359	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8213 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,3
360	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8214 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
361	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8215 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
362	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8216 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
363	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8217 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
364	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8218 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
365	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8219 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
366	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8220 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
367	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8221 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
368	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8222 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
369	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8223 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
370	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8224 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
371	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8225 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
372	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8226 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
373	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8227 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
374	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8057 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
375	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8060 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
376	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8070 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
377	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8071 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
378	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8090 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
379	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8099 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
380	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8100 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
381	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8101 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
382	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8105 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
383	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8106 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
384	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8109 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
385	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8118 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
386	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8121 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
387	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8122 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
388	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8123 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
389	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8124 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
390	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8125 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
391	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8126 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
392	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8128 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
393	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8130 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
394	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8133 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
395	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8134 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,2
396	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8135 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
397	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8140 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
398	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8152 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
399	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8153 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
400	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8158 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
401	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8159 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
402	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8161 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
403	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8178 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
404	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8909 Trust	Newark		Empresa de serviços auxiliares	3,3

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
405	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8910 Trust	Newark		Empresa de serviços auxiliares	15,4
406	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
407	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
408	DBX ETF Trust	Wilmington	4	Outra empresa	
409	Deloraine Spain, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
410	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	4	Outra empresa	
411	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	4	Outra empresa	
412	Deutsche Colombia S.A.S. - em liquidação	Bogotá		Instituição financeira	100,0
413	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		Instituição financeira	100,0
414	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		Instituição financeira	100,0
415	Deutsche Postbank Funding Trust I	Newark		Instituição financeira	100,0
416	Deutsche Postbank Funding Trust III	Newark		Instituição financeira	100,0
417	Dolin Holdco SAS	Paris		Instituição financeira	100,0
418	Dubonnet Courbevoie SCI	Paris		Empresa de serviços auxiliares	100,0
419	Dubonnet Holdco SAS	Paris		Instituição financeira	100,0
420	DWS Alternatives (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
421	DWS EREP Lux 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
422	DWS European Real Estate Partners S.C.A. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	99,9
423	DWS Funds	Luxemburgo	4	Outra empresa	
424	DWS Garant	Luxemburgo	4	Outra empresa	
425	DWS Invest	Luxemburgo	4	Outra empresa	
426	DWS Invest (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
427	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		Outra empresa	
428	DWS-Fonds Treasury Liquidity (EUR)	Frankfurt am Main		Outra empresa	100,0
429	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington		Instituição financeira	
430	Earls Eight Limited	George Town	4	Outra empresa	

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
431	Earls Four Limited	George Town	4	Outra empresa	
432	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à.r.l. & Co. KG i.L.	Colónia		Outra empresa	
433	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
434	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	4	Outra empresa	
435	Emeris	George Town		Instituição financeira	
436	Erste Frankfurter Hoist GmbH i.L.	Frankfurt am Main		Instituição financeira	100,0
437	FCT Orchid	Saint-Denis		Outra empresa	
438	Fin Finance COZ5 Limited	Londres		Instituição financeira	
439	Fondo Privado de Titulización PYMES I Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
440	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-037	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
441	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-041	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
442	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-043	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
443	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-044	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
444	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
445	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
446	Galene S.à r.l.	Luxemburgo		Empresa de serviços auxiliares	
447	Gladyr Spain, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
448	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		Instituição financeira	
449	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town		Instituição financeira	
450	GWC-GAC Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
451	Havbell Designated Activity Company	Maynooth		Instituição financeira	
452	Histria Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
453	Infrastructure Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
454	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
455	Investor Solutions Limited	St. Helier	4	Outra empresa	
456	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
457	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	
458	Kelona Invest, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
459	KH Kitty Hall Holdings Limited	Dublin		Instituição financeira	
460	Kratus Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
461	Kronos Funding Ltd	Londres		Instituição financeira	
462	Kuiper Credit Opportunities	Paris	4	Outra empresa	
463	Ledyard, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
464	87 Leonard Development LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
465	LES Essex Crossing Holdings Acquisition LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
466	LES Essex Crossing Investor LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
467	LES Essex Crossing Parent LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
468	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
469	Lockwood Invest, S.L.	Madrid		Instituição financeira	
470	Lunashadow Limited	Dublin		Instituição financeira	
471	1800 M Chaperone Investor LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
472	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
473	Merlin XI	George Town		Instituição financeira	
474	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
475	2101 MS Investor LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
476	2101 MS Parent LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
477	2101 MS Property Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
478	Navigator - SGFTC, S.A.	Lisboa		Empresa de serviços auxiliares	100,0
479	NCW Holding Inc.	Vancouver		Instituição financeira	100,0
480	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
481	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1	Outra empresa	0,0
482	OBP Beneficial Interest Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
483	OBP Parent Holdings LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
484	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
485	Palladium Global Investments S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
486	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
487	PARTS Funding, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
488	PEFCO Finance Issuer One S.A.R.L.	Luxemburgo	4	Outra empresa	
489	PEIF II SLP Feeder 2 LP	Edimburgo		Instituição financeira	100,0
490	PEIF III SLP Feeder 2, SCSp	Senningerberg	2	Instituição financeira	100,0
491	PEIF III SLP Feeder GP, S.à r.l.	Senningerberg		Instituição financeira	
492	PEIF IV SLP DWS Feeder, SCSp	Senningerberg		Instituição financeira	100,0
493	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		Instituição financeira	95,0
494	Property Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
495	PUTTERs Series 3009DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,6
496	PUTTERs Series 3010DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,7
497	PUTTERs Series 3011DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	1,0
498	PUTTERs Series 3012DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
499	PUTTERs Series 3013DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,2
500	PUTTERs Series 3014DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,2
501	PUTTERs/DRIVERs, Series 3005DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	13,6
502	PUTTERs/DRIVERs, Series 3007DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	16,9
503	Radical Properties Unlimited Company	Dublin		Instituição financeira	
504	Redstone Finance Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
505	Rhine Euro CLO I Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
506	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
507	ROCKY 2021-1 SPV S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
508	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
509	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
510	Samburg Invest, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
511	SCB Al্পspitze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt am Main		Instituição financeira	
512	Seaconview Designated Activity Company	Maynooth		Instituição financeira	
513	SGL SLP Feeder GP S.à.r.l.	Senningerberg		Instituição financeira	
514	SGL SLP Feeder SCSp	Senningerberg		Instituição financeira	57,6
515	Sincronica I Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
516	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
517	Smooth Finance Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
518	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	100,0
519	SP Mortgage Trust	Wilmington		Outra empresa	100,0
520	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Instituição financeira	99,9
521	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Empresa de serviços auxiliares	99,8
522	Sunrise Turnaround Partners G.K.	Tóquio		Instituição financeira	100,0
523	300 SW Parent LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
524	300 SW Property Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
525	Swabia 1 Designated Activity Company (em liquidação)	Dublin		Outra empresa	
526	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH i.L.	Frankfurt am Main		Instituição financeira	100,0
527	Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.	Lisboa		Outra empresa	100,0
528	Tasman NZ Residential Mortgage Trust	Auckland		Outra empresa	
529	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
530	Waltzfire Limited	Dublin		Instituição financeira	
531	Wedverville Spain, S.L.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	
532	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt am Main		Outra empresa	
533	Wendelstein 2024-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt am Main		Outra empresa	
534	Wendelstein 2025-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt am Main		Outra empresa	

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
535	5353 WHMR LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
536	Xtrackers (IE) Public Limited Company	Dublin	4	Outra empresa	0,1
537	Xtrackers II	Luxemburgo	4	Outra empresa	0,1
538	Xtrackers UCITS Common Contractual Fund	Dublin		Outra empresa	
539	Zumirez Drive LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
540	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt am Main		Instituição de crédito	26,9
541	Angle Group Holdings Pty Ltd	Melbourne		Instituição financeira	19,5
542	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt am Main		Outra empresa	30,0
543	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
544	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène	5	Instituição financeira	67,6
545	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
546	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
547	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Colônia		Outra empresa	25,1
548	dwins GmbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	16,1
549	EURO Kartensysteme GmbH	Frankfurt am Main		Fornecedor de serviços de pagamento	16,8
550	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Atenas	5	Outra empresa	40,0
551	FSDB Merchant Services GmbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	49,0
552	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
553	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
554	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
555	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Outra empresa	36,7
556	Global Tokenization Holdings Limited	Dublin	5	Instituição financeira	33,3
557	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	40,1
558	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2, 6	Outra empresa	62,1
559	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	26,0
560	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Instituição financeira	30,0
561	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf	5	Instituição financeira	50,0
562	Immobilienfonds Büro Center Erfurt am Flughafen Bindersleben III GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	20,7
563	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	39,0
564	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	28,9

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
565	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II eGbR	Gelsenkirchen	2	Outra empresa	40,3
566	Ingrid S.à r.l.	Luxemburgo	5	Outra empresa	23,8
567	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
568	KVD Singapore Pte. Ltd. (em liquidação - dissolução voluntária dos membros)	Singapura		Instituição financeira	26,0
569	Latitude Group Holdings Limited	Melbourne		Instituição financeira	16,5
570	1800 M JV LLC	Wilmington	5	Empresa de serviços auxiliares	10,1
571	MorgenFund GmbH	Frankfurt am Main		Empresa de investimento	30,0
572	North Coast Wind Energy Corp.	Port Moody	5	Outra empresa	50,0
573	OBP Property Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	20,6
574	Octaura Holdings LLC	Wilmington		Instituição financeira	5,6
575	Palma Topco Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	22,8
576	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
577	REDUS DTHG, LLC	Wilmington		Outra empresa	49,9
578	Rongde (Beijing) Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
579	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
580	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
581	Syndicated Loan Consortium Holdings LLC	Wilmington		Outra empresa	7,3
582	Taurus SA	Genebra		Instituição financeira	4,4
583	TRAXPAY GmbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	2,4
584	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	6	Outra empresa	99,9
585	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	7	Outra empresa	0,0
586	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	7	Outra empresa	0,0
587	Volbroker.com Limited	Rochford		Instituição financeira	22,5
588	zeitinvest-Service GmbH	Frankfurt am Main		Outra empresa	25,0
589	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim	5	Instituição financeira	33,3
590	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0

Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
591	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
592	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
593	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
594	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
595	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
596	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
597	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
598	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
599	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
600	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
601	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
602	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	8	Instituição financeira	50,0
603	Benefit Trust GmbH	Luetzen	9, 10	Instituição financeira	100,0
604	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	33,2
605	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	6, 9	Instituição financeira	98,2
606	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	9, 11	Outra empresa	100,0
607	DB Placement, LLC	Wilmington	6, 9	Outra empresa	100,0
608	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay	8	Instituição financeira	33,6
609	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
610	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
611	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
612	DWS Offshore Infrastructure Debt Opportunities Feeder LP	George Town	8, 12	Instituição financeira	26,3
613	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
614	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
615	Elm (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	6, 9	Instituição financeira	98,0
616	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
617	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
618	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	13	Outra empresa	29,5
619	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	13	Outra empresa	28,6
620	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork	13	Outra empresa	24,3
621	Immobilienfonds Bürohaus Leipzig Nordost eG&R	Munique	2, 13	Outra empresa	24,5
622	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	8,00	Outra empresa	49,0
623	Isaac Newton S.à r.l.	Capellen	6, 9, 14	Instituição financeira	98,2
624	Kinneil Leasing Company	Londres	8	Outra empresa	35,0
625	LES Essex Crossing Operating Holdings LLC	Wilmington	8	Empresa de serviços auxiliares	50,0
626	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt am Main	13, 15	Instituição financeira	35,4
627	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	39,0
628	2101 MS LLC	Wilmington	8	Empresa de serviços auxiliares	50,0
629	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	34,0
630	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	32,8
631	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	33,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
632	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8,00	Outra empresa	50,0
633	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
634	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
635	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
636	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colônia	1, 2, 8	Instituição financeira	27,7
637	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
638	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
639	PEIF IV SLP DWS Feeder 2, SCSp	Senningerberg	9	Instituição financeira	100,0
640	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
641	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
642	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
643	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
644	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
645	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
646	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
647	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
648	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
649	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
650	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
651	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
652	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
653	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
654	RREEF Core Plus Residential Fund LP	Wilmington	8	Outra empresa	26,9
655	RREEF Pan-European Infrastructure Two Lux S.à r.l.	Luxemburgo	6, 9	Instituição financeira	99,9
656	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
657	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
658	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
659	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
660	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
661	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
662	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	33,2
663	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
664	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
665	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
666	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
667	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
668	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	6, 9	Instituição financeira	100,0
669	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
670	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
671	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
672	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
673	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
674	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
675	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
676	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
677	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
678	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
679	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
680	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
681	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
682	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
683	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
684	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
685	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
686	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
687	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
688	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	8	Instituição financeira	50,0
689	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	100,0
690	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
691	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
692	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
693	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
694	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
695	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
696	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
697	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
698	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	25,0
699	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
700	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
701	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
702	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	8	Instituição financeira	50,0
703	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
704	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
705	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Instituição financeira	50,0
706	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0
707	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	8	Outra empresa	50,0

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º série	Nome da empresa	Domicílio da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
708	BÜRGSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
709	Bürgschaftsbank Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
710	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
711	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
712	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,1
713	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
714	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
715	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
716	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
717	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
718	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		Instituição de crédito	8,0
719	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Instituição financeira	7,8

Confirmações

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respetivas subsidiárias (o Grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2025 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada de outros rendimentos integrais, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e as notas para as demonstrações financeiras, incluindo informações de políticas contabilísticas materiais. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que é combinado com o relatório de gestão da Instituição, para o exercício de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025. De acordo com os requisitos legais alemães, não auditámos o conteúdo do último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno, o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão do grupo e que faz parte do relatório de gestão do grupo ou do conteúdo da demonstração não financeira nos termos dos artigos 289.º-B e 315.º-D do HGB na secção "Declaração de Sustentabilidade" do relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras consolidadas anexas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as Normas Contabilísticas IFRS, tal como emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (Normas Contabilísticas IFRS) e adotadas pela UE, e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB e, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2025 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, e
- o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão do grupo está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. Não expressámos uma opinião sobre o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno referidos acima ou sobre o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade referido acima ou a demonstração não financeira referida acima.

De acordo com o artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Fundamentação dos pareceres

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas geralmente aceites alemãs para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo, de acordo com os requisitos da legislação europeia e do direito comercial e profissional alemão, bem como do Código Internacional de Ética para Contabilistas (incluindo as Normas Internacionais de Independência) do International Ethics Standards Board for Accountants (Código IESBA), aplicável à auditoria de demonstrações financeiras de entidades de interesse público. Também cumprimos as nossas outras responsabilidades profissionais na Alemanha de acordo com estes requisitos e com o Código IESBA. Além disso, em conformidade

com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

1. Avaliação de instrumentos financeiros de Nível 3 com dados relacionados não cotados em mercados ativos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros de Nível 3 com dados relacionados não cotados em mercados ativos. O Grupo detinha ativos financeiros e passivos financeiros de Nível 3 medidos pelo justo valor de 25,8 mil milhões de euros e 11,5 mil milhões de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2025. Os instrumentos financeiros relevantes são relatados no âmbito de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os instrumentos financeiros e com dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivados estruturados avaliados com recurso a modelos complexos; derivados OTC mais complexos ou ilíquidos; dívida em incumprimento; obrigações extremamente estruturadas; empréstimos ilíquidos; spreads de crédito utilizados para determinar ajustamentos de avaliação; e outros dados significativos que não podem ser observados para instrumentos financeiros com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros de Nível 3 com dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia, em grande medida, em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e dos dados significativos não observáveis para os mesmos. Isto inclui controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo avaliação das limitações dos modelos; monitorização da utilização do modelo de avaliação; e cálculo dos ajustamentos de valor justo.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testámos os dados significativos utilizados nesses modelos. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de derivados e instrumentos financeiros pelo justo valor que não se encontram cotados em mercados ativos utilizando modelos e dados independentes. Avaliámos também, de forma independente, a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizados, comparando-os com fontes de dados do mercado e avaliando a sua relevância para os instrumentos financeiros relacionados.

Adicionalmente, avaliámos a metodologia e os dados utilizados pela gestão para determinar os ajustamentos de justo valor em relação aos requisitos da IFRS 13 e efetuámos novos cálculos para uma amostra destes ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologia independentes.

Envolvemos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros internos nos procedimentos relacionados com modelos de avaliação, reavaliação independente e ajustamentos de justo valor.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros de Nível 3 com dados relacionados não cotados em mercados ativos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas notas 1 e 13 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu uma provisão para perdas de crédito de 6,6 mil milhões de euros, com 1,5 mil milhões de euros relativos às provisões da Fase 1 e da Fase 2.

As probabilidades de incumprimento (PD) estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 Fase 1 e Fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospetivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). São utilizadas técnicas estatísticas para transformar o cenário de base para futuros desenvolvimentos macroeconómicos em múltiplos cenários. Estes cenários são a base para obter curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, que são utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas.

Dadas as incertezas económicas relativas a variações pronunciadas nas taxas de juro, aos atuais conflitos geopolíticos e a outras fontes de volatilidade que afetam as variáveis macroeconómicas, a estimativa de informações prospetivas exige um julgamento significativo. Para refletir estas incertezas, a administração tem de avaliar se deve fazer ajustamentos aos dados e pressupostos subjacentes à inclusão de variáveis macroeconómicas no modelo de perdas de créditos esperadas e métodos de previsão, quer através do ajustamento das variáveis macroeconómicas, quer através da inclusão de sobreposições de gestão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento sujeitos a imparidade ao abrigo da IFRS 9, a incerteza económica e o uso significativo de juízos de valor, consideramos a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado em modelos das perdas de crédito esperadas e de quaisquer ajustamentos aos mesmos, uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento dos processos implementados pela administração, avaliámos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospetivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliámos a revisão da administração do seu modelo de perdas de crédito esperadas, métodos de previsão, pressupostos e dados conduzidos através do processo de validação do modelo. Além disso, avaliámos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e a derivação dos vários cenários.

Avaliámos as previsões macroeconómicas de base comparando-as com as previsões macroeconómicas publicadas por fontes externas.

Também avaliámos a metodologia aplicada pela administração para determinar se deve ajustar o seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas ou ajustar os resultados do modelo através de sobreposições de gestão. Ao fazê-lo, avaliámos os resultados da análise de sensibilidade da administração e comparámos as variáveis macroeconómicas utilizadas com a nossa própria análise de referência. Também avaliámos se os ajustamentos foram incluídos no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para avaliar a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos em modelação de risco de crédito.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas e dos respetivos ajustamentos para as Fases 1 e 2 são fornecidas nas notas 1 e 19 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Perdas de crédito esperadas para créditos imobiliários comerciais dos EUA em situação de incumprimento

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo reconheceu exposições a empréstimos no valor de 30,6 mil milhões de euros relacionadas com a atividade de créditos imobiliários comerciais sem recurso, com provisões correspondentes de 1,1 mil milhões de euros.

A identificação de incumprimentos e o cálculo das perdas de crédito esperadas para as exposições a empréstimos em situação de incumprimento envolvem vários pressupostos e estimativas de dados, nomeadamente no que se refere à capacidade do mutuário para saldar a dívida, expectativas quanto aos fluxos de caixa futuros, incluindo receitas esperadas da realização de garantias.

Tendo em conta o aumento das exposições a empréstimos em situação de incumprimento relacionadas com a atividade imobiliária comercial, a incerteza económica e a utilização significativa de juízos de valor, consideramos as perdas de crédito esperadas (ECL) para os créditos imobiliários comerciais em situação de incumprimento como uma questão fundamental de auditoria, em particular no que diz respeito a imóveis comerciais localizados nos EUA.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão dos processos de identificação e cálculo das perdas de crédito esperadas para os mutuários na atividade de créditos imobiliários comerciais dos EUA. Avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados com a notação do risco de crédito, a aplicação de critérios de incumprimento e a transferência para a Fase 3, em conformidade com a IFRS 9, e o cálculo de perdas de crédito esperadas.

Avaliámos os critérios utilizados pela gestão para determinar os empréstimos em incumprimento de acordo com a IFRS 9.

Relativamente a uma amostra de créditos imobiliários comerciais dos EUA, analisámos a aplicação dos critérios de incumprimento utilizados para a simulação de ECL. Para os empréstimos classificados na Fase 3, avaliámos os pressupostos significativos relativos aos fluxos de caixa futuros estimados das exposições de empréstimos, avaliando o valor da garantia, a solvência do mutuário e as previsões do mercado e do setor publicamente disponíveis. Procurámos e avaliámos informações que corroboram ou contradizem os pressupostos previstos pela gestão. Testámos igualmente a exatidão aritmética das perdas de crédito esperadas calculadas para as posições em situação de incumprimento.

Envolvemos especialistas internos para aferirem, por amostragem, a avaliação das garantias de imóveis comerciais dos EUA.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com as perdas de crédito esperadas para os créditos imobiliários comerciais dos EUA em situação de incumprimento.

Referência a divulgações relacionadas

A informação sobre a atividade de crédito imobiliário comercial dos EUA do Grupo encontra-se incluída na Nota 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, bem como na secção intitulada "Imobiliário Comercial" no capítulo "Exposição ao Risco de Crédito" (Áreas de Incidência em 2025) do Relatório de Risco (relatório de gestão combinado), que é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

4. Teste de imparidade de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo registava um goodwill de 2,7 mil milhões de euros que foi exclusivamente atribuído à sua unidade geradora de caixa (UGC) Asset Management.

Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável da unidade geradora de caixa de Asset Management é calculado utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Neste contexto, são assumidos pressupostos significativos no que respeita às projeções de

resultados e aos parâmetros de entrada do modelo de avaliação dos ativos de capital, a partir dos quais é calculada a taxa de desconto.

Dado que o teste de imparidade de goodwill para a UGC Asset Management se baseia num elevado grau de juízo devido às projeções de resultados e à taxa de desconto contida no modelo de fluxos de caixa descontados, esta é uma questão fundamental de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão do processo de preparação das projeções de ganhos e de cálculo do valor recuperável da unidade geradora de caixa de Asset Management. A este respeito, obtivemos igualmente uma compreensão dos controlos da gestão relativos às projeções de resultados e à taxa de desconto, avaliámos a conceção desses controlos e testámos a sua eficácia operacional.

Analisámos as projeções de resultados, com especial atenção às alterações nos pressupostos em comparação com o ano anterior. Comparámos as projeções de resultados com as projeções do exercício anterior e com os resultados efetivamente alcançados, avaliando quaisquer desvios significativos, e analisámos a consistência e a razoabilidade dos pressupostos formulados pela administração relativamente às projeções de resultados, comparando-os com as expectativas do mercado externo.

Além disso, avaliámos a taxa de desconto comparando-a com uma série de dados disponíveis externamente.

Para avaliar os pressupostos acima referidos feitos na capacidade de recuperação da unidade geradora de caixa de Asset Management, envolvemos especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o teste de imparidade de goodwill são fornecidas nas notas 1 e 23 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

5. Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo relatou ativos líquidos por impostos diferidos de 5,9 mil milhões de euros.

O reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos baseia-se na estimativa da capacidade de utilizar as perdas fiscais não utilizadas e as diferenças temporárias dedutíveis contra potenciais rendimentos tributáveis futuros. Esta estimativa baseia-se, entre outros, em pressupostos relativos aos resultados operacionais previstos com base no plano de negócios aprovado.

À luz do recurso a juízos na estimativa do rendimento futuro sujeito a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas fiscais não utilizadas são identificadas em diferentes jurisdições e medidas de acordo com as disposições da legislação fiscal e as regras de contabilidade dos impostos diferidos ao abrigo da IAS 12, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados.

Testámos os pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas do grupo relevantes e grupos de impostos.

Além disso, avaliámos o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliámos as estimativas feitas nos resultados operacionais previstos, comparando os pressupostos-chave subjacentes com os dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Comparámos as previsões históricas com os resultados reais. Além disso, avaliámos os ajustamentos fiscais estimados e realizámos análises de sensibilidade sobre os períodos de utilização dos respetivos ativos por impostos diferidos.

Para avaliar os pressupostos utilizados na capacidade de recuperação dos impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos são fornecidas nas notas 1 e 34 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

6. Provisões e passivos contingentes para processos civis e aplicação da regulamentação

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões do Grupo para processos civis e execução regulamentar ascendiam a 1,3 mil milhões de euros e os passivos contingentes a 0,9 mil milhões de euros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. As estimativas para o reconhecimento e a medição de provisões ou a divulgação de passivos contingentes baseiam-se em informações atualmente disponíveis e numa variedade de pressupostos e variáveis.

É necessário um julgamento significativo para avaliar a probabilidade e estimar o montante de uma saída de recursos económicos, dadas as incertezas inerentes aos processos civis e às questões de aplicação da regulamentação.

Devido à subjetividade significativa envolvida na estimativa da gestão da probabilidade e do montante de saída de recursos económicos para processos civis selecionados e questões de aplicação regulamentar, esta é uma matéria de auditoria fundamental.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos da gestão sobre o processo de reconhecimento e mensuração de provisões e de divulgação de passivos contingentes para processos civis e aplicação da regulamentação.

Para uma amostra de assuntos relevantes, avaliámos a avaliação da administração da probabilidade e do montante de saída de fundos, incluindo os pressupostos e as variáveis consideradas para cada assunto. Estes procedimentos incluíam a inspeção de análises jurídicas internas e externas que detalhavam os aspetos julgamentais sujeitos a interpretação jurídica. Também lemos as atas das principais reuniões dos comités de gestão (incluindo o Conselho de Administração), bem como a correspondência relacionada, como processos judiciais, acordos de resolução de litígios, inquéritos regulamentares e relatórios de investigação. Obtivemos correspondência diretamente dos consultores jurídicos externos para avaliar as informações fornecidas pela administração e realizámos inquéritos junto dos consultores externos, conforme necessário.

Envolvemos especialistas internos em avaliação para avaliar a metodologia das matérias relevantes sobre as quais os montantes das provisões foram determinados, bem como especialistas internos em direito para avaliar, para as matérias aplicáveis, a probabilidade de uma saída e o montante da provisão reconhecida.

Os nossos procedimentos não suscitaram quaisquer reservas quanto à exaustividade e exatidão das provisões para processos civis e aplicação da regulamentação.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a medição de provisões legais são fornecidas nas notas 1 e 27 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

7. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do Grupo depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do Grupo como uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Avaliámos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro do Grupo. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano ao atual ambiente de controlo de TI.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI de prevenção e deteção relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à remoção de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores.

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações nas versões de produção foram testadas e aprovadas antes da implementação e se a capacidade de implementar alterações estava limitada aos utilizadores autorizados.

Para avaliar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro do Grupo, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do Grupo.

Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão combinado, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Outras informações

O Conselho de Fiscalização é responsável pelo relatório do Conselho de Fiscalização. Os administradores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pela declaração nos termos do artigo 161 da AktG ["Aktiengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações] sobre o Código de governo das sociedades alemão, que faz parte da declaração de governo da sociedade combinada, bem como pelo Relatório de remuneração nos termos do artigo 162.º da AktG. Em todos os outros aspetos, os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- a demonstração não financeira acima referida,
- o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno referido acima,
- a declaração combinada sobre o governo da sociedade acima referida,

e as outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor, em particular:

- a declaração de responsabilidade nos termos do artigo 297.º, n.º 2, quarta frase do HGB em conjugação com o artigo 315.º, n.º 1, sexta frase do HGB,
- a secção "Deutsche Bank – Resumo Financeiro",
- a secção "Grupo Deutsche Bank",
- o relatório de remuneração,
- a secção "Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão",
- a secção "Tabelas do Artigo 8.º" e
- a secção "Informações suplementares",

mas não as demonstrações financeiras consolidadas, não as divulgações do relatório de gestão do grupo cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, com o relatório de gestão do grupo, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e pelo relatório de gestão do grupo

Os administradores executivos são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as Normas Contabilísticas IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB, e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos, posição financeira e desempenho financeiro do Grupo. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessários para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes (ou seja, relatos financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade do Grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da

contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o Grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do Grupo e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão do grupo.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do Grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do Grupo e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.^º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão do grupo.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de não detetar uma distorção material resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas relevantes para a auditoria do relatório de gestão do grupo a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e de tais acordos e medidas.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Grupo de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o Grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro

do Grupo em conformidade com as Normas Contabilísticas IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315.^o-E, n.^o 1 do HGB.

- Planejar e realizar a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas para obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou unidades empresariais dentro do Grupo como base para formar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho realizado para a auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres de auditoria.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão do grupo com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação [alemã], e com a perspectiva que proporciona da posição do Grupo.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão do grupo. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Relatório de garantia sobre a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo elaborado para efeitos de publicação, em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB

Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB para obter uma garantia razoável sobre se a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro eletrónico `Deutsche_Bank_AG_KA+KLB_ESEF-2025-12-31.xbri` e elaborados para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, este trabalho de confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nestas apresentações nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro identificado acima.

Na nossa opinião, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão constantes do ficheiro identificado acima e elaborados para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Além deste parecer de garantia e dos nossos pareceres de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão relativo ao exercício de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 contidos no "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" acima referido, não emitimos qualquer parecer de garantia sobre as informações contidas nestes documentos ou sobre as outras informações contidas no ficheiro acima identificado.

Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo contidos no ficheiro acima identificado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB e a Norma de Garantia IDW: Garantia sobre a Apresentação Eletrónica de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão Elaborados para Efeitos de Publicação em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB (IDW AsS 410) (06.2022) e a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia 3000 (Revista). A nossa responsabilidade em conformidade com os mesmos é descrita em maior detalhe na secção "Responsabilidades do auditor do grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa empresa de auditoria aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos de Gestão de Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QMS 1(09.2022)).

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º (1) Frase 4

n.º 1 do HGB e para a marcação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 2 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Instituição são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico.

O conselho de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

Responsabilidades do auditor do Grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o trabalho de garantia. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, realizamos procedimentos de garantia adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, sobre a especificação técnica deste ficheiro.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma apresentação XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado.
- Avaliamos se a marcação dos documentos ESEF com tecnologia Inline XBRL (iXBRL) nos termos exigidos pelos artigos 4.º e 6.º do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2019/815, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, permite uma cópia adequada e completa em XBRL, legível por máquina, da apresentação em XHTML.

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores do grupo pela Assembleia-Geral Anual de 22 de maio de 2025. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 28 de julho de 2025. Somos auditores do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft ininterruptamente desde o exercício de 2020. Declaramos que os pareceres expressos no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Outro assunto - utilização do relatório do auditor

O nosso relatório de auditoria deve ser sempre lido conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e o relatório de gestão do grupo auditado, bem como os documentos ESEF garantidos. As demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo convertidos para o formato ESEF – incluindo as versões a serem publicadas no Unternehmensregister [Registo comercial alemão] – são meramente apresentações eletrónicas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado e não tomam o seu lugar. Em particular, o relatório ESEF e o nosso parecer de garantia nele contido devem ser utilizados exclusivamente em conjunto com os documentos ESEF garantidos disponibilizados em formato eletrónico.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Carsten Rothermel.

Eschborn/Frankfurt am Main, 9 de março de 2026

EY GmbH & Co. KG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Rothermel
Wirtschaftsprüfer
[Auditor público alemão]

Schreiber
Wirtschaftsprüfer
[Auditor público alemão]

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo, que foi combinado com o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 5 de março de 2026



Christian Sewing



James von Moltke



Raja Akram



Fabrizio Campelli



Marcus Chromik



Bernd Leukert



Alexander von zur Mühlen



Laura Padovani



Claudio de Sanctis



Rebecca Short

3

Relatório de Remunerações

742	Introdução	772	Perspetivas para o exercício financeiro de 2026
742	Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização	772	Remuneração total e remuneração máxima
742	Relatório de Remuneração dos colaboradores	772	Estrutura e metas dos objetivos para 2026
743	Remuneração do Conselho de Administração	774	Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
743	Sumário executivo	775	Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios financeiros de 2025 e 2024
746	Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração	774	Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
747	Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração	782	Relatório do auditor independente
748	Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração alinhada com os princípios de remuneração	782	Responsabilidades dos diretores executivos e do Conselho de Fiscalização
750	Componentes e estrutura da remuneração	782	Responsabilidade do auditor
750	Limites de remuneração	782	Parecer
750	Diferimentos e períodos de carência	783	Outra questão - auditoria formal do relatório de remuneração
753	Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro	784	Remuneração dos colaboradores (não auditada)
753	Montantes-alvo e máximos do salário base e da remuneração variável	784	Contexto regulamentar
753	Incentivo a Curto Prazo (STI) 2025	785	Governo das remunerações
760	Incentivo a Longo Prazo (LTI) 2025	787	Estratégia de Remuneração e Benefícios
763	Benefícios após a rescisão do contrato	788	Quadro de remuneração do Grupo
764	Desvios do sistema de remuneração	789	Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas
765	Remuneração do Conselho de Administração	790	Determinação da remuneração variável baseada no desempenho
765	Membros atuais do Conselho de Administração	791	Estrutura de remuneração variável
770	Antigos membros do Conselho de Administração	792	Ajustamento ex post do risco da remuneração variável
		793	Decisões de remuneração para 2025
		795	Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Introdução

O Relatório de Remuneração para o ano 2025 fornece informações detalhadas sobre a remuneração no Grupo Deutsche Bank.

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

O Relatório de Remuneração para o exercício financeiro de 2025 foi elaborado conjuntamente pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft (a seguir: Deutsche Bank AG ou o banco).

O Relatório de Remuneração cumpre os atuais requisitos legais e regulamentares, em particular o artigo 162.^o da lei alemã relativa às sociedades por ações e da portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung*) e tem em conta as recomendações estabelecidas no código de governo das sociedades alemão. Está também em conformidade com os requisitos aplicáveis das regras contabilísticas das empresas orientadas para o mercado de capitais (código comercial alemão, normas internacionais de relato financeiro), bem como com as orientações emitidas pelo grupo de trabalho que se centra nas "Orientações para sistemas de remuneração sustentáveis do Conselho de Administração".

Relatório de Remuneração dos colaboradores

Esta parte do Relatório de Remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank. O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2025. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições.

Remuneração do Conselho de Administração

Sumário executivo

O Deutsche Bank prosseguiu a sua transformação e avançou com as suas prioridades estratégicas em 2025, apesar de um ambiente de mercado difícil. Com base nos progressos realizados em 2024 no âmbito da estratégia "Global Hausbank", o banco reforçou a capacidade de geração de receitas, a eficiência operacional e a disciplina de capital.

O lucro antes de impostos foi de 9,7 mil milhões de euros, um aumento de 84% em relação ao ano anterior, que tinha sido influenciado por encargos com litígios. O lucro líquido foi de 7,1 mil milhões de euros.

O principal indicador de desempenho foi a rentabilidade do capital próprio após impostos (RoTE). O objetivo financeiro de 10% foi ultrapassado, com um resultado de 10,3%. As receitas aumentaram 7% em relação ao ano anterior, atingindo 32 mil milhões de euros. Os custos mantiveram-se estáveis, o que se reflete num rácio custo/rendimento de 64%, inferior ao objetivo de 65%.

No final do ano de 2025, o rácio de Common Equity Tier 1 situava-se em 14,2%, acima da meta de 13,5%-14,0%. Para o exercício de 2025, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração propõem à Assembleia-Geral Anual um dividendo de 1 euro por ação, o que representa um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Além disso, o banco anunciou outro programa de recompra de ações no valor de mil milhões de euros. As distribuições de capital acumuladas relativas aos exercícios de 2021–2025, a pagar em 2022–2026, ascendem assim a 8,5 mil milhões de euros, excedendo o objetivo inicial de distribuição de capital do banco de 8,0 mil milhões de euros.

As quatro divisões contribuíram para os resultados positivos, tendo cada uma delas obtido uma rentabilidade do capital próprio superior a 10% e um crescimento dos lucros de dois dígitos, o que confirma a estabilidade da base de ganhos do grupo.

Globalmente, o exercício de 2025 mostra que as medidas estratégicas implementadas foram eficazes. Os objetivos financeiros para o ano foram alcançados ou ultrapassados e serviram de base para o Conselho de Fiscalização determinar a remuneração variável do Conselho de Administração.

Relatório de Remuneração de 2024

O Relatório de Remuneração de 2024 para os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank, tal como publicado em 13 de março de 2025, foi submetido à Assembleia Geral a 22 de maio de 2025, para aprovação em conformidade com o artigo 120.º-A, n.º 4 da lei alemã relativa às sociedades por ações. A Assembleia Geral aprovou o Relatório de Remuneração com uma maioria de 96,08%.

Decisões de remuneração para 2025.

Todas as decisões de remuneração estão sujeitas aos limites de múltiplos requisitos regulamentares. A este respeito, a remuneração do Conselho de Administração e os planos de pagamento das componentes variáveis da remuneração são limitados de várias formas. Devido aos requisitos da Secção 25-A, n.º 5 da Lei Bancária Alemã e de acordo com a decisão da Assembleia Geral de maio de 2014, o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável é geralmente limitado a 1:2 (regra do limite máximo). Para poder oferecer uma remuneração competitiva no setor bancário e conseguir atrair e reter os melhores líderes para o banco, a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank tende a ser mais elevada do que a de outras empresas do DAX que não estão sujeitas a regulamentação específica do setor bancário e que têm uma remuneração variável que pode ser um múltiplo mais elevado da remuneração fixa.

O Conselho de Fiscalização revê anualmente os níveis de remuneração dos membros do Conselho de Administração e contrata regularmente consultores de remuneração externos para apoiar essa revisão e obter informações sobre a prática do mercado, assegurando-se de que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. O Conselho de Fiscalização considera crucial o ambiente internacional em que os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank têm de atuar. Por conseguinte, os bancos universais e de investimento são considerados o grupo de pares mais relevante. Assim, os níveis de remuneração-alvo devem estar alinhados com os melhores desempenhos neste mercado, de modo a encontrar candidatos adequados.

O Conselho de Fiscalização considera cuidadosamente os pontos de vista das partes interessadas ao tomar decisões sobre remunerações. São igualmente tidos em conta vários aspetos extraordinários. Os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank têm muitas vezes perfis complexos, com responsabilidades duplas ou múltiplas que são essenciais para o sucesso do negócio, como o acesso ao mercado e uma vasta experiência. Os requisitos regulamentares implicam que os salários-base fixos no Deutsche Bank têm de ser mais elevados do que os de muitos bancos globais, uma vez que a remuneração variável comporta um perfil de risco mais elevado devido à sua orientação a longo prazo, à sua ligação estrita ao desempenho da cotação das ações e ao esquema de pagamento plurianual. Adicionalmente, apenas alguns bancos internacionais têm estruturas explícitas de remuneração por objetivos, pelo que os parâmetros de referência do mercado se baseiam nos níveis de remuneração reais. Assegurar a manutenção dos atuais membros do Conselho de Administração é também uma consideração fundamental. Tendo em conta todos estes aspetos, o Conselho de Fiscalização tomou as seguintes decisões de remuneração em 2025:

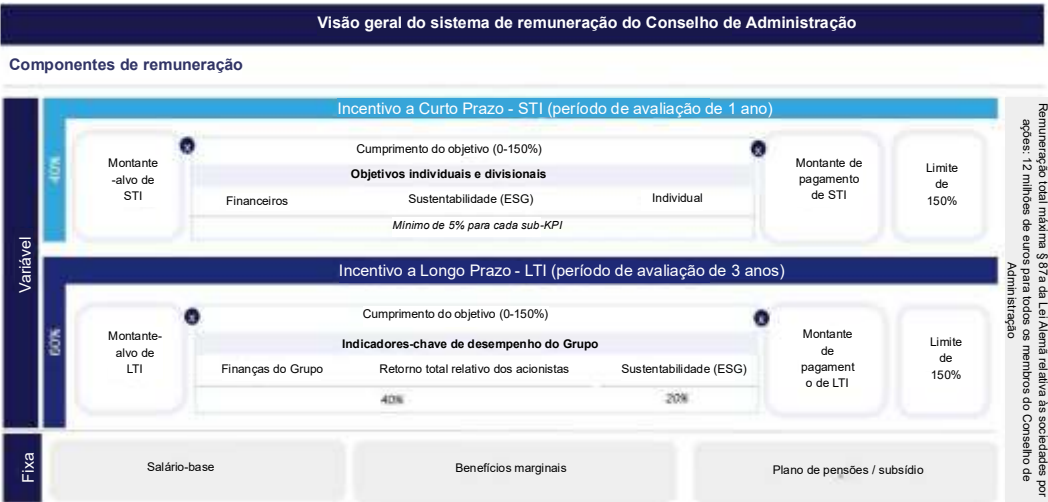
No âmbito da revisão anual dos níveis de remuneração do Conselho de Administração, os dados de mercado mais recentes revelaram um nível de remuneração mais elevado para a área de responsabilidade funcional de Laura Padovani no Conselho de Administração no que se refere à Conformidade e Combate à Criminalidade Financeira (AFC). A sua função foi avaliada em comparação com os grupos de pares globais e europeus do Deutsche Bank. Como resultado, o Conselho de Fiscalização decidiu um aumento adequado para o ano 2025, dentro de um intervalo internacionalmente comparável, para um objetivo global de remuneração de 3.740.000 euros por ano (dos quais 2.200.000 euros de remuneração fixa), o que representa um aumento de 25,7% (aumento da remuneração fixa: 25,7 %). A remuneração total pretendida para Laura Padovani foi fixada entre a mediana e o percentil 75 das referências de mercado relevantes, uma colocação que o Conselho de Fiscalização considerou adequada tendo em conta o seu desempenho e responsabilidades. Em particular, Laura Padovani já demonstrou, no primeiro semestre do seu mandato, um progresso acima da média no banco, na sua área de responsabilidade.

Marcus Chromik foi nomeado membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de maio de 2025, por um período de três exercícios. Assumiu o cargo de Diretor de Risco anteriormente ocupado por Olivier Vigneron, que deixou o Conselho de Administração em 19 de maio de 2025. A remuneração total prevista para Marcus Chromik foi fixada em 4.080.000 euros por ano (dos quais 2.400.000 euros de remuneração fixa).

Sistema de Remuneração

O sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração foi alterado pelo Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024. Foi submetida à aprovação da Assembleia Geral de 16 de maio de 2024, em conformidade com o artigo 120.º-A, n.º 1 da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs. A Assembleia Geral aprovou o sistema de remuneração com uma maioria de 97,32%.

O quadro seguinte dá uma visão geral do novo sistema de remuneração, apresentando as métricas de Incentivo a Curto Prazo (STI) e Incentivo a Longo Prazo (LTI) com as respetivas ponderações, bem como o esquema de pagamento e disposições adicionais:



Esquema de pagamento



Outros aspetos

Diretrizes de participações	Indemnização por despedimento	Alteração do controlo/rescisão

Resumo da remuneração para o ano 2025

O sistema de remuneração estipula que o Incentivo a Curto Prazo é determinado após um ano, enquanto o Incentivo a Longo Prazo só é determinado após um período de avaliação de três anos. Nos primeiros dois anos após a introdução ("fase de transição"), só é possível comunicar os níveis de realização dos objetivos a curto prazo. O gráfico seguinte apresenta uma panorâmica do conjunto das realizações dos membros do Conselho de Administração, destacando os resultados do Diretor-Geral (CEO) e do Diretor Financeiro (CFO). Durante esta "fase de transição", a síntese inclui uma coluna intitulada "Remuneração Total Pró-Forma" que apresenta a soma do salário-base, do STI efetivo e de um valor-alvo para o LTI.



¹ A determinação do nível de realização final para o Plano LTI 2025-2027 terá lugar após o final do período de desempenho de 3 anos em 2028.
² O limite máximo de acordo com a Secção 87a (1) frase 2 No. 1 da Lei Alemã relativa às sociedades por ações conduziria a um limite máximo da compensação total de 12 milhões de euros.

Princípios que regem a determinação da remuneração

Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Fiscalização é responsável pelas decisões sobre a conceção do sistema de remuneração, bem como pela fixação dos montantes individuais de remuneração e dos procedimentos para a atribuição da remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização nas suas tarefas e prepara propostas de deliberação do Conselho de Fiscalização.

Com base no sistema de remuneração aprovado, o Conselho de Fiscalização estabelece o objetivo de remuneração total para cada membro do Conselho de Administração para o respetivo exercício financeiro, tendo em conta o âmbito e complexidade das responsabilidades funcionais do respetivo membro do Conselho de Administração, o tempo de serviço do membro do Conselho de Administração no Conselho de Administração, bem como a situação financeira da empresa. Neste processo, o Conselho de Fiscalização tem igualmente em conta a remuneração habitual no mercado, também baseada em comparações horizontais e verticais, e estabelece o limite máximo para a remuneração total (remuneração máxima).

Adequação horizontal da remuneração do Conselho de Administração

Através da comparação horizontal, o Conselho de Fiscalização assegura que a remuneração-alvo total é adequada em relação às tarefas e realizações do Conselho de Administração e à situação da empresa. A adequação horizontal é analisada anualmente pelo Conselho de Fiscalização, que contrata regularmente consultores de remuneração externos para esta análise, assegurando-se de que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. O Conselho de Fiscalização tem em consideração os resultados da revisão ao estabelecer o objetivo de remuneração para os membros do Conselho de Administração. Neste contexto, o nível e a estrutura do montante da remuneração, em particular, são examinados em empresas comparáveis (grupos de pares). As empresas adequadas em consideração da posição de mercado do Deutsche Bank (em particular no que diz respeito ao setor empresarial, dimensão e país) são utilizadas como base para esta comparação. A avaliação da adequação horizontal tem lugar em comparação com os três grupos de pares seguintes:

Grupo de pares 1 – 10 bancos globais		Grupo de pares 2 – 15 bancos europeus		Grupo de pares 3 – DAX
As instituições com um modelo de negócios comparável e uma dimensão comparável (medida pelo total do balanço, número de colaboradores e capitalização bolsista)				Empresas cotadas no Índice Alemão de Ações DAX 40
■ Banco Santander ■ Bank of America ■ Barclays ■ BNP Paribas ■ Citigroup ■ HSBC	■ JP Morgan Chase ■ Société Générale ■ UBS Group ■ UniCredit	■ Banco Bilbao Vizcaya Argentaria ■ Banco Santander ■ Barclays ■ BNP Paribas ■ BPCE ■ Rabobank ■ Credit Agricole	■ Credit Mutuel ■ HSBC ■ ING Bank ■ Intesa Sanpaolo ■ Nordea Bank ■ Société Générale ■ UBS Group ■ UniCredit	39 empresas cotadas no Índice Alemão de Ações DAX 40

Adequação vertical

O Conselho de Fiscalização considera igualmente uma comparação vertical, que compara a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração dos trabalhadores. No âmbito da comparação vertical, o Conselho de Fiscalização considera em particular, de acordo com o código de governo das sociedades alemão, o desenvolvimento da remuneração ao longo do tempo. Isto envolve uma comparação entre a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração de dois grupos de colaboradores. São tidas em conta, por um lado, a remuneração da direção, que compreende o primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e membros dos comités executivos de topo das divisões, bem como dos membros do Conselho de Administração de instituições significativas dentro do Grupo Deutsche Bank e dos correspondentes cargos de primeiro nível de gestão com responsabilidade de gestão. Por outro lado, a remuneração do Conselho de Administração é comparada com a remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial (colaboradores pautais e não pautais).

Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa

O Deutsche Bank dedica-se ao sucesso duradouro e à segurança financeira dos seus clientes no país e no estrangeiro. O banco oferece soluções aos seus clientes e contribui ativamente para promover a criação de valor. O Deutsche Bank está empenhado numa cultura corporativa que alinha adequadamente os riscos e os rendimentos.

No interesse dos acionistas, o sistema de remuneração do Conselho de Administração está alinhado com a estratégia empresarial, bem como com o desenvolvimento sustentável e a longo prazo do Deutsche Bank e fornece incentivos adequados para uma realização consistente dos objetivos estabelecidos. A implementação da estratégia do Grupo e o alinhamento com o desempenho sustentável e a longo prazo do Grupo são recompensados de forma clara e compreensível através da composição da remuneração total, que inclui componentes de remuneração fixa e variável, através da avaliação do desempenho em períodos de curto e longo prazo e através da consideração de parâmetros de desempenho relevantes e exigentes. A estrutura das metas e objetivos compreende portanto uma mistura equilibrada de parâmetros e indicadores financeiros e não financeiros.

No final de janeiro de 2025, o Deutsche Bank confirmou os seus objetivos estratégicos para o Grupo em 2025. A organização tem como objetivo lançar as bases para se tornar líder na Europa. Com uma visão clara, um modelo forte como Global Hausbank e uma equipa altamente qualificada, o Deutsche Bank está bem posicionado para alcançar o sucesso a longo prazo. Um fator-chave neste percurso é o alinhamento da remuneração dos Conselhos de Administração com as prioridades estratégicas da empresa.

Ao alinhar a remuneração do Conselho de Administração com estas prioridades estratégicas, a organização reforça o seu compromisso com o crescimento sustentável, a excelência operacional e o valor a longo prazo para as partes interessadas.

Através da estrutura do sistema de remuneração, a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração é estreitamente alinhada com as metas e objetivos associados à estratégia e prioridades do Deutsche Bank, ao trabalharem individualmente e em equipa de forma contínua para o desenvolvimento positivo a longo prazo do Deutsche Bank, sem assumir riscos desproporcionadamente elevados. O Conselho de Fiscalização assegura que existe sempre uma forte ligação entre a remuneração e o desempenho de acordo com os interesses dos acionistas ("remuneração pelo desempenho").

Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração alinhada com os princípios de remuneração

O sistema de remuneração consiste em componentes de remuneração fixa e variável. A remuneração fixa e a remuneração variável em conjunto formam a remuneração total para um membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização define os montantes alvo e máximos (limites) para todos os componentes da remuneração.

do Grupo	Princípio	Implementação
Remuneração fixa		
Salário-base	O salário-base remunera o membro do Conselho de Administração pelo desempenho das respetivas funções e responsabilidades. Este componente de remuneração fixa destina-se a assegurar um rendimento justo e orientado para o mercado e a ~~garantir que os membros não sejam penalizados~~	Pagamento mensal; salário-base anual entre 2,2 milhões de euros e 3,8 milhões de euros
Benefícios marginais	Aos membros do Conselho de Administração podem ser concedidos benefícios adicionais de acordo com a Diretriz relativa aos benefícios adicionais do Conselho de Administração, aprovada pelo Conselho de Fiscalização.	Serviço de motorista e automóvel da empresa, bem como, se for caso disso, despesas de mudança, subsídio de alojamento, prémios de seguros e reembolso de despesas de representação comercial.
Pensão/subsídio de pensão	Os membros do Conselho de Administração recebem contribuições para o regime de pensões da sua empresa, em conformidade com os regulamentos estabelecidos nos contratos de serviço dos membros do Conselho de Administração.	- Sistema de contribuições definidas: contribuição anual ou subsídio de pensão de 650.000 euros por ano; os juros vencem a uma taxa média de 2% por ano, 4% por ano para os direitos adquiridos - Novos membros do Conselho de Administração: subsídio de pensão em dinheiro; CEO 650.000 euros por ano e outros membros do Conselho de Administração 450.000 euros por ano.
Remuneração variável		
Incentivo a Curto Prazo (STI)	O Incentivo de Curto Prazo (STI) recompensa a contribuição de valor individual de cada membro do Conselho de Administração para alcançar objetivos a curto e médio prazo, de acordo com a estratégia empresarial. Os objetivos de STI são adaptados à função e às responsabilidades do respetivo membro do Conselho de Administração e o nível de realização pode ser influenciado individualmente pelo membro do Conselho de Administração.	-Incentivo a Curto Prazo (STI) avaliado após um ano -Alcance do objetivo com base na avaliação anual do desempenho de um máximo de 5 objetivos com ponderações equilibradas entre objetivos financeiros, sustentabilidade e objetivos individuais. Nível máximo de realização: 150% -Pagamento: 50% em numerário após o período de avaliação de 1 ano e 50% com base em ações, esta parte também é paga em dinheiro após um período de detenção adicional de 1 ano -Não é elegível para dividendos durante o período de desempenho.

do Grupo	Princípio	Implementação
Incentivo a Longo Prazo (LTI)	O Incentivo a Longo Prazo (LTI) baseia-se em grande medida num aumento sustentável do valor do banco. O Retorno total relativo dos acionistas (RTSR) constitui uma métrica constante no quadro que promove a ligação entre os interesses dos acionistas e os dos membros do Conselho de Administração. Outros aspetos das partes interessadas são tidos em conta através da definição de indicadores-chave de desempenho (KPI) financeiros estrategicamente importantes, bem como de objetivos relevantes de sustentabilidade. A sua realização constitui a base para a revisão final no final do período de desempenho de 3 anos. O Conselho de Fiscalização colocou a tónica na componente de remuneração diferida, fixando o LTI em 60% do total da remuneração variável visada. A fim de refletir adequadamente a importância do desenvolvimento empresarial a longo prazo na remuneração do Conselho de Administração, 100% do LTI é baseado em ações.	-Incentivo a Longo Prazo (LTI) avaliado após 3 anos -A realização do objetivo baseia-se na avaliação do desempenho de 4 objetivos LTI com ponderações flexíveis: Finanças do grupo (por exemplo, rentabilidade dos capitais próprios tangíveis (RoTE), crescimento do valor contabilístico tangível por ação (TBVPS)), retorno total relativo dos acionistas (RTSR) e objetivos ambientais, sociais e de governação (ESG) durante um período de avaliação prospetivo de 3 anos. Nível máximo de realização: 150% -Inicialmente atribuído como um montante-alvo em dinheiro -Conversão em instrumentos baseados em ações (ações virtuais) após o primeiro ano do período de desempenho -Determinação final do número de unidades de participação no final do período de desempenho de três anos -Descarte total do LTI após 9 anos: entregue em cinco prestações iguais e consecutivas, com início um ano após o período de avaliação e cada uma com um período de detenção adicional de um ano -Não é elegível para dividendos durante o período de desempenho e de diferimento.
Outros aspetos		
Limites de remuneração	De acordo com o artigo 87.º-A da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs, o Conselho de Fiscalização fixa um limite máximo para o montante da remuneração. Se a remuneração de um exercício exceder este montante, o respeito do limite máximo é assegurado por uma redução correspondente no pagamento da remuneração variável.	-Remuneração máxima de 12 milhões de euros, de acordo com o artigo 87.º-A da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs, para cada membro do Conselho de Administração - Rácio máximo entre remuneração fixa e variável: 1:2
Backtesting, malus e clawback	Para garantir o desenvolvimento sustentável do banco e evitar a assunção de riscos inadequados, o pagamento da remuneração variável pode ser restringido ou anulado. O Conselho de Fiscalização tem a possibilidade de reter (malus) ou recuperar (clawback) a totalidade ou parte da remuneração variável de curto e longo prazo em caso de má conduta grave ou deturpação da informação financeira.	-Análise regular da sustentabilidade dos resultados obtidos no passado (backtesting) -A remuneração variável no período de diferimento pode ser (parcialmente) perdida em caso de resultados negativos do Grupo, caso não sejam cumpridas condições específicas de solvência ou liquidez, má conduta individual, despedimento por justa causa ou contribuições individuais negativas para o desempenho (malus) -A remuneração variável já paga pode ser reclamada nos termos dos artigos 18.º, n.º 5, e 20.º n.º 6, da Portaria sobre Remunerações das Instituições
Diretrizes de participações	Os membros do Conselho de Administração são obrigados a acumular uma participação em ações do Deutsche Bank no prazo de 4 anos. As ações devem ser detidas durante todo o período da nomeação. Se o salário base for aumentado, a obrigação de deter ações aumenta em conformidade.	-Período de acumulação de 4 anos -Diretor Executivo - 200% do salário base anual bruto e outros membros do Conselho de Administração - 100% do salário base anual bruto -Ações a deter durante o período de nomeação

Estão disponíveis informações detalhadas sobre o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG no website da empresa: <https://agm.db.com/files/documents/2024/AGM-2024-Compensation-system.pdf>.

Componentes e estrutura da remuneração

O Conselho de Fiscalização fixa o objetivo de remuneração para cada membro do Conselho de Administração. De acordo com a recomendação do Código Alemão de Governança das Sociedades, o Conselho de Fiscalização também determina o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável, bem como o rácio entre a remuneração variável a curto e a longo prazo. Desta forma, o Conselho de Fiscalização garante que a remuneração baseada no desempenho, que está ligada à realização de objetivos a longo prazo, excede a parte dos objetivos a curto prazo.

Limites de remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é limitada (capped) de várias formas:

- Cap 1 - os níveis máximos de realização possíveis para os objetivos de Incentivo a Curto Prazo e os objetivos de Incentivo a Longo Prazo estão limitados a 150% dos respetivos valores-alvo
- Cap 2 - com base na Diretiva relativa aos requisitos de capital 4 e conforme aprovado pela Assembleia Geral em maio de 2014, o rácio máximo entre a remuneração fixa e a remuneração variável está limitado a 1:2
- Cap 3 - de acordo com o artigo 87.º-A, n.º 1, frase 2 n.º 1 da Lei das Sociedades Anónimas, o Conselho de Fiscalização estabelece um limite máximo (remuneração máxima) de 12 milhões de euros uniformemente para todos os membros do Conselho de Administração. Este limite inclui não só o salário base, o Incentivo a Curto Prazo (STI) e o Incentivo a Longo Prazo (LTI), mas também os custos do serviço de pensões para o plano de pensões da empresa ou os subsídios de pensão e benefícios adicionais.



Diferimentos e períodos de carência

A portaria relativa a remunerações para instituições estipula geralmente um período de avaliação de três anos para a determinação da remuneração variável dos membros do conselho de administração. O banco cumpre este requisito ao avaliar cada um dos objetivos do Incentivo de Longo Prazo (LTI) durante um período de três anos. Além disso, a remuneração variável é concedida predominantemente sob a forma de instrumentos baseados em ações, a fim de conseguir um alinhamento ainda mais forte da remuneração dos membros do Conselho de Administração com o desempenho do banco e o preço das suas ações. Após a aquisição, os instrumentos baseados em ações estão também sujeitos a um período de detenção adicional de um ano. Por conseguinte, os membros do Conselho de Administração não estão autorizados a alienar totalmente os instrumentos baseados em ações até que o respetivo período de detenção tenha terminado. Durante os períodos de diferimento e de detenção, o valor dos instrumentos baseados em ações está ligado ao desempenho das ações do Deutsche Bank e, por conseguinte, ao desempenho sustentado do banco. Os instrumentos baseados em ações não são elegíveis para dividendos durante os períodos de desempenho e de diferimento.

Em princípio, metade do Incentivo a Curto Prazo (STI) é pago diretamente em dinheiro após o período de avaliação de um ano e a outra metade é concedida sob a forma de instrumentos baseados em ações com um período de detenção adicional de um ano, após o qual é também paga em dinheiro. Se o STI exceder 40% da remuneração variável total, este montante em excesso deve ser concedido sob forma diferida durante um período de diferimento de 5 anos, a fim de cumprir os requisitos regulamentares. Para tal, são atribuídos Prémios Restritos em Ações em 5 parcelas iguais, cada uma seguida de um período de detenção de um ano.

O Incentivo a Longo Prazo (LTI) é inteiramente concedido sob a forma de instrumentos baseados em ações que são distribuídos, a partir de um ano após o período de avaliação de três anos, em cinco parcelas iguais e consecutivas, cada uma com um período de detenção adicional de um ano. No total, o montante total do pagamento do LTI está disponível para alienação após nove anos, mas continua sujeito a condições de recuperação (clawback) durante um período adicional de um ano. O gráfico seguinte ilustra os períodos de avaliação e de diferimento até ao final do período de recuperação (clawback).



Os detentores de funções específicas em determinadas entidades norte-americanas do Deutsche Bank são obrigados pela regulamentação aplicável a serem remunerados ao abrigo de planos diferentes. A remuneração restrita para estas pessoas consiste em concessões restritas de ações e concessões restritas em numerário. O destinatário torna-se proprietário beneficiário dos prémios a partir da Data de Concessão e os prémios serão detidos em nome do destinatário. Estes prémios são limitados por um período de tempo (sujeitos às regras do plano aplicáveis e às declarações do prémio, incluindo as condições de desempenho e perda de direitos). O período de restrição está em linha com os períodos de retenção aplicáveis aos prémios habitualmente diferidos do Deutsche Bank. No que diz respeito ao Conselho de Administração, estas regras apenas se aplicavam ao Professor Dr. Stefan Simon devido ao seu papel como CEO da DB USA Corp até à sua saída do Conselho de Administração em 30 de abril de 2025.

A conformidade total com as regras da Autoridade de Regulação Prudencial (PRA) no Reino Unido é assegurada pelo Deutsche Bank através da aplicação de disposições específicas de adiamento para os membros do Conselho de Administração - também para aqueles que são designados como detentores de "Função de Gestão de Topo" (SMF). Fabrizio Campelli foi identificado como "Diretor" ao abrigo da Autoridade de Regulação Prudencial (PRA) no Reino Unido (UK) para o exercício de 2025. As provisões de retenção a aplicar pela PRA a este grupo de colaboradores são cumpridas pelas provisões previstas para Fabrizio Campelli

De acordo com as orientações regulamentares, a concessão de equivalentes a dividendos é proibida para quaisquer prémios durante os respetivos períodos de desempenho e de diferimento. Por conseguinte, o direito a receber esses equivalentes de dividendos só surge após a conclusão do período de desempenho de três anos e do subsequente período de diferimento de cinco anos (= aquisição de direitos), tal como exigido pela Autoridade Bancária Europeia. Embora as ações pudessem ser entregues já após a aquisição, o Banco decidiu adiar a entrega até ao final do período adicional de um ano de detenção, que começa com a aquisição, para garantir o cumprimento contínuo das provisões de suspensão e caducidade.

Após a aquisição e durante o período de detenção adicional, os prémios em ações são economicamente totalmente atribuíveis aos membros do Conselho de Administração. Para evitar desvantagens económicas durante o período de detenção, as regras do plano permitem o pagamento de um montante equivalente por ação se for pago um dividendo durante esse período. Esta prática está em conformidade com todos os regulamentos e normas do mercado; nomeadamente, estes equivalentes não são considerados remuneração variável e não necessitam de aprovação da Assembleia Geral, o que demonstra a adesão regulamentar do Banco.

Na sua reunião de 25 de agosto de 2025, o Conselho de Fiscalização aprovou a concessão aos membros do Conselho de Administração de dividendos equivalentes a 0,68 euros por ação para os prémios de compensação diferida com base em ações já detidos no período de detenção adicional subsequente à data da Assembleia Geral de 2025. Estes equivalentes refletem os dividendos dos acionistas e são calculados com base no número de unidades de participação, sujeitos às mesmas regras que o prémio original (incluindo suspensão, caducidade ou recuperação (clawback)).

Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro

Montantes-alvo e máximos do salário base e da remuneração variável

em euros	2025				2024
	Salário-base	Incentivo a Curto Prazo	Incentivo a longo prazo	Remuneração total ²	Remuneração total ²
Diretor-geral (CEO) da					
Valor-alvo	3.800.000	2.400.000	3.600.000	9.800.000	9.800.000
Valor máximo				12.000.000	12.000.000
Presidente, Diretor Financeiro e responsável pelo Asset					
Valor-alvo	3.200.000	2.040.000	3.060.000	8.300.000	8.300.000
Valor máximo				10.850.000	10.850.000
Diretor do Corporate e Investment Bank					
Valor-alvo	3.400.000	2.160.000	3.240.000	8.800.000	8.800.000
Valor máximo				11.500.000	11.500.000
Diretor do Private Bank					
Valor-alvo	3.200.000	2.080.000	3.120.000	8.400.000	8.400.000
Valor máximo				11.000.000	11.000.000
Diretor de risco ¹					
Valor-alvo	2.400.000	672.000	1.008.000	4.080.000	6.500.000
Máximo				4.800.000	8.550.000
Diretor de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira ¹					
Valor-alvo	2.200.000	616.000	924.000	3.740.000	2.975.000
Máximo				4.400.000	3.500.000
Diretor de operações					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Valor máximo				8.550.000	8.550.000
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Máximo				8.550.000	8.550.000
Diretor Geral Ásia-Pacífico, Europa, Médio Oriente e África e Alemanha					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Máximo				8.550.000	8.550.000

¹ Para mais pormenores sobre a decisão de remuneração, consulte o "Resumo Executivo" do presente relatório.
² Limite máximo superior de acordo com o artigo 87.º-A, n.º 1, frase 2, n.º 1 da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs.

Os dados de remuneração para a função de Diretor Geral para as Américas e Diretor Jurídico já não são apresentados, uma vez que esta função deixou de existir após a saída do Prof. Dr. Stefan Simon do Conselho de Administração, com efeitos a partir de 30 de abril de 2025. Com efeito, a partir de 1 de maio de 2025, as responsabilidades pela área jurídica e pela região das Américas foram atribuídas como responsabilidades adicionais aos membros existentes do Conselho de Administração e, por conseguinte, já não são refletidas como uma função separada.

Incentivo a Curto Prazo (STI) 2025

No início do ano, o Conselho de Fiscalização estabelece objetivos a curto prazo para cada membro do Conselho de Administração, tanto a nível individual como a nível da divisão de negócios. São igualmente definidas as ponderações de cada um destes objetivos, bem como os critérios de desempenho relevantes, quantitativa ou qualitativamente mensuráveis, para a sua avaliação. Os objetivos apoiam a execução da estratégia e das prioridades do Deutsche Bank e foram escolhidos de modo a serem desafiantes, ambiciosos e suficientemente concretos para assegurar um alinhamento adequado entre desempenho e remuneração e para que o princípio de "remuneração por desempenho" seja considerado. Para cada objetivo quantitativo, o Conselho de Fiscalização definiu um limiar mínimo, uma meta e um nível máximo de desempenho. Se o limiar mínimo não for atingido, o nível de realização corresponde a 0%.

Para cada objetivo qualitativo e objetivo comportamental, o Conselho de Fiscalização especificou critérios de medição individuais que serão avaliados globalmente.

No que respeita a um dos objetivos centrais do banco, ou seja, a correção das conclusões regulamentares e a melhoria dos controlos, que cada membro do Conselho de Administração recebeu como um objetivo alinhado com as suas responsabilidades individuais, a consecução do objetivo foi medida pela medida em que as questões no âmbito da área de responsabilidade foram consideradas

prioritárias e os recursos necessários foram disponibilizados. Neste contexto, foram igualmente tidos em conta os êxitos quantitativamente mensuráveis, como a redução percentual das conclusões regulamentares em relação ao ano anterior.

Outro objetivo de grande importância e, por conseguinte, de importância universal para todos os membros do Conselho de Administração em 2025 foi a promoção do quadro "This is Deutsche Bank", que liga o objetivo, a visão, a estratégia, a cultura e a afirmação do Deutsche Bank. O critério de medição para determinar a realização individual dos subobjetivos deste objetivo central foi a medida em que houve esforços de ativação visíveis e, por conseguinte, mensuráveis por parte do respetivo membro do Conselho de Administração (número de workshops, câmaras municipais, reuniões, etc.) e, assim, a função de modelo para a nova cultura de aspiração foi ativamente concretizada pelo membro do Conselho de Administração. Além disso, os resultados dos inquéritos realizados regularmente aos colaboradores de cada uma das divisões do Conselho de Administração, que refletem o desempenho e a aceitação da nova cultura "This is Deutsche Bank" ao longo do tempo, constituíram um indicador importante do grau de cumprimento dos objetivos.

A visão geral que se segue mostra os objetivos e os níveis de concretização determinados pelo Conselho de Fiscalização para cada membro do Conselho de Administração.

Resumo da remuneração por desempenho do Diretor Geral e do Diretor Financeiro para o Incentivo a Curto Prazo

Membro do Conselho de Administração	Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Resumo da remuneração por desempenho	Ponderação (em %)	Nível de concretização (em %)	Em geral Nível de concretização
Christian Sewing	RoTE	O retorno sobre o capital próprio tangível (RoTE) mede o lucro (ou prejuízo) atribuível aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio e incentiva a utilização eficiente do capital próprio. O capital próprio tangível dos acionistas é determinado pela dedução do goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas. Em 2025, o RoTE foi de 10,3%, representando 133,01% de realização do objetivo.	25,00%	133,01%	128,75%
	Receitas do grupo	O indicador-chave de desempenho "receitas excluindo V&T" incentiva a dinâmica e o crescimento sustentável da atividade. Mede o crescimento das receitas excluindo as diferenças de avaliação e as diferenças temporais (V&T) que surgem dos derivados utilizados para cobrir o balanço do Grupo. Estes são impactos contabilísticos, e espera-se que as perdas de avaliação sejam recuperadas ao longo do tempo, à medida que os instrumentos subjacentes se aproximam da maturidade. Em 2025, as receitas, excluindo as diferenças de avaliação e de calendário no montante de 0,9 mil milhões de euros, ascenderam a 31,2 mil milhões de euros, o que representa uma realização de 100% do objetivo. Por conseguinte, o objetivo foi atingido.	25,00%	100,00%	
	Continuar a desenvolver e a concretizar a estratégia do grupo	Registaram-se progressos significativos na evolução e concretização da estratégia do grupo. A estratégia do grupo para 2025 foi concretizada de forma qualitativa e quantitativa. Além disso, foi desenvolvida e apresentada uma história clara e convincente sobre a evolução estratégica do Deutsche Bank, profundamente enraizada no seu objetivo e visão, que recebeu um feedback positivo de analistas, investidores de longo prazo e agências de notação. A abordagem SVA (Valor Acrescentado para o Acionista) foi implementada com êxito como elemento central da estratégia e orientação futuras. A evolução do mercado e os potenciais cenários de consolidação no setor bancário foram acompanhados e avaliados de perto. Além disso, o diálogo com as principais partes interessadas foi reforçado, solidificando a posição do Deutsche Bank como um parceiro de eleição para os clientes e um cidadão empresarial responsável.	15,00%	140,00%	
	Conduzir a correção regulamentar e as melhorias de controlo	A definição de prioridades para os principais trabalhos de correção regulamentar foi efetivamente assegurada em todas as divisões ao longo do ano. Isto conduziu a avanços significativos, incluindo uma atualização do SREP, uma melhoria substancial do feedback da FED e da PRA e progressos consideráveis na correção das conclusões regulamentares. Foram mantidos de forma consistente um diálogo e um intercâmbio sólidos com as principais partes interessadas no domínio da regulamentação.	15,00%	130,00%	
	Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	Evolução para uma organização orientada por objetivos: Foram dados passos consideráveis no sentido de promover uma organização orientada por objetivos. O quadro "This is Deutsche Bank" (TiDB) foi estruturado e implementado, tendo sido tido em maior consideração nos eventos dos colaboradores/líderes e na tomada de decisões do Conselho de Administração. Foi dada uma maior atenção ao envolvimento dos colaboradores no percurso do Deutsche Bank, nomeadamente através de iniciativas como o Employee Deep Dive. Os indicadores-chave de desempenho acordados para o Inquérito de avaliação da cultura, a diversidade de género, a redução das emissões de carbono, bem como para os indicadores de cultura, controlo e conduta, revelam progressos significativos.	20,00%	150,00%	

Membro do Conselho de Administração	Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Resumo da remuneração por desempenho	Ponderação (em %)	Nível de concretização (em %)	Em geral Nível de concretização
James von Moltke	RoTE	O retorno sobre o capital próprio tangível (RoTE) mede o lucro (ou prejuízo) atribuível aos acionistas do Deutsche Bank como uma percentagem do capital próprio tangível médio e incentiva a utilização eficiente do capital próprio. O capital próprio tangível dos acionistas é determinado pela dedução do goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas. Em 2025, o RoTE foi de 10,3%, representando 133,01% de realização do objetivo.	25,00%	133,01%	122,28%
	Base de custos - nível de grupo	O KPI de custos diretos ajustados centra-se na evolução dos custos operacionais do Grupo Deutsche Bank, que é essencial para posicionar o banco para um desempenho sustentável em 2025 e nos anos seguintes. "Custos ajustados" significa que os custos com litígios, indemnizações e reestruturação e imparidade são excluídos em conformidade com os relatórios externos. Em 2025, a base de custos diretos ajustados era de 20,3 mil milhões de euros	25,00%	105,09%	
	Planear a execução e a concretização da estratégia do grupo	A organização tem vindo a progredir bem na prossecução dos seus objetivos estratégicos, cumprindo os objetivos relativos ao retorno sobre o capital próprio, ao rácio custo/rendimento, ao resultado antes de impostos e ao resultado líquido. A estratégia do grupo para 2025 foi concretizada com resultados qualitativos e quantitativos, integrando o Valor Acrescentado para o Acionista (SVA) na gestão do desempenho. Uma nova estratégia com objetivos financeiros para 2028 foi apresentada no Investor Deep Dive, apoiada por um envolvimento ativo dos investidores que mudou a narrativa para o crescimento do valor a longo prazo. Os objetivos de distribuição de capital foram cumpridos, com os dividendos e as recompras de ações a aumentarem mais de 50% em relação ao ano anterior, ultrapassando os 8 mil milhões de euros	15,00%	130,00%	
	Controlos e transformação	Registraram-se progressos notáveis no reforço dos controlos regulamentares e na resolução de questões pendentes, tendo sido concluída a maior parte das tarefas essenciais e realizados progressos significativos na correção das constatações nas Finanças e na DWS. Estas melhorias conduziram a uma reação positiva do regulador e a um ambiente de controlo global mais forte.	10,00%	120,00%	
	Desenvolvimento da DWS	A DWS demonstrou um forte desempenho em 2025, com a cotação das suas ações a melhorar mais de 30% e a empresa excedeu o seu objetivo de 4,50 euros por ação (EPS). O segmento de Asset Management está preparado para exceder os seus planos de receitas e de resultados líquidos, com despesas exatamente dentro do plano, excluindo o impacto da retenção resultante da valorização da cotação das ações. Foi mantida uma estreita colaboração com a direção da DWS em matéria de planos estratégicos, incluindo a preparação de IDD e a avaliação de potenciais projetos de aquisição ou parceria. As questões jurídicas de	10,00%	125,00%	
	Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	O departamento financeiro liderou o envolvimento dos colaboradores através do quadro This is Deutsche Bank (TiDB), alcançando uma pontuação de 72% no inquérito de avaliação da cultura (contra 69% em 2024) com uma taxa de resposta de 68%. A diversidade de género situa-se em 37,1%, ligeiramente abaixo do objetivo de 38,5%, mas espera-se uma melhoria. O departamento financeiro mantém uma elevada integridade com um mínimo de problemas de conduta. O quadro TiDB expandiu-se por toda a organização e está cada vez mais integrado em eventos e na tomada de decisões. As principais métricas de cultura e conduta, incluindo o Inquérito de avaliação da cultura e outros indicadores, são todas classificadas como estando no bom caminho.	15,00%	125,00%	

Incentivo a curto prazo ao desempenho de outros membros do Conselho de Administração

Fabrizio Campelli

Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Ponderação (em %)	Nível de realização global (em %)
Receitas Investment Bank/Corporate Bank (IB/CB)	31,25%	121,97%
Base de custos - nível de grupo	9,38%	
Base de custos - base de custos divisionais (base de custos diretos ajustados IB/CB)	9,38%	
Cumprir a execução da estratégia de IB/CB e a liderança do cliente e promover as principais medidas	15,00%	
Continuar a melhorar os controlos e demonstrar a sua eficácia às entidades reguladoras	15,00%	
Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	20,00%	

Dr. Marcus Chromik (Membro desde 1 de maio de 2025)

Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Ponderação (em %)	Nível de realização global (em %)
Base de custos - nível de grupo	10,00%	118,07%
Base de custos - base de custos divisionais (base de custos diretos ajustados do Gabinete de Risco)	10,00%	
Avançar com o modelo operacional do CRO	20,00%	
Proteger o banco	20,00%	
Cumprir as medidas de correção regulamentar e resolver as questões pendentes de uma forma sustentável e holística	20,00%	
Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	20,00%	

Bernd Leukert

Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Ponderação (em %)	Nível de realização global (em %)
Base de custos - nível de grupo	10,00%	115,02%
Base de custos - base de custos divisionais (base de custos diretos ajustados Tecnologia, dados e inovação)	10,00%	
Promover as eficiências de custos necessárias a médio/longo prazo, ao mesmo tempo que se gerem diariamente os sistemas do DB em segurança, em conformidade com a apetência pelo risco	20,00%	
Conduzir a simplificação das aplicações e das infraestruturas em conformidade com a estratégia do DB e com o Modelo Operacional Alvo previsto	20,00%	
Cumprir os requisitos regulamentares e reduzir as constatações de auditoria do Grupo em atraso	20,00%	
Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	20,00%	

Alexander von zur Mühlen

Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Ponderação (em %)	Nível de realização global (em %)
Proveitos (Receitas na Alemanha, EMEA e APAC)	20,00%	116,35%
RoTE	20,00%	
Evolução e execução da Estratégia para a Alemanha	20,00%	
Fomentar a implementação do conceito de Global Hausbank através de um melhor corredor inter-divisional e de uma focalização inter-regional orientada para a Ásia-Pacífico, Médio Oriente, África, Europa e Alemanha	20,00%	
Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	20,00%	

Laura Padovani

Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Ponderação (em %)	Nível de realização global (em %)
Base de custos - nível de grupo	20,00%	117,02%
Cumprir as medidas de correção regulamentar, analisar os trabalhos de correção e manter a tónica na incorporação sustentável	20,00%	
Implementar um modelo operacional estratégico de conformidade e combate à criminalidade financeira	20,00%	
Reforçar a estatura e o peso globais da função de Conformidade e combate à criminalidade financeira e promover a cultura	20,00%	
Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	20,00%	

Claudio de Sanctis

Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Ponderação (em %)	Nível de realização global (em %)
Receitas Private Bank (PB)	25,00%	121,14%
Base de custos - nível de grupo	12,50%	
Base de custos - base de custos divisionais (base de custos diretos ajustados do Private Bank)	12,50%	
Executar a estratégia do Private Bank, o modelo operacional e a liderança do cliente	15,00%	
Realizar atividades de correção críticas	15,00%	
Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	20,00%	

Rebecca Short

Objetivos individuais e divisionais a curto prazo	Ponderação (em %)	Nível de realização global (em %)
Base de custos - nível de grupo	15,00%	117,26%
Base de custos - base de custos divisionais (Base de custos diretos ajustados relativamente à Infraestrutura)	15,00%	
Incorporar o novo modelo operacional de objetivos	20,00%	
Garantir a excelência dos RH e das aquisições	15,00%	
Promover correções e melhorias de controlo	20,00%	
Pessoas e cultura - Promover o quadro "This is Deutsche Bank"	15,00%	

Realização global do Incentivo de Curto Prazo

Em princípio, metade do Incentivo a Curto Prazo (STI) é pago em numerário ao fim de um ano, enquanto a outra metade é concedida sob a forma de instrumentos baseados em ações com um período de detenção de um ano antes de ser paga em numerário. Se a realização do STI exceder 100%, qualquer excedente é atribuído de forma diferida e com base em ações (Prémios Restritos em Ações) para cumprir os requisitos regulamentares relativos ao rácio da remuneração variável: 40% STI e 60% LTI.

Para o exercício financeiro de 2025, o Conselho de Fiscalização determinou os seguintes níveis globais de realização para os membros atuais do Conselho de Administração, com base nos níveis de realização dos objetivos individuais determinados para o Incentivo a Curto Prazo:

Realização global do Incentivo a Curto Prazo

Membro do Conselho de Administração	Montante-alvo (em euros)	Nível de concretização (em %)	Montante global do STI (em euros)
Christian Sewing	2.400.000	128,75 %	3.090.085
James von Moltke	2.040.000	122,28 %	2.494.453
Fabrizio Campelli	2.160.000	121,97 %	2.634.571
Dr. Marcus Chromik ¹	448.000	118,07 %	528.970
Bernd Leukert	1.640.000	115,02 %	1.886.248
Alexander von zur Mühlen	1.640.000	116,35 %	1.908.143
Laura Padovani	616.000	117,02 %	720.836
Claudio de Sanctis	2.080.000	121,14 %	2.519.645
Rebecca Short	1.640.000	117,26 %	1.923.132
Professor Dr. Stefan Simon ²	546.667	85,00 %	464.667
Olivier Vigneron ³	633.222	100,00 %	633.222

¹ Membro desde 1 de maio de 2025

² Membro até 30 de abril de 2025

³ Membro até 19 de maio de 2025

85,00% - 128,75% Intervalo de níveis de consecução dos objetivos de STI para os membros do Conselho de Administração em 2025

Membro do Conselho de Administração	Pagamento em numerário em 2026 (em euros)	Atribuição de um Prémio Inicial em Ações em 2026 (em euros)	Número de unidades ¹	Atribuição de um Prémio Restrito em Ações em 2026 ² (em euros)	Número de unidades ¹
Christian Sewing	1.338.017	1.338.017	43.826	414.051	13.562
James von Moltke	1.110.891	1.110.891	36.387	272.672	8.931
Fabrizio Campelli ³	1.174.914	1.174.914	38.484	284.743	9.327
Dr. Marcus Chromik ⁴	240.194	240.194	7.867	48.582	1.591
Bernd Leukert	869.250	869.250	28.472	147.749	4.839
Alexander von zur Mühlen	873.629	873.629	28.615	160.886	5.270
Laura Padovani	328.967	328.967	10.775	62.902	2.060
Claudio de Sanctis	1.127.929	1.127.929	36.945	263.787	8.640
Rebecca Short	876.626	876.626	28.714	169.879	5.564
Professor Dr. Stefan Simon ⁵	232.334	232.334	7.610	—	—
Olivier Vigneron ⁶	316.611	316.611	10.370	—	—

¹ O cálculo do número de instrumentos baseados em ações baseia-se na cotação média de fecho da ação do Deutsche Bank na Xetra durante os últimos dez dias de negociação em fevereiro de 2026 (30,53 euros).

² Uma parte do STI em que a realização exceda 100% deve ser concedida como Prémios Restritos em Ações para garantir os requisitos regulamentares. Para mais informações, consulte o capítulo "Diferimentos e períodos de detenção".

³ Os Prémios Restritos em Ações adicionais concedidos também cumprem os requisitos regulamentares do Reino Unido. Para mais informações, consulte o capítulo "Diferimentos e períodos de detenção".

⁴ Membro desde 1 de maio de 2025

⁵ Membro até 30 de abril de 2025

⁶ Membro até 19 de maio de 2025

Incentivo a Longo Prazo (LTI)

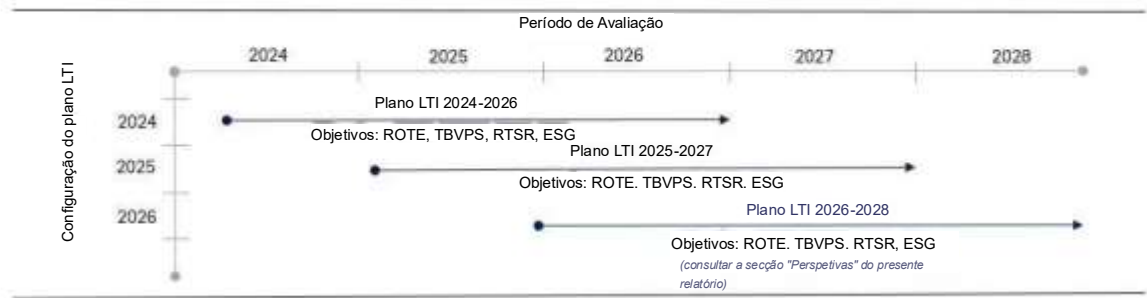
Para a determinação da remuneração variável, é colocado um grande foco na consecução dos objetivos de longo prazo ligados à estratégia do banco. Para o Incentivo a Longo Prazo (LTI), o Conselho de Fiscalização especifica objetivos coletivos a longo prazo para os membros do Conselho de Administração, cada um deles avaliado ao longo de um período de três anos.

No início de 2025, o LTI foi inicialmente atribuído como um montante-alvo em dinheiro a cada um dos membros do Conselho de Administração. Uma vez que o período de avaliação de três anos para o LTI representa uma mudança de um período retrospectivo para um período prospetivo, a concessão da remuneração baseada em ações ocorre dois anos mais tarde em comparação com o anterior sistema de remuneração. A fim de alinhar a remuneração do Conselho de Administração com o desempenho das ações do Deutsche Bank e, por conseguinte, com os interesses dos acionistas, o Conselho de Fiscalização utilizou a possibilidade, já prevista no novo sistema de remuneração, de converter o montante-alvo em euros do LTI em unidades de ações virtuais após o primeiro ano de avaliação do desempenho (não constituindo, nesta fase, uma concessão de remuneração). Após o período de avaliação de desempenho de três anos, o número de unidades de ações virtuais será então aumentado ou reduzido de acordo com o nível de realização determinado para o LTI.

Esta abordagem reforça ainda mais o aspeto de sustentabilidade da remuneração variável a longo prazo, uma vez que está adicionalmente ligada ao desempenho do banco e à cotação das ações durante o período de avaliação. A conversão baseou-se na cotação média das ações do Deutsche Bank durante os últimos 10 dias de negociação em fevereiro de 2026 de 30,53 euros. O número de ações virtuais que serão atribuídas no final do período de avaliação dependerá dos resultados da avaliação de desempenho e, por conseguinte, variará entre 0% e 150% do número inicialmente atribuído. Após os períodos de aquisição e de detenção, 20% das ações virtuais ficarão disponíveis anualmente, mas continuarão a estar sujeitas a condições de recuperação (clawback).



Visão geral do Incentivos a Longo Prazo (LTI) - Planos



Plano de Incentivo a Longo Prazo 2024-2026 e 2025-2027

LTI - Objetivos	%	LTI 2024-2026			%	LTI 2025-2027			Dados efetivos até ao	Dados efetivos até ao
		0%	100%	150%		0%	100%	150%		
Finanças do Grupo e RTSR	40%				40%					
RoTE ¹	15%	< 9% (9%=33%)	11%	12%	15%	< 10% (10%=33%)	12%	13%	4,7%	10,3%
TBVPs ²	10%	<=6.5%	8,5%	9,5%	10%	<= 6,5%	8,5%	9,5%	5,3%	3,6%
RTSR ³	15%	< mediana (mediana=50%	Percentil 70	Percentil 90	15%	< mediana (mediana=50%	Percentil 70	Percentil 90	Classificação 6	Classificação 3
SAG	20%				20%					
Ambiental Promover a gestão dos riscos	8%	<= 50%	70%	85%	8%	<= 50%	70%	85%	n.a. ⁴	n.a. ⁴
Social Diversidade de género	4%	<= 30%	32,5%	35%	4%	<= 30%	32,5%	35%	28,4%	28,4%
Governança	8%	0	100,0%	150%	8%	0	100,0%	150%	avaliação qualitativa no final do período de desempenho	

¹ Rendibilidade do capital próprio tangível no final do período de desempenho.
² Crescimento anual médio do Valor Contabilístico Tangível por Ação (excl. câmbios) ao longo do período de desempenho.
³ Retorno total relativo dos acionistas - Classificação do Deutsche Bank em relação ao grupo de pares (= grupo de pares globais do DB) no final do período de desempenho.
⁴ O cumprimento do objetivo baseia-se nos resultados médios de 2025 e 2026.

Este quadro destina-se apenas a fins informativos e a facilitar a avaliação do LTI reg. do desempenho do Conselho de Administração: Este quadro resume os objetivos e os critérios de avaliação do LTI e fornece uma visão geral do desempenho do Conselho de Administração até à data, sem antecipar o resultado final.

Conversão em ações virtuais - Evolução da cotação média das ações do Deutsche Bank



O montante-alvo em euros para o LTI é convertido em unidades de ações virtuais após o primeiro ano de avaliação do desempenho (ainda não é uma subvenção de remuneração), com base na cotação média das ações durante os últimos 10 dias de negociação em fevereiro de 2026 de 30,53 euros. Estas unidades são depois ajustadas após o período de avaliação de três anos, com base na realização do LTI, associando a remuneração variável a longo prazo ao desempenho do banco e à cotação das ações. O quadro seguinte ilustra o montante convertido e o número correspondente de unidades de participação virtuais.

Instrumentos baseados em ações (ações virtuais)

Membros do Conselho de Administração	Plano LTI 2024-2026	Objetivo de atribuição de LTI em euros	Preço médio da ação antes da conversão em	Plano LTI 2025-2027
	Número de unidades baseadas em			Número de unidades baseadas em
Christian Sewing	177.652	3.600.000	30,53	117.917
James von Moltke	152.916	3.060.000		100.229
Fabrizio Campelli	161.911	3.240.000		106.125
Dr. Marcus Chromik ²	—	672.000		22.011
Bernd Leukert	122.932	2.460.000		80.576
Alexander von zur Mühlen	122.932	2.460.000		80.576
Laura Padovani ³	18.365	924.000		30.265
Claudio de Sanctis	155.914	3.120.000		102.195
Rebecca Short	122.932	2.460.000		80.576
Professor Dr. Stefan Simon ⁴	122.932	820.000		26.859
Olivier Vigneron ⁵	122.932	949.833		31.111

¹ Cotação média de fecho da ação do Deutsche Bank no Xetra durante os últimos dez dias de negociação em fevereiro de 2026.

² Membro desde 1 de maio de 2025

³ Membro desde 1 de julho de 2024

⁴ Membro até 30 de abril de 2025

⁵ Membro até 19 de maio de 2025

Backtesting e aplicação de malus e clawback em 2025

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente e em tempo útil, antes das respetivas datas de libertação, a possibilidade de uma perda total ou parcial (malus) ou recuperação (clawback) dos componentes variáveis de remuneração dos membros do Conselho de Administração. Em 2025, não houve lugar a perda ou clawback de prémios.

Diretrizes de participações

De acordo com as orientações relativas às participações aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, estes têm a obrigação de acumular uma participação em ações do Deutsche Bank no prazo de quatro anos. O CEO é obrigado a deter um equivalente a 200% do seu salário base bruto anual em ações e os outros membros do Conselho de Administração são obrigados a deter ações equivalentes a 100% do seu salário base bruto anual, a fim de cumprirem as orientações relativas às participações. As ações devem ser detidas durante todo o período da nomeação. Se o salário base for aumentado, a obrigação de deter ações aumenta em conformidade. O cumprimento da obrigação de participação no capital é revisto de seis em seis meses. Dependendo do nível de realização e do desempenho do preço das ações, as ações adicionais devem ser compradas ou podem ser vendidas se a obrigação for excedida. 75% do(s) Prémio(s) Restrito(s) em Ações/Unidades de ações em circulação são imputáveis à obrigação de ações.

Todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de participação em 2025 ou estão atualmente em fase de acumulação.



Benefícios após a rescisão do contrato

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2025 e 2024, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2025 em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025. Os diferentes saldos são atribuíveis aos diferentes períodos de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores relacionados com a idade, e às diferentes taxas de contribuição. Os membros do Conselho de Administração que recebem um subsídio de pensão em vez de uma contribuição anual não estão incluídos no quadro seguinte - exceto se tiverem recebido uma contribuição anual em anos anteriores. Os subsídios de pensões são apresentados na secção "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".

Membros do Conselho de Administração em euros	Contribuição anual, no exercício		Crédito em juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Christian Sewing	715.000	728.000	—	—	9.467.000	8.752.000	546.300	574.078	7.640.707	7.132.345
James von Moltke	702.000	715.000	—	—	7.221.500	6.519.500	551.820	577.371	6.120.471	5.561.609
Fabrizio Campelli	760.500	773.500	—	—	5.502.254	4.741.754	509.388	542.981	3.936.029	3.486.558
Bernd Leukert	676.000	689.000	—	—	4.801.334	4.125.334	574.620	596.463	4.367.269	3.742.460
Claudio de Sanctis	747.500	760.500	—	—	1.894.750	1.147.250	507.949	542.293	1.327.023	823.356
Rebecca Short	773.500	786.500	—	—	3.739.668	2.966.168	487.795	522.769	2.423.885	1.983.351
Prof. Dr. Stefan Simon ¹	—	—	—	—	3.483.460	3.483.460	—	—	2.925.774	2.944.486
Olivier Vigneron ²	242.668	747.500	—	—	2.395.252	2.152.584	171.304	548.749	1.789.396	1.633.309

¹ Membro até 30 de abril de 2025. O Prof. Stefan Simon recebeu um subsídio de pensão proporcional até ao final do seu mandato, que se reflete na secção "Remuneração Concedida e Devida (Tabela de Entrada)". Devido a um saldo de conta existente, está também listado na tabela acima

² Membro até 19 de maio de 2025

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. Em conformidade com a prática do mercado alemão e com a recomendação G.13 do Código Alemão de Governo das Sociedades (GCGC), as indemnizações por despedimento estão atualmente limitadas a duas vezes a remuneração total anual e não são pagas para além do período remanescente do contrato de serviço (limite máximo de indemnização). Tendo em conta o feedback dos investidores e de outras partes interessadas, o Conselho de Fiscalização reduzirá o limite de indemnização para um máximo de dois anos de salário-base para os membros do Conselho de Administração nomeados depois de 1 de janeiro de 2024. A indemnização por cessação de funções é determinada e concedida em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as recomendações do GCGC e das provisões da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV).

Olivier Vigneron deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do final de 19 de maio de 2025. O contrato de prestação de serviços terminou com o fim do seu período de nomeação. Tal como previsto no seu contrato de trabalho, foi acordado um subsídio de espera ("Karenzentschädigung"), em conformidade com a cláusula de não concorrência pós-contratual, no montante de 130.000 euros por mês, correspondente a 65% do seu salário base fixo. A cláusula de não concorrência pós-contratual estava inicialmente prevista para vigorar de 20 de maio de 2025 a 19 de fevereiro de 2026, nos termos estabelecidos no contrato de prestação de serviços. No entanto, na sequência de uma oferta para que Olivier Vigneron se tornasse Diretor de Risco (CRO) no outro banco, com efeitos a partir de 2 de setembro de 2025, que se enquadrava no âmbito da cláusula de não concorrência, o Conselho de Fiscalização, a pedido de Olivier Vigneron, decidiu pôr termo à cláusula de não concorrência com efeitos a partir de 31 de agosto de 2025. Consequentemente, o pagamento do subsídio mensal de espera ("Karenzentschädigung") cessou com a entrada em vigor da renúncia à cláusula de não concorrência.

O Professor Dr. Stefan Simon deixou o Conselho de Administração por mútuo acordo, com efeitos a partir do final de 30 de abril de 2025. Como previsto no seu contrato de serviço, foram acordadas indemnizações de cessação de funções. O acordo de cessação de funções previa um subsídio de espera ("Karenzentschädigung") durante um período de não concorrência entre 6 e um máximo de 12 meses, no valor de 130.000 euros por mês (65% do seu salário-base), que é deduzido da indemnização por cessação de funções. Foi acordada uma indemnização por cessação de funções como remuneração pela rescisão antecipada do seu contrato de serviço no montante de 6.446.548 euros, incluindo o subsídio de espera. Esta indemnização por cessação de funções foi estruturada da seguinte forma: 20% em pagamento em numerário, 20% em prémio inicial em ações, 30% em prémios restritos de incentivos (entregues entre 2026 e 2030) e 30% em prémios restritos em ações (entregues entre 2027 e 2031). A indemnização por cessação de funções está sujeita a todas as disposições acordadas contratualmente sobre componentes de remuneração variável, incluindo a possibilidade de uma recuperação de remuneração variável.

Desvios do sistema de remuneração

Não houve desvios do sistema de remuneração no exercício financeiro de 2025.

Remuneração do Conselho de Administração 2025

Membros atuais do Conselho de Administração

Remuneração total 2025

O Conselho de Fiscalização determinou a seguinte remuneração numa base individual. O segundo Plano de Incentivo a Longo Prazo (LTI) baseado no novo sistema de remuneração em 2024 foi estabelecido para o período de desempenho 2025 - 2027; após o final do período de desempenho de 3 anos, o Conselho de Fiscalização determina o nível de realização com base nos indicadores-chave de desempenho (KPI) predefinidos. Devido à mudança em 2024 de um período de desempenho de três anos retrospectivo para um período de desempenho de três anos prospetivo, os dois primeiros anos após a aplicação do novo sistema (2024 e 2025) são anos de transição ("fase de transição"). O segundo Plano de Incentivo a Longo Prazo (Plano LTI 2025-2027) será concedido pela primeira vez no início de 2028. Durante a "fase de transição", o LTI será apresentado com o montante-alvo para efeitos de cálculo e comparação. Para uma melhor comparabilidade com os valores do ano anterior, o quadro seguinte inclui uma coluna intitulada Remuneração Total Pró-Forma, que apresenta a soma do salário base, do STI efetivo e de um valor-alvo para o LTI.

Esta abordagem é refletida em conformidade na tabela que se segue.

	2025			2024	
em euros	Salário base ¹	Incentivo a Curto Prazo real	Objetivo de Incentivo a Longo Prazo ²	Remuneração total pró-forma	Remuneração total pró-forma ³
Christian Sewing	3.800.000	3.090.085	3.600.000	10.490.085	9.753.210
James von Moltke	3.200.000	2.494.453	3.060.000	8.754.453	8.265.320
Fabrizio Campelli	3.400.000	2.634.571	3.240.000	9.274.571	8.987.920
Dr. Marcus Chromik ⁴	1.600.000	528.970	672.000	2.800.970	—
Bernd Leukert	2.400.000	1.886.248	2.460.000	6.746.248	6.349.120
Alexander von zur Mühlen	2.400.000	1.908.143	2.460.000	6.768.143	6.398.320
Laura Padovani ⁵	2.200.000	720.836	924.000	3.844.836	1.478.925
Claudio de Sanctis	3.200.000	2.519.645	3.120.000	8.839.645	8.377.120
Rebecca Short	2.400.000	1.923.132	2.460.000	6.783.132	6.467.200
Professor Dr. Stefan Simon ⁶	800.000	464.667	820.000	2.084.667	5.857.120
Olivier Vigneron ⁷	926.667	633.222	949.833	2.509.722	6.137.560
Total	26.326.667	18.803.972	23.765.833	68.896.472	68.071.815

¹ Na coluna "Salário-base", os valores alvo fixados pelo Conselho de Fiscalização são apresentados em euros por motivos de comparabilidade. A entrada real difere deste valor-alvo para os membros do Conselho de Administração Alexander von zur Mühlen e Professor Dr. Stefan Simon devido a flutuações cambiais, e para Bernd Leukert devido à compensação da remuneração de mandatos. As entradas são apresentadas na secção "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".

² A determinação do nível de realização final para o Plano LTI 2025-2027 terá lugar após o final do período de desempenho de 3 anos em 2028

³ A Remuneração Pró-Forma inclui o valor-alvo para o LTI em 2024. A determinação do nível de realização final para o Plano LTI 2024-2026 terá lugar após o final do período de desempenho de 3 anos em 2027.

⁴ Membro desde 1 de maio de 2025

⁵ Membro desde 1 de julho de 2024

⁶ Membro até 30 de abril de 2025

⁷ Membro até 19 de maio de 2025

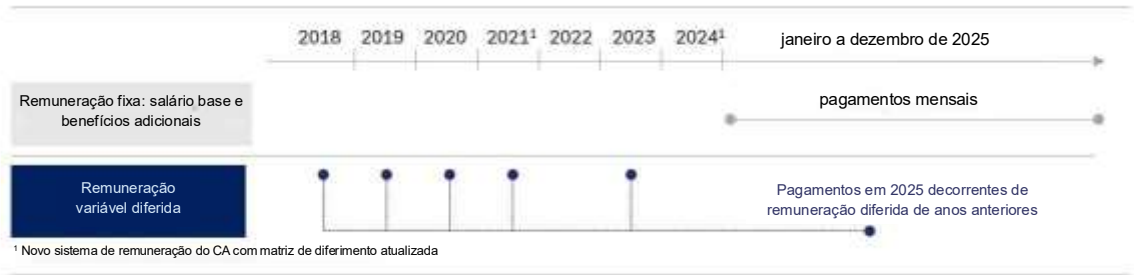
Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a remuneração paga e devida nos exercícios financeiros de 2025 e 2024 aos membros em exercício do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2025, nos termos do artigo 162.º , n.º 1, frase 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações.

Nalguns casos, os fluxos de entrada para 2025 desviam-se significativamente dos valores comunicados em anos anteriores. Esta discrepância deve-se ao sistema de remuneração em vigor em 2018, que estipulava que a remuneração variável da componente de longo prazo se tornaria devida num montante único após cinco anos e seria paga após seis anos (uma estrutura conhecida como aquisição imediata de direitos (*cliff-vesting*)). Em contrapartida, a remuneração variável concedida a partir de 2022 é devida em quatro ou cinco prestações anuais. Por conseguinte, o aumento dos valores de 2025 é atribuído à estrutura de aquisição imediata de direitos da remuneração concedida em 2019 para o exercício de 2018.

Os valores apresentados distinguem entre as componentes de remuneração que foram efetivamente pagas ou entregues aos membros individuais do Conselho de Administração durante o respetivo período de referência ("pagas") e as que já eram legalmente devidas durante o período de referência, mas que ainda não tinham sido entregues ("devidas").

Assim, exceto no que se refere ao salário base e aos benefícios complementares, o quadro ilustra a remuneração em dinheiro diferida (Prémios Restritos de Incentivo (RIA)) que resultou da atribuição de Prémios a Curto Prazo com base no anterior sistema de remuneração, tal como implementado em anos anteriores. Do mesmo modo, a remuneração variável baseada no sistema de remuneração só será ilustrada no próximo ano, ou seja, o pagamento em numerário do Incentivo a Curto Prazo pelo desempenho no exercício financeiro de 2025 será pago e, por conseguinte, considerado e divulgado como um influxo para o exercício de 2026.



Remuneração concedida e devida por membro do Conselho de Administração

	Christian Sewing				James von Moltke			
	2025		2024		2025		2024	
	em milhares	em %	em milhares	em %	em milhares	em %	em milhares	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	3.800	24%	3.750	77%	3.200	29%	3.200	68%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	11	0%	113	2%	105	1%	107	2%
Total de remuneração fixa	3.811	24%	3.863	79%	3.305	29%	3.307	70%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração em numerário para 2024	1.201	8%	0	0%	1.003	9%	0	0%
Remuneração variável diferida								
Prémios restritos de incentivo dos mesmos:								
2020 Prémio restrito de incentivo para	43	0%	43	1%	38	0%	43	1%
2021 Prémio restrito de incentivo para	304	2%	304	6%	191	2%	213	4%
2022 Prémio restrito de incentivo para	652	4%	0	0%	447	4%	0	0%
2023 Prémio restrito de incentivo para	0	0%	667	14%	0	0%	522	11%
2024 Prémio restrito de incentivo para	632	4%	0	0%	492	4%	0	0%
dos quais prémios em ações:								
2019 Prémio restrito em ações para 2018	7.205	46%	0	0%	4.427	39%	0	0%
2022 Prémio restrito em ações para 2021	1.710	11%	0	0%	1.313	12%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	11.745	76%	1.013	21%	7.912	71%	1.433	30%
Remuneração total	15.556	100%	4.876	100%	11.217	100%	4.740	100%

	Fabrizio Campelli				Dr. Marcus Chromik ¹			
	2025		2024		2025		2024	
	em milhares	em %	em milhares	em %	em milhares	em %	em milhares	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	3.400	49%	3.400	82%	1.600	84%	—	—
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	300	16%	—	—
Benefícios marginais	6	0%	6	0%	3	0%	—	—
Total de remuneração fixa	3.406	49%	3.406	82%	1.903	100%	—	—
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração em numerário para 2024	1.150	16%	0	0%	0	0%	—	—
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2020 Prémio restrito de incentivo para	6	0%	7	0%	0	0%	—	—
2021 Prémio restrito de incentivo para	184	3%	213	5%	0	0%	—	—
2022 Prémio restrito de incentivo para	417	6%	0	0%	0	0%	—	—
2023 Prémio restrito de incentivo para	0	0%	502	12%	0	0%	—	—
2024 Prémio restrito de incentivo para	548	8%	0	0%	0	0%	—	—
dos quais prêmios em ações:								
2019 Prémio restrito em ações para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	—	—
2022 Prémio restrito em ações para 2021	1.287	18%	0	0%	0	0%	—	—
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	—	—
Total de remuneração variável	3.592	51%	722	17%	0	0%	—	—
Remuneração total	6.998	100%	4.129	100%	1.903	100%	—	—

¹ Membro desde 1 de maio de 2025. Para mais pormenores sobre a decisão de remuneração, consulte o "Resumo Executivo" do presente relatório.

	Bernd Leukert				Alexander von zur Mühlen			
	2025		2024		2025		2024	
	em milhares	em %	em milhares	em %	em milhares	em %	em milhares	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.386 ¹	45%	2.391 ¹	78%	2.517 ²	37%	2.576 ²	62%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	650	10%	650	16%
Benefícios marginais	8	0%	9	0%	143	2%	136	3%
Total de remuneração fixa	2.394	45%	2.400	78%	3.311	49%	3.362	81%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração em numerário para 2024	745	14%	0	0%	769	11%	0	0%
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	188	4%	188	6%	99	1%	74	2%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	474	9%	0	0%	621	9%	0	0%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	0	0%	477	16%	0	0%	473	11%
2024 Prémio restrito de incentivo para 2023	426	8%	0	0%	570	8%	0	0%
dos quais prêmios em ações:								
2019 Prémio restrito em ações para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito em ações para 2021	1.036	20%	0	0%	1.273	19%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	103 ³	2%	219 ³	5%
Total de remuneração variável	2.870	55%	666	22%	3.435	51%	766	19%
Remuneração total	5.264	100%	3.065	100%	6.746	100%	4.128	100%

¹ A remuneração fixa apresentada inclui a creditação da remuneração de mandatos

² Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a variações cambiais.

³ As prestações acessórias variáveis representam um subsídio de alojamento.

	Laura Padovani ¹				Claudio de Sanctis			
	2025		2024		2025		2024	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.200	79%	875	79%	3.200	70%	3.200	99%
Subsídio de pensão	450	16%	225	20%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	19	1%	12	1%	44	1%	20	1%
Total de remuneração fixa	2.669	96%	1.112	100%	3.244	71%	3.220	100%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração em numerário para 2024	118	4%	0	0%	1.029	23%	0	0%
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2024 Prémio restrito de incentivo para 2023	0	0%	0	0%	268	6%	0	0%
dos quais prêmios em ações:								
2019 Prémio restrito em ações para 2018	0	0%	0		0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito em ações para 2021	0	0%	0		0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	118	4%	0	0%	1.297	29%	0	0%
Remuneração total	2.787	100%	1.112	100%	4.540	100%	3.220	100%

¹ Membro desde 1 de julho de 2024.

	Rebecca Short				Professor Dr. Stefan Simon ¹			
	2025		2024		2025		2024	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.400	51%	2.400	81%	827 ²	14%	2.468 ²	59%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	217	4%	650	16%
Benefícios marginais	7	0%	56	2%	29	0%	117	3%
Total de remuneração fixa	2.407	51%	2.456	83%	1.073	18%	3.235	78%
Componentes de remuneração variável:								
Benefícios por cessação do vínculo laboral	0	0%	0	0%	2.069 ³	35%	0	0%
Remuneração em numerário para 2024	804	17%	0	0%	499	8%	0	0%
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	0	0%	0	0%	79	1%	78	2%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	273	6%	0	0%	479	8%	0	0%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	0	0%	491	17%	0	0%	475	11%
2024 Prémio restrito de incentivo para 2023	392	8%	0	0%	465	8%	0	0%
dos quais prêmios em ações:								
2019 Prémio restrito em ações para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito em ações para 2021	845	18%	0	0%	1.036	18%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	173 ⁴	3%	363 ⁴	9%
Total de remuneração variável	2.313	49%	491	17%	4.800	82%	916	22%
Remuneração total	4.720	100%	2.946	100%	5.873	100%	4.151	100%

¹ Membro até 30 de abril de 2025.

² Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a variações cambiais.

³ Para mais pormenores sobre os benefícios por cessação do vínculo laboral, consultar o capítulo "Benefícios após a rescisão do contrato" deste relatório.

⁴ As prestações acessórias variáveis representam principalmente um subsídio de alojamento.

	Olivier Vigneron ¹			
	2025		2024	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:				
Salário-base	927	36%	2.400	90%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	2	0%	13	0%
Total de remuneração fixa	929	37%	2.413	90%
Componentes de remuneração variável:				
Benefícios por cessação do vínculo laboral	620 ²	24%	0	0%
Remuneração em numerário para 2024	639	25%	0	0%
Remuneração variável diferida				
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:				
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	0	0%	0	0%
2023 Prémio restrito de incentivo para 2022	0	0%	266	10%
2024 Prémio restrito de incentivo para 2023	354	14%	0	0%
dos quais prêmios em ações:				
2019 Prémio restrito em ações para 2018	0	0%	0	0%
2022 Prémio restrito em ações para 2021	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	1.612	63%	266	10%
Remuneração total	2.541	100%	2.679	100%

¹ Membro até 19 de maio de 2025.

² Para mais pormenores sobre os benefícios por cessação do vínculo laboral, consulte o capítulo "Benefícios após a rescisão do contrato" deste relatório.

Em relação aos componentes de remuneração diferida de anos anteriores aprovados no ano do relatório, o Conselho de Fiscalização confirmou que as respetivas condições de desempenho foram cumpridas.

Antigos membros do Conselho de Administração

Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a compensação paga e devida aos antigos membros do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2025, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente entregues aos membros antigos do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos"). Nos termos do artigo 162.º, n.º 5, da lei alemã relativa às sociedades por ações, não são fornecidos dados pessoais sobre antigos membros do Conselho de Administração que terminaram as suas funções no Conselho de Administração antes do final do exercício de 2015. As componentes da remuneração diferida plurianual não são pagas antecipadamente após o termo do mandato.

Nalguns casos, os fluxos de entrada para 2025 desviam-se significativamente dos valores comunicados em anos anteriores. Esta discrepância deve-se ao sistema de remuneração em vigor em 2018, que estipulava que a remuneração variável da componente de longo prazo se tornaria devida num montante único após cinco anos e seria paga após seis anos (uma estrutura conhecida como aquisição imediata de direitos (*cliff-vesting*)). Em contrapartida, a remuneração variável concedida a partir de 2022 é devida em quatro ou cinco prestações anuais. Por conseguinte, o aumento dos valores de 2025 é atribuído à estrutura de aquisição imediata de direitos da remuneração concedida em 2019 para o exercício de 2018.

	Karl von Rohr membro até 31 de outubro de 2023		Stuart Lewis membro até 19 de maio de 2022		Frank Kuhnke membro até 30 de abril de 2021	
	2025		2025		2025	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Pagamento por não concorrência						
Remuneração variável diferida						
Prémios restritos de incentivo	1.028	13%	594	6%	348	47%
Prémios em ações	6.594	87%	9.013	94%	386	53%
Benefícios marginais	—	0%	—	0%	—	0%
Benefícios de pensão	—	0%	—	0%	—	0%
Remuneração total	7.622	100%	9.607	100%	734	100%

	Werner Steinmüller membro até 31 de julho de 2020		Sylvie Matherat membro até 2025		Garth Ritchie membro até 2025	
	2025		2025		2025	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Remuneração variável diferida						
Prémios restritos de incentivo	134	3%	78	1%	87	1%
Prémios em ações	4.614	97%	13.867 ¹	99%	12.536 ¹	99%
Benefícios marginais	—	0%	—	0%	—	0%
Benefícios de pensão	—	0%	—	0%	—	0%
Remuneração total	4.748	100%	13.946	100%	12.622	100%

¹ Incluindo benefícios por cessação do vínculo laboral.

	Nicolas Moreau membro até 31 de dezembro de 2018				Dr. Marcus Schenck membro até 24 de maio de 2018		John Cryan membro até 8 de abril de 2025	
	2025				2025		2025	
	DB AG	DWS Management GmbH	Em geral					
	em milhares de euros	em milhares de euros	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo	—	—	—	0%	—	0%	—	0%
Prêmios em ações	3.688 ¹	5.328 ²	9.016	100%	2.032	100%	1.468	100%
Benefícios marginais	—	—	—	0%	—	0%	—	0%
Benefícios de pensão	—	—	—	0%	—	0%	—	0%
Remuneração total	3.688	5.328	9.016	100%	2.032	100%	1.468	100%

¹ Incluindo benefícios por cessação do vínculo laboral.

² Poderá encontrar mais informações sobre estes instrumentos no Relatório Anual do DWS.

No exercício de 2025, para além dos pagamentos individuais a antigos membros do conselho de administração apresentados na tabela, foram pagos mais 10,2 milhões de euros a 11 antigos membros do conselho de administração a título de benefícios de pensão. Estes pagamentos já não são divulgados individualmente devido a razões de proteção de dados, de acordo com o art. 162.º, n.º 5 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG).

Perspetivas para o exercício financeiro de 2026

Remuneração total e remuneração máxima

A remuneração-alvo total para 2026 permanecerá, em princípio, inalterada em relação à remuneração-alvo total em vigor ou ajustada em 2024 e 2025.

Os limites de remuneração para os membros do Conselho de Administração permanecem inalterados em relação ao exercício financeiro de 2025. Isto significa que o nível máximo de realização possível para a remuneração variável ascende a 150%. Em conformidade com a Secção 87a (1), frase 2, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o limite fixado para a remuneração total é mantido inalterado num máximo de 12 milhões de euros uniformemente para todos os membros do Conselho de Administração como o limite máximo com base no exercício financeiro.

Estrutura e metas dos objetivos para 2026

O sistema de remuneração implementado em 2024 funciona bem e produz resultados adequados. Por conseguinte, a estrutura de objetivos continuará a estar em conformidade com o sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral em 2024.

No Investor Deep Dive de novembro de 2025, o Deutsche Bank apresentou a sua estratégia para acelerar a criação de valor de 2026 a 2028, com o objetivo de se tornar o Campeão Europeu enquanto Global Hausbank. A estratégia assenta em três pilares: crescimento orientado, disciplina rigorosa de capital e um modelo operacional escalável. Os objetivos incluem um aumento das receitas anuais em cerca de 5 mil milhões de euros até 2028, sendo 75% provenientes da recolha de ativos, pagamentos e serviços de consultoria. A rendibilidade do capital próprio tangível (RoTE) deverá aumentar de mais de 10% em 2025 para mais de 13% no prazo de três anos, em parte graças a uma afetação disciplinada do capital a áreas de elevada rentabilidade. Um modelo operacional escalável visa reduzir o rácio custo/rendimento para menos de 60% até 2028, gerando 2 mil milhões de euros de eficiências anuais, principalmente através da automatização e da integração da IA.

A estratégia orienta os objetivos a curto e a longo prazo para garantir a sua correspondência com a abordagem de pagamento por desempenho.

Incentivo a Curto Prazo (STI)

Geralmente inalterado em relação a 2024 e 2025, o montante do Incentivo de Curto Prazo (STI) para o exercício financeiro de 2026 continuará a ser de 40% da remuneração-alvo variável total e baseia-se no nível de concretização dos objetivos individuais e divisionais a curto e médio prazo.

Os objetivos individuais específicos do Incentivo a Curto Prazo (STI) para 2026 serão divulgados retrospectivamente no Relatório de Remuneração de 2026.

Tendo em conta as reações dos investidores, o Conselho de Fiscalização comprometeu-se a melhorar a divulgação ex-post do STI no Relatório de Remuneração do Conselho de Administração 2026 e criou as estruturas de governação relevantes no início deste ano.

Incentivo a Longo Prazo (LTI)

O Incentivo a Longo Prazo (LTI) continuará a representar 60% do total da remuneração-alvo variável e consiste em objetivos coletivos a longo prazo associados à estratégia do Banco.

Para o período de avaliação de três anos de 2026 a 2028, o LTI é constituído por quatro componentes de remuneração, que se mantêm inalteradas em relação aos períodos de avaliação anteriores, ainda em curso, de 2024 a 2026 e 2025 a 2027.

Os objetivos do plano LTI 2026 - 2028 são apresentados a seguir:

KPI do Incentivo a Longo Prazo	Definição	%	Avaliação ¹		
			Limite inferior (0%)	Objetivo (100%)	Limite superior (150%)
Finanças do Grupo		25%			
RoTE	Rendibilidade do capital próprio tangível no final de 2028	15%	≤ 11%	13,0%	≥ 14%
TBVPs	Valor contabilístico tangível por ação - crescimento anual médio (excl. divisas) 2026-2028	10%	≤ 5,0%	7,5%	≥ 8,5%
RTSR		15%			
			< mediana		
RTSR	Posição do Deutsche Bank vs. Grupo de Pares no final de 2028	15%	Na mediana = 50%	Percentil 70	Percentil 90
ESG		20%			
Ambiental	Promover a gestão dos riscos climáticos - mede o CM em função de KPI acordados, associados a objetivos de redução para os setores com utilização intensiva de carbono divulgados, em conformidade com as trajetórias publicadas até ao nível líquido zero A realização é calculada como "Média de 2026-2028"	8%	≤ 50%	70%	85%
			dos dados pré-definidos dos objetivos de redução estabelecidos para os setores industriais com elevada intensidade de carbono atingem o limiar		
Social	Diversidade de género, excluindo a população dos EUA (CA -1 e CA -2 combinados), até ao final de 2028	4%	≤ 30%	32,5%	35%
Governança	Classificações regulamentares e ações de execução	8%	0%	100%	150%
Método de cálculo: Linear, salvo indicação em contrário.					

Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

A remuneração do Conselho de Fiscalização está regulamentada na Secção 14 dos Estatutos e foi alterada pela última vez por deliberação da Assembleia Geral em 17 de maio de 2023.

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). O montante da remuneração base anual para cada membro do Conselho de Fiscalização é de 300.000 euros, para o Presidente do Conselho de Fiscalização de 950.000 euros e para cada Vice-Presidente de 475.000 euros.

Os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem montantes adicionais de remuneração anual fixa da seguinte forma:

Presidente de Comité	
<u>em euros</u>	
Comité de Auditoria	150.000
Comité de Risco	150.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	150.000
Comité do Presidente	100.000
Comité de Nomeações	100.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000
Comité de Supervisão Regulamentar ¹	100.000
Comité de Estratégia e Sustentabilidade	100.000
Comité de Mediação	0

¹ O Comité de Supervisão Regulamentar foi dissolvido em 22 de maio de 2025 por deliberação do Conselho de Fiscalização.

Se um membro do Conselho de Fiscalização for presidente de mais do que um comité, a remuneração só é paga pelo comité que conferir o direito ao montante mais elevado. O Presidente do Conselho de Fiscalização não recebe qualquer remuneração adicional pela presidência dos comités. Os membros dos comités não recebem qualquer remuneração complementar.

A remuneração determinada será paga ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização até, no máximo, dois meses após a apresentação das faturas e, em regra, nos primeiros três meses do ano seguinte. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo, na medida aplicável, imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização são pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização é devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação devido à sua função e reembolsado por custos com medidas de segurança necessárias com base na sua função.

No interesse da sociedade, os membros do Conselho de Fiscalização estão incluídos, num montante adequado, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira detida pela sociedade. Os prémios serão pagos pela empresa. Não é necessário especificar uma franquia para os membros do Conselho de Fiscalização.

Com a entrada em vigor do sistema de remuneração do Conselho de Fiscalização em 17 de maio de 2023, o Conselho de Fiscalização recomenda que os seus membros assumam o compromisso voluntário de investir um total de, pelo menos, 10% da remuneração anual bruta que lhes é paga em ações do Deutsche Bank AG e de manter essas ações durante o período do seu mandato.

O Conselho de Fiscalização concorda que quaisquer obrigações de transferência para os sindicatos serão tidas em conta na decisão pessoal sobre o investimento pessoal autoimposto. Os membros do Conselho de Fiscalização que já detenham, no dia em que se comprometem voluntariamente, um número de ações do Deutsche Bank com um contravalor de, pelo menos, 10% da remuneração do Conselho de Fiscalização que lhes é devida durante o seu atual mandato, não têm de adquirir mais ações.

Todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização e o membro que representa os quadros superiores no Conselho de Fiscalização apresentaram o compromisso voluntário ao Conselho de Fiscalização ou detinham, no momento da apresentação do compromisso voluntário, ações do Deutsche Bank com um contravalor equivalente a, pelo menos, 10% da remuneração do Conselho de Fiscalização que lhes é devida durante o seu atual mandato.

As participações individuais dos membros do Conselho de Fiscalização são divulgadas na Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.^o-F e 315.^o-D do Código Comercial Alemão (*Handelsgesetzbuch* (HGB)).

Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios financeiros de 2025 e 2024

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente aos exercícios de 2025 e 2024 (excluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado). A tabela mostra a remuneração paga e devida aos membros do Conselho de Fiscalização nos exercícios de 2025 e 2024, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1, da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Em todos os casos, o cálculo é arredondado para cima ou para baixo para meses completos.

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração para o exercício de 2025				
	Remuneração base		Remuneração pela presidência dos comités		Total
	em euros	em %	em euros	em %	em euros
Alexander Wynaendts	950.000	100	—	0	950.000
Frank Schulze	475.000	100	—	0	475.000
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	475.000	83	100.000	17	575.000
Susanne Bleidt	300.000	100	—	0	300.000
Mayree Clark	300.000	67	150.000	33	450.000
Jan Duscheck	300.000	100	—	0	300.000
Manja Eifert	300.000	100	—	0	300.000
Claudia Fieber	300.000	100	—	0	300.000
Sigmar Gabriel	300.000	100	—	0	300.000
Florian Haggenmiller	300.000	100	—	0	300.000
Timo Heider	300.000	100	—	0	300.000
Dr. Klaus Moosmayer ¹	175.000	100	—	0	175.000
Kirsty Roth ¹	175.000	100	—	0	175.000
Gerlinde M. Siebert	300.000	100	—	0	300.000
Yngve Slyngstad	300.000	100	—	0	300.000
Stephan Szukalski	300.000	100	—	0	300.000
John Alexander Thain	300.000	75	100.000	25	400.000
Jürgen Tögel	300.000	100	—	0	300.000
Michele Trogni	300.000	67	150.000	33	450.000
Dr. Dagmar Valcárcel ²	125.000	67	62.500	33	187.500
Dr. Theodor Weimer ³	125.000	100	—	0	125.000
Frank Witter	300.000	67	150.000	33	450.000
Total	7.000.000	91	712.500	9	7.712.500

¹ Membro do Conselho de Fiscalização desde 22 de maio de 2025
² Membro do Conselho de Fiscalização até 22 de maio de 2025. Remuneração pela presidência dos comités, incluindo o pagamento em numerário, nos termos do art. 14.º, n.º 3, ponto 1, dos Estatutos.
³ Membro do Conselho de Fiscalização até 22 de maio de 2025

Todos os representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização, com exceção de Jan Duscheck, Florian Haggenmiller (membro desde 16 de janeiro de 2024), Birgit Laumen (membro até 12 de janeiro de 2024) e Stephan Szukalski, são ou foram colaboradores nos exercícios de 2025 e 2024 do Grupo Deutsche Bank. No exercício de 2025, foi pago a estes membros um montante total de 1,40 milhões de euros (sob a forma de salários, pagamentos de reforma e pensão), além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não são concedidos aos membros do Conselho de Fiscalização quaisquer benefícios após terem deixado o Conselho de Fiscalização, embora os membros que são ou foram empregados pelo banco tenham direito aos benefícios associados ao fim desse emprego (ou seja, não com base no seu trabalho no Conselho de Fiscalização). Em 2025, foram reservados 0,13 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram colaboradores do banco.

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração para o exercício de 2024				
	Remuneração base		Remuneração pela presidência dos comitês		Total
	em euros	em %	em euros	em %	em euros
Alexander Wynaendts	950.000	100	—	0	950.000
Frank Schulze	475.000	100	—	0	475.000
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	475.000	83	100.000	17	575.000
Susanne Bleidt	300.000	100	—	0	300.000
Mayree Clark	300.000	67	150.000	33	450.000
Jan Duscheck	300.000	100	—	0	300.000
Manja Eifert	300.000	100	—	0	300.000
Claudia Fieber	300.000	100	—	0	300.000
Sigmar Gabriel	300.000	100	—	0	300.000
Florian Haggenmiller ¹	275.000	100	—	0	275.000
Timo Heider	300.000	100	—	0	300.000
Birgit Laumen ²	—	—	—	0	—
Gerlinde M. Siebert	300.000	100	—	0	300.000
Yngve Slyngstad	300.000	100	—	0	300.000
Stephan Szukalski	300.000	100	—	0	300.000
John Alexander Thain	300.000	75	100.000	25	400.000
Jürgen Tögel	300.000	100	—	0	300.000
Michele Trogni	300.000	67	150.000	33	450.000
Dr. Dagmar Valcárcel ³	300.000	67	150.000	33	450.000
Dr. Theodor Weimer	300.000	100	—	0	300.000
Frank Witter	300.000	67	150.000	33	450.000
Total	6.975.000	90	800.000	10	7.775.000

¹ Membro do Conselho de Fiscalização desde 16 de janeiro de 2024

² Membro do Conselho de Fiscalização até 12 de janeiro de 2024

³ Remuneração pela presidência dos comitês, incluindo o pagamento em numerário, nos termos do art. 14.º, n.º 3, ponto 1, dos Estatutos

Os membros do Conselho de Fiscalização cujo mandato atual teve início antes de 17 de maio de 2023, receberam as ações virtuais que ganharam numa base cumulativa durante o mandato atual até 17 de maio de 2023, em fevereiro de 2024, conforme relatado mais detalhadamente no Relatório Anual de 2024.

Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos

A tabela seguinte mostra a apresentação comparativa da mudança de ano para ano na remuneração, nos ganhos da empresa e do Grupo, bem como na remuneração média dos colaboradores numa base de equivalente a tempo inteiro nos últimos cinco exercícios.

As informações sobre a remuneração dos atuais e antigos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização refletem a declaração individualizada no Relatório de Remuneração da remuneração paga ou devida nos termos da Secção 162 (1), frase 2, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. A apresentação da evolução dos lucros da empresa deve refletir, de acordo com os requisitos legais, os da empresa autónoma cotada em bolsa, ou seja, o Deutsche Bank AG. Consequentemente, o resultado líquido do Deutsche Bank AG é utilizado para apresentar lucros na aceção do artigo 162.º (1), frase 2, n.º 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Uma vez que a remuneração do Conselho de Administração é mensurada com base nos números do Grupo, os números dos ganhos do Grupo são mostrados adicionalmente para a apresentação comparativa. Estes valores dos ganhos do Grupo são resultado líquido, rácio custo-rendimento e rentabilidade do capital próprio tangível (RoTE). Para o grupo de colaboradores para a comparação, os dados relevantes para o Grupo Deutsche Bank foram utilizados à luz dos colaboradores do Deutsche Bank a nível global. O grupo de colaboradores para a comparação inclui todos os colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial.

	2025	2024	2023	2022	2021	Mudança real de 2025 para 2024	Mudança real de 2024 para 2023	Mudança real de 2023 para 2022	Mudança real de 2022 para 2021
1. Evolução dos lucros da empresa									
Resultado líquido do Deutsche Bank AG (em milhões de euros)	6.183	2.883	4.999	5.506	1.919	114	(42)	(9)	187
Resultado líquido do Grupo Deutsche Bank (em milhões de euros)	6.931	3.366	4.772	5.525	2.365	106	(29)	(14)	134
Rácio custo/rendimento do Grupo Deutsche Bank (em %)	64,4%	76,3%	75,1%	74,9%	84,6%	(16)	2	0	(11)
Rendibilidade do capital tangível (RoTE) do Deutsche Bank	10,3%	4,7%	7,4%	9,4%	3,8%	122	(38)	(21)	147
2. Remuneração média dos colaboradores									
A nível mundial, numa base de equivalente a tempo inteiro	120.974	122.985	116.713	125.301	120.336	(2)	5	(7)	4
3. Remuneração do Conselho de Administração (em milhares de euros)									
Membros atuais do Conselho de Administração									
Christian Sewing (membro desde 1 de janeiro de 2015)	15.556	4.876	5.010	4.394	3.867	N/S	(3)	14	14
James von Moltke (membro desde 1 de julho de 2017)	11.217	4.740	4.065	3.783	4.009	137	17	7	(6)
Fabrizio Campelli (membro desde 1 de novembro de 2019)	6.998	4.129	3.909	2.744	2.420	69	6	42	13

						Mudança real de 2025 para 2024	Mudança real de 2024 para 2023	Mudança real de 2023 para 2022	Mudança real de 2022 para 2021
	2025	2024	2023	2022	2021				
Dr. Marcus Chromik (membro desde 1 de maio de 2025)	1.903	—	—	—	—	0	0	0	0
Bernd Leukert (Membro desde 1 de janeiro de 2020)	5.264	3.065	2.990	2.593	2.419	72	3	15	7
Alexander von zur Mühlen (membro desde 1 de agosto de 2020)	6.746	4.133	3.767	3.412	3.157	63	10	10	8
Laura Padovani (membro desde 1 de julho de 2024)	2.787	1.112	—	—	—	151	0	0	0
Claudio de Sanctis (membro desde 1 de julho de 2023)	4.540	3.220	1.509	—	—	41	113	0	0
Rebecca Short (membro desde 1 de maio de 2021)	4.720	2.946	2.674	2.436	1.606	60	10	10	52
Membros que saíram do Conselho de Administração durante o exercício									
Prof. Dr. Stefan Simon (membro até 30 de abril de 2025)	5.873 ¹	4.118	3.319	2.488	2.446	43	24	33	2
Olivier Vigneron (membro até 19 de maio de 2025)	2.541 ¹	2.679	2.433	1.508	—	(5)	10	61	0
Membros que saíram do Conselho de Administração antes do exercício									
Karl von Rohr (membro até 31 de outubro de 2023)	7.622	2.425 ¹	3.727	3.444	3.235	N/S	(35)	8	6
Christiana Riley (membro até 17 de maio de 2023)	—	2	2.673	3.653	3.079	(100)	(100)	(27)	19
Stuart Lewis (membro até 19 de maio de 2023)	9.607	388	1.363	2.648	3.079	N/S	(72)	(49)	(14)
Frank Kuhnke (membro até 30 de abril de 2021)	734	200	348	1.626 ¹	2.264 ¹	N/S	(43)	(79)	(28)
Werner Steinmüller (membro até 31 de julho de 2020)	4.748	134	283	283	3.117	N/S	(53)	0	(91)
Sylvie Matherat (membro até 31 de julho de 2019)	13.946 ¹	2.335 ¹	132	134	211	N/S	N/S	(1)	(36)
Garth Ritchie (membro até 31 de julho de 2019)	12.622 ¹	1.790 ¹	268	268	2.071	N/S	N/S	0	(87)
Nicolas Moreau (membro até 31 de dezembro de 2018)	9.016 ¹	2.736 ¹	286	317	299	N/S	N/S	(10)	6

						Mudança real de 2025 para 2024	Mudança real de 2024 para 2023	Mudança real de 2023 para 2022	Mudança real de 2022 para 2021
	2025	2024	2023	2022	2021				
Dr. Marcus Schenck (membro até 24 de maio de 2018)	2.032	—	65	65	65	0	(100)	0	0
John Cryan (membro até 8 de abril de 2018)	1.468	4.382 ¹	3.312 ¹	47	47	(67)	32	N/S	0
4. Remuneração do Conselho de Fiscalização (em milhares de euros)									
Membros atuais do Conselho de Fiscalização									
Alexander Wynaendts (membro desde 19 de maio de 2022)	950	950	929	496	—	0	2	87	0
Frank Schulze (membro desde 17 de maio de 2023)	475	475	277	—	—	0	71	0	0
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (membro desde 1 de agosto de 2018)	575	575	565	521	496	0	2	8	5
Susanne Bleidt (membro desde 17 de maio de 2023)	300	300	175	—	—	0	71	0	0
Mayree Clark (membro desde 24 de maio de 2018)	450	450	429	429	450	0	5	0	(5)
Jan Duscheck (membro desde 2 de agosto de 2016)	300	300	300	300	271	0	0	0	11
Manja Eifert (membro desde 7 de abril de 2022)	300	300	258	117	—	0	16	121	0
Claudia Fieber (membro desde 17 de maio de 2023)	300	300	175	—	—	0	71	0	0
Sigmar Gabriel (membro desde 11 de março de 2020)	300	300	258	200	200	0	16	29	0
Florian Haggemiller (membro desde 16 de janeiro de 2024)	300	275	—	—	—	9	0	0	0
Timo Heider (membro desde 23 de maio de 2013)	300	300	279	308	292	0	8	(9)	5
Dr. Klaus Moosmayer (membro desde 22 de maio de 2025)	175	—	—	—	—	0	0	0	0
Kirsty Roth (membro desde 22 de maio de 2025)	175	—	—	—	—	0	0	0	0
Gerlinde Siebert (membro desde 17 de maio de 2023)	300	300	175	—	—	0	71	0	0

						Mudança real de 2025 para 2024	Mudança real de 2024 para 2023	Mudança real de 2023 para 2022	Mudança real de 2022 para 2021
	2025	2024	2023	2022	2021				
Yngve Slyngstad (membro desde 19 de maio de 2022)	300	300	258	100	—	0	16	158	0
Stephan Szukalski (membro até 31 de dezembro de 2020;	300	300	175	—	—	0	71	0	0
John Alexander Thain (membro desde 24 de maio de 2018)	400	400	317	200	200	0	26	59	0
Jürgen Tögel (membro desde 17 de maio de 2023)	300	300	175	—	—	0	71	0	0
Michele Trogni (membro desde 24 de maio de 2018)	450	450	450	450	392	0	0	0	15
Frank Witter (membro desde 27 de maio de 2021)	450	450	388	300	142	0	16	29	111
Antigos membros do Conselho de Fiscalização									
Dr. Dagmar Valcárcel (membro até 22 de maio de 2025)	187	450	450	450	450	(58)	0	0	0
Dr. Theodor Weimer (membro até 22 de maio de 2025)	125	300	258	200	200	(58)	16	29	0
Ludwig Blomeyer-Bartenstein (membro até 17 de maio de 2023)	—	—	125	300	300	0	(100)	(58)	0
Detlef Polaschek (membro até 17 de maio de 2023)	—	—	188	450	450	0	(100)	(58)	0
Martina Klee (membro até 17 de maio de 2023)	—	—	83	200	171	0	(100)	(59)	17
Birgit Laumen (membro até 12 de janeiro de 2024)	—	—	175	—	—	0	(100)	0	0
Gabriele Platscher (membro até 17 de maio de 2023)	—	—	125	300	300	0	(100)	(58)	0
Bernd Rose (membro até 17 de maio de 2023)	—	—	146	350	321	0	(100)	(58)	9
Stefan Viertel (membro até 17 de maio de 2023)	—	—	146	321	242	0	(100)	(55)	33
Frank Werneke (membro até 17 de maio de 2023)	—	—	125	300	8	0	(100)	(58)	N/S
Dr. Paul Achleitner (membro até 19 de maio de 2022)	—	—	—	375	871	0	0	(100)	(57)

						Mudança real de 2025 para 2024	Mudança real de 2024 para 2023	Mudança real de 2023 para 2022	Mudança real de 2022 para 2021
	2025	2024	2023	2022	2021				
Dr. Gerhard Eschelbeck (membro até 19 de maio de 2022)	—	—	—	104	217	0	0	(100)	(52)
Henriette Mark (membro até 31 de março de 2022)	—	—	—	63	250	0	0	(100)	(75)
Frank Bsirske (membro até 27 de outubro de 2021)	—	—	—	—	250	0	0	0	(100)
Gerd Alexander Schütz (membro até 27 de maio de 2021)	—	—	—	—	50	0	0	0	(100)

N/S – Não significativo

¹ Incluindo benefícios por cessação do vínculo laboral

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Auditámos o relatório de remuneração anexo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, elaborado para estar em conformidade com a Sec. 162 da AktG ["Aktiengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações] para o exercício de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e as respetivas divulgações. Não auditámos o conteúdo das divulgações na secção "Remunerações dos empregados", uma vez que ultrapassam o âmbito do artigo 162.º da AktG.

Responsabilidades dos diretores executivos e do Conselho de Fiscalização

Os diretores executivos e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft são responsáveis pela preparação do relatório de remuneração e pelas respetivas divulgações, em conformidade com os requisitos do artigo 162.º da AktG. Além disso, os administradores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pelo controlo interno que determinam ser necessário para permitir a elaboração de um relatório sobre remunerações e respetivas divulgações isento de distorções materiais, quer devido a fraude (ou seja, relatos financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou a erro.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre este relatório de remuneração e as respetivas divulgações com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Contabilísticas Geralmente Aceites na Alemanha para auditorias das demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores de Contas na Alemanha] (IDW). Essas normas exigem que cumpramos os requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obtermos uma garantia razoável de que o relatório sobre remunerações e as respetivas divulgações não contêm distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos com vista a obter provas de auditoria sobre os montantes no relatório de remuneração e as respetivas divulgações. Os procedimentos selecionados dependem do juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materialmente relevantes do relatório de remuneração e das respetivas divulgações, devido a fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a elaboração do relatório de remuneração e as respetivas divulgações, a fim de planejar e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação das políticas contabilísticas utilizadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelos diretores executivos e pelo Conselho de Fiscalização, bem como a avaliação da apresentação geral do relatório de remuneração e das respetivas divulgações.

Acreditamos que as provas que obtivemos são uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer.

Parecer

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria, o relatório de remuneração para o exercício de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e as respetivas divulgações cumprem, em todos os aspetos materiais, as disposições de relato financeiro da Sec. 162.º da AktG. Não expressamos uma opinião sobre o conteúdo das divulgações supramencionadas do relatório sobre remunerações que ultrapassam o âmbito do artigo 162.º da AktG.

Outra questão - auditoria formal do relatório de remuneração

A auditoria ao conteúdo do relatório de remuneração descrito neste relatório do auditor inclui a auditoria formal do relatório de remuneração exigido pela Sec. 162 (3) da AktG e a emissão de um relatório sobre esta auditoria. Uma vez que estamos a emitir um parecer sem reservas sobre a auditoria do conteúdo do relatório de remuneração, este inclui também o parecer de que as divulgações nos termos da Sec. 162 (1) e (2) da AktG são realizadas no relatório de remuneração em todos os aspetos materialmente relevantes.

Eschborn/Frankfurt am Main, 9 de março de 2026

EY GmbH & Co. KG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Rothermel
Wirtschaftsprüfer
[Auditor Público Alemão]

Schreiber
Wirtschaftsprüfer
[Auditor Público Alemão]

Remuneração dos colaboradores (não auditada)

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2025 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (j) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (Institutsvergütungsverordnung – InstVV).

O Relatório de Remuneração assume uma visão alargada do grupo e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. De acordo com os requisitos regulamentares, são preparados relatórios equivalentes para 2025 para a BHW Bausparkasse AG, classificada como Instituição Significativa na aceção da Lei Bancária Alemã, bem como para outras filiais do Grupo Deutsche Bank, de acordo com os requisitos regulamentares locais.

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do Grupo do banco. O banco esforça-se por estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuará a manter um intercâmbio estreito com o seu supervisor prudencial, o Banco Central Europeu ("BCE"), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está globalmente sujeito ao Regulamento e à Diretiva de Requisitos de Capital (CRR/CRD), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Estas normas são aplicadas a todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito da Lei bancária alemã, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com os critérios estipulados na Lei bancária alemã e no Regulamento Delegado 2021/923 da Comissão. A identificação de MRT é efetuada para o Grupo Deutsche Bank, bem como para as instituições da UE a nível institucional.

Tendo em conta a legislação setorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas normas de remuneração específicas do setor, como a diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD), a diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS) e a diretiva relativa às sociedades de investimento (IFD), incluindo as transposições locais aplicáveis. Os MRT são igualmente identificados nestas subsidiárias. Os colaboradores identificados estão sujeitos às disposições em matéria de remuneração definidas nas Orientações aplicáveis a políticas de remuneração sólidas publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

O Deutsche Bank tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco, por exemplo, de acordo com as transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II. Assim, são implementadas disposições específicas para os colaboradores considerados Pessoas Relevantes, com o objetivo de garantir que atuam no melhor interesse dos clientes do banco.

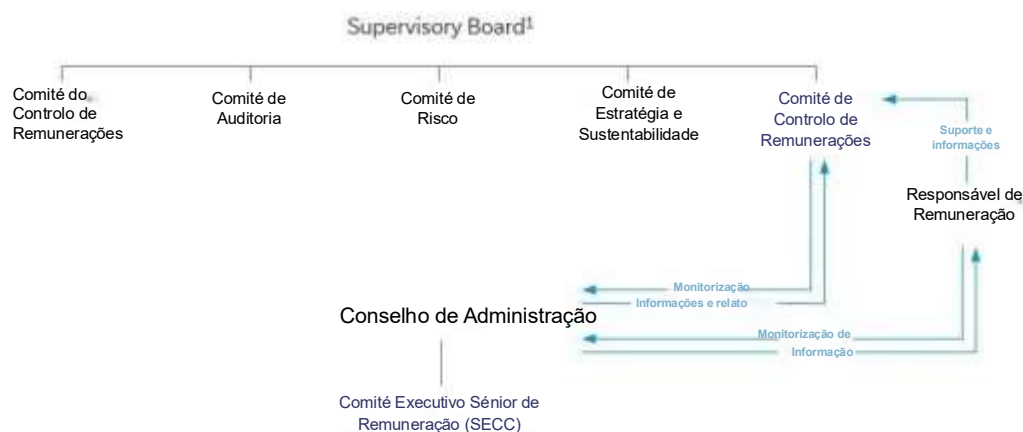
Sempre que aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram ao banco cumprir a regulamentação local e, simultaneamente, assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do Quadro de Remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, entre outros, as estruturas de remuneração aplicadas aos Funcionários Abrangidos nos Estados Unidos ao abrigo dos requisitos do Conselho da Reserva Federal, bem como os requisitos relacionados com a recuperação da remuneração para os diretores executivos na eventualidade de uma reformulação contabilística, conforme exigido pela Comissão de Valores Mobiliários dos EUA. Em todo o caso, os requisitos do InstVV são aplicados como normas mínimas a nível global.

Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da sua estratégia e política de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC), O Responsável de Remuneração e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC).

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco de acordo com o InstVV estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e indemnizações, bem como ajustamento expost ao risco.

Estrutura de governo dos prémios



¹ Não inclui uma lista completa dos Comités do Conselho de Fiscalização.

Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Além disso, o CCC monitoriza a adequação dos sistemas de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC analisa se o montante total da Remuneração Variável é acessível e fixado de acordo com a situação de risco, capital e liquidez, bem como em alinhamento com as estratégias empresariais e de risco. Além disso, o CCC apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento do processo de identificação dos riscos de crédito do banco.

Para mais pormenores, incluindo a composição e o número de reuniões realizadas, consulte o Relatório do Conselho de Fiscalização no presente Relatório Anual.

Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar os Conselhos de Fiscalização da Deutsche Bank AG e das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores, na identificação de MRT e na divulgação da remuneração numa base contínua. O Responsável de Remuneração executa todas as obrigações de monitorização relevantes de forma independente, fornece uma avaliação da adequação da conceção e da estratégia dos sistemas de remuneração para colaboradores pelo menos anualmente e apoia e aconselha regularmente o CCC.

Comité Executivo Sênior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. Como parte deste mandato, o SECC estabelece a Estratégia e a Política de Remunerações e Benefícios e os princípios orientadores correspondentes, que fornecem o quadro global para a Remuneração Fixa e para a Remuneração Variável. Tal inclui a garantia de que as estruturas globais de remuneração estão alinhadas com os requisitos regulamentares e os princípios de remuneração do banco. Além disso, ao utilizar fatores quantitativos e qualitativos, SECC avalia o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de Remuneração Variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2025, o SECC era composto pelo membro do Conselho de Administração da DB AG responsável pelos Recursos Humanos e o Diretor Financeiro como Copresidentes, o Diretor de Conformidade, o Diretor dos Recursos Humanos, o Diretor de Desempenho e Recompensas, bem como um representante adicional dos departamentos Financeiro e de Risco como membros votantes. O Responsável de Remuneração e um representante adicional das Finanças participaram como membros sem direito de voto. Em geral, o SECC reúne-se mensalmente, mas com reuniões mais frequentes durante o processo de determinação da remuneração. Realizou, no total, 15 reuniões no que diz respeito ao processo de remuneração para o ano de desempenho de 2025.

Estratégia de Remuneração e Benefícios

O Deutsche Bank reconhece que a sua estrutura de remunerações desempenha um papel vital no apoio aos objetivos estratégicos. Permite ao banco atrair e fidelizar as pessoas necessárias para atingir os objetivos do banco. A Estratégia de Remuneração e Benefícios assenta em três pilares fundamentais (Princípios, Desempenho e Processos, conforme descrito abaixo) que apoiam a estratégia global de negócio e de risco do banco, centrada no cliente, reforçada por práticas de remuneração seguras e sólidas que operam no âmbito da rentabilidade, solvabilidade e posição de liquidez do banco.

Princípios	Desempenho	Processos
- Apoiar a implementação da nossa estratégia de crescimento sustentável enquanto Global Hausbank - Alinhar-se com os interesses dos clientes e dos acionistas e gerir os custos de forma eficaz - Impedir a assunção de riscos inadequados e ter em conta vários tipos de riscos, incluindo ambientais, sociais e de governação (ESG) - Atrair e reter os melhores talentos através de quadros e processos alinhados com o mercado e competitivos - Apoiar a nossa missão e cultura aspiracional, incluindo a promoção de uma forte cultura de risco e de "denúncia"	- Criar um ambiente para colaboradores motivados, empenhados e comprometidos - Forte ligação entre o desempenho e os resultados salariais para promover uma cultura de desempenho sustentável - Aplicar e promover os princípios orientadores da cultura aspiracional do banco e o Código de Conduta de forma mais abrangente e aplicar as consequências adequadas em caso de incumprimento das normas exigidas	Processos concebidos para: - Promover uma abordagem neutra em termos de género, ser simples e transparente e garantir a equidade e a justiça - Assegurar a conformidade com requisitos legais e regulamentares - Prevenir a assunção de riscos inadequados através da incorporação de medidas de gestão do risco

Quadro de remuneração do Grupo

O quadro de remuneração, em geral aplicável globalmente em todas as regiões e linhas de negócio, enfatiza um equilíbrio adequado entre o Pagamento Fixo e a Remuneração Variável, formando, em conjunto, a Remuneração Total. Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes à Estrutura de Remuneração do Deutsche Bank são aplicados a todos os colaboradores de forma igual e são apoiados pelo princípio-chave "salário igual para trabalho igual ou de igual valor" e pela necessidade de igualdade de oportunidades, independentemente das diferenças, por exemplo, de cargo, género ou etnia.

Nos termos do CRD e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio máximo de 1:1 no que se refere às componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 para uma população limitada, com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. A remuneração dos colaboradores em funções de controlo, tal como definidas pelo InstVV (incluindo Risco, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira, a Auditoria do Grupo e o Responsável de Remuneração do Grupo e o seu Adjunto), baseia-se predominantemente em Remuneração Fixa.

De acordo com o quadro de remuneração do banco, todos os colaboradores têm direito a uma Remuneração Variável individual. O modelo normalizado de orientação da Remuneração Variável, que incorpora valores de orientação determinados por divisão, profissão e antiguidade, indica a Remuneração Variável média esperada em percentagem da Remuneração Fixa, assegurando assim um equilíbrio adequado entre a Remuneração Fixa e a Remuneração Variável.

O Pagamento Fixo é o elemento chave e primário de remuneração para a maioria dos colaboradores a nível mundial. Trata-se de um pagamento regular fixo baseado em condições transparentes e pré-determinadas. É entregue sob a forma de salário-base e, se for caso disso, de subsídios fixos locais específicos. O pagamento fixo reflete o valor da função individual dentro da organização, as especificidades regionais e divisionais e recompensa os fatores que um colaborador traz para a organização, tais como a qualificação, as competências e a experiência necessárias para a função, em linha com os níveis de remuneração na localização geográfica específica e o nível de responsabilidade.

A Remuneração Variável é uma componente de remuneração discricionária que reflete o desempenho financeiro e não financeiro ajustado ao risco do Grupo e das Divisões, bem como as contribuições individuais. Reconhece que os colaboradores contribuem para o sucesso da sua Divisão e do Grupo como um todo. Ao mesmo tempo, a Remuneração Variável permite que o banco diferencie as contribuições individuais e impulsione o comportamento e a conduta através de um sistema de incentivos que pode influenciar positivamente a cultura e a realização dos objetivos estratégicos do banco e aplicar consequências para o incumprimento dos padrões de entrega, comportamento e conduta através da redução da Remuneração Variável.

No contexto do InstVV, os **pagamentos por cessação de funções** são considerados Remuneração Variável. O quadro de indemnizações do banco garante o total alinhamento com os respetivos requisitos do InstVV.

Os benefícios dos colaboradores são considerados Pagamento Fixo do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

A Remuneração Total é composta por um Pagamento Fixo definida, uma Remuneração Variável e é complementada por benefícios.

Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Em algumas áreas do banco, as estruturas de remuneração divergem em alguns aspetos do enquadramento de remuneração do Grupo acima descrito, mas dentro dos limites regulamentares.

Unidades do Postbank

Embora geralmente os colaboradores executivos do antigo Postbank sigam a estrutura de remuneração do Deutsche Bank, a remuneração para quaisquer outros colaboradores nas unidades Postbank baseia-se em quadros específicos acordados com os sindicatos ou com os respetivos conselhos de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo e pautal nas unidades do Postbank recebe Remuneração Variável, mas a estrutura e a parte da Remuneração Variável podem diferir entre entidades jurídicas. Não obstante estes quadros específicos, a Remuneração Variável das unidades do Postbank está sujeita à governação global da remuneração do banco, supervisionada pelo SECC.

DWS

As entidades de gestão de ativos e os colaboradores da DWS estão abrangidos pela regulamentação da AIFMD, UCITS ou IFD, e apenas os colaboradores da DWS que são considerados como tendo um impacto material no perfil de risco do Grupo Deutsche Bank permanecem no âmbito dos requisitos InstVV do Grupo do banco. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos regulamentares. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas são adaptados ao negócio de Asset Management. De acordo com as Orientações da ESMA/EBA, a estratégia de remuneração da DWS foi concebida de forma a assegurar uma relação adequada entre Remuneração Fixa e Variável.

Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

Colaboradores pautais

O pessoal pautal está sujeito a um contrato coletivo (*Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), tal como negociado entre sindicatos e associações patronais, ou sujeito a acordos tal como negociado diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste Relatório.

Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

O banco coloca um forte enfoque na sua governação relacionada com os processos de tomada de decisões em matéria de remuneração. Foi aplicado um conjunto robusto de princípios baseados em regras para as decisões relativas à remuneração, estreitamente ligadas ao desempenho tanto das empresas como dos indivíduos.

O montante total de Remuneração Variável para um determinado ano de desempenho resulta de uma avaliação da rentabilidade, da solvência e da posição de liquidez do banco (avaliação da acessibilidade), do desempenho do Grupo e do desempenho das divisões e das funções de infraestrutura de apoio à consecução dos objetivos estratégicos do banco.

Numa primeira fase, o Deutsche Bank avalia a capacidade financeira do banco, bem como outras limitações (tais como objetivos financeiros externos) para determinar o que o banco "pode" conceder em conformidade com os requisitos regulamentares e internos. Esta avaliação tem igualmente em conta considerações prospetivas do plano estratégico plurianual do banco, incluindo o seu plano de capital plurianual. Na próxima etapa, o banco avalia o desempenho ajustado ao risco da divisão, ou seja, o que o banco "deve" conceder a fim de proporcionar uma remuneração adequada pelas contribuições para o sucesso do banco.

A proporção dos grupos de Remuneração Variável relacionada com o desempenho do Grupo, que tem uma ponderação de 25%, é determinada com base no desempenho de um número selecionado de indicadores-chave de desempenho (KPI) do Grupo, incluindo o rácio custo/rendimento (CIR), o retorno após impostos sobre o capital próprio tangível (RoTE) e ESG: Ambiental - Financiamento Sustentável e Investimentos ESG, Social - Diversidade de Género e Governação - Grau de Gestão de Riscos de Controlo de Auditoria.

Ao avaliar o desempenho das divisões, são referenciadas uma série de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e - com base nas pontuações equilibradas - não financeiras. Para garantir que o desempenho é analisado na sua totalidade e que também são tidos em consideração os critérios que são difíceis de avaliar com uma abordagem exclusivamente estereotipada, o SECC efetua adicionalmente uma análise qualitativa. Na sequência do cálculo quantitativo do desempenho combinado avaliado pelos grupos de Remuneração Variável, o SECC analisará um conjunto de critérios qualitativos predefinidos relacionados com o desempenho financeiro e não financeiro e poderá decidir aplicar uma majoração ou minoração máxima de 10 pontos percentuais à avaliação do desempenho das divisões. As metas financeiras para as divisões de front-office estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestrutura, a avaliação do desempenho financeiro baseia-se principalmente na consecução de metas de custos. Embora a atribuição de Remuneração Variável a funções de infraestrutura e, em particular, a funções de controlo, dependa do desempenho global do Deutsche Bank e do seu próprio desempenho, a mesma não está dependente do desempenho da(s) divisão(ões) que estas funções supervisionam.

Ao nível do colaborador individual, encontram-se estabelecidos Princípios de Orientação da Remuneração Variável, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que os gestores têm de ter em conta ao tomar decisões relativas à Remuneração Variável. Ao fazê-lo, têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de Remuneração Variável são equilibradas e que a assunção de riscos não é indevidamente incentivada. Os fatores e métricas a considerar incluem, mas não estão limitados a, (i) concretização de negócios ("O quê"), ou seja, métricas quantitativas e qualitativas de desempenho financeiro, ajustado ao risco e não financeiro, e (ii) comportamento ("Como"), ou seja, considerações de cultura, conduta e controlo, tais como contributos qualitativos de funções de controlo ou sanções disciplinares. As recomendações de definição de Remuneração Variável ajudam os gestores a traduzir o desempenho individual ("O quê" e "Como") em resultados salariais adequados. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de todas as instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.

Estrutura de remuneração variável

As estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e apoia o desempenho a longo prazo dos colaboradores e do banco. Embora uma parcela de Remuneração Variável seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo. Para ambas as partes da Remuneração Variável, são usadas ações do Deutsche Bank como instrumentos e como forma eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas.

O banco continua a ir para além dos requisitos regulamentares no que diz respeito ao âmbito e ao montante de Remuneração Variável que é diferida e aos períodos mínimos de diferimento para certos grupos de colaboradores. A taxa e o período de diferimento são determinados com base na classificação de risco do colaborador e da unidade de negócio. Quando aplicável, o banco inicia o diferimento de partes da Remuneração Variável dos MRT nos casos em que a Remuneração Variável está definida num valor igual ou superior a 50.000 euros ou que a Remuneração Variável excede 1/3 da Remuneração Total. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de Remuneração Variável. Os MRT estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a Direção), tal como requerido pelo InstVV. Para os MRT em Unidades de Negócio Importantes (MBU), o banco aplica uma taxa de diferimento de pelo menos 50%. O limiar de Remuneração Variável para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500.000 euros. Além disso, para todos os colaboradores cujo Pagamento Fixo exceda o montante de 600.000 euros, o montante total da Remuneração Variável é diferido.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores.

Visão geral dos tipos de prémio em 2025 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Porção
Inicial: Remuneração Variável (RV) em	Pagamento em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	100% da remuneração variável, exceto
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (indexada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	MRT com RV ≥ 50.000 euros ou em que a RV excede 1/3 da Remuneração Total (RT) Não MRT com prémios diferidos em que a RT de 2025 > 500.000 €	N/A	12 meses	50% de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Numerário diferido	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção ¹ : 5 anos	N/A	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (indexada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção ¹ : 5 anos Não MRT: 3 anos	12 meses para colaborador es que correm riscos materiais	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável
¹ Para efeitos dos prémios anuais do Ano de Desempenho 2025, a Direção é definida como posições CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de posições CM-2 no IB e CB que reportam ao Codiretores do CB e aos Codiretores do IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; Membros CM de Instituições Significativas na aceção da Lei Bancária Alemã; respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão; para as regras específicas de diferimento para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, consultar o Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

Os colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou ceder um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer Remuneração Variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. O Departamento de Compliance, supervisionado pelo Responsável de Remuneração, controla a conformidade da atividade de negociação dos colaboradores com este requisito.

Ajustamento ex post do risco da remuneração variável

Em conformidade com os requisitos regulamentares relativos ao ajustamento ex post de risco da Remuneração Variável, o banco acredita que uma visão a longo prazo sobre a conduta e o desempenho dos seus colaboradores é um elemento-chave da Remuneração Variável diferida. Como resultado, sob supervisão do Conselho de Administração, todos os prêmios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e disposições de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho do Grupo Deutsche Bank e das provisões de renúncia da Remuneração Variável concedida para o Ano de Desempenho de 2025

Provisão	Descrição	Perda de direitos
Solvência e liquidez	- Se, no final do trimestre que precede a aquisição de direitos e a libertação, qualquer um dos seguintes valores for inferior a um limiar definido de apetência pelo risco: Rácio de capital CET1; Rácio de alavancagem; Rácio de adequação dos capitais económicos; Rácio de cobertura de liquidez; Ativos líquidos de alta qualidade (HQLA)	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar / do Prémio Inicial em Ações, dependendo do limiar da apetência para o risco e da medida em que a(s) condição(ões) de PBT do Grupo / Divisão é/são cumpridas
PBT do Grupo	- Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT do Grupo for negativo ¹	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, em função da medida em que a condição de solvência e liquidez for cumprida e se as condições PBT da Divisão forem cumpridas (se aplicável)
PBT da divisão ²	- Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT da Divisão for negativo ¹	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, dependendo do cumprimento da solvência e liquidez e das condições PBT do Grupo
Provisões para perda de direitos ⁵	- Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo - Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que posteriormente sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão - Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo - Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor	- Até 100% dos prémios não entregues
Recuperação (Clawback)	- Caso um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstVV tenha participado em conduta que tenha resultado em perdas significativas ou sanções regulamentares/medidas de fiscalização; ou não tenha cumprido as normas externas ou internas relevantes relativamente a normas de conduta apropriadas - Se for necessário proceder a uma recuperação para cumprir as exigências de uma autoridade reguladora competente ou outros requisitos legais	- 100% do prémio entregue, antes do segundo aniversário da última data de aquisição dos direitos do prémio

¹ Tendo em conta os ajustes claramente definidos e governados para itens relevantes de resultados (por exemplo, reestruturações de negócios; imparidades de goodwill ou intangíveis)

² Aplicável apenas a MRT do InstVV em divisões de front office

³ Podem aplicar-se outras disposições, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

Decisões de remuneração para 2025

Considerações de final de ano e decisões para 2025

Todas as decisões de remuneração são tomadas dentro dos limites dos requisitos regulamentares. Estes requisitos formam o quadro delimitador para a determinação da remuneração no Deutsche Bank. Em particular, a administração tem de assegurar que as decisões de remuneração não são prejudiciais à manutenção de uma base sólida de capital e de reservas de liquidez.

Em 2025, o Deutsche Bank apresentou resultados financeiros recorde, apesar de operar num ambiente global marcado por incertezas geopolíticas persistentes e desafios macroeconómicos. O banco gerou um lucro antes de impostos de 9,7 mil milhões de euros, mais do que duplicou o lucro líquido para 7,1 mil milhões de euros em relação ao ano anterior e alcançou um RoTE após impostos de 10,3%. Este desempenho excecional reflete a força contínua da estratégia do Global Hausbank.

Os colaboradores do banco apresentaram um crescimento sustentado da atividade, com as receitas a aumentarem 7% para 32,1 mil milhões de euros, em linha com os objetivos do banco. Esta situação, combinada com a disciplina contínua em matéria de custos e o impacto cumulativo dos esforços de transformação e da eficiência operacional do banco, permitiu ao Deutsche Bank manter níveis de capital sólidos e, simultaneamente, aumentar as distribuições de capital aos acionistas, incluindo um aumento significativo do dividendo proposto para 2025. As decisões de remuneração do Deutsche Bank para 2025 refletem o seu compromisso de reconhecer adequadamente as contribuições dos seus colaboradores e de estabelecer níveis de remuneração justos e competitivos, mantendo simultaneamente a disciplina de custos, investindo mais no crescimento e controlo do negócio, sustentando a solidez do capital e do balanço e permitindo um crescimento contínuo do retorno para os acionistas. Ao longo do ano, o SECC acompanhou continuamente os potenciais prémios de Remuneração Variável, tendo devidamente em conta estas prioridades.

Com a devida consideração de todos estes fatores, o Conselho de Administração determinou que o banco está em condições de conceder Remuneração Variável, incluindo um conjunto de Remuneração Variável baseada no desempenho no final do ano de 2,681 mil milhões de euros para 2025 (2024: 2,514 mil milhões de euros). O aumento da Remuneração Variável baseada no desempenho no final do ano reflete o forte desempenho do banco.

A Remuneração Variável para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG foi determinada, como sempre, pelo Conselho de Fiscalização num processo separado, mas está incluída nos quadros e gráficos abaixo.

Prémios de compensação para 2025 – todos os colaboradores

	2025								2024	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Conselho de Fiscaliza- ção ²	Conselho de Administ- ração ³	CB ³	IB ³	PB ³	AM ³	Funções de Controlo ³	Funções Corporati- vas ³	Total Grupo	Total Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20	9	16.601	8.188	23.337	4.835	6.682	30.227	89.879	89.753
Remuneração total	8	82	1.438	2.677	2.459	812	803	2.865	11.136	11.056
Salário-base e subsídios	8	27	1.059	1.334	1.826	488	646	2.221	7.600	7.606
Despesas com pensões	—	5	70	70	82	41	46	148	462	474
Pagamento fixo segundo a Secção	8	32	1.129	1.403	1.908	529	692	2.369	8.062	8.081
Remuneração Variável baseada no desempenho no final do ano ⁴	—	43	274	1.230	350	241	99	444	2.681	2.514
Outra Remuneração Variável ⁴	—	2	1	18	27	29	1	3	78	55
Pagamentos por cessação de funções	—	6	34	26	174	13	11	49	313	405
RV baseada no desempenho segundo a Secção 2 do InstVV	—	51	309	1.274	551	282	111	496	3.072	2.975

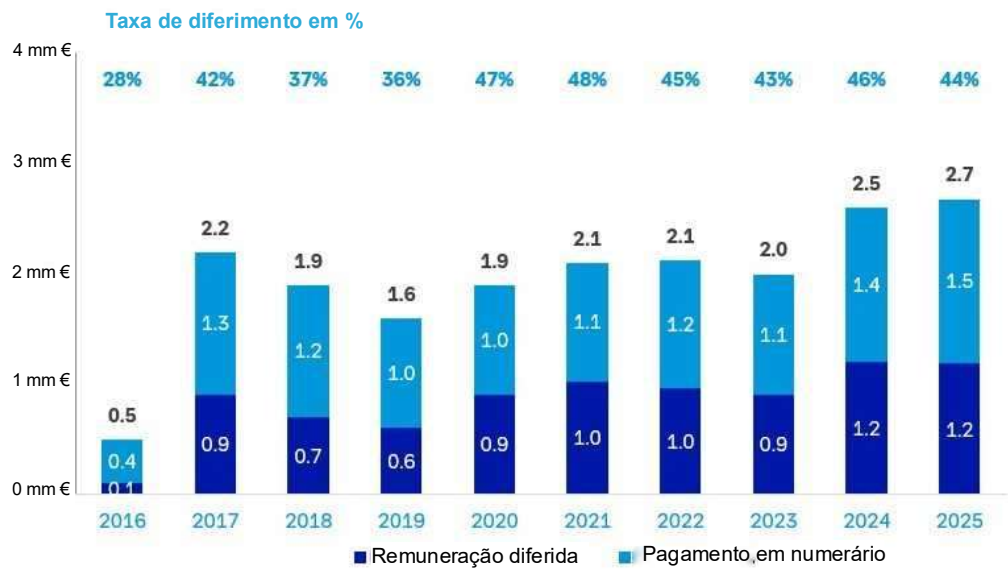
¹ O quadro pode conter diferenças marginais de arredondamento; ETI (equivalente a tempo inteiro) em 31 de dezembro de 2025; mostra a remuneração atribuída a todos os trabalhadores (incluindo os que saíram em 2025)

² O Conselho de Fiscalização representa os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (não são considerados para o número total de colaboradores do Grupo); os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o cargo no Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna divisional relevante); a remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG não está refletida no Total do Grupo

³ O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG; IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management (DWS); as Funções de Controlo incluem o Departamento de Risco, a Auditoria do Grupo, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira; as Funções Corporativas incluem qualquer Função de Infraestrutura que não seja considerada uma Função de Controlo nem faça parte de qualquer divisão

⁴ A Remuneração Variável baseada no desempenho no final do ano reflete o recém-implementado Plano LTI para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, estabelecido para o período de desempenho 2025-2027, que durante a "fase de transição" é apresentado com o montante-objetivo; a outra Remuneração Variável inclui outros compromissos contratuais de Remuneração Variável, tais como prémios de assinatura, prémios de retenção e elementos específicos de Remuneração Variável para o pessoal das tarifas e funcionários públicos; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG que devem ser classificados como remuneração variável; o quadro não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

Taxas de Remuneração Variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano) relatadas - todos os colaboradores



Devido a arredondamentos, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais.

O Deutsche Bank continua a aplicar estruturas de diferimento que vão além do mínimo regulamentar, resultando numa taxa de diferimento global (todos os colaboradores, incluindo a população não-MRT) de 44% em 2025 (comparativamente a 46% em 2024). Apenas para a população MRT, a taxa de adiamento é de 89% (contra 92% em 2024).

Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1522 colaboradores foram identificados como MRT, de acordo com o CRD/InstVV, para o exercício de 2025, comparativamente a 1451 colaboradores em 2024. O número de MRT do Grupo em 2025 ascende a 1.287 indivíduos. Além disso, foram identificados 298 indivíduos a nível institucional (dos quais 63 MRT de grupo). Os elementos de remuneração para todos esses MRT numa base consolidada são pormenorizados nos quadros abaixo, em conformidade com o artigo 450.º do CRR. Quando aplicável, os quadros REM da UE apresentam as linhas de negócio prescritas de acordo com o anexo XXXIII do Regulamento n.º 575/2013.

No que diz respeito aos mecanismos de diferimento e aos instrumentos de reembolso, 42 MRT, cuja remuneração total ascende a 9,7 milhões de euros (dos quais 3,3 milhões de euros de remuneração variável, incluindo pagamentos por cessação de funções), beneficiam de uma derrogação prevista no artigo 94.º, n.º 3, alínea a), da CRD, e 96 MRT, cuja remuneração total ascende a 14,3 milhões de euros (dos quais 2,7 milhões de euros de remuneração variável, incluindo pagamentos por cessação de funções), beneficiam de uma derrogação prevista no artigo 94.º, n.º 3, alínea b) da CRD.

Remuneração para 2025 - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 1)

						2025
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹		Conselho de Fiscalização ²	Conselho de Administração ³	Direção ⁴	Outros colaboradores que correm	Total Grupo
Pagamento fixo	Número de MRT ⁵	20	9	243	1.102	1.374
	Remuneração fixa total	8	32	175	632	847
	dos quais: baseados em numerário	8	28	169	599	804
	das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes	—	—	—	—	—
	dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	—	—	—	—	—
	dos quais: outros instrumentos	—	—	—	—	—
	das quais: outras formas	—	3	6	33	43
	Número de MRT ⁵	—	9	240	1.061	1.310
	Pagamento variável total ⁶	—	51	190	706	946
	dos quais: baseados em numerário	—	13	96	362	472
Pagamento variável	do qual: diferido	—	2	83	264	349
	das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes	—	37	86	343	466
	do qual: diferido	—	28	81	264	373
	dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	—	—	6	—	6
	do qual: diferido	—	—	4	—	4
	dos quais: outros instrumentos	—	—	2	—	2
	do qual: diferido	—	—	2	—	2
	das quais: outras formas	—	—	—	—	—
	do qual: diferido	—	—	—	—	—
	Pagamento total	8	82	365	1.338	1.793

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.
² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG.
³ O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.
⁴ A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de cargos CM-2 em IB e CB que reportam ao Codiretores de CB e aos Codiretores de IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; membros CM de instituições que têm de identificar MRT a nível institucional individual e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão.
⁵ Apenas beneficiários em 31 de dezembro de 2024 (HC comunicados para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, ETI comunicados para a parte restante); por conseguinte, os totais não somam as 1522 pessoas identificadas como MRT; mostra a remuneração atribuída a todos os MRT (incluindo os que saíram em 2025).
⁶ A Remuneração Variável inclui a Remuneração Variável baseada no desempenho do Deutsche Bank no final do ano para 2025, outra Remuneração Variável e pagamentos por cessação de funções; inclui também benefícios adicionais e remuneração não concorrência pós-contratual acordados contratualmente atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, que devem ser classificados como remuneração variável, e reflete o plano LTI recentemente implementado para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, criado para o período de desempenho 2025-2027, que durante a "fase de transição" é apresentado com o montante-alvo; o quadro não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts).

Remuneração variável garantida e pagamentos por cessação de funções - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 2)

	2025				
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Conselho de Fiscalização ²	Conselho de Administração ³	Direção ⁴	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total Grupo
Prêmios de remuneração variável garantida					
Número de MRT ⁵	—	—	3	8	11
Montante total	—	—	2	17	19
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bônus	—	—	—	8	8
Pagamentos por cessação de funções concedidos em períodos anteriores, pagos durante o exercício financeiro					
Número de MRT ⁵	—	—	—	—	—
Montante total	—	—	—	—	—
Pagamentos por cessação de funções concedidos durante o exercício					
Número de MRT ⁵	—	1	8	39	48
Montante total ⁶	—	6	4	10	21
dos quais: pagos durante o exercício financeiro	—	3	4	10	16
do qual: diferido	—	4	—	—	4
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bônus	—	3	4	10	16
dos quais: o pagamento mais elevado que foi atribuído a uma única pessoa	—	6	2	1	6

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais

² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG

³ O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

⁴ A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de cargos CM-2 em IB e CB que reportam aos Codiretores de CB e aos Codiretores de IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; membros CM de instituições que têm de identificar MRT a nível institucional individual e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

⁵ Beneficiários apenas (HC relatado para todas as categorias).

Remuneração diferida - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 3)

	2025							
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Montante total da remuneração diferida atribuída por períodos de desempenho anteriores	Do qual devido à aquisição de direitos durante o exercício financeiro	Do qual com aquisição de direitos nos exercícios financeiros seguintes	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos no exercício financeiro	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos nos exercícios de desempenho futuros	Montante total do ajustamento durante o exercício financeiro devido a ajustamentos ex post implícitos ⁵	Montante total da remuneração diferida concedida antes do exercício financeiro efetivamente pago no exercício financeiro ⁶	Total do montante da remuneração diferida concedida pelo período de desempenho anterior que tenha sido adquirido mas que esteja sujeito a períodos de retenção
Conselho de Fiscalização ²	—	—	—	—	—	—	—	—
Baseados em	—	—	—	—	—	—	—	—
numeração								
Ações ou	—	—	—	—	—	—	—	—
interesses de								
propriedade								
equivalentes	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumentos								
ligados a ações ou								
instrumentos	—	—	—	—	—	—	—	—
equivalentes não								
monetários	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras formas	—	—	—	—	—	—	—	—
Conselho de Administração ³	106	24	82	—	—	80	24	14
Baseados em	48	11	38	—	—	—	11	—
Ações ou								
interesses de								
propriedade								
equivalentes	58	14	44	—	—	80	14	14
Instrumentos								
ligados a ações ou								
instrumentos	—	—	—	—	—	—	—	—
equivalentes não								
monetários	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras formas	—	—	—	—	—	—	—	—
Direção ⁴	460	98	362	—	—	253	98	45
Baseados em	218	47	171	—	—	—	47	—
Ações ou								
interesses de								
propriedade								
equivalentes	229	49	180	—	—	249	49	44
Instrumentos								
ligados a ações ou								
instrumentos	10	2	8	—	—	4	2	1
equivalentes não								
monetários	3	—	3	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras formas	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros colaboradores que assumem riscos	1.594	393	1.201	—	—	832	392	146

	2025							
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Montante total da remuneração diferida atribuída por períodos de desempenho anteriores	Do qual devido à aquisição de direitos durante o exercício financeiro	Do qual com aquisição de direitos nos exercícios financeiros seguintes	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos nos exercícios de desempenho financeiro	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos nos exercícios de desempenho futuros	Montante total do ajustamento durante o exercício financeiro devido a ajustamentos ex post implícitos ⁵	Montante total da remuneração diferida concedida antes do exercício financeiro efetivamente pagos no exercício financeiro ⁶	Total do montante da remuneração diferida concedida pelo período de desempenho anterior que tenha sido adquirido mas que esteja sujeito a períodos de retenção
Baseados em numerário	770	191	579	—	—	—	191	—
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	824	202	622	—	—	832	202	146
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras formas	—	—	—	—	—	—	—	—
Montante total	2.160	516	1.644	—	—	1.165	515	205

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais

² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG

³ O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

⁴ A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de cargos CM-2 em IB e CB que reportam aos Codiretores de CB e aos Codiretores de IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; membros CM de instituições que têm de identificar MRT a nível institucional individual e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

⁵ Alterações do valor da remuneração diferida devido às alterações de preços dos instrumentos

⁶ Definida como a remuneração concedida antes do exercício financeiro que cujo direito foi adquirido no exercício financeiro (incluindo quando sujeita a um período de retenção).

Remuneração de colaboradores com rendimentos elevados - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 4)

	2025	2024
em euros	Número de pessoas	Número de pessoas
Pagamento total ¹		
1 000 000 a 1 499 999	339	331
1 500 000 a 1 999 999	123	125
2 000 000 a 2 499 999	71	59
2 500 000 a 2 999 999	32	48
3 000 000 a 3 499 999	31	25
3 500 000 a 3 999 999	16	14
4 000 000 a 4 499 999	8	6
4 500 000 a 4 999 999	9	5
5 000 000 a 5 999 999	7	9
6 000 000 a 6 999 999	4	3
7 000 000 a 7 999 999	4	12
8 000 000 a 8 999 999	4	3
9 000 000 to 9 999 999	6	3
10 000 000 to 10 999 999	1	3
11 000 000 to 11 999 999	2	—
17.000.000 a 17.999.999	—	1
18.000.000 a 18.999.999	1	—
Total	658	647

¹ Inclui todas as componentes de Pagamento Fixo e Remuneração Variável (incluindo indemnizações); buyouts não incluídos

No total, 658 MRT receberam um Pagamento Total igual ou superior a 1 milhão de euros em 2025. O número de MRT com rendimentos elevados mantém-se essencialmente estável em relação a 2024.

Prémios de compensação para 2025 – Colaboradores que correm riscos materiais (REM 5)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Remuneração do Órgão de gestão			Áreas de negócio					Total
	Conselho de Fiscalizaçã o ²	Conselho de Administr ação ²	Total do Órgão de Gestão	Banca de investime nto ²	Banca de retalho ²	Gestão de ativos ²	Funções Corporativ as ²	Funções de Controlo ²	
Número total de colaboradores que correm riscos materiais ³									1.374
dos quais: Organismo de gestão	20	9	29	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
dos quais: Direção ⁴	N/A	N/A	N/A	34	87	6	78	38	243
dos quais: Outros colaboradores que correm riscos materiais	N/A	N/A	N/A	634	251	1	114	102	1.102
Pagamento total aos colaboradores	8	82	90	1.147	292	21	167	76	1.793
dos quais: pagamento variável ⁵	—	51	51	644	143	12	78	20	946
dos quais: pagamento fixo	8	32	40	504	149	10	89	56	847

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais

² O Conselho de Fiscalização representa os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, o Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG; Banca de investimento = Investment Bank; Banca de retalho = Private Bank e Corporate Bank; Gestão de ativos = Asset Management (DWS); as Funções de Controlo incluem o Gabinete de Risco, a Auditoria do Grupo, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira; as Funções Corporativas incluem qualquer função de Infraestrutura que não seja considerada uma Função de Controlo nem faça parte de qualquer divisão

³ HC a 31 de dezembro de 2025 comunicados para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, ETI a 31 de dezembro de 2025 comunicados para a parte restante; por conseguinte, os totais não somam as 1522 pessoas identificadas como MRT; mostra a remuneração atribuída a todos os MRT (incluindo os que saíram em 2025)

⁴ A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; titulares de cargos CM-2 em IB e CB que reportam aos Codiretores de CB e aos Codiretores de IB; outros indivíduos com responsabilidades comerciais significativas; membros CM de instituições que têm de identificar MRT a nível institucional individual e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

⁵ A Remuneração Variável inclui a Remuneração Variável baseada no desempenho do Deutsche Bank no final do ano para 2025, outra Remuneração Variável e pagamentos por cessação de funções; inclui também benefícios adicionais e remuneração não concorrência pós-contratual acordados contratualmente atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, que devem ser classificados como remuneração variável, e reflete o plano LTI recentemente implementado para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, criado para o período de desempenho 2025-2027, que durante a "fase de transição" é apresentado com o montante-alvo; o quadro não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

4

Governo da Sociedade da Sociedade de acordo com os arts. 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial Alemão

- 802 Cumprimento do Código de
governo das sociedades alemão
- 805 Conselho de Administração
- 814 Conselho de Fiscalização
- 833 Operações com partes
- 833 Valores e princípios de liderança
do Deutsche Bank AG e do Grupo
Deutsche Bank
- 834 Honorários e serviços do auditor
externo

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2025)

Ao atualizar a Declaração de Conformidade emitida em 28 de outubro de 2024, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG publicaram a seguinte Declaração de Conformidade em 24 de outubro de 2025.

"O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft declaram nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG):

1. A última Declaração de Conformidade foi emitida em 28 de outubro de 2024. Desde então, o Deutsche Bank Aktiengesellschaft tem cumprido, com um desvio, as recomendações da "Comissão governamental do código de governo das sociedades alemão", na versão do Código datada de 28 de abril de 2022, publicada no Jornal Oficial Federal (Bundesanzeiger) em 27 de junho de 2022, e continuará a cumpri-las no futuro, com exceção do seguinte desvio:

O desvio, em cada caso, diz respeito à segunda frase da recomendação G.10, segundo a qual as componentes da remuneração variável a longo prazo só devem ser acessíveis a um membro do Conselho de Administração após um período de quatro anos, e refere-se exclusivamente à remuneração do Conselho de Administração para o exercício de 2021, bem como para os exercícios de 2022 e 2023.

O sistema de remuneração do Conselho de Administração, aplicável até 31 de dezembro de 2023, estabeleceu que a componente de longo prazo da remuneração variável seja atribuída durante um período de diferimento de cinco anos. Uma vez que se trata de elementos de remuneração com base em ações, estão sujeitos a um período de detenção adicional de um ano após a sua aquisição. No que diz respeito à estrutura do período de diferimento, o Conselho de Fiscalização deliberou em fevereiro de 2022, fevereiro de 2023 e janeiro de 2024 que, para a componente de longo prazo da remuneração variável, em cada caso relativa ao exercício financeiro imediatamente anterior, os membros do Conselho de Administração poderão dispor de uma primeira parte da componente de longo prazo após apenas três anos e da última parte após seis anos. O Conselho de Fiscalização continuou, assim, a cumprir os requisitos aplicáveis às instituições financeiras, estabelecidos na lei relativa às remunerações das instituições (*Institutsvergütungsverordnung*). Não consideramos que um novo reforço dos requisitos regulamentares específicos dos bancos seja adequado no contexto do anterior sistema de remuneração aplicável para o período até 31 de dezembro de 2023. Desde março deste ano, os membros do Conselho de Administração puderam dispor da primeira parte da componente de longo prazo para o exercício de 2021, o que significa que, a este respeito, ocorreu o desvio da segunda frase da recomendação G.10. Além disso, no que diz respeito à remuneração do Conselho de Administração para os exercícios de 2022 e 2023 - tal como no ano passado e no ano anterior - já declaramos um desvio em relação à recomendação, embora os membros do Conselho de Administração não possam dispor da primeira parte dos componentes de longo prazo concedidos para os exercícios de 2022 e 2023 até 2026 e 2027.

O sistema de remuneração aplicável a partir do exercício de 2024 - no que diz respeito à remuneração do Conselho de Administração para os exercícios financeiros com início em ou após 1 de janeiro de 2024 - evita o desvio do Código acima especificado.

2. O Código de governo das sociedades alemão limita a aplicabilidade das recomendações do código às instituições de crédito e às companhias de seguros, desde que as recomendações lhes sejam aplicáveis em exclusivo e que não existam disposições estatutárias em contrário. O Deutsche Bank Aktiengesellschaft informou pela última vez sobre os regulamentos estatutários e os efeitos para a Declaração de Conformidade na sua Declaração de Governo da Sociedade no Relatório Anual de 2024.

Frankfurt am Main, em outubro de 2025

O Conselho de Administração
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Fiscalização
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft"

Recomendações inaplicáveis do código devido à precedência das disposições estatutárias

De acordo com a recomendação do artigo F.4 do código de governo das sociedades alemão na versão de 28 de abril de 2022, as empresas sujeitas a regulamentos jurídicos especiais devem especificar na Declaração de Governo da Sociedade quais as recomendações do código que não eram aplicáveis devido a cláusulas legais preponderantes.

No que respeita ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft, isto aplica-se atualmente à recomendação do artigo D.4 do código de governo das sociedades alemão, na versão de 28 de abril de 2022, que estabelece que o Conselho de Fiscalização deve constituir um Comité de Nomeações composto exclusivamente por representantes dos acionistas.

- O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, enquanto Instituição de Crédito supervisionada, está sujeito aos regulamentos jurídicos especiais da Lei Bancária Alemã (KWG). O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft criou um Comité de Nomeações, de acordo com o nº 11 do artigo 25º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), cuja função é apoiar o Conselho de Fiscalização nas seguintes tarefas:
- Identificar candidatos a preencher uma posição no Conselho de Administração e preparar propostas para a eleição de membros do Conselho de Fiscalização;
- Elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para o conseguir;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente; e
- Analisar os princípios do Conselho de Administração para a seleção e nomeação de pessoas para o nível superior de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito.

O Comité de Nomeações a estabelecer em conformidade com a Lei Bancária Alemã (KWG) tem, por conseguinte, numerosas tarefas que vão além da preparação das propostas eleitorais para os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. A exclusão geral dos representantes dos colaboradores do Conselho de Fiscalização da composição num comité só é admissível, de acordo com o parecer prevacente, se houver uma razão material para tal. Ainda que possa existir uma tal razão material para um comité que apenas lida com a preparação das propostas a apresentar à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes dos acionistas, não existe uma justificação para a exclusão dos representantes dos colaboradores para um comité de nomeações com o leque de tarefas que lhe são atribuídas pela Lei Bancária Alemã (KWG). Devido ao leque de tarefas obrigatórias do Comité de Nomeações estipulado pela Lei Bancária Alemã (KWG) e à inadmissibilidade de discriminar representantes dos colaboradores na composição dos comités, a recomendação do artigo D.4 do código de governo das sociedades alemão não é aplicável ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft. Contudo, de modo a ter em conta esta recomendação, o nº 3 do artigo 2.º dos termos de referência do Comité de Nomeações prevê que as propostas de eleição para a Assembleia-Geral sejam elaboradas apenas pelos representantes dos acionistas do Comité de Nomeações.

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial Alemão, são apresentadas em 6 de fevereiro de 2026.

Conselho de Administração

Procedimentos do Conselho de Administração

De acordo com a sua forma jurídica de sociedade anônima alemã, o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização e a Assembleia de Acionistas são os órgãos sociais do Deutsche Bank Aktiengesellschaft. A informação sobre a composição do Conselho de Fiscalização é fornecida na secção "Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil dos requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação". A Assembleia de Acionistas elege os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização nomeia os membros do Conselho de Administração e supervisiona a gestão.

O Conselho de Administração do Deutsche Bank é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de Referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão da atividade do banco, incluindo os aspetos ambientais, sociais e de governação (ESG). O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a adesão aos requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, em particular, a gestão e a direção estratégicas do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e o relato financeiro, o controlo e a gestão de riscos, o bom funcionamento da organização empresarial, a identificação e a avaliação sistemáticas dos impactos ambientais e sociais das operações da empresa, bem como o controlo acionista. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear executivos para funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e esforça-se, em particular, por conseguir uma representação adequada de mulheres (podem ser encontradas informações mais pormenorizadas na Declaração de Sustentabilidade, no capítulo "Força de trabalho própria" do Relatório Anual 2025). O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Sustentabilidade

O Conselho de Administração exerce a supervisão do duplo processo de avaliação da materialidade para identificar tópicos materiais e gerir impactos, riscos e oportunidades materiais, em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho de 2023, que complementa a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS). Para garantir uma supervisão adequada dos resultados da dupla avaliação da materialidade, o Deutsche Bank implementou um processo de aprovação abrangente que envolve os quadros superiores e os órgãos de governação estabelecidos. Inicialmente, os altos responsáveis pela certificação assinaram formalmente os resultados da avaliação dos tópicos materiais da sua competência. Posteriormente, o Comité de Sustentabilidade do Grupo do Banco, que é o principal órgão de governação e de tomada de decisões em matéria de sustentabilidade, aprovou o conjunto final de temas materiais. Por último, os resultados da dupla avaliação da materialidade foram apresentados ao Conselho de Administração para aprovação (para informações mais pormenorizadas, consultar a Declaração de Sustentabilidade no capítulo "Dupla avaliação da materialidade" do Relatório Anual 2025).

Os resultados da dupla avaliação da materialidade foram também apresentados à Comissão de Auditoria do Conselho de Fiscalização e constam da Declaração de Sustentabilidade do Relatório de Gestão.

Plano de afetação de negócios

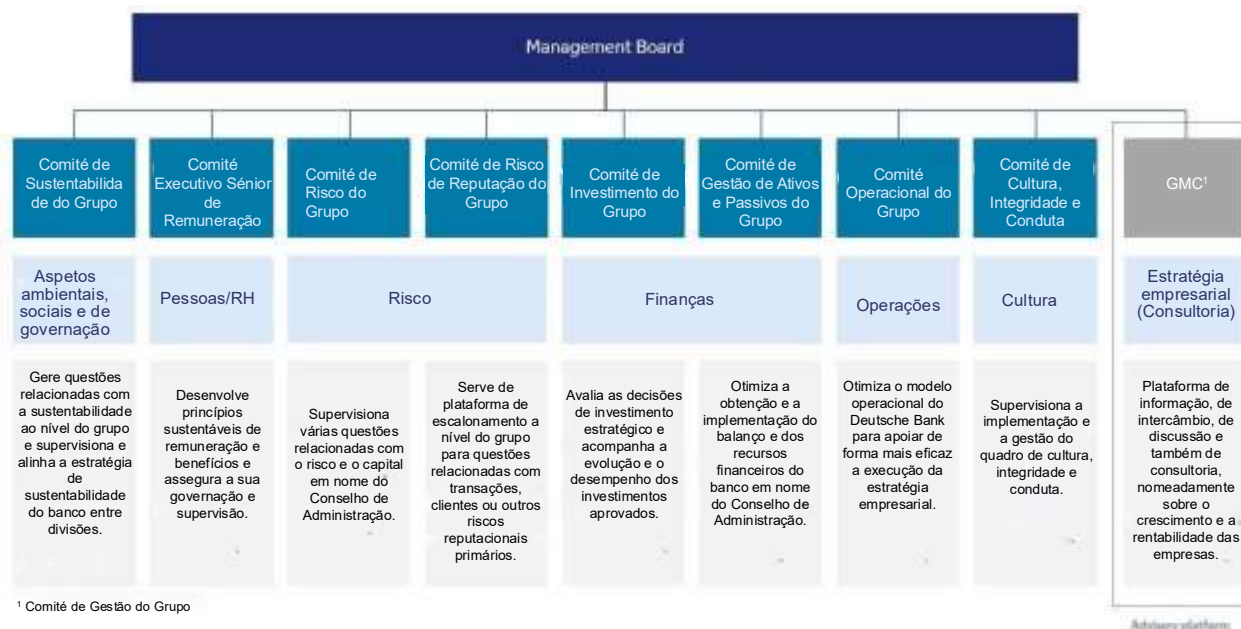
Não obstante o princípio da responsabilidade coletiva, o Plano de Atribuição de Funções do Conselho de Administração atribuiu a cada membro a responsabilidade por áreas funcionais específicas, assegurando assim uma separação de funções em toda a organização até ao Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração são responsáveis pela delegação das suas funções nos níveis hierárquicos subordinados e pela atribuição clara de responsabilidades no âmbito da(s) sua(s) área(s) de responsabilidade funcional. Essa delegação é necessária para o bom funcionamento da organização empresarial e não afeta a responsabilidade dos membros do Conselho de Administração de supervisionar adequadamente os deveres e tarefas delegados. Cada indivíduo com responsabilidades delegadas é responsável por fornecer informações adequadas ao Conselho de Administração para que este possa executar as suas responsabilidades coletivas.

Formação do Conselho de Administração

A fim de cumprir os requisitos de idoneidade profissional, o Conselho de Administração dispõe de um sistema de formação contínua ao longo do ano. Abrange também questões ambientais, sociais e de governação, bem como numerosas áreas temáticas relacionadas com a legislação, a conformidade, a luta contra a criminalidade financeira, a gestão de dados, a gestão de riscos e os recursos humanos.

Comitês do Conselho de Administração

O Conselho de Administração prefere, sempre que possível, confiar em gestores de topo individualmente responsáveis em vez de recorrer a comitês, pelo que, em geral, só cria comitês para questões que exijam uma tomada de decisão conjunta. Para determinados temas abrangentes, o Conselho de Administração criou os seguintes comitês e delegou-lhes determinados poderes de decisão para cada um dos temas seguintes:



Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank AG é composto por dez "Executivos". Todos os membros do Conselho de Administração têm um contrato de serviço (*Dienstvertrag*) com o Deutsche Bank AG.

O rácio de diversidade do Conselho de Administração pode ser consultado na Declaração de Sustentabilidade, no capítulo "Força de trabalho própria" do Relatório Anual 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os seguintes membros do Conselho de Administração foram nomeados por um período de três anos:

- Dr. Marcus Chromik com efeitos a partir de 1 de maio de 2025.
- Raja Akram com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026

Os seguintes membros deixaram o Conselho de Administração:

- Professor Dr. Stefan Simon a partir de 30 de abril de 2025
- Olivier Vigneron a partir de 19 de maio de 2025

São fornecidas as seguintes informações relativas aos membros atuais do Conselho de Administração, incluindo o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira, assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade, de acordo com o atual Plano de Afetação de Negócios para o Conselho de Administração. São ainda especificados outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank, bem como todas as afiliações em conselhos de fiscalização legalmente previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais. As sociedades cotadas em bolsa estão assinaladas com um "*". Os Termos de Referência do Conselho de Administração especificam que os membros do Conselho de Administração não devem, em geral, aceitar a presidência de conselhos de fiscalização de sociedades fora do Grupo Deutsche Bank.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2029

Christian Sewing tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2015 e Diretor Executivo em 8 de abril de 2018. No Conselho de Administração, é responsável pelos Assuntos Corporativos e Estratégia, bem como pela Sustentabilidade, Investigação e Auditoria do Grupo e, desde 1 de maio de 2025, pelo Departamento Jurídico. De 1 de maio a 1 de agosto de 2025, foi responsável pela Governança do Grupo.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação. .

James von Moltke

Ano de nascimento: 1969
Data da primeira nomeação: 2017
Data de termo do mandato: 2026

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017 e Presidente em 25 de março de 2022. É o Diretor Financeiro e, nesta função, é responsável pelas áreas Financeira, de Fiscalidade do Grupo, Tesouraria e Relações com os Investidores. Deixará o cargo de Diretor Financeiro em 15 de março de 2026. Em julho de 2023, assumiu a responsabilidade pela divisão de Asset Management (DWS).

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira no banco de investimento Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos em Nova Iorque e Hong Kong. Trabalhou depois na Morgan Stanley, em Nova Iorque, durante quatro anos, onde liderou a equipa de consultoria em tecnologia financeira a nível mundial. O Sr. von Moltke entrou para o Citigroup como Diretor de Fusões e Aquisições Empresariais (M&A) em 2009 e três anos mais tarde tornou-se Diretor Global de Planeamento Financeiro.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

O Sr. von Moltke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Raja Akram

Ano de nascimento: 1972
Data da primeira nomeação: 2026
Data de termo do mandato: 2028

Raja Akram tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2026 e assumirá o cargo de Diretor Financeiro em março de 2026.

Entrou no Deutsche Bank em 1 de outubro de 2025 como Diretor Financeiro Designado. Antes de entrar no Deutsche Bank, Raja Akram foi Diretor Financeiro Adjunto na Morgan Stanley, supervisionando os Controladores Globais e as Finanças Regionais, para além de outras funções financeiras essenciais. Foi membro do comité de gestão da empresa e fez parte do Conselho de Fiscalização da Morgan Stanley Europe.

Antes de entrar na Morgan Stanley, Raja Akram ocupou cargos de chefia no Citigroup de 2006 a 2020, incluindo Controller & Chief Accounting Officer, Diretor Financeiro da Treasury & Trade Solutions e Diretor Financeiro do Citi Brazil. Antes do Citigroup, trabalhou como diretor de Política e Investigação Contabilística na Fitch Ratings e como gestor sénior no escritório nacional da KPMG.

Raja Akram tem um mestrado em contabilidade e um bacharelato em Finanças e Contabilidade pela Texas A&M University. Foi também Professor Adjunto no Fashion Institute of Technology e na Texas A&M University.

O Sr. Akram não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Fabrizio Campelli

Ano de nascimento: 1973
Data da primeira nomeação: 2019
Data de termo do mandato: 2028

Fabrizio Campelli tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2019. É responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank e, desde 1 de maio de 2025, é também responsável pela região do Reino Unido e da Irlanda e pela região das Américas.

De novembro de 2019 a abril de 2021, foi o membro do Conselho de Administração responsável pela transformação, na qualidade de Diretor de Transformação, e pelos Recursos Humanos. Anteriormente, Diretor Global da Deutsche Bank Wealth Management durante quatro anos. Antes disso, foi Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Organizacional, bem como Vice-diretor de Operações do Grupo Deutsche Bank.

Ingressou no Deutsche Bank em 2004, após ter trabalhado na McKinsey & Company nos escritórios de Londres e Milão, especializados em atribuições estratégicas, principalmente para instituições financeiras globais.

Possui um MBA da MIT Sloan School of Management e um diploma de administração empresarial da Universidade de Bocconi, em Milão.

O Sr. Campelli não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Dr. Marcus Chromik

Ano de nascimento: 1972

Data da primeira nomeação: 2025

Data de termo do mandato: 2028

O Dr. Marcus Chromik tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de maio de 2025. Desde 20 de maio de 2025, desempenha as funções de Diretor de Risco e é responsável pela gestão do Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Tesouraria, Risco de Liquidez, Risco Empresarial e Gestão do Risco Operacional.

Entrou no Deutsche Bank em 1 de março de 2025. O Dr. Chromik possui uma vasta experiência no domínio da gestão do risco em bancos, mais recentemente como diretor não executivo e membro do Conselho de Administração e do Comité de Risco do UniCredit em Milão.

De julho de 2009 a dezembro de 2023, trabalhou no Commerzbank, em Frankfurt am Main, tendo desempenhado as funções de Diretor de Risco e de membro do Conselho de Administração desde janeiro de 2016.

De março de 2004 a junho de 2009, o Dr. Marcus Chromik ocupou vários cargos de liderança no Deutsche Postbank AG, incluindo o de Diretor de Controlo de Risco, Diretor de Mercados de Capitais Primários e Diretor de Gestão de Liquidez e Tesouraria de Crédito.

Iniciou a sua carreira profissional em 2001 na McKinsey & Company em Hamburgo.

O Dr. Chromik estudou física na Universidade Ludwig Maximilian de Munique e obteve o seu doutoramento em física nuclear em 2001.

O Dr. Chromik não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Bernd Leukert

Ano de nascimento: 1967

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2026

Bernd Leukert tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É o Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação e é responsável pelo Departamento de Informações, para as áreas de Infraestruturas e divisões, bem como pelo Departamento de Tecnologia, pelo Departamento de Segurança e pelo Departamento de Inovação. É também responsável pela Governação e Supervisão de Dados pela Transformação da Nuvem.

Ingressou no Deutsche Bank em 1 de setembro de 2019. Trabalhou anteriormente durante muitos anos na SAP SE, a empresa de software global. Ingressou na SAP em 1994 e ocupou vários cargos de gestão. De 2014 a 2019, foi responsável pelo desenvolvimento de produtos e inovações, bem como pela divisão de serviços de negócio digital no Conselho Executivo.

O Sr. Leukert estudou Engenharia e Gestão Industrial na Universidade de Karlsruhe e na Trinity College Dublin, licenciando-se em 1994 com um mestrado em Administração de Empresas.

É membro do Conselho de Fiscalização do Bertelsmann SE & Co. KGaA.

Alexander von zur Mühlen

Ano de nascimento: 1975

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2026

Alexander von zur Mühlen tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. Desde julho de 2023, é Diretor Geral para a Ásia-Pacífico, Europa, Médio Oriente e África (EMEA) e a Alemanha.

O Sr. von zur Mühlen ingressou no Deutsche Bank em 1998 e, ao longo dos anos, desempenhou uma série de funções de gestão em Londres e Frankfurt, em nas divisões de infraestruturas e de negócio. De 2018 a 2020, foi responsável pelo desenvolvimento estratégico do Grupo e foi consultor do Diretor Geral (CEO). Antes disso, foi Codiretor da Global Capital Markets, com um enfoque regional na Ásia e Pacífico e na Europa, Médio Oriente e África (EMEA). De 2009 a 2017, foi Tesoureiro do Grupo.

Alexander von zur Mühlen é licenciado em Gestão de Empresas pela Escola de Economia e Direito de Berlim.

O Sr. von zur Mühlen não ocupa qualquer cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Laura Padovani

Ano de nascimento: 1966
Data da primeira nomeação: 2024
Data de termo do mandato: 2027

Laura Padovani tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2024. É Diretora de Compliance e Combate à Criminalidade Financeira. Desde 1 de agosto de 2025, é também responsável pela Governança do Grupo.

A Sra. Padovani entrou para o Deutsche Bank em abril de 2023 como Diretora-Geral de Compliance do Grupo e Diretora de Compliance. Antes de ingressar no banco, Padovani foi Diretora-Geral de Compliance do Grupo no Barclays e esteve 20 anos na American Express. Tem uma vasta experiência internacional e liderança comprovada em funções de Compliance globais, regionais e empresariais.

Laura Padovani tem um mestrado em Direito pela London School of Economics and Political Science e uma licenciatura em Direito pela Universidade de Buenos Aires.

A Sra. Padovani não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Claudio de Sanctis

Ano de nascimento: 1972
Data da primeira nomeação: 2023
Data de termo do mandato: 2029

Claudio de Sanctis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2023. É o responsável pelo Private Bank.

O Sr. de Sanctis tem sido responsável pelo International Private Bank desde que foi estabelecido em junho de 2020, quando foi também nomeado Diretor Geral (CEO) da Europa, Médio Oriente e África (EMEA). Anteriormente, era Diretor Global do Deutsche Bank Wealth Management desde novembro de 2019, depois de ter entrado para o Deutsche Bank em dezembro de 2018 como Diretor do Deutsche Bank Wealth Management Europe. Além disso, foi também Diretor Geral (CEO) do Deutsche Bank AG (Schweiz) de fevereiro a dezembro de 2019.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank, foi Diretor de Private Banking, Europa, no Credit Suisse, onde começou em 2013 como Diretor da Área de Mercado do Sudeste Asiático para o Private Bank. Antes disso, esteve sete anos na UBS Wealth Management Europe, mais recentemente como Market Head Iberia and Nordics.

No início da sua carreira, trabalhou no Barclays como Diretor da Unidade de Clientes Principais da Europa na área de Private Banking, centrando-se nos clientes de ultra elevado património líquido (UHNW). Trabalhou também na Merrill Lynch Private Wealth Management na Europa, Médio Oriente e África (EMEA).

Licenciou-se em Filosofia na Universidade La Sapienza de Roma.

O Sr. de Sanctis não tem quaisquer cargos de direção externos sujeitos a divulgação.

Rebecca Short

Ano de nascimento: 1974
Data da primeira nomeação: 2021
Data de termo do mandato: 2027

Rebecca Short tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de maio de 2021 e Diretora de Operações em 1 de junho de 2023. As suas responsabilidades incluem os Recursos Humanos, bem como a transformação do banco. Até maio de 2023, foi Diretora-Geral da Transformação.

Anteriormente, tinha passado quase seis anos na área de Finanças como Diretora de Planeamento e Gestão de Desempenho do Grupo.

Entrou no Deutsche Bank no seu programa de pós-graduação em Auckland, em 1998. Mudou-se para Londres em 2000, onde trabalhou durante 13 anos na área do risco em diversas funções, principalmente na Gestão do Risco de Crédito e, mais tarde, como Diretora Europeia de Corporações. Em 2013, passou a ocupar um cargo de direção central sénior em Auditoria, onde esteve dois anos.

É licenciada em Finanças e Contabilidade pela Universidade de Otago, Dunedin, Nova Zelândia.

A Sra. Short não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Participação no capital dos membros do Conselho de Administração

As informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração pode ser encontrada no Relatório de Remuneração do Relatório Anual 2025.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é composto por 20 membros - 10 membros do Conselho de Fiscalização são representantes dos acionistas eleitos pela Assembleia Geral e 10 membros do Conselho de Fiscalização são representantes dos colaboradores eleitos pelos delegados dos trabalhadores na Alemanha com direito a elegê-los. Todos os membros do Conselho de Fiscalização têm a mesma obrigação de atuar no interesse da empresa e de desempenhar o seu mandato no Conselho de Fiscalização no interesse do Deutsche Bank AG. A organização interna do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, bem como os requisitos para os seus membros, estão sujeitos não só aos regulamentos da Lei Bancária Alemã (*Kreditwesengesetz* (KWG)) e às recomendações do Código Alemão de Governação Empresarial, mas também a requisitos de supervisão específicos. Estes requisitos podem ser encontrados, entre outros, na lei bancária alemã (KWG), na portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung* (InstitutsVergV)), nas orientações da Autoridade Bancária Europeia (ABE) e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e nas práticas administrativas do Banco Central Europeu como autoridade de supervisão prudencial do banco. Em casos individuais, os requisitos regulamentares podem divergir das recomendações do Código Alemão de Governação Empresarial (ver secção "Recomendações do Código não aplicáveis devido à precedência de disposições legais").

O Conselho de Fiscalização nomeia e exonera os membros do Conselho de Administração, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. A fiscalização e o aconselhamento incluem também, nomeadamente, questões de sustentabilidade. De acordo com os requisitos da Lei Bancária Alemã (KWG), o Conselho de Fiscalização supervisiona o Conselho de Administração, também no que diz respeito à sua adesão aos requisitos de fiscalização prudencial aplicáveis. O Conselho de Fiscalização trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da sociedade. As medidas a serem executadas pela direção não podem ser transferidas para o Conselho de Fiscalização.

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na secção 13, n.º 1 dos Estatutos do Deutsche Bank AG. Estas incluem a concessão de procurações gerais, a aquisição ou alienação de bens imóveis (se o valor do objeto for superior a 500 milhões de euros), bem como a concessão de empréstimos, incluindo a aquisição de participações noutras empresas para as quais é necessária a aprovação do organismo de supervisão de uma instituição de crédito nos termos da lei bancária alemã (KWG) ou outras participações (se o valor do objeto for superior a mil milhões de euros). Além disso, o Conselho de Fiscalização pode especificar operações adicionais que requerem a sua aprovação. Dentro dos limites estatutários, o Conselho de Fiscalização pode igualmente delegar num comité as decisões relativas à emissão da sua aprovação, a fim de aumentar a eficiência.

Procedimentos do Conselho de Fiscalização e dos seus comités

Os procedimentos de trabalho do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG são apoiados pela competência dos seus membros, bem como por uma distribuição eficiente de tarefas e coordenação.

De entre os seus membros e de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis aos bancos, o Conselho de Fiscalização criou oito comissões especializadas permanentes: o Comité do Presidente; o Comité de Nomeações; o Comité de Auditoria; o Comité de Risco; o Comité de Controlo de Remunerações; o Comité de Estratégia e Sustentabilidade; o Comité de Tecnologia, Dados e Inovação; e o Comité de Mediação. O Comité de Supervisão Regulamentar foi dissolvido com efeitos a partir de 22 de maio de 2025. As responsabilidades, tarefas e procedimentos dos comités do Conselho de Fiscalização são definidos nos respetivos termos de referência e resumidos aqui:

Comité do Presidente: O Comité do Presidente trata, em particular, dos preparativos para as reuniões do Conselho de Fiscalização, dos assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como de temas relacionados com a governação empresarial. Apoiar igualmente o Conselho de Fiscalização na preparação das decisões do Conselho de Fiscalização sobre a nomeação e demissão dos membros do Conselho de Administração, incluindo o planeamento da sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações.

Comité de Nomeações: O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização, em particular, na identificação de candidatos para preencher um cargo no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização e na avaliação a efetuar regularmente da estrutura, dimensão, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. Apoiar a promoção do desenvolvimento de talentos e da diversidade, com especial destaque para o planeamento da sucessão do Conselho de Administração, e define um objetivo para promover o género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para o conseguir.

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização, nomeadamente no acompanhamento do processo de informação financeira, da eficácia do sistema de gestão do risco (sistema de controlo interno e auditoria interna), da auditoria das demonstrações financeiras, incluindo a independência do auditor e os serviços adicionais prestados pelo auditor, bem como no acompanhamento de outras matérias relevantes para a auditoria. Apoiar igualmente o Conselho de Fiscalização no controlo da rápida correção, por parte do Conselho de Administração, através de medidas adequadas, das deficiências identificadas pelos auditores internos e externos. O Conselho de Administração informa regularmente o Comité de Auditoria sobre procedimentos especiais, reclamações significativas e outras medidas excecionais por parte de autoridades reguladoras alemãs e estrangeiras.

Comité de Risco: O Comité de Risco aconselha o Conselho de Fiscalização em todas as questões relacionadas com a apetência e a estratégia global de risco, atual e futura, e apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento da aplicação desta estratégia pelos quadros superiores. O Comité de Risco monitoriza se as condições do negócio baseado no cliente estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco da empresa. Analisa se os incentivos estabelecidos pelo sistema de remuneração têm em consideração a estrutura de risco, de capital e de liquidez do banco, bem como a probabilidade e a maturidade dos resultados, tendo em conta o risco de retenção. O Comité de Risco também apoia o Conselho de Fiscalização no acompanhamento dos processos judiciais com os riscos mais elevados e na análise dos riscos jurídicos e de reputação que são importantes para o banco.

Comité de Controlo de Remunerações: O Comité de Controlo de Remunerações trata das questões relativas à remuneração. Apoiar o Conselho de Fiscalização, em particular, na estruturação adequada dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e monitoriza a estruturação adequada dos sistemas de remuneração dos colaboradores. Prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e analisa a utilização e a eficácia das medidas disponíveis no sistema de remuneração para fazer face a infrações aos regulamentos legais, bem como às regras, políticas e procedimentos internos e externos. O Comité de Controlo de Remunerações e o Comité de Risco trabalham em conjunto e realizam reuniões conjuntas. O Comité de Controlo de Remunerações é aconselhado pelo Responsável de Remuneração e, se necessário, por consultores externos.

Comité de Supervisão Regulamentar: O Comité de Supervisão Regulamentar foi dissolvido com efeitos a partir de 22 de maio de 2025. No âmbito da sua autonomia organizacional, o Conselho de Fiscalização pode dissolver comités, desde que não existam requisitos regulamentares bancários obrigatórios em contrário. O objetivo da dissolução do Comité era um acompanhamento mais abrangente e integrado dos temas relacionados com a melhoria dos sistemas de controlo e da resiliência do banco. O Conselho de Fiscalização delegou tarefas individuais do Comité de Supervisão Regulamentar no Comité de Auditoria, no Comité de Risco ou no Comité de Controlo de Remunerações, ou retomou-as ele próprio.

Comité de Estratégia e Sustentabilidade: O Comité de Estratégia e Sustentabilidade apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento da sua função de monitorização da estratégia do banco, incluindo a estratégia ambiental, social e de governação

(ESG) e as questões de sustentabilidade. Aconselha e monitoriza o Conselho de Administração no que diz respeito à definição de estratégias de negócio alinhadas com o desenvolvimento sustentável do banco e o estabelecimento de processos para o planeamento, a implementação, a avaliação e o ajustamento destas estratégias.

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação: O Comité de Tecnologia, Dados e Inovação apoia o Conselho de Fiscalização no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com o ambiente tecnológico, de dados e de inovação do Banco. Aconselha e acompanha o Conselho de Administração no que respeita aos recursos técnicos e organizacionais adequados e à definição de um plano adequado para os sistemas informáticos do banco, à estratégia informática, à gestão da segurança da informação, aos riscos cibernéticos e informáticos, bem como à estratégia e à governação dos dados.

Comité de Mediação: O Comité de Mediação apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização sobre a nomeação ou demissão de membros do Conselho de Administração nos casos em que o Conselho de Fiscalização não consegue chegar a uma decisão por maioria de dois terços. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário.

Todos os mandatos são revistos e atualizados pelo Conselho de Fiscalização numa base ad hoc (por exemplo, em caso de alterações da legislação ou dos requisitos regulamentares), mas pelo menos uma vez por ano. São publicados no website do Deutsche Bank AG (www.db.com/ir/en/documents.htm) nas versões atualmente em vigor.

O número de reuniões e a sua realização são especificados, juntamente com pormenores sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, no Relatório do Conselho de Fiscalização, que faz parte do Relatório Anual.

Em conformidade com os requisitos regulamentares, o Conselho de Fiscalização elaborou e adotou descrições de funções com perfis de candidatos para os cargos de membro do Conselho de Fiscalização e de Presidente do Conselho de Fiscalização e para os presidentes dos seus comités. Emitiu também - em conformidade com os requisitos regulamentares - uma Diretriz de Idoneidade, que estabelece os princípios para a seleção, o planeamento da sucessão e a reeleição dos membros dos órgãos de gestão, bem como os critérios e o procedimento para avaliar a idoneidade individual e coletiva. As diretrizes de indução, formação e diversidade são também partes integrantes das diretrizes de adequação, em conformidade com os requisitos regulamentares. Além disso, o Conselho de Fiscalização emitiu um Perfil de Requisitos (ver Secção: "Objetivos para a Composição do Conselho de Fiscalização, Perfil de Requisitos/Perfil de Requisitos para o Conselho de Fiscalização"). Além disso, o Conselho de Fiscalização dispõe de diretrizes para a avaliação da independência dos seus membros e de diretrizes para o tratamento de conflitos de interesses. Estes documentos são igualmente revistos e atualizados pelo Conselho de Fiscalização numa base ad hoc, mas pelo menos uma vez por ano.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Além disso, a Auditoria do Grupo informa o Comité de Auditoria de quaisquer deficiências identificadas regularmente, e no caso de deficiências graves, sem atrasos indevidos. Além disso, o Presidente do Conselho de Fiscalização é informado de factos graves relacionados com os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um Regime de Informação, juntamente com um protocolo geral de compromisso (interação) que também abrange temas regulamentares. Estes regulam não só o relato ao Conselho de Fiscalização mas também, entre outras coisas, o relato de consultas e pedidos de informação dos colaboradores da empresa ao Conselho de Fiscalização, bem como a troca de informação relacionada com preparação para as reuniões e entre as reuniões.

O Conselho de Fiscalização também reúne regularmente sem o Conselho de Administração. O mesmo se aplica aos seus comités. Além disso, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, também de acordo com os requisitos regulamentares específicos, e tem um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. O presidente do Conselho de Administração participa em discussões com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos. Estes abrangem igualmente questões sociais, ambientais e de governação (ESG). O Presidente do Conselho de Fiscalização é o interlocutor do Conselho de Fiscalização junto das autoridades reguladoras do banco, com as quais mantém várias discussões ao longo de um exercício.

Entre reuniões, o Presidente do Conselho de Fiscalização e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização mantêm contacto regular com os membros do Conselho de Administração, especialmente com o presidente do

Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo, entre outros assuntos, sobre questões relativas à estratégia, planejamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, controlo do risco, governação, conformidade, serviços de remuneração, TI, dados e digitalização, bem como casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. O Presidente do Comité de Fiscalização também discute regularmente com o auditor fora das reuniões. Além disso, alguns dos presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização também participam em discussões com as autoridades reguladoras do banco.

Eventos de integração e formação

Para cada membro recém-eleito ou nomeado do Conselho de Fiscalização, são organizadas sessões de integração e formação individualizadas com base nos seus conhecimentos e competências, tendo em consideração eventuais recomendações do Comité de Nomeações, a fim de o ajudar a iniciar o seu novo cargo. Os eventos de integração também servem de introdução ao banco, ao seu Conselho de Administração, a quadros superiores selecionados, ao auditor e à Auditoria do Grupo. Através de sessões de formação personalizadas adicionais, os conhecimentos individuais do novo membro são alargados e enriquecidos. O Comité de Nomeações recebe regularmente relatórios sobre a evolução e a participação nestas sessões de formação.

Além disso, são realizadas regularmente sessões de formação sobre temas atuais para todo o Conselho de Fiscalização. O Relatório do Conselho de Fiscalização contém informações pormenorizadas sobre este assunto.

Planeamento da sucessão e diversidade

Nos termos da Lei Bancária Alemã (KWG), os membros do Conselho de Administração devem ser profissionalmente adequados e fiáveis e dedicar tempo suficiente às suas tarefas. O Conselho de Fiscalização avalia as habilitações dos membros individuais, bem como a habilitação do Conselho de Administração no seu conjunto (adequação coletiva). Neste contexto, a diversidade de origens e de mentalidades desempenha um papel importante, bem como o género, a nacionalidade e a idade. O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos internos e externos adequados para ocupar um cargo no Conselho de Administração do banco, tendo em conta os requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis. Para o efeito, o Comité elaborou uma descrição do cargo com um perfil do candidato e uma declaração sobre o tempo de dedicação de um membro do Conselho de Administração, bem como questionários para avaliar os conhecimentos, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo. O Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização recebem regularmente relatórios do Conselho de Administração sobre os candidatos internos para o planeamento de sucessão ("reserva de talentos") e o processo do ponto de vista do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Fiscalização têm a oportunidade de se encontrar com gestores de topo selecionados nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, bem como em eventos internos do banco. Com vista a um planeamento da sucessão sustentável e idealmente diversificado, tendo também em consideração a diversidade de género, o Conselho de Fiscalização também trabalha em conjunto com prestadores de serviços externos.

Para a seleção dos candidatos adequados, externos e internos, o Comité de Nomeações tem em conta os objetivos estratégicos do banco, a área de responsabilidade funcional do Conselho de Administração, as qualificações, a fiabilidade e a disponibilidade de tempo dos candidatos, bem como o equilíbrio e a diversidade dos conhecimentos, das competências e da experiência de todos os membros do Conselho de Administração, tendo igualmente em conta os princípios da diversidade. A nomeação para um cargo no Conselho de Administração é sempre efetuada no interesse da empresa. No âmbito da recomendação do Comité de Nomeações, o Comité do Presidente apresenta uma recomendação para a resolução do Conselho de Fiscalização. Com base nisto, o Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação dos membros do Conselho de Administração. O primeiro período de nomeação tem uma duração máxima de três anos. Os membros do Conselho de Administração podem ser reconduzidos no cargo por um ou mais mandatos, que podem ter uma duração máxima de cinco anos, nos termos da lei, sendo que, no Deutsche Bank, essas reconduções devem, em regra, ter uma duração máxima de três anos.

Para cada membro recém-nomeado do Conselho de Administração, são organizadas sessões de integração e formação individualizadas com base nos seus conhecimentos e competências, tendo em consideração eventuais recomendações do Comité de Nomeações. O Comité de Nomeações recebe regularmente relatórios sobre a evolução e a participação nestas sessões de formação.

A Lei alemã relativa às sociedades por ações (*Aktiengesetz* (AktG)) exige que uma empresa cotada em bolsa e com três ou mais membros do Conselho de Administração, como é o caso do Deutsche Bank, tenha pelo menos uma mulher e um homem como membros do seu Conselho de Administração, sem o que a nomeação fica sem efeito. Além disso, a promoção da diversidade no Conselho de Administração é muito importante para o Conselho de Fiscalização, que está a trabalhar ativamente na diversidade do Conselho de Administração, por exemplo, em termos de género, nacionalidade e idade, bem como de diferentes origens e mentalidades. O Conselho de Fiscalização tem em conta a participação mínima legalmente exigida de homens e mulheres no

Conselho de Administração, nos termos do artigo 76.º, n.º 3, alínea a) da Lei das Sociedades Anónimas Alemãs (AktG) e esforça-se por aumentar de forma sustentável e contínua a percentagem de mulheres no Conselho de Administração. No exercício de 2025, a percentagem de mulheres no Conselho de Administração era de 22,2%. A fim de aumentar ainda mais o número de candidatas internas adequadas, o Conselho de Fiscalização estabeleceu um objetivo correspondente para o Conselho de Administração, no sentido de nomear mulheres para cargos de direção diretamente abaixo do Conselho de Administração, e integrou este objetivo nos parâmetros de desempenho a longo prazo do novo sistema de remuneração do Conselho de Administração (para mais informações, consulte o “Relatório de Remuneração”, no capítulo “Remuneração do Conselho de Administração”, capítulo “Incentivos de Longo Prazo (LTI)”). O Conselho de Fiscalização discute regularmente as medidas e os progressos em curso com o Conselho de Administração.

Tendo em conta as propostas do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração, e revê e delibera regularmente quanto ao sistema de remuneração do Conselho de Administração. O Relatório de Remunerações e o Relatório do Conselho de Fiscalização contêm informações pormenorizadas sobre esta matéria.

Autoavaliação

O Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização debruçam-se regularmente sobre a avaliação do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, bem como sobre o seu trabalho, que deve ser efetuado pelo menos uma vez por ano, tal como previsto na lei, nos termos do artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG). Esta é também a autoavaliação do Conselho de Fiscalização, em conformidade com a recomendação da Secção D.12 do Código Alemão de Governança Empresarial (GCGC).

Na sua reunião de 23 de julho de 2024, o Comité de Nomeações abordou o quadro e o calendário da avaliação. O Conselho decidiu que a avaliação do período de referência de 2025 será efetuada com assistência externa. O Comité de Nomeações informou regularmente o Conselho de Fiscalização sobre os trabalhos em curso relativos à avaliação. O consultor externo contratado para o efeito realizou um seminário para o Conselho de Fiscalização, que teve lugar em 23 de outubro de 2024. A avaliação foi efetuada essencialmente com base em questionários exaustivos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização, dos comités do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, bem como em entrevistas com os membros individuais do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O debate final e a aprovação dos resultados da avaliação tiveram lugar na reunião plenária do Conselho de Fiscalização, em 13 de março de 2025, e os resultados foram apresentados num relatório final. O Conselho de Fiscalização continua a ser da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

Membros do Conselho de Fiscalização e dos seus comités

Em conformidade com os estatutos, os membros do Conselho de Fiscalização são eleitos pelo período até à conclusão da assembleia-geral que adota as resoluções relativas à ratificação dos atos de direção para o quarto exercício após o início do mandato. Para a eleição de representantes de acionistas, a assembleia-geral pode determinar que os mandatos de membros podem começar ou terminar em datas diferentes. De acordo com os Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização desde julho de 2020, os representantes dos acionistas são propostos à Assembleia-Geral para eleição por um período máximo de aproximadamente quatro anos, ou seja, até à conclusão da Assembleia-Geral que adote as resoluções relativas à ratificação dos atos de gestão para o terceiro exercício financeiro seguinte ao início do mandato, sendo que não é tomado em consideração o exercício em que se inicia o mandato.

A tabela seguinte fornece informações pormenorizadas sobre os membros do Conselho de Fiscalização (em 6 de fevereiro de 2026).

Nome	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Alexander Wynaendts Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 19 de maio de 2022 Data de termo do mandato: 2026	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Air France-KLM Group S.A. ² (Membro do Conselho de Administração); Uber Technologies, Inc. ² (Membro do Conselho de Administração); Uber Payments B.V. (Administrador não-executivo, Presidente); Puissance Holding B.V. (Administrador não-executivo, Presidente) (até 27 de novembro de 2025), Membro Não Executivo do Conselho (desde 28 de novembro de 2025)
Susanne Bleidt ¹ Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Postbank Filialvertrieb AG ³ ; Postbeamtenkranken-kasse (Membro do Conselho Consultivo)
Mayree Clark Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Membro do Conselho de Fiscalização	Ally Financial, Inc. ² (membro do Conselho de Administração), Allvue Systems Holdings, Inc. (membro do Conselho de Administração) (até 1 de agosto de 2025)
Jan Duscheck ¹ Ano de nascimento: 1984 Nomeado pelo tribunal: 2 de agosto de 2016 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2028	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional: Banking, ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft (União dos Serviços Unidos))	NÜRNBERGER Beteiligungs-AG ² (desde 4 de março de 2025)
Manja Eifert ¹ Ano de nascimento: 1971 Nomeado pelo tribunal: 7 de abril de 2022 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Claudia Fieber ¹ Ano de nascimento: 1966 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação

Nome	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Sigmar Gabriel Ano de nascimento: 1959 Nomeado pelo tribunal: 11 de março de 2020 Ano de eleição: 20 de maio de 2020 Data de termo do mandato: 2029	Ex-Ministro do Governo Federal alemão	Heristo AG; Siemens Energy AG²; Siemens Energy Management GmbH; Rheinmetall AG² (desde 13 de maio de 2025)
Florian Haggenmiller¹ Ano de nascimento: 1982 Nomeado pelo tribunal: 16 de janeiro de 2024 Data de termo do mandato: 2028	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional: Tecnologias da Informação e Comunicações, ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft (União dos Serviços Unidos))	IBM Deutschland GmbH; IBM Central Holding GmbH
Timo Heider¹ Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 23 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	BHW Bausparkasse AG³ (Vice-Presidente); PCC Services GmbH der Deutschen Bank³ (Vice-Presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse VVaG³ (Vice-Presidente)
Dr. Klaus Moosmayer Ano de nascimento: 1968 Ano de eleição: 22 de maio de 2025 Data de termo do mandato: 2029	Membro do Conselho de Fiscalização	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Kirsty Roth Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 22 de maio de 2025 Data de termo do mandato: 2029	Diretor de Operações e Tecnologia, Thomson Reuters Corporation²	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Frank Schulze¹ Ano de nascimento: 1968 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Gerlinde M. Siebert¹ Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Diretor Global de Governança, Deutsche Bank AG	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Yngve Slyngstad Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 19 de maio de 2022 Data de termo do mandato: 2026	Diretor Geral, Aker Asset Management AS (até 30 de junho de 2025); Diretor Geral da ICP Asset Management AS (desde 1 de junho de 2025)	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Stephan Szukalski¹ Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023⁴ Data de termo do mandato: 2028	Presidente Federal da Deutscher Bankangestellten-Verband e.V. (DBV) (Associação Alemã dos Empregados do Setor Bancário) – Gewerkschaft der Finanzdienstleister (União dos Prestadores de Serviços Financeiros)	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação

Nome	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
John Alexander Thain Ano de nascimento: 1955 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Membro do Conselho de Fiscalização	Uber Technologies, Inc. ² (Membro do Conselho de Administração); Aperture Investors LLC (Membro do Conselho de Administração); Pine Island Capital Partners LLC (Presidente) (até 1 de julho de 2025); Pine Island New Energy Partners (Presidente) (desde 1 de julho de 2025)
Jürgen Tögel ¹ Ano de nascimento: 1968 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.; BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.; BKK Deutsche Bank AG ³ (Membro do Conselho Consultivo)
Michele Trogni Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Diretor Geral, Zinnia Corporate Holdings, LLC (até 31 de dezembro de 2025); Consultor sénior da Zinnia Corporate Holdings, LLC e da Eldridge Industries, LLC (desde 1 de janeiro de 2026)	Everly Life, LLC (Membro Não Executivo do Conselho); Zinnia Corporate Holdings, LLC (Diretor Geral e Presidente do Conselho de Administração) (até 31 de dezembro de 2025)
Professor Dr. Norbert Winkeljohann Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 1 de agosto de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; Consultor Corporativo Independente Norbert Winkeljohann Advisory & Investments	Bayer AG ² (Presidente); Georgsmarienhütte Holding GmbH (até 17 de setembro de 2025); Sievert SE (Presidente); Bohnenkamp AG (Presidente)
Frank Witter Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 27 de maio de 2021 Data de termo do mandato: 2029	Membro do Conselho de Fiscalização	Traton SE ² ; CGI Inc. ² (Membro do Conselho de Administração) (até 28 de janeiro de 2026)

¹ Representante dos trabalhadores

² Empresa cotada em bolsa

³ Mandato interno do Grupo

⁴ O Sr. Szukalski já foi membro do Conselho de Fiscalização de maio de 2013 a novembro de 2015 e de maio de 2018 a dezembro de 2020.

A panorâmica seguinte fornece informações mais pormenorizadas sobre os membros dos diferentes comités:

Comité do Presidente: Alexander Wynaendts, Presidente, Timo Heider, Frank Schulze, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações: Alexander Wynaendts, Presidente, Mayree Clark, Timo Heider, Frank Schulze, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Auditoria: Frank Witter, Presidente, Susanne Bleidt, Manja Eifert, Claudia Fieber, Sigmar Gabriel (desde 22 de maio de 2025), Dr. Klaus Moosmayer (desde 22 de maio de 2025), Gerlinde M. Siebert (até 24 de outubro de 2025), Stephan Szukalski (desde 24 de outubro de 2025), Dr. Dagmar Valcárcel (até 22 de maio de 2025), Dr. Theodor Weimer (até 22 de maio de 2025), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Risco: Mayree Clark, Presidente, Jan Duscheck, Claudia Fieber (desde 24 de outubro de 2025), Timo Heider (desde 22 de maio de 2025), Dr. Klaus Moosmayer (desde 22 de maio de 2025), Gerlinde M. Siebert (até 24 de outubro de 2025), Stephan Szukalski, Michele Trogni, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts

Comité de Controlo de Remunerações: Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente, Jan Duscheck, Timo Heider (até 22 de maio de 2025), Dr. Klaus Moosmayer (desde 22 de maio de 2025), Frank Schulze (desde 22 de maio de 2025), Jürgen Tögel, Dr. Dagmar Valcárcel (até 22 de maio de 2025), Alexander Wynaendts

Comité de Supervisão Regulamentar (o Comité foi dissolvido em 22 de maio de 2025): Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente (até 22 de maio de 2025), Jan Duscheck (até 22 de maio de 2025), Sigmar Gabriel (até 22 de maio de 2025), Timo Heider (até 22 de maio de 2025), Stephan Szukalski (até 22 de maio de 2025), Alexander Wynaendts (até 22 de maio de 2025)

Comité de Estratégia e Sustentabilidade: John Alexander Thain, Presidente, Mayree Clark, Claudia Fieber (até 24 de outubro de 2025), Florian Haggemiller, Frank Schulze, Gerlinde M. Siebert (desde 24 de outubro de 2025), Yngve Slyngstad (desde 22 de maio de 2025), Jürgen Tögel, Michele Trogni (até 22 de maio de 2025), Alexander Wynaendts

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação: Michele Trogni, Presidente, Susanne Bleidt, Manja Eifert, Florian Haggemiller, Kirsty Roth (desde 22 de maio de 2025), Yngve Slyngstad (até 22 de maio de 2025), Alexander Wynaendts

Comité de Mediação: Alexander Wynaendts, Presidente, Timo Heider, Frank Schulze, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil dos requisitos

A composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar o controlo e aconselhamento eficazes e qualificados ao Conselho de Administração de um banco de funcionamento internacional, amplamente posicionado. A adequação de cada membro individual é avaliada, determinada e continuamente monitorizada, tanto internamente pelo Comité de Nomeação e pelo Conselho de Fiscalização, como externamente pelas autoridades reguladoras. Esta avaliação da adequação abrange a competência, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual (adequação individual). Adicionalmente, há uma avaliação do conhecimento, competências e experiência de todo o Conselho de Fiscalização que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva). A aprovação na avaliação de adequação do Banco Central Europeu (BCE) após a aceitação do mandato e a adequação contínua do membro do Conselho de Fiscalização durante todo o mandato no Deutsche Bank AG são pré-requisitos regulamentares obrigatórios para o desempenho das funções de membro do Conselho de Fiscalização.

Para aumentar a eficácia do trabalho do Conselho de Fiscalização e a transparência para as partes interessadas e os reguladores, o Conselho de Fiscalização adotou um Perfil de Requisitos em 2022. É revisto anualmente, também à luz do desenvolvimento estratégico do banco e do modelo operacional visado, e é atualizado, se necessário. O Perfil dos Requisitos define as competências gerais e alargadas do Conselho de Fiscalização que são necessárias para o acompanhamento e aconselhamento do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Perfil de Requisitos é regularmente tido em conta na elaboração das propostas à Assembleia Geral para a eleição dos representantes dos acionistas e na determinação das necessidades individuais e coletivas de formação do Conselho de Fiscalização e dos seus membros. O Perfil de Requisitos é igualmente tido em conta na nomeação dos membros de cada um dos comités.

Perfil de Requisitos para o Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização especificou domínios gerais de especialização e domínios alargados de especialização no seu perfil de requisitos.

Domínios gerais de especialização

Idealmente, todos os membros do Conselho de Fiscalização possuem estas qualificações individuais.

- Compreensão de questões comerciais
- Mentalidade analítica e estratégica
- Compreensão do sistema alemão de governo das sociedades e, consequentemente, das responsabilidades de um membro do Conselho de Fiscalização
- Compreensão do modelo empresarial e da estrutura do Deutsche Bank AG
- Conhecimentos básicos do setor dos serviços financeiros, por exemplo, (i) conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros, indústria financeira, incluindo o mercado nacional do banco e os principais mercados do banco fora da Europa, e (ii) conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expectativas do mercado e do ambiente operacional.

O cumprimento destes domínios de especialização é indicado de forma resumida na matriz de qualificações, na rubrica "Domínios gerais de especialização".

Domínios alargados de especialização

Estes domínios de especialização referem-se ao Conselho de Fiscalização na sua totalidade (adequação coletiva). No seu todo, o Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento dos domínios de especialização especificados abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. Derivam do modelo de negócio do banco e de leis e regulamentos específicos que se aplicam ao banco. Os domínios de especialização são:

Contabilidade, incluindo relatórios de sustentabilidade

- Contabilidade (Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o Código Comercial alemão (HGB)) e auditorias das demonstrações financeiras anuais
- Tributação

Quadro regulamentar e requisitos legais

- Compreensão das principais condições de enquadramento jurídico nos países em que a sociedade desenvolve as suas principais atividades
- Compreensão dos principais sistemas jurídicos relevantes para o banco
- Experiência na gestão executiva/conselho de fiscalização de grandes empresas
- Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
- Conhecimento das expectativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional

Capital humano, remuneração e cultura corporativa

- Recursos humanos e gestão de pessoal
- Remuneração e sistemas de remuneração
- Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
- Cultura corporativa

Gestão do risco

- Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
- Combate ao branqueamento de capitais e prevenção da criminalidade financeira e do financiamento do terrorismo

Tecnologias da informação, dados e digitalização

- Digitalização, incluindo a banca digital
- Dados, incluindo a governação de dados
- Tecnologias da informação (TI), sistemas informáticos e segurança informática, incluindo riscos cibernéticos

Estratégia, transformação e questões sociais, ambientais e de governação (ESG)

- Planeamento estratégico de modelos de negócio e estratégias de risco, bem como a sua implementação
- Clima e outros aspetos ambientais
- Conhecimento das expectativas sociais e políticas (em especial no mercado nacional) e do seu impacto na responsabilidade social corporativa
- Propósito da sociedade

Estrutura organizacional e controlo de uma instituição financeira

- Governação
- Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada
- Organização interna do banco
- Auditoria interna
- Conformidade e controlos internos

A fim de refletir adequadamente o modelo de negócio do banco, o Conselho de Fiscalização deve demonstrar não só estas qualificações profissionais, mas também qualificações e experiência nos vários segmentos de clientes e nos diferentes mercados de vendas.

Segmentos de clientes

- Private Banking e Wealth Management
- Corporate Banking
- Investment Banking
- Asset Management

Conhecimentos regionais

- Alemanha
- Europa
- Américas
- Ásia-Pacífico (APAC)

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil de requisitos, conforme apresentado na seguinte matriz de qualificações. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções.

Composição e competências

		Alexander Wynaendts	Susanne Bleidt	Mayree Clark	Jan Duscheck	Manja Eifert	Claudia Fieber	Sigmar Gabriel	Florian Haggenmiller	Timo Heider	Dr. Klaus Moosmayer	Kirsty Roth	Frank Schulze	Gerlinde Siebert	Yngve Slyngstad	Stephan Szukalski	John Thain	Jürgen Tögel	Michele Trogni	Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	Frank Witter
Participação	Sem excesso de cargos de direção*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Independente **	✓	ER	✓	ER	ER	ER	✓	ER	ER	✓	✓	ER	ER	✓	ER	✓	ER	✓	✓	✓
Competências profissionais	Domínios gerais de especialização	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Contabilidade e relatórios, incluindo relatórios de sustentabilidade	✓	✓	✓										✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria ***																		♦	♦	
	Conhecimentos especializados no domínio da contabilidade ***																		♦	♦	
	Conhecimentos especializados no domínio da auditoria ***																		♦	♦	
	Quadro regulamentar e requisitos legais	✓		✓			✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓
	Capital Humano, Remuneração e Cultura Corporativa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Especialistas de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações***	♦									♦								♦		
	Risk Management	✓		✓	✓		✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
	Tecnologias da informação, dados e digitalização	✓	✓	✓	✓				✓		✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓		
	Estratégia, Transformação e ESG	✓		✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Estrutura organizacional e controlo de uma instituição financeira	✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Experiência do cliente/empresa	Private Banking e Wealth Management	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Corporate Banking	✓				✓	✓				✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Investment Banking	✓		✓								✓		✓	✓		✓		✓		✓
	Asset Management	✓		✓											✓		✓				
Conhecimentos regionais	Alemanha		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓		✓		✓		✓	✓
	Europa	✓		✓				✓	✓		✓	✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓
	Américas	✓		✓				✓			✓	✓		✓			✓		✓	✓	✓
	APAC	✓		✓				✓			✓	✓		✓	✓		✓		✓	✓	✓

✓ Conhecimentos profundos e profissionais/especialista

♦ Especialista em matéria de regulamentação/conhecimentos especializados exigidos por lei e/ou regulamentos de supervisão

ER Representante dos trabalhadores

* Definição de "sem excesso de cargos de direção": todos os membros do Conselho de Fiscalização têm um número admissível de cargos de direção em várias sociedades, para além do Deutsche Bank AG. O excesso de cargos de direção, ou seja, a detenção de um número inadmissível de cargos de administração em diferentes sociedades, é determinado com base no regulamento estatutário do § 25d (3) da Lei Bancária Alemã (KWG)

** Definição de independência: Um membro do Conselho de Fiscalização eleito ou a eleger pelos acionistas deve ser considerado independente quando não existem quaisquer relações ou filiações atuais ou passadas (i) comerciais, (ii) pessoais ou (iii) outras com o Deutsche Bank AG, os seus órgãos de gestão, um acionista ou uma empresa do Grupo Deutsche Bank que constituam um interesse pessoal do membro do Conselho de Fiscalização ou um interesse de terceiros que ele represente e que possam influenciar as suas ações no desempenho do seu mandato em detrimento do Deutsche Bank AG. A primeira metade da secção C.6 (1) do Código Alemão de Governo das Sociedades, segundo a qual os membros do Conselho de Fiscalização que representam os acionistas devem incluir o que estes consideram ser um número adequado de membros independentes, é respeitada em consequência. Atualmente, o banco não tem qualquer acionista de controlo.

*** Definição de peritos apresentada na secção "Peritos do Comité de Fiscalização" do presente relatório

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral ordinária que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subseqüentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade ao propor membros para nomeação. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank AG, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas de seis membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido, por exemplo, membro de Conselhos de Administração ou Diretor Geral, ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. O Conselho de Fiscalização considera que, destas duas formas, as atividades internacionais da sociedade são suficientemente tidas em conta. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Tem sido prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. no processo de seleção desde as eleições para o Conselho de Fiscalização em 2008. Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subseqüentes para vagas no Conselho de Fiscalização, são incluídas mulheres qualificadas no processo. No final do exercício, o Conselho de Fiscalização era composto por quatro mulheres e seis homens, do lado dos representantes dos trabalhadores, e por três mulheres e sete homens, do lado dos representantes dos acionistas. No total, o Conselho de Fiscalização tem sete membros do sexo feminino, o que corresponde a 35%. Assim, a quota mínima estatutária de 30% tem vindo a ser cumprida há muitos anos.

A idade média dos membros do Conselho de Fiscalização era de 58,4 anos. A estrutura etária é diversificada, variando entre os 41 e os 70 anos de idade e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo.

A duração da participação no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG variou entre menos de um ano e cerca de 13 anos no final do exercício financeiro. A duração média da participação no Conselho de Fiscalização em 31 de dezembro de 2025 era de 4,63 anos.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, auditoria, direito, estudos germânicos, ciência política, engenharia elétrica, sistemas de informação, cuidados de saúde e química. Os currículos dos membros do Conselho de Fiscalização estão publicados no website do Deutsche Bank AG (www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm).

Os membros do Conselho de Fiscalização não exercem funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestam serviços de consultoria aos mesmos. Os conflitos de interesses materiais envolvendo um membro do Conselho de Fiscalização que não sejam meramente temporários resultarão na cessação do mandato desse membro do Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização emitiu diretrizes correspondentes para a identificação, tratamento, atenuação e documentação de potenciais conflitos de interesses.

Os membros do Conselho de Fiscalização não podem, de acordo com o Artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), e não devem, de acordo com as recomendações dos pontos C.4 e C.5 do Código de governo das sociedades alemão (GCGC), deter mais do que o número permitido de mandatos no Conselho de Fiscalização ou mandatos em órgãos de fiscalização de sociedades que tenham requisitos semelhantes. Um membro do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG pode ser simultaneamente membro do órgão de fiscalização de um máximo de cinco sociedades (incluindo o Deutsche Bank AG). Se um membro do Conselho de Fiscalização for também administrador executivo de uma empresa, esse membro do Conselho de Fiscalização pode ser simultaneamente membro do órgão de fiscalização de um máximo de três empresas (incluindo o Deutsche Bank AG). Os fatores decisivos para determinar se é esse o caso são os requisitos regulamentares da autoridade de supervisão, tendo em conta a legislação local. O cumprimento deste regulamento estatutário é continuamente monitorizado pelas autoridades reguladoras. Em caso de excesso de cargos de direção, as autoridades de supervisão podem exigir que o Deutsche Bank AG revogue a nomeação de um membro do Conselho de Fiscalização e proíba esse membro de exercer as suas funções. No exercício anterior, foram cumpridos os requisitos relativos ao número admissível de mandatos do conselho de fiscalização exercidos em simultâneo.

No que respeita aos requisitos de divulgação de informações previstos nas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) 2 GOV-1 21. (e) e a definição aí especificada de "membros independentes do Conselho de Administração", 100% dos membros do Conselho de Fiscalização são independentes na aceção do ESRS. No exercício financeiro anterior, não havia antigos membros do Conselho de Administração no Conselho de Fiscalização.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank AG tem relações comerciais. As transações comerciais do Deutsche Bank AG com estas empresas foram realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Na opinião do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, estas transações não afetaram a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Peritos do Comité do Conselho de Fiscalização

Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que os seguintes membros do Comité de Auditoria são "Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão norte-americana do Mercado de Valores Mobiliários (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002: Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Frank Witter. Estes Especialistas Financeiros do Comité de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos.

Além disso, o Conselho de Fiscalização determinou, de acordo com os artigos 107.º n.º 4 e 100.º, n.º 5 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e com o artigo 25.º-D, n.º 9 da Lei Bancária Alemã (KWG), que o Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Frank Witter possuem conhecimentos especializados em contabilidade financeira e auditoria de demonstrações financeiras.

O Professor Dr. Norbert Winkeljohann possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria através das suas habilitações académicas e formação como auditor e dos seus muitos anos de experiência como auditor em várias sociedades de auditoria e como Presidente do Conselho de Administração da PwC Europe SE.

Frank Witter possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Diretor Financeiro da Volkswagen AG e como Presidente do Conselho de Administração da Volkswagen Financial Services AG.

Especialistas de Remuneração do Comité de Controlo de Remunerações

Nos termos do artigo 25.º-D, n.º 12 da Lei Bancária Alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. Com base na recomendação do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização decidiu nomear o Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts e Dr. Klaus Moosmayer como especialistas em remunerações do Comité de Controlo de Remunerações. Todos possuem conhecimentos e experiência profissional no domínio da gestão e controlo dos riscos, nomeadamente no que se refere aos mecanismos de alinhamento dos sistemas de remuneração com a apetência e a estratégia global de risco da sociedade e com a sua base de capital. Por conseguinte, cumprem os requisitos do artigo 25.º-D, n.º 12 da Lei Bancária Alemã (KWG). Com base nos seus anos de experiência como Presidente do Conselho de Administração e/ou Diretor Geral, o Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Alexander Wynaendts possuem conhecimentos especializados e experiência profissional suficientes na área da gestão e controlo do risco. O Dr. Klaus Moosmayer possui conhecimentos e experiência nos tópicos específicos da gestão e controlo de riscos, com base na sua experiência (i) como Diretor de Compliance na Siemens, relativamente ao Sistema de Compliance das divisões Siemens Financial Services e Siemens Bank, (ii) como membro do Comité Executivo e Diretor de Ética, Risco e Compliance da Novartis AG, bem como (iii) através do seu trabalho adicional em comités e organizações internacionais.

Participação no capital dos membros do Conselho de Fiscalização

Os membros individuais do Conselho de Fiscalização detinham o seguinte número de ações (e prêmios em ações ao abrigo de planos de ações para trabalhadores):

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prêmios em ações
Alexander Wynaendts	10.392	—
Susanne Bleidt	—	—
Mayree Clark	109.444	—
Jan Duscheck	—	—
Manja Eifert	241	10
Claudia Fieber	441	10
Sigmar Gabriel	2.423	—
Florian Hagenmiller	—	—
Timo Heider	—	—
Dr. Klaus Moosmayer	—	—
Kirsty Roth	—	—
Frank Schulze	598	10
Gerlinde M. Siebert	8.555	7.345
Yngve Slyngstad	2.250	—
Stephan Szukalski	—	—
John Alexander Thain	100.000	—
Jürgen Tögel	1.228	10
Michele Trogni	15.000	—
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	6.300	—
Frank Witter	3.428	—
Total	260.300	7.385

¹ A Sra. Siebert tem direito a 7.344,50 ações como parte da sua remuneração variável diferida como colaboradora. Estes prêmios em ações deverão ser entregues nos anos de 2026 a 2030.

Em 6 de fevereiro de 2026, os membros do Conselho de Fiscalização detinham 260.300 ações, o que representa menos de 0,02% das ações emitidas nesse dia.

A coluna "Número de prêmios em ações" no quadro indica os prêmios em ações concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan aos membros do Conselho de Fiscalização que são colaboradores do Deutsche Bank ("Prêmios Correspondentes"), que estão programados para lhes serem entregues em 1 de novembro de 2026, bem como os Prêmios Restritos em Ações (prêmios de ações diferidas), que são concedidos a colaboradores com remuneração variável diferida. Os Prêmios Restritos em Ações são indicados com uma nota de rodapé no quadro e são fornecidos mais detalhes sobre os mesmos enquanto instrumento de remuneração no "Relatório de remuneração dos trabalhadores".

O Relatório de Remuneração relativo ao exercício anterior e o relatório do auditor, nos termos do artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o sistema de remuneração atualmente em vigor, nos termos do artigo 87.º-A, n.º 1 e n.º 2, frase 1, da AktG, bem como a última deliberação sobre a remuneração, nos termos do artigo 113.º, n.º 3, da AktG, estão disponíveis no website: www.db.com (nas rubricas "Relatórios e eventos" e "Relatórios anuais" da secção "Relações com investidores").

Conceito de diversidade

A Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) exige que uma empresa cotada em bolsa e com três ou mais membros do Conselho de Administração, como é o caso do Deutsche Bank, tenha pelo menos uma mulher e um homem como membros do seu Conselho de Administração, sem o que a nomeação fica sem efeito. Além disso, a promoção da diversidade cognitiva no Conselho de Administração é muito importante para o Conselho de Fiscalização, que está a abordar intensamente este tema. Está a trabalhar ativamente para garantir que o Conselho de Administração tem diversidade de pensamento suficiente, por exemplo, em termos de género, nacionalidade e idade, bem como de diferentes origens e mentalidades.

Além disso, a AktG exige que o Conselho de Administração de uma sociedade cotada estabeleça objetivos para a percentagem de mulheres nos dois níveis de gestão abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco para promover uma cultura inclusiva. Em conformidade com o objetivo do banco de adotar um diálogo e pontos de vista diversos, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos Termos de Referência.

A diversidade é um fator decisivo para o sucesso do Deutsche Bank, enquanto parte integrante da sua estratégia como banco europeu líder, com um alcance global e um forte mercado interno na Alemanha. Com 160 nacionalidades representadas em 55 países em 2025, o banco orgulha-se da sua força de trabalho multicultural. A empresa vê as perspetivas e experiências únicas da sua rede global como uma vantagem competitiva, uma vez que alimenta a inovação, fortalece a cultura e conduz a resultados mais sustentáveis.

A idade, o género e o percurso académico e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do entendimento mais abrangente de diversidade no Deutsche Bank.

Tal como consta do seu Código de Conduta, o Deutsche Bank compromete-se a garantir oportunidades justas e igualitárias para colaboradores de todas as origens e experiências, um objetivo que prossegue através da sua estratégia multidimensional de diversidade e inclusão. Centrada em cinco pilares - responsabilização da liderança, adaptação dos processos, promoção da mudança comportamental, liderança intelectual e garantia da conformidade legal - a estratégia é aprovada pelo Conselho de Administração, que acompanha os progressos em relação às metas e objetivos acordados.

Os objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão, a quota de género e a divulgação nos termos do artigo 96.º, n.º 2 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG) estão descritos na "Declaração de Sustentabilidade", na secção "Força de trabalho própria".

Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização e a sua implementação são descritos na secção "Conselho de Fiscalização - Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação".

Conceito de diversidade e planeamento de sucessões para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao selecionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que estes têm coletivamente conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos objetivos acima indicados. Além disso, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração devem assegurar o planeamento da sucessão a longo prazo.

A lei que complementa e altera os regulamentos sobre a igualdade de participação de mulheres e homens em cargos de gestão nos setores público e privado (Lei da Igualdade de Participação II (FüPoG II)) exige que pelo menos uma mulher e um homem sejam nomeados para um conselho de administração com mais de três membros, mas não devem ser estabelecidos objetivos adicionais. O banco cumpriu este requisito em 31 de dezembro de 2025, uma vez que tem duas mulheres no Conselho de Administração. Em geral, um membro do Conselho de Administração não deverá, no final do seu mandato, ter idade superior à idade normal de reforma, de acordo com as regras do regime de seguro de pensão obrigatório aplicável na Alemanha para o segurado de longa duração requerer uma pensão de reforma antecipada.

Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou um perfil de candidato para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Este perfil tem em consideração uma "Matriz de conhecimentos especializados e competências" que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente. O Conselho de Administração analisa planos de sucessão para posições do Conselho de Administração, tanto a nível individual como coletivo. Os planos de sucessão individuais são revistos e os candidatos à sucessão interna são discutidos em pormenor com base no potencial, nas competências de liderança e na experiência, bem como na adequação e idoneidade. Uma vez que a diversidade de género é um aspeto fundamental para o Deutsche Bank, no que respeita à sucessão, são aplicadas métricas e análises de dados para apoiar este processo. Após aprovação pelo Conselho de Administração, estes planos são submetidos ao Comité de Nomeações e ao Conselho de Fiscalização, em princípio, numa reunião para deliberação alargada.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

Resultados alcançados no exercício financeiro de 2025

Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração era composto por duas mulheres (22%) e sete homens.

A estrutura etária varia entre 50 e 59 anos de idade em 31 de dezembro de 2025.

Tendo em conta a estratégia do banco como banco europeu líder com um alcance global e um forte mercado doméstico na Alemanha, cinco dos nove membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2025 são de origem alemã. Além disso, os membros do Conselho de Administração são provenientes de Itália, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Suíça. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração não reflete atualmente toda a diversidade dos mercados em que o banco exerce a sua atividade, nem a diversidade dos trabalhadores do Deutsche Bank.

A diversidade de percursos académicos e profissionais dos membros do Conselho de Administração inclui contabilidade, banca, administração de empresas, economia, engenharia financeira, direito e filosofia.

Para além das informações apresentadas na presente Declaração sobre o Governo da Sociedade, o banco presta informações transparentes sobre a diversidade do Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial Alemão nas secções "Conselho de Administração" e "Conselho de Fiscalização", bem como no website do banco: www.db.com (Título: "Relações com os investidores", "Governo da sociedade", "Conselho de Administração").

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 36 “Operações com partes relacionadas”.

Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

Código de conduta e código de ética para responsáveis financeiros seniores do Grupo Deutsche Bank

O Código de Conduta do Grupo Deutsche Bank determina o propósito, os valores e as convicções do Deutsche Bank, bem como as normas mínimas de conduta que o banco espera que todos os membros do Conselho de Administração e os trabalhadores sigam. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores com os clientes, concorrentes, parceiros comerciais, autoridades governamentais e reguladoras e acionistas do banco, bem como com outros colaboradores. Além disso, o Código constitui a pedra angular das políticas do banco, que fornecem orientações sobre o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.^º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, o banco adotou um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos “responsáveis financeiros seniores”, que são, neste momento, o presidente do Conselho de Administração do Deutsche Bank e o diretor financeiro, bem como outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2025.

As versões atuais do código de conduta e do código de ética e para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: www.db.com/ir/en/documents.htm.

Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governança do Grupo para definir, implementar e monitorizar o quadro de governação corporativo do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank e para desempenhar esta função de governação em todo o Grupo. A função Governança do Grupo aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros de governo da sociedade.

Todos os detalhes sobre o governo da sociedade estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

De acordo com a legislação alemã, o auditor principal do Deutsche Bank é nomeado na Assembleia Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização elabora essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft (EY) foi o auditor principal do banco para os exercícios de 2024 e 2025, respetivamente.

As tabelas abaixo apresentam o total dos honorários cobrados para cada um dos dois últimos exercícios pela EY em cada uma das seguintes categorias: (1) Os honorários de auditoria incluem os honorários por serviços profissionais de auditoria das demonstrações financeiras anuais e consolidadas do Deutsche Bank e não incluem os honorários de auditoria da DWS e das suas filiais que não são auditadas pela EY, (2) os honorários relacionados com a auditoria incluem os honorários por outros serviços de garantia exigidos por lei ou pelos regulamentos, em particular para a certificação específica de serviços financeiros, para revisões trimestrais, para auditorias de fusões e aquisições, bem como honorários por serviços de garantia voluntários, (3) os honorários relacionados com a fiscalidade incluem honorários por serviços relacionados com a preparação e revisão de declarações fiscais e assistência e aconselhamento em matéria de conformidade, consultoria e aconselhamento fiscal relacionados com iniciativas de planeamento fiscal e assistência na avaliação da conformidade com a regulamentação fiscal, e (4) todos os outros honorários, que são honorários por produtos e serviços que não os honorários de auditoria, os honorários relacionados com a auditoria e os honorários relacionados com a fiscalidade. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Honorários cobrados pela EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2025	2024
Honorários por serviços de auditoria	70	69
Honorários relacionados com auditoria	10	10
Honorários por serviços de consultoria fiscal	—	—
Todas as outras comissões	—	1
Total de comissões	80	80

Nos termos dos regulamentos da SEC, os honorários do auditor externo devem ser apresentados da seguinte forma: os honorários de auditoria foram de 72 milhões de euros em 2025 e 2024, os honorários relacionados com auditoria foram de 8 milhões de euros em 2025, em comparação com 7 milhões de euros em 2024, os honorários relativos a impostos foram de 0 milhões de euros em 2025 e 2024, e todos os outros honorários foram de 0 milhões de euros em 2025, em comparação com 1 milhão de euros em 2024.

A legislação e a regulamentação dos Estados Unidos exigem, em geral, que todas as contratações do revisor oficial de contas principal do Deutsche Bank sejam previamente aprovadas pelo Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização do Banco, ou de acordo com as políticas e procedimentos por este adotados. O Comité de Auditoria elaborou uma lista de serviços de revisão de contas, de serviços relacionados com a revisão de contas e de serviços fiscais previamente aprovados, que autorizou o Departamento Financeiro a contratar ao revisor oficial de contas principal do Deutsche Bank, se os custos estimados forem iguais ou inferiores a 1 milhão de euros. O Comité de Auditoria também elaborou uma lista de serviços de auditoria pré-aprovados, que autorizou o Departamento Financeiro e Contabilístico Principal a contratar ao revisor oficial de contas principal do Deutsche Bank, com custos estimados superiores a 1 milhão de euros. Todos os pedidos de contratação de serviços de auditoria, serviços relacionados com a auditoria e serviços fiscais que não constem da lista pré-aprovada de serviços especificados têm de ser aprovados pelo Comité de Auditoria. O Departamento Financeiro e de Contabilidade informa periodicamente o Comité de Auditoria sobre os compromissos por si aprovados. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, a legislação e os regulamentos dos Estados Unidos permitem que não seja necessária uma pré-aprovação específica para serviços permitidos que não sejam de auditoria, desde que esses serviços não sejam de auditoria: (i) não representem mais de 5% do total dos honorários pagos pelo Deutsche Bank AG e pelas suas subsidiárias ao auditor no exercício em que os serviços são prestados; (ii) não tenham sido reconhecidos pelo banco ou por uma sua subsidiária como serviços não relacionados com a auditoria no momento da contratação; e (iii) sejam imediatamente comunicados ao Comité de Auditoria do Deutsche Bank AG e aprovados, antes da conclusão da auditoria seguinte. Em 2024 e 2025, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao auditor principal do Deutsche Bank pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeito a tal isenção foi inferior a 5%.

5

Tabelas do Artigo 8.º

836 Divulgações tabulares em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

838	Tabela 1.1: Ativos para o cálculo do Stock do GAR (KPI de volume de negócios)
840	Tabela 1.2: Ativos para o cálculo do Stock do GAR (KPI CapEx)
841	Tabela 1.3: Ativos para o cálculo do Fluxo do GAR (KPI de volume de negócios)
843	Tabela 1.4: Ativos para o cálculo do Fluxo do GAR (KPI CapEx)
845	Tabela 2.1: Informações do setor GAR (KPI de volume de
846	Tabela 2.2: Informações do setor GAR (KPI CapEx)
847	Tabela 3.1: Stock de KPI do GAR (KPI de volume de
849	Tabela 3.2: Stock de KPI do GAR (KPI CapEx)
851	Tabela 4.1: Fluxo de KPI do GAR (KPI de volume de
853	Tabela 4.2: Fluxo de KPI do GAR (KPI CapEx)
854	Tabela 5.1: KPI de exposições extrapatrimoniais (stock de KPI de volume de negócios)
854	Tabela 5.2: KPI de exposições extrapatrimoniais (stock de KPI CapEx)
855	Tabela 5.3: KPI de exposições extrapatrimoniais (fluxo de KPI do volume de negócios)
855	Tabela 5.4: KPI de exposições extrapatrimoniais (fluxo de KPI CapEx)

Divulgações tabulares em conformidade com o Artigo 8.º do Regulamento Taxonomia

As tabelas 1.1 - 1.4 "Ativos para o cálculo do GAR" destacam a composição do numerador e do denominador do rácio. O valor contabilístico bruto, a elegibilidade e o alinhamento das posições em risco são apresentados por tipo de contraparte, por exemplo, empresas financeiras, empresas não financeiras e famílias, e ainda divididas por tipo de produto, por exemplo, empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital. Relativamente aos ativos que não são considerados no cálculo do GAR, ou seja, posições em risco sobre governos centrais e emitentes supranacionais, posições em risco sobre bancos centrais, empresas e entidades não sujeitas à CSRD, derivados, empréstimos interbancários à vista, caixa e ativos relacionados com caixa, outras categorias de ativos e carteira de negociação, apenas o valor contabilístico bruto é indicado nestes quadros. Por último, os quadros incluem os ativos sob gestão de empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito da CSRD. Os ativos sob gestão refletem o total das posições no âmbito do Private Bank e de Asset Management (DWS).

A elegibilidade e o alinhamento da taxonomia são avaliados para todos os ativos que são incluídos no cálculo do GAR. As posições em risco alinhadas com a taxonomia da UE têm de ser comunicadas relativamente aos seis objetivos ambientais (atenuação das alterações climáticas, adaptação às alterações climáticas, recursos hídricos e marinhos, economia circular, poluição e biodiversidade e ecossistemas) para o final do ano de 2025.

As tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco para as posições em risco relativas a empréstimos para fins gerais, enquanto as posições em risco com utilização conhecida das receitas são apresentadas em ambas as tabelas da mesma forma. Os dados de fluxos são calculados utilizando o valor contabilístico bruto das posições em risco na origem (ou seja, novos empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida, instrumentos de capital) incorridos entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

As tabelas 2.1 e 2.2 "Informações do setor GAR" apresentam as posições em risco da carteira bancária aos 10 principais setores abrangidos pela bússola da taxonomia da UE no âmbito dos seis objetivos ambientais, bem como das atividades nucleares e relacionadas com o gás fóssil. As atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil são aquelas que cumprem o disposto nas secções 4.26 a 4.28 e 4.29 a 4.31 do Regulamento Delegado 2021/2139, respetivamente. Os códigos NACE devem ser apresentados no nível 4 e baseiam-se na atividade principal da contraparte. Para as contrapartes que sejam sociedades gestoras de participações sociais, o setor da NACE da atividade principal da contraparte específica controlada pela sociedade gestora de participações sociais é considerado para efeitos de reporte. As tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco para as posições em risco relativas a empréstimos para fins gerais.

As tabelas 3.1 e 3.2 "Stock KPI do GAR" apresentam os KPI do GAR com base nos dados divulgados nas tabelas 1.1 e 1.2, respetivamente. Os KPI do presente modelo refletem a proporção de posições em risco relacionadas com atividades elegíveis e alinhadas com a taxonomia, em comparação com os ativos cobertos. As tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco.

As tabelas 4.1 e 4.2 "Fluxo KPI do GAR" apresentam os KPI do GAR com base nos dados divulgados nas Tabelas 1.3 e 1.4 respetivamente e destacam os KPI do GAR sobre o fluxo de empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio elegíveis e alinhados com a nova taxonomia para as empresas e famílias relevantes para o CSRD em relação ao fluxo total de empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio para empresas financeiras e não financeiras e famílias. As tabelas são duplicadas com base nos indicadores-chave de volume de negócios e de despesas de capital das contrapartes do banco.

As tabelas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.4 "KPI de posições em risco extrapatrimoniais" apresentam os KPI de ativos sob gestão, em termos de existências e de fluxos, calculados com base nos dados divulgados nas tabelas 1.1 a 1.4. Os dados relativos aos ativos sob gestão refletem o total das posições no âmbito do Private Bank e de Asset Management (DWS). Uma vez que os Atos Delegados de Divulgação e os documentos de Perguntas Frequentes da Comissão Europeia não fornecem qualquer definição de fluxos para os ativos sob gestão, o Deutsche Bank avalia-os com base nos fluxos líquidos, em conformidade com a prática comum do setor em matéria de comunicação dos ativos sob gestão. Nos casos em que os fluxos líquidos foram negativos no período de referência, os KPI da taxonomia da UE daí resultantes são fixados em zero.

Os números apresentados nas tabelas seguintes podem não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. As células em branco representam pontos de dados que não têm de ser comunicados com base nos modelos prescritos pelo Regulamento Taxonomia da UE e pelos Atos Delegados de Divulgação conexos.

Tabela 1.1: Ativos para o cálculo do Stock do GAR (KPI de volume de negócios)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p	
																31 dez 2025	
											Dos quais alinhados com a taxonomia			Posições em risco não avaliadas			
				Discriminação por objetivo ambiental													
	Valor contabilístico total [bruto]	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Dos quais alinhados com a taxonomia								Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis	Posições em risco não avaliadas	Dos quais atividades não materiais de financiamento de contra-partes ²	Dos quais posições em risco que financiam contrapartes que comunicam informações nos termos do n.º 9 do artigo 7.º.	Dos quais não avaliados considerados não materiais pela instituição de crédito ³
	Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)		Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)										
em milhões de euros																	
1	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador	237.227	176.485	6.460	6.441	4	—	15	—	—	5.184	139	485	6.867			6.867
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	237.138	176.396	6.380	6.361	4	—	15	—	—	5.104	139	485	6.867			6.867
3	Compromissos financeiros	18.721	3.934	461	452	2	—	7	—	—	—	52	65	—			—
4	Empréstimos e adiantamentos	18.664	3.934	461	452	2	—	7	—	—	—	52	65	—			—
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			—
6	Instrumentos de capital	50	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			—
7	Compromissos não financeiros	12.594	4.008	855	844	2	—	8	—	—	40	87	420	—			—
8	Empréstimos e adiantamentos	12.578	4.005	854	844	2	—	8	—	—	40	87	420	—			—
9	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			—
10	Instrumentos de capital	16	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			—
11	Famílias	205.823	168.454	5.064	5.064	—	—	—	—	5.064	—	—	—	6.867			6.867
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	161.589	161.587	5.064	5.064	—	—	—	—	5.064	—	—	—	—			—
13	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	2.947	2.947	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.947			2.947
14	dos quais empréstimos para veículos automóveis	3.920	3.920	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.920			3.920
15	Financiamento das administrações locais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			—
16	Financiamento da habitação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			—
17	Outros financiamentos da administração local	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			—
18	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	9	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—			—
19	Posições em risco incluídas numa base voluntária ¹	80	80	80	80	—	—	—	—	80	—	—	—	—			—
20	Total de ativos GAR	237.227												—			—
21	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	1.195.619															
22	Governos centrais e emittentes supranacionais	172.597															
23	Exposição dos bancos centrais	171.856															
24	Carteira de negociação	486.001															
25	Empresas e entidades não sujeitas ao CSRD	334.982															
26	PME e empresas (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do CSRD	111.248															
27	Empréstimos e adiantamentos	105.088															
28	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	18.493															
29	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	936															
30	Títulos de dívida	3.564															
31	Instrumentos de capital	2.596															
32	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do CSRD	223.734															
33	Empréstimos e adiantamentos	209.476															
34	Títulos de dívida	12.298															
35	Instrumentos de capital	1.960															
36	Derivados	938															
37	Empréstimos interbancários à vista	6.923															
38	Caixa e ativos relacionados com caixa	1.381															
39	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, matérias-primas, etc.)	20.942															
40	Total do ativo	1.432.846															
Posições em risco extrapatrimoniais (stock) para empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do CSRD e administrações locais																	
41	Garantias Financeiras ⁴	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			N/A
42	Ativos sob gestão	672.920	169.488	31.447	28.887	169	333	1.456	115	—	2.016	1.466	17.294	—			—
43	Dos quais títulos de dívida	151.634	35.171	9.102	8.573	44	69	210	65	—	1.958	558	4.213	—			—
44	Dos quais instrumentos de capital próprio	277.463	70.662	17.302	15.506	96	255	1.072	28	—	58	744	11.302	—			—

¹ As posições em risco voluntárias incluem posições em risco com utilização conhecida das receitas com clientes não relevantes para o CSRD

² Exposições em conformidade com as alíneas a) e b) do n.º 8 do artigo 7.º.

³ Representa os empréstimos para veículos automóveis e para renovação não avaliados

⁴ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10 % da receita líquida total

Tabela 1.2: Ativos para o cálculo do Stock do GAR (KPI CapEx)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p
																31 dez 2025
											Dos quais alinhados com a taxonomia			Posições em risco não avaliadas		
				Discriminação por objetivo ambiental												
	Valor contabilístico total [bruto]	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Dos quais alinhados com a taxonomia	Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis	Posições em risco não avaliadas	Dos quais atividades não materiais de financiamento de contra-partes²	Dos quais posições em risco que financiam contrapartes que comunicam informações nos termos do n.º 9 do artigo 7.º.	Dos quais não avaliados considerados não materiais pela instituição de crédito³
em milhões de euros																
1	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador	237.227	178.610	7.605	7.365	233	—	7	—	—	5.184	195	983	6.867		6.867
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	237.138	178.520	7.525	7.285	233	—	7	—	—	5.104	195	983	6.867		6.867
3	Compromissos financeiros	18.721	4.254	563	560	2	—	—	—	—	—	48	113	—		—
4	Empréstimos e adiantamentos	18.664	4.247	563	560	2	—	—	—	—	—	48	113	—		—
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
6	Instrumentos de capital	50	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
7	Compromissos não financeiros	12.594	5.813	1.898	1.660	231	—	7	—	—	40	147	870	—		—
8	Empréstimos e adiantamentos	12.578	5.808	1.897	1.659	231	—	7	—	—	40	147	869	—		—
9	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
10	Instrumentos de capital	16	5	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
11	Famílias	205.823	168.454	5.064	5.064	—	—	—	—	5.064	—	—	6.867	—		6.867
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	161.589	161.587	5.064	5.064	—	—	—	—	5.064	—	—	—	—		—
13	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	2.947	2.947	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.947	—		2.947
14	dos quais empréstimos para veículos automóveis	3.920	3.920	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.920	—		3.920
15	Financiamento das administrações locais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
16	Financiamento da habitação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
17	Outros financiamentos da administração local	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
18	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	9	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
19	Posições em risco incluídas numa base voluntária¹	80	80	80	80	—	—	—	—	80	—	—	—	—		—
20	Total de ativos GAR	237.227											—			—
21	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	1.195.619														
22	Governos centrais e emitentes supranacionais	172.597														
23	Exposição dos bancos centrais	171.856														
24	Carteira de negociação	486.001														
25	Empresas e entidades não sujeitas ao CSRD	334.982														
26	PME e empresas (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do CSRD	111.248														
27	Empréstimos e adiantamentos	105.088														
28	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	18.493														
29	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	936														
30	Títulos de dívida	3.564														
31	Instrumentos de capital	2.596														
32	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do CSRD	223.734														
33	Empréstimos e adiantamentos	209.476														
34	Títulos de dívida	12.298														
35	Instrumentos de capital	1.960														
36	Derivados	938														
37	Empréstimos interbancários à vista	6.923														
38	Caixa e ativos relacionados com caixa	1.381														
39	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, matérias-primas, etc.)	20.942														
40	Total do ativo	1.432.846														
Posições em risco extrapatrimoniais (stock) para empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do CSRD e administrações locais																
41	Garantias Financeiras⁴	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			N/A
42	Ativos sob gestão	672.920	189.451	46.128	43.881	632	394	842	160	—	2.016	2.379	23.976	—		
43	Dos quais títulos de dívida	151.634	40.157	13.024	12.174	319	92	157	92	—	1.958	840	6.139	—		—
44	Dos quais instrumentos de capital próprio	277.463	83.463	26.304	25.060	305	291	583	37	—	58	1.282	15.184	—		—

¹ As posições em risco voluntárias incluem posições em risco com utilização conhecida das receitas com clientes não relevantes para o CSRD
² Exposições em conformidade com as alíneas a) e b) do n.º 8 do artigo 7.º.
³ Representa os empréstimos para veículos automóveis e para renovação não avaliados
⁴ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10 % da receita líquida total

Tabela 1.3: Ativos para o cálculo do Fluxo do GAR (KPI de volume de negócios)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p
																31 dez 2025
															</	

Posições em risco extrapatrimoniais (fluxo) para empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do CSRD e administrações locais

41	Garantias Financeiras ⁴	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			N/A
42	Ativos sob gestão	62.379	4.835	1.318	1.216	8	12	61	9	—	—	80	763	—		—
43	Dos quais títulos de dívida	1.816	59	12	11	1	—	—	—	—	—	—	7	—		—
44	Dos quais instrumentos de capital próprio	825	225	—	—	1	—	2	—	—	—	—	12	—		—

¹ As posições em risco voluntárias incluem posições em risco com utilização conhecida das receitas com clientes não relevantes para o CSRD

² Exposições em conformidade com as alíneas a) e b) do n.º 8 do artigo 7.º.

³ Representa os empréstimos para veículos automóveis e para renovação não avaliados

⁴ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10 % da receita líquida total

Tabela 1.4: Ativos para o cálculo do Fluxo do GAR (KPI CapEx)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	n	o	p
																31 dez 2025
				Discriminação por objetivo ambiental							Dos quais alinhados com a taxonomia			Posições em risco não avaliadas		
	Valor contabilístico total [bruto]	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Dos quais alinhados com a taxonomia	Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis	Posições em risco não avaliadas	Dos quais atividades não materiais de financiamento de contra-partes²	Dos quais posições em risco que financiam contrapartes que comunicam informações nos termos do n.º 9 do artigo 7.º.	Dos quais não avaliados considerados não materiais pela instituição de crédito³
em milhões de euros																
1	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador	99.936	29.005	4.020	3.934	82	1	2	—	1	533	268	958	1.812		1.812
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	99.856	28.925	3.940	3.854	82	1	2	—	1	453	268	958	1.812		1.812
3	Compromissos financeiros	76.724	17.355	1.846	1.834	9	1	1	—	1	—	193	292	—		—
4	Empréstimos e adiantamentos	76.724	17.355	1.846	1.834	9	1	1	—	1	—	193	292	—		—
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
6	Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
7	Compromissos não financeiros	5.487	3.379	1.642	1.568	73	—	1	—	—	—	75	666	—		—
8	Empréstimos e adiantamentos	5.470	3.372	1.642	1.568	73	—	1	—	—	—	74	666	—		—
9	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
10	Instrumentos de capital	17	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
11	Famílias	17.644	8.191	453	453	—	—	—	—	453	—	—	1.812	—		1.812
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	6.379	6.379	453	453	—	—	—	—	453	—	—	—	—		—
13	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	202	202	—	—	—	—	—	—	—	—	—	202	—		202
14	dos quais empréstimos para veículos automóveis	1.610	1.610	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.610	—		1.610
15	Financiamento das administrações locais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
16	Financiamento da habitação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
17	Outros financiamentos da administração local	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
18	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—		—
19	Posições em risco incluídas numa base voluntária¹	80	80	80	80	—	—	—	—	80	—	—	—	—		—
20	Total de ativos GAR	99.936														—
21	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR	857.823														
22	Governos centrais e emittentes supranacionais	46.778														
23	Exposição dos bancos centrais	59.106														
24	Carteira de negociação	318.056														
25	Empresas e entidades não sujeitas ao CSRD	370.976														
26	PME e empresas (exceto PME) não sujeitas a obrigações de divulgação de dados do CSRD	67.368														
27	Empréstimos e adiantamentos	35.410														
28	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	1.486														
29	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	51														
30	Títulos de dívida	31.815														
31	Instrumentos de capital	143														
32	As contrapartes de países não pertencentes à UE não estão sujeitas às obrigações de divulgação de dados do CSRD	303.609														
33	Empréstimos e adiantamentos	295.098														
34	Títulos de dívida	8.471														
35	Instrumentos de capital	39														
36	Derivados	24														
37	Empréstimos interbancários à vista	62.858														
38	Caixa e ativos relacionados com caixa	25														
39	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, matérias-primas, etc.)	0														
40	Total do ativo	957.759														
Posições em risco extrapatrimoniais (fluxo) para empresas sujeitas a obrigações de divulgação de informações no âmbito do CSRD e administrações locais																
41	Garantias Financeiras⁴	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A			N/A
42	Ativos sob gestão	62.379	5.626	2.067	1.956	42	14	33	14	—	—	154	1.025	—		—
43	Dos quais títulos de dívida	1.816	63	24	23	1	—	—	—	—	2	1	14	—		—
44	Dos quais instrumentos de capital próprio	825	92	22	21	—	—	1	—	—	—	9	62	—		—

¹ As posições em risco voluntárias incluem posições em risco com utilização conhecida das receitas com clientes não relevantes para o CSRD

² Exposições em conformidade com as alíneas a) e b) do n.º 8 do artigo 7.º.

³ Representa os empréstimos para veículos automóveis e para renovação não avaliados

⁴ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10 % da receita líquida total

Tabela 2.1: Informações do setor GAR (KPI de volume de negócios)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
										31 dez 2025
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta) (em milhões de euros)	Valor contabilístico total [bruto]	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Dos quais alinhados com a taxonomia	Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)
1	C27.90: Fabrico de outro equipamento elétrico, n.e.	1.072	604	26	25	—	—	1	—	—
2	C29.10: Fabrico de veículos automóveis	887	757	76	76	—	—	—	—	—
3	L68.20: Arrendamento e exploração de imóveis próprios ou	473	168	57	57	—	—	—	—	—
4	G47.11: Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares,	445	—	—	—	—	—	—	—	—
5	H53.10: Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço	387	74	15	15	—	—	—	—	—
6	C28.99: Fabrico de outras máquinas para uso específico, n.e.	351	15	6	6	—	—	—	—	—
7	K65.20: Resseguro	334	10	10	10	—	—	—	—	—
8	H51.10: Transporte aéreo de passageiros	308	269	11	11	—	—	—	—	—
9	J61.90: Outras atividades de telecomunicações	276	17	1	—	—	—	1	—	—
10	H52.23: Atividades de serviços idênticos aos transportes	227	82	14	14	—	—	—	—	—
11	Atividades nucleares ¹	6.137	4	4						
12	Atividades de gás fóssil ²	9.044	77	1						
13	Dos quais posições em risco não avaliadas									

¹ Referido nas secções 4.26, 4.27 e 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139

² Referido nas secções 4.29, 4.30 e 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139

Tabela 2.2: Informações do setor GAR (KPI CapEx)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
										31 dez 2025
	Discriminação por setor - NACE nível 4 dígitos (código e etiqueta) (em milhões de euros)	Valor contabilístico total [bruto]	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Dos quais alinhados com a taxonomia	Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)
1	C27.90: Fabrico de outro equipamento elétrico, n.e.	1.072	726	36	36	—	—	—	—	—
2	C29.10: Fabrico de veículos automóveis	887	779	222	222	—	—	—	—	—
3	L68.20: Arrendamento e exploração de imóveis próprios ou	473	250	118	93	25	—	—	—	—
4	G47.11: Comércio a retalho em estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares,	445	64	7	7	—	—	1	—	—
5	H53.10: Atividades postais no âmbito da obrigação de serviço	387	63	23	23	—	—	—	—	—
6	C28.99: Fabrico de outras máquinas para uso específico, n.e.	351	150	11	11	—	—	—	—	—
7	K65.20: Resseguro	334	12	12	12	—	—	—	—	—
8	H51.10: Transporte aéreo de passageiros	308	273	21	21	—	—	—	—	—
9	C11.05: Fabrico de cerveja	307	21	2	2	—	—	—	—	—
10	J61.90: Outras atividades de telecomunicações	276	46	2	1	—	—	1	—	—
11	Atividades nucleares ¹	5.798	10	9						
12	Atividades de gás fóssil ²	7.378	131	6						
13	Dos quais posições em risco não avaliadas									

¹ Referido nas secções 4.26, 4.27 e 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139

² Referido nas secções 4.29, 4.30 e 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado 2021/2139

Tabela 3.1: Stock de KPI do GAR (KPI de volume de negócios)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m	
	31 dez 2025													
			Alinhados com a taxonomia										Proporção de Alinhados com a taxonomia e Elegíveis para a taxonomia	Posições em risco não avaliadas¹
	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Discriminação por objetivo ambiental											
			Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis			
% (em comparação com o total de ativos cobertos correspondentes no denominador)														
1	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador		74,4	2,7	2,7	—	—	—	—	2,2	0,1	0,2	3,7	2,9
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR		74,4	2,7	2,7	—	—	—	—	2,2	0,1	0,2	3,6	2,9
3	Compromissos financeiros		1,7	0,2	0,2	—	—	—	—	—	—	—	0,3	—
4	Empréstimos e adiantamentos		1,7	0,2	0,2	—	—	—	—	—	—	—	0,3	—
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	Instrumentos de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7	Compromissos não financeiros		1,7	0,4	0,4	—	—	—	—	—	—	0,2	0,5	—
8	Empréstimos e adiantamentos		1,7	0,4	0,4	—	—	—	—	—	—	0,2	0,5	—
9	Títulos de dívida, incluindo a UoP		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10	Instrumentos de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11	Famílias		71,0	2,1	2,1	—	—	—	—	2,1	—	—	2,9	2,9
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação		68,1	2,1	2,1	—	—	—	—	2,1	—	—	2,9	—
13	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios		1,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,2
14	dos quais empréstimos para veículos automóveis		1,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,7
15	Financiamento das administrações locais		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
16	Financiamento da habitação		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
17	Outros financiamentos da administração local		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19	Posições em risco incluídas numa base voluntária²		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20	GAR - Total de ativos do GAR													

¹ Representa empréstimos para veículos automóveis e para renovação não avaliados

² As posições em risco voluntárias incluem posições em risco com utilização conhecida das receitas com clientes não relevantes para o CSRD

Tabela 3.2: Stock de KPI do GAR (KPI CapEx)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m
													31 dez 2025
			Alinhados com a taxonomia										
			Discriminação por objetivo ambiental										
	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis	Proporção de Alinhados com a taxonomia e Elegíveis para a taxonomia	Posições em risco não avaliadas¹
% (em comparação com o total de ativos cobertos correspondentes no denominador)													
1	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador	75,3	3,2	3,1	0,1	—	—	—	2,2	0,1	0,4	4,3	2,9
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	75,3	3,2	3,1	0,1	—	—	—	2,2	0,1	0,4	4,2	2,9
3	Compromissos financeiros	1,8	0,2	0,2	—	—	—	—	—	—	—	0,3	—
4	Empréstimos e adiantamentos	1,8	0,2	0,2	—	—	—	—	—	—	—	0,3	—
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7	Compromissos não financeiros	2,5	0,8	0,7	0,1	—	—	—	—	0,1	0,4	1,1	—
8	Empréstimos e adiantamentos	2,4	0,8	0,7	0,1	—	—	—	—	0,1	0,4	1,1	—
9	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10	Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11	Famílias	71,0	2,1	2,1	—	—	—	—	2,1	—	—	2,8	2,9
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	68,1	2,1	2,1	—	—	—	—	2,1	—	—	2,8	—
13	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	1,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,2
14	dos quais empréstimos para veículos automóveis	1,7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,7
15	Financiamento das administrações locais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
16	Financiamento da habitação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
17	Outros financiamentos da administração local	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19	Posições em risco incluídas numa base voluntária²	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20	GAR - Total de ativos do GAR												

¹ Representa empréstimos para veículos automóveis e para renovação não avaliados

² As posições em risco voluntárias incluem posições em risco com utilização conhecida das receitas com clientes não relevantes para o CSRD

Tabela 4.1: Fluxo de KPI do GAR (KPI de volume de negócios)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m
													31 dez 2025
			Alinhados com a taxonomia										
			Discriminação por objetivo ambiental										
	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis	Proporção de Alinhados com a taxonomia e Elegíveis para a taxonomia	Posições em risco não avaliadas¹
% (em comparação com o total de ativos cobertos correspondentes no denominador)													
1	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador	27,4	2,6	2,6	—	—	—	—	0,5	0,2	0,4	9,6	1,8
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	27,3	2,6	2,5	—	—	—	—	0,5	0,2	0,4	9,3	1,8
3	Compromissos financeiros	16,8	1,6	1,6	—	—	—	—	—	0,2	0,2	5,7	—
4	Empréstimos e adiantamentos	16,8	1,6	1,6	—	—	—	—	—	0,2	0,2	5,7	—
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7	Compromissos não financeiros	2,3	0,5	0,5	—	—	—	—	—	—	0,3	2,0	—
8	Empréstimos e adiantamentos	2,3	0,5	0,5	—	—	—	—	—	—	0,3	2,0	—
9	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10	Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11	Famílias	8,2	0,5	0,5	—	—	—	—	0,5	—	—	1,7	1,8
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	6,4	0,5	0,5	—	—	—	—	0,5	—	—	1,7	—
13	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,2
14	dos quais empréstimos para veículos automóveis	1,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,6
15	Financiamento das administrações locais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
16	Financiamento da habitação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
17	Outros financiamentos da administração local	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19	Posições em risco incluídas numa base voluntária²	0,1	0,1	0,1	—	—	—	—	0,1	—	—	0,3	—
20	GAR - Total de ativos do GAR												

¹ Representa empréstimos para veículos automóveis e para renovação não avaliados

² As posições em risco voluntárias incluem posições em risco com utilização conhecida das receitas com clientes não relevantes para o CSRD

Tabela 4.2: Fluxo de KPI do GAR (KPI CapEx)

	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	m
													31 dez 2025
			Alinhados com a taxonomia										
			Discriminação por objetivo ambiental										
	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis	Proporção de Alinhados com a taxonomia e Elegíveis para a taxonomia	Posições em risco não avaliadas¹
% (em comparação com o total de ativos cobertos correspondentes no denominador)													
1	GAR - Ativos cobertos no numerador e no denominador	29,0	4,0	3,9	0,1	—	—	—	0,5	0,3	1,0	13,9	1,8
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos de capital próprio não elegíveis para o cálculo do GAR	28,9	3,9	3,9	0,1	—	—	—	0,5	0,3	1,0	13,6	1,8
3	Compromissos financeiros	17,4	1,8	1,8	—	—	—	—	—	0,2	0,3	6,4	—
4	Empréstimos e adiantamentos	17,4	1,8	1,8	—	—	—	—	—	0,2	0,3	6,4	—
5	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7	Compromissos não financeiros	3,4	1,6	1,6	0,1	—	—	—	—	0,1	0,7	5,7	—
8	Empréstimos e adiantamentos	3,4	1,6	1,6	0,1	—	—	—	—	0,1	0,7	5,7	—
9	Títulos de dívida, incluindo a UoP	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
10	Instrumentos de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11	Famílias	8,2	0,5	0,5	—	—	—	—	0,5	—	—	1,6	1,8
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis de habitação	6,4	0,5	0,5	—	—	—	—	0,5	—	—	1,6	—
13	dos quais empréstimos para a renovação de edifícios	0,2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0,2
14	dos quais empréstimos para veículos automóveis	1,6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,6
15	Financiamento das administrações locais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
16	Financiamento da habitação	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
17	Outros financiamentos da administração local	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18	Garantias obtidas por tomada de posse: imóveis residenciais e comerciais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19	Posições em risco incluídas numa base voluntária²	0,1	0,1	0,1	—	—	—	—	0,1	—	—	0,3	—
20	GAR - Total de ativos do GAR												

¹ Representa empréstimos para veículos automóveis e para renovação não avaliados
² As posições em risco voluntárias incluem posições em risco com utilização conhecida das receitas com clientes não relevantes para o CSRD

Tabela 5.1: KPI de exposições extrapatrimoniais (stock de KPI de volume de negócios)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l	
		31 dez 2025												
									Alinhados com a taxonomia					Posições em risco não avaliadas
		Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Discriminação por objetivo ambiental						Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis		
				Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Discriminação por objetivo ambiental		Biodiversidade e ecossistemas (BIO)					
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais correspondentes)							Economia circular (CE)	Poluição (PPC)						
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI) ¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
2	Ativos sob gestão (AuM KPI)	25,2	4,7	4,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,3	0,2	2,6	0,0	

¹ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10% do total de receitas líquidas

Tabela 5.2: KPI de exposições extrapatrimoniais (stock de KPI CapEx)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l
		31 dez 2025											
		Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Discriminação por objetivo ambiental						Alinhados com a taxonomia			Posições em risco não avaliadas
				Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis	
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais correspondentes)													
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI) ¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2	Ativos sob gestão (AuM KPI)	28,2	6,9	6,5	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,3	0,4	3,6	0,0

¹ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10% do total de receitas líquidas

Tabela 5.3: KPI de exposições extrapatrimoniais (fluxo de KPI do volume de negócios)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l
		31 dez 2025											
</													

¹ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10% do total de receitas líquidas

Tabela 5.4: KPI de exposições extrapatrimoniais (fluxo de KPI CapEx)

		a	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	l
		31 dez 2025											
% (em relação ao total de ativos extrapatrimoniais correspondentes)		Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Discriminação por objetivo ambiental						Alinhados com a taxonomia			Posições em risco não avaliadas
				Atenuação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Recursos hídricos e marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais Utilização das receitas	Dos quais transitórios	Dos quais favoráveis	
1	Garantias financeiras (FinGuar KPI) ¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2	Ativos sob gestão (AuM KPI)	9,0	3,3	3,1	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	1,6	0,0

¹ Comunicado como N/A em conformidade com as FAQ da Comissão Europeia de 4 de julho de 2025, uma vez que o KPI representa menos de 10% do total de receitas líquidas

6

Informações Adicionais (Não auditadas)

- 857 Convenções de redação para descrições de tendências
- 858 Medidas financeiras não-GAAP
- 867 Declaração de aval
- 868 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
- 869 Impressão/Publicações

Convenções de redação para descrições de tendências

O Deutsche Bank reviu as convenções de redação utilizadas para descrever as tendências das perspectivas.

As novas convenções representam um aperfeiçoamento destinado a aumentar a clareza das descrições narrativas das tendências no que respeita à direção e intensidade das alterações. Não reflete qualquer alteração dos objetivos financeiros, das ambições estratégicas, dos objetivos de capital ou da substância das perspectivas subjacentes do Grupo para 2028.

A partir das orientações fornecidas neste relatório, os intervalos revistos subjacentes às suas convenções de redação serão aplicados apenas numa base prospetiva e não se estenderão a quaisquer orientações ou divulgações relativas a períodos anteriores ou a outras secções deste relatório.

A seguir são ilustrados os intervalos para as diferentes convenções de redação:

	Intervalo de orientação
Essencialmente estável	+/- 1%
Ligeiramente superior/inferior	+/- 2-5%
Superior/inferior	+/- 6-10%
Significativamente superior/inferior	>+10% / <-10%

Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

Rácios de rentabilidade do capital próprio

O Grupo apresenta a rentabilidade após impostos do capital próprio médio tangível dos acionistas, que é uma medida financeira não-GAAP, e concilia-a com a rentabilidade após impostos do capital próprio médio.

A rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio tangível dos acionistas é calculada como lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank depois de deduzir os lucros (perdas) atribuíveis a participações minoritárias e após lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais (cupão AT1) como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio tangível dos acionistas. Para o Grupo, a atribuição reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de 27% no exercício de 2025, 34% para 2024 e 14% para 2023. Os lucros (perdas) atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank após os cupões AT1 para os segmentos são definidos como lucros (perdas) excluindo os lucros (perdas) atribuíveis a participações minoritárias e após os cupões AT1, sendo os últimos atribuídos a segmentos com base no capital próprio dos acionistas médio tangível atribuível dos acionistas. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 28% para todos os períodos de relato em 2025, 2024 e 2023.

O capital próprio tangível dos acionistas do Grupo é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio tangível dos acionistas para os segmentos é calculado deduzindo o goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas como atribuído aos segmentos. Os rácios são então calculados como uma percentagem do lucro (perda) atribuível aos acionistas pelo capital próprio médio e pelo capital próprio médio tangível, respetivamente.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida no rácio de rentabilidade do capital próprio tangível apresentado pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

	2025					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.603	4.022	2.348	983	(226)	9.731
Lucros (prejuízos)	1.874	2.896	1.691	708	(30)	7.139
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	—	—	—	—	208	208
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	1.874	2.896	1.691	708	(237)	6.931
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais ¹	154	315	196	33	112	809
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.720	2.581	1.495	675	(349)	6.122
Capital próprio médio atribuído ²	12.199	23.967	14.763	5.218	9.952	66.098
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ^{2,3}	968	852	462	2.896	1.657	6.835
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído ²	11.230	23.115	14.301	2.323	8.295	59.263
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{2,4}	14,1%	10,8%	10,1%	12,9%	N/S	9,3%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ²	15,3%	11,2%	10,5%	29,1%	N/S	10,3%

N/S – Não significativo

¹ Representa a estimativa de cupões a pagar aos instrumentos AT1 na próxima data de pagamento, a partir do respetivo período de comunicação

² A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

³ O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com as participações minoritárias na DWS são excluídos

⁴ Os lucros (prejuízos) atribuíveis a componentes adicionais do capital próprio são deduzidos no cálculo da rentabilidade do capital próprio do banco. O montante representa a estimativa de cupões a pagar aos instrumentos AT1 na próxima data de pagamento, a partir do respetivo período de comunicação. Os cupões AT1 efetivamente pagos no exercício de 2025 ascenderam a 761 milhões de euros

	2024					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.101	3.344	1.204	632	(1.989)	5.291
Lucros (prejuízos)	1.512	2.407	867	455	(1.737)	3.505
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	—	—	—	—	139	139
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	1.512	2.407	867	455	(1.876)	3.366
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais ¹	125	263	159	27	93	668
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.388	2.144	708	428	(1.969)	2.698
Capital próprio médio atribuído ²	11.681	23.631	13.995	5.329	10.127	64.763
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ^{2,3}	776	804	101	2.957	2.112	6.750
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído²	10.905	22.827	13.894	2.372	8.015	58.013
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ^{2,4}	11,9%	9,1%	5,1%	8,0%	N/S	4,2%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ²	12,7%	9,4%	5,1%	18,0%	N/S	4,7%

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Representa a estimativa de cupões a pagar aos instrumentos AT1 na próxima data de pagamento, a partir do respetivo período de comunicação

² A partir do primeiro trimestre de 2024, o quadro de afetação do capital próprio foi atualizado. Para mais informações, consulte a secção "Nota 04 - Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

³ O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com as participações minoritárias na DWS são excluídos

⁴ Os lucros (prejuízos) atribuíveis a componentes adicionais do capital próprio são deduzidos no cálculo da rentabilidade do capital próprio do banco. O montante representa a estimativa de cupões a pagar aos instrumentos AT1 na próxima data de pagamento, a partir do respetivo período de comunicação. Os cupões AT1 efetivamente pagos no exercício de 2024 ascenderam a 574 milhões de euros

	2023					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.828	1.880	1.032	396	(459)	5.678
Lucros (prejuízos)	2.036	1.354	743	285	473	4.892
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	—	—	—	—	119	119
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	2.036	1.354	743	285	353	4.772
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais ¹	107	226	123	22	83	560
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.930	1.128	620	264	271	4.212
Capital próprio médio dos acionistas	11.280	22.953	13.681	5.103	9.994	63.011
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ²	849	835	789	2.944	1.017	6.434
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	10.431	22.118	12.892	2.159	8.976	56.577
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ³	17,1%	4,9%	4,5%	5,2%	N/S	6,7%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	18,5%	5,1%	4,8%	12,2%	N/S	7,4%

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Representa a estimativa de cupões a pagar aos instrumentos AT1 na próxima data de pagamento, a partir do respetivo período de comunicação

² O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com as participações minoritárias na DWS são excluídos

³ Os lucros (prejuízos) atribuíveis a componentes adicionais do capital próprio são deduzidos no cálculo da rentabilidade do capital próprio do banco. O montante representa a estimativa de cupões a pagar aos instrumentos AT1 na próxima data de pagamento, a partir do respetivo período de comunicação. Os cupões AT1 efetivamente pagos no exercício de 2023 ascenderam a 498 milhões de euros

Rendimento de juros líquido nos principais segmentos da carteira bancária

O Deutsche Bank aplica uma abordagem prudente à modelação e gestão do risco de taxa de juro na sua carteira bancária. O objetivo do banco é limitar a sensibilidade da margem da taxa de juro líquida e estabilizar as margens financeiras decorrentes das rubricas do balanço com taxa fixa e sem prazo de vencimento. De acordo com a prática do setor, o Deutsche Bank modela as suas carteiras de depósitos com base na estabilidade comportamental e na sensibilidade às taxas. Os depósitos sem sensibilidade à taxa assumida são considerados estáveis e pressupõe-se que não serão objeto de uma reavaliação substancial, mesmo no caso de alterações significativas das taxas de juro do mercado. Estes depósitos representam, por conseguinte, uma fonte de risco de taxa de juro.

Se esses depósitos não sensíveis à taxa fossem investidos apenas em instrumentos de curto prazo, a margem financeira tornar-se-ia altamente sensível a movimentos de taxas de juro de curto prazo, resultando numa volatilidade considerável. Para proteger a margem financeira dos depósitos não sensíveis à taxa de juro, o Deutsche Bank procede à cobertura das taxas de juro, investindo estes depósitos num horizonte de médio prazo, predominantemente através de estruturas com um perfil típico de trator a 10 anos. Consequentemente, a margem financeira destes depósitos é principalmente sensível ao reinvestimento da carteira de cobertura, que representa aproximadamente 10% da carteira total exposta a movimentos nas taxas a 10 anos.

A cobertura da margem financeira dos depósitos do banco é uma carteira móvel de médio prazo que proporciona proteção ao longo do ciclo das taxas de juro. A duração da cobertura é continuamente monitorizada e ajustada de acordo com o quadro de modelação do Deutsche Bank, incluindo pressupostos sobre o comportamento dos clientes, bem como requisitos locais e regulamentares. O Deutsche Bank utiliza uma série de estratégias e medidas de balanço para aplicar esta abordagem.

A "margem financeira nos principais segmentos da carteira bancária" é uma medida financeira não-GAAP. A medida IFRS mais diretamente comparável é a "Margem financeira". Os principais segmentos da carteira bancária são definidos como os segmentos de atividade nos quais a margem financeira das atividades da carteira bancária constitui uma parte significativa do rendimento global. A margem financeira nestes segmentos é calculada como a margem financeira total do Grupo, excluindo outros efeitos relacionados com o financiamento (tais como custos de financiamento geridos centralmente) e impactos decorrentes de assimetrias contabilísticas entre a carteira de negociação do Grupo e as atividades de cobertura associadas. O Grupo considera que esta apresentação reflete de forma mais significativa a margem financeira gerada pelas suas atividades operacionais.

A assimetria contabilística no reconhecimento da carteira de negociação do Grupo e das atividades de cobertura relacionadas resulta principalmente do facto de os custos de financiamento relacionados com as posições da carteira de negociação serem registados na margem financeira, enquanto as receitas correspondentes das posições subjacentes são reconhecidas na margem não remunerada. Inversamente, podem surgir assimetrias quando são utilizados instrumentos avaliados pelo justo valor para cobrir posições nos principais segmentos da carteira bancária: o rendimento ou o gasto do item coberto é registado como rendimento de juros, enquanto o resultado da cobertura é registado em receitas não relacionadas com juros. Estes efeitos ocorrem principalmente nos segmentos Investment Bank (excluindo FIC Financing), Asset Management e Corporate & Other, incluindo a Tesouraria não incluída nos principais segmentos da carteira bancária.

O quadro seguinte apresenta uma reconciliação da margem financeira do Grupo com a margem financeira dos principais segmentos da carteira bancária:

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023
Grupo			
Rendimento de juros líquido	15.691	13.065	13.602
Principais segmentos da carteira bancária e outros efeitos de financiamento¹	13.337	13.218	13.258
Principais segmentos da carteira bancária	13.670	13.433	13.995
Outros efeitos de financiamento ¹	(333)	(216)	(737)
Assimetria contabilística²	2.355	(152)	344
Ativos remunerados médios ³ (em mil milhões de euros)	1.036	996	971
Margem da taxa de juro líquida ⁴	1,5%	1,3%	1,4%
Principais segmentos da carteira bancária			
Corporate Bank			
Rendimento de juros líquido	4.567	4.987	5.241
Ativos remunerados médios ³ (em mil milhões de euros)	130	126	124
Margem da taxa de juro líquida ⁴	3,5%	4,0%	4,2%
Fixed Income and Currencies do Investment Bank: Financiamento			
Rendimento de juros líquido	2.933	2.661	2.599
Ativos remunerados médios ³ (em mil milhões de euros)	105	96	92
Margem da taxa de juro líquida ⁴	2,8%	2,8%	2,8%
Private Bank			
Rendimento de juros líquido	6.169	5.786	6.156
Ativos remunerados médios ³ (em mil milhões de euros)	253	262	264
Margem da taxa de juro líquida ⁴	2,4%	2,2%	2,3%
Total Principais segmentos da carteira bancária			
Rendimento de juros líquido	13.670	13.433	13.995
Ativos remunerados médios ³ (em mil milhões de euros)	488	484	480
Margem da taxa de juro líquida ⁴	2,8%	2,8%	2,9%

¹ Outros efeitos de financiamento representa o rendimento de juros líquido da carteira bancária resultante principalmente das atividades de financiamento da tesouraria que não são afetadas aos principais segmentos da carteira bancária, mas que são afetadas a outros segmentos ou detidas centralmente em Corporate & Other

² A assimetria contabilística no reconhecimento da carteira de negociação do Grupo e das atividades de cobertura conexas decorre principalmente dos custos de financiamento associados às posições da carteira de negociação, em que o custo de financiamento é registado na margem financeira, mas é compensado pelas receitas das posições subjacentes registadas na margem não remunerada. Inversamente, pode também resultar da utilização de instrumentos avaliados pelo justo valor para cobrir posições em segmentos-chave da carteira bancária, em que o custo ou o rendimento da posição subjacente é registado como juros e proveitos equiparados, mas o impacto da cobertura é registado como uma receita não relacionada com juros. Estes efeitos da carteira de negociação e das atividades de cobertura conexas ocorrem principalmente nos segmentos Investment Bank (ex FIC Financing), Asset Management e Corporate & Other, incluindo a Tesouraria não incluída nos principais segmentos da carteira bancária

³ Os ativos geradores de juros são instrumentos financeiros ou investimentos que geram rendimentos de juros sob a forma de pagamentos de juros. A média dos ativos geradores de juros é calculada numa base mensal e entre trimestres e para o ano inteiro

⁴ Para o Grupo e para os segmentos, rendimento de juros líquido (antes de provisão para perdas de crédito) em percentagem do total médio dos ativos geradores de juros. As margens de juro líquidas por segmento baseiam-se na sua contribuição para os resultados do Grupo

Custos ajustados/custos não operacionais

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho do Grupo e são uma medida financeira não-GAAP para a qual a medida financeira das IFRS mais diretamente comparável são os gastos operacionais. Os custos ajustados são calculados através da dedução (i) da imparidade do goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) de encargos líquidos com litígios, e (iii) reestruturação e separação de gastos operacionais (no total referidas como custos não operacionais) excl. juros, ao abrigo das IFRS. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos negócios operacionais.

	2025					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investimento Banco	Privados Banco	Activo Sénior	Corporate & Outros	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.603	6.675	6.738	1.823	819	20.658
Custos não operacionais						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	—	—
Encargos com litígios, valor líquido	(9)	65	29	6	88	179
Reestruturação e indemnização	29	48	78	19	8	183
Total de custos não operacionais	21	113	107	25	96	362
Custos ajustados	4.582	6.563	6.631	1.798	724	20.297

	2024					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investimento Banco	Privados Banco	Activo Sénior	Corporate & Outros	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	5.058	6.660	7.331	1.823	2.100	22.971
Custos não operacionais						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	—	—	—	—
Encargos com litígios, valor líquido	376	126	28	13	1.491	2.035
Reestruturação e indemnização	103	101	301	24	1	529
Total de custos não operacionais	479	227	330	37	1.491	2.564
Custos ajustados	4.579	6.433	7.001	1.786	608	20.407

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

	2023					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investimento Banco	Privados Banco	Activo Sénior	Corporate & Outros	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.623	6.846	7.755	1.825	647	21.695
Custos não operacionais						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	233	—	—	—	233
Encargos com litígios, valor líquido	53	147	123	26	(37)	311
Reestruturação e indemnização	76	87	346	34	23	566
Total de custos não operacionais	129	468	468	59	(14)	1.110
Custos ajustados	4.495	6.378	7.287	1.765	661	20.585

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Receitas e custos numa base ajustada à moeda

As receitas e custos numa base ajustada à moeda são calculados através da conversão em euros das receitas e custos de períodos anteriores que foram gerados ou incorridos em moedas não euro às taxas de câmbio que prevaleceram durante o período do ano corrente. Estes números ajustados e as respetivas alterações percentuais período a período destinam-se a fornecer informações sobre o desenvolvimento dos volumes e custos de negócio subjacentes.

Ativos líquidos (ajustados)

Os ativos líquidos (ajustados) são definidos como ativos totais IFRS ajustados de modo a refletir o reconhecimento dos acordos jurídicos de compensação, a liquidação de garantias em numerário recebidas e pagas e a compensação dos saldos de liquidações pendentes. O Grupo considera que a apresentação dos ativos líquidos (ajustados) torna mais fácil a comparação com os seus concorrentes.

em mil milhões de euros	2025	2024	2023
Total do ativo	1.435	1.387	1.312
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de instrumentos derivados (incl. derivados de	181.000	230.000	196.000
Deduzir: Garantia em numerário de derivados recebida/paga	60.000	59.000	56.000
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de transações de financiamento de títulos	2.000	2.000	2.000
Deduzir: Compensação de liquidações pendentes	53.000	13.000	29.000
Ativos líquidos (ajustados)	1.139.000	1.083.000	1.029.000

Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total do capital acionista (valor contabilístico)	66.933	66.276	64.486	657	1 %	1.790	3 %
Goodwill e outros ativos intangíveis ¹	(6.843)	(6.962)	(6.573)	119	(2) %	(389)	6 %
Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)	60.091	59.314	57.913	777	1 %	1.401	2 %

¹ Exclui goodwill e outros ativos intangíveis atribuíveis à venda parcial da DWS.

Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2025	2024	2023	2025 aumento (diminuição) face a 2024		2024 aumento (diminuição) face a 2023	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Número de ações	1.910,6	1.994,7	2.040,2	(84,1)	(4,2)	(45,5)	(2,2)
Ações em circulação							
Ações em tesouraria	(7,7)	(49,6)	(48,2)	41,9	(84,5)	(1,4)	2,9
Prêmios em ações com	36,7	38,5	46,3	(1,8)	(4,8)	-7,8	(16,9)
Ações básicas em circulação	1.939,5	1.983,6	2.038,4	(44,1)	(2,2)	(54,8)	(2,7)
Valor contabilístico por ação básica em circulação	34,51	33,41	31,64	1,10	3,3	1,77	5,6
Valor contabilístico tangível por ação básica em	30,98	29,90	28,41	1,08	3,6	1,49	5,2

Medidas regulamentares do CRR/CRD

Os ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do Grupo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD, como atualmente aplicável.

Para o período comparativo até ao fim de 2021, determinados valores com base na definição do CRR de fundos próprios (aplicáveis ao capital Tier 1 (AT1) adicional e ao capital Tier 2 adicional e em números baseados nos mesmos, incluindo o capital Tier 1, o capital total e o rácio de alavancagem) são apresentados numa base "fully loaded". Esses valores "fully loaded" são calculados excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD aplicável respetivamente. O Deutsche Bank tinha montantes imateriais desses instrumentos em circulação no final de 2022 e 2023. As medidas calculadas de acordo com a metodologia "fully loaded" do Grupo são medidas financeiras não GAAP.

A partir do terceiro trimestre de 2024, até à sua descontinuação no quarto trimestre de 2025, o Deutsche Bank adotou o tratamento temporário dos resultados não realizados mensurados pelo justo valor através do OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR. O impacto desta implementação é apresentado na secção "Principais indicadores de risco".

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London	Deutsche Holdings (Grand Duchy), Luxembourg
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
Deutsche Australia Limited, Sydney	
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa, México
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO “Deutsche Bank”, Moscovo
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	PB Factoring GmbH, Bona
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	
Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque	

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2025	2024	2023	2022	2021
Rendimento de juros líquido	15.691	13.065	13.602	13.650	11.155
Provisão para perdas de crédito	1.707	1.830	1.505	1.226	515
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de	13.985	11.235	12.097	12.425	10.640
Rendimentos líquidos de serviços e comissões	10.891	10.372	9.206	9.838	10.934
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5.160	5.987	4.947	2.999	3.045
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	353	668	1.125	723	277
Total de receitas líquidas	32.096	30.092	28.879	27.210	25.410
Remunerações e benefícios	11.813	11.731	11.131	10.712	10.418
Despesas gerais e administrativas	8.860	11.243	10.112	9.728	10.821
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	—	—	—	—	—
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	—	—	233	68	5
Atividades de reestruturação	(15)	(3)	220	(118)	261
Despesas totais (excluindo juros)	20.658	22.971	21.695	20.390	21.505
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	9.731	5.291	5.678	5.594	3.390
Despesa de imposto sobre o rendimento	2.592	1.786	787	(64)	880
Resultado líquido	7.139	3.505	4.892	5.659	2.510
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	208	139	119	134	144
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	6.931	3.366	4.772	5.525	2.365

em euros (exceto se indicação em contrário)					
Resultados por ação básicos ¹	3,16	1,40	2,07	2,42	0,96
Resultados por ação diluídos ²	3,09	1,37	2,03	2,37	0,93
Dividendos pagos por ação ³	0,68	0,45	0,30	0,20	—
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos ⁴	0,77	0,49	0,32	0,21	—

¹ Os resultados básicos por ação de cada período são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação; os resultados foram ajustados em 761 milhões de euros antes de impostos em 2025 para os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais, dos quais 728 milhões de euros no segundo trimestre e 32 milhões de euros no quarto trimestre de 2025; nos segundos trimestres de 2024, 2023, 2022 e 2021, respetivamente, os resultados foram ajustados em 574 milhões de euros, 498 milhões de euros, 479 milhões de euros e 363 milhões de euros antes de impostos, respetivamente, para ter em conta os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais

² Os resultados diluídos por ação de cada período são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após conversões assumidas; os resultados foram ajustados em 761 milhões de euros antes de impostos em 2025 para os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais, dos quais 728 milhões de euros no segundo trimestre e 32 milhões de euros no quarto trimestre de 2025; nos segundos trimestres de 2024, 2023, 2022 e 2021, respetivamente, os resultados foram ajustados em 574 milhões de euros, 498 milhões de euros, 479 milhões de euros e 363 milhões de euros antes de impostos, respetivamente, para ter em conta os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais

³ Dividendos declarados e pagos no exercício.

⁴ Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram convertidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respetivos dias de pagamento.

em milhões de euros	2025	2024	2023	2022	2021
Total do ativo	1.435.067	1.387.177	1.312.331	1.336.788	1.323.993
Empréstimos pelo custo amortizado	472.620	478.921	473.705	483.700	471.319
Depósitos	691.828	666.261	622.035	621.456	603.750
Dívida a longo prazo	114.754	114.899	119.390	131.525	144.485
Ações ordinárias	4.891	5.106	5.223	5.291	5.291
Total do capital acionista	66.933	66.276	64.486	61.959	58.027
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) ¹	49.266	49.457	48.066	48.097	46.506
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) ^{1,2}	N/A	N/A	N/A	N/A	46.506
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) ¹	60.784	60.835	56.395	56.616	55.375
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) ^{1,2}	N/A	N/A	N/A	N/A	54.775
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV	67.834	68.511	65.005	66.146	62.732
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV fully-loaded)^{1,2}	N/A	N/A	N/A	N/A	62.102

N/A – não aplicável

¹ Os valores apresentados baseiam-se nas regras transitórias ("CRR/CRD IV") e na aplicação integral ("CRR/CRD IV fully-loaded") do quadro CRR/CRD IV.

² A partir do primeiro trimestre de 2022, a informação é apresentada como reportada, uma vez que a definição fully loaded foi eliminada por resultar apenas numa diferença imaterial; a informação comparativa para períodos anteriores mantém-se inalterada e baseia-se na anterior definição fully loaded do Deutsche Bank; a partir do terceiro trimestre de 2024 até à sua descontinuação no quarto trimestre de 2025, o Deutsche Bank adotou o tratamento temporário dos resultados não realizados mensurados pelo justo valor através do OCI, em conformidade com o artigo 468.º do CRR

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank
Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
(para cartas e postais: 60262)
Alemanha
Telefone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

Contacto para os acionistas
+49 800 910-8000
db.ir@db.com

Hotline AGM
+49 6196 8870704

Online
Todas as publicações relativas aos nossos
relatos financeiros estão disponíveis em:
www.db.com/reports

Publicação
Publicado em 12 de março de 2026

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expectativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro por conseguinte, referem-se apenas à data em que são publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os resultados sejam materialmente diferentes daqueles previstos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a principal fonte de receitas do banco e onde detemos a maior parte dos seus ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das operações, a implementação do plano de gestão do Grupo, a fiabilidade das suas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no formulário SEC 20-F do banco de 12 de março de 2026, sob o título "Fatores de risco". Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em www.db.com/ir.

2026

Calendário Financeiro

29 de janeiro de 2026

[Resultados preliminares referentes ao exercício de 2025](#)

12 de março de 2026

[Relatório Anual de 2025 e Formulário 20-F](#)

29 de abril de 2026

[Relatório de lucros a 31 de março de 2026](#)

28 de maio de 2026

[Assembleia-Geral Anual](#)

29 de julho de 2026

[Relatório intercalar a 30 de junho de 2026](#)

28 de outubro de 2026

[Relatório de lucros a 30 de setembro de 2026](#)

Em caso de conflito, prevalecerá a versão Inglesa publicada em
<https://db.com/ir/en/annual-reports.htm>